

LARISSA MIES BOMBARDI

CAMPESINATO, LUTA DE CLASSE E REFORMA
AGRÁRIA

(A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. *Ariovaldo Umbelino de Oliveira*

São Paulo
2005

Para Eduardo, novamente e sempre ...

*.... e para as famílias camponesas
que teceram comigo este trabalho*

Agradecimentos

Ao Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, meu mestre, na verdadeira acepção da palavra: aquele que nos guia e em quem confiamos. Aquele que nos mostra aquilo que já estamos vendo, mas ainda não enxergamos. Por estes mais de dez anos de convivência, por ter partilhado generosamente seu conhecimento, por ter dado minha tese de presente. Por ter me ensinado, também, a paciência do tempo das coisas.

Aos camponeses entrevistados durante estes anos, cujas mãos aparecem na capa deste trabalho, por terem me ensinado um outro tipo de humanidade. Por me terem permitido tecer este trabalho, dadivando-me com o seu conhecimento e sua visão de vida generosa. Compartilharam comigo suas vidas e ao mesmo tempo o seu mundo e o próprio mundo, traduzido por suas experiências. Revelaram a experiência humana para mim através dos seus olhares.

Há tantas famílias para agradecer, entre elas: a família Chuiquetano, de tão longa e carinhosa convivência, à família Brombal, à família Quinto, à família Calusne, à família Santos, à família Foregatti, à família Freitas, à família Pacheco, à família Velasco, à família Donofre, à família Zeolo, à família Aranda, à família Araújo, à família Rogatto.

À Fátima, pela paciência, cuidado e dedicação com que leu este trabalho durante praticamente um ano; e a ela e ao Edu por sua atenção e generosidade.

Aos meus pais: Paulo e Isa e à minha irmã Vanessa, porque o tempo embora cíclico, não se repete.

À turma: Andréia, Sinthia, Wagner, Neusa e Cacá. À Neusa pela inserção em Jaú e por me ceder seu material. Ao Cacá (Carlos Alberto Feliciano) por sua disponibilidade e ajuda em todos os momentos que eu precisei, por disponibilizar os resultados de sua pesquisa.

À Miriam Simonetti e à Regina Sader, pelas observações na defesa da Dissertação, que me incentivaram a trilhar o caminho. À Miriam, também por ter me recebido tão carinhosamente em Marília.

À Profª Célia Tolentino (Celinha) que me gentilmente cedeu seu vasto material sobre a Lei de Revisão Agrária e sobre a Fazenda Santa Helena. À ela e seus pais, Clovis e Jacira, por terem partilhado comigo sua experiência no assentamento.

Ao Ciro, pelo carinho, pelos mapas e pelas noites em claro.

Ao Celso, pelos longos anos de amizade e também pelo abstract.

À Marie, pela torcida incondicional.

Aos amigos Araçatuba (Marco Antonio Mitidiero Jr), Alexandra, Heitor, Maria Elena e Reinaldo, por dividirem parte deste caminho comigo, estando por perto quando precisei deles.

À Izabel Aparecida Rogato de Aguiar e sua família, que me acolheram em sua casa, em Jaú. À Priscila, sua filha, pelo carinho e por nos ter guiado e acompanhado pela cidade.

Aos funcionários do ITESP, Francisco Feitosa e Ivanete Durães, pelo trabalho que realizam e pela grande ajuda que me prestaram, disponibilizando-me tudo aquilo que puderam.

À Profª Marta Inez M. Marques e ao Profº Manoel Seabra, pelas ricas observações no exame de qualificação que me fizeram pensar mais profundamente sobre meu trabalho. À Marta também pelo debate valioso durante sua disciplina.

À D. Reni, pelo incentivo sempre e à Profª Ana Marangoni por dividir comigo seus conhecimentos sobre a região de Itapeva.

Àqueles que tive a oportunidade de conhecer durante o trabalho de campo, que repartiram comigo sua experiência e que, infelizmente, faleceram: Sr. Nelson Chiquetano, Sr. José Brombal, Sr. Roberto Donofre e Sr. José "do Chuchu".

Às funcionárias do Programa de Pós Graduação do Deptº de Geografia da USP: Jurema, Ana, Rosangela e Cida, pela atenção e disponibilidade, sempre.

Aos colegas professores da PUC-Campinas: Lucas, Juleusa, Vera, Paulo, Rui e Damaris, pela compreensão deste final de tese. Ao Lucas pela predisposição em me ajudar com os mapas.

Aos meus alunos da PUC-Campinas, que me mostram que este caminho vale à pena.

Aos meus orientandos, que têm tido a paciência de vivenciarem o processo de orientação durante o término da tese.

Ao Bernardo Mançano Fernandes, por ter me cedido os dados do DATALUTA e à CPT Goiânia por ter me enviado prontamente todo o material que necessitei.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, sem a qual este trabalho teria sido inviabilizado.

Ao Eduardo, por muitas coisas: pelos mapas, pelas fotos, pelas viagens de campo, por nosso cotidiano, por nossa vida partilhada, por tudo. Mas, mais especialmente, por ter sabido fazer o seu tempo ser o nosso tempo.

SERÁ?

O sol mal desponta
me ponho de pé
pisando na terra
que pronta me espera
em sulcos se abrindo
e eu, quase rindo,
arando, cavando,
lhe joga a semente
que ela envolvente
abraça e encerra.

Crianças alegres
subindo em mangueira
e eu na soleira
de alguma cabana
já vendo a banana,
o milho, a mandioca
que um dia em troca
a terra vai dar...

Foi assim tão simples
o sonho que eu tive!

Lutei pela terra
que é mãe
e que encerra
o sonho mais puro
de quem quer sonhar...

Será que foi muito
querer um terreno
modesto, pequeno,
com sulcos se abrindo
e eu, quase rindo,
arando, cavando,
querendo plantar?

Os louros cabelos
da espiga de milho
que junto ao meu filho
eu iria afagar,
tomaram exangues
na beira da estrada
com tiro, emboscada,
gemidos de dor,
de espanto,

de horror...
Um dia eu sonhei
em ter um terreno
modesto, pequeno
e eu, quase rindo,
querendo plantar...
Agora que a morte
de forma pungente
ceifou minha luta,
meu sonho,
meu norte,
ainda pergunto:
num país tão imenso,
será que foi muito
sonhar com um terreno
modesto, pequeno,
onde com meu filho
os cabelos do milho
eu pudesse afagar?

**(Em memória dos mortos na
chacina do sul do Pará em
17/04/1996)**

Eneida R. de Paula
(Aluna do Curso de Geografia da PUC-Campinas)

SUMÁRIO

Lista de Mapas, xiii
Lista de Croquis, xiii
Lista de Ilustrações, xiv
Lista de Figuras, xiv
Lista de Tabelas e Gráfico, xiv

Resumo, xv
Abstract, xvii

INTRODUÇÃO, 1

PARTE I CAMPELINATO E LUTA DE CLASSE

- 1. A sociedade, o Estado e a Lei de Revisão Agrária, 23**
1.1 A Guerra Fria e os movimentos sociais no Brasil na década de 50, 25
1.2. Conflitos sociais no campo em São Paulo na década de 50, 47
1.3. O Governo do Estado de São Paulo e a aprovação da Lei de Revisão Agrária, 103
1.4. A trajetória da Lei de Revisão Agrária como reflexo das contradições desta sociedade e a concepção dos projetos de assentamento, 155

PARTE II REFORMA AGRÁRIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA

- 2. O processo de expansão do capital no campo e as áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária, 181**
2.1. A apropriação privada das terras em São Paulo e as áreas destinadas à Lei de Revisão Agrária, 183
2.2. A migração camponesa e a (re)produção do capital no campo, 201
- 3. A reprodução camponesa *versus* a subordinação da renda camponesa ao capital: Bairro Reforma Agrária (Campinas) e Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado – Marília), 209**
3.1. O início da reprodução camponesa: Bairro Reforma Agrária – Campinas, 211

- 3.2. O início da subordinação da renda camponesa ao capital e a trajetória na terra: Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado) - Marília e Bairro Reforma Agrária – Campinas, 239
- 3.3. A consciência do processo de subordinação e suas formas de superação: Bairro Reforma Agrária - Campinas, 271
- 3.4. O “se segurar na terra” e a (in)subordinação camponesa: Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado) – Marília, 303
- 3.5. A reprodução camponesa na Fazenda Santa Helena (Fazenda do Estado) – Marília, 339

4. A reprodução camponesa *versus* a territorialização do capital: Bairro Reforma Agrária (Jaú), 359

- 4.1. Fartura e liberdade: o sonho da terra, 361
- 4.2. A territorialização do Capital: a cana cerca o sítio, 393
- 4.3. A Reprodução Camponesa: O sítio resiste à cana, 417

5. A resistência camponesa: Fazenda Jacilândia (Meridiano) e Fazenda Pirituba (Itapeva), 467

- 5.1. A migração e a busca da terra “sem patrão”: Fazenda Jacilândia, 469
- 5.2. Fazenda Jacilândia: grilagem e resistência, 509
- 5.3. A reprodução camponesa: sítios baianos no Oeste Paulista, 531
- 5.4. Fazenda Pirituba: grilagem e violência, 575
- 5.5. Fazenda Pirituba: luta pela terra e territorialização camponesa, 603

PARTE III LUTA DE CLASSE E REFORMA AGRÁRIA

6. Campesinato, luta de classe e reforma agrária, 631

BIBLIOGRAFIA, 695

ICONOGRAFIA, 717

ANEXOS, 819

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1** – Municípios em que estão localizadas as áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária, 10
- Mapa 2** – Bairro Reforma Agrária (Loteamento da Fazenda Capivari), 167
- Mapa 3** – Grilo da Ponte-Pença (Santa Fé do Sul) e Município de Fernandópolis, 197
- Mapa 4** – Localização do Bairro Reforma Agrária – Campinas, 213
- Mapa 5** – Primeiros Tempos: Bairro Reforma Agrária – Campinas, 221
- Mapa 6** – Bairro Reforma Agrária (Campinas): Processo de Territorialização Camponesa, 235
- Mapa 7** – Localização da Fazenda do Estado (Santa Helena) – Marília, 243
- Mapa 8** – Fazenda do Estado (Santa Helena) – Uso do Solo, 335
- Mapa 9** – Localização do Bairro Reforma Agrária – Jaú, 363
- Mapa 10** – Famílias Inscritas para Aquisição de Lotes da Lei de Revisão Agrária em Jaú – SP (1961 - 1962), 373
- Mapa 11** – Bairro Reforma Agrária (Jaú) – Uso do Solo, 413
- Mapa 12** – Localização da Fazenda Jacilândia – Meridiano, 473
- Mapa 13** – Trajetória de Migração do Sr. Armindo José dos Santos, 499
- Mapa 14** – Fazenda Jacilândia – Uso do Solo, 525
- Mapa 15** – Localização da Fazenda Pirituba – Itapeva, 577
- Mapa 16** – Fazenda Pirituba – Resistência Camponesa e Territorialização da Luta pela Terra, 597
- Mapa 17** – Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1945 - 1964), 637
- Mapa 18** – Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1964 - 1981), 643
- Mapa 19** – Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1980 - 2004), 667
- Mapa 20** – Geografia das Ocupações de Terra e dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1980 - 2004), 669
- Mapa 21** – Geografia dos Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo (1980 - 2004), 679

LISTA DE CROQUIS

- Croqui 1** – Orlando Quinto, 341
- Croqui 2** – Rodrigo Velasco, 427
- Croqui 3** – Larissa Velasco, 429
- Croqui 4** – Larissa Velasco, 431
- Croqui 5** – Jaime de Souza Pacheco, 551
- Croqui 6** – Jaime de Souza Pacheco, 553
- Croqui 7** – Jaime de Souza Pacheco, 555

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Ilustração 1** – Calendário Agrícola 1 – Marília, 343
Ilustração 2 – Calendário Agrícola 2 – Jaú, 433
Ilustração 3 – Calendário Agrícola 3 – Meridiano, 557

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Propaganda do livro da TFP na revista “A Rural”, 132
Figura 2 – Perspectiva da Planta da Casa na Fazenda Santa Helena, 164
Figura 3 – Plano de Loteamento da Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado), 165
Figura 4 – Gráfico da Situação Fundiária do Estado de São Paulo em 1960, produzido pelo Governo do Estado, 191

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

- Tabela 1** – Estrutura Fundiária de Marília em 1959, 194
Tabela 2 – Brasil: Cana de Açúcar – Maiores Estados Produtores, 394
Tabela 3 – Açúcar: produção, importação, consumo e exportação, 396
Tabela 4 – Produção de Algodão, Amendoim e Soja em São Paulo, 536
Tabela 5 – Lotes Arrecadados Judicialmente p/ Fins de Projeto de Assentamento, 615
- Gráfico 1** – Evolução das Culturas de Algodão, Amendoim e Soja em São Paulo, 537

RESUMO

Bombardi, L. M. *Campesinato, Luta de Classe, e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)*. São Paulo, 2005. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este trabalho aborda os assentamentos implantados a partir da Lei de Revisão Agrária no estado de São Paulo, promulgada pelo Governador Carvalho Pinto em 1960. Através desta lei houve a desapropriação de cinco áreas, nos municípios de Marília, Jaú, Campinas, Itapeva e Meridiano.

O desvendamento da proposição de uma reforma agrária, naquele período histórico, revelou que os conflitos sociais grassam no campo há mais de meio século. Tais conflitos são conflitos de classe, de uma sociedade que é eminentemente contraditória. O campesinato luta por sua reprodução na própria terra e essa luta tem uma especificidade, justamente pela característica desta classe, assentada em uma forma econômica singular que, por sua vez, ancora-se em sua ordem moral.

A reforma agrária, que é buscada através da luta camponesa por sua reprodução, cria marcas no território. Territorializa-se e transforma a experiência das famílias que a vivenciam. Desta forma, o campesinato, ao ser assentado, transforma frações do território tornando-as unidades territoriais específicas: os sítios camponeses.

A pesquisa realizada nas cinco áreas de assentamento da Lei de Revisão Agrária revelou que essa vivência – quando a família se reproduz na terra - é traduzida de uma maneira extremamente positiva pelo campesinato, indicando a reforma agrária como fruto da luta de classes e, ao mesmo tempo, como um imperativo da justiça social.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Luta de Classe, Campesinato, Lei de Revisão Agrária e Assentamento.

ABSTRACT .

Bombardi, L. M. *Peasants, Class Struggle and Agrarian Reform (The Agrarian Revision Law in São Paulo)*. São Paulo, 2005.

This work approaches the settlements made from “Agrarian Revision Law” on the São Paulo estate, promulgated by the governor Carvalho Pinto in 1960. Through that law there were dispossess of five areas, in the municipal districts of Marília, Jaú, Campinas, Itapeva e Meridiano.

The uncover of the proposition of an agrarian reform, in that historical period, unveil that the social conflicts prevail in country half century long ago. Such conflicts are class struggle, from a society that is highly contradictory. The peasants fight for the reproduction on your own land and that battle has a specifying, precisely by the characteristic of this class, settled in a singular economic form, which by its turn, is hooked in its moral order.

The agrarian reform, which is pursued by means of peasants struggle for your reproduction, creates marks on the territory. Territorializes and transforms the experience from the families that existences it. From this manner, the peasants, by the means of your settlement, transform fractions of the territory making it specifics territorial unities: the peasant ranches.

The research realized on the five areas of settlement from “Agrarian Revision Law” revealed that this existence – when the family multiplies on land – is traduced in a manner extremely positive by the peasants, indicating the agrarian reform as a consequence of class struggle and, at same time, as a social justice peremptory.

Key words: Agrarian Reform, Class Struggle, Peasants, Agrarian Revision Law and Settlement.

INTRODUÇÃO

Esta tese, em princípio, surgiu com a intenção de aprofundar e ampliar a pesquisa realizada no mestrado: *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*¹. Nela estudei um *Bairro Rural* que se originou a partir de um projeto de assentamento de reforma agrária realizado pelo Governo do Estado de São Paulo na década de 60 do século XX. Esse assentamento foi resultado da implantação da Lei de Revisão Agrária, promulgada em dezembro de 1960 pelo Governador Carvalho Pinto (1959-1962), através da qual houve a desapropriação de parte de uma fazenda decadente de café na região de Campinas, que foi dividida em 72 lotes.

A análise deste assentamento envolveu a reconstrução da trajetória de vida das famílias camponesas antes do acesso a terra e, sobretudo, após tê-la adquirido². A pesquisa permitiu compreender o processo através do qual os camponeses do Bairro Reforma Agrária têm construído uma unidade territorial específica, diferente daquela típica da apropriação capitalista, ao longo de mais de quarenta anos. Esta unidade territorial é resultado da inter-relação de vários elementos: o trabalho camponês, as características do meio natural, a relação dos camponeses entre si e a relação destes com o mercado.

Após a conclusão da dissertação pareceu-me importante desvendar a trajetória das outras áreas em que a Lei de Revisão Agrária foi implantada - nos municípios de Marília, Jaú, Meridiano e Itapeva - em uma perspectiva de que estas são as experiências mais antigas de reforma agrária no estado de São Paulo.

Apesar de serem tão antigas, estas áreas foram pouco estudadas. No desenvolvimento da tese, seja diretamente através do trabalho de campo, seja nas leituras teóricas realizadas, e no cotejamento de ambos – já que como afirmou o Professor Manoel Seabra: *“Humboldt já dizia que ninguém vai a campo sem preparo prévio (sem o conhecimento teórico adquirido). Entretanto, felizmente, a realidade*

¹ Bombardi, 2004a.

² Os assentados, como será discutido, pagaram pela terra.

nos surpreende, por mais que tenhamos incorporado a teoria, não vemos apenas aquilo que queremos ver. A realidade é tão rica que afronta e as pessoas mudam de caminho”³ – novas perspectivas foram colocadas. Assim, além de oferecer uma interpretação para a trajetória desses assentamentos de reforma agrária que, em si, em decorrência de sua longa existência, têm uma importância muito grande no devir deste país, posto que a reforma agrária é uma grande bandeira dos movimentos sociais organizados no campo na atualidade, percebi que era fundamental um entendimento mais profundo sobre a reforma agrária enquanto uma *questão* para esta sociedade. Ou seja, fazia-se necessário a compreensão do porque da existência de uma proposta de reforma agrária naquele momento histórico específico - início da década de 60. Entretanto, com o desenrolar da pesquisa, percebi que esse desvendamento não deveria restringir-se ao momento da aprovação da Lei de Revisão Agrária, porque esta é uma questão não só atual ou uma questão da década de 60; é uma questão que tem atravessado décadas na realidade brasileira.

Trabalho com a perspectiva do campesinato enquanto classe social e, portanto, da ação camponesa reivindicatória, como uma ação de classe⁴. Entendo também, como ficará demonstrado ao longo do trabalho, que o campesinato, enquanto classe, carrega uma peculiaridade que está articulada por dois fatores que se auto-determinam. O primeiro deles é a produção camponesa fundada na relação de trabalho familiar não especificamente capitalista, o que inclui essa classe social neste modo de produção, contraditoriamente necessária à produção e reprodução do capital. O segundo fator diz respeito à ordem moral dessa classe social, que lhe orienta a prática cotidiana e também a luta pela terra e na terra. Esses dois fatores devem ser compreendidos conjuntamente porque eles estão imbricados e um responde pela reprodução do outro.

³ Palavras do Prof. Dr. Manoel Seabra, proferidas durante realização de trabalho de campo organizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), em 26/07/2003, como parte das atividades do curso “Enigma Brasil”.

⁴ A discussão da luta de classes desenvolvida neste trabalho foi possibilitada pelos debates diretos com o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, orientador desta tese, que – durante o processo de orientação – estimulou-me a pensar e desvendar os conflitos no campo e a reforma agrária, buscando aquilo que estava subjacente a ambos e que, portanto, os unificava e os explicava..

Desvendar, portanto, a proposição de uma lei de reforma agrária, assim como a trajetória específica desses assentamentos, diz respeito à compreensão de como as classes sociais contraditoriamente contrapõem-se e qual o processo que leva o campesinato a agir e se mover na história forjando e transformando frações do território capitalista.

Nesse sentido, o trabalho está organizado em três partes. Na Parte I, “Campesinato e Luta de Classe”, discuto a proposição da Lei de Revisão Agrária em São Paulo pelo Governo Carvalho Pinto, a partir do entendimento de que ela é o contraponto das questões que estavam postas naquele momento histórico, ou seja, o processo através do qual a inserção do Brasil no capitalismo mundializado provocava alterações no campo, notadamente no modo através do qual o campesinato vinha se reproduzindo. E mais, conseqüentemente, como sua ação de classe através de sua organização política em oposição à burguesia e aos grandes proprietários de terra, fez com que essas classes sociais hegemônicas discutissem a forma como a terra vinha sendo apropriada no Estado e no país.

Essa mobilização política do campesinato colocou a questão agrária na ordem do dia, o que significou, sob o ponto de vista da geopolítica internacional, que essa ação deveria ser interpretada como um perigo para o posicionamento do Brasil frente ao alinhamento capitalista mundial.

Esta mundialização do capital, que no Pós-Guerra concretizou-se politicamente na geopolítica da bipolaridade, teve uma faceta específica no campo brasileiro. Particularmente em São Paulo, a inserção do país neste processo significou um aumento na expansão da pecuária de corte em detrimento das lavouras, sobretudo sobre as áreas anteriormente ocupadas por posseiros. Passou assim, a ocorrer um processo de disputa/luta no e pelo território. Concretamente, as classes sociais – os grandes proprietários de terra e os camponeses - estavam em disputa. Tratava-se de conflitos de interesses de ordem diversas e opostas: de um lado havia o mecanismo de expansão do capitalismo através da produção do capital (por meio das relações

camponesas não-capitalistas) e de outro, a resistência camponesa à expulsão e à exploração. Havia, portanto, um conflito entre classes sociais antagônicas.

Foi justamente o conflito decorrente dessa oposição de interesses de classe que levou à formulação e existência de uma Lei de reforma agrária de âmbito estadual antes, portanto, do Estatuto da Terra de caráter nacional. Aliás, a própria equipe do Governo do Estado de São Paulo, responsável pela elaboração da Lei de Revisão Agrária, foi chamada para participar da elaboração do Estatuto da Terra.

Para tecer esta primeira parte do trabalho, além da revisão bibliográfica e consulta a diferentes fontes - jornais e revistas da época - por exemplo, fiz entrevistas com representantes públicos, ligados ao Governo Carvalho Pinto e, direta ou indiretamente, à elaboração da Lei de Revisão Agrária, entre eles: Plínio de Arruda Sampaio, Subchefe da Casa Civil e Coordenador do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto; José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Agricultura; e Paulo Vanzolini, assessor do Secretário da Agricultura e mediador do Governo nos episódios do conflito denominado "Arranca Capim".

Na segunda parte do trabalho, "Reforma Agrária e Reprodução Camponesa", abordei o processo histórico referente às diferentes áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária.

Procurei compreender a trajetória histórica desses assentamentos, buscando captar a reprodução camponesa na sociedade capitalista, particularmente nos projetos de assentamento. Procurei, por isso, compreender quais fatores levaram à permanência ou não dos camponeses na terra. Os fatores relacionados à renda da terra, aos mecanismos desenvolvidos pelo campesinato de controle sobre a subordinação de sua renda e ao modo de vida camponês, mostraram-se essenciais na explicação da trajetória positiva dos projetos de reforma agrária, contrariando a concepção de que esta tem possibilidade de ser efetiva apenas em locais distantes dos grandes centros, como afirma Santos:

Na realidade, hoje não basta produzir, é preciso transformar esta produção em fluxo, e é quem transforma a produção em fluxo que tem poder. O produtor por si não tem poder, não tem poder porque o processo de realização da mercadoria é cada vez mais subordinado ao processo da circulação. Os lugares da produção são valorizados em função de sua inserção no processo de circulação ... A questão da terra, no mundo de hoje, pode ser encarada através desse prisma. Em outras palavras, possuir a terra não é em si mesmo, uma solução, porque possuir a terra e produzir nela não é uma garantia de uma participação central no processo econômico, já que este é comandado por quem tem o controle dos processos de circulação, que não se limitam aos transportes, incluindo hoje, o comércio, a distribuição, a informação e o crédito ... Se isso é verdade, a questão da Reforma Agrária deve ser vista também sob esse aspecto. Se há meio século, uma Reforma Agrária iria trazer remédio para uma muito grande parcela da população e podia constituir uma garantia de sua correta participação, por bastante tempo, no processo econômico, nos dias de hoje já não se pode dizer a mesma coisa ... Na situação atual do Brasil, onde ainda há áreas que não são completamente desenclavadas, onde a “abertura” geográfico-econômica é menor, onde as relações de proximidade ainda são grandes, a resistência do agricultor local pode ser maior. O Brasil tem muitas áreas assim. Nessas áreas, as Reformas Agrárias têm uma possibilidade de mais sobrevivida. Nas áreas onde o processo de circulação é mais intenso, mais forte, mais presente, a fragilidade do lavrador se mostra muito maior, o tempo provável de resistência é menor ... (Santos, 1995:9). (grifos nossos).

O desenvolvimento desta tese apontou uma trajetória inversa a esta. A proximidade dos grandes centros e, portanto, do mercado consumidor, assim como o acesso as grandes vias de circulação, atuam de forma positiva na relação do campesinato com o mercado, posto que alguns mecanismos de subordinação da renda camponesa diminuem com esta proximidade. Aí está uma das chaves para a compreensão da trajetória dos projetos de reforma agrária: os camponeses não são apenas “produtores”, ou seja, não são produtores capitalistas, isso significa que sua produção e inserção na sociedade se dão de forma diferenciada e, portanto, não podem ser compreendidas através do mesmo mecanismo.

A Lei nº 5994 de 30/12/1960, denominada Lei de Revisão Agrária, promulgada pelo Governo Carvalho Pinto em dezembro de 1960, estabelecia que deveriam ser assentadas anualmente de 500 a 1000 famílias de agricultores sem terra em terras públicas ou privadas que estivessem sendo subutilizadas, adquiridas mediante compra por parte do governo do estado⁵;

⁵ Ver a Lei de Revisão Agrária, na íntegra, no Anexo I.

Decreto nº 38.328 – 14 de Abril de 1961.

Dá regulamento à Lei nº 5994, de 30 de dezembro de 1960, que estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências.

Capítulo I

Da Revisão Agrária

Art. 1º O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição de pequena propriedade rural, nos termos da Lei nº 5994, de 30 de dezembro de 1960, e na forma estabelecida por este regulamento.

Parágrafo único. Considera-se pequena propriedade rural aquela que, possuindo área mínima necessária para possibilitar a sua exploração econômica, não exceda os limites máximos fixados nos planos de loteamento para as diversas regiões do Estado, consideradas ainda a sua localização, objetivo econômico e social e as condições econômicas do proprietário.

Art. 2º Para a efetivação do disposto no artigo anterior, o Poder Executivo adotará, dentre outras coisas, as seguintes medidas:

I – aproveitamento das terras do Estado, que se prestem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas ou incluídas em planos de utilização para reflorestamento, proteção da fauna e da flora ou em atividades de pesquisa ou fomento, mediante o seu loteamento.

II – desapropriação, para fins de loteamento ou reagrupamento, de terras inaproveitadas, de preferência localizadas em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, e que preencham os requisitos do inciso anterior;

III – aquisição, mediante compra ou doação, de terras cuja situação e características justifiquem o seu aproveitamento para as finalidades da Lei nº 5994, de 30 de dezembro de 1960, e deste regulamento.

[...]

Os recursos para a implantação da Lei de Revisão Agrária seriam oriundos do Imposto Territorial Rural (ITR)⁶.

Por força desta Lei, cinco áreas foram desapropriadas para sua aplicação no governo Carvalho Pinto (1959-1962), mas os assentamentos foram implantados apenas em três delas e integralmente, somente em duas. Isto se deu em virtude do recurso financeiro para a execução da Lei, e, portanto, para a implantação dos projetos de assentamento, ter sido extinto.

É necessário indicar, já no âmbito da própria introdução deste trabalho, o motivo de haver sido extinto o recurso para a implantação da Lei de Revisão Agrária.

⁶ Naquele período o Imposto Territorial Rural era recolhido pelos estados.

No contexto geopolítico da Guerra Fria, com os movimentos sociais marcando o campo brasileiro, ora reivindicando diretamente a reforma agrária, ora buscando a permanência na terra em que trabalhavam, esses movimentos foram interpretados como portadores dos germens da revolução comunista internacional, que ocorreram no mundo naquela época.

Por isso, a proposição da Lei de Revisão Agrária foi interpretada como se fosse uma reforma de cunho socialista. Várias associações de ruralistas posicionaram-se contra a Lei de Revisão Agrária, sob o argumento de que era ela uma lei de confisco, fundada em princípios socialistas.

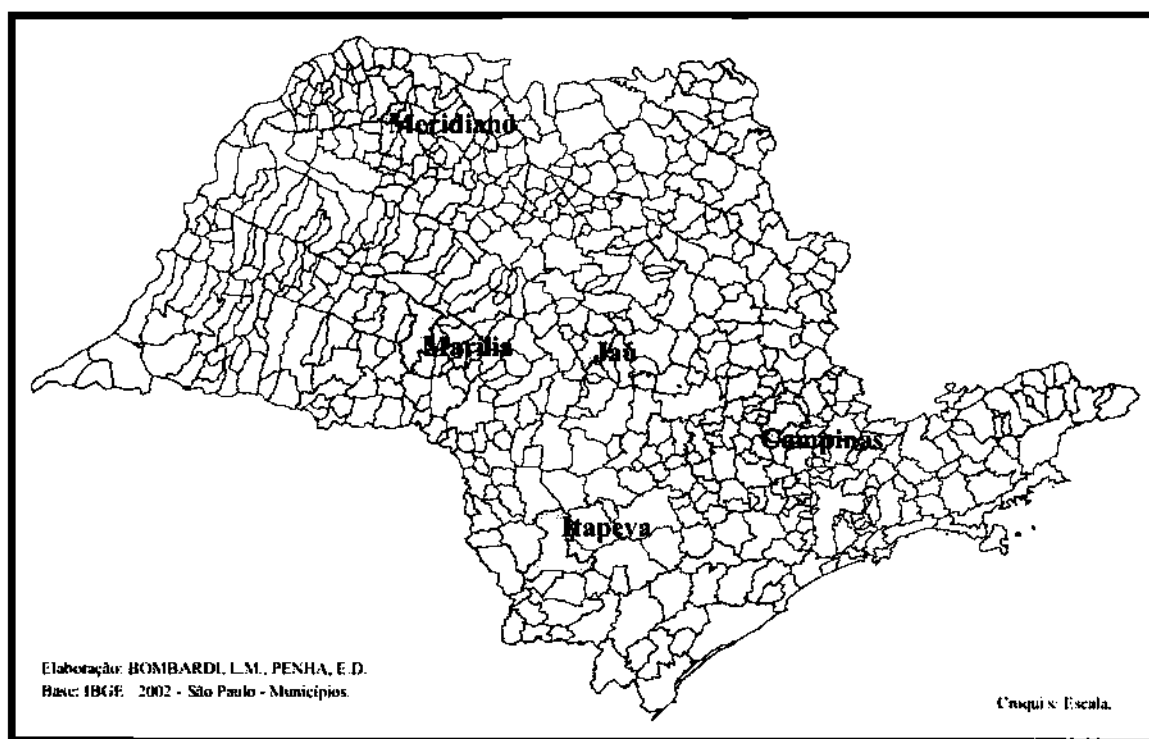
Mas, o governo do Estado de São Paulo não tinha, evidentemente, nenhuma postura *revolucionária*, no sentido de propor um projeto de reforma agrária que visasse a transformação profunda da estrutura da sociedade; ao contrário, a Reforma Agrária era entendida como uma medida para conter o conflito de classe, era, notadamente, um instrumento para a contenção das ações do campesinato organizado.

Entretanto, o advento da Lei de Revisão Agrária em dezembro de 1960 causou um grande incômodo à classe dominante. Por isso, foi tão grande a oposição à Lei de Revisão Agrária que além das alterações realizadas no Projeto de Lei feitas pelos deputados na Assembléia Legislativa paulista, a continuidade da implantação da Lei ficou impossibilitada, pois o Congresso Nacional, em sua primeira emenda à Constituição de 1946, tirou o recurso do Imposto Territorial Rural (utilizado para aplicação da Lei de Revisão Agrária) do poder dos estados e transferindo-o para os municípios. Esta ação do Congresso Nacional esteve diretamente ligada a estabelecer o impedimento da execução da Lei de Revisão Agrária em São Paulo, o que, de fato, ocorreu.

Mesmo assim, as cinco áreas foram adquiridas/destinadas para a implantação da Lei de Revisão Agrária: a Fazenda Santa Helena, chamada pelos camponeses de Fazenda do Estado, no município de Marília; a Fazenda Capivari em Campinas; a Fazenda Pouso Alegre, em Jaú; a Fazenda Jacilândia, em Meridiano e a Fazenda

Pirituba, em Itapeva (ver Mapa 1). Os assentamentos dos municípios de Campinas e Marília foram implantados de forma integral ainda no Governo Carvalho Pinto até 1962. O assentamento de Jaú, que teve os lotes divididos e a terra preparada com curva de nível ainda em 1962, foi efetivado apenas em 1964, já no governo de Adhemar de Barros, quando as famílias vieram para seus lotes. Entretanto, diferentemente do que ocorreu nos dois casos anteriores, não dispuseram da mesma infra-estrutura no lote: casa, galpão e centro comunitário.

Mapa 1. Municípios em que estão localizadas as áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária



Os casos da Fazenda Jacilândia em Meridiano e da Fazenda Pirituba em Itapeva tiveram uma trajetória completamente diversa dos três anteriores. As duas Fazendas eram terras públicas que foram designadas para a implantação de assentamentos pela Lei de Revisão Agrária. A Fazenda Jacilândia estava ocupada por posseiros no momento da aprovação da Lei e a Fazenda Pirituba, além de também estar ocupada por posseiros, estava sendo “arrendada por grileiros”, que haviam sido prepostos do

Estado. Em ambas, os camponeses vivenciaram um processo intenso de violência na luta por sua continuidade na terra.

No capítulo 2, desta Parte II, “O processo de expansão do capital no campo e as áreas destinadas à Lei de Revisão Agrária”, início tecendo considerações sobre o processo de apropriação privada da terra em São Paulo, através do percurso das próprias áreas destinadas à implantação da Lei.

Nesse processo, a migração camponesa tem uma importância substancial. A busca pela terra e trabalho livres responde grandemente pelo mecanismo de produção e reprodução do capital no campo, aliás, os camponeses relatam esse processo a partir da história de sua própria experiência, revelando-o “por dentro”.

No capítulo 3, “A reprodução camponesa versus a subordinação da renda camponesa ao capital: o Bairro Reforma Agrária (Campinas) e a Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado⁷ - Marília)”, construo um longo paralelo entre esses dois assentamentos, que foram efetivados na mesma época e da mesma forma, buscando a compreensão de suas trajetórias e procurando identificar e explicar as diferenças entre os dois.

Em Marília, embora a Fazenda Santa Helena (Fazenda do Estado⁸) tenha sido a primeira em que a Lei de Revisão Agrária foi implantada, não são muitas as famílias que permaneceram na terra até o ano de 2004, quando realizei a última etapa da pesquisa de campo.

Cerca de oito anos após a implantação do Projeto na Fazenda Santa Helena, os camponeses já encontravam-se em grande dificuldade financeira e muitos deles haviam transferido seus lotes para outras famílias, ou arrendavam suas terras e trabalhavam como colonos em propriedades vizinhas (TOLENTINO, 1992).

⁷ A discussão sobre o nome da área será realizada no capítulo 3. Vale dizer que seu nome original “Fazenda Santa Helena” foi sendo substituído por “Fazenda do Estado” pelos camponeses.

⁸ Os camponeses assentados chamam a Fazenda de “Fazenda do Estado”, como será discutido.

Por isso, a comparação da trajetória dos assentamentos na Fazenda Santa Helena e na Capivari (hoje Bairro Reforma Agrária – Campinas) é especialmente importante: ambos foram realizados exatamente da mesma forma e na mesma época, como será discutido. Entretanto, os processos desenvolvidos nestes assentamentos foram bastante diversos.

A explicação da permanência ou não das famílias em seus sítios está vinculada, sem dúvida, às características específicas do campesinato. Há assim, dentre outros (como será discutido no decorrer do Capítulo 3) dois fatores articulados que apontam um caminho no sentido dessa explicação: o primeiro é o tipo de cultura que as famílias desenvolveram em seus lotes e o segundo é a estrutura familiar tal como se apresentava quando vieram para o lote, ou seja, o número de membros da família e a idade dos filhos.

A lógica camponesa é fundamentalmente diversa da capitalista. Assim, analisar a trajetória de projetos de reforma agrária demanda adentrar com profundidade no universo camponês, marcado por uma estreita ligação entre trabalho e família. As observações feitas, por exemplo, por Chayanov (1974) no começo do Século XX, bem como as de Shanin (1983), foram e são muito valiosas nesse aspecto.

A relação que as famílias camponesas estabelecem com o mercado, ou seja, o conflito de interesses do campesinato em relação aos das classes sociais hegemônicas, bem como o fato de estarem sujeitos às intempéries da natureza, a forma como a família está estruturada e a possibilidade de reterem parte substancial da renda camponesa da terra, são os eixos fundamentais para que se possa compreender a trajetória dos projetos de reforma agrária.

Por vezes, na realização do trabalho de campo no Bairro Reforma Agrária (Campinas), minha pergunta era sobre a não permanência de determinada família no assentamento. As respostas em geral vinham em torno da dificuldade financeira em assumir as prestações do lote e concomitantemente manter a família. Foi perceptível que a estrutura familiar e o tipo de cultivo desenvolvido nos primeiros anos

determinou a permanência ou não nos seus sítios. Assim, de maneira geral, aquelas famílias que tinham um número de filhos razoável em idade de trabalho e, paralelamente, vieram produzir frutas, o que permitia que auferissem maior renda (em oposição àquelas que cultivavam outros gêneros, principalmente legumes), tiveram mais facilidade para permanecer na terra. Isto porque esses dois fatores são de fundamental importância: o primeiro deles, refere-se ao “número de bocas para comer e de braços para trabalhar”⁹ (CHAYANOV, 1974); o segundo refere-se à renda camponesa da terra e portanto, à relação com o mercado no que tange à subordinação desta renda ao capital.

Como se verá, no projeto de assentamento da Fazenda Santa Helena, em Marília, houve um processo bastante crítico de subordinação da renda da terra ao capital industrial e comercial e, posteriormente, também ao financeiro – às vezes as três formas de subordinação estavam ligadas a uma única figura – o que acarretou na saída de grande parte das famílias de suas terras. Esse processo de subordinação esteve, de alguma forma, mediado pela ação do Estado em relação ao capital.

Entretanto, aquelas famílias que estão nas suas terras encontraram formas de evitar a apropriação de sua renda pelo capital e conduzem suas propriedades, até hoje, sob essa perspectiva.

Ao consultar os arquivos da Assessoria de Revisão Agrária¹⁰ pude verificar o enorme número de inscritos para a aquisição de lotes por meio da Lei. Para os camponeses sem terra, a propriedade familiar era sinônimo de realização de um sonho de fartura e autonomia: “... *o meu pai sempre sonhou em ter um pedaço de terra dele. A gente sempre trabalhou para os outros, sempre deu murro em ponta de faca, nunca tivemos regalia nenhuma...*”¹¹.

⁹ Ou seja: número de filhos maiores (braços para trabalhar) ou menores (bocas para comer).

¹⁰ A Assessoria de Revisão Agrária foi criada para executar a aplicação da Lei de Revisão Agrária. (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1961). Atualmente seu arquivo está sob os cuidados do Museu da Imigração em São Paulo/SP.

¹¹ Entrevista realizada no Bairro Reforma Agrária com o Sr. Luís Antônio em 12 de agosto de 1999.

Nesse sentido, no capítulo 4, “A reprodução camponesa *versus* a territorialização do capital: Bairro Reforma Agrária (Jaú)”, apresento um mapa que representa o número de inscritos para aquisição de um lote naquele assentamento. De fato, foi enorme não só o número de inscritos, como também de municípios em que os camponeses mostraram interesse pela aquisição da terra, sobretudo se for considerado o alcance dos meios de comunicação à época.

Nesse capítulo, discuto a trajetória das famílias assentadas em Jaú desde o período anterior à aquisição da terra, nos momentos prévios ao assentamento e após terem sido assentadas. Essas famílias vivenciaram a transição do Governo Carvalho Pinto para o Governo Adhemar de Barros, quando a Lei de Revisão Agrária foi praticamente “congelada”. Embora parte dos trabalhos para a realização do assentamento - como a delimitação dos lotes, as curvas de nível etc. - já estivessem prontas na Gestão Carvalho Pinto, os camponeses aguardaram ainda dois anos para serem assentados, com a diferença (em relação aos casos anteriores) de que neste não havia casas, nem galpões, entre outras obras de infra-estrutura.

No caso de Jaú, como o próprio título do capítulo indica, os camponeses vivenciam um processo massivo de territorialização do capital no campo nas bordas do assentamento e mesmo dentro dele. Houve uma grande expansão do plantio da cana-de-açúcar em toda a região, que pauta o preço da terra e que, segundo a expressão dos próprios camponeses, os *cerca*, ou seja, os pressiona, os “*tenta*” para que vendam suas terras de modo a serem incorporadas às vastas áreas de cana.

Tracei também a trajetória de algumas famílias que, no enfrentamento com a territorialização do capital, não lograram permanecer em suas terras. O saudosismo com que se recordam dos tempos em que estavam na terra é unanimidade entre esses camponeses. Eles se lembram da terra e dos frutos dessa terra através dos sons, das cores, dos sabores, dos cheiros e das texturas! Ou seja, as lembranças ficaram impregnadas na memória através dos sentidos. E isto é muito forte e significativo para pensar o sentido da reforma agrária, que extrapola em muito o âmbito estritamente das

relações econômicas. Essa experiência cria marcas indeléveis nas vidas dos assentados, que ao experienciarem a fartura e a liberdade jamais querem abrir mão delas.

A migração para em terra mais distante, surgiu no caso daqueles que não conseguiram ficar em suas terras, como possibilidade de realização do sonho da reprodução camponesa na “terra livre”, como será discutido.

Entretanto, ao contrário do que era de se esperar, em meio ao “mar de cana”, em meio ao processo agressivo de territorialização do capital, as famílias camponesas que lá resistem - e cômicas de sua resistência - reproduzem-se, buscando driblar os mecanismos de subordinação de sua renda e estabelecem a sociabilidade típica dos bairros rurais, aliás, como em todas as outras áreas estudadas. As formas encontradas para sua própria reprodução e o orgulho de estarem na terceira geração nessas terras, demonstram a vivacidade e a viabilidade desses projetos, como será também oportunamente abordado.

No capítulo 5, “A resistência camponesa: Fazenda Jacilândia (Meridiano) e Fazenda Pirituba (Itapeva)”, discuti cada uma destas áreas separadamente. A Fazenda Jacilândia, em Meridiano, área envolta em conflitos de terra no final da década de 50 e 60, pertencia à Cia. Araraquarense de Estrada de Ferro nos anos 50, época em que um enorme número de camponeses, especialmente vindos da Bahia, migrava para o oeste paulista, ora trabalhando nas fazendas de café, ora em suas “brechas livres mais a oeste”. Grande parte deles trabalhou na abertura de fazendas, no processo de produção do capital, plantando gêneros para o consumo e cereais que comercializavam, para posteriormente formar o pasto das futuras fazendas de gado e depois deixá-las, migrando novamente.

Os camponeses instalaram-se na área da Fazenda Jacilândia em busca da terra livre, sem patrão. Entretanto, enfrentaram a truculência de jagunços no processo de grilagem dessa área. Resistiram na terra e, quando a Lei de Revisão Agrária seria definitivamente implantada na área (na década de 70), o que legalizaria a condição de

posseiros, enfrentaram a prevaricação perpetrada pelo agrônomo responsável por assentá-los, tendo que resistir uma vez mais para permanecerem na terra.

Essas famílias territorializaram-se no oeste paulista, formando "sítios baianos", marcados, sobretudo, pela prensa e pelo forno de torrar a farinha de mandioca. Evidentemente, também tecem a teia de relações dos bairros rurais, sendo, em grande parte, parentes e compadres. Aliás, mesmo o processo migratório é conduzido por essa teia. A migração camponesa só é compreendida se se entende que essa é uma decisão, e "um fio", conduzidos no âmbito da família.

A permanência das famílias nessas terras tem se dado, nos últimos anos, através da criação de gado leiteiro. Como os lotes não são grandes e o trabalho demandado é pequeno, não há um grande número de membros da família trabalhando no sítio. Entretanto, há casos em que os camponeses têm procurado superar essa situação através do piqueteamento do pasto, de tal modo que o número de cabeças que é possível criar na mesma área seja significativamente maior. Os croquis feitos em um desses sítios, revelam – através do desenho – a dimensão do futuro, desse sonho realizado.

Ainda com relação a esse capítulo, a Fazenda Pirituba, em Itapeva, talvez seja o caso mais emblemático no que diz respeito à luta pela terra. Essa área era uma fazenda pública no início da década de 50, quando o Governador Adhemar de Barros (em sua primeira gestão) cedeu a área para que um agrônomo italiano implantasse um projeto piloto de cultivo de trigo. Implementos agrícolas foram importados da Itália para essa implantação e casas foram construídas para que os "colonos italianos" viessem cultivar o trigo na área. Ocorreu que a Fazenda Pirituba já era ocupada por camponeses, ora na situação de posseiros, ora na de rendeiros, quando a área foi destinada ao projeto. Esses camponeses foram forçados a trabalhar como carpinteiros e pedreiros na construção das casas que os italianos viriam habitar, em troca da permanência na terra. Os italianos não vieram, o projeto não foi implantado e passou a haver um longo e

duro processo de grilagem dessa área pelo agrônomo e seus descendentes, procurando expulsar os camponeses e arrendando a área a terceiros.

Desde então, os camponeses vivenciam tenazmente um grande processo de resistência nessas terras, que já dura mais de cinquenta anos. No final da década de 70 – a exemplo da Fazenda Jacilândia – o mesmo agrônomo veio implantar a Lei de Revisão Agrária, e passou ele próprio a grilar áreas da fazenda, cedendo enormes porções de terra a outros grupos (além daqueles que já a grilavam). Novamente os camponeses depararam-se com um processo de expulsão e de violência. Algumas famílias, naquele momento, não conseguindo ficar em suas terras, organizaram-se e denunciaram a atitude do agrônomo que redundou na abertura de uma Comissão Especial de Inquérito e um processo administrativo contra o mesmo. No início da década de 80, parte dessas famílias que foram expulsas da Fazenda Pirituba (onde muitos destes camponeses nasceram e cresceram) organizou-se e formou o grupo que ocupou a área. Esse grupo, que nasceu no interior da própria Fazenda Pirituba, tornou-se, mais tarde, um dos gomens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, responsável pela continuidade da ocupação da área ao longo dos anos 80 e 90, via de regra a partir dos laços familiares.

A palavra “resistência”, utilizada no título desse capítulo, remete a esse longo processo vivenciado pelo campesinato, processo vivido em busca de sua reprodução.

Assim, com a discussão da Fazenda Pirituba, fecho a Parte II do trabalho que, não por acaso, chama-se “Reforma Agrária e Reprodução Camponesa”, procurando desvendar e explicar a reprodução e a territorialização camponesa nos projetos de reforma agrária.

É importante salientar que os trabalhos de campo, realizados principalmente em 2003 e 2004, foram de fundamental importância na elaboração da Parte II desta tese. Foi através do contato direto com a realidade que pude elaborar uma explicação para a trajetória camponesa em suas terras. Nesse sentido, utilizei-me amplamente das entrevistas colhidas em campo para “tecer a teoria”, a partir de um entendimento de

que as relações entre teoria e realidade são fundamentais e não podem ser compreendidas separadamente. As falas, que somadas contaram mais de 70 horas de gravação, permitiram que se captasse a realidade por “dentro” ou seja, por meio dos sujeitos sociais que a constroem.

Os depoimentos dos camponeses –generosamente concedidos - possibilitam que se capte sua lógica, que se apreenda sua forma de ver o mundo, a terra o trabalho, a família etc. É através dos depoimentos que é possível afirmar como as diferentes instâncias da vida são concebidas de forma única. É também através dos depoimentos que é possível entrever a consciência de classe do campesinato; suas falas são extremamente reveladoras nesse sentido. É ainda através dos depoimentos, especialmente aqueles colhidos na própria roça, que é possível captar a concepção de totalidade que os camponeses têm da natureza: indiferenciando-a, ao contrário de “nós da cidade”. Ou seja, os camponeses conseguem compreender a natureza em sua unicidade, sabem que solo, clima e relevo “são a mesma coisa”, na medida em que só são compreendidos em sua interdeterminação.

É também através dos depoimentos que se capta a valorização do trabalho livre, do trabalho sem mando, da autonomia sobre o tempo e sobre o espaço. É assim também que, evidentemente, que se pode compreender como o campesinato enxerga o processo de subordinação a que está sujeito.

Finalmente na Parte III da tese, cujo capítulo leva o título da própria tese - “Campesinato, luta de classe e reforma agrária” - procuro desvendar/explicar os conflitos no campo em São Paulo e o significado da reforma agrária como uma *questão* para esta sociedade, ou seja, para o próprio modo capitalista de produção.

Para tanto, mapeei os diversos conflitos no campo em São Paulo, em três períodos diferentes: de 1945 a 1964, de 1964 a 1981 e de 1980 a 2005. O primeiro período compreende justamente a época da elaboração e proposição da Lei de Revisão Agrária, chegando às vésperas do Golpe Militar, período este em que os conflitos marcavam o campo em São Paulo, particularmente na região do Noroeste do Estado. O

segundo período, de 1964 a 1981, que corresponde à época da ditadura militar, foi também marcado por inúmeros conflitos, o que mais surpreende tendo em vista o quanto a repressão esteve presente naquele momento histórico. O terceiro período, que vai dos anos 80 até a atualidade, sobre o qual há mais dados, está marcado por uma intensa mobilização e conflitos no campo em praticamente todo o estado.

Os dados revelam um campo em conflito há, no mínimo, sessenta anos, como demonstra o período mapeado. Tais conflitos são conflitos de classe, de uma sociedade que é eminentemente contraditória; são conflitos pela apropriação e controle do território.

O campesinato luta por sua reprodução na própria terra. É, portanto, através da compreensão do *sentido* dos conflitos que se compreende simultaneamente, a luta de classes, a luta pela terra e a necessidade da reforma agrária na atualidade.

Essa luta tem uma especificidade justamente pela característica do campesinato, assentada em uma forma econômica singular que está ancorada em sua ordem moral. Os mapas trazidos no último capítulo revelam a continuidade e a constância dos conflitos; são uma geografia dos conflitos de classe no campo.

Assim, é no âmbito dessa concepção que este trabalho está sendo desenvolvido, em uma perspectiva de que a compreensão do campesinato e sua inserção e reprodução – contraditória - na sociedade capitalista é que possibilitam uma abordagem profícua da realidade e, especificamente, da realidade dos assentamentos, desvendando o lugar dos conflitos de classe no país e o significado da reforma agrária.

Esta reforma agrária, que é buscada através da luta camponesa por sua reprodução, cria marcas no território. Territorializa-se e transforma a experiência das famílias que a vivenciam. Essa experiência – quando a família se reproduz na terra - é traduzida de uma maneira extremamente positiva nas falas que recheiam este trabalho e que são a âncora para a construção de uma teoria sobre a reprodução camponesa. Um dos exemplos que traduzem esta afirmação, e que eu retomo no último capítulo desta tese, é a fala, gravada em 2003, de uma camponesa assentada em Marília, que me disse

o seguinte a respeito da reforma agrária do Governo Lula: *“E essa reforma que o Governo quer fazer agora? Não é assim que ele quer fazer? Lotear as terras para o pessoal que não tem terra? Mas, se o governo conseguisse fazer isso, ia acabar a fome do mundo! ... Porque todo mundo ia plantar e ia colher!”*

PARTE I

CAMPESINATO E LUTA DE CLASSE

1. A Sociedade, o Estado e a Lei de Revisão Agrária

1.1. A Guerra Fria e os movimentos sociais no Brasil na década de 50

O processo de mundialização do capital, que a partir da II Guerra Mundial configurou-se de modo hegemônico, tem determinado uma forma específica de constituição do território (OLIVEIRA, 1995a). Esta nova constituição tem, portanto, uma característica peculiar, fruto da materialização da forma como esse modo de produção contraditório se reproduz. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se materializam as relações sociais tipicamente capitalistas, materializam-se também aquelas não-capitalistas - como o campesinato, por exemplo - que o contradizem, mas que ao mesmo tempo o compõem.

É, portanto, no âmago das contradições dessa sociedade que a proposição da Lei de Revisão Agrária vai ser entendida neste trabalho. O momento em que foi gestada pode ser caracterizado, ao mesmo tempo, pela eclosão de inúmeros movimentos sociais no campo no Brasil e pelo auge da Guerra Fria, entendidos como fenômenos que compõem um mesmo processo, como será discutido.

O processo de reprodução do modo capitalista de produção – que reproduz suas próprias contradições – materializa-se, e ao materializar-se, constrói o território.

O território está sendo aqui entendido como resultado da interação de três fatores: tempo, espaço e relações sociais¹. Entender o território desta forma é conceber que as relações sociais plasmam-se no espaço, no movimento do tempo.

Segundo o Prof. Ariovaldo U. de Oliveira (1988, p.109), “as transformações temporais encontram sua consolidação nas transformações espaciais”, ou seja, o espaço materializa as relações no decorrer do tempo, tornando-se então território.

Neste entendimento, portanto, fica claro que espaço não é sinônimo de território:

¹ RAFESTTIN, 1993, p.160.

... o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território por sua vez é um espaço transformado pelo trabalho, é portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico. (OLIVEIRA, 1997, p. 9)

Neste mesmo sentido, de acordo com Raffestin (1993, p. 144):

O espaço é, de certa forma, 'dado', como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Não se trata, portanto, de considerar o espaço como ponto de partida na direção daquilo que se constitui o território; pelo contrário, o território expressa as relações sociais que no espaço se estabelecem. Assim, não é possível concebê-lo (o território) apenas como fruto da interação entre "homem-meio", o que daria uma idéia de um homem "abstrato", isolado, desvinculado de seu tempo e das determinações dele decorrentes.

Analisar o território significa apreender as relações sociais que o determinam, o que na atualidade significa fazer uma análise que abarque o modo capitalista de produção² e suas determinações, numa perspectiva de entendimento de que as relações sociais no mundo atual são por ele determinadas.

Para Marx, conforme estudos de Indovina & Calabi e Moraes, o território define-se não pelo domínio mas pelo uso. É a apropriação (num sentido lato) e não a propriedade (uma relação historicamente mais limitada) que o credencia. Marx é claro ao afirmar que: 'o que faz com que uma região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos ali caçarem (Marx, 1981, p.87). Assim, é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando um território. Este, na concepção marxista é uma construção social.³

² Modo de produção está sendo aqui entendido como "... modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, no qual são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade" (MARTINS, 1996, p.2).

³ ETGES, 1989, p.15.

Dessa forma, falar em formação territorial é falar das relações sociais que determinam a construção de um território. O Prof. Ariovaldo U. de Oliveira (1996, p. 11-2) o definiu da seguinte forma:

O território... é assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É pois produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um prius ou um a priori mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

Nesta perspectiva, para compreender a formação territorial atual do país é preciso entender de que forma o capitalismo tem determinado, através das relações sociais que por ele são engendradas, a construção/reprodução do território tal como é conhecido na atualidade.

Tendo em vista o caráter peculiar do capitalismo - um modo de produção fundado na desigualdade de relações entre os seres humanos⁴ - e concebendo o território enquanto materialização das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo, significa que o território produzido pelo capitalismo é essencialmente desigual. Desigual enquanto expressão do tipo de relação social que através dele se estabelece e, ainda mais, desigual também de forma que a reprodução da desigualdade social continue a ser possibilitada:

Uma análise do território, embora possua seus próprios instrumentos, deve configurar-se como uma leitura que diz respeito ao processo total e específico do capital... o fim último da organização territorial específica é o de permitir o processo total do capital: extração da mais-valia, realização-circulação...⁵

No processo de mundialização do capital, o território vai sendo construído a partir das necessidades de produção e reprodução do próprio capital (assim como de

⁴ (MARX, K. 1982).

⁵ CALABI & INDOVINA, 1973, p.14.

suas contradições, como será oportunamente discutido). Neste sentido, segundo Calabi & Indovina (1973, p. 4): “As escolhas de localização, portanto, não seguem uma lei ‘tecnológica’ mas uma lei social, no sentido de que elas são determinadas pela possibilidade (facilidade) de extrair mais-trabalho”.

Evidentemente esse processo de mundialização não se dá de forma homogênea por todo o mundo. O capital, em seu processo de desenvolvimento desigual e combinado, territorializa-se também de forma desigual.

Nesse sentido, à medida que o capitalismo mundializa-se, mundializa-se também o território que é por ele forjado, em um movimento constante e contraditório. O território construído a partir do modo capitalista de produção é visivelmente e mundialmente desigual e contraditório. Desta forma, é possível compreender a existência lado a lado de latifúndios (im)produtivos e de unidades camponesas, como será discutido ao longo deste trabalho.

Assim, a intenção básica da abordagem deste item é desvendar as relações entre o contexto geopolítico mundial da década de 50 (profundamente marcado pela Guerra Fria, pela expansão política e econômica dos Estados Unidos e pela inserção do Brasil nesse contexto) e as repercussões internas, fruto de seu posicionamento geopolítico. Como apontado, os dois processos, tanto o posicionamento do Brasil no quadro da Guerra Fria, quanto os movimentos sociais no campo, são partes de um processo único que diz respeito à constituição do território a partir da mundialização do capital.

Como afirmou o Prof. Ariovaldo U. de Oliveira (1996), o território é o “*produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência*”. É nesse sentido que devem ser compreendidos os conflitos sociais no campo: como conflitos de classe no cerne da produção e reprodução (contraditória) do capitalismo⁶.

⁶ A discussão detalhada a respeito dos conflitos sociais no campo como conflitos de classe será realizada no próximo item.

O processo histórico de mundialização do capital – com o marco geopolítico da Guerra Fria - atuou profundamente na configuração do território nacional tal como é conhecido atualmente.

Desta forma, houve uma grande mudança no quadro de relações entre as classes sociais, particularmente entre o campesinato *versus* os proprietários de terra e a burguesia⁷, desencadeando uma série de movimentos sociais que indiretamente colocavam em questão o posicionamento do país frente à geopolítica da bipolaridade.

O Brasil, como consequência de um alinhamento à expansão capitalista norte-americana, junto com outros países latino-americanos, adotou uma postura política de não deixar brechas para a expansão do comunismo no país.

Os motivos e, sobretudo, os objetivos do golpe, ao que as evidências parecem indicar... estavam fortemente marcados pelas posições políticas e ideológicas derivadas da “**Doutrina Monroe**” e, em especial, da sua concretização na “**política preventiva**”, estruturada no início do século, e que lançava as primeiras bases para o “direito” de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países latino-americanos sob o pretexto de combater “a anarquia reinante e as transformações políticas indesejáveis, e, mais tarde (...) a ameaça do comunismo.” (JONES, s.d., p. 3-4)

Todos os movimentos sociais internos, na década de 50, foram interpretados justamente nesse sentido, ou seja, como movimentos que carregavam em si a possibilidade de fazer germinar uma revolução comunista no país.

Os conflitos sociais no campo e as ações para a contenção do comunismo (em função da expansão dos movimentos camponeses), paralelamente ao desejo de uma parcela da burguesia nacional de buscar uma saída para o subdesenvolvimento e conter o conflito de classe que despontava, guiaram uma série de ações por parte do Estado em direção à reforma agrária, entre elas, a própria Lei de Revisão Agrária, durante as décadas de 50/60. Esses movimentos sociais no campo e a posição que o Estado adotou frente a eles, sem dúvida, tiveram um papel preponderante no desencadeamento do Golpe Militar de 64. De acordo com Jones (s.d., p. 3):

⁷ A questão do campesinato como classe social será feita no próximo item.

o golpe de 1964 não era um fato isolado, nem muito menos novo, mas que, ao contrário, apenas representou o momento vitorioso desse conjunto de tentativas frustradas de retomada do poder pelas elites mais conservadoras do país, amplamente comprometidas com um determinado projeto, supostamente liberal, de “*abertura*” e internacionalização da economia brasileira, mas sobretudo, de alinhamento do Brasil no âmbito da aliança Ocidental. Ou seja, no âmbito do “bloco anti-soviético”.

Desta forma, a proposição da Lei de Revisão Agrária e sua posterior aprovação em São Paulo, em 1960, têm uma relação evidentemente intrínseca com o momento histórico da década de 50, marcado pelos conflitos no campo.

No plano da geopolítica, a década de 50 estava pautada pela Guerra Fria, como foi já apontado. Com o término da II Guerra Mundial, os Estados Unidos configuraram-se como potência econômica hegemônica, primeiro porque financiaram a reconstrução dos países capitalistas envolvidos na Guerra e segundo, porque passaram a expandir suas empresas e seu capital por todos os países em que esse processo fosse possível, dando início à chamada mundialização do capitalismo:

O desenvolvimento do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial deve ser entendido como o processo de consolidação dos oligopólios internacionais que deu origem às empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas. (OLIVEIRA, 1996, p. 242)

Face às revoluções ocorridas nas décadas de 40 e 50, os Estados Unidos passaram a adotar uma posição extremamente dura, tanto do ponto de vista militar quanto político e econômico, exigindo um posicionamento dos países “alinhados” frente ao “perigo vermelho”, que ameaçava sua expansão econômica.

De fato, o “perigo vermelho” estava posto. A China foi a primeira: em 1945, o exército vermelho chegou a contar com 500 mil homens, dos quais 58% eram do campesinato, 38% do proletariado rural e 4% da pequena burguesia⁸, e “em 49 os comunistas assumiram o poder na China”⁹.

⁸ WOLF, E., 1984.

⁹ HOBBSBAWM, E., 1996.

O Vietnã, a Argélia e a Coréia do Norte também realizaram revoluções comunistas, marcando fortemente o final da década de 40 e toda a década de 50, representando uma ameaça à expansão capitalista norte-americana.

Entretanto, a Revolução Cubana talvez seja o maior expoente do significativo impacto que teve uma revolução em meio à expansão socialista no mundo. Tal sua importância, que mesmo com o fim da Guerra Fria os Estados Unidos ainda impõe à Cuba sanções econômicas e políticas neste início de século XXI.

Deste modo, a Guerra Fria, e paralelamente, as revoluções, em grande parte revoluções camponesas, como mostra Eric Wolf (1984), mas muito especialmente a Revolução Cubana, determinaram graves repercussões no contexto político brasileiro das décadas de 50 e 60, influenciando as ações do Estado e culminando com o Golpe Militar em 1964. Segundo Jones (s.d., p. 3):

é evidente que não se tratava, apenas, de um golpe, especificamente voltado contra o governo de João Goulart, fundado no fato de que o Presidente ter-se-ia guinado para as esquerdas, ou de haver sido deflagrado em decorrência da *inabilidade política* do Presidente para lidar com uma crise, supostamente, conjuntural... Este era, certamente, o pretexto, nunca o motivo da conspiração. Tratava-se, como os fatos ulteriores vieram a deixar evidente, de um golpe *contra qualquer aspiração à auto-determinação política do País*, e sobretudo, contra a escolha, que aparentemente estava sendo feita, por uma via democrática e independente de desenvolvimento da economia nacional, e do não-alinhamento no campo político. Tudo isto feria os princípios consagrados na “Doutrina Monroe”, nunca abandonada, especialmente tendo-se em consideração a conjuntura da “Guerra Fria” e da alegada **“ameaça do comunismo internacional”**.

A década de 50, que antecede a do Golpe Militar, é, portanto, um capítulo especial na história do campesinato brasileiro, que criou o pano de fundo para as propostas oficiais de reforma agrária, desde a Lei de Revisão Agrária até o próprio Estatuto da Terra. Este último, sem dúvida alguma, deve ser compreendido como fruto direto da Lei de Revisão Agrária, questão que será abordada com maior profundidade no decorrer do trabalho.

De acordo com José de Souza Martins (1990, p. 67):

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o

sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses...

Assim, torna-se necessário traçar um panorama geral dos conflitos no campo brasileiro ao longo da década de 50, na perspectiva de que os processos sociais não ocorrem isoladamente, ou seja, é no âmbito das transformações territoriais provocadas pela inserção do país no capitalismo mundializado que podemos compreender o modo como os conflitos de classe afloraram naquele período. O entendimento desse processo é que fornece subsídios para a compreensão da "Lei de Revisão Agrária" paulista.

Há que se considerar três questões fundamentais para a compreensão destes movimentos no campo nesse período: a primeira é o desenvolvimento econômico do Brasil, que acabou por determinar, muitas vezes, uma transformação na relação de produção e trabalho em setores expressivos da agricultura; a segunda é a atuação do Partido Comunista no campo; e a terceira é a especificidade da ação política camponesa.

O Brasil, desde o Estado Novo, fez uma opção durante a II Guerra, e particularmente no pós-guerra, no período da Guerra Fria, tomando uma posição bem clara ao colocar-se contra o "perigo do comunismo". Adotou, assim, um tipo de desenvolvimento capitalista que internacionalizava a economia brasileira. Esse tipo de desenvolvimento, para viabilizar-se, requereu o aumento da dívida externa. Como forma de saldar a dívida, o caminho encontrado foi o da exportação de produtos agrícolas (OLIVEIRA, 1988a, p. 8).

Esse modelo de desenvolvimento afetou profundamente a vida dos camponeses, desencadeando uma série de expulsões em vários pontos do país, pois a terra adquiriu um preço que até então não tinha. A valorização da terra levou à expulsão tanto do posseiro, que subitamente viu suas terras griladas, quanto do parceiro, que foi expulso, pois sem ele o proprietário pôde aumentar sua exploração.

Esse processo de expulsão iniciou-se já na década de 40 quando, durante a guerra, o preço do açúcar subiu e os foreiros foram expulsos dos canaviais nordestinos

ou obrigados a trabalhar um período de tempo muito grande dedicado à cana-de-açúcar, em detrimento de sua lavoura.

Paralelamente, em São Paulo, o preço do café caiu, a industrialização aumentou, e aumentou portanto o mercado interno. As áreas antes destinadas à produção de café passaram a ser utilizadas para pastagens ou plantio de outros produtos e os colonos saíram e/ou foram expulsos das terras (MARTINS, 1990, p. 66).

À expulsão de colonos e foreiros que se encontravam no cerne da produção destinada à exportação, no eixo econômico do país de então, somou-se a daqueles que, posseiros, viram suas terras valorizadas (e quando possível, griladas) em virtude, por exemplo, de construções de estradas.

Dentre os conflitos e ações políticas camponesas nesse período destacam-se, principalmente, os da região do Rio Doce em Minas Gerais, Trombas e Formoso e Luta do Arrendo em Goiás¹⁰, Porecatu (Norte do PR), Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema (Sudoeste do Paraná), Santa Fé do Sul em São Paulo e as Ligas Camponesas no Nordeste.¹¹

A ação do Partido Comunista permeou, sem dúvida, o avanço desses movimentos no campo, tendo atuado de forma direta em Trombas e Formoso e Luta do Arrendo¹², Porecatu¹³, Santa Fé do Sul e também nas Ligas Camponesas.

¹⁰ Ver Mendonça (2004).

¹¹ Ver Martins (1990) e também Chaia (1981), Castro Oliveira (1998), Bastos (1984) e Welch (1999).

¹² Os camponeses de Trombas e Formoso organizaram um movimento - que posteriormente teve a atuação direta do Partido Comunista - em que, ao resistirem a se transformar em parceiros (pois suas terras foram griladas em 1952), acabaram sofrendo violências contra as quais conseguiram resistir através da luta armada, tornando inclusive a própria região território liberado, chegando a eleger o líder do movimento, José Porfirio, deputado estadual. Entretanto, com o Golpe Militar de 1964, os líderes foram presos e torturados e o movimento, diluído (MARTINS, 1990).

De acordo com Mendonça (2004: 334): “A migração forçada e a perda da terra, associadas aos *ideais libertários* divulgados... pelo PCB que, através da ferrovia fazia chegar informações no Sudeste Goiano – Região da Estrada de Ferro, sobre a necessidade de lutar contra o latifúndio, ocasionou o surgimento de diversas revoltas dos camponeses-posseiros, que lutavam para permanecerem na terra. Dessas lutas, duas se destacaram pela organização, mobilização e orientação política do PCB, expressando o apoio de diversas categorias de trabalhadores: A Luta do Arrendo (1948-1952) em Campo Limpo – Orizona, no Sudeste Goiano e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950-1964), no Meio-Norte.” A Luta do Arrendo foi travada entre camponeses-rendeiros e grandes proprietários para diminuir o valor cobrado pelo arrendamento. Para maiores detalhes, consultar Mendonça (2004).

¹³ Ver Gorender (1990).

Em Porecatu¹⁴ e Jaguapitã, no norte do Paraná (na região de Londrina), no início da década de 50, camponeses-posseiros organizaram-se e armaram-se para resistir à ação violenta de despejo perpetrada pelo governo do estado para que deixassem a área em que viviam. Ocorre que o próprio governo havia negociado essa área com grandes proprietários de terra. Segundo José de Souza Martins:

Desde 1946, 1.500 famílias de posseiros, habitando terras devolutas em Jaguapitã, passaram a sofrer o problema do despejo porque o governo do Estado cederá aquelas terras já ocupadas por eles para grandes proprietários. Os despejos violentos levaram à formação de grupos armados que resistiam ou atacavam fazendas. Vários confrontos entre posseiros e a polícia ocorreram, com derramamento de sangue. A situação se agravou ainda mais porque o governador, envolvido ele próprio em famosas negociações de terras, procurou os camponeses de Jaguapitã e lhes propôs transferência segura para outras terras no vale do rio Paranavaí, com casa e transporte. A promessa não foi cumprida. (MARTINS, 1990, p. 73)

Em Porecatu, distante, aproximadamente, 30 quilômetros de Jaguapitã, camponeses, sabendo que o governo iria implantar um projeto de colonização, dirigiram-se para aquelas terras. Entretanto, após terem aberto suas posses e estarem vivendo na área, o governador Lupion vendeu estas terras. No final de 1950, através da ação do Partido Comunista do Brasil, os camponeses organizaram-se e eclodiu a Guerrilha de Porecatu (MARTINS, 1990).

Entretanto, a questão da terra e o confronto entre camponeses e o governo do estado do Paraná recrudesceu no final dos anos 50. Desta vez, os conflitos ocorreram no sudoeste do Paraná (Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema), quando Lupion voltou ao governo. O próprio governo do estado grilou as terras de camponeses oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que as haviam comprado de companhias imobiliárias. Estes camponeses, da condição de proprietários, tornaram-se “posseiros” a partir da grilagem de suas terras (MARTINS, 1990).

¹⁴ A discussão sobre o caso de Porecatu faz-se especialmente importante posto que membros deste movimento foram procurados pela polícia na região de Marília, que também contou com a atuação do Partido Comunista e a ocupação da Fazenda Santa Helena, que posteriormente foi designada à aplicação da Lei de Revisão Agrária.

O conflito teve início em 1957, quando os camponeses organizaram-se e armaram-se para resistir à expulsão de suas terras. Segundo José de Souza Martins (1990, p. 74):

Toda sorte de violências foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras, que estavam sendo vendidas por companhias colonizadoras, ligadas ao governador, a outras pessoas. Com frequência essas terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato.

Os camponeses, organizados, passaram a realizar “Assembléias Gerais do Povo”, a partir de outubro de 1957, após terem efetivado uma revolta para resisitir ao ataque de jagunços ligados ao governador Lupion (MARTINS, 1990).

A partir dessas “Assembléias Gerais do Povo”, foram formadas Juntas Governativas eleitas nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Santo Antônio. Os camponeses tomaram as estações de rádio e em algumas cidades as autoridades fugiram. Posteriormente, com a entrada das tropas da polícia militar, as Juntas Governativas foram dissolvidas. Entretanto,

... a corrupção e o terror continuaram. As questões somente começaram a ser resolvidas em 1961, após a saída de Juscelino Kubitschek da presidência da República, pois pertencia ao mesmo partido de Lupion, o PSD. (MARTINS, 1990, p. 75)

Dentre os movimentos sociais no campo que marcaram a década de 50 no Brasil, as Ligas Camponesas, de certa forma, sintetizaram uma parte significativa, ao longo da década de 50 e início da década de 60, espalhando-se por boa parte do país e colocando na ordem do dia a questão da propriedade privada da terra.

É importante salientar que esses conflitos e movimentos sociais foram conflitos de classe, dos camponeses em oposição à burguesia e aos proprietários de terra, que com o tipo de inserção do Brasil na economia mundializada passaram a explorar a propriedade privada da terra de tal forma que a reprodução camponesa (especialmente do campesinato sem acesso à propriedade privada) ficou ameaçada em várias áreas.

Segundo José de Souza Martins, desde o período da II Guerra Mundial essa situação passou a ser agravada, de modo que:

Em 1950, 80,8% dos estabelecimentos rurais do país eram de proprietários de terra e 19,2% eram de não proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros); em 1975, os estabelecimentos de proprietários haviam sido reduzidos a 61,9% do total e os de não proprietários haviam subido para 38,1%. Enquanto em 1950 havia havia 4,2 proprietários para 1,0 não proprietário, em 1975 essa relação havia sido substancialmente alterada na proporção de 1,6 para 1,0. No caso de pequenos estabelecimentos agrícolas a proporção, em 1975, era de 1,0 para 1,3. (MARTINS, 1990, p. 98)

Neste sentido, para compreender as Ligas Camponesas, é preciso que se compreenda as transformações que estavam ocorrendo no Nordeste naquele momento, como fruto da forma como o Brasil se inseriu no capitalismo mundializado. Tais transformações alteraram o modo como uma parcela significativa do campesinato nordestino vinha se reproduzindo.

Até a década de 40 a sociedade nordestina, em geral, estava composta por senhores de engenho-latifundiários (produtores de cana-de-açúcar) na Zona da Mata, que tinham no interior de suas fazendas camponeses agregados ou foreiros. Estes eram descendentes de ex-escravos, que após a abolição da escravatura não tinham para onde ir e tornaram-se agregados da fazenda, ou então eram brancos pobres ou mestiços que também não tinham terras próprias e portanto estavam ligados ao engenho, seja como um morador (morador de condição), seja como foreiro (aquele que paga um aluguel anual pela utilização da terra). Normalmente tinham sua cultura para o próprio consumo e deviam alguns dias de serviço por ano para se dedicarem às culturas do dono da terra, prática conhecida como cambão. Entretanto, nos períodos em que o açúcar estava mais valorizado no mercado, o plantio da cana expandia-se pela propriedade, em detrimento das culturas de subsistência dos foreiros e moradores. Estes, em contrapartida, eram obrigados a dedicar maior tempo às lavouras do senhor de engenho, por uma remuneração extremamente baixa, assalariando-se temporariamente e perdendo a autonomia que tinham em seu trabalho.

No Agreste e Sertão Nordestino, diferentemente da Zona da Mata, a população era praticamente constituída de posseiros que faziam cultivos para o próprio consumo, pois essas regiões não eram economicamente viáveis para a produção de cana,

principalmente nos períodos recessivos, tanto pela distância quanto pela necessidade de irrigação, e portanto, de investimentos.

Com a Segunda Guerra Mundial, essas relações passaram a ser alteradas, sobretudo porque o Brasil adotou um modelo de desenvolvimento buscando a modernização e a internacionalização da economia. Atravava-se, portanto, à expansão do capitalismo monopolista. Essa internacionalização ocorreu, basicamente, de duas formas: a primeira delas, pela industrialização, através da contração de dívidas, oferecendo infra-estrutura para o investimento do capital externo e abrindo o país para a entrada de capitais estrangeiros; a segunda, relacionada à primeira, pela exportação de produtos agrícolas, como forma de conseguir divisas para saldar as dívidas que o país contraiu (ANDRADE, 1989, p. 32).

Em decorrência desta política de exportação de gêneros agrícolas, e com o preço do açúcar aumentando no mercado internacional após a Segunda Grande Guerra, as relações sociais e de trabalho alteraram-se profundamente no Nordeste.

Nas regiões monocultoras, produtoras de cana-de-açúcar (Zona da Mata), houve pressão por parte dos latifundiários para transformar os moradores e foreiros em assalariados, uma vez que suas culturas para o consumo atrapalhavam a expansão da cana-de-açúcar. Já nas regiões mais distantes, Agreste e Sertão (policultoras), começou a haver expulsão dos posseiros pela grilagem de terras, para que a cana pudesse ser produzida também em parte nessas áreas.

No Nordeste, a crise da cana levou os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas, vivendo nas cidades. Quando, porém, durante o período da Guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram, passaram a expulsar os seus foreiros. Onde os foreiros não foram expulsos, em terras de usinas, as usinas permitiram que ficassem sob condição de destruírem outras culturas e plantarem cana... Foreiros que não foram expulsos ou despejados acabaram transformando-se em moradores de condição, sujeitos a dar um crescente número de dias de trabalho ao canavial, sob pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda.¹⁵

¹⁵ MARTINS, 1981, p. 65-6.

Assim, a possibilidade de reprodução da vida, nos moldes como vinha se dando há anos, começou a ficar cada vez mais restrita, tornando os meios de vida tão exíguos que nem mesmo recursos suficientes para velarem e enterrarem seus mortos em caixões os foreiros tinham.

Foi nesse contexto que surgiu a mais conhecida e uma das primeiras ligas camponesas, a de "Galiléia". Seu surgimento se deu de uma forma bastante peculiar: através de um fundo funerário para angariar recursos a fim de adquirirem caixões para enterrarem seus mortos.

Os foreiros do engenho Galiléia, no início da década de 50, estavam pagando um foro (aluguel anual) por cada hectare. O preço desse aluguel era de 6 mil cruzeiros e o preço de venda da terra oscilava entre 10 mil e 15 mil cruzeiros. "Isto equivale a que o pagamento de dois anos de renda corresponda ao valor da terra arrendada" (BASTOS, 1984, p. 18). Na época, um dos foreiros, que ficou conhecido como Zezé da Galiléia, estava sendo ameaçado de expulsão, pois seu aluguel estava atrasado. Procurou então orientação com José dos Prazeres (ex-membro do Partido Comunista, que havia participado na formação da Liga de Iputinga)¹⁶, que sugeriu a criação de uma associação como forma de ajuda coletiva (não só como fundo funerário, mas para o pagamento dos foros). Assim, os foreiros criaram a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco - SAPPP - e convidaram o proprietário das terras, Oscar Beltrão, a ocupar o cargo de presidente. A princípio ele aceitou; entretanto, ao ser informado que se tratava "de coisa de comunista", não só recusou, como também exigiu a extinção da SAPPP, aumentou o foro e ameaçou os camponeses de expulsão.¹⁷

Os camponeses não extinguiram a Associação, mas transformaram-na em um instrumento de resistência à expropriação. Procuraram o governo para intervir no caso, mas não obtiveram resposta. Procuraram a Assembléia Legislativa em Recife, onde foram orientados a contratar um advogado. José dos Prazeres entrou em contato com

¹⁶ Considerada a primeira Liga Camponesa.

¹⁷ BASTOS, 1984.

Francisco Julião (advogado e parlamentar pelo Partido Socialista Brasileiro), que levou o problema da terra para a Assembléia Legislativa, uma vez que a luta dos foreiros do SAPP só seria possível, de acordo com Azevedo (1982, p. 61):

na medida em que os galileus amplificassem a sua resistência, comprometendo os setores progressistas e liberais da capital, o centro político do estado e fossem capazes de denunciar na imprensa ou na tribuna legislativa, a regressão que se abateu sobre os foreiros da Galiléia.

Com relação à compreensão do desdobramento desses fatos há três questões importantes a serem colocadas a respeito desse momento histórico, que acabaram determinando a trajetória das ligas, e, conseqüentemente, a de muitos camponeses e trabalhadores rurais, não só no Nordeste, mas no Brasil todo, tal foi a repercussão do movimento.

A primeira refere-se ao contexto político da época, assentado em governos populistas desde a queda de Getúlio Vargas, em 1945, até o Golpe Militar de 1964¹⁸. Os governos populistas, na realidade comprometidos com a elite, assumiram um "aspecto democrático" ao proporem-se a "ouvir" os trabalhadores, criando sindicatos, por exemplo. Entretanto, esses sindicatos deveriam estar alinhados ao Estado.

A característica mais marcante desses governos foi fazer "algumas concessões" sem, de fato, colocarem em jogo a estrutura de poder da classe dominante, tanto agrária quanto industrial. Foi assim que no período populista de Jango elaborou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, mas não se colocou em questão a reforma agrária, de modo que qualquer desapropriação só poderia ser feita mediante pagamento prévio,

¹⁸ Caberia uma exceção a João Goulart, que dentro de sua concepção de desenvolvimento nacional não estava necessariamente em defesa dos interesses da elite, entretanto, segundo José de Souza Martins (1981, p. 90-1): "Goulart e seu Partido Trabalhista Brasileiro tinham também uma proposta para resolver os problemas do campo. Nessa proposta juntavam-se duas intenções: a do desenvolvimento econômico independente, de base nacionalista, e a da extensão do populismo no campo. Nessa concepção, o principal problema do país era a inflação, particularmente a elevação dos preços dos gêneros alimentícios. A elevação dos preços dos gêneros seria nada mais do que o resultado do fato de que a agricultura havia se constituído em um ponto de estrangulamento da economia, devido à oferta insuficiente de alimentos. Tal oferta insuficiente decorria, por sua vez, da estrutura fundiária do país, fortemente marcada pelo latifúndio improdutivo, enquanto milhares de camponeses estavam sem terra e sem condições de produzir para aumentar a oferta de alimentos. A solução para o estrangulamento seria a reforma agrária. Essa reforma teria como uma das suas conseqüências, além de aumentar a produção de alimentos, a ampliação do mercado interno, um fluxo maior de renda no meio rural. Isso propiciaria o desenvolvimento da indústria nacional, criaria mais empregos nas cidades".

justo e em dinheiro – a propriedade da terra e a estrutura fundiária do país não estavam em discussão (MARTINS, 1990).¹⁹

A segunda questão diz respeito à ação dos partidos de esquerda na época e à concepção que os mesmos tinham sobre os camponeses. De forma geral, os partidos de esquerda, especialmente o Partido Comunista, acreditavam que a revolução socialista seria feita tendo como protagonista o proletariado e que aos camponeses caberia um papel secundário numa união com os operários. Outros, como Francisco Julião, acreditavam que os camponeses tinham um potencial revolucionário muito grande, baseados nas experiências da China e de Cuba (MARTINS, 1990).

Entretanto, todos eram unânimes em acreditar que o cambão (dias que o camponês dedicava às lavouras de açúcar do senhor), trabalho cada vez mais freqüente em decorrência do aumento do preço da cana e de outros fatores já discutidos, era resquício de uma sociedade feudal e que tal prática era símbolo da servidão dos camponeses aos latifundiários. Ora, o aumento do número de dias na lavoura canavieira do proprietário significava que estavam trabalhando para a expansão do capitalismo e não em uma continuidade de relações feudais; pelo contrário, os capitalistas apropriavam-se de uma forma de trabalho não assalariada para continuar produzindo o capital (MARTINS, 1990).

A terceira questão refere-se ao fato de que, na época em que os foreiros de Galiléia procuraram Julião, estava havendo uma efervescência muito grande no Nordeste por parte de vários setores da sociedade (estudantes, políticos, intelectuais, empresários, entre outros). Lutavam por melhores condições de vida da população, e para desmistificar a idéia de que o problema do Nordeste era a seca (quando na verdade era político), lutavam para quebrar o poder das oligarquias e por maior democracia e justiça social. Assim, em 1955, esses setores da sociedade, reunidos,

¹⁹ O Estatuto do Trabalhador Rural foi elaborado sob o Governo João Goulart, segundo José de Souza Martins: “Tudo indica, porém, que o governo estava preocupado com a contenção das tensões sociais no campo. Celso Furtado, ministro do governo e colaborador importante da sua política, assinalou em um trabalho publicado pouco depois do golpe, que essas tensões tornaram mais ‘difícil a integração de aspirações comuns e em um só projeto de reconstrução social. Em outras palavras: o próprio clima de tensões é pouco propício às soluções graduais do tipo reformista’...”.

realizaram o Congresso de Salvação do Nordeste, e ao final deste elaboraram uma Carta de Salvação do Nordeste, com uma série de projetos para a solução desses problemas, entre eles, a reforma agrária (AZEVEDO, 1982).

Francisco Julião percebeu que todo esse movimento - que por vezes organizou greves gerais parando Recife e quase todo o estado de Pernambuco - poderia ajudar a lutar, a princípio, pelos foreiros do Engenho Galiléia e, mais tarde, pelos camponeses de modo geral. Foi assim que as Ligas Camponesas espalharam-se por todo o estado, tendo sempre o vínculo com a capital (Recife), de forma que qualquer agressão ou represália pudesse ser denunciada, chegando as informações rapidamente à imprensa, evitando assim a violência. O movimento não ficou restrito apenas ao Engenho Galiléia. Francisco Julião ajudou a formar as Ligas por todo o Estado, tendo o respaldo da população urbana, inclusive de empresários, que questionavam o poder das oligarquias e a estreita relação com o então governador de Pernambuco, General Farias (BASTOS, 1984).

Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou da extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste. O problema da miséria dos camponeses e do êxodo para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impede a ocupação da terra por quem dela precisa. Uma política regional de desenvolvimento que baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária.²⁰

Foi neste contexto que, em 1958, foi eleito em Pernambuco um governador de esquerda, Cid Sampaio, comprometido com os projetos da Carta de Salvação do Nordeste. Na época já havia um projeto "engavetado" na Assembléia Legislativa, elaborado por Julião, para a desapropriação da Fazenda Galiléia. Com a pressão de centenas de camponeses, que se reuniram em torno da Assembléia, e o apoio do

²⁰ MARTINS, 1990, p. 76-7.

próprio governador ao projeto, os deputados aprovaram a desapropriação - "justa, prévia e em dinheiro".

Tal medida causou muita polêmica, mesmo no Sul do país, onde a imprensa, como o jornal O Estado de São Paulo, posicionou-se contra, afirmando que tal medida era um atentado à propriedade privada, o começo de uma revolução (AZEVEDO, 1982).

Paralelamente, a partir desse fato e da repercussão que teve, as Ligas espalharam-se não só pelo Nordeste, como pelo país inteiro.

Entretanto, se por um lado foi positiva a desapropriação da Fazenda Galiléia, por outro significou uma traição ao projeto inicial dos camponeses da fazenda (BASTOS, 1984), pois a desapropriação foi feita pela CRC (Companhia de Revenda e Colonização, órgão do governo criado para este fim) e as terras passaram para sua propriedade. A CRC estabeleceu critérios de "ocupação", como por exemplo, limite de idade, ter o chefe da família prestado serviço militar, não ter nenhum tipo de doença. Além disso, a CRC julgou que a fazenda era pequena para todas aquelas famílias e, portanto, muitas seriam deslocadas para outros lugares. Estas medidas causaram uma série de impedimentos: o próprio Zezé da Galiléia, com mais de setenta anos, que vivia ali há muitos anos, não podia mais ficar. As famílias que seriam "deslocadas" para outros locais passaram a resistir à saída (BASTOS, 1984).

No momento em que os camponeses resistiram à saída, desnudaram a cisão entre sua concepção sobre a terra e a dos "líderes intelectuais" do movimento. Enquanto a liderança do movimento encaminhava a luta pela reforma agrária em todo o país, os camponeses lutavam não pela reforma agrária em geral - ou seja, não por qualquer terra - mas pela terra que tivesse o seu trabalho incorporado. "Nesse sentido, não se trata de uma luta pequeno-burguesa pela propriedade, mas sim uma luta pelo objeto e meio de trabalho" (BASTOS, 1984, p. 21).

Pouco tempo após a realização do Congresso de Salvação do Nordeste, foi realizado o I Congresso Camponês de Pernambuco, no qual os camponeses realizaram a primeira passeata em Recife e a SAPPF tomou uma amplitude estadual. José dos

Prazeres foi eleito o presidente das Ligas Camponesas e, de acordo com Azevedo (1982): “é desse congresso que nasce a estrutura orgânica das Ligas Camponesas e se amplia a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas da Capital”.

As Ligas passaram a se estruturar através da criação de delegacias em qualquer município ou fazenda. Eram formadas por camponeses e um conselho deliberativo constituído por líderes camponeses, intelectuais, políticos, entre outros, que ficava na capital, de tal forma que fossem evitadas as repressões policiais, uma vez que, de acordo com Azevedo (1982), o estreito contato dos camponeses com setores progressistas da sociedade facilitaria a denúncia dos acontecimentos ocorridos no campo.

O fato é que, no final da década de 50, só no Nordeste, as Ligas tinham por volta de setenta mil associados, o que começou a preocupar a elite, de forma que foi aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), em 1961, para investigar a atuação das Ligas que já estavam espalhadas pelo país.

Como os contornos da luta pela terra, e portanto o questionamento da propriedade, ao longo da década de 50, passaram a ficar cada vez mais claros, o Estado tomou medidas no sentido de fazer “algumas concessões” para refrear o movimento. Foi assim que, por exemplo, aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, deslocando o centro da questão “concentração de terras” para “melhores condições de vida”.

Entretanto, o Golpe de 31 de março de 1964, através da repressão, foi o responsável pelo abafamento de todo e qualquer movimento social, pois eles representavam um entrave ao capitalismo, uma vez que, sobretudo o movimento camponês, colocava, já de início, o questionamento da propriedade privada capitalista da terra. Segundo Oliveira (1995, p. 524):

... as Ligas, lideradas por Francisco Julião, logo se alastraram pelo Nordeste e por todo o país, marcando, através dos movimentos e manifestações de massa, a primeira forma de luta pela reforma agrária no Brasil. Em função desse movimento, o governo federal de João Goulart criou a Supra (Superintendência da Reforma Agrária), que chegou a

iniciar a primeira tentativa de implantação da reforma agrária, através de um decreto que autorizava a desapropriação de terras numa faixa de 20 Km ao longo das rodovias do país. O golpe militar de 1964 sufocou o movimento, sendo suas lideranças presas e expulsas do país, quando não foram assassinadas.

De acordo com José de Souza Martins (1981, p. 80) todos esses movimentos ao longo da década de 50 não eram contra a propriedade privada da terra, mas sim contra a extração da renda da terra a que passaram a ser submetidos. De qualquer forma, questionava-se a propriedade da terra na medida em que esta era a forma como ela estava sendo apropriada (seja pela expulsão, seja pela cobrança de rendas impraticáveis).

Os camponeses possuem uma forma de ver a terra que a princípio não passa pela extração de renda ou pela propriedade, passa antes por uma questão moral que está no âmbito da justiça: um ser humano não pode ser privado do trabalho - e portanto de viver - enquanto há terras desocupadas, assim como não pode ser expulso da terra em que trabalha mesmo que esta tenha título de propriedade, pois o título pode ser legal, mas não legítimo, já que muitas vezes é adquirido de forma ilegal e injusta.

Esta questão, da ordem moral com que opera o campesinato e de sua composição como classe social, será discutida com maior profundidade no próximo capítulo.

Vale destacar que a relutância dos camponeses à expulsão era, em alguma medida, um empecilho à produção e reprodução capitalista. Ao organizarem-se, mostraram as condições a que estavam submetidos, denunciaram qual era o "preço" que boa parte da sociedade pagava pelo que se chamou de modernização, e que modernizar não significava, necessariamente, melhorar as condições de vida da população, como anunciava a classe dominante, mas sim o contrário. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em geral, significou empobrecimento (para as camadas urbanas) e expulsão para uma boa parte dos camponeses.

As transformações ocorridas no campo, portanto, passaram a ser um empecilho à forma como parte do campesinato vinha se reproduzindo e, no limite, à sua própria reprodução.

Assim, a resistência do movimento camponês acabou por se configurar como resistência de classe, que enfim desvendava a contradição do capitalismo colocando em jogo sua própria produção e reprodução, como aconteceu em lutas e revoluções camponesas do mundo todo²¹.

Por isso, esses movimentos foram e são reprimidos com tanta violência e por isso aqueles que organizaram o golpe militar no Brasil cuidaram de produzir o Estatuto da Terra, também como forma de conter as rebeliões camponesas.

Creio que, além do questionamento colocado pelos camponeses - que significava discutir o uso capitalista da terra - a compreensão que o Estado teve desses movimentos e a forma como a burguesia e os proprietários de terra lidaram com a organização camponesa são as chaves para entender a proposição da Lei de Revisão Agrária.

Havia, portanto, um conflito no e pelo território, a partir do conflito estabelecido pelas classes sociais. Desta forma, não apenas os movimentos camponeses já discutidos, como aqueles que ocorreram no campo em São Paulo durante a década de 50, e, especialmente aqueles que aconteceram no Governo Carvalho Pinto, tiveram uma importância cabal na decisão pela proposta da Lei de Revisão Agrária.

²¹ Ver WOLF (1984).

1.2. Conflitos sociais no campo em São Paulo na década de 50

Particularmente os conflitos e movimentos sociais que ocorreram no campo em São Paulo, na década de 50, são, de alguma maneira, ainda pouco divulgados. Talvez o mais importante deles tenha sido o que ficou conhecido como o “Arranca Capim”, em Santa Fé do Sul, no Noroeste do estado (movimento cujo conflito teve sua eclosão em 1959, no primeiro ano do governo Carvalho Pinto).

A escolha das áreas em que a Lei de Revisão Agrária seria implantada pode ser considerada como “o tom” daquele momento histórico. Mais do que isso, essa escolha desnuda o conflito social que estava latente e é, portanto, um dos subsídios para o desvendamento desse conflito e de como a burguesia, os proprietários de terra e o Estado lidaram com ele.

Cinco áreas foram escolhidas para a implantação da Lei de Revisão Agrária: nos municípios de Marília, Campinas, Jaú, Meridiano e Itapeva. Em três dessas áreas havia problemas com relação à posse da terra: em Marília, em Meridiano e em Itapeva.

Os casos de Marília e de Meridiano são extremamente significativos, pois dizem respeito diretamente aos conflitos sociais no campo naquele momento histórico. A Fazenda Santa Helena, em Marília, a primeira em que a Lei de Revisão Agrária foi implantada, foi ocupada, em março de 1960, por um grupo de posseiros liderados por membros do Partido Comunista. A Fazenda Jacilândia, em Meridiano, fazia parte do mesmo “grilo” daquela onde houve o movimento do “Arranca Capim”, em Santa Fé do Sul, sendo, naquele momento, cultivada por posseiros.

Tanto o Movimento do “Arranca Capim” quanto a ocupação da Fazenda Santa Helena ocorreram durante o Governo Carvalho Pinto. O Governo lidou diretamente com a questão, muito embora na discussão da Lei de Revisão Agrária e mesmo nas

entrevistas realizadas com o representante público¹ a respeito do assunto, nenhuma relação é feita entre esses acontecimentos, o que é significativo. É também significativo que se oculte o fato de que a primeira fazenda onde foi realizada a Revisão Agrária tenha sido ocupada por posseiros.

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Agricultura do Governo Carvalho Pinto, ao ser indagado sobre a escolha das áreas, afirmou:

[...] em primeiro lugar tinha que ser uma fazenda inaproveitada, porque era fundamental que fosse uma fazenda sem aproveitamento, porque quando nós fizemos [a Revisão Agrária] ninguém vendia fazenda para o governo... vender para o governo sempre vende bem, não é? Mas aí nós fomos escolher áreas que estavam inteiramente abandonadas, inteiramente, não tinha dúvida que pudesse surgir, e a partir daí, é que se fez.²

Ao falar indistintamente a respeito da escolha das áreas, o Secretário da Agricultura centrou a resposta na questão da improdutividade das terras. Com relação à escolha da Fazenda Santa Helena em Marília, especificamente, fez a seguinte afirmação: *“[...] a de Marília eu não me lembro. Acho que estava abandonado. Era assim escandalosamente não aproveitada”³.*

A expressão “escandalosamente não aproveitada”, utilizada pelo Secretário de Agricultura para definir a condição da Fazenda Santa Helena, desnuda a legitimidade de sua ocupação, e, no limite, desnuda também o conflito de classes que estava posto.

É evidente, portanto, que o Secretário de Agricultura não desconhecia que a Fazenda havia sido ocupada por posseiros ligados ao Partido Comunista. A afirmação “*não me lembro*” pode ser interpretada como uma tentativa de afastar a discussão da reforma agrária como uma questão social.

O próprio Caio Prado Jr., em seu trabalho *A Questão Agrária Brasileira*, em um capítulo que foi originalmente publicado em maio/junho de 1960 - justamente a

¹ Refiro-me ao Secretário de Agricultura do Governo Carvalho Pinto, José Bonifácio Coutinho Nogueira (em entrevista a mim e à Profª. Célia Tolentino).

² A entrevista com o ex- Secretário de Agricultura foi realizada em 13 de abril de 1999.

³ Depoimento de José Bonifácio Coutinho Nogueira, em entrevista à Profª. Dra. Célia A. F. Tolentino. Entrevista realizada em 02/03/1988.

respeito da Lei de Revisão Agrária, cujo título é *A reforma agrária e o momento nacional* - faz uma alusão direta à ocupação da Fazenda Santa Helena:

A questão da reforma agrária vem ganhando entre nós, nos últimos tempos, considerável impulso... Têm ocorrido nestes últimos anos repetidos conflitos sociais de gravidade crescente, que giram em torno do problema da terra. Foram entre outros mais salientes de maior repercussão, o caso dos posseiros de Porecatu, no Paraná, e da região do Rio Doce em Minas Gerais; o da ocupação de terras da Fazenda Santa Helena em Marília (S.Paulo); dos acontecimentos tão recentes de Santa Fé do Sul, também em São Paulo; do choque armado entre trabalhadores agrícolas e a polícia goiana em Planaltina, de que resultaram 11 mortes, fato ocorrido em dezembro último. É ainda o caso, de tão larga repercussão nacional, dos arrendatários do Engenho Galiléia em Pernambuco, quando o governo do Estado se viu forçado a desapropriar as terras do Engenho e distribuí-las entre os lavradores que as ocupavam. (Grifo nosso)⁴

Otávio Ianni, em sua obra *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*, também se refere diretamente à ocupação da Fazenda Santa Helena, colocando-a no mesmo patamar dos demais movimentos no campo naquele período:

A questão da reforma agrária, vem ganhando entre nós, nos últimos tempos, considerável impulso. Seja de um lado por pressões vindas de baixo, seja de outro, através de iniciativas oficiais, direta ou indiretamente estimuladas por aquelas pressões, o fato é que o assunto se propõe cada vez de maneira mais insistente. Têm ocorrido nestes últimos anos repetidos conflitos sociais de gravidade crescente, que giram em torno do problema da terra. Foram, entre outros mais salientes e de maior repercussão, o caso dos posseiros de Porecatú, no Paraná, e da região do Rio Doce em Minas Gerais, o da ocupação de terras da Fazenda Santa Helena em Marília (S. Paulo); dos acontecimentos tão recentes de Santa Fé do Sul, também em S. Paulo; do choque armado entre trabalhadores agrícolas e a polícia goiana em Planaltina, de que resultaram 11 mortes ... É ainda o caso, de tão larga repercussão nacional, dos arrendatários do Engenho Galiléia em Pernambuco, quando o governo do Estado se viu forçado a desapropriar as terras do Engenho e distribuí-las entre os lavradores que as ocupavam. (IANNI, 1979, p. 128)

Nota-se, portanto, a grande repercussão que teve a ocupação da Fazenda Santa Helena, entretanto, a discussão da maneira como a Lei de Revisão Agrária foi proposta e do modo como o governo do estado, a burguesia e os proprietários de terra se relacionaram com os movimentos sociais será realizada, com maior profundidade, no capítulo referente ao Governo de Estado de São Paulo e a aprovação da Lei de Revisão Agrária.

⁴ PRADO Jr., 1987, p. 77.

A Fazenda Santa Helena, antiga Fazenda Revoredo, foi comprada pelo Estado em 1950 e ficou sob responsabilidade da Secretaria da Agricultura até 1955. Foi transferida para o Instituto Butantã e, em 1957, voltou a compor a Secretaria da Agricultura:

A fazenda foi adquirida pelo estado de São Paulo durante o governo do Dr. Ademar de Barros em 1950... na ocasião, tinha mais ou menos 60 mil cafeeiros produzindo, 400 alqueires em pastagem, gleba para culturas anuais e parte coberta por mata nativa. A Fazenda ficou praticamente abandonada. A Secretaria de Agricultura não possuía verba para explorá-la. Somente foi mantido um fiscal... em 1955 a fazenda foi transferida para o Instituto Butantã que pretendia instalar na fazenda alguns laboratórios... Foi nessa época que a fazenda foi cercada. Entretanto, com a saída do Dr. Amaral do Butantã, este órgão se desinteressou da fazenda e, assim, pelo Decreto nº 28785/57 de 25/06/1957 a fazenda voltou para a Secretaria da Agricultura...⁵

Durante esse período, a Fazenda foi sucessivamente ocupada por pecuaristas vizinhos (fazendeiros) para se utilizarem da pastagem (TOLENTINO,1992).

Para que se compreenda a ocupação da Fazenda Santa Helena pelos camponeses é necessário primeiro compreender a ação do Partido Comunista no campo.

Em 1950 o Partido Comunista do Brasil lançou um documento chamado *Manifesto de Agosto* em que definia uma linha radical de atuação no campo. Nesse mesmo ano, a Igreja Católica lançou sua primeira pastoral de atuação no campo (MARTINS,1990).

Em 1954 o Partido realizou o seu IV Congresso, em que definiu a necessidade de uma aliança operário-camponesa e, para tanto, definiu também que o Partido deveria ter um programa agrário radical (MEDEIROS,1982).

Luis Carlos Prestes, secretário do PCB na época, elaborou um informe sobre o IV Congresso em que

assinala que o Partido subestimava o trabalho entre os camponeses e assalariados rurais, constituindo um grupo fraco no interior do Brasil. É necessário, no seu

⁵ Entrevista por escrito concedida à Profª. Célia A. F. Tolentino, pelo Engenheiro Agrônomo Antonio Lellis de Souza, da Casa da Agricultura de Marília, responsável pela administração da Fazenda Santa Helena, realizada em 30/03/1992.

entender, ganhar as massas camponesas para a luta ativa sob a direção do partido. Para isso, é necessário levantar a bandeira da reforma agrária radical, criar em diversos municípios governos democráticos de libertação nacional. Uma estratégia sem dúvida essencial para facilitar a ligação com o campo, a relação política entre os operários e os camponeses, estaria nas conferências e congressos de trabalhadores agrícolas e camponeses. Nesse momento Prestes fala na fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. (MARTINS, 1990, p. 84)

Naquele mesmo ano (1954) foi formada em São Paulo a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que era controlada pelo Partido Comunista e visava coordenar as associações camponesas já existentes (de assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros etc). Uma das bandeiras desde sua fundação foi a distribuição gratuita das terras dos latifundiários para os lavradores sem terra ou com pouca terra (MEDEIROS, 1982, p. 38).

Cinco anos depois, em 1959 - vale lembrar que era o primeiro ano do Governo Carvalho Pinto – a ULTAB realizou a sua I Conferência, reunindo quatro sindicatos e mais de 57 associações de camponeses de diferentes estados do país: Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal. Dentre os principais objetivos do encontro estavam tomar uma posição sobre os diferentes aspectos da reforma agrária necessária e avaliar o comportamento do Congresso Nacional frente aos projetos de lei agrária (MEDEIROS, 1982).

Luis Carlos Prestes, que apontou a necessidade da formação da ULTAB em 1954, na década de 40 realizou um comício em Marília que reuniu cerca de três mil pessoas. Há um documento⁶, um telegrama enviado pelo Delegado Regional de Marília ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em que ele comunica como foi o comício realizado no dia anterior (25/12/1946):

Comunico a V. Excia que a 'sabatina' e o comício comunista ontem realizados nesta cidade, decorreram sem que se tivesse verificado qualquer alteração da ordem pública
pt

Durante o comício, falaram as seguintes pessoas: Ozorio Alves de Castro, alfaiate, Dr. Reinaldo Machado, médico, Alice de Castro Oliveira, costureira em Bernardino de Campos, Préta Nacolasse Peres, operária, Pedro Pomar, jornalista residente no Rio de

⁶ Estes e outros documentos da polícia foram-me gentilmente cedidos pela Profa. Dra. Célia Ap. F. Tolentino.

Janeiro, o Senador Luis Carlos Prestes pt Estiveram presentes cerca de três mil pessoas, em sua maioria movidos por simples curiosidade pt Compareceram caravanas comunistas de todas as cidades vizinhas pt

Os assuntos abordados foram os mesmos de sempre: perigo do imperialismo Norte Americano; descaso do governo nos problemas que afligem o povo; união entre os trabalhadores, principalmente entre os da zona rural para a defesa dos seus interesses; necessidade de aumento de salários e da sub-divisão das propriedades agrícolas, o Senador Prestes tentou mais uma vez justificar a atitude que tomaria na hipótese de uma guerra contra a Rússia pt

Agradecendo o auxílio prestado a esta Regional por ocasião do referido comício, apresento a V. Excia. as minhas mais atenciosas considerações. (Grifos nossos)

É necessário observar que embora o delegado afirmasse que a maior parte das pessoas que estiveram no comício o fizeram apenas por curiosidade, afirmou em seguida que estiveram presentes caravanas comunistas das cidades vizinhas. Nota-se também que Prestes falou em subdivisão das propriedades agrícolas na década de 40, quer dizer, antes mesmo do Manifesto de Agosto. E isto ocorreu em uma cidade que era próspera produtora de café e para um público enorme, sobretudo se for considerada a época.

Em 1946, ano em que Luis Carlos Prestes fez o Comício em Marília, o PCB estava na legalidade; entretanto, os documentos da polícia revelam a atuação do Partido no campo e que, mesmo no curto período de legalidade, a ação do PCB estava sendo vigiada de perto e controlada pelo Estado através da polícia.

Esses documentos revelam não só a atuação do Partido Comunista, como também a existência de conflitos entre camponeses e fazendeiros e a organização de trabalhadores em fazendas. Eles revelam, portanto, a organização do campesinato enquanto classe mediada pela atuação do Partido Comunista, como será discutido no decorrer deste capítulo.

Os documentos apresentados a seguir, todos eles da polícia de Marília durante os anos 40 e 50, bem como a interpretação das ações do Partido, permitem compreender a ocupação da Fazenda Santa Helena por camponeses organizados.

Boa parte desses documentos foram destinados ao delegado de Marília, provenientes do DOPS (da Superintendência de Segurança Política e Social, órgão da Polícia Civil do estado de São Paulo).

Em outubro de 1942, uma carta dirigida ao Delegado de Polícia de Marília, assinada pelo Delegado Especial de Operações Políticas e Sociais de São Paulo, afirmava:

Solicito suas providências no sentido de ser aí observado Alberto Prado Guimarães, elemento da “União dos Lavradores de Algodão”, acusado de ser fervoroso... Peço-lhe enviar-me oportunamente informação do resultado obtido.

Em maio de 1943 houve ainda um pedido, feito pelo Superintendente de Segurança Política e Social, Major Hildeberto Vieira de Melo, dirigido novamente ao Delegado de Polícia de Marília, para que Alberto Prado Guimarães continuasse sendo “observado”, pois o mesmo era “ex-chefe integralista desta cidade e... segundo consta, está exercendo atividades suspeitas”.

Em maio de 1946 o Delegado Regional (Marília) enviou um telegrama ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, que tinha o seguinte conteúdo:

URGENTE pt Em referência ao radio hoje recebido vg informo Vossencia que os oradores comunistas timbram em fazer comentários sobre a Constituição de 1937 vg bem como insuflar um movimento grevista entre os colonos das propriedades agrícolas pt Quanto a comícios vg esta Regional está em condições de assegurar a ordem vg opinando sejam eles realizados em recinto fechado pt

Em junho de 1946 o delegado de Marília respondeu, por telegrama, à solicitação do “Sr. Delegado de Ordem Política em São Paulo” o seguinte: “informo vossa senhoria vg não existe vg nesta cidade vg organização comunista denominada ‘Liga Camponesa’ pt”.

Em maio de 1952, o Delegado Regional de Polícia de Marília enviou um radiotelegrama ao DOPS informando que haveria uma reunião ruralista e solicitando alguns investigadores para que não houvesse infiltração comunista no evento:

Resposta rádio 305 vg informo que haverá nesta cidade vg dia 6 próximo vg diversas festas comemorativas do 11º aniversário fundação do município sob patrocínio da Prefeitura Municipal vg havendo também uma reunião ruralista de acordo com

Prefeitura e Faresp pt Foram convidados todos os Secretários de Estado e outras autoridades da região vg não sabendo ainda desta Delegacia quais os que comparecerão pt Caso o DOPS ache conveniente poderá enviar alguns investigadores a fim de evitar infiltração comunista nas solenidades e concentração ruralista.

Em fevereiro de 1955, o Presidente da Comissão Municipal de Marília Pró Promulgação da Lei de Reforma Agrária protocolou uma carta junto à Polícia, na qual comunicava ao delegado a realização de um comício em prol da reforma agrária:

Simão Andrade Ribeiro, infra assinado, médico, residente nesta cidade de Marília, PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE MARÍLIA, Pró Promulgação da Lei de Reforma Agrária, vem por meio desta mui respeitosamente comunicar a V. Excia. que no dia 5 de fevereiro p. vindouro, fará realizar no antigo Largo da Feira, defronte ao Cine Marília, às 20 horas, um comício de esclarecimento público, onde falarão diversos oradores sobre o problema da reforma agrária.

Esta comunicação é para efeito de que preceitua o artigo 141 § 11 da Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil.

Em fevereiro do mesmo ano, o Delegado Regional de Polícia de Marília, recebeu um telegrama enviado por um funcionário da Prefeitura de Quintana, no qual se lê:

Informa a V.S. que ontem, lavradores de amendoim em número de 80 fizeram uma representação na Prefeitura Municipal desta cidade em represália ao baixo preço do amendoim, parecendo-nos que estão sendo incentivados por elementos comunistas.

Percebe-se, através desses documentos, que os passos dos membros do Partido Comunista estavam sendo vigiados de perto pela polícia e pelo DOPS.

Não só os membros do Partido Comunista eram “caso de Polícia”, como a atuação dos trabalhadores rurais também. A ação do Partido Comunista no campo era vigiada passo a passo e suas atividades consideradas “insufladoras”, como, por exemplo, de greve entre os colonos. Este controle ficava explícito na visão de que havia “insistência” do Partido de, em “praça pública”, defender a reforma agrária. Tanto assim que houve até a sugestão, por parte da polícia, de que o comício do Partido fosse realizado em ambiente fechado.

A curta condição de legalidade do Partido é questionável, posto que suas ações foram tremendamente vigiadas mesmo nesse período. No período posterior à cassação, a partir de 1947, certamente a perseguição foi intensificada, a exemplo da reunião de

ruralistas para a qual a Polícia de Marília solicitou a presença de mais investigadores, com o objetivo de evitar a infiltração comunista.

Foi significativo também que em 1946 o delegado regional de Marília respondesse ao Delegado de Ordem Política em São Paulo que não havia, na cidade, a organização comunista “Liga Camponesa”.

A ação da polícia com relação aos camponeses, como foi discutido, esteve relacionada a quaisquer manifestações políticas, fossem elas de trabalhadores rurais organizados em associações, como era o caso da União dos Lavradores de Algodão, fossem elas de protesto em função dos baixos preços pagos pelas culturas realizadas, como no caso do amendoim.

Há dois documentos da Polícia Regional de Marília, muito especiais, que revelam exatamente como o Estado lidava com os movimentos camponeses e como as ações desses movimentos estavam sendo vigiadas para que não se espalhassem de um estado para outro. Esses dois documentos dizem respeito ao Movimento de Porecatu que ocorreu no Norte do Paraná durante os anos de 1950 e 1951⁷.

O primeiro desses documentos é um longo telegrama da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, assinado pelo Delegado de Ordem Política, endereçado ao Delegado Regional de Polícia (Marília), a pedido da Polícia do Paraná, de agosto de 1951, no qual se lê:

Para conhecimento de VS abaixo transcrevo radiotelegrama que senhor Chefe de Polícia Estado Paraná endereçou Exmo Sr Secretário Segurança deste Estado “nº 142” de 11/8/51. Delegado Louzada Rocha Acaba comunicar Juiz Direito comarca Porecatú decretou prisão preventiva seguintes indivíduos implicados perturbação ordem pública naquela localidade e que se encontram foragidos: Arildo Gajardon, vulgo “Strogoff”, André Rojo, vulgo “Panchito”, Inocêncio Ferreira Belem, Francisco Lourenço Figueiredo, vulgo “Quiabo”, Francisco Lourenço Figueiredo Filho, vulgo “Quiabinho”, Lazaro Bueno de Camargo, vulgo “Lazão”, seu filho Benedito Bueno Camargo, vulgo “Coreano”, Miguel Gajardo, “Irá de Strogoff” e João Pernambuco. Por sentença de 19 de janeiro, já tinha sido decretada prisão preventiva de Hilário Gonçalves Padilha e de Cristovam Figueiredo, irmão de “Quiabo”, também implicados acontecimentos de Porecatú, ambos foragidos... havendo possibilidade

⁷ Ver Martins (1990).

elementos foragidos que constituem remanescentes bando armado atravessarem divisa estadual para atingirem Presidente Wenceslau ou Santo Anastácio, solicito vossencia providencias julgar úteis respectiva captura.

Nessa oportunidade desejo mais uma vez ressaltar grande cooperação emprestada por essa Secretaria à Polícia do Paraná, fatos considerável importância resultados estão sendo concretizados atual fase acontecimentos. Crs. Sds. Tenente Cel. Albino Silva Chefe de Polícia Paraná”.

Solicito a VS dar conhecimento do inteiro teor do referido rádio às delegacias dessa região. (Grifos nossos)

Um ano depois, em junho de 1952, o Delegado Adjunto de Marília enviou um radiotelegrama ao delegado Regional de Londrina, cujo conteúdo era o seguinte:

Radio 326 pt

Afim instruir inquérito policial flagrante contra comunista Bento Paiva vg venho rogar Vossa Senhoria fineza informar o que contra o mesmo consta nessa Delegacia Regional pt Segundo informações colhidas vg esteve ele preso nessa cidade em dias mês julho ano passado envolvido acontecimentos subversivos município Porecatu vg nesse Estado pt Referido é marido conhecida comunista Lazara Araújo Paiva que também esteve presa nessa cidade vg mesma oportunidade pt (Grifo nosso)

Fica claro nos dois documentos a perseguição direta tanto a camponeses envolvidos no conflito de Porecatu, quanto a membros do Partido Comunista que mediarão a organização camponesa.

Como foi abordado, os camponeses de Porecatu eram posseiros e foram despejados sumariamente das terras pelo governo do estado que, através do próprio governador Lupion, as negociou com grandes fazendeiros.

Os camponeses, então, mediados pelo Partido Comunista, se organizaram para resistir na terra:

Nos últimos meses de 1950, devido à ação do Partido Comunista do Brasil, através dos seus comitês regionais de Londrina, no Paraná, de Presidente Prudente e Assis, em São Paulo, eclodiu a guerrilha de Porecatu, tendo como um dos chefes José Billar. As lutas prosseguiram com mortos e feridos, até janeiro de 1951, quando assumiu um novo governador disposto a resolver o problema. Apesar do governo ter, em 15 de março, declarado as terras de utilidade pública para desapropriação por interesse social (fato que ocorria pela primeira vez no país), ainda em junho havia de 300 a 400 camponeses armados, emboscados nas matas, de onde saíam apenas para atacar. Foram desarmados por uma força policial de 250 homens. Consta, porém, que o próprio Partido Comunista determinara a cessação da guerrilha. (MARTINS, 1990, p. 73-74, grifo nosso)

Nota-se que embora na sucessão de Lupion o novo governador tenha tomado a frente na solução do conflito, como mostrou Martins, meses depois a polícia do Paraná estava à procura dos camponeses “foragidos”, como atesta o radiotelegrama enviado à Polícia de Marília pelo DOPS.

Um ano depois é a polícia de Marília (SP) que se dirige à de Londrina (PR) em busca de informações sobre um dos militantes comunistas “envolvido em acontecimentos subversivos no município de Porecatu”, procurando “maiores informações” para “instruir o inquérito”.

Esses documentos da polícia tornam evidente a repressão a que foram submetidos os camponeses. Tornam evidente também a perseguição policial que sofreram após a sentença de prisão expedida pelo juiz de direito da Comarca de Porecatu – como é possível perceber no radiotelegrama enviado ao delegado de Marília – em uma clara criminalização da luta pelos seus direitos, tal como se vê na atualidade.

Esses documentos revelam também a ação conjunta da polícia dos dois estados na tentativa de controle da ação de grupos camponeses envolvidos na luta pela terra. Se em um dos telegramas a polícia do Paraná solicitou que se procurasse os envolvidos no interior de São Paulo, em outro a própria polícia regional de Marília pediu à polícia do Paraná que desse informações que pesassem contra os comunistas envolvidos nos “*atos subversivos*” do município de Porecatu.

Ao mesmo tempo em que esses telegramas mostram a ação da polícia em repressão aos movimentos sociais, mostram também a mobilização política por parte dos camponeses em Marília e região.

A gravidade do conflito e a forma como as lideranças comunistas e os camponeses foram perseguidos demonstravam a verdadeira essência desses acontecimentos. A essência está justamente no fato de que o conflito de classe passou a se manifestar: o campesinato organizado (através da atuação do Partido Comunista)

pôs em questão a burguesia e os proprietários de terra e, no limite, o próprio Estado, que representava unicamente os interesses destas duas classes.

Por isso a perseguição teve o caráter que teve e por isso também a violência a que foram submetidos foi extrema, como demonstrou Martins (1990).

De toda forma, Porecatu – uma guerrilha camponesa – chegou à Marília. Chegou literalmente, com alguns de seus líderes na cidade, sendo procurados pela polícia.

Em suma, todos esses documentos da polícia revelavam a mobilização no campo, e particularmente em São Paulo, durante as décadas de 40 e 50.

É nesse âmbito da organização camponesa e da atuação do partido comunista que deve ser compreendida a ocupação da Fazenda Santa Helena em Marília (a primeira a ser desapropriada para a implantação da Lei de Revisão Agrária).

As cidades de Marília e de Bauru conheceram um forte avanço do Partido Comunista nessas duas décadas. Membros da sessão rural do partido, ao tomarem conhecimento de que as terras da Fazenda Santa Helena eram públicas, iniciaram contato com trabalhadores rurais da região (parceiros, arrendatários, diaristas etc). De acordo com Tolentino (1992, p. 13-4):

Os militantes da região de Marília passam a investigar a origem e propriedade da fazenda Santa Helena a partir da proposição do Partido Comunista, lançada no IV Congresso de 1954, de levantamento e ocupação de todas as terras pertencentes ao Estado e de confisco de todas as propriedades rurais de latifundiários... Segundo relata Zaparolli⁸, com o reconhecimento de que estas terras eram públicas os membros do Partido responsáveis pela “sessão rural” iniciaram os contatos com os trabalhadores rurais da região entre diaristas, meeiros, parceiros, colonos e também os que, demitidos, se encontravam “sem colocação”... Sob a liderança de Bernardo Severiano da Silva, Evaristo Zaparolli e outras famílias de trabalhadores rurais, a área da Fazenda Santa Helena foi ocupada nos primeiros dias de março de 1960. Segundo Henrique Zaparolli, a primeira providência tomada foi a de convencer os guardas da Fazenda Santa Helena que o movimento era pacífico, ordeiro e não os comprometeria, de maneira a efetivar o ato político. Na ocupação constavam entre 30 a 40 homens que no mesmo dia iniciaram a abertura de picadas (trilhos pelo mato) na intenção de se

⁸ A autora refere-se ao depoimento de Henrique Zaparolli, irmão de Evaristo Zaparolli, um dos líderes que esteve com os camponeses na ocupação da Fazenda Santa Helena.

embrenharem pelas terras. Por essas mesmas picadas passariam os policiais três dias depois, reprimindo duramente os trabalhadores que para lá se dirigiram.

Os trabalhadores que ocuparam a Fazenda Santa Helena, após a repressão que sofreram da polícia, foram “fichados” e um dos líderes foi preso (TOLENTINO, 1992).

O fato de terem sido indiciados pela polícia teve uma implicação muito grave e direta em suas vidas, primeiro porque sofreram o estigma de estarem vinculados à “agitação” (TOLENTINO, 1992) e, segundo, porque foram apartados da possibilidade de acesso a um lote na própria fazenda Santa Helena.

As inscrições⁹ para adquirir um lote no projeto de Revisão Agrária eram feitas nas Casas de Agricultura locais, onde os chefes de família preenchiam uma ficha e apresentavam toda a documentação pessoal, juntamente com o atestado de antecedentes criminais, fornecido pela polícia.

Toda essa documentação era avaliada pelos técnicos da Assessoria de Revisão Agrária (órgão criado para executar a Lei de Revisão Agrária), que também entrevistavam os inscritos.

Os camponeses que haviam ocupado a Fazenda Santa Helena em 1960, por terem sido “fichados”, foram alijados desse processo, não tendo, portanto, direito a um lote.

Assim, a exigência de apresentação do documento emitido pela polícia era uma forma de criminalizar aqueles que houvessem, por qualquer forma, participado de uma atividade política relacionada à questão da terra¹⁰.

⁹ A discussão da Lei de Revisão Agrária em seus detalhes, o que envolve também os procedimentos e exigências para a inscrição das famílias, será realizada no decorrer deste primeiro capítulo.

¹⁰ Essa situação é bastante semelhante à atual criminalização vivenciada pelo campesinato desde 2001 quando, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foram editadas duas medidas provisórias que penalizavam os camponeses envolvidos com ocupação de terra e, ainda, proibiam de desapropriação aquelas que houvessem sido ocupadas. Segundo Oliveira (2002, p. 29): “O site do Ministério [do Desenvolvimento Agrário] registra ufanicamente os atos sabidamente inconstitucionais produzidos pelas Medidas Provisórias nº 2109-50 de 27 de março de 2001 e nº 2183-56, de 24 de agosto de 2001 e pela Portaria/MDA nº 62, de 27 de março de 2001. Estes atos juridicamente ilegais permitem que o Ministério passe a listar os imóveis impedidos de serem vistoriados para fins de desapropriação, destinados ao programa de reforma agrária, por dois anos, quando os mesmos forem objeto de ocupação pelos sem terra. A relação divulgada no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário já

O que pode parecer uma suposição - a criminalização dos camponeses que ocuparam a Fazenda Santa Helena – também ficou absolutamente explícito em um texto produzido pelo Engenheiro Agrônomo Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, diretor do Departamento de Imigração e Colonização no Governo Carvalho Pinto e Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária (órgão criado para executar a Lei de Revisão Agrária). Esse texto, cujo título é *Experiência Paulista de Reforma Agrária*, foi produzido para um curso de Extensão Universitária que o então ex-Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária ofereceu em Piracicaba, em fevereiro de 1964:

A exigência de atestado de antecedentes criminais – por motivos óbvios, deverá constituir exigência obrigatória dos candidatos para sua aprovação, como aliás, sempre foi solicitado aos pretendentes de lotes da ARA.

No núcleo da “Fazenda Santa Helena” temos alguns casos de indisciplina, que aconselham as medidas que estamos sugerindo para o aprimoramento do processo seletivo. (MENDES SOBRINHO, 1964, p. 20)

Assim, de forma clara, aparece a ação repressiva e criminalizadora da luta pela terra. Ou seja, *ação política* era traduzida por indisciplina.

O conflito de classes deveria ser, portanto, silenciado e sufocado.

Entretanto, como já foi discutido, em momento algum os representantes públicos da Lei de Revisão Agrária (o Secretário da Agricultura, o Governador do Estado e o Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária) relacionaram a escolha da Fazenda Santa Helena como “Projeto Piloto” com a ocupação dela pelos camponeses, assim como também não relacionaram a escolha das demais áreas com a proximidade ou mesmo a existência de conflitos na própria fazenda (como foi o caso da Fazenda Pirituba).

Dentre as cinco áreas escolhidas para se tornar um assentamento da Lei de Revisão Agrária estava a Fazenda Jacilândia, que fica no município de Meridiano na região de Fernandópolis, noroeste do estado de São Paulo. Esta área faz parte do

passa de mais de meia centena de imóveis impedidos de serem vistoriados”. Vale destacar que até o momento estas medidas não foram revogadas, mesmo passados quase três anos de Governo Lula.

mesmo “grilo” onde se deram os conflitos de Santa Fé do Sul, movimento conhecido por Arranca Capim.

Chaia (1981) analisou o processo de ocupação do oeste paulista e reconstruiu o processo de ocupação de Santa Fé do Sul, analisando o papel da CAIC, companhia de colonização na fundação desta cidade.

O processo de ocupação do oeste paulista (evidentemente que me refiro à sociedade capitalista, pois os índios foram os primeiros ocupantes destas terras) deu-se em função da expansão da cultura do café em busca das terras férteis. De acordo com Martins (1996a), citado por Chaia (1981, p. 10):

Fazendeiros deslocavam-se para novas regiões em busca de terras férteis. O capital que antes era pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros. A principal fonte de lucro do fazendeiro passou a ser a renda diferencial produzida pela maior fertilidade das terras novas. O surto ferroviário a partir de 1866 tem como elemento explicativo essencial a renda diferencial acrescida pelo encurtamento das distâncias. Os lucros das companhias ferroviárias procediam, sobretudo, da renda diferencial que elas incrementavam incluindo áreas inacessíveis dentro de um circuito de rentabilidade que tinha como referencial o porto de Santos.

A grilagem de terras fez parte do processo de constituição dessas fazendas, com a expulsão dos índios e a produção de documentos falsos de propriedade de terra. Segundo Chaia (1981) os índios habitantes dessa região eram do grupo Kaingang e viviam da lavoura de milho associada à caça e coleta, sendo que posteriormente sofreram um processo de catequização. A partir de 1850, mineiros começaram a chegar nessa região trazendo consigo seus escravos e gado. O conflito com os índios se estabeleceu e perdurou até o início do século XX.

A partir de 1900, com base na Lei nº 323 de 22/6/1895, o estado de São Paulo implantou cinco comissões para a regularização fundiária, ligadas à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo. De acordo com Chaia (1981), nos relatórios dessas comissões há um item específico sobre terras devolutas, no qual se comprova a grande ocorrência de conflitos, invasões de terras, mortes, grilagens e confrontos armados. Muitas vezes, as comissões eram surpreendidas por grupos armados que exigiam a cessação dos trabalhos:

O Estado, através da demarcação das terras devolutas, da demarcação das posses, exerceu uma função relevante para a configuração da estrutura fundiária do estado de São Paulo. As comissões que demarcavam as terras possuíam uma certa autonomia na sua ação, pois quem determinava se o ocupante possuía uma “moradia habitual”, uma “cultura efetiva” eram os representantes das comissões. Caso se verificassem problemas ligados aos posseiros que recorriam contra a demarcação das terras o poder decisório de julgar da validade ou não dos documentos apresentados, seria a Justiça do Estado, que muitas vezes empurrava os processos propositadamente, para considerar aquelas terras como devolutas. Ocorreram casos em que os comissários recebiam os documentos que comprovavam a posse da terra, voltavam para a capital do Estado e não despachavam os documentos, ficando os “ocupantes” sem possibilidade de legitimar a sua posse. (CHAIA, 1981, p. 19)

O Estado atuava, portanto, deliberadamente como facilitador da reprodução do capital, possibilitando ou negligenciando as diversas formas de expulsão de índios e posseiros, mesmo daqueles que estavam respaldados pela “letra da lei”.

A expansão das estradas de ferro no oeste paulista, ao possibilitar aos proprietários a extração da renda diferencial da terra, significou ao mesmo tempo a grilagem de terras, segundo Chaia (1981, p. 19) “abrindo caminho para a burguesia agrária”.

O processo de ocupação das terras da chamada Alta Araraquarense, região dos conflitos de Santa Fé do Sul, deu-se exatamente dessa forma. Trata-se de um “grilo famoso”, relatado até mesmo na obra de Pierre Monbeig *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, conhecido como Glória e Furquim.

A Fazenda São José da Ponte Pensa deu origem ao município de Santa Fé do Sul (CHAIA, 1981, p. 35). Essa fazenda pertenceu a um mineiro que tomou posse de parte da área da Alta Araraquarense a partir de 1830, deixando, ao morrer, a área para seus sobrinhos. Seus herdeiros e empregados continuaram em Minas Gerais até 1912. O processo de grilagem da área ocorreu da seguinte forma:

Nesta ocasião, um advogado de São José do Rio Preto, João Odorico da Cunha Glória, juntamente com Bernardino de Almeida, tentam se apoderar daquelas terras que compunham a Fazenda de São José da Ponte Pensa, apresentando documentos de uma fazenda de nome “Palmital”, inexistente, cujos limites eram os mesmos que os da fazenda “Ponte Pensa”. Esta tentativa feita por “Grilo Glória e Bernardino” acaba em insucesso.

No final do ano de 1912, novamente João Odorico da Cunha Glória associa-se, agora, a Mário Furquim e apresentam-se como herdeiros de Patrício Lopes de Souza, forjando documentos que comprovavam serem eles os proprietários da fazenda “Ponte Pensa”. Em 06 de novembro de 1912, lavraram escritura no 1º Tabelião de Rio Preto. O que é curioso e elucidativo é que Cunha Glória era advogado em São José do Rio Preto possuindo, portanto, todas as facilidades para regularizar a escritura da “Ponte Pensa” [...] Os descendentes e empregados... acabaram cedendo à violência e à agressão de Glória e Furquim... abandonaram a fazenda de São José da Ponte Pensa. (CHAIA, 1981, p. 37-8)

Na década de 20, um major inglês adquiriu as terras de João Odorico da Cunha Glória, colocando na terra 75 famílias de agregados, através de um procurador de São Paulo. Passados mais de 20 anos, em 1943, os herdeiros da fazenda requereram as terras denunciando o grilo feito; ocorre que os documentos originais que provavam a posse original “desapareceram”.

Em 1946 a CAIC – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização adquire uma grande parte desta área “situada no distrito de Jales, Município de Fernandópolis e Comarca de Votuporanga” (CHAIA, 1981, p. 39). A CAIC compra cerca de 77 mil hectares do major inglês que havia comprado a terra grilada.

No ano seguinte, em 1947, os herdeiros reclamaram novamente a área e foi publicado um Edital de Protesto contra John B. Paget, o inglês que vendeu as terras griladas para a CAIC.

Ocorre que a CAIC fez grandes propagandas a respeito da área com afirmações de que as terras não tinham dívidas, estavam isentas de ônus e de litígios, o que sabidamente era mentira. Ou seja, antes de obter o título definitivo da área a Companhia a loteou.

Essas companhias colonizadoras estiveram, evidentemente, ligadas a possibilitar a reprodução do capital. Entretanto, muitas vezes tais companhias tinham apoio direto do Estado, ou mesmo a participação direta de empresas estatais. Ao mesmo tempo a ação dessas empresas possibilitava a valorização das terras ou a possibilidade de auferir a renda diferencial a partir da construção de estradas de ferro. A CAIC é um dos exemplos emblemáticos desse processo:

A Companhia Geral de Agricultura, Imigração e Colonização do Brasil, representa um grupo econômico empenhado não só na ocupação das terras do Estado de São Paulo, mas também voltado à atividades que assegurassem a reprodução do seu capital, quer exercendo funções comerciais, com o intuito de valorizar suas propriedades, como é o caso das firmas exportadoras e comissárias de café, quer construindo estradas de ferro, como foi o caso da Cia Paulista de Estradas de Ferro (posteriormente tornou-se a maior acionista da CAIC), quer se empenhando em empreendimentos manufatureiros, que tornassem mais lucrativas as propriedades agrícolas, como no caso, a Indústria de Tecidos de Juta, quer fundando Bancos, que se constituíam em sociedades anônimas. (CHAIA, 1981, p. 28)

A apropriação da terra no estado de São Paulo, no chamado oeste paulista, esteve fundamentalmente centrada na lógica da reprodução do capital. Assim, o processo de grilagem de terras e sua posterior regularização, efetivada pelo Estado, estava na base de diversos conflitos. Esses conflitos eram de ordens divergentes, de classes sociais antagônicas, eram conflitos entre a lógica da produção e reprodução do capital e a lógica da reprodução do campesinato.

Assim, a compreensão dos conflitos pela terra em São Paulo passa necessariamente pela compreensão do processo pelo qual a terra foi apropriada, processo este em que o Estado teve um papel significativo, envolvendo desde a expulsão dos povos indígenas até sua intervenção em diversos ciclos migratórios - de imigrantes estrangeiros, com viagens em parte subsidiadas pelo Estado, permitindo assim a reprodução do capital dos fazendeiros, ou ainda, mais tarde, de migrantes brasileiros, camponeses que migravam em busca da reprodução de sua própria condição.

As terras de Santa Fé do Sul, como boa parte do oeste paulista, foram originadas por esse processo. A cidade de Santa Fé do Sul surgiu do loteamento que a CAIC fez nas terras griladas que comprou, reservando dos 77 mil hectares, 600 alqueires destinados ao "Patrimônio de Santa Fé do Sul"; destes, 100 seriam reservados ao centro comercial e os demais 500 às casas residenciais e "sítios, produtores de alimentos para abastecer as cidades circunvizinhas" (CHAIA, 1981, p. 41).

Os proprietários das terras adquiridas da CAIC passaram a arrendar parte delas, o que valorizava as áreas e possibilitava receber já no início do arrendamento 50% da renda, em dinheiro.

O sistema de arrendamento foi o modo geral de formação de fazendas no oeste paulista. De acordo com Chaia (1981, p. 1-2):

É o caso dos movimentos aqui analisados onde o sistema de pequeno arrendamento é utilizado constituindo-se numa relação necessária à acumulação e reprodução do capital. A instauração da Frente Pioneira só é possível mediante a incorporação de novas regiões onde desenvolve-se a Frente de Expansão, compreendida como o uso privado das terras devolutas, cuja atividade econômica é orientada por uma economia do excedente e onde a terra não assume a equivalência de mercadoria.

A generalização das pastagens deu-se, sobretudo, após a queda dos preços do café nos anos 30 e, particularmente, após a Segunda Guerra, quando várias indústrias frigoríficas instalaram-se em São Paulo:

Após a crise de 29, a queda do café possibilitou o acesso à terra de pequenos proprietários que expandiram a policultura, inclusive o algodão. Ao mesmo tempo, o interesse pela criação de gado se fortalecia nos anos 30 e, principalmente após a Segunda Guerra.

A instalação de firmas inglesas como a Swift, Armour e Wilson próximas à capital, o frigorífico de Antônio Prado em Barretos, estimulou a pecuária em várias regiões do estado, fazendo surgir várias fazendas inglesas próximas a Rio Preto.

Nesse caso não se tratava da formação de fazendas tradicionais que conjugavam pasto com culturas, mas na formação de invernadas...¹¹

Para a formação dessas fazendas os proprietários utilizavam-se de um sistema de arrendamento no qual as famílias derrubavam a mata e produziam gêneros durante três anos.

Em geral o primeiro produto cultivado era o algodão; segundo Chaia (1981), o arrendamento permitia ao proprietário obter a renda em dinheiro e a renda em trabalho, já que os arrendatários faziam todo o trabalho de derrubada da mata e limpeza da terra.

Após o período de três anos as famílias deveriam plantar o capim para a formação do pasto e desocupar o local. Entretanto,

¹¹ CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 89-90.

Esses contratos de arrendamento colocavam as famílias camponesas numa situação de dependência onde perdiam a autonomia do seu trabalho, ficando sujeitos às imposições do fazendeiro. Como esses trabalhadores não possuíam recursos monetários suficientes para saldar suas dívidas de arrendamento, os produtos de sua lavoura era do que ele dispunha, pagando ao proprietário em espécie. A venda de uma parte do que lhe sobrava não compensava por ter baixo preço no mercado local ou, por ter seu preço minimizado quando vendiam ao próprio fazendeiro.¹²

Enquanto para os camponeses o arrendamento era a forma de se manterem na terra, ao fazendeiro interessava que esse tempo fosse o mais curto possível. De acordo com Martins (1990, p. 75):

Ali a questão da permanência na terra se colocava de outro modo. Os lavradores eram migrantes, muitos nordestinos já expulsos de suas terras, trabalhando em uma região de fronteira limitada, já que do outro lado do rio, no Estado do Mato Grosso, havia chegado a frente pecuária. Portanto, os camponeses, terminado o contrato de arrendamento, não tinham para onde ir. Nessa circunstância extrema é que aceitavam a condição de arrendatários, orientando-se sua luta, portanto, para a defesa do direito de permanecer na terra, com base na lei do inquilinato.

A contradição entre os interesses dos proprietários e dos camponeses estava, portanto, na raiz dos conflitos. Sem dúvida nenhuma, a maioria dos conflitos durante as décadas de 40 e 50 ocorreu nos locais que Martins definiu como “situação de fronteira”¹³, questão que será abordada com maior profundidade no Capítulo 2 - “O processo de expansão do capital no campo e as áreas destinadas à Lei de Revisão Agrária”.

O arrendamento tinha um significado para o proprietário que era evidentemente o avesso daquele que tinha para o camponês. Por isso o contrato de arrendamento era estabelecido por tempo tão curto, em geral de um a três anos. De acordo com Chaia (1981, p. 56):

Também surgirão tensões na relação entre proprietário e arrendatário dada a concepção que cada um tem sobre o outro, pois estes possuem ‘universos divergentes’: o proprietário rege seu comportamento face ao arrendatário, baseado por uma ‘ética do trabalho’, onde predomina um estereótipo do arrendatário, visto como um trabalhador não apegado à terra... um trabalhador instável; o arrendatário, por sua vez, rege seu comportamento face ao proprietário baseado num ‘paternalismo’, no sentido de que possui esperança de que os contratos de arrendamento sejam prorrogados, ou pelo

¹² CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 91.

¹³ Ver Martins (1990) e (1996).

menos renovados e de que o proprietário deixe-o permanecer mais tempo nas terras, rebaixando a terra a ser paga.

A relação tensa entre o fazendeiro e arrendatários, em virtude da exploração a que estes estavam submetidos, transformou-se em conflito a partir de 1956, em função das ações de despejo movidas pelo fazendeiros, “*culminando com violência e expulsão destas famílias*”¹⁴.

O proprietário dessa área (em Santa Fé do Sul) era um fazendeiro conhecido por Zico Diniz; que a adquiriu da CAIC em 1950; em 1954, para transformá essas terras em invernada, entregou-as a três prepostos que subarrendaram a área para 300 famílias (CHAIA, 1981), mas em 1956 as famílias foram expulsas após terem deixado a terra pronta para o cultivo. Como os contratos foram verbais, quando as famílias recorreram à justiça o juiz considerava-os nulos (CHAIA, 1981, p. 59). Posteriormente, os prepostos de Zico Diniz arrendaram novamente as terras, desta vez para 800 famílias, em contratos que estabeleciam que estas deveriam plantar capim colônia em janeiro de 1958; entretanto, como o ano anterior foi extremamente seco, as famílias não cumpriram esse acordo e o contrato foi estendido até julho de 1959, evidentemente porque ao proprietário interessava ter a fazenda formada para invernada.¹⁵

Quando o contrato chegou ao final, as famílias arrendatárias, através de dois advogados, solicitaram a prorrogação dos contratos. Entretanto, os prepostos de Zico Diniz, além de se recusarem a receber a notificação, obrigaram que se plantasse capim no meio das culturas dos lavradores, o que exterminou essas culturas. Em resposta, as famílias iniciaram a “operação arranca-capim”, liderada por Jofre Correa Neto (CHAIA, 1981). “Ficou caracterizada na região as ‘revoltas do arranca-capim’, cujos

¹⁴ CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 91.

¹⁵ Paulo Vanzolini, assessor de Gabinete de José Bonifácio Coutinho Nogueira, fez o seguinte comentário, para exemplificar a forma como enxergava o “caráter” do fazendeiro: “*Teve no tempo do Carvalho Pinto uma briga muito séria... um fazendeiro em Santa Fé do Sul com oitocentas famílias (...) o fazendeiro era um cara horrível chamava Zico Diniz. A história dele era fábula, casou com uma prima pobre para não ter que repartir a fortuna, para ficar na família. Aí me contou o dono do hotel: o Zico alugou um quarto, botou a mulher e foi ver a fazenda. A fazenda era a uns vinte quilômetros. Quando ele voltou, na hora de pagar ele falou: não mas... minha mulher estava sozinha, eu não estava aqui, como é que você está me cobrando a diária? Você não botou outra pessoa nesse quarto porque não quis.*” Entrevista que me foi concedida em 01/03/2002.

camponeses foram expulsos da terra, muitos foram presos..."¹⁶. Segundo Paulo Vanzolini:

Porque o Zico comprou sete mil alqueires de mata e contratou essa turma para derrubar e plantar arroz. No terceiro ano, ao invés do arroz, eles plantavam o colômbio, eles formavam o pasto.

Já no primeiro ano o arroz fracassou, no segundo ano o arroz foi uma beleza, eles queriam mais um ano. O Zico disse: não, nosso contrato acaba agora (...) Então os caras começaram a arrancar o colômbio e botar fogo no capim.

O Zico fez o diabo! Botou capanga lá!

Jofre, segundo Chaia (1981, p. 61) foi cooptado pelo Partido Comunista Brasileiro após sua chegada em Santa Fé do Sul em 1958 e fundou, em 1959, a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, da qual foi presidente e portanto responsável por dirigir uma comissão para negociar a permanência das famílias na terra.

Esse ano, 1959, foi o primeiro do Governo Carvalho Pinto. Jofre enviou ao Ministro do Trabalho um pedido pela permanência das famílias e o Ministro encaminhou o pedido ao Governador Carvalho Pinto. A Associação conseguiu que o delegado de Santa Fé do Sul fosse substituído, posto que era uma pessoa relacionada ao proprietário da terra e declaradamente contra as famílias de pequenos arrendatários (CHAIA, 1981).

Em represália, Jofre foi baleado por um jagunço de Zico Diniz, o proprietário das terras. O Governo do Estado de São Paulo passou então a interferir diretamente no caso.

Por isso, também, os conflitos de Santa Fé do Sul interessam diretamente a este trabalho. Eles foram a primeira grande manifestação do campesinato organizado em São Paulo no governo Carvalho Pinto – evidenciando-se o conflito de classe.

Esta questão é fundamental também porque a apropriação da terra em Santa Fé do Sul, assim como em Meridiano (uma das áreas desapropriadas pela Lei de Revisão Agrária), deu-se do mesmo modo, através da grilagem de terras.

¹⁶ CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 92.

Isto revela que ao lidar com o conflito social no campo diretamente - quer dizer, não só as Ligas Camponesas no Nordeste diziam respeito concretamente à questão agrária, pois, como havia conflito no campo em São Paulo -- a questão agrária se tornou uma "questão" para o Governo. Apesar disso, nos discursos oficiais negava-se a reforma agrária como uma questão social; ela aparecia como uma questão de âmbito econômico, como fator de desenvolvimento, como será visto. Tanto assim, que o Secretário de Agricultura apontou as Ligas Camponesas como expressão do atraso do Nordeste, ou seja, como se ali as relações sociais ainda não tivessem se desenvolvido de forma suficiente de tal modo que os conflitos no campo deixassem de existir. Esse discurso escamoteava, portanto, tanto a grilagem de terras em São Paulo como expressão da maneira como o capitalismo (moderno) expandia-se e reproduzia-se, como também o conflito de classes que aqui no estado de São Paulo estava posto.

Dessa forma, o governo lidou com essa questão - o Conflito de Santa Fé do Sul - como uma questão jurídica, negando ou negligenciando a questão social em que de fato se constituía. Ou seja, a questão do conflito social como um conflito de classe estava colocada. A forma como o Estado passou a lidar com esse conflito revelava ao mesmo tempo uma defesa dos interesses da burguesia e dos proprietários de terra (como será discutido no próximo item) e uma solução desenvolvimentista e pacífica, transmutando o conflito social em conflito de âmbito jurídico.

Tanto assim que Paulo Vanzolini, enquanto representante do Governo, ao ir para Santa Fé do Sul negociar com as famílias e com os proprietários, levou consigo um advogado. O advogado como peça central da negociação denotou a interpretação do conflito como uma questão jurídica, trabalhista, e não social.

Em seu relatório de trabalho (citado por CHAIA, 1981, p. 68-9), Paulo Vanzolini afirmou que a proposta do governo era a de tentar

[...] regularizar a maior quantidade possível de situações individuais, pelo estabelecimento e garantia de condições satisfatórias de trabalho; apenas quando tornada impossível esta solução por motivos quaisquer, tentar-se-ia a recolocação das famílias implicadas com um mínimo de traumatismo para elas e de maneira mais simples para o Estado.

Jofre foi baleado em 7 de agosto de 1959; em 25 de agosto Vanzolini foi para Santa Fé do Sul com uma comissão formada por representantes do governo, representantes de sindicatos e Pedro Renane Duarte, da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Também fez parte da comissão o deputado estadual comunista Luciano Lepera (CHAIA, 1981).

Em uma primeira reunião em Santa Fé do Sul, com a presença de alguns lavradores e dos membros da Comissão, o Governo deixou claro que sua posição era de não desapropriar as terras, que garantiria os direitos trabalhistas e verificaria a possibilidade de prorrogar os contratos de arrendamento, o que reitera a afirmação de que a questão era abordada como uma questão jurídica e não social, pelo menos aparentemente.

O Governo do Estado, através de Paulo Vanzolini, procurou rapidamente desmobilizar por completo as ações do Partido Comunista em Santa Fé do Sul:

Arranjei um advogado... para as oitocentas famílias. Tinha um negócio de sindicato rural, Partido Comunista, mas era tudo gente ingênua...

Olha, naquele negócio de Santa Fé do Sul, o Partido Comunista entrou. Tinha um deputado chamado Lepera, que foi para lá. Foi a coisa mais fácil acabar com o Partido Comunista lá. O Partido Comunista nunca foi perigo para ninguém.

Sabe como é que eu fiz? Eu telefonei para o Jânio Quadros e disse: eu estou sabendo que tem infra-estrutura de Partido Comunista aqui em Santa Fé do Sul. "Como é que é?," ele falou: "Eu vou te mandar um cara". Ele mandou um líder que era líder trabalhista... chegou no trem às duas horas da manhã, às nove horas ele me deu o esquema completo. A mulher do farmacêutico, a professora de inglês... eles recebiam o panfleto do Partido na caixa de remédio. Eu chamei as duas e disse: "Olha aqui, tem um negócio que eu detesto, tanto quanto vocês, é a polícia. Agora, vocês estão atrapalhando o meu serviço. Ou vocês vão embora ou eu boto vocês em cana". Elas foram embora.

O lugar que eles reuniam era em uma casa em Rubinéia - SP¹⁷, lá tinha uma pensão onde a turma reunia-se. Eu chamei o filho da dona e falei assim: "O que é que você mais quer na vida?" Ele falou assim: "Quero ir para o garimpo". "E por que não vai?" "Não tenho dinheiro para passagem." "E quanto é a passagem?" "É tanto."

¹⁷ Rubinéia é a cidade em que surge o líder messiânico Aparecido Galdino Jacinto, conhecido por Aparecidão. Para maiores detalhes de sua trajetória e a de parte dos camponeses de Santa Fé do Sul ver Castro Oliveira (1998). De acordo com José de Souza Martins (1985, p. 114): "O 'profeta' Aparecido surge na Alta Araraquarense, às margens do rio Paraná, um lugar de grandes tensões sociais, desde os anos 50, produzidas pela violenta exploração de arrendatários pobres praticada pelos grandes fazendeiros da área".

*"Está aqui." Comprei a casa, preguei duas tábuas na porta e acabou o Partido Comunista em Santa Fé do Sul.*¹⁸

O depoimento de Vanzolini, embora jocoso, explicita claramente a posição do Governo com relação ao Partido Comunista: era, deliberadamente, de coibir sua ação, mesmo que para isso a ameaça da polícia fosse necessária. Muito embora ele tenha dito que o Partido Comunista "era tudo gente ingênua", ele atuou no sentido de evitar a presença física dos membros do Partido na cidade como também no local de reunião.

No dia seguinte houve uma outra reunião, com cerca de 500 pequenos arrendatários e seus advogados, na qual o governo apresentou a seguinte proposta:

- realocação em terras do Estado, com auxílio para o preparo da terra ainda para este ano;
- realocação em outras zonas do Estado ou em outros Estados;
- realocação em outras fazendas da região;
- para os que quisessem permanecer nas terras à espera da solução judicial, seriam mantidos amparo e a proteção do governo. (CHAIA, 1981, p. 70)

As negociações alongaram-se por vários dias. Todos os dias o representante do Governo, Paulo Vanzolini, comunicava-se com o secretário da agricultura, ou com o próprio governador. A própria Comissão do Governo do Estado de São Paulo designada para a negociação mostrou, de forma inequívoca, que tanto a questão social quanto a questão política estavam postas, uma vez que além dos membros da Comissão, nas negociações estavam presentes também o delegado de Santa Fé do Sul e um delegado do DOPS.

Os contratos de arrendamento foram em sua maioria renovados, com exceção daqueles trabalhadores que foram considerados como "inaceitáveis" pelo fazendeiro. Essas famílias, de acordo com a negociação, seriam removidas das fazendas (CHAIA, 1981). Segundo Vanzolini¹⁹:

Contratei um advogado, Alberto Rosemberg, que foi até candidato a deputado federal depois disso. O advogado do Zico Diniz também era um advogado de primeira. Então botei para sentar em uma mesa. Eles se agarram no tapa e... levaram um dia todo discutindo...

¹⁸ Depoimento de Paulo Vanzolini, em 01/03/2002.

¹⁹ Entrevista realizada em 01/03/2002.

Você não queira saber, depois que eu arrumei os 800 contratos que tinham nove páginas cada um, e três vias, eu tive que rubricar todas, eu fiquei com câimbra no braço.

Tinha um velho piauiense de 80 anos, era ele e uma filha doente que tinha 10 ou 12 filhos, que não sabia quem era o pai deles. Esse velho de 80 anos sustentava todos. Eu fui à casa dele e disse:

- Por que o senhor não quer assinar?

- Porque eu sou homem do tempo do fio de barba.

(...) Eu então pegava, fazia um cigarro de palha e sentava lá umas duas horas. Depois eu disse:

- Tu não fez a barba?

E ele respondeu:

- Para fazer o favor para você, eu assino.

Então eu senti muito, porque os caras mais inteligentes, os mais preparados... esses imediatamente eu os subornei com arroz, semente emprestada para o plantio. Recebiam na máquina, vendiam para o cara da máquina e iam embora. ... É os que ficaram, que eram umas setecentas e tantas famílias, eles não tinham condição... Não adiantava você dar terra. Foi aí que eu entendi que não adianta só você dar terra. Se você desapropriar essa terra de um grande fazendeiro e der para estes caras, depois de dois anos eles vendem por dez por cento do preço, porque o pessoal não tem onde cair morto. Esta foi a idéia da política de revisão agrária.

Vanzolini diz claramente que “subornou” os arrendatários com arroz: “os mais espertos”, como ele disse. Os outros, segundo ele, “não adiantava dar terra”: quer dizer, havia uma idéia no grupo que elaborou a Lei de Revisão Agrária de que a reforma agrária só era viável para aqueles que tinham “capacidade técnica”, assunto que será retomado em outra parte do trabalho. Por isto também os conflitos do Arranca Capim foram tomados e tratados como uma questão jurídica, quando revelavam de fato uma questão social, um conflito de classe, do qual o Estado era absolutamente consciente. A ação do governo foi notadamente a de desmobilizar o movimento e, sem dúvida, a de evitar um grave confronto iminente.

Entretanto, os contratos renovados deveriam findar em julho de 1960 e o capim deveria ser plantado já em janeiro. Quando as assinaturas dos contratos passaram a ser efetivadas, parte das famílias recusou-se a assiná-lo – lideradas por um dos diretores da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul – pois dessa forma o contrato estava reduzindo o prazo de arrendamento. No mês de setembro, Paulo Vanzolini voltou novamente para negociar com as famílias, conseguindo que elas assinassem o contrato.

Duas questões graves, entretanto, sucederam-se. A primeira foi que as famílias não aceitas pelo fazendeiro foram transferidas para outras fazendas da região, ou ainda para Mato Grosso e Minas Gerais. A segunda questão foi que o fazendeiro Zico Diniz abriu um inquérito contra os arrendatários por conta da Operação Arranca Capim. Segundo Chaia (1981, p. 76): “o ‘corpo de delito’ esteve retido na delegacia de Santa Fé do Sul: um feixe de capim colônia”.

O ‘corpo de delito’ é, portanto, a prova concreta do campesinato se organizando para possibilitar a própria reprodução e pondo em questão a legitimidade da propriedade da terra. Ao arrancarem o capim, eles denunciavam a terra de negócio em oposição à terra de trabalho²⁰ que almejavam.

Assim, em 1960 os lavradores recusaram-se novamente a sair das terras, mas desta vez o fazendeiro negou-se a prorrogar os contratos. Em 16 de julho de 1960, um lavrador de 79 anos liderou a Operação Arranca-Capim com os arrendatários já organizados na Associação (CHAIA, 1981).

Novamente Vanzolini foi a Santa Fé do Sul, segundo Chaia, encaminhando toda a questão ao Judiciário e rompendo politicamente com o PCB, que tinha militantes na cidade que atuavam junto aos pequenos arrendatários.

Além dos comunistas, estavam na cidade também um representante da ULTAB e Luciano Lepera, deputado estadual.

Nesse período houve a denúncia de que capangas do fazendeiro haviam queimado as casas de algumas famílias de pequenos arrendatários. A Comissão do Governo, os membros do PCB e da Associação dirigiram-se para a Fazenda denunciada e confirmaram a veracidade da denúncia (CHAIA, 1981).

O deputado estadual Luciano Lepera passou a fazer a denúncia dos acontecimentos em Santa Fé do Sul na Assembléia Legislativa (CHAIA, 1981, p. 81):

²⁰ Os conceitos de “terra de trabalho” e “terra de negócio”, discutidos por José de Souza Martins (1991), serão abordados com detalhes posteriormente.

O Governador Carvalho Pinto, desta vez, foi apanhado em flagrante. Ele que fala tanto em reforma agrária vai agora mostrar ao povo de São Paulo se, fazendo justiça, decretará ou fará força para que o Juízo decrete a prisão preventiva de um capanga, ou se vai fazer força para que em cima desse processo seja posta uma pá de cal. (Pronunciamento de Luciano Lepera, na Assembléia Legislativa de São Paulo, em 10 de agosto de 1960).

Naquele momento, a Lei de Revisão Agrária que seria aprovada no mês de dezembro daquele ano já estava sendo discutida. O deputado fez uma evidente alusão à proposta de Revisão Agrária quando afirmou que o Governador “*fala tanto em reforma agrária*”.

O deputado comunista cobrou coerência do Estado, que ao mesmo tempo falava em reforma agrária, mas não continha a violência contra os arrendatários (o que é certamente discutível, tendo em vista o envolvimento direto do governo no caso, evitando que o conflito tomasse ainda maiores proporções).

Entretanto, a violência continuou. Em um rádio enviado ao governo por Vanzolini em 13 de agosto de 1960, ele afirmou:

Zico Diniz soltou 500 bois roças tanto litigiosas quanto outros. Destratou-me, desafiou governo garantir lavradores. Conseqüências momento ainda imprevisíveis... Zico mentindo e sendo insolente. (CHAIA, 1981, p. 82)

De acordo com Chaia (1981), além dos 500 bois na Fazenda Mariana, 1000 foram soltos na Fazenda São João e destruíram casas e roçados.

Certamente, a presença física do governo em Santa Fé do Sul, através de um representante direto do governador, evitou ações muito piores por parte do latifundiário:

*O Paulo Vanzolini monitorou a solução pacífica do conflito dando uma outra área para onde eles pudessem ir. Enfim, evitou um massacre, a briga era com aquele Euclides Jales, com aquela gente.*²¹

A Procuradoria de Assistência Jurídica do Estado foi enviada a Santa Fé do Sul e abriu um processo contra a empresa de Zico Diniz, devido ao fato dele ter soltado os bois na fazenda, destruindo roças e causando pânico. Abriu também um processo

²¹ Depoimento de Plínio de Arruda Sampaio, subchefe da Casa Civil do Governo Carvalho Pinto.

contra Zico Diniz, na pessoa dele, por ter tentado fazer justiça com as próprias mãos (CHAIA, 1981).

Há que se ponderar, evidentemente, o quão singular e inédita foi a ação do Estado em não corroborar com o latifundiário e, mais do que isso, tê-lo enfrentado diretamente, também no âmbito jurídico.

Entretanto, no final de agosto de 1960, a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul foi processada pelo DOPS, tendo todos os seus diretores e o seu advogado tornados réus. No mesmo mês, Jofre Correa Neto foi julgado e condenado em Jales, onde permaneceu preso até janeiro de 1961²².

A atuação política de Jofre Correa Neto naquele período não se restringiu à região de Santa Fé do Sul. Jofre teve atuação direta durante os anos de 1961 e 1962 também em Bauru e em Presidente Prudente, região em que novamente foi preso.

A ação política de Jofre em Presidente Prudente foi noticiada pelo jornal local, que acompanhava também a ação da polícia em perseguição ao líder camponês. Segundo Borges (2004, p. 107-8):

Buscando vestígios das lutas dos pequenos arrendatários e posseiros do Pontal do Paranapanema nos jornais regionais, encontrei fontes importantes para se pensar a relação do movimento de luta dos arrendatários de Santa Fé do Sul com as que se davam na região de Presidente Prudente, particularmente no jornal prudentino “O Imparcial” [...] Dentre os artigos encontrados destaco as notícias que se seguem, as quais, quase sempre em primeira página, chamavam a atenção para a presença de Jofre Correa Neto na região. [...] Em fevereiro de 1962 uma delas apresenta como chamada “Jofre (não o lutador) tem 20 dias para provar o que pretende na cidade”. Nesse artigo, observa-se que, após ter sido preso, por algumas horas, em Presidente Prudente, tinha “20 dias para apresentar comprovantes de que está em nossa cidade trabalhando em alguma coisa e não apenas arregimentando lavradores para movimentos de reivindicações e formação de núcleos da chamada ‘União dos Trabalhadores Agrícolas’”... Em maio daquele mesmo ano, deu-se a veiculação de nova matéria, em que assinalava a participação de Jofre Correa na concentração de trabalhadores rurais em Pirapozinho, tendo sido novamente preso naquela ocasião.

Jofre foi chamado pela mídia de Fidel Castro do Sertão, segundo Welch (2002):

²² Segundo Welch (2002): “Depois de uma campanha nacional orquestrada pelo PCB, Jofre foi posto em liberdade em janeiro de 1961”.

Jofre já era, de fato, bem maduro em 1959 quando a mídia nacional lhe deu a alcunha de “Fidel Castro do Sertão”. Ele atraiu a atenção jornalística como sendo o defensor principal de um grupo de mais de 800 famílias de camponeses ameaçado de expulsão por um poderoso latifundiário nas terras fronteiriças e pioneiras de Santa Fé do Sul, na região noroeste do estado de São Paulo.

Em janeiro daquele ano, Fidel Castro tinha tomado o poder em Cuba com o apoio dos camponeses, e os jornais da época aproveitaram-se de uma semelhança física e ideológica entre Fidel e Jofre para provocar o sensacionalismo com relação ao conflito em Santa Fé.

Nota-se, portanto, que o PCB, através de seus quadros rurais - do qual Jofre possivelmente era o principal representante - tinha uma ação sistemática no campo em São Paulo, e esta, como se vê, não esteve restrita à região de Santa Fé do Sul (a Região de São José do Rio Preto - Alta Araraquarense), mas estendia-se ao Pontal do Paranapanema²³ e também à região de Bauru- Marília.

O Mapa 17 – Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1945-1964)²⁴ revela, de maneira cabal, que o campo em São Paulo estava mobilizado durante o período das décadas de 40, 50 e 60²⁵.

Nota-se no Mapa que as cidades de Jales, Bauru, Marília, Santa Fé do Sul, Presidente Bernardes e Presidente Prudente - nas quais a atuação de Jofre foi notadamente “vigiada” e, posteriormente, criminalizada - aparecem identificadas. Nestes municípios, assim como em vários outros ao redor destes, observa-se a existência das seguintes ocorrências: violência contra camponeses e trabalhadores rurais, mobilização política camponesa e perseguição política contra camponeses e

²³ Segundo Borges (2004), Jofre também atuou em Presidente Bernardes e, como apontado, foi preso também em Pirapozinho.

²⁴ Optei inserir este Mapa no último capítulo do trabalho, pois além de retomar sua análise, esta posição facilitará ao leitor a observação em paralelo e em continuidade com os mapas dos períodos que se seguem (de 1964-1981 e de 1981-2004).

²⁵ A base de informações do referido Mapa é o trabalho de Barriguelli (1981) *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*, que coletou as informações referentes aos conflitos no campo até o ano de 1956.

O período coberto no mapa de 1956 a 1964 foi complementado a partir de informações colhidas em campo e dos trabalhos de Chaia (1981), Bergamasco (1992), Tolentino (1990) e Borges (2004). Embora, evidentemente, a fonte para a coleta de informações não fosse a mesma, julguei relevante estender os dados até 1964 – mesmo sabendo que eram mais restritos - para captar a situação de mobilização política e conflitos no campo no período vivenciado às vésperas e durante o Governo Carvalho Pinto e, até o Golpe Militar.

trabalhadores rurais. Estas ocorrências estão respectivamente grafadas com os símbolos: “explosão”, “bandeira” e “pegadas”.

É perceptível também a massiva concentração dos conflitos no Oeste do Estado²⁶, onde a ação do Partido Comunista se fazia mais presente, singularizada na atuação política da liderança de Jofre, formando núcleos da União dos Trabalhadores Agrícolas, conforme apontou Borges (2004).

Este “oeste do Estado” correspondia naquele período à área em que estava se instaurando/consolidando a propriedade privada da terra, através do mecanismo já discutido, que demandava a mão-de-obra das famílias para a derrubada da mata, cultivo por alguns anos e formação de pasto na última etapa. Através deste processo os camponeses seguidamente migravam e procuravam se reproduzir em áreas mais longínquas, ou, ao contrário, como atesta o próprio Mapa 17, lutavam para se reproduzir nas terras que estavam cultivando.

A criminalização da luta pela terra, através da organização política dos camponeses, ficou evidente no artigo do jornal local de Presidente Prudente, mencionado por Borges, segundo o qual Jofre deveria apresentar justificativas para sua permanência na cidade que fossem além do motivo de “arregimentar” trabalhadores rurais.

A perseguição política aos camponeses organizados, portanto, marcou o campo naquele período – dos anos 40, 50 e 60, caracterizado pela geopolítica da Guerra Fria²⁷.

Sem dúvida, a mobilização no campo não se deveu apenas à atuação do PCB, e à atuação particular de algumas de suas lideranças, como a de Jofre, por exemplo, como apontou Borges (2004, p. 109):

²⁶ Desde o Pontal do Paranapanema, seguindo ao Norte na direção da Alta Araraquarense.

²⁷ Vale lembrar que apenas uma parte das perseguições políticas a camponeses e trabalhadores rurais está mapeada através da mesma fonte, posto que a sistematização de grande parte destes dados, organizados a partir do trabalho de Barriguelli, vão apenas até 1956. Isto significa que, na realidade, estes números são bem maiores.

... restringir a análise à sua figura [à de Jofre Correa] encaminha à própria negação das práticas das pessoas comuns, devido à compreensão de que as condições de expropriação e de miséria a que estavam submetidas lhes impossibilitavam de pensarem-se como sujeitos. Assim, parto da premissa de que não foi Jofre Correa o propulsor exclusivo das lutas em Santa Fé do Sul, por seus saberes e sua liderança nata, mas foram as lutas dos pequenos arrendatários e posseiros que lhe propiciaram a possibilidade de representá-los.

Em várias das ações camponesas apontadas, os quadros do PCB chegaram quando os camponeses já estavam mobilizados, a exemplo de Trombas e Formoso (MARTINS, 1990).

Inter-relacionavam-se, assim, a mobilização camponesa e a ação do Partido Comunista. Na raiz da ação do campesinato estava o conflito entre ordens diversas: a ordem moral camponesa e a ordem econômica imposta pela expansão do capital na formação das fazendas do oeste paulista²⁸. O conflito entre ordens diversas é, na verdade, fruto do antagonismo destas classes sociais (do campesinato *versus* a burguesia e os proprietários de terra). Esta era a condição social, ou sócio-espacial, que esteve na base da maior parte dos conflitos no campo em São Paulo, desde os fins da década de 40 até o Golpe Militar em 1964.

A compreensão destes conflitos passa, portanto, pelo entendimento do campesinato enquanto uma classe social do modo capitalista de produção.

Muitos teóricos marxistas têm, especialmente a partir do final do século XIX, feito uma interpretação das relações sociais através da qual procuram mostrar que existem apenas duas classes sociais no capitalismo e que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o campesinato, ou o que ainda resta dele, tenderá a desaparecer, pois o próprio desenvolvimento do capitalismo os despojará de seus meios de produção, como aconteceu historicamente no processo de "cercamento" das terras na Inglaterra.

Lênin e Kautsky (com posições parcialmente diferenciadas) foram expoentes desse tipo de pensamento na interpretação do campo, interpretação esta que perdura até hoje, de acordo com a qual haveria, com o avanço do capitalismo, um processo de

²⁸ Esta questão será retomada no Capítulo 2 "O processo de expansão do capital no campo e as áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária".

diferenciação interna no campesinato em que, por um lado os camponeses ricos tenderiam a formar parte da burguesia, e por outro, os camponeses pobres perderiam o acesso à terra e aos meios de produção e submeteriam-se como proletários aos camponeses ricos, agora burgueses.

O capitalismo carrega consigo a necessidade constante de sua produção e reprodução. Sua manutenção só se estabelece reproduzindo também o processo de produção de capital. Essa premissa poderia levar a pensar que ele abarca todas as relações de trabalho através de sua forma típica, o assalariamento, mas não é isso o que acontece; ele “permite” que relações não-capitalistas coexistam com ele, configurando-se, portanto, como um modo de produção contraditório.

Rosa Luxemburg, em sua obra *A Acumulação do Capital*, demonstrou que as relações não-capitalistas fazem parte, são próprias do capitalismo, e que o capitalismo não é concebível sem essas relações:

Na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, a mais-valia saía do processo de produção... em forma de tecidos de algodão. Os elementos de sua capitalização porém, eram: algodão procedente dos estados escravistas da União Americana; os cereais (para os operários) procedentes dos campos russos constituídos de servos da gleba, representando sem dúvida sobreproduto, mas, de modo algum, mais-valia capitalista.

O que propúnhamos deixar claro com os exemplos anteriores é o fato de que, pelo menos, a mais-valia destinada à capitalização, e a parte do volume de produtos capitalistas que a ela corresponde, não podem ser realizadas dentro dos meios capitalistas e, necessariamente, buscam sua clientela fora desses meios, em camadas sociais que não produzam segundo a forma capitalista...²⁹

De acordo com José de Souza Martins (1996, p. 19-20): “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

Os apontamentos de Rosa Luxemburg e de José de Souza Martins são fundamentais na interpretação do campo, pois contrariam a idéia de que o capitalismo

²⁹ LUXEMBURG (1970, p. 306 e 308).

expande-se de maneira única e que, portanto, o campesinato tende a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo, já que em tal concepção seria inerente a ele despojar todos os trabalhadores de seus meios de produção e transformá-los em trabalhadores assalariados.

Segundo Oliveira (1999), há três grandes correntes de interpretação do campo no âmbito do próprio marxismo. Na primeira delas - que tem como representantes, por exemplo, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães - há a concepção de que no Brasil existem relações semifeudais de produção e portanto, seria necessário que o trabalho assalariado se expandisse no campo para que o feudalismo fosse superado. A segunda corrente também preconiza o fim do campesinato, em uma concepção de que o capitalismo já está desenvolvido no campo e os camponeses estariam, então, destinados a desaparecer. Entre os representantes desta corrente estão, em seu início, Karl Kautsky e Vladimir Lênin e, no Brasil, entre outros, Caio Prado Jr, José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay. Os dois últimos autores mencionados têm cunhado fortemente a idéia de agricultor familiar em oposição à de camponês, propondo que o camponês deixa de sê-lo conforme estabelece e aprofunda seus vínculos com o mercado, tornando-se uma espécie de pequeno empresário do campo ou um assalariado disfarçado, um *part-time farmer*³⁰.

Sem dúvida, este entendimento reflete claramente a concepção de que na sociedade atual só existem duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Assim, o camponês, fadado que está a desaparecer, é tomado ou por assalariado ou por capitalista.

O termo agricultura familiar, *nesta corrente*, foi introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Fundamental, nesse sentido, é a obra organizada por Hugues Lamarche, em dois volumes, que contou com pesquisadores de diversos países, na qual ele afirma que (1993, p. 15-19):

³⁰ Expressão utilizada por Oliveira (2002).

Henri Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses. Dezoito anos depois, ele constata que estava com a razão e declara que se assistiu ao desaparecimento da exploração familiar. Na verdade, a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu do território francês, mas com certeza a exploração familiar não, e não se pode confundir as duas coisas.

A exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas...

O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado. É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico, quanto no plano sócio-cultural.

E também mostra que em sua concepção:

As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. (LAMARCHE, 1993, p.18)

Ricardo Abramovay, anteriormente mencionado, aponta exatamente na mesma direção da concepção de Lamarche, em sua obra *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, que tem se tornado uma referência com relação a este entendimento de agricultura familiar:

... são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma *inserção parcial em mercados incompletos*....

Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado. (ABRAMOVAY, 1992, p.24)

A compreensão da agricultura familiar, assentada na idéia de que estes agricultores já não são camponeses - e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil, no bojo do neoliberalismo.

A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se insere no plano moral e que, a despeito da integração desses camponeses no mercado, orienta sua prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global, como oportunamente será apontado.

A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. E não permite, ainda, um entendimento aprofundado do campesinato em projetos de reforma agrária.

Dentro dessa perspectiva descrita, uma análise do capitalismo certamente leva à conclusão de sua irreversibilidade em tornar todas as relações de trabalho em relações tipicamente capitalistas (baseadas no trabalho assalariado).

Shanin³¹ procura mostrar que esta era, a princípio, a posição do próprio Marx, quando escreveu “O Capital”, mas que, entretanto, mais tarde reviu suas posições:

Marx definiu os camponeses como ‘bárbaros dentro da civilização’... Resta saber o que acontece posteriormente... e de que forma ele passa a abordar estas mesmas questões... A resposta surge de uma série de anotações que ele redigiu ao tentar responder uma carta enviada por uma populista russa que, mais tarde, se tornaria marxista. Nessa carta, ela pergunta a Marx se ele acredita que o campesinato deve desaparecer; segundo ela, para a implantação do socialismo, tem que haver primeiro o capitalismo, e, para a existência do capitalismo, o campesinato deve desaparecer. (...) Marx passa três semanas tentando achar uma resposta adequada e acaba escrevendo quatro rascunhos, que, somados, chegavam a 40 páginas. No entanto, ele não utiliza esses rascunhos e escreve uma carta com apenas duas frases, dizendo que não concorda com este posicionamento...³² (...) Marx diz que o que ameaça a comuna russa não é nem a inevitabilidade histórica, nem a teoria, mas sim a opressão do Estado e a exploração feita pelo capitalismo. Ele define a sociedade a que se referiu como sendo contemporânea às culturas superiores e ligada ao mercado mundial, no qual a produção capitalista predomina.³³

Marx referia-se à Rússia de seu tempo, ou seja, a um país “estritamente agrícola”. Há, portanto, três questões importantes a serem consideradas: a primeira diz respeito a ele próprio não acreditar no desaparecimento do campesinato e as outras duas referem-se ao fato de, ao estar se referindo à Rússia, Marx falou em *contemporaneidade* com as ‘culturas superiores’ e em *ligação* dessa sociedade com o mercado *mundial*.

³¹ SHANIN, s.d., p. 13.

³² Ibid., p. 15-7 passim.

³³ Ibid., p. 18.

Há, dessa forma, uma convergência com a abordagem de Rosa Luxemburg, quando a autora escreve sobre a necessária coexistência de formas capitalistas e não capitalistas. Falar em contemporaneidade da sociedade russa com as 'culturas superiores' e ao mesmo tempo na ligação desta com o mercado mundial, significa justamente expressar uma abordagem na qual está expressa a mundialização do capital e a coexistência de relações não-capitalistas em seu processo de desenvolvimento e ampliação. Rosa Luxemburg apresentou uma visão "*não-monolítica*" do capitalismo:

No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente.³⁴

A autora foi categórica ao afirmar e mostrar a impossibilidade de interpretar o capitalismo de outra maneira que não aquela que abarca sua forma contraditória, que é justamente sua dependência de relações não-capitalistas. Portanto, o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo.

Aí está o eixo central da terceira corrente de interpretação do campo, à qual me referi: esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. A especificidade da produção camponesa, como pode ser vista no texto seguinte, é que faz com que se constitua em parte do capitalismo e por ele não seja destruída, mas ao contrário, reproduzida:

o objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o objetivo da economia camponesa é a sobrevivência; portanto, fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais... Gradativamente, Chayanov foi chegando a uma segunda explicação para a especificidade da economia camponesa: o fato de esse tipo de economia estar baseado no trabalho familiar, um sistema diferente do trabalho assalariado. Desse modo, a estratégia de administração da economia familiar difere da estratégia utilizada pelas empresas capitalistas. Assim, quando o investimento na produção da empresa capitalista não oferece lucros, a empresa pára de operar, enquanto na economia camponesa é possível aumentar a produção, mediante mais trabalho.³⁵

³⁴ LUXEMBURG, 1970, p. 315.

³⁵ SHANIN, s.d., p. 4 -5.

A produção camponesa de tipo familiar, baseada na relação de trabalho não-assalariada, é preponderante na maior parte dos países e é responsável por grande parte da produção de alimentos (OLIVEIRA, p.1990). Isto se explica pela especificidade de sua produção, que não está centrada na extração do lucro, mas pelo contrário, na sobrevivência e reprodução da família.

Pode-se representar a produção camponesa pela fórmula M-D-M e a produção capitalista por D-M-D' (onde M é mercadoria, D é dinheiro e D' é mais dinheiro). Ou seja, são exatamente "avessas", opostas. O objetivo da produção camponesa é o consumo e a aquisição de mercadorias. Portanto, em momentos de crise, ou trabalha-se mais ou priva-se mais, o que seria impensável em um sistema em que o objetivo não é a produção de mercadorias, mas de mais-valia³⁶, de lucro, portanto. Logo, nenhum capitalista poderia deixar de extrair mais-valia, justamente porque isto significaria seu próprio fim (OLIVEIRA, 1991a).

Fazer a análise do campesinato como classe social do modo capitalista de produção não significa ter um entendimento de que essa classe social é autônoma e que não está sujeita ao capitalismo. Pelo contrário, os camponeses fazem parte das chamadas classes subalternas (MOURA, 1986) e de alguma maneira sofrem também exploração nessa relação com o capital. Entretanto, essa exploração não se dá de forma direta, não se trata de assalariamento e nem, portanto, de extração de mais-valia. O que ocorre é uma sujeição de sua renda ao capital, o que lhe permite alguma maleabilidade para lidar nessa relação:

Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar esta irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa

³⁶ LUXEMBURG, 1970, p. 21.

que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ele assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses nem os proletários transferem diretamente uma parte dos seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém.³⁷

Quando o camponês, lidando com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por um preço por vezes inferior ao gasto que ele teve, ele está na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade como um todo (OLIVEIRA, 1981), ou seja, o capital está extraindo o seu trabalho excedente. É o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital. Assim:

não se pode falar em sujeição formal do trabalho camponês ao capital, pois é a partir daí que ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.³⁸ 'Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada ou pelo capital financeiro, em função de empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao seu produto'.³⁹

Entretanto, segundo Tavares dos Santos (1978), "ainda que o capital domine e determine este processo e dele extraia continuamente o trabalho excedente, nem por isso o desestrutura".

É justamente a especificidade do trabalho camponês, notadamente familiar, o fator que possibilita sua reprodução. Sendo a reprodução camponesa um elemento do próprio capitalismo, fica evidente a sua permanente relação com o mercado, ou seja, a produção camponesa não se dá de forma isolada:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social.⁴⁰

³⁷ MARTINS, 1996, p.20.

³⁸ ETGES, 1989, p. 34.

³⁹ OLIVEIRA, citado por ETGES, 1989, p.34.

⁴⁰ SHANIN, 1980, p.75.

Carlos Rodrigues Brandão em *A Partilha da Vida*⁴¹ demonstrou, de maneira especial, o não-isolamento camponês, contrariando uma abordagem recorrente quando se trata de campesinato, em que ele é visto como “coisa do passado”, em vias de desaparecimento, e portanto distante da sociedade “moderna”. Brandão demonstra que sempre houve uma integração entre a produção camponesa e a produção capitalista e que há uma enorme capacidade de resistência do campesinato em atravessar períodos de expansão de ciclos agrícolas ditos “de mercado”, como, por exemplo, o café e o gado⁴².

Inegavelmente há uma tendência no capitalismo em despojar as pessoas de suas terras e/ou meios de produção. Entretanto, contraditoriamente, há também a necessidade de reprodução destas relações não capitalistas. Portanto, o campesinato, ao mesmo tempo em que é expulso, perdura.

É a partir desta interpretação que o campesinato é compreendido como uma classe social do capitalismo, ou seja, não produz de forma capitalista, mas, no entanto, sua produção é necessária para a reprodução do mesmo.

Isto significa que esta classe social é antagônica, ao mesmo tempo, aos grandes proprietários de terra e à burguesia. Contrapõe-se aos grandes proprietários na medida em que a terra é propriedade privada e, portanto, mercadoria finita, o que significa que vão disputar por ela. Ao mesmo tempo, o campesinato contrapõe-se aos capitalistas, posto que é da natureza ambígua desta classe conduzir ao despojamento dos camponeses de seus meios de produção.

O fato de, no capitalismo, ser contraditoriamente necessária a coexistência com a produção não-capitalista não explica, sozinho, a permanência dos camponeses. Ou seja, não apenas aqueles que já tinham acesso à terra e que nela continuam - muitas

⁴¹ BRANDÃO, 1995.

⁴² O autor refere-se ao Alto Paraíba: “Enquanto os fazendeiros ‘sobrevivem’ à espera, não mais de qualquer recuperação da economia ganadeira mas, pelo menos, da possibilidade de uma substituição vantajosa por outros produtos de mercado, sitiantes e lavradores parceiros vivem um período de recuperação relativa da economia de excedente com base no milho e no feijão...” (1995, p. 38). O que fica claro no texto citado é que nos períodos de retração da economia a agricultura capitalista retrai-se também, o que não acontece necessariamente com a agricultura camponesa.

vezes apesar da pressão exterior - quanto também aqueles que a perderam, por “ação” do próprio capitalismo, buscaram-na novamente.

Este é o caso dos diversos movimentos e conflitos sociais no campo, abordados neste capítulo e no anterior. Como foi discutido, diversos grupos camponeses, de camponeses-proprietários, camponeses-posseiros e camponeses-rendeiros, em diferentes partes do país e, particularmente em São Paulo, que é o alvo deste estudo, organizaram-se para permanecer na terra de que estavam sendo expulsos.

O movimento do Arranca Capim é emblemático neste sentido: mesmo sabedores de que não poderiam requerer “oficialmente” a terra (sabiam que ela era uma propriedade privada “incontestável”), os camponeses organizaram-se para permanecer nela sob a *noção legitimadora*⁴³ de que a vida e a reprodução da vida devem ter prerrogativa sobre quaisquer outros interesses. Este é um dos aspectos da chamada ordem moral camponesa⁴⁴.

A despeito da violência com que o capitalismo procura expropriar os camponeses, quando assim lhe convém, eles continuam “insistindo” em continuar na terra, o que “foge” da explicação da necessidade contraditória do capital. Nesse sentido, Brandão, entre outros autores, toca em um ponto importante na explicação da “persistência” camponesa, que é o da especificidade do campesinato, da ordem moral com que opera:

espaços naturais, sociais e sobrenaturais são parte de um todo não claramente definido em suas fronteiras externas e em seus limites interiores... Bichos, santos e divindades também estão em algum lugar, também se relacionam socialmente entre eles e também possuem a base de suas vidas centradas em famílias. (BRANDÃO, 1995, p.74, grifos nossos)

No imaginário camponês são reproduzidas as estruturas significativas que dão sentido à vida cotidiana: o eixo da vida está baseado na família, no trabalho familiar, e é justamente aí que está a especificidade do campesinato. Shanin, em seu trabalho *A*

⁴³ Esta noção será abordada com maior profundidade no decorrer da tese.

⁴⁴ Este conceito será aprofundado no decorrer do capítulo.

Definição do Camponês: conceituações e desconceituações. faz a seguinte consideração a respeito da característica familiar do trabalho camponês:

o cerne de suas características dominantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade (SHANIN, 1980, p.51).

Ao analisar o *mundo camponês*, portanto, é necessário adentrar em sua lógica, uma lógica que difere daquela do capitalista, pois seu *mundo* é movido por outros valores. Chayanov (1974) já havia escrito sobre isso no começo do século passado:

Portanto, me inclino mais a usar outras hipóteses para explicar teoricamente as peculiaridades organizativas que se observaram - uma hipótese baseada no conceito da unidade de exploração agrícola como uma unidade econômica familiar na qual a família, como o resultado do seu trabalho de um ano, recebe uma simples remuneração do trabalho e mede seus esforços em relação aos resultados materiais obtidos.

Em outras palavras, tomamos a motivação da atividade econômica do camponês não como a de um empresário que como resultado do investimento de seu capital recebe a diferença entre o ganho bruto e os gastos gerais de produção, mas como a motivação do operário por um sistema peculiar de salário ao trabalho que lhe permite determinar por si mesmo o tempo e a intensidade do seu trabalho.

Há dois pontos levantados por Chayanov, muito importantes, que orientam a vida camponesa: o primeiro é o trabalho familiar tendo sua intensidade determinada pelas necessidades da família e suas técnicas e divisões, transmitidas “de pai para filho e de mãe para filha”⁴⁵. O segundo é a liberdade e autonomia que eles têm para lidar com o seu tempo, com o seu “espaço” e, portanto, com o ritmo de seu trabalho.

Estas questões são fundamentais para entender o motivo da resistência camponesa, já que, mesmo quando despojados de suas terras, encontram formas de se reproduzirem enquanto tais⁴⁶.

⁴⁵ SHANIN, 1980, p. 5.

⁴⁶ Segundo Tavares dos Santos (1993, p. 73): “... As trajetórias migratórias dos camponeses meridionais têm representado, nas últimas décadas, um processo de reprodução social, fundado na tentativa de manutenção, ou obtenção, da posse ou propriedade familiar da terra; do uso do trabalho familiar; e na produção combinada de meios de vida e de mercadorias”.

Fundamentalmente buscam não perder sua forma de vida, afinal os camponeses têm algo que foi roubado dos trabalhadores assalariados: o tempo e a autonomia sobre seu trabalho.

Esta separação entre o homem, o seu tempo, o seu espaço e o seu trabalho caracteriza-se como uma “prisão”, e é ela a responsável pela alienação, já que neste caso o trabalhador não se reconhece no produto de sua obra, mesmo porque ela não lhe pertence. O seu tempo é vendido a outrem e, portanto, ele não o vive de acordo com suas necessidades e desejos.

Para o campesinato, o tolhimento da liberdade e da autonomia é intolerável: “O controle do próprio tempo aparece, então, como um dos últimos bastiões de liberdade, e a perda dele, como sinônimo de sujeição e de cativo, nem sempre com sentido figurado”⁴⁷.

A valorização da liberdade no trabalho é recorrente na fala dos camponeses. Em entrevistas realizadas em diferentes trabalhos de campo, ouvi inúmeros depoimentos exatamente nesse sentido, entre eles: “... *o trabalho na roça é bom porque não tem mando, não que a gente não tem vontade... [de trabalhar] mas chega a hora do almoço, a gente almoça, se tem que ir para Valinhos, a gente vai...*”⁴⁸.

Este é um dos importantes fundamentos que explicam a “persistência camponesa” em ficar na terra e a ela voltar quando perdida: o trinômio autonomia-liberdade-trabalho familiar.

A força da organização camponesa, observada nos exemplos debatidos neste capítulo e no anterior, quando canalizada e direcionada politicamente, transforma-se em movimento social e, no limite, em guerrilha, como foi o caso de Santa Fé do Sul e Porecatu, entre outros.

Esta busca do campesinato pela sua própria reprodução é incessante. Talvez a maior expressão dessa questão na atualidade seja o crescimento e a força do MST

⁴⁷ SADER & PACHECO, s.d., p.8.

⁴⁸ Depoimento colhido no Bairro Reforma Agrária em 1993.

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e dos demais movimentos sociais camponeses, segundo Oliveira (1996, p. 9):

essa luta contraditória inserida no interior do campo brasileiro, particularmente no Estado de São Paulo, onde o capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Mesmo assim, ou por isso mesmo, é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo e da cidade passaram a negar esta condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho.

A perda autonomia do trabalho refere-se não só ao tempo, mas também ao espaço. Quando afirmo que os camponeses são livres, pois determinam seu trabalho e a intensidade do mesmo e são, portanto, donos de seu tempo, afirmo, da mesma maneira, que também são donos de seu território, na medida que constroem uma unidade territorial que se diferencia daquela na qual as relações de trabalho se dão de forma tipicamente capitalista.

Os camponeses são “donos/senhores” de suas unidades territoriais, uma vez que têm a liberdade de produzirem-nas/construírem-nas, ou seja, eles são donos não apenas de seu tempo, como também de seu “espaço”, já que o transformam através do trabalho - não qualquer trabalho, mas do trabalho familiar.

A palavra “mando”, utilizada pelo camponês na fala citada, é muito expressiva e cheia de significado, revelando a importância que tem a liberdade no trabalho, melhor dito, na vida, já que nesse caso trabalho e vida não são concebidos separadamente.

Quando o trabalho e a vida não têm “mando”, o tempo é conduzido segundo as determinações da família e da natureza, segundo Thompson (1979, p. 245): “o trabalho do amanhecer ao anoitecer pode parecer ‘natural’ em uma comunidade agrícola, especialmente durante os meses de colheita: a natureza exige que se colham os grãos antes que comecem as tempestades”.

Colhi uma fala muito expressiva que demonstra justamente essa relação com o tempo, determinada pelo ritmo da natureza: ao falar da época da colheita da uva (uma época de trabalho intenso) meu interlocutor disse o seguinte: “...a gente trabalha

desde quando ainda não está dando para enxergar, até quando quase não dá para enxergar mais... ”.

Na mesma medida em que o camponês conduz o seu tempo, ele conduz seu espaço, de acordo com as possibilidades do meio e das determinações familiares e culturais, transformando-o em uma porção do território que se forma a partir de seu trabalho.

Nesse sentido, a fração do território produzida de forma tipicamente capitalista difere daquela produzida pelo campesinato, já que as relações sociais estabelecidas são outras, são regidas por outra lógica, e assim materializa-se de forma completamente diferente no espaço, ou em outros termos, territorializam-se.

Esta territorialização camponesa, através de sua reprodução, realiza-se por meio de um processo complementar entre sua economia peculiar (não baseada na extração de mais-valia) e sua ordem moral.

Proponho, portanto, que a compreensão desta ordem moral só é possível através da compreensão do campesinato como uma classe social. São fatores interdeterminantes, não existem isoladamente, ao contrário, produzem-se um ao outro. E isto é fundamental.

O conceito de *economia moral*, enunciado por E. P. Thompson em sua obra *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, pode ser uma ferramenta para a compreensão do campesinato na sociedade capitalista. O autor, ao abordar os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, percebeu e revelou que a ação do movimento era informada por uma “ordem moral” que se contrapunha à ordem econômica que passava a ser instaurada com o desenvolvimento do capitalismo.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam.

Nesta visão de mundo, expressa na ordem moral, não cabe uma concepção “atomizada” de sociedade, ou seja, todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros. Quando Thompson estudou os motins da fome, na Inglaterra do século XVIII, captou exatamente ações guiadas por uma ordem moral, ameaçada por uma ordem econômica, que se instalava através da primazia das relações de mercado. O caminho apontado por Thompson é muito importante e, ao contrário de outros intelectuais com os quais debateu, não centrou sua análise dos motins *estritamente* na questão econômica:

Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso amplo da comunidade. [...]

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado (...) O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. (THOMPSON, 1998, p.152, grifos nossos)

Thompson apontou que tanto a privação real, quanto os pressupostos morais, eram o pano de fundo para a ação. Tratava-se de ações movidas pela ordem moral sobre a qual aquela sociedade ainda estava assentada, e que, no entanto, estava deixando de ser, pela expansão das relações de mercado (capitalistas).

Foi esta questão, apontada por Thompson, que permitiu fazer um paralelo com a compreensão do campesinato e, sem dúvida, dos movimentos camponeses.

A ação dos movimentos camponeses não pode ser compreendida apenas como fruto direto da estrutura fundiária extremamente concentrada ou das coações, despejos e violências sofridas, como foi visto nos diversos exemplos debatidos.

Certamente a compreensão aprofundada do movimento camponês (também do movimento camponês moderno) revela a *noção legitimadora* que dirige sua prática. Esta *noção legitimadora*, que diz respeito à ordem moral, tem suas raízes fortemente assentadas em alguns aspectos especiais, entre os quais destaco três: a noção de *posse*

no Brasil, a religiosidade (e a formação político-religiosa a partir desta) e o sonho/utopia de autonomia e liberdade.

Tal como apontou Thompson, ao buscar os motivos da ação da população inglesa no século XVIII nas raízes da ordem moral com que operam, no Brasil também, ao estudar os camponeses ou os movimentos sociais no campo, deve-se fazê-lo a partir desta referência. Ou seja, a ocupação de terra (por grupos camponeses) no Brasil está sempre legitimada por uma lógica que remonta o direito agrário desde há muitos séculos.

Esta lógica com que operam os camponeses constitui-se no plano do que Thompson chamou de ordem moral: a terra é vista como dádiva de Deus, e, nesse sentido, é legítimo ocupá-la através do trabalho da família.

José de Souza Martins (1996) mostrou que, na visão dos posseiros da Amazônia, estes consideram “sua terra” aquela que tem o “seu trabalho” incorporado. Percebe-se que a disputa pela terra na Amazônia, por exemplo, parte de locais diferentes, há concepções diferentes do significado da terra em jogo e, portanto, da vida e das relações humanas. Trata-se do conflito entre duas ordens: uma moral, informada pelo direito à posse da terra para nela trabalhar, e outra econômica, centrada na terra como mercadoria.

Assim, ao se abordar o campesinato de forma geral, bem como o campesinato brasileiro especificamente, percebe-se que ele é orientado por uma lógica que é estabelecida exatamente nesse plano moral, que traduz à terra um significado vinculado ao trabalho e à saciedade da família, como será possível verificar em diversos exemplos ao longo deste trabalho.

É neste sentido que os movimentos sociais falam em “ocupar” a terra, pois ela é deles por direito - este direito anterior à Lei de Terras - que legitima e direciona suas práticas; por isso, recusam com veemência o termo invasão (este sim, pressupõe a idéia de propriedade privada, expressa na linguagem dos jornalistas e parte dos intelectuais).

Percebe-se que, para interpretar a ação dos movimentos sociais, embora a questão econômica seja subjacente - Polanyi (1980), mostrou a força da *Grande Transformação* - é preciso considerar que não é apenas a privação da terra que os move. Há que se buscar a raiz na mentalidade que sustenta a ação e, nesse sentido, necessariamente é preciso ir ao encontro, ao mesmo tempo, do discurso religioso legitimador, da memória que remonta ao direito pretérito e da busca pela autonomia tão prezada e inerente a essa classe social.

Tal como a população inglesa do século XVIII viu seus direitos serem suprimidos em função da garantia do livre-mercado, reagindo a essa nova ordem com base na moral, no direito consuetudinário e nos costumes, como escreveu Thompson, os demais grupos camponeses do mundo todo também reagem à lógica de mercado a partir de padrões inscritos na ordem moral que orienta a vida.

Este universo de valores, no tocante à posse da terra, diz respeito a um direito agrário, que poderia mesmo ser chamado de "ancestral". Para entender o campesinato brasileiro, e evidentemente, a luta pela terra no Brasil, é necessário compreender como a noção de posse foi forjada no processo histórico de formação do campesinato brasileiro.

Paoliello (1992), mostrou de que maneira a figura jurídica da "posse" instituiu-se no Brasil, reproduzindo o direito português:

... Vamos percorrer um trajeto pelo qual é possível trabalhar com o suposto de que a posse, no passado e no presente, para as populações que, pelo seu exercício, se auto-definem e/ou são definidas como "posseiras", é pensada e valorada como um direito, e praticada como uma estratégia de constituição de patrimônios territoriais:

1º. De acordo com a historiadora portuguesa Virgínia Rau (*Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Ed. Presença, 1982), a posse se enraíza, nos países da Europa ocidental mediterrânea, pautados pelo sistema jurídico-legal de inspiração romana ("*jus civile*"), na figura jurídica de *omne agro deserto*, ou seja, a terra deserta é de todos, de quem a ocupar e cultivar. Esse é o princípio de direito que assegura o direito à terra do cidadão romano comum, do camponês-soldado que é o agente da expansão imperial, do colono (não é por acaso que o termo colono, na língua italiana, refere-se a camponês, e que gera colônia, colonização, etc.). Este princípio se mantém presente nas legislações medievais, especialmente nos países em que o sistema feudal não é tão forte ou uniforme, como é o caso de Portugal.

Esse Regime de Sesmarias se transplanta para o Brasil, como o mostram Rui Cirne Lima e Virgínia Rau, como instrumento da colonização ultramarina. [...]

De qualquer modo, na sua raiz, enquanto prática social, está o direito de posse, que orienta o pequeno camponês livre nas bordas da ordem escravocrata, e que compõe a conquista do território e o avanço para o interior. [...]

Em 1850, promulga-se a Lei de Terras do Império que visa consolidar a propriedade titular com caráter mercantil predominante, ou seja, recobrir legalmente a terra na prática convertida em valor mobiliário, [...] Com esta legislação, fecha-se legalmente a livre posse, mas não a sua prática, que persiste à revelia da lei. (Grifos nossos)

Esse texto é extremamente elucidativo para a compreensão da mentalidade camponesa no Brasil no que diz respeito à posse da terra. Não é possível pensar o campesinato e os movimentos camponeses sem se considerar a maneira como a idéia de posse da terra (que evidentemente está profundamente atrelada à concepção da terra) está presente na mentalidade camponesa, dos camponeses da fronteira – e, certamente, não só deles.

A posse da terra como direito inscreve-se no ideário camponês tendo por base a figura jurídica, conforme informou Paoliello, de *omne agro deserto*. Não cabe dúvida que a memória deste direito atravessa gerações e orienta a prática camponesa até os dias atuais.

A Lei de Terras de 1850 subverteu essa noção da posse da terra atrelada ao trabalho, atrelando-a ao dinheiro, tornando a terra mercadoria.

A transformação da terra em mercadoria, ou, a subversão desta ordem moral que não concebe a terra como sinônimo de propriedade, esteve no centro dos dois grandes movimentos camponeses do início da República: Canudos e Contestado.

A República foi o fato político que marcou no Brasil a instauração da ordem da mercadoria. Foi neste âmbito que Martins (1990) compreendeu, por exemplo, o movimento de Canudos, que foi interpretado como monarquista, quando na verdade, como mostrou o autor, os camponeses não aceitavam a nova ordem das coisas, da qual a Proclamação da República tornou-se um marco.

A lógica da ordem econômica, quando passa a se impor a grupos camponeses - isto é, a primazia da coisa, da mercadoria, sobre o ser, a pessoa - é interpretada como o surgimento da besta-fera, como informam Martins (1996) e Woortmann (1990).

Evidentemente não é por acaso que os dois movimentos (Canudos e Contestado) tiveram um caráter messiânico.

Os camponeses são guiados por uma lógica que se inscreve no plano moral e a tentativa de subversão dessa ordem, que é assentada no direito das pessoas e não das coisas, é encarada como a instauração do demônio na sociedade.

O sentido da terra para o campesinato não está relacionado com a mercadoria, ao contrário, a terra está associada à possibilidade de vida, à reprodução do grupo. Dessa forma, segundo Ellen Woortmann, em *Herdeiros, parentes e compadres* (1995, p. 225):

A julgar por observações de hoje, a terra para o sitiante não devia ser percebida como mercadoria ou apenas como objeto de trabalho, mas como o resultado do trabalho de um grupo familiar. Objeto enquanto natureza livre, "dada por Deus", que permite a concretização do trabalho enquanto valor ideológico: só o trabalho sobre a terra - a "terra de trabalho" - é trabalho. É a terra que permite a realização do sujeito trabalhador, e é apenas o trabalho transformador da natureza que legitima a transmissão para os "heréus"...

Percebe-se que a terra não tem sentido em si, ela adquire sentido na medida em que é encarada como uma *dádiva de Deus*, que permite o trabalho e a vida da família.

A terra é também, nesse sentido, sinônimo de liberdade, ou seja, ela permite que o trabalho da família, do pai de família, se dê de maneira autônoma, com o controle sobre seu tempo e sobre o processo de trabalho. Nesse sentido, segundo Klass Woortmann, em sua obra *Com parente não se neguceia* (1990, p. 41):

A propriedade pecuarista e a propriedade canavieira são, então, a negação do *trabalho*. É como se fossem, do ponto de vista de uma moralidade camponesa, terras sem sentido. Ao invés de serem a base da liberdade, conduzem ao *cativeiro*. Em nenhuma das duas se pode realizar o *pai de família*.

Vê-se que é entendida como terra sem sentido aquela em que a pessoa do camponês não pode viver em sua plenitude, ou seja, exercendo autonomia sobre o tempo, o espaço e o processo de trabalho.

A terra como *dádiva de Deus* está no cerne do veio religioso que sustenta a ação política dos movimentos sociais no campo⁴⁹.

Como afirmado, e insisto neste aspecto como fundamental para a compreensão do campesinato, a autonomia define a vida camponesa. É o sonho/utopia de autonomia e liberdade - que também se inscreve no plano da ordem moral ao qual me referi - que dirige os camponeses nos movimentos sociais. Este sonho guia a luta pela terra: pela terra sem patrão, terra sem mando.

Está aí a explicação para a força e a tenacidade do campesinato organizado, vista nos diversos exemplos dos movimentos camponeses no Brasil todo e, especificamente, em São Paulo. Essa mobilização incessante é fruto desta busca. Como foi abordado no caso de Santa Fé do Sul, o movimento voltou a eclodir quase uma década depois de ter sido iniciado, mesmo durante o período militar. Buscaram, portanto, a permanência na terra, encarando-a como um direito, mesmo conscientes de que a propriedade não poderia ser reivindicada.

A autonomia camponesa diz respeito, portanto, ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço.

Essa liberdade do trabalho autônomo se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como o camponês vai imprimi-la em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido (o produto final do trabalho da família lhes pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer, ou que se precisa atribuir à própria família.

⁴⁹ Sobre a relação entre a religião e os movimentos sociais no campo ver Castro Oliveira (1998).

Evidentemente o tempo livre está determinado pelo ciclo biológico das espécies que se cultiva. De qualquer forma, a liberdade de “não ter patrão” é fundamentalmente valorizada, é um dos fatores que possibilita dispor do tempo com maleabilidade: o nosso patrão somos nós mesmos, então você pára, conversa, não tem problema nenhum...⁵⁰.

Como “o nosso patrão somos nós mesmos”, há a possibilidade de parar o que se está fazendo na hora que se quiser para conversar. O ritmo do trabalho é determinado pela família e pelo ciclo das plantas que cultivam. Assim, evidentemente, no tempo da colheita o trabalho estende-se mais e as paradas precisam ser mais restritas, mas de qualquer forma, se há necessidade de interromper o trabalho, este é interrompido, não é preciso pedir autorização para ninguém.

A terra sem patrão é buscada tanto através da migração, quanto através da luta pela terra, como será oportunamente discutido.

Não “ter patrão” é a mesma coisa que “não trabalhar pros outros”. Esta é, pois, outra expressão bastante utilizada, sinônimo de não ter patrão, que explica exatamente a relação à qual o trabalhador assalariado está sujeito, ou seja, este não trabalha para si, mas para outrem:

... Eu acho que se eu tivesse, por exemplo, estudado, eu estaria trabalhando de empregado para os outros até hoje, não é? Digamos que eu tivesse me formado um contador, vai, eu estaria lá atrás de uma escrivaninha até hoje trabalhando de empregado... A gente no sítio é livre, a gente, por exemplo, hoje, se eu quiser fazer mais alguma coisa, eu faço, se eu não quiser, eu deito aqui, durmo e tudo bem, o tempo é livre, na hora que quer parar, pára, se der fome mais cedo, vai almoçar mais cedo, se você quer trabalhar mais, trabalha mais, se precisa parar um dia e passear, vai, não tem problema, não é? Isso é muito bom. (Idem)

Trabalhar para os outros, trabalhar de empregado, trabalhar para fora, são sinônimos. Esta última expressão é muito significativa, “fulano está trabalhando pra fora” é trabalhar para fora do sítio, é estar sujeito a um patrão, é não ter domínio do próprio processo de trabalho, em oposição aos que trabalham “dentro”, dentro do sítio, autônomos de seu trabalho.

⁵⁰ Depoimento colhido em trabalho de campo.

O tempo de trabalho é determinado, nas unidades camponesas, por dois fatores: o primeiro é a necessidade da família e o segundo é a natureza, seja pelo ritmo cósmico, seja pelo ciclo dos cultivos.

O sonho do trabalho livre acalenta a luta pela terra. Trabalho, terra e família são indissociáveis no universo camponês, e só o são porque se trata de uma classe social muito específica que não produz, como foi discutido, dentro do ciclo da mais-valia (D – M – D’); ao contrário, a produção camponesa fundamenta-se no avesso da capitalista (M – D – M) (OLIVEIRA, 1991). Esta especificidade na maneira de produzir é fruto do universo moral camponês e, ao mesmo tempo, o frutifica. São aspectos interdeterminantes que não existem e não podem ser compreendidos separadamente.

A compreensão do campesinato e de sua ação política passa, portanto, por adentrar nesta ordem. Trata-se de um outro universo de valores, completamente diverso do “nosso”, onde os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. A idéia do indivíduo com uma “vida pessoal” é inexistente. Se por um lado, muitas vezes, as contendas familiares não são incomuns, por outro, a idéia de co-responsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade.

Todas estas dimensões estão absolutamente implicadas umas nas outras: não dá para entender a ação política do movimento social camponês sem compreender sua forma econômica de produzir e sem entender o universo de valores que a sustenta.

Nesse sentido, quando K. Woortmann (1990, p. 11) abordou o campesinato em sua obra *Com parente não se neguceia* e afirmou que “o que me interessa, como já disse, são valores, isto é subjetividades, mais do que relações sociais objetivas”, há que se ponderar que certamente os valores, que estão no plano subjetivo, são informados pelas relações sociais objetivas e também a informam. São fatores que não podem ser entendidos isoladamente, ao contrário, são absolutamente imbricados. A prática

econômica camponesa é que permite que este universo de valores se reproduza e, ao mesmo tempo, informe a prática camponesa, como se verá ao longo deste trabalho.

O campesinato como classe social e a especificidade que lhe é própria são, juntos, os eixos centrais para a compreensão dos conflitos e movimentos sociais no campo.

No período de proposição da Lei de Revisão Agrária, estes conflitos vinham aflorando ao mesmo tempo – e por isso mesmo – em que a inserção do país na economia mundializada provocava mudanças no campo. O campesinato, portanto, manifestou-se politicamente como classe social colocando na ordem do dia a questão agrária. Foi esse o momento em que a questão agrária surgiu como uma questão política para o Governo Carvalho Pinto, a partir das mobilizações e conflitos em São Paulo.

Entretanto, a questão agrária deixava de ser uma questão nordestina (com a atuação e repercussão das Ligas Camponesas), tornava-se uma questão nacional, ou, ainda mais, uma questão latente no estado economicamente mais desenvolvido do país.

Paulo Vanzolini deixou explícito em seu depoimento a relação entre a Lei de Revisão Agrária e o Movimento do Arranca Capim:

Veja você: uma fazenda de gado, por exemplo... 800 famílias sustentam o comércio. Se for fazenda de gado são quatro ou cinco pessoas apenas. Então quer dizer, o Zico Diniz já tinha matado o Guairá [?], comprou todas as fazendas, tirou as culturas e botou boi. Foi, aí que aconteceu a reforma agrária. O Carvalho Pinto não era grande partidário, mas entendeu. Era inteligente, entendeu tudo.

Assim, não foi um mero acaso a proposta de um assentamento em Meridiano (fazenda Jacilândia – Microrregião de Fernandópolis) “ao lado” da área de conflitos em Santa Fé do Sul.

No próprio município de Fernandópolis, em 1954, houve um conflito entre lavradores que cultivavam as terras próximas à estrada de ferro - cerca de 300 famílias

- que foram despejados pela Companhia (Estrada de Ferro Araraquarense)⁵¹. A situação das famílias na Fazenda Jacilândia era exatamente esta, como veremos no capítulo referente às Áreas Destinadas à Lei de Revisão Agrária: terras ocupadas por camponeses arrendatários nas proximidades da estrada de ferro que, em grande parte, haviam trabalhado em sua construção.

Em junho de 1961, menos de um ano depois dos conflitos em Santa Fé do Sul, o Secretário de Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, prefaciando o Plano de Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena, anunciou o local das demais áreas:

A emoção com que vejo realizados os loteamentos rurais de Marília, Campinas, Jacilândia e Jaú, não me impede de antever, na modalidade da Revisão Agrária paulista, um excelente campo de observação e pesquisa para todos os homens que desejam o aperfeiçoamento da estrutura agrária brasileira.

Esta área da Fazenda Jacilândia estava, no momento da aprovação da Lei, ocupada por posseiros. Evidentemente, não foi sem uma preocupação política que a área escolhida foi uma fazenda pública, ocupada por posseiros e ao lado de uma região de conflitos, de mobilização camponesa. Da mesma forma, o caso da Fazenda Santa Helena de Marília, ela própria fruto de ocupação camponesa e da mobilização comunista no campo naquela região.

Na Fazenda Pirituba, em Itapeva, ainda não mencionada pelo Secretário de Agricultura em junho de 1961, também ocorriam conflitos entre camponeses-rendeiros e o preposto do Estado que passou a grilar aquelas terras.

Esse foi, pois, o ambiente político em que a Lei de Revisão Agrária foi proposta.

No ano de 1959, Fidel Castro liderou a Revolução em Cuba - no auge da Guerra Fria e dos Movimentos Sociais no Campo - e Carvalho Pinto assumiu seu primeiro ano como governador eleito de São Paulo, pelo PDC (Partido Democrata Cristão).

⁵¹ Ver Barriguelli (1981). Observar o MAPA 17 (Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo - 1945-1964).

Quero com isso indicar que a luta dos camponeses no Brasil - todos esses conflitos e mobilizações no campo, especialmente em São Paulo - mostrava que a questão agrária não era uma questão da existência de um "semi-feudalismo"; ao contrário, a expansão do capital, assentada em um processo de grilagem de terras e expulsão do campesinato das posses, era geradora de conflitos e esteve na raiz da proposta da Lei de Revisão Agrária.

De qualquer forma, de maneira direta ou indireta, a ação dos camponeses mobilizados no campo contribuiu com outros camponeses que compartilhavam da mesma situação, a do despojamento da terra.

Assim, a Lei de Revisão Agrária, que surgiu em São Paulo em dezembro de 1960, é aqui entendida como resultado tanto das lutas camponesas quanto da reação da classe dominante "assustada" com as mesmas, tomando algumas medidas no sentido de refrear o movimento social no campo.

Ou, mais do que isso: a Lei de Revisão Agrária é, em si, o reflexo do conflito social posto a partir da expansão do capitalismo no campo. São conflitos de interesses diferentes, conflitos de classe, em que de um lado está o capital e os grandes proprietários e, de outro, o campesinato.

Estou propondo, portanto, que o campesinato age também politicamente, como uma classe social. Tal ação política é, sem dúvida, fruto da ordem moral que a informa e que, por sua vez, também é fruto da prática econômica camponesa. Ao mesmo tempo, esta prática econômica informa a ordem moral e é por ela alimentada. Em outras palavras: em um complexo movimento todos esses fatores – o político, o moral e o econômico – se autodeterminam e se alimentam. O campesinato deve, portanto, ser compreendido nesse âmbito.

Os assentamentos levados a cabo através da Lei de Revisão Agrária são, dessa forma, uma fração do território que deu lugar à materialização de uma luta comum, uma luta camponesa: houve um processo de territorialização camponesa.

1.3. O Governo do Estado de São Paulo e a proposição da Lei de Revisão Agrária

Tenho buscado apreender a conjuntura que envolveu o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, responsável pela proposta da Lei de Revisão Agrária, cuja execução culminou na desapropriação de cinco áreas no interior do Estado de São Paulo.

Este item tem por objetivo compreender o que foi a Lei de Revisão Agrária, quem era o Governo de São Paulo na época, ou seja, qual era o entendimento que esse governo tinha da realidade brasileira (bem como a forma como esta realidade influenciou nas decisões do Estado) e o que significava uma proposta de reforma agrária naquele contexto, como foi feita a proposta, como foi recebida pelos diversos setores da sociedade e, finalmente, como foi seu processo de aprovação.

Para a compreensão do momento histórico e da atuação do Governo Carvalho Pinto (1959-1962) no tocante à proposição da Lei de Revisão Agrária, consultei o próprio Plano de Ação do Governo¹, as Mensagens do Governador à Assembléia Legislativa de 1960² e de 1962³, algumas reportagens de revistas de associações rurais daquele período⁴, vários jornais da época⁵, entre eles principalmente o jornal Folha de São Paulo⁶. Realizei também entrevista com Plínio de Arruda Sampaio⁷, subchefe da

¹ Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto 1959-1963. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1959.

² Mensagem à Assembléia Legislativa em 14 de março de 1960 - 1º Ano de Governo - Carvalho Pinto. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1960.

³ Mensagem à Assembléia Legislativa em 14 de março de 1962 - 3º Ano de Governo - Carvalho Pinto. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1962.

⁴ As revistas consultadas foram as seguintes, com os respectivos títulos de suas matérias sobre a Revisão Agrária: Revista da Sociedade Paulista de Agronomia, ano II, n.18: "Revisão Agrária e a Classe Rural"; O Dirigente Rural, dezembro de 1961, v.1, n.3: "Revisão Agrária já saiu do papel em São Paulo"; O Dirigente Rural, fevereiro de 1962, v.1, n.5: "Reforma agrária entra no ano D".

⁵ O Diário de São Paulo em 13/11/63: "José Bonifácio: defenderei perante o FLADE a Revisão Agrária Paulista"; Diário do Comércio em 14/11/63: "Empresários querem reforma agrária com bases técnicas"; Diário da Noite em 14/11/63: "Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira à imprensa: Nova política agrária deve objetivar a formação de uma classe média rural"; A Gazeta em 19/11/63: "Sem reforma agrária teremos a revolução".

⁶ Das seguintes datas: 28/10/60, 25/11/60, 6/12/60, 16/12/60, 28/12/60, 08/01/61, 10/01/61, 11/01/61, 17/01/61, 01/08/61, 09/10/61, 29/03/62, 30/03/62.

⁷ Entrevista realizada em 03/11/98.

Casa Civil (e coordenador do Plano de Ação) do Governo do Estado, e com José Bonifácio Coutinho Nogueira⁸, Secretário de Agricultura do Governo Carvalho Pinto e responsável direto pela proposição e aprovação da Lei⁹.

Em 1959 Carvalho Pinto assumiu o governo de São Paulo eleito pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Ele havia sido Secretário da Fazenda do Governador Jânio Quadros, sucedendo-o, portanto. Segundo Plínio de Arruda Sampaio:

O Carvalho Pinto era um homem ligado aos democratas cristãos. Naquele tempo, o Partido Democrata Cristão estava tentando uma reestruturação em São Paulo e a liderança dessa reestruturação era o Montoro, Queiroz Filho, o meu pai. Meu pai foi colega do Carvalho Pinto... e o Carvalho Pinto aproximou-se do PDC nessa ocasião. Ele era um advogado altíssimo na prefeitura que cuidava exatamente dessas relações com as concessionárias de serviço público e vivia trombando com a Light, trombando com a Companhia de Gás, todas essas companhias estrangeiras que davam um mau serviço, como vão dar agora, a partir dessa nossa privatização. Assim, ele se aproximou deles, quando o Jânio foi eleito Prefeito, ele precisava de um Secretário de Finanças que desse credibilidade, porque o Jânio era considerado um aventureiro total. No PDC todo mundo disse, 'então é o Carvalho Pinto'. Levaram o nome do Carvalho Pinto para o Jânio e o Jânio o nomeou Secretário da Fazenda.

Ele ficou encantado com o Carvalho Pinto porque o Carvalho Pinto era uma competência técnica extraordinária, um homem organizadíssimo. Ele tinha um senso de organização e era ordenadíssimo com as pastas, com as coisas dele, meticuloso, via pessoalmente assunto por assunto, uma delicadeza humana, um trato fantástico. Encantou todo mundo, foi um sucesso, e aí decidiram que ele deveria ser candidato a governador...

Ao ser eleito, Carvalho Pinto montou uma equipe com o objetivo de formular um Plano de Ação, que configuraria as metas de seu governo, bem como a forma como seriam atingidas. Para tanto, solicitou que Plínio de Arruda Sampaio fosse o coordenador desse plano:

... meu pai era Secretário de Segurança Pública. Quando ia lá, trabalhava no gabinete com meu pai, e estava ali organizando a liderança da juventude do PDC. O Carvalho Pinto me conheceu ali. Quando foi candidato, ele me chamou e disse: 'Olha, eu quero que você venha me ajudar e quero que você venha para o meu governo'. Quando ele ganhou a eleição, nomeou-me Subchefe da Casa Civil, com a responsabilidade de ser o coordenador do Plano. Provocou até muita ciúmeira porque disseram que eu era um supersecretário etc. Mas não era verdade. Era um

⁸ Entrevista realizada em 13/04/99.

⁹ Tive acesso também às entrevistas realizadas pela Profa. Dra. Célia Tolentino com o ex-secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira e com José Gomes da Silva. Consulte, ainda, os Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

grupo de trabalho, nós éramos cuidadosíssimos para não ferir a autoridade dos secretários e os secretários logo perceberam que era um negócio fantástico. Facilitava demais a obtenção e a liberação de verbas, enfim, tudo. O Carvalho Pinto nos prestigiava incrivelmente. Quando ele me nomeou, disse: 'Você monta a equipe'. Montei a equipe com vários companheiros meus da Juventude Universitária Católica, que eram pessoas muito ligadas à questão do planejamento...

Percebe-se pelo depoimento de Plínio de Arruda Sampaio que justamente em função do Governador tê-lo escolhido como Subchefe da Casa Civil, um homem jovem e membro da Juventude Universitária Católica, denota que, por trás dessa escolha, havia uma proposta humanista para o Governo do Estado. Assim, o primeiro ponto a ser discutido a respeito dessa gestão é com relação ao entendimento que o Governo do Estado tinha das circunstâncias que o país estava vivendo.

Através da análise das entrevistas que realizei e dos documentos comentados, penso que é possível inferir que o Governador tinha uma postura “desenvolvimentista e nacionalista”: entendia que deveria ser quebrado o subdesenvolvimento de uma vez por todas e que o país deveria ser auto-suficiente, não depender mais do capital estrangeiro:

... O Carvalho Pinto era do PDC, ele era filiado ao PDC. Mas na verdade ele não era um verdadeiro pedecista. Ele era um político desse lado aqui, do lado católico, do lado janista, anti... Ele tinha um lado nacionalista. Ele tinha um lado nacionalista porque ele foi advogado da prefeitura muito tempo e teve combates muito fortes com a Light. Ele tinha uma postura muito anti-estrangeiro, essas coisas assim, anticapitais estrangeiros, e com isso ele se aproximou da esquerda. De um certo grupo da esquerda, não de toda a esquerda, porque até o Partido Comunista o hostilizava, mas os socialistas topavam...¹⁰

A postura nacionalista de Carvalho Pinto também é o que transparece na leitura dos seguintes textos extraídos do próprio Plano de Ação do seu governo:

(buscamos) a defesa de interesses fundamentais da independência econômica da nação... (1959, p. 13)¹¹

A década dos sessenta, em São Paulo, deverá ser caracterizada pela definitiva transposição da barreira do subdesenvolvimento, cabendo-nos a responsabilidade de criar condições que facilitem essa evolução... (1959, p. 15)

¹⁰ Declaração de Plínio de Arruda Sampaio, em 03/11/98.

¹¹ Pronunciamento de Campanha.

Segundo Hélio Bicudo (s.d., 148), durante a participação de Carvalho Pinto no Governo João Goulart, ficou expressa sua postura pró-autonomia e independência econômica do país:

Depois, no Ministério da Fazenda, quando atendera a convite formulado pelo presidente João Goulart, depois de cumprir seu mandato no Governo do Estado, Carvalho Pinto influenciou decisivamente na orientação adotada, de se preservar, diante do poder dos países industrializados do Hemisfério Norte, a nossa autonomia como país livre.

Entretanto, paralelamente a essa postura centrada na autonomia econômica do país frente ao capital externo, Carvalho Pinto possuía um entendimento de que a livre-iniciativa era uma coisa positiva, ele comparava o Estado a uma empresa privada. A este respeito, vale à pena analisar um excerto do Plano de Ação, sob o título “Função do Estado”:

Pode-se dizer que, hoje, cabe ao Estado, em relação à sociedade, função semelhante à do empreendedor na empresa privada: ‘harmonizar’ a conjunção dos fatores de produção da sociedade de modo a obter deles um maior rendimento social... A comunidade paulista constitui, hoje, um dos mais significativos exemplos de dinamismo da iniciativa privada, liderando o desenvolvimento econômico. (1959, p.17)

A livre iniciativa era vista como algo positivo, como geradora de desenvolvimento - Carvalho Pinto era um liberal. O que o Governador parecia questionar era o modo como esse desenvolvimento estava sendo conduzido no país.

Em entrevista que realizei com José Bonifácio Coutinho Nogueira, ex-Secretário da Agricultura, transparece exatamente esse posicionamento de abordar a reforma agrária como um instrumento de superação para o subdesenvolvimento, de tal sorte que reiteradamente as afirmações são no sentido de mostrar que a idéia era “técnica” e não política, em oposição às reformas agrárias dos países que realizaram a revolução socialista:

Mas fundamentalmente hoje parece incrível, mas é absolutamente histórico e verdadeiro que na década de 50 parecia uma extravagância se tocar no assunto, e nós não fizemos uma aproximação política, exatamente ao contrário, a conceituação foi técnica, senão mesmo científica. A partir da premissa de que se a estrutura agrária era má, e ninguém dizia que ela era boa, a concentração era inconveniente. Todas as raízes históricas vieram da formação brasileira, portanto não é culpa política de

ninguém. A coisa veio vindo assim, então me pareceu que alguma coisa deveria ser feita, respeitando a cultura administrativa, política, social do país, mas preparando um futuro diferenciado, que pudesse no fim de alguns anos levar o Brasil a uma estrutura conveniente.

Carvalho Pinto havia escolhido José Bonifácio Coutinho Nogueira como Secretário da Agricultura, segundo ele próprio, em função de sua atuação junto a Associação Brasileira de Criadores:

Eu tinha na época algumas amizades, todas ligadas à agricultura, e estava na presidência da Associação Brasileira de Criadores, da qual ele era sócio. Lá realmente nós fizemos algumas mudanças importantes do ponto de vista doutrinário e administrativo e ele simpatizou-se com o que nós estávamos fazendo, e eu tinha na ocasião 33 anos... Você pode imaginar que eu tinha uma idade assim audaciosa para ser Secretário... mas o convite dele nasceu dessa postura, além de outros conhecimentos que ele deve ter levado em conta... Depois o Severo Gomes, que foi presidente da mesma entidade, desmanchou tudo. Mas a raiz é essa: o Carvalho Pinto era um homem que tinha uma paixão administrativa muito grande, ele não era um homem de partido, propriamente. Sempre teve partido, sempre acompanhou seus colegas e companheiros de partido, mas não era um homem de formulação partidária. Eu também sempre gostei muito de administração, as coisas erradas me fazem mal. Por isso, eu me entendi muito bem com ele, e esses problemas que nós estamos conversando foram amplamente debatidos com ele, e todas as resistências ele sempre entendeu muito bem, que tinha que se mexer nisso. Nunca tive da parte dele nenhum sinal amarelo¹².

O ex-Secretário da Agricultura era, então, uma pessoa ligada aos grandes produtores, ele próprio era proveniente de uma família proprietária de grandes extensões de terra. Entretanto, tinha ele, já naquela época, uma postura modernizante, segundo Plínio de Arruda Sampaio:

O José Bonifácio era um udenista, um homem da UDN, o José Bonifácio é um homem muito rico, de família muito rica. Ele era um usineiro de açúcar daqui de São Paulo. Era também diretor do Banco Comercial, do Dr. José Maria Witaker, que era o capital paulista mais sólido... e o José Bonifácio, muito jovem, foi então o diretor desse banco, ele tinha uma fazenda linda perto de Campinas, aliás, tem ainda até hoje, tem a Usina Esther... então ele era um homem muito rico, UDN, mas era de uma mentalidade progressista, também era um sujeito moderno. Evidentemente não tinha as convicções que eu tinha, mais moderado, mas ponha-se há 30 anos atrás... Era uma pessoa competente, eu acho que um dos melhores secretários da agricultura que o Brasil já teve, um grande secretário, e ele se empolgou com a idéia...

¹² Entrevista com José Bonifácio Coutinho Nogueira realizada em 13/04/99.

Assim, o grupo que propôs a Lei de Revisão Agrária era coordenado por José Bonifácio Coutinho Nogueira, que, como é possível depreender das afirmações feitas, era parte de um grupo preocupado com o desenvolvimento e com a modernização do país, ao mesmo tempo em que representava setores da burguesia e dos grandes proprietários de terra.

Nesta perspectiva, segundo o Plano de Ação, o Governo iria fazer os investimentos em três setores: o primeiro seria o de “Expansão agrícola e industrial” que ficaria com 27,2% do total dos investimentos; o segundo era o setor que foi chamado de “Melhoria das condições do homem”, com 30,71% do total dos recursos; o terceiro era o de “Infraestrutura”, com 42% dos recursos (1959, p.43).

Em 1959 ainda não havia sido formulada a Lei de Revisão Agrária. A única questão a esse respeito que havia surgido, já no Plano de Ação, era a criação de uma comissão para realizar um estudo para melhor utilização das terras do estado, no item “Instrumentos de Política Agrícola”, no qual podia-se ler:

Dentro desse espírito e já como parte da execução do Plano de Ação do Governo, foi criada pelo Decreto nº 35.090, de 15 de Junho de 1959, uma Comissão incumbida do ‘estudo de medidas visando melhor utilização das terras inaproveitadas públicas ou particulares do Estado’. (1959, p. 114)

É importante observar que essa preocupação estava dentro do setor “Expansão agrícola e industrial” e não no tópico da “Melhoria das condições do homem”. Foi por meio desta concepção e interpretação da questão agrária que, mais tarde, a Lei veio a chamar-se “Revisão Agrária” ao invés de reforma agrária, revelando, pois, uma postura muito mais ligada à idéia de desenvolvimento do que de transformação social e, portanto, escamoteando o conflito social latente, como será discutido no decorrer do capítulo.

Em mensagem à Assembléia Legislativa em março de 60, o Governador passou a falar em ‘conter o êxodo rural’, que foi uma idéia muito discutida naquele momento histórico, como forma de possibilitar o desenvolvimento do país:

Com isso, criadas condições locais mais favoráveis, incentivar-se-ia também a radicação do homem ao meio rural, atenuando-se as disparidades que se notam no progresso da comunidade paulista, em que o gigantismo das comunidades metropolitanas, em crescente expansão industrial, contrasta fortemente com o atraso e o abandono do campo - fenômeno universal que assume, todavia, características mais graves em países subdesenvolvidos (1960, p.5).

No início da década de 60, era consenso, no meio intelectual preocupado com o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, que a disparidade econômica entre o campo e a cidade perpetuaria os níveis de miséria. Nesse sentido, segundo Stédille:

A partir da década de 60, apareceu uma terceira corrente de pensamento que formulou teses sobre a questão agrária e as mudanças sociais, que foram as idéias desenvolvidas pelos economistas que trabalhavam na CEPAL - um organismo da ONU para a América Latina... Mas essa reforma agrária tinha um caráter nitidamente capitalista; que o papel dela era oportunizar que mais gente tivesse propriedade da terra e pudesse, assim, se transformar em consumidores de bens industriais (ferramentas, adubos, tratores). Assim se formaria novo mercado pelos camponeses que iriam ganhar terra e ajudaria a desenvolver a indústria com o aumento da produção de ferramentas de adubos, tratores, ceifadeiras e assim por diante. Então, na cabeça deles, a tese da reforma agrária, na verdade, não era para resolver o problema do campo; era para resolver o problema da indústria nacional com o objetivo de desenvolver um mercado interno capitalista nacional.¹³

Como indiquei, a idéia de Revisão Agrária, ou a proposta de uma lei de reforma agrária, não estava colocada no Plano de Ação (1959) do Governo Carvalho Pinto. Ele foi elaborado com um nível bastante elevado de detalhes, após seis meses de elaboração e publicado em um volume com mais de 100 páginas. O Plano detalhou os números gastos com saúde pública, educação, rodovias, eletrificação etc., desde o início da década de 50 e fazia uma previsão também detalhada de tudo que seria gasto no Governo Carvalho Pinto em cada ano e em cada setor. O que havia no Plano, com relação a algo que mais tarde poderia estar relacionado com a Revisão Agrária, era a proposta de uma comissão para estudar a melhor utilização das terras.

Até aquele momento, então, a reforma agrária não era uma “questão” posta no plano político. O que havia era uma proposta de desenvolvimento para o campo, que acompanhasse o desenvolvimento industrial de São Paulo, nos moldes do discurso cepalino, apontado por Stédille, sem ainda colocar a possibilidade da realização de

¹³ STÉDILLE (1994, p. 309).

qualquer forma de desapropriação ou assentamento. Aliás, isto sequer estava esboçado no Plano de Ação. Tanto assim que, em junho de 1959, Carvalho Pinto foi capa da Revista Manchete, com a seguinte chamada “Carvalho Pinto já faz, em São Paulo, Reforma Agrária”.

Entretanto, por paradoxal que possa parecer, a reforma agrária não estava posta. Nem mesmo o esboço da idéia de revisão agrária. O que a própria Revista Manchete chamou em seu título de “Reforma Agrária” não era mais do que a diminuição do imposto para aquisição de pequenas propriedades:

Outra isenção era igualmente indispensável para o Governo Paulista executar seu plano de reforma agrária: a que permite a aquisição da pequena propriedade rural. Nos termos de um projeto remetido à Assembléia Legislativa, os imóveis rurais, até o valor de Cr\$ 200 mil, estarão isentos de imposto de transmissão, quando se destinem à exploração direta do comprador. As propriedades, além desse valor, até Cr\$ 600 mil, terão direito a uma redução proporcional do imposto. Além de facilitar a aquisição de pequenas glebas, essa providência ajuda a nelas fixar o agricultor.

... A orientação seguida pelo Professor Carvalho Pinto demonstra que a reforma agrária não significa essencialmente a distribuição ou fragmentação de terras e pode ser operada através de processos ‘evolucionários e não revolucionários’.

Há poucas semanas, o Governador remeteu um projeto à Assembléia Legislativa. Só depois foi notada a sua importância como passo inicial da reforma. Determinava ele simplesmente a isenção do imposto territorial rural para propriedade cuja área não excedesse de vinte alqueires, no abastecimento dos grandes centros de consumo. Nelas se encontram as chácaras, granjas, sítios e pequenos pedaços de terra onde se cultivam as hortaliças, as frutas e os cereais e onde se obtêm as aves e os ovos. Elas são a base dos chamados “cinturões verdes”, que devem circundar as cidades consumidoras.¹⁴

É notável verificar que a pequena propriedade era valorizada em função do abastecimento das cidades. O primeiro discurso da Revisão Agrária se deu neste sentido: como promotora do desenvolvimento da agricultura, no “nível exigido” pela indústria paulista.

O que estava posto, portanto, era a idéia da modernização, a idéia de que a agricultura deveria dar subsídios para o desenvolvimento da indústria nacional. O Secretário da Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, fazia questão de deixar essa questão clara em seu discurso:

¹⁴ Revista Manchete, reportagem de capa. Edição de 06/06/1959.

Perdoe-me a imodéstia, mas foi puramente pessoal, porque eu sempre fui muito preocupado com a agricultura, lia muito, e exatamente por estar no mesmo ambiente, dentro da própria Secretaria eu percebi que nós estávamos adotando um processo de industrialização. O ITAL foi criação nossa, o ITAL é a semente da agricultura industrializada no Estado de São Paulo, tudo o que se fez depois para industrializar a agricultura nasceu do ITAL. Assim, vi logo a incoerência de que nós estávamos criando um processo de industrialização e deixando a agricultura como extensiva do outro lado, na outra ponta. Assim, nasceu dessa colocação, dessa contradição, a idéia: o que fazer? Evidentemente entraram os técnicos que trabalhavam com a gente na Secretaria, cada um com a sua posição... e amadurecemos a idéia de fazer... a idéia surgiu basicamente no programa que nós fizemos. Não podíamos deixar a agricultura extensiva como fornecedora de substância para alimentar o processo, então surgiu a seguinte pergunta: o que fazer? Solução encontrada: transformar em intensiva e para transformar em intensiva precisava mexer na estrutura, para mexer na estrutura, de novo: o que fazer? Ai realmente nós fizemos. Diante dessa colocação, nossa idéia passou a ser boa, muita gente colaborou, com prós e contras e tudo o mais que a política pode proporcionar. Mas acredite que o ponto fundamental era: sem uma nova estrutura a industrialização não existe, a agricultura extensiva não leva à industrialização. Nós hoje temos um processo de industrialização que vai bem, mas só em determinados setores, não conseguiu ser universalizada por falta de uma estrutura adequada.

Essa era exatamente a base da concepção cepalina, de que o subdesenvolvimento seria superado com a modernização. No Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto há um capítulo com o título “Análise da Economia Paulista”, mostrando que a renda interna do Estado de São Paulo correspondia a cerca de 31% do total do país.

Assim, sendo São Paulo o “Estado mais desenvolvido” do Brasil, deveria ter uma agricultura não só compatível com sua indústria, mas também promotora de seu desenvolvimento industrial. Esta era, portanto, a concepção do Governo do Estado de São Paulo. Segundo Poker (1988, p. 4-5)

... tentativa de aplicação de uma certa teoria de desenvolvimento econômico sugerida pela CEPAL para a América Latina, que neste tempo arrebanhou em sua defesa um sem número de intelectuais e políticos em sua defesa, entre eles o próprio José Bonifácio Coutinho Nogueira, então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, responsável pelo Projeto.

Esta teoria cepalina, num breve enunciado era fundamentada na idéia que o subdesenvolvimento dos países da América Latina – entre eles o Brasil – era causado pela dualidade de sua economia. Isto quer dizer que: de um lado existia um setor extremamente dinâmico, rentável e eficiente, que, industrializado, produzia bens de consumo para o mercado interno e se localizava nas cidades de maior população. Do

outro lado, existia um setor agrário-exportador, que produzia e exportava produtos primários e fornecia alimentos para o mercado interno. Essa produção porém, era realizada através de técnicas ultrapassadas e sem nenhuma mecanização. Isto fazia com que além deste setor gerar pouca renda, ainda freava o desenvolvimento da indústria urbana que se via obrigada a pagar cada vez maiores salários a seus operários devido ao alto custo de sua produção causado pela impotência do setor agrário de fornecer os alimentos em quantidade aceitável.

A equipe escolhida para formar a Secretaria da Agricultura era toda ela comprometida com a idéia de desenvolvimento do país. Era composta, em sua maioria, por jovens que faziam parte da burguesia paulista e que simultaneamente acreditavam na possibilidade de desenvolvimento do país, com independência em relação aos países do primeiro mundo, assim como o próprio Carvalho Pinto também acreditava.

Segundo Plínio de Arruda Sampaio:

Era difícil você dizer de quem era a idéia, porque era um verdadeiro comércio de idéias. Tenho impressão de que partiu da turma do José Bonifácio, que deve ter falado com o pessoal do Plano de Ação, pois existia uma comunicação muito estreita, porque o assessor chefe dele que era o Paulo Vanzolini. Era o homem da cabeça, do pensamento dele, era muito ligado ao Ivan Milton Teixeira e ao Diogo Gaspar, os dois eram de Harvard. Eles tinham lá uma grande comunicação entre eles, imagino que deve ter surgido do Vanzolini ou do pessoal lá da assessoria dele... De toda maneira, a impressão que eu tenho é que não saiu do Plano de Ação para lá, saiu de lá para o Plano de Ação, porque o método que nós tínhamos era o seguinte: nós não vamos fazer o Plano e jogar para as secretarias, nós vamos pedir para as secretarias que nos digam o que elas achavam, como é que elas estavam vendo, e a partir daí nós fazíamos o plano. Deste modo, nós fomos recolhendo de todo mundo, nós não tomamos nenhuma iniciativa direta, entendeu? Nós fazíamos, eventualmente sugestões. O método foi outro, o que, aliás, eu acho que era um método super correto... e ele [Paulo Vanzolini] era amigo do José Bonifácio, os dois são da mesma geração, foram colegas de colégio, eles têm uma relação pessoal estreita. O José Bonifácio levou ele para lá e ele foi um sucesso, era e é uma grande cabeça. Tenho a impressão de que essa idéia era dele, mas ali tinha uma outra figura que era o José Gomes da Silva, do Cetrec. Tinha também uma outra figura muito boa, que era o Ivan Cajueiro. A equipe do José Bonifácio era excelente, foi a melhor equipe que tivemos... todos eles progressistas, o José Gomes era um fazendeiro riquíssimo também, mas era um progressista, eles eram conservadores progressistas, o José Gomes evoluiu para uma posição de esquerda. Acabou então evoluindo para uma posição de esquerda, era uma pessoa maravilhosa. O Ivan Cajueiro saiu do Brasil em 64 e foi ser técnico da ONU. Eles não tinham nada contra ele, mas ele não achou graça naquilo, foi trabalhar fora, era um grande técnico. O José Gomes foi para o IBRA convidado pelo Castelo Branco, aí brigou lá e foi embora... eu tenho a impressão que esse grupo que articulou a Revisão Agrária...

Como já foi apontado, até junho de 1959 não havia uma proposta concreta do Governo do Estado para uma reforma agrária (no sentido de desapropriações e assentamentos). Entretanto, esse quadro mudou completamente de figura poucos meses depois.

Sem dúvida nenhuma, o que acabou por determinar a Lei de Revisão Agrária tal como ela foi proposta, quer dizer, como uma Lei que envolvia desapropriações e realização de assentamentos a partir da cobrança progressiva do Imposto Territorial Rural, foram as ações dos movimentos sociais. Em outras palavras: o conflito de classes aflorou e passou a ficar latente. Nesse sentido, o conflito do Arranca Capim e também a ocupação da Fazenda Santa Helena tiveram um papel preponderante.

Como mencionei, os conflitos do Arranca-Capim tiveram início em julho-agosto de 1959 e a ocupação da Fazenda Santa Helena ocorreu em março de 1960.

Foi como se esses movimentos tivessem, do ponto de vista do governo, apontado para o fato de que a questão agrária não era apenas uma questão nordestina, os conflitos de classe não eram uma questão de atraso, como os enxergava, por exemplo, o Secretário da Agricultura:

... a revolução do Julião¹⁵... não era a minha, então a gente estava com outra cabeça, mas era um processo político, puramente político, que tomou todo o Nordeste, porque lá realmente, talvez porque a gente aqui seja mais adiantado não tenha tido os problemas que eles tiveram lá...¹⁶

Nas palavras do Secretário de Agricultura, bem como nas publicações e declarações oficiais da época, como indiquei, a influência dos conflitos em São Paulo na proposição da Lei de Revisão Agrária não aparece diretamente. Entretanto, a maior evidência da influência dos movimentos sociais na decisão pela Lei de Revisão Agrária é a escolha das áreas destinadas aos assentamentos, como foi visto no item anterior e como ficou explícito no Mapa 17 – Geografia dos Conflitos Sociais no Campo em São Paulo (1945-1964).

¹⁵ Ele se refere a Francisco Julião, das Ligas Camponesas.

¹⁶ Entrevista com José Bonifácio Coutinho Nogueira.

Nota-se no Mapa 17 que das cinco áreas destinadas à Lei de Revisão Agrária, em três delas estavam havendo conflitos – notadamente violência contra camponeses e também mobilização política camponesa. Nota-se também uma grande aglutinação de conflitos em torno dos municípios de Marília, Jaú e Meridiano, neste período.

Plínio de Arruda Sampaio, subchefe da Casa Civil do Governo Carvalho Pinto, foi o único que abordou diretamente a questão da influência dos conflitos no campo, em especial do Arranca Capim, na proposta da Lei de Revisão Agrária:

... nesse período, nós tivemos uma ocupação forte de terras em Santa Fé do Sul. O Carvalho Pinto mandou o Paulo Vanzolini para lá. Essa missão que o Carvalho Pinto lhe dera, era para ele ir até Santa Fé junto com a tropa. Ele acampou com a tropa; mandava diariamente um telegrama para o Carvalho Pinto. Mandava um telegrama dizendo o que tinha acontecido, o que ele tinha feito, pegando instrução, contando o resultado de medidas. Paulo Vanzolini monitorou a solução pacífica do conflito dando uma outra área para onde eles pudessem ir. Enfim, evitou um massacre, a briga era com aquele Euclides Jales, com aquela gente. Tudo isso foi o clima, e dentro desse clima eles fizeram aqui um processo para assentar, acho que eram oito mil famílias, uma coisa assim.

Portanto, foi em função da pressão dos movimentos sociais que a proposta de Revisão Agrária foi elaborada, pois, antes do Movimento Arranca Capim e da ocupação da Santa Helena, a proposta não apareceu esboçada nem no Plano de Ação do Governo (com todos os detalhes que tinha) e nem na reportagem de capa da Revista Manchete, que indicava no título que Carvalho Pinto estava fazendo Reforma Agrária.

Esses conflitos, em São Paulo, mostraram-se como “a ponta de um iceberg” da movimentação no campo brasileiro – nesse estado, inclusive – e, ainda, contando com a ação do Partido Comunista do Brasil, o que fez com que a sua interpretação pelas classes dominantes julgassem que eles eram “perigosos”.

O contexto da Guerra Fria, e evidentemente a expansão do comunismo em diversos países, particularmente em Cuba, colocaram na ordem do dia para as elites capitalistas a obrigatória contenção dos movimentos sociais nos países aliados aos Estados Unidos.

A reforma agrária apareceu, portanto, como um instrumento fundamental para conter esses movimentos sociais e, evidentemente, conter também a possibilidade de revolução socialista em outros países. Passou a haver naquele momento histórico uma pressão direta para que os países latino-americanos alterassem sua estrutura fundiária.

Tinha-se, portanto, três questões preponderantes na proposição da Lei de Revisão Agrária: a primeira era o entendimento da necessidade de modernizar a agricultura, para que a indústria seguisse desenvolvendo-se; a segunda, que me parece central e decisiva na mudança de direção com relação à Lei, que foram os conflitos no campo em São Paulo, e, a terceira, que evidentemente estava atrelada às duas anteriores, era o pacto político-econômico do Brasil, e particularmente do Estado de São Paulo, com os países desenvolvidos, diretamente com os Estados Unidos. Esse pacto, que envolvia empréstimos junto ao BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento), estava também assentado na realização de mudanças sociais básicas, de modo a frear os possíveis processos revolucionários.

Esse pacto esteve relacionado com a Aliança para o Progresso; Plínio de Arruda Sampaio, em seu depoimento, mostrou com clareza a importância tanto dos conflitos no campo quanto do pacto realizado naquele momento:

... o que eu posso dizer para você é isto: havia um processo, uma certa pressão aqui no diagnóstico que o pessoal tinha feito: não tinha mais terra para ir e, portanto, era necessário utilizar melhor as terras que já estavam integradas na economia, que já tinham infra-estrutura, que já tinham tudo, a idéia que surgiu foi essa idéia de você fazer através do Imposto Territorial Rural. O que eu posso dizer para você é que isto foi uma batalha, uma batalha. Nesse período nós tivemos uma ocupação forte de terras em Santa Fé do Sul, o famoso Jofre, o famoso líder Jofre Soares. [...] O outro lado que eu acompanhei disso, que como era muito dentro do que eu estava querendo... o Plano tinha recursos do BIRD, porque isso também [...] pegou uma parte do Kennedy. Portanto, já era parte do plano da Aliança para o Progresso. A idéia era essa, nós incorporamos.

O pacto feito entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, expressou-se de forma concreta na “Carta de Punta Del Este”, que, segundo José de Souza de Martins (1990, p. 93-4) foi:

... como se sabe, um documento produzido por pressão do governo americano e da Aliança para o Progresso tendo em vista obter dos governos latino-americanos medidas que modificassem a estrutura fundiária e aliviassem as tensões que pudessem conduzir a revoluções como a cubana.

José Gomes da Silva, que fazia parte da equipe de José Bonifácio Coutinho Nogueira, em seu depoimento¹⁷, ao falar sobre a proposição da Lei de Revisão Agrária, deixou claro que em seu entendimento a posição do então Secretário de Agricultura estava relacionada à orientação dada pela Aliança para o Progresso. Ele chamou a atenção para o papel que tiveram Plínio de Arruda Sampaio, José Bonifácio Coutinho Nogueira e Diogo Gaspar, apontando aquilo que ele acreditava ter “movido” cada um deles:

Todo mundo vê o Plínio como um ex-promotor público e nunca como um executivo. Mas na verdade ele foi o encarregado da execução do Plano de Ação do Carvalho Pinto. Do Plano de Ação resultaram o Ceagesp, rede de silos, Centro de Treinamento de Campinas, ITAL e uma série de novas políticas para a agricultura. E o Plínio, esse sim, é um progressista e tinha idéias bastante claras sobre a questão da terra devido a sua experiência de promotor público em Sertãozinho. Sertãozinho, você sabe, é próximo de Guariba, uma área de cana-de-açúcar e que tinha algumas lições da estrutura agrária. A grande transformação das fazendas de café e pequenas plantações de algodão de sitiantes e depois o engolfamento dessas áreas pelas usinas de açúcar. O Plínio viveu um pouco dessa história, então ele era a figura central. De onde isso se desencadeou. A segunda figura é um nordestino chamado Diogo Gaspar, que foi... um economista do Banco do Nordeste. Trabalhou na FAO, e ele trouxe dos EUA, quando veio trabalhar na equipe do Carvalho Pinto, um exemplar do Relatório de Progresso que as Nações Unidas fazem a cada 3 anos sobre Reforma Agrária: “Problems in law reform”. Eles publicam isso regularmente... E ele trouxe o primeiro exemplar. E o relatório foi lido pelo José Bonifácio Coutinho Nogueira, que era advogado, jovem, que foi presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da UNE e era da alta aristocracia campineira. O Bonifácio, em função da idade, era sensível, embora ele não pudesse ser considerado um progressista. Mas é a tal história da influência, do meio em que a pessoa vive. Ex-presidente do XI de Agosto, naturalmente tinha tendências progressistas, enquanto estudante, enquanto jovem, até enquanto Secretário da Agricultura. Só abrindo um parênteses, eu comparo esta história do Bonifácio com a do Roberto Campos depois no Estatuto da Terra. Por que um conservador como Roberto Campos falava em questão agrária? Porque o meio em que ele vivia em Washington, embaixador do Brasil, na época do Kennedy, da Aliança para o Progresso, era modismo falar em Reforma Agrária.

José Gomes da Silva também falou diretamente da Aliança para o Progresso, da exigência de reformas sociais para a obtenção de empréstimos e da influência da

¹⁷ Depoimento cedido à Profª. Célia Ap. F. Tolentino, em 21/09/1989.

própria CEPAL na formação de grupos responsáveis pela reforma agrária nos países latino-americanos:

Dentro da Aliança para o Progresso o governo norte americano resolveu só financiar projetos, tanto através da [?] como do BID para os países que fizessem algumas reformas: habitação, saneamento básico e reforma agrária. Então quando um governo ia lá pedir dinheiro para construir uma usina, do Paranapanema, por exemplo, ouvia: "Nós soltamos o dinheiro para a usina se simultaneamente houver um programa de educação e reforma agrária". Como não tinha gente preparada para a Reforma Agrária, foi criado simultaneamente a esse programa um núcleo chamado CIDA – Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, formado pela Cepal, pelo BID, pela OEA, pela FAO... Eles começaram a dar cursos para formar executivos em reforma agrária, administradores em programas de reforma agrária.

O próprio José Gomes da Silva revelou neste depoimento que o início de sua carreira como a pessoa de referência para a reforma agrária foi justamente por ter feito esse curso como membro da equipe de José Bonifácio Coutinho Nogueira. Ele solicitou ao Secretário para ser o representante brasileiro a fazer o 3º curso de reforma agrária - (o primeiro foi no Chile e o segundo na Colômbia) - que foi realizado pelo CIDA em Campinas.

José Gomes da Silva e Plínio de Arruda Sampaio deixaram claro, nos depoimentos que deram, a importância dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, a cobrança de que os países latino-americanos realizassem a reforma agrária, para que se evitasse a revolução.

Entretanto, o papel dos conflitos sociais foi sistematicamente negado nas demais declarações oficiais, como já foi apontado. De acordo com Poker (1988, p. 4):

... a luta pela terra... devido à dimensão que adquiriu neste tempo, mereceu atenção especial por parte do Estado. Tão especial que talvez fosse a Revisão Agrária promovida pelo Estado de São Paulo uma resposta aos movimentos de luta pela terra neste período. Muito embora reconhecesse a força deste movimento, o Estado, em declarações veiculadas pela imprensa nesta época persiste em afirmar que "a Revisão Agrária é proveniente apenas da vontade do Estado".

Ocorre, portanto, que os conflitos no campo, enquanto conflitos de classe dos camponeses em oposição à burguesia e aos grandes proprietários de terra, colocaram a essas duas classes sociais e, evidentemente ao Estado (representante dos interesses de ambas), a necessidade de um posicionamento quanto à questão agrária.

Havia o território em conflito e o Estado foi obrigado a se posicionar e a dar respostas à classe social que se mobilizava.

Em agosto de 1959 eclodiu o Movimento do Arranca Capim, em novembro deste mesmo ano foi realizada a “Semana de Reforma Agrária” organizada pela Secretaria de Agricultura e pela Sociedade Paulista de Agronomia. A “Semana de Reforma Agrária”, por paradoxal que possa parecer, foi realizada na sede da Sociedade Rural Brasileira. A sessão de abertura foi presidida pelo Secretário de Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira; segundo o jornal *A Gazeta*, de 24/11/1959, o Secretário “lembrou o conceito firmado em assembléia da ONU, no sentido de que a reforma agrária é um imperativo do mundo moderno. Dentro desse espírito, acentuou, não se pode recusar o debate desse problema...”.

É bastante significativo que a “Semana da Reforma Agrária”, proposta pela Secretaria de Agricultura, tenha sido realizada na sede da Sociedade Rural Brasileira; o próprio Secretário de Agricultura era membro da Sociedade Rural. Havia da parte do Governo a tentativa de convencer os latifundiários da necessidade de reforma agrária, pois, como de fato ocorreu, a reação à Revisão Agrária foi grande.

Esse quadro começava então a reforçar cada vez mais, no discurso oficial, a necessidade de uma reforma agrária “evolutiva”, ou como havia falado Carvalho Pinto na reportagem da *Revista Manchete*: “fazer um processo ‘evolucionário’ ao invés de ‘revolucionário’”.

Em sua intervenção na Semana da Reforma Agrária, o Secretário da Agricultura ressaltou, para concluir seu discurso, que: “a agricultura deve colocar-se na vanguarda dos empreendimentos sociais e econômicos. Por isso a agricultura deve atentar para o problema da reforma agrária, não ignorando, antes pugnando por soluções democráticas e dentro de um processo evolutivo”.

As tensões postas pela Guerra Fria, sobretudo após os conflitos no campo em São Paulo, tornaram-se cada vez mais latentes. Uma das reportagens do *Correio de Marília* expressava esta questão de uma maneira muito clara:

O trabalhador rural não pode mais vegetar nas dificuldades que o inferiorizam. O Governo de antemão reconhece. Os proprietários das Glebas sem cultivo devem reconhecer também. Com a expansão demográfica, que aumenta a letargia dos trabalhadores e tumultua de gravarmos a assistência, mais dia menos dia, eles irão buscar com suas próprias mãos, a terra para manter-se e contribuir para o desenvolvimento da lavoura. (POKER, 1988, p. 9).

A revisão agrária começava então a ser defendida como um instrumento de paz no campo, de paz social. Cada vez mais, tornava-se evidente sua proposição em função da expansão dos movimentos sociais.

Em sua mensagem à Assembléia Legislativa, o Governador expressou sua idéia de fixação do homem no campo associada ao desenvolvimento para evitar o “atraso” e superar o subdesenvolvimento. Segundo Caio Prado Jr.¹⁸, ao se referir ao projeto de Revisão Agrária (1987, p. 128):

Trata-se, acreditamos, da primeira instância de um governo oficialmente propor, no Brasil, a adoção de medidas que pelo menos em princípio objetivam reformar a estrutura agrária. É isso o reconhecimento oficial - e note-se que partido de um governo essencialmente conservador - de que a gravidade do problema agrário atingiu tal ponto que não é mais possível adiar as soluções necessárias. É possível que para muitos essa iniciativa do governo de S. Paulo constitua uma surpresa.

Caio Prado considerava a ação do governo do estado de São Paulo de maneira muito positiva, embora ponderasse que se tratava de um governo “conservador”, o que corrobora sua visão de que o Estado agia em resposta aos conflitos sociais.

A proposta de Lei era intitulada “Revisão Agrária” que, como se verá, de fato significava “rever”. Era justamente uma proposta para evitar a transformação da sociedade por meio de uma revolução socialista e responder ao conflito de classe.

A propriedade da terra, evidentemente, no momento da aprovação da Lei, não foi colocada em “jogo”, pois, por um lado a reforma agrária era planejada como um meio de alcançar o desenvolvimento, e, por outro, como forma de arrefecer as ações dos movimentos sociais no campo. Esta concepção pode ser observada pela matéria intitulada “Sem Reforma Agrária Teremos a Revolução” publicada no jornal *A Gazeta*,

¹⁸ Esse texto foi extraído do 3º capítulo de sua obra intitulado “A Reforma Agrária e o Momento Nacional”, que foi publicado originalmente na Revista Brasileira, nº 29, maio-junho de 1960, no qual ele fez uma análise do Projeto de Revisão Agrária, portanto, meses antes da Lei ser aprovada.

de 19 de novembro de 1963, pelo ex-Secretário da Agricultura, após o final do governo:

Da experiência cubana, aproveite-se a sua lição histórica. Se os seus resultados não são encorajadores, é preciso que os latifundiários de outras regiões não permaneçam irredutíveis ao progresso, como os seus colegas da ilha. Se permanecerem cegos à realidade dos tempos modernos, deixarão suas nações diante da trágica opção de terem de escolher entre sucumbir asfixiada pela estagnação ou morrer vítimas pela revolução social. Muito antes de Fidel Castro, um destacado sociólogo norte-americano, da Universidade de Minnesota, Lowry Nelson, já demonstrava ser impraticável a subsistência de uma estrutura agrária aristocrática, dominada por algumas poucas famílias e consórcios estrangeiros. As classes dirigentes de Cuba, porém, deram-lhe as costas e prosseguiram no seu roteiro suicida.

Diante do perigo suicida – sob o ponto de vista dos grandes proprietários - da revolução, a Lei de Revisão Agrária, embora não tivesse sido elaborada no sentido de colocar em questão a propriedade privada da terra, colocava em questão o uso que era feito dela:

Lei N. 5994 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1960

Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências.

Art. 1o. O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição da pequena propriedade rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único. Para os fins desta lei considera-se pequena propriedade rural aquela que, possuindo área mínima necessária para possibilitar a sua exploração econômica, não exceda os limites máximos fixados nos planos de loteamento para as diversas regiões do Estado, considerando ainda sua localização, objetivo econômico e social e as condições econômicas do proprietário.

Art. 2o. Para a efetivação do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a:

I- promover mediante loteamento, o aproveitamento de terras do Estado que se prestem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas ou incluídas em planos de utilização para reflorestamento, proteção da fauna e da flora ou em atividades de pesquisa ou fomento;

II- desapropriar, para fins de loteamento ou reagrupamento, terras inaproveitadas, de preferência localizadas em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, e que preencham os requisitos do inciso anterior;

III- adquirir, mediante compra ou doação, terras cuja situação e características justifiquem o seu aproveitamento para os fins desta lei.... [SÃO PAULO (ESTADO) de São Paulo, Lei 5994/60, grifos nossos]

A terra destinada aos assentamentos seria adquirida apenas através de doação ou compra, não estava colocada a possibilidade de desapropriação com pagamentos através de títulos, pois o pagamento deveria ser feito em dinheiro. Nota-se na Lei que há preferência para lançar mão primeiro das terras públicas que não estivessem sendo utilizadas.

A argumentação do Governo do Estado procurou ficar centrada na utilização da terra, de modo que ela fosse produtiva e portanto geradora de desenvolvimento. Quando a questão social era tocada, era no sentido de evitar uma revolução, ou seja, de que este conflito de classe não convergisse para uma revolução. Portanto, não visava diretamente solucionar um problema social que estava posto, mas evitar que esse problema deixasse de ser exclusividade dos pobres da terra e passasse a ser também um problema para os demais setores da sociedade, especialmente os latifundiários. Em outras palavras: objetivava conter o conflito de classes para que este não se transmutasse em uma alteração total da sociedade.

Esta questão pode ser vista no primeiro artigo da Lei que se refere à *"exploração racional e econômica do solo"*¹⁹. O objetivo central estava no solo e na sua melhor utilização e não, embora também paralelamente, na melhoria da vida dos trabalhadores rurais e suas famílias, que porventura viessem a se beneficiar com a aplicação da Lei.

Este princípio, portanto, estava em consonância com a visão do então Secretário da Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, expresso em uma entrevista concedida por ele, em 1997, ao jornal O Estado de São Paulo, em que discutia a questão agrária e o MST²⁰:

¹⁹ Podemos também, nesse sentido, observar este texto do "Relatório de Análise e Divulgação da Fazenda Capivari" produzido em 1970, por uma empresa de consultoria, a pedido do ARA - Assessoria de Revisão Agrária - órgão criado para executar a Lei de Revisão Agrária: "Essa lei objetivava a transformação, anualmente, de 500 a 1000 lavradores sem terras, em pequenos empresários agrícolas, através da venda de lotes racionalmente dimensionados". (ARA, 1970, p. 11, grifo nosso)

²⁰ Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, de 27/04/1997, p. A-28.

OESP: O senhor diz que os contemplados com lotes precisam ser muito bem qualificados. Mas, para o MST, quem marcha com ele está naturalmente qualificado. Como fica isto?

Nogueira: ... O raciocínio político seria atender a todos igualmente... O raciocínio técnico é o contrário: para evitar o insucesso do assentamento é preciso procurar gente qualificada, seja ela marchante ou não...

O ex-Secretário, de certo modo, não vê na ação política do movimento a qualificação para o despertar para o trabalho no campo, pois a questão social, mesmo na atualidade (final da década de 90), não estava posta em seu discurso como ponto de partida para a reforma agrária. Assim, insistia na idéia da excelência, da capacidade individual de alguns. Nesse sentido, a reforma agrária passou de uma questão fundamentalmente social, política e econômica que é, para ser abordada no âmbito da funcionalidade técnica, de maneira que tivesse seu sentido político esvaziado.

Assim, houve uma tentativa deliberada de suprimir o sentido político da Lei de Revisão Agrária nos depoimentos oficiais, em especial do Secretário de Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira. Tanto assim que, ao comentar sobre a mediação que Paulo Vanzolini fez nos conflitos de Santa Fé do Sul, utilizou a expressão “épocas de crise”, sem se referir diretamente aos conflitos:

O Paulo Vanzolini era muito ligado a mim, trabalhava no meu gabinete, é uma inteligência fora do comum, um biólogo, não tinha nada com reforma agrária, nada com agricultura, mas aprendeu muito bem. Era a nossa ponta de lança nas épocas de crise. Quando tinha crise a gente tinha que mandar alguém para discutir e era o Paulo Vanzolini, que era muito inteligente, muito firme, o Paulo era uma figura.²¹

Esta postura também ficou expressa no que diz respeito à escolha das áreas para os assentamentos da Lei de Revisão Agrária, e a recusa do Secretário de Agricultura em reconhecer a relação entre elas e os conflitos no campo em São Paulo. Muito embora aparecesse no discurso oficial o “perigo do comunismo”, em momento algum ele esboçou que os conflitos no campo em São Paulo influenciaram a proposição da Lei. Foi visto no item anterior que o Secretário, a respeito da Fazenda Santa Helena/Fazenda do Estado (aquela em que houve ocupação de camponeses liderados

²¹ Entrevista que me foi concedida em 13/04/1999.

por membros do Partido Comunista) diz não se lembrar o porque de sua escolha. A esse respeito Tolentino (1992, p. 8) comenta:

Segundo José Bonifácio Coutinho Nogueira, a escolha da Fazenda Santa Helena para o projeto piloto foi aleatória. Entretanto, sua própria fala se encarrega de enumerar diversos fatores que em conjunto anulam essa premissa a começar pela frase de que a área “era acima de tudo, escandalosamente improdutivo”. Escandalosamente improdutivo quer dizer que num contexto de mobilizações sociais por terra como era o caso dos arrendatários de Santa Fé do Sul e mesmo das Ligas Camponesas, manter aquela área inaproveitada era oferecer os flancos abertos para os trabalhadores organizados e seus mediadores.

Em outro momento da referida entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, ainda tratando dos Sem-Terra, Nogueira fez a seguinte afirmação: “Eles vão ter, como empresários, de transigir. Não existe a profissão de revolucionário, a profissão que eles buscam é a de empresário agrícola” (grifo nosso).

O ex-Secretário procurou diluir o sentido político dos movimentos sociais, transferindo para o Estado o mérito e a responsabilidade pela reforma agrária. Utilizou para isto uma forma em que transparece a idéia de que a reforma agrária deve ser feita segundo os objetivos determinados pelo Estado, onde, quando e da maneira que ele assim o determinar. Em outras palavras, deveria estar sob o controle do Estado, e só dele, pois é ele que detém as informações e meios necessários para realizar uma reforma agrária bem sucedida.

De acordo com a Lei de Revisão Agrária [SÃO PAULO (ESTADO), Lei 5994, de 30/12/1960], foi criado um Conselho de Revisão Agrária do Estado que deveria ser:

... presidido pelo Secretário da Agricultura e composto pelos seguintes membros: 1 representante da Sociedade Rural Brasileira, 1 representante das Associações Rurais do Estado de São Paulo, 1 representante da Sociedade Paulista de Agronomia, 1 representante da Sociedade Paulista de Veterinária, 1 representante da Associação Paulista dos Criadores de Bovinos, 1 representante da Associação Paulista de Cafeicultores, 1 representante da Associação Paulista de Municípios, 1 representante da Ordem dos Economistas, 1 representante da União das Cooperativas do Estado de São Paulo, 1 representante do Conselho Florestal do Estado, 2 representantes da Universidade de São Paulo, sendo um deles do setor de Sociologia, 1 representante da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 2 representantes da Secretaria da Fazenda e 2 representantes da Secretaria da Agricultura. [SÃO PAULO (ESTADO), 1960a e 1960b].

Note-se que não há nesse grupo, que formava o Conselho de Revisão Agrária, nenhum agricultor como representante.²²

José Bonifácio referiu-se a empresariado agrícola, visão ligada à “técnica” e à “racionalidade”, termos que aparecem na Lei e que são cabíveis apenas na lógica de uma exploração agrícola capitalista e, como foi discutido, avessa à “racionalidade” camponesa.

Essa visão centrada na técnica e no desenvolvimentismo, de acordo com José de Souza Martins, esteve presente na elaboração do Estatuto da Terra que, como será discutido neste capítulo, foi fruto direto da Lei de Revisão Agrária:

A própria burguesia, inquieta com o aumento das tensões no campo, e com as concessões do governo, acaba de se manifestar sobre a questão fundiária falando numa nova ordem na agricultura. Procurando salvar ainda concepções que lhe são essenciais, como a de que as transformações no campo devem ser conduzidas por uma política de tributação e não de desapropriação, os empresários passam a classificar os proprietários de terra em “produtores de baixa renda”, “produtores profissionais” e “investidores patrimoniais”. Acentuando mais uma vez a empresa rural como a solução da questão agrária, a burguesia, entretanto, condena os investidores patrimoniais, os que compram terra como reserva de valor e objeto de especulação. É retomada, em outra escala, dos velhos pressupostos do IPES e dos princípios consagrados no Estatuto da Terra, uma reafirmação de posição, com ênfase porém na função social da propriedade. De certo modo, os empresários passam a distinguir entre terra de produção e terra de especulação, uma tendência que também se manifesta na Igreja. O documento dos empresários foi elaborado por técnicos e analisado e aprovado por fazendeiros, industriais e banqueiros, vários deles como representantes de poderosas associações de classe, como é o caso da Sociedade Rural Brasileira. Alguns, em nome da reprodução ampliada do capital, voltam a unir, se não suas forças, ao menos os seus pontos de vista (o documento dos empresários cita vários trabalhos de intelectuais de esquerda, enquanto que intelectuais de direita fazem aberta defesa das medidas do governo em relação ao campesinato) contra o campesinato ou, ao menos, contra a possibilidade de que um ponto de vista camponês tenha presença e eventualmente êxito no debate político que neste momento se trava no país. (MARTINS, 1990, p. 100-101)

Fica claro, portanto, a mobilização da burguesia (e de parte dos grandes proprietários) em favor da propriedade economicamente produtiva como uma saída para evitar ou arrefecer o conflito de classe manifesto. Posicionam-se contra a

²² WELCH (1999) apontou a inexistência da representação de trabalhadores rurais no Conselho de Revisão Agrária e apontou também para a discordância da ULTAB com relação à Lei, justamente neste sentido.

especulação da terra – o que fica claro no discurso do Secretário da Agricultura quando se refere à Fazenda Santa Helena como escandalosamente improdutivo e, também quando classifica os grandes proprietários especuladores como “agiotas da terra”, como será discutido. Como mostra Martins, em torno da proposta “modernizante de reforma agrária” aglutinam-se os setores, melhor diria, as classes sociais antagônicas ao campesinato, conduzindo um modelo que preservava seus interesses.

O Estado buscava tirar “das mãos” dos movimentos sociais (camponeses) que se alastraram pelo país durante a década de 50 a possibilidade de dirigirem a reforma agrária – que envolvia uma concepção de justiça social e do questionamento do caráter da propriedade privada - trazendo sob o seu controle, e de acordo com as concepções que o legitimavam, qualquer tipo de transformação no âmbito social, de forma que a temida revolução não acontecesse. José Bonifácio Coutinho Nogueira assim afirmou:

*A experiência que se tem em todo mundo é que isso não é um problema político, tem que se induzir a mudança da estrutura, e não revolucioná-la. Pelos exemplos de reforma agrária mais radicais como foi o caso da Rússia, morreram milhões de pessoas, então foi inteiramente inútil, incompetente e desnecessário. Ao passo que o processo indutivo, através da via fiscal, leva que no fim de 20, 30 anos a estrutura seja outra, e 20, 30 anos na história de um país é zero, absolutamente irrelevante... Nós, naquela ocasião, estimamos uma dose média que crescia a partir de três assentamentos grandes e, chegaríamos, acho que no décimo ano, com alguma coisa como 20 ou 30 assentamentos porque os recursos eram obrigatoriamente retornados ao procedimento de assentamento. Então teríamos hoje já um número tão grande de assentados que não haveria problema social, haveria problemas administrativos inerentes à crise agrícola, que é um outro problema. Parece que a crise agrícola é só da estrutura agrária e não é. Hoje, a agricultura vai mal no mundo inteiro, ela é subsidiada no mundo inteiro, então não se pode dizer que seja um fato inteiramente político, como às vezes pensa-se caracterizar. O problema surgiu dessa indagação: se a estrutura está errada, o que se deve fazer? O que se deve fazer é um processo indutivo de agricultura familiar para melhorar a estrutura agrária. Havia naquela ocasião uma colocação política, foi uma luta bastante importante, o problema foi colocado, historicamente ele existe, tanto que você está aqui perguntando, mas lamentavelmente ficou na história.*²³

Entretanto, muito embora a Lei de Revisão Agrária não fosse revolucionar a estrutura fundiária do Estado de São Paulo e fosse uma proposta que não contrariava

²³ Entrevista realizada em 13/04/99.

os interesses da burguesia e de parte dos grandes proprietários, o seu advento causou um grande incômodo à classe dominante. A Lei foi recebida exatamente como se se tratasse de uma reforma socialista. Por isso a proposta inicial da Lei foi alterada durante as votações na Assembléia Legislativa. Segundo o ex-Secretário de Agricultura:

Na Assembléia houve concessões... teve processo de negociação e algumas coisas pioraram, outras não, mas infelizmente não foi um processo imaculado. Tudo isso é do regime, todo processo legislativo, democrático, os grupos de pressão atuam, acaba tendo-se que fazer uma concessão. Não foi grave, mas existiram algumas concessões que eu não gostaria de ter feito.

Várias associações de ruralistas posicionaram-se contra a Lei de Revisão Agrária, sob o argumento de que era ela uma lei de confisco e fundada em princípios socialistas. O texto a seguir foi extraído da Manifestação da Associação Rural de Ribeirão Preto sobre a Revisão Agrária:

O projeto apresentado envolve duas finalidades distintas. Uma de caráter social, procurando fomentar o fracionamento da gleba sob planejamento técnico e assistencial da Secretaria da Agricultura, tornando mais acessível ao homem do campo a aquisição de terra, visando a criação de uma burguesia na agricultura. Outra, de natureza estritamente fiscal, pela qual objetiva a promoção de recursos para a execução do programa social, alterando a tributação rural vigente com a introdução de taxas progressivamente em função da área e adicionais cobrados de acordo com a menor ou maior utilização da terra. O único [?] relativo é o que poderia justificar a junção dos dois propósitos, incide na forma coercitiva da tributação, objetivando tornar desinteressante a conservação de grandes áreas, produtivas ou não.

O puro e simples fracionamento da gleba, fórmula miraculosa alimentada pelos nossos economistas, especialmente aqueles que evoluíram dentro de um espírito socialista teórico parece trazer, segundo concluem, a desejada solução para o desequilíbrio econômico que se verifica nas atividades agrícolas e assim, com o manuseio artificioso dos quadros estatísticos, verdadeiros prismas de múltiplas facetas procuram provar que a concentração de áreas superiores à capacidade individual, notadamente nas áreas de maior densidade demográfica, reduzem a produção e cerceiam as possibilidades de rendimento individual... O projeto, quanto ao seu aspecto tributário leva a conclusão de expectativa e receio. Acreditamos que nem mesmo o órgão fazendário alcançou a extensão de poder que a lei lhe outorgou, permitindo um sangramento desmedido da agricultura, numa reprodução correta do odioso processo colonial, através de uma tributação sem discriminação, baseada na extensão das áreas e por meio de uma taxa progressiva, mal atendendo ao grau de aproveitamento da terra e sem um órgão controlador eficiente.

As taxas previstas no projeto – sem desatender a que elas constituem ponto de partida para o imposto de renda e a taxa municipal de estradas de rodagem –

consideradas como moderadas, tornar-se-ão exageradas e asfixiantes ao se conjugarem com o disposto no artigo 25, que obriga à atualização do valor imobiliário rural. Outro não pode ser o sentido jurídico da exigência de “novas declarações para fins de lançamento”, o que implicará em compor o valor tributário, em consonância com as bases de fundo especulativo do momento, decorrência final e fatal do pavor da moeda insegura e não da rentabilidade do solo. (Grifos nossos)

O documento revela a resistência expressa pela Associação com relação à Lei, alegando que a taxaço do Imposto Territorial Rural, cobrado a partir do valor imobiliário da propriedade, seria “exagerado” e “asfixiante”, o que inviabilizaria a continuidade da grande propriedade, seja ela produtiva ou não. A argumentação ia no sentido de mostrar que os economistas responsáveis pela elaboração da Lei tinham uma formação socialista e que, portanto, não viam a realidade tal como era, acarretando a aplicação da Lei em um “sangramento desmedido da agricultura”. Ficava, assim, evidente a enorme reação dos grandes proprietários de terra à alteração, ainda que mínima, na estrutura fundiária do Estado. Reagiam, enquanto classe, à conquista camponesa, ainda que restrita.

A Sociedade Rural Brasileira passou a se movimentar para evitar a aprovação da Lei de Revisão Agrária. Esta movimentação se deu em dois sentidos: um deles jurídico e, o outro, “midiático”, através de declarações públicas e artigos em jornais e revistas com uma argumentação de que a reforma agrária não era necessária e de que os “analfabetos” do campo não conseguiriam sobreviver, não teriam “competência” de “administradores”. Segundo Cardozo (1991, p. 53):

Ao mesmo tempo em que ganha grande repercussão, os debates sobre o caráter limitante da agricultura frente ao acelerado desenvolvimento econômico que se verifica a partir dos anos 50, a Sociedade Rural Brasileira inicia uma campanha cuja finalidade era de demonstrar a importância do latifúndio na economia nacional, contrariando qualquer tipo de parcelamento de terras e direcionando a reforma no sentido de “industrialização” da agricultura, ou seja, fomentação da mecanização.

Na Revista da Sociedade Rural Brasileira, um de seus sócios - em janeiro de 1960, na mesma edição em que a Revista trouxe a reportagem sobre a Semana de Reforma Agrária, realizada em sua sede - afirmou em um artigo sob o título “A propósito de Reforma Agrária”:

Assim, vejo eu, agricultor, esse cenário...:

Subdivisão das terras: Isso vem acontecendo naturalmente através de heranças. Também os pesados impostos sobre as rendas, limitando a capacidade econômico-financeira individual tende ao fracionamento das propriedades agrícolas ou à constituição de companhias, conduzindo à socialização capitalista. Mas, com o advento da mecanização agrícola, inicia-se também a aglutinação das áreas de terras para formarem fazendas suficientemente amplas, capazes de compensarem os capitais empastados em grandes e dispendiosas máquinas.

A idéia da desapropriação, mesmo remunerada, de grandes propriedades para dividi-las e entregá-las a famílias de lavradores não é aconselhável. Há muita terra devoluta para esse fim. O fato do indivíduo trabalhar a terra não o faz técnico nem comerciante. Enormes porcentagens de nossos operários rurais são analfabetos. Sem dúvida há alguns operários capazes de cuidarem eficientemente de pequena propriedade agrícola.²⁴ (Grifos nossos)

O argumento do membro da Sociedade Rural Brasileira direcionava-se no sentido de “provar” que a grande propriedade é que era produtiva e, além do mais, ela já era parcelada com a herança! Deixa transparecer também que “analfabetos” não teriam a capacidade “técnica” necessária para administrar uma propriedade: deixa transparecer seu preconceito/posição de classe, recusando-se a admitir quaisquer conquistas do campesinato. Por fim, vê-se que a desapropriação, *feita em dinheiro*, era terminantemente negada.

No mês de fevereiro de 1960, a Revista da Sociedade Rural Brasileira voltava à questão com um artigo cujo título era “Ainda a divisão de nossas terras”. A palavra “ainda” no título do artigo denota com clareza irrefutável que os fazendeiros recusavam-se a ceder ao debate da Revisão Agrária. De acordo com Cardozo (1991, p. 62):

Em outro artigo da Revista da SRB, fevereiro de 1960, José de Queiroz Telles, associado da mesma, chamava a atenção para a incoerência de uma Reforma. Segundo o mesmo, não eram as grandes propriedades responsáveis pela baixa produção agrícola, mas sim, a falta de uma política agrícola, bem estruturada pelos governos brasileiros de forma que além de créditos, os mesmos fossem beneficiados com apoio técnico e treinamento da mão-de-obra, que segundo ele, não dispunha de conhecimentos necessários para a boa exploração da terra. Segundo ele, a proliferação de pequenas propriedades, ao contrário do que se pensava, só traria diminuição da propriedade, haja visto que os mesmos não portavam os conhecimentos básicos para uma exploração adequada e produtiva da terra. Segundo ele podia-se perceber tais

²⁴ Revista da Sociedade Rural Brasileira, Janeiro de 1960 (CARDOZO, 1991).

problemas à medida que se tornava cada vez mais visível o abandono da terra, pois tais trabalhadores e a posterior migração para as cidades em busca das fábricas e do salário-mínimo...

Diante da reação à Lei de Revisão Agrária, o Governo do Estado lançou mão de um esforço “publicitário” para esclarecer o cunho não socialista da Revisão Agrária. Aliás, ao contrário do que afirmavam os opositores da Lei, nas declarações e publicações oficiais a respeito da Revisão Agrária havia reiteradamente afirmações de que a proposição da Lei ia justamente no sentido de evitar uma revolução socialista.

A Secretaria da Agricultura publicou um livreto em 1960, intitulado a *Revisão Agrária*. Nesta publicação havia uma série de dados sobre o campo em São Paulo, em que ficou expressa a enorme desigualdade da estrutura agrária do Estado, o grande número de lavradores que não trabalhavam em terras próprias e o quão minimamente a Revisão Agrária²⁵ começaria a tocar nesse problema:

estudos realizados entre nós mostram que dos 1.392.000 trabalhadores rurais que mourejam no Estado de São Paulo, apenas 350.000 exercem suas atividades em terras próprias ou pertencentes a suas famílias. “Mais de 1.000.000 de trabalhadores rurais labutam em terras que não são suas”, diz o economista rural Ruy Miller Paiva, - o que é pior – sem qualquer vislumbre de um dia virem a ser proprietários, nas atuais bases de salários vigorantes no meio rural. Este quadro poderá levar o país a verdadeiras agitações sociais. Sem pretender resolver a questão de todos, mas até mesmo de uma pequena parcela deles, a revisão agrária criará um mecanismo, embora modesto, que abra novas perspectivas àquela grande massa de trabalhadores rurais.

Mesmo assim, a reação à Lei de Revisão Agrária por parte dos ruralistas foi tão grande que José Gomes da Silva a chamou de “comoção”. A equipe do governo chegou a preparar um trem que ia de São Paulo a Presidente Prudente, parando em diversas cidades para “esclarecer” o caráter da Lei. Seu depoimento²⁶ é revelador:

Quando veio aquela tremenda reação ao Projeto eu fui um dia na Secretaria , (os diretores despachavam com o Secretário) eu fui lá e o Zé Bonifácio tava com a mão na cabeça, completamente arrasado: “- Mas o que é que é Secretário?” E ele disse “ – Embarcamos num vôo cego”. Foi a expressão dele. “- Mas por que Zé?” “ – Você tá vendo?” E me mostrou o jornal ... “- Ah, sei, quem sabe a gente podia ajudar, nós estamos implantando um novo serviço de comunicação”. Aí eu preparei um esquema que era montar três equipes de pessoal preparado que pudesse defender o Projeto.

²⁵ SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. *Revisão Agrária*: Projeto de Lei n. 154/60, São Paulo, 1960.

²⁶ Depoimento concedido à Profª. Célia Tolentino, em 21/09/1989.

Para isso nós preparamos aqueles dados. Eu escrevi aquele folhetim. Nós preparamos material, slide, aquela coisa... E tinha um pessoal bom, que tinha prática nisso, em comunicação com o agricultor, que falava bem... Contratamos um professor de oratória e todo lugar que havia um debate nós tínhamos um grupo que tinha condição de ir lá defender, e tinha gráficos para auxiliar, aquela parafernália toda. E com isso se criou uma comoção geral em São Paulo. Tinha programas de televisão, "um rolo" danado. Chegamos a fazer um trem que saiu de São Paulo a Presidente Prudente parando nas estações [Fazendo a divulgação?] Fazendo a defesa. Nós trabalhávamos na defensiva naquela hora, era um pau danado. [A comoção geral era urbana ou era rural?] Era rural. A opinião pública naquela época, na indústria, no comércio, nos centros urbanos era favorável. Era eminentemente rural... Aí o Projeto foi muito hostilizado, foi muito difícil de passar e finalmente passou.

A recusa à Lei de Revisão Agrária foi tão grande e inesperada que a expressão usada pelo Secretário de Agricultura é de que era "um vôo cego", queria dizer que eles não tinham idéia da oposição que enfrentariam.

Nem mesmo com todo o trabalho de divulgação realizado, com tudo o que isto significou, incluindo o "trem de São Paulo a Prudente", a reação ruralista foi contida.

A Lei de Revisão Agrária foi tomada como de âmbito socialista. Houve um livro publicado por dois bispos conservadores da Igreja Católica intitulado *Reforma Agrária: Questão de Consciência*, escrito por Dom Antônio de Castro Mayer (Bispo de Campos), Dom Geraldo de Proença Sigaud (Bispo de Jacarezinho) em co-autoria com Plínio Corrêa de Oliveira e Luís Mendonça de Freitas, da Sociedade Tradição, Família e Propriedade – TFP, em 1960, no qual os autores apresentavam a seguinte análise da Lei de Revisão Agrária:

Revisão agrária, "Reforma agrária" e socialização agrária total não serão três etapas de uma mesma revolução?... Até meados de 1959 a discussão do problema agrário e de uma política rural realizava-se apenas na órbita federal. Em 1959 e em 1960 assistimos à introdução da matéria na órbita dos Estados. Em 1959 houve o lamentável ato do Governo de Pernambuco, desapropriando as terras do engenho Galiléia, ilegalmente ocupadas pelos seus rendeiros, arregimentados pelas Ligas Camponesas daquele Estado, para venda aos mesmos usurpadores do direito de propriedade. É o primeiro caso do gênero no País, que pode vir a ter graves conseqüências para a sobrevivência do regime de livre-iniciativa no Brasil, pois, uma vez que a propriedade particular deixa de ser garantida pelo poder público, retira-se do sistema uma das mais importantes molas propulsoras da atividade econômica e, por conseguinte, do progresso material da Nação... Assim, descrito o sistema pelo qual esse projeto [de Revisão Agrária] toma seu verdadeiro aspecto, cumpre fazer a respeito dele a seguinte consideração: chama a atenção a debilidade a que ficaria reduzida a propriedade

privada caso tal projeto fosse aprovado, sem modificações, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo... Agravada a situação do fazendeiro pela tributação preconizada no projeto de revisão agrária, a atribuição de reavaliar, que já está toda em mãos do Poder Executivo, se tornará ainda mais temível para a propriedade rural. A Secretaria da Fazenda poderá eventualmente estabelecer reavaliações tais que “decapitem” cada ano toda uma nova categoria de estabelecimentos rurais. Assim, em última análise, ficarão numerosíssimas propriedades postas à mercê do Poder Executivo.²⁷

Este texto mostra como as questões da Guerra Fria estavam postas na ordem do dia e com que força setores oligárquicos da sociedade colocavam-se contra qualquer tipo de mudança em sua estrutura, ainda que pequena. A propriedade da terra aparecia quase como “sagrada”; nem o argumento da miséria fez com que ela fosse vista com outros olhos e, assim, os rendeiros do Engenho Galiléia foram caracterizados como “usurpadores”. Essa visão deu o tom de como a Revisão Agrária foi recebida e avaliada pelos setores conservadores e o quanto a questão agrária estava, de forma latente, posta como um problema a ser resolvido. O reacionarismo irreduzível dos grandes proprietários de terra brasileiros vem, como é possível verificar, de longa data.

Este livro “Reforma Agrária: questão de consciência” aberta e deliberadamente teve por objetivo minar a possibilidade da Lei de Revisão Agrária ser efetivada. Como se pode ver, ele foi escrito enquanto o projeto tramitava na Assembléia Legislativa e deixou o “recado” de que os deputados não poderiam aprová-la tal como estava no Projeto enviado.

Na edição de novembro de 1960 da revista “A RURAL” (um mês antes da Lei de Revisão Agrária ser aprovada), havia uma enorme propaganda do livro, na qual se lê:

²⁷ DOM MAYER, A. C. et al. (1960, 227-47 passim).

Figura 1. Propaganda do livro da TFP na revista "A Rural"

TODOS DEVEM LER!

REFORMA AGRÁRIA
QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA

* Uma obra de grande atualidade
* Um tema de excepcional interesse

2 bispos e 2 intelectuais escreveram êste livro, no qual apontam os aspectos socialistas e anticristãos da Reforma Agrária

À VENDA EM TÔDAS AS BOAS LIVRARIAS

Pedidos pelo reembolso postal para D. P. J. R., Caixa Postal 4827 - São Paulo

A RURAL - Revista da Sociedade Rural Brasileira - Novembro, 1960

MAIS DE 400 PÁGINAS
\$ 200
CRUZEIROS

In: Cardozo, 1991.

A propaganda do livro indicava que dois bispos e dois intelectuais apontavam os “Aspectos socialistas e anticristãos da reforma agrária”. O argumento fundamental era que sendo escrito por autoridades ligadas à Igreja, ninguém melhor do que bispos para dizer o que era ou não *cristão* e ninguém melhor do que “intelectuais” para provar que havia idéias socialistas na proposta.

Os autores do livro estiveram inclusive na Assembléia Legislativa de São Paulo, a convite da Comissão de Economia, para falar de seu conteúdo, e para convencerem os deputados a não aprovarem a Proposta de Revisão Agrária do Governo. O deputado Germinal Feijó (declaradamente católico) manifestou-se frontalmente contra o depoimento que os bispos fizeram à Casa:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há menos de um mês assistimos, nesta casa, pesarosos, à manifestação de dois ilustres prelados da Igreja Católica e de dois intelectuais que

também se dizem católicos, que aqui vieram, a convite da Comissão de Economia, para darem seu depoimento sobre o projeto de lei por ora em tramitação nesta Casa e que propõe a revisão agrária em nosso Estado.

Posteriormente, tive ocasião de ler um livro denominado "Reforma Agrária – Questão de Consciência" de autoria dos dois bispos em questão e dos dois intelectuais católicos que aqui estiveram. Fiquei escandalizado – esta é a palavra adequada: escandalizado – diante da posição que esses ilustres representantes da Igreja Católica tomavam face a um problema crucial, não só em nosso país, mas em todos os países de economia subdesenvolvida, como é problema da reforma agrária. Adotavam esses senhores, uma posição inteiramente contrária a qualquer providência no sentido de acabar com as graves injustiças que provocam o justo desespero das massas trabalhadoras do campo e defenderam, tanto na oportunidade em que aqui estiveram, quanto no livro que escreveram, privilégios odiosos que de há muito tempo deveriam ter sido banidos de face da terra.

Pois bem, agora os dignos bispos de São Paulo redigiram um documento excelente, declarando qual é a exata posição da Igreja em face deste problema.²⁸

Esse documento produzido pelos Bispos de São Paulo, ao qual o deputado se refere - a respeito da Lei de Revisão Agrária - será abordado em seguida. Vale dizer ainda, que dois deputados pediram sua transcrição para os anais da Assembléia Legislativa.

Assim, tal foi a recusa à Lei de Revisão Agrária pelos grandes proprietários de terra - em qualquer instância - que Plínio de Arruda Sampaio, quando lhe perguntei se houve reação à Lei, afirmou:

Não, da massa não, mas no Congresso foi fortíssima e na Assembléia muito forte. Na Assembléia a pressão dos familiares da maioria dos deputados que eram fazendeiros, ou filhos de fazendeiros, ou genros de fazendeiros, de modo que os fazendeiros tinham muitos amigos lá... Mas nós fizemos um trabalho, o José Bonifácio foi formidável, ele fez um trabalho de relações públicas, fez uma cartilha sobre reforma agrária, foi a rádio, foi o jornal, nós brigamos muito naquele tempo com o Severo Gomes, 'êta mundo véio sem porteira', como diz o caipira, porque o Severo, que acabou sendo um homem de esquerda formidável, na ocasião não era não. Na ocasião ele não foi um homem favorável. Naquele tempo, ele era presidente de uma das organizações de fazendeiros, e eu me lembro que ele era um homem contrário. Houve muita pressão, parece que tinha uma pressão das associações rurais do Estado de São Paulo, ela fez pronunciamentos... foi uma batalha política.

A Secretaria da Agricultura, como afirmado anteriormente, fez uma publicação, uma "cartilha", como disse Plínio de Arruda, no sentido de esclarecer qual era o caráter da Revisão Agrária e mostrar sua importância tanto social quanto frente ao

²⁸ Declaração do Deputado Germinal Feijó, na 154ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 4ª Legislatura.

perigo de uma revolução. Na antecapa da publicação há uma foto de D. Helder Câmara (Arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro) com sua avaliação sobre a Revisão Agrária: “A Reforma Agrária de São Paulo veio ao encontro da política social e econômica da Igreja em sua luta contra o subdesenvolvimento”. A publicação traz também como argumentação o fato de que a ONU, como conclusão da reunião “Progresso em Reforma Agrária”, realizada em 1954 em Nova York, indicava que os países subdesenvolvidos deveriam realizar a Reforma Agrária:

A inclusão deste capítulo tem por finalidade resumir os principais tópicos do relatório da ONU [Progresso em Reforma Agrária, Nova York, 1954]... e analisar as conclusões desse trabalho mediante o seu cotejo com as condições e os estados existentes no Estado de São Paulo... O exaustivo trabalho preparado por aquele organismo internacional [ONU] resultou da declaração feita ... de que “condições agrárias que persistiam em muitos países e territórios subdesenvolvidos constituíam uma barreira ao seu desenvolvimento econômico, porque tais condições reduziam a produtividade agrícola e eram uma das causas principais do baixo padrão de vida das populações desses países e territórios”... O Conselho Econômico e Social da ONU adotou uma resolução pela qual “recomendava que os governos instituísem reformas agrárias apropriadas, no interesse dos agricultores sem terra e daqueles com propriedades pequenas e de tamanho médio...” (1960, p. 19)

Foi bastante significativa, portanto, esta conclusão da ONU, realizada justamente na metade da década de 50, no auge da Guerra Fria, em orientar que os países pobres fizessem a reforma agrária. Era uma espécie de fazer a reforma antes que o povo fizesse a revolução.

A publicação trazia ainda uma análise da desigualdade da distribuição de terras em São Paulo, com gráficos bastante elucidativos²⁹, com figuras indicando esta desigualdade e concentração fundiária.

Na penúltima capa da publicação havia a seguinte observação do Secretário da Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira:

Só derrotaremos uma reforma de tipo comunista, através de uma revisão democrática de nossa estrutura agrária. Aos erros de uma revolução não devemos opor vestígios de colonialismo; à mentira dos demagogos, cumpre-nos oferecer a verdade da democracia cristã.

²⁹ Ver São Paulo (1960a, p 22-3).

A orientação da Lei era, pois, no sentido de evitar a possibilidade de uma revolução. Entretanto, a despeito do esforço da Secretaria da Agricultura, o bloqueio à aprovação da Lei foi enorme. Tais foram as críticas à Lei de Revisão Agrária e a briga dos deputados para que ela não fosse aprovada, de forma que nem a longuíssimo prazo a estrutura fundiária do Estado fosse alterada, que em março de 1962, quando Carvalho Pinto fez novamente sua mensagem à Assembléia (referente ao terceiro ano de seu mandato), fez uma apologia à Revisão Agrária. Fez questão de deixar claro que a Lei não tinha objetivo “confiscatório”, já que este era o argumento utilizado pelos grandes proprietários, como já foi afirmado³⁰. Era como se o governo quisesse apropriar-se do montante de recursos arrecadados em função da cobrança de ITR nos moldes da Lei e tornar desinteressante o uso das grandes propriedades, ainda que produtivas.

Foi sempre filosofia norteante da política agrária governamental o conceito de que uma agricultura técnica e socialmente sadia abastece de alimentos e consome os produtos da indústria que venceu o subdesenvolvimento.

Durante o ano de 1961, foram atacados todos os aspectos abrangidos pela Lei 5.994, de 30 de dezembro de 1960 - A Lei de Revisão Agrária.

Tomaram-se as providências de ordem fiscal tendentes a estimular o uso da terra em bases técnicas e socialmente idôneas. Rigorosamente, dentro dos pontos de vista repetidas vezes exposto pelo Governo, não houve, na aplicação dessas medidas, orientação confiscatória ou de meros objetivos fiscais, mas apenas estrita aderência ao espírito e à letra da lei. (1962, p. 145, grifo nosso)

Pelas palavras do Governador, e pelo que é possível perceber lendo diversas matérias do jornal Folha de São Paulo da época, entre outras publicações, a Lei incomodou sobremaneira os grandes proprietários de terra, já que, para a aplicação da Lei de Revisão Agrária, o governo utilizaria recursos vindos da cobrança do Imposto Territorial Rural, que naquela época era de competência dos estados. De acordo com a Lei, as maiores propriedades seriam mais taxadas e o imposto (ITR) seria devido em dobro se não se respeitasse um certo limite dentro da propriedade que deveria conter florestas, se a propriedade não fosse cultivada de forma coerente com seu tamanho e

³⁰ A “Manifestação da Associação Rural de Ribeirão Preto” deixava claro, como foi possível perceber, esse posicionamento.

com as possibilidades de seu solo etc. (de acordo com padrões que estavam estabelecidos na própria Lei).

*então a idéia era a seguinte: estimula-se o uso maior da terra e esse estímulo se fazia através do Imposto Territorial Rural que naquele tempo era um imposto do Estado. Então a idéia foi fazermos um projeto em que você tem uma taxa básica e esta taxa pode ser aumentada em função da ociosidade e da extensividade, e pode ser reduzida em função da intensividade e do aproveitamento pleno, de maneira que fosse ficar realmente muito pequena se todo mundo usasse bem a terra e ficar bem pesadinha se todo mundo usasse mal a terra, e esse foi o projeto de reforma agrária...*³¹

Os ruralistas reagiram a tal ponto contra a Lei de Revisão Agrária que chegaram a organizar uma passeata contra ela. Segundo o Secretário de Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira:

*... o mundo dá volta – quem mais criticou, quem mais defendeu a grande propriedade na época foi o Severo Gomes [E a idéia da passeata do proprietário?] Tudo isso era o Severo Gomes [Ele representava a quem?] A grande propriedade, o status quo.*³²

Severo Gomes na época da Lei de Revisão Agrária era membro da Sociedade Rural Brasileira. Em abril de 1960, ou seja, no início dos debates da Lei de Revisão Agrária, deu uma declaração à Folha da Manhã, afirmando: “Analisando a íntegra do projeto e baseando-me no conteúdo de alguns de seus artigos, concluo que essa Lei, caso aprovada, constituir-se-á no ponto de partida do subdesenvolvimento da agricultura paulista já bastante deficitária” (CARDOZO, 1991, p. 60).

A Lei de Revisão Agrária tornou-se, assim, o assunto polêmico daquele momento, sendo abordada até em programas de televisão, quando ela ainda era nascente no Brasil. Segundo José Gomes da Silva³³:

... tinha um programa que era muito badalado, de televisão, televisão estava começando, que sorteava prêmios, que ia acumulando com as respostas. Nesse programa tinha um debate, (se fosse o caso de hoje seria AIDS, os temas do momento, intoxicação da batata, a queima da Amazônia, a camada de ozônio) chamava um a favor e um contra. Então, esse programa ia acumulando pontos. Então quando chegou no final no programa sobre a Revisão Agrária, era entre o Clóvis Sales Santos e o José Bonifácio. O último debate, o último round e o José Bonifácio já era candidato [a governador em São Paulo] e não queria arriscar, como o Collor, não

³¹ Declaração dada por Plínio de Arruda Sampaio, em entrevista realizada em 03/11/98.

³² Depoimento de José Bonifácio Coutinho Nogueira à Profª. Célia Tolentino, em 02/03/1988.

³³ Depoimento de José Gomes da Silva à Profª. Célia Tolentino, em 21/09/1989.

queria arriscar e não foi. Ai o animador do programa era o Blota Jr., e o Blota Jr. mandou avisar que se o Secretário não fosse ele poria uma cadeira e diria: "esse é o Secretário". Ai o Secretário ligou aqui para Campinas e fomos o Osmar Ramos e eu. Mas foi um verdadeiro massacre, porque em um debate desses, você precisa ter autoridade política. Não pode botar um simples técnico lá para brigar com um político em televisão. Mas, enfim, como a causa era muito boa, o Osmar e eu seguramos as pontas lá.

Tal foi o impacto que o projeto para a Lei de Revisão Agrária provocou, causando a indignação e a movimentação política dos grandes proprietários no sentido de restringir seu alcance, que a Igreja sentiu necessidade de posicionar-se a respeito do assunto, instruindo o modo como a sociedade deveria entender tal projeto.

Assim, os bispos de São Paulo elaboraram, em consonância com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e a pedido da mesma, um parecer analisando o Projeto de Lei nº 154/60, que mais tarde veio a se tornar a Lei 5994/60 (Lei de Revisão Agrária), que distribuíram após a reunião das províncias eclesiásticas de São Paulo.

Nesse parecer, os bispos, a princípio, utilizaram documentos que mostravam posicionamentos anteriores da Igreja com relação à reforma agrária, desde a fala do Papa Pio XI até a carta pastoral do Bispo de Campanha, no sentido de justificarem seu posicionamento sobre o assunto. Posteriormente, o documento dirigiu-se aos proprietários rurais, aos trabalhadores rurais, ao Governo do Estado de São Paulo, ao Governo Federal e finalmente aos padres, indicando como cada um desses grupos deveria enfrentar a situação vivida pelo país e como deveriam comportar-se com relação à revisão agrária. O conteúdo desse documento elaborado pelos bispos era, e é, de fato, muito importante. Vale destacar alguns dos principais textos:³⁴

Os bispos paulistas apóiam o projeto de revisão agrária.

Após a reunião das províncias eclesiásticas de São Paulo, realizada ontem, foi distribuída uma declaração pela qual os bispos manifestam sua posição acerca do projeto de revisão agrária. É do seguinte teor a referida declaração:

"A apresentação, pelo governo de São Paulo de mensagem (nº52, de 30-3-60 e nº 285 de 24-11-60) das quais resultaram o projeto de lei nº 154/60 e respectivo substitutivo, vem suscitando as mais desencontradas afirmações a propósito de reforma agrária.

³⁴ Folha de São Paulo, 06/12/1960.

“No desempenho de nossa função de Pastores – no espírito de uma pastoral de conjunto em plena consonância com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – vimos trazer aos fiéis que nos são confiados, por mercê de Deus e da Santa Fé Apostólica – e a todas as pessoas, mesmo não católicas, mas bem intencionadas e retas – uma palavra de orientação e esclarecimento, não quanto a parte propriamente técnica da matéria, mas quanto à sua aceitação à luz da doutrina social da Igreja.

‘Numa primeira parte, nos pronunciaremos sobre a revisão agrária paulista... após recordar como o cuidado com a reforma agrária é preocupação que nos acompanha de longe, a exemplo do que ocorre com o Santo Padre. Numa segunda parte, faremos alguns apelos que nos parecem da maior importância para a paz social não só do nosso Estado, mas de todo o país.

1ª Parte - Pronunciamento corrente com declarações anteriores e com os anseios do sumo pontífice.

Em 1951, em pastoral coletiva, os cardeais, arcebispos e bispos do Brasil afirmamos a propósito da reforma agrária: “A Igreja não tem direito de ser indiferente à reforma agrária”... Afirma o sumo pontífice Pio XII que o homem deve ter sob o seu domínio não somente os produtos da terra, como também a própria terra...

A Igreja e o operariado

... Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: “O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”. - O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fábricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do pontífice: “Já perdemos os trabalhadores da cidade. Não cometamos a loucura de perder também o operariado rural”.

Um pouco adiante comenta a pastoral do bispo de Campanha: “Os agitadores estão chegando no campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de vós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução... Não leveis com vossa atitude à idéia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com vossas esmolas - exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã. E isso não com o pavor da revolta...”

Pronunciamento

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nos convocou e pediu-nos um pronunciamento sobre a Revisão Agrária que se planeja para o nosso Estado... Depois de um estudo acurado do projeto de lei nº 154/60 e de seu substitutivo, sentimo-nos felizes de poder afirmar que se trata de documento inspirado nos princípios da doutrina social da Igreja. A Providência nos está permitindo, por um processo evolutivo, o que outros países só obtiveram através de revoluções sangrentas...

Apelos

2ª Parte - Apelos tendo em vista a paz social:

1º - Aos proprietários rurais - ... Seria erro grave imaginar que toda e qualquer reforma agrária é um passo para o socialismo e que portanto toda e qualquer reforma agrária é condenada pela Igreja. Ou se tem o bom-senso de aceitar o projeto de revisão agrária, comedido, razoável, conduzido por um governo democrático e não demagógico, ou virá a revolução agrária, para a qual já há balões de ensaio em nosso próprio país...

2º - Aos trabalhadores rurais - ... Procurai, quanto antes, uma pessoa esclarecida e cristã que vos dê a palavra exata sobre o alcance da revisão agrária, pois seria uma lástima desconhecer-la e seria um perigo entendê-la mal caso ela vos fosse apresentada de modo tendencioso por agitadores interessados em explorá-la... Ficai alerta quanto à infiltração comunista. Reparai bem: para melhorar, de verdade, vossa condição de vida, não foi precisa nenhuma agitação vermelha... Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos...

3º Ao Governo do Estado - ... Mesmo que, no momento alguns ou até muitos dos mais atingidos não entendam o espírito da revisão agrária, rebelem-se contra ela e a considerem comunista, dia virá em que bem dirão a reforma construtiva e ordeira que tornou dispensável a revolução e evitou o caos...

4º Ao Governo da República: Temos confiança de dirigirmos ao governo da República solicitando, de nossa parte, a melhor atenção para o exemplo que São Paulo está dando...

5º - Aos nossos padres: ... Procurai, um a um, os proprietários rurais... Transmíti-lhes o espírito autêntico da Revisão Agrária. Afastai dúvidas. Removei possíveis preconceitos. Conciliai boa vontade. Não vacileis em afirmar que a reforma agrária é inevitável: a escolha é entre uma reforma equilibrada e razoável (e a revisão agrária paulista, tal como se acha no substitutivo do projeto de lei nº 154/60 o é) e a revolução rural que o comunismo ateará explorando a situação precária e, por vezes explosiva do meio rural...

A Divina Providência: ... Guia, Senhor, a experiência que se vai iniciar em São Paulo. Que ela seja o primeiro passo da lei agrária nacional...”.³⁵ (Grifos nossos)

Fica, assim, bastante claro o medo que a Igreja tinha da “infiltração comunista”. Todos os argumentos utilizados eram no sentido de evitar uma revolução, que pelas expressões e palavras utilizadas, estava latente. Assim, a postura da Igreja era de concordar com a reforma agrária, motivada mais pelo medo do avanço do comunismo, do que propriamente por uma questão de justiça social, ainda que reconhecendo a situação de miserabilidade presente no campo. Esta concepção ficava explícita, por

³⁵ Assinam a declaração os seguintes preladados: Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, cardeal arcebispo de São Paulo; Paulo de Tarso Campos, arcebispo de Campinas; Frei Henrique Colland Trinda, arcebispo de Botucatu; Luís do Amaral Mouzinho, arcebispo de Ribeirão Preto; Antônio Maria Alves de Siqueira, arcebispo coadjutor do exmo. cardeal Motta; Idílio José Soares, bispo de Santos; Francisco Borja do Amaral, bispo de Taubaté; Rui Serra, bispo de São Carlos; Jorge Marcos, bispo de Santo André; José Varani, bispo administrador apostólico de Jaboticabal; Almir Marques Ferreira, representando Dom José Carlos de Aguirre, bispo de Sorocaba; José Joaquim Gonçalves, representando Dom Lafayete Libanio, bispo de Rio Preto; José Lazaro, C.M. bispo de Assis; José de Aquino Pereira, bispo de Presidente Prudente; Artur Horsthuis, A.A., bispo de Jales; Davi Picão, bispo de São João da Boa Vista; José Melhado Campos, bispo de Lorena; Aniger F. de Maria Melillo, bispo de Piracicaba; Paulo Rolim Loureiro, bispo auxiliar e vigário geral de São Paulo; Antonio Macedo, C.S.S.R., bispo auxiliar e vigário geral de São Paulo; Vicente Zioni, bispo auxiliar e vigário geral de São Paulo; João Baptista da Mota Albuquerque, arcebispo de Vitória, Espírito Santo; Helder Câmara, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

exemplo, nas seguintes frases presentes no documento: “Já perdemos os trabalhadores da cidade. Não cometamos a loucura de perder também o operariado rural... Os agitadores estão chegando no campo”.

A Igreja Católica propunha e concordava com uma reforma agrária “suave”, já que a entendia como inevitável: “A Providência nos está permitindo, por um processo evolutivo, o que outros países só obtiveram através de revoluções sangrentas”, alertando para a possibilidade de uma revolução comunista, uma vez que o exemplo de Cuba, entre outros, estava muito próximo.

Este documento da Igreja, por solicitação de dois deputados, foi transcrito na íntegra nos anais da Assembléia Legislativa. Consta também nos Anais da Assembléia uma declaração de D. Helder, na qual ele deixou absolutamente claro que a Revisão Agrária evitaria o que houve em Cuba, a partir da posição do Bispo de Havana:

“O Bispo de Havana declarou, no Conselho do Episcopado Latino-Americano, realizado em Buenos Aires entre 14 e 20 de novembro, que os bispos de toda a América Latina (cerca de 500) deveriam, na medida do possível, ajudar a promover em seus países as reformas de base cuja ausência justifica, em parte, o que está ocorrendo em Cuba” – disse D. Helder Câmara durante entrevista à imprensa, por ocasião da reunião das províncias eclesiásticas de São Paulo, realizada no Palácio Pio XII, quando se formalizou um pronunciamento sobre revisão agrária.

Afirmou também que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil solicitara ao cardeal-arcebispo de São Paulo, a reunião das províncias eclesiásticas do Estado para debater o assunto, porque “a reforma agrária é importante para o Brasil e para o mundo”. (...) Analisou, a seguir, diversos aspectos da declaração que foi entregue à imprensa, solicitando a colaboração desta no sentido de que a idéia inovadora cumpra suas finalidades. “O clero não é contra ninguém – assinalou -; é contra a fome e a miséria. O que não se consegue pela bondade, não será conseguido pela força”.³⁶

São exemplares as expressões utilizadas no documento produzido pela Igreja, especialmente as grifadas, indicando o “perigo vermelho” e a orientação para que os trabalhadores rurais não se envolvessem “em grupos e ligas”, em uma clara alusão às ligas camponesas que se espalhavam pelo país desde a década precedente. Observa-se como a reforma agrária era tida como inevitável: ou seria realizada pelo Estado e,

³⁶ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: 153ª Sessão ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 4ª Legislatura.

portanto, de maneira “equilibrada e razoável”, ou a revolução cuidaria de concretizá-la, sob o risco de fazê-la de forma “sangrenta”.

O projeto de revisão agrária então proposto pelo Governo do Estado de São Paulo e analisado pelos bispos era “suave” na medida em que não tocava na estrutura da propriedade privada, uma vez que a mesma, de acordo com o projeto, quando desapropriada deveria ser indenizada em dinheiro.

José de Souza Martins, em sua Obra *O Poder do Atraso*, no capítulo 3, intitulado “Camponeses e índios na renovação da orientação pastoral da Igreja no Brasil”, faz uma análise do posicionamento da Igreja com relação à questão agrária durante a década de 50:³⁷

A preocupação da Igreja com a questão agrária começa a expressar-se, de modo mais consistente, por uma carta pastoral do bispo de Campanha... A carta pastoral de Dom Inocêncio é de teor nitidamente conservador. Sintomaticamente, o documento surgiu poucas semanas após o Partido Comunista do Brasil ter lançado um manifesto em favor de uma reforma agrária radical... A ação da Igreja ganhava sentido numa proclamação emblemática: ‘Antecipai-vos à revolução’... Caberia a eles (à Igreja) ‘desproletarizar o operariado dos campos’... para que o homem do campo pudesse ‘defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas’. O título do documento episcopal esclarece as condições em que a Igreja decidiu aceitar a conveniência da reforma agrária: ‘Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural.

São transparentes as motivações anticomunistas da posição adotada pela Diocese de Campanha... Assinala, também o temor de que a Igreja perdesse o rebanho para os comunistas... Em 1955, fora do controle do Partido, mas com seu apoio, começaram a desenvolver-se as chamadas Ligas Camponesas, que preconizavam uma reforma agrária radical, expropriatória, diferente da reforma preconizada pela Igreja, gradual e baseada na justa indenização aos proprietários para isso desapropriados.

A carta do bispo de Campanha, à qual Martins se referia como tendo “motivações anticomunistas”, foi utilizada como material de sustentação e de argumentação no documento citado anteriormente, elaborado pelos bispos de São Paulo. Nesta carta estava presente a afirmação: “Os agitadores estão chegando no campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma”. O temor do comunismo por parte da Igreja parecia ter se aprofundado ainda

³⁷ MARTINS (1994, p. 100-2).

mais no decorrer e após a década de 50, sobretudo porque, como vimos, foi nessa década que as Ligas Camponesas consolidaram-se.

O documento elaborado pelos bispos de São Paulo é um grande revelador das tensões sociais existentes naquele momento histórico e, além disso, elucida a ligação entre o advento das Ligas, os conflitos no campo no país e, particularmente em São Paulo, marcando fortemente o contexto histórico da década de 50 e a elaboração da Lei de Revisão Agrária, em 1960. Nesse sentido, segundo Plínio de Arruda Sampaio:

De 58 a 62, você começa a ter um processo de ascensão de massas, de pressão de massas maior que é o que vai desaguar em 64, no auge dos movimentos de massas, em um golpe. Uma das partes dessa pressão de massas é a pressão pela terra. Você tem no Norte o problema das Ligas Camponesas e você tem os sindicatos agrários que começam a ter vigência, tudo ainda muito tímido, mas eu acho que o Carvalho Pinto percebeu esse momento e ele resolveu fazer aqui em São Paulo o que ele chamou de Revisão Agrária...

Com toda a certeza as Ligas Camponesas influenciaram bastante a forma como a Igreja passou a se posicionar com relação à reforma agrária, ressoando até mesmo no conteúdo do documento produzido pelos bispos paulistas, que trazia uma referência explícita às Ligas Camponesas ao dirigir-se aos trabalhadores rurais: “Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos...” (grifo nosso). Esta posição mostra a importância que as Ligas tiveram e o quanto os grandes proprietários, a Igreja, e, evidentemente, o Estado sentiam-se por elas ameaçados.

É fato concreto que o Estado, e em especial, o Governo do Estado de São Paulo, sentia-se ameaçado com a iminência da expansão do comunismo já que - não se pode esquecer - o Golpe Militar não tardou a acontecer. Neste sentido, cabe retomar a entrevista com Plínio de Arruda Sampaio:

... o Carvalho Pinto era um conservador lúcido... e um homem de temperamento democrático. Era um democrata por natureza e lúcido, esperto. Ele tinha que defender a classe dele e percebeu que para ela continuar dominando não podia estourar o país, porque aquilo ia conflagrar o país e conflagrou e terminou numa ditadura. Ele viu: ou isso estoura e o comunismo toma conta, o que ele não queria, ou a ultradireita toma conta, o que ele também não queria. Então ele procurou um caminho do meio, era um caminho de diminuir a tensão social...

Nota-se com que clareza Plínio de Arruda Sampaio analisa a postura do Governador Carvalho Pinto: o que estava posto era um conflito de classe, Carvalho Pinto representava a burguesia e, até certo ponto, também os grandes proprietários. A mobilização do campesinato colocava em jogo, portanto, estas duas classes sociais.

Dessa forma, diminuir as tensões sociais (conter o comunismo) estava no cerne da idéia da Lei de Revisão Agrária, associada sem dúvida à intenção de promover o desenvolvimento. Nesse sentido, Caio Prado Jr. (1987, p. 129) fez a seguinte afirmação a respeito do Projeto de Revisão Agrária:

Se se quiser evitar em dias que não vão muito longe, agitações graves de conseqüências imprevisíveis, há que fazer alguma coisa. E é isso que o governo de S.Paulo, em boa hora alertado, percebeu e tomou a iniciativa de em tempo promover. O seu projeto de reforma agrária é sem dúvida um ponto de partida. Representa, se não mais, um aviso, um chamamento da atenção pública para a existência de um grave problema econômico e social que a administração já não pode mais ignorar, ou fingir que ignora.

Apesar do Projeto de Revisão Agrária ser “tímido” - ao propor assentar de 500 a 1000 lavradores anualmente, um contingente pouco expressivo diante das necessidades reais³⁸ - as pressões foram extremamente grandes no sentido de arrefecer o poder da Lei de Revisão Agrária em São Paulo e, mais, desarticulá-la por completo.

No substitutivo que o próprio Governador fez ao Projeto, ele reduziu um pouco a taxaço sobre a terra, e quando o Projeto passou pela Assembléia Legislativa, esta diminuiu demais o alcance fiscal da Lei e votou um substitutivo em que a terra coberta com pasto seria taxada da mesma forma que a terra com cultivo ou com mata. O resultado foi que ficou reduzida em torno de 35% a quantidade de recursos que poderia ser alcançada através do ITR (Imposto Territorial Rural) para a aplicação da Lei. O jornal Folha de São Paulo, de 08 de Janeiro de 1961, na sessão denominada “Revisão Agrária”, traz o seguinte título e subtítulo a este respeito:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA REDUZIU O ALCANCE REFORMISTA E FISCAL DA LEI. - Como acontecera com o substitutivo do Executivo - um recuo

³⁸ De acordo com Caio Prado Jr. (1987, p. 131): “... o número de trabalhadores sem terra (assalariados e parceiros), que são justamente, e muito acertadamente quem o projeto pretende beneficiar, é da ordem de um milhão e meio”.

conservador em relação ao projeto original - também a lei de revisão agrária afinal saída da Assembléia Legislativa moderou bastante o substitutivo, reduzindo-lhe o alcance fiscal e reformista. As duas principais modificações introduzidas pelo Legislativo foram: a) atenuação substancial do imposto a incidir sobre as grandes propriedades, particularmente as pastoris; b) retirada da ausência de florestamento como fator de aumento de imposto, o que constitui sério recuo inclusive em relação à lei Cid Franco, ora revogada e que se supunha uma rotina fiscal e conservacionista em São Paulo universalmente aceita e suscetível apenas de melhoria.

Lê-se ainda no interior da reportagem:

A Assembléia apenas se preocupou, no setor da receita para a revisão agrária, em reduzir as fontes de recursos, mais voltada que esteve para a moderação das taxas fiscais sobre os proprietários de terra [...]

Isso contraria um dos objetivos do primitivo projeto de revisão agrária, que era fazer do imposto não apenas uma fonte de receita para planos distributivistas, como uma arma direta para o parcelamento progressivo da grande propriedade [...]

As alterações havidas no setor fiscal da 'revisão agrária' deverão contribuir para reduzir ainda mais os recursos disponíveis para os planos de redistribuição da propriedade e melhoria de seu teor produtivo e social e para os serviços florestais, recursos já bastante comprometidos no substitutivo em cotejo com o projeto original [...] de maneira que os objetivos revisionistas deverão moderar-se, a menos que outras fontes financeiras sejam colocadas à disposição da Secretaria da Agricultura nos próximos anos [...]

Segundo Plínio de Arruda Sampaio houve ainda fortes resistências à Revisão Agrária, mesmo no dia em que o Governador promulgou a Lei:

... foi uma reação fortíssima, uma reação inacreditável... que deu a medida do reacionarismo. Aí sim eu interfeiri, andei mexendo, pois tinha responsabilidade na parte política, de organizar, de ver a cobertura política ao Plano. Então eu entrei, chamei os deputados, conversamos, fiz reuniões e tal, para ver se a gente aprovava a lei. O José Bonifácio, por outro lado, fez muito do lado dele e finalmente conseguimos aprovar... e até foi muito engraçado porque no dia o Carvalho Pinto reuniu todos os prefeitos no Palácio para promulgar a Lei, pois após a promulgação da lei [pela Assembléia Legislativa] o governador precisa sancionar, e fez uma solenidade muito grande para explicar o que era. Não começava [a solenidade] porque o Abreu Sodré não chegava nem a pau. E como o Sodré não chegava, o que aconteceu no fim foi que um deputado virou-se para mim e disse: 'Plínio, ele não vem porque o sogro dele, o João Melão, mandou dizer que se ele vier, não financia mais as campanhas dele'. Não sei se isso era verdade, mas o fato concreto é que demorou muito, precisou telefonar umas três vezes e ele veio todo constrangido... ele era Presidente da Assembléia, não queria aparecer muito, não queria estar junto com Revisão Agrária, mas foi que nem cabra magro, estava lá e saiu na fotografia...

Entendo que outro grande indicativo das pressões dos grandes proprietários rurais, e de setores da burguesia, no sentido de não deixarem que se colocasse o latifúndio em jogo, a partir da cobrança progressiva do Imposto Territorial Rural, foi o fato de que o Governador, em sua mensagem à Assembléia Legislativa em 1962 (texto já abordado, mas que vale a pena a ele retomar), fazia questão de afirmar que a Lei não tinha objetivos de confisco:

...Durante o ano de 1961, foram atacados todos os aspectos abrangidos pela Lei 5.994, de 30 de dezembro de 1960 - A Lei de Revisão Agrária.

Tomaram-se as providências de ordem fiscal tendentes a estimular o uso da terra em bases técnicas e socialmente idôneas. Rigorosamente, dentro dos pontos de vista repetidas vezes exposto pelo Governo, não houve, na aplicação dessas medidas, orientação confiscatória ou de meros objetivos fiscais, mas apenas estrita aderência ao espírito e à letra da lei... [SÃO PAULO (ESTADO), 1962, p. 45, grifo nosso]

Neste texto o Governador parecia estar se justificando, respondendo a grupos que discordavam da Lei de Revisão Agrária, por classificarem-na como “confiscatória”, o que significava, para esses grupos, que a propriedade não poderia ser questionada, em nenhum nível, mesmo que extensa e improdutiva. Ela era considerada intocável.

Tal foi a pressão para extinguir a possibilidade de aplicação da Lei de Revisão Agrária que redundou na desarticulação por completo da capacidade de ação do Governo do Estado em prosseguir as desapropriações, através da aplicação da Lei, já que em 1961 ocorreu a transferência para os municípios da arrecadação do ITR.

A arrecadação do ITR pelo Estado de São Paulo, nos moldes como estava no projeto da Lei de Revisão Agrária - que ainda sofreu alterações quando de sua aprovação - já tornava bastante restrita a reforma agrária, como bem mostrou Caio Prado Jr. (1987, p. 130-1):

O projeto é longo e minucioso na regulamentação da forma em que se realizará a venda e cessão, pelo Estado, dos lotes destinados aos futuros pequenos proprietários. Mas no que se refere ao essencial, que são os meios e recursos necessários às desapropriações sem as quais não haverá nem loteamento nem vendas, o projeto é de uma parcimônia que praticamente anula suas declaradas intenções de promover a difusão da pequena propriedade. Ele destina às desapropriações menos da metade da

receita proveniente da arrecadação do imposto territorial rural. É o que estipula o art. 18 letra a), que destina 50% daquela receita não somente às desapropriações, mas ainda aos serviços com elas relacionados, inclusive os de planejamento e de assistência técnica às propriedades rurais. Veja-se bem que se trata de assistência às propriedades rurais em geral (pois não há restrição alguma no texto do dispositivo citado), e não unicamente àquelas que resultarem do loteamento das terras desapropriadas. Quanto absorverá essa assistência, mais serviços de planejamento e loteamento? O que sobrar para desapropriações propriamente?

Assim sendo, cada lote custaria ao governo, Cr\$ 1.000.000; e teríamos anualmente o insignificante número de 350 novas pequenas propriedades, ou seja, 0,1% do número total das propriedades do Estado... Que significação social, econômica ou outra qualquer, poderá ter a promoção a proprietário da ínfima proporção de 350 privilegiados naquela massa de trabalhadores mais de quatro mil vezes maior?³⁹

Se os recursos advindos da cobrança do ITR, tal como a Lei foi aprovada, já eram escassos e diminuam o alcance de aplicação da Lei, a transferência deste imposto para os municípios inviabilizou por completo a aplicação da Revisão Agrária.⁴⁰

O fato da transferência da arrecadação do ITR ter acontecido naquele momento não estava isolado do advento da Lei de Revisão Agrária, o que reitera a idéia de que

³⁹ Podemos verificar através do texto a seguir como Caio Prado Jr. (1987, p. 130-1) calculou o número de famílias (350) que seriam beneficiadas anualmente através da Lei de Revisão Agrária: "Vamos colocar isso em números. Segundo avaliação de um dos mais autorizados porta-vozes do atual governo paulista, e em especial do seu projeto de reforma agrária, o jornal O ESTADO DE S. PAULO (edição de 31 de março p.p.), é de se prever uma arrecadação do imposto territorial rural da ordem de um bilhão de cruzeiros. Isso é uma sobrestimação, pois se baseia na arrecadação atual, arrecadação essa, segundo veremos, que se reduzirá com a aplicação das novas taxas previstas no projeto. Para argumentar, contudo, aceitemos provisoriamente a previsão oficiosa de O ESTADO DE S. PAULO. Destinar-se-iam, pois, às desapropriações, serviços com elas relacionados e assistência técnica, 500 milhões. Quanto sobraria propriamente para as desapropriações, isto é, para o pagamento das propriedades ou áreas desapropriadas? Sejamos exageradamente otimistas, atribuindo-lhes 70% daqueles 500 milhões. Ou sejam, 350 milhões. Ora, o valor médio do hectare de terra a ser desapropriada não será nunca inferior a Cr\$ 20.000. Lembremos que, segundo os termos do projeto, bem como da Constituição que ele repete, as terras a serem desapropriadas devem, de preferência, localizar-se nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação. Preferência aliás que se impõe, pois não haveria propósito em localizar pequenos proprietários em regiões remotas, pouco povoadas e de transportes difíceis, o que os condenaria de antemão ao fracasso.

Para aqueles que não estão muito a par dos valores imobiliários paulistas, notemos que na região de Campinas, por exemplo, o hectare de terra já não vai muito longe de Cr\$ 100.000. O nosso cálculo de Cr\$ 20.000 em média, para terras bem situadas e de qualidade aceitável, não é pois exagerado. Assim sendo, cada lote custaria ao governo, Cr\$ 1.000.000; e teríamos anualmente o insignificante número de 350 novas pequenas propriedades, ou seja, 0,1% do número total das propriedades do Estado. Para bem destacar a insignificância desse resultado da pretendida reforma, observe-se que o número de trabalhadores sem terra (assalariados e parceiros), que são justamente, e muito acertadamente quem o projeto pretende beneficiar, é da ordem de um milhão e meio".

⁴⁰ Desta forma nem "a ínfima proporção de 350 privilegiados anuais", nas palavras de Caio Prado, foi atingida. Vale lembrar que de acordo com a Lei de Revisão Agrária seriam assentados anualmente de 500 a 1000 agricultores.

ela causou um verdadeiro incômodo à classe dominante. A este respeito, José Bonifácio Coutinho Nogueira (Secretário da Agricultura na época da elaboração e promulgação da Lei) disse o seguinte:⁴¹

Logo após a execução dos primeiros planos de colonização, os interessados na manutenção do sistema feudal vigente mobilizaram-se em torno do conservadorismo do PSD e sobretudo dos interesses políticos do Senador Auro de Moura Andrade e o Congresso Nacional passou o Imposto Territorial Rural para a competência do Governo Federal.

Embora o termo "sistema feudal", utilizado pelo ex-Secretário, possa ser considerado inadequado, revelava o tamanho do poder dos grandes proprietários. Seu depoimento mostra quão forte foi a reação à Lei de Revisão Agrária, o que dava a dimensão do significado político que ela teve. Ainda que através de sua aplicação, a propriedade fundiária seria levemente tocada, aos olhos dos latifundiários e dos demais setores conservadores a propriedade privada não estava em discussão e "tocá-la", mesmo que superficialmente, significava colocá-la em discussão, tal como de fato ocorreu.⁴² Ou seja, no conflito entre as classes sociais, os proprietários de terra e parcela da burguesia organizaram-se politicamente de modo a não terem seus interesses de classe sequer tangenciados.

Desta forma, a consequência desta reação à Lei de Revisão Agrária, foi que rapidamente os recursos a ela destinados foram podados, segundo Plínio de Arruda Sampaio:

...e agora o fato curioso é que após uma semana [depois da Lei ter sido aprovada em São Paulo] os deputados de São Paulo propuseram uma emenda constitucional passando a cobrança do Imposto Territorial Rural para os municípios... eu não sei bem, eu não tenho certeza disso, se foram os deputados de São Paulo, mas na Câmara Federal surgiu uma emenda. Foi a primeira emenda à Constituição de 46, a Constituição não tinha nenhuma emenda. A primeira emenda então foi essa para

⁴¹ NOGUEIRA, "Jogando Fora o Atraso a Agricultura Moderniza-se". In: MARCUCCI, R., *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. OESP Gráfica, s.d.

⁴² Caio Prado Jr. disse o seguinte a esse respeito (1987, p.128): "...Está visivelmente chegando a hora em que passos decisivos deverão ser dados para enfrentar esse problema do País que diz respeito ao campo e às miseráveis condições de vida da massa dos trabalhadores rurais brasileiros.

Parece que o atual governo de S. Paulo se deu conta disso, pois fixou a reforma da estrutura agrária do Estado como um dos seus principais objetivos no setor da agricultura, tendo para isso encaminhado à Assembléia Legislativa o projeto de reforma que vem sendo amplamente debatido na imprensa e nos círculos ligados à agropecuária". (Grifo nosso)

transferir, e ela foi votada a toque de caixa. Como se sabe, uma emenda precisa ter uma primeira aprovação por maioria absoluta na Câmara, depois por maioria absoluta no Senado, aí ela passa um mês, e volta novamente a ser discutida, e novamente votada... quer dizer que é uma sistemática difícilíssima de aprovação... mas rapidamente se reuniu a maioria, aprovaram, liberaram... e em decorrência a frustração, porque o Carvalho Pinto ficou sem recursos para fazer o que ele queria fazer...

O depoimento de José Bonifácio Coutinho Nogueira também caminhou na mesma direção da afirmação de Plínio de Arruda Sampaio, reiterando a questão do bloqueio à continuidade da implantação da Lei de Revisão Agrária:

Isso foi considerado na ocasião uma extravagância, e as resistências, apesar da Lei ter sido aprovada, foram tão grandes que logo após a aprovação, aqui no Estado de São Paulo, pela Assembléia Legislativa, os deputados Aldo de Moreira Andrade, sobretudo ele, mas também o Ulisses Guimarães, Cunha Bueno, enfim, um grupo de políticos mais conservadores da época, retirou o Imposto Territorial Rural do Estado de São Paulo para o âmbito federal. Não se fez nada em contrário, porque os interesses de um Estado que naquela ocasião tinha pretensões de fazer um movimento social não tinha nada de comum com uma parte da sociedade que nem sequer sabia o que era isso. Então, foi para lá e lá morreu a idéia.

A transferência do ITR dos estados para os municípios foi, portanto, uma ação deliberada dos latifundiários organizados no Congresso Nacional para bloquear a Lei de Revisão Agrária. Esta ação ficou ainda mais clara no depoimento de José Gomes da Silva⁴³:

Tinha um projeto de lei em andamento no Congresso para transferir o ITR para os municípios. Este projeto não andava, tinha passado na primeira discussão e estava lá numa gaveta qualquer, e ele foi tirado da gaveta e colocado na pauta em última discussão. E um dia à tarde nós telefonamos, a Secretaria de Agricultura tinha um escritório lá, aliás, o governo de São Paulo tinha um escritório lá. Telefonaram do escritório que este projeto ia ser votado. Sodero e Lorena foram correndo para Brasília e chegaram lá já estava aprovado. E com isso a Revisão Agrária, o Programa perdeu a fonte de recursos que era o ITR. E essa jogada política foi feita por um latifundiário, que era o Auro Soares de Moura Andrade. (...) E ninguém esperava que fosse tanta hostilidade. E a própria expressão do Zé Bonifácio de que era um vôo cego não foi por falta de conhecimento técnico, mas por falta de avaliar os riscos.

⁴³ Depoimento concedido à Profa. Célia Tolentino, em 21/09/1989.

Sem o recurso do ITR, o Governo do Estado procurou recursos externos para dar continuidade ao projeto. Foi o que afirmou Carvalho Pinto em 1962, em sua mensagem à Assembléia Legislativa [SÃO PAULO (ESTADO), 1962, p. 145-6]:

Transferida aos municípios, pela Emenda Constitucional nº 5, a competência para lançar e arrecadar o imposto territorial rural... Foram com os recursos da Lei 5994, de 1960, empreendidos, pela Assessoria de Revisão Agrária, 4 planos de colonização, nos municípios de Marília, Campinas, Meridiano (Jacilândia) e Jaú... Verificada, dessa maneira, a plena viabilidade e o alto interesse social desses empreendimentos de colonização, tornou-se indispensável buscar recursos financeiros para sua continuação, face à transferência, para os Municípios, do imposto territorial rural, que fornecia os recursos necessários à execução da política agrária do Governo. Para esse fim, entrou o Governo em entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e obteve promessa de financiamento, extremamente vantajoso, o que mais demonstra a validade do programa em andamento. (Grifos nossos)

Contraditoriamente, ou seja, ainda que houvesse tamanha reação à Lei de Revisão Agrária, foi como se o Governo do Estado de São Paulo tivesse “se adiantado” com relação ao Governo Federal tomando medidas para que se evitasse uma “outra forma” de reforma agrária.

De acordo com José de Souza Martins (1990, p. 95-96), a respeito do objetivo do Estatuto da Terra:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe. (Grifo nosso)

Da mesma forma como a Revisão Agrária objetivava conter os conflitos sociais e, portanto, controlar o eminente conflito de classe (ao qual Martins também se refere), o Estatuto foi elaborado exatamente com os mesmos fins. A conexão entre o Estatuto e a Revisão Agrária fica clara na entrevista do então Secretário da Agricultura e no título da matéria extraída do jornal Folha de São Paulo, de 1º de agosto de 1961:

O PROJETO FEDERAL COMPLEMENTA A REVISÃO AGRÁRIA DE SÃO PAULO

‘A lei de reforma agrária racional complementa a revisão agrária de São Paulo’, afirmou o sr. Coutinho Nogueira. Lembrou que a essência do projeto federal fixa-se na desapropriação, para interesse social, de áreas inaproveitadas, o que estava previsto justamente na revisão paulista...

‘Há 18 meses, éramos os únicos a tentar levar para o terreno administrativo um tema polêmico como este. Posteriormente, com a mudança da administração federal, vimos o poder da República disposto a resolvê-la no âmbito nacional e, agora, a Câmara dos Deputados mostra-se preocupada em acelerar a tramitação do projeto que foi recentemente divulgado...

Sobre possíveis senões existentes no contexto do Estatuto da Terra, respondeu que a fixação do critério de valor para desapropriação é um dos pontos que deveriam ser modificados. Generalizando suas considerações, ponderou que ‘futuramente, a idéia de reforma deverá se complementar até mesmo com modificações na Constituição, no que ela possa dificultar sua execução’.

Assim, o Estatuto da Terra pode ser compreendido como fruto direto da Lei de Revisão Agrária, uma vez que meses depois desta ter sido aprovada (dezembro de 1960) o Governo Federal passou a propor o Estatuto da Terra - o texto extraído da Folha de São Paulo é de agosto de 1961. A matéria do jornal fala em “complementaridade” do Estatuto da Terra com relação à Revisão Agrária, e solicitava a opinião do Secretário da Agricultura de São Paulo a respeito do projeto federal.

A própria equipe chamada para elaborar o Estatuto da Terra estava envolvida com a Revisão Agrária, sobretudo José Gomes da Silva e Carlos Lorena, de acordo com José Bonifácio Coutinho Nogueira:

Não houve uma continuidade [da Revisão Agrária]. Mais adiante, já no governo Castelo Branco, eles fizeram o procedimento reformista usando muito do material que nós havíamos proposto... muita coisa, inclusive o José Gomes da Silva que trabalhou comigo, praticamente aprendeu conosco a lidar com o problema, pois ele era um técnico em sementes... porque ele era vocacionado para isso, estava se especializando no assunto. Naquele período, tornou-se um técnico de importância para a luta da reforma agrária e foi ele que, no governo Castelo Branco, deu as diretrizes. Embora exista aí uma incoerência pela qual se pagou o preço, ninguém era mais contra tudo isso que o Severo Gomes... Toda aquela campanha que fizeram na imprensa contra a Revisão Agrária foi mantida pelo Severo, paga pelo Severo, com ódio ao problema... não sei se no caso era raiva pessoal, pois ele queria ser Secretário, mas não foi, ficou frustrado... chegou a ser Ministro da Agricultura do Castelo Branco e por iniciativa própria pediu para o José Gomes fazer o projeto e o projeto foi feito. Foi, indiscutivelmente, um projeto bem orientado para a época, mas o Ministro da Agricultura era contra, essas coisas que se fazem no Brasil com muita freqüência, uma parte do governo fica de um lado, uma parte fica de outro e as coisas se anulam. Nem o Severo ficou satisfeito, nem o José Gomes ficou satisfeito e o problema tornou a segunda vez a morrer, em um combate estéril, sem sentido. Mas no governo Castelo Branco houve a tentativa, já bem amadurecida, de se mexer no assunto, que também era uma contradição dentro do governo da Revolução. Ele era um homem culto, ele

também viu o que nós vimos e que era preciso fazer alguma coisa. Então, encomendou para quem já vinha estudando o problema que o fizesse, mas o Governo da Revolução como um todo, e eu faço sempre a exceção do Castelo Branco, não queria nada com isso, não estava no programa de ninguém do Governo na época e o problema morreu. Depois, aliás, com certeza por irreverência de alguns políticos, o Severo Gomes, que fez a Revolução, foi conspirador da Revolução, foi Ministro da Revolução, ficou líder da oposição, quando passou a moda da Revolução ele foi para o outro lado. Imagine, ele era um estilo de homem inteligente, mas era um carreirista político, que não tinha nenhum peso de ir daqui para lá e de lá para cá, mas o problema morreu. [Pergunto ao ex-Secretário se ele achava que o Estatuto da Terra podia ser entendido como uma continuação da Revisão Agrária] Acho. O que vou dizer pode parecer também falta de modéstia minha. Em primeiro lugar, eu tinha um relacionamento muito bom na área e foi por isso que o José Gomes da Silva, que era quem mais estava próximo a mim naquela ocasião... então, mesmo que não fosse por causa da Revisão Agrária, eles levaram um homem que ajudou na Revisão Agrária, naquela ocasião, então houve... e o tema, para quem leu, e o Castelo Branco lia, foi bem posto naquela ocasião, foi posto de modo a se fazer alguma coisa indutiva e não revolucionária, que era aquilo que ele ia fazer.

A história política de José Gomes da Silva relacionada à reforma agrária, começou com a Lei de Revisão Agrária, segundo ele próprio⁴⁴, respondendo à Profa.^a Célia Tolentino se sua luta pela reforma agrária havia começado naquele período:

É até uma coisa interessante e eu não havia pensado nisso. A rigor nossa posição, vamos falar em 3 pessoas: o Lorena, o Sodero e eu, esse pequeno grupo tinha já uma ligação grande com os trabalhadores rurais, nas primeiras tentativas de sindicalização rural. Nós já tínhamos bastante contato com os poucos sindicatos que existiam em 1959, a partir de 1959 (...) Então existia uma pré-disposição. Eu acredito que o primeiro fato que me colocou na briga mesmo politicamente foi esse: ter encontrado o José Bonifácio com as mãos na cabeça. Quando em comecei a estudar esse... volume do Problems in Law Reform, não existia xerox naquela época e nós tínhamos 26 datilógrafas e pegamos as 26... pagamos hora extra e copiamos este livro à máquina. Então, ao fazer isso eu tive que me interessar. E depois o calor da briga. Dois fatos eu vou citar [ele cita o programa de televisão do Blota Jr. e o trem de São Paulo a Presidente Prudente] ... quando chegou em Presidente Prudente houve um debate e o José Bonifácio tinha ficado de ir onde ia chegar o trem e não foi, mandou uma fita. Na hora que colocou a fita para tocar um histórico chamado Almerim - que ainda existe e é da UDR de Presidente Prudente - disse: "Se puserem essa fita, eu quebro!". Quer dizer, o mesmo estado de espírito de UDR de hoje, tinha naquela ocasião, apenas o pessoal ficava encapuzado. Então estes dois fatos, já marcam a pessoa e estimulam, excitam uma posição. E houve um terceiro [José Gomes conta do curso que fez sobre reforma agrária, organizado pelo CIDA - Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, já relatado no início do capítulo] ... Quando o curso terminou escolheram um de cada país para dar volta ao mundo: Israel, França, Itália,

⁴⁴ Depoimento concedido à Profa. Célia Tolentino, em 21/09/1989.

Espanha. E do Brasil foram escolhidos o César Canto e eu. Depois fomos então em 15 pessoas ver esses projetos. Então, quando eu voltei eu era um cara de Reforma Agrária.

Como especialista em Reforma Agrária, em virtude da vivência na Lei de Revisão Agrária foi que José Gomes da Silva e os demais membros de sua equipe foram chamados para compor o grupo que elaboraria o Estatuto da Terra.

De qualquer forma, o momento histórico de proposição e aprovação da Lei de Revisão Agrária foi extremamente marcado pela Guerra Fria, pelos movimentos sociais no campo, e, portanto, pelo medo da expansão do comunismo, e paralelamente pelo desejo, de uma parte da burguesia, de um desenvolvimento econômico autônomo para o país.

Assim, o fato do nome da lei ser “Lei de Revisão Agrária” e não “Lei de Reforma Agrária” é revelador das tensões e contradições vividas naquele momento histórico. Segundo José Bonifácio, a respeito do nome da Lei:⁴⁵

... Revisão foi o seu nome de batismo para deixar claro que não se tratava de uma reforma, mas que não seria também a consolidação de privilégios anti-sociais...

Plínio de Arruda Sampaio, também a respeito da escolha do nome da Lei, afirmou:

... foi uma coisa mesmo do Plano, da elite dirigente daqui. duas facções dela: uma facção mais progressista viu a necessidade de incorporar a massa rural sem um atrito, e a facção reacionária dizendo sempre: não tem dados, não está suficientemente estudado, como é que vai fazer uma loucura dessas, precipitada... Porque reforma já era um termo polêmico e o Carvalho Pinto não queria polêmica nem a pau, ele queria distinguir o processo dele da proposta comunista. Os comunistas já propunham reforma agrária, o projeto do Coutinho Cavalcanti já estava no Congresso. O Coutinho Cavalcanti era um deputado socialista de Rio Preto, médico, um homem socialista e o projeto dele chamava-se Reforma Agrária. Os comunistas, desde os anos 40... falavam em reforma agrária. Um dos que mais falava era esse esquerdista que agora está na presidência da república [Fernando Henrique Cardoso]. Tinha um artigo importante sobre reforma agrária, mas agora esqueceu tudo o que escreveu. Então, voltando ao assunto, era um tema da esquerda, um tema comunista, e o Carvalho Pinto tinha tudo, menos comunismo, o Carvalho Pinto não era um comunista...⁴⁶

⁴⁵ NOGUEIRA (s.d., p. 163).

⁴⁶ Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio, realizada em 03 de novembro de 1998.

Claramente a escolha do nome revisão, em primeiro lugar, se fazia em oposição às idéias e propostas comunistas: não se queria, de maneira nenhuma, identificação com elas, nem mesmo no sentido de serem associadas através do termo “reforma agrária”. A idéia era justamente opor-se a elas, até porque uma identificação com as idéias comunistas, mesmo que mais relacionadas ao termo do que ao conteúdo da proposta, provavelmente geraria uma reação maior do que a que ocorreu.

Por outro lado, as tensões e os conflitos de classe estavam latentes e objetivava-se diminuí-los e controlá-los. Então o termo escolhido adequava-se bem a uma proposta que não fosse nem “tímida”, nem “marxista”: *revisão agrária*. O Governo do Estado de São Paulo fazia questão de distinguir a sua proposta da dos comunistas, ressaltando que o objetivo era técnico e não “político”. De qualquer maneira, a tensão em virtude da possibilidade de uma revolução camponesa no Brasil estava posta, segundo Jones (s.d., p. 1),

pode-se afirmar com certa tranquilidade, que o destaque assumido pela questão agrária, apesar das contradições e da gravidade que, efetivamente, apresentava, estava, apesar disso, muito mais associado à alegada possibilidade da pobreza rural vir a se constituir em base para uma possível revolução, de fundo agrário e de caráter socialista, nos moldes das Revoluções Chinesa ou Cubana, do que qualquer outra pretensão dos conspiradores em promover a “justa e eqüitativa distribuição da terra”.

Entretanto, o Estado, em seu papel contraditório na sociedade capitalista, embora com uma proposta que visava a manutenção da burguesia e dos grandes proprietários de terra, possibilitou a formação de frações de território camponês onde antes tínhamos territórios eminentemente capitalistas.

A trajetória destas frações camponesas do território - fruto desse momento histórico marcado pelas mobilizações no campo, particularmente em São Paulo, será o assunto abordado nos próximos capítulos.

1.4. A Trajetória da Lei de Revisão Agrária como reflexo das contradições desta sociedade e a concepção dos projetos de assentamento

Como abordado anteriormente, os recursos destinados à implantação da Lei de Revisão Agrária viriam do recebimento do Imposto Territorial Rural (ITR), que naquela época era recolhido pelos estados. De acordo com a Lei de Revisão Agrária, esse imposto seria cobrado progressivamente em função do tamanho e do uso da propriedade, ou seja, quanto maior e menos produtiva a propriedade, maior seria o imposto sobre ela.

Em decorrência da reação dos ruralistas à Lei de Revisão Agrária, o recolhimento do ITR passou a ser feito pelos municípios, extinguindo assim a possibilidade da implantação da Lei a contento. Tanto assim, que das cinco áreas destinadas à execução da mesma, apenas duas tiveram os projetos concretizados: a Fazenda Santa Helena¹, em Marília, e a Fazenda Capivari em Campinas. O primeiro projeto a ser implantado foi o da Fazenda Santa Helena, que havia sido ocupada por posseiros no ano anterior.

Como também foi visto anteriormente, Carvalho Pinto, para dar continuidade aos projetos de assentamento da Lei de Revisão Agrária, buscou recursos junto ao BID. De acordo com Tolentino (1990, p.138), esses recursos foram usados já no projeto da Fazenda Capivari, para concluí-lo.

A Lei de Revisão Agrária, ao mesmo tempo em que gerou uma enorme polêmica, alcançou também uma grande repercussão. No caminho desta repercussão José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário de Agricultura do Governo Carvalho Pinto, candidatou-se a Governador do Estado de São Paulo visando sucedê-lo.

Em virtude da Lei de Revisão Agrária, à qual sua campanha estava atrelada, José Bonifácio “contava com o apoio do PTB (além do PDC, PR, UDN, PRT e PST) que congregava grande parte do movimento sindicalista” (TOLENTINO, 1990, p. 137). Se por um lado a Revisão Agrária era extremamente positiva para sua campanha, por

¹ A Fazenda Santa Helena é chamada pelos camponeses de Fazenda do Estado. Esta alteração no “nome” será discutida posteriormente.

outro, ela significava justamente o mote de sua recusa.

Para a sucessão de Carvalho Pinto, além de José Bonifácio Coutinho Nogueira, concorreram também à eleição Jânio Quadros, que, renunciando à presidência, voltou novamente a ser candidato a governador e Adhemar de Barros, que também já havia sido governador do Estado.

A candidatura de José Bonifácio havia sido proposta pelo próprio Jânio, antes que ele renunciasse, segundo o próprio José Bonifácio:

Quem me convidou para ser sucessor do Carvalho Pinto foi o Jânio. Começa por aí. O Jânio era eleito Presidente da República, e foi à Secretaria da Agricultura, o que é uma coisa para um rapaz de 33 anos um negócio surpreendente o Presidente da República entrar na sua sala. Foi lá, o Vanzolini está vivo para contar essa história e disse: "Eu quero que você seja candidato a governador. Eu vou ser presidente e quero deixar aqui alguém do grupo de Carvalho Pinto para não ter problema de antagonismo com São Paulo".²

Entretanto, quando Jânio renunciou e voltou a São Paulo como candidato, imaginava que José Bonifácio Coutinho Nogueira abriria mão de sua candidatura em função da dele:

... E eu acreditei nisso, e fui candidato. Agora, depois aí deu-se o "quiprocó" o Jânio saindo de lá, pela renúncia ... Ele queria que eu ficasse aqui para dar o golpe lá. Até aí tudo bem, mas quando ele pediu o golpe lá, quis tomar o governo aqui. E aí me mandar para escanteio. Aí eu disse: não! "Eu acreditei no que o Senhor disse e vou até o fim!".³

Com a volta de Jânio como candidato, as perspectivas eleitorais mudaram. Mesmo porque Adhemar de Barros congregava todos os setores conservadores da sociedade, em especial aqueles contra a Lei de Revisão Agrária. Segundo Tolentino (1990, p.137):

No quadro sucessório, Coutinho Nogueira não carrou para si apoios fundamentais do Governo Carvalho Pinto como a Igreja, que segundo Benevides, se coloca com Adhemar de Barros. A perda da Igreja representava uma perda dupla, ou seja, pelo que ela representava em si, sua penetração social, nada desprezível, e porque conferia legitimidade contra o "comunismo" ganhando a parte mais reacionária do eleitorado.

De fato, o conservadorismo/reacionarismo deu o tom do resultado final da eleição. Adhemar de Barros foi eleito com cerca de 43% dos votos, Jânio Quadros

² Depoimento concedido à Profa. Célia Tolentino, em 02/03/1988.

³ Idem.

ficou em segundo lugar e José Bonifácio ficou em terceiro, com pouco mais de 20% dos votos.

Muito embora a origem de José Bonifácio, assim como a de Carvalho Pinto, estivesse entre os grandes proprietários, a postura política adotada por ambos estava orientada para um projeto de desenvolvimento para o país, que incluía a reforma agrária. O depoimento de José Bonifácio Coutinho Nogueira, ao falar sobre seus primeiros contatos com Carvalho Pinto e sua indicação para Secretário, revelou esta origem:

A gente tinha 33 anos, 32 anos de idade. Foi um choque que eu tive. Eu esperava tudo menos isso. O Carvalho Pinto não era meu amigo e fizemos uma boa relação. Eu fui para a presidência da Associação Brasileira de Criadores, hoje ABC que alugava um prédio na rua Jaguaribe, e quando eu assumi a presidência, eu disse, a primeira coisa é arranjar dinheiro do governo para comprar esse prédio e ele era Secretário da Fazenda do governo Jânio. Depois eu fui procurá-lo para arranjar essa brasa, arranjar empréstimo. Foi assim, conversei muito sobre agricultura, mas sem ter nenhuma razão política no caso. A razão era essa. Depois, quando chegou em 57, começou a ser candidato, uma vaca que eu tinha chamada Rosana, bateu o recorde de produção de leite e eu resolvi dar um churrasco e então convidei o Carvalho Pinto até para agradecer o favor que ele tinha feito à entidade. Ele viu a fazenda e tal, achou aquilo tudo um pouco diferente. Desde essa ocasião durante a campanha ele falava de agricultura: "eu estou com tal idéia, o que você acha?..." E foi criando uma vinculação. Acabou a eleição e eu nunca mais vi o Carvalho Pinto. Eu tinha 32 anos e não vou lá procurar um cara que está eleito. Ai um dia ele telefonou e disse que queria falar comigo. Vamos lá ver o que é que o "homem" quer. Ele chegou e me convidou. Eu tinha 32 anos. Não tinha idade para ser Secretário de Governo ... Éramos dois moços no governo que ele equilibrou muito bem, que pensavam de maneira diferente... eu e o Plínio (de Arruda Sampaio) ... E ficamos de muito bom entendimento.⁴

A origem dos grandes proprietários de terra não obliterava a visão que tinham de que a reforma agrária era necessária à modernização e ao desenvolvimento e, evidentemente, como foi apontado, era uma forma de controle do conflito entre classes sociais distintas, entre o campesinato *versus* a burguesia e os grandes proprietários. Aliás ambos, tanto o governador quanto o secretário representavam essas duas classes.

Justamente esta concepção, de que a reforma agrária era necessária, que estava expressa na Lei de Revisão Agrária, foi o pano de fundo para a articulação conservadora que deu a Adhemar a sucessão do Governo do Estado.

A posição e postura desenvolvimentista de Carvalho Pinto era também, em

⁴ Depoimento concedido à Profa. Célia Tolentino, em 02/03/1988.

grande parte, democrática. De acordo com Coutinho Nogueira:

*O Carvalho Pinto não foi governador de São Paulo na Revolução [período militar] no lugar do Abreu Sodré, simplesmente porque não aceitou a eleição indireta. O Castelo Branco o convidou para ser governador em São Paulo e ele só aceitava pela eleição direta, pela indireta não.*⁵

Abreu Sodré, que aceitou o convite para ser governador sem eleição direta, por sua vez, tinha sido presidente da Assembléia Legislativa em São Paulo durante o Governo Carvalho Pinto e foi um dos grandes opositores da Lei de Revisão Agrária. Era, ele próprio, um representante do conservadorismo absoluto dos latifundiários, recusava veementemente a proposição de uma reforma agrária, ainda que pautada na idéia de desenvolvimento e contenção dos conflitos sociais.

A proposta da Lei de Revisão Agrária, como já foi discutido anteriormente, esteve assentada nas diretrizes dadas pelo governo norte-americano através da Aliança para o Progresso. Como foi apontado, a Lei de Revisão Agrária foi o “berço” do Estatuto da Terra. O próprio José Gomes da Silva, que teve um papel fundamental na elaboração do Estatuto, esteve na equipe da Revisão Agrária.

José de Souza Martins, ao se referir ao Estatuto da Terra, relaciona os principais eixos que orientaram a Lei de Revisão Agrária e que, no momento de elaboração do Estatuto, voltaram a estar presentes, entre eles, a modernização, a ampliação do mercado interno e a contenção das tensões sociais:

... A burguesia e os grupos estrangeiros tinham a sua própria concepção sobre o modo de promover mudanças na estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, ampliar o mercado interno. Cinco meses após o golpe e antes do envio do projeto do Estatuto ao Congresso, o representante norte-americano na Aliança para o Progresso, Walt Rostow, esteve em São Paulo, falando expressamente aos industriais sobre a questão do mercado interno e do interesse que os industriais deveriam ter no processo de transformação e modernização da agricultura: “... o desenvolvimento industrial, na América Latina, não pode prosseguir adequadamente, a menos que as áreas rurais sejam incluídas no processo de crescimento como fonte de suprimento de produtos agrícolas quanto como mercado para os produtos industriais”. Com pequenas mudanças de forma, a retórica era praticamente a mesma que meses antes grupos, agora e por essa razão submetidos a todo tipo de perseguição política e policial, haviam utilizado para tentar convencer a burguesia de que a reforma agrária era um imperativo do próprio desenvolvimento capitalista.

⁵ Idem.

Na retórica empresarial havia uma palavra-chave para definir o teor da reforma agrária que a burguesia estava disposta a efetuar. Essa palavra era e tem sido “modernização”... (1990, p. 94-5).

A idéia de que a reforma agrária era “um imperativo do próprio desenvolvimento capitalista” assentada na concepção de que este era o verdadeiro significado da “modernização” foi o eixo central da argumentação utilizada em favor da Revisão Agrária. Argumentação esta cunhada por um governo nitidamente liberal, e não apenas pelos grupos que mais tarde sofreram todo o tipo de perseguição política e intelectual.

José Bonifácio Coutinho Nogueira, que se declarava liberal e era um grande produtor, detinha em sua visão de desenvolvimento a idéia central da necessidade de produtividade das terras, o que é possível verificar quando ele se refere, textualmente, ao proprietário que arrenda terra como um “agiota da terra”:

... Tinha que se fazer que a indução fiscal levasse a um ponto que a grande propriedade para se manter tem que ser altamente produtiva. Teria que crescer muito, dentro de uma visão moderna. (...)

... o posseiro tem o seu direito líquido e certo, é uma figura que tem que ter uma proteção, até porque está lá. O agricultor é ele. O arrendatário não é exatamente a mesma coisa, mas com outra configuração é também um produtor. O arrendatário é o empresário, é ele que lavra a terra. São distinções a fazer. Se nós tivéssemos cuidado melhor do problema da posse e do arrendamento, o Brasil já teria uma reforma agrária feita. (...)

Eu não teria, com pensamento liberal... não teria nenhuma dúvida em desapropriar uma terra que tivesse sob posse ou sob arrendamento... O arrendador, esse já saiu da agricultura, é o ex-agricultor, não é mais agricultor. O arrendatário é que é o agricultor. Então, se tirar do arrendador e passar para o arrendatário não tem muito problema ético envolvido, nem econômico.

Porque se considerava que quem era, quem arrenda a terra, não é um empresário rural, é um agiota da terra, no sentido de que ele não está trabalhando... ele está recebendo o juro, às vezes excessivo, quase sempre excessivo, sem ter o trabalho...⁶

Esse posicionamento - discutido no capítulo anterior - rendeu uma oposição tremenda à Lei de Revisão Agrária, e evidentemente, à candidatura de José Bonifácio Coutinho Nogueira.

Durante o início do Governo Carvalho Pinto, enquanto a Lei de Revisão Agrária não havia sido proposta, a Sociedade Rural Brasileira manifestava seu apoio

⁶ Entrevista concedida à Profa. Célia Tolentino, em 02/03/1988.

ao Governo Carvalho Pinto:

O Governo do Professor Carvalho Pinto, sentindo bem a necessidade de uma formulação de nova política agrícola, elabora um Plano de Ação que, em seu conjunto, vem ao encontro das necessidades da população e dos setores produtivos da economia do Estado.⁷

Entretanto, quando a Lei surgiu como uma proposta de taxar o latifúndio improdutivo, a Sociedade Rural Brasileira se opôs frontalmente à medida, como abordei através de diversos exemplos no capítulo anterior, sendo talvez o mais elucidativo de todos, a propaganda do livro *Reforma Agrária, questão de consciência*.

Nesse ponto, segundo Tolentino (1990, p. 142-3), também a burguesia industrial manifestou-se contrária à Lei de Revisão Agrária, fechando questão em torno da “intocabilidade” da propriedade privada, dando assim apoio aos latifundiários.

A reação manifesta contra esse posicionamento do governo Carvalho Pinto e, particularmente, do então candidato à sua sucessão, José Bonifácio, de encarar tanto o grande proprietário de terras improdutivas quanto o arrendatário como *agiotas da terra*, é reveladora do significado do capitalismo rentista⁸ no Brasil e da força com que as duas classes sociais hegemônicas articularam-se para evitar que o sentido da terra (e da propriedade) fosse discutido.

A eleição de Adhemar de Barros na sucessão de Carvalho Pinto deu-se, em grande parte, assentada sobre este mote: a proposta de José Bonifácio era contrária à propriedade privada e por isso teria um cunho socialista, ou deixava brechas para a ascensão do mesmo:

Assim, a derrota na eleição para Adhemar de Barros se deu em decorrência desta leitura (e propaganda) feita pelos conservadores, como se a candidatura de José Bonifácio Coutinho Nogueira tivesse algum cunho “socialista” pelo apoio de diversos sindicatos e, essencialmente, pela idéia da Revisão Agrária à qual sua figura estava atrelada.

⁷ “A Rural”, fevereiro de 1960 (TOLENTINO, 1990, p. 141).

⁸ Sobre o caráter rentista do capitalismo no Brasil ver Martins (1990) e também Paulino (1998).

Adhemar de Barros era abertamente contra a Lei de Revisão Agrária, sua campanha foi também baseada na oposição à Lei. Obteve amplo e massivo apoio dos latifundiários.

Em discurso de campanha, fez a seguinte afirmação a respeito da reforma agrária:

Aqui em nosso Estado, dadas as condições que lhe são peculiares, a organização cooperativa da produção agrícola nos parece o caminho certo para chegar a uma reformulação agrária. Cooperativismo autêntico não se faz da noite para o dia, porém assegura a continuidade da obra realizada. (...) Por este caminho, o que nos parece mais legítimo e mais coerente com o regime democrático, resolveremos o problema do “minifúndio” – da pequena propriedade – que hoje é improdutiva, mas que, através de cooperação tornar-se-á produtiva. (...) E asseguro a todos: - teremos em São Paulo uma reforma agrária. Posso assegurar entretanto, que não sairemos de normas democráticas e não feriremos o legítimo direito de propriedade. (TOLENTINO, 1990, p. 138, grifos nossos)

O discurso do candidato indicando que iria assegurar “as normas democráticas e não ferir o direito de propriedade” é uma clara alusão à Lei de Revisão Agrária. Deixa, assim, absolutamente explícito que não vai dar continuidade à proposta de Revisão Agrária e nem sequer tocar na questão da propriedade da terra. Sua fala sem dúvida dirige-se aos grandes proprietários, de quem era um representante.

Adhemar de Barros não só era o representante legítimo dos latifundiários, como membros de seu próprio partido e seu irmão estiveram envolvidos diretamente com o processo de grilagem de terras no Pontal do Paranapanema, em sua gestão anterior, como governador do Estado:

Levantamento de 1945 mostra que no Pontal existem então 31 posses, a maioria com raiz no título Pirapó-Santo Anastácio. A Cia. Imobiliária e Agrícola Sul Americana do coronel Cabral tem a maior parte da área dos 174.000 hectares mais próximos à margem do Rio Paraná. Outras grandes glebas estão em poder de nomes conhecidos na política e nos meios financeiros paulistas. Os grandes grupos econômicos já fixam posição na região, assim como famílias locais notáveis: os Mellão Nogueira, os Cesarino dos Santos, os Gonçalves Foz; e Antônio Silva, prefeito de Assis; Ênio Pipino, prefeito de Presidente Bernardes – todos do Partido Social Progressista, do Governador Adhemar de Barros. Inclui-se entre os “proprietários” do Pontal o irmão do governador: Antônio Emídeo de Barros Filho.⁹

⁹ *Revista Caros Amigos*, ano 1, nº 2, maio de 1997. Reportagem de Carlos Azevedo: “Pontal: do grande grilo aos sem-terra”. P. 30-33.

A articulação dos ruralistas foi, sem dúvida alguma, intensa. Ou seja, após um Governo que propôs a Lei de Revisão Agrária, o governador eleito foi o que representava o que havia de mais reacionário e que respaldava diretamente ações ilegais com relação à posse e propriedade da terra. Quando Jânio Quadros o sucedeu no Governo do Estado, em 1955, mandou

demitir, suspender, transferir funcionários públicos acusados de envolvimento em ilegalidades com terra. E publica três decretos declarando de utilidade pública todas as reservas florestais estabelecidas em 1941 por Fernando Costa. Proíbe a retirada de madeira da região.^{10 11}

Se ao final dos Governos Jânio (1955-1958) e Carvalho Pinto (1959-1962) a cobertura florestal do Pontal ficou em torno de 60%, em 1965, durante o Governo Adhemar, esse número caiu para 45%. Chegou-se, durante o seu governo, a se utilizar “agentes-laranja” para o desmatamento da região¹².

Adhemar de Barros, durante sua campanha, declarou-se abertamente contra a Lei de Revisão Agrária e encomendou um estudo sobre os projetos de assentamento da Lei ao então Secretário da Justiça, Miguel Reale. Os “resultados” de tal estudo indicavam que os assentamentos eram muito dispendiosos e traziam poucos resultados (TOLENTINO, 1990, p. 138).

Evidentemente, se com a transferência do ITR para os municípios a aplicação da Lei de Revisão Agrária estava praticamente inviabilizada, com a eleição de Adhemar de Barros ela foi absolutamente enterrada. Foi enterrada tanto do ponto de vista da realização de novos assentamentos quanto do acompanhamento dos já existentes, como se verificará.

Segundo José Bonifácio Coutinho Nogueira:

Depois do Governo [gestão Carvalho Pinto] há uma intenção total de abandonar. Ele não apenas destruiu tudo [Adhemar de Barros], como o núcleo do nosso grupo, que nós éramos em 15 pessoas, ele espalhou todos. O grupo foi

¹⁰ Id. Ibidem

¹¹ De acordo com Ariovaldo U. de Oliveira, em comunicação oral, Jânio Quadros enviou à Polícia Militar para retirar dois fazendeiros que já estavam dentro do Parque do Morro do Diabo, exatamente onde está hoje a sede do Parque.

¹² Revista Caros Amigos, Id. Ibidem.

*dissolvido.*¹³

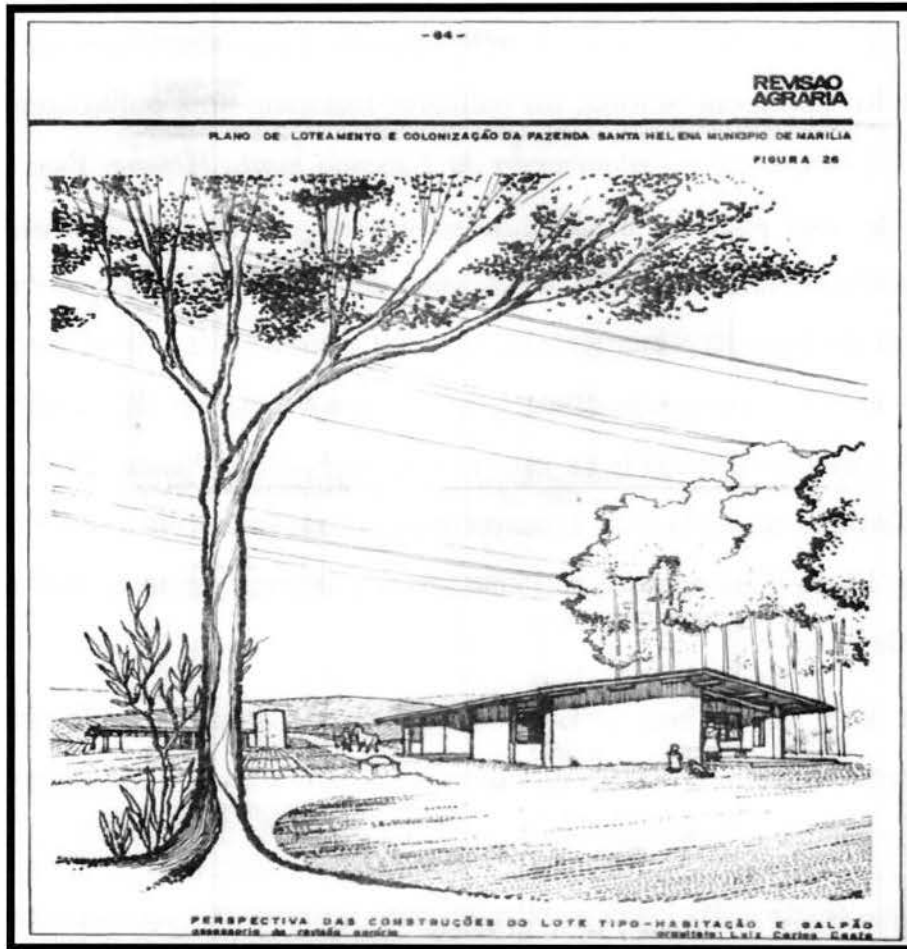
Assim, foram realizados integralmente somente dois assentamentos: em Marília e em Campinas. Esses dois projetos de assentamento foram absolutamente detalhados. Para o primeiro deles, em Marília, foi inclusive realizada uma publicação cujo título era *Plano de Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena*. Essa publicação, com cerca de 180 páginas, excetuando-se os anexos, traz na primeira parte os “aspectos sócio-econômicos” do município de Marília; na segunda parte, as características da Fazenda Santa Helena, com um grande nível de detalhe: meio físico (localização, altitude, topografia, clima, pluviometria e temperatura), fator umidade no clima, águas, solos e capacidade de uso do solo na Fazenda Santa Helena. A terceira parte da publicação era o Plano de Loteamento e utilização das terras da Fazenda Santa Helena. Esse Plano dizia respeito ao Plano Geral e às áreas comuns, mas também aos lotes, individualmente.

Cada lote teria como construções essenciais: uma casa de moradia, um depósito-galpão, uma pequena pocilga doméstica, um terreiro ladrilhado e um poço para água.

O Plano trazia todas essas instalações com informações também extremamente detalhadas. Para cada uma delas havia uma planta (baixa, com corte e com detalhes). A planta da casa, por exemplo, tinha inclusive uma “perspectiva artística” (Ver Figura 2).

¹³ Entrevista concedida à Profª. Célia Tolentino, em 02/03/1988.

Figura 2. Perspectiva da Planta da Casa na Fazenda Santa Helena



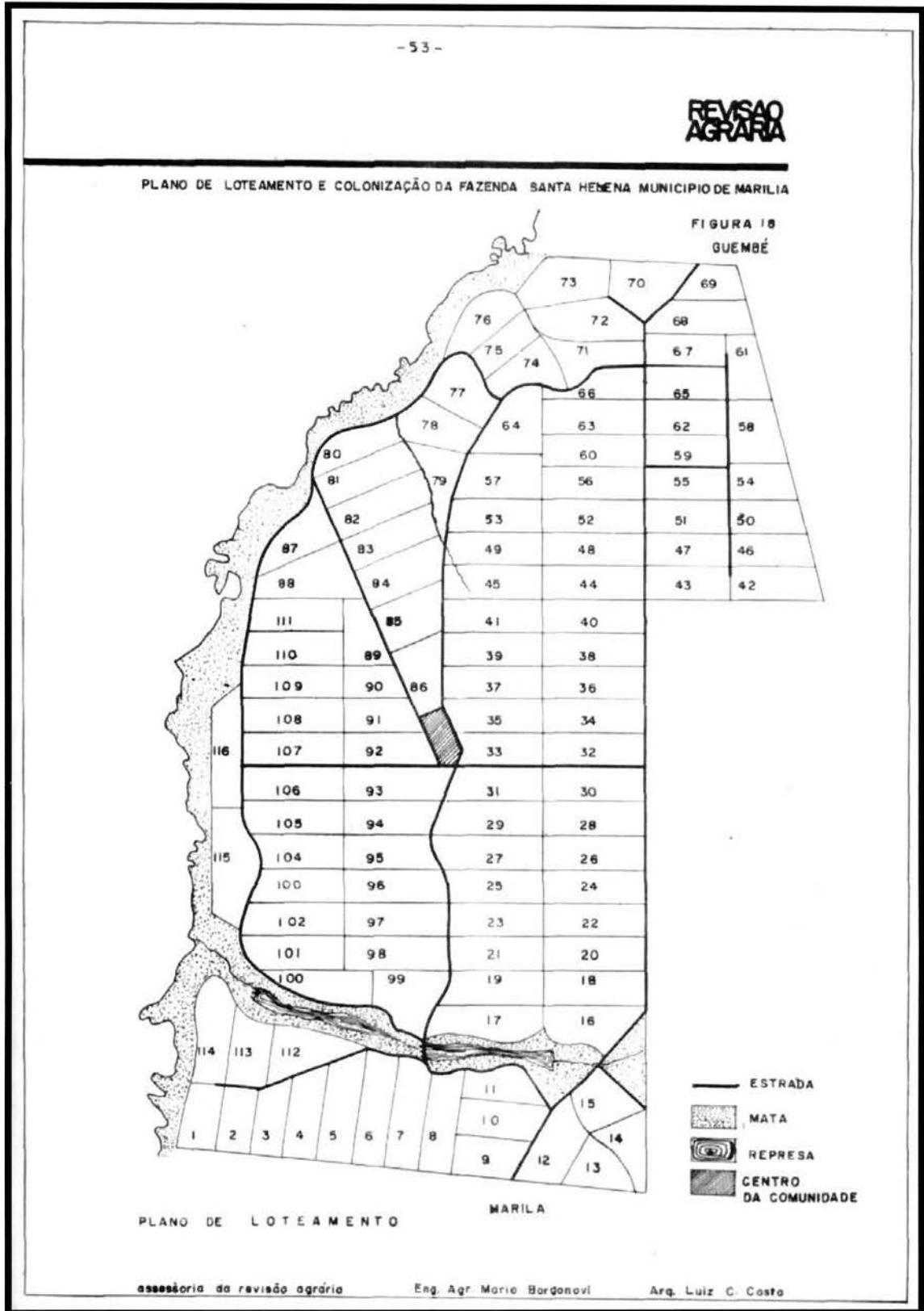
Fonte: SÃO PAULO, Estado de, 1961.

As casas do Projeto da Fazenda Santa Helena e da Fazenda Capivari, em Campinas, eram idênticas. A qualidade delas, mesmo tendo-se passado 40 anos, é notável¹⁴.

A área da Fazenda Santa Helena, de 2280,74ha, foi dividida em 113 lotes, com uma área para o centro da comunidade e uma área para a reserva florestal, conforme a Figura 3.

¹⁴ Ver na Iconografia a Fotografia 1.

Figura 3. Plano de Loteamento da Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado)



Fonte: São Paulo, Estado de, 1961.

A implantação de uma Reserva Florestal (sobrepota a uma área em que já havia mata) era justificada no Plano de Colonização pela necessidade de preservação dos mananciais:

Conforme indicações encontradas no mapa do loteamento, o plano prevê a conservação de uma área de 205,94 hectares, na maioria tomada por matas naturais dispostas ao longo do rio Tibiriçá, que constituirá reserva florestal e abrigo de mananciais. Ao longo do córrego Mandaguarú e represas projetadas, igualmente é prevista a conservação da mata existente e o reflorestamento das terras mais acidentadas para atender às mesmas finalidades. [SÃO PAULO (ESTADO), 1961]

A exemplo da Santa Helena, na Fazenda Capivari também foram implantadas duas reservas florestais, uma de mata natural e uma de eucaliptos, conforme o Mapa 2.

Muito embora os dois projetos tenham sido extremamente parecidos (inclusive na projeção dos lotes: de forma retangular, privilegiando o acesso à água etc), a trajetória dos dois assentamentos foi completamente diversa.

Como apontado na introdução, o projeto da Fazenda Capivari frutificou a tal ponto de haver hoje um bairro rural. Entretanto, no caso da Fazenda Santa Helena, o projeto não frutificou da mesma forma.

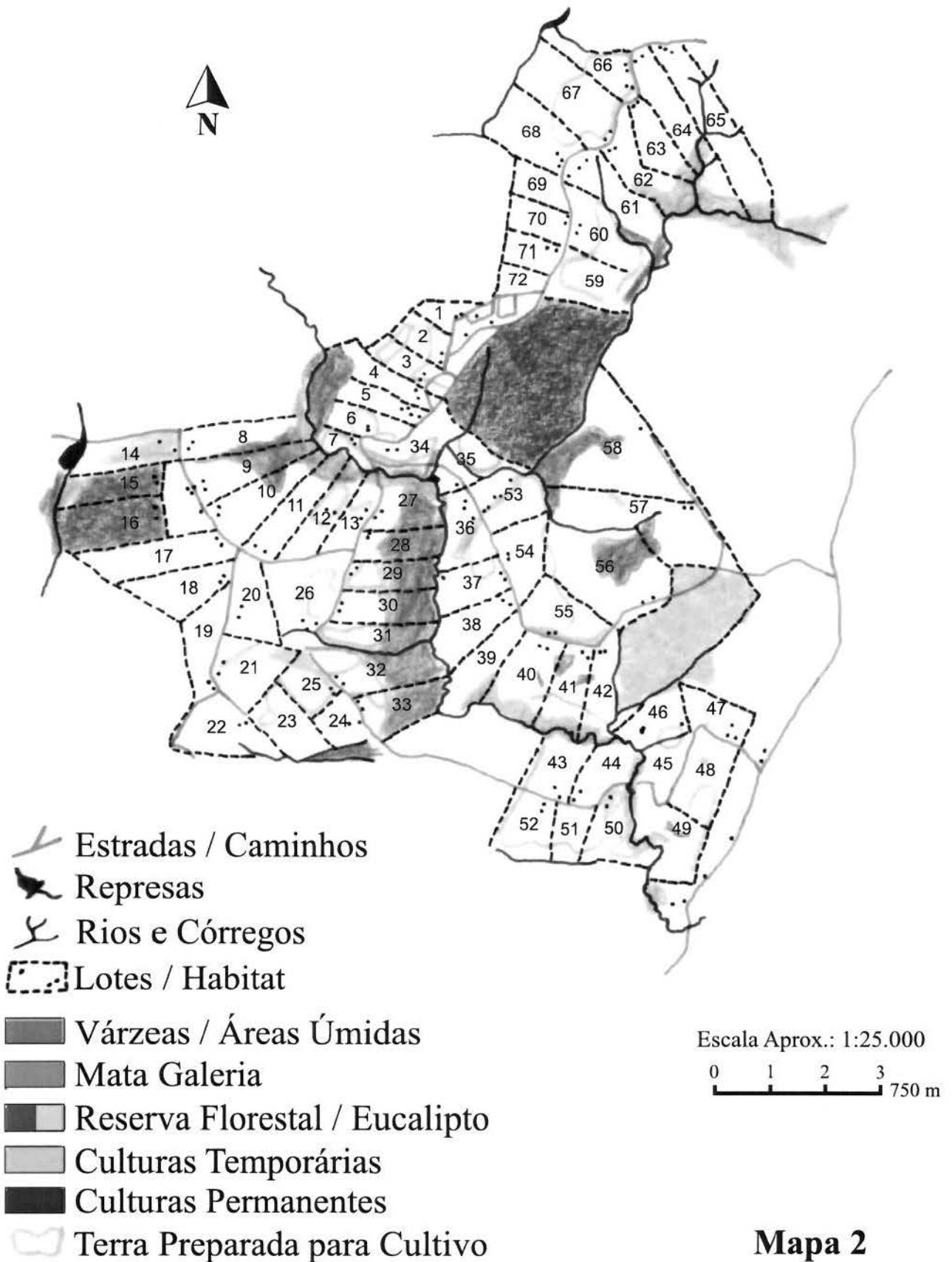
A comparação mais direta certamente é possível para os casos de Marília e Campinas, que foram executados na mesma época e nas mesmas bases, com os assentamentos concretizados durante o Governo Carvalho Pinto.

Os outros três projetos, que têm trajetórias singulares, serão discutidos separadamente.

Desta forma, estabelecer uma comparação entre as trajetórias desses dois assentamentos realizados na mesma época, com resultados tão díspares, permite que possamos abordar os gargalos de implantação de planos de reforma agrária e que façamos uma análise das alterações territoriais que se concretizam quando estamos diante de projetos de reforma agrária.

Bairro Reforma Agrária (Loteamento da Faz. Capivari)

Uso do Solo - Fotointerpretação (1962)



Organização: PALHETA, I.G.V.

Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.

Base: Foto aérea 1962.

Como procurei mostrar na introdução, é possível fazer alguns apontamentos no sentido dessa abordagem, interpretando a trajetória desses dois assentamentos. Certamente a trajetória de ambos tem uma conexão estreita não só com os primeiros tempos de implantação dos projetos como também com o próprio projeto em si. A influência do Projeto do governo estadual se fez sentir de maneira mais forte no assentamento da Fazenda Santa Helena, como será abordado adiante.

O nível de detalhamento do Plano de Colonização da Fazenda Santa Helena revela que os técnicos da Secretaria da Agricultura tinham um “modelo” daquilo que consideravam viável para a reforma agrária. Tanto havia esse modelo que foram definidos sítios-padrão de três tipos, de acordo com a situação financeira da família.

Assim, aquelas com maiores recursos se encaixariam no primeiro tipo, e assim por diante.

Para cada sítio-padrão já estava designado o que e como a família deveria plantar. Os quadros a seguir têm, em porcentagem, a área que deveria ser destinada para cada atividade. Na seqüência temos os planos para os sítios-padrão seguidos dos quadros com a distribuição de sua área [SÃO PAULO (ESTADO), 1961]:

Num primeiro plano [Primeiro tipo de sítio-padrão], é sugerida uma exploração aproximadamente equilibrada entre a parte animal e vegetal. O usuário terá sua principal renda com a galinocultura e a suinocultura. Nas culturas anuais, ele dará maiores atenções para o milho, que atenderá a parte da alimentação. Uma área reservada a amendoim poderá compensar um eventual insucesso com os animais. É um plano que se ajusta mais às famílias em melhor estado financeiro e que disponham de boa parte de mão-de-obra representada por crianças e mulheres.

Distribuição das áreas em porcentagem, com seus respectivos usos, sugeridos para primeiro plano

U s o	Área em %
Sede, horta e pomar doméstico	1,25
Suinocultura	1,75
Galnocultura	1,25
Reflorestamento	2,00
Milho	32,00
Amendoim	16,00
Milho e leguminosa .	16,00
Mandioca	13,50
Pasto	15,00
Caminho	1,25
	<u>100,00</u>

No segundo plano proposto [Segundo tipo de sítio-padrão], a exploração de animais é feita somente com a finalidade de abastecer a família do usuário, com eventual possibilidade de venda do excedente. Propõe-se o estabelecimento de um pequeno pomar de citrus, para a aplicação de capital disponível acima do exigido para as culturas anuais de subsistência.

Evidentemente trata-se de um plano que poderá ser adotado por pretendentes cujos recursos financeiros estejam acima do mínimo exigido para a aquisição de lotes.

Distribuição das áreas em porcentagem, com seus respectivos usos, sugeridos para o segundo plano

U s o	Área em %
Sede, horta e pomar doméstico	1,25
Aviário e pocilga ..	1,25
Reflorestamento	2,50
Milho e leguminosa .	17,50
Amendoim	35,00
Cítrus (abacaxi, feijão, arroz - intercalados)	27,50
Pasto	13,75
Caminhos	1,25
	<u>100,00</u>

O terceiro plano [Terceiro tipo de sítio-padrão] destina-se aos pretendentes de menor capacidade financeira. Dá maior ênfase à cultura do amendoim e está baseado exclusivamente nos trabalhos e culturas tradicionais da região.

Distribuição das áreas em porcentagem, com seus respectivos usos, sugeridos para o terceiro plano

U s o	Área em %
Sede, horta e pomar doméstico	1,25
Aviário e pocilga ..	1,25
Reflorestamento	2,50
Milho e leguminosa .	12,50
Amendoim	50,00
Pasto	13,75
Algodão ou arroz ...	12,50
Caminhos	1,25
	100,00

Fonte: São Paulo, Estado de: 1961

Há duas questões fundamentais com relação ao campesinato quando o mesmo se estabelece na terra: a primeira é que carrega consigo todo um arcabouço de conhecimentos e o imprime em sua própria terra; a segunda é que o sonho de ter a própria terra é um sonho de autonomia, de controle do próprio tempo e do próprio espaço.

Segundo Tolentino (1992, p. 16), o Projeto de Revisão Agrária era o de transformar os agricultores em “farmers”. Ou seja, a idéia da revisão agrária era implantar projetos em que a produtividade fosse alta, assentada também em alta tecnologia. O trocadilho que a autora utilizou para expressar essa proposta foi: “Do rancho de sapé à pocilga em alvenaria”.

Apontei anteriormente que o Secretário de Agricultura falava em “empresários rurais”, inclusive a própria Assessoria de Revisão Agrária, em um relatório de 1970, afirmava que “Essa lei objetivava a transformação, anualmente, de 500 a 1000 lavradores sem terras, em pequenos empresários agrícolas, através da venda de lotes racionalmente dimensionados” [SÃO PAULO (ESTADO), 1970, p.11].

Essa proposta evidentemente era oposta aos pressupostos com que opera o campesinato, que tem as instâncias da vida e do trabalho completamente indissolúveis e que não contabiliza seu trabalho quando fala dos custos de sua produção.

Parte dos técnicos da Secretaria da Agricultura - incluindo o Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária, que era também Diretor do Departamento de Imigração e Colonização, Otávio Mendes Sobrinho - tinha uma visão extremamente estreita a respeito do campesinato:

Ainda como consequência do despreparo do patricio agricultor, ter-se-á que lutar contra a sua idéia simplista de que a terra se destina a fornecer apenas o necessário à sua subsistência. O desamparo a que o brasileiro da gleba vem sendo submetido há alguns séculos, por se achar disperso na imensidão do território nacional, conferiu-lhe extraordinária capacidade de vegetar sobre um pedaço de chão. Conformismo e falta de noção da verdadeira função social e econômica que o agricultor representa na vida do país, terão de ser enfrentados como fatores negativos, na colonização. (MENDES SOBRINHO, 1964, p. 21-2)

Esta visão expressa que o camponês - o caipira tradicional - era tido praticamente como indolente, já que "*vegeta sobre um pedaço de chão*" ou "*é conformista*" e "*não tem noção de sua função*". O diretor executivo da Lei de Revisão Agrária reproduzia, portanto, o preconceito histórico que conhecemos sobre o camponês como "bicho do mato", "ignorante", "preguiçoso" etc., enfim a imagem do "Jeca Tatu".

Margarida Maria Moura, em sua obra *Camponeses* (1986, p.15), indica que na Alemanha do século XIII havia seis declinações para a palavra camponês: "vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido, e saqueador; e, no plural, miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis."

Sabemos o quão forte e depreciativa foi e tem sido a maneira como o campesinato é visto pela sociedade urbana, sobretudo pelas elites intelectuais.

Esse tipo de interpretação estava também presente nos demais técnicos do grupo. O engenheiro agrônomo responsável pela implantação do Projeto na Fazenda Capivari expressou esse preconceito de maneira veemente. O Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária, Otávio Mendes Teixeira Sobrinho, citou-o para mostrar como o "sitiente nacional" era inferior ao europeu e ao oriental:

O seguinte trecho, do relatório do agrônomo Ignácio Fonseca Filho, ao termo do segundo ano de vida do núcleo da Fazenda Capivari, cujo sucesso se deve, em grande parte, a esse excelente colaborador, ilustra com propriedade, a concepção

simplista do sitiante nacional e o objetivismo e anseios de ganho dos de origem oriental e européia:

... dos 72 sítiantes ali residentes 17 são de origem japonesa, 27 de origem européia, e 26 considerados brasileiros de quatrocentos anos, 1 de origem chinesa e 1 de origem holandesa.

Assim, temos os que lembram os japoneses com a sua especialidade de plantadores de tomates, couve-flor, pepinos e hortaliças em geral durante o período do inverno, e arroz, batatas e milho para o verão.

Já os elementos descendentes de europeus, também se dedicam à produção de tomates, preferem entretanto, outros legumes, tais como: repolho, cebolas, alho, pimentões, berinjelas, para o tempo frio e arroz, milho e feijão para o verão.

O elemento brasileiro mesmo se interessa quase que somente pelo milho, feijão, mandioca, batata doce e algodão.

Não sabe fazer outras culturas.

No caso do Núcleo Capivari, entretanto, o Grupo Executivo fez ver a estes últimos que apenas com a exploração do milho e de feijão e da mandioca, eles não seriam capazes de pagar seus sítios.

São culturas que só podem dar resultados em outras condições, em maior escala, devidamente mecanizados etc. e que todo o esforço deles, seria no sentido de fazerem as culturas mais rendosas. (...)

Evidentemente sobressaem-se as culturas dos elementos descendentes de japoneses que são agricultores na expressão da palavra. Sabem dedicar-se às suas atividades, conhecem o valor dos adubos e inseticidas, irrigação etc. Têm confiança em si próprios.

Ao serem distribuídos os lotes o Grupo Executivo procurou intercalar os elementos de mais capacidade com os elementos mais fracos no sentido de conseguirem através do exemplo dos melhores lavradores erguer ou estimular os mais fracos ou menos conhecedores dos segredos da agricultura. (MENDES SOBRINHO, 1964, 21-2, grifos nossos)

A aproximação com a idéia do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, não é de fato mera metáfora, é praticamente literal, neste caso. De acordo com Márcia Naxara (1998, p. 28): “A história do Jeca Tatuzinho foi escrita em etapas, de forma bastante didática. O Jeca Tatu vivia, ao lado do seu vizinho que era próspero e italiano, a modorrar pela vida, pobre, doente, opilado”. Vê-se nesse exemplo, extraído de um documento produzido pelo Secretário Executivo da Revisão Agrária, a diferença feita entre o “agricultor estrangeiro” e o “agricultor nacional”.

Havia, assim, técnicos extremamente interessados no desenvolvimento agrícola do estado, mas desconhecedores (deliberadamente ou não) da especificidade desta classe social que é o campesinato. Especificidade esta que tem como característica a valorização da autonomia do trabalho, tanto do controle do próprio tempo, quanto da

decisão total de cada etapa do trabalho; desde a escolha do que vai plantar, passando pelo modo como vai fazê-lo, até o local onde irá implantar cada cultura.

Algumas vezes esse preconceito e desconhecimento dessa especificidade geraram conflitos no momento de instalação das famílias na terra. O depoimento a seguir, colhido com um dos sitiantes do Bairro Reforma Agrária (Projeto da Fazenda Capivari), reflete exatamente essa questão:

Sr. Luís Antônio: *É, era tomateiro... a gente já foi bom no tomate... Meu finado pai, quando abriu a Reforma aqui¹⁵, a turma falou que quem ia ficar aqui era só a japonesada, que os outros não iam agüentar não, aí meu pai, eles vinham com aquela máquina Caterpillar e acho que com aquele... como que fala?... aquele negócio que engenheiro mede, um tipo de um binóculo que eles olham de longe assim, depois eles vai...*

Larissa: *Teodolito?*

Sr. Luís Antônio: *Ah, isso eu não sei como chama... isso... aí eles pegavam e a turma saía aqui que aqui era barroca, aí puxava aqui e ia fazendo aqui para segurar as água para não dar a erosão... Eles falavam terraço, só que antes deles fazerem terraço assim com trator, que só tombava terra, eles pegavam, puxavam aquela terra gorda de cima e amontoava. Ali onde que ficava em cima do terraço, ali o pé de milho fica desse tamanho e aonde que eles raspavam, ficava essa terra vermelha, o pé de milho ficava desse tamanhozinho assim, então o meu pai não queria isso daí, então meu pai falou: 'Ah, arranca tudo isso aí...' [ele ri, acha a maior graça]... é, aí ele mandou a gente desmanchar... Nós fazíamos o que ele mandava, [ele ri] aí, nós desmanchamos...*

Larissa: *Como vocês desmancharam?*

Sr. Luís Antônio: *Ah, a gente tinha um trator velho, burro, um burro que vinha pegando o arado tombando e ia desmanchando, puxava um pouco de enxada para baixo, um pouco para cima...*

Larissa: *Vocês plantavam em nível?*

Sr. Luís Antônio: *Plantava... é, fazia 'nos olhos', mas ficava hom... agora tomate não, tomate, vamos supor você tira aqui assim, vamos supor, aqui é uma quadra de tomate, [ele risca na terra para me mostrar] aqui é quadra, aí você vai, vamos supor, se aqui está morro, aí você puxa aqui, daqui ela vai lá... Vem aqui, vai fazendo assim, ó... é conforme o morro, vai acompanhando... não pode ficar empoçada, ela tem que passar água, ela enche aquela, aquele cordão, depois ela pega e sai fora aqui, a gente deixava aberto aqui, aí ela vem e saía a água que sobrava... é, vamos supor que aqui é a canaleta que você vai soltar a água para o tomate, você vai pondo, aqui é a rua, então você põe um saquinho de sujeira, segura a água e entra aqui e vai embora, quando ela está chegando lá no fim, você tira e põe nessa aqui, então vai fazendo assim... A outra morre aqui, vamos supor, uma rua morre aqui, depois a outra começa aqui, vai lá, então vai fazendo tudo... ah, ficava, aquilo lá [os terraços feitos sob orientação da Assessoria de Revisão Agrária] quando dava chuva pesada mesmo,*

¹⁵ Novamente a expressão "abriu a Reforma" é utilizada, reiterando o que já foi discutido anteriormente.

dava até para nadar aqui, então o meu pai num queria, falou para nós desmanchar, a gente fazia o que ele mandava, o homem veio aí, Nossa Senhora!

Larissa: E os outros também não desmancharam? Só vocês?

Sr. Luís Antônio: Era nós que plantávamos mais tomate, nós e o Tio Luizinho, no tio Luizinho não desmancharam, mas nós desmanchamos, [ele ri] mas o homem veio aí, Nossa Senhora! Ele já era bem de idade, o Dr. Inácio, que era o Dr. Inácio Fonseca, da Casa da Lavoura, nossa, mas só faltou bater no velho! [ele ri] Que falou que num era serviço aquele lá, que num sei quê, o meu pai falou: 'Ó, Dr., se o sr. num deixar desmanchar o terraço aqui, o sr. pode por outro no meu lugar, que eu já estou indo embora, eu não vou ficar aqui, não vou...' Ele não queria parar de falar, meu pai falou: 'Ah Dr., o sr. acha que tá errado, você já pode dar o título para outro que eu já estou indo embora...' ele falou. Porque aí, ele falou [o Dr. Inácio]: "Mas num tem condição de vocês tirarem o terraço, foi o terraço para num dar" é, escorrer água... Aí o meu pai falou: 'Mas num tem condição de tomar planta com curva de nível se num desmanchar o terraço'. Aí ele falou assim para o meu pai: 'Ah, já que você quer continuar desse jeito, pode fazer'. Ai eles vieram, tiraram o nível e a gente num tirava nível, a gente fazia nos olhos... fazia, fazia e ficava bom, hein! Ai ele pegou e concordou com o meu pai, aí depois vinha de ônibus de pessoa da faculdade ver [ele ri] para ver, aí o homem ficou uma arara com o velho, falou que aquilo lá num era serviço, falou: 'Ah, por isso que num vai ficar brasileiro, só vai ficar japonês'. Mas foi engano... A japonesada foi embora bastante também que não agüentaram... E nós ficamos. Agüentamos o pão que o diabo amassou, mas estamos aqui.

Curiosamente, meu interlocutor se referiu ao “Dr. Ignácio Fonseca”, que era o engenheiro agrônomo Chefe do Grupo Executivo de Campinas, o mesmo que fez a apologia dos agricultores japoneses em relatório oficial. Vê-se que ele expressou esta opinião, inclusive para o sitiante, e de uma maneira ofensiva. Entretanto, a análise que o sitiante fez da visão do agrônomo, tanto dos resultados práticos da maneira como eles trabalhavam quanto da permanência ou não na terra dos “brasileiros” é muito significativa.

Esse depoimento é extremamente revelador de alguns elementos fundamentais para a discussão que pretendo realizar.

O primeiro ponto a ser ressaltado é a questão da autonomia na própria terra, ou seja, o sonho de ter uma terra própria era baseado na possibilidade de ter o controle total do processo de trabalho, o que significa controlar também o próprio tempo e o próprio espaço:

a propriedade privada da terra aparece como determinante da autonomia do camponês... em conseqüência a propriedade privada da terra surge para o camponês

como possibilidade do controle do processo de trabalho, como conjugação dos elementos da produção – objetos, meios e força de trabalho...¹⁶

Nesse sentido, só vale a pena ter a própria terra nessas condições, ou seja, realizar o trabalho de acordo com as próprias concepções e conhecimento acumulado. Se for para ter o título da terra, é porque o controle dela é feito pela própria família. Assim, *“se o Dr. acha que está errado, pode dar o título para outro que eu estou indo embora”*.

Ser sitiante, ser dono da terra, é condição básica de ser liberto, justamente com o domínio tanto cognitivo como simbólico do saber que orienta o processo de trabalho.

Essas palavras revelam também como os projetos de assentamento estão permeados pela tentativa de imposição da mentalidade do grupo que os define sobre os camponeses que vão ocupar a terra, que têm seus conhecimentos desqualificados: *“é por isso que não vai ficar brasileiro aqui”* ou *“isso não é serviço”*. A construção da nova (própria) unidade territorial estava, portanto, baseada na autonomia do trabalho e era definida a partir da articulação dos fatores espaço, tempo e influências culturais (no sentido do tipo da experiência adquirida ao longo dos anos).

O espaço é o meio físico tal como se apresenta, e nele as famílias vão imprimir seus conhecimentos através dos cultivos nos quais adquiriram experiência ao longo dos anos, muitas vezes, ao longo de gerações, elaborando a própria unidade territorial a qual chamam de “sítio”.

O sítio não é uma fração de território “neutra”, digamos assim; o que se planta e como se planta, onde se planta e onde não se planta, são questões definidas por aquilo que estou chamando de influências culturais, ou seja, há padrões e tabus de cultivos e técnicas que os camponeses herdaram e também desenvolvem ao longo das gerações.

De acordo com Ellen e Klass Woortmann, no estudo que fizeram sobre sitiantes sergipanos, chamado “O Trabalho da terra” (1997, p. 10):

¹⁶ TAVARES DOS SANTOS (1978, p.137).

O processo de trabalho faz-se, de um lado, a partir de uma idealização da natureza. Em outros termos, não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente aprendida. De outro lado, ele se faz no interior de um processo de relações sociais que transforma a natureza. Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. Transforma-se também o acesso a ela e são recriadas categorias sociais específicas.

O espaço, que é o meio natural, era já transformado no Bairro Reforma Agrária. Tinha-se antes uma fazenda decadente de café, ou seja, era um território capitalista que foi desapropriado pelo Estado em seu processo de atuação contraditório e, através da vinda das famílias a partir de 1962, abriu-se a possibilidade de se tornar uma fração camponesa do território.

De qualquer maneira, ainda que evidentemente o meio físico já houvesse sido transformado através das relações sociais estabelecidas no interior de uma fazenda de café, os elementos da natureza continuam presentes, e o camponês tem um profundo conhecimento de como lidar com eles:

... eles pegavam, puxavam aquela terra gorda de cima e amontoavam. Ali onde que ficava em cima do terraço, ali o pé de milho fica desse tamanho e aonde que eles raspavam, ficava essa terra vermelha, o pé de milho ficava desse tamanhozinho assim, então o meu pai não queria isso daí, então meu pai falou: 'Ah, arranca tudo isso aí'...

É muito significativo que ele utilize a palavra “gorda” para a camada do solo repleta de húmus. Se é gorda, é porque é bem alimentada e desta forma dá também o alimento para as culturas que a família vai produzir. Por isso seu pai fica indignado, e ele dá provas “materiais” de que a técnica utilizada pelo Estado não era a correta, dá o exemplo do tamanho dos pés de milho nos dois locais: onde a terra gorda foi amontoada e onde ficou exposta a terra vermelha, mais interior do solo e menos fértil.

Aparece nessa fala também o orgulho desse domínio do conhecimento pelo camponês: “*aí depois vinha de ônibus de pessoa da faculdade ver*”. Não apenas vinha gente da faculdade ver, ou seja, aqueles que detém o conhecimento, mas “*vinha de ônibus*”, o que quer dizer que muita gente tinha o que aprender com o saber deles.

PARTE II

REFORMA AGRÁRIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA

2. O Processo de Expansão do Capital no Campo e as Áreas Destinadas à Implantação da Lei de Revisão Agrária

2.1. A Apropriação Privada das Terras em São Paulo e as Áreas Destinadas à Lei de Revisão Agrária

A proposta de uma reforma agrária para o Estado de São Paulo, assim como as áreas escolhidas para serem destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária revelam, sem dúvida, a forma pela qual a terra foi apropriada nesse estado no último século, o processo como o capitalismo fez a sua reprodução ampliada no campo, os conflitos decorrentes de tal processo, bem como suas contradições inerentes.

Justamente nesse contexto, marcado por conflitos, que a Lei de Revisão Agrária foi proposta, o que, certamente, não foi por acaso, como já foi discutido anteriormente no capítulo referente ao Governo do Estado de São Paulo e a Aprovação da Lei de Revisão Agrária.

Em julho de 1961, ao prefaciá-lo Plano de Colonização da Fazenda Santa Helena, poucos meses após a Lei ter sido aprovada, o Secretário de Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira apresentava as quatro primeiras áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária: a Fazenda Santa Helena, em Marília, a Fazenda Capivari, em Campinas, a Fazenda Jacilândia, em Meridiano (município próximo a Fernandópolis) e a Fazenda Pouso Alegre, em Jaú. A última área veio a ser a Fazenda Pirituba, em Itapeva.

A escolha dessas áreas revela as tensões sociais que estavam postas no campo naquele momento, resultado direto, como ainda hoje acontece, do conflito de classes no âmbito do desenvolvimento contraditório do capitalismo. As alterações territoriais daí resultantes devem ser entendidas nesse contexto.

As duas áreas escolhidas para serem destinadas à Revisão Agrária que não estavam diretamente associadas a conflitos ou problemas com a posse da terra, e que eram propriedades privadas com títulos sob os quais não havia pendências jurídicas,

estavam em Jaú e Campinas. Não por acaso, esses dois municípios eram, na década de 60, territórios consolidados pelo monopólio do capital, ou seja, há muito tempo não faziam parte daquilo que se pode chamar de frente pioneira (MARTINS, 1975).

A terra, tanto em Campinas quanto em Jaú, foi ocupada no ciclo do café, evidentemente em momentos diferentes e sob relações sociais também diversas. Em Campinas, o café foi produzido inicialmente em base escrava e, mais tarde, através do colonato. Em Jaú, apenas os colonos foram responsáveis pela produção de café. Em um período de quatro anos - entre 1898 e 1902 - Jaú recebeu mais de seis mil imigrantes (MONBEIG, 1998, p. 172).

De qualquer maneira, a produção do café - sempre em grandes propriedades - estava assentada na produção do capital, portanto, as relações de trabalho presentes no interior das fazendas não eram de assalariamento, ou, em outras palavras, não eram tipicamente capitalistas. Segundo José de Souza Martins (1975, p. 49):

Embora as relações de produção indicadas, como as de colonato e de arrendamento em espécie não se configurem como tipicamente capitalistas [...] Essas relações são, na verdade, as possíveis e necessárias à acumulação e reprodução do capital. Daí que a frente pioneira tenha sempre se apresentado como expressão limite do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, tenha se apoiado em relações sociais fundamentais não-tipicamente capitalistas: escravatura, colonato, arrendamento em espécie. Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração das relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade... (Grifos nossos)

A propriedade privada da terra estava praticamente estabelecida nas zonas em que o capital estava consolidado. É ela, aliás, que de acordo com Martins indica a presença do capitalismo no campo.

Em 1960, a Fazenda Pouso Alegre, em Jaú, era uma fazenda decadente de café com uma área de 1227 alqueires, quase 3000 hectares. A desapropriação da fazenda foi feita mediante pagamento em dinheiro, conforme estava estabelecido na Lei de Revisão Agrária.

No Jornal *O Comércio de Jahu*, de 14/02/1962, a Assessoria de Revisão Agrária publicou uma nota com o seguinte conteúdo:

Assessoria de Revisão Agrária

No sentido de esclarecer equívocos e desfazer rumores, o Grupo Executivo Local de Revisão Agrária comunica ao povo em geral:

- a) Nos termos da Lei 5994/60, de 30/12/1960, o Governo do Estado de São Paulo desapropriou conforme Decreto nº 39.128, publicado no diário oficial de 28/9/1961, os imóveis São José, São João da União, São João da Bocaina, Farinheira, São Paulo, Pimentel e Santa Izabel, situados neste município e de propriedade da Cia. Agrícola e Industrial São Jorge.
 - b) A desapropriação foi feita para ser paga à razão de Cr\$ 41.322,21 por hectare ou Cr\$ 100.000.00 por alqueire, de porteiiras abertas. A transação foi efetivada dia 2 de fevereiro de 1962, com a outorga de escrituras e respectivo pagamento.
 - c) A área total desapropriada é de 1.227,84 alqueires; esta área foi medida recentemente, afim de que se pudesse concluir o processo de desapropriação.
 - d) A partir desta data será efetuado um levantamento completo dos recursos da área em tela, encarados dos pontos de vista físico e sócio-econômico.
 - e) Em seguida, proceder-se-á ao plano de loteamento. Para a aquisição de lotes serão observados os termos da citada Lei nº 5994.
 - f) Informações mais detalhadas sobre o loteamento poderão ser colhidas junto ao Escritório da Assessoria, na Vila Pouso Alegre de Baixo – horário de 8:00 às 18:00 hs, ou na Chefia de Extensão de Jaú, - horários de 8:00 às 10:30hs. E também na sede da Assessoria de Revisão Agrária, à Rua Visconde de Parnaíba, 1316 – São Paulo – horário de 12:00 às 18:00hs.
- Jaú, 12 de fevereiro de 1962
Engº Agrº Miguel Rinaldi Franco da Silveira
Chefe do Grupo Executivo da Revisão Agrária – Jaú.

Há que se chamar atenção para três pontos dessa nota publicada no jornal *O Comércio de Jahu*. O primeiro diz respeito ao início do texto, no qual o Chefe do Grupo Executivo da Revisão Agrária informava o leitor sobre a desapropriação e afirmava que o fazia com o objetivo de “esclarecer equívocos e desfazer rumores”. Esta postura parece indicar que havia uma justificativa, por parte do Governo, para a indenização da área em questão. O segundo ponto a ser considerado é que a chamada Fazenda Pouso Alegre era composta por sete propriedades. O terceiro aspecto, vinculado ao anterior, trata-se do fato de que o proprietário da área não era pessoa física, mas uma empresa, Cia. Agrícola e Industrial São Jorge.

Nota-se também que o decreto de desapropriação era de setembro de 1961,

muito embora o Secretário da Agricultura já houvesse feito referência à área em julho do mesmo ano. Tratava-se, portanto, de uma grande fazenda, composta por mais de cinco títulos de propriedade e, o que é extremamente significativo, a área estava subutilizada e o proprietário, com débitos junto ao Estado.

O caso da Fazenda Capivari foi semelhante ao da Fazenda Pouso Alegre. A Fazenda Capivari pertencia à família Nogueira Guimarães (família tradicional da região) e tinha uma área total de 1.058,73 hectares. Dos 1.058,73 hectares, 670,72 foram desapropriados para fins de Revisão Agrária.

Na época da desapropriação a fazenda estava com grande parte de sua área ociosa. A parte não-ociosa da fazenda estava sendo cultivada por “colonos” (parceiros, em geral, descendentes de italianos) que produziam principalmente algodão (produto comercial da época, também cultivado em outras fazendas da região, com características semelhantes à da Fazenda Capivari) e os gêneros necessários à alimentação da própria família.

Junto à escritura de desapropriação da Fazenda Capivari¹ encontrava-se uma certidão cujo conteúdo possui uma breve descrição da fazenda em que era citada a utilização de suas terras à época de sua desapropriação:

... autoriza o inventariante em nome do espólio, a outorgar à Andrade Nogueira Ltda. (...) escritura total ou parcial de um imóvel constante de uma fazenda denominada 'Capivary' (...) com a área de 439 alqueires, mais ou menos contendo 23 mil pés de café, trezentos alqueires em pasto e 10 com culturas várias, contendo casas de colonos, sede, terreiro, casa de administração, tulha, estábulo, capela, e demais pequenas benfeitorias...

A propriedade da Fazenda Capivari também não estava em nome de pessoa física, mas sim jurídica. A descrição da Fazenda presente na escritura de desapropriação mostra a existência dos componentes típicos de uma fazenda produtora de café e revela a subutilização de suas terras, já que de seus 439 alqueires, 300

¹ Documento pertencente ao arquivo da Assessoria de Revisão Agrária, atualmente localizado no Memorial do Imigrante.

estavam “ocupados” com pasto. Ocorre que a fazenda não tinha um rebanho para esse pasto, de acordo com os depoimentos colhidos em trabalho de campo e com o depoimento do próprio Secretário de Agricultura, como se verá a seguir.

Pouco mais da metade da Fazenda Capivari foi adquirida pelo Governo do Estado de São Paulo através de um processo de desapropriação amigável, de que trata o Decreto nº 38.488 de 18 de maio de 1961, pelo valor de Cr\$.65.528.880,00 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e oito mil e oitocentos e oitenta cruzeiros), cujo cheque de compra datou de 30 de junho de 1961².

Ambas as fazendas estavam, portanto, sob a propriedade de empresas, o que revelava que suas terras faziam parte do território capitalista consolidado no campo no Estado de São Paulo.

A porção desapropriada da Fazenda Capivari comprada pelo Estado teve seu valor de compra baseado em uma avaliação da Secretaria da Agricultura, segundo o então Secretário, José Bonifácio Coutinho Nogueira³:

... tinha uma avaliação da Secretaria, depositava em juízo e o proprietário ia discutir se estava ou não correto. Mas não houve esse caso, acho que o valor médio era o valor de uma avaliação séria, não era nem para prejudicar, nem para não prejudicar.

Por meio desse processo de desapropriação amigável, o Estado proporcionou a realização da renda capitalizada da terra nas mãos dos proprietários de terra. Isto fica evidente no depoimento do Secretário de Agricultura, quando explicou a escolha das áreas para a implantação da Lei de Revisão Agrária:

Tinha que ser uma fazenda inaproveitada, porque era fundamental que fosse uma fazenda sem aproveitamento, porque quando nós fizemos a revisão agrária nunca ninguém vendia fazenda para o governo. O governo quer comprar fazenda, nós não somos compradores de fazenda, mas logo aparece. Vender para o governo sempre se vende bem. Mas nós fomos escolher áreas que estavam inteiramente abandonadas, inteiramente, não tinha dúvida que pudesse surgir, e a partir daí, é que se fez. E é um grande problema mesmo esse da compra da terra, da desapropriação, é um processo

² Informações obtidas na escritura de desapropriação, contida no referido arquivo.

³ Entrevista realizada em 13/04/1999.

que no fim o dono da terra quer passá-la para o governo.

As palavras do Secretário mostram o quão vantajoso era para o proprietário que a terra fosse desapropriada para fins de Revisão Agrária, já que a renda da terra era realizada de uma só vez.

Ao pagar à vista, em dinheiro, e a preço de mercado pelas fazendas, o Estado possibilitou a realização imediata da renda da terra, terras estas que estavam em grande parte improdutivas. O caso da Fazenda Pouso Alegre, em Jaú, também revela este mecanismo. Segundo Cardozo (1991, p. 91):

... a desapropriação que aconteceu no caso de Jaú, não prejudicou de forma alguma, o antigo proprietário, o mesmo tinha utilizado o financiamento do Estado (que havia sido fornecido para reconversão das terras de café antigo) para a compra de uma outra fazenda, livre de cafezais velhos.

Não tendo depois como quitar tal dívida, transferiu a fazenda com o café velho para o Estado, ficando com as novas terras.

Com o dinheiro do Estado que deveria ser destinado à recuperação de cafezais, o proprietário da terra adquiriu uma nova propriedade e aquela para a qual a verba havia sido destinada permaneceu improdutiva. Com a Lei de Revisão Agrária e a desapropriação da área improdutiva, o proprietário conseguiu obter a renda da terra de uma área na qual deveria ter investido o dinheiro público.

A desapropriação prévia e em dinheiro praticamente “premiava” a propriedade improdutiva da terra, o que se mostra evidente na afirmação do Secretário de que “*vender para o governo sempre vende bem*” ou “*o dono da terra quer passá-la para o governo*”.

Isto é possível em uma sociedade em que a propriedade da terra adquire o caráter que adquiriu no Brasil, ou seja, a improdutividade dessas terras e a propriedade das mesmas, inclusive nas mãos de empresas, revelam seu caráter rentista. A sociedade paga aos proprietários de terra pelo monopólio que eles detêm. Segundo Oliveira (1981, p. 6-7):

... quando o capitalista compra a terra, ele transforma o seu capital em renda capitalizada (renda antecipada), pois a compra da terra nada mais é do que compra do direito de extrair renda da sociedade em conjunto (...) a concentração da propriedade da terra não leva necessariamente a um aumento da capacidade de produção mas sim aumenta o poder dos proprietários de se apoderarem de parte cada vez maior da massa de mais valia global, que é distribuída entre eles pelo simples fato de serem proprietários privados da terra.

Nesta característica está justamente a lógica da exacerbada concentração fundiária no país e da improdutividade de grande parte dessas terras, pois a terra sem produção alguma rende, “se valoriza”, e a condição para obter essa renda é ser proprietário (OLIVEIRA, 1981).

O Estado, no Brasil, e particularmente em São Paulo, corroborou o processo de apropriação dessas terras também por capitalistas, muitas vezes legitimando terras griladas. Foi, portanto, um agente ativo na transformação da propriedade privada da terra em monopólio de uma classe.

Segundo Chaia, (1981, p. 19):

O Estado, através da demarcação das terras devolutas, da demarcação das posses, exerceu uma função relevante para a configuração da estrutura fundiária do Estado de São Paulo. As comissões que demarcavam as terras possuíam uma certa autonomia na sua ação, pois quem determinava se o ocupante possuía uma “moradia habitual”, uma “cultura efetiva” eram os representantes das comissões. Caso se verificassem problemas ligados aos posseiros que recorriam contra a demarcação das terras o poder decisório de julgar a validade ou não dos documentos apresentados, seria a Justiça do Estado, que muitas vezes empurrava os processos propositadamente, para considerar aquelas terras como devolutas. Ocorreram casos em que os Comissários recebiam os documentos que comprovavam a posse da terra, voltavam para a capital do Estado e não despachavam os documentos, ficando os “ocupantes” sem possibilidade de legitimar a sua posse.

A compreensão da maneira como a terra foi apropriada no país permite compreender, também, a proposição da Lei de Revisão Agrária. A concentração fundiária e o alijamento dos camponeses da propriedade da terra foram o pano de fundo para as tensões sociais no campo na década de 50.

O governo do Estado de São Paulo era absolutamente consciente de que as

tensões eram decorrentes do processo de apropriação da terra⁴. Não por acaso, a Publicação sobre a Lei de Revisão Agrária⁵, feita para divulgá-la (como foi apontado no capítulo referente ao Governo do Estado de São Paulo e a Aprovação da Lei de Revisão Agrária) trazia gráficos extremamente elucidativos da concentração fundiária e do acesso à terra. Como se vê na Figura 4.

Tornava-se cada vez mais claro que os movimentos sociais eram fruto direto do processo de como a terra vinha sendo apropriada, o que ficou absolutamente explícito nos termos que a Igreja utilizou para apoiar a Lei de Revisão Agrária: *“Os agitadores estão chegando no campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais”*.

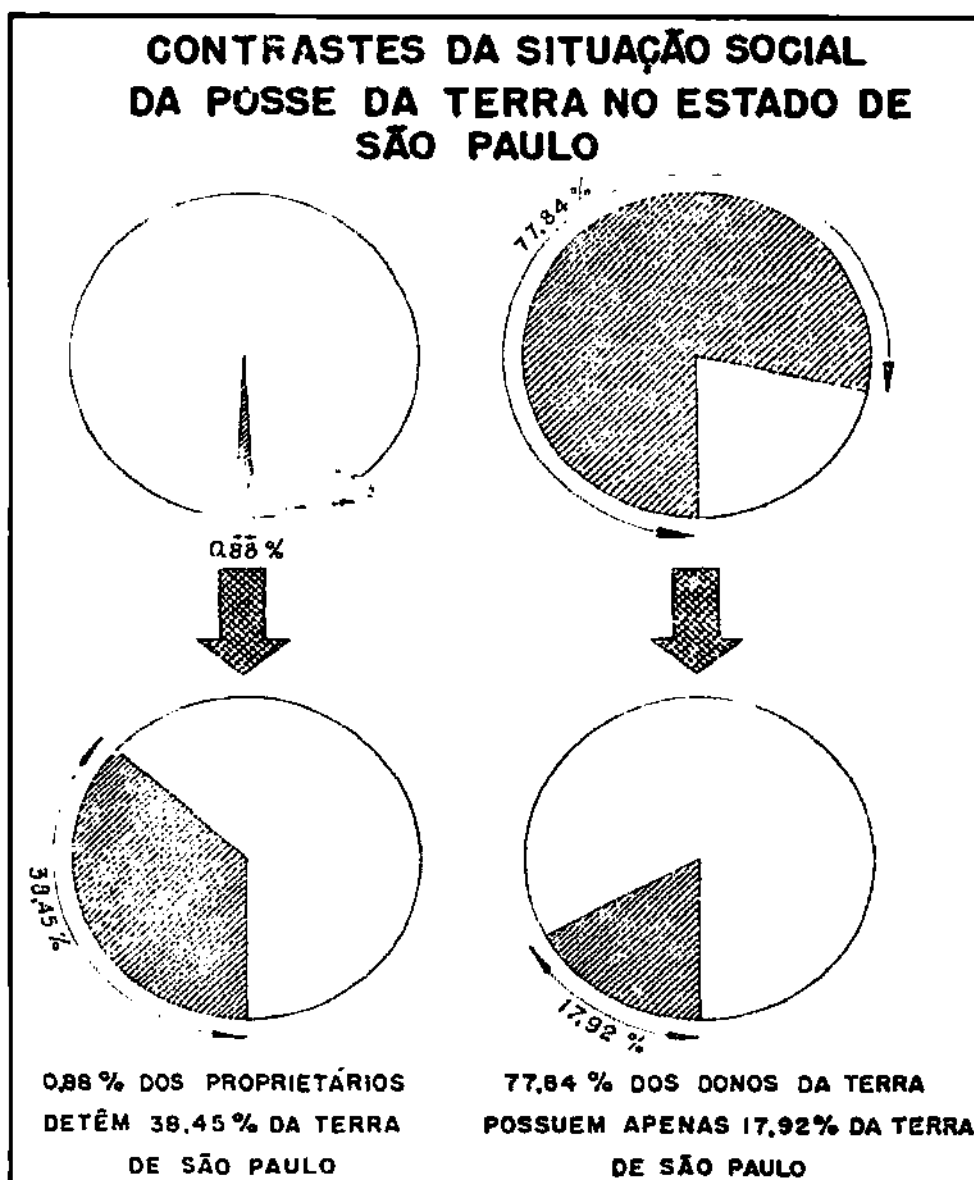
Se a escolha das duas fazendas improdutivas - em Campinas e em Jaú - revelou o caráter rentista do capitalismo no Brasil, ou seja, a possibilidade dos proprietários manterem enormes extensões de terra sem uso, a escolha das outras áreas (Marília, Meridiano e Itapeva) revelou a latência dos conflitos sociais no campo e o mecanismo através do qual a terra tornara-se propriedade privada.

As cinco áreas citadas faziam parte, portanto, de duas faces de um mesmo processo: o processo de apropriação privada da terra no Brasil.

⁴ Como já foi discutido, este processo privilegiou os proprietários de terra e a burguesia, fortalecendo estas duas classes sociais (e às vezes unificando-as) em detrimento do campesinato.

⁵ SÃO PAULO (ESTADO), 1960a.

Figura 4. Gráfico da Situação Fundiária do Estado de São Paulo em '1960, produzido pelo Governo do Estado



Fonte: SÃO PAULO (ESTADO), 1960a.

De um lado, estavam as grandes e antigas fazendas de café que foram o eixo da produção do capital no país e que, como propriedade privada, podiam permanecer “livremente” inproveitadas. De outro, estavam as áreas que faziam parte do processo de consolidação da propriedade privada da terra, nas chamadas zonas pioneiras e frentes de expansão. José de Souza Martins diferencia da seguinte forma a zona pioneira da frente de expansão:

O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. (...)

O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contrato pessoal ... (MARTINS, 1975, p. 46-7)

Nota-se que a diferença fundamental entre a frente de expansão e a zona pioneira é a instituição da propriedade privada da terra. Entretanto, tanto uma quanto outra foram locais onde os conflitos sociais ficavam latentes pois ficava também latente a oposição de interesses.

Em 1960, das três demais áreas escolhidas para serem destinadas à Lei de Revisão Agrária, a de Marília era a que estava localizada em uma região onde o capitalismo estava mais consolidado, ou, pode-se dizer, uma região na qual não havia mais o processo gerador da frente pioneira. Segundo os dados da própria Secretaria de Agricultura na publicação *Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena* [SÃO PAULO (ESTADO), 1961, p. 18], o município de Marília era o maior produtor de amendoim do Estado, produzindo também grande parte do café e do algodão.

Entretanto, a formação das fazendas e a época auge de produção de café no município não datavam de um tempo tão distante daquele. Monbeig refere-se às primeiras colheitas de café em Marília justamente no período da crise de 29 (MONBEIG, 1998, p. 255):

A queda dos preços em 1929 atingiu os fazendeiros quando estavam em vias de aumentar suas plantações. Ela quebrou, nitidamente, o *élan* dos colonizadores da Alta Sorocabana, surpreendeu os grandes fazendeiros de Marília no momento em que começavam a colher as primeiras safras...

Cerca de 30 anos mais tarde a Lei de Revisão Agrária foi proposta com o projeto do primeiro assentamento em Marília, um município com alta concentração fundiária, como se vê na Tabela 1 (dados divulgados pela própria Secretaria de Agricultura em 1961). Boa parte destas grandes propriedades da região de Marília

estavam substituindo os cafezais pelo plantio de algodão e amendoim.

A Fazenda Santa Helena, assim como a Pouso Alegre, em Jaú e a Capivari, em Campinas, também foi uma grande fazenda produtora de café. Suas terras estavam há vários anos inaproveitadas e a propriedade foi adquirida pelo Estado através de um mecanismo de favorecimento de seu proprietário, de acordo com Tolentino (1992, p. 6):

Com a morte de seu proprietário, Dr. Braz Revoredo, e um processo litigioso entre a viúva e os herdeiros, as terras foram vendidas para o Estado no ano de 1950, quando Adhemar de Barros era governador. Segundo depoimentos, a aquisição destas terras pelo Estado adveio de uma longa e insistente “pressão” da família sobre o governador que, ao que conta, tinha “débitos políticos” com os Revoredo.

A consolidação da propriedade privada da terra em Marília não estava distante no tempo, assim como o movimento de uma grande leva de migrantes e imigrantes para a região também não estava. Tanto assim, que em 1950, 8% da população de Marília era composta de imigrantes, principalmente japoneses [SÃO PAULO (ESTADO), 1961, p. 17)].

Ao comprar a Fazenda Santa Helena, o Estado realizou nas mãos do proprietário da terra a renda da terra de uma só vez. Entretanto, a Fazenda permaneceu improdutivo. Era, nas palavras de José Bonifácio Coutinho Nogueira, uma “área escandalosamente improdutivo”, em uma região com uma grande concentração fundiária e um grande número de camponeses sem terra própria que trabalhava em sistema de arrendamento e parceria nas fazendas do entorno. Esta contradição foi que, sem dúvida, tornou-se o pano de fundo para a ocupação da fazenda e o conflito subsequente.

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Marília em 1959

Número e áreas médias de 1.732 propriedades rurais, situadas no Município de Marília, 1959						
Classes	Número de propriedades	Soma das áreas médias em hectares	Porcentagem		Porcentagem acumulada	
			Propriedades	Áreas	Propriedades	Áreas
Até 1 ha	78	39,0	4,50	0,034	4,50	0,034
De 1 a 2	48	72,0	2,70	0,063	7,20	0,097
De 2 a 5	95	332,5	5,40	0,291	12,60	0,388
De 5 a 10	144	1.080,0	8,30	0,947	20,90	1,335
De 10 a 20 ..	416	6.240,0	24,01	5,469	44,91	6,804
De 20 a 30 ..	319	7.975,0	18,00	6,990	62,91	13,794
De 30 a 40 ..	149	5.215,0	8,60	4,571	71,51	18,365
De 40 a 50 ..	111	4.995,0	6,40	4,378	77,91	22,743
De 50 a 60 ..	41	2.225,0	2,30	1,976	80,21	24,719
De 60 a 70 ..	40	2.600,0	2,30	2,279	82,51	26,998
De 70 a 80 ..	54	4.050,0	3,10	3,550	85,61	30,548
De 80 a 90 ..	22	1.870,0	1,20	1,639	86,81	32,187
De 90 a 100 .	24	2.280,0	1,30	1,998	88,11	34,185
De 100 a 200.	103	15.450,0	6,08	13,541	94,19	47,726
De 200 a 500.	48	15.012,7	2,70	13,158	96,89	60,884
De mais de 500	40	44.631,0	3,11	39,117	100,00	100,000
Totais:-	1.732	114.097,2	100,00	100,00	---	---

Fonte:- Imposto territorial rural.

Fonte: SÃO PAULO (ESTADO), 1961, p. 10.

Como em Marília, em Itapeva a Fazenda Pirituba, no momento da aprovação da Lei de Revisão Agrária, era uma área pública - fazia parte do patrimônio do Governo do Estado de São Paulo. Essa fazenda era uma propriedade de mais de 17 mil hectares e pertencia à Companhia Agrícola e Industrial Angatuba, que não conseguindo saldar dívidas, passou a propriedade ao Estado em 1950. O Estado decidiu por implantar o cultivo de trigo na fazenda e para tanto a entregou para um engenheiro agrônomo italiano, Lino Vicenzi, que instalaria uma colônia de imigrantes italianos para fazerem o cultivo. Ocorreu que a colônia não foi implantada e o engenheiro agrônomo designado pelo Estado arrendou parte dessas terras para amigos, parentes e demais parceiros (RAMOS, 1996). O governador que cedeu essas terras ao agrônomo para que implantasse o cultivo de trigo foi Adhemar de Barros (ABRA, 1985, p. 62). Por cerca de 10 anos Lino Vicenzi arrendou essas terras, e, quando foi aprovada a Lei de Revisão Agrária, elas estavam ocupadas por diversas famílias de parceiros que lá se

instalaram⁶.

Em 1962, Carvalho Pinto chegou a indenizar Lino Vicenzi para que deixasse a área, indenização no valor de CRS 50 milhões, no sentido de implantar a Lei de Revisão. Entretanto, como veremos, isso não aconteceu (ABRA, 1985).

A Fazenda Pirituba foi a última a ser destinada à Revisão Agrária. Tanto assim que em 1961, quando José Bonifácio Coutinho Nogueira prefaciou o Plano de Colonização da Fazenda Santa Helena, fez menção apenas às outras quatro áreas. No Bairro Reforma Agrária (assentamento da Fazenda Capivari) há, em frente à escola, no Centro Comunitário, um monumento de inauguração do Projeto com um mapa do Estado de São Paulo, onde se vê as quatro áreas assinaladas em metal⁷.

A Fazenda Pirituba era, portanto, uma área pública, apropriada de forma privada, sob a concessão do Estado e, o que é extremamente significativo, também ela foi palco de conflitos entre os camponeses e o representante do Estado que passou a grilar a área.

Assim, os conflitos sociais na década de 50 - conflitos de classe – foram geradores da proposta da Lei de Revisão Agrária e tornaram evidente a incoerência de terras públicas, como as da Fazenda Pirituba, ociosas e/ou tendo sua renda apropriada por uma única pessoa ou ainda utilizada por grandes proprietários (estas três situações individualmente ou somadas ocorriam na Fazenda Santa Helena em Marília, na Fazenda Jacilândia em Meridiano e na Fazenda Pirituba em Itapeva).

Ao pagar uma indenização para que o agrônomo deixasse a área da Fazenda Pirituba, o Estado realizou a renda da terra nas mãos de quem sequer a possuía, o que reitera a discussão feita a respeito do papel do Estado no processo de apropriação

⁶ Na verdade, já havia um grande número de famílias de camponeses reideiros na Fazenda Pirituba antes dela ter sido cedida pelo Governador Adhemar de Barros ao Agrônomo Lino Vicenzi. Estes camponeses sofreram uma série de ameaças para que abandonassem suas lavouras. O processo de apropriação privada destas terras públicas é bastante longo e complexo, ele será abordado detalhadamente no Capítulo 5 “A resistência camponesa: Fazenda Jacilândia (Meridiano) e Fazenda Pirituba (Itapeva)”.

privada das terras. O favorecimento do agrônomo no Governo Adhemar de Barros, sem dúvida alguma, é um exemplo cabal desse processo.

A exemplo da Fazenda Santa Helena, em Marília, e da Fazenda Pirituba, em Itapeva, no município de Meridiano a Fazenda Jacilândia também pertencia ao Governo do Estado de São Paulo. Na década de 40 a Fazenda foi incorporada ao patrimônio do Estado através de uma desapropriação judicial contra Theodor Ville & Cia⁸. De acordo com Barbudo (200a, p. 39):

... durante muito tempo usufruiu dessa propriedade a Estrada de Ferro Araraquarense, desmatando para utilizar a madeira nobre para dormente e madeira de espécie menos nobre para abastecimento das locomotivas a vapor. Os lenhadores à medida que derrubavam a mata, construíam seus casebres e passavam a explorar as terras em áreas de três a cinco alqueires que posteriormente, lhes foram arrendadas.

Com o tempo as famílias estabeleceram-se nessas terras cultivando-as, a princípio, através de arrendamento, mas posteriormente os arrendamentos se extinguíram, a Fazenda ficou sem administração e as famílias encontravam-se, no início dos anos 60, na condição de posseiros. Aliás, a possibilidade do acesso a terras livres, sem a mediação da renda paga pelo uso da propriedade privada, guiou inúmeras famílias para a Fazenda Jacilândia. Além disto, o trabalho de campo revelou também que houve um processo de grilagem destas terras, e uma situação conflitiva latente entre os grileiros e os posseiros⁹.

Essa área estava relativamente próxima de Santa Fé do Sul, onde houve os conflitos do Arranca Capim¹⁰. Não só o município de Meridiano (Microrregião de Fernandópolis) estava próximo de Santa Fé do Sul, como o chamado “Grilo da Ponte Pença” - o grilo que originou as fazendas onde ocorreram os conflitos de Santa Fé - tinha seus limites com o município de Fernandópolis, como se vê no Mapa 3.

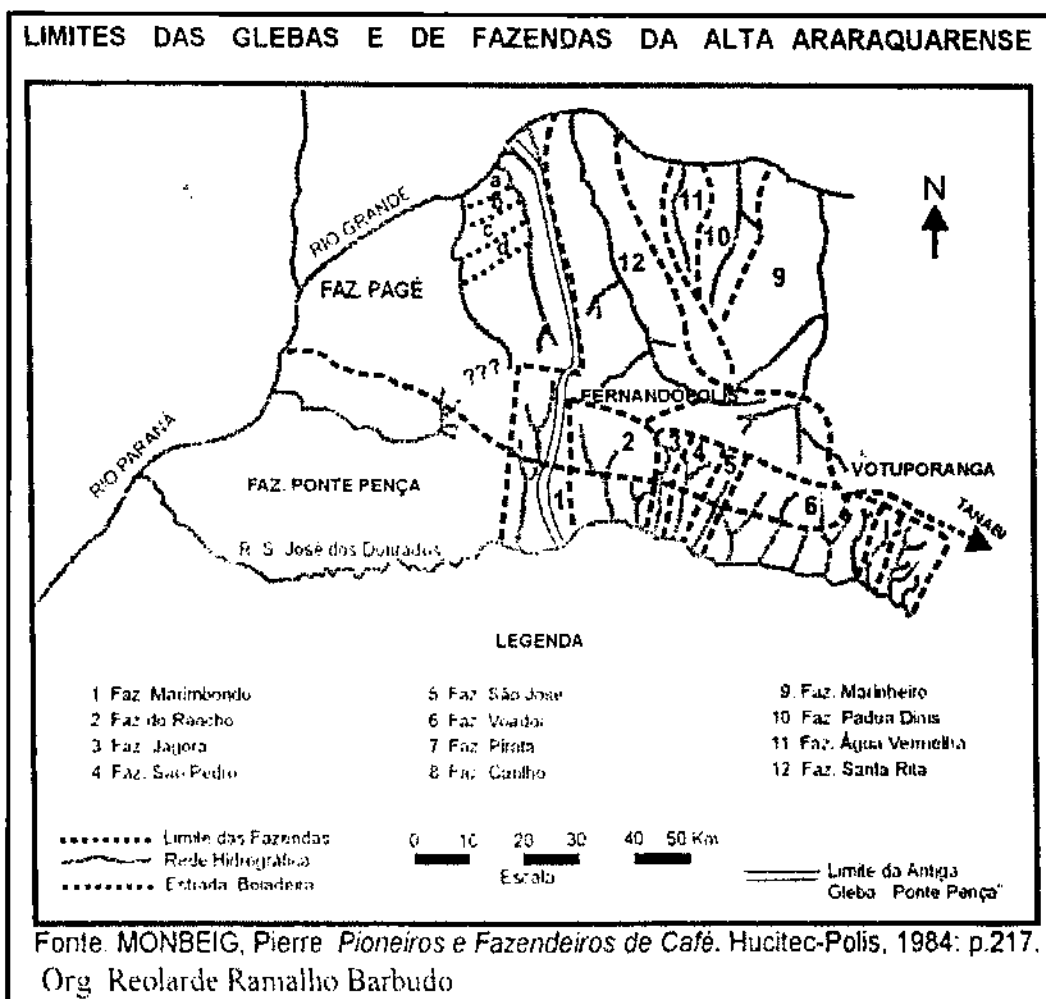
⁷ Ver Fotografia 2.

⁸ Ver BARBUDO, 2002a.

⁹ Esta discussão será aprofundada no Capítulo 5 “A resistência camponesa: Fazenda Jacilândia (Meridiano) e Fazenda Pirituba (Itapeva)”.

¹⁰ CHAJA (1981), MARTINS (1985), WELCH (1999), CASTRO OLIVEIRA (1998), MURAMATSU (1979).

Mapa 3. Grilo da Ponte-Pença (Santa Fé do Sul) e Município de Fernandópolis



In: BARBUDO, 2002a:22.

A escolha da Fazenda Jacilândia para ser destinada à Lei de Revisão Agrária foi feita, sem dúvida, por se tratar de uma área extremamente próxima à mobilização e aos conflitos de Santa Fé do Sul¹¹ e, além disso, ser ela própria (uma área pública) palco de tensões entre grileiros e posseiros. Era, portanto, uma área da chamada frente

¹¹ Segundo CASTRO OLIVEIRA (1998, p. 93): “Nessa conjuntura, não só surgiram os movimentos camponeses contra a expropriação, como o caso do “Arranca Capim”, mas também teve lugar a atuação de um líder religioso, Aparecido Galdino Jacinto. O “Aparecidão”, como era chamado, era boiadeiro antigo, natural de Maracá (SP), que inicialmente se juntou à causa dos pequenos arrendatários de Rubinéia e Santa Fé, onde converteu-se à religião para benzer e curar o povo.” Aparecidão deu entrada no DOPS em fevereiro de 1971, foi condenado pela Justiça Militar, acusado de montar uma milícia religiosa fardada e foi preso no Manicômio Judiciário do Juqueri, ficando encarcerado por oito anos sob um laudo que o classificava como “esquisôfrenico-paranoide”. A este respeito, e sobre o significado da atuação de Aparecidão e de sua prisão, ver Castro Oliveira (1998) e Martins (1985).

pioneira, onde evidentemente os conflitos estavam postos, como é próprio dessas zonas.

A zona da frente pioneira tem em si a latência do conflito social justamente por agregar interesses completamente contraditórios. De acordo com José de Souza Martins (1975, p. 47):

Nesse ponto situa-se um dos focos das tensões que tornam o sistema social da frente pioneira "peculiar". A implantação e sustentação institucional da frente pioneira se faz pela mediação das objetivações da sociedade moderna, cujo principal componente, no caso, é o Direito. A frente pioneira formula o seu antagonismo com a frente de expansão em torno de um valor: a propriedade privada da terra, isto é, a renda capitalizada. Esse antagonismo se apresenta no âmbito das relações sociais pela descontinuidade de significações em torno do fator terra, sobretudo no que respeita ao modo de obter a propriedade (compra/ocupação). Em três das cinco frentes pioneiras arroladas por Waibel ocorreram movimentos messiânicos no momento da instauração da frente pioneira (além de um movimento não-messiânico de posseiros numa quarta-frente, em Porecatu, PR): Contestado Paraná-Santa Catarina ("monge" João Maria), Oeste de São Paulo ("Frei" Damião) e Norte do Rio Doce – Vale do Mucuri – MG (adventistas do Catulé). Constituem "os efeitos destrutivos do choque de duas ordens econômico-sociais diversamente estruturadas..."

É esta questão que esteve exatamente no centro dos conflitos de Santa Fé do Sul, ou seja, o antagonismo de interesses entre o proprietário da terra e os arrendatários. Ao proprietário interessava que o contrato fosse o mais curto possível e às famílias de arrendatários interessava permanecer o maior tempo possível na terra. É o choque entre duas ordens, a econômica - a ordem da mercadoria – e a moral, pela qual o campesinato sempre orientou sua vida.

O Mapa 17 - Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1945-1964) desvenda, de forma objetiva, o significado da chamada "situação de fronteira" na raiz dos conflitos sociais no campo em São Paulo no período anterior à década de 60. É elucidativo, como é possível observar no referido mapa, que a esmagadora maioria dos conflitos entre 1945 e 1954 tenha ocorrido no chamado Oeste Paulista, zona de fronteira naquele momento histórico.

No capítulo relativo aos conflitos no campo em São Paulo pôde-se verificar o

papel que as companhias de imigração e colonização tiveram no processo de transformação da terra em propriedade privada. Os conflitos no Oeste Paulista estiveram ligados, sem dúvida, a esse processo, que teve como caso mais emblemático o Movimento do Arranca Capim, em Santa Fé do Sul¹².

Parece não haver dúvida, portanto, de que o Governo Carvalho Pinto tinha a exata noção de que a raiz dos conflitos sociais estava na inacessibilidade da terra para a esmagadora maioria dos trabalhadores rurais no campo: no conflito dos camponeses com as classes sociais hegemônicas, lutando por sua reprodução. Isso ficou evidenciado no parágrafo com que o Secretário de Agricultura finalizou o Prefácio do Plano de Colonização e Loteamento da Fazenda Santa Helena: “Sem recorrer à estatização da terra, caminhamos no rumo seguro para o acesso do trabalhador da gleba à propriedade rural. Sem buscar a violência, enfrentamos o subdesenvolvimento de nossa economia agrícola” [SÃO PAULO (Estado), 1961].

Bergamasco (1992, p.37-8), ao abordar a Lei de Revisão Agrária, fez também uma referência direta aos conflitos não só em Santa Fé do Sul, mas em Fernandópolis e municípios próximos: “... greves dos trabalhadores das fazendas de café, cana e algodão [...] ocupações e choques contra os grandes fazendeiros nas regiões de Fernandópolis, Jales, São Joaquim da Barra, etc.”. A Fazenda Jacylândia, como apontado, está localizada nos municípios de Meridiano e Valentim Gentil, ou seja, municípios contíguos à Fernandópolis e muitíssimo próximos a Jales e Santa Fé do Sul¹³.

Embora o Secretário de Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, tenha feito uma menção explícita à Fazenda Jacilândia no prefácio do Plano de Colonização de Santa Helena, ela só foi designada para este fim em 1973, treze anos após a Lei ter sido promulgada e já durante o período de governo militar.

¹² Ver, entre outros, Chaia (1981) e Castro Oliveira (1998).

¹³ Verificar estes conflitos, bem como a localização destes municípios no Mapa 17.

Nos termos do Decreto nº 2848, de 20 de novembro de 1973, foi a Fazenda incorporada ao patrimônio estadual para o cumprimento da Lei nº 5994, de 30 de dezembro de 1960, sob a jurisdição da Secretaria da Agricultura – ARA (Assessoria de Revisão Agrária) - passando a constituir a PE (Portaria Estadual) – 4065. (BARBUDO, 2002, p. 40)

Na Fazenda Jacilândia, assim como na Fazenda Pirituba, em Itapeva, o objetivo do Estado era assentar os camponeses que já estavam produzindo nessas terras, evitando-se que os conflitos se perpetuassem, sobretudo, em terras públicas: “A região da Fazenda Pirituba, sede do último núcleo instalado, também se caracterizava pela grande concentração de posseiros, bastando observar o censo agrícola do Estado de 1960” (CARDOZO, 1991, p. 83).

De qualquer forma, é preciso reafirmar que os conflitos de Santa Fé do Sul (e a escolha da Fazenda Jacilândia pelo Governo do Estado) foram reveladores do choque entre ordens diversas: a ordem da reprodução do capital e a ordem da reprodução camponesa. Não por acaso, como apontou Martins, a zona pioneira aparece como o local privilegiado desses conflitos: os interesses como que “se atritam” todo o tempo, como demonstra o Mapa 17 - Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1945-1964).

2.2. A migração camponesa e a (re)produção do capital no campo.

Cada uma das áreas escolhidas para a aplicação da Lei de Revisão Agrária revelou a maneira como o Estado colaborou com a produção e reprodução do capital, seja pela via jurídica, em que o grande marco foi a Lei de Terras¹⁴, o que tornava a terra mercadoria e evitava o fácil acesso à propriedade, seja possibilitando que grandes propriedades pudessem permanecer inaproveitadas, ou ainda subvencionando as viagens de milhares de migrantes e imigrantes para a lavoura nas grandes propriedades, ou ainda permitindo ou colaborando diretamente no processo de grilagem das terras.

Assim, as áreas escolhidas revelam dois aspectos do mesmo processo: de um lado, o capitalismo rentista que possibilita a existência de grandes áreas de terra subutilizadas, e de outro, o uso privado de terras públicas, com o aval do Estado, nas regiões em que, evidentemente, os conflitos sociais se concretizaram. Os reflexos desse processo contraditório passaram a se esboçar nos movimentos camponeses que tomaram corpo ao longo da década de 50, especialmente em São Paulo.

Dessa forma, se de um lado tivemos a produção do capital, de outro houve a reprodução camponesa, necessária à reprodução do capital, mas perpetuando-se ora diretamente, possibilitando a reprodução das grandes fazendas, ora nas brechas e crises da grande produção. Por isso o campesinato sempre foi migrante, migra na busca de sua reprodução¹⁵. O significado da apropriação privada da terra para o campesinato sempre foi o outro lado dessa história. O camponês vive em sua própria pele o conflito entre seus próprios interesses e os interesses do grande proprietário. Sem dúvida a migração é uma expressão significativa desse processo.

¹⁴ MARTINS (1996a).

¹⁵ TAVARES DOS SANTOS (1993); OLIVEIRA (1991a e 2001a).

O fato de o Estado ter considerado na época que a fronteira no Estado de São Paulo já estava esgotada e que, por outro lado, as propriedades deveriam ter um papel “produtivo”, indica que a fronteira estava fechada a partir de dentro, ou seja, a questão não era maior quantidade de terra e, sim, a maneira como a terra havia sido apropriada.

No início da década de 60, quando a Lei de Revisão Agrária foi proposta, o processo migratório era recentíssimo – tinha menos de 20 anos; durante a década de 40 a migração, na qual o Estado teve um papel central, estava no auge.

Chaia (1981, p. 23) apresentou em seu trabalho um trecho do relatório do Diretor do Departamento de Imigração e Colonização, Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, em que este afirma:

Em 1935, o governo do Dr. Armando de Salles Oliveira, viu-se na contingência de estimular a migração de nacionais para São Paulo, com grau de suprir a lavoura de mão-de-obra: o avanço da fronteira econômica paulista, atingia a Alta Paulista, Alta Araraquarense e o Norte do Paraná, reclamando copiosos contingentes de trabalhadores para os novos cafezais em formação.

Por iniciativa daquele governo foi estipulada, pelo sistema de contratos com companhias paulistas (CAIC, Itaquê e outras) a introdução de trabalhadores mediante a seguinte subvenção: pagamento de passagens, bagagens e \$ 60, por adulto e \$ 30, por menores de 3 a 12 anos.

As firmas contratantes passaram a operar no nordeste do país e no norte do estado de Minas Gerais e a promover a vinda de trabalhadores nacionais em número cada vez maior.

Vê-se que o próprio diretor do Departamento de Imigração e Colonização afirmou que o Estado “*viu-se na contingência*” de “*estimular*” a migração, ou seja, afirmou que o Estado era obrigado a subvencionar as migrações, o que significa, evidentemente, que o Estado estava, na verdade, subvencionando a possibilidade de reprodução do capital.

Esse processo não cessou nos anos 40. Aliás, no período de 1941 a 1949 o Departamento de Imigração e Colonização encaminhou cerca de 400 mil trabalhadores para as regiões da Alta Sorocabana, Nova Paulista e Noroeste. Ainda nos anos de 1961 e 1962 esse processo perdurou, pois, a Secretaria do Bem Estar Social forneceu cerca

de 200 mil passes para algumas estradas de ferro, principalmente a Sorocabana, a Companhia Paulista, e a Noroeste (CHAIA, 1981, p. 24).

Todo esse processo migratório e a forma como o Estado o abordava - nas palavras do próprio diretor do órgão responsável pelas (i)migrações - revelaram o papel preponderante que teve o Estado no processo de produção do capital no campo.

As regiões para as quais o Estado encaminhava os migrantes eram sempre aquelas da frente pioneira. Entretanto, sob o ponto de vista do campesinato, esse processo teve um outro caráter. Cada detalhe do processo migratório ficou marcado em suas vidas.

Há uma família, que permanece assentada na Fazenda Santa Helena em Marília, cujo casal “conta”, com os fatos de sua vida, a história de tal processo.

O marido, Sr. José Quinto, é pernambucano e sua esposa é filha de poloneses. O diálogo entre eles relata o trabalho de “abertura” de fazendas:

Esposo: Eu tocava uma fazenda no Paraná, nós fomos para o Paraná tocar umas fazendas lá... Eu abria fazenda... aí depois o café queimou, depois de uns quatro anos que eu estava tocando, eu tocava 75 mil pés.

Esposa: a família dele era família de gente grande... tem 15 irmãos...

Esposo: Quando o café estava grande aí, deu uma geada que queimou tudo, ... era para lá de Campo Mourão... a Fazenda era lá, eu abri lá, derrubamos mato, e abrimos a fazenda, plantamos o café. Formou, quando estava com quatro anos plantado, criou geada, queimou tudo. Foi em 52...

Meu interlocutor conta sobre sua família no Norte do Paraná justamente no início da década de 50: uma família nordestina, numerosa, que se deslocou inteira (o que significava uma grande quantidade de força de trabalho) de uma região a outra do país, muito distantes entre si, sobretudo há 50 anos atrás. Esta migração se deu para a zona da frente pioneira, onde o café estava sendo implantado e, portanto, para onde o Estado estava encaminhando as pessoas, como foi visto no relatório do próprio diretor do Departamento de Imigração e Colonização.

A história dessa família é reveladora do processo migratório interno no país, que o Estado subvencionou e para o qual orientou as famílias, de modo que o capital

pudesse se (re)produzir.

Nesse primeiro trecho migratório, a família trabalhou em regime de colonato na frente pioneira. A trajetória da família da esposa do Sr. José Quinto, D. Cida, também é semelhante, mas neste caso, tratava-se de imigrantes vindos de outro continente, também para a frente pioneira, para a Nova Alta Paulista:

... aí ele veio morar perto do meu pai, o meu pai tocava café, colônia, sabe como que é? Carpia a carpa por mês e recebia aquela mesada por mês, e por isso meu pai morou nessa fazenda mais de 20 anos. Eu saí de lá quando eu casei, eu nasci em Lins, aí eu cresci lá... só vim embora com ele quando eu casei ...

De acordo com Monbeig (1998), cerca de 12 mil imigrantes chegaram em Lins no período de 1926 a 1930, na Noroeste. A senhora que deu o depoimento anterior nasceu justamente poucos anos depois desse período, já na frente pioneira.

A trajetória da família do Sr. José, no Paraná, revela a fragilidade a que os migrantes camponeses estavam sujeitos no processo de produção do capital. Novamente o diálogo entre o casal reproduz este mo(vi)mento:

Esposo (Sr. José): *... quando estava com quatro anos plantado, criou geada, queimou tudo. Foi em 52...*

Esposa (D. Cida): *Dava para ficar rico! O café estava carregado, igual jabuticaba para colher. Aí a geada veio, que era uma geada preta que veio... torrou tudo.*

Esposo (Sr. José): *Com quatro anos nós levamos [cuidando do cafezal], compramos um caminhão para nós, novinho! Ford, ele ofereceu 200 mil se nós queríamos mais um caminhão naquele tempo, aí meu pai tinha mais quatro anos, falou: não, esse caminhão se Deus quiser vai dar para pagar esse ano. Mas foi o contrário! A geada veio e queimou tudo. Vou te falar: foi o maior prejuízo que eu tive viu! Trabalhei tanto ali! ... eu tinha 18 anos... aí nós, aí ele foi e renovou mais quatro anos para completar os oito para nós entregarmos, aí nós tentamos, trabalhamos mais um ano. Quando foi no outro ano queimou de novo, aí meu pai se acossou, falou: não, não vou querer não...*

Nota-se que a esposa, muito embora ainda não conhecesse o marido, falou do período com tanta propriedade como se tivesse vivido o momento junto, o que só foi possível - como pude inferir da entrevista - porque tinha um contato extremamente afinado com a família do marido. Sua sogra era sua “comadre de fogueira”¹⁶: elas se

¹⁶ Prática comum no campesinato, quando duas mulheres se escolhem para serem “comadres” e, na Noite de São João, pulam a fogueira juntas tornando-se comadres.

escolheram para serem comadres. Ele, embora com apenas 18 anos na época - o que quer dizer que o pai da família era ainda o seu pai - refere-se ao passado, ao trabalho na fazenda de café, na primeira pessoa do singular: *“foi o maior prejuízo que eu tive”*. Essa frase expressa a família como um trabalhador coletivo, típica do campesinato.

José de Souza Martins descreveu de que maneira os prejuízos dos empreendimentos capitalistas na frente pioneira eram em grande parte absorvidos pelos colonos e arrendatários:

Dado que a frente pioneira se constitui como empreendimento capitalista (não só dos “planejadores” da frente, mas também de pequenos comerciantes e capitalistas do interior que investem na terra) também uma parte dos proprietários, em geral absenteísta, procura assegurar a rentabilidade do dinheiro empatado na terra. Com isso transfere os rendimentos negativos do empreendimento aos que nela trabalham, sejam eles colonos (norte do Paraná), arrendatários (oeste de São Paulo, quase toda a margem esquerda do rio Paraná e parte da margem esquerda do Rio Grande) ou assalariados (Vale do Rio Doce). Quando isso não ocorre, o pequeno proprietário absorve, em geral, diretamente esses rendimentos negativos numa auto-expropriação. Por isso, as relações sociais na frente pioneira não são apenas tensas, mas têm mesmo se manifestado de forma conflituosa. (MARTINS, 1975, p. 49)

Foi justamente esta a história dessa família: absorveu os rendimentos negativos da cultura de café, em suas palavras, o *“maior prejuízo que eu tive”*. A família seguiu em uma trajetória migrante nas brechas das fazendas, em busca de sua reprodução. Foi em direção à Nova Alta Paulista, região que era até então também uma frente pioneira.

Lá foram produzir, *“tocar lavoura de milho, algodão e amendoim”* em sistema de parceria e arrendamento:

D. Cida: ... *quando eu casei, que nós viemos morar no sítio de um japonês, que ele arrendou para plantar amendoim, milho, feijão, aí eu vim pra cá [para Marília].*

Sr. José: ... *a primeira roça minha eu toquei um alqueire, 35% de renda... Depois eu peguei seis alqueires em Cafelândia, a dinheiro. Toquei Cafelândia, depois eu vim para cá. Dai em Cafelândia eu peguei dois anos de contrato, arrendava do japonês... tinha animal...*

D. Cida: *Nem trator tinha, tocava com animal, com tombador. [ela explica]... Tinha animal, o cunhado tinha, foi emprestando para ele [ela refere-se ao marido], depois ele já foi vendendo e já foi comprando a ferramenta dele também, aí nós mudamos*

para uma fazenda no Cafezópolis, perto de Cafelândia, eles arrendaram lá 20 alqueires.

A parceria e o arrendamento, como também o colonato, são formas não capitalistas que permitem a produção do capital, como discute Martins (1975, p. 49).

A mesma família passou pelas três situações: a do colonato, a da parceria e a do arrendamento. A família esteve no trabalho da frente pioneira, desde aquilo que primeiro se faz: derrubaram a mata, participaram diretamente de toda a formação da fazenda, trabalharam nela por alguns anos e, por fim, saíram dessas terras e migraram novamente. Como migrantes, tornaram-se *rendeiros*¹⁷.

Ele - migrante nordestino - foi para o Paraná na frente pioneira, no processo de expansão do café. Ela, filha de imigrantes, teve os pais que vieram para o interior de São Paulo e também foram trabalhar na frente pioneira da lavoura de café. Quando a família nordestina, ao invés de prosperar na frente pioneira, como era o sonho (tanto que o café estava como *“uma jabuticabeira”*), não conseguiu permanecer na terra, migrou novamente, desta vez para o estado de São Paulo, também para produzir café em fazenda próxima a que o pai da esposa *“tocava”* café há mais de 20 anos. Casados, foram para Cafelândia (o nome da cidade é elucidativo), perto de Cafezópolis (igualmente elucidativo), não mais para o café, mas para produzir amendoim como *rendeiros*.

As duas famílias camponesas, a nordestina e a de imigrantes poloneses, migraram nas fazendas ou nas brechas das fazendas buscando sua reprodução. A lógica de sua reprodução é que permitiu a produção do capital. Sua migração se deu em função deste processo, a direção que tomaram foi muitas vezes ditada a partir de fora. O Estado, subvencionando o processo de produção e reprodução do capital, dirigiu e orientou os fluxos migratórios. Havia um *“jogo”* com suas vidas a partir das classes sociais dominantes, particularmente orientado em função dos interesses dos grandes proprietários.

¹⁷ Ver Oliveira (1991a).

Eram rendeiros quando da aprovação da Lei de Revisão Agrária. Rendeiros ou parceiros como os de Santa Fé do Sul, onde a possibilidade da reprodução camponesa esbarrava no cerco da formação das fazendas, a fronteira fechava-se para o campesinato. No processo de formação das fazendas de gado a reprodução camponesa tornou-se cada vez mais exígua.

O casal entrevistado tinha (e tem) em sua vida a marca do que foi o processo de apropriação privada das terras, sob a perspectiva do campesinato. O movimento de migração dessa família cessou no momento em que se tornou proprietária e conseguiu, como se verá a seguir, "se segurar" na terra. A possibilidade da reprodução "total" da família, portanto, se deu mediante o acesso à propriedade privada da terra.

3. A Reprodução Camponesa *versus* a Subordinação da Renda Camponesa ao Capital: Bairro Reforma Agrária (Campinas) e Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado – Marília)

3.1. O início da reprodução camponesa: Bairro Reforma Agrária - Campinas

"...isso é cada um fazia o que estava fazendo, o que sabia fazer, não é? Então o japonês sabia lidar com tomate, ele vinha e plantava tomate, e eu, como sabia plantar algodão, plantava algodão, então eu estou falando da minha vida, não é?"

Sr. Pedro Calusne

Neste item, e no próximo, teço uma comparação direta entre os assentamentos realizados na Fazenda Capivari e na Fazenda Santa Helena, posto que foram implantados praticamente ao mesmo tempo e tiveram trajetórias tão distintas¹.

Como já apontei neste trabalho, a trajetória tão diferente de dois assentamentos concretizados no mesmo período e sob as mesmas bases está assentada em questões que remetem à renda da terra, à especificidade do campesinato e também à forma como o Estado lidou diretamente com estas questões.

Para estabelecer um paralelo entre as trajetórias dos assentamentos na Fazenda Capivari e na Fazenda Santa Helena², vou deter-me primeiro no Projeto da Fazenda Capivari e em seguida, passarei à abordagem da Fazenda Santa Helena.

Utilizo, na discussão que faço, os conceitos de lote e assentamento no início e, posteriormente, sítio³ e bairro rural⁴, indicando que houve um processo de

¹ A Iconografia apresentada no final deste trabalho ilustra e complementa a discussão realizada nos capítulos. Ela foi concebida como uma continuidade dos próprios capítulos, procurando tornar a realidade fotografada em trabalho de campo *visível* ao leitor. Neste sentido, as fotografias de número 1 a 18 correspondem ao Bairro Reforma Agrária – Campinas. As fotografias de nº 19 a 39 correspondem ao assentamento na Fazenda Santa Helena (Fazenda do Estado) – Marília.

A autoria das fotos são da autora da tese, com exceção das fotografias 3 e 4, que são dos arquivos das famílias; das fotografias 54 e 99 que são de autoria de Eduardo Penha; e as fotografias 128, 129 e 130 que foram obtidas no site: www.midiaindependente.org.

² Vale lembrar que a Fazenda Santa Helena é chamada pelos camponeses de Fazenda do Estado.

³ Sobre os conceitos de sítio e sitiante ver, entre outros, Bombardi (2004), Müller (1946), Candido (1987), Woortmann (1995), Brandão (1995), Castro Oliveira (1998).

⁴ Sobre bairro rural, ver Candido (1987), Queiroz (1967), Müller (1946), Fernandes (1971) e Bombardi (2004a e b).

transformação de um assentamento (no caso da Fazenda Capivari) em um bairro rural⁵, a partir dos laços estabelecidos entre as famílias camponesas. A este processo chamo de territorialização camponesa⁶.

Os próprios camponeses do atual Bairro Reforma Agrária (Campinas) remetem-se à propriedade nos primeiros tempos como lote, e, ao falarem da maneira como se estabeleceram e dos anos subseqüentes, utilizam sítio⁷.

Chegar ao lote, no projeto da Fazenda Capivari, era também lidar com elementos da natureza um pouco diferentes daqueles aos quais se estava habituado, ainda que o local de origem não fosse tão distante:

... quando nós viemos morar aqui, você num usava chapéu, precisava usar chapéu com bardela, amarrado aqui, chegava a virar assim para trás, parecia o chapéu do Lampião... na Três Vendas? Ventava também, mas era menos, por causa da barroca, lá tem um morro assim... em vista daqui, não ventava quase nada... quando nós viemos morar aqui, nós usávamos lâmparina, ela não parava acesa... até lampião, aquele lampião de querosene, chegava a apagar...⁸

... ventava, aqui era tudo rancho, está vendo, a casa aqui era tudo rancho, a gente que fez casinha... o outro [o filho mais novo]... chegou aqui, também estranhou, ah, porque aqui venta muito... 'Nossa! Mas aqui venta tanto mulher!' Hoje está gostoso, mas venta, você vê a folharada que está? Agora de noite está um vento, o quintal fica limpinho que nem aqui, amanhã cedo o vento vira, vem tudo para o meio da casa... é terrível, o vento daqui tem hora que... olha, já faz 36 anos que nós moramos aqui, tem hora que você se assusta, parece que vai derrubar a casa!⁹

A referência ao vento é recorrente nas entrevistas de trabalho de campo, como um elemento forte que caracteriza o Bairro do ponto de vista de sua configuração natural. Essa característica, como se verá, tem forte influência nos cultivos hoje, o que determina que se houver vento em excesso em determinados períodos do ciclo biológico das culturas pode ocorrer uma sensível perda na safra esperada.

⁵ Ver especialmente as Fotografias 5, 6 e 7.

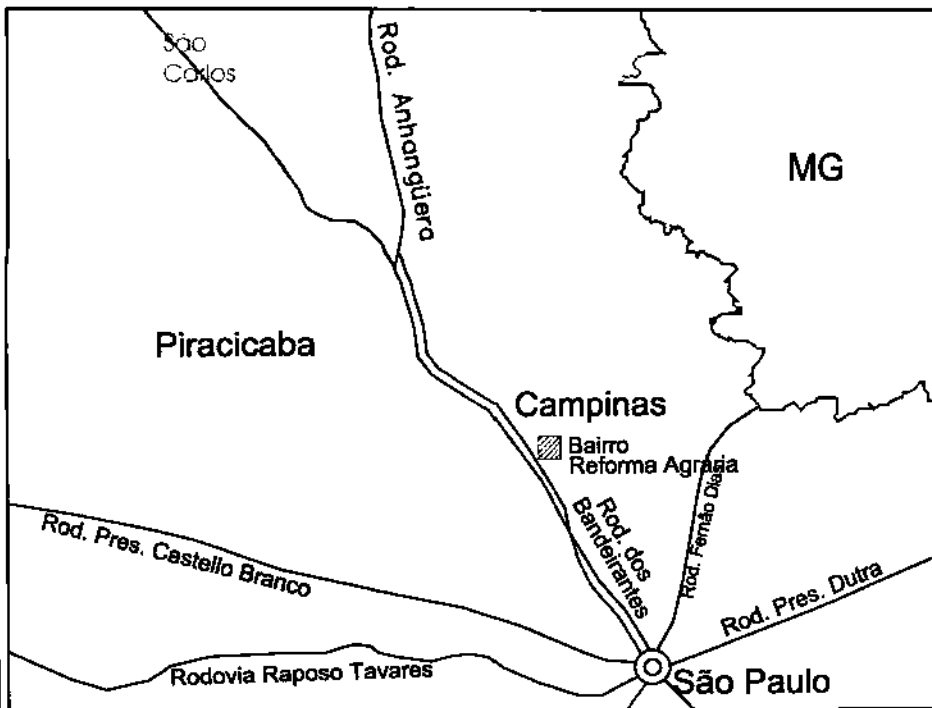
⁶ Boa parte da discussão que ora apresento foi inicialmente desenvolvida em minha dissertação de mestrado (*Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*) (BOMBARDI, 2004a).

⁷ Ver a localização do Bairro Reforma Agrária – Campinas no Mapa 4.

⁸ Entrevista com sr. Luís Antônio C.

⁹ Entrevista com d. Yolanda.

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO REFORMA AGRÁRIA - CAMPINAS



LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- LIMITE ESTADUAL
- LIMITES MUNICIPAIS
- RODOVIAS
- BAIRRO REFORMA AGRÁRIA



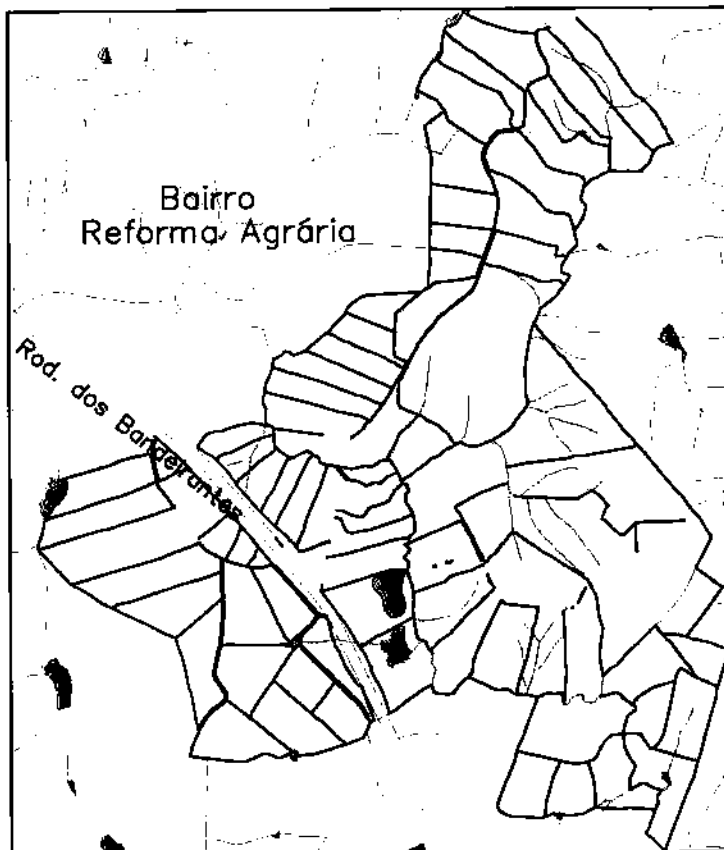
0 30 60 90 km
Aprox.

LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- BAIRRO REFORMA AGRÁRIA
- LIMITES DOS LOTES
- RODOVIA
- ESTRADAS PAVIMENTADAS
- ESTRADAS S/ PAVIMENTAÇÃO



0 500 1000 1500
Metros



MAPA 4

Depois de assentadas em seus lotes, as famílias passaram a cultivá-los de acordo com seus padrões de conhecimento, oriundos de suas origens culturais. Tais elementos estavam presentes em suas experiências anteriores de cultivos e, chegando ao “Núcleo Agrário Capivari”, trouxeram-nas consigo e imprimiram-nas na formação daquilo que mais tarde se tornaram seus sítios:

... aí o agrônomo regional, esse que estava cuidando da Reforma Agrária... é Dr. Fonseca, ele que tomava conta, então ele falou, ele perguntava para cada um: 'O que você vai fazer? O que você vai fazer já de início?' Eu falei: 'Bom, eu como eu já estou...' Porque ele viu minha lavoura, ele via também a plantação da gente, ele já me conhecia, porque eu morava aqui perto, então muitas vezes ali tinha uma estradinha que descia e ele às vezes descia e subia ali, a gente conversou algumas vezes, eu falei: 'Ah, Dr., eu já estou nessa lida mesmo, tenho todos os meus implementos...', tinha uma parelha de boi, tinha arado, eu tinha semeadeira, tinha essas coisas que se lida na lavoura, aí eu falei: 'Eu vou plantar algodão mesmo, no primeiro ano até eu destinar o que eu vou fazer porque, eu sempre trabalhei na lavoura, eu não sei fazer outra coisa, eu sei é plantar milho, feijão, arroz, essas coisas que a gente sempre lidou e devagarzinho eu vou vendo o que que eu vou fazer...' Aí então eu plantei algodão uns dois anos, entrei já, enchi de algodão, como eu tinha feito na fazenda eu fiz aqui também, deu certo... é para mim deu... Não pra todos, não foi modo geral na Reforma Agrária inteira não, isso é cada um fazia o que, o que estava fazendo, o que sabia fazer, não é? Então o japonês sabia lidar com tomate, ele vinha e plantava tomate, e eu, como sabia plantar algodão, plantava algodão, então eu estou falando da minha vida, não é? Então a gente, como se diz, plantei algodão, a lavoura veio bem, deu certo.

Nesta entrevista, o sr. Pedro contou a conversa com o agrônomo quando este perguntava aos sitiantes o que eles pretendiam cultivar em seus lotes. Em seu lote ele plantou aquilo que fazia parte de sua experiência de trabalho e para o qual ele já tinha os instrumentos necessários. Assim, plantou aquilo que era a cultura comercial na fazenda, o algodão: “*entrei já, enchi de algodão, como eu tinha feito na fazenda eu fiz aqui também*”. Além do algodão, plantou também os gêneros necessários para a alimentação da família “... *eu não sei fazer outra coisa, eu sei é plantar milho, feijão, arroz, essas coisas que a gente sempre lidou...*”. O milho servia principalmente para alimentar a criação, que são os animais destinados ao consumo da família, tais como galinhas (comem também o resto das refeições), mas, sobretudo os porcos.

Sr. José B.: *O que eu plantei aqui?(...) Foi tomate... eu plantava legume.*
Larissa: *Era o sítio todo de legume ou não usavam o sítio todo?*

Sr. José B.: *Não, tinha lugar que tinha legume, eu criava porco também aqui.*

Larissa: *Ah, também?*

Sr. José B.: *Também. Plantava milho. Só que plantava o sítio inteiro, plantava uma coisa, plantava outra, mas plantava o sítio inteiro.*

Larissa: *E o senhor, tinha muitos porcos?*

Sr. José B.: *Não, tinha pouco, não é? Para o gasto. Às vezes engordava algum, demais vendia para o armazém.*

Há algo bastante interessante nesta fala, que é o fato do sr. José, quando pergunto se plantava o sítio todo de legume, responde que tinha lugar que tinha legume, mas que ele criava porcos também: eu pergunto se “*também*”, e aí ele me explica que no restante do sítio plantava milho, ou seja, já era para se subentender na fala dele que se ele criava porcos, era porque no sítio havia milho plantado também. Os porcos, além de servirem para o “gasto” (consumo da família de carne e de gordura para cozinhar), eram também, quando havia excedentes, se “*engordava algum demais*”, vendidos no armazém, onde ele adquiria mercadorias que a família necessitava e que não eram evidentemente produzidas no sítio.

Nota-se também nesta fala que o sr. José, assim como o sr. Pedro, plantou em seu lote o que já plantava antes. Quando pergunto o que ele plantou quando chegou, a resposta dele carrega um tom de obviedade: “*tomate... eu plantava legume*”.

Na primeira fala citada, logo no início, o sr. Luís Antônio diz: “*nós éramos tomateiros*”. O fato de terem se dedicado por muito tempo ao cultivo do tomate é que ofereceu subsídios para o pai dele discutir com o engenheiro agrônomo e desmanchar os terraços que haviam sido feitos. O cultivo do tomate foi o primeiro a ser concebido e realizado no lote, era o cultivo ao qual estavam acostumados, tinham experiência acumulada e também, o que não é pouco importante, instrumentos para trabalhar. A fala a seguir é da tia deste senhor (casada com o irmão de seu pai):

... depois, quando ele tinha escolhido aquele lote lá na beira da estrada, o dos paranaenses, lote 13, por causa de um motorzinho que nós tínhamos, que daí já plantava tomate, para jogar água no tomate...¹⁰

¹⁰ Entrevista com d. Mariquinha.

Há duas coisas importantes a serem ressaltadas a partir desta fala: a primeira é que mesmo a escolha do lote era feita em função da possibilidade de continuar o cultivo que já faziam na fazenda com os instrumentos que já possuíam; a segunda é o fato dos parentes fazerem o mesmo tipo de cultivo.

Segundo Oliveira¹¹ “trata-se de um ‘jogo’ entre o passado e o presente, entre o que foi e o que está sendo. A construção do sítio está marcada pela soma dos tempos passados (utopia e realidade) e os tempos presentes, realidade que a utopia permitiu construir”. questão que será melhor discutida no decorrer deste capítulo e do trabalho.

De qualquer forma, é importante ressaltar, até para entender o que veio a ocorrer no Bairro nos primeiros anos de sua existência, que os primeiros cultivos foram exatamente aqueles com os quais as famílias já trabalhavam anteriormente.

Outras famílias que vieram para o Bairro traziam consigo a experiência de trabalho em unidades territoriais pequenas, os sítios de cidades próximas de Campinas. A seguir, duas irmãs estão falando da origem de seus pais e da vinda para o lote:

Eliana: ... o meu pai era de Serra Negra e a minha mãe era de Valinhos, o meu avô sempre teve figo...

Maria José: ... a gente mudou com tanta vontade de vencer na vida, que a minha mãe não tinha nada, ela trabalhava à meia com o meu avô, o Cláudio ficou um ano ainda na minha avó para ele tirar diploma da escola, que naquela época lá diploma era que nem ginásio e eu já tinha tirado... era entusiasmo, todo mundo queria vencer... eu lembro que foi dia de Natal que nós viemos ver. Nossa, sei lá, a gente não chegava a hora de mudar, que daí a minha mãe terminou o figo lá para vir. Daí nós mudamos em maio de 62, acho... Daí o meu pai foi trabalhar na roça, ele com a minha mãe plantaram o sítio inteirinho... algodão e milho, feijão, abóbora... até formar o figo, plantaram o figo, já quando chegaram, acho que plantaram três mil pés de figo...

Note-se que os pais delas eram meeiros dos avós maternos, e d. Maria José afirmou: “*a minha mãe não tinha nada, ela trabalhava à meia com o meu avô*”; isto significa que a propriedade do avô estava tornando-se insuficiente para a reprodução de toda a família enquanto família ampliada camponesa. Por isso ela afirmou que “*a minha mãe não tinha nada*”, ou seja, a sua mãe necessitava de uma terra para a continuidade de sua nova família, que estava começando a se formar. A filha mais

¹¹ OLIVEIRA, A.U. (Depto. Geografia, USP), Comunicação pessoal, 2000.

velha, Maria José, que é a minha interlocutora, tinha acabado de “tirar o diploma”, ela tinha 12 anos, e a sua irmã mais nova, a outra interlocutora nesta fala, veio a nascer já no Bairro Reforma Agrária.

Assim como esta família, mais quatro daquelas que foram as primeiras compromissárias (ver no Mapa 5 os primeiros cultivos introduzidos no Bairro) eram também oriundas de sítios produtores de frutas das cidades localizadas no eixo Campinas-Jundiaí e viviam essa situação de limitação da terra dos pais para a continuidade da reprodução camponesa da família.

Essas famílias também trouxeram consigo o conhecimento e a experiência dos cultivos que já desenvolviam. De forma geral, os sítios camponeses das cidades próximas a Jundiaí eram caracterizados pela produção de uva, e os da região de Valinhos, pela produção de figo¹².

*... E do lado de lá a turma que veio de Louveira, Louveira era de uva, então eles vieram formando uva, e aqui já foi formando figo, esse homem que mudou aqui na frente, o Zeolo, era figo, então ele foi incentivando a turma para ir plantando figo.*¹³

Os sítios produtores de frutas em Valinhos, em especial o figo, foram estudados por Nice Lecoq Müller em sua tese em Geografia Humana de 1946 *Tipos de sítiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo*:

Quanto às frutas, a sua cultura depende, em suas variações, da escolha das espécies que melhor se adaptam às condições do clima e do solo. Mas o seu aparecimento liga-se, principalmente, à existência de centros consumidores próximos e meios de comunicação fáceis e rápidos. É o conjunto desses fatores o que explica a fruticultura de Valinhos... Parece, no entanto, que há a considerar aqui um outro fator, que deriva da constatação dessas culturas aparecerem coincidindo com a presença de colonos de origem estrangeira... no caso de Valinhos, porque a cultura de frutas só tomou incremento depois do abandono do café? Talvez porque tenha havido uma coincidência com uma alta no preço das frutas; mas não haverá também uma ligação com a subdivisão das terras de um lado e de outro com a existência de muitos colonos de origem italiana que então tiveram de procurar um novo meio de vida? Se considerarmos que poucos são os sítiantes nacionais que praticam esse tipo de exploração do solo, mais ainda parece evidente a influência da origem étnica. É evidente que esta, sozinha, não poderia ter criado os centros de fruticultura e que as

¹² Ver na Fotografia 4: o cultivo da uva logo nos primeiros anos no sítio de uma família que aprendeu com seus vizinhos esta cultura.

¹³ Entrevista com d. Mariquinha.

condições de mercado e de transporte são as que mais condicionam tal desenvolvimento; mas não parece prudente esquecer nesse assunto o fator humano e talvez a esse respeito ainda pudéssemos citar o Vale do Paraíba onde até certo ponto o fenômeno foi observado dentro das mesmas características gerais do caso de Valinhos. (MÜLLER, 1946, p. 41-2).

Já na década de 40 o município de Valinhos era caracterizado por bairros rurais de sitiantes de origem italiana produtores de frutas. Com a decadência do café na região de Campinas, ainda em base escrava, várias fazendas foram subdivididas e imigrantes italianos, ou descendentes destes, camponeses, puderam adquirir um pedaço de terra para a própria família.

A origem mediterrânea dos imigrantes, ao que parece, está associada à escolha do cultivo do figo, fruta também de origem mediterrânea.

A mesma reflexão podemos fazer a respeito dos bairros rurais da região de Jundiaí, caracterizados pela produção de uva. Há uma tese, também em Geografia Humana, de Dirceu Lino de Mattos, que aborda a produção de uva em São Roque e Jundiaí:

A viticultura moderna, cujas raízes mergulham num passado muito recente, está historicamente ligada a dois fatos ocorridos em meados do século XIX: a introdução, no Brasil, de variedades de videiras americanas e o início da colonização italiana... a primeira área viti-vinicola de Jundiaí surge numa colônia italiana, o núcleo colonial Barão de Jundiaí, originado pelo cultivo doméstico da variedade denominada Isabel, de origem americana. (MATTOS, 1951, p. 6-7).

A uva, como o figo, é também uma fruta de origem mediterrânea e muito apreciada, em especial por conta da fabricação do vinho, pelos imigrantes italianos e seus descendentes, que têm por hábito seu consumo nas refeições.

Há uma clara relação entre os lotes que no Bairro Reforma Agrária foram cultivados, logo no início, com figo e uva, e a origem das famílias que o ocuparam. Nesses lotes as famílias eram oriundas dos sítios – estas pequenas unidades territoriais camponesas - nos quais cultivavam estas frutas.

A escolha dos cultivos está associada às influências culturais dos grupos que os introduzem, mas não apenas a elas, até porque várias famílias que vieram para o Bairro, também de origem italiana, não conheciam estes cultivos. Exemplo desta questão são as

famílias que cresceram nas fazendas decadentes de café, próximas à Fazenda Capivari, ou nela própria. O que isto significa é que no interior da grande propriedade a relação social estabelecida é uma, e nos sítios, é outra. Foi nos sítios que surgiu a possibilidade do cultivo de frutas, e não na grande fazenda. Os cultivos revelam, portanto, antes de mais nada, uma relação social.

Nos sítios, nas pequenas propriedades, é que os camponeses têm o controle do processo total de trabalho. Neles é que é possível realizar a tão valorizada autonomia, e é por meio dela que eles “formam”, constroem os seus sítios:

Mas só que aqui, por exemplo, era só terra, terra e árvore, aí você tinha que pegar, chamar a máquina, tirar as árvores. E fazer a chácara¹⁴ e começar a plantar, mas só que isso daí leva tempo... leva tempo, dinheiro, para você formar, esse negócio desse mourão, isso aqui é uva...¹⁵

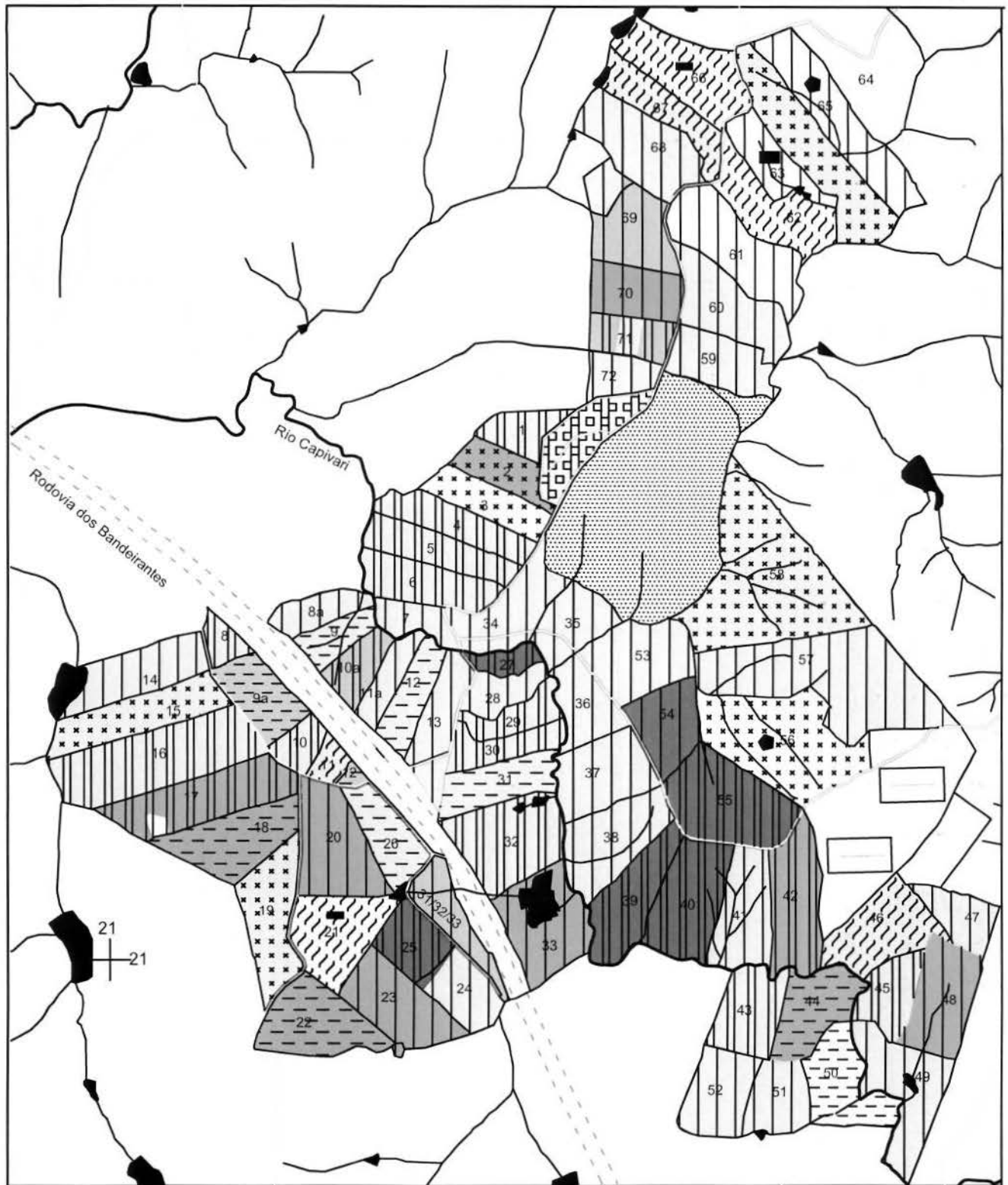
É muito significativo o uso das palavras “fazer” e “formar” para definir o processo de trabalho no interior da pequena propriedade. Fazer a chácara significa que só é chácara quando há na terra o trabalho incorporado, ou seja, fazer é construir, é dar uma configuração previamente elaborada no plano abstrato e depois concretizá-la. Formar é uma palavra muito utilizada pelos camponeses do Bairro. “formar o sítio”, formar é dar forma, é modelar, é imprimir pelas mãos da família um trabalho previamente concebido.

A concepção da formação de um sítio envolve todo um conhecimento do meio físico, do ciclo biológico das espécies que se quer cultivar, da técnica necessária para produzi-las e a maneira de como articular todos esses fatores.

¹⁴ Ele utiliza a palavra “chácara”, para a discussão sobre este significado ver Bombardi (2004a).

¹⁵ Entrevista com sr. Antônio B.

PRIMEIROS TEMPOS: BAIRRO REFORMA AGRÁRIA - CAMPINAS



LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- LIMITES DOS LOTES
- RODOVIA DA DÉCADA DE 1970
- ESTRADAS S/PAVIMENTAÇÃO
- CENTRO COMUNITÁRIO

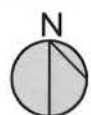


ORIGEM DO 1º COMPROMISSÁRIO

- CAMPONÊS SITIANTE
- CAMPONÊS PARCEIRO
- TRABALHADOR RURAL
- TÉCNICO AGRÍCOLA
- MILITAR

1º CULTIVO REALIZADO

- LEGUMES
- ALGODÃO
- FRUTAS (FIGO OU UVA)
- CRIAÇÃO
- GRANJA
- OUTROS CULTIVOS



ESCALA
0 125 250 375
METROS

MAPA 5

Este é um elemento marcante da produção camponesa: há um controle total do processo de trabalho, desde sua concepção, passando pelo planejamento, domínio das técnicas e execução. Em geral, a decisão dos cultivos e a detenção total dos conhecimentos necessários para executá-los cabe ao pai, chefe da família, que tem sua autoridade reconhecida pelos demais membros: “... então o meu pai num queria isso daí, então meu pai falou: ‘Ah, arranca tudo isso aí...’ É, aí ele mandou a gente desmanchar. Nós fazíamos o que ele mandava ... aí nós desmanchamos...” .

Shanin (1983, p. 55), estudando o campesinato russo do início do século XX, faz a seguinte observação sobre a estrutura familiar, em total simbiose com a propriedade, e o papel que o pai da família desempenha na mesma:

La unidad doméstica campesina operaba como una unidad de organización social de gran cohesión, con divisiones básicas de trabajo, autoridad y prestigio sobre líneas familiares establecidas. Generalmente, el jefe era el padre de familia o su miembro más antiguo. Su autoridad sobre los otros miembros e los asuntos relativos a la unidad doméstica implicaban, según la tradición campesina, derechos autocráticos y obligaciones generales de cuidado y protección. La unidad doméstica era la unidad básica de producción, consumo, posesión, socialización, sociabilidad, apoyo moral y ayuda económica mutua. Tanto el prestigio social como la propia estimación de un campesino estaban definidos por la unidad doméstica a la que pertenían y por su posición dentro de la misma y lo mismo se podía decir de sus lealtades y su propia identificación.

O chefe da família só é “substituído” no controle do processo de trabalho quando já está muito senil e não tem mais condições físicas de trabalhar a terra com a família. Mas quando esse tempo chega, ele já passou para os filhos, ou um de seus filhos, o conhecimento necessário para que o trabalho possa prosseguir.

O processo de passagem do conhecimento é feito ao longo de toda uma vida. Desde criança e no próprio processo de trabalho o menino vai aprendendo as técnicas necessárias para o cultivo, as maneiras de lidar com o meio natural e o saber sobre a natureza. Além disso tudo, o pai também ensina ao filho como lidar com o mundo exterior à unidade familiar. Na fala que se segue, vê-se a mágoa do filho com seu pai pois, em sua opinião, o pai não realizou essa missão como deveria:

... por isso que a gente é meio burrão, sabe, porque ele não dava chance para a gente, toda a turma daqui da Reforma tinha festa em Valinhos na praça, aí a turma falava assim: 'Ó, tem festa em Valinhos, né...' 'Ó pai, a gente está querendo ir numa festa em Valinhos'. Ele não falava: 'vai'. Não, 'o que vocês vão fazer lá, você não vê que a situação está ruim, não tem dinheiro', então já era a mesma coisa que pegar uma água e jogar numa brasa, então a gente já sabia que a situação era ruim, a gente não insistia, você falava para ele... 'precisa comprar um sapato, que está furando', aí ele falava assim: 'eh, mas o outro dia já num dei dinheiro para comprar?', porque foram quatro crianças quase tudo ao mesmo tempo. O meu irmão casou, daí seis meses eu casei, só que a esposa dele não ficava grávida, fez tratamento, ficou... e a minha ficou grávida na semana [que eles se casaram]... que pedia dinheiro para comprar roupa... ele andava com dinheiro no bolso, ele que tomava conta de tudo... Até aí que passou como usos e frutos aqui por causa do meu tio, ele que pegava no pé do meu pai, então ele via assim que o meu pai estava, o meu pai saía para ir atrás de negócio, ele vinha bêbado, perdia documento, chegava com documento tudo sujo, aí o meu tio vinha aqui e falava: 'passa como usos e frutos para os seus moleques, rapaz, senão qualquer hora você morre aí e eles vão ficar sem nada.'... mas era ele que ia atrás de banco, esses negócios... era tudo ele, então nós crescemos praticamente burro, ele que cuidava de tudo, depois quando ele começou passar aqui, deu derrame nele, aí você vai chegar num lugar, você não sabe, já é burro de natureza, depois você não tem aquela esperteza para chegar, enfrentar um gerente de banco, se ele fosse, na época ele falava: 'não, eu vou lá fazer empréstimo, vai o seu irmão comigo, ou senão você, vai junto para ver que jeito que faz', você já ficava conhecendo o gerente, saía aquele lá, entrava outro, você já tinha amizade, não é? Não, aí quando deu derrame a primeira vez nele, aí começou a minha cunhada ir atrás, porque se nós saíssemos daqui para ir atrás quem que trabalhava? Porque nós tocávamos o sítio inteirinho só nós... não tinha, nós pusemos meeiro, depois de uns tempos nós começamos a tocar tudo sozinhos...

Ele mostra que o tio paterno indicava ao pai dele que deveria lidar de outra maneira com os filhos, deveria passar seu conhecimento de relacionamento com o mundo e dar autonomia para os filhos com relação à propriedade. Entretanto, o que se apreende da fala é que isto não aconteceu. Portanto, quando o pai ficou doente, os filhos não tinham ainda o traquejo necessário para lidar com o mundo externo ao sítio, em especial o banco.

Fica extremamente claro a partir da fala anterior um elemento importantíssimo para a compreensão do campesinato, que é a unidade entre o trabalho, a terra e a família. Assim, ao fazer uma análise do sítio camponês, há que se ter claro que estes elementos não podem ser compreendidos separadamente:

Las unidades domésticas campesinas forman el núcleo de la sociedad campesina. Su naturaleza parece constituir la característica mas significativa del campesinado como fenómeno social específico, siendo a su vez el origen de las características genéricas mostradas por el campesinato de todo el mundo. La unidad doméstica campesina se caracteriza por una casi total integración de la vida de la familia y su explotación agrícola. La familia suministra el trabajo necesario mientras que las actividades agrícolas se orientan principalmente, a la producción suficiente para satisfacer sus necesidades básicas y los tributos impuestos por los poseedores del poder económico e político. (SHANIN, 1983, p. 54).

A família camponesa produz visando primeiro satisfazer suas necessidades básicas, seja também produzindo para o seu próprio consumo, seja através da aquisição da maior parte das mercadorias de que necessita. Pode-se dizer que a fórmula da produção camponesa é M-D-M, ou seja, produz-se para poder consumir, diferente do empreendimento capitalista onde o objetivo é a acumulação D-M-D':

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal, ampliada, portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples da circulação de mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar... Portanto, no ciclo M-D-M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral não produzida. Isto vale dizer que, nessa circulação, o dispêndio de dinheiro não guarda relação nenhuma com seu refluxo. O contrário ocorre com a fórmula D-M-D em que o refluxo do dinheiro está condicionado pela forma como foi gasto. Se isso não acontecer, o processo não se completa e interrompe-se o ciclo da circulação capitalista. (OLIVEIRA, 1991, p. 53-4).

Dessa forma, como já foi discutido, o limite da produção camponesa é sempre sua sobrevivência. Enquanto a família sobrevive adquirindo as mercadorias de que tem necessidade por meio da venda de suas próprias mercadorias, ela continua produzindo, ainda que sua remuneração possa ser baixíssima e o camponês tenha prejuízos por anos subsequentes. Ou pode ainda ocorrer o contrário, pode ser que a família camponesa enriqueça, ou que sua situação financeira fique estabilizada:

Essa realidade do processo M-D-M no capitalismo abre pois a possibilidade de que o camponês possa, em determinadas circunstâncias, receber uma quantidade de dinheiro acima daquela necessária para a aquisição das mercadorias de que necessita. Nesse caso, pode pois ocorrer sobra de dinheiro, ou seja, é possível ocorrer a acumulação desse dinheiro. O mesmo raciocínio, no sentido inverso, leva o camponês

à pauperização. Ou o equilíbrio entre venda e compra abre a possibilidade de que o camponês permaneça na mesma situação, uma situação de 'remediado'.(OLIVEIRA, 1991, p. 54-55)

Assim, é possível compreender como muitas vezes a família camponesa sobrevive com uma quantidade exígua de recursos. Como se pode verificar pelas falas apresentadas, esta era a realidade vivida por grande parte dos camponeses que vieram para o bairro.

Caio Prado Jr., em sua obra *A Questão Agrária no Brasil*, dedicou-se à análise da proposta da Lei de Revisão Agrária¹⁶:

Os eventuais compradores das terras loteadas - pelo menos aqueles aos quais o projeto pensa, com justos motivos atender, e que são os trabalhadores sem terra - ainda serão, por incrível que pareça, em menor número. Isso porque o preço e condições pelos quais as terras serão postas à venda, excluem desde logo a totalidade, pode-se dizer, daquela categoria social. A pequena propriedade prevista no projeto, segundo vimos acima, ficará em Cr\$ 1.000.000. O prazo máximo da venda será de 10 anos¹⁷, a juros de 6% (arts. 4º e 6º §2), o que representa prestações anuais bem superiores a Cr\$ 100.000. Ora, já sem contar que o projeto exige pagamento a vista e antecipado da primeira prestação (não sabemos onde os elaboradores do projeto encontraram algum trabalhador rural com Cr\$ 100.000 disponíveis...), está fora de qualquer dúvida a impossibilidade absoluta de um pequeno produtor tirar anualmente de seus 50 hectares um saldo líquido de mais de Cr\$ 100.000 destinados ao pagamento da prestação pela compra da terra. E não nos esqueçamos de que o lavrador em questão ainda deverá arcar nos primeiros anos com os pesados encargos de instalação de sua propriedade, isso num período em que o rendimento dela será necessariamente reduzido, se não nulo. Tanto mais que por cúmulo de escárnio (só mesmo assim poderemos interpretar este dispositivo do projeto), exige-se que o adquirente da propriedade apresente no fim de dois anos o lote, "racional e intensivamente explorado" (art. 8º letra c).¹⁸

Atualizando o valor de CR\$1.000.000 apontado por Caio Prado Jr. (considerando a data de 01/01/1961), através do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), chega-se ao valor de R\$ 83.814,16 (para 01/08/2005). O IGP-DI é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas e é uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: IPA (Índice de Preços no Atacado), IPC

¹⁶ No capítulo 3, intitulado "A reforma agrária e o momento nacional", que foi publicado originalmente na Revista Brasiliense, em maio-junho de 1960.

¹⁷ Cabe aqui a observação de que a análise de Caio Prado Jr. está assentada na proposta da Lei. Ela de fato só foi aprovada em dezembro de 1960 e com algumas alterações com relação ao projeto original. O prazo, por exemplo, para o pagamento do lote ficou depois fixado em no máximo 15 anos e não em 10, como está posto no texto.

¹⁸ PRADO JR. (1987, p. 132).

(Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional da Construção Civil). A sigla DI significa Disponibilidade Interna, ou seja, não se considera a variações dos preços dos produtos exportados.

Desta forma, depreende-se da análise de Caio Prado – e do valor a que hoje corresponderia este preço - o quão extremamente dificultoso era, do ponto de vista financeiro, para a família camponesa ter meios para arcar com esta despesa da primeira prestação e das demais, nos anos subseqüentes:

... A primeira prestação nós emprestamos, nós mudamos aqui conversando com meu irmão, se o meu irmão tinha para emprestar ... meu irmão falou que podia, aí a primeira foi assim...¹⁹

Retomando a fala a seguir, vê-se que ela reflete de uma maneira extremamente clara, com um tom de obviedade, exatamente a necessidade da família camponesa ter como dispor de algum recurso para poder assumir a prestação do lote:

Sabe, a gente ia se inscrever... Mas não era qualquer um que eles pegavam também não, aqueles que não tinham nada eles não pegavam... porque se não tinha nada, como é que eles iriam arranjar dinheiro para pagar, não é mesmo? Também eles escolhiam...²⁰

Já se pôde verificar nas falas anteriores que pagar a entrada do lote só foi possível para estas famílias mediante a relação de parentesco (ajuda financeira de parentes próximos), ou, como se verá a seguir, através de recursos advindos da última colheita, por meio da venda de instrumentos de trabalho que foram adquiridos pela família ao longo dos anos, ou ainda através da venda de animais de criação que, para o campesinato, servem também como uma reserva financeira:

... a gente vendeu o motorzinho que a gente tinha na Três Vendas para vir morar aqui para dar prestação, meu pai vendeu o motor por cem cruzeiros e a prestação era 105, aí precisou por cinco do bolso, aí não tinha...²¹

José Marcos: ... eu vim com sete anos, seis anos... nossa!... é, para vir para cá o que a gente fez: morava em fazenda, era meeiro na Fazenda do Chapadão que agora é do exército lá... em Campinas... Como que foi? Lá era uma vida que o pessoal reclama hoje, então a gente tinha porco, a gente tinha vaca, que a gente fez? Isso aqui não foi

¹⁹ Entrevista com d. Mariquinha.

²⁰ Entrevista com sr. José B.

²¹ Entrevista com sr. Luís Antônio C.

dado. Isso aqui foi comprado. Não é?... O que acontece, foi comprado, e para pagar aqui era sacrifício, o que que fez? Tinha vaca, tinha porco, precisou vender as coisas para tocar aqui, não tinha financiamento, não tinha nada dessas coisas, a gente próprio que se virou...

Regina: Até ele conta que ele tinha o leitinho dele lá, e ele veio para cá, cadê o leite dele? O pai dele vendeu tudo.

Na fala a seguir, o sr. Pedro, com quem conversei, descreveu com minúcia exatamente esse processo:

Então a gente, como se diz, plantei algodão, a lavoura veio bem, deu certo... E já foi o primeiro que abriu financiamento no banco, porque eu tinha acabado a colheita lá, eu falei com o Dr., foi tudo ok e a entrada ia logo ser, eu mudei em agosto e a primeira entrada era dia 30 de outubro. Agosto, setembro, outubro, eu tinha apenas dois meses... E eu tinha uma reserva de dinheiro, que lógico, eu vendi algodão, vendi milho, vendi tudo lá para poder vir aqui... Porque eu não tinha paiol, não tinha nada aqui onde guardar, tinha só aquele galpão, mas era pequeno, aí então eu vendi lá, porque eu segurei um pouquinho que deu para trazer, eu trouxe. O que não deu eu vendi tudo lá, a gente pegou o dinheiro da colheita, aí tinha reservado, foi e falei com ele, falei: 'Ó, Dr., agora eu estou aí, não sei como que eu vou bolar o negócio, né...' Eu falei: 'Eu tenho, eu terminei a colheita lá e já mudei e já estou morando lá... foi lá na Casa da Lavoura, e estou com um dinheiro disponível para dia 30 de outubro [o dia da prestação], mas então agora eu não sei se eu vou comprar as coisas para começar a outra planta.' 'E onde é que está o dinheiro?' [o Dr. Perguntou] 'Ah, o dinheiro está aí...' Eu tinha levado uma pasta assim, estava lá no chão, ele falou: 'Eu não acredito...' Era uns 120 contos, naquele tempo, você sabe, 120 contos naquele tempo você não lembra e nem viu porque para fazer 100 real tinha que pegar 100 notas de um e fazer aquele maço, era dinheiro pra cachorro! Era um pacote, era meia bolsa, então, não vou dizer que era tudo de um, mas era cinco, 10, era a mesma coisa, o dinheiro não tinha valor nenhum, não valia nada, o dinheiro estava... então eu estava com esse dinheiro lá na bolsa, eu falei: 'O que ele resolver está resolvido.' Ele era gente boa, a gente conhecia, né? Aí ele falou: 'Você não tem conta em banco?' Eu falei: 'Não.' Nunca tinha entrado num banco... nunca, é, isso foi no ano 62. Nunca tinha entrado num banco e nem sabia o que que era banco, eu passava lá na cidade, via aqueles bancos, puta vida, né? A gente se admirava, mas entrar mesmo, a gente não entrava. Ele falou: 'Tem um banco novo que abriram, assim, assim, você não quer vir fazer um depósito nesse dinheiro?' Eu falei: 'Ah, eu tenho que guardar.' Então, ele falou: 'Guarda lá que assim você já fica conhecendo.' Daí ele me levou lá no banco novo, se chamava Banco da Cidade de Campinas, e então aí, falou: 'Vamos lá então...' Ele mesmo conversou com o gerente, apresentou a gente, para abrirem a minha conta, abri a minha conta lá, depusitei 120 contos, naquele tempo não era real, nem cruzeiro, era mil réis ainda. [Eu pergunto se era poupança]... não, não, era só guardava aquele dia. O que que ele me faz? Ele me pega, ele falou: 'Agora vamos lá no Banco do Estado...' Eu falei, aí saímos de lá, fomos no Banco do Estado. No Banco do Estado ele conversa com o gerente, me apresentou lá, nós andamos que nem dois amigos... Às vezes eu não agüento nem contar, porque parecia que a gente era conhecido há tempos. Para mim aquilo tudo era uma surpresa, novidade, então vai no

Banco do Estado lá, conversa com o gerente, me apresenta e tudo, me fez um financiamento, naquela época, saiu, o primeiro financiamento que saiu para Reforma Agrária... era para fazer a lavoura de algodão, comprar semente, adubo, essas coisas todas... [Eu pergunto se ele ficou com medo de fazer o empréstimo]... é lógico, a gente não sabia... Mas por isso a gente às vezes tem emoção por causa disso, não é? Imagine, a gente não é que tanto a gente fez, como a gente aprendeu também alguma coisa...

Esta fala é profunda e extremamente elucidativa de uma série de questões. Ela revela exatamente o momento de pagar a primeira entrada do lote. Nota-se que o sr. Pedro diz que vendeu tudo lá para poder vir para o lote. Este “tudo” reflete que não era apenas a colheita acumulada.

Ele mostrou também que desta forma ele teve “um dinheiro reservado” e que esta “reserva” era “dinheiro pra cachorro” naquele tempo, era “meia bolsa de dinheiro”. Ainda que o dinheiro estivesse absolutamente desvalorizado (ele deu o exemplo da enorme quantidade de notas necessárias para somar, como se fosse hoje, 100 reais em notas de um), ainda assim isto era bastante dinheiro: “120 contos naquele tempo”.

Também é importante perceber nessa fala como ele se emociona ao lembrar de entrar no banco, coisa que antes ele nunca havia feito e que a “reforma agrária” lhe proporcionou. Assim, ter acesso e aprender, ele diz, ao que antes não tinha acesso e ao que não sabia: “... isso foi no ano 62... Nunca tinha entrado num banco e nem sabia o que era banco, eu passava lá na cidade, via aqueles bancos, puta vida, né? A gente se admirava, mas entrar mesmo, a gente não entrava...”.

Esta situação significava ter disponíveis coisas que anteriormente não estavam e também ter acesso a lugares antes impensáveis. Ele se emocionou ao falar do tipo de vida que pôde ter depois da “reforma agrária”. Por meio desta passou a estar acessível a ele uma vida com dignidade, em que pôde entrar no banco e conversar com o gerente e andar com o agrônomo, o “Doutor”, como “dois amigos”. Enfim, ele tornou-se uma pessoa “respeitável”, reconhecida pelas outras pessoas de fora de seu grupo de convívio habitual como um “igual”, o que fez com que fosse rompido o recorrente

sentimento de subalternidade, que ele demonstra, comum ao camponês²², ainda que seja tão profundo conhecedor da natureza e do trabalho que realiza. Ganhava a cidadania, tornava-se cidadão.

A vinda das famílias para o lote foi marcada por extrema dificuldade, nos primeiros anos, para se estabelecerem, “formarem o sítio”, e, concomitantemente, para arcarem com a despesa da prestação, que onerava em demasia a família. Caio Prado Jr., como pudemos observar, chegou a colocar em dúvida a possibilidade de uma família pagar as prestações.

Na fala seguinte, tia e sobrinha, de lotes diferentes, conversam sobre a ajuda que receberam do comerciante local, que vendia as mercadorias necessárias à família, facilitando, alongando o prazo de pagamento:

Sobrinha - *O Batistini ajudou vocês também não é? A carrocinha?*

Tia - *A gente comprava lá também, até que deu...*

Sobrinha - *Quatro anos ele ajudou a gente, a hora que colhia uma safrinha pagava um pouco, nunca dava para pagar tudo, aí continuava devendo...*

Tia - *Nós fomos pagar ele, terminar de pagar ele com uma peça de motor que estourou, estourou o motor e ficaram umas peças boas e ele precisava de uma peça e era uma peça muito cara e aquilo pagou e sobrou, deu a peça para ele...*²³

As famílias camponesas que vieram para o Bairro, e isto foi uma unanimidade nas entrevistas que realizei no trabalho de campo, enfrentaram momentos de extrema penúria na tentativa de garantir a permanência e a propriedade dos lotes com os quais eram compromissários, de acordo com a Legislação:

Art. 7º Nas vendas a prazo o pagamento do preço será feito em prestações anuais, de igual valor, pela forma seguinte:

I – a primeira prestação no ato de receber o adquirente o título provisório, sem o qual não poderá tomar posse do lote;

II – a segunda prestação no fim do segundo ano agrícola, estabelecendo-se, para os fins desse dispositivo, que o ano agrícola se encerra no dia 31 de outubro;

III – as demais prestações até a última, no dia 31 de outubro dos anos subseqüentes.

§ 1º Do contrato de compromisso constarão:

a) um plano de exploração do lote, proposto pelo adquirente com assistência da Secretaria da Agricultura e por ela aprovado;

²² A este respeito ver de Margarida Maria Moura, *Camponeses*, em especial o capítulo 2.

²³ Entrevista realizada em 21/01/1999.

b) anuência para o adquirente apenhar safras, semoventes ou máquinas, em contratos de financiamento.

§ 2º As prestações serão acrescidas de juros, calculadas à taxa de 6% (seis por cento) ao ano calculadas sobre o saldo devedor.

§ 3º As prestações em atraso ficam sujeitas à multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor.

§ 4º Vencidas e não pagas 2 (duas) prestações anuais consecutivas, considerar-se-á rescindido o contrato 30 (trinta) dias de constituído em mora o devedor, nos termos do artigo 14 do Decreto Lei n. 58 (*), de 10 de dezembro de 1937, perdendo nesse caso o adquirente as importâncias pagas e as benfeitorias voluptuárias que não puderem ser levantadas sem prejuízo para o imóvel...²⁴ (Grifos nossos)

Segundo a legislação, vencidas duas prestações sem pagamento, o compromissário perdia o direito de permanecer no lote. O montante a ser pago pelas famílias evidentemente não era apenas o equivalente ao valor bruto da terra, de acordo com o Artigo 6º da Legislação citada:

A fixação do preço de venda dos lotes deverá atender ao valor da terra, acrescido da importância das despesas com benfeitorias e melhoramentos realizados nos lotes, pelo Estado, excluídas as relativas as obras públicas normalmente executadas pelo Estado.

Isto significa dizer que a casa que as famílias receberam, com seus lotes, o poço, a pocilga, o fogão a gás etc., estavam incluídos no valor total que pagaram.

De fato, esses quesitos da Lei, para que a família garantisse a permanência e a futura aquisição do lote, eram extremamente difíceis de serem cumpridos. A família camponesa deveria, como antes já havia feito, produzir para atingir as necessidades básicas de seus membros, e agora, mais do que isso, deveria também conseguir acumular uma quantia razoável de dinheiro para efetuar o pagamento das prestações de sua terra, como escreveu Caio Prado Jr²⁵.

O que ocorreu é que muitas famílias (29) não conseguiram garantir a permanência no próprio lote. Observa-se no Mapa 6 – “Bairro Reforma Agrária (Campinas): Processo de territorialização Camponesa” os lotes cujos compromissários tiveram que transferir para outras famílias seu contrato de compromisso. Desses 29

²⁴ Legislação do Estado de São Paulo, Decreto 38.328, de 14/04/1961.

²⁵ PRADO JR. (1987).

lotes, cujos compromissários foram transferidos, 22 eram lotes de famílias camponesas, como também é possível observar no Mapa 6.

As famílias, na tentativa de garantirem a permanência em seus lotes, lançaram mão de pelo menos duas estratégias: a primeira, já demonstrada anteriormente, era a possibilidade que tinham de pagar o armazém com uma certa mobilidade, ou seja, o comerciante “fornecia”, como eles dizem, os gêneros necessários para a família, e esta podia pagar conforme a possibilidade que tinha, ou seja, ele concedia um crédito para a família, um sistema de “fiado”, de “caderneta”:

... É que daí a gente estava devendo até as calças ... aí não tinha, aí já começou a fazer empréstimo no Banco do... no Banespa, em Campinas, no Banco do Estado que falava, aí daí antes de desatolar, aí foi só atolando, atolando, atolando, atolando, que na época depois o meu pai vendia por 62 contos o sítio, e um tal, tinha um que ele vendia lingüiça. Queria comprar o sítio, mas não era para ele, era para outra pessoa, aí eu sei que ele dava, eu não lembro bem certo da época se ele dava 60 ou 61, o meu pai queria 62, que era a conta de pagar o banco mesmo!... Então o sítio dava “malemá” para cobrir a dívida. [No banco?] Ah, devia para todo mundo, devia no banco, devia no armazém, devia para o Brombal na época, então meu pai queria dar o sítio para o vendeiro, ficou três anos sem pagar ele, ele falou: ‘Não, não, eu não quero, no tempo que eu estiver aqui, for dono da venda, você pode vir comprar o que você quiser que você tem crédito...’, aí o meu pai falou: ‘Não, seu Neno, o Sr. fica com o sítio, o Sr. me devolve um restinho para mim pagar outra conta que eu estou devendo por aí e fica certo...’ Ele falou: ‘Não, não, pode vir pegar a mercadoria que você quiser...’, aí ele dava despesa para nós, e não vendeu... Essa primeira vez acho que foi em 65, 66, logo quase no começo... Onde devia o banco e o... é que nem aconteceu com todo mundo aí... Era a conta de pagar lá mesmo e não sobrava nada, era você sair com uma mão para dentro outra para trás. Aí o meu pai falou: ‘Não, eu preciso sair com pelo menos um troquinho para mim pelo menos alugar uma casa, ou comprar, passar pelo menos um mês de compra para a família, porque eu vou sair sem nada, vou comer o que? Vou comer capim?’ Aí sei que foi, foi indo, foi indo, não vendeu, aí passou, passou, passou, passou uns tempos e a coisa atolando de novo, já estava, Nossa! ... aí foi indo, foi indo, foi indo que nós, que nem eu falei para você, nós fizemos aquela plantação de tomate lá de vagem, daí conseguimos pagar, aí deu certo. [E ficou atrasada a prestação do sítio?] Ficou! Ficou atrasada e depois, só que não é que ficou atrasada, Larissa, sabe o que que era? É que o banco fazia papagaio, falava papagaio, arara, periquito, tudo, né, que vamos supor, vencia, que nós viemos morar aqui dia 4 de novembro de 62, não é? É, 62, e então quando vencia aquele prazo lá, tinha que pagar não sei se era dia 27, um negócio assim que tinha que pagar... Então, você não tinha dinheiro, você ia no banco, eles pegavam e faziam um papagaio, então você tirava um pouco disso, um pouco daquilo, daí pagava a prestação, mas chegou uns tempos em que não estava mais nem dando para pagar essa prestação e a dívida foi rolando... Tirava, vamos supor, você devia cinco e tirava

sete, pagava, sobrava dois, aí você ia se mantendo com dois, aí acabava com aqueles dois, na outra vez você já não pagava nada, porque não ganhava aí, antes de ser sete, aí já ia mais, aumentava, porque já tinha os juros tudo, aí ah, precisa de 15, emprestava 15, aí, foi indo, foi indo, foi complicando, foi atolando, atolando, atolando, que não tem jeito, aí complicou mesmo! A coisa foi para o buraco, e bastante. Você vê que de 72 só tem 19 que conseguiram ficar. [E muita gente foi por causa da mesma coisa que vocês?] Foi a mesma coisa, que daí começou complicar mesmo, que daí trocou gerente do Banco que tinha um tal de Álvaro Zini, ele era muito bom gerente do banco, então ele ajudava tudo mundo... Mas entrou um tal de Rodolfo lá, ele falou: 'Quem não pagar, pagu ou de um jeito ou do outro tem que pagar...', e a turma foi para pagar, aí uns não conseguiam pagar, outro não tinha jeito, daí teve o vendeiro, começou cortar a turma... Nós, ele num cortou. [Ele era amigo do seu pai?] É, não é que era, era conhecido, amigo assim, mas só que nós, não cortou. Bastante gente ele cortou, mas nós não cortou, porque acho que também a gente nunca devolveu mercadoria que achava que estava estragada, não devolvia, a gente comia, comia, vamos supor macarrão que a turma achava caruncho no macarrão, pegava lá e mandava molecada ou, muitas vezes, ia lá e falava: 'Ó, seu Neno, o negócio é o seguinte, o sr. trouxe um macarrão lá, está caronchado...', '... ah, então você traz de volta...', e acho que ele falou assim: 'Já está passando necessidade, está dando, ainda está reclamando!' Mas só que nós nunca voltamos, nunca, nunca, nunca, nunca! A minha mãe pegava, lavava aqueles, é vergonha falar que comer, acho que, sei lá, mas minha mãe lavava aqueles macarrão, tirava tudo aqueles carunchos... cozinha na água, ele saía, mas não saía tudo não, porque tinha algum que morria afogado no meio do macarrão, depois que começava cozinhar, ele ia para cima, minha mãe passava com a escumadeira, uma peneirinha, e tirava, nós comíamos, nós nunca devolvemos! E uma vez também veio um saco de arroz que estava cheirando querosene, que naqueles tempos vendia querosene nos armazéns, de lata, não é? Tinha nego que não devia ter cuidado, acho que vai ver que derrubou querosene no saco, estava com aquele gosto de querosene, mas nós comemos, comemos! Nunca devolvemos! ... E para nós ele nunca negou, se a gente falar que ele negou, a gente está fazendo pecado, ele, para nós, ele foi bom. Eu não sei onde ele está, mas para nós ele foi mais do que um pai! Aí, depois, começou a gente já ficou também meio com vergonha de pegar a mercadoria porque ele cortou bastante gente, e a gente ia lá, Nossa Senhora, olha, chegava lá, chegava com um papelzinho lá no bolso, mesmo assim, uma vergonha, sabe assim, você pedir coisa fiado, porque você tava devendo e pedir... Aí, esperava todo mundo sair do armazém lá e ele falava: 'O que foi, Luís Antônio?' [Ele fala com a voz bem baixinha] 'Ah, seu Neno, o meu pai mandou ver se dá para o senhor mandar essas coisinhas lá para casa...' Ele falava: 'Não, pode pedir, fala para o seu pai que não precisa ter vergonha de pedir não, que até que eu estou vivo aqui no armazém vocês não vão passar necessidade, não', e sempre mandava! Só que também daí nós cortamos de comprar de 10 quilos de toucinho, a gente comprava cinco, seis quilos, já comprava lata de óleo, comprava, era família grande comprava de lata de óleo de 18 litros, já comprava cinco, seis litros, já diminuía, ele percebeu né, falou: 'Não, pode comprar o que vocês precisarem lá, que até que eu tiver aqui, vocês não vão passar necessidade não'. Aí, foi indo, foi indo, graças a Deus, até que conseguimos pagar, foi trabalhando, foi difícil, mas conseguimos!

Essa fala, carregada da emotividade que a lembrança do passado proporciona, resume de uma maneira impressionante o que foram os primeiros anos do Bairro Reforma Agrária para essas famílias. A necessidade de pagar as prestações, a começar pela primeira, associada a uma colheita abaixo das expectativas, levava a família, sem dúvida nenhuma, a um processo de endividamento junto ao banco, que ele descreve de maneira detalhada.

Vê-se nesse depoimento o papel preponderante que teve o crédito junto ao comerciante local, através do qual, por anos consecutivos, a família pôde suprir minimamente a necessidade de seus membros.

Percebe-se também nessa fala que estar sujeito a tal situação, ter que comer um alimento nas condições em que comeram, era motivo de vergonha para um ser humano.

Entretanto, ele procura deixar claro que só assim, só se sujeitando a essa situação, ou seja, só com o sacrifício, é que “*Graças a Deus até que conseguiu pagar*”. A alusão ao sacrifício e ao trabalho em demasia, sem o qual não teriam conseguido permanecer na terra, é recorrente nas falas, e é motivo de orgulho:

... ah, a sra. sabe que aqui era difícil. Eles entraram no banco e aí não conseguiram pagar, aí tiveram que vender, não é? Sei que de 62 que tinha, sobraram só 19... porque não conseguiram mesmo, não conseguiam pagar o banco... Ah, porque nós trabalhamos... Nós fomos teimosos [ele ri]... porque a gente foi sempre da lavoura... A gente sempre trabalhou na lavoura... Então não tinha problema nenhum... Continuamos aqui...²⁶

²⁶ Entrevista com sr. Antônio B.

BAIRRO REFORMA AGRÁRIA (CAMPINAS): PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA



LEGENDA

- HIDROGRAFIA
- LIMITES DOS LOTES
- ESTRADAS PAVIMENTADAS
- ESTRADAS S/PAVIMENTAÇÃO
- CENTRO COMUNITÁRIO
- RESERVA FLORESTAL

CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE

- SÍTIO EM QUE NÃO HOUVE TRANSFERÊNCIA E/OU VENDA
- SÍTIO COM OS 2ºs COMPROMISSÁRIOS (1962-67)
- SÍTIO ADQUIRIDO POR FAMÍLIAS DO BAIRRO
- SÍTIO ADQUIRIDO POR FAMÍLIAS DE MEEIROS
- SÍTIOS - TRANSFERÊNCIA DE COMPROMISSÁRIO (1967-77)
- SÍTIO ADQUIRIDO APÓS 1977
- CHÁCARA DE LAZER
- PROPRIETÁRIO NÃO MORA NO LOTE
- VENDIDO PARA A FAZ. LAGUNA

USO DO SOLO

- Uva
- Figo
- Goiaba
- Serigüela
- Aspargo
- Maracujá Doce
- Pêssego
- Legumes
- Horta
- Flor
- Capim
- Granja
- Vargem/Pasto
- Terra em pouso
- Pesqueiro
- Sem cultivo
- Mata



ESCALA
0 125 250 375
METROS

MAPA 6

Muito significativo o uso da palavra “entrar” para referir-se à negociação com o banco, ou seja, é um local onde se precisa tomar cuidado para “entrar” porque é difícil “conseguir sair”²⁷. Percebe-se nessa fala que, a princípio, ele mostra a dificuldade que foi o início, tanto que ele afirma que ficaram apenas 19, mas por outro lado, em virtude deles serem de lavoura e terem trabalhado, conseguiram ficar²⁸.

Larissa: *E para pagar as prestações do lote era fácil, sr. José, ou era complicado?*

Sr. José: *Não, tinha que trabalhar para ganhar o dinheiro, porque bastante não conseguiu pagar...*

Larissa: *E no começo era só o sr. e a d. Júlia, as crianças eram pequenas?*

Sr. José: *Eram pequenos.*

Larissa: *E mesmo assim dava para vocês dois?*

Sr. José: *Dava... [ele ri] descendo à noite, dava, não é?*

Larissa: *Descia à noite para ir trabalhar?*

Sr. José: *Pegava... porque era escuro de manhã quando ia para roça... E largar, largava quando não enxergava mais, não é?*

Vê-se como é elucidativo, para dizer o quanto se trabalhava, fazer menção à claridade e à escuridão; só foi possível pagar o sítio porque ele e sua esposa “desciam à noite” (subentende-se que o “descer” é para a roça). Este ‘à noite’ não significa durante a noite, mas desde quando ainda não estavam enxergando até “quando não enxergava mais”, para mostrar que enquanto houvesse luz, havia trabalho. Era o prolongamento da jornada de trabalho, à qual se referia Chayanov (1974), mostrando as possibilidades de aumento do esforço da família frente às suas necessidades.

Afirmei anteriormente que houve basicamente duas estratégias de que a família, em momentos de grande dificuldade, lançou mão para permanecer no lote: a primeira, como já foi demonstrado, era o crédito junto ao comerciante; a segunda, era a exploração dos recursos naturais do próprio lote. Muitas famílias, em épocas de dificuldade financeira, passaram a extrair areia ou argila do próprio lote para sobreviver, a areia para construção e a argila para as olarias de Campinas:

²⁷ Retorno a esta discussão no decorrer do trabalho.

²⁸ No Mapa 6, elaborado através das informações coletadas em trabalho de campo, é possível perceber que este número é bem maior, mesmo porque foram consideradas as primeiras famílias aquelas que efetivamente foram as primeiras a ocupar os lotes e/ou aquelas que foram instaladas, substituindo os primeiros compromissários, nos cinco anos iniciais de assentamento. Ver também Bombardi (2004a).

...sei que mudamos em 62, já faz 36 anos, vai fazer 37 em junho agora, eu falo que no começo foi difícil aqui, ah, porque o governo deu só a casa e a terra e aqui foi trabalhado! A casa e a terra não tinha mais nada... não tinha nada e o banco também aquele tempo que ele, não é que nem agora que financia, financiava, mas não era muito... era difícil. Não sei, você tinha que formar, nós tínhamos que formar uva, a uva leva dois anos para começar a produzir... a senhora sabe, a gente irava areia do rio, a srá. sabe que eu tirava areia com concha... do rio... daí mesmo... do sítio mesmo... ah, você tem que ter uma concha de lata e com um bambu comprido já e puxa, sai... você tinha que tirar areia para sobreviver, não é?, porque no começo aqui foi difícil... a maçã deu, até um tempo deu certo, depois eu plantei uva no meio, aí arrancou a maçã, né? Continuamos tirando a areia... Porque a areia era o principal... para a gente comer, vou falar para senhora, sei que não foi fácil não, viu?... Era da areia, para comer, veio da areia... ah, era difícil [para pagar a prestação], sempre quando chegava dia 31 de outubro tinha que ter a prestação, parece que era sempre quatro mil cruzeiros aquele tempo. E tinha que tirar de qualquer jeito, não é? ²⁹

Verifica-se que a extração da areia garantiu a sobrevivência da família e a permanência no lote, “Porque a areia era o principal... para a gente comer, não é?”.

Nesse sentido, vale a pena observar no Mapa 6 a grande quantidade de lagoas existentes no Bairro. A grande maioria delas é exatamente desse período, a extração de areia e de argila deu origem a elas.

O acesso livre aos recursos naturais, diferentemente do que ocorre hoje³⁰, permitiu suprir a demanda da família, já que apenas a lavoura era insuficiente para a manutenção de seus membros e o pagamento do lote ao mesmo tempo, ou seja, nos momentos de extrema dificuldade financeira, os recursos naturais do próprio lote ou do rio, “que é de todos”, foi o que garantiu que essas famílias conseguissem ficar em suas terras. Em outros termos, tal era a precariedade que foi necessário lançar mão desses recursos para poderem sobreviver.

Além desses, outros mecanismos como, por exemplo, a colaboração da família, a prática da ajuda mútua e o empréstimo de dinheiro junto aos vizinhos, sem a cobrança de juros, foram indispensáveis³¹.

²⁹ Entrevista com sr. Antônio P.

³⁰ Ver Bombardi (2004a).

³¹ Estes outros mecanismos, vinculados à sociabilidade camponesa, são indispensáveis na explicação deste processo. Para o aprofundamento desta discussão, ver Bombardi (2004a), especialmente o capítulo 4.

3.2. O início da subordinação da renda camponesa ao capital e a trajetória na terra: Fazenda do Estado - Marília e Bairro Reforma Agrária - Campinas

... e [a gente] soube se segurar, né? Quem não soube se segurar vendeu, acabou com o dinheirinho e ficou na amargura!

D. Cida Quinto

Tendo abordado os primeiros tempos no projeto de assentamento da Fazenda Capivari, é possível passar à abordagem deste período na Fazenda Santa Helena.

Assim como na Fazenda Capivari, na Fazenda Santa Helena a permanência na terra nos primeiros anos também foi extremamente difícil, inclusive com alguns agravantes.

A discussão que Caio Prado Jr. (1987) realizou a respeito do valor da terra nesses assentamentos mostrou o quanto cada família precisaria dispor antes da vinda para a terra, para que pudesse dar a entrada.

Também na Fazenda Santa Helena o período de aquisição da terra foi extremamente marcante, é lembrado com riqueza de detalhes. As palavras utilizadas para reproduzir o momento são extremamente significativas.

Há um depoimento de uma senhora que está desde o início em seu lote¹, no qual conta que quando se casou, a família arrendou uma terra em Cafezópolis para plantar amendoim, milho e feijão. A família pagava ao proprietário da terra 35% da renda, já que possuía animal com tombador e outros instrumentos. O arrendamento não foi feito só pelo casal, foi em conjunto com o pai e o cunhado dele (a referência é feita sempre ao pai da família quando diz respeito ao trabalho; quando diz respeito à casa, aparece

¹ Este depoimento já foi mencionado em capítulo anterior.

sempre o nome da mulher)². Arrendaram ao todo a quantidade de 85 hectares de terra:

Óta terra boa, a terra era preta e eu era uma trabalhadeira da roça menina! Igual homem. Plantamos amendoim, arroz, foi uma benção! Arroz, nós colhemos 18 sacas abanadinho! Uma beirinha de brejo, tombou tudo, o arroz ficou maior que eu, não precisava nem abaixar [para cortar].

Aí saiu a venda aqui da Fazenda do Estado.³

Esse episódio é contado pois ilustra o momento em que eles como rendeiros adquiriram o dinheiro para dar a entrada no lote da Fazenda Santa Helena. Com o dinheiro do trabalho na terra arrendada, conseguiram o montante para a entrada. Por isso as palavras usadas são tão fortes: uma “*beirinha de brejo*” produziu tanto arroz: 18 sacas “*abanadinho*”; ou seja, com tão pouco, produziu-se tanto, tão pouca terra possibilitou tão farta colheita. O arroz, maior do que o tamanho dela própria. Os exemplos são ilustrados com detalhes de “qualidade” (*abanadinho*) e “quantidade” (de peso e a comparação consigo mesma).

Ela revela quase que uma visão de milagre, aí está a “*benção*” à qual ela se refere: a possibilidade de ter o acesso a terra⁴.

Eles entregaram, que maravilha era essa fazenda! Eles entregaram com as coisas todas prontas! Terreirão, chiqueiro de porco, garagem! A gente só chegou e colocou a mudança dentro da casa. Até fogãozinho de gás tinha. Para mim, acostumada com fogãozinho de lenha, fiquei rica! Entrei numa casa dessas!

Então, mas Graças a Deus a gente deu muita sorte aqui, viu! Ganhamos dinheiro aqui e ele comprou o outro [o lote do vizinho⁵].

Sua visão da própria trajetória de vida, tendo por marco o acesso à terra, é tão positiva que muito embora pouquíssimas famílias tenham permanecido na terra, ela afirma:

Mas se o governo fizesse em todos os lugares o que fizeram aqui, não ia mais existir pobreza no Brasil.

Ela está assim, falando da própria vida, da própria experiência. Em outros momentos do depoimento ela retoma esse posicionamento.

² A respeito do masculino e feminino na associação ao sítio e à casa, ver Bombardi (2004), Woortmann; Woortmann (1997) e Castro Oliveira (1991).

³ Entrevista com a sr. José Quinto e sua esposa, d. Cida, em setembro de 2003.

⁴ Sobre a terra como “Dom de Deus”, ver Castro Oliveira (1998).

⁵ Nota-se que ela diz “*ele comprou*”, referindo-se ao marido, ou seja, os *negócios*, em geral, envolvem o universo masculino; assim, embora eles tenham comprado mais um pedaço de terra, ela usa a terceira pessoa para se referir à compra.

Quando fala do momento em que adquiriram os recursos para dar a entrada no lote, seu esposo complementa:

Aí foi quando nós trabalhamos em Cafezópolis e ganhamos muito dinheiro. Vendemos milho, amendoim, aí tivemos dinheiro para dar entrada, era 80 mil cruzeiros, variava de lote, esse era 88. Aí eu dei a entrada e estou aqui até hoje.

O valor da entrada a ser pago pelo lote foi de 88 mil cruzeiros, um valor muito próximo daquele sobre o qual Caio Prado Jr.⁶ se referiu: 100 mil cruzeiros.

Sem dúvida nenhuma foi extremamente penoso permanecer na terra, reproduzir a família nela e ao mesmo tempo arcar com a vultosa prestação. Há uma palavra utilizada que revela de maneira cabal o que significou essa situação:

... e [a gente] soube se segurar né? Quem não soube se segurar vendeu, acabou com o dinheirinho e ficou na amargura!

A palavra “segurar” é muito elucidativa: foi preciso conseguir se “segurar” na terra. A expressão indica que estavam de fato em uma condição de “corda bamba”: em um momento estavam na terra, mas no momento seguinte poderiam não estar mais, enquanto não houvessem conseguido pagá-la.

É de se notar também que ela usa a palavra “dinheirinho” para o montante de recursos que a família ficou após ter vendido a terra, o que significa que o dinheiro sem a terra, não frutifica, ele é consumido “acabou com o dinheirinho” e ficou na “amargura”, ou seja, um caminho absolutamente indesejado: o da saída da terra, como teremos oportunidade de verificar novamente.

Trata-se pois, do processo contraditório gerado pela necessidade de gerar o excedente que permitirá sua conversão em renda.

Verificou-se até agora que o camponês, quando vem se estabelecer em sua terra, imprime nela todo o conhecimento acumulado que possui. Em geral, ele traz consigo o cultivo que realiza, mesmo porque, além do conhecimento e de anos de experiência, é para tal cultivo que ele tem os implementos direcionados.

⁶ PRADO JR. (1987).

As famílias que vieram se estabelecer na Fazenda Santa Helena⁷ eram famílias do entorno, principalmente do Município de Marília (aliás, de acordo com a Lei de Revisão Agrária, a família deveria estar há pelo menos cinco anos no município do assentamento), que em geral trabalhavam como rendeiros nas grandes fazendas, a exemplo do casal da entrevista anterior.

Marília era, em 1960, o principal centro produtor de amendoim do Estado de São Paulo. Em sua grande parte, as fazendas de café estavam substituindo a cultura por algodão e amendoim, muito embora, em termos de valores de produção do município em 1955, o café ficava em primeiro lugar, o algodão em segundo e o amendoim em terceiro [SÃO PAULO (ESTADO), 1961, p. 18].

No Plano de Colonização da Fazenda Santa Helena⁸ estava definido que os sítios-padrão tinham a orientação para que cultivassem o amendoim. Ele deveria ser mais cultivado quanto menores fossem os recursos financeiros das famílias (como atestam os Quadros de uso dos lotes em cada sítio-padrão, já citados anteriormente).

A justificativa para o cultivo do amendoim nos sítios da Fazenda Santa Helena era a seguinte:

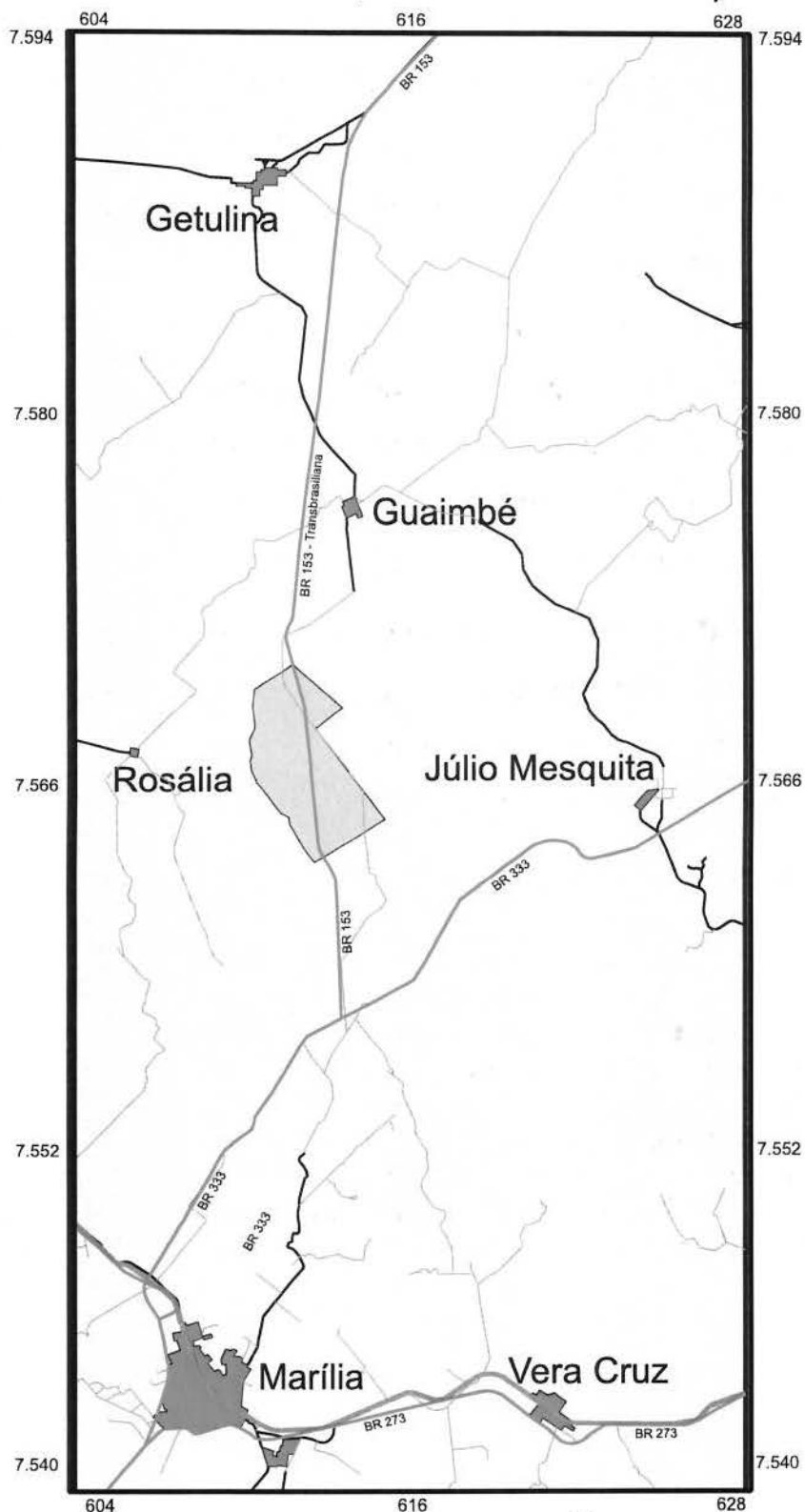
A região de Marília evidencia-se pela grande produção dessa oleaginosa, porque possui solo e clima favoráveis à sua cultura.

Nessas condições formou-se a tradição para todas as atividades com ela relacionadas, o que oferece vantagens, se compararmos com as demais explorações agrícolas aplicáveis à Santa Helena. Essa é a razão pela qual, nos planos propostos, o amendoim entra como cultura de grande importância. Com exceção do primeiro plano, onde é dado maior ênfase à parte animal, nos demais essa cultura figura como um dos pontos que mais ponderam na base econômica dos sítios. [SÃO PAULO (Estado), 1961, p. 84].







⁷ Ver no Mapa 7 a Localização da Fazenda Santa Helena.

⁸ SÃO PAULO (ESTADO), 1961.

LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA DO ESTADO (SANTA HELENA) - MARÍLIA



LEGENDA

-  ÁREA URBANIZADA
-  FAZENDA DO ESTADO (SANTA HELENA)
-  RODOVIA
-  TRÁFEGO PERMANENTE
-  TRÁFEGO PERIÓDICO
-  FERROVIA



0 1000 2000 3000
Metros

FONTE:
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
FUNDAÇÃO IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
Departamento de Cartografia
CARTA DO BRASIL - ESC. 1:50 000
FOLHAS:
MARÍLIA - SF - 22 - Z - A - III - 1
GETULINA - SF - 22 - X - C - VI - 3

MAPA 7

DESENHO: OLIVEIRA, W. F. (2005)

O argumento de “vocação natural” para determinada cultura sempre escamoteia a questão econômico-social que há por trás da implantação dos cultivos. A produção de amendoim revelava grande aptidão para sua implantação, porque havia mercado seguro em decorrência da presença de indústrias de processamento na cidade. Entretanto, evidentemente, se por um lado a presença das indústrias oleaginosas significava um mercado seguro, significava também um processo de subordinação direto a estas indústrias, como se verá.

No Plano havia sugestão para a rotação de cultura do amendoim com o milho. A rotação de cultura, correta do ponto de vista agrônomo, mesmo assim poderia não permitir a obtenção dos recursos suficientes para manter a família e pagar as prestações do lote.

Pode-se verificar também a “força de lei” que a palavra dos agrônomos responsáveis pelo projeto tinha. Cultivar aquilo que não era sugerido, ou da maneira que não fosse a sugerida, era encarado como uma “insubmissão”: “o Dr. Inácio Fonseca, da Casa da Lavoura ... só faltou bater no velho!”

Se por um lado boa parte das famílias vieram para seus lotes produzindo amendoim, pois já era o cultivo que realizavam, por outro, ele era não só incentivado, como praticamente imposto pelos técnicos responsáveis pela implantação do projeto.

Entretanto, como já ficou demonstrado, ocorreu em 1955 um movimento, organizado por lavradores em Marília, que fizeram uma representação junto à prefeitura reclamando dos baixos preços pagos pelo amendoim.

Ao analisar os arquivos do Jornal *O Diário de Marília*, pude constatar em várias edições de 1960 e 1961, antes, portanto, do assentamento, que já havia problema de preços e de negociação dos produtores da região. Diversas reportagens relatavam a reclamação dos camponeses com relação ao preço pago pelo amendoim.

De acordo com Tolentino (1992, p. 29):

No estudo agrônomo da Secretaria da Agricultura sobre Santa Helena, o dado alarmante é que 13,2% das terras tem classificação agrônoma de baixa fertilidade, sendo consideradas “terras próprias para culturas, ocasionalmente. Não devem ser utilizadas para culturas por mais de 2 anos consecutivos, seguindo-se de preferência, pastagem por um mínimo de 3 anos.” (SAESP, Loteamento e colonização... Op. cit. p.48). Com problemas graves de conservação e exigindo práticas complexas de manutenção, se achava 65,8% das terras do loteamento e, com problemas menores e mais férteis 21,0% das terras da área.

Diante deste quadro, era evidente que a área não poderia destinar-se in toto à produção de cultivos anuais, sobretudo de cereais, sob pena de alto desgaste do solo. Com uma parcela grande de terra com baixa fertilidade, o cultivo de lavouras perenes era o mais indicado, contrariando as normas para o uso do solo previstas pela Assessoria da Revisão Agrária.

De fato, em poucos anos, a terra cultivada somente com amendoim ficou desgastada:

*Aí a terra foi ficando praguejando... muitos anos, carrapicho, picão, já foi ficando fraca, já precisava adubar, já precisava comprar esterco de galinha, calcário...*⁹

O significado de ter que adubar, comprar esterco e calcário é que a renda da terra camponesa passa a ser sugada, ainda que indiretamente, pelo capital industrial. Em si, esta subordinação já significaria uma redução substancial na renda da família, o que se acentuaria sem dúvida nenhuma no caso de uma monocultura como a do amendoim em uma pequena propriedade.

Léa Maria da Rocha, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP, pesquisou o assentamento da Fazenda Santa Helena em 1967, cinco anos após a sua implantação. Em sua pesquisa selecionou 11 propriedades para realizar entrevistas e justificou a não necessidade de ampliar este universo por dois fatores: primeiro, porque era um estudo exploratório e segundo, porque a cultura temporária do amendoim era a “base econômica da produção em todos os sítios”. O ano em que ela realizou a pesquisa foi considerado um ano excepcionalmente ruim, a grande maioria dos sítiantes encontrava-se endividada:

Todos os sítiantes entrevistados fizeram referência a más colheitas do amendoim, base econômica da exploração. A maioria dos sítiantes declarou ter dívidas a saldar no Banco do Estado de São Paulo S.A., relativas a financiamentos obtidos no

⁹ Entrevista com o casal Quinto, em setembro de 2003.

ano anterior e alguns não sabiam como poderiam saldá-las, face ao fraco resultado do ano agrícola. (ROCHA, 1970, p. 75)

Havia, portanto, um grave processo de endividamento da maioria das famílias, que deveriam arcar com as prestações do lote e saldar a dívida junto ao banco.

O jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma reportagem oito anos após a implantação do projeto que relata esta situação:

O Núcleo Piloto de revisão agrária da Fazenda Santa Helena, em Marília, implantado há oito anos pelo ex-governador Carvalho Pinto, passa atualmente por sérias dificuldades e o projeto poderá fracassar. O maior problema do núcleo é a falta de financiamentos a longo prazo, o que tem provocado queda no nível de vida de seus participantes. [...] Embora classificadas como de pequeno valor, as prestações anuais de pagamento dos lotes começam a se acumular, pois grande parte dos compromissários alega não ter condições para jogar [?] as dívidas. Algumas famílias transferiram suas propriedades, enquanto outras enfrentam sérias dificuldades, inclusive para o sustento diário. Em alguns casos, os proprietários foram obrigados mesmo infringindo dispositivo contratual de compra e venda, a arrendar suas terras, passando a trabalhar como colonos de propriedades vizinhas.

Vários apelos têm sido feitos pelos moradores da Fazenda Santa Helena às autoridades estaduais sem que, segundo eles, qualquer providência tenha sido adotada para solucionar o problema.

Percebe-se que em pouquíssimos anos a situação financeira de grande parte das famílias ficou extremamente delicada, ameaçando de fato a sobrevivência das mesmas.

Um ano antes do estudo realizado por Léa Maria da Rocha, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968, p. 41) fez uma pesquisa sobre o assentamento na qual indicou que “em quatro anos, dos 103 lotes, 15 já haviam sido transferidos por morte, abandono ou desistência”.

Evidentemente que o Governo que sucedeu Carvalho Pinto, o governo de Adhemar de Barros, não estava disposto a dar continuidade ou sequer fazer o acompanhamento dos projetos da Revisão Agrária, como já havia deixado claro durante a sua campanha.

Ocorre que o endividamento junto aos bancos, o que em si já era muito grave, não se restringia a esta esfera, ele era mediado pelas indústrias que processavam o amendoim. Estes fatos, somados, passaram a levar estas famílias a um processo de subordinação de suas rendas ao capital, não só ao financeiro, mas, o que é fundamental

para a compreensão desta trajetória, ao capital comercial e também ao capital industrial. Os camponeses de Marília estavam submetidos, ao mesmo tempo, a estas três esferas do capital, já que, neste caso, estas três esferas expressavam-se em uma única empresa, a indústria oleaginosa, que comprava a safra e financiava os agricultores.

Esta é uma das questões centrais na explicação das trajetórias distintas entre o projeto da Fazenda Santa Helena e o da Fazenda Capivari, que merece ser aprofundada. Para tanto, retorno à discussão do assentamento da Fazenda Capivari, trazendo à tona esta discussão da renda da terra, para, nos próximos itens, retomar a interpretação da trajetória da Fazenda Santa Helena.

Percebi no trabalho de campo, no Bairro Reforma Agrária, que algumas famílias foram educando os filhos de forma que estes continuassem no sítio e reproduzissem o trabalho da família. Entretanto, algumas procuram direcionar os filhos para os estudos. Tomar uma direção ou outra está relacionado com a situação vivida pela família e a forma como ela vislumbra o futuro dos filhos.

Se a família se mantém com um nível financeiro razoavelmente constante, ou se está enriquecendo e podendo adquirir terra para os filhos, o direcionamento que dá é para que os filhos fiquem na terra. Entretanto, se, ao contrário, a família passa por sucessivas dificuldades financeiras ou percebe que em virtude da herança a propriedade estará de tal forma parcelada que a continuidade do trabalho camponês será inviabilizada, o direcionamento é para que os filhos procurem estudar.

... sabe por que a gente não segurou as crianças no sítio? Por esses motivos... porque as Scabellada¹⁰ seguraram os filhos, mas eles já são deles, seu Moisés, entende? Então, por exemplo, se fosse do Luís Antônio e do Eco essa chácara, então você se interessava em por os filhos para trabalhar, porque era só deles. Mas ali não é só deles, coitados, então eles têm que fazer o futuro deles para fora, porque a hora que a gente apitar na curva, que nem diz o ditado, aí o que eles pegarem disso aí é herança para eles... agora eles já têm a vidinha deles lá fora, então o que eles pegarem, eles compram um terreno, um carro, ou reformam a casa que já estiverem morando, entende? Então a gente não segurou, eu com a minha cunhada, sempre trabalhamos

¹⁰ Scabello é o sobrenome de uma família do Bairro.

juntas. Então a gente falou, falou para, ela tem uma filha que é professora, tem um outro que é analista de sistema ... a menina do Luís Antônio é professora, está fazendo faculdade para pedagogia, e o menino dele está fazendo faculdade de análise de sistema lá, trabalha já na Miracema...

Pela impossibilidade da propriedade servir aos descendentes (trata-se dos netos daqueles que adquiriram o sítio), de maneira que todos tivessem assegurado o acesso à terra, ou seja, como foi vislumbrado que a propriedade, em função da herança, seria insuficiente para todos e não havendo recursos suficientes para ampliá-la, a família optou por direcionar os filhos para o estudo, para que assim eles fizessem “o futuro deles para fora”. Essa expressão, como já foi discutido, é muito significativa: fazer o futuro para fora é para fora do núcleo familiar, da propriedade, daquilo que é conhecido, para fora daquilo que seria desejável que fosse o futuro. Segundo Woortmann, K. e Woortmann, E. (1997, p. 47):

As diferentes teorias sobre o campesinato enfatizam a centralidade do grupo doméstico e de seu ciclo evolutivo na produção e, no caso de Chayanov, na “diferenciação demográfica”. O número de filhos conduz a uma contradição: são força de trabalho, mas são também herdeiros; num momento possibilitam a produção-reprodução e, em certos momentos do ciclo evolutivo, tornam possível a produção de um excedente. Noutro momento, como herdeiros, podem levar a reprodução do campesinato à crise, pelo excessivo fracionamento da terra.

Como a área das propriedades no Bairro Reforma Agrária é pequena, o problema da herança se colocou já na segunda geração. Ao mesmo tempo em que a família pode ser reprodutora da propriedade, pode ao contrário extingui-la em função do fracionamento, já que, muitas vezes, passa a haver um conflito entre o direito positivo e o consuetudinário.

Na fala a seguir, um pai falou da perspectiva que ele via para seus filhos no futuro (um menino e uma menina, respectivamente com 14 e 12 anos), tendo como parâmetro a sua própria experiência de vida na atualidade:

É o que eu ia falar para você, que nem meu irmão, a gente vai crescendo, a família vai separando, ele viu um caminho para ele que, ele achou que é melhor pra ele, eu vou fazer isso daí, tem outro que mexe com outra coisa, que está melhor... vindo para lado dele, está melhor do que estar aqui... a outra está melhor do que estar aqui, por quê? Ela vê um visual nela que dá... mas por que eu não vou fazer também? A minha natureza é outra, eu gosto disso aqui [da roça]. Então... ela [a filha dele] vai chegar

numa idade sua, já pensou ela com uma enxada, carpindo ou colhendo fruta? E não tem importância de você colher, mas se você não vê renda? Não tem problema, mas se vê renda, aí você trabalha animado, não é?... Ah, se ele puder pegar outro caminho melhor [pergunto se ele incentiva o filho a trabalhar com ele na roça] é duro abandonar uma coisa que a gente tem, mas tem dificuldade para outro lado, se você olha no estudo, o pessoal fala que é difícil conseguir as coisas, tem muito pessoal estudado que não consegue emprego... a roça não é ruim, a gente gosta, eu estou aqui porque eu gosto, senão, se não gostar, não pára [na roça]. Chegava aqui, estava no bar bebendo alguma coisa, como se diz, morava, mas eu gosto da roça, mas você vê a dificuldade que tem, hoje, quando as crianças tiverem a minha idade, a gente vê a dificuldade que eu tenho, eu vou deixar o quê? Um caminho desse tipo? É uma coisa, se eu morrer, eu sei que uma coisa boa, a felicidade eu deixei para eles, até porque, eles vão sentir o quê? Se eu tenho dificuldade, imagina para frente? Então eu estou deixando um caminho bom para eles, se eles estudarem, tiverem boa memória, o que eu falei, e seguir caminho bom, a felicidade é deles, se ficar aqui comigo, vai ser isso daí, não sei disso... se me acompanhar... vai ser a mesma coisa conversando com você vai ser eles. A gente vive, não passa fome, não pode desmanchar, mas é aquela vida controlada, você pegou dez, você não pode gastar mais um... você não pode abusar... é isso que é problema para criança. Bom seria na roça, seria até gostoso conviver com a gente, né? Mas você pára para pensar... eu prefiro eu trabalhar, eles ficarem em casa, estudar, do que... é até ruim a gente falar isso, era bom acompanhar a gente, porque acompanhando eles vão aprendendo as coisas junto com a gente, mas fica aquele pensamento incentivado com a gente, abandona o estudo... a hora que passou a idade você não consegue mais... [pergunto se o filho trabalha com ele] ajuda a fazer um servicinho, mexe com maquinário, mas é pouco ele é novo ainda para isso. Ajuda!... isso daí ele já faz [trabalhar com trator, "puxar uma fruta"]¹¹

Este pai incentivou seus filhos a estudarem com grande sofrimento, ele sentia-se coagido a oferecer-lhes um outro caminho, de tal forma que não passassem a dificuldade pela qual ele próprio estava passando. Percebe-se que ele é afeiçoado “pela roça”, está no sítio porque gosta, entretanto tem medo das dificuldades que os filhos poderiam enfrentar no futuro. Ter a filha “com uma enxada”, o que é depreciativo do ponto de vista da sociedade urbana do entorno, não seria problema se ela tivesse uma renda razoável. Pode-se depreender que seria tolerável enfrentar uma situação de subalternidade caso o trabalho fosse recompensado a contento e não estivesse tão sujeito às implicações do mercado, questão que será melhor discutida no decorrer deste capítulo.

¹¹ Entrevista realizada com o sr. José Marcos.

Muito embora ele incentivasse o filho a estudar, é notável o fato de que o menino sabia trabalhar com o maquinário, “faz um servicinho”, o que reitera o que foi dito anteriormente a respeito do trabalho da criança. Este pai gostaria que os filhos o “acompanhassem” no trabalho na roça, mas em virtude de sua situação preferia que eles ficassem em casa (dentro da casa, em oposição ao “fora”, na roça) estudando. É perceptível o quão dolorido para ele era direcionar os filhos para a cidade, o que se percebe nas expressões que ele utilizou: “é até ruim a gente falar isso”.

Com relação ao destino da propriedade, há uma diferença também quanto ao sexo dos filhos. É esperado e desejável que, no mínimo, um filho homem permaneça na propriedade. Como foi apontado, a não continuidade do trabalho do pai é vista com tristeza. Das mulheres já é esperado que saiam da propriedade do pai, seja casando-se e morando na cidade. Se ficarem na terra, há duas possibilidades: a mais comum é ir para o sítio do marido; no entanto, se a terra no sítio da família do marido for insuficiente, este vem para o sítio do sogro, que, poderá mesmo, em caso de aquisição de terra, tê-la em seu nome¹².

Não há um sentido de mão única quando se fala do sítio camponês, dos filhos ficarem ou irem para a cidade, há também o caminho inverso, casos em que filhos que já estão na cidade retornam ao trabalho no sítio do pai.

Marlene: *Seis e meia. (...) Eu levanto da cama, mas acordo mais cedo, seis horas, por aí. (...) Sozinha. Usava despertador quando trabalhava em firma, aí usava. Porque era mais cedo que eu tinha que levantar. Agora aqui, não.*

Larissa: *E o que é melhor, trabalhar em firma ou trabalhar com a lavoura?*

Marlene: *Ah, em termos de liberdade, aqui é melhor, não é? Mas, quebrar a cabeça, a firma é melhor. (...) Porque, sei lá... você esquenta muito, não é?*

Larissa: *Esquenta mais lá ou aqui?*

Marlene: *Aqui... Porque lá eu sabia o que eu fazia. (...) Eu era... várias coisas: eu era montadora de caixa, caixa de som. E eu sabia do serviço de lá, tinha a manha, né? Mas aqui, você não tem, aqui cada dia você tem que aprender, é uma escola. Lá não, você tem que aprender, certo, mas você já sabia... você tem aquela prática, né? Esse negócio que vai entrar dinheiro, que não vai entrar dinheiro, então é uma coisa que... e lá você não está nem aí, não é verdade?... Todo mês vai entrar. Aqui, você tem que trabalhar, você tem que planejar tudo, para se dar certo, se corre o tempo normal, o ano bem, se sai bem, agora se não sai bem, vai fazer o quê? Aqui já... Olha, é e não é*

¹² BOMBARDI, 2004a.

difícil [trabalhar com a lavoura], é o que eu falo para você: é uma coisa que ela não depende só de mim, você entendeu? Ela depende do clima, ela depende do ano, se o ano for bem, for um ano bem aceito, tudo isso consta. Agora serviço de firma é diferente, você vai lá, você aprendeu, você sabe manusear uma coisa, você vai fazendo. Eu trabalhei em três firmas, eu trabalhei em química aqui, mexia com ração, ração de animal (...) aqui na Lavizoo¹³, depois dali eu passei para a Nerval, mexia com vinagre, bebida, artigo de bebida, vinagre, essas coisas. Depois... passei para Motorádio, então, são serviços totalmente diferentes uns dos outros... totalmente. E você vai ficando dentro de uma firma, você vai aprendendo outros setores também, não é? Você vai pegando prática. Se você tem um bom salário, compensa mais, mas um bom salário! Porque aqui você esquenta, viu! É mais sossegado, eu estou aqui conversando com você, é mais sossegado, mas sei lá, só que exige mais...

Larissa: Por que você resolveu sair da firma e vir cuidar do sítio?

Marlene: Por causa da minha mãe, ela ficou ruim, muito doente, e como as minhas irmãs já tinham casado todas, só ficou eu, então sobrou para mim. Mas aí a firma fez acordo comigo e tudo. Mas aí não teve jeito, eu tive que sair mesmo, então foi aonde que meu pai falou: se você sair de lá, para você não ficar sem o seu dinheiro, você vai tocando um pouquinho de goiaba para você. No começo, a goiaba era pequena, né? (...) A goiaba vai formando, vai formando, a coisa vai aumentando. Aí eu fui ficando assim, acostumei assim, até hoje eu estou assim. Ah, porque a gente tem que ser independente, não é? Ter o dinheiro da gente, sei lá? Eu tinha meu dinheiro lá, era independente, porque eu falava: 'ah, para eu ficar aqui no sítio e ficar assim só dependendo deles, né?' Se queria dinheiro assim teria que pedir para eles, para o meu irmão, então...

Esse depoimento é revelador de várias questões importantes na compreensão do campesinato. A primeira delas é a “forma de acordar”, o despertador era utilizado quando ela era operária, o relógio aparece como controlador do tempo de trabalho desde o momento de acordar. Quando ela passou a trabalhar no sítio novamente o despertador foi dispensado, embora ela continue acordando cedo. Assim, quando pergunto o que é melhor, ela me responde que em termos de liberdade é o trabalho no sítio (o papel do despertador é simbólico). Entretanto, o trabalho na firma era melhor, pois não tinha “quebra-cabeça”, ou seja, as tarefas repetitivas eram rapidamente aprendidas e não havia a necessidade de lidar com o mercado, com a incerteza, como o leitor verá.

Interessante neste depoimento também é que ela voltou a trabalhar no sítio dos pais em função da necessidade que a nova estrutura familiar impôs. A partir do

¹³ Trata-se de um lote no próprio bairro cujo proprietário é veterinário (é um entre outros que adquiriram a terra por possuírem um título agrícola).

momento em que as irmãs casaram-se e a mãe ficou doente, ela, como solteira, teria por obrigação assumir o papel de mulher da casa, não só executando as tarefas da casa propriamente ditas, como também aquelas da lavoura. Entretanto, o salário lhe proporcionava uma autonomia de consumo que dispensava a necessidade de pedir dinheiro ao irmão. Assim, o pai reservou uma parte do cultivo para ela, de modo que ela trabalhasse no sítio e, ao mesmo tempo, conservasse uma autonomia financeira para seus próprios gastos. Segundo Moura (1986, p. 55): “Sabe-se que pequenas parcelas da roça podem estar sob o controle feminino, e que o produto nelas obtido visa assegurar às mulheres condições de convertê-lo, pela venda, em bens para uso próprio”. De qualquer forma, é perceptível o quanto a estrutura familiar determina o destino trilhado pelos filhos. Embora ela fosse já uma “mulher independente”, quando a mãe se adoentou era inquestionável que ela viesse ocupar seu lugar no sítio.

Na fala a seguir, transcrevo as palavras de um irmão entre três, que trabalha no sítio. O irmão mais velho trabalhou no sítio até casar, sua esposa veio e começou a trabalhar com eles e depois ele foi trabalhar fora, mas, como se verá, retornou ao sítio onde está até hoje. O irmão mais novo nunca tinha trabalhado no sítio; entretanto, em função de sucessivas frustrações no trabalho fora do sítio, acabou retornando (atualmente está trabalhando como motorista de ônibus).

... é, o Gilberto, faz dois anos que ele está levando uma “chumbecada”, [ele ri... fala sobre o irmão que antes não trabalhava na lavoura e agora está trabalhando]... ah, tem que aprender, não é?... é, ele, a gente vai dando, a gente fala para ele, só que tem vezes que ele não escuta... eu estou trabalhando na roça desde que eu tinha oito anos, meu irmão também, depois meu irmão casou, saiu fora, eu fiquei aqui, eu nunca saí daqui, o único que não saiu foi eu... é, meu irmão, quando ele casou, ele saiu trabalhar fora. Ele foi trabalhar de empregado, aí ele tinha úlcera, aí não tinha jeito, daí ele operou... Depois ele foi trabalhar num depósito de sucata, ferro-velho, aí tinha que fazer muita força, então ele tinha operado fazia pouco tempo, aí ele, aí meu pai pegou e falou assim: ‘ah, o jeito é comprar um caminhão para ele e ele fica trabalhando para ele...’, ele ficou trabalhando uns tempos na pedreira, depois fracassou o serviço na pedreira também, aí ele veio e começou a trabalhar na roça... O Gilberto começou a trabalhar uns tempos com caminhão, não foi também, não deu certo, aí o meu pai deu um caminhão, na época nós tínhamos três caminhões, tinha um 608, um busculante, caçamba, que o meu irmão Eco trabalhava com ele, e tinha um de carroceria, aí repartiu um caminhão para cada um, aí o Gilberto foi trabalhar, começou a trocar caminhão, foi indo, trocou com um mais novo, depois trocou por um

outro, aí depois fez uma besteira também, perdeu tudo... Daí meu cunhado ajudou ele com um pouquinho que ele tinha, a comprar outro caminhão. Foi trabalhando também, não foi também, agora está trabalhando na roça, dando murro em ponta de faca [ele ri], é porque na roça não é fácil não, viu? A turma olha, fala assim, que nem tem uns parentes lá de São Paulo, às vezes vêm aqui - meu primo que faleceu - também falava: "ê, titio, mas aqui de vocês é bom! Quando vocês querem comer fruta vocês pegam no pé, não é?" Ele pensa que é só plantar e nasce!

A terra surge como uma possibilidade positiva de reprodução da família.

Entretanto, consideram que o trabalho na mesma é extremamente difícil. Assim, para aquele que nunca havia trabalhado na roça, as dificuldades são maiores, pois é necessária uma série de conhecimentos que já têm incorporados aqueles que os aprenderam e desenvolveram desde a infância. Por isso ele fica "*dando murro em ponta de faca*" até dominar o processo de trabalho que o irmão que trabalha na roça desde os oito anos possui e ensina. É interessante como o pai da família determina as possibilidades de ação dos filhos, "*aí meu pai pegou e falou assim, 'ah: o jeito é comprar um caminhão pra ele e ele fica trabalhando pra ele'*" em função das necessidades e possibilidades da família e daquilo que o pai julga que seja o melhor para seu filho fazer. É significativo também que a família como um todo responde pela responsabilidade de um de seus membros, ainda que isso signifique perdas monetárias razoáveis.

A fala seguinte refere-se ao caso de uma filha que voltou ao sítio dos pais depois de casada e, o que é importante, depois de morar e trabalhar na cidade. Do ponto de vista da reprodução de sua nova família (ela, o marido e os filhos) julgaram que seria melhor estar na roça do que na cidade. Assim, veio para o sítio dos pais como meeira¹⁴:

D. Alzira: ... *ela fez o cursinho de entrar no, quantos anos você trabalhou no posto?* [no posto médico do próprio Bairro Reforma Agrária].

Helena: *Eu trabalhei 13.*

D. Alzira: *13 anos ela trabalhou no postinho ali.*

Helena: *Quando abriu a Reforma, foi aberto o posto, só que daí fechou, não sei direito a causa, não sei se foi falta de verba, mas fechou, daí resolveram abrir de*

¹⁴ Forma de parceria em que o parceiro (meeiro) divide com o proprietário das terras os gastos e os ganhos. Ou seja, em geral paga pelo uso da terra a renda em produto (OLIVEIRA, 1984), o proprietário se encarrega de sua venda.

novo, não sei se foi por causa da administração nova, que tinha interesse de abrir posto de saúde, daí pegou, queria pegar o pessoal daqui do Bairro para trabalhar, daí eu entrei, eu trabalhei 13 anos assim, seguido... fazia tudo.

D. Yolanda: *Ela fez curso de enfermeira... que nem ela não acha mais!*

Helena: *Entrou eu e a Lúcia, depois ficamos primas...*

D. Yolanda: *Prima do Luís Brito [me explica o parentesco].*

Helena - *Entrou eu e ela, foi feito um curso aqui, daí o pessoal que estava interessado, as meninas, assim, daí votaram, daí eu e ela entramos, daí sim, fizemos um curso tudo que deram para nós... fazíamos tudo, daí vinha médico e nós duas, fazíamos tudo, desde a faxina... E era um médico só, era um clínico na época que atendia gestante, adulto, criança, tudo, depois uma ou duas administrações para frente que daí sim, agora tem o pediatra, o ginecologista, tem tudo, tem recepcionista.*

Larissa: *Você saiu por quê?*

Helena: *Muitos anos a mesma coisa, começou pintar vontade de trabalhar de outra coisa, uma coisa diferente, daí comprei uma quitanda lá na cidade e comecei trabalhar, nessa época minha filha já tinha cinco anos, daí eu ficava fora o dia inteiro e, mulher, você sabe como que é, daí eu desisti, nisso eu estava de licença, não, eu tinha pedido a conta, tava de licença, daí minha licença ia vencer, daí eu vendi a quitanda, não, ainda trabalhei fora um ano mais ou menos e aí fiquei grávida do meu outro menino, nisso venceu minha licença, daí eu voltei a trabalhar só por causa da Unimed, assim, e daí, quando eu ganhei ele, daí eu pedi a conta mesmo, mas a intenção de sair, não foi do serviço, eu cansei, acho que sei lá... eu, trabalhar para Prefeitura é muito ruim, eu não quero isso paras minhas filhas não... eu tenho dois [filhos], mas eu falo assim: que é 10 que dá ordem, chega um, dá uma ordem, chega outro, dá uma ordem, e o salário que é bom, nada. E eu sou muito caseira, gosto muito de casa, gosto muito de ficar em casa, fico com os filhos, então eu acho que trabalhando assim na roça eu fico com eles, e porque eu e meu marido, na época ele era caminhoneiro, ficava às vezes de semana fora, e eu, o dia inteiro fora...*

Contrariando as expectativas vigentes de que a cidade exerce uma “atração irresistível” (SANTOS, 1995) sobre as pessoas, e que, portanto, estas teriam como tendência procurá-la como a forma mais adequada de garantir os meios de vida para a família, a realidade parece mostrar que esse não é um processo único. É o que se depreende dos depoimentos anteriores. Neste último depoimento vemos que Helena, a mulher com quem converso, vivia na cidade, e avaliou que o melhor para ela e para sua família era o retorno ao sítio do pai. No momento desta entrevista, Helena estava com seus pais embalando a serigüela que seria mais tarde entregue no mercado, seus filhos estavam ali com ela brincando e seu marido também estava ali, carregando o caminhão com as frutas que acabavam de ser embaladas.

Até mesmo o processo que alguns intelectuais¹⁵ tomam como inexorável, que é o fato dos filhos de camponeses se proletarizarem, é decidido no seio da família. É a lógica do trabalho familiar e da possibilidade de sua reprodução que define o destino dos filhos, tanto é que o caminho inverso, que seria inconcebível em uma visão histórica de sentido único, ocorre: os filhos “proletarizados” retornam ao sítio do pai para se reproduzirem enquanto camponeses.

Há também casos de homens adultos que tiveram a infância camponesa e se proletarizaram na juventude, mas quiseram voltar para a terra. Na fala a seguir, converso com um senhor que teve essa experiência e hoje é meeiro no Bairro Reforma Agrária. Curiosamente, o sr. Nelson, que é meeiro no Bairro Reforma Agrária, é também proprietário de um sítio próximo, no qual também trabalham meeiros. No entanto, sua esposa prefere morar no sítio no qual são meeiros e não proprietários:

É, antes de vir aqui, eu trabalhava, eu mexia com figo mesmo, figo, quiabo, essas coisas... É Rigesa de Valinhos, é fabrica que faz papel, caixa, essas coisas. [Mas antes de trabalhar lá, o senhor já mexia com lavoura?] É, mexia com lavoura quando era jovem, aí depois que eu peguei uma certa idade aí... vim para Valinhos, trabalhei oito anos nessa fábrica, trabalhei mais alguns anos aí por conta própria, aí depois [de trabalhar na cidade] e aí resolvi vir pro sítio outra vez, e tô aí até hoje.¹⁶

Todo este processo dos filhos ficarem na propriedade e assim permitirem a reprodução camponesa, ou, ao contrário, dos filhos irem para a cidade e se proletarizarem, está diretamente associado à trajetória da família. Como vimos, o camponês, como produtor de mercadorias, pode enriquecer, empobrecer, ou ainda perpetuar-se mais ou menos com uma quantidade regular de recursos. Caso ele enriqueça, uma vez que acumula certa quantia de dinheiro, pode ou não se tornar um capitalista. No caso do empobrecimento da família camponesa e do parcelamento da propriedade em função da herança, pode acontecer que a geração futura não fique na terra. Como se viu nas falas anteriores, os próprios camponeses, avaliando sua

¹⁵ Segundo Oliveira (1990, p. 6): “De uma maneira geral, poderíamos dizer que todos os intelectuais da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção”.

¹⁶ Entrevista com o sr. Nelson F.

situação, encaminham os filhos para o estudo, de modo que tenham uma vida digna na cidade, ou ainda, há a possibilidade de migrarem em busca de terra mais barata, por exemplo. Isto é o que também observa Tavares dos Santos, entre os colonos do Sul (1978, p. 47).

O jovem precisa permanecer porque é parte integrante da força de trabalho familiar e seu trabalho, principalmente o do jovem do sexo masculino, servirá para sustentar os pais quando ficarem velhos. Ficando na propriedade, o jovem garante a reprodução social do processo de trabalho camponês. Por outro lado, o processo de migração atinge sempre mais o campesinato, como veremos adiante. A valorização do estudo funciona como uma forma de preparar o jovem para o desempenho de tarefas urbanas, possibilitando uma "profissão" na cidade. Nesse plano, à "escola", curso primário feito no estabelecimento situado no próprio núcleo colonial camponês, antepõe-se o "estudo", cursos após o primário, feitos na vila próxima ou na sede do município: "Pra mim, estudá, quando uma pessoa tem estudo ela tem tudo. Tanto é trabalhar no escritório que na colônia, onde que a gente tem estudo num falta mais nada".

Em fala anterior, pôde-se ver que d. Maria fez a seguinte afirmação:

Mas ali não é só deles, coitados, então eles têm que fazer o futuro deles para fora, porque a hora que a gente apitar na curva... ai o que eles pegarem disso ai é herança para eles... agora eles já têm a vidinha deles lá fora, então o que eles pegarem eles compram um terreno, um carro, ou reformam a casa que já estiverem, entende?

Como o valor da terra no Bairro Reforma Agrária é bastante alto¹⁷, as famílias que direcionam seus filhos para a cidade sabem que o sítio, no futuro (quando eles, os pais, já não estiverem vivos), pode completar o conforto de uma vida digna que almejam para eles. Assim, estes pais, que sabem que não têm como reproduzir a família camponesa, procuram garantir uma vida o mais razoável possível para seus filhos, de tal forma que ainda que estejam na cidade e sejam assalariados, o que é sinônimo de sujeição e falta de independência, terão pelo menos uma casa, para que não se encontrem desamparados em uma situação adversa provocada pelo desemprego - que têm absoluta consciência de estar aumentando nos últimos anos.

¹⁷ De acordo com Zibordi (1998, p. 70): "Os valores da terra na Região de Campinas são os mais elevados no âmbito do Estado de São Paulo. Segundo o Instituto de Economia Agrícola (1996), o preço médio da terra de cultura de primeira por hectare na região de Campinas era de R\$ 6.859,01. Em particular, no Núcleo Agrário Capivari, o valor da terra para fins agrícolas é muito alto, atingindo R\$ 25.000/ha de terra nua".

Sem dúvida, o parcelamento da propriedade, ou a saída de parte dos membros da família da terra, bem como a compra de terra para os filhos para a reprodução do trabalho camponês, são todos elementos da produção camponesa na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo em que o capital expropria, permite, contraditoriamente, a reprodução camponesa, através da subordinação de sua renda.

De acordo com Oliveira (1995b, p. 500):

... uma parte do campesinato tem elevado grau de produtividade do trabalho familiar camponês através da introdução de inovações tecnológicas. Em muitos casos tem mesmo conseguido acumular uma poupança que reaplica na compra de mais terra – de seus vizinhos, por exemplo, que podem não ter tido a mesma possibilidade de acumulação, ou porque optaram pela migração, ou ainda porque foram expropriados sumariamente porque perderam as terras em função de dívidas não-pagas.

Isso quer dizer que, nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses, não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra camponesa. Mas sim o capital, talvez mais sabiamente, expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses poderem também ter terra para continuar camponeses. É por isso que, na maioria dos casos, são os filhos dos camponeses que se proletarizam. Ou seja, a proletarização não atinge diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela, seus filhos...

O camponês, como se vê, cômico desse processo, avalia a sua situação e em função da análise que faz, decide como encaminhar os filhos. Dessa forma, se por exemplo o parcelamento da propriedade através da herança vai comprometer a continuidade na terra, ele direciona os filhos para a cidade.

Se por um lado, esta questão tem aparecido no Bairro Reforma Agrária em apenas parte das propriedades e de alguns anos para cá (em função do número de gerações na terra), por outro, esta era uma questão posta no Assentamento da Fazenda Santa Helena já nos primeiros anos de existência. Léa Maria da Rocha que desenvolveu sua pesquisa apenas cinco anos após a implantação do projeto, identificou naquele momento essa questão como um problema indicado pelas famílias:

Os chefes de família consideram-se todos lavradores... Acham, porém, que para os seus filhos não há muito futuro na agricultura. O tamanho do lote, a família numerosa, não lhes mostra ser possível que permaneçam no loteamento pois o sítio é suficiente apenas para a família, dizem eles. Assim, só um dos herdeiros poderá viver nele. Por isso incentivam, sobretudo para os filhos homens, a busca de outras

profissões, mostrando grande apreço pelo estudo que permite alcançar bom nível de vida, como dizem. (ROCHA, 1970, p. 81)

Evidentemente que este direcionamento estava absolutamente atrelado à condição vivida por aquelas famílias na implantação do assentamento, como será oportunamente discutido.

Há, assim, no campesinato, um processo de diferenciação, ou seja, de enriquecimento e de empobrecimento. Entretanto, *este não é um processo de mão única*, em que os camponeses ricos tornam-se capitalistas e os camponeses pobres proletários, como entendia Lênin e, como entendem seus seguidores:

Observamos que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista. Praticamente todas as obras que tematizam a situação econômica da agricultura russa no período posterior à reforma assinalam a chamada "diferenciação" do campesinato. Conseqüentemente, a nossa tarefa consistirá no estudo das características fundamentais desse fenômeno e na definição da sua importância. (LÊNIN, 1982, p. 35).

A tão esperada polarização camponesa, de transformação de uns poucos camponeses ricos em capitalistas e dos camponeses pobres em proletários, ocorreu (e ocorre) apenas parcialmente. O processo de enriquecimento e de empobrecimento, muitas vezes, ocorre por mais de uma vez em uma única geração.

Este debate teórico deu-se de forma minuciosa na Rússia, principalmente no começo do século XX, no período anterior à Revolução e mesmo posteriormente a ela. A crença de que os camponeses tenderiam a se tornar capitalistas ou proletários dirigiu todo o processo de reforma agrária na Rússia, processo que acabou se configurando como um grande desastre. De acordo com Shanin (1983, p. 17-8):

La concepción de la dinámica básica de una sociedad campesina, aceptada por los responsables de la política rusa y, sin duda, por la mayoría de los rusos cultos a principios de este siglo, puede ser esquematizada en unas pocas frases. La creencia general era que en el inevitable proceso del avance económico, cada sociedad humana se dirigía necesariamente hacia una creciente división del trabajo, al establecimiento de relaciones de mercado, acumulación de capital y diferenciación social. Se creía también que estos procesos se centraban en las ciudades, pero se esparcirían por el campo de manera inevitable. Las explotaciones campesinas ricas, que estaban mejor e más abundantemente equipadas y tenían una relación

capital/trabajador más alta, se encontraban en una posición ventajosa por lo que se refiere a la óptima utilización de los factores productivos y su posterior acumulación. Precisamente por razones opuestas, las explotaciones campesinas pobres se hallaban en desventaja a la hora de realizar cualquier intento para mejorar su situación socioeconómica. La continua acumulación de ventajas e desventajas económicas condujo a una polarización de la sociedad campesina en agricultores ricos que, en forma creciente, adquirirían las características de empresarios capitalistas, y agricultores pobres que perdían sus explotaciones convirtiéndose en asalariados agrícolas sin tierra empleados por los agricultores ricos, los propietarios de fincas o los empresarios urbanos. (...) El fato principal de la historia rural rusa en el primer cuarto de siglo es que el desarrollo pronosticado de la estructura de clases, así como de la respuesta política del campesinado, no ocurrió.

O desenvolvimento do capitalismo não se fez e não se faz de maneira uniforme e única. O campesinato é uma classe social do capitalismo, necessária à reprodução do mesmo, ainda que contraditoriamente. Segundo Oliveira (1991, p. 48):

Assim, esse processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital, além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Para Martins (1990, p. 170-1):

... é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Portanto, não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar do tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra.

No que concerne à especificidade do campesinato, ao contrário do que colocava Lênin, o(s) processo(s) de enriquecimento e/ou de empobrecimento da família camponesa não são vias opostas inevitáveis, é bastante complexo e envolve uma série de fatores. O primeiro deles é referente à estrutura familiar e ao ciclo biológico da mesma¹⁸. Chayanov (1974) abordou essa questão extensivamente em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*. Há uma diferença de produção no interior da propriedade familiar de acordo com a capacidade de trabalho da família. Em uma primeira fase da família, formada pelo casal e filhos pequenos, a quantidade de produção, e, portanto, de recursos, é exígua, justamente pela demanda de trabalho

¹⁸ Para maiores detalhes desta discussão, ver Bombardi (2004a).

para a sustentação de vários membros. Com o passar dos anos, essa situação se altera a tal ponto que, com vários filhos em idade plena de trabalho, a capacidade de produção da família é grande e os recursos conseguidos também. Mais tarde, novamente, em função da velhice dos pais e da possibilidade de parcelamento da propriedade, volta a haver uma situação de restrição econômica. Tudo isso, considerando uma família padrão com um certo número de filhos homens e mulheres e desconsiderando a possibilidade de morte ou doença de qualquer um deles, que, como se viu¹⁹, muda completamente tal configuração e muitas vezes significa a descontinuidade da família na terra. Ou, ao contrário, no caso de vários filhos, sobretudo homens em idade de trabalho, há a possibilidade de enriquecimento da família. Isso significa que a estrutura familiar, sob seus vários aspectos, possibilita uma maior ou menor capacidade de trabalho.

Esse é um fator responsável pelo enriquecimento e empobrecimento da família camponesa. Entretanto, não é o único. Shanin mostra que há três fatores importantíssimos na determinação da trajetória da família camponesa. São eles: a natureza, o mercado e o Estado.

Para encontrar una interpretación más satisfactoria de la movilidad de las unidades domésticas campesinas es preciso volver a nuestro análisis de la estructura social básica del campesinado y de las peculiaridades de una economía campesina. Hasta aquí se ha aceptado la noción ampliamente extendida de que la unidad doméstica campesina es una dualidad, unidad de familia y producción, altamente integrada. De acuerdo con este enfoque, la unidad doméstica como una familia y, la vez, como una empresa en condiciones de producción parcial de mercancías. Ahora, aislaremos una tercera característica fundamental de estas unidades domésticas que resulta significativa para nuestro análisis. La unidad doméstica campesina funciona como una pequeña unidad de producción de recursos muy limitados, estando sujeta en gran manera a las poderosas fuerzas de la naturaleza, el mercado y el Estado. (SHANIN, 1983, p.161)

De acordo com Shanin esses três fatores têm uma influência fortíssima no destino da unidade camponesa, somados, evidentemente, àqueles relacionados à estrutura familiar anteriormente estudados por Chayanov.

¹⁹ Para maiores detalhes, ver Bombardi (2004a).

Assim, a permanência das famílias camponesas no Bairro Reforma Agrária (tendo em vista a prestação do pagamento do lote com a qual deveriam arcar) se deu, sobretudo, através da soma de dois fatores: um é a estrutura familiar e o outro, a possibilidade de extração de maior renda da terra através do cultivo das frutas.

Averigüei durante o trabalho de campo que a trajetória traçada pelas famílias foi se diferenciando ao longo dos anos, e, como foi visto, algumas tendem a não se reproduzir como camponesas e cuidam para que as gerações futuras sejam encaminhadas para a cidade. Outras, ao contrário, têm como tendência a reprodução do sítio camponês. Outras ainda têm enriquecido, tendo algumas se tornado também pequenos capitalistas e, portanto, vivenciando contraditoriamente uma dupla identidade social: camponês e capitalista.

Busquei, através dos depoimentos colhidos em campo, o “caminho temporal inverso” da história dessas famílias para apreender quais elementos são responsáveis pelo destino das unidades camponesas. Shanin aponta que o processo de mobilidade camponesa é bastante complexo, em geral uma linha muito tênue separa uma boa condição financeira de uma má:

Cada unidad doméstica estaba influida en gran manera por factores individuales de tipo coyuntural que moldeaban su historia y la estructura actual de la familia. La posición relativa dependía de diferencias económicas realmente pequeñas, por lo que el azar podía jugar un papel desproporcionado. Un contrato afortunado, un hijo buen trabajador, una fusión provechosa, o, por el contrario, la enfermedad o muerte de un miembro trabajador, la muerte de un caballo, la obligación de aportar la dote, o incluso una querrela familiar culminando en la división de la unidad doméstica podían conducir a un cambio completo en su posición socioeconómica. (SHANIN, 1983, p. 164)

A estrutura familiar e a relação da unidade camponesa com os fatores levantados por Shanin (a natureza, o mercado e o Estado) são elementos essenciais para o entendimento da trajetória camponesa em seus sítios.

Com relação à natureza, Shanin (1983, p. 161) faz a seguinte afirmação: “Las fluctuaciones naturales del clima (períodos cálidos y fríos, lluvias oportunas o

inoportunas, granizo, tormentas y fenómenos parecidos) producen una serie más o menos aleatoria de años agrícolas “buenos” y “malos”.”

Recolhi inúmeros depoimentos em trabalho de campo relatando momentos pelos quais a família passou sérias dificuldades financeiras, que perduraram por alguns anos, justamente em função de um infortúnio com os elementos da natureza.

Sai de lá de Atibaia, onde [havia muitos] japoneses... então plantação de tomate [a família cultivava tomate], à meia, meeiro, né, parceiro. Então trabalhava lá, aí gostava também, mas trabalhava!... Aí então, quando começou a colher, aí... granizo! Granizo! Estragou tudo!...²⁰

De fato a ocorrência de fenômenos naturais é responsável muitas vezes por acarretar uma situação financeira precária com a qual o camponês é impotente para lidar.

No assentamento da Fazenda Santa Helena, como será visto, a espera da chuva aparece nos depoimentos com uma grande angústia.

Na fala transcrita a seguir, do dia 21 de julho de 2000, um dia em que geou, é possível ter a exata noção do significado de um acontecimento como esse. Converso com uma senhora e o seu cunhado:

D. Maria: *Eu estava lá na roça, eu não estou com a minha cabeça muito boa hoje, aí descí lá embaixo, vi a goiaba, mas me deu um nervoso! Eu estava lá no meio da roça, eu estava zozza... dá um nervoso, mulher do céu! Nem que você não queira ficar nervosa, fica. Eu não tinha descido lá ainda... eu tinha descido até na uva, até na uva não está tão ruim... Nossa Senhora, dá um!...*

Sr. Luís Antônio: *A turma fala: 'ah, tem fé em Deus, que recupera...' , mas você não recupera nunca mais...*

D. Maria: *Ah, isso aí não recupera... agora daqui a uns dois meses que ia começar a colher bastante goiaba, agora veio essa! Aí perde tudo, não é? [Eu pergunto sobre o meeiro.] Ele está trabalhando fora, para ganhar para comer, para não apertar nós agora... se você não tiver idéia boa, dá uma depressão na gente, Deus me livre! Porque dali que você tira para comer do meeiro, coitado! ... Soltou óleo dentro do saquinho [queimou a goiaba mesmo envolta em um saquinho de papel]... depois, o dia que a goiaba recuperar, você mostra a foto para a gente falar: 'ah, será que nós passamos por isso?'... Dá dó, estava tão bonita... nunca aconteceu, depois que eu casei deu uma vez só uma geada assim, mas foi pouquinha, não é, Didi?*

²⁰ Entrevista com o sr. Okimoto.

Sr. Luís Antônio:... queimou tudo [a goiaba, não foi só na baixada] até... o que não pegou mesmo foi umas nove ruas aqui em cima... agora esse tempo aqui, esse solzão assim vermelho é que é o perigoso para geada... porque quando ele desce meio vermelhão assim, é 90% de possibilidade de gear.

Larissa: Como você sabe?

Sr. Luís Antônio: Porque choveu. Olha: chuva e esse tempo aqui, que faz tempo que não chove, ah, lua cheia e o tempo ficar que nem um vidro assim que você quase nem vê nuvem, de domingo para segunda, estava! Estava uma maravilha, você não via nada assim de nuvem, aí então eu falei para o Téia: 'Téia, vai gear.' O Téia falou: 'é, você é louco?' Falei: 'olha, não vai gear muito, porque choveu bastante...'; falei, que se tivesse só dado uma chuvisqueira, a coisa ficava preta, mas não deu outra! Esses tempos de frio aqui, faz tempo que não chove e chove: 90% é geada... [Eu pergunto porque geia mais na baixada] Por causa do sereno. Por que sempre na baixada a tendência do sereno é puxar mais: a umidade.

Larissa: O que que é a geada?

Sr. Luís Antônio: É que nem lá pro Rio Grande do Sul, aquele lá, conforme ela vem caindo, ela já vai virando neve, né, então uma certa altura ela já vem congelada, e essa aí é água que ela vai caindo e depois com o frio embaixo ela vai, é o sereno que vai virando gelo... [ele mostra a folha e a goiaba queimadas] essa aqui está sapecada, essa aqui já perdeu [pergunto sobre as que estão com flor] essa daqui também, mas daqui para cima ainda pegou pouco, agora quer ver só, daí para baixo pegou bastante... porque é mais úmido...

Quando foi mais ou menos nove e meia, 10 horas, a gente já começou ver que já tava torrando mesmo... começou a sair o sol, já começou a queimar... [ele mostra a que está queimada]... pior que tristeza, e pior que a gente não tem outro meio de ganhar dinheiro sem ser com isso aqui, né, Larissa?... aqui é bom, mas eu já enjoiei, se a turma topasse, eu vendia, pegava a minha parte, dava para a molecada comprar uma casinha... eu ia ver se eu trabalhava de empregado! Não vira não, faz 38 anos que eu estou dando murro em ponta de faca, não sei disso, que nem agora que a gente estava contente que ia dar bastante goiaba, mesmo que o preço fosse ruim, dava para você tirar alguma coisinha, agora perde tudo, agora fica um ano sem ganhar nada de novo, só trabalhando, ah, desanima... já cansei minha beleza, desde quando me conheço por gente nunca acertei nada, aí vai desanimando, só de óleo, eu já gastei nessa abobrinha um tambor e meio de óleo, e o último tambor que eu comprei, paguei 147 reais ... agora que fui comprar, foi para 70 o litro, agora só um tambor, o que eu colhi de abobrinha não paga nem o óleo, vamos supor, se ela pegasse reais, uma pela outra... que fossem 15 reais uma pela outra, 10 caixas... R\$150, ainda não pagava o óleo, depois eu gastei mais R\$50 de uma carreta de esterco, mais um saco e pouco de adubo, mais R\$113 que eu gastei de registro para fazer esse ramal para molhar, se analisar bem mesmo, você tira do bolso! Não, trabalhar não desanima a gente, trabalhar você tem que trabalhar mesmo ou aqui ou em outro lugar para você sobreviver, mas a gente desanima porque você trabalha, trabalha e não vê resultado, quando você vai ver que você vai ganhar alguns troquinhos vem: é chuva de pedra, é geada, é, que nem aquela que nós podamos nove ruas, o ano retrasado nós colhemos... quase 4.600, dessa vez não deu mil e pouquinha... é da doença, perdeu tudo. E agora a geada! Aqui na roça, aqui, você tem que jogar com tudo, você tem que jogar com seca, com se dar seca, que nem estava dando seca, você está perdendo

porque a goiaba não cresce, você não ganha, se chove demais, dá doença, tem que gastar no veneno, se der chuva de pedra, você perde porque danifica a mercadoria, a turma não quer; Se dá geada... se vai levar no Ceasa, se você não pagar 25%, eles não vendem sua mercadoria, então, ah não dá, não é? A gente faz mil parafusos, mas que encaixam mesmo...

Transcrevi esta longa fala porque é uma “fotografia” do momento da geada. Como foi gravada no dia em que geou, foi possível colher um depoimento que retrata exatamente como a família encara o acontecimento e o que ele determina do ponto de vista da unidade produtiva²¹.

Percebe-se a tristeza de minha interlocutora ao caminhar pelo sítio e ver o estrago que a geada fez: “*se cê num tiver idéia boa dá uma depressão na gente, Deus me livre!*”, a perda da produção em função da geada significa praticamente um ano de trabalho perdido, e, além disso, um período possivelmente extenso de recursos exíguos. Em função da colheita que não se sucederá, vivenciam nesse momento uma situação de desespero. Tal é o efeito dos “acontecimentos naturais”, como mostrou Shanin, que o meeiro que trabalha na propriedade terá que “trabalhar para fora”, “*ele está trabalhando fora, para ganhar para comer para não apertar a gente agora...*”: a família proprietária fica sem condições de fornecer o alimento do meeiro, tendo em vista que não poderá contar com a colheita que faria dali a dois meses.

O desespero vem justamente da impotência para lidar com a situação já que “*a gente num tem outro meio de ganhar dinheiro sem ser com isso aqui*”. O “sucesso” do trabalho no sítio camponês, a sobrevivência da família, estão vinculados à regularidade dos fenômenos da natureza. Quando há uma modificação (e de fato eles têm total consciência de que essas “alterações” também têm uma regularidade), ela muitas vezes significa a dificuldade da permanência em ficar na terra, e, no desespero, a proletarianização aparece como uma saída. Assim é que, como afirmou Shanin, através da ação destes fenômenos, como outros, “*podían conducir a un cambio completo en su posición socioeconómica*”.

²¹ Ver Fotografia 15.

Em função da impossibilidade de lidar com um efeito nefasto de uma ocorrência natural, a direção que estava tomando o sítio - do ponto de vista de seus recursos financeiros, já que era esperada uma boa colheita – muda. Nesses momentos, a indesejada proletarização aparece como saída, ao menos no discurso: *“se a turma topasse eu vendia, pegava a minha parte... eu ia ver se eu trabalhava de empregado... faz 38 anos que eu estou dando murro em ponta de faca”*.

Compreendendo essa fala sob outro ângulo, o camponês dá uma explicação dos processos climáticos de geada e neve. É notável a propriedade com que o sr. Luís Antônio explica-me como um e outro evento acontecem e por que acontecem, exemplificando os dois fenômenos, inclusive em função da latitude. É incrível o seu conhecimento da natureza, conhecimento esse adquirido com seus pais e também através de sua própria experiência de vida. Ele sabe quando vai ocorrer uma alteração climática - tal como a geada, que não ocorre todos os anos - através da observação do tempo (do Sol, do céu, da Lua, da temperatura e da umidade). A partir da observação dos elementos climáticos (todos combinados, não os vê separadamente) ele infere que há grandes chances de gear.

Esse saber tão aprofundado da natureza é evidentemente extremamente útil, pois fundamenta o arcabouço de técnicas que ele possui para lidar com esses eventos e, assim, procurar alguma saída em uma situação como essa.

Por vezes, esses fenômenos naturais que podem levar a família à dificuldade de continuar se reproduzindo têm um efeito contrário, ou seja, pode ocorrer que justamente em função dos estragos na lavoura a família se recupere financeiramente, ou até mesmo enriqueça:

Foi em 91, 92 que deu aquela geada forte mesmo que torrou tudo... Pegou geral, pegou aqui também. é, teve nego aí que precisou serrar o pé de goiaba embaixo, e a nossa queimou, mas não estragou assim para precisar arrancar o pé, a gente cortou algum galho assim que queimou, a gente cortou, mas foram poucos [E vocês pegaram preço?] Ah, a nossa, o mais que pegamos foi cinco, até cinco reais nós pegamos, mas a turma, o Nakao mesmo aí chegava a mandar quinhentas caixas, seiscentas caixas a 13 reais..., até naquele tempo morava o Eli ali, ele comprou duas motos, comprou carro, comprou um monte de coisa, o Cafuringa ficou rico, com o Eli [quem é

Cafuringa?] é o Cafuringa que tem a, lembra no primeiro ano que ele pôs a lanchonete ... ele vendia costelão para turma aí adoiado, que a turma estava cheia da, estava abonado com a goiaba, né? Os caras davam risada sozinhos, ganharam dinheiro para caramba! Ganharam! Parece que no acerto de contas desse Eli que morava ali, com a d. Maria do Nakao, parece que ele deu acho que quase, não sei se foi 13 ou 23 mil reais que deu para ele de goiaba, ele comprou para os filhos dele moto, uma moto cada um, comprou um Voyage... meeiro eram, então eles ganharam bastante dinheiro, mas também não souberam aproveitar, antes de ganhar e guardar, por em uma poupança, aí foram metendo o pau, agora também, estão sem nada, porque lavoura é assim, Larissa, muitas vezes você acerta uma, duas lavouras boas, depois você trabalha aí três, quatro anos só trocando chumbo, não é? Então tem que, e também nós nunca ganhamos dinheiro com mercadoria boa, só com porcaria [Como assim, por quê?] Porque quando você tem mercadoria boa, não tem preço, e nós também ganhamos, compramos caminhonete, uma caminhonete C10 na época em... o ano era 73, nós compramos em 75. Foi um ano que nós plantamos tomate também, e o tomate tinha subido na estaca e desceu para baixo e tava a coisa mais linda, então a gente catava tomate, aquele tomate grandão, assim, fazia, que nem a gente fala, fazer boca de seis: porque fazia amostra, eram seis tomates que iam na amostra, e mandava no Ceasa, ela vinha era um e cinqüenta, um e setenta, depois foi para cinco, depois foi para sete, deu uma subida, e depois deu uma geada que eu com o meu pai quase morremos encarangados de tanto ficar tacando fogo em pneu, pau né, para fazer fumaça para ver se espantava aquela neblina gelada [Durante a noite?] A Noite inteira, e foi que nem uma geada preta, a turma falava geada preta porque dava aquele tipo de uma neblina e ventania fria, então o tomate queimou tudo, mas não sobrou nada, no outro dia você olhava assim, parecia que foi passado fogo nele, estava tudo com aquela pele preta, então aquela lá apodrecia, não é? Aí nós cortamos embaixo o tomate, numa distância assim para cima da terra e aquele lá foi brotando, brotou, depois que passou a geada, brotou. Só que não deu tomate grandão, deu tudo tomatinho miúdo, aí a gente vendia aquele tomatinho todo miudinho assim, raquitico, que ele fica, ele não fica com carne, ele fica só com aquela casca, enxergava toda a semente dentro dele; 120, 130 cruzeiros [Era dinheiro?] Nossa! Aquilo lá é dinheiro para ninguém por defeito, aí fazia três anos que a gente não pagava o banco, não pagava armazém, aí deu para pagar tudo onde nós devíamos e ainda sobrou para comprar o caminhonete! Aquele ano foi bom, mas foi bom porque deu a geada, se não tivesse dado a geada também não fazia nada porque aí a gente tinha tomate bom, e todo mundo tinha, não é?

Essa fala tem elementos muito importantes que vale a pena serem discutidos. O primeiro deles é que mostra exatamente o processo de enriquecimento em função de uma afortunada colheita em uma época em que geou, ou seja, quem conseguiu colher, ainda que minimamente, obteve um preço alto por sua mercadoria, tanto que os vizinhos “davam risada sozinhos”.

Na fala transcrita anteriormente converso com o mesmo senhor da fala imediatamente anterior. Vê-se o processo de enriquecimento e de perda de recursos acontecer na mesma propriedade. Retornando ao Shanin: “Las fluctuaciones naturales del clima... producen una serie más o menos aleatoria de años agrícolas “buenos” y “malos”...”.

Quando pai e filho identificaram a “geada preta”, passaram a noite inteira fazendo fumaça para tentar amenizar seu efeito. Entretanto, a geada queimou o tomate e eles, ainda na tentativa de recuperar o cultivo, podaram-no próximo ao solo. Ele então mostra que o tomate brotou e deu frutos muito ruins, ao contrário da previsão da primeira colheita. Entretanto, em virtude de ter havido geada em muitos locais e, portanto, pouca oferta do produto no mercado, eles alcançaram altíssimo preço. De fato, enriqueceram, a palavra não é um exagero. Pode haver realmente mudanças muito significativas de um ano para outro, de tal sorte que a família pague todas as dívidas, não só no banco, como no armazém (esta última denota uma situação precária financeiramente), como também adquira outros bens.

É muito significativa, nesse sentido, a seguinte afirmação que ele faz: “*nós nunca ganhamos dinheiro com mercadoria boa, só com porcaria*” ou seja, a geada, por si só, não foi o fator responsável pela família ter ganhado mais dinheiro. Foi a relação com o mercado que acabou por determinar essa possibilidade.

Percebe-se, como colocou Shanin (1983), que a variação da situação financeira da família camponesa pode ser enorme de um ano para outro. As famílias são absolutamente conscientes desse processo: “*porque lavoura é assim, muitas vezes você acerta uma duas lavouras boas, depois você trabalha aí três, quatro anos só trocando chumbo.*”

Assim, quando meu interlocutor afirma “*aqui na roça... você tem que jogar com tudo, você tem que jogar com seca, se der seca que nem estava dando, você está perdendo, que a goiaba não cresce, você não ganha, se chove demais, dá doença, tem que gastar no veneno, se der chuva de pedra, você perde, que danifica a mercadoria...*”

se dá geada... você vai levar no Ceasa, se você não pagar 25%, eles num vende sua mercadoria, então, ah, não dá, não é” está revelando justamente dois dos fatores abordados por Shanin como responsáveis pela trajetória da unidade camponesa: a natureza e o mercado.

Essa suscetibilidade do campesinato frente aos fenômenos naturais e ao mercado é marcadamente uma preocupação constante; por isso, em falas anteriores, quando relato a conversa que tive com uma moça que voltou ao sítio do pai para trabalhar, ela revela justamente a consciência dessa condição: *“Aqui você tem que planejar tudo, para se der certo, se correr o tempo normal, o ano bem, se sai bem, agora se não sai bem, vai fazer o quê?... é uma coisa que ela não depende só de mim... Ela depende do clima, ela depende do ano, se o ano for bem, for um ano bem aceito, tudo isso consta. [Por isto ela afirma:] Porque, sei lá, você esquenta muito, não é?”*

3.3. A consciência do processo de subordinação e as formas encontradas de superação: Bairro Reforma Agrária - Campinas

“O pessoal não percebeu, eu tenho isso na minha cabeça, nós não somos pessoas assim, livres, nós somos escravos ainda, eu acho que é escravidão, porque são eles que sobem o dólar, que sobem o adubo, que sobem o veneno, o que é que nós somos? Nós somos escravos, eles só estão iludindo a gente, eu acho que nós somos escravos ainda, na roça, é, entendeu?”

Sr. José Marcos Foregatti

De fato os camponeses estão não só sujeitos às intempéries da natureza, como também, e sobretudo, às determinações do mercado. Sua relação com o mercado se faz de forma subordinada e, como já afirmei, eles têm absoluta consciência de como tal processo se dá. Há uma conversa, colhida em entrevista de campo, que mostra de forma clara esta relação:

Regina: O que é que o dólar faz para nós? Ele comanda nosso país? É a moeda daqui, por algum acaso?

José Marcos: A turma fala: 'ah, eu não entendo de química.' Porque vem produto importado, tem que comprar... eu fui comprar semente de abobrinha, o cara falou: 'a mas subiu, o dólar subiu'. Eu falei: 'mas a semente de abobrinha é produzida aqui, meu Deus do Céu...'. você começa a analisar, mas para que isso? Existe uma coisa errada...

Regina: É exploração...

José Marcos: O adubo custava 300, foi para 500. Agora, a uva é o mesmo preço, da onde vai sair? Vai estourar no produtor.

Larissa: O preço da fruta não aumenta de acordo com o gasto de vocês?

Regina: De jeito nenhum, nunca foi assim.

Larissa: O que determina o preço da fruta?

José Marcos: É a procura. É, se tiver pouco, ela altera o preço, mas assim mesmo você não tem consumo também. Não é isso?

Regina: A roça está, não é? [difícil]

José Marcos: O pessoal não percebeu, eu tenho isso na minha cabeça, nós não somos pessoas assim, livres, nós somos escravos ainda, eu acho que é escravidão, porque são eles que sobem o dólar, que sobem o adubo, que sobem o veneno, o que é que nós somos? Nós somos escravos, eles só estão iludindo a gente, eu acho que nós somos escravos ainda, na roça, é, entendeu? Por que, o que é que é a roça? Se eu não

plantar, eu não colho. Hoje, se você falasse para mim: arrumei um emprego, mil reais, eu sumia daqui rapidinho, porque eu não gasto isso de alimento no mês.

Esta parte da entrevista é reveladora da consciência que têm do processo ao qual estão submetidos: eles são dependentes de mercadorias, insumos industrializados, e o preço de alguns desses insumos têm variação conforme a moeda norte americana (que subiu no início de 1999, na crise cambial do real). Entretanto, o preço de suas mercadorias tem sua determinação em função da oferta e da procura, o que significa que independentemente das despesas que tiverem com o cultivo da fruta que produzem, ela será paga de acordo com a quantidade disponível no mercado, o que pode significar que gastem grande soma de dinheiro no cultivo e recebam um valor inferior ao que seria necessário: *“da onde vai sair? Vai estourar no produtor”*.

De acordo com Marx (citado por Oliveira, 1981, p. 11):

Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade, e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo portanto, resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho.

Parte da renda camponesa – como estes trabalham com o limite da sobrevivência – é, portanto, dada de graça à sociedade. Por isto também a expressão: *“vai estourar no produtor”*.

No depoimento anterior, meu interlocutor se disse “escravo”, pois está subordinado ao capital industrial e não encontra formas de driblar esse processo. Ele não tem controle dessa relação *“porque são eles que sobem o dólar”*. A esta subordinação à qual estão sujeitos - como se viu na fala anterior – chamam de exploração.

A saída que lhes parece possível costuma estar assentada na esperança de que *“o governo olhe para o lavrador”*:

D. Alzira: No Ceasa, tem o Ceasa em São Paulo, mas não agüenta também, manda um pouco lá. Olha: se fosse mandar toda a mercadoria, não compensava, não paga o vasilhame... o comprador é barato também, mas sempre um pouquinho dá para fazer um dinheirinho, dá para lucrar um pouquinho, a gente gasta muito: é caixa, é papel, é... Olha, a serigüela: nós compramos plástico, compramos caixa para embalar,

gaveta, tudo, caixa para goiaba, é tudo assim, papel para embrulhar, veneno que está um absurdo, isso daí que precisaria que o governo visse, não é?

Larissa: *E agora que aumentou o dólar, aumentou o veneno?*

D. Alzira: *Então, não estava muito caro assim. Meu Deus, eu fui comprar outro dia, eu não trouxe veneno... Lebaicid, você achou... [perguntando para d. Yolanda que me acompanha] Eu vou ter que comprar esse daí agora, a última vez que eu fui, até ele falou: 'leva só o necessário...' , ele falou: 'porque, quem sabe, dá uma abaixada...'*

D. Yolanda: *Eles estão segurando porque eles são... sabe que não vai abaixar, não é? Vai subir.*

D. Alzira: *Mas quem sabe dá uma abaixada, daí eu peguei e levei só o Burim (?), daí agora foi pior, porque agora não tem para comprar...*

D. Yolanda: *É, não tem para comprar e subiu mais porque o dólar teve alta de novo, não é?*

D. Alzira: *É, subiu mais ainda, agora... se o governo não olhar isso daí para nós a lavoura vai...*

D. Yolanda: *O governo não quer nem saber, o bolso tá cheio. Ele vai criar mais imposto, não sei do quê.*

D. Alzira: *Eu ouvi falar no jornal ontem... só cria imposto.*

Helena: *Mas vocês viram que o carro zero pelo dólar, o governo deu um jeitinho, não é? Tem sempre um jeitinho, agora, por que é que nós da lavoura, que dependemos, que é de produto importado, tinha que dar um jeitinho também para nós. Subiu mais de cem por cento...*

D. Alzira: *O povo mais esquecido é o povo da roça.*

Helena: *... já era caro, já era uma coisa que a gente pesava no orçamento da gente para comprar, agora, então...*

D. Alzira: *Não sei o que eu vou fazer mais... então o veneno, se ele não ver isso daí para o povo da lavoura, não sei o que vai acontecer, e ele não está nem aí com a vida, não, o povo da lavoura é o povo mais esquecido! Ele não ajuda com nada, agora cobrar as coisas, eles ainda são bom!¹*

Esta conversa revela a mesma consciência do processo de subordinação ao capital industrial da fala anterior. É surpreendente a clareza que têm do jogo de forças que envolve o processo ao qual estão submetidos. O governo aparece aqui como a única possibilidade de equilibrar as forças, mas “o povo da lavoura é o povo mais esquecido”. Entretanto, a indústria goza de um poder (concedido pelo Estado) que os agricultores não têm, o governo lançou mão de medidas que possibilitaram a continuidade da plena venda das indústrias, a exemplo da automobilística.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que revelam através da expressão “o povo da roça é o mais esquecido” seu processo de subordinação, assentam no governo

¹ Entrevista realizada durante o 2º mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso.

uma expectativa de equidade das forças: “*se o governo não olhar isso daí para nós, a lavoura vai...*”.

O Estado atua, portanto, da mesma maneira que o mercado. Como foi colocado anteriormente, na sociedade capitalista, no seio do processo de mundialização, cada vez mais o Estado tem o papel de defender os interesses da iniciativa privada, e portanto, da livre reprodução do capital, assim:

... o processo de sujeição da renda da terra ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação dos seus instrumentos de produção. [...] O camponês, sob o capitalismo, tem o papel de produzir mercadorias, via de regra abaixo do custo de produção, que irão possibilitar o barateamento do custo de reprodução da mão-de-obra no processo de reprodução ampliada do capital nas atividades urbanas, ao mesmo tempo em que fornece matérias-primas e mão-de-obra, o excedente populacional das pequenas unidades de produção, que irá incrementar o exército de reserva nas cidades. (ETGES, 1989, p. 219)

Como já afirmei, Shanin (1983) apontou que três fatores exteriores à unidade camponesa (a natureza, o mercado e o Estado) atuam de uma maneira que redefine a trajetória camponesa; entretanto, nota-se que muitas vezes Estado e mercado atuam exatamente no mesmo sentido.

Em um dos sítios visitados no trabalho de campo, a família estava planejando cultivar verduras de forma “orgânica”, visando, por certo, ter boa aceitação e preço no mercado. Entretanto, para vendê-las como produto orgânico é necessário um “selo” fornecido pela Secretaria de Agricultura, que é garantia de que o produto foi cultivado nessas bases. O senhor que entrevistei estendeu-me um papel e disse-me: “*olha só, Larissa, o que é que o governo está fazendo para nós!*” O conteúdo do papel era o preço da hora-consulta de agrônomos de uma empresa privada que vende sustentação técnica para a implantação de agricultura orgânica. Disse-me também que um amigo seu foi até a Secretaria da Agricultura em busca de tal selo e o agrônomo responsável, embora estivesse com o selo disponível sobre sua mesa, disse-lhe que voltasse no dia seguinte. Nem mesmo sob a argumentação do sitiante de que morava longe o agrônomo entregou-lhe o selo.

Neste caso, menos do que comprovar a verdade do fato, interessa entender o significado do episódio (aquilo que é relatado e a interpretação feita pelo camponês).

Este acontecimento é revelador do sentimento que têm os sitiante com relação ao governo. Ao mesmo tempo em que julgam que o governo é quem deveria mediar seus interesses, sentem-se também completamente abandonados por ele.

O Estado não atua, pelo menos não no Brasil, de maneira a garantir que não haja uma grande extorsão de renda do campesinato, pelo contrário, o que se vê é o campesinato debatendo-se “livremente” com o capital industrial, financeiro e comercial. Segundo Tavares dos Santos (1978, p. 51):

... se há geração de uma renda da terra no processo de trabalho camponês, isso não significa que ela seja apropriada pelo mesmo. Ele é um produtor simples de mercadorias e, sendo a composição de valor do seu produto marcada por uma predominância de trabalho vivo, sua posição em um mercado capitalista, onde tem vigência um preço de produção social médio, será subordinada. Em outras palavras, o valor do produto camponês somente será realizado parcialmente para o próprio camponês, retornando a ele em forma de dinheiro apenas parcialmente; isso porque os preços de mercado não cobrem o valor do seu produto.

Conseqüentemente, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração...

A renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial.

Essa sujeição da renda da terra camponesa ao capital não significa de forma nenhuma que o camponês seja um trabalhador para o capital, como se fosse um assalariado; pelo contrário, como mostra José de Souza Martins:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1990, p. 175)

Nas entrevistas realizadas no trabalho de campo coletei falas que expressam com clareza a noção do papel que os camponeses têm nessa sociedade. Têm também a exata noção de como o Estado está atuando, e como poderia e deveria atuar. Na fala a seguir conversei com um casal que relatou a situação que estavam vivenciando, a forma como a concebiam e a maneira como poderia ser diferente. A conversa desenrolou-se após eu ter lhes perguntado qual era sua opinião sobre reforma agrária:

Sônia: *O que eu acho? Para dizer a verdade, essa daqui foi uma reforma agrária, mas não deu certo também, não é? Porque muita gente passou para frente as terras. Eu acho que o governo tinha que dar mais apoio, incentivar mais a pessoa, mas do jeito que está a situação, a situação não está legal, as pessoas não estão pensando mais em trabalhar na terra, porque está muito difícil a situação do agricultor hoje em dia, e a gente, eu, para falar a verdade, eu nem sei o que pensar em reforma agrária, viu? Porque a gente está passando uma situação tão difícil que eu mesmo falo, se fosse para mim, eu gostaria de ir embora daqui... eu gostaria, eu gosto de morar aqui no lugar, mas só que a gente está vendo que cada dia que passa está piorando a situação do agricultor, então a gente está passando apertado, e tem muita gente, aquele que consegue emprego, ele consegue se manter durante o mês e a gente não, se a gente não tem uma coisa para colher, a gente não recebe nada de ninguém, então é difícil, viu! [Eu pergunto por que ela acha que está cada vez mais difícil.] Eu acho que teve muita mudança no governo, foi uma pior que a outra. [Desses últimos?] É, eu acho.*

Valter: *Eu acho que o pior mesmo foi no Real.*

Sônia: *Sabe o que é que é? Você colhe mercadoria e quando você está colhendo bastante a mercadoria, vai lá embaixo o preço, não ajuda, ela sobe um pouco quando você não tem, você entendeu? Que nem, você tem que ter uma caixa de goiaba, chegou a vender a 50 centavos... 58... você tira a despesa, não te sobra nada! Para você fazer, vamos supor, 580, você tem que vender mil caixas de goiaba, desses 580 você tem que tirar a caixa vazia, tem que tirar saquinho, tem que tirar adubo, então não te sobra nada, então eu acho que isso não é vantagem, o que acontece?, muita gente está em banco, fazer dívida em banco depois está contando, depois a pessoa conta com esse dinheiro para pagar a conta no banco e não consegue, a dívida vai aumentando cada vez mais, como está acontecendo muito por aqui! Tem muita gente que está quebrando, e é gente grande que tinha coisa, então eu acho que está difícil, a lavoura está difícil. Eu acho que a reforma agrária, eu acho que, eu não sei, só se for bem feitinho, mas eu acho que não funciona não, na minha opinião... Sabe o que precisaria, se desse certo, o agricultor que tem goiaba, ele mesmo vender a mercadoria dele! Para o consumidor, direto. Então ele poderia vender um pouquinho mais caro e a pessoa poderia comprar um pouquinho mais barato do que esses outros que estão vendendo de atravessador, não é? Porque a nossa mercadoria vai para o Ceasa, do Ceasa vai para o feirante, em quantas mãos ela passou?*

Valter: *É, então se você conseguisse falar: 'olha, eu tenho goiaba a um e vinte, um e vinte e cinco.' Olha, um e trinta seria o ideal, um e trinta, se conseguisse manter um e trinta do começo, assim, é, durante o ano inteiro, é, não precisaria mais do que isso, então, é, estaria uma média ótima um e trinta, é, você teria uns 30 centavos mais ou*

menos por caixa de despesa. E, no caso, seria um real de... não seria lucro, eu estou dizendo, aí você teria que tirar sua mão-de-obra e esse um real seria pelo seu trabalho, não é? Então estaria ótimo, sabe, daria para você investir na agricultura, além de você sobreviver, daria para investir na agricultura, na parte de irrigação, é, e num monte de coisa, você poderia melhorar a adubação, você poderia, é um outro sistema de irrigação... ao invés de ser com mangueira, você poderia fazer com gotejamento, um monte de coisa poderia fazer, mas eu acho que devia sobrar pelo menos um real para gente livre, isso daí assim... que o mês passado chegou esse preço...

Sônia: *Você não pode contar com esse dinheiro...*

Valter: *Você não está conseguindo programar a agricultura mais, a agricultura está...*

Sônia: *Porque antigamente, nós assim, chegava final de ano, vendíamos a uva... Nossa! Você ganhava dinheiro para o ano inteiro, não é, Valter?... Você mantinha o ano inteiro! Hoje em dia, você não consegue mais...*

Valter: Antes do Real, esse antigamente nosso sempre é antes do Real. Então tinha inflação, só que você pegava um dinheiro da uva, primeiro a uva, ela sempre, até mais ou menos o Natal e o Ano Novo, ela sempre passou a inflação, se a inflação dava um mil, ela dois mil... sempre mais alto... só que depois você perdia com a inflação, depois, vamos supor, a inflação chegava no mil e você não tinha nem um mil de inflação, só que o que você colhia antes era mais fácil você vender, porque tinha inflação, mas em compensação quem comprava, sabe, esse dinheiro corrigido, esse monte de coisa, a pessoa acabava comprando sem perceber essa inflação de dois mil, então, você pegava esse dinheiro, você conseguia pagar suas contas e esse dinheiro aplicado, se você conseguisse aplicar o dinheiro, você vivia com a inflação desse dinheiro, então você não conseguia consumir essa inflação, e hoje não, hoje a situação ficou, para você ter uma idéia, quando entrou esse real, uma caixa de goiaba vermelha chegava a vender 15 reais... é, até sete chegava a vender, mas a 15 reais vendia bastante! A 15, a 12, a 10, e hoje uma goiaba vermelha pode ser da melhor que tiver, se você vender ela a três, três e vinte, é muito difícil! Não pode ter goiaba no mercado e tem que ser uma goiaba muito bonita!

Sônia: *Depois caiu e não saiu mais. Mas a goiaba, que nem ele falou: 'um e vinte, um e cinquenta', dá para você ganhar dinheiro, mas tem época que ela vai lá embaixo também...* [Eu pergunto por que caiu tanto assim o preço da goiaba.] *Muita goiaba.*

Valter: *Eu acho que não é tanto.*

Sônia: *É, Valter, muita!*

Valter: *Ainda o que atrapalha a gente, que está atrapalhando, é intermediário. Porque se ele está pagando uma caixa de goiaba que é vermelha a três reais, ele está vendendo no mínimo a cinco... é, tudo isso...* [Intermediário é quem tem a banca?] *O intermediário aqui, onde nós estamos, aqui, para a fruta chegar no consumidor ela vai passar em dois intermediários, daqui tem o que vai no Ceasa e o que vai no Ceasa vai comprar a mercadoria no Ceasa para depois levar para a banca, então, essa goiaba, se ela sai por três aqui, quando o intermediário for repassar essa mercadoria para o consumidor, de três reais ela vai sair nada a nada por sete...* [Pergunto se eles têm caminhão.] *Não, o pessoal pega aqui, então é isso que...*

Sônia: *Se a gente tivesse condições, uma condução da gente negociar mercadoria da gente, a gente ia ganhar um pouco mais...*

A opinião sobre reforma agrária está assentada na própria experiência: “*se não tiver um incentivo*” e “*se não for bem feitinha*” não funciona. As expressões “incentivo” e “bem feita” remetem-se a uma intermediação do governo no sentido de equilibrar as forças na relação camponês-mercado. Nessa fala, como na anterior, percebe-se que a extorsão de suas rendas se dá por meio, primeiro, do capital industrial, através da aquisição de toda sorte de insumos necessários, e, por último, por meio do capital comercial, através da venda de seus produtos “para o atravessador”, o papel do governo neste caso seria o de possibilitar a venda direta do produtor ao consumidor de modo que a renda não fosse apropriada pelo capital comercial.

Nota-se também que meu interlocutor tem um certo cuidado em utilizar a palavra “lucro” para definir a remuneração dele e de sua família (que é a renda): “não seria bem lucro” - ele diz - seria a quantia necessária para viver bem. Ele procura mostrar que sua argumentação é legítima e não fundada na exploração e na “ganância”.

O governo, na concepção dos camponeses, para “fazer a coisa bem feitinha” deveria fornecer meios para que eles mesmos pudessem vender as suas mercadorias, de modo a evitar que uma parte da renda fosse transferida:

O que eu falo é um outro comércio, o governo deveria incentivar... vamos supor, um mercado no centro de uma cidade para o produtor vender direto, ele ganharia, teria dinheiro certo ao vivo, à vista, e o produtor venderia um pouquinho mais caro, ganharia um pouquinho e poderia vender um pouco mais barato desses feirantes, não é que eu queira tirar o emprego deles, mas é do produtor poder ganhar um pouquinho mais. E não tem isso em lugar nenhum, tem? Porque a Unicamp veio fazer uma pesquisa, estava tentando fazer isso lá em Campinas, mas não conseguiram, os feirantes caíram de cima.²

A fala também revela o poder do capital comercial - evidentemente que não apenas dos feirantes - para evitar a comercialização direta dos camponeses aos consumidores. Vêem que o Estado neste jogo de forças, está ao lado do capital e não dos camponeses.

² Entrevista com d. Sônia e sr. Valter.

Na troca dos produtos agrícolas pelos industrializados há sempre um desequilíbrio básico, segundo Shanin (1983, p. 162-3):

La relación de intercambio entre los sectores urbano y rural (reflejada en los precios relativos de los principales productos agrícolas y no agrícolas en el mercado abierto) influyó notablemente en las economías de las unidades domésticas campesinas. Prácticamente cada unidad se veía envuelta de alguna manera en operaciones de intercambio: como mínimo tenía que vender parte de su producto para pagar los impuestos y comprar algunos bienes industriales, incluido el equipo para la explotación... Los precios de mercado de los productos que afectaban a la economía campesina fluctuaban ampliamente y su determinación se hallaba, desde luego, fuera del campo de la economía del pequeño propietario.

Os camponeses, portanto, revelam em suas falas que ao lidarem “livremente” com o mercado (tanto na hora de comprar os insumos industriais quanto na hora de vender seus produtos) encontram-se em uma posição notoriamente desvantajosa, corroborando a análise feita por Shanin.

Na fala transcrita anteriormente aparece também uma terceira forma de transferência da renda camponesa, desta vez, para o capital financeiro. Por meio dos empréstimos que fazem para a aquisição de adubos, herbicidas, mourões etc., parte da renda camponesa é apropriada pelos bancos. Entretanto, notei no trabalho de campo, que sobretudo após o Plano Real, a renda que lhes é extraída pelo capital financeiro aumentou sobremaneira, de tal sorte que um grande número de camponeses do Bairro não conseguiu pagar o financiamento por mais de um ano sucessivo, o que acarretou uma cobrança de juros abusiva. Se antes o empréstimo era realizado e pago sem onerar a família, depois passou a ser impraticável. Por isso, meu interlocutor afirma: *Antes do Real... tinha inflação... mas em compensação... esse dinheiro corrigido... você conseguia pagar suas contas e esse dinheiro aplicado... você vivia com a inflação desse dinheiro, então você não conseguia consumir esta inflação.* Nota-se também neste diálogo que eles apontam a existência de várias famílias com dívidas junto aos bancos.

Os bancos, ao concederem empréstimo, no procedimento normal e legal que fazem, ficam com uma parte da renda da terra camponesa. Entretanto, têm também

realizado procedimentos ilegais de cobrança de juros e multas impraticáveis do ponto de vista da legislação específica de crédito rural, o que tem acarretado praticamente a impossibilidade da família camponesa quitar seu débito ano após ano. Pude registrar pelo menos dois casos em que os camponeses venderam uma faixa de terra de seus sítios para quitarem suas dívidas com o banco.

Tive acesso a um documento em que o Banco Itaú abriu uma Ação Monitória contra uma família, em virtude de um débito que a mesma tinha junto ao banco no valor inicial de R\$17.280,00 (dezesete mil e duzentos e oitenta reais) em agosto de 1995.

Esse documento foi analisado por um advogado especialista em direito rural, Augusto Ribeiro Garcia, que indicou todas as irregularidades cobradas pelo banco. O banco estava cobrando juros de 16% ao ano (valor superior ao máximo de 3% a 6% ao ano, estabelecido pela legislação específica de crédito rural) e fazendo contrato de aditamento com a família, que é o que os advogados chamam de "mata-mata" (acrescentar um valor ao primeiro empréstimo para fazer a negociação). Essas irregularidades foram de tal sorte que em dezembro de 1998 o montante a ser pago pela família, de acordo com os cálculos do banco, era de R\$ 25.139,66. Ou seja, em três anos, estava acrescido ao valor do débito inicial em torno de 50%.

Segundo o advogado Lutero Pereira, em artigo de título "Apontadas irregularidades no crédito rural"³:

... os bancos estão ignorando a legislação que disciplina os financiamentos agrícolas e cobrando dos produtores uma infinidade de taxas abusivas, vedadas pela lei específica (4.829/65), que foi instituída para fortalecer o produtor rural e não o banqueiro. Essa lei deu ao crédito rural uma função social, lastreando-o com recursos do Tesouro Nacional, a fim de que fosse repassado aos agricultores em condições especiais [...] os bancos oferecem essa linha de financiamento como se fosse de mercado livre, misturando as de RO (Recursos Obrigatórios) com as de RPL (Recursos Próprios Livres). Além das taxas de juros mais baixas (de 3% a 6%), nos financiamentos de RO é vedada a inclusão de inúmeras taxas cobradas nos financiamentos de recursos próprios.

³ Revista DBO RURAL, n° 122, ano 18, abril de 1999, p. 178.

Outra irregularidade refere-se à contabilização e capitalização dos juros mês a mês, e à comissão de conta vinculada ao financiamento, e que a contabilização dos juros seja semestral (em 30 de junho e 31 de dezembro) e não mensalmente. As irregularidades só são descobertas quando o devedor é executado judicialmente.

Para o camponês, estar endividado é sinônimo de vergonha. Por vezes, no trabalho de campo, eu sabia que estava conversando com uma pessoa que vivenciava esta situação, mas ela conversava comigo como se esse fosse um problema dos outros: “*graças a Deus, está tudo bem*”. Em geral, só depois de um convívio estreito é que eu tinha acesso ao que de fato estava ocorrendo:

*Ninguém, estava todo mundo bonito no pedaço, porque os únicos que estavam falidos eram a gente, sabe, então é por isso que eu não fui [na festa], e aí como arrumamos essa advogada, eu falei: 'ah, agora vou ficar perdendo tempo?' Mas você tinha que ter visto a reportagem do Globo Rural lá do Paraná! Mas você tem que ver que união dos agricultores! [...] É bonito, porque todo mundo passa na TV, depois que aconteceu isso, você tem que ver quanta gente que já veio atrás. Saber qual que é o advogado que eu arrumei, quem que eu tinha arrumado e tudo. Mas só que eles não falam que eles estavam na mesma situação! Você acha? [...] Mas não é fácil. Daí, então, que nem eu estava explicando, daí o juiz falou para mim: não, a senhora está certinha. Porque eu falei para ele: escuta aqui, doutor, se o governo está dando reforma agrária, se eu, se eu não sei fazer outra coisa, para onde que eu vou? Para terra, né? Se eu for para cidade, o que é que eu vou fazer? Roubar! Não é? Porque pára e pensa: o que eu vou fazer na cidade? Não é verdade? Porque aqui eu não estou falando para você, se você perguntar quanto custa um saquinho de arroz, eu sei responder, se você perguntar quanto custa um litro de veneno, eu sei te responder, né? O que é que eu vou fazer na cidade? [...] Não tem, e depois numa situação do jeito que está, ninguém guardou dinheiro para nada, porque você tem onde morar, você ganha para sobreviver, não é? Por exemplo, a minha colheita esse ano, se eu reclamar para você, é pecado! Mas se vai falar para mim, 'você vai comprar uma chácara para você morar', eu não tenho dinheiro, eu tenho que lutar pelo que eu tenho, não é? Para manter. Que nem você vê, dá um salário, que nem você ganha um salário, não é? Que nem se você fizer, no final das contas dá um salário do que você está trabalhando ali, como que eu vou juntar dinheiro para comprar uma chácara? E como que eu posso entregar de mão beijada? Não é? (...) Daí ele [o juiz] falou para mim: 'não, você tem mais é que lutar', daí ele falou para mim que eu tava certinha mesmo, em tudo que eu estava pensando, que eu jamais podia deixar o banco tomar (...)*⁴

A fala é reveladora de diversos aspectos do universo moral camponês. Dizer “todo mundo tava bonito no pedaço” revela que ela sabia que outras pessoas vivenciavam a mesma situação, porém procuravam escondê-la ao máximo. Como o

⁴ Entrevista realizada em 31/03/1999.

caso dela era mais grave, com a possibilidade iminente de perder a propriedade para o banco, tornou-se público. De qualquer forma, embora sabendo que sua situação era pública, não quis tomar parte em uma festa “pública”, da comunidade, não quis se expor.

Outro aspecto muito importante é o que ela revela através da conversa com o juiz, ela diz “*escuta aqui, Doutor!*”, para ela é absolutamente ilegítimo perder sua terra para o banco, por isso ela se permite usar este “tom” com o juiz. Impossível conceber-se sem a terra: “*Se eu for pra cidade, o que é que eu vou fazer? Roubar! Não é? Porque para e pensa: o que eu vou fazer na cidade? Não é verdade?*”. O argumento dela vai no sentido de mostrar ao juiz que se o Governo está fazendo reforma agrária, ela, que é beneficiária da “primeira reforma agrária”, não pode ficar sem sua terra.

Segundo Moura (1986, p. 36), “A força da lei está no cerne de constantes conflitos entre o campesinato e as classes ou o sistema que o subordina de alguma forma...” na concepção de justiça camponesa nem sempre o legal e o legítimo coincidem.

A situação de desespero que as famílias vivenciam em função do débito com os bancos é seguida de doenças e/ou de contendas entre casais, em virtude da situação adversa pela qual passam:

Mas eu falei assim: ai, você não pode reclamar não é? Eu não reclamei sabe, mas eu passei... o que eu passei, gente do céu! Inclusive desse desgosto, atacou os ossos da perna do meu marido! Ele ficou nove dias a semana passada internado. Daí a médica viu, ela falou assim, para explicar a linguagem certa para eu entender, ela falou: 'olha, tem o osso, tem os nervos e tem os músculos...' ela falou: 'olha, está deslocado entre os ossos, os nervos e os músculos, por isso que dá as dores na perna...' É, ela perguntou assim se ele tinha passado algum trauma (...) Não, não contei, (...) é lógico que pensei, ... mas nem ela se interessou de perguntar.

A dívida junto ao banco é para o camponês um problema difícil de ser solucionado também no plano simbólico, pois ele trava com o gerente do banco uma relação pessoal, pelo menos de sua parte. Para ele a relação com o banco é também pessoal e não concebe, dessa forma, que o gerente queira prejudicá-lo.

... é, meu pai dava, não cobrava de ninguém, dava uva para um, era para outro, para outro, para outro, para outro. Ai eu falei assim: 'um ano eu vou marcar'. Um ano eu marquei, deu mais de quinhentas caixas embora de uva!... Muitas vezes você dá uma caixa para uma pessoa que você é conhecido, não tem problema nenhum, não é? Mas tinha nego que vinha aqui, vinha o gerente do banco, vinha o cumhado do gerente do banco, vinha o vizinho do gerente do banco... o carro vinha com três, quatro...⁵

Esta característica do comportamento camponês, baseada na confiança pessoal, leva a que ele sinta como extremamente desagradável colocar em dúvida o procedimento do banco, mesmo quando já tem certeza de que a instituição não está agindo da maneira correta. Há, às vezes, uma fusão, em seu imaginário, entre a instituição e o funcionário que a representa, não concebe que o gerente, que toma por amigo, possa deliberadamente ou não, lesá-lo. A procura por um advogado só é feita quando a situação torna-se insustentável, mesmo porque essa atitude envolve também assumir para outrem uma situação que julga vexatória.

Justamente em função de a família estar endividada, não consegue recursos para continuar cuidando da lavoura a contento, por meio dos insumos que costumava adquirir, o que, do ponto de vista psicológico, é extremamente desanimador “*ver o sítio largado*”; mas, além disso, força que a família encontre outros meios de obter recursos para se manter e para, mais tarde, cuidar da terra da forma adequada:

... lembra que a gente estava perdendo o sítio, que você foi comigo na Alice, não tinha dinheiro, como que você ia pagar essa fortuna? Porque os vizinhos puxam [fazem o transporte das mercadorias] você tem que pagar, porque você já pensou: 10 viagens de lixo, eu ia gastar uns 50 caminhões de lixo... daí não pusemos [uma forma de adubar a terra], já estava devendo para Deus e todo mundo, ainda você vai ficar devendo para vizinho... também eles precisam, não é, Larissa? Porque você fala que eles cobram, mas tem pneu, tem pedágio, tem tudo, tem o dia que eles perdem, o certo que eles tão cobrando... é de exagerado a gente que não tem dinheiro para pagar... eu fiquei vendo, tem que ter cabeça para sair desse sufoco, porque eu tenho uma terra ali embaixo, que é uma coisa linda... eu falei: 'quer saber de uma coisa, vamos fazer alguma coisa?' Tem que fazer, a caixinha mesmo, agora o moço levou duas caixinhas que eu fiz [para acondicionar o figo] porque a turma que tratou ainda tem figo, né?... e também sabe o que está me salvando? A goiaba, Larissa, você acredita, todo mundo está arrancando a goiaba e o que está salvando... porque está saindo bem, não é aquele absurdo, mas tendo quantidade, você faz dinheiro... se Deus quiser, vai melhorar... agora a gente está sufocado, chegou não tem mais onde sair, agora está mais feliz porque agora você sabe que você tem condições de ficar com o que é seu,

⁵ Entrevista com sr. Luís Antônio C.

onde você está morando, não é?... Tem hora que bate, a gente não é acostumado, sempre aquela vidinha, não de rico, mas aquela vidinha boa. Depois você chegar num sufoco desses! Você já pensou? Era um jardim! [o sítio dela] Você pensa que você via mato? Tudo formado!⁶ Olha que abandono! Eu fico doente, Larissa! Me dói o corpo quando eu começo a pensar!

Em decorrência da família ter ficado impossibilitada de “investir” o que seria necessário no cultivo do figo, na fala anterior ela se refere a não ter podido adubá-lo, procurou outras formas de garantir a manutenção de seus membros, uma delas foi a fabricação de caixinhas para embalar figo. Como eles já possuíam uma serra e adquiriam no aeróporto (de Viracopos), que é próximo do sítio, restos de madeira de *palets*, passaram a fazer as caixinhas e vendê-las principalmente para os sitiantes vizinhos.

Em função de uma resposta positiva da justiça com relação à permanência na terra, em oposição à possibilidade de perdê-la para o banco, passaram a cultivar verduras em uma parte do sítio, já que esse cultivo não demanda grande investimento (o adubo foi dispensado, pois o cultivo é feito na várzea e o uso de “veneno é mínimo”); assim, “*agora você sabe que você tem condições de ficar com o que é seu... eu tenho uma terra ali embaixo, que é uma coisa linda*” [a terra que ela utilizou para fazer a horta].

O camponês, ao lidar com o mercado, tem sua renda apropriada pelo capital ou muitas vezes distribuída para a sociedade como um todo, quando seus produtos são vendidos por preços ínfimos⁷:

... mas roça não vira muito viu, Larissa? Não vira, é muita, é muita roubalheira, não é? Aqui a gente tem que pagar tudo, aqui você paga, você paga para tombar terra, você paga arame, você paga mourão, paga adubo, veneno, embalagem, pagu frete, paga descarregador, paga comissão da pessoa para vender, paga três por cento do rural, aqui, tudo, tudo, tudo, o que você pensar, você vai aqui na lavoura, você está pagando, se o governo desse um incentivo para o produtor, poderia até ter mercadoria melhor, para exportar até, não é? Porque o cara cuidaria melhor, ele saberia que ele ia ganhar. Mas não tem. [Incentivo de que tipo o senhor imagina?] Ah, devia de, que nem aí no Ceasa, em Campinas mesmo é... está escrito lá, no cartaz lá

⁶ Quero chamar a atenção do leitor para a oposição que fazem entre “mato” e “formado”, questão que será retomada.

⁷ Ver Oliveira (1981).

é: o "Ceasa do Produtor", mas do produtor não tem nada lá, tem lá é só atravessador, porque a turma que tem pedra aqui eles levam 10 caixas deles e mil de fora, não é? [O senhor diz incentivo na hora de vender?] É, vamos supor, financiamento, financiamento seria mais barato e também nem fazer eles não fazem, não é? Não estão fazendo, aqui tem que ser na raça, e antigamente eles faziam financiamento para comprar maquinário e ajudava, né? Agora não, agora não tem nada não, agora tem que, e também com esse jurão que está aí, o cara que entrar no banco não sai, né? Difícil, não sai e a gente vai fazendo como Deus quer, né? Porque aqui era para por um bom pouco de adubo, tem que medir. [Medir?] Medir o adubo, tem que passar com uma lata só mostrando para o pé. Porque vai por o adubo, a gente põe um bom pouco, né? Então a gente põe pouco só para não falar que não pôs... e a turma fala que num sobe, né? Não sobe, o que é que não sobe? Quando veio o Plano Real, um saco de Ditane [veneno] custava 96 reais, hoje está... 170, 180 reais, subiu o dobro e a mercadoria antes de subir, abaixou, né? Então, é por isso que não... ah, se você perguntar para muitas pessoas, vão falar: 'ah, tá bom, né?' Tá bom para o "fulano", para o "cicrano", para esses caras aí que levam a mercadoria deles e levam a dos outros também, aí já a deles, eles tiram, agora a gente que fica aqui, mandando um, além de ser pouca mercadoria, além de ser consignado, aí não vira muita coisa... [Pergunto o que é consignado.] Você manda lá, vamos supor, você colhe duzentas caixas de goiaba, você manda, se ele vendeu, vamos supor, se ele vendeu por dois, ele te fatura um, e se também, se ele não vendeu dois ele escreve na fatura, não vendeu, aí você... [Arca com o prejuízo?] Arca, consignado é assim, agora se ele chegar aqui e falar: 'não, eu pago um real a caixa', e chegar lá, ele vender por dez, ele vai te pagar um real, mas se ele não vender, consignado é bicho feio... [É assim que está vendendo agora?] É, a turma não quer pegar mais compromisso. Eles levam, mas tudo sem preço, aí fica meio difícil... É que quando a gente veio morar aqui na Reforma a gente vendia no Mercado. No Municipal em Campinas [o tomate?] é, vendia tomate, couve-flor, repolho, berinjela, o que tivesse de mercadoria, né? E já sempre existiu os atravessadores, que os caras iam lá, tinham pedra, compravam de outras pessoas, não é? Mas sempre eles davam prioridade para os produtores. Aí depois de lá do Mercado mudou no Jardim do Lago, ali também, aí já começou piorar um pouco, agora foi lá no Ceasa, lá na Santa Genebra, lá, e agora a coisa esbraveceu de vez. Que nem: a gente vai vender uva lá, ele fala: 'quanto você tem de uva?', a gente fala: 'ah, tem 20 mil pés, tem 10 mil pés...', aí eles, você tem que ir lá no Ceasa, buscar o cara para vir fazer vistoria, depois tem que ir lá levar ele de volta, aí se você tiver, vamos supor, se você tiver só uva aqui no sítio e goiaba e você aparecer com outra mercadoria lá, eles não deixam vender... [Não deixa?] Não deixa, não deixa, e a uva também, eles dão dois meses só de prazo para você vender, se você vendeu, vendeu, se não vendeu, você vai lá: 'vou demorar mais uns dez, 15 dias...', aí eles dão mais um prazinho para você, depois acabou. Você já tem que desocupar a pedra para, que nem a goiaba que a gente tem quase o ano inteiro, então não tem como, não tem pedra comprada, então vende direto quem tem a pedra, então fica assim... É, não é fácil, né? Que nem, vamos supor, se tivesse um pavilhão só de produtor então, esse aqui: 'Você é produtor?' 'Sou.' 'Então você vai vender ali.' Aí você vende lá por cinco, por dez, ou se você dá de graça, está sabendo que é você que está vendendo, né? Mas eles não deixam. De primeiro eles deixavam, ia lá, fazia a papelada, agora... [No próprio Ceasa?] No próprio Ceasa. Só que eles querem um

*monte de documentos, né? Estão vendo, todo ano a cara da gente lá, estão cansados de ver a beleza da gente [ele ri] ainda precisa de um monte de documento ainda, né? É atestado de antecedentes, é tudo isso aí, né? É, não é fácil não. Uns dois, três anos foi até bom, viu, chegava lá e só recadastrava e... mas agora ficou ruim, bem ruim, agora também o Ceasa ampliou para caramba, não é?*⁸

Percebe-se nessa fala, como também nas anteriores, a expressão da consciência do processo ao qual estão submetidos. A princípio, ao capital industrial, através da compra dos insumos (adubos, herbicidas e inseticidas) que têm seus preços ajustados de forma abusiva (ele mostra os valores e o aumento que tiveram) a tal ponto que o preço das frutas não podem acompanhá-los nem mesmo minimamente.

Pude verificar no trabalho de campo que as principais empresas fabricantes dos insumos que eles utilizam são a Basf e a Bayer, duas multinacionais do setor químico de procedência alemã, que ocuparam em 1990, respectivamente, os lugares 32º e 39º no ranking das maiores empresas do mundo por venda (OLIVEIRA, 1995, p 252). Isso significa que a renda da terra camponesa, do Bairro Reforma Agrária, é também apropriada pelo capital industrial das maiores multinacionais do mundo que vão ao bairro por meio de seus técnicos para fazer demonstração da eficácia de seus produtos, aos quais os camponeses ficam então sujeitos, justamente pela necessária excelência do produto que devem entregar, de modo a obterem uma renda suficiente para a manutenção da família.

Esta dependência dos insumos químicos à qual os camponeses estão submetidos é extremamente danosa, não só por conta da extração da renda da terra, mas também porque traz prejuízos irreparáveis à saúde do camponês, sobretudo se é intoxicado por meio de um acidente com o veneno, como pude constatar nos depoimentos de trabalho de campo.

Pode-se ver um exemplo da utilização e, portanto, da dependência dos camponeses com relação a estes insumos químicos na Fotografia 18.

⁸ Entrevista realizada em 20/07/1999, com sr. Luís Antônio Chiquetano.

Percebe-se na fala que, em função do aumento extraordinário do preço dos insumos, ele passou a “medir” o adubo, a “mostrar” apenas para o pé (de cultivo) o adubo, já que adubar da maneira como julga adequado seria oneroso em demasia. Vai fazendo “como Deus quer”, pois não tem outro tipo de respaldo do governo. Assim, é comum escutar a expressão “*tem que confiar em Deus, porque se depender dos homens...*”. Por outro lado, diminuir a qualidade de tratamento dada aos cultivos pode significar a entrada em um círculo vicioso em que se obtém menor colheita e de qualidade inferior. O investimento em adubo visa obter a renda diferencial da terra⁹ por meio da melhoria do solo. Assim, conforme a situação financeira do camponês, esse investimento é maior ou menor.

Na fala anterior há um trecho que expressa de maneira singular o processo de sujeição da renda camponesa ao capital comercial. Meu interlocutor afirma: “*no cartaz lá é: o “Ceasa do Produtor”, mas do produtor num tem nada lá*”, ou seja, o produtor está “completamente livre” para se debater com os preços determinados pela oferta e procura e não tem meios de comercializar ele próprio sua mercadoria, o que acarreta que a entregue em um sistema de “consignação” no qual não tem garantia alguma de que sua mercadoria será vendida a um preço minimamente razoável. Além disso, quando têm a possibilidade de vendê-la, na época de sua colheita, estão sujeitos a uma enorme burocracia, que, de acordo com a visão de mundo camponesa, assentada na confiança estabelecida por meio da relação pessoal, é absolutamente inconveniente e desnecessária, além de onerosa: “*... tá cansado de ver a beleza da gente... É atestado de antecedentes, é tudo isso aí, né?*”.

Na concepção camponesa só mesmo o governo, que deveria agir com justiça, teria o poder para interferir na situação vivenciada por eles, mesmo porque eles têm o exato conhecimento de que em outros países os agricultores têm respaldo do Estado:

Mas agora negócio aí, é muita produção, não é? Aqui nessa região goiaba está empestado, Minas está empestado... Nossa, em Minas estão plantando goiaba que dá até medo! No Paraná estão plantando goiaba, aqui para o lado de Registro estão

⁹ Ver Oliveira (1985).

plantando, que diz que tem... de primeiro, a turma plantava era muito chuchu, banana, né, a turma está plantando goiaba agora, então está muita produção. [A deles também dá na mesma época?] Quase tudo dá no mesmo tempo, que agora a turma está podando tudo esparcerado, eu podou um pouco, o outro poda um pouco, o outro poda um pouco, então quando eu tenho pouco, todo mundo tem, então vai indo, ajunta e aí dá bastante, e quando chega no enchente mesmo aí, nossa, aí ninguém quer. Vender, vende, né? Mas aquele preço, só que também nós vendemos barato e os consumidores pagam caro porque depois que passa na mão dos atravessadores que vai ter valor, né?... É, fazer o quê, não tem outra profissão, não é? Tem que ficar aí, está velho, já não acha para trabalhar em outro lugar, tem que ficar aqui agüentando, porque eu acho que, sei lá, cada um tem um pensar, eu acho que o governo devia de fazer um tipo de coisa que todo mundo plantasse um pouco de cada mercadoria, não todos plantam só um tipo e o governo também desse uma segurança para o produtor, não é? Porque não tem nada de segurança, né? Que o, diz que lá nos Estados Unidos, que quando a turma vai plantar, cada um tem um limite para plantar, né? Diz que tem, não sei se é verdade, também eu sou burrão, não posso falar que é verdade, né? Mas diz que tudo vai plantar então, plantar milho, feijão, que senão todo mundo vai plantar só uma coisa e falta outro tipo de mercadoria, né? Então todo mundo plantar um tanto, né? Falar: não, pode plantar um pouco mais porque para não faltar, porque mercadoria, vamos supor, café, arroz, feijão, isso não é coisa perecível. Agora, figo, uva, goiaba, laranja, né, fruta, isso aí é, no máximo é uma semana, porque já estraga, não é? O figo, a uva, o pêssego, essas coisas assim é dentro de dois, três dias; o figo são dois dias, três dias no máximo, já perde, né? [E a greve dos caminhoneiros não atrapalhou vocês?] Não, para nós foi bom, quanto eles fizessem greve, aí seria bom, quase que compensa jogar um pouco fora, porque daí a turma dá um pouco de valor para... porque quando tem bastante, os negos não esquentam a cabeça, então quando está com pouco, aí tem um pouco mais de valor... estava vendendo [a caixa de goiaba] um real, veio 1,50, veio até 1,70, então muitas vezes você joga uma caixa fora, você joga só meia, né, porque a outra compensa o preço. E quando tem bastante, nossa, não sei se você já entrou no Ceasa em São Paulo? [Já.] Já foi? Você viu o que é mercadoria! Mercadoria que Nossa Senhora... Porque você vê, esses dias aí estava vendendo uma caixa de goiaba tipo 12, estava vendendo, a vermelha estava R\$1,80, no Caetano [supermercado] estava 60 centavos cada uma, já dava sete e pouco, né, então ele está pagando R\$1,80, vamos supor que ele paga dois, não precisa nem por os quebrados, põe sete, sobram cinco, não é? Olha aí quanto que eles ganham a mais. [Esses cinco ficam na mão de quem?] Ah, fica na mão do cara que, vamos supor, esses cinco aí ficam para o cara que vendeu, né, o cara que vai pegar no supermercado para repassar para o consumidor, então é o consumidor, nós aqui, nós não ganhamos nada, os atravessadores ganham porque aqui nós pagamos caixa, nós pagamos saquinho, nós pagamos óleo para molhar, paga veneno, nós pagamos tudo, não é? 23% de "começão", eu falo começão, porque isso aí não é comissão, é começão, né? Comissão, mais o carregador... [De quem é essa comissão?] Dos barraqueiros, 23%... e mais 3% do Rural que eles pagam, mais 18 centavos por caixa para descarregar, mais 20 centavos para levar no Ceasa, o frete. [Vocês que pagam tudo isso?] Tudo, tudo, tudo, nós pagamos tudo, tudo, tudo que você pensar, nós pagamos... vamos supor que nós pegamos, nós pegamos um pé de goiaba formado, né? Aí eu falo: 'bom, eu vou podar goiaba', aí começou podar

goiaba, você vai começar ensacar, daí já vai ter que começar a passar veneno, você vai ter que molhar, você vai ter que adubar, você vai ter que comprar saquinho, aí você já vem para comprar saquinho, aí você já vem para comprar embalagem, você está comprando e pagando, aí depois o cara vem pegar para fazer coleta, você põe em cima do caminhão, ele já está cobrando 20 centavos por caixa para levar para o Ceasa, né, aí chega lá, o cara encosta o caminhão no Ceasa, você paga mais 18 centavos para o cara tirar a caixa de cima do caminhão, aí o cara põe lá na pedra do barraqueiro, o barraqueiro vai tirar 23% para vender a mercadoria para você, certo? Aí, daqueles 23 já são dele, aí depois, vamos supor, se ele vendeu por um real, daí ele vai tirar os 3% do Rural que ele vai pagar, né, imposto de circulação de mercadoria, você paga aquele lá, então você paga tudo, não tem... [Então quer dizer... de um real, você vende uma caixa de um real, quanto fica na sua mão?] [Ele ri] Tem que tirar do bolso para pagar... se você puser tudo na ponta do lápis, você não trabalha, não trabalha, porque vamos supor, que nem está 30 centavos uma caixa, estava 18, 20, agora foi para 30, 31, nego já está vendendo 31 centavos uma caixa de papelão, então vamos supor que você vende por dois reais uma caixa de goiaba, você já vai ter só 1,70, agora está 10,50 o milho de saquinho, é que a gente não faz a conta na calculadora, aí você já vai tirar o valor do saquinho, vai dar mais ou menos uns sete centavos mais ou menos cada caixa, oito centavos só de saquinho, aí depois, você vai por o valor do veneno, o valor do adubo, depois você tem que por grampo ou senão arame [para ensacar], aí depois você já vai ter que por 20 centavos por caixa de frete, mais 18 por caixa pra descarregar, mais 23% do cara que vai vender e depois mais os 3% do Rural em cima do valor da goiaba, daí, mas ainda vamos supor que muitas vezes a gente manda com o romaneio, isso aí é o barraqueiro que ele te dá, mas ele já tira também que ele não vai fazer romaneio de graça, agora se você puser o talão... [O que é romaneio?] Romaneio é uma nota que eles mesmos sonégam imposto... se pegar, dá problema, mas muitas vezes você tem que fazer assim para você sobrar alguns troquinhos para você se manter... ah, eu já falei para você várias vezes: se o tempo que o meu pai pegou sítio aqui, se nós tivéssemos ficado lá, que ele não queria vir mais trabalhar, nós estávamos, acho que muito melhor... [Ah, é?] Tava, ô! Porque todos os meus colegas que nós conhecemos, do tempo que foi na escola, todos esses que escaparam de roça, estão com o burro na sombra, estão aposentados.

O depoimento mostra minuciosamente os gastos realizados para a produção da goiaba revelando todo o processo a que estão sujeitos. Vê-se que meu interlocutor faz uma análise da conjuntura que vive, e conhece uma possível solução para que sua renda não seja consumida pelo capital comercial: através de subsídios e/ou limite de cultivo, com a garantia do governo, como acontece nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que diz que é “burrão”, revela conhecer os procedimentos em outros países e sabe exatamente onde estão os gargalos aos quais sua renda está sujeita.

No final da fala ele diz que os amigos que foram para a cidade estão em melhor situação do que ele, e, justamente por conta da análise da conjuntura que faz, vê que

como camponês, não tem garantia de que terá a renda suficiente para sua família e, assim, precisa contar com a “sorte” o tempo todo. Do ponto de vista dos direitos trabalhistas, aos quais seus amigos têm acesso, percebe que não pode comparar com sua situação, pois não tem o respaldo adequado garantido pelo Estado, não há para os camponeses subsídios ou qualquer regulação do mercado como em outros países que pudessem ser comparáveis a uma aposentadoria confortável. Assim, quando ele fala que os colegas “*escaparam de roça*”, na verdade eles escaparam da situação de vulnerabilidade, especialmente frente ao mercado, que ele vivencia.

Percebe-se também que, apesar dele chegar à conclusão de que “*tem que tirar do bolso... se você puser tudo na ponta do lápis, você não trabalha*”, ou então, outra expressão muito utilizada, “*está só trocando chumbo*”, que significa que ano após ano tem ganhado apenas o suficiente para sobreviver, ainda assim continua em sua terra produzindo até que, em sua expressão, “*abotoe o palitô*”, exatamente porque sua produção, diferentemente da capitalista, não visa lucro. Segundo Marx, citado por Oliveira (1991, p. 52):

Não é o lucro médio do capital que limita a exploração da pequena propriedade, mesmo quando o camponês é pequeno capitalista. Nem mesmo a necessidade de se obter uma renda a limita, quando o camponês é proprietário da terra. Isso porque:

“... para que o camponês parcelário cultive seu campo, ou compre terra destinada ao cultivo, não é necessário, pois, como ocorre no modo normal de produção capitalista, que o preço de mercado do produto agrícola eleve-se o suficiente proporcionar-lhe o lucro médio, e mesmo um excedente acima desse lucro fixado sob a forma de renda. Portanto, não é necessário que aumente o preço de mercado atingindo o valor ou mesmo o preço de produção de seu produto... uma parte do sobretrabalho dos camponeses que trabalham sob piores condições é dada gratuitamente à sociedade... (Marx, tomo III, vol. 8, 1984, p. 1025).

Dessa forma, é possível compreender como o camponês do Bairro Reforma Agrária, como ele mesmo mostrou, dependendo do valor que vender a caixa de goiaba, por vezes gasta mais para produzi-la do que aquilo que recebe por ela. e, desta forma, “*tira do bolso*” dele para continuar produzindo, muitas vezes por anos consecutivos.

O camponês procura encontrar diversas maneiras de reproduzir a família camponesa nos momentos adversos. Já fiz menção de que a extração de areia e de

argila da própria propriedade foi uma maneira encontrada para a família continuar no sítio e se reproduzir. Assim, o livre acesso aos recursos naturais permitiram a permanência da família camponesa na terra.

Há ainda outras formas de continuidade na terra que a família encontra: uma delas é por meio de uma habilidade, por exemplo, que o camponês possui, adquirida paralelamente ao trabalho na terra. É o exemplo da confecção de caixas para embalagem de frutas, realizada por uma família, que em função de seu débito junto ao banco não conseguia cuidar de seus cultivos da maneira adequada.

Observando o Mapa 6 “Bairro Reforma Agrária (Campinas): processo de territorialização camponesa” nota-se a presença de três “pesqueiros”, respectivamente no lotes 5, 28 e 30. Dois dos pesqueiros (os dos sítios 5 e 30) surgiram como uma possibilidade da família continuar se reproduzindo no sítio em função de uma situação financeira adversa; nota-se que os cultivos não foram suprimidos¹⁰. Em entrevista no trabalho de campo com um senhor que tinha intenção de fazer um pesqueiro em seu sítio, perguntei-lhe o que faria com as frutas, ao que me respondeu: *‘não, as frutas ficam, é que o pesqueiro é uma coisa a mais’*.

É muito comum também, no campesinato, que um dos membros da família migre ou se assalarie, de tal forma que a família possa se reproduzir na terra. No Bairro Reforma Agrária encontrei exemplos de mulheres que *“trabalham pra fora”* de maneira que o marido pudesse continuar na terra e reproduzir o trabalho camponês. Em geral, esse trabalho dura meses ou anos, conforme a situação financeira vivenciada pela família; se chega o tempo em que o sítio possibilita a reprodução da vida a contento, a mulher volta para o seu interior:

... Ah, o dinheiro quem ganha aqui é minha mulher que trabalha para fora, ganha muito mais que nós... ela trabalha de faxineira... O problema é que aqui a gente tocava figo, aí o figo deu uma doença na raiz, todo esse sítio aqui foi embora a plantação toda! Os quatro sítios aqui da região perderam toda a plantação, os quatro vizinhos encostados... não, não tem [um produto químico para controlar a doença] ele

¹⁰ O proprietário do sítio 28, a pessoa responsável pela implantação do pesqueiro, mora em São Paulo, não é sitiante.

vai secando um pedaço até que tem que arrancar. Acho que aqui perdeu mais de 30 mil pés de figo... ah, o Seu Calusne aí era inteirinho de figo, depois o que complicou, foi que tiveram que formar tudo de novo, para poder plantar goiaba, essas coisas, tem que plantar tudo de novo, daí ficamos um tempo sem ganhar nada, agora que formou a goiaba, a serigüela, agora que... ficamos quase quatro, cinco anos aqui sem ganhar quase nada, o figo era... por isso que elas começaram a trabalhar para fora. Ela, a Cira, elas foram, então nós ficamos, os homens, na roça e elas foram para a cidade.¹¹

Nota-se que as mulheres - noras que vieram para o sítio do sogro, passaram a “trabalhar pra fora” quando o figo que produziam entrou em total decadência e a família não tinha como se auto-reproduzir apenas com o cultivo da terra. Assim, as mulheres saíram do interior do sítio de forma a manter a reprodução da família, enquanto os homens ficaram formando novamente o sítio: “então nós ficamos, os homens, na roça e elas foram pra cidade”. Nesse caso, o ir para a cidade é de fato ir e voltar no mesmo dia, pois a cidade está extremamente próxima, não há migração. É notável que as mulheres só saíram do sítio camponês (de seus trabalhos habituais) para que os homens pudessem reconstruí-lo. Ou seja, a mulher garante a reprodução da família camponesa. Como este, há outros exemplos assim no bairro: “... é bom assim, a mulher trabalha fora, para comer, né, ganhando aí uns 300, 400 reais, dá para comer e ainda faz vestuário e os outros trabalham na roça, né?”¹².

Essa frase mostra que o trabalho fora do sítio é feito como forma de manter a família na terra. Se em Minas Gerais os homens do Vale do Jequitinhonha vêm para o corte da cana em São Paulo, aqui algumas mulheres vão para a cidade trabalhar como empregadas domésticas, ou também em empregos públicos, como escolas ou postos de saúde, para garantir a permanência da família no sítio.

Há casos também em que o marido se acidentou e em função de sua impossibilidade de trabalhar a terra, a mulher se assalaria: “precisa [a mulher trabalhar] porque faz dois anos e pouco, eu sofri acidente de carro, nem trabalhando mais eu não estou”¹³.

¹¹ Entrevista com a família Donofre.

¹² Fala de d. Yolanda.

¹³ Entrevista com o sr. Antônio P.

Esta lógica camponesa, na qual o lucro não é a finalidade última do trabalho, tanto que, como afirma meu interlocutor de falas anteriores “*não faz conta na calculadora*”, causa perplexidade entre os intelectuais que não conseguem compreender como e por que a contabilidade camponesa não é feita de maneira rigorosa e, nem mesmo visando o lucro no final do processo, exatamente porque analisam a unidade camponesa como uma empresa.

Outro aspecto importante observado foi quanto à falta de utilização de escrituração rural para balanço das atividades exercidas na unidade produtiva. A grande maioria dos produtores rurais faz apenas o controle de notas de compra e venda. Não há um controle rigoroso e sistemático das atividades exercidas, o que dificulta avaliar a rentabilidade e eficiência de cada cultura, pelo próprio produtor. (ZIBORDI 1998, p. 73)

O trabalho, para o campesinato, é mesclado com as outras instâncias da vida; não é um fim em si mesmo e não está concebido para a extração de lucro. Está fundamentado na reprodução da vida. A renda que advém do trabalho na terra é empregada na compra de mercadorias que ele necessita ou deseja. Assim, uma contabilidade “rigorosa” e “sistemática” está fora de suas necessidades e preocupações, pois, enquanto ele se reproduz em sua terra, lá ele permanece.

Entretanto, se o camponês vive uma situação financeira adversa por anos consecutivos, ele tende, como foi visto, a encaminhar seus filhos para a cidade, fazendo o máximo de esforço para estudarem, de tal forma que ainda que estejam proletarizados consigam um salário razoável em função da especialização que adquiriram. De qualquer forma, dependendo do número de filhos que a família tiver, é certamente inevitável que parte deles migre, pois a terra será insuficiente para a reprodução de todos. Assim, segundo Oliveira (1991, p. 60):

A escola em geral contribui para aguçar esse processo no interior da produção camponesa, pois ela tem preparado o jovem para o trabalho assalariado na cidade. Esse jovem, que só possui como qualificação a força de trabalho, é um expropriado. Assim, a própria unidade camponesa se incumbem de reproduzir a força de trabalho própria e aquela de que o capital precisa, uma vez que a reprodução ampliada da propriedade não ocorre, em decorrência da sujeição da renda da terra dessas unidades ao capital. Dessa forma, o capital igual e contraditoriamente desenvolve-se,

permitindo a reprodução da produção camponesa, mas subordinando-a por todos os lados.

De alguma maneira parte da família camponesa certamente irá para a cidade em função da pressão do número de membros sobre a terra. Quanto ao processo de subordinação da renda da terra ao capital, o camponês não o vivencia de forma estática, procura formas de diminuir a subordinação à qual está sujeito. Muitos deles passaram a dedicar-se também à comercialização de frutas, de tal sorte que pelo menos esta renda (a do capital comercial) não lhes fosse extraída:

Existe uma lógica e um certo... você vê cada coisa na roça... eles que fazem porque a gente, época da colheita, fica mais atrás das vendas, não é?... Isso aí depende, se tiver preço, você puser barraca, depende da opção do preço do mercado, fica acompanhando para não ter perda, se estiver vendendo e estiver ganhando mais, vende mais vezes, se aparecer outro que deu negócio melhor... tenho pedra... [no Ceasa] de Campinas... só a minha... só na época da produção minha que eu vou lá, fora isso daí não trabalho mais lá... se eu ficar lá e ficar aqui não sei, fica eles colhendo e a gente em outra área, aí que funciona... faz tempo... [que ele comercializa] Se mandar para São Paulo, vai ter muito gasto, então a gente comercializando pode sobrar uma coisinha mais um pouco, a gente sente dificuldade para conseguir alguma coisinha, mas assim mesmo tem hora que tem perda de cheque que volta...¹⁴

Na intenção de “conseguir ganhar alguma coisinha” é que o camponês procura meios de comercializar sua produção, de tal forma que não esteja sujeito à extração de sua renda pelo capital comercial. Percebe-se que ao falar em ganhar mais, meu interlocutor usa a expressão “alguma coisinha”; sempre utilizam o diminutivo quando se referem a ganhar dinheiro. O dinheiro em exagero, na lógica camponesa, é sinônimo de exploração ou ganância, palavra que tem uma conotação extremamente negativa, como que em oposição à generosidade que é desejável que tenham.

Algumas famílias, especialmente aquelas que vieram para seus lotes já produzindo frutas, passaram a dirigir parte de seus membros à comercialização, o que determinou que, passados alguns anos, parte destas famílias tenham se tornado pequenos capitalistas.

¹⁴ Entrevista com José Marcos.

Simultaneamente, por paradoxal que pareça, alguns são camponeses e pequenos capitalistas. Entretanto, essa não foi a opção feita por todos, especialmente pela impossibilidade financeira, ou, ainda, porque a dedicação exclusiva à comercialização para alguns é avessa à lógica camponesa que lhes preside a vida:

Mas ali no Ceasa é uma máfia desgraçada, não é? Ah, ali é bicho feio! Você vê que desde 1976, 77 que nós freqüentamos lá, nós nunca conseguimos arrumar uma pedra, comprar pedra mesmo, a turma que são os mais "perto" lá, a turma consegue, é muito, vai muito dos caras que tomam conta ali do Ceasa, depois que entrou um tal de Mário lá, a coisa ficou ruim... só procura nego que tem bastante dinheiro mesmo, pobre ali não tem vez não... não a gente... ali você vai lá e compra a pedra, tem ali no centralzão que a turma fala, que é o bom mesmo, ali é muito caro... era 25, 30 mil uma pedra, muitas vezes a turma dá uns dia para pagar, mas é quase à vista, aí tem que pagar manutenção, a turma que faz limpeza, paga água, luz... para ter pedra ali, você tem que freqüentar direto, mercadoria direto para ir, né? Se você também tiver que nem o tempo da uva, dois, três meses e também parar, depois outra, você tem que pagar manutenção, se você usa ou não usa, tem que pagar, e se eles verem que você não usa, eles alugam para outro... eles falam que não pode deixar parado... Nossa, ali é um rio de dinheiro, ali cai mais dinheiro do que nos bancos, ali a fachada "Ceasa do Produtor", só usa o nome do produtor por usar, né? Mas ali é máfia, ali tem uma máfia que é brincadeira... são os fortes, né? [quem tem pedra] Mas subir desse jeito, não vira não, aliás, a turma aí que vai no Ceasa tudo passa a mão, né? Ah, eu não sirvo para isso não. Teve nego aqui que subiu na vida, mas só nas costas dos outros, né? Também comprar mercadoria e não pagar, compra mercadoria longe, comprar, compra, [às vezes] não paga, depois passa para comprar em outro lugar, aí é bicho feio... em quatro anos o tanto de dinheiro que "ele" já ganhou, tem quatro caminhões, tem isso, tem aquilo... que a turma é assim, para o cara subir: vende por oito e paga quatro para você... Muitas vezes a gente subir na vida rapidinho para fazer os outros passarem apertado é duro, eu não sirvo para essas coisas... não adianta cê viver numa mordomia, numa boa, enquanto os outros também tá sofrendo, se a gente ganhar o dinheirinho da gente honesto, muitas vez sai mais vantagem do que ganhar tudo de uma vez só, né?¹⁵

Percebe-se nessa fala que a lógica camponesa rege a concepção de vida. Nota-se que ele gostaria de vender sua mercadoria diretamente no mercado. Entretanto, comercializar a mercadoria dos outros é de alguma maneira estar "ganhando em cima" de outrem; assim, é avesso à idéia de enriquecer em detrimento dos outros, sobretudo se for pela via da desonestidade.

¹⁵ Entrevista realizada em 16/06/1999.

Para comprar uma pedra no Ceasa (Centrais de Abastecimento), espaço destinado à comercialização, é necessário uma significativa soma de dinheiro. As famílias que iniciaram essa forma de comercialização (a maior parte delas) já vieram para o bairro cultivando frutas, e, em virtude de uma renda maior extraída por meio delas, passaram a adquirir caminhões para o transporte (o que evita a extração de parte da renda) e, assim, com o tempo, passaram a comprar os locais destinados à comercialização dentro do Ceasa.

A comercialização de seus produtos é uma atividade que sempre foi realizada pelo campesinato :

A transferência de uma parte da produção camponesa para a feira da cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula. Ela tanto ocorre com o camponês parcelar quanto com o que mora nas fazendas. Um camponês poderá levar arroz para vender, enquanto outro levará feijão; ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda de uma determinada quantidade do cereal oferece ao camponês a possibilidade de adquirir tecidos, panelas, remédios. (MOURA, 1986, p. 57)

Quando se trata de camponeses inseridos na sociedade de mercado, estando próximos aos maiores centros urbanos do país e tendo seus produtos consumidos nesses centros, a possibilidade de comercialização direta dos produtos está vinculada a um acúmulo de renda anterior, de tal forma que a compra de um meio de transporte ou de um espaço para vender a mercadoria esteja possibilitada.

O transporte por meio do caminhão, assim como o trabalho com o trator, a comercialização, ou ainda a confecção de caixas para embalagens, são atividades que o camponês desenvolve paralelamente à agricultura. Muitas vezes uma dessas atividades surge como possibilidade de ampliar a renda da família. Na fala transcrita a seguir converso com uma senhora cuja família, o pai e os irmãos, passaram a dedicar-se exclusivamente, primeiro ao transporte, e depois à comercialização de frutas, por meio da compra de um caminhão:

O meu pai sempre gostou de caminhão, e a minha mãe fala que quando eles casaram, que em cinco anos ela tinha juntado dinheiro para comprar um sítio, e o meu pai quis comprar um caminhão, daí ele comprou caminhão... mas não sobrou nada do caminhão do meu pai, daí ela precisou começar tudo de novo, trabalhar na roça, daí

ela não deixou mais ele trabalhar [com caminhão], daí diz que depois eles juntaram dinheiro outra vez, ele entrou sócio com o meu tio, compraram outro caminhão... o meu pai sempre trabalhou de roça... ele gostava de caminhão, você vê que o sonho dele era trabalhar com caminhão... [Eu pergunto se foi com o dinheiro do figo que ele comprou o caminhão.] Não, Larissa, ele tirou financiado, o primeiro caminhão ainda fui eu que tirei o financiamento, nós tiramos financiado, nós ficamos na roça, eu e meus dois irmãos, trabalhando, e pusemos uma família de empregado e meu pai foi trabalhar... com o frete ele pagava a prestação do caminhão e dava dinheiro para nós pagar um empregado... sempre eu, eu ia, recebia o frete, pagava a prestação do caminhão, o posto... e o que sobrava, a gente mantinha a casa, pagava o empregado que estava ajudando a gente... daí no outro ano deu certo, daí o meu irmão comprou um caminhão para ele, daí começou assim... daí o meu pai ajudou pagar... Nossa, o que eles trabalhavam! Tiravam areia, ficavam até 11 horas da noite trabalhando.¹⁶

Percebe-se que a atividade de comercialização começou como decorrência de um trabalho de transporte já realizado pelo pai. O trabalho de caminhoneiro muitas vezes agrada aos camponeses, ou filhos de camponeses, principalmente em função da liberdade que este tipo de atividade permite.

Em geral, como foi apontado, o camponês, desde menino, sabe operar um trator e dirigir um caminhão. Esta se torna, portanto, uma atividade facilmente realizável, desde que haja recursos suficientes para adquirir seu meio de transporte. Na fala anterior, a senhora com quem eu conversei me diz que o caminhão foi adquirido por meio de financiamento; entretanto, esse financiamento não era obtido para a compra do caminhão, mas para a lavoura. Assim, como forma de pagar o financiamento (que seria destinado à lavoura) e ainda as prestações do caminhão, o pai impôs a si um forte ritmo de trabalho, os filhos ficaram dedicando-se ao trabalho da terra e empregaram uma pessoa para ajudá-los, enquanto o pai estivesse se dedicando ao transporte.

As falas anteriores mostram que as famílias, quando tinham recursos, adquiriam um caminhão. Esse tipo de atividade permitia - além da possibilidade de comercialização dos seus produtos - que aquele filho que provavelmente migraria para a cidade pudesse permanecer na terra dos pais, ainda que realizando uma atividade não diretamente ligada ao cultivo da terra.

¹⁶ Entrevista com Maria José de F.

A posse de um meio de transporte possibilita uma certa autonomia na comercialização das próprias mercadorias, o que determina que a renda extraída do trabalho camponês seja menor. Assim, afirmam: “*se a gente tivesse uma condução*” ou “*assim dá pra ganhar alguma coisinha*”.

De fato, a comercialização de seus produtos e a transformação de alguns sítiantes em pequenos capitalistas, pela via da comercialização dos produtos de outrem, faz com que haja no Bairro um processo de diferenciação social, indicado por meio da expressão “os fortes”.

Os sítiantes “fortes”, sejam eles pequenos capitalistas ou camponeses ricos, são tão integrados ao bairro rural quanto os demais. O processo de socialização é o mesmo, o convívio é o mesmo¹⁷. Estas famílias procuram formas de se reproduzirem na terra por meio da aquisição de outros sítios, de preferência no próprio Bairro, para a “irmandade”. Na fala transcrita a seguir converso com uma senhora que teve seu sítio dividido em função da construção da Rodovia dos Bandeirantes, a parte de baixo de seu sítio (abaixo da Bandeirantes) foi então vendida para uma família do próprio bairro:

D. Mariquinha: *Vendemos para o “fulano de tal” [ela e seu marido venderam esta parte do sítio que ficou seccionada pela rodovia], ele que procurou, ele diz que ele queria... foi comprando, comprou um, comprou outro.*

Larissa: *Por quê?*

D. Mariquinha: *É irmandade, né?*

D. Yolanda: *Irmandade [Elas respondem ao mesmo tempo. Como demonstro não entender, d. Yolanda me explica.]*

D. Yolanda: *Irmandade de irmãos, porque o do Oba ficou para o “Cicrano”... [irmão do “fulano”] Eles têm dois sítios lá.*

A questão da “irmandade” que aparece nesta fala é muito interessante: há uma forma, uma palavra que define a prática de distribuir as terras entre os filhos (os irmãos), de provê-los de terra. Quando perguntei a ela porque ele queria comprar as partes dos sítios que foram cortados, ela me responde prontamente: *irmandade*. A

¹⁷ A este respeito, ver as Fotografias 8 e 9, que retratam uma festa realizada no Bairro em novembro de 2004.

palavra carrega em si uma relação: o pai camponês que pode, provê aos seus filhos terras para que eles também possam se reproduzir como camponeses. (Ver Mapa 6).

Esses são os sitiantees “fortes”. Ser sitiante “forte” é hoje sinônimo de ser sitiante, ou melhor, *situante* (com *u*), que parece ser ainda uma palavra mais expressiva do que sitiante, no sentido de indicar que a pessoa está bem “situada”.

De qualquer maneira, sendo sitiantees “fortes” ou não, ocorre no Bairro que as famílias têm um padrão de vida bastante razoável do ponto de vista econômico, o acesso aos bens de consumo almeçados na cidade, tais como carro, telefone, eletrodomésticos, entre outros, é observado em *todos* os sítios.

O padrão das casas é também revelador de uma situação econômica positiva. As casas dos sitiantees (em oposição às dos meeiros), em geral são mais amplas e confortáveis. Se a família enriquece, procura incrementar ainda mais a casa, e também a casa dos filhos que vão sendo construídas nos sítios dos pais¹⁸.

Na fala transcrita a seguir, abordo com meu interlocutor a diferença entre chácara e sítio e o significado da palavra sitiante:

É, chácara é menor, não é? É, sítio já é um pouco maior, já é maiorzinho, fazenda já é grande. [Eu pergunto para ele: aqui, o que é?] *Aqui, para aqui é chácara, a gente falava sítio, né, mas acho que é chácara, é chacinha...* [E sítio seria o quê?] *Ah, sítio a turma fala aí de 20, 25, 30 alqueires, que já fala um sitinho mais ou menos, né? Agora chácara é um alqueire e meio, dois alqueires, fala chacinha, é chacinha assim, vamos supor, a turma mora na cidade, fala: 'ah, eu comprei uma chacinha em tal lugar...' 'e tem quanto?' 'Ah, tem 20 mil metros, 16 mil metros, não chega a um alqueire, né?' Agora nós falamos chácara, tem três alqueires, nós falamos chácara [E por que antes falavam sítio?] *Ah, porque a turma, quando vendia sítio, aí a turma falava: 'ah, vendi um sítio aí de 20 alqueires, 30 alqueires...' Depois a gente começou, bom, já começou a turma já na escritura, já era sítio... depois quando foi fazer, meu pai faleceu, que foi fazer como usos e frutos antes dele falecer, aí virou chácara, foi chácara, porque eu acho que, porque assim, a quilometragem é pequena, né? Então por isso que acho que eles falam chácara. [Mas vocês são sitiantees?] Nós somos sitiante estourado, eu falo situante aqui é o “Fulano de tal”, né, esses negos aí é sitiante, ele tem acho que na Reforma, aqui, um, dois, três, quatro... só aqui na Reforma ele tem uns seis, sete sítios... era dos irmãos, que eles trabalhavam todos juntos.**

¹⁸ Ver Fotografias 10 e 12.

Nota-se que a adoção da palavra chácara para o tipo de propriedade que possuem foi feita de certa forma de “cima para baixo”, ou seja, os órgãos oficiais, como o cartório, passaram a denominar chácara a propriedade camponesa que têm. Assim, ainda que contrariado, ele procura mostrar que chácara seria o termo adequado para designar a propriedade (pequena, em geral bem menor do que a sua) que as pessoas da cidade têm no campo apenas para lazer.

Ele indica que chácara é uma propriedade com área pequena, sítio, uma propriedade um pouco maior, e fazenda é a grande propriedade. À sua propriedade ele chamava sítio: “*a gente falava sítio, né, mas acho que é chácara, é chacrinha*”.

Em função do Estado passar a chamar a área que possui de chácara, esse termo passa a fazer parte do vocabulário, paralelamente a sítio, para designar a propriedade camponesa. Fica claro, entretanto, que ele diferenciou sítio de chácara a partir da relação social estabelecida, no primeiro caso a terra é trabalhada diretamente por seu proprietário.

O termo sítio permanece, portanto, largamente utilizado. Ele define um tipo de relação social, melhor diríamos, territorial: aquela em que o camponês imprime livremente seu trabalho em sua propriedade.

Ser sitiante, ou ainda, *situante*, é ter uma *situação* de estabilidade na terra. Assim, ele se auto-define como “*sitiante estourado*” (com ‘i’), em oposição ao fulano de tal, que é “*situante*” (com ‘u’), que adquiriu para sua família mais terras no próprio bairro rural.

De acordo com Nice Lecoq Müller, em sua obra *Tipos de sítiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo*, a palavra sitiante aparece

como designativo do pequeno produtor basicamente policultor, em contraste com o grande produtor monocultor, parece-nos, consultando nossos historiadores e relatórios antigos, que deve datar do século XVIII, pois Saint Hilaire, que viajou por nosso país no primeiro quartel do século seguinte já registra o vocábulo, explicando-o... Talvez o melhor critério para se definir o sitiante, uma vez que pouco se tem escrito sobre ele, seja o de considerar a opinião do próprio homem do campo a respeito. Pelas investigações que fizemos podemos dizer que “sitiante é todo o pequeno produtor

rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda da sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados”... Por trabalhar direta e pessoalmente a terra, e por fazê-lo com a ajuda da família ou de alguns empregados assalariados, o sitiante distingue-se, de um lado, do pequeno proprietário absentista e, do outro, do fazendeiro. No primeiro caso se o pequeno proprietário não tem ligações diretas com a terra não é, pelo homem do campo, considerado como sitiante... A distinção com o fazendeiro, quanto mais não fosse por este contar com uma produção muito maior, ficaria óbvia pelo fato de, em regra, não trabalhar ele pessoalmente a terra, ficando na posição simples de administrador, contando não com alguns, mas com muitos empregados assalariados.¹⁹

É notável que a expressão sitiante já apareça no século XVIII revelando uma relação que é social; o sitiante, já naquela época, aparece em oposição ao fazendeiro. A definição que Müller traz para o sitiante aproxima-se bastante daquela que estamos chamando de camponês, que, em oposição ao grande proprietário (seja ele capitalista ou não), conduz a sua terra através do trabalho de sua família e, se necessário, lança mão de parceiros ou, eventualmente, de trabalhadores assalariados, de tal forma que consiga cultivá-la em sua plenitude e adquira as mercadorias de que necessita.

Há outras formas que o camponês sitiante, não apenas o sitiante “forte”, encontra para evitar que parte de sua renda seja apropriada pelo capital²⁰. Os sítiantes que enriqueceram, o fizeram em parte pelo fato de terem se dedicado à comercialização de seus cultivos, o que evitou, a princípio, que parte de sua renda fosse apropriada pelo capital comercial.

¹⁹ MÜLLER, 1946, p.1-6 passim.

²⁰ Ver Bombardi (2004a).

3.4. O “se segurar na terra” e a (in)subordinação camponesa: Fazenda Santa Helena (Fazenda do Estado) – Marília

“Eu devo dinheiro para você, não devo amendoim, o amendoim é meu, eu vendo para quem eu quero! Se você não vai pagar esse tanto, então o outro lá paga, eu vendo para ele!”

Sr. João Teixeira

Feitos esses apontamentos em relação à renda da terra e tomando por base o assentamento da Fazenda Capivari, hoje *Bairro Reforma Agrária*, temos os elementos para retornar à discussão sobre o assentamento da Fazenda Santa Helena.

A trajetória dos camponeses na Fazenda Santa Helena, logo nos primeiros anos do assentamento, foi marcada por um processo praticamente geral de endividamento, processo esse reconhecidamente considerado perverso pelo campesinato. Tal como os camponeses do Bairro Reforma Agrária reconhecem o mecanismo deste processo e o seu significado, em Marília, ele aparece com o mesmo sentido. Ouvi a seguinte expressão em um dos depoimentos colhidos na Fazenda Santa Helena:

... fica devendo para o banco, aí tem que vender o sítio para pagar, como aconteceu com muita gente. Venderam para o banco, não sabe entrar, não dá pé.

Nota-se que o meu interlocutor usou exatamente a mesma palavra que os camponeses do Bairro Reforma Agrária para se referir ao banco: o verbo é “entrar”, ele diz: tem que “saber entrar”. Ora, como afirmei anteriormente, se é preciso saber entrar, é evidente que é porque é difícil conseguir sair.

O cultivo do amendoim, como as demais culturas anuais, tem uma dependência bastante estreita em relação aos ciclos naturais, certamente mais do que as culturas permanentes.

Nos relatos colhidos, aparece, na lembrança do passado, sempre uma grande angústia em torno de como será o tempo das chuvas, se virá em tempo certo para a

colheita e se não virá em demasia:

Porque quem colhia mais lavoura aqui na Fazenda do Estado¹ era ele... depois começou a ficar difícil, não é? Os meninos foram crescendo, foi tudo ajudando, trabalharam, mas a terra enfraqueceu, perdeu preço, a chuva estragava muito, no mês de janeiro era o tempo da colheita, vish! Amendoim, se chovia duas semanas, o amendoim brotava todinho, vish! Tem muita história para contar aqui, 45 anos, não é?

Shanin (1983) propõe que “Las fluctuaciones naturales del clima” são responsáveis por anos agrícolas bons e às vezes ruins. Esta suscetibilidade à qual o campesinato está sempre ligado tem um peso certamente maior em uma condição em que deveriam arcar com as pesadas prestações da terra.

O montante a ser pago anualmente pelo sítio potencializava a vulnerabilidade do camponês em sua relação com o mercado, sobretudo porque o Estado, o próprio propositor da Lei de Revisão Agrária, mudando a contingência política, alterou evidentemente sua ação (refiro-me à sucessão ao Governo do Estado de São Paulo, com Adhemar de Barros substituindo Carvalho Pinto).

Assim é que muito embora os camponeses tenham se organizado fazendo apelos ao governo no sentido de que revisse sua condição, não foram atendidos, como será visto. O Estado agiu não como mediador, mas como aliado do mercado – ação e papel, aliás, típicos no modo capitalista de produção - deixando que se debatessem “livremente” com o capital.

Na discussão a respeito do Bairro Reforma Agrária viu-se as três formas de subordinação da renda camponesa ao capital: ao capital comercial (através da venda indireta de seus produtos), ao capital industrial (através dos insumos e implementos adquiridos para uso na lavoura) e ao capital financeiro (nos juros pagos aos bancos em empréstimos para custeio)².

O endividamento ao qual os camponeses da Fazenda Santa Helena passaram a estar sujeitos não era um processo simples, era um endividamento que envolvia o

¹ O termo “Fazenda do Estado” será discutido com profundidade posteriormente.

² Sobre a subordinação da renda camponesa ao capital ver, entre outros, Etges (1989) e Tavares dos Santos (1978).

banco, a indústria de oleaginosas e também o cerealista. Mais do que isto, em muitos casos, como foi apontado no capítulo anterior, a indústria oleaginosa “personificava” em si as três esferas do capital: o comercial, o industrial e o financeiro, na medida em que, ao mesmo tempo, comprava a safra (capital comercial) e financiava as lavouras (capital financeiro) mediando a compra dos insumos (capital industrial).

Isto significa dizer que a renda dessas famílias passou a estar absolutamente subordinada ao capital. Elas não tinham o controle da venda do amendoim, ou seja, não controlavam nem mesmo o melhor período de preços para a comercialização, ao contrário, quem tinha esse controle eram os cerealistas.

Ficando a renda camponesa subordinada em suas três pontas, grande parte das famílias não pôde controlar nem ao menos uma das vias de extração de sua renda, tudo isso em função da própria orientação dada pelo Estado, como se viu. Tolentino (1992) mostra como se deu esse processo de unificação do capital comercial e financeiro na mesma figura:

Na seqüência, outro representante passa a ocupar o papel técnico avalista dos financiamentos: os cerealistas, que empenhavam o nome de suas firmas para a obtenção de crédito dos lavradores. Como a maioria dos lotistas de Santa Helena plantava amendoim, os cerealistas eram também vinculados à indústria de óleos. Entre os dois maiores compradores estavam a J. Alves Verissimo, a J.B. Duarte e Indústria Novaes S/A.

Estes cerealistas comprometiam as safras agrícolas dos lavradores avalizando-os junto aos bancos na situação dos financiamentos. Na circunstância da colheita exigiam a entrega dos produtos quando os preços lhes eram mais favoráveis, isto é, no início da safra quando a balança comercial é desequilibrada contra o produtor.

Muitos trabalhadores, para poder alimentar a família teriam vendido esses insumos e não aplicado na lavoura. A situação os deixava no limite da miserabilidade e, ao final de cada colheita, não era possível mais do que retirar sementes para o plantio seguinte e raramente algum excedente que suprisse as necessidades elementares das famílias. (TOLENTINO, 1992, p. 35-6)

A conseqüência, portanto, foi o processo de empobrecimento das famílias, enredadas que estavam na submissão aos cerealistas que mediavam o crédito junto ao banco e comercializavam as safras.

O depoimento seguinte foi colhido de um senhor que era criança quando sua família foi assentada e hoje não está mais na terra:

... o meu pai era pernambucano, mas depois que ele casou viveu tudo em volta de Marília... gostava de tocar a base de 80 ou 100 alqueires tudo com animal. [Eu pergunto como conseguiam tocar esta quantidade de terra.] Era peão ou tinha vez que trabalhava 15, 20 famílias, pegava colônia, arrendava, aí depois ele morreu, foi onde nós pegamos o sítio e passou a ser pequeno para nós também e a gente pegava terra arrendada em volta... mais era amendoim, arroz, feijão e milho. Agora, hoje em dia não tem mais essas plantações, é só laranja e pasto... [Pergunto o por quê.] Devido o juros, foi acabando tudo, as máquinas de amendoim foram fechando, igual de primeiro tinha os Matarazzo, tinha o Zilo, tinha o Velho Novaes, então era a força do algodão, do milho, do amendoim, vendia para eles e pegava financiamento, no fim o financiamento foi ficando duro, o juro foi ó! Ai já não estava dando para tocar roça mais, só tirava o dinheiro, o que a gente fazia era só para os juros ...³

A palavra máquina, em seu depoimento, aparece como sinônimo de indústria. Ele diz que as máquinas foram fechando, ou seja, as indústrias oleaginosas foram deixando Marília. É de se notar que ao citar as indústrias, ele usa o nome de seus proprietários, por exemplo: o “Velho Novaes”, proprietário da Indústria Novaes S/A, mencionada anteriormente por Tolentino.

Meu interlocutor nos diz: era a *força* do amendoim, apontando a expressividade que o cultivo do amendoim tinha em seus sítios, não apenas no sentido do montante; a palavra “força” indica ao mesmo tempo o sustento da família a partir deste cultivo e a importância regional que ele tinha.

Ele mesmo revela como foi caminhando o processo de subordinação ao afirmar que pegaram financiamento, “o financiamento foi ficando duro” e “o juro: ó!”, este “ó” é simbolizado gestualmente com um corte.

A subordinação de sua renda começou com o financiamento e este se transformou em juros, que ampliaram a subordinação até que: “ó”, a família perdeu a possibilidade de controle de sua renda. “a gente fazia só para os juros”. O trabalho da família não era suficiente para que se sustentassem e arcassem com os juros, como era necessário que os débitos fossem saldados, sob pena de perder o acesso à terra, “faziam” para pagar os juros.

Em sua fala, ele revela de que forma o financiamento no banco se transmutava

³ Entrevista com sr. João Teixeira, em 16/09/2004.

em financiamento também junto ao cerealista:

[Pergunto ao meu interlocutor como a mãe dele ficou sabendo da reforma agrária.] *Pelo finado Velho Novaes que era o dono da Máquina de amendoim, a fábrica de óleo Senhorinha. o óleo Senhorinha, então ele quem comprava nossos amendoins tudo, desde a época do finado meu pai, amendoim, algodão, a gente vendia mais para ele e quando chegava na colheita, muitas vezes você tira financiamento no banco, dá para tocar roça, mas quando chega na colheita, não tem o dinheiro para fazer a colheita, gasta durante carpa, tombação, plantação e da colheita não tem, então ia na máquina e fulava: 'olha, eu preciso de tantos sacos, e tanto dinheiro para mim poder colher', aí ele arrumava o dinheiro, aí a gente colhia, ia lá, ele pegava, já descontava o que a gente devia e dava o restante para poder pagar o banco... ele financiava a colheita.⁴*

Nota-se que o financiamento do banco era usado no primeiro ciclo do cultivo do amendoim e, posteriormente, tendo-se esgotado os recursos, os camponeses recorriam à própria indústria (que era ao mesmo tempo cerealista, ou seja, quem comprava a mercadoria⁵) que emprestava dinheiro para as despesas com a colheita e com o material para a embalagem (que ela mesma “fornecia”). O gasto com a colheita era também para assalariar pessoas neste período, já que a mão-de-obra da família e as práticas de ajuda mútua não eram suficientes.

De acordo com Tolentino (1992, p. 37):

... havia ainda um dado mais complicado do que a não condição de saldar as dívidas, a necessidade contínua de novo endividamento e a impossibilidade de qualquer acumulação que evitasse este processo repetitivo. Para a grande maioria das famílias, não restava qualquer excedente que permitisse uma nova safra não atrelada aos bancos. A maior parte dos lotistas dedicava-se ao cultivo do amendoim, produto que

⁴ Entrevista com sr. João Teixeira, em 16/09/2004.

⁵ Este processo de subordinação da renda camponesa à indústria, encontra ainda algumas nuances no que diz respeito à figura do intermediário. O Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira demonstra que muitas vezes o “corretor”, como a esta figura se refere uma boa parte dos camponeses entrevistados, se apresenta autonomamente, mas é na verdade um “testa de ferro” da indústria: “A parcela entregue diretamente à indústria é um indicador básico da sujeição dos produtores aos interesses e a lógica do capital industrial. Mas, ainda sobre a parcela entregue aos intermediários, cabe ressaltar que às vezes estes são verdadeiros ‘testas de ferro’, pois são, na realidade, contratados do capital industrial que se colocam frente aos produtores como comerciantes autônomos. As transações são feitas com capital das indústrias do setor, particularmente as multinacionais (Sanbra, Anderson-Clayton) que, dado o longo tempo que atuam no setor, explorando, subjogando a renda da terra, principalmente o pequeno produtor, e não tendo mais “crédito de confiança” junto a esses, como dizem os próprios produtores, contratam então estes falsos comerciantes autônomos, que têm atuado sobretudo no Oeste paulista e Norte do Paraná, aparecendo em cena propondo preços melhores que os oferecidos pelas indústrias. Na maioria das vezes, oferecendo propositalmente preços acima daqueles que a indústria estipulou e pratica diretamente no mercado. A sua ação está muito relacionada a laços de amizade que este comprador disfarçado do capital industrial, reveste a prática de seus negócios. São geralmente pessoas de origem rural, que não só conhecem o que compram, como conhecem o mundo de relações que compõem o universo do pequeno produtor.” (OLIVEIRA, 1981, p.36-37).

carecia de muitos investimentos antes e durante as várias etapas da sua safra, exigindo mais mão de obra do que a familiar. Este assalariamento temporário de mão de obra nas situações de pico da safra, encarecia o preço final do produto. E o cerealista que aparecia em princípio como um “braço amigo”, acabava por sacrificar as últimas possibilidades de se conseguir excedente obrigando a venda dos produtos em tempo de menor preço. Para além disso havia outros níveis de comprometimento como mostra o relato do técnico responsável. (Grifo nosso)

Fica evidente, portanto, a atuação do cerealista na esfera do capitalismo comercial, apropriando-se de maior montante da renda camponesa ao escolher o período da compra da safra.

No diálogo a seguir o processo de subordinação ao capital, estando este unificado em suas três pontas (o comercial, o industrial e o financeiro) na indústria, aparece de forma cabal:

[Pergunto ao meu interlocutor por que se plantava tanto amendoim naquela época.] *Ah, era uma coisa que dava dinheiro, era o plantio da época, porque dava o óleo. Não tinha negócio de doença, de fungos, nem nada e tinha bastante máquina de amendoim e era uma coisa rápida, então era a melhor planta, era amendoim e algodão na época... [Pergunto para quem eles vendiam.] Olha, a gente vendia mais só para o Velho Novaes, vendia para o Zilo, para o Velho Novaes, mas aquele que pagasse melhor era o que a gente levava.*

Meu irmão mesmo, uma vez tinha financiamento no Velho Novaes, financiou tudo e o meu irmão chegou com o Tonhão, ele pegou e passou o caminhão de amendoim, passou na balança da prefeitura, deu um peso. Quando chegou no Velho Novaes deu outro, ele falou: “Não, você está me roubando! Eu já não vendo”, e o caminhão era do Velho Novaes, que vinha buscar. [E o irmão dele disse:] “Não, não vou vender o amendoim não! É outra, a renda que você está dando aí, está pouca, lá no Ohara deu a renda melhor.” Aí acabou brigando com o Velho Novaes, diz que o Velho Novaes falou assim: “Não, mas eu não te pago tudo isso” - ele tinha 17 mil réis - [E o irmão falou:] “Não, lá deu 17, você vai ter que pagar 17, o preço é esse!”

Ele pesou na prefeitura e tirou a renda em outro lugar, a renda vê se o amendoim está úmido, ou se está bem sequinho, se está bem granado, aí ele tirou a renda tinha dado 17 de renda, chegou lá ele queria pagar só 14 de renda, aí ele falou: “Não!” [Pergunto onde ele foi avaliar, ele vai me explicando com detalhes para que eu possa entender:] ... o primeiro foi o Ohara, é outra máquina, aí deu 17 de renda, então não tem amendoim chocho é tudo granado, só que aí eles tinham a maquininha de medir tudo, direitinho, mediu, deu 17 de renda, quando chegou na maquininha do, da máquina que ele vendia que era do Velho Novaes, que era o dono do caminhão, deu 14 só! O cara que tirava a renda tirou a renda puxando para o patrão. Ele falou [o irmão de meu entrevistado]: “Não, vira o caminhão que eu vou levar pro Ohara”. Pegou e trouxe, aí ele [o Velho Novaes] não queria deixar, ele falou [o irmão]: “Não, aqui não tem boi não, vai virar, senão eu quebro tudo no pau!” [risos] Aí trouxe para o Ohara, aí a hora que a minha mãe chegou lá ele falou assim [o Velho Novaes]:

"Não manda aquele doido vir trazer amendoim aqui mais não, aquilo lá é doido, é igual ao pai dele, é doido"... [Eu pergunto: nunca mais vendeu para ele?] Não, vendia, a gente vendia para ele [Eu pergunto: e o dinheiro que ele tinha arranjado para fazer a colheita?] Ai a gente pagou. É o que o meu irmão falou: "Nós deve dinheiro pro'cê, não amendoim!" [risos] "Eu devo dinheiro para você, não devo amendoim, o amendoim é meu, eu vendo para quem eu quero! Se você não vai pagar esse tanto, então o outro lá paga, eu vendo para ele!"⁶

Esta fala é extremamente reveladora da questão que quero abordar com relação à trajetória do assentamento na Fazenda Santa Helena. Há nela vários elementos que merecem ser discutidos com bastante cuidado.

Meu interlocutor começa falando das possibilidades do cultivo do amendoim naquele tempo, tendo em vista a inexistência de pragas e a existência de várias indústrias que processavam a oleaginosa, o que, evidentemente, revelou-se como uma "faca de dois gumes", uma vez que passaram a estar "nas mãos" das referidas indústrias.

Ele conta que seu irmão financiou "tudo" com a indústria oleaginosa, ou seja, não emprestou junto à indústria o montante apenas para a colheita. O camponês foi então pesar e avaliar o amendoim em outros locais antes de entregá-lo ao cerealista/indústria com quem tinha financiamento. Pesou o amendoim em outra balança (a da Prefeitura, o que pode revelar que era mais confiável, por ser uma balança pública) e avaliou sua mercadoria junto a outro comprador. Ao ir entregar sua colheita na indústria em que havia feito seu empréstimo, percebeu que foi duplamente usurpado: no peso de sua mercadoria e também na avaliação da qualidade que dela foi feita. Ao se dar conta de que estava sendo lesado, o camponês resolveu entregar sua mercadoria para outro comprador; entretanto, o caminhão que havia buscado sua colheita era da própria indústria com a qual ele havia feito o financiamento "o caminhão era do Velho Novaes". O dono da indústria não queria deixar que o camponês saísse com sua própria mercadoria de lá, e este só saiu sob protesto e ameaça.

O episódio é revelador de todo o processo de subordinação da renda da terra ao

⁶ Entrevista com sr. João Teixeira, em 16/09/2004.

capital a que os camponeses do assentamento na Fazenda Santa Helena estiveram submetidos.

Esta subordinação pode parecer bastante específica, embora não o seja. Pode-se notar que o caminhão em que foi feito o transporte da mercadoria produzida no sítio era da própria indústria, ou seja, o controle da comercialização estava em suas mãos. O financiamento para a produção foi feito junto à indústria, e não ao banco, ocupando esta, também, o papel do capital financeiro. A avaliação do valor da mercadoria era feita pela própria indústria que a comprava, o que significa que além de toda a extração de renda já existente (que nem sempre é apropriada pelo capital industrial), o limite a que esta chegava era determinado pela indústria. Não bastando todo o processo de subordinação implícito em cada etapa da produção camponesa do amendoim, ainda assim os camponeses eram lesados no peso, ou seja, na quantidade de seus produtos e também na qualidade: *“o cara que tirava a renda, tirou a renda puxando para o patrão”*⁷.

Esta situação de subordinação é aquela vivida na atualidade pelos integrados das indústrias de processamento de carne de aves e suíno:

No caso da avicultura, essa lógica se efetiva através da subordinação dos avicultores e de sua propriedade ao chamado sistema de integração, o que é possível devido ao caráter privado da terra. No desenvolvimento dessas atividades, a empresa não compra a propriedade da terra para a produção de aves. Apropria-se dela por meio do que Martins (1995) denomina de *sujeição da renda da terra ao capital*. Essa sujeição ocorre de várias maneiras: através do sistema de “integração”, onde o produtor deve entregar toda a sua produção à empresa; através da sua dependência em relação ao

⁷ Em entrevista realizada pela Profª. Célia Tolentino com o agrônomo responsável pelo assentamento é corroborada a informação de meu entrevistado a respeito do roubo no peso do produto colhido: “Segundo o agrônomo Ady Zambon, o responsável pela assistência à Santa Helena no período, havia ainda um conhecido roubo no peso em favor do cerealista. Entretanto, no seu entender, *principalmente o Novaes ajudou muito esse pessoal, ele garantia o pessoal lá no banco, lógico que com seus interesses também... do pessoal entregar amendoim para ele.*” (TOLENTINO, 1992, p. 35). Nota-se que o próprio agrônomo que assessorava os camponeses justificava a ação do cerealista, ou seja, legitimava, como representante do Estado a subordinação dos camponeses pelo capitalista, mesmo sabendo que este os lesava intencionalmente, para além das normas “liberais”: agia ilegalmente para com os assentados. O agrônomo entendia, portanto, os “termos do acordo” como uma troca “justa”: o capitalista financiava os agricultores e estes, em “troca”, comprometiam junto a ele sua colheita, evidentemente na época definida pelo próprio capitalista, o que determinava, efetivamente, o processo de subordinação e o montante (máximo) da renda a ser extraída do camponês.

banco, quando realiza o financiamento para a construção dos barracões; através da sua dependência e, relação aos equipamentos e medicamentos necessários.

Com a utilização desse mecanismo, o capital industrial, que já controlava na época o sistema de linhagem das aves e o processo de criação do frango, fase que não tem interessado ao capital industrial por concentrar os maiores riscos e custos produtivos. ... Com o contrato de parceria (que pode ser escrito ou verbal) a indústria estabelece as regras da integração, como equipamentos a serem utilizados, quantidade de pintos alojados, tempo de alojamento, quantidade de lotes por ano (...) número de aviários em cada propriedade, tempo e ritmo de trabalho etc. O principal elemento de controle é o do preço do frango, que é dado pela empresa integradora, como mecanismo de controle e apropriação da renda da terra e que segue uma lógica, que independe dos custos de produção. (MIZUSAKI, 2003, p.113)

É possível perceber portanto, um processo extremamente parecido com aquele vivenciado pelos camponeses da Fazenda Santa Helena, em que o capital industrial determina o preço a ser pago pelo produto e, além disto, têm sua renda também subordinada ao capital financeiro, posto que os empréstimos foram mediados pela indústria.

Retornando ao depoimento do camponês: a tomada de consciência de sua situação faz transparecer o processo de subordinação: *"Eu devo dinheiro para você, não devo amendoim, o amendoim é meu, eu vendo para quem eu quero! Se você não vai pagar esse tanto, então o outro lá paga, eu vendo para ele!"*. Foi necessário que o camponês dissesse os "termos do acordo" para o industrial, "termos" estes que estavam escamoteados na relação de subordinação em que se encontrava. Ou seja, a tal ponto se dava a submissão de sua renda, que sua colheita estava "moralmente presa" à indústria junto à qual havia feito o empréstimo, mesmo porque o próprio transporte e embalagem de sua colheita eram "fornecidos" pela indústria. A palavra "fornecidos" está entre aspas, pois sua renda era também sugada na embalagem que comprava e no transporte realizado, que ficava por conta do camponês.

Este "aprisionamento moral" de sua mercadoria simboliza a subordinação que era vivenciada; se assim não fosse, sua atitude, ainda que honesta, uma vez que ele não negava o débito, não seria tomada por uma "insubordinação". Ou seja, o camponês, ao afirmar que devia dinheiro e não amendoim se "insubordinou", negou parte da subordinação, também moral, a que estava atrelado usualmente. Tanto se insubordinou

que ao fazê-lo, foi chamado de “louco” pelo dono da indústria.

É de se notar que não foi chamado de ladrão ou de desonesto, ou seja, estava agindo dentro da legalidade, assim a fala do industrial “*não manda aquele doido vir trazer amendoim aqui mais não*” para a mãe do rapaz, revela que o que ele fez foi quebrar a regra, e quem quebra a regra é tomado por “doido”; ele foi “doido” por quebrar parte do elo da subordinação.

Este processo revela que é através do produto de seu trabalho que o camponês adquire a consciência de sua relação com o capital. Passa, portanto, a ver que somente a luta contra o capital abre caminho à sua reprodução e principalmente à sua liberdade (MARTINS, 1990).

Afirmei anteriormente que o capital industrial se transmutou em capital financeiro na medida em que as indústrias de oleaginosas muitas vezes faziam diretamente o financiamento aos agricultores. A continuação do diálogo citado anteriormente revela que esta incorporação do capital financeiro pelo capital industrial se deu até a última ponta possível de apropriação da renda camponesa, que é a apropriação da própria terra:

[Pergunto ao meu interlocutor: e fazia financiamento no banco?] *Fazia.* [E quem era fiador?] *Nem precisava, igual minha mãe que tinha o sítio, dava o sítio em garantia... quando vai arrendar uma terra, aí precisa do fiador.* [Ele diferencia, para mim, a situação de arrendamento da situação de propriedade da terra, neste caso ela própria é a garantia. Pergunto a ele se aconteceu de alguém perder o sítio para o banco por causa de dívida.] *Ah, aconteceu! Muita gente perdeu.* [Para o banco?] *Para o banco, para o Velho Novaes mesmo. O Velho Novaes tomava o sítio do cara, tomava! Tem um sítio aqui que era do Seu Ricardo, sítio dos abacates... o Seu Ricardo era dono do sítio e ele perdeu o sítio tocando roça. O Velho Novaes tomou e falou assim: “Olha, o seu sítio vale tanto, você quer tanto para você pagar suas contas? Só sobra tanto para você”. E o sítio dele aqui era grande... dava uns 30 alqueires, deu o sítio para ele [para o industrial], que deu para ele [o camponês] comprar aquele sítio beirando o asfalto lá... ele vendeu, vendeu não, entregou a troco de dívida e pegou o restante do dinheiro que deu para comprar sete alqueires, de 30 comprou sete [ou seja, de 30 alqueires, excetuando o dinheiro que devia à indústria, comprou uma propriedade quatro vezes menor].*

São elucidativas as palavras utilizadas quando o assunto é dívida: a terra é “tomada”, o que significa que foi à revelia do camponês. Em uma de suas acepções a

palavra *tomar* significa “tirar (algo) de (alguém) e apossar-se desse algo; subtrair, arrebatado, usurpar”⁸. Este verbo “tomar”, assim empregado pelo camponês, revela um processo realizado à sua revelia. A frase de meu interlocutor carrega uma indignação quando ele afirma que seu vizinho perdeu o sítio “tocando roça”, o que demonstra que a despeito de ter empregado seu trabalho na terra, perdeu sua propriedade.

É de se notar também que de 30 alqueires, o camponês ficou com sete, excetuando o dinheiro que devia à indústria, ou seja, comprou uma propriedade quatro vezes menor do que aquela que ele tinha. Ao dizer que seu vizinho vendeu a propriedade, ele se auto corrige, dizendo: “Vendeu não, entregou a troco de dívida”.

A “entrega” da propriedade foi feita ao capitalista da indústria oleaginosa que, como se viu, financiava parte da produção, inclusive a embalagem em que o produto seria entregue. Por anos sucessivos, como me foi possível perceber nas entrevistas colhidas em trabalho de campo, e também na consulta feita ao arquivo do jornal local⁹, o preço do amendoim foi diminuindo. A diminuição do preço da mercadoria camponesa e, em contrapartida, a manutenção ou aumento do valor dos insumos e demais produtos utilizados na produção agrícola, determinam diretamente uma maior extração da renda camponesa pelo capital, seja ele industrial ou financeiro (quando não o comercial).

Esse processo de subordinação foi apontado por Tavares dos Santos entre os colonos produtores de uva no Rio Grande do Sul:

... A mediação do crédito bancário para que possam ser efetivadas tanto a compra de insumos como a substituição das instalações dos parreirais faz-se necessária em função das más condições financeiras dos camponeses de São Pedro. Provoca-se, por essa via, a penetração de mercadorias industrializadas, com maiores preços relativos, na unidade produtiva camponesa. Ora, as condições desiguais da troca estabelecem condições para haja transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial, por intermédio dos preços que o camponês deverá pagar por aqueles bens, preços superiores aos que recebe pela venda de seu produto como matéria prima para a indústria. Assim, na mesma medida em que o capital financeiro assegura a reposição dos meios de cada ciclo agrícola, está abrindo o caminho para

⁸ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

⁹ Jornal Diário de Marília, em suas edições de 1959, 1960 e 1961.

uma das formas de expropriação do sobretrabalho camponês pelo capital industrial... (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 60)

Há uma séria peculiaridade no caso do assentamento da Fazenda Helena. Como procurei apontar, muitas vezes as três esferas do capital - às quais comumente está submetida a renda camponesa - concentravam-se em uma mesma figura: a do capitalista da indústria de óleo. Era este capitalista quem financiava diretamente parte da produção e também quem “fornecia” a sacaria (produto industrializado) para a embalagem da colheita feita.

Isto determinou que houvesse um processo muito agudo e muito voraz de subordinação da renda destes camponeses aos capitalistas locais:

[Pergunto ao meu entrevistado: e o sr. Novaes pegou terra de mais pessoas?] *Ah, pegou. Esse um tomou outro que era do filho do Júlio Correia, ele pegou esse do Júlio Correia... [E como esse sr. Novaes, tiveram outros que tinham máquina que também tomaram sítio?] Ah, acho que quase todas as máquinas que dava financiamento para os caras. O cara não pagava, ele tinha que tomar para poder receber, alguma coisa o cara dava de garantia para ele. É uma coisa bem dura também, porque ele financiava a sacaria, é a mesma coisa, tem uma roça aqui que vai dar cinco mil sacos de amendoim, aí eu vou lá e falava: “Preciso de cinco mil sacos de amendoim, ou preciso de dinheiro para colher... (o camponês pergunta ao capitalista) você paga quanto?”, “Eu pago tanto”, “Aí eu vendo par você, você me arruma o dinheiro para mim fazer a colheita, e os cinco mil sacos”. “O cara vende cinco mil sacos para mim, eu ensaco na sacaria dele, pego o dinheiro dele para pagar gente para colher esse amendoim, depois eu vendo para outro e não pago ele”, aí é duro também, em um ponto ele (o capitalista) tinha razão.*

Pode-se notar duas questões importantes: a primeira é que, de fato, a apropriação da terra camponesa pelo capital industrial não se restringiu a um único capitalista; e a segunda é a aparente contradição que apresenta seu discurso, já que ao mesmo tempo em que ele percebe a subordinação da renda camponesa ao capitalista industrial e se regozija de seu irmão tê-lo enfrentado, ele entende também que “...em um ponto (o capitalista) tinha razão”. O que está por trás de seu discurso é, sem dúvida, aquilo que chamamos de “ordem moral camponesa”: a descrição que ele vai construindo da relação do camponês com o capitalista indica que havia entre eles um acerto “moral”, e não “legal”, já que ele tem consciência de que seu irmão não agiu na ilegalidade. Entretanto, se havia um acordo feito, significa que a quebra deste acordo

era, em sua interpretação, uma falta de lealdade do camponês para com o capitalista. Esta ambigüidade de seu discurso revela ao mesmo tempo a ordem moral com que opera e a satisfação de ver o ciclo da subordinação camponesa quebrado¹⁰.

O modo como se deu a subordinação dos camponeses do assentamento da Fazenda Santa Helena ao capital sem dúvida determinou de forma definitiva a trajetória dessas famílias.

Como apontei, arcar com as prestações do lote, era realmente muito oneroso e pesado para essas famílias. Houve ainda um outro agravante: os preços dos lotes foram majorados em 60% logo no segundo ano de implantação do assentamento, o que desencadeou um protesto por parte dos camponeses assentados, que organizados, conseguiram com que fosse aberta uma CPI para averiguar o caso. De acordo com Tolentino (1992, p. 30-1):

O núcleo Santa Helena foi inaugurado em meados do ano de 1962. Já em 23 de agosto desse mesmo ano a Assessoria da Revisão Agrária discutia a reformulação dos preços do custo total de cada lote, bem como, das prestações anuais. Em carta ao Governador, Paulo Nogueira Neto, irmão do secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira, escreve: *“Em 23 de agosto de 1962, a assessoria... ‘determinou que fosse suspensa a venda dos lotes que ultrapassou (sic) o nº de 75 compromissados com Eng. Agr. Antônio Léllis de Souza. Os demais somente serão vendidos depois da reformulação dos preços, para o que solicitou ao Prof. Vicente Unzer de Almeida a adoção de providências urgentes naquele sentido, de forma a poder saber os novos preços dentro do prazo de 8 dias, aproximadamente”*¹¹.

Nessa situação decidia, ainda, a Assessoria da Revisão Agrária – ARA a arcar com os aumentos de preços provocados, segundo esse relator, pela alta inflacionária. Antes porém, vale dizer que os lotistas de Santa Helena já se manifestavam contrários a tal reajuste. Isto é, sobretudo os primeiros adquirentes que haviam lavrado contrato com o Estado em outras bases orçamentárias. São estes os dados da carta de Paulo Nogueira Neto:

“... os compradores de lotes da Fazenda Santa Helena haviam enviado ao Sr. Governador do Estado um abaixo-assinado, solicitando providências no sentido de que os sítios lhes sejam vendidos sem reajustes de preços, arcando a Assessoria com a diferença relativa a majoração. Manifestou-se a assessoria, em princípio, favorável

¹⁰ Com relação à ordem moral camponesa ver Woortmann (1990).

Ver também Brandão (1995 e 1999), Thompson (1998), Marques (2000), D’Aquino (1996), Castro Oliveira (1998), Moura (1988), Woortmann (1995), Tedesco (1999), Bombardi (2003).

¹¹ Carta ao Senhor Governador, datada de 2/7/63, escrita por Paulo Nogueira Neto sobre a situação, na ocasião, dos assentamentos. Arquivo particular de Antônio Léllis de Souza.

*ao pretendido aguardando-se, porém, a manifestação oficial e escrita do senhor governador.*¹²”

Ainda na gestão Carvalho Pinto não se decidiu por qualquer repasse de custos. Não haveria, por certo, esse interesse por duas razões objetivas. por um lado porque nesse ano o Secretário da Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira concorre a sucessão de Carvalho Pinto, tendo a Revisão Agrária como sua grande obra e, por outro, porque já se previa de início que o pagamento dos custos do loteamento equivaleria a uma porcentagem e não a sua totalidade.

Entretanto, se durante o Governo Carvalho Pinto estava garantido o elo entre os assentados e o Estado, esse quadro se transformou completamente quando da eleição de Adhemar de Barros ao governo no Estado de São Paulo.

Como fruto das contradições desta sociedade, a posição do Estado e sua relação com as classes sociais foram alteradas. O quadro de forças - em grande medida representado pela expressão do poder dos latifundiários - responsável pela eleição do novo governador, pautada na reação contrária à Lei de Revisão Agrária, determinou uma postura de não assessorar e de não dar continuidade aos projetos de Revisão Agrária¹³.

Nesse contexto foi que, em 1963, o Secretário de Agricultura do governo Adhemar de Barros foi à Fazenda Santa Helena negociar com os camponeses a questão do aumento do preço de seus lotes. A vinda do então Secretário Oscar Thompson Filho foi noticiada pelo jornal Diário de Marília, de acordo com Poker (1988, p. 58):

A primeira matéria publicada em 63 sobre o tema [Fazenda Santa Helena] apareceu em 11/5/63 e veio travestida de notícia informando de uma visita à Marília, na segunda-feira seguinte a esta notícia, do Secretário de Agricultura do Governador Adhemar de Barros, Oscar Thompson Filho. Esta visita, segundo o jornal, teria por objetivo discutir com os lavradores da Fazenda Santa Helena a majoração dos preços dos lotes por eles adquiridos de Cr\$ 1950.000 para Cr\$ 3100.000, fato que causou “grande descontentamento entre os pequenos agricultores que já se viam às voltas com grandes dificuldades para saldar suas dívidas da quantia primeira”.

Entretanto, a vinda do Secretário não eliminou o aumento no preço do lote, a

¹² Idem.

¹³ Em entrevista realizada com a sra. Adélia Benta Donadon do Amaral em setembro de 2004, funcionária da Secretaria da Agricultura e da Assessoria de Revisão Agrária durante o Governo Carvalho Pinto e após seu término, houve um desmantelamento da referida assessoria, expresso na diminuição, de forma brutal, do seu quadro de funcionários.

proposta do Governo do Estado foi 'em troca' do aumento, oferecer alguns benefícios:

Neste encontro, como relatou o jornal, concluiu-se que a majoração pretendida pelo Estado "era ilegal, pois os prelos estabelecidos anteriormente eram contratuais". Sendo assim, continuou, "aventou-se a possibilidade de compensar a diferença, proporcionando outros benefícios aos lotistas" Estes benefícios, como disse o jornal, seriam a "instalação de energia elétrica para o pagamento em 15 anos, a colocação de um trator à disposição para a execução de serviços, liberação de uma área adicional de 80 alqueires para pastagens de criações da cooperativa, adiamento por 5 anos para o pagamento da primeira prestação de juros, dilatação do prazo para financiamento dos lotes e o facilitamento pelo Banco do Estado para custeio de cada lavrador. (POKER, 1988, p. 60)

É de se notar que a majoração não foi eliminada ou reduzida e nem mesmo os juros foram suprimidos na negociação proposta aos camponeses. O processo de endividamento para com o Estado, com relação ao pagamento dos lotes, prosseguiu nos anos subseqüentes, como o demonstram as guias de recolhimento de multa de duas famílias, nos anos de 1964 e 1967, como se vê a seguir¹⁴.

Em agosto do mesmo ano em que o Secretário de Agricultura visitou o assentamento de Marília para negociar o aumento dos preços dos lotes, foi aberta a CPI para investigar a situação dos camponeses assentados na Fazenda Santa Helena. Segundo Tolentino (1992, p. 32):

Com o governo Adhemar de Barros os assentados de Santa Helena se encontram diante de um governo hostil à Revisão Agrária e não disposto a manter artificialmente, via inversão de recursos do Estado, a boa produtividade, os bons resultados dos difíceis dois primeiros anos. Neste biênio de 62 a 64, os lotistas encontrariam como mediadores das suas reivindicações dois deputados da região de Marília, Diogo Nomura e Fernando Mauro, este último contrário à Lei de Revisão na Assembléia Legislativa, tendo votado contra sua aprovação. É o mesmo Deputado Fernando Mauro que provoca a tal carta de Paulo Nogueira Neto a Carvalho Pinto – não mais governador – sobre os fatos de Santa Helena, com um discurso inflamado em 27 de junho de 1963 sobre a "situação calamitosa" em que se achava o assentamento de Marília. Solicitando a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, denuncia haver um processo de coação sobre os agricultores para o repasse dos custos das benfeitorias. Para ele, havia uma extorsão dos lavradores (...) Segundo Fernando Mauro o secretário da Agricultura do novo Governo, Oscar Thompson, afirmara que não financiaria os agricultores que não assinassem o contrato com a majoração de 60% sobre o custo das benfeitorias: "Estão coagindo os agricultores a assinarem o aumento do contrato em 60% ... A Secretaria da Agricultura através da Assessoria da Revisão Agrária está fazendo especulação imobiliária... Isso quando o Sr. Presidente da

¹⁴ A outra Guia encontra-se no Anexo II.

República pede uma reforma agrária e quando o ex-governador anuncia que o primeiro passo para a reforma agrária já havia sido dado em São Paulo com a Revisão Agrária..."



S. M. Teixeira

N.º _____

GUIA DE RECOLHIMENTO

Exercício de 19 67

89-1 Venda de lotes nos termos do artigo 6º da Lei 5.994/60 e Decreto nº. 38.328/61 (Prestação de lotes

Cr\$	
Cr\$	
Cr\$	
NCr\$	28,26
NCr\$	28,26

MULTA

SOMA

1.ª Via	Para a matricula
2.ª Via	Da arrecadação
3.ª Via	Da fiscalização
4.ª Via	Da repartição arrecadadora
5.ª Via	Da repartição dos lotes e glos

**DEPARTAMENTO DA RECEITA
DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DO INTERIOR**

ESTA GUIA, QUE NÃO DEVE CONTER EMENDAS E NEM BASTURAS, SÓ É VÁLIDA PELA QUANTIA IMPRESSA PELA MÁQUINA AUTENTICADORA CONTENDO A CHAVINELA E RUBRICA DO CAXA, OU QUANDO AUTENTICADA COM A CHAVINELA E RUBRICA DO CAXA, OU QUANDO ESTIVER COLADO O RECIBO EXPEDIDO PELA REPARTIÇÃO ARRECADADORA.

O Sra APARECIDA JULIANI TEXEIRA

recolhe à repartição arrecadadora de MARÍLIA
N.º 28,26 (Vinte e oito cruzeiros novos e vinte e seis centavos)

correspondente ao pagamento de multa estipulada em contrato, pelo atraso verificado no pagamento da prestação do ano de 1.964, referente ao lote nº 101 (Cento e um), adquirido do Governo do Estado, por intermedio da ASSESSORIA DE REVISÃO AGRÁRIA, na Fazenda Santa Helena, neste município, conforme escritura de compromisso de compra e venda lavrada no Cartoria desta cidade na Notas do 2º Ofício.

Marília em 29 de Setembro de 19 67

(Signature)
Assinatura do responsável

Recibo N.º _____ da Série N.º _____ em _____ de 19 _____
Diretor ou Chefe



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
28.267

SEOROUTT 29

ESPAÇO RESERVADO PARA COLAR O RECIBO

Nota-se que o deputado refere-se ao Presidente João Goulart e ao Governador Carvalho Pinto, construindo seu discurso como mediador dos camponeses na legitimidade que a reforma agrária ganhava no discurso nacional oficial.

Entretanto, muito embora tenha sido criada uma CPI para verificar a cobrança de aumento no preço dos lotes, a Comissão não foi integralmente à Marília como havia sido estabelecido, estiveram no local apenas os dois deputados mencionados, que eram de Marília. O presidente da CPI, Deputado Benedito Matarazzo, não compareceu à Câmara Municipal para participar dos trabalhos, como ele próprio havia solicitado (POKER, 1988).

No mesmo mês em que foi aberta a CPI, o geógrafo Pierre Monbeig visitou o assentamento da Fazenda Santa Helena. Conforme relato do Jornal Correio de Marília: “o ilustre visitante entusiasmou-se com o que viu, documentando fotograficamente as benfeitorias, as fases do preparo da terra e pessoal da fazenda, a fim de mostrar na França a evolução social brasileira” (POKER, 1988, p. 63-4).

No entanto, a despeito da abertura da CPI¹⁵ e da visita do “ilustre” professor, as famílias continuaram sem a possibilidade de revisão de seus contratos e os camponeses acabaram por assinar os contratos majorados:

Na seqüência, receberam o financiamento do Banco do Estado para efetuarem o plantio da primeira safra. A CPI não aparece mais no cenário. No ano de 64 entretanto, é justamente o pagamento do financiamento do plantio que traz os trabalhadores a público novamente. É manchete do Jornal do Comércio de Marília em 2 de fevereiro de 1964: “Lavradores da Fazenda Santa Helena continuam desarvorados e sem apoio de ninguém”. Em questão estava o fato de que os lavradores além de não estarem com a situação de suas glebas definitivamente solucionadas, eram vítimas de um novo problema, a falta de chuva que pôs a perder a safra 63/64 e os colocava sem condições de salvar as dívidas com os bancos. (TOLENTINO, 1992, p. 33)

Além de toda essa situação, os camponeses enfrentaram ainda um sério problema com o representante direto do Estado, o engenheiro agrônomo que substituiu o primeiro representante da Assessoria de Revisão Agrária. De acordo com Tolentino (1992, p. 35-6):

¹⁵ A CPI criada para investigar as irregularidades na Santa Helena ficou esvaziada, sob protesto dos deputados socialistas da região (TOLENTINO, 1992).

O papel do técnico não era muito claro, pois se por um lado era o mediador dos trabalhadores enquanto membro da Assessoria da Revisão Agrária, por outro era representante do Banco do Estado perante as dívidas contraídas pelos trabalhadores.

De forma que os efeitos desse papel dúbio se faz sentir nas ocasiões em que os trabalhadores mais se endividaram com o Banco, quando o próprio agrônomo ocupou a condição de defensor da instituição financeira. Embora as terras fossem ainda oficialmente de propriedade estatal, pois só seriam entregues definitivamente aos lavradores quando estes tivessem saúdo a 15ª prestação, sabe-se as pressões foram muitas, bem como a ameaça de resgate da propriedade para saldar os débitos. Segundo o depoimento deste ex-agrônomo, a tensão era tanta que alguns sitiantes chegaram a tentar liquidá-lo. Na sua fala, refere-se à uma possível questão política. Segundo depoimento de outros ex-técnicos e ex-moradores da fazenda, a reação devia-se realmente ao fato de que o agrônomo Ady Zambon desempenhava o papel de preposto do Banco do estado e não se furtava à tarefa de ameaçar os lavradores endividados com um confisco das suas terras...

A situação de endividamento e opressão chegou a tal ponto que um dos camponeses endividados suicidou-se (TOLENTINO, 1992). Este fato é, sem dúvida, a expressão do que pode haver de mais paradoxal e trágico em um projeto de assentamento: a morte de um assentado em decorrência de não conseguir manter-se na terra.

No Bairro Reforma Agrária a permanência das famílias em seus sítios, sobretudo nos primeiros anos, também foi extremamente difícil. Uma parte das famílias não conseguiu manter-se na terra.

Entretanto, como procurei indicar, fatores relacionados à estrutura familiar (questão apontada por Chayanov, 1974) e a introdução de cultivos que permitiram auferir uma renda maior da terra, inclusive a renda de monopólio, possibilitaram a permanência das famílias na terra. Evidentemente esta permanência esteve também assentada na relação típica de bairro rural que passou a se estabelecer com a teia de relações criada entre as famílias: elas passaram umas às outras seu conhecimento, sociabilizando aquilo que sabiam.

Havia uma conexão entre o tipo de cultivo realizado antes da aquisição da terra e a relação social presente na propriedade anterior. Ou seja, se no Bairro Reforma Agrária (Assentamento da Fazenda Capivari) foi introduzido o cultivo de frutas, isso foi possível porque as poucas famílias que já vieram cultivando-nas eram oriundas de

pequenas propriedades do eixo Jundiá-Campinas.

O cultivo de frutas era realizado no interior das pequenas propriedades, os sítios, nos quais havia a possibilidade de autonomia para a decisão sobre o processo total de trabalho. A experiência que traziam dizia respeito à relação social estabelecida na pequena propriedade.

Insisto neste aspecto da experiência agrícola como fruto do tipo da propriedade (relação) de que os camponeses eram oriundos, como procurarei desvendar a seguir. Antes, porém, há que se ressaltar dois fatores a serem discutidos a respeito do cultivo introduzido no lote: o primeiro deles diz respeito à experiência do camponês anterior à sua vinda ao lote; como já foi apontado, o camponês imprime em sua terra toda a sua experiência acumulada, que por vezes é a experiência de mais de uma geração. Comumente, mesmo o camponês que não possui a própria terra possui os instrumentos adequados para o cultivo, seja por tomar terra em arrendamento para trabalhar com sua família, seja para cultivar em esquema de parceria (incluindo a meação, a “terça”, a porcentagem, entre outras formas).

O segundo aspecto, além da experiência acumulada, é que há um certo afeto¹⁶ e/ou intimidade dos camponeses com o cultivo que realizam há anos. Há dois depoimentos colhidos em trabalho de campo que revelam o quão significativo é até hoje, para algumas famílias, o cultivo do amendoim. Em um dos casos há uma família que saiu da terra, foi para a cidade e, posteriormente, adquiriu uma área de terra menor, mas mais próxima à cidade na qual produz, entre outras coisas, o amendoim que é vendido na feira pela própria família¹⁷.

O outro caso é de um camponês de quem já apresentei vários trechos do depoimento:

[Pergunto ao meu entrevistado: quando sua mãe quis vender o sítio, o que você achou?] *Ah na época, a gente era solteiro, achava que era bom, né, era bom ir para a cidade, só que não foi bom não. Só que hoje em dia está duro de tocar roça... para tocar só se for no maquinário. [Se fosse hoje, o que o senhor faria?] Ai eu ia tocar. Ah,*

¹⁶ Especialmente sobre a questão do *afeto*, ver Brandão (1999).

¹⁷ Entrevista com o casal Clóvis e Jacira Tolentino em 16/09/2004.

*hoje em dia, eu sempre gostei do amendoim, é amendoim e feijão, era a melhor planta que eu sempre gostei, é uma planta rápida, se tiver de lucrar a gente vê o lucro, durante 120 dias a gente está vendo o lucro.*¹⁸

Ao mesmo tempo em que revela o afeto pela cultura que fez durante toda a vida, revela sua vantagem econômica ao mostrar que em 120 dias já “vê o lucro”, ou seja, a cultura do amendoim, que é temporária, tem seu ciclo em torno de quatro meses, o que permite que em alguns anos seja produzido também na época das secas. Observa-se também, em sua fala, a vontade de estar na terra até hoje.

Retornemos agora à questão da experiência agrícola como fruto da condição do camponês. As famílias que vieram para o assentamento em Marília - em praticamente sua totalidade, como pude perceber durante o trabalho de campo - eram compostas de camponeses que não tinham terras próprias, oriundos basicamente de famílias de imigrantes que vieram para a região na época da expansão do café ou de famílias que tinham origem nordestina que vieram para a região nas décadas de 40 e 50. Estas famílias, em grande parte, dedicavam-se à cultura do amendoim em terras arrendadas por seus grupos familiares extensos, ou seja, muitas vezes o arrendamento era tomado pelo pai com seus filhos casados e genros¹⁹ (e as respectivas esposas e filhas).

Com tal número de “braços”, muitas vezes a parcela de terra arrendada era bastante grande, chegando a mais de 30 alqueires. Entretanto, o período do arrendamento era relativamente curto, às vezes de dois anos.

[Meu entrevistado fala de sua mãe] *Ela nasceu em Pederneira, mas só que ela casou... aí depois nós só ficamos trabalhando em volta de Marília mesmo: Antiquara, no Avenca, Água da Mambuca, Água do Óleo, Flor Roxa... aqui em volta de Marília...*²⁰

Nota-se neste depoimento, tal como ocorre com os camponeses do Bairro Reforma Agrária, que meu entrevistado refere-se à família como um trabalhador coletivo: esta migração da família ocorreu antes dele ter seis anos de idade e ele chega a falar de um período em que nem havia nascido, utilizando a expressão “nós

¹⁸ Entrevista com o sr. João Teixeira.

¹⁹ Faço a referência utilizando os sujeitos no masculino pois é assim que eles se referem, quando o assunto é “negócio”, ou seja, em geral aquilo que diz respeito ao mundo exterior (à propriedade) é referenciado como do universo masculino. A este respeito, ver também Woortmann (1995) e Woortmann e Woortmann (1997).

²⁰ Entrevista com sr. João Teixeira, realizada em setembro de 2004.

trabalhamos”.

A família camponesa, portanto, mudava-se freqüentemente, havia uma migração curta constante entre terras de municípios da mesma região. O depoimento a seguir, já citado anteriormente, revela o arrendamento da família extensa em conjunto:

... só vim embora com ele quando eu casei, que a gente veio morar no sítio aqui de um japonês que ele arrendou para plantar amendoim, milho, feijão, aí eu vim para cá... Tinha animal, o cunhado tinha, foi emprestando para ele, depois ele já foi vendendo e já foi comprando a ferramenta dele também, aí nós mudamos para uma fazenda no cafezópolis, perto de Cafelândia, eles arrendaram lá 20 alqueires. O pai dele eu sei que ele pegou 6, mas êta terra boa menina! A terra era preta lá! Tudo que nós plantamos lá nós colhemos ...²¹

A minha interlocutora diz que eles pegaram em arrendamento 20 alqueires e completa “ele pegou 6”, referindo-se ao marido. Em conjunto, a família arrendou 20 alqueires e a parte pela qual ela e seu marido ficaram responsáveis era de 6 alqueires.

Nota-se que ao falar do arrendamento que fizeram, ela diz: “no sítio de um japonês que arrendou para plantar amendoim, milho, feijão...”. Sua fala revela que a decisão - sobre o que seria plantado na terra arrendada - era tomada pelo próprio proprietário da terra.

Têm-se, assim, os elementos para retornar à discussão de como a experiência de cultivo está relacionada com a condição do camponês.

Estas famílias camponesas assentadas em Marília eram compostas por camponeses-rendeiros, camponeses que não possuindo sua própria terra, tomavam-na em arrendamento. Entretanto, na terra arrendada boa parte daquilo que seria cultivado era definida pelo proprietário da terra.

Há, portanto, diferença no cultivo realizado pelo camponês-parceiro, camponês-rendeiro, camponês-posseiro e camponês-proprietário²², isto porque a condição de livre acesso à terra pode definir a liberdade de escolha do cultivo. Assim, um camponês proprietário, diferentemente de um camponês rendeiro ou parceiro,

²¹ D. Maria Aparecida Quinto, entrevista realizada em setembro de 2003.

²² Sobre as definições da condição do camponês, ver Oliveira (1991a).

escolhe²³ com sua família o cultivo a ser adotado.

Assim, a experiência agrícola de um camponês é fruto do tipo de relação com a propriedade da terra: ela reflete, de certa forma, a condição camponesa.

Os camponeses-rendeiros que vieram para o assentamento na Fazenda Santa Helena tinham a experiência do cultivo do amendoim nas terras que outrora foram de café em Marília e arredores. Eles trouxeram consigo esta experiência e implantaram-na em suas terras.

Por outro lado, embora eles mesmos carregassem consigo a iniciativa de plantar o amendoim em suas terras, o Estado incentivou este cultivo nos lotes da Santa Helena, como procurei deixar claro no Capítulo 2, no que se refere à implantação dos projetos, ao abordar os “lotes-padrão” definidos pelo Plano de Colonização da Fazenda Santa Helena.

Ocorre que a presença das indústrias oleaginosas na região era anterior à vinda das famílias para os lotes e, como apontado, havia queixa de camponeses com relação ao preço pago pelo amendoim antes mesmo de 1960.

Isto significa que, ao incentivar, ou mesmo compelir, os camponeses a cultivarem amendoim - já que havia a “facilidade” de venda desta produção para as indústrias locais e a área indicava uma “vocaçãõ” para esta cultura²⁴ - o Estado colocava os camponeses diretamente submetidos a este capital industrial.

Ao estarem submetidos ao capital industrial, e tendo que arcar com as prestações da terra, os camponeses logo se encontravam sugados em todas as pontas, já que este capital industrial se transmutou também em comercial e financeiro.

Se, para o caso de Campinas, os camponeses permaneceram na terra, tendo como um dos fatores principais o cultivo das frutas que lhes possibilitou auferir uma renda da terra maior, isto não se deu fortuitamente. A *condição camponesa* de que

²³ Evidentemente, a escolha dos cultivos é também determinada por influências e tabus que são culturais, temporais, regionais etc.

²⁴ Conforme o Plano de Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena – São Paulo (Estado), Secretaria da Agricultura, 1961.

algumas famílias eram portadoras é que, sem dúvida, permitiu este tipo de cultivo.

A cultura de frutas, no eixo Jundiaí-Campinas, e não apenas neste eixo, mas de modo geral, especialmente aquelas que não são do ciclo “exportador”, são tradicionalmente produzidas em pequenas propriedades camponesas. Aliás, o próprio cultivo destas frutas mediterrâneas (como a uva e o figo) em São Paulo, refletem em si parte da formação de nosso campesinato, especialmente o camponês-sitiante que adquiriu as terras das velhas fazendas decadentes de café²⁵.

Este é o ponto central para a compreensão de como os cultivos refletem a condição camponesa. Se uma pequena parte dos camponeses que vieram para o assentamento na Fazenda Capivari (Bairro Reforma Agrária) trouxeram o cultivo de frutas é porque esta experiência foi proporcionada pela condição de controle e autonomia da própria terra, condição esta que só foi adquirida mediante o acesso à propriedade privada da terra. Em outros termos, os descendentes dos colonos das fazendas de café paulistas puderam implantar o cultivo das frutas mediterrâneas quando sua condição camponesa deixou de ser a do camponês-colono e passou a ser a de camponês-proprietário, ou, para usar uma expressão que define ainda melhor esta condição, camponês-sitiante.

A busca, por parte dos camponeses, pela propriedade privada da terra tem exatamente este caráter: de ter autonomia e controle de seu tempo e de seu espaço, como já procurei apontar²⁶.

Assim, a possibilidade de ter outras culturas que não as exclusivas das grandes propriedades e/ou determinadas pelos grandes proprietários só existe a partir do acesso livre à terra - neste caso, através da pequena propriedade - e, o que é mais significativo, a partir da reprodução camponesa na pequena propriedade.

Os camponeses produtores de frutas que vieram para o Bairro Reforma Agrária eram filhos e netos de pequenos produtores: eram a segunda ou terceira geração de

²⁵ Ver Mattos (1951) e Müller (1946).

²⁶ Ver Bombardi (2004a). Ver também Tavares dos Santos (1978).

camponeses-sitiantes. Isto significa que eles já vivenciavam a reprodução camponesa. O tipo de cultivo realizado por seus ascendentes já era responsável pela reprodução camponesa.

Ao adquirirem nova terra, através da Revisão Agrária, eles estavam ao mesmo tempo reproduzindo a família camponesa, viabilizada pela condição de acesso à terra.

Entretanto, o número de famílias camponesas no Bairro Reforma Agrária que vinha da condição de camponeses-sitiantes era bastante reduzido: apenas cinco famílias. As demais eram famílias de camponeses-parceiros (em suas diversas formas) que cultivavam as terras das velhas fazendas, produzindo as culturas comerciais, como por exemplo, o algodão.

O cultivo das frutas disseminou-se no assentamento através do contato que as famílias foram tecendo entre si, o que originou a formação do Bairro Rural. Entretanto, as famílias que não implantaram rapidamente as frutas e que tinham uma estrutura familiar “conjunturalmente inadequada”²⁷, tiveram sérios problemas em conseguir permanecer na terra.

Assim, apesar dos camponeses do Bairro Reforma Agrária também estarem sujeitos às várias formas de subordinação de sua renda ao capital, não há comparação com a situação vivenciada pelas famílias na Fazenda Santa Helena.

Contudo, os primeiros anos na Fazenda Santa Helena indicaram um processo de constituição de um Bairro Rural parecido com o da Fazenda Capivari, muito embora Maria Isaura Pereira de Queiroz tenha afirmado justamente o contrário:

... não há terços ou novenas, como é corrente no meio rural tradicional... não há festas religiosas que congreguem os colonos no centro comunitário... o fator de reunião está sendo desempenhado por atividades profanas - as atividades de recreio. Bailes, jogos de futebol, reúnem os lotistas num ritmo de certa realidade. (QUEIROZ, 1968, p. 42-4)

A autora indicava ainda que as relações de vizinhança eram fracas: havia troca de dádivas, mas não havia ajuda mútua e as visitas se restringiam quase que apenas aos

²⁷ Refiro-me às questões apontadas por Chayanov (1974), em especial no que se refere ao “número de braços para trabalhar e número de bocas para comer”. Ver Bombardi (2004).

parentes e, pouco, aos vizinhos.

Ora, os próprios elementos que a autora usou para indicar que não estavam sendo constituídas as relações definidoras de um bairro rural mostraram justamente o contrário: as reuniões estavam sendo iniciadas, havia troca de dádivas, havia a reunião nos bailes e jogos, e, o que é uma informação importante, tudo isto ocorria mesmo não havendo capela naquele momento. Evidentemente que as visitas foram iniciadas entre os parentes, os laços com os vizinhos foram se estreitando ao longo dos anos. A existência de troca de dádiva é a indicação de que este processo estava iniciado. Segundo Tolentino (1992, p. 52):

Os pesquisadores da USP ressaltam o fato de não constar uma capela do plano oficial do núcleo de Santa Helena. Isso não impediu, entretanto, que as missas e os encontros religiosos se fizessem em vários pontos da Fazenda de forma improvisada, sob barracas de lonas ou mesmo ao ar livre. Ou seja, a religiosidade era parte integrante da vida daquelas famílias e, tão logo estreitaram os laços de vizinhança e afinidades, esta manifestação voltou a fazer parte da vida local. Eu mesma, que vivi a minha infância e adolescência em Santa Helena, testemunhei um intenso período de manifestações religiosas diversas, desde terços, novenas, procissões e festas para os Santos Padroeiros de cada família. Os laços de compadrio também se estreitaram e mesmo a prática dos mutirões chegaram a ser brevemente retomadas.

As festas para os Santos Padroeiros de algumas famílias permanecem até hoje. É em torno do mastro que todos os anos a festa é realizada no sítio de uma família que permaneceu na Santa Helena²⁸.

A mesma liberdade e autonomia tão prezadas pelos camponeses do Bairro Reforma Agrária estão presentes também entre os camponeses da Fazenda Santa Helena. De fato, Shanin (1980 e 1983) ao apontar para a “unidade” do campesinato, em nível mundial, capta a essência desta classe social. É realmente impressionante a semelhança inclusive nas palavras usadas para definir a própria condição:

Vichi, quando o meu pai foi para São Paulo me adului para vender isso aqui ... eu tinha três sítios... sou o mais velho, dos homens, né?... 22 filhos :. aí eu fui para São Paulo ver se gostava... se gostasse, bem, se não gostasse... Aí depois de uns seis meses, eu fui lá passear, fiquei um mês lá passeando, aí eu fui só para experiência... [o pai] morava em Mauá (...) eu pesquisei bem, São Paulo, falei: “Pai, olha: eu não dou minha vida lá [na terra] por nada! ... nem se me der...” [Ao que o pai falou:] “Ah,

²⁸ Ver Fotografia 26.

mas aqui é bom, você é empregado, tem seus direitos não sei o quê". Falei: "Não, mas lá [no sítio] eu sou livre. Eu vou trabalhar, mas eu trabalho a hora que eu quero, o dia que eu quero, o dia que eu quero eu vou descansar, eu vou para a cidade. Agora aqui não, aqui você é cativo. Tem que trabalhar nos seis dias da semana..." Levantava de madrugada para pegar aqueles ônibus, só chegava de noite, oito, nove horas da noite. Uma vida dessas para mim, eu não quero de jeito nenhum! Eu já estou acostumado na lavoura mesmo, eu quero ficar na lavoura e estou aqui até hoje.

Um camponês nordestino, que trabalhou em abertura de fazendas no Paraná, casado com uma filha de imigrantes europeus, se expressa exatamente da mesma maneira que um camponês que nunca migrou. Utiliza, para expressar sua condição de camponês, palavras extremamente significativas: "sou livre", não sou "cativo"!²⁹ Para o camponês a condição do trabalho assalariado assemelha-se ao cativo: não ter autonomia sobre a própria vida, não controlar o próprio tempo e sequer o próprio espaço.

Por isso, nos depoimentos, referem-se aos que não permaneceram na terra como "coitados": fulano foi trabalhar para fora, o que duplamente significa trabalhar fora do sítio, e "para fora do sítio", ou seja, da condição camponesa, portanto, para trabalhar para outrem.

A permanência das poucas famílias na Fazenda Santa Helena também só foi possível entre aquelas que encontraram formas de diminuir a subordinação de sua renda ao capital.

O plantio de outras culturas, à exceção do amendoim - em especial as permanentes - era praticamente coibido na Santa Helena, de acordo com Tolentino (1992, p. 29):

Entre essas culturas perenes, a do café merecia uma proibição expressa. Entretanto, duas das famílias que burlaram as regras se capitalizaram rapidamente e não viveram as crises dos anos subseqüentes ao assentamento, conforme levantamos em nossa pesquisa e confirma o depoimento do Eng. Antonio Lellis.

A família da qual citei o depoimento do casal, além de ter permanecido em sua terra conseguiu comprar também o sítio vizinho, cujo camponês, após estar adoecido

²⁹ Conforme o Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em comunicação pessoal, o camponês nordestino utiliza a palavra "cativo" para definir a situação da falta de liberdade por conta da experiência da escravidão estar próxima na memória deste campesinato.

por alguns anos, veio a falecer. No período em que o vizinho esteve doente o casal o acolheu, ajudando-o e acompanhando-o diversas vezes a São Paulo para o tratamento médico, o que revela também um outro procedimento típico entre camponeses de um bairro rural.

A permanência da família na terra se deu através da maleabilidade que tiveram para lidar com o mercado. Além da lavoura, esta família que permaneceu no assentamento criava porcos e os embarcava vivos no trem para vendê-los “de carroça” em São Paulo:

... quando eles [os pais] eram vivos eu ia todo mês [para São Paulo], eu vendia criação em São Paulo, eu comprava criação aqui e levava em São Paulo, botava nos trens. Aqueles trens cargueiros... embarcava em São Paulo, eu ia de trem, chegava no outro dia, trabalhava dois, três dias vendendo... eu vendia em Mauá, naquela região para lá de São Caetano. Vendia tudo. Eu comprava aqui a cinco, vendia lá a 25, 30. Tinha um lucro bom em cima... eu comprava dos outros e vendia. Um pouco era minha, umas 40 porcas criadeiras, e eu levava os meus porcos em São Paulo, com um pouco eu comecei a comprar dos vizinhos, quem tinha eu ia comprando, eu ganhei muito dinheiro com aquilo lá, negócio de criação em SP, graças a Deus ganhei muito dinheiro, ... levava tudo vivo ... punha na carroça e saía vendendo na cidade. Uma vida sofrida!... Os cavalos eram dos meus parentes [para a carroça], eu pegava os cavalos deles e ia vender, até isso eu fiz para poder ganhar dinheiro... eu ia sozinho, nós ficamos sete anos sem ter filho, depois de sete anos começou a aparecer, ela ficava aqui cuidando da criação... tinha empregado, camarada na roça... eu ia mais na época que não tinha roça, a época que eu estava apertado com lavoura não ia não, por isso que eu comprei mais um sítio fora, tinha sempre dinheiro aplicado, porque eu me virava num canto, virava no outro... a pessoa tem que ver o que é que dá mais, não é? É que sofre para fazer, mas tem que fazer, não pode ficar esperando cair do céu, do céu não cai nada de presente, só a chuva que Deus manda.

Pode-se observar que ele tem a absoluta consciência do processo pelo qual conseguiu adquirir outra propriedade. Vendendo os animais diretamente no mercado, além de evitar que sua renda fosse sugada pelo capital comercial, conseguia auferir uma renda bastante alta em função dos preços pagos na capital, que eram sensivelmente diferentes daquele de Marília: “por isso que eu comprei mais um sítio fora”.

Tornava-se também, ele mesmo, um intermediário de seus vizinhos: no início ele só comercializava seus próprios animais, com o tempo passou também a

comercializar os animais dos vizinhos.

A expressão “se virar” reflete exatamente a relação com o mercado e a procura de formas que evitassem a extração de sua renda.

Nota-se que a relação de parentesco é que possibilitou esta atividade, uma vez que a casa em que permanecia em São Paulo era de seu pai e a carroça e o animal utilizados para a venda dos porcos eram de seus parentes.

Há que se notar também que ele privilegiava a roça, o calendário era regido por ela: quando estava “apertado com lavoura” não ia vender animais em São Paulo, muito embora seja possível inferir que certamente seu rendimento era muitíssimo maior com a venda de porcos. Ou seja, poderia ganhar dinheiro só com a venda da “criação” mas, no entanto, não o fazia.

Há uma valorização explícita das atividades relacionadas diretamente ao cultivo da terra. O diálogo seguinte, entre o casal, é revelador:

D. Cida: *Quando eles abriram essa fazenda aqui, se vocês vissem, era a coisa mais linda que tinha! Você só via planta... só via lavoura!*

Sr. José: *É porque as famílias eram tudo da lavoura...*

D. Cida: *Aonde você olhava assim, você só via amendoim, milho, arroz, feijão, era aquela coisa mais linda! Agora o povo começou plantar pasto.*

A valorização da lavoura em detrimento do pasto revela o apreço pelo trabalho das famílias, o trabalho camponês incorporado à terra. A “coisa mais linda” era ver a lavoura, que é a materialização do trabalho das famílias. O avesso disso, o pouco dispêndio de mão-de-obra, é a expansão/expressão do pasto. Este pasto a que se referem nem sempre é o pasto camponês, boa parte das terras adquiridas por pessoas da cidade está ocupada com pasto:

Tinha gente! Você olhava esses sítios aqui, era gente para todo lado! E não tinha eucalipto, não tinha negócio de pomar, era tudo plantação. Essas invernadas aqui olhava era só amendoim, milho, arroz, feijão.

Então aqui na redondeza, aqui no Shintako, tinha um time de futebol... eram quatro times de futebol só na fazenda, hoje não tem nenhum...³⁰

Meu entrevistado usa o número de times de futebol para mostrar a quantidade

³⁰ Entrevista com sr. João Teixeira.

de pessoas que tinha no assentamento antes, e a que tem hoje. É, de fato, uma forma bastante significativa de expressar o número de camponeses na terra. Como o futebol é tradicionalmente uma das formas de sociabilidade, o número de times é revelador da quantidade de homens.

Muito embora os técnicos da Secretaria da Agricultura não apostassem na capacidade do “agricultor brasileiro”, uma das famílias que permaneceu no assentamento em Marília tinha como pai um nordestino. A família teve uma capacidade extrema para lidar com todos os tipos de adversidade, uma família migrante, que cessou a migração no momento em que adquiriu a terra através da Lei de Revisão Agrária³¹.

Esta não foi, entretanto, a trajetória da maioria das famílias assentadas na Fazenda Santa Helena. O projeto praticamente se desagregou com a saída da maior parte delas da terra, deixando de se reproduzir o bairro rural nascente.

Isto fica absolutamente explícito nas entrevistas que obtive no trabalho de campo, em que os entrevistados comparam os “primeiros tempos” com os “dias de hoje”: no começo “era a coisa mais linda”, referindo-se à quantidade de lavoura que ocupava a terra; hoje, a maior parte das propriedades é ocupada por pessoas da cidade, ocupação que nem mesmo é literal, posto que os proprietários da cidade sequer moram na área e, no caso em que a propriedade não é destinada ao lazer, é trabalhada e cuidada por trabalhadores assalariados³².

A festa junina, por exemplo, assim como as rezas e as novenas que acontecem nos sítios dos que ficaram, são freqüentadas pelos sitiantes que restaram, por seus parentes e pelos empregados dos “patrões da cidade”, com quem estas famílias formaram vínculos.

Os sitiantes, às vezes - especialmente quando falam das festas - referem-se aos trabalhadores assalariados como “vizinhos”, tal como se expressam com relação aos

³¹ Ver Fotografias 27, 30 e 34.

³² Observar no Mapa 8 o Uso do Solo na Fazenda Santa Helena.

sitiantes. Isto indica que, em alguma medida, estão sendo reproduzidas no assentamento práticas peculiares ao Bairro Rural, com sujeitos sociais diferenciados. Eles têm plena consciência da diferença de sua condição:

[Minha entrevistada refere-se aos proprietários de lotes que são da cidade] *Põe empregado para tomar conta, mas não deixa o empregado plantar nada para ele, só ganha o salarinho, não é duro também? Aí é duro, ele tinha que ter empregado e falar assim: "Ó, essa parte aqui você planta, colhe e vende, faz alguma coisa para você, essa parte aqui é minha". Mas não, o mais que tem é dar o salarinho do mês, você acha! Não tem cabimento. Fazer compra, gás, despesa, você acha que dá? Coitado de quem está ganhando um salarinho... três, quatro filhos... o salário tinha que ser uns 500 reais, os coitados sofrem que nem condenados... os pobrezinhos... Aqui tem muitos empregados, viu! O salário é de 240, não é? Você faz uma compra com 200 reais? Um pai que tem três ou quatro filhos, comprar arroz, feijão, sabão e óleo e tudo! E o gás, a luz que paga, remédio, ninguém vive sem comprar um remédio agora... o salário está muito pouco!*

Há alguns aspectos a serem notados nessa fala: o primeiro deles é a indignação da entrevistada com a condição do empregado que, embora esteja trabalhando na terra, não pode plantar nada para ele próprio: imagine, estar na terra e não poder plantar! Esta indignação se estende para o fato de que ele está na terra, mas tem que "viver de salário". Ela então descreve a condição de vida da família que vive com um salário mínimo e utiliza duas expressões significativas: "sofrem como condenados" e "pobrezinhos", adjetivação que revela a consciência da diametral diferença entre sua condição (de camponês proprietário) e a condição dos empregados nas propriedades vizinhas.

Há trechos de depoimentos que mostram exatamente a exígua quantidade de famílias que permaneceram na terra. Nos próximos dois depoimentos meus interlocutores falam sobre um dos sitiantes que ficou:

Só tem um [sitiente que foi assentado] que ele até morreu com esse negócio que deu no pomar dele, ele já era velho, falou: "Ó, deu doença no seu pomar", aí o homem pegou e deu enfarte, o mês passado, Seu Cláudio, ele tem três [sítios], mas ele tinha um só, ele é dos primeiros... (Meu entrevistado explica quão pouca mão-de-obra é necessária para o cultivo da laranja) Passa uma grade no meio, passa um mata-mato dá serviço para umas quatro ou cinco pessoas durante uma semana, limpou, aí só na colheita de novo... [Para contrapor ao período anterior, ele diz:] Agora a produção era amendoim, amendoim ocupa muita gente, feijão a mesma coisa, arroz também e era

*tudo na base de animal, ninguém tinha trator...*³³

D. Cida: *Tem um situante aqui que ele tem três sítios, tudo os três igual àquele ali de laranja, você está vendo? De laranja, ponkan, morocoti [Pergunto se ele era sitiante como eles.] É, ele foi comprando, ele soube fazer a vida, né? Foi ganhando dinheiro, comprou um, ganhou mais dinheiro comprou outro... Claudionor... e esse soube se segurar, né? Quem não soube se segurar vendeu, acabou com o dinheirinho e ficou na amargura!*

Sr. José: *Não é que soube se segurar, é o modo de trabalhar, né? Todo mundo num tem uma experiência só. Você nasceu para uma coisa, não adianta tentar outra, tem que fazer aquilo que você tem experiência, né? E a lavoura depende muito de experiência. Não é só chegar e querer trabalhar na terra.*

D. Cida: *Mas como é que o pessoal de Marília [da cidade] comprou e se dá bem?*

Sr. José: *Porque ele não precisa da terra, ele já tem um pé de meia lá. E tem uns aqui que vem só para fazer lazer, fim de semana, eles não dependem da terra.*³⁴

O sitiante que ficou e adquiriu mais dois sítios, ao qual os dois depoimentos se referem, é também chamado de “situante” o que revela, como já foi apontado, que ele está bem “situado”. Em geral a palavra *situante* aparece entre os camponeses paulistas como sinônimo de sitiante, mas indicando uma *situação* econômica estável e/ou considerada positiva.

O uso das expressões “se segurar” e “ficou na amargura” é extremamente elucidativo, como procurei apontar no capítulo anterior. Cabe ainda ressaltar que no diálogo com o casal, o marido afirma que para trabalhar na lavoura é necessário ter experiência e a esposa em seguida o questiona, perguntando a ele como é preciso ter experiência se as pessoas da cidade que compraram o sítio se “dão bem” e, ele, prontamente responde que é porque estes não precisam da terra, não *dependem* da terra.

A expressão “depende da terra” revela a condição camponesa: ao mesmo tempo em que a terra é sinônimo de autonomia e de liberdade, estar na terra significa ter que lidar com o mercado e controlar o processo de subordinação. Não é por acaso que o camponês utilizou a expressão “se segurar”.

³³ Entrevista com sr. João Teixeira.

³⁴ Entrevista com o casal Quinto.

A dependência da terra para manter e reproduzir cotidianamente a família e, ao mesmo tempo, arcar com as despesas do próprio pagamento do lote, em uma situação em que os camponeses encontraram-se irremediavelmente subordinados, causou praticamente um estrangulamento na possibilidade de permanência na própria terra.

Como se viu, cerca de oito anos após a implantação do Projeto, os camponeses encontravam-se em grande dificuldade financeira e muitos deles já haviam transferido seus lotes para outras famílias, ou arrendavam suas terras e trabalhavam como colonos em propriedades vizinhas. De acordo com Tolentino (1992, p. ?): “O loteamento de Marília descaracterizou-se logo ao final da primeira década, tendo-se transformado a maioria dos seus lotes em áreas de lazer de empresários marilienses, apresentando sinais de concentração de suas terras”.

Há um uma fala que revela a concentração a que Tolentino refere-se:

[Meu entrevistado faz referência a um dos proprietários que tem mais do que um lote na área do assentamento] *É tudo gado, aqui mesmo ele tem três sítios e só tem um empregado... o Edegar tem oito sítios só aqui na fazenda, só dele... o Toshio tem sete... [Pergunto: e esta pessoa era daqui?] Não, era da bolsa de valores, de São Paulo, nenhum pegou da reforma agrária.*³⁵

Percebe-se que além de revelar a concentração de vários sítios nas mãos de pessoas da cidade, ele mostra que pouquíssimos trabalhadores são empregados nestas terras.

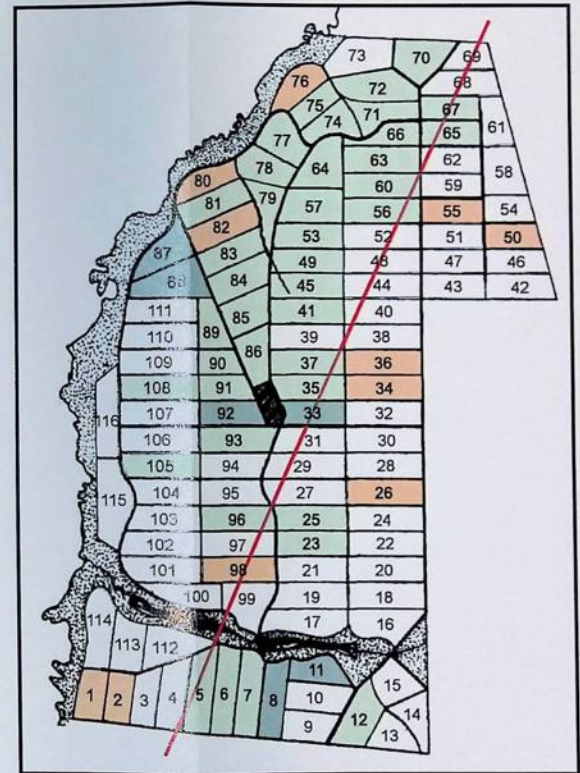
Essa descontinuidade que houve no processo de formação de um bairro rural reflete-se no modo como até hoje as famílias se referem à Fazenda Santa Helena, como se verá.

³⁵ Entrevista com sr. João T.

Imagem Aérea

Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado) - Marília

Uso do Solo



- Principal uso do solo nos lotes assinalados:

- Pasto
- Citrus
- Pinus / Eucalipto

No caso do projeto da Fazenda Capivari, cujo nome oficial era “Núcleo Agrário Capivari”, houve uma transformação em que os camponeses passaram a chamá-lo de “Reforma Agrária”. Esta transformação se deu justamente no processo de constituição de um bairro rural, a partir da interação entre as famílias e de cada uma delas com seu próprio espaço. Nesse processo é que os lotes tornaram-se sítios e o Núcleo Agrário Capivari tornou-se Bairro Reforma Agrária: *“Na escritura, nos documentos, tá escrito: Núcleo Agrário Capivari. Foi a turma que começou a falar: ‘Eu moro lá no Reforma Agrária’, e ficou”*.³⁶

No caso da Fazenda Santa Helena, até hoje seus sitiantes a chamam de “Fazenda do Estado”, como pode ser visto no diálogo transcrito a seguir:

Esposa: Aqui era Fazenda do Estado, foi quando o Governo loteou (...)

Esposo: Era Fazenda do Estado porque antigamente era Fazenda do Estado e ficou por nome Fazenda do Estado, ninguém nunca falava Fazenda Santa Helena... sempre fazenda do Estado... era do Banco do Estado. [...] Era José Revoredo... aí o Estado tomou numa dívida, ficou 20 anos com o Estado, depois o Carvalho Pinto resolveu lotear, não é? Para plantar lavoura.

Certamente a maneira como se referem ao lugar diz respeito à relação estabelecida com o mesmo. Onde se constituiu um Bairro Rural é porque as famílias, cada uma delas, mas sem dúvida em conjunto, apropriaram-se, no sentido pleno deste termo, desta fração do território, tornando-a uma unidade territorial camponesa.

Ao contrário, onde isso não ocorreu, o assentamento ainda é chamado de Fazenda do Estado, ou seja, uma área que estava sob a tutela do Estado – em que a maioria das famílias não conseguiu permanecer na terra e que não foi suficientemente apropriada pelo campesinato - teve seu nome mantido. Não apenas seu nome original, mas o nome que revelava a condição daquelas terras: terras públicas adquiridas pelo Estado mediante dívida do proprietário. Como vimos: a fazenda era do “Estado”, do “Banco do Estado”.

Embora meu interlocutor, no penúltimo depoimento apresentado, diga que um determinado proprietário ‘não pegou da reforma agrária’, esta expressão não se tornou

³⁶ Entrevista com sr. José Z. Observar a Fotografia 13.

“materializada” como no caso de Campinas, e até certo ponto de Jaú, como será visto. De toda forma, é revelador o fato de que a expressão “reforma agrária” seja utilizada para se referir ao “começo”, ou seja, ao processo de implantação do assentamento através da Lei de Revisão Agrária – têm a noção exata de que vivenciaram uma “reforma agrária”.

É significativo, portanto, que o assentamento permaneça sendo conhecido como “Fazenda do Estado”. É como se de fato o processo total de autonomia dessas terras como um todo não tivesse se concretizado³⁷.

³⁷ Ver a Fotografia 19.

3.5. A reprodução camponesa na Fazenda Santa Helena (Fazenda do Estado) - Marília

*... É porque a gente vende para mercado, você tem que ter mais ou menos umas quatro idades, né? A gente vai, vamos plantar essa. Daqui uns dois meses a gente planta mais uma quadra ... vai fazendo assim, não adianta plantar muito de uma vez só ...
Você tem o ciclo, não é?*

Sr. Orlando Quinto

A despeito de não ter se constituído um bairro rural, a partir do assentamento na Fazenda Santa Helena, há algumas famílias camponesas que têm se reproduzido em seus sítios, apesar de todas as adversidades que enfrentaram.

Há um depoimento que reflete exatamente a avaliação positiva que essas famílias têm da própria trajetória:

Essa reforma que o Governo quer fazer agora? Não é assim [ela quer dizer da forma como foi feito na Santa Helena] que ele quer fazer? Lotear as terras para o pessoal que não tem terra? Mas se o governo conseguisse fazer isso ia acabar a fome do mundo, que nem ele fala, né? Porque todo mundo ia plantar, colher! Deixa esse povo tudo aí para a cidade! Fazer o que na cidade!? Ficar na rua lá! Matando e roubando? Igual está. O senhor vê, a gente liga o jornal aqui, eu nem assisto! Não vê coisa que preenche o coração da gente! Só amargura, né? Só bandido, só traficante! ... Tem muita gente que está para a cidade porque não tem terra para trabalhar.¹

Apesar desta senhora vivenciar uma experiência de reforma agrária em que poucas famílias permaneceram na terra, ela indica que se as terras fossem loteadas “acabaria com a fome do mundo ... porque todo mundo ia plantar e colher”. Ao fazer tal afirmação, ela fala de sua própria experiência, de uma situação de prosperidade viabilizada pelo acesso direto à terra. Em contraposição ao acesso à terra, ela vê a violência nas cidades exatamente como reflexo desta situação: “tem muita gente que

¹ Depoimento colhido em setembro de 2003.

*está na cidade porque não tem terra pra trabalhar*².

O Croqui 1 apresentado a seguir é desse sítio. Quem fez o croqui foi Orlando, filho do casal que adquiriu a terra, portanto a segunda geração.

Percebe-se no croqui que a página está dividida ao meio e no centro de cada uma das metades há uma casa; na casa à direita há o nome do pai e na casa à esquerda, o nome do filho.

As metades correspondem às duas propriedades, a da direita, do pai, foi adquirida através da Revisão Agrária, a da esquerda, do filho, foi comprada pelo pai. A compra dessa propriedade está permitindo que a família se reproduza na terra.

Nota-se que o croqui tem no canto à direita o rio. O desenho privilegia uma certa perspectiva em que o alto da página corresponde à parte de maior altitude do sítio. O desenho foi concebido com curvas de nível implícitas.

No verso do croqui há explicações sobre o calendário, o sistema de rotação pasto-agricultura e os tratos utilizados na terra. A “letra redonda de professora” – alinhada por uma régua - que encontramos no verso do croqui é da esposa do senhor que o desenhou.

Há nestas explicações o cuidado de revelar os procedimentos agrônômicos, dando dimensão temporal ao desenho³. O croqui se torna flexível a partir das indicações anotadas em seu verso: o tempo é incorporado ao espaço.

Há ainda indicações que dizem respeito à relação com o mercado, como por exemplo, a explicação de que a mandioca é plantada em quatro etapas, com o detalhe, logo em seguida, de que se ela fosse vendida para a indústria de farinha, poderia ser plantada durante todo o ano.

² Por diversas vezes em trabalho de campo pude perceber uma visão compreensiva e simpática para com os Sem-Terra. O esforço midiático, felizmente, não é capaz de quebrar seus valores e sua compreensão do que seja a vida camponesa sem o acesso à terra.

³ A Ilustração 1, apresentada a seguir, que é o calendário agrícola deste sítio, complementa a dimensão temporal apresentada no croqui.

patogeno
 patogeno
 patogeno
 patogeno

patogeno
 patogeno
 patogeno
 patogeno

mandioca
 mandioca
 mandioca

Jose P. Buente

patogeno
 Beira do rio
 não pode ser
 plantado

Eucalipto

mandioca
 mandioca
 mandioca
 mandioca

mandioca
 mandioca
 mandioca
 mandioca

Orlando

mandioca
 mandioca
 mandioca

estrada

patogeno
 patogeno
 patogeno
 patogeno

patogeno

Croqui 1 - Frente
 Elaboração: Orlando Quinto

Obs: A cada 2 anos, nós mudamos a área de plantio.

Onde havia plantação passa a ser pastagem e onde era pastagem passa a ser plantação.

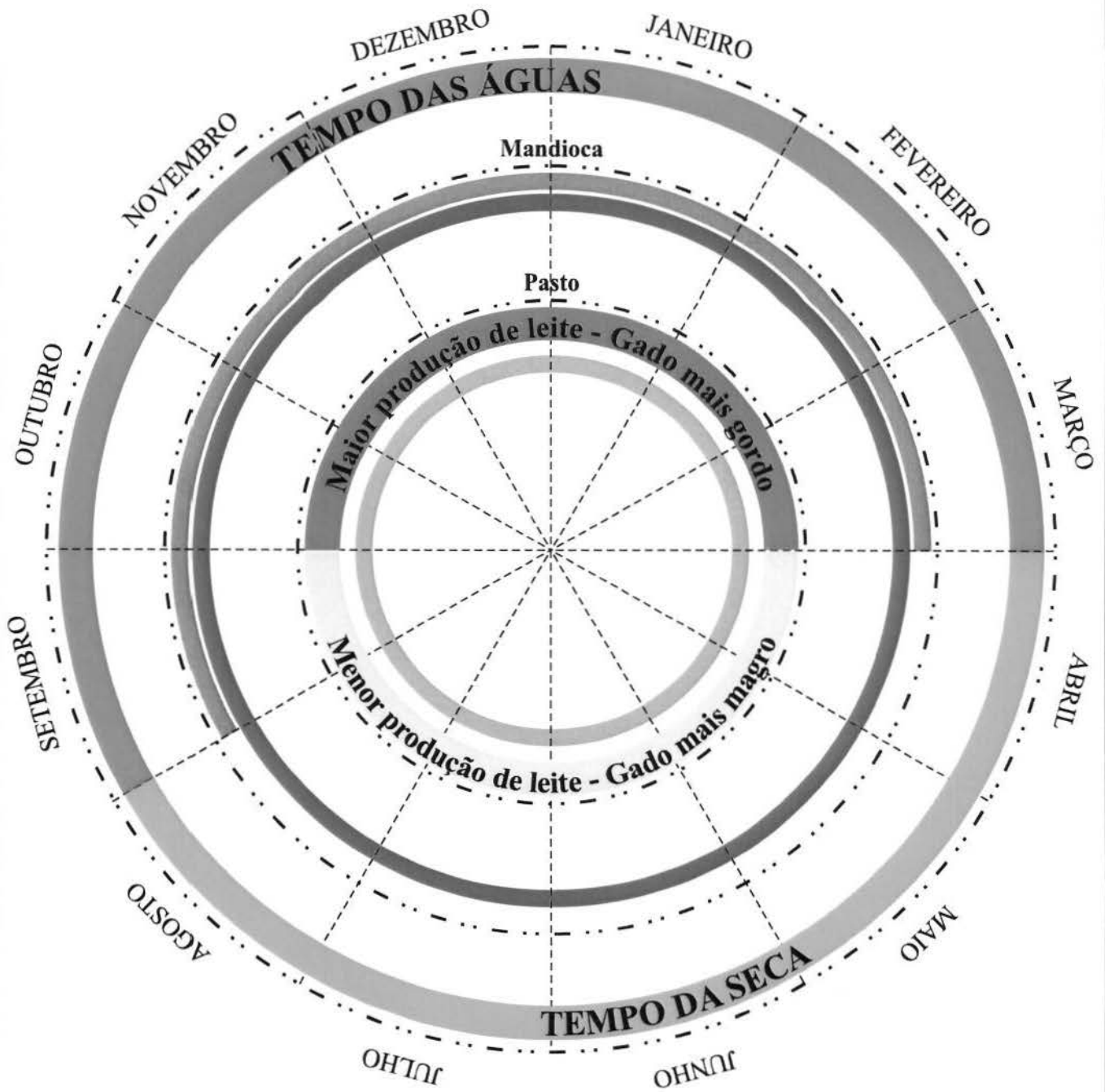
Isso ocorre para que a terra possa descansar.

Nas áreas de lavoura fazemos adubações com calcário, para corrigir a acidez da terra.

As plantações de mandioca são feitas em 4 etapas para não interromper as vendas.

Se fosse para indústria de farinha poderia ser plantado de uma vez só.

Calendário Agrícola - Marília



- Plantio
- Colheita
- Trato do gado e pasto

Organização: BOMBARDI, L.M.
Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.
Fonte: Entrevista de Trabalho de Campo, 2004.

Ilustração 1

A explicação sobre a maneira como a mandioca é vendida, evidentemente não aparece no croqui casualmente; ela reflete uma das formas de escapar à subordinação ao capital, como é possível ver no trecho a seguir:

[Pergunto ao meu interlocutor o que eles estão plantando] *Nós estamos plantando mandioca, o gado e o maracujá, mas o maracujá agora parou um pouco* [E o preço da mandioca, está bom?] *Está pegando preço bom, mas para vender em São Paulo, para vender nas indústrias não compensa não... o Orlando vende em São Paulo, ele vai duas vezes por semana, tem o caminhão do sogro dele... eu não estou bem a par do preço da farinha, mas dizem que não vale à pena... Agora parece que aumentaram um pouco, mas assim mesmo o Orlando não queria levar para a farinha não. Não valia a pena vender à farinha, deu para o Gado. Agora, São Paulo não, São Paulo não, que São Paulo ele vende bem, que ele vende só no mercado... no Ceasa, tudo quanto é mercado em São Paulo, ele já combina por telefone as viagens, quantas cargas precisa de quanto...*

A farinha à qual meu entrevistado refere-se é a indústria de farinha de mandioca, assim, ele adverte que o preço da mandioca está bom para vender em São Paulo e não para a indústria, o preço pago por esta é tão baixo que eles preferiram alimentar o gado com a mandioca que não seria destinada ao mercado em São Paulo. Pagando preços baixíssimos pela mandioca, a indústria está apropriando-se de parte da renda camponesa.

Vê-se na fala anterior que para vender no mercado em São Paulo ele dispõe do transporte, o que evita que um montante maior de sua renda seja sugada pelo capital comercial. O trabalho de caminhoneiro (o caminhão é de seu sogro) permite a ele que comercialize diretamente a produção, ou seja, o que parece um assalariamento é, na verdade, uma forma de viabilizar sua reprodução camponesa.

Como a mandioca que produz não é vendida para a indústria, mas para ser consumida *in natura*, ele a cultiva em quatro etapas para tê-la disponível ao longo do ano todo.

É possível perceber no croqui que ele define as quatro áreas (quadras) do sítio em que a mandioca é plantada em cada fase. No desenho ele poderia ter representado, ao invés das quatro áreas, uma única área com mandioca. Mas ao dividir a área no croqui ele mostra as etapas de cultivo da mandioca no tempo, ou seja, ele representa o

tempo no espaço, elucidando também a maneira como organiza sua propriedade:

... É porque a gente, que nem a gente, vende para mercado, você tem que ter mais ou menos umas quatro idades, né? Não é uma coisa que você chega e tira, se fosse para fazer farinha era coisa de você plantar uma vez só. Você chega e arranca tudo de uma vez só, agora como a gente vende para mercado, tem que ter mandioca mais velha, mais nova..., para mercado a gente usa fazer assim, agora se fosse farinha não, você chega e planta. [E quando não chove, você planta assim em quatro etapas?] Só na época que está chovendo que nem agora eu tenho que esperar a rama dela, faz uns três meses já que ela está guardada, esperando chover, né? A gente vai, vamos plantar essa. Daqui uns dois meses a gente planta mais uma quadra, né, a gente usa para mercado, vai fazendo assim, não adianta plantar muito de uma vez só porque a nossa saída, a nossa área lá para vender não tem... [Você fica quantos meses colhendo duas vezes por semana?] A gente atravessa o ano, só parou agora por causa da seca que estava, muita seca, então não deu tempo de colher, né? Mas mantém esse padrão aí... você tem o ciclo, né? Então... a gente procura manter conforme a gente tem, aí quando não dá a gente é obrigado a comprar fora... às vezes tem, mas às vezes ela tem problema de adubagem, tem que parar de arrancar...

Percebe-se que as quatro vezes em que a mandioca é plantada ao longo do ano se dão nos meses da estação das chuvas, iniciando em setembro ou outubro, quando vier a primeira chuva, que era o caso do dia em que a entrevista foi realizada⁴, como pode ser visto na “narração” que ele faz do próprio croqui:

Deu para entender?... Esse aqui é do meu pai, o sítio, né? Esse outro aqui é o de lá, para lá da estrada, do barracão para lá, o barracão eu não coloquei não, porque ele está mais ou menos aqui entre o dois, aqui é a ponte ali embaixo, no riozinho... a estrada que passa ali embaixo, o riozinho, aqui é a casa do meu pa⁵i, aqui é um pedacinho de mandioca que eu vou plantar ali agora [a que eles estavam cortando as ramas para plantar] Aqui são dois, divididos em dois piquetes, não é? E agora esse outro aqui já está plantado, essas duas estão plantadas, agora vai plantar essa... é vai plantar hoje. Essa aqui plantou, mas com a seca aí morreu tudo, choveu estava desse tamainho acabou secundo... vai gradear.

Aqui são os pomarinhos embaixo⁶. [Ele passa a explicar o verso do croqui. Pergunto a ele por que fazem a troca da pastagem com a mandioca] É para dar tipo um descanso para a terra, ficar só plantando em cima dela acaba cansando, então cada dois anos a gente procura mudar ela, você mexendo com a terra, só pastagem o gado solta muito, né, então aquela gordura, o pasto não forma, agora você dá uma mexida na terra o pasto⁷ vem melhor...

No croqui, está desenhada uma área próxima ao rio em que meu entrevistado anotou o seguinte: “Pastagem” e “Beira do rio não pode ser plantado”. Se esta

⁴ Ver as Fotografia 28, 32 e 33.

⁵ Ver Fotografia 23.

⁶ Ver Fotografia 38.

⁷ Ver Fotografia 29.

informação recebeu o status de se tornar uma anotação no croqui é porque ela tem uma importância:

[Pergunto ao meu entrevistado para que é o eucalipto] *A gente plantou mais para, porque aquela baixada ali não pode fazer mais plantação, então foi plantado assim, mais para gente tirar madeira, uma coisa assim. Até aqui embaixo tem um pedacinho ali na beira do rio que a área na beira do rio não pode ser plantada, tudo que é na margem do rio hoje o Florestal... na beira do rio tem que deixar 30 metros. [A mãe de meu entrevistado complementa a fala do filho] *Ali precisa da madeira para fazer cerca, para fazer, às vezes para plantar maracujá, tira a madeira de lá...**

Esta área de preservação da mata ciliar tem servido como uma área de reserva a que os camponeses recorrem para extrair madeira para lenha, para mourões de cerca, para refazer a estrutura dos cultivos etc. Isso possibilita que parte da renda camponesa que seria destinada à compra desse material processado industrialmente, continue nas mãos do próprio camponês.

Entretanto, a expressão “hoje o florestal ...” demonstra a atuação dos órgãos, tanto estaduais como federais, cerceando a ação dos camponeses em um nível que se torna ininteligível para eles, posto que controla a ação dentro da própria propriedade. Esta ação possivelmente não seria encarada com estranheza se os camponeses não enxergassem nestes órgãos atitudes ambíguas no que diz respeito ao próprio ambiente e à concepção que expressam de justiça. Ouvi por mais de uma vez em trabalho de campo (nas diversas áreas) que “*se matar uma capivara você vai para cadeia na hora, mas se matar uma pessoa, não*”.

Nesse mesmo sentido é que é possível perceber no depoimento que a área próxima ao rio, em que “não se pode plantar nada”, ganha destaque no croqui em razão do atrito (manifesto ou não) dos camponeses com os órgãos estaduais de legislação ambiental. Esses órgãos são vistos como portadores de ambigüidade em sua ação:

[Pergunto aos meus entrevistados – pai e filho - se o maracujá que eles plantam é do tipo azedo ou doce]

Pai – *É do azedo, mas parou de plantar porque não compensou mais mesmo, tava demais, né... ele está com seis meses, não tira nem a despesa, então a doença ataca, mata, então eles não tem lucro.*

Filho - *O investimento é muito alto, um ano e meio não paga nem o custeio... é uma*

virose que ninguém conseguiu achar a solução para ela.

Pai - É a região, né? Que toca dois ou três anos... dentro de um ano a doença ataca e começa a morrer tudo e o custo começou a ficar caro, você faz 10 anos que plantava... hoje você tira o mesmo, mas o custo dele é 30 vezes maior... faz três anos que a gente não planta, mas antigamente você gastava aí cinco mil reais de veneno numa roça, você gasta 50... [Por quê?] É o custo, né? Você vê: é tudo em dólar, foi mudando o preço de custo que continuou altíssimo, mas o preço dele para venda continua o mesmo... qualquer lavoura aí, o preço de venda é de oito a 10 de hoje, só que o custo dele, se a caixa era cinco reais, o custo dele está em 15, ou até mais, agora como que você vai? E agora tem que cercar com tela, toda a roça, senão o coelho não deixa um pé! Come tudo! [Pergunto: que coelho?]

Filho - Há uns dois ou três anos atrás o Ibama soltou um lebrão aí nas reservas... ela come maracujá, come feijão, come laranja... agora vê se aparece alguém para ressarcir a gente!... Soltar, eles souberam soltar, né! Mas não fizeram pesquisa para ver se estragaria alguma coisa, se não estragaria, agora empestou, né? Cria demais! Eles começam a comer capim, eles cortaram um pé só para afiar os dentes... todo roedor vai crescendo os dentes... [Foi o Ibama que soltou?] É, só pode ter sido, não é? A experiência deles...

Pai - Está na reserva, né?

Filho - Não tinha esses lebrão.

Pai - Antigamente não tinha, eles plantavam maracujá, não tinha.

Filho - Eles saem mais à noite... os cachorros pegam, mas não dá conta não... A gente acredita que foi o Ibama, porque quem mais pode ter sido? Ninguém faz experiência com os animais e solta ele ali... a gente acredita que só pode ter sido eles... faz mais de três anos... aí o pessoal desistiu mais por causa do lebre, já é caro o custo, ainda você cercar uma roça com um tanto de tela!... Eles em pé ficam até dessa altura!

A conversa com o pai e o filho mostra a discordância silenciosa dos camponeses com os órgãos executores da legislação ambiental: “Agora vê se aparece alguém pra ressarcir a gente!... Soltar, eles souberam soltar, né! Mas não fizeram pesquisa para ver se estragaria alguma coisa”.

Mais do que a certeza da veracidade desses fatos, interessa compreender seu peso no discurso camponês. A ação fiscalizadora dos órgãos estatais ligados ao meio ambiente é compreendida como uma extrapolação de seus próprios propósitos: a fiscalização se transmuta em repressão, controle e vigia⁸.

Há uma outra questão muito importante abordada na conversa com pai e filho: a renda camponesa e sua relação com o capital. A conversa revela que há uma maior subordinação da renda camponesa ao capital industrial através do aumento do preço

⁸ A este respeito ver também Bombardi (2004a).

dos insumos e da manutenção do preço da fruta. Meu interlocutor mostra que o aumento desses insumos está atrelado ao aumento do dólar. Tal como o camponês do Bairro Reforma Agrária revelou, a relação com o capital industrial, como discuti no item anterior, também em Marília o camponês capta dessa forma o processo ao qual está subordinado.

A consciência da maneira como se dá esse processo de subordinação é realmente expressiva, há inclusive, entre os camponeses, o entendimento e a compreensão de como o Estado poderia e deveria agir, mediando os interesses do campesinato em sua relação com o capital:

E hoje teria que ter um preço mínimo de custo, não é? De tudo. Se você vai plantar tal coisa, o mínimo de custo é esse, não importa, o governo tinha que dar um jeito nisso aí. Só que aí o preço é oferta e procura: se tem muito, o preço arria lá embaixo. Que nem o limão hoje, hoje o limão na roça está 50 reais, mas é porque ninguém tem. Que vantagem você tem de ter preço numa coisa dessas? O preço médio, vamos supor de 15 reais, o ano todo 10 reais, todo mundo ia ganhar dinheiro, todo mundo investiria para ter melhor produção... e teria que ser assim! Porque tem aonde escoar isso. Pode falar que não, mas tem! A prefeitura, para creche, para hospital, tem como escoar. É mais por isso aí que não vai...⁹

Percebe-se no depoimento que o camponês sabe exatamente qual deveria ser o papel do Estado, indicando, inclusive, suas várias possibilidades de ação: a primeira forma seria mediar duplamente sua relação com o capital ao adotar uma política de preços mínimos. Ao ter garantido o preço mínimo por seu produto o camponês, mesmo com variação dos preços dos insumos, tem parte de sua renda assegurada. Ao mesmo tempo, também através da política de preço mínimo, é quebrada a lei da oferta e procura para o produto camponês, posto que mesmo com muito produto ofertado no mercado, o preço estaria garantido.

Há ainda, neste depoimento, um segundo canal de possibilidade da mediação do Estado, que é intervir na comercialização, comprando dos camponeses e repassando diretamente para creches, escolas, hospitais etc.

Isto demonstra que o camponês tem a real noção do montante de consumo de

⁹ Depoimento de Orlando, autor do croqui.

alimento nos serviços públicos de saúde, educação etc. O Estado, assim, para agir com coerência, deveria comprar diretamente dos camponeses. Se o Estado realizasse as compras públicas de alimento junto ao campesinato evitaria, ao menos em parte, a subordinação da renda camponesa ao capital comercial.

O camponês tem, portanto, consciência de como a sua renda é subordinada e de como o Estado pode mediar esse processo de subordinação. Essa consciência não é isolada; pode colher outros depoimentos, nas demais áreas, extremamente parecidos com esse e com as mesmas indicações com relação ao papel do Estado.

Ao revelarem o processo de subordinação ao qual estão sujeitos, pai e filho, com quem converso, revelam também o momento em que a família deixou de cultivar o amendoim, justamente em função deste processo:

Pai – Eu falo para ele não plantar, vai ter prejuízo... [refere-se ao filho]

Filho – Você quase não financia a roça, o seguro, ninguém mais faz seguro de roça, eles falam que tem, mas chega na hora de fazer...

Pai – Que nem: uma vez eu fiz seguro, perdi 15 alqueires de amendoim... deu 80 % de perda, sabe quanto veio na minha conta? Quatro mil cruzeiros... era para vir 80% do valor do financiamento, só veio quatro mil cruzeiros, eu fui no Banespa e falei: "Nunca mais eu planto", aí eu parei naquela época de plantar lavoura, porque eu perdi mesmo, 15 alqueires. Mas não colhi nada! Choveu dois meses sem parar, eu punha bóia-fria, arrancou o amendoim, quando arrancou que estava tudo na terra a chuva em cima! E chove, e chove, eu ia lá virar ficava ... aí eu chamei o agrônomo ele veio, em dois agrônomos, falaram que no mínimo era 80 % de perda, pensei que vinha um dinheiro bom para mim, que dinheiro, que nada!... [Quando foi isso?] Faz uns 15 anos já, e aí daquele tempo eu não plantei amendoim mais, e eu plantava, três quatro sítios, eu colhia de mil sacos... 900, 1000, 1200. Eu plantava muito o meu sítio, e arrendava sítio para fora para plantar. [E para colher?] Para colher eu punha bóia-fria, aquele tempo só para colher punha bóia-fria, e para plantar quem plantava era nós mesmos, aí não deu mais, se eu continuar, eu vou perder o sítio... eu quase perdi, só não perdeu porque o governo deu anistia até módulo 5. aí o meu era módulo 2, eu fui com o papel no banco e fui lá, eu peguei no rádio que o governo deu anistia para o pequeno agricultor, pegasse até módulo 5. o meu módulo é 2. Só que o banco não aceitava. Falou [o banco]: "Não, nós não vamos dar anistia não. O governo dá, mas nós não damos"... Eu falei: "Eu vou levar no advogado o papel"... Dava dois milhões que o banco queria pegar, eu falei não, a roça toda não paga isso! Eu falei: eu vou entrar nesse esquema. Aí a advogada pôs na mão do juiz, ele mandou fazer o cheque de 226, devia o juro de 26 reais... eu paguei o que eu devia com juros... eu falei: "Meu Deus do céu, pago nada!" Aí o Zapo [um outro sitiante] começou a falar: "Mas você fica sujo com os bancos, não sei o que tal", eu falei: "Desse jeito eu vou ver onde que tem empréstimo de dinheiro a juros para mim, porque dá lucro, porque você acha,

pagar um absurdo desse aí? E eu comprei só o dinheiro do adubo e a lavoura não dava para pagar não”.

Filho – Porque estava 30, 40%.

Pai - ... nunca mais trabalhei com banco, mas também não paguei. Deu, ué, deu anistia para o pequeno agricultor, aí todo mundo ficou com medo depois, eu falei, “Não, eu vou por”, aí eu pus e ganhei mesmo! Recorri, foi para Brasília.

Filho – Quase que foi mesmo aí, ou recebia ou caducava, né?

[Observar que na seqüência o pai mostra como funciona a subordinação da renda da terra ao capital industrial, fazendo inclusive um “teste”.]

Pai – Hoje se você precisar fazer um alqueire de roça, se você quiser adubar, passar veneno certinho, você pode ver que não tira o custo, porque o veneno, precisa muito veneno e é muito caro o veneno e quando você vai vender o preço é uma pedrada. Aí como é que faz para tirar a despesa? Não tira. Então por isso que não funciona, nessas terras nossas não, só se for terra nova que não precisa de adubo, mas essas terras nossas aqui se plantar sem adubo não produz, o milho fica desse tamainho, agora se adubar no risco e por duas coberturas, aí dá um milho bom, mas vai ver o preço que fica depois, não vale a pena. Uma vez eu plantei quatro alqueires ali, que eu fui comprar o adubo na cooperativa, que eu vi o preço do adubo eu fiz o cálculo: eu falei, “Não dá para adubar”... eu falei: “Pega cinco sacos”. Vou fazer uma curva, mas só para tirar experiência, e pela aquela curva eu regulava e não dava mesmo! E outra... o gado comeu, porque não compensava, o preço que o milho ia dar naqueles quatro alqueires, fora a despesa que eu já tinha feito, por causa do risco, fui ver para comprar cobertura... e se eu teimasse já tinha perdido o sítio, tinha certeza que tinha, os outros tudo perdeu, não é? Tem gente que perdeu por negócio de dívida mesmo! Não tem mais ninguém aqui da reforma agrária! De 108 parece que só ficou cinco, tudo venderam para lazer para gente da cidade, foi tudo para cidade, está tudo na cidade, quem perdeu, quem tem muito, tem uma casinha para morar, quem vendeu. Eu não, eu estou aqui, eu estou com dois sítios, comprei mais um [Como o senhor conseguiu?] Ah, trabalhando, é que nem eu falo: tem uma parte na economia, o modo de saber trabalhar e o modo de saber aplicar o dinheiro, né, porque eu não comprei assim: vou comprar agora, primeiro eu comprei em Fazenda Nova dois alqueires, cinco mil reais (?) [ele dá o segredo] aí depois não deu certo, eu vendi aqueles dois alqueires por 15 mil, aí já comprei esse daqui por 15, quer dizer que eu joguei cinco lá e ganhei 10 e já apliquei aqui, era um modo de ir aplicando, um meio de render, né? Porque quem da lavoura tinha 15 mil na mão naquele tempo? Mas foi tirado da lavoura mesmo, mas eu fui aplicando, eu comprei aquele sítio, eu ganhei dinheiro na venda dele e dali eu comprei esse sítio vizinho, mas se fosse para mim tirar dinheiro do bolso e comprar, não dava.

(...) Hoje não tem ninguém, nós estamos em oito. Deve ter uns cinco que compraram do Estado mesmo, da reforma agrária, porque o que eu falei: é o modo de trabalhar, né? Trabalhar bastante e saber aplicar o dinheiro, saber movimentar com ele, senão, não ganha nada não [...] a lavoura não compensa assim, ainda naquele tempo dava, hoje que não dá, hoje eu tenho certeza que se eu for plantar não dá para tirar a despesa [E o gado?] O gado vale a pena porque o gado não dá prejuízo, um bezerro dá até lucro... [E vacina e remédio?] É, vacina é novembro, são duas vezes por ano, mas não é muito caro, é centavos a dose... o meu gado é só cria e recria, não tira leite mais, só umas três, quatro vacas elas criam e eu tiro leite para casa, quando dá

para corte, eu vendo, eu tenho bastante para vender agora, mas não dá para vender por causa que essa seca, né: o pessoal está pagando muito barato. O que vale 350, 400 contos, eles querem pagar 200...

Há vários elementos neste diálogo que merecem ser abordados: o primeiro diz respeito à subordinação da renda da terra ao capital financeiro: após um extenso período de chuvas, o seguro agrícola não cobriu as perdas da lavoura. O camponês só não perdeu sua terra por ter recorrido às vias legais para mediar sua relação com o banco, entretanto foi retaliado pela instituição por ter reclamado seus direitos.

Nota-se que a colheita do amendoim era feita por bóias-frias, requisitados no auge da demanda de trabalho desta cultura, quando os braços da família mostravam-se insuficientes. O assalariamento, nesse caso, não caracteriza, evidentemente, uma relação capitalista, uma vez que o camponês utiliza-o na época da colheita, vendendo sua mercadoria para a compra de outras e não se capitalizando. Segundo Tavares dos Santos (1978, p. 43):

... Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar...

Retornando à questão do processo de subordinação do campesinato na Santa Helena, este foi tão sério - nas várias esferas - que meu interlocutor diz: *"Hoje não tem ninguém, nós estamos em oito. Deve ter uns cinco que compraram do Estado mesmo, da reforma agrária"*.

Ao escolher se dedicar principalmente à pecuária, sua explicação se dá exatamente pela possibilidade de diminuir a subordinação de sua renda. Ele mostra

que desistiu de plantar amendoim quando ficou na iminência de perder seu sítio; nesse sentido, é bastante interessante a maneira como ele *prova* o processo de subordinação ao capital industrial com o exemplo do milho: “*Hoje se você precisar fazer um alqueire de roça, se você quiser adubar, passar veneno certinho, você pode ver que não tira o custo, porque o veneno, precisa muito veneno e é muito caro o veneno e quando você vai vender o preço é uma pedrada*”.

Quando meu interlocutor diz que por “isso que nessas terras nossas não funciona” está implícito o fato de que para cultivar utilizando adubos e demais insumos químicos a renda camponesa não é suficiente, ou em suas palavras, “não tira o custo”. Ao dizer “terras novas” ele refere-se à sua experiência como camponês migrante, de abertura das fazendas de café nas regiões de fronteira, estas são as terras novas, que têm a mata recém-derrubada e que não necessitam de fertilizantes. Não necessitar de fertilizantes significa não estar sujeito ao capital industrial.

Vale a pena notar também que o senhor com quem converso revela o segredo da reprodução camponesa quando diz “*é o modo de trabalhar, né? Trabalhar bastante e saber aplicar o dinheiro, saber movimentar com ele, senão, não ganha nada, não*”. Ao fazer esta declaração o camponês mostra que sua reprodução não depende exclusivamente de seu trabalho, no sentido prático, manual, mas mais do que isto, a reprodução camponesa depende da maneira como o camponês lida com o mercado, ele diz literalmente que é preciso saber *movimentar* o dinheiro.

Saber “movimentar” o dinheiro é saber controlar o processo de subordinação da renda da terra, pois como ele mesmo afirmou “*se eu teimasse já tinha perdido o sítio, tinha certeza que tinha, os outros tudo perdeu, não é? Tem gente que perdeu por negócio de dívida mesmo! Não tem mais ninguém aqui da reforma agrária! De 108 parece que só ficou cinco*”. Daí a escolha da substituição dos cultivos pelo gado: foi uma forma de contornar esse processo.

Não é fortuita, portanto, a grande quantidade de terra em seu sítio *geo-grafada* como “pastagem/gado” no croqui.

Mesmo com gado, a opção do camponês por não mais vender leite e passar a produzir o queijo e, posteriormente, dedicar-se mais ao gado de corte, foi no sentido de controlar ainda mais a sua renda, evitando que parte dela fosse apropriada pelo capital¹⁰: “o gado vale a pena porque o gado não dá prejuízo, um bezerro dá até lucro...”.

Não vender o leite para a indústria é também uma forma de driblar a “subordinação moral” e a constrição do horário de trabalho:

... meu filho que planta essa lavoura aí: maracujá, mandioca, tem uns três alqueires que ele planta aí, o resto é gado... eu mesmo cuido de gado [Pergunto se o gado é para leite] Não, leite eu num quero, leite eu parei... eu vendia para laticínio mas começaram a mandar muita cartinha para mim, disse que o leite tava ácido, tava sem gordura, que não sei o que, aí eu fui enjoando daquilo, eu num gosto dessas coisas, eu falei: “Não eu num vou mandar mais leite não”. O caminhão falou: “Mas isso aí num tem problema a carta vem mesmo”. “Não, eu num quero”. Aí eu deixava para criar bezerro, que é melhor para mim, aí eu vendo o bezerro... daí vendo para os compradores, vendo para matar... de um ano para frente que ele dá corte, dá mais de nove, 10 arrobas, aí eu vendo aqui... o leite dá muito trabalho, tem que levantar cinco horas para tirar leite, o horário é oito horas de entregar, e a gente na idade que está não dá mais pra fazer isso, falei “Não, eu num quero”, aí comecei a mexer com gado de corte .

As “cartinhas” que ele recebia eram de advertência com relação à qualidade de seu leite, ou muito ácido, ou com pouca gordura etc. Desta forma, quando ele diz “eu fui enjoando daquilo” ou “isso eu não quero” ele revela sua opção de não vender seu produto para a indústria, não tolerar esse tipo de pressão moral. Quando afirma que o “caminhão” disse que é normal receber as cartas, ele está se referindo ao funcionário da indústria, entretanto, recusa-se a considerar normal esse constrangimento e opta por não sofrê-lo.

Nota-se ainda a maleabilidade para escolher a maneira como vai lidar com o gado, também em função do horário de acordar, já que vendendo seu leite para a indústria ele é constrangido a acordar no mesmo horário todos os dias.

Tal como Etges (1989) mostra a maleabilidade do camponês do sul para lidar

¹⁰ A discussão das formas de subordinação da renda camponesa, quando da produção do leite, será retomada no próximo capítulo.

com a indústria de fumo, vê-se, no campesinato como um todo, diferentes formas de driblar as várias maneiras de subordinação de sua renda ao capital.

O camponês do depoimento anterior chegou mesmo a enriquecer e comprar mais um sítio. Ele explica a maneira como comprou dizendo que não foi com o dinheiro da roça e, ao mesmo tempo, mostra que de certa forma foi. Vê-se nesse depoimento que primeiro ele comprou um sítio em outro município por cinco mil e, mais tarde, conseguiu vendê-lo por 15 mil e, assim lhe foi possível comprar o sítio vizinho ao seu. Ele disse que não foi com o dinheiro da lavoura que ele comprou o sítio, mas com o dinheiro que ele soube “aplicar”. Disse também que ele não teria este montante de uma vez só para “tirar do bolso”. Entretanto, revela que o primeiro dinheiro que ele teve para comprar mais terra foi fruto de seu trabalho na lavoura.

O camponês, portanto, trabalha com estas duas dimensões o tempo todo: o trabalho na terra e a relação com o mercado.

Quando ele informa a maneira como lida com o mercado, desvela aquilo que chama de “saber se virar”: revela sua astúcia em driblar as formas de coerção sobre sua renda.

Retornando à discussão da trajetória diversa dos dois assentamentos, há também que se considerar outro fator que certamente contribuiu para a permanência das famílias no caso de Campinas: a proximidade com os dois maiores centros consumidores do Estado. Evidentemente, esse fator só pode ser compreendido em total conexão com o tipo de cultivo que foi adotado pelos camponeses do Bairro Reforma Agrária.

Essa proximidade atuou de maneira positiva em sua trajetória por possibilitar a extração de uma maior renda da terra em função da localização próxima ao mercado consumidor. Esta localização atuou para esses camponeses como atua para o capitalista na formação da renda da terra diferencial I:

... a renda da terra diferencial decorre da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada e o

preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade considerado.

As causas da renda diferencial são três: sendo que as duas primeiras (renda diferencial I) independem do capital. São elas: a diferença de fertilidade natural do solo e a localização das terras. (OLIVEIRA, 1984, p. 94)

De fato, a proximidade com o maior mercado consumidor do país, com acesso fácil à rodovia é um fator absolutamente relevante.

Em contraposição, o acesso dos camponeses ao mercado na Fazenda Santa Helena não era assim “privilegiado”, primeiro por não estar próximo de centros consumidores tão importantes e, segundo, porque o próprio acesso à cidade era dificultoso, o que tornava a distância “relativamente maior”. De acordo com Tolentino (1992, p. 48): “... com a abertura da BR 153 em 1970 – a complicada viagem pela antiga estrada de terra exigia às vezes duas horas para se percorrer o trecho que vai da fazenda até a cidade de Marília, hoje exige 20 minutos...”. Os 10 primeiros anos de implantação do assentamento se deram, portanto, neste período em que o tempo de viagem da Fazenda à cidade era extremamente longo.

Certamente, a própria escolha dos cultivos também estava conectada a esse fator: as formas de vender o produto nunca são negligenciadas pelo camponês quando se dedica a esta ou aquela cultura, ou seja, na decisão por aquilo que se produz a forma de sua venda é um elemento importante, não dissociado dos demais. Isto diz respeito à sobrevivência e à reprodução da família, por isso o camponês procura as formas mais adequadas de lidar com todos estes fatores.

Resta ainda, com relação ao assentamento na Fazenda Santa Helena, apontar uma outra questão, que estava também presente no assentamento da Fazenda Capivari, que é a da estrutura familiar “conjunturalmente adequada”. O momento de saída da terra, a opção por este tipo de decisão - sempre sem dúvida relacionado à constrição econômica da família – passava pela interpretação das possibilidades de trabalho da família. Assim, por exemplo, em uma das famílias que não permaneceu na terra, esta decisão foi justificada da seguinte maneira:

Aí já não estava dando para tocar roça mais, só tirava o dinheiro, o que a gente fazia

era só para o juro, aí, depois que melhorou nós vendemos o sítio, foi para cidade para arrumar emprego no Estado. [Por que venderam o sítio?] Olha, aí já tinha casado quase todo mundo, a gente era em oito... aí depois nós pegamos e ficou só eu e duas irmãs, aí a minha mãe falou: "Ah, vamos embora e vamos vender e repartir". Aí vendeu e repartiu, até nós vendemos para o prefeito de Marília, era o Salomão... a gente já tinha três mil pés de poncã, bastante banana, café, ele pegou e arrancou tudo. Falou que o que estava dando dinheiro era o mamão, plantou mamão, veio a doença e perdeu tudo... [Pergunto porque a mãe mesmo com ele não quis continuar tocando o sítio] Não, porque a gente morava muito beirando a mata e eu saía e ela tinha medo de ficar no sítio, ela e minhas irmãs, naquela época dava muito peão, trabalhava só com peão e os peões são tudo malandro, então ela tinha medo, eu não podia sair de casa... arrumava namorada não podia nem ir na casa da namorada, agora meu irmão tinha muita roça, ele tinha um sítio aqui, chegou a tocar até 300 alqueires.

É de se notar que a explicação vem em torno do momento vivenciado pela família: só um homem e três mulheres, e ele, sendo homem e jovem, estava em uma condição inadequada para suprir de segurança o sítio de sua mãe, embora o fizesse com trabalho.

Isto revela, e certamente não é casual, o quanto a maneira que a família está estruturada, e a interpretação desta estrutura conjuntural pela família camponesa, diz respeito à sua continuidade na terra.

Nota-se também que ele diz que no momento em que as dificuldades passaram é que o sítio foi vendido, contando da "fartura" presente na terra. Aparece de forma velada em seu discurso que os tempos mais difíceis haviam sido superados, o que revela que o futuro seria mais fácil. Ele mostra, neste mesmo sentido, o quão repleto e farto estava o sítio no momento de sua venda, mostra também que a pessoa que o comprou arrancou tudo o que eles haviam plantado, ou seja, "arrancou" toda a fartura e diversidade com que eles haviam fertilizado a terra e como que por "castigo" - embora ele não o explicita - o novo proprietário perdeu todo o mamão que foi colocado no lugar dos cultivos da família.

Tudo isto revela o quão complexa é a interpretação do campesinato e, sobretudo, sua trajetória em assentamentos de reforma agrária. Este é, sem dúvida, mais um fator na interpretação desses resultados distintos, que somados a todos os

outros discutidos, aponta um caminho para a sua compreensão.

**4. A Reprodução Camponesa *versus* a Territorialização do Capital:
Bairro Reforma Agrária (Jaú)**

4.1. Fartura e liberdade: o sonho da terra

“Quanta planta: é laranja, é banana, de tudo! Tinha [pomar] a gente tinha lá para baixo, ia buscar de currocinha. A banana dava cacho assim de 200 bananas! E nanicão! Nossa, plantamos numa terra lá em cima, uhh, nossa! Nós viemos não tinha nada, né, trabalhava de colono, não tinha nada, nada, nada! Rapaz, quando nós fomos lá, plantava mandioca, um pé pelo outro dava 12 quilos, puxa vida! Arrancamos um pé que deu 24 quilos, um pé!”

Sr. Manoel Aranda

A inquietação para a compreensão de trajetórias tão diversas de assentamentos de reforma agrária realizados no mesmo período, aumenta após tomar em consideração o caso da implantação da Lei de Revisão Agrária em Jaú¹, posto que a área do assentamento hoje é quase exclusivamente ocupada com cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, entretanto, os sitiantes que lá se reproduziram mantêm a sociabilidade do bairro rural e referem-se ao local como Reforma Agrária².

Pouco tempo após a implantação da Lei de Revisão Agrária nas Fazendas Santa Helena e Capivari, a lei foi implantada na Fazenda Pouso Alegre, em Jaú. Entretanto, esta implantação não foi durante o Governo Carvalho Pinto, mas sim no Governo Adhemar de Barros.

Na Fotografia nº 2 vê-se no monumento de inauguração do Núcleo Agrário Capivari as quatro primeiras áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária, em 1961 (indicadas em metal, em uma base de concreto).

Esse monumento, em concreto, revela *concretamente* que estes assentamentos estavam sendo encaminhados e, de fato, a transferência do ITR para os municípios e a

¹ Como já apontado, a Iconografia apresentada no final deste trabalho ilustra e complementa a discussão realizada nos capítulos. As fotografias de número 40 a 75 correspondem ao Assentamento realizado em Jaú.

² Ver no Mapa 9 a localização do Bairro Reforma Agrária em Jaú.

eleição de Adhemar de Barros puseram fim à continuidade dos projetos. Tanto assim, que os trabalhos iniciados durante o Governo Carvalho Pinto foram bloqueados.

Isto teve um significado muito particular, pois toda a infra-estrutura presente nos lotes dos dois assentamentos anteriores não foi sequer esboçada no caso de Jaú. Segundo João André Miranda de Almeida Prado, engenheiro agrônomo responsável pela Casa de Agricultura de Jaú:

... quanto a benfeitorias... eu acredito que as benfeitorias foram os próprios assentados que fizeram... a parte de divisão dos lotes, a parte de estradas de acesso, isso foi tudo feito pelo Estado, pelo assentamento. Agora, dentro do lote, eu acredito que não... ficou mesmo a cargo do assentado.³

As entrevistas de trabalho de campo corroboram a versão do agrônomo, e explicitam de maneira absolutamente clara o que isto significou, sob o ponto de vista do cotidiano da lavoura e da reprodução camponesa nos primeiros anos na terra:

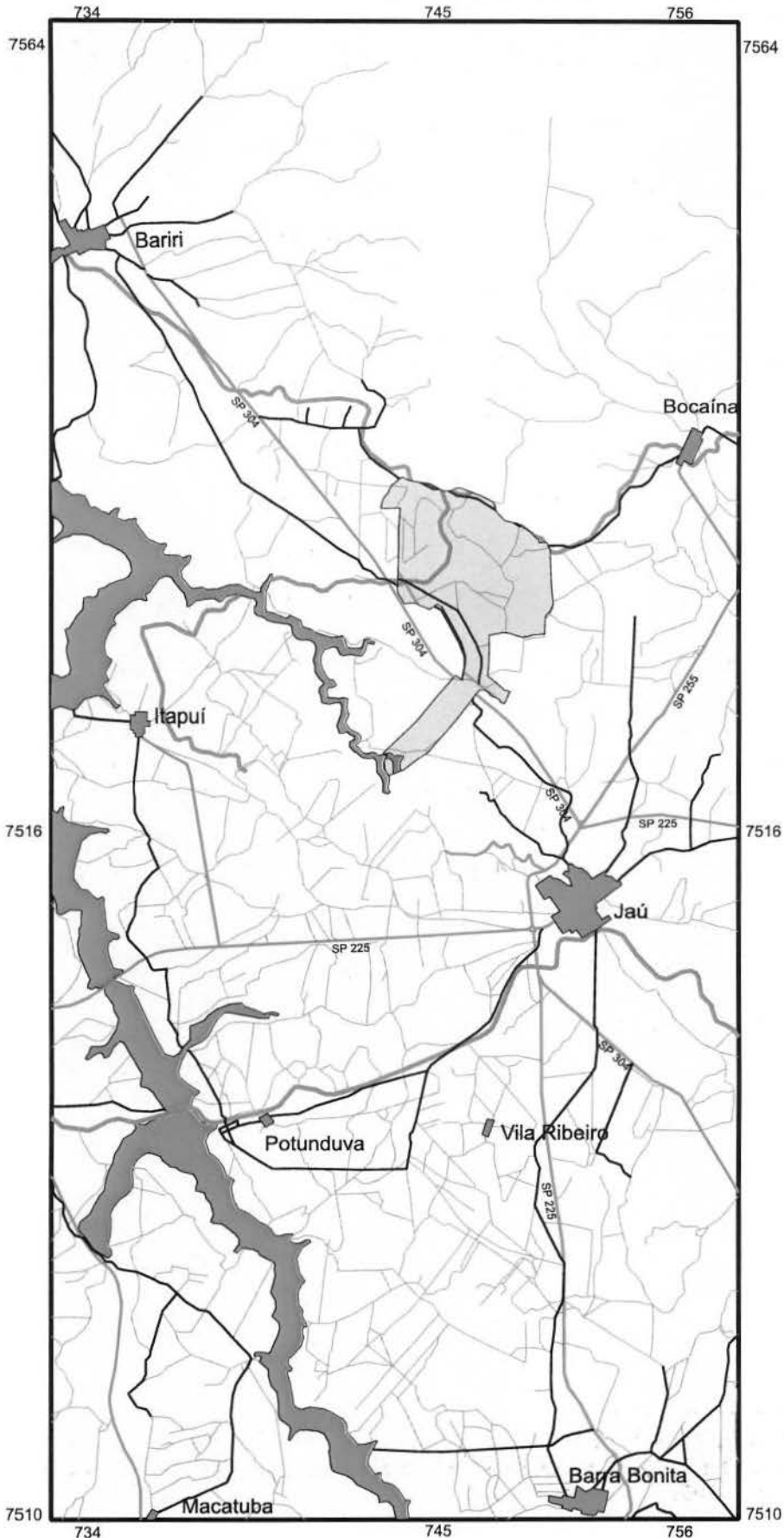
Não deram o valor nem uma ajuda, nenhum incentivo para você. Um adubo, um insumo, um preparo de solo, uma coisa. Porque se falar que pegou uma agulha do governo... Foi na raça mesmo, porque se você não tem como investir, para você ter uma noção, hoje está produzindo duzentas sacas por alqueire, na época dele [referindo-se ao pai] que começou, eram 30 sacas. Então o que acontece? Não tinha recurso para fazer aquela planta produzir.⁴

A expressão “se falar que pegou uma agulha do governo” revela a precariedade com que enfrentaram os primeiros anos na terra. Pode-se ver também que o camponês usa o exemplo da diferença de produtividade entre o período atual e o da época em que as famílias foram assentadas, para mostrar a escassez de recursos a serem aplicados na lavoura. Está implícito em seu discurso que a maior produtividade se dá pela possibilidade – financeira - de adubar a terra.

³ Entrevista realizada em 11/09/2001.

⁴ Depoimento do sr. Nelson Velasco. Entrevista realizada por Larissa Mies Bombardi e Neusa de Fátima Mariano. In: MARIANO, 2003.

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO REFORMA AGRÁRIA - JAÚ



LEGENDA

- | | | | |
|--|-----------------------|--|--------------------|
| | ÁREA URBANIZADA | | TRÁFEGO PERIÓDICO |
| | REFORMA AGRÁRIA - JAÚ | | TRÁFEGO PERMANENTE |
| | RODOVIA | | FERROVIA |

FONTE:
 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
 FUNDAÇÃO IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 Departamento de Cartografia
 CARTA DO BRASIL - ESC. 1:50 000
 FOLHAS:
 JAÚ - SF - 22 - Z - B-II - 4
 BARIRI - SF - 22 - Z - B - II - 2

DESENHO: OLIVEIRA, W. F. (2005)

MAPA 9

A Fazenda Pouso Alegre⁵, de 1227, 84 alqueires, foi dividida em 103 lotes com áreas que variavam de 4,77 a 75 hectares. De acordo com Cardozo (1991, p. 85) “os lotes maiores possuíam solos mais pobres sendo, portanto, indicados pela assessoria à criação de gado. Nos demais lotes, os camponeses eram incentivados a cultivar cereais e mamona”.

As famílias, quando chegaram ao “assentamento”, instalaram-se nas antigas construções das Fazendas, especialmente nas sedes, já que, muito embora os lotes estivessem delimitados, não havia casas nos mesmos⁶:

É, nós pegamos da fazenda! É a casona da fazenda da ponte ali! Isso, perto do rio, aquele casão lá... tinha nove cômodos, fazia baile lá dentro, aquelas forrozadas lá que nossa! Puta vida! ... É, é, tem cômodo lá que dá para fazer até quase quatro cômodos num salão só, é grande, nossa! [Pergunto: Foi sorte de vocês pegarem lá?] Tinha três cada um para escolher (lotes), você escolhia um aqui, outro lá, outro lá, mas como a gente estava sem nada, sem dinheiro e o pai falou: ‘nós vamos sem dinheiro, se você pegar um que não tem casa, não tem água, não tem poço, e aí?’ Então nós pegamos justo o que tinha água, força e a casa, só que o nosso a gente pagava 600 e os outros pagavam 100 merréis. Era bem mais caro!⁷

Percebe-se em sua fala o saudosismo que a recordação da casa em que esta família viveu por 17 anos traz. A fala revela também a confrontação da casa camponesa com uma casa sede de fazenda, já que o tamanho de um cômodo desta seria suficiente para a construção de quatro cômodos, na concepção/vivência do camponês. O tamanho e a estrutura da casa foram aproveitados na sociabilização com os vizinhos através da realização de bailes na *casona*, “aquelas forrozadas”. É marcante também a expressividade com que ele se refere a estes acontecimentos⁸.

Há que se notar ainda que as decisões tomadas pela família estavam centradas na figura do pai. O camponês afirma “o pai falou: nós vamos sem dinheiro ...”. O pai é a figura central nas tomadas de decisão da família camponesa; entretanto, seu próprio

⁵ Pouso Alegre era, na verdade, a fazenda referência das três desapropriadas em Jaú do mesmo grupo proprietário e com áreas contíguas.

⁶ De acordo com Mariano (2003, p. 3): “As famílias, no início, ficavam nas casas das fazendas desapropriadas, chegando a morar 8 famílias na casa da sede da Fazenda São João, segundo o sr. Manoel Avante, morador do Bairro. Havia quem fizesse barracos e ali morava em situação extremamente precária, até conseguir limpar de novo o terreno e começar a produzir”.

⁷ Entrevista com o sr. Manoel Aranda, em 11/10/04.

⁸ Ver na Fotografia 47 a casa à qual meu interlocutor se refere.

discurso (o do pai) revela a família como uma entidade coletiva. De acordo com Shanin (1983, p. 278): “A propriedade camponesa é, pelo menos de fato, a propriedade familiar. O cabeça da família é mais aquele ‘que dirige as terras da família do que seu proprietário’”.

Os camponeses assentados na Fazenda Pouso Alegre, em Jaú, embora pouquíssimos anos após os das Fazendas Santa Helena e Capivari, vivenciaram uma situação completamente diversa.

Se para as casas dos dois primeiros assentamentos havia plantas detalhadas, com perfis ilustrativos, casas estas com dormitórios de acordo com o número de filhos do casal, fogão a gás etc. - das quais os camponeses dos dois assentamentos se lembram com a expressão “ficamos ricos” – em Jaú, sequer havia casas, à exceção das sedes e antigas colônias das fazendas.

Sr. Sebastião (pai): E daí eu tomei posse de sete alqueires, só que demorou, não sei se foram dois anos ou mais para a gente poder mudar. Mudamos numa colônia velha aqui, com uns trincos na parede que passava até cachorro... Ficamos três anos lá. (...)

Nelson (filho): Eu sou a favor da reforma agrária... Só que da maneira que foi feito isso aqui, não funciona. Isso aqui foi limpadão, direitinho, dado pronto para você tratar, meu pai acabou de falar. Aí aquele rolo, segura, segura, entregou daí dois anos, é que nem soltar boi no meio do mato isso aqui. Aqui não existe uma comparação, isso aqui, o que estava de mato isso aqui. Jogou a gente numa casa velha lá, que nem meu pai falou, é verdade! Naqueles buracos passava cachorro dentro, sem água, sem luz...

Larissa: Não tinha poço?

Nelson (Filho): Nada. Água na cabeça, que puxava... aquilo lá foi uma judiação, escravidão... Aqui preparou a terra, tudo... deixou tudo bonitinho, só para você jogar a semente. Aí, por um motivo, houve um atraso de três anos... Três anos! Ah, a terra ficou preparada e depois de três anos só... Agora imagina depois de três anos, como foi que ele entregou! Limpa, limpa assim, não existia. Então, para desbravar isso aqui foi uma loucura, uma loucura! Um desrespeito à humanidade... Essa eu não aprovo, não aprovo.⁹

Vê-se na entrevista que pai e filho revelam que a terra foi preparada, era “só jogar a semente” e aí começou o “rolo de segurar”, ou seja, este foi exatamente o momento de transição do Governo Carvalho Pinto para o Adhemar de Barros. As

⁹ Entrevista realizada por Larissa Mies Bombardi e Neusa de Fátima Mariano.

famílias já haviam sido selecionadas, já sabiam que viriam para a terra e ficaram por três anos esperando.

O “segurar” era a interrupção da implantação do assentamento, tanto assim, que vieram para a terra apenas em 1964: “*Bom, que eu mudei na casa, aqui, na casa... a memória minha... 64, 64. Levou tempo...*”¹⁰.

Vê-se que meu interlocutor não apenas adquiriu a terra, ou a comprou, mas utiliza a expressão: “tomei posse de sete alqueires”. O uso desta expressão é sintomático, revela todo o significado de ter a terra; não é apenas tê-la, mas apossar-se dela, fazer força, é mais do que ter, não é o sentido de possuir, mas o de tomar para si e para sua família, transformando-a com o trabalho.

Certamente a permanência na terra foi extremamente sacrificada, a expressão “é um desrespeito à humanidade” o demonstra.

Vários são os depoimentos que revelam o “hiato” de três anos entre saberem que seriam assentados e o acesso à terra, de fato:

*Eu sou do 18 de setembro de 41, já estou com 63 anos nas costas!... O meu pai fez inscrição e demorou uns três anos, aí fez a chamada, teve sorteio. [Por que demorou?] É, saiu a inscrição e acho que parou três anos e depois continuou.*¹¹

No período entre a demarcação dos lotes e a liberação da vinda dos camponeses para os mesmos, parte da mata se reconstituiu, o que determinou um trabalho extremamente árduo para a limpeza dos terrenos:

Rapaz, vou contar para você, viu: eu fui picado de cobra há um ano atrás e nunca internei, mas internei quatro dias... em maio do ano retrasado, eu estava pescando por aí pro mato, pescando de noite [a esposa adverte: descalço] descalço, a bota aí no rancho... [Pergunto: até hoje o senhor nunca tinha sido picado?] Não, quando eu peguei aqui [o lote] eu matava 10 por dia, mas nunca fui picado, agora quando elas estão mais ralinha, ela achou de me pegar!...

Este trecho soma-se a outro de seu depoimento:

Quando nós entramos aqui em 64 ele que dirigia nós [refere-se ao agrônomo, sr. Hermógenes] ele apresentava os lotes para nós: “Você gosta desse pega, gosta

¹⁰ Depoimento do sr. Sebastião Velasco.

¹¹ Entrevista com o sr. Manoel Aranda, em 11/10/04.

daquele pega". Ele hoje aposentou... é vivo, ele mora em Bocaina, eu gostava muito dele, ele gosta da gente, ele que dirigia nós aqui, até o dia da gente queimar esse [capoeira] para o povo entrar, ele passou aqui, falamos: 'é, nós vamos queimar hoje'. Isso aqui era um mato que nem essa cana, ou mais, era uma mata, aí ele falou: "Você me espera, mas ali tem um pessoal muito mole, não serve para isso", ele arrumou quatro ou cinco, nós botamos fogo lá perto da Igreja, o fogo veio morrer aqui, 10 horas da noite queimamos 100 alqueires, num pau só! No outro dia era só gente arrancando cascavel do buraco, arrancava de dez, dessa grossura! Mas criou! (...) Ah, o governo acertou, deu tudo certinho, ele limpou a terra, ele fez curva de nível, só que não entregou nesse ano que ele acabou de arrumar aqui, ele levou três anos para entregar [Por quê?] Foi um erro, não é, porque se ele dá prontinho, era outra coisa para nós. Não, ele deu, virou um deserto aqui! Eu peguei uma força, outro camarada pegou outra força para gente fazer um trilhozinho para ir campear o marco na beira do rio, nós gastamos mais de meio dia, fazendo o trilhozinho. Não varava nem chumbo, barbaridade! Aí... depois de três anos entregou e virou uma mata, e criou cobra, não é?¹²

A cobra aparece em seu discurso em consonância com o mato: aquilo que deve ser desbravado (nas próprias palavras do camponês) para dar lugar ao trabalho incorporado à terra. O "mato" e a cobra aparecem, assim, em oposição ao trabalho, são sinônimos de terreno "inculto" abandonado. O fogo vem como símbolo do trabalho e da humanização da natureza, as palavras utilizadas para expressar a ação de atear o fogo à mata são bastante fortes e expressivas de quantidade e qualidade: 10 horas de fogo queimando, 100 alqueires. O desbravamento do "mato", tal sua magnitude, necessitava de "força", por isso o agrônomo o advertiu de que não poderia contar com o pessoal "mole". Enfrentar o "mato" é sinônimo de virilidade, está estreitamente vinculado ao universo masculino e à divisão sexual do trabalho na família camponesa¹³.

Pode-se ver que para *enfrentar* o "mato", a palavra força – como símbolo da ação predominantemente masculina – é utilizada em sentido literal, "eu peguei uma força", o "camarada pegou outra força". Para expressar o quão denso o "mato" estava ele afirma que nem "chumbo" o atravessava. Para expressar o quão "inculta" estava a terra, ele nos diz sobre a quantidade de cobras, e não quaisquer cobras, mas cascavéis.

¹² Entrevista com o sr. Sebastião Velasco, em 02/09/04.

¹³ A respeito da divisão sexual do trabalho ver, entre outros, Woortmann (1995) e Woortmann e Woortmann (1997).

que popularmente são conhecidas como uma das espécies mais venenosas. E, ainda, não eram uma ou outra cascavel, mas eram tiradas às dezenas e eram grossas.

Tedesco (1999, p. 61) nos aponta um caminho frutífero para a interpretação do significado do “mato” no universo camponês:

A questão do mato foi uma tecla em que insistimos muito, pois dele advém uma concepção de natureza, de terra, do econômico da terra, da autonomia sobre a terra, da sua recomposição e ou destruição. O mato é sempre o ponto de partida da construção do espaço de roça; a idéia do “puro mato” expressa, nesse caso, a necessidade e a presença do braço humano, do machado e da foice; manifesta também sacrifício, labuta e perigo (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Os bichos também são identificados como manso e do mato. Bicho do mato é aquele que não foi amansado, é que não se sabe sua origem e seu paradeiro. Portanto, o mato possui significados diversos: é mítico, ao mesmo tempo é prático; é perigo, incerteza, sobrenatural, ao mesmo tempo que é familiar, seguro e íntimo (se faz muita coisa no mato, bem escondidinho!) ...

Esta forma de contar a história de sua chegada à terra - o camponês entrevistado no depoimento anterior - tão ilustrada com figuras expressivas, em uma fala quase pleonástica, revela ao mesmo tempo a interpretação do mato que tem o camponês e sua auto-afirmação como indivíduo respeitável de seu grupo, como homem, pai-camponês, que exerce plenamente seu papel¹⁴.

A chegada na terra é relatada por meio de palavras que revelam a sua nova condição camponesa: uma condição de autonomia. Por isso, como se viu, o camponês utilizou a frase “tomei posse”.

A condição de camponês-sitiante contrasta, nos diversos discursos, com a de camponês “colono”.

Para o caso dos camponeses assentados em Jaú, todos provenientes deste município ou de municípios próximos, esta é a denominação com que expressam a condição que tinham antes do acesso direto à terra através da Lei de Revisão Agrária: “colonos”.

¹⁴ Pude coletar diversos depoimentos durante o trabalho de campo, com os camponeses dos demais assentamentos, em que a mesma visão do “mato” (e também da cobra expressando a presença da mata) foi largamente expressa. Ver também Bombardi (2004a).

Essas famílias foram todas originárias das fazendas de café da região de Jaú, e eram, em sua expressiva maioria, descendentes dos colonos italianos e espanhóis trabalhadores das grandes fazendas de café.

Se para o caso de Marília havia famílias formadas por camponeses-rendeiros, em Jaú as famílias eram de camponeses-colonos.

A palavra “colono” é utilizada para expressar sua condição camponesa¹⁵ e, ao mesmo tempo, aparece como sinônimo de falta de autonomia e relativa pobreza:

Foi assim: o meu pai trabalhava de empregado, colhendo café, essas coisas, que lá funcionava só o café. Então, Larissa, era assim: eles trabalhavam na agricultura, mas a terra era de outro, aí o governo tomou a terra do homem porque acho que ele não andava com os impostos em dia, aí fez um loteamento, no qual eles pegaram a senha, eles são três irmãos, né, meu pai, meu tio Dino e o Geraldo, os três, meu pai, como era mais velho, fez a inscrição no nome dele porque meu avô nessa época já era velhinho, já tinha uns 80 anos mas não podia entrar, porque tinha 20 anos para pagar essa reforma agrária, você entendeu? Então aí, foi assim: fez inscrição e os colonos, porque era empregado do homem, falaram: 'Mas agora nós vamos ser donos', é aquela tal história, que a gente vê mais ou menos na televisão, essas coisas. Aí, mas tinha que sair o número deles para eles serem donos, então como tinha uma região grande que era o estado de São Paulo, que participou e dava preferência para quem trabalhava na terra, mas tinha que sair o nome porque entrou gente da Barra, de Itapuí, das cidades da região, aí o meu pai foi um dos sorteados. [Foi sorteado?] Assim, sorteio não, mas acho que eles dão aquela preferência para quem tem mais trabalhador, como eles eram em três para tocar...¹⁶

Este depoimento foi colhido junto à filha de um sitiante que vendeu sua terra e foi para a cidade. Percebe-se em seu depoimento que a palavra colono aparece para designar aquele que, sendo agricultor, produz nas terras de outrem. Sendo assim, ela diz: “colonos, porque era empregado do homem”, o “porque” vem para explicar qual era o status do agricultor-colono.

Colono está em oposição a ser dono da terra, que era um sonho, tal como se vê na televisão (ela refere-se ao processo atual de reforma agrária). Nota-se também que o governo - a exemplo do que vi no Bairro Reforma Agrária - na expressão dos

¹⁵ Colono em São Paulo tem um significado diferente daquele utilizado no Sul do país. Ser colono em São Paulo é ser trabalhador imigrante das grandes fazendas, é não ter a própria terra. No Sul, a palavra colono é utilizada para designar o camponês-proprietário.

¹⁶ Entrevista com Izabel Aparecida Rogato de Aguiar, em 02/09/2004.

camponeses “tomou” a terra. Este termo é largamente utilizado para retratar a própria experiência de reforma agrária, expressa praticamente o sentido de um “castigo” ao grande fazendeiro, que teve suas terras *tomadas*. Parece revelar também que a arrecadação de terras foi à revelia dos donos das mesmas. No caso desta família, especificamente, tem ainda um sentido maior, pois os pais, tios e avós de minha interlocutora eram colonos nestas terras, em uma das fazendas desapropriadas. Da condição de colonos passaram, portanto, à condição de proprietários no mesmo local.

Observa-se ainda em sua fala a consciência do grande número de inscritos para ter acesso a um lote através da Lei de Revisão Agrária. Os inscritos, como ela demonstra, não se restringiam ao município de Jaú, mas eram originários de diversos municípios principalmente do entorno e também de outras regiões do estado.

Ela faz referência aos municípios da Barra (Barra Bonita) e Itapuí; de fato, havia vários inscritos nesses municípios, e o mapeamento dos inscritos para aquisição de um lote no projeto de Revisão Agrária em Jaú é extremamente revelador de como a lei mexeu com o campesinato, com o sonho de autonomia na terra. A possibilidade de ter a própria terra mobilizou, de fato, camponeses de diversos municípios.

O projeto ganhou uma amplitude e envergadura que ficam absolutamente explícitos no Mapa 10 - “Famílias Inscritas para Aquisição de Lotes da Lei de Revisão Agrária em Jaú- SP”, como pode-se ver a seguir¹⁷.

No depoimento transcrito a seguir, converso com um casal de senhores que falam sobre sua trajetória anterior à Lei de Revisão Agrária e do momento de pagar a entrada do lote:

D. Tereza - A minha sogra, eu tinha oito anos quando ela faleceu, nós fomos criados juntos, na mesma fazenda, sempre, a gente se conhecia muito, né? Ele derrubava minhas casinhas no estilingue, eu chorava, mas então era assim (...) Café! Plantava café... em Iguatemi, Barra Bonita, aqueles lados...

¹⁷ O grande número de inscritos não se restringiu ao caso de Jaú. Tive a oportunidade de ver, nos arquivos do Memorial do Imigrante (SP), documentos que atestam um enorme número de inscritos também para Campinas e Marília. Decidi mapear apenas o caso de Jaú, posto que é suficiente para demonstrar de forma inequívoca esta realidade do grande número de camponeses interessados no acesso à terra através da Lei de Revisão Agrária.

Sr. Sebastião – *Pois é, nós fizemos muitos anos lá, fizemos muitos anos, depois saiu a Reforma, falei: 'Ah, a coisa está dura, acho que eu vou pegar terra lá, viu!' [risos] e vim para cá. [Como foi que o senhor pegou a terra?] Ah, negócio é que lá tinha um depósito [uma entrada], eu tinha um dinheirinho, mas não dava, mas eu bati um papo com os homens e falei: 'escuta, eu não tenho, um tanto dá para mim tomar posse?'. Ele disse, eles falaram assim: 'Bom, não está muito certo, mas pode tomar posse...'. aí tomei posse da terra, é porque o meu aqui cabia 120 de depósito, né? [ele está se referindo ao valor da entrada para poder adquirir o lote] Tinha que depositar no banco. [E o senhor tinha 120 na época?] Eu não tinha, eu tinha 100, aí nós choramos um pouco e ele deixou...*

Vê-se que o casal cresceu na mesma fazenda de café, eram ambos parte de famílias de colonos. A condição de colono é revelada na expressão jocosa em que ele diz: *"a coisa está dura, acho que eu vou pegar terra lá"*. Pode-se notar também que ele diz, da mesma maneira como os camponeses do Bairro Reforma Agrária em Campinas, e também os do assentamento da Fazenda Santa Helena em Marília, saiu a "Reforma". Não ouvi nas entrevistas de trabalho de campo a expressão saiu ou abriu a lei de Revisão Agrária. Referem-se sempre à Reforma Agrária.

Há que se notar, novamente, o uso da expressão "tomar posse", recorrente para ilustrar o acesso à terra: revela a autonomia camponesa conquistada através do processo de reforma agrária.

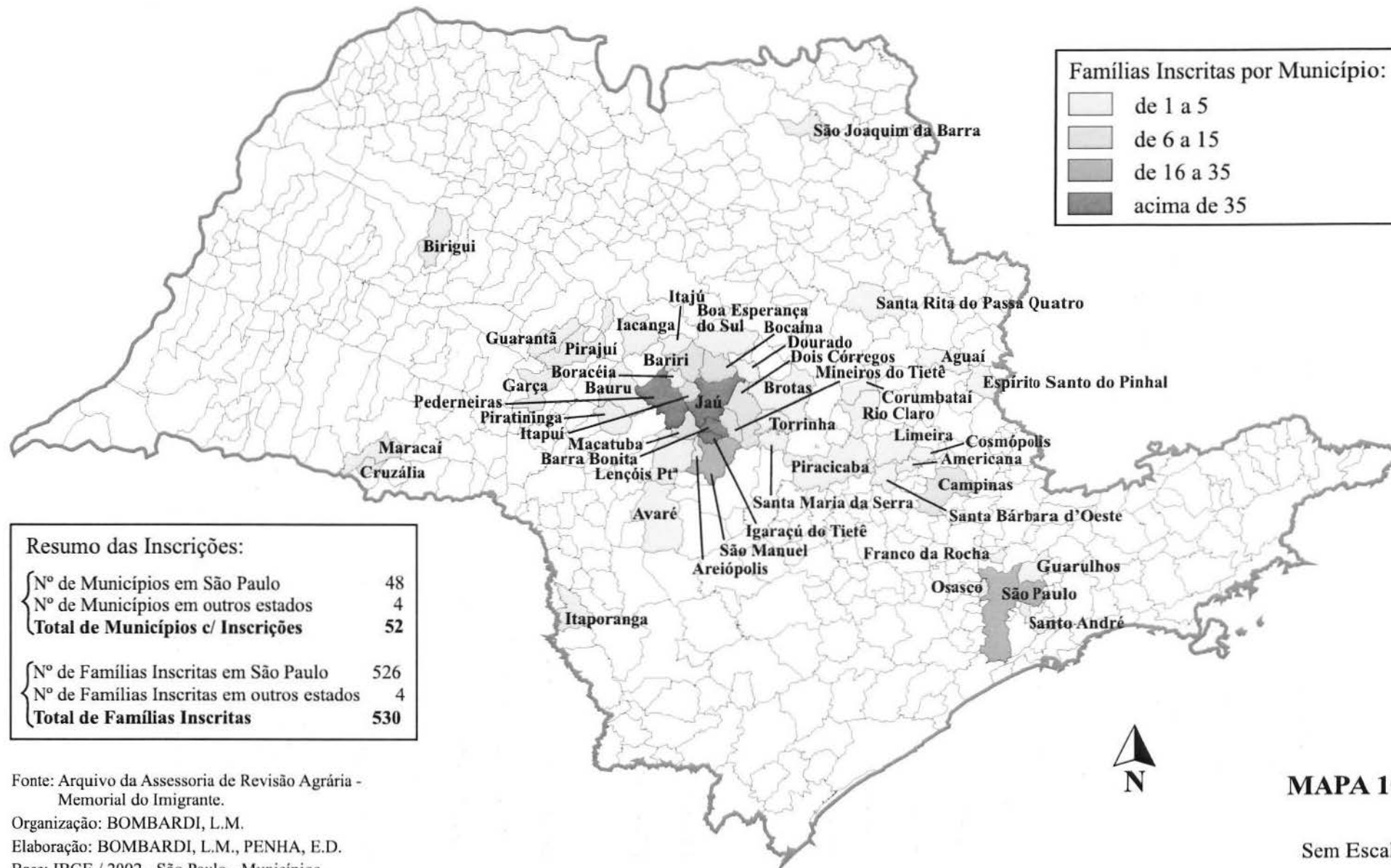
A expressão *tomar posse* pontua o momento em que há uma transformação na condição de camponês; ele passa de camponês-colono a camponês-proprietário, o que lhe outorga a possibilidade de controle total de seu tempo e de seu espaço. É uma conquista de autonomia e liberdade em diversos sentidos, como se verá adiante.

O depoimento seguinte, colhido três anos antes que o anterior, com a mesma família, ilustra de forma cabal o significado de colono na concepção camponesa:

Larissa: *O que a família do senhor plantava?*

Sr. Sebastião: *Nós? Tem um nome correto, o que que é? É colônia, né. É, a gente era colono. Então o fazendeiro dava um pedacinho de terra para a gente plantar, um pouquinho de milho, lá dentro da lavoura de café, eles davam uma parte para plantar o feijão. Às vezes, na beira do Tietê dava um pedacinho para plantar o arroz. Mas era coisica!!... Era só para o gasto.*

Famílias Inscritas para Aquisição de Lotes da Lei de Revisão Agrária em Jaú - SP (1961 - 1962)



MAPA 10

Sem Escala

Ao perguntar para o entrevistado o que ele plantava, ele imediatamente relata primeiro a sua condição de camponês, introduzindo-a ao afirmar que tem um nome “correto”, quer dizer, que fique bem entendido o significado do que é ser “colono”. Ser colono é, portanto, ter que plantar nas brechas da fazenda, nos “pedacinhos” que o fazendeiro “dava” para que plantassem milho e feijão e, “às vezes”, arroz, nas margens do Tietê. Ele adverte, ainda, que era “coisica”, ou seja, era muito pouco aquilo que eles podiam plantar.

Isto significa que a área em que seria plantado o cultivo para o consumo da família era determinada pelo fazendeiro, para quem a prioridade estava, evidentemente, na cultura de café. Não só o “espaço” era determinado pelo proprietário da terra como também o “tempo”, já que “às vezes” lhes era permitido cultivar arroz. A permissão para os cultivos das famílias camponesas aparece implícita no verbo “dar”, utilizado pelo camponês para designar sua possibilidade de plantar outros gêneros além do café. Se era necessária uma permissão, é evidente que é porque ao camponês não cabia grande parte do processo decisório sobre seu trabalho.

Isto caracteriza uma situação de pouca autonomia da família camponesa na terra, o que contrasta enormemente com a condição de camponês-proprietário. Esta é a condição que possibilita a realização do sonho de fartura e de autonomia. O interlocutor que faz o próximo depoimento relata o período em que viveu em sua terra:

Só que a gente tinha a terra de mata, derrubamos também, derrubamos dois alqueires de mata, nossa! Dava planta, nossa, que beleza! Passamos 17 anos lá, que nossa! Quanta planta: é laranja, é banana, de tudo! Tinha [pomar] a gente tinha lá para baixo, ia buscar de carrocinha. A banana dava cacho assim de 200 bananas! E nanicão! Nossa, plantamos numa terra lá em cima, uhh, nossa! Nós viemos não tinha nada, né, trabalhava de colono, não tinha nada, nada, nada! Rapaz, quando nós fomos lá, plantava mandioca, um pé pelo outro dava 12 quilos, puxa vida! Arrancamos um pé que deu 24 quilos, um pé!¹⁸

Percebe-se em seu discurso o claro contraste entre sua condição de colono, “não tinha nada, nada, nada” com a condição de proprietário expressa na frase “passamos 17 anos lá que nossa... que beleza”. Ao falar de sua experiência como

¹⁸ Entrevista com o sr. Aranda, realizada em outubro de 2004.

camponês-sitiante, seu discurso é recheado de interjeições como “uhh” e várias vezes a palavra “nossa”. Na cultura cristã, sabe-se que o uso da expressão “nossa” remete à Nossa Senhora, a dar Graças à Nossa Senhora.

Sua fala é, portanto, repleta de “nossas” e de números que expressam a grande fartura (em qualidade e em quantidade) com que viviam na terra: um cacho com duzentas bananas, a mandioca que pesava 24 quilos em um só pé. Tudo para expressar o quão surpreendente era a dádiva da terra.

A dádiva da terra também é revelada nas expressões com que qualifica a terra que tinha, expressões estas que revelam afeto e memória inclusive tátil desta terra a que este camponês não mais tem acesso, por isto diz “foram 17 anos...”¹⁹:

... Salteamos num sulco de milho e ficava molinha a terra... enfiamos um pedacinho de pau assim, daí nove meses, veio 40 eu falei: “Quer levar esse pé de mandioca?” O tronco era assim, ele falou “eu levo”, arrancamos, deu 24 quilos! Pergunta para Izabel, aí... Nossa, a terra era boa e era fofa! A terra fofa, não era uma terra dura que você ia cavocar, não, você pegava que nem uma terra assim quase mista de areia, molinha, era fofa! Tinha mandioca de dois metros lá, a gente ia para Bocuina entregar mandioca lá... dava para a criação, quem vinha lá, levava, cozinhava para cachorro, não tinha, nossa, fartura, pelo amor de Deus! Passamos 17 anos lá, que, que beleza! Nós nunca tivemos nada assim, passamos 17 anos lá, que foi!

Tal é a diversidade de adjetivos que ele utiliza para explicar a qualidade de sua terra que é quase possível ao ouvinte ter a sensação de tocar na terra evocada por ele.

A fartura, que aparece em seu discurso para mostrar o valor e o sentido da condição de camponês-sitiante, não é expressa apenas na quantidade e na qualidade daquilo que era colhido, mas também é revelada através dos elementos que podem ser captados por meio dos sentidos: cor, som, textura, sabor etc., como se segue:

Sr. Manoel - Nós plantamos lá o primeiro ano, nós plantamos melancia, dava melancia desse tamanho! Punha num saco de 50. E moranga? Impressionante!... Melancia, dessas Santa Bárbara comprida! Uhh! Quanto chupar melancia! Nossa! Olha nós, eu nunca via melancia, nossa, o quanto chupamos melancia! Batia a faca assim, fazia: crocc, nossa, mas era assim, sem mentira nenhuma! Dessa Santa Bárbara! Só que agora acho que não tem mais, agora tem só dessas redondas! Mas olha, o bicho era! Para você levar uma nas costas até em casa, de lá de baixo você suava a camisa, também chegava lá, dava para comer tudo [todos] e ainda sobrava!

¹⁹ Sobre o afeto, novamente, ver Brandão (1999).

Comia toda a família, sete, oito, ainda sobrava, e a moranga, plantamos lá, dava assim, ó! Era grossa assim! Precisa ver que terra que tinha lá! Nossa, que gostoso! A gente nunca tinha visto nem melancia nem moranga! Quanto! [Foram vocês mesmos que plantaram?] Nós mesmos! Foi, plantava pepino, pepino, nós plantamos, arroz e plantamos três ruas de pepino assim, 50 metros! Mas dava cada pepino assim! Ia buscar de carrocinha para os porcos, de tanto que deu! Tinha... aquele tempo se plantava, nossa, não dava pruga aquele tempo! Mas dava cada pepino que ele estava verde e estava assim! Quanto comer pepino, rapaz! A gente nem sabia quase o que era pepino e se estragava tudo a rodo... a gente ia buscar de carrocinha, madurava! [Não vendia pepino?] Não ia em lugar nenhum. Ovo, então! Ia com uma cesta colher ovo, mas tudo tinha... [ele quer dizer que todo mundo tinha ovo] Para trazer para Jaú não tinha condição, né? Todo mundo tinha, hoje sim! Tinha horta, mas...

Luciano (filho) – *Era muito longe, não tinha condução, né? Eles tinham carroça e cavalo...*

Sr. Manoel (pai) – *Nós derrubamos... de mata e nascia mamão, né, e o meu pai ia deixando, mamãozinho assim dava até embaixo, carregadinho, não dava pruga nenhum, nenhum! Madurava três, quatro cada pezinho e passava assim, meu pai ia e rachava assim, doce que nem mel! Mas hoje mamãozeiro já tem pruga em cima, se você não pulverizar já não vai, aquele tempo, mamãozinho assim dava até gosto, dessa altura, tudo só mamão ia madurando, levava para a criação também! Nossa! [Naquela época, quanto tempo demorava para vir para cidade? Se o Sr quisesse vender mercadoria aqui em Jaú?] Ah, mas não tinha também, você pegar um charrete para vir para Jaú, a gente não vinha mesmo! Não vinha não, agora sim, você podia ter uma perua, tem muitos de lá que vem fazer a feira, mas aquele tempo perdia tudo! Era uma coisa!... Dava até no meio daquelas abobrinhas, você ia lá, catava uma, fazia, rapaz, você lambia os dedos de gostosa que era! Tinha um gosto gostoso! Fazia uma abobrinha bem apimentadinha, Nossa! Aquele tempo a gente levantava cedo e tomava café, sete e meia, oito horas já era almoço para nós, né? Meio dia era a janta, três horas levava uma bacia assim de mandioca cozida com um prato de açúcar, uh, cada um puxava aquela e tomava café e de tarde comia de novo! Fazia queijo, desse tamanho, aí o que não comia dava para o vizinho, dava para os cachorros. Eu comia todo dia uma feta assim com caipirinha. Nossa! Que delícia! Uhhh! E o chouriço, então? Pelo amor de Deus! Com pinga, com batidinha! Nossa! Chegava cansado da roça, a primeira coisa cortava um pedaço de chouriço assim. [Eram vocês que faziam?] É, todo mês matava um porco. A gente pendurava o porco assim, aquelas fatias tirava só um tantinho assim de toucinho e o resto deixava, punha um caldeirão de cinco litros no fogo e feijão, mas só que punha metade, punha um pedaço de couro assim dentro, da carne a gente tirava um pedaço cada um, comia que nem porco mesmo! Mas nunca deu pressão [pressão alta] nem nada! Lingüiça você fazia, a quatro quarteirões assim de casa estava cheirando, pegava uma perna daquela assim e jogava no feijão, chegava e tirava meio paio, quanto você queria... torresmo era todo dia! Já pendurava lá e ia tirando, ficava lá... esses torresminhos, fazia o pão e punha no meio, pão de torresmo que fala, e quando não punha no sabão aquelas bacias assim, fritava com ovo, até enjoar, mas era uma beleza! Ele ficava todo fareladinho, misturava no ovo! Issh, ou senão você comia assim, esquentava ele e punha no arroz! Que delícia que é aquilo! Tinha um gosto gostoso! Costelinha! Você fritava ela! Nossa, que gostoso! [Um porco dava para o mês todo?] Se não fosse muito*

pequeno aquele tempo você não tinha geladeira... na banha, salgava bem, bem salgadinho, não tinha perigo... matava porco de 10, 20 arrobas lá... já comia que nem porco mesmo! Para comer, a gente era bom! Daí comia, nós chegamos a estar em 11 pessoas lá. Ô! A casa era grande! Uh!... mas está bom, vamos tocando a vida. [Eu pergunto se ninguém era gordo naquele tempo] Gordo? Não, a gordura saía na roça, lá! Ô, não ficava gordo não, comia que nem um porco, mas não ficava gordo, era no enxadão, na foice, no machado, lá saía tudo! Era de sol a sol e sábado e domingo... às vezes até de domingo trabalhava! Às vezes tinha uma plantinha ou arroz que estava, tinha uma semente viva, de domingo a turma jogando bola e eu passando a ferramenta, aí segunda-feira amanhecia chovendo, eu dava risada sozinho! Tava limpinho, né! Vivemos 17 anos gostoso lá! Quanto trabalhar!

É possível perceber, logo no início da fala, que alguns tipos de alimentos só foram experimentados após a condição de acesso à terra, como foi o caso da melancia, que ele descreve o tamanho, o formato, o gosto e o som que fazia ao abrir a fruta. Ele em seguida fala da moranga, contrapondo com a condição anterior (condição de colono) em que nunca “tinha visto” moranga e melancia.

Ele descreve também a quantidade de pepinos, de ovos, de mamões (com detalhes de seu dulçor), de abobrinha, as formas de temperá-la e de comê-la, e, sobretudo, demora-se em detalhar a variedade de alimentos produzidos a partir do porco. O camponês se refere aos demais alimentos produzidos no sítio, como o queijo, por exemplo, que era consumido com a caipirinha, após um dia extenuante de trabalho.

Sua fala é repleta de adjetivos e interjeições que ilustram a fartura alcançada pela família a partir do acesso à terra. Sua descrição dos alimentos e da forma como os preparava é tão rica que parece buscar em seu ouvinte uma ressonância sensorial do paladar. Seu discurso é construído também no sentido de mostrar que a fartura era dádiva da terra, mas também era fruto do trabalho da família incorporado à terra. Assim, utiliza a palavra “suor” e a expressão “quanto trabalhar!”.

Ele constrói em sua fala um contraponto entre trabalho e fartura, amarrando elementos que indicam a associação destes dois fatores, expressos através de sensações similares a estas: sabor e suor, exaustão e prazer, cansaço e saciedade.

A palavra *fartura* utilizada pelo camponês no depoimento anterior (está grifada), não é fortuita. Tanto o acesso à terra é interpretado como a realização de um

sonho de fartura²⁰, que esta palavra é usada deliberadamente pelo ex-sitiente. Ela não é “posta em sua boca”, ele a utiliza espontaneamente.

Fartura sempre significa quantidade a mais do que suficiente e/ou abundância; tal era a abundância proporcionada pelo trabalho na terra que as sobras eram largamente destinadas aos animais, como porcos e cachorros. Estas sobras às quais o entrevistado se refere não são sobras “do prato”, mas aquelas que a família não conseguiu sequer colocar na mesa, não havia bocas suficientes para seu consumo²¹.

Seu discurso elabora, assim, uma imagem de grande saciedade e prazer. Ele fala do gosto dos alimentos, o “gosto gostoso”. Ele ilustra o gosto dos alimentos com diversas interjeições e explicações do modo como eram consumidos e preparados, para descrever ao ouvinte aquilo que só captamos através do paladar. Quer mostrar que não apenas tinha fartura, como tinha gozo em desfrutá-la.

Somada à fartura, a autonomia permeia também o sonho camponês, realizado após o acesso à terra: após a transformação de sua condição de camponês-colono em camponês-sitiente.

Retomo o diálogo com o senhor que havia sido picado por cobra há cerca de um ano:

Larissa – *O senhor nunca trabalhou calçado?*

Sr. Sebastião – *Eu? Trabalhei já, para fazendeiro eu trabalhei, para mim, não!*

D. Tereza – *Ele se ajudou aqui, aqui que ele pôs o pé no chão, nunca tinha posto! Não, lá era obrigado a trabalhar apertado.*

Sr. Sebastião – *Uh, era obrigado, trabalhava com criação, eu pegava carroça, burro, pegava carretão, puxar tora de cinco burros. Agora, descalço não pegava num burro, o administrador estava lá. Um dia, o primeiro burro que eu fui pegar, eu ia indo descalço, aí ele falou assim: ‘Descalço não pega burro, não! Vai calçar, depois você vem pegar’. Fui lá e calcei, não pode deixar, não é? Agora aqui para mim, xiii, é para cascavel, é para burro pisar... Vou amarrar a vaca lá para tirar leite, mas quê! E geada de palmo!... Agora cobra, quando eu vou de noite para beira do rio, porque eu gosto muito de pescar, elas estão aí, pode contar, quando eu vou de noite, de dia eu faço descalço, agora de noite eu estou calçando, viu! Tomei jeito!... Gosto de pescar à*

²⁰ O acesso à terra como possibilidade de realizar um “sonho de fartura” é discutido por D’Aquino (1996), em pesquisa realizada junto aos assentados de Promissão-SP.

²¹ A respeito do significado da fartura para grupos camponeses, ver Castro Oliveira (1991).

noite... é porque o peixinho às vezes de noite ele está meio arisco, de noite ele não enxerga muito, agora eu gosto de pescar viu?

O camponês, ao ser perguntado se nunca trabalhou calçado, prontamente responde que trabalhou calçado só para fazendeiro. O trabalhar para o fazendeiro aparece em oposição a trabalhar para si próprio. O calçado era uma restrição imposta pelas regras da fazenda, que ele até mesmo concorda, como se viu. A autonomia de “trabalhar para si” está materializada inclusive na possibilidade de não usar calçado; andar descalço é, para ele, sinônimo de liberdade e autonomia.

A esposa complementa a fala do marido com uma palavra extremamente elucidativa, dizendo que na fazenda ele era obrigado a trabalhar “apertado”; este termo exprime exatamente a visão da condição de colono: trabalhar apertado tanto no sentido físico, da constrição do corpo a partir do sapato, quanto no sentido moral, em que o sapato aparece como um constrangimento obrigatório a partir da submissão do camponês-colono ao proprietário da terra.

Os camponeses assentados em Jaú passaram a produzir em suas terras parte daquilo que já produziam na grande fazenda, principalmente milho, arroz e feijão.

Larissa: E quando o senhor chegou aqui, o que o senhor começou a plantar?

Sr. Sebastião: Ah, nós, para a gente, o que vinha mais depressa. Feijão, feijãozinho que em 90 dias já tirava. E milho. Milho demorou um pouquinho, mas deu para agüentar até lá. A gente tinha que lidar com plantinha que desse dinheiro logo, viu ...

A escolha de cereais como milho e feijão também está diretamente ligada ao ciclo vegetativo desses cultivos em que, ao fim de alguns meses, a colheita é realizada. Tanto em Jaú como em Marília há, como foi visto, depoimentos que revelam a escolha da produção desses grãos, que além de serem destinados ao consumo básico da família, resultam em um rápido retorno econômico.

No depoimento anterior percebe-se que o camponês refere-se a esses cultivos usando o diminutivo: “feijãozinho”, ou tinha que “lidar com essas plantinhas”, denotando uma condição financeira precária da família. O diminutivo, neste caso, vem representar o “pequeno” - a condição do camponês pobre.

Se era essencial o retorno financeiro rápido a partir dos cultivos introduzidos na nova terra, isto devia-se à extrema fragilidade econômica em que a família se encontrava.

Os camponeses introduziram também culturas como mamona e amendoim, que a exemplo do caso de Marília, eram vendidas para indústrias da região.

Como apontado anteriormente, havia uma indicação da Assessoria de Revisão Agrária²² para que os camponeses cultivassem em suas terras cereais e mamona, o que de fato passou a ocorrer, como atestam diversos depoimentos:

Antonio – ... ele [o pai] começou com arroz, milho, que era o principal, que o milho ele gostava muito, o arroz que tinha um brejo ali, na Reforma Agrária, que ele colhia muito, depois ele começou com algodão, o algodão começou a levantar ele um pouco, ele chegou até a pagar gente para trabalhar para ele. Ele chegou a pagar gente para trabalhar para ele, sem estudo nenhum! Ele foi e ele fez! Você vê, sem estudo nenhum ele fez vir caminhão de turma da cidade, trabalhava para ele...

Izabel – Chegou a ter 100 funcionários... porque precisava colher todo o algodão numa semana, você entendeu?

Antonio – Mamona, que foi o mais forte dele que ele vendeu, transportou para Bariri [para a indústria] depois ela fechou... consumia e comprava dele, era de óleo lá em Bariri.

Izabel – Óleo de mamona para avião...

Antonio – Ali ele colhia a mamona... a colheita de mamona e algodão foi o forte dele.

O depoimento anterior foi colhido entre dois irmãos²³, que hoje estão na cidade, e que cresceram no sítio do pai. É de se notar que eles utilizam a expressão “reforma agrária” ao se remeterem ao assentamento, questão que será retomada. Percebe-se também que o pai “sem estudo” chegou a contratar “100 funcionários”, que “vinha caminhão com turma da cidade” para trabalhar no sítio; a descrição que os filhos fazem do pai camponês - pautada em números que visam comprovar sua veracidade - confere a este (o pai) um status de homem de conhecimento extremo, cumpridor do papel atribuído ao pai na família camponesa.

A referência ao número de pessoas da cidade que vinham trabalhar para o pai é feita para demonstrar a competência deste que, analfabeto, contratava pessoas da

²² Ver Cardozo (1991).

²³ Entrevista realizada em Setembro de 2004.

cidade. Isto quer dizer que o pai, que acumulava uma característica duplamente negativa sob os olhos urbanos (não ter estudo e ser camponês) pagava - ou seja, estava em uma posição hierarquicamente mais vantajosa - para mais de uma centena de pessoas da cidade. Vale dizer que esta informação não foi dada por acaso, ou seja, o camponês não contratava os iguais a ele, mas aqueles considerados "superiores".

É de se notar que eles dizem que a mamona e o algodão foram o "forte" do pai. A mamona era vendida para uma indústria que a processava e a transformava em óleo, indústria esta instalada no município de Bariri (vizinho a Jaú):

Larissa - *O que vocês plantaram quando chegaram?*

Sr. Manoel Aranda - *Plantava arroz, feijão, milho, mamona, amendoim, isso era a planta que a gente plantava.*

Larissa - *E esse arroz e feijão era para o gasto ou era para vender?*

Sr. Manoel Aranda - *Não, tinha que tirar para a comida e para o gasto também.*

Larissa - *E o amendoim, era para fora?*

Sr. Manoel Aranda - *É, vendia, vinha comprador lá, comprava, a gente segurava uma parte para fazer sabão... dá um sabão que parece um pé de moleque, sabão mesmo, o banho... era sabão de amendoim para tomar banho, não tinha sabonete não... descascava ele, moia ele na máquina, ele ficava moidinho, é que nem fazer paçoquinha, colocava ele no tacho e soda e enchia até sair...*

[...]

Larissa - *Na época que vocês venderam o que estavam plantando lá?*

Sr. Manoel Aranda - *Isso daí: mamona, milho, feijão, arroz, amendoim, é isso daí.*

Larissa - *E a mamona, era vendida para quem?*

Sr. Manoel Aranda - *Ah, vendia para a RESEG, vendia para corretor assim...*

Larissa - *A RESEG?*

Sr. Manoel Aranda - *É em Bariri, mas vinha corretor e comprava na roça, vinha buscar, o milho, feijão, vinha para Jaú, ia para Bariri, ia para Bocaina...*

A primeira questão a ser abordada neste depoimento é a resposta de meu interlocutor quando pergunto se o arroz e o feijão eram para "o gasto" ou para vender; ele me responde que tinha que "tirar para a comida" e também "para o gasto". A expressão "tirar para a comida" é utilizada para se referir àquilo que é consumido pela família no próprio sítio. Assim, quando afirma que era para a comida, mas também "para o gasto" este "gasto" - neste caso - representa aquilo mais que o camponês

consome, que vem de fora de sua propriedade, aquilo que ele precisa comprar, tendo para isso que vender o excedente.²⁴

Nota-se, no decorrer de seu depoimento, que o milho e o feijão, por exemplo, também eram comprados pelos corretores que vinham à sua propriedade comprar a mercadoria que era exclusivamente comercial, que é o caso da mamona, mas adquiriam o excedente dos demais cereais produzidos no sítio. Por isso ele diz que uma parte era para a comida e outra para o gasto, esta representando o *excedente* (a parte do arroz, do feijão e do milho) que era comprado pelo corretor.

O amendoim, por exemplo, em grande parte destinado à comercialização (como em Marília) era também consumido na unidade camponesa, não apenas para alimentação, mas também para substituir a banha de porco para a feitura do sabão.

Portanto, todos esses cereais, além da mamona, eram vendidos dentro da própria propriedade, aos funcionários da indústria cerealista; estes compravam inclusive os grãos que não eram destinados ao processamento industrial.

A existência da figura do corretor vindo comprar no interior da propriedade revela que o camponês não tinha mecanismos de vender diretamente a sua mercadoria. E, ainda, se cerealista e indústria eram a mesma figura jurídica, isto significa que havia uma dupla maneira do mesmo capitalista se apropriar da renda camponesa.

Na seqüência do depoimento em que o camponês relatou que plantaram “feijãozinho” e também milho, “plantinhas” que davam o retorno financeiro rápido, seu filho complementa a fala do pai dizendo que era necessário trabalhar bastante para pagar o financiamento porque os juros eram altos e o “*Banco do Estado hipotecava tudo: era vaca... se não pagasse, levava embora*”.

Os camponeses retratam, portanto, um mecanismo de subordinação da renda da terra ao capital financeiro, atrelado ao capital industrial, uma vez que, se obtinham

²⁴ Fiz a advertência “neste caso”, pois os camponeses comumente utilizam a expressão “para o gasto” quando se referem àquilo que é cultivado ou criado na propriedade para ser consumido pela própria família. Entretanto, fui eu e não ele, quem usou esta expressão primeiro, o que pode ter dado o caráter duplo na resposta.

financiamentos, o faziam para adquirir insumos a serem aplicados na lavoura. De acordo com Oliveira (1981, p. 12):

... é importante salientar a mediação do Estado capitalista, pois é através do sistema bancário (mediatizado pelo Estado) que o consumo dos fertilizantes se dá. Pois, no mínimo 15% do empréstimo tomado ao Banco do Brasil tem necessariamente que ser gasto em adubo. O uso médio está em torno de 50 a 60%. Mas, nesse caso, a mediação é de forma explícita, sem falsas aparências, pois é o próprio Banco do Brasil que se incumbem de pagar as indústrias, ou seja, o dinheiro do empréstimo sequer chega à mão do produtor. É transferido diretamente para o capital industrial que, dessa forma, cobra do agricultor via Estado (repartindo com esse) a renda da terra. Quanto à ação do Banco do Brasil nos empréstimos ao campo, temos cerca de 70% dirigido ao consumo de produtos industriais. O capital industrial, através do Estado (que cobra juros menores que os concorrentes para a agricultura), é financiado e sua reprodução viabilizada. Esses pressupostos são básicos para todo consumo produtivo no campo.

Diretamente ou não, o Estado, através dos bancos públicos - como foi o caso do Banco do Estado de São Paulo - mediou, naquele período, a reprodução do capital industrial, extraindo e compartilhando com este a renda camponesa através dos juros do empréstimo bancário e da compra dos insumos industrializados.

A subordinação da renda camponesa, em alguns casos, foi ao extremo, determinando que a família vendesse a terra, sob pena de perdê-la completamente:

... plantava mamona, amendoim, arroz, feijão... [a esposa completa com o milho] feijão plantava, mas não dava, dava pé de feijão assim, mas não dava vagem... a mamona também ficava assim, dava aqueles cachinhos pequeninhos, precisava cortar com canivete, a terra não tinha, tinha que colocar calcárea na terra e eu não tinha dinheiro, viu, foi tudo isso também! Tocou vender mesmo!... Lá onde era o meu, não era boa [a terra]... estação Izar, sítio do Di Pieri vocês foram? É lá perto... o meu não dava para plantar, eu fiquei devendo para o banco, aí desandou! Aí eu tinha umas vaquinhas, uns cavalos, uns animais, toquei vender para pagar o banco! Falei: "Ah, vou tocar o sítio, vou acabar perdendo", ia perder o sítio para o banco, não é verdade? Aí então desisti! Deixa eu sair enquanto é cedo, eu vi que eu ia perder tudo, falei: 'Agora, se eu comprar uma casa, duas lá na cidade, para mim está bom!' Foi o que eu fiz! Vendemos o sítio barato! Por 2350,00...²⁵

No caso do depoimento anterior, pode-se ver dois elementos que, somados, tornaram a permanência na terra ainda mais difícil: o primeiro é a subordinação da renda camponesa ao capital financeiro, já que o camponês precisou vender seus animais para saldar sua dívida junto ao banco; o segundo elemento, que potencializa

²⁵ Entrevista com sr. Geraldo e d. Inês, em outubro de 2004.

sua subordinação, é o fato de suas terras não disporem da mesma fertilidade de que dispõe a maior parte dos lotes no próprio assentamento.

O camponês, em outro momento de sua fala, revela ter consciência de que a fertilidade do solo é uma questão relativa:

Sr. Geraldo - ... e a Reforma Agrária? Quando que vai abrir outra? Eu devia ter ficado lá, viu! Porque a cidade, a gente veio mesmo porque foi obrigado! Mas, que lá o sítio era bom era, viu!... Nós viemos embora porque eu tinha todas as crianças pequenas, e foi duro para mim lá! Estava muito difícil, não tinha quem trabalhava, só eu para trabalhar, tudo pequeno e a terra minha também era meio fraca, mas não tem terra fraca, não é? Tem adubo. Tem adubo, tem calcário, tem tudo para por lá, não é verdade? Não é isso? Eu vim mesmo por causa de aperto nosso aqui! Para mim lá estava difícil, estava meio difícil... todos pequenos, não podia ajudar... por causa disso. Senão, eu estaria lá até hoje, lá dava para fazer uma colônia no sítio... de grande que era! Hoje aquele sítio lá valeria quanto? Pelo amor de Deus! Acho que valeria bastante, né? Dia de hoje, a terra no valor que está, quanto não valeria... 19 alqueires e meio... dá saudades, vendi mas... mas nossa, se tivesse jeito de voltar! Mas não volta mais, nesse tempo não volta mais! Nem tem mais reforma agrária eu acho, né? Aqui, por aqui não, não tem mais, não é? Não, não tem! Eu falei que se tivesse jeito da gente voltar para lá, a gente voltaria!

D. Inez - Que jeito!?

Sr. Geraldo - Lá estava muito bom, não é? Não, estou dizendo que nunca mais na vida...

D. Inez - Não tem jeito mais.

Sr. Geraldo - Não adianta... Não tem mais jeito. Como? Só se tivesse outra reforma agrária, que fizesse a inscrição de novo e voltasse! Agora sim, a gente ficaria lá, mas era tudo a criança pequena... nove filhos...²⁶

O diálogo com o casal é extremamente revelador de algumas questões; a primeira, apontada anteriormente, é a da consciência de que a fertilidade do solo é uma questão relativa, posto que pode ser corrigida: ele próprio faz referência ao adubo e ao calcário dizendo “*não existe terra fraca, não é?*”. O camponês sabe que sua condição financeira - em parte determinada pelo processo de subordinação a que estava sujeito - é que não permitia que fizesse com que sua terra produzisse a contento.

Nota-se no diálogo uma extrema nostalgia e saudosismo ao se referirem ao passado no sítio. O camponês se arrepende muitíssimo de ter vendido a terra e ter seguido sua vida na cidade.

²⁶ Entrevista com sr. Geraldo e d. Inês, em outubro de 2004.

Reiteradamente ele expressa sua vontade de que a reforma agrária seja *aberta* novamente, para que de novo ele possa ter acesso à terra. Percebe-se que ao falar da reforma agrária ele usa o verbo “abrir”; a exemplo dos camponeses do Bairro Reforma Agrária, isso significa abrir a possibilidade da vida camponesa autônoma, de que ele tanto se ressentia de não ter tido continuidade.

O sonho de autonomia na própria terra é acalentado até hoje pelo camponês, mesmo tendo quase 70 anos de idade.

Ele diz ainda que veio para a cidade porque foi “obrigado”, ou seja, à sua revelia. Ele não teve como contornar o processo de subordinação ao capital. E não diz apenas que veio para a cidade, mas “veio embora” para a cidade, o que caracteriza o drama pessoal, indicando que “veio embora” da condição camponesa. Ir embora tem sempre o sentido de saída do lugar de morada, o que significa que mesmo tendo passado 30 anos, sua referência continua sendo o sítio.

O não controle do processo de subordinação ao qual estava sujeito deu-se também em função de sua estrutura familiar, ou do que poderíamos chamar de estrutura familiar conjuntural, ou seja, o grande número de filhos em pouca idade para o trabalho: “*Estava muito difícil, não tinha quem trabalhava, só eu para trabalhar, era tudo pequeno*”.

Esta questão, apontada por Chayanov (1974) como central na compreensão da família camponesa, não deve ser negligenciada, sob o risco de haver uma análise enviesada da trajetória camponesa na terra. A relação entre produtores e consumidores na família camponesa, conforme definiu Chayanov com a metáfora do “número de braços para trabalhar e número de bocas para comer”, permite elaborar uma explicação mais profícua da saída dos camponeses de sua terra.

O processo de subordinação da renda camponesa ao capital não explica, sozinho, a saída das famílias de seus sítios. Há outras questões que se somam a esta e que ajudam a compreender esta trajetória; entre elas está justamente a maneira como a família está estruturada em momentos de gargalos financeiros.

O depoimento mostra também a importância desta vivência, deste processo de reforma agrária na vida dessas famílias, a tal ponto que se tornou uma referência a ser lembrada e, se possível, retomada.

De modo geral, para o campesinato, a tomada de decisão pela venda da terra - momento crucial - que evidentemente envolve o fato da família camponesa ter sua renda subordinada em níveis que impedem sua reprodução, tem fatores que remetem à estrutura familiar.

Izabel - ... porque a gente nasceu ali e cresceu ali então a gente sabia como que funcionavam as coisas, acho que eu tinha seis anos quando ele pegou a terra, porque aí eu fiquei lá até 18 anos, eu fiquei um bom tempo com eles também, aí você vê, o meu pai não conseguia, como se diz, cultivar sozinho, não é? Porque o Nino tinha vindo embora e esse meu irmão, esse que morreu, por mais que ele quisesse ir na roça, ele não era esperto o suficiente para ajudar bastante, sabe?

Antonio - O meu pai acabou vendendo lá pelo seguinte, foi assim o negócio: a minha irmã veio para a cidade, então ficou no limite, eu era moleque, tinha o meu irmão que era 'atrapalhado', não daria certo ficar lá... porque não daria para tocar o sítio, as minhas irmãs, as outras lá também, elas... não teriam o mesmo aspecto do homem, de pegar o trabalho.

É de se notar que os irmãos, ao explicarem a saída da família da terra, remetem-se ao fato de que o pai ficou "sozinho", em virtude de ter o filho mais velho doente e incapaz de trabalhar na lavoura. Na fala do irmão percebe-se também que sua justificativa diz respeito à divisão sexual do trabalho – embora tivesse outras irmãs na terra, não "é o mesmo aspecto do homem". É necessário, portanto, um determinado número de homens para que a propriedade siga se reproduzindo.

Nesta mesma propriedade, quando a família adquiriu a terra, faziam parte do núcleo familiar compondo a família extensa, os avós dos entrevistados e seus tios homens (com respectivas esposas e filhos). Alguns anos depois, a aquisição de terras por parte de seus tios, no próprio assentamento, mudou por completo o quadro da força de trabalho no sítio, tendo em vista a diminuição de homens adultos trabalhando.

Embora houvesse um processo de endividamento da família junto ao banco, também atestado pelo depoimento do pai, como se verá, a estrutura familiar é evocada

na explicação da continuidade ou não na terra. De acordo com Shanin (1983, p. 161-4):

Para encontrar uma interpretação mais satisfatória da mobilidade nas unidades domésticas camponesas é preciso voltar nossa análise da estrutura social básica do campesinato e das peculiaridades de uma economia camponesa. Até aqui se tem aceito a noção amplamente estendida de que a unidade doméstica camponesa é uma unidade de família e produção, altamente integrada. De acordo com este enfoque, a unidade doméstica camponesa opera como uma família e, ao mesmo tempo, como uma empresa em condições de produção parcial de mercadorias. Agora isolaremos uma terceira característica fundamental destas unidades domésticas que é significativa para nossa análise. A unidade doméstica camponesa funciona como uma pequena unidade de produção de recursos muito limitados, estando sujeita em grande maneira às poderosas forças da natureza, do mercado e do Estado.

... um contrato afortunado, um filho bom trabalhador, uma fusão proveitosa, ou, pelo contrário, a enfermidade ou a morte de um membro trabalhador, um incêndio... podiam conduzir a uma mudança completa em sua posição sócio-econômica... As crises e os golpes de sorte, longe de ser acontecimentos extraordinários, constituíam parte integral da vida camponesa. Por conseguinte, estes fatores singulares e os impactos idiossincráticos que as tendências econômicas gerais, determinadas exogenamente, produziram nas explorações individuais devem ter sido responsáveis pela mobilidade sócio-econômica das unidades camponesas...

Uma vez que, como apontou Shanin, a unidade camponesa está grandemente submetida à natureza, ao mercado e ao Estado, as alterações internas na força de trabalho da família a tornam extremamente vulnerável. Isto significa que frente a um processo de subordinação, a estrutura familiar, que estou chamando de conjuntural, pode potencializar esta submissão, levando ao empobrecimento da família e, no limite, à venda da terra.

Shanin fala (1983) em crises e golpes de sorte, que constantemente acometem a família camponesa; ela com freqüência passa por altos e baixos²⁷ no que diz respeito à sua condição econômica. O depoimento abaixo, novamente do casal de irmãos, o atesta:

Izabel – Quer dizer, ele [o pai] teve uma fase assim que a gente viveu super bem, sabe, de fartura e de dinheiro também, mas é o que eu estou falando, depende muito da época de seca, de como corre o tempo, se o tempo vai bem, a chuvarada vem na época certa...

²⁷ Não é incomum, no campesinato, que uma mesma família passe por um processo de enriquecimento e de empobrecimento em uma única geração. Ver Bombardi (2004a).

Antonio – *Só que ali é o seguinte: ali é que nem uma loteria esportiva, você joga, às vezes acerta, às vezes não acerta... uma vez o meu pai perdeu tudo, num ano, o que aconteceu com ele? Ele ficou endividado, ele não conseguiu nesse ano, o que ele fez? Renegociou, ele entrou²⁸ no banco... 'No outro ano eu vou recuperar.' E ele se arriscou, então no caso, se ele perdesse naquele ano, o sítio estaria hipotecado... ele se acertou porque o ano correu bem, choveu bem...*²⁹

Vê-se que os fatores climáticos podem conduzir a família a trajetórias positivas ou negativas, dependendo do período favorável ou não em que o plantio recebe a chuva. O filho mostra que a recuperação da família com relação à dívida no banco deu-se em função de ter “corrido um ano bom”. Isso retrata o quanto os ciclos naturais determinam a trajetória do campesinato, considerando, evidentemente, que sua vulnerabilidade será maior ou menor tendo em vista seu grau de subordinação ao capital.

Para ilustrar a condição camponesa de suscetibilidade ao mercado e à natureza - fatores apontados por Shanin - meu interlocutor utiliza a expressão “é que nem uma loteria esportiva” ou seja, tal como mostrou o referido autor, há crises e golpes de sorte influenciando o tempo todo a trajetória camponesa. A loteria em si, por tratar-se de um *sorteio*, é uma metáfora para a compreensão do que sejam os *golpes de sorte* no cotidiano camponês.

A morte e a doença de um membro da família certamente têm um peso determinante em sua trajetória na terra:

... ah, nós ficamos acho que uns 17 anos... [e depois?] Depois viemos para Jaú por que o meu pai já não enxergava mais, o que que ele vai ficar fazendo aqui? Vai embora para Jaú, então nós viemos para Jaú, vendeu e viemos para Jaú ... faz uns 23, 24 anos... [e o filho do senhor já era grande?] O mais velho tinha uns 16 anos... [e o senhor também quis vender?] O que que eu ia fazer? Era dele, fez a inscrição no nome dele, eu fui com ele porque ele já tinha 47 anos ele era... tinha a vista meio curta,

²⁸ O verbo utilizado pelo camponês para definir sua relação com o banco é sempre “entrar”. Esse termo é recorrente na fala do campesinato; ele, de fato, revela a “entrada” em uma situação, em uma relação que é subordinada e que, portanto, ele nem sempre tem certeza da maneira como vai “sair”.

²⁹ Os camponeses, ao se referirem aos pais, mesmo que eles próprios ainda não tenham nascido no momento do episódio relatado, falam em “nós”, tomando a família como um trabalhador coletivo. Neste caso, vemos que os filhos (que são assalariados na cidade) usam a terceira pessoa – “ele” - para se referirem ao pai e não a segunda - “nós”. Isso reflete a incorporação de padrões urbanos de interpretação da família. Entretanto, há diversos exemplos colhidos em campo de filhos de camponeses na cidade que operam com a lógica camponesa, como veremos em seguida. Sobre este assunto ver Woortmann (1990).

*então eu falei para a mulher: 'vamos junto ajudar ele lá', e fomos junto com ele, por fim, ele falou: 'vamos vender, vamos embora para Jaú' e viemos, compramos casa, um terreno, fizemos a casa e vivemos juntos. Bom, desde quando eu nasci eu não sai de perto deles... Mas, fazer o quê? Vendeu porque não enxergava mais, e não enxergava mesmo! E depois deu sorte que era catarata dele, operou e voltou a enxergar, mas ficou 10 anos sem ver o mundo!*³⁰

Nota-se, no depoimento anterior, que a decisão final pela venda da terra estava na mão do pai da família: cabe a ele a resolução dos passos dados e do caminho a ser seguido. Embora muitas vezes as decisões sejam consensuais, ao pai é atribuído este papel.

Percebe-se que o estado de saúde do pai o levou a vender a terra, sem ele, a família perdia um braço muito importante para o trabalho no sítio; ao filho coube acatar a decisão. Em suas palavras, ele nunca “saiu de perto deles”, ou seja, de perto dos pais, de perto da autoridade paterna. Como se vê, ele também utiliza a expressão “ir embora para Jaú”, denotando a nostalgia que sente pelo sítio. O depoimento que retrata longamente a fatura do sítio é deste senhor. Seu filho mais novo, que hoje está com 28 anos e que saiu do sítio com apenas dois anos, arrendou trechos de terra (em conjunto com o pai) nas proximidades de Jaú para se dedicar à criação de gado, muito embora ele tenha uma oficina mecânica na cidade³¹:

*... eu trabalhei na zona azul, depois eu entrei no banco Itaú pela mirim, aí nesse meio tempo comprei uma mobilete, peguei amizade na oficina, aí quando o banco não podia segurar porque eu não tinha maioridade ... aí fiz um cursinho, mas mais para ter a parte teórica (de mecânica), aí Graças a Deus, eu estou onde estou hoje ... mas eu preferia estar no meio do mato, viu! [Você preferiria?] Preferia [Mesmo tendo saído do sítio com dois anos?] Ah, a gente convive muito né, com as amizades, meu final de semana é no meio do mato, não gosto da cidade! ... a gente tinha arrendado um sitinho ali, mas só para criação só, mas terra dos outros não dá nada! Ou você tem a sua terra ou você está perdido (...) mesmo trabalhando na oficina, eu arrendava um sitinho, o meu pai, eu levava ele de manhã, depois na hora do almoço eu ia levar comida para criação, criava porco, criava com lavagem ... porco tinha um gadinho, tinha um cavalinho ... é em Baiarão ... da porta da minha casa até lá dá uns oito km mais ou menos, aí a gente arrendou lá porque eu sempre gostei, desde criança, sempre ia para sítio, ia pescar, então a gente estava sempre no convívio, a gente acabou gostando de criação ... eu cheguei a ter cavalo aí no quintal de casa ...*³²

³⁰ Entrevista com o sr. Manoel Aranda, em outubro de 2004.

³¹ Ver pai e filho na Fotografia 46.

³² Entrevista com Luciano Aranda, em outubro de 2004.

Retornando à questão da estrutura familiar: se é verdade que uma estrutura conjunturalmente inadequada pode potencializar os efeitos da subordinação da renda da terra ao capital, é também verdade que esta estrutura se positiva, fortalece a família e pode vir a permitir sua permanência na terra atravessando os sérios momentos de adversidade:

*Olha ainda estava bom, viu? Estava bom porque eu estava com os garotinhos ainda em casa, acabando de criar eles, dava pé de ir tocando o barco (...) Esforcei, esforcei, as crianças também, juntou [o esforço]... e nós conseguimos...*³³

Pode-se observar, neste depoimento, que ao dizer “nós conseguimos” o camponês remete-se à condição atual em que a família permanece na terra e continua se reproduzindo em seu sítio. Ele se reporta ao esforço conjunto da família, ao trabalho dos filhos, para que tenham conseguido se manter e se perpetuar na terra.

Para explicar sua trajetória positiva, o camponês fala da condição adequada de sua estrutura familiar. Seu filho utiliza, para definir esta estrutura, a palavra união: “*União. A união faz a força, aqui é um só: meu pai e minha mãe... agarraram com força*”.

No assentamento da Fazenda Pouso Alegre, em Jaú, há uma peculiaridade que marcou a trajetória das famílias, bem como, evidentemente, a trajetória territorial do assentamento.

Em entrevista com pai e filho que saíram do sítio, esta peculiaridade fica clara:

Sr. Manoel (pai) – *É coisa boa, reforma agrária é coisa boa... Nossa, aí você tem de tudo...*

Luciano (filho) – *O que acabou com tudo foi a cana, aqui no nosso estado...*

Sr. Manoel (pai) – *Olha, eu vou falar para você: eu adorei a reforma agrária, eu vou te falar, aqui você tinha tudo...* [ambos falam ao mesmo tempo]

A afirmação do rapaz, ao dizer que “*o que acabou com tudo foi a cana, aqui no nosso estado*”, é reveladora do grande processo de expansão da monocultura da cana e da compreensão negativa desse processo por parte daqueles que tiveram acesso à terra no assentamento e daqueles que permanecem em seus sítios. Esta expansão tem uma

³³ Entrevista com o sr. Sebastião Velasco, em 11/09/01.

repercussão territorial na trajetória das famílias camponesas em suas terras. Este fator soma-se aos já abordados na explicação da direção dos camponeses em seus sítios.

O campesinato, como apontou Shanin (1983), está suscetível, em grande medida, às forças da natureza, do Estado e do mercado. Ocorre que o mercado não pode ser compreendido de forma restrita, ou seja, o mercado não diz respeito apenas à maneira como o camponês lida com a comercialização dos seus produtos e à forma como está subordinado ao capital. Pensar e compreender a trajetória camponesa na atualidade - e pensá-la especificamente em projetos de reforma agrária - nos obriga a tomar em consideração o mercado também no sentido de nossa *sociedade de mercado*: do capitalismo mundializado.

A subordinação ao capital industrial se dá no âmbito da economia mundializada. Grande parte dos insumos químicos utilizados pelos camponeses são produzidos por indústria multinacionais.

Entretanto, além do processo de subordinação da renda camponesa ao capital, os mecanismos de expansão das culturas predominantemente capitalistas, como é o caso da cana e da soja, por exemplo, têm sérias implicações territoriais com as quais os camponeses têm que lidar.

Para que se possa compreender a trajetória do assentamento da Lei de Revisão Agrária em Jaú, faz-se necessário, portanto, compreender a expansão da cana em São Paulo, que, por sua vez, só pode ser entendida a partir da interpretação do papel que o país tem assumido na economia mundializada.

4.2. A territorialização do Capital: a cana cerca o sítio

“Então, nós estamos presos no meio da área dele. Só nós aqui presos ... Ele é vizinho aqui, vizinho na cabeceira, vizinho de lado aqui, então nós estamos presos. Todos os anos ele quer comprar ... e todos os anos ele mexe comigo e eu vou levando, falei: ‘Eu não ligo mais, né’, mas eu estou criando neto, as netas.”

Sr. Sebastião Velasco

A cultura da cana no país, desde o século XVI, tem estreita relação com a formação territorial brasileira e com a inserção e papel do Brasil no modo capitalista de produção. Entretanto, a partir da década de 80 do século XX, com o programa Pró-Álcool, esta cultura disseminou-se efetivamente, especialmente no sudeste, ocupando os solos de melhor qualidade e territorializando o capital no campo. De acordo com Oliveira (2003b, p. 140):

A cultura da cana-de-açúcar cultivada no Brasil desde os tempos coloniais, tornou-se múltipla depois do advento do Pró-álcool. Destinada à produção de açúcar, hoje ela disputa o mercado dos combustíveis do setor automobilístico, pois o álcool anidro participa da mistura na gasolina. Dessa forma, os grandes usineiros foram reformulando suas estratégias de produção e de apenas capitalistas industriais tornaram-se capitalistas na produção agrícola da matéria-prima, agora também proprietários da maior parte das terras onde a plantam. Criaram assim, as bases de uma verdadeira agroindústria, onde ao lucro de origem industrial somam o lucro agrícola e a renda da terra. Afinal, esta cultura ocupa os melhores solos existentes no país, constituindo-se em verdadeiros monopólios territorializados.

Se tradicionalmente o nordeste foi o principal responsável pela produção da cana, este quadro está completamente invertido na atualidade. O Sudeste, em especial o estado de São Paulo, é agora o principal produtor de cana, como se pode ver a Tabela 2, a seguir.

Brasil: Cana-de-açúcar - produção, área colhida e rendimento médio - 1990 a 2003

Mil toneladas e mil hectares

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área colhida	Rendimento médio (kg/ha)	São Paulo		Paraná		Alagoas		Minas Gerais		Pernambuco	
				Produção	Área colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1990	262.674	4.273	61.479	137.835	1.812	11.736	159	26.151	559	17.533	298	22.818	467
1991	260.888	4.211	61.955	136.200	1.852	12.219	172	22.214	484	17.583	276	23.505	467
1992	271.475	4.203	64.597	145.500	1.890	13.571	186	22.669	448	17.354	272	25.199	488
1993	244.531	3.864	63.289	148.647	1.896	13.694	190	12.922	323	15.743	261	14.347	363
1994	292.102	4.345	67.223	174.100	2.173	15.946	216	21.740	439	16.212	262	19.259	400
1995	303.699	4.559	66.614	174.960	2.259	20.430	256	21.573	450	16.726	268	20.665	418
1996	317.106	4.750	66.755	192.320	2.493	23.468	285	20.754	432	13.331	247	18.784	401
1997	331.613	4.814	68.884	194.025	2.446	24.564	300	24.850	450	16.262	279	20.765	421
1998	345.255	4.986	69.247	199.783	2.565	26.642	310	28.524	461	16.918	279	19.622	402
1999	333.848	4.899	68.148	197.144	2.555	27.106	338	26.860	451	17.557	280	12.253	323
2000	326.121	4.805	67.878	189.040	2.485	23.192	327	27.798	448	18.706	291	15.167	304
2001	344.293	4.958	69.443	198.932	2.567	27.424	338	28.693	456	18.975	294	15.977	339
2002	364.391	5.100	71.442	212.707	2.661	28.083	359	25.171	438	18.231	278	17.626	348
2003	389.929	5.343	72.981	226.277	2.776	30.970	370	24.766	435	20.872	304	18.522	359

Fonte: Produção, área e rendimento médio: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM - 1990 a 2002) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA - 12/2003).

Elaboração: Secretaria de Política Agrícola / MAPA.

Nota-se na tabela que a produção da cana praticamente só tem aumentado, ano após ano, desde 1990. Nota-se também que São Paulo, além de ser o principal produtor de cana-de-açúcar, tem uma produção que é maior do que a produção dos demais principais estados produtores juntos.

Ou seja, enquanto a produção de cana em São Paulo foi de 226,28 milhões de toneladas, a produção do Paraná, Alagoas, Minas Gerais e Pernambuco, somada, foi de 95,13 milhões de toneladas, em 2003. Isto, significa que o estado de São Paulo não apenas é responsável pela maior parte da cana produzida no país, como produz mais do que o dobro do que os demais estados juntos.

Em 13 anos a produção de cana no país praticamente dobrou, passando de 262,70 milhões de toneladas em 1990 para 389,93 milhões em 2003.

Esta massiva ampliação da cultura da cana no país explica-se, primeiro, em função do mecanismo de inserção do país na economia mundializada, uma vez que grande parte das mercadorias produzidas a partir da cana é exportada: o Brasil é o principal exportador mundial de açúcar, sendo o montante de sua exportação superior ao da União Européia, Austrália, Cuba e Tailândia, juntos, que são, na seqüência, os demais principais exportadores de açúcar, como se vê na Tabela 3.

Pode-se ver na Tabela 3 que o Brasil exportou, em 2002, 13,39 milhões de toneladas métricas de açúcar, enquanto a União Européia, que é a segunda maior exportadora, foi responsável por um montante de 4,71 milhões de toneladas, ou seja, praticamente um terço da quantidade de açúcar exportada pelo Brasil.

Além do grande consumo de álcool no mercado interno, ele tem figurado como um dos produtos de maior exportação, entre todos aqueles exportados pelo Brasil (não apenas agrícolas). No último ano, de acordo com o próprio Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior¹:

¹ Fonte: www.desenvolvimento.gov.br, acessado em 09/01/05.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria da Produção e Comercialização
Departamento de Comercialização

AÇÚCAR

Países selecionados
1.000 toneladas métricas

Última atualização: Abril 2004

PRODUÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	19.168	20.646	16.464	20.336	23.567
União Européia	17.398	18.731	17.854	15.500	18.241
Índia	14.281	17.406	20.247	19.906	19.524
China	8.904	8.527	7.616	7.161	9.804
Estados Unidos	7.159	8.243	8.080	7.774	6.804
México	5.287	5.030	4.816	5.614	5.073
Austrália	5.085	5.514	4.417	4.768	5.613
Tailândia	4.143	5.456	6.157	5.370	6.437
Paquistão	3.503	3.709	2.053	2.720	3.334
Cuba	3.291	3.875	4.057	3.748	3.521
Outros Países	42.490	39.284	38.811	37.719	40.108
TOTAL	130.709	136.420	130.574	130.616	142.026

Fonte: U.S.D.A. e O.I.A. - Organização Internacional do Açúcar

CONSUMO	1998	1999	2000	2001	2002
Índia	15.272	16.278	16.546	17.274	17.857
União Européia	13.819	15.007	14.112	13.588	15.004
Brasil (1)	9.150	9.500	9.725	9.800	10.519
Estados Unidos	9.049	8.993	8.992	9.139	9.079
China	8.300	8.500	8.500	8.900	9.975
Federação Russa	5.450	5.565	5.707	5.848	6.672
México	4.293	4.400	4.619	4.857	5.068
Paquistão	3.085	3.196	3.320	3.440	3.490
Indonésia	2.736	3.000	3.375	3.400	3.650
Japão	2.427	2.541	2.413	2.339	2.432
Outros Países	50.803	50.299	50.719	52.354	53.230
TOTAL	124.384	127.079	128.038	130.939	136.976

Fonte: U.S.D.A. e O.I.A. - Organização Internacional do Açúcar

(1) Dados estimados pela OIA Para o ano da 2001, o consumo interno de açúcar estimado pelo setor privado é de 9.200 mil toneladas

IMPORTAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
Federação Russa	3.732	6.447	5.288	6.004	4.701
Indonésia	2.199	1.901	1.559	1.307	1.569
Estados Unidos	2.056	1.589	1.374	1.258	1.374
União Européia	1.814	1.941	1.898	1.844	2.250
Japão	1.604	1.563	1.607	1.572	1.511
República da Coreia	1.378	1.374	1.462	1.516	1.517
Malásia	1.065	1.172	1.182	1.231	1.239
Canadá	1.009	1.262	1.166	1.183	1.185
Nigéria	961	733	736	1.209	1.304
China	485	420	673	1.197	1.193
Outros Países	14.497	14.209	19.346	22.087	25.850
TOTAL	30.409	32.088	36.096	40.407	43.693

Fonte: U.S.D.A. e O.I.A. - Organização Internacional do Açúcar

EXPORTAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	8.675	12.467	6.502	11.168	13.388
União Européia	6.357	5.086	6.203	6.060	4.707
Austrália	4.691	4.185	3.867	3.545	3.893
Cuba	2.589	3.243	3.424	2.933	3.068
Tailândia	2.444	3.430	4.341	3.364	4.203
Guatemala	1.371	1.137	1.209	1.375	1.239
África do Sul	1.088	996	1.291	1.216	1.007
Colômbia	774	875	1.046	919	1.128
Turquia	304	551	527	1.000	98
Índia	86	22	202	1.220	1.287
Outros Países	1.967	469	7.776	8.096	9.815
TOTAL	30.282	32.019	36.058	40.897	43.833

Fonte: U.S.D.A. e O.I.A. - Organização Internacional do Açúcar

Entre os itens vendidos pelo Brasil lá fora, 1.716 registraram um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior, entre eles: máquinas e equipamentos, aeronáutico, siderúrgico, automotivo, bebidas e álcool, trigo, milho. O país também ampliou os mercados e passou a vender para países não tradicionais como Libéria, Sudão, Chipre, Estônia, Mauriânia e Tunísia, entre outros. Quanto às importações, o Brasil registrou crescimento em todas as categorias de produtos e também a compra de todas as principais regiões econômicas. (Grifo nosso)

Tabela 3. Açúcar: produção, importação, consumo e exportação

Se o álcool, dentre outros produtos, teve uma exportação 100% maior no último ano, ele e o açúcar estão entre os produtos de origem agrícola responsáveis pelo aumento significativo das exportações em 2004, segundo o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento²:

O vigoroso avanço do agronegócio no exterior, segundo dados divulgados hoje (06/01) pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi ancorado no bom desempenho de produtos como a carne bovina, suína e de frango, complexo soja (grão, farelo e óleo), açúcar, álcool e madeiras. Juntos, esses produtos explicam 71% do aumento das exportações do setor em 2004. Café, fumo, lácteos e algodão também tiveram uma boa performance. (Grifo nosso)

Este aumento tão significativo das exportações brasileiras, particularmente o papel dos produtos agropecuários neste montante, e a grande valorização pelo governo brasileiro do saldo positivo da balança comercial a partir destas exportações - como se vê nos excertos das páginas na rede Internet tanto do Ministério da Agricultura quando do Ministério do Desenvolvimento - revelam que o papel do país na economia mundializada tem se configurado como o de um grande exportador de produtos agrícolas. É, como afirma Oliveira, a reprodução reatualizada do passado³.

A massiva exportação de produtos agrícolas tem exercido, desde os governos militares, o papel de controle da balança comercial em função da dívida externa brasileira e, evidentemente, revela a opção do país em sua inserção na economia mundial:

A lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira. Esse processo se dá no âmago do capitalismo mundial e está relacionado, portanto, com o mecanismo da dívida externa. Através dele os governos dos países endividados criam condições para ampliar a sua produção sobretudo a industrial. Para pagar a dívida eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos pelos preços internacionais. Os preços dessas matérias-primas (gêneros agrícolas e recursos minerais, exceto petróleo) têm baixado significativamente nas últimas décadas, por isso esses países têm que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Mas, para poder aumentar a produção, eles se vêem obrigados a tomar mais dinheiro emprestado e,

² Fonte: www.agricultura.gov.br, consultado em 09/01/05.

³ Oliveira, A.U. - Participação em Mesa Redonda no X EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

conseqüentemente, aumentam a dívida. Em decorrência disso, têm que exportar mais: logo, os preços internacionais pressionados pelo aumento da oferta tendem também a cair muito mais. (OLIVEIRA, 1995b, p. 468-9)

O Governo Lula, eleito com uma ampla base popular, tem seguido a trajetória de privilegiar o pagamento dos serviços da dívida através da exportação massiva de produtos agrícolas, do chamado “agronegócio”.

Ocorre que esta opção tem levado, nos últimos anos, a um recrudescimento da concentração fundiária e dos conflitos sociais no campo.

No caso da cana-de-açúcar, particularmente, sua expansão ocorre diferentemente da soja, por exemplo, em que grande parte da produção não está absolutamente concentrada em grandes propriedades, segundo Oliveira (2003b) 36,2% do valor da produção de soja foi obtido entre as pequenas propriedades e as grandes propriedades foram responsáveis por apenas 20,2% do valor da produção de soja. Com a cana, este quadro se altera, uma vez que “as grandes unidades têm participação superior às pequenas. Elas participam com 31,6% das terras plantadas e com 33,1% do volume da produção⁴”, as pequenas produzem apenas 14% da cana industrial (estes números excetuam a cana que é destinada à forragem).

Assim, a expansão da cana tem ocorrido mediante a territorialização do capital no campo. De acordo com Oliveira (1995b, p. 477-8):

A industrialização da agricultura revela, então, que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isto se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. Um exemplo desse processo de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos “bóias-frias” que moram e vivem nas cidades. (...) trata-se, portanto, do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura (...) quando o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou

⁴ OLIVEIRA (2003b, p. 140).

serviços, quer para serem trabalhadores assalariados do campo (“bóias-frias”). Neste caso o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc.

Quando o filho de camponês diz, como foi visto em depoimento anterior, que “*a cana acabou com o nosso estado*”, ele sabe exatamente a dimensão de sua informação: a envergadura da produção da cana no país e, particularmente em São Paulo. Sabe também que a expansão da cana se deu mediante a subvenção do Estado.

Assim, o filho de camponês que cresceu na cidade pôde ver no cotidiano de sua vida o significado do que é a re-territorialização do monopólio capitalista, através da expansão da cultura da cana e, em virtude desta, praticamente a impossibilidade da reprodução da família camponesa em suas terras, como se verá adiante.

De fato, a imagem geral do assentamento hoje é a de um “mar de cana”. Boa parte das famílias, vendo-se em dificuldades financeiras, vendeu ou arrendou as terras para usinas e fazendeiros da região. O depoimento seguinte é de um camponês que arrendou suas terras, foi para a cidade e mais tarde a vendeu:

Depois a plantação também foi falhando. Não dava mais nada e aí eu decidi fazer um empréstimo no banco e quase que eu me atrapaihei, e quase que eu não pude nem pagar o banco mais. E se eu não pagasse o banco, eu ia perder o sítio. E perdia mesmo! Hipotecava. E eu então arrendei o sítio antes de acontecer, eu arrendei o sítio e peguei o dinheiro da renda e já paguei o banco. A primeira coisa que eu fiquei livre já foi o banco. Só que eu não estava mais mexendo com a minha terra, já era de outro porque eu arrendei. Aí viemos embora para Jaú [cidade]. Sr. Luis Rogatto. (MARIANO, 2003, p. 3)

Neste depoimento temos a expressão do significado que a terra tem para o campesinato e como a noção de propriedade está totalmente vinculada à idéia de *posse* da terra – no seu sentido pleno - mesmo para camponeses proprietários. Ou seja, o que está presente é a idéia de que a terra é minha quando sou eu quem a cultivo, ele o diz, com todas as letras: “*Só que eu não estava mais mexendo com a minha terra, já era de outro porque eu arrendei*”.

Nota-se, em seu depoimento, que antes de vender a terra ele a arrendou, a renda obtida através do arrendamento foi utilizada para pagar o empréstimo tomado junto ao banco, ou seja, sua renda foi sugada pelo capital financeiro, colocando-o no limite da reprodução em sua própria terra.

Assim, têm-se os elementos fundamentais para compreender a saída das famílias camponesas de suas terras no assentamento da Revisão Agrária em Jaú. Como se viu, esta explicação gira em torno do processo de subordinação da renda camponesa ao capital e associado a este processo, a estrutura conjuntural da família nos momentos de crise. Soma-se a isso, no caso específico deste assentamento, o processo de re-territorialização do monopólio capitalista por meio da cultura da cana-de-açúcar, pressionando a propriedade camponesa⁵.

No depoimento a seguir, extraído de um diálogo com pai e filho, que após estarem na cidade passaram a arrendar terra para criar gado, percebe-se de forma cabal o significado da re-territorialização do monopólio em seu confronto com a propriedade camponesa:

Luciano – *Aí paramos, não arrumamos mais terra que compensasse arrendar. [Por que, é caro para arrendar hoje?] Ah, eles baseiam muito pela cana, né? A cana: é o preço da cana, eles vão muito pela terra. Só que mesmo a parte que eles arrendam é a parte que não pode ser usada para cana, é perto de água, então sempre o dono da terra sai esperto, não é? Então ele arrenda essas tiras que sobram, às vezes dá um alqueire, dois, só que é porque fica impossibilitado do uso para cana, então eles arrumam outra forma para quem tinha um gado, nem que ele chegue na beira da água não, vai interferir em nada. Pelo menos ninguém vai reclamar, então eles aproveitam essa faixa, mas mesmo assim eles baseiam quase o preço da cana, eles cobram caro... [E quanto está hoje para arrendar um alqueire de terra?] Olha, uma parte de morro aqui em cima, só que é mata e morro mesmo, só que não tem casa, não pode construir nada, é só para pasto mesmo, se eu não me engano é uma média de 300 reais cada 90 dias. Só que dá, a mata ali, o morro ali dá uns 20 alqueires, só que é mata mesmo, chegou na época da seca ali, por causa do morro que é pedra, seca tudo. [E não tem água?] Tem uma nascente pequenininha no meio dela, mas é pouca, mas para sustentar o gado dá. A gente chegou, na última vez, a gente chegou a dividir a renda com mais dois que são, até hoje, eles são locatários ali, então a gente acabou dividindo com eles, porque a gente quando parou lá não compensava arrendar o outro pela quantidade de animal que a gente tinha, então a gente acabou*

⁵ Sobre a territorialização do monopólio capitalista na cultura da cana-de-açúcar ver Thomaz Jr. (1988).

pegando aquele... dividindo um pouquinho do aluguel ali, até eu conseguir vender o gadinho que eu tinha...

Aqui, quem saiu bem na história aqui são os usineiros, eles ofereceram preço bom e a turma vendeu, então quem ganhou aqui é usineiro, você pode ir em qualquer lugar aí tentar comprar um pedaço de terra da usina, mesmo que para eles não seja produtiva você não consegue... eles não vendem, eles ignoram, você vai lá, você não vai conseguir comprar um pedaço deles, só que eles vão lá arredondando em volta do pequeno agricultor, vai chegar uma hora que eles vão forçar ele a vender. É assim mesmo: numa fraqueza desta, o cara precisa de um pouco de dinheiro, é aonde que ele vai vender. Sentiu uma fraqueza, é onde que o cara vai chegar e vender.

A fala do jovem, filho de camponês, mostra aspectos importantes para entender o processo de territorialização do capital no campo e seu confronto com a propriedade camponesa. Ele mostra que o preço da terra em Jaú, inclusive na área do próprio assentamento, é pautado pela cana, seja para vender a terra, seja para arrendá-la. Isto significa que para calcular o valor do arrendamento, o proprietário da terra toma como ponto de partida o valor que seria obtido mediante o cultivo da cana-de-açúcar, ou seja, a renda da terra.

Nota-se também que ao se referir ao proprietário da terra, ele diz que “*sempre o dono da terra sai esperto*”, pois arrenda toda a sua terra: arrenda não só as áreas destinadas à cultura da cana, mas também aquelas impróprias para esta cultura, determinando, neste caso, o mesmo preço que seria obtido mediante o arrendamento para o cultivo da cana.

Neste caso, o capitalista da indústria e o proprietário da terra são pessoas diferentes. O dono da terra que “sai esperto” é o proprietário, ou seja, o rentista, aquele que vive da cobrança da renda da terra que lhe é outorgada pelo fato da terra ser propriedade privada e a ele pertencer um trecho do planeta⁶.

Assim, o “dono sai esperto”, pois por ser proprietário tem o direito de ganhar a renda tanto do capitalista que arrenda grande parte de sua terra, quanto do camponês que arrenda as bordas da sua terra, suas franjas, “as tiras que sobram”, ou seja, os trechos que não puderam ser apropriados pelo capital. A agricultura capitalista, neste

⁶ Sobre as formas de renda da terra, sobre o preço da terra e sobre o significado da propriedade privada da terra na sociedade capitalista, ver Oliveira (1984, 1985 e 1986a).

caso materializada na cultura da cana, vai ser cultivada nos melhores solos, de melhor acesso etc. À agricultura camponesa, dos camponeses que tomam terra em arrendamento, vai restar as brechas deixadas pela agricultura capitalista. Entretanto, o camponês deverá pagar o mesmo valor da terra arrendada ao capitalista produtor de cana.

Meu interlocutor afirma também que quem *“saiu bem na história”* foram os usineiros, que têm sucessivamente comprado terras camponesas e que, frente ao processo contrário, se os camponeses quiserem adquirir as terras dos usineiros, não as encontrarão à venda, ainda que não estejam sendo utilizadas.

Sua fala revela o processo de territorialização do capital em sua totalidade: quando o capitalista e o proprietário de terra são a mesma pessoa, como aponta Oliveira (1995b). Ao adquirir as terras, portanto, o capitalista, além de obter o lucro proveniente da atividade industrial da usina, obtém o lucro da atividade agrícola e também, a partir da propriedade privada da terra, auferir a renda da terra.

Há, portanto, a presença das duas situações que envolvem a cultura da cana: a da própria indústria como proprietária da terra e o arrendamento das terras por parte da usina - tanto a dos camponeses quanto a dos grandes proprietários rentistas.

Uma outra questão fundamental, abordada neste depoimento, refere-se ao processo de venda da terra por parte dos camponeses. As palavras utilizadas são extremamente elucidativas: *“eles vão lá arredondando em volta do pequeno agricultor, vai chegar uma hora que eles vão forçar ele a vender. É assim mesmo: numa fraqueza desta, o cara precisa de um pouco de dinheiro é aonde que ele vai vender”*. Pode-se ver que ele afirma que os usineiros/fazendeiros vão *“arredondando em volta”* do pequeno agricultor, a imagem que temos é exatamente a de um círculo que aos poucos leva a um estrangulamento, vão cercando, cercando, até que finalmente, no momento de *“fraqueza”* - esta palavra não é fortuita - eles acabam por comprar a terra. Ou seja, no momento em que o camponês está *“precisando de*

dinheiro” é que a terra é adquirida para tornar-se um meio de reprodução direta do capital.

A palavra fraqueza parece revelar um duplo sentido: o primeiro, e mais evidente, que é a fraqueza econômica e, o segundo, desvendado pela expressão “numa fraqueza desta”, refere-se à contingência mais ampla da família, quando o camponês não está forte o suficiente para enfrentar a adversidade, ele vende a terra, é como se ele próprio se vendesse, neste caso é como se a palavra fraqueza revelasse uma fraqueza moral, posto que foi obrigado a se vender, a vender seus valores junto com a terra.

Sem exceção, todos os depoimentos colhidos com os sitiantes que venderam suas terras e estão hoje na cidade são repletos de nostalgia pelo tempo na terra, de tristeza por não terem podido continuar sua trajetória e de arrependimento por tê-la vendido, seguidos da explicação da impossibilidade de continuar na terra.

Estes camponeses, que se proletarizaram, remetem-se ao tempo na terra como um tempo de fartura, as imagens que transmitem em suas falas são repletas de alegorias que formam um cenário de plenitude, de saciedade e de autonomia.

A venda dos lotes por parte dos camponeses assentados em Jaú não se deu de forma direta, ela antes passou pelo arrendamento. As famílias, na impossibilidade de saldarem seus débitos, primeiro arrendaram suas terras, como foi visto em depoimento anterior e como atestam outros depoimentos:

*Eu arrendei antes de vir para cá, arrendei ele [o sítio], não vendi direto... a maioria era negócio de banco... a gente fazia financiamento para plantar milho, arroz, feijão essas coisas, mas feijão no meu sítio não dava, nem amendoim não dava, plantei amendoim, ficou assim, a vagem chocha, ainda foi colhido tudo com chuva, perdemos dois alqueires com chuva, arroz perdi dois alqueires com seca, olha que barbaridade! Era para desanimar, né!*⁷

A expressão “olha que barbaridade”, usada para retratar a própria situação mostra a consternação que o camponês tem com sua vivência, com sua trajetória. Este trecho do depoimento revela alguns dos diversos elementos que explicam a saída da

⁷ Entrevista com sr. Geraldo Rogatto, em outubro de 2004.

terra: a suscetibilidade camponesa frente aos fatores naturais e seu processo de subordinação ao capital financeiro.

A venda da terra, precedida pelo arrendamento, desvenda uma tentativa de “segurar” a terra, de não vendê-la. Daí o camponês explicar que “*não vendeu direto*”, ou seja, ele primeiro arrendou. Seu discurso quer revelar que não foi no “primeiro momento de fraqueza” que ele abriu mão de sua terra.

De acordo com Thomaz Jr. (1988, p.103):

O monopólio territorializa-se consoante aos ditames das indústrias. No caso da cana-de-açúcar, o território é monopolizado pelo empresário industrial que é ao mesmo tempo, responsável pela maior parte da matéria-prima produzida, disputando assim, cada vez mais, parcelas significativas do território, em detrimento dos fornecedores. É a territorialização da monopolização da renda fundiária pelos grupos sucro-alcooleiros. É o grupo monopolista se apropriando do lucro e da renda da terra.

Este processo de territorialização do capital ou de “arredondamento”, para utilizar as palavras de meu interlocutor, por parte dos fazendeiros e/ou usineiros “em volta” da terra camponesa, não cessou⁸. Ele está presente até os dias de hoje. O diálogo a seguir foi colhido com uma das famílias; nele, tomam parte um casal, uma de suas filhas e um de seus netos (filho de um outro filho que também mora no sítio):

Sr. Sebastião (esposo) – *São sete alqueires, hoje ainda é. Eu acho que eu estou ganhando um pouco, não é? O vizinho é fazendeiro aí, é, e ele quer comprar direto, todos os anos ele quer, ele vem aqui: “Quer vender?” E eu: “Não”...*

D. Tereza (esposa) - *É Osório Ferrucci...*

Vera Lúcia (filha) – *Ele que tem a fazenda, a sede lá embaixo, vindo de Pouso Alegre, vocês subiram para cima, não é? E a estradinha que vira para lá é a sede dele.*

Larissa - *E ele que comprar?*

Sr. Sebastião (esposo) – *Então, ele quer comprar...*

Larissa – *Por que, seu Sebastião?*

Vera Lúcia (filha) – *Porque é tudo dele.*

Sr. Sebastião (esposo) – *Então, nós estamos presos no meio da área dele. Só nós aqui presos.*

Vera Lúcia (filha) – *É tudo dele dos lados.*

Sr. Sebastião (esposo) – *Ele é vizinho aqui, vizinho na cabeceira, vizinho de lado aqui, então nós estamos presos. Todos os anos ele quer comprar. E a terra que ele*

⁸ Thomaz Jr. (1988, p. 104) – a respeito da expansão da monocultura da cana no estado de São Paulo particularmente a partir da década de 70 do século XX - discute como “as medidas tomadas e colocadas em prática pelo IAA, no início da década seguinte, com o Proálcool, contribuiu para que a agroindústria canavieira alcançasse índices significativos de concentração da terra, e de capital”.

comprou, a mais cara que eu estou sabendo, o ano passado, ele pagou 45 o alqueire, 45 mil reais... a última compra que ele comprou, um sitinho aí para baixo, pagou isso, e todos anos ele mexe comigo e eu vou levando, falei: "Eu não ligo mais, né", mas eu estou criando neto, as netas.

D. Tereza (esposa) – Tudo aqui. Graças a Deus, né?⁹

Sr. Sebastião (esposo) – E o filho está acompanhando, ele faz, desfaz, então nós vamos levando, não resolvi de vender ainda, estamos presos aqui, cabeceira de lado e ele cutuca... é tudo cana, ele tem 120 alqueires de cana.

Rodrigo (neto) – A terra está cara por causa do preço da cana, né? A cana está muito alto o preço, então ele tem condição de ganhar esse dinheiro, se ele plantar a cana aqui ele retorna ela muito rápido o dinheiro que ele pagar na terra. [Eu comento que entrevistei um senhor que é funcionário de um sítio que foi comprado por um fazendeiro que me disse que a cana estava sendo vendida por 50 reais a tonelada, que o fazendeiro com 13 alqueires ganhou 100 mil reais em um ano, pergunto se pode ser].

Todos respondem – *Pode ser, pode.*

Sr. Sebastião – *Pode ser, porque ela disparou, no finzinho, ela não aturou muito aquele preço.*

Larissa – *Por isso que o fazendeiro quer comprar a terra do senhor?*

D. Tereza (esposa) – É para plantar a cana.

Sr. Sebastião (esposo) – É, ele quer tacar cana, quer tacar a cana. [...] *Olha, aqui é pouquinho, viu? Tinha bastante, mas não agüentou o cheiro do dinheiro e venderam, aqui para cima da onde vocês viram que ele está falando da Igreja, tem dois, do meu tempo... eu e ele, [a esposa lembra de outra família, Contieri, perto do colégio] e lá perto tem outro, dois ali para baixo e dois aqui, do meu tempo eu conto quatro, tem mais algum perdido para lá do Pouso Alegre [a esposa lembra de mais uma: os Matiello], tem uns cinco... faz tempo, então o negócio estava tudo feito, eles fizeram a casa porque não tinha, a luz não tinha, mas ela veio, quando eles venderam já tinha luz, acharam de vender, venderam... [Venderam e foram para onde?] Foram para Jaú [na cidade?] tem uma metade que já está no cemitério [risos] venderam aqui e caíram para Jaú, meus amigos, morreram tudo... mais do que um arrependeu, porque vem aqui, a gente encontra, diz que está melhor do que nós, e eles acha que nós está melhor do que eles, então não está bom, mas quiseram vender, fazer o quê? Tinha vizinho aqui, vizinho aqui, vizinho na cabeceira, porque tinha lote seco e lote com água, aqui vai no rio, agora lá em cima é poço, fizeram tudinho, mas depois pegou um precinho a terra, mandaram a coisa e venderam, algum salvou uma casa para morar e está bem, teve algum que nem casa... [Pergunto se venderam na mesma época] Em prazo de anos foram embora.*

Larissa – *Em que época que foi?*

D. Tereza (esposa) – *Ah, já está fazendo uns 27 anos por aí que já foram tudo embora, logo no começo.*

Sr. Sebastião (esposo) – A cana que invadiu aqui, já faz uns 30 anos... já tinha cana.

D. Tereza (esposa) – Já rodeava a cana.

Larissa – *Eu vejo que tem pouca casa, eles derrubaram as casas?*

D. Tereza (esposa) – Quem comprou para plantar cana, derrubou tudo.

Sr. Sebastião (esposo) – Tudinho.

⁹ Ver as Fotografias 52, 53 e 54.

Rodrigo (neto) – *Pomar que tinha, foi tudinho.*

Sr. Sebastião (esposo)– *aterraram o poço, derrubou casa, daqui para lá do rio lá é Bocaina, tinha de duas três casas ali, tudo empelotada de família, não acha mais nada... tinha vizinho de todo lado e nós permanecemos aqui, o que tinha menos tinha seis filhotes, por aí, então foram formando, uns queriam, outros não queriam, pegaram e venderam. E nós com 40 anos estamos aqui... foi 64.*

A partir deste diálogo pode-se aprofundar a compreensão do processo de territorialização do capital, e seu conflito com a reprodução camponesa.

A situação do próprio diálogo, em si, é reveladora da condição camponesa: dele participam três gerações, avós, filha e neto, sentados e conversando juntos durante uma tarde, ou seja, só mesmo na família camponesa, em que todos estão aglutinados em torno desta relação, é possível dispor do tempo de forma que têm a liberdade para passar a tarde toda, juntos, conversando.

Percebe-se logo no início do diálogo que o avô (sr. Sebastião, identificado como esposo) afirma que o fazendeiro não tem feito apenas ofertas para comprar sua propriedade, como reitera, todos os anos, sua proposta, e o camponês resiste.

Suas palavras são, de fato, muitíssimo elucidativas de sua condição. Quando pergunto por que o fazendeiro quer comprar, a filha do casal responde prontamente porque “é tudo dele”. O pai, então, esclarece a situação dizendo que “*nós estamos presos no meio da área dele*”. O uso desta palavra para descrever a situação vivenciada merece atenção, já que a prisão não é exatamente “física”. Se a prisão não é física e, no entanto, esta é a expressão escolhida e utilizada por mais de uma vez, isto significa que ela revela a maneira como a família camponesa se enxerga em meio à agricultura capitalista: “está presa”, quer dizer, a reprodução camponesa, neste caso, está circunscrita aos limites de sua propriedade. Tanto assim que é relatado que em todas as divisas de seu sítio, ele se confronta com a grande propriedade, com a mesma grande propriedade.

O camponês sabe que sua condição - a condição de sua produção e de sua propriedade - se diferencia diametralmente da agricultura capitalista. A palavra “preso” se dá em função da consciência desta condição e do significado da

envergadura da expansão da agricultura capitalista. A palavra “preso” não caberia, caso seus vizinhos fossem camponeses, como a família já vivenciou. A agricultura camponesa está “presa” em meio à agricultura capitalista, em meio à territorialização do capital.

Sua permanência na terra se dá em função de sua resistência, já que ano após ano o fazendeiro “mexe” com ele para que ele venda sua terra. “Mexer” e “cutucar”, as duas palavras utilizadas para definir a ação do fazendeiro, demonstram que o camponês enxerga na ação do fazendeiro uma maneira de tirá-lo, de fato, do lugar. Neste caso, mexer e cutucar significam tirá-lo da condição camponesa. Tanto assim que sua afirmação tem um complemento, ele não diz apenas que o fazendeiro mexe com ele, mas que ele, o sitiante, “não liga”. já que está “criando os netos e as netas”.

Não “ligar” para a proposta do fazendeiro por estar criando os netos em sua terra revela seu processo de resistência: não vende a terra, pois sua família camponesa está se reproduzindo. A esposa complementa, dizendo que “*estão tudo aqui, Graças a Deus*”. O orgulho da família camponesa de estar se reproduzindo na terra aparece de maneira cabal no diálogo. A expressão “Graças a Deus” para fazer referência à permanência dos filhos e netos no sítio revela a satisfação com a trajetória conquistada.

Em seguida à expressão de satisfação e orgulho da esposa, o marido comenta: “*e o filho está acompanhando, ele faz e desfaz*”, ou seja, ele, pai, passou a autonomia de sua terra para seu filho, que é quem toma as decisões agora, por isto “faz e desfaz”.

O processo de decisão dos passos a serem dados na terra está nas mãos da segunda geração, o pai concedeu ao filho o status de pai de família autônomo, responsável pela condução da propriedade. Ou seja, o pai, ainda vivo, passa para o filho o papel que deverá assumir na direção da família e da terra, instâncias que não se separam, que são vistas e operadas de forma única.

Na seqüência do diálogo, o neto, que tem apenas 19 anos, revela que a terra está cara por causa do preço da cana. O jovem, que trabalha com o pai e o avô na

propriedade, já é conhecedor de todo o processo de trabalho no sítio e tem absoluta consciência da relação do campesinato com o mercado e da maneira como a renda da terra e o mercado se relacionam. O rapaz, embora tão jovem, sabe o significado da agricultura capitalista, materializada na cultura da cana-de-açúcar, por isso sabe também que sua região, de solos riquíssimos, tem o preço da terra pautado pela cana. Assim, diz que *“a terra está cara por causa do preço da cana”*. Sabe que o preço da terra está determinado pela renda da terra que a produção da cana pode oferecer.

Ao falar do interesse do fazendeiro, seu avô diz que ele quer “tacar” cana, ele não diz que o fazendeiro quer plantar, ou cultivar, mas “tacar”, o que mostra a agressividade com que este processo é encarado e a violência que de fato ele significa sob todos os aspectos.

A “agressividade” da re-territorialização do monopólio capitalista manifesta-se na maneira como a cultura da cana é implantada: destruindo não apenas as roças, como também as casas, os pomares, os poços, enfim, tudo aquilo que constituía a materialização da reprodução camponesa, constituindo um processo de desterritorialização camponesa.

Ao falarem destes aspectos, pode-se ver no diálogo que cada pessoa da família os complementa, mostrando mais um elemento que a cultura da cana destruiu e resumem com a palavra “tudinho”. “Tudinho” foi destruído pela cana, onde antes era “empelotado de família”.

As famílias camponesas, que eram em grande número, como revela a palavra “empelotado”, e que tinham seu trabalho incorporado à terra, ou seja, que tinham constituído suas unidades territoriais – sítios – foram sumariamente substituídas pelo “mar de cana”.

É impressionante o “deserto” ou “mar” de cana que toma conta de boa parte do assentamento. De fato, os sítios estão cercados ou presos em meio à cana, sem as casas, sem os pomares, as Fotografias 42, 43, 44 e 45 ilustram este processo de maneira inequívoca.

Tudo isto demonstra que em parte destas terras também o monopólio capitalista materializou-se, territorializou-se¹⁰, mediante um processo agressivo de estrangulamento das unidades camponesas. A cana - como vimos em uma expressão utilizada no diálogo anterior - “já rodeava” as unidades camponesas, a agricultura capitalista esteve aos poucos cercando os sítios camponeses, re-territorializando-se na medida em que o processo de subordinação destas famílias aumentava.

A pressão pela compra da terra por parte dos fazendeiros/usineiros em virtude da valorização da cultura da cana, que fez também com que fosse elevado o preço da terra, é um elemento importante na explicação da saída de grande parte das famílias de suas propriedades.

Assim, em um momento de “fraqueza”, como vimos, a terra era arrendada pela família camponesa, e, mais tarde, vendida. Quando o camponês, no diálogo anterior, afirma que as famílias que venderam o fizeram porque “*não agüentaram o cheiro do dinheiro*”, mostra-nos o processo intensivo de valorização destas terras após a expansão da cultura da cana-de-açúcar, expansão esta a que ele se refere como a “invasão da cana”.

O dinheiro aparece, portanto, como o próprio demônio, tanto assim que o seu “cheiro” *tenta* o camponês, ou seja, se o camponês não “agüentou o cheiro do dinheiro”, é porque foi por ele tentado - tal como age o demônio - e caiu em sua tentação.

Neste sentido, a palavra “fraqueza”, utilizada por outro camponês, define exatamente esta fraqueza “moral” de ter se “vendido” para o dinheiro, para a lógica do capital. O final da oração cristã “Pai Nosso”, que termina com “*não nos deixeis cair em tentação, amém*” aponta justamente a “força” - que é o antônimo de fraqueza - para não se deixar ser capturado pela tentação¹¹.

¹⁰ A territorialização do monopólio, como apontado, diz respeito à compra da terra por parte da usina. Ou seja, quando a própria indústria processadora da cana se torna proprietária da terra.

¹¹ José de Souza Martins (1991) discute justamente a interpretação do capital, da lógica do capital, como “besteira” entre os camponeses-possesores na Amazônia.

Aqui está em jogo de um lado a terra camponesa, a terra de e para o trabalho da família e do outro lado a terra de negócio, a terra para a reprodução do capital¹². O dinheiro é o equivalente que aparece na mediação da compra. O dinheiro é capital que ao comprar terra compra o direito de auferir renda capitalista da terra. Por isso o dinheiro é como se fosse o “fantasma/demônio” que assombra e que destrói tudo o que a vida camponesa construiu.

Neste sentido é que a presença capitalista é assumida como invasão, por isso não é desejada. São inúmeras as expressões, em diversos depoimentos, da visão depreciativa que os camponeses têm do processo massivo de expansão da cultura da cana. Entre elas, ouvi que *“cana é pior que mato, mato pelo menos com a seca morre, a cana nem com a seca”*.

Thomaz Jr, ao estudar a territorialização do monopólio através das agroindústrias canavieiras em Jaboticabal, demonstrou através de quais caminhos o grupo econômico monopolista Bellodi (usineiro) adquiriu suas terras. O autor mostra que esta territorialização se deu através de quatro possibilidades de processos:

1ª) o proprietário agricultor tornou-se fornecedor de cana para o grupo Bellodi, posteriormente, arrendou parte ou totalidade de suas terras ao grupo usineiro e, por último, vende parte ou totalidade de suas terras ao grupo usineiro; 2ª) o agricultor/proprietário passou a ser fornecedor e, em seguida, vendeu parte ou totalidade de suas terras ao grupo Bellodi; 3ª) o agricultor/proprietário não chegou a ser fornecedor de cana, e nem arrendou parte ou totalidade de suas terras ao grupo, mas vendeu (parte ou totalidade) a ele; 4ª) o agricultor/proprietário não chega a ser fornecedor, porém arrendou parte ou totalidade de suas terras, ao grupo Bellodi, vendendo-as posteriormente, a eles, parte ou totalidade. (THOMAZ JR., 1988, p. 210-11)

Ao analisar estes quatro caminhos, Thomaz Jr aponta que a renda da terra é que dita o processo como as mudanças na ocupação do território ocorrem, através da substituição das culturas, havendo a monoculturização da cana, e, posteriormente, a reconcentração da propriedade. “Esse processo se materializa fundamentalmente após 1970 - principalmente com o Proálcool” (THOMAZ JR., 1988, p. 211).

¹² Sobre “terra de trabalho” e “terra de negócio” ver Martins (1991).

Ao avaliar estas quatro hipóteses do processo de territorialização do monopólio, o autor chega à seguinte conclusão:

Pode-se concluir, então, através desses indicadores, que o grupo Bellodi lança suas “garras” monopolistas, fundamentalmente, sobre as hipóteses 2 e 3, com 85,4% do total das terras adquiridas, constituindo-se então neste caminho a ponta do processo de anexação de terras. Por outro lado, a figura do arrendamento, comparecendo na trajetória do processo de compra de terras pelo grupo (como componente do roteiro jurídico-econômico do processo de territorialização do grupo Bellodi), precede a, hipóteses 1 e 4, mas não se manifesta, com tanta expressividade (14,6%). Funcionando pois, como um meio de assegurar/materializar o domínio sobre parcelas do território estrategicamente importantes no contexto da territorialização do monopólio. Noutras palavras, aparece dentro de uma escala mais abrangente, do ponto de vista da contínua anexação de terras sob domínio para ter como garantia mais imediata da hegemonia no montante da cana moída, para depois, então, se consumir a aquisição via compra. (Thomaz Jr, 1988:220)

Nota-se, portanto, que preferencialmente o monopólio se territorializa diretamente através da compra da terra. Entretanto, o arrendamento surge como uma ponte neste processo, de forma a garantir a anexação das terras que mais tarde será efetivada através da compra.

Não há dúvida, portanto, que a expansão da cultura da cana teve um aumento expressivo no final dos anos 70, a partir do programa Pró-álcool, também na região de Jaú, como atesta o próprio engenheiro agrônomo responsável pela Casa da Agricultura de Jaú:

E era uma área muito diversificada. Então tinha um pouco de cana, tinha um pouco de café, milho, feijão, arroz. Então era bem diversificado. ... e depois, com o advento do Programa do álcool que é o Proálcool, que foi em 76, mas o que impulsionou mesmo depois de 1980, aí houve uma, uma grande modificação. Por quê? Porque a região nossa é uma região canavieira. Nós temos muitas usinas. Tem a Usina da Barra que é a maior usina do mundo... então é uma região forte de cana. Então, eles começaram a aumentar a área de produção de cana, mas a maior parte ainda é cana própria, certo. Eles plantando a cana e vendendo para a usina. [...]

Ocorre, que de fato, com a expansão da cultura da cana, está havendo um processo de concentração da propriedade no interior do assentamento, como já ficou indicado no depoimento anterior, quando o camponês mostrou que os sítios vizinhos ao seu foram comprados por um único fazendeiro. Este processo fica ainda mais claro no depoimento seguinte:

*Eu acho melhor assim, desfrutar da terra, mas não vender. Isso aqui era tudo do Chamas, do Atalla, né, no caso, na época. Hoje pode-se dizer que ele pegou, vamos supor, era tudo dele aqui, cem por cento dele. Hoje ele já adquiriu de volta, vamos supor, uns setenta por cento, cinquenta por cento, de volta!*¹³

O que este depoimento mostra é que as mesmas famílias - tradicionais grandes proprietários de terra da região de Jaú, que eram os proprietários das fazendas destinadas ao assentamento - estão re-adquirindo parte das terras que foram destinadas à reforma agrária.

Assim, assiste-se a ação dos mecanismos de produção e reprodução do capital no campo. O primeiro, revelado pela concentração da propriedade nas mãos de fazendeiros, que são simultaneamente capitalistas da agricultura e proprietários da terra. Neste caso, tem-se o proprietário rentista, que arrenda suas terras para a usina e usufrui de sua condição de proprietário privado da terra para extrair a renda. De qualquer forma, a relação de trabalho presente em sua propriedade é a capitalista, viabilizada pela contratação de trabalhadores volantes.

Em outro caso, como apontado em alguns depoimentos, a própria usina compra a terra, ou seja, o capitalista da indústria e o proprietário são a mesma figura, auferindo, como foi apontado, ao mesmo tempo o lucro da indústria, o da agricultura e a renda da terra. O lucro na atividade agrícola da cana advém, evidentemente, da relação de produção baseada no assalariamento, através dos "bóias-frias"¹⁴ que são contratados sazonalmente para a colheita, estando sujeitos a condições extremamente precárias de trabalho¹⁵.

Há ainda, no caso em que os próprios camponeses plantam e vendem a cana para a usina, um típico processo de monopolização do território pelo capital, situação em que o capitalista da indústria se apropria de parte da renda, em suas duas pontas: tanto o capitalista da indústria de insumos quanto a própria usina, ao comprar a cana¹⁶.

¹³ Depoimento de Nelson Velasco a Larissa Mies Bombardi e Neusa de Fátima Mariano, em 11/09/01.

¹⁴ Ver Fotografia 40.

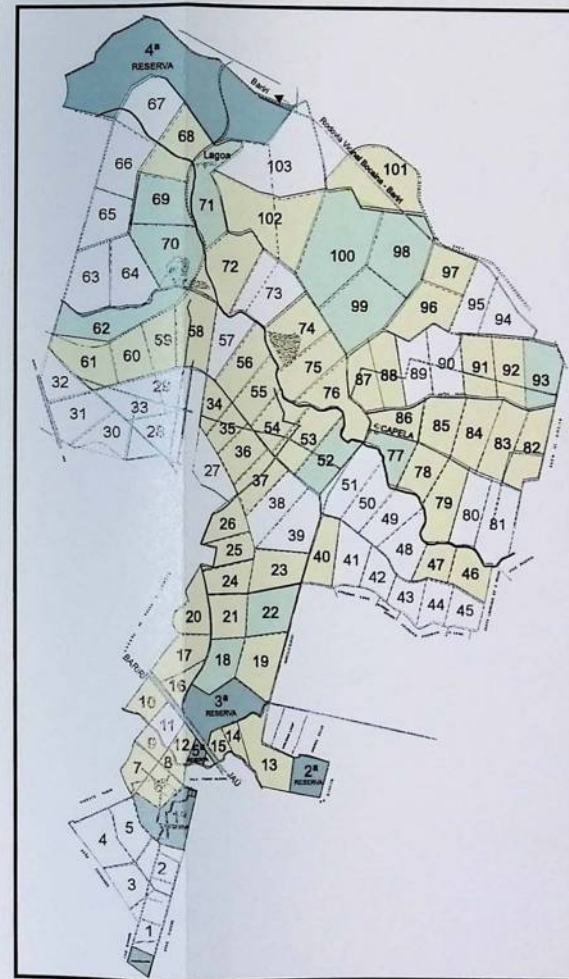
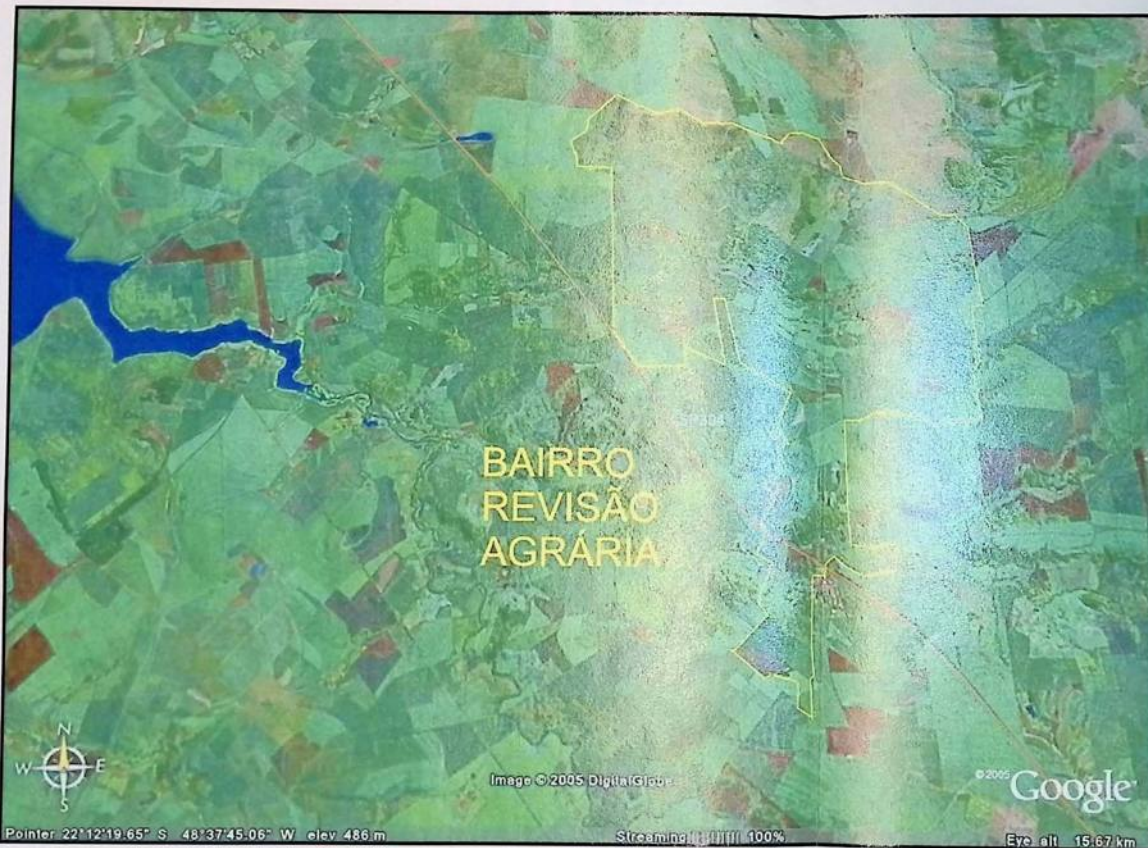
¹⁵ Ver Silva (1999).

¹⁶ Ver Oliveira (1981 e 1995).

Imagem Aérea

Bairro Reforma Agrária - Jaú

Uso do Solo



- Principal uso do solo nos lotes assinalados:

- Cana
- Pasto
- Reserva Florestal

Fontes: Google Earth,
Trabalho de Campo (2003 - 2004).
Organização: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.
Desenho: Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Penha, E.D.

Entretanto, o que é mais grave, como se trata de um assentamento de reforma agrária, é ver este sendo tragado por um processo de re-territorialização do capital¹⁷, onde antes havia a territorialização camponesa. De acordo com Oliveira (1995: 468):

No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terras e aos capitalistas/proprrietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação da concentração fundiária brasileira. A marca principal desse processo é a territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, que em geral atuam sob a forma de oligopólios. Porém esse processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses.

Entretanto, esta territorialização do capital, como apontado por Oliveira, não é uma via de mão única. Ao mesmo tempo em que o capital se territorializa, a agricultura camponesa também, ainda que o capital encontre formas de subordinar a sua renda.

¹⁷ Estou considerando o conceito de territorialização (e re-territorialização) não em sua dimensão simbólico-cultural, como aponta Costa (1995), mas no sentido da apropriação da terra – e desta como propriedade privada na sociedade capitalista – pelo capital. A re-territorialização do capital é, portanto, a tomada das terras camponesas, que antes de serem camponesas eram apropriadas pelo capital e, que, passaram novamente a compor a porção capitalista do território, notadamente, dão lugar às relações de trabalho tipicamente capitalistas: o assalariamento. Neste sentido, o que está no centro da definição do território são as relações sociais nele estabelecidas.

4.3. A Reprodução Camponesa: O sítio resiste à cana.

"Ah, a gente aprende na prática [a ordenhar] ... faz uns cinco anos não é, vô? Faz pouco tempo, aprendi depois que o meu avô machucou o dedo, teve um dia que ele não pôde tirar, aí eu comecei a tirar no lugar dele, aí eu aprendi ... aprendi fácil!"

Rodrigo Velasco

Afirmo que ao mesmo tempo em que o capital se territorializa, a agricultura camponesa também, ainda que o capital encontre formas de subordinar a sua renda. Neste sentido, no próprio assentamento da Revisão Agrária em Jaú, vê-se dois dos mecanismos de reprodução camponesa: um deles é a migração e o outro é a territorialização camponesa em meio à territorialização do capital. Ou seja, por mais paradoxal que possa parecer para aqueles que crêem no desenvolvimento do capitalismo de modo unívoco, a presença do capital no campo não é inexorável, a ponto de impedir a reprodução camponesa em seu meio ou às suas bordas¹. Temos sítios camponeses encravados em uma massiva cultura capitalista da cana.

A migração surge como uma possibilidade da reprodução camponesa entre aqueles que não conseguiram manter-se em suas terras. Ela é buscada em áreas mais longínquas, onde o preço da terra é mais baixo:

... olha, a turma arrenda para cana, porque o preço é bom, né, se você plantar arroz e feijão, hoje um arrendamento não compensa não. [Pergunto: faz tempo que vocês pararam de arrendar?] Uma média de uns dois anos mais ou menos, no máximo, foi a última vez que a gente teve uma coisinha, um pedacinho de terra com alguma criação da gente... eu estou guardando os meus troquinhos, que eu, eu tenho interesse de ir para o Mato Grosso, comprar terra lá, lá, Rancharia, esses lados é mais barato... Você pega aqui Bauru, Bauru-Marília, Marília-Paraguaçu já está lá... [Ali é mais barata a terra?] É, ali tem uns trechos ali que ainda é mais acessível. Não vai pagar muito caro, mas a terra não é muito boa também... [Comprando lá, o que você plantaria, ou o que você criaria?] Ah, aí só vendo a terra, o tipo da terra para ver para

¹ Refiro-me aqui às áreas em que predomina a territorialização do capital, excetuando as próprias áreas em que predomina a territorialização camponesa.

que é que serve. Que nem, no Mato Grosso mesmo, aonde eu fui visitar, para comprar um bom trecho de terra lá, lá é só para gado, não é? Dá para fazer uma agricultura de subsistência, dá, mas para você falar que vai só viver daquilo ali, não dá não, ou gado mesmo, ou alguma coisa que dá uma renda um pouco maior...²

Percebe-se neste depoimento a concepção da terra para o camponês que, embora a tenha tomado em arrendamento, refere-se a ela como sendo dele próprio: “a última vez que a gente teve uma coisinha, um pedacinho de terra com alguma criação da gente”. Uma vez tendo seu trabalho incorporado à terra, o camponês a considera como sua. É sua na medida em que ele a organiza, dá-lhe ‘forma’, toma as decisões e controla o processo produtivo. É, enfim, autônomo nesta porção de terra mediante o pagamento de seu uso.

O depoimento reitera a tese de que o significado da terra para o campesinato está estreitamente vinculado ao processo de trabalho e à família. Este significado extrapola o sentido da “propriedade privada em si”. A propriedade privada familiar é almejada como uma possibilidade de ter a sua situação, ou melhor, a sua condição definida: é, sem dúvida, mais estável a condição do camponês-proprietário do que a do camponês-rendeiro, por exemplo.

Esta estabilidade se dá em vários níveis: no mais aparente, que é aquele diretamente relacionado com a propriedade privada: o de possuir um patrimônio – a renda capitalizada - que no limite pode ser negociado e que dá ao camponês uma condição efetivamente mais estável do ponto de vista econômico. Há, entretanto, outros níveis mais sutis e igualmente importantes, que são aqueles que dirigem a luta pela terra e a prática camponesa na busca da própria terra, que é a obtenção e manutenção da autonomia. Esta autonomia, como já procurei apontar, é a do controle do próprio tempo, do próprio espaço, do processo de trabalho, de seus procedimentos e do controle de seus produtos.

² Entrevista com Luciano Aranda, em outubro de 2004.

A migração para a compra de uma porção de terra mais barata aparece, assim, como possibilidade de realização da autonomia e da reprodução camponesa³.

Observa-se também neste depoimento o uso recorrente de diminutivos. Meu interlocutor diz que teve “*alguma coisinha*”, um “*pedacinho de terra*”; com este uso ele quer revelar ao ouvinte sua situação de “pequeno”, a condição “pequena” de reprodução camponesa.

Este depoimento revela também a dificuldade da reprodução camponesa em disputa com a renda da terra proporcionada pela cultura da cana, restando assim ao camponês a possibilidade de resistência ou a migração.

A migração para o “Mato-Grosso”, como aponta meu interlocutor, ou seja, para a “fronteira”, onde a terra é mais barata, foi constatada como um caminho direto entre os camponeses “desterritorializados”, estudados por Thomaz Jr., no processo de territorialização do monopólio em Jaboticabal:

... através das entrevistas realizadas com alguns ex-proprietários/agricultores que forneceram indicativos para a formulação das alternativas do roteiro jurídico-econômico, constata-se que com a desterritorialização consumada, passa-se a ter uma nova realidade, onde o engajamento de tais agricultores, na maioria dos casos, passa a ser diferenciado. Uma parte dos desterritorializados, com o dinheiro adquirido com a venda de suas terras, compram propriedades agrícolas nas regiões de fronteira, principalmente em Mato Grosso, onde a terra é mais barata, continuando portanto proprietários/agricultores. Outros mudam de atividade, passando a viver de rendas, com aplicações no mercado financeiro, principalmente na caderneta de poupança. Outros ainda adquirem pequenos estabelecimentos comerciais instalados no meio urbano. Dificilmente se proletarizam. Entretanto, o mesmo não acontece com os filhos e descendentes diretos que, na maioria dos casos, principalmente aqueles que seguiram o segundo caminho – que mudaram de atividade – se proletarizam, desempenhando as mais diversas atividades, fundamentalmente no setor de serviços. (THOMAZ JR. 1988, p. 221)

No caso de meu interlocutor, ele é a terceira geração e está fazendo o caminho de retorno à terra através da trajetória inversa de seu pai e avô, que se proletarizaram. Em sua própria trajetória de vida, o rapaz foi camponês (quando criança), tornou-se

³ A respeito da migração como possibilidade de reprodução da família de camponeses-proprietários, cuja terra torna-se exígua para a reprodução de grande parte de seus membros, ver Tavares dos Santos (1993) e Martins (1991).

proletário na adolescência (já na cidade), posteriormente tornou-se um pequeno comerciante e, através desta inserção é que busca sua re-campezinação. Neste sentido, a migração e re-territorialização da família camponesa, que não pôde ser direta, está sendo agora alcançada na terceira geração.

O caminho da proletarização aconteceu com algumas famílias, como foi apontado. Entretanto, além desta possibilidade e da migração, como forma de continuar se reproduzindo como camponeses, há também famílias que compraram terra em municípios do entorno, o que é mais incomum devido ao alto preço destas terras. De toda forma, ao venderem a terra, todas elas realizaram sua renda, já que a condição de “proprietárias” lhes permitiu que auferissem a renda da terra de uma só vez, através de sua venda⁴.

Há também – e este fato é fundamental – as famílias que permanecem em suas terras. A resistência em meio à territorialização do capital é a realidade de parte das famílias do assentamento (do bairro Reforma Agrária - Jaú), apesar da oferta insistente dos grandes proprietários e do ‘mar de cana’ em que suas propriedades se encontram envoltas⁵.

Essas famílias, que permaneceram em suas terras, o fizeram substituindo os primeiros cultivos (grãos e mamona) principalmente por criação de gado e suínos. A substituição destes cultivos deu-se praticamente em conjunto, ou seja, as famílias em sua teia de informação e troca de conhecimentos foram substituindo suas lavouras pela criação, mais ou menos ao mesmo tempo, em um procedimento típico do bairro rural:

[Pergunto novamente ao meu entrevistado o que as famílias plantavam.] *Como eu falei para você: nós entramos aqui, plantaram milho, feijão e arroz, eram três plantas e tinha que bater muito em cima delas. [Foram muitos anos?] Ah, batemos bem, depois já virou a moda, vamos criar porco, aí partimos para criar porco, vamos tirar leite, e viramos com estas três coisas: plantar o milho, dar para o porco, tirar leite, vender*

⁴ Ver Oliveira (1985, 1986a e 1986b).

⁵ Observar, no Mapa 11, o uso do solo no Bairro Reforma Agrária – Jaú.

*leite, e agora veio o Projeto, de 15 cabeças que estava, agora já estamos com 40, então nós vamos levando...*⁶

A expressão “virou a moda” demonstra que a tomada de decisão por trocar os cultivos tradicionais pela criação do gado e do porco - mantendo o milho, que é a base da alimentação do porco – deu-se em conjunto. As famílias, observando-se entre si e trocando suas informações e experiências, direcionam seus sítios no sentido de poder auferir uma renda maior da terra.

Assim, a exemplo do Bairro Reforma Agrária, em Campinas, vê-se o mesmo processo ocorrer no assentamento de Jaú. Se no Bairro Reforma Agrária a expressão que elucida o procedimento de escolha dos cultivos a partir da troca de informação com os vizinhos era a de que o bairro “*é como uma corrente, um passa para o outro*”⁷ este sentido apareceu em Jaú, na fala deste interlocutor, como “virou a moda”, o que revela que a mudança não foi apenas com uma família camponesa: se “virou a moda” é porque “*todos viraram*” de direção.

Não há dúvida que esta possibilidade de substituir a lavoura, basicamente pela criação, deu-se entre as famílias que conseguiram resistir ao intenso processo de subordinação à que estavam atreladas e também ao agressivo processo de territorialização do capital através da cana-de-açúcar.

Como procurei apontar no capítulo anterior com relação à permanência das famílias em Marília e Campinas, a distância do mercado aparece também como um elemento importante nesta explicação.

Assim, se em Campinas havia camponeses com trajetória anterior marcada pela condição de camponês-proprietário e, por isso mesmo, puderam ter a experiência do cultivo de frutas, havia também, associado a este fator, a proximidade com dois grandes mercados consumidores. Entretanto, o mesmo não ocorreu em Marília e tampouco em Jaú.

⁶ Entrevista com o sr. Sebastião Velasco, em 02/09/04. A questão do “projeto”, ao qual meu interlocutor faz referência, será abordada a seguir.

⁷ Ver Bombardi (2004a).

Não há dúvida de que o cultivo reflete a condição camponesa (posseiro, rendeiro, parceiro ou proprietário) no sentido daquilo que seu grau de autonomia lhe permite cultivar. Na mesma medida, o cultivo reflete também as possibilidades de comercialização que estão postas para determinado grupo camponês.

Há dois depoimentos colhidos em Jaú que refletem exatamente isso:

... Aqui onde nós estamos tinha 40 pés de poncã, onde é o chiqueiro, nós tiramos uma área aqui e plantamos 40 pés... [Pergunto se a poncã era vendida.] Não vendia, a gente pensava que ia chupar, tinha as crianças, os colegas iam dar conta, mas não deu, não... um dia eu vi que estava sobrando, falei: "Puxa vida! Eu tenho a charretinha de pneu e burrinho", eu falei: "Eu vou entrar em Bocaina hoje com a carga de laranja, quem sabe eu faço uma diarinha, não é?" Aí carreguei três sacos de laranja e joguei na carrocinha, fui embora, quando eu vou chegando em Bocaina, desanimei! O pomar de lá era maior que o meu! Todo o fundo de casa tinha pomar, rapaz! Falei: "Não tem nada...", aí passei lá para uma rua, para outra, nada! Alguém que comprava uma dúzia lá, aí eu peguei e vendi um pouquinho, aí tinha uma molecada brincando de bola... chamei, peguei e tombei... [distribuiu as laranjas para as crianças] Eu falei: "Ah, não dá!" Porque vender, não vende... nenhum pé, aqui nós limpamos para fazer o chiqueiro, ficou uma beira de um pomarzinho lá.⁸

Percebe-se no depoimento que a laranja (poncã) foi plantada com o intuito de ser consumida pela própria família e distribuída entre os amigos. O camponês, ao perceber que estavam sobrando muitos frutos que não seriam consumidos, resolveu ir à cidade mais próxima para tentar vendê-los. Ao chegar à cidade, foi surpreendido pela grande quantidade de laranjas iguais às suas nos pomares dos quintais da pequena cidade.

Seu depoimento traz duas informações importantes: a primeira é a de que a prática de comercialização destas famílias não era direta, elas não vendiam seus produtos diretamente ao consumidor, ou na cidade. Como se viu, seus cultivos comerciais eram os grãos e a mamona, vendidos para os cerealistas através de seus corretores. As frutas, verduras e legumes eram produzidos "para o gasto", ou seja, para serem consumidas na própria propriedade. O segundo aspecto a ser considerado nesta fala é o fato de que a fruta que ele produziu também era produzida nos pomares das

⁸ Entrevista com o sr. Sebastião Velasco, em setembro de 2004. Observar na Fotografia 59 a Granja, que está no local em que foi o pomar.

casas da cidade, ou seja, diferentemente das grandes cidades, em que absolutamente todo alimento é comprado pela população, o mesmo não se dá assim nas cidades pequenas. Bocaina, por exemplo, tem hoje apenas nove mil habitantes, se se levar em consideração que o episódio contado pelo camponês tem cerca de 30 anos, é possível inferir que uma parte dos alimentos que complementava a “mesa” da população urbana das pequenas cidades era por ela própria produzida em seus quintais.

O depoimento a seguir, extraído de um diálogo com pai e filho, vai na mesma direção do anterior e acrescenta elementos para a compreensão da relação entre a condição do camponês, o tipo de cultivo, a distância da cidade e a envergadura de seu mercado consumidor. Retomo um trecho já apontado deste depoimento e insiro a seqüência do diálogo:

Sr. Manoel Aranda - *Plantamos três ruas de pepino, assim, 50 metros! Mas dava cada pepino assim! Ia buscar de carrocinha para os porcos, de tanto que deu! Tinha... aquele tempo se plantava, nossa, não dava praga aquele tempo! Mas dava cada pepino que ele estava verde e estava assim! Quanto comer pepino, rapaz! A gente nem sabia quase o que era pepino e se estragava tudo a rodo...*

Larissa - Não vendia o pepino?

Sr. Manoel Aranda - *Não, não ia em lugar nenhum. Ovo então! Ia com uma cesta colher ovo, mas tudo tinha [ele quer dizer que ovo era uma coisa que todo mundo tinha]. Para trazer para Jaú não tinha condição né, todo mundo tinha, hoje sim!*

Larissa - Não tinha horta naquele tempo para trazer para a cidade?

Sr. Manoel Aranda - *Tinha horta, mas...*

Luciano - *Era muito longe, não tinha condução, né? Eles tinham carroça e cavalo...*

Sr. Manoel Aranda - *Ah, mas não tinha também, você pegar uma charrete para vir para Jaú, a gente vinha mesmo! A gente não vinha não, agora sim, você podia ter uma perua, tem muitos de lá que vem fazer a feira, mas aquele tempo perdia tudo! Era uma coisa!...*

Percebe-se no diálogo que, ao ser perguntado se não vendia o pepino que ele plantava, já que era em grande quantidade e dado aos porcos como alimento, meu interlocutor responde, emendando com o ovo, que não, porque “tudo tinha”, ou seja, ele não vendia ovo e pepino porque os potenciais consumidores - a população das cidades do entorno - já possuíam esses produtos. Ele reitera o sentido de sua expressão ao dizer que “trazer para Jaú não tinha condição, todo mundo tinha”, ou seja, mesmo

em Jaú, que é a maior cidade mais próxima ao assentamento, não haveria mercado consumidor suficiente.

Quando a mesma pergunta é feita com relação à horta, ou seja, se as hortaliças não eram vendidas na cidade, o filho interrompe a frase do pai para esclarecer que era muito longe, eles não tinham “condução”.

Havia, portanto, além de um mercado pouco expressivo, uma distância – relativa - grande da cidade. Assim, a palavra “condição” utilizada pelo pai para explicar porque não vendia na cidade, é permutada pelo filho por “condução”, ou seja, a falta de *condição* expressa na *condução* era um impedimento para a venda na cidade.

A distância da cidade é relativa, evidentemente, posto que, como atestam meus interlocutores no depoimento, “hoje sim”, quer dizer, hoje, com uma “perua”, com uma *condução*, haveria a *condição* necessária para a comercialização.

Também em depoimentos colhidos no Bairro Reforma Agrária (Campinas) pude verificar o uso das palavras *condução* e *condição* praticamente como sinônimos, no sentido de que possuir uma *condução* dá a possibilidade de comercializar diretamente a produção.

Vê-se, assim, uma estreita relação entre aquilo que é cultivado e a possibilidade que o camponês tem de comercializar, ou seja, a sua *condição* de comercialização. Esta possibilidade de comercializar certos produtos estava atrelada, portanto, à distância relativa da cidade e também à existência de um mercado consumidor frutífero para seus produtos.

Os cultivos introduzidos em Jaú foram aqueles que, além de remeterem à experiência de camponeses-colonos, eram também os que seriam comercializados a partir de fora, tendo em vista a inviabilidade de deslocamento dos camponeses naquele período. Este deslocamento não é mais empecilho, e nem mesmo o mercado consumidor é tão restrito, tanto assim que o camponês, que já não está mais em sua

terra, relata no depoimento anterior que muitos dos que estão em seus sítios vêm à cidade para vender seus produtos na feira.

A resistência das famílias que permaneceram na terra ao processo de subordinação de suas rendas ao capital e também ao processo de territorialização do capital foi efetivada, como se viu, através da alteração dos cultivos, principalmente por meio de sua substituição pela criação de gado e de porcos.

Esta reprodução camponesa, pode-se dizer, a territorialização camponesa, fica expressa nos croquis feitos de uma das propriedades pelos netos do casal que a adquiriu, como será visto no próximo item.

Os croquis a seguir (Croqui 2, Croqui 3 e Croqui 4), como apontado, foram feitos respectivamente pelo neto de 19 anos e pela neta de 11 anos (esta fez dois croquis).

Os croquis foram feitos, como o de Marília, tendo a noção de altitude implícita em sua construção: a parte de maior altitude do sítio está na parte mais alta da folha, e o rio, que é o limite da propriedade e sua porção de menor altitude está na parte de baixo da folha.

Pode ser observado nos três croquis a representação de piquetes para manejo da pastagem, que foram introduzidos na propriedade há dois anos, através de um projeto da EMBRAPA⁹, em convênio com a Prefeitura de Jaú:

Sr. Sebastião (avô) – Porque aqui vem muita gente, viu? Aqui virou projeto de pasto, teve um dia aqui que teve 250 pessoas...

Rodrigo (neto) – É tem um projeto aqui pela Embrapa... meu pai foi indicado para o projeto modelo. Foi indicada uma propriedade para divulgar esse projeto para mostrar que a vida não é só viver de cana, não é? Que também dá para viver de gado, de outras coisas. E agora, depois desse projeto, já foi feito em Bocaina, em Jaú, em Dois Córregos, aqui é o modelo. A Embrapa procurou um secretário do prefeito em Jaú que indicasse um sítio para fazer esse projeto, e o nosso sítio foi escolhido, ele é agrônomo, mas é secretário do Prefeito, da Agricultura... aí ele veio aqui, fez muitas perguntas também, fez um belo questionário, viu que o nosso sítio estava indicado e

⁹ Este é o projeto a que o sr. Sebastião Velasco, um de meus interlocutores, referiu-se em depoimento anteriormente citado. Sobre o manejo intensivo do pasto ver www.ccppse.embrapa.br (site da Embrapa Pecuária Sudeste).

foi divulgando... A cada três meses eles vêm dar uma assistência, e fala: 'ah isso aqui está errado que você está fazendo, tem que fazer assim, vamos melhorar isso aqui, vamos fazer aquilo lá' ...

Larissa – *Como é que é o projeto, qual é a idéia da Embrapa?*

Rodrigo (neto) – *A idéia é, eles estão focando o gado de leite, não é? É ver que o gado de leite numa pequena área você pode pôr muita quantidade de gado. A média de gado por alqueire é de duas cabeças por alqueire, você fazendo esse piqueteamento, você pode pôr, quer ver, você pode pôr 30 cabeças, num alqueire...*

Sr. Sebastião – *Tem que fazer a irrigação. Mas está bom, viu? Estamos satisfeitos com o projeto... está com dois anos.*

Vera Lúcia (filha e tia) – *Em novembro já faz dois anos até trocar o gado.*

Rodrigo (neto) – *São 120 projetos iguais a esse... até ele ver que a gente está fazendo certinho o que manda, porque ele quer ver lucro, quer ver a coisa andando, se você fizer uma coisa que não está produzindo, eles cortam você do projeto. [Pergunto se eles ganham alguma coisa para participar] A renda nossa é com o gado, ganha o apoio.*

Vera Lúcia (filha e tia) – *A prefeitura veio aí, ela gradeou tudo onde era para fazer, porque o piqueteamento é tudo cerca elétrica e eles vieram com a mão-de-obra, nós compramos o material, mas eles vieram com a mão-de-obra, fez tudo de graça para a gente o piqueteamento, a parte que era deles, e depois a gente já aumentou, porque a gente já viu que funciona, então nós já estamos aumentando...*

Rodrigo (neto) – *Funciona, com certeza...*

Vera Lúcia (filha e tia) – *Não é que a gente ganha, mas é o que eles puderem fazer pela gente...*

Larissa – *[Ao neto, que fez escola técnica agrícola:] E na escola, você aprendeu a mesma coisa?*

Rodrigo – *Aprendi, só que tem uma coisa: se não tiver alguém puxando a sua orelha, não tem motivação, né, porque é uma coisa que, era difícil de você acreditar escutando. Aí o meu pai foi fazer visitas por aí e viu que na realidade era aquilo mesmo. Porque em 200 metros quadrados, em 236 metros quadrados, você por 10 vacas lá dentro! É uma coisa que você quase não acredita, né?*

Larissa – *E vocês aumentaram?*

Rodrigo (neto) – *Aumentamos, fizemos com um hectare aqui em cima, com sete mil metros quadrados, aí fizemos lá na outra parte do pasto que era grama ruim, aí fizemos o piqueteamento com grama boa, né? Compramos mais criação...*

Percebe-se no diálogo (entre o avô, uma filha que mora no sítio e seu neto, filho de um filho que também mora no sítio) vários aspectos fundamentais para a compreensão da realidade camponesa e sua reprodução na terra. O primeiro deles é o regozijo com o reconhecimento do trabalho que têm desenvolvido na própria terra, *atestado* pelo número de pessoas que têm visitado o sítio e também, pelo fato do sítio ter sido escolhido como modelo.

Rodrigo Velasco
SITIO BELAVISTA

15-09-04



Croqui 2

Elaboração: Rodrigo Velasco

SÍTIO BELA VISTA

Larissa Velasco
11 anos

MILHO

MILHO

TULHA

ROMAR

CASA

PIQUETE

PIQUETE

CHIQUEIRO

CURRAL

PASTO

PIQUETE

PIQUETE

PIQUETE

PIQUETE

RIO

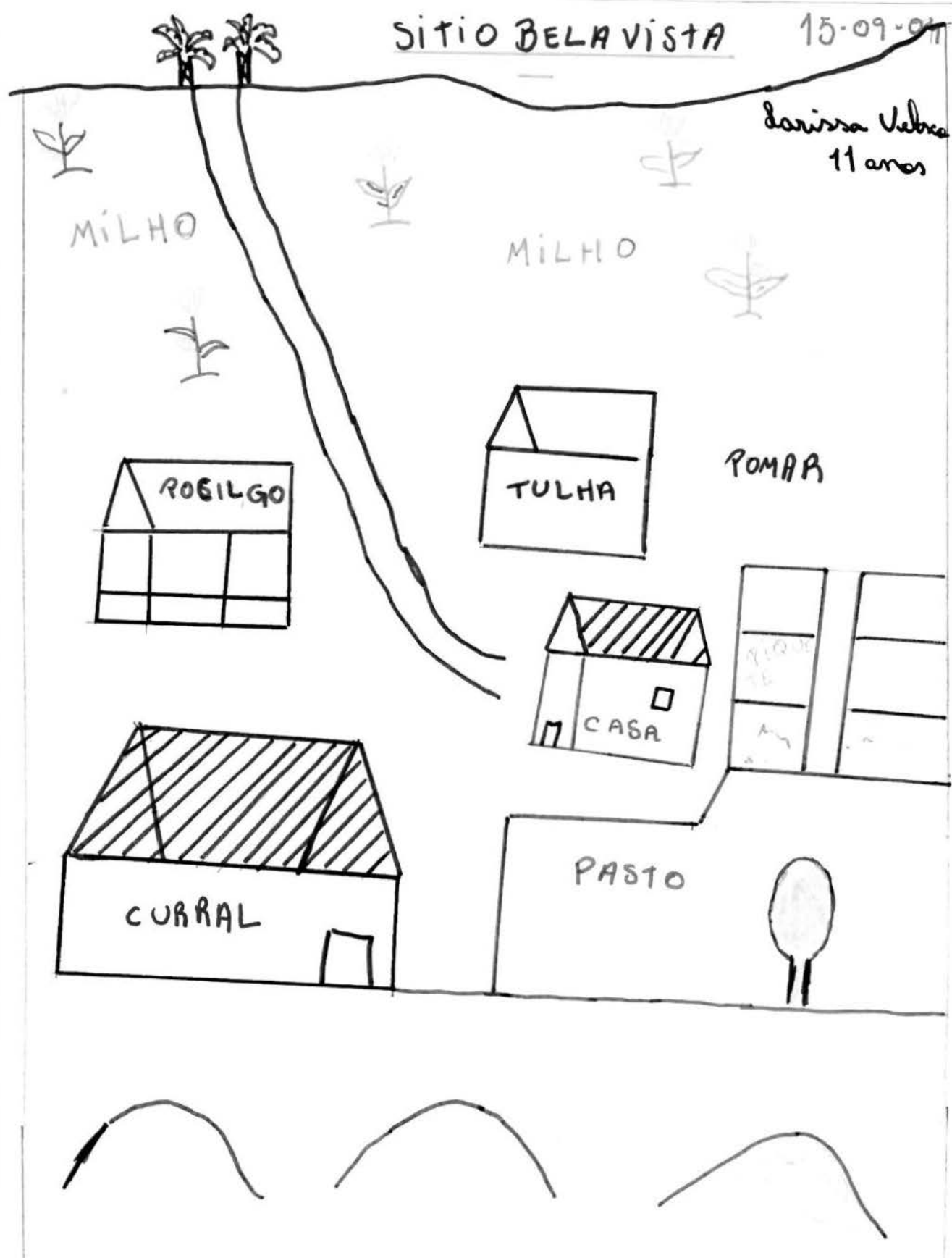
Croqui 3

Elaboração: Larissa Velasco

SITIO BELA VISTA

15-09-011

Larissa Velasco
11 anos



MILHO

MILHO

ROBILGO

TULHA

POMAR

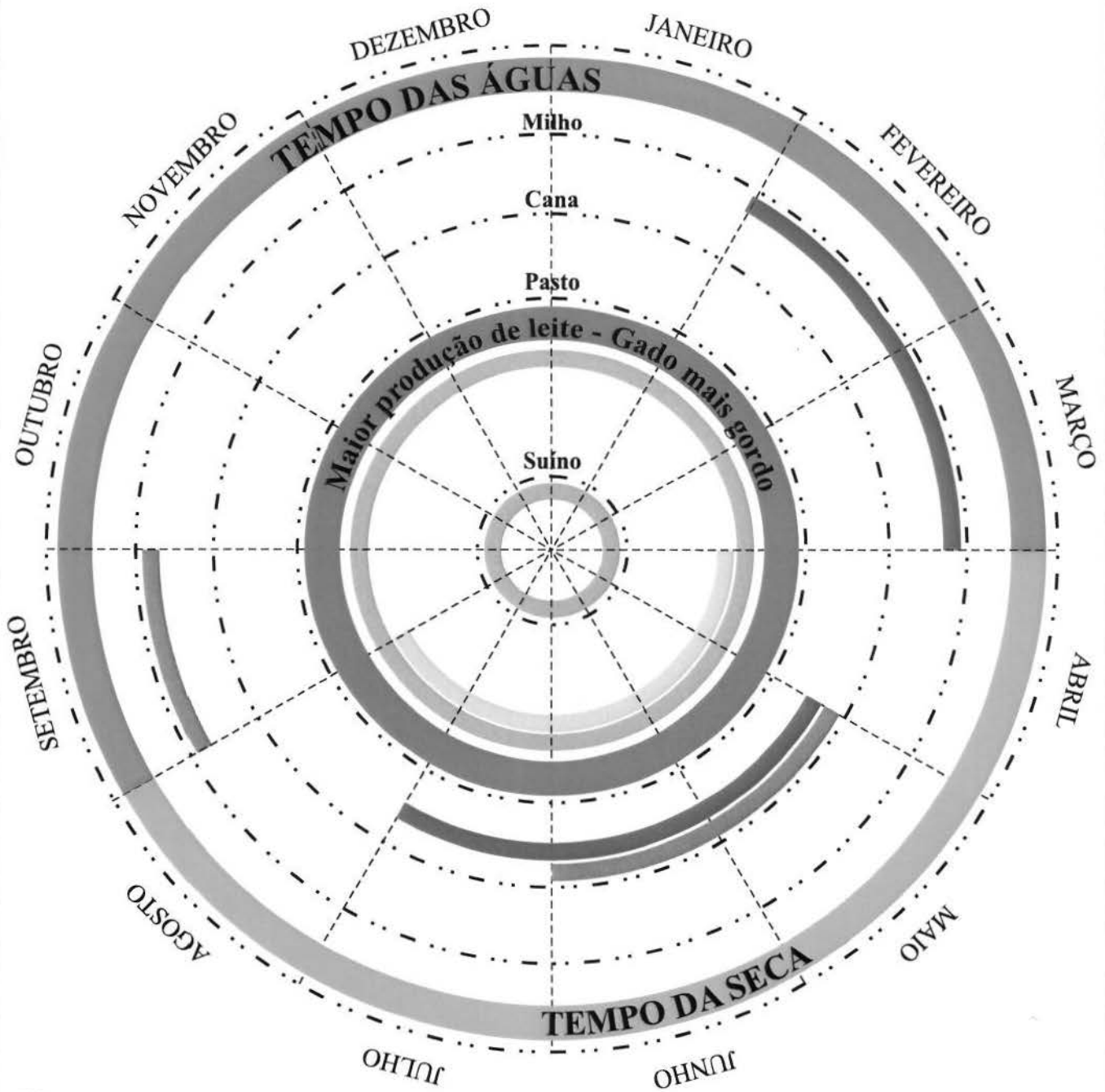
CASA







CURRAL

PASTO

RIO da PRATA

Calendário Agrícola - Jaú



-  Plantio
-  Colheita
-  Trato do pasto
-  Irrigação do pasto
-  Rodízio do gado no pasto (piqueteamento)
-  Trato dos suínos

Organização: BOMBARDI, L.M.
 Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.
 Fonte: Entrevista de Trabalho de Campo, 2004.

Ilustração 2

Assim, se há entre os camponeses um discurso que ressalta a sua situação de classe subalterna, relatando aspectos que depreciam a sua própria imagem, há também, pelo contrário, reiteradas falas que ressaltam positivamente seu conhecimento e suas habilidades.

Nota-se também que no discurso do jovem - ao definir o objetivo do projeto da Embrapa - ele afirma que *“é para mostrar que a vida não é só viver de cana”*. A indignação com relação à grande expansão da cana está pautada na consciência de que há um processo de territorialização desta agricultura capitalista que tolhe a reprodução camponesa. Isto fica absolutamente explícito em sua fala, já que ao afirmar que o projeto de piqueteamento é para mostrar que *“não é só viver de cana”*, mas de gado e de outras coisas, o camponês está afirmando a viabilidade de sua própria reprodução.

Em outro depoimento, colhido em trabalho de campo, o camponês sintetiza sua oposição à expansão da cana fazendo o seguinte comentário: *“eu acho que todo mundo não vai comer só açúcar, não é?”*. A fala denuncia o objetivo último da produção da cana que, evidentemente, não é a alimentação da população e o camponês sabe disso. Sabe que a expansão dessa cultura está unicamente pautada na extração do lucro.

Marx deixa explícito o mecanismo que envolve a agricultura capitalista, que, tal como na indústria, está assentado no lucro, com a diferença de que no caso da agricultura a propriedade privada da terra aparece com um caráter especial:

O pressuposto no modo de produção capitalista, portanto, é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção. Esse capitalista-arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente (assim como o prestatário paga juros determinados pelo capital monetário) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. A essa soma de dinheiro se denomina renda fundiária, não importa se é paga por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas, etc. Ela é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo ao arrendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza. Além disso, temos aqui reunidas e confrontadas as três classes que constituem o quadro da sociedade

moderna: trabalhador assalariado, capitalista industrial, proprietário fundiário. (MARX, 1988: 113-4)

Marx descreve, assim, os mecanismos da produção capitalista na agricultura, que, pautados unicamente na realização do lucro, esbarram na propriedade privada da terra, pela qual os capitalistas são obrigados a pagar uma renda ao seu proprietário. Como o objetivo último da atividade não é ela em si e nem mesmo apenas a aquisição de mercadorias, ou seja, como não se trata da economia simples, mas de extração do lucro, este pode ser obtido mediante uma atividade agrícola - ou não, tanto faz - como o próprio Marx afirmou, o capitalista “exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital”.

Ao abordar a agricultura capitalista, Marx a isola da realidade mais ampla em que existem formas não capitalistas de produção. Ele próprio deixa claro esse procedimento, que chama de “suposição”, no início deste capítulo¹⁰; ainda assim, considera os proprietários fundiários como uma classe social no capitalismo.

Ao revelar o papel que o capitalista e o proprietário fundiário têm no empreendimento agrícola capitalista, Marx revela que o primeiro está apenas investindo em um dos campos de exploração do capital e o segundo, arrendando suas terras ao primeiro, está realizando economicamente sua propriedade fundiária através da extração de sua renda.

Ao abordar a agricultura camponesa é possível verificar que sua forma econômica é o avesso da forma capitalista, do mesmo modo como seu relacionamento com a produção agrícola e com o sentido da terra em si, também o são. O procedimento econômico camponês, como já foi discutido, informa sua prática social e moral e, ao mesmo tempo, é por elas informado.

¹⁰ “A análise da propriedade fundiária em suas diferentes formas históricas está além dos limites desta obra. Só nos ocupamos com ela na medida em que parte da mais-valia gerada pelo capital recai no proprietário da terra. Supomos, portanto, que a agricultura, exatamente como a manufatura, está dominada pelo modo de produção capitalista, isto é, que a exploração da agricultura é feita por capitalistas, que de início só se diferenciam dos demais capitalistas pelo setor em que seu capital está investido e pelo trabalho assalariado mobilizado por este capital.” (MARX, 1988, p. 111).

Assim, o repúdio à maneira como a cultura da cana tem se ampliado fica manifesto de diversas formas no discurso camponês, e ele é também revelador da resistência camponesa em meio à agricultura capitalista. Negar a positividade da massiva expansão da cana no estado e mostrar a inviabilidade “alimentar” dessa produção é desmascarar seu sentido unicamente econômico e é, também, apontar a viabilidade da reprodução camponesa.

Há ainda aspectos fundamentais a serem discutidos a partir do depoimento anterior. Um deles diz respeito à maneira como as três gerações de camponeses interagem no tocante à produção e ao conhecimento no interior da propriedade. Pode-se ver que quando o neto fala que através do piqueteamento é possível ter 30 cabeças de gado em um alqueire, seu avô intercepta sua fala dizendo que “*tem que fazer irrigação*”¹¹. Ao fazer esse comentário, o avô revela porque não se consegue esse montante de produção no método tradicional de criação de gado, ele aponta prontamente onde está um possível gargalo, revelando a explicação da viabilidade desta nova técnica.

Há uma complementação entre o conhecimento das diferentes gerações no sítio possibilitada pela postura do avô, que cedeu a seu filho o posto de “chefe da família”, ou seja, outorgou-lhe seu próprio papel para a perpetuação da família camponesa.

Como foi visto, a implementação de uma nova técnica na propriedade não se deu do dia para a noite, o pai do jovem que fez o croqui fez diversas visitas a projetos semelhantes, em outras propriedades, para ter certeza de sua viabilidade.

Na propriedade camponesa não há possibilidade de arriscar o futuro da família na terra através da implementação de métodos dos quais o camponês não tem certeza do resultado econômico. O rapaz, seu filho, diz: “*o meu pai foi fazer visitas por aí e viu que na realidade era aquilo mesmo*”.

¹¹ Observar na Ilustração 2, calendário agrícola, a distribuição do trabalho ao longo do ano em função da irrigação do pasto.

A inovação na técnica da criação entra em choque com o conhecimento tradicional de que o próprio jovem é portador, já que com 19 anos ele domina todo o processo de trabalho no interior do sítio. Ao contrário da cidade, a adolescência é praticamente inexistente, ele é considerado por sua família e sua comunidade como um homem adulto, conhecedor do trabalho na terra e da relação com o mercado. Assim, mesmo tendo acesso à educação formal e, em especial, àquela que diz respeito às técnicas *científicas* da agricultura e da pecuária, o jovem – tal como poderia se esperar de seu avô - põe em dúvida a eficiência da tecnologia, tendo em vista seu já acumulado conhecimento, adquirido por meio de seus pais e avós. A própria concepção do jovem só muda a partir do conhecimento prático da implantação da nova técnica de manejo do pasto.

Também é possível perceber no diálogo o papel da mulher no interior do sítio, muito embora a senhora que participa da conversa com seu pai e sobrinho não trabalhe diretamente na terra por um impedimento de saúde, ela usa a primeira pessoa do plural para falar do trabalho no sítio e dos rumos que estão sendo dados para a propriedade: “*nós compramos*”, “*nós fizemos*”, “*eles fizeram para nós*” etc. É recorrente, nos diversos depoimentos, a consciência de todos os membros da família daquilo que está sendo feito e do que está sendo decidido. Ainda que o pai personifique as decisões, elas são muito mais discutidas e consensuais do que se pode supor à primeira vista.

Pode-se ver também nos três Croquis (2, 3 e 4) uma grande área representada com a cultura do milho e, no primeiro deles, há também uma área em que está escrito canavial. A cana e o milho, nos sítios, são utilizados para a alimentação respectivamente do gado e dos suínos:

[Pergunto ao meu interlocutor o que plantam as famílias que, como ele, ainda estão na terra]

Sr. Sebastião - *Hoje, para falar a verdade, misturou um pouco, tem alguns que plantam milho e tem alguns que têm o milho e têm um pouco de cana, já têm um pouco de cana... é para usina...*

[Pergunto sobre a destinação da cana deles]

Rodrigo – *Para o gado. Para silagem, mas a gente corta e pica, mas não faz o silo, dá in natura... [e o milho?] para os porcos...*

Ao dizer “*tem o milho*” está implícito no discurso do camponês que há o porco para ser alimentado com este milho. E, ao dizer “*misturou um pouco*” o camponês refere-se àqueles que produzem cana para vendê-la à usina.

No sítio, o milho alimenta o porco, que tem também sua ração composta de outros elementos, como se verá adiante. A cana serve para alimento do gado no período de estiagem, quando o pasto é reduzido. Entretanto, estas atividades se complementam mesmo no sentido daquilo que seria dispensado no ato da própria produção, como é o caso do soro que resta do leite quando o queijo é feito, soro destinado à alimentação dos porcos¹².

Este binômio gado-suíno tem permitido a reprodução desta e de outras famílias camponesas no assentamento há mais de 20 anos:

Sr. Sebastião (avô) - *Aí partimos para criar porco, vamos tirar leite, e viramos com estas três coisas: planta o milho, dá para o porco, tira leite, vende leite, e agora veio o Projeto, de 15 cabeças que a gente estava, agora já estamos com 40, então nós vamos levando...* [Pergunto quanto do gado é de corte]

Rodrigo (neto) - *Tem uns 15 de corte e tem umas vaquinhas de leite* [Pergunto se vendem o leite] *Faz o queijo* [Quem?]

D. Tereza (avó) - *A gente faz.* (Ela refere-se às mulheres)

Rodrigo (neto) - *Vende o queijo, é, vende na cidade. Vende em hotel, vende em casa também se pedir, tem bastante encomenda em casa.*

Sr. Sebastião (avô) - *O Nelson [o filho] faz mais de 20 anos que vende, porque eu sempre tive a vaca, então faz mais de 20 anos.*

Rodrigo (neto) - *Mas é pouca coisa.*

D. Tereza (avó) - *Agora com essa seca, o que você queria?*

Sr. Sebastião (avô) - *Agora é pouco, mas chegamos já tirar muito leite, ele é bom de tirar leite...* [ele refere-se ao neto] [Pergunto ao rapaz como ele aprendeu]

Rodrigo (neto) - *Ah, a gente aprende na prática... faz uns cinco anos não é, vô? Faz pouco tempo, aprendi depois que o meu avô machucou o dedo, teve um dia que ele não pôde tirar, aí eu comecei a tirar no lugar dele, aí eu aprendi... aprendi fácil!*

D. Tereza (avó) - *Vichi, que nem ele eu desconheço!*

Sr. Sebastião (avô) - *Mas não é que nem nós, não pula cedo, não.*

D. Tereza (avó) - *Não precisa, não é, levantar cedo...*

Sr. Sebastião (avô) - *O leite é destruído aqui mesmo, em queijo, não tem precisão de esperar o caminhão, dar a hora certa, aqui não tem pressa.*

[Pergunto a que horas eles tiram o leite normalmente]

Rodrigo (neto) - *Seis e meia, sete horas...* [E se fosse com caminhão?] *Aí tinha que ser bem cedo, umas quatro horas para o caminhão passar às seis para pegar.*

¹² Ver Fotografia 68.

Sr. Sebastião (avô) – Aqui nós somos roça mesmo, meio folgada, e é melhor assim, não é? Você pegar e vender leite, você tem que estar com o leite na hora certinha!

É de se notar que começaram a vender leite e queijo há cerca de 20 anos, justamente no período em que a cana passou a se expandir de maneira brutal na região. Quando o avô explica a venda do queijo, o faz justificando com o fato de sempre ter tido algumas vacas, como uma extensão de uma das atividades que eles sempre realizaram. Entretanto, passaram a torná-la comercial, o que determinou uma alteração na configuração territorial interna da própria propriedade.

Se o gado (para leite) e os suínos, no período em que a família dedicava-se prioritariamente à produção de grãos, era destinado unicamente à alimentação da família, este quadro foi alterado profundamente. Essa alteração é que possibilitou a reprodução camponesa na terra, no momento em que o processo de territorialização do capital no entorno tornava-se intenso.

Essa foi a saída encontrada por algumas famílias para o processo de subordinação que estavam sujeitas durante os anos em que produziam cereais e mamona, vendendo-os para indústrias próximas.

A venda direta do queijo ao consumidor evita que grande parte da renda camponesa seja submetida ao capital, primeiro porque neste caso não há o capital comercial intermediando a venda e abocanhando parte da renda e segundo porque, ao não vender o leite para as indústrias, as famílias não ficam sujeitas aos preços pautados por estas.

Assim, pode-se ver nos três croquis o pasto ocupando uma parte significativa do sítio. Há também nos três croquis a indicação dos piquetes que, como se pode perceber no depoimento, esta estratégia de produção possibilitou um aumento muito grande no número de cabeças de gado criadas na propriedade - este número praticamente triplicou em dois anos.

A leitura dos croquis permite também perceber a ordenação interna da propriedade em função de facilitar e viabilizar o trabalho da família. Verifica-se que a

casa está na parte central do sítio e próximos a ela estão o pomar, a tulha, o chiqueiro e o curral.

O pomar, e, associado a ele, a horta (que não está representada em nenhum dos croquis, pois para os camponeses chamarem a horta de “horta” ela deve ter um tamanho significativo que lhe confira esse status¹³), estão próximos à casa para facilitar o rápido acesso aos alimentos consumidos pela família e também em função da proximidade com a água da casa (poço), de modo que a horta seja regada diariamente.

A pocilga (chiqueiro), assim como a tulha, estão próximos da casa para facilitar o trabalho de alimentar e atender os porcos diversas vezes durante o dia. Muitas vezes, mesmo durante a noite, eles se levantam para auxiliar as porcas no parto.

Além do consumo da ração preparada com o milho da própria propriedade e misturada ao farelo de soja e outros elementos, como se verá mais detalhadamente, os porcos consomem também o soro que resta da fabricação do queijo. Estando perto da casa, é menos trabalhoso levar os pesados recipientes com o soro até a pocilga.

O curral¹⁴, como é de praxe, também está próximo da casa, facilitando o trabalho de tirar o leite e levá-lo para a cozinha, onde será “destruído em queijo” - a preposição “em” indica finalidade, a transformação de um elemento em outro.

O pasto e a cultura do milho, como exigem grande espaço e um dispêndio de trabalho concentrado, mas não tão constante, estão nas bordas dos demais elementos territoriais estruturais do sítio.

Esta viabilização do trabalho da família diz respeito aos homens e também às mulheres, que fazem o queijo e atuam, ainda que em menor tempo, junto à pocilga. A área contígua à casa está mais associada ao trabalho feminino do que propriamente ao

¹³ Esta horta tem, por exemplo, almeirão, couve e louro - servidos em um almoço - entre outras verduras, legumes e temperos nela produzidos.

¹⁴ Ver a Fotografia 70.

masculino; já o trato do gado e o cultivo do milho estão preferencialmente associados aos homens, mas as mulheres eventualmente participam de parte dessas atividades.

Como observou Castro Oliveira (1991, p. 102):

... a “lida” com o gado é atribuição dos homens e dos filhos mais velhos, enquanto porcos e galinhas são tratados pela esposa e filhas. É comum encontrar a mulher que possui suas porcas e leitões, assim como as filhas que têm cada qual sua porção de frangos – a venda desses animais implica num ganho pessoal a quem pertence os animais, cujo dinheiro é para satisfazer necessidades próprias (comprar roupas, ou fazer o enxoval). Apesar da criação de pequenos animais atender às necessidades pessoais, ela não se desvincula do grupo doméstico como um todo, pois pode destinar-se ao consumo da família em determinados momentos.

Aos homens cabe também, no caso abordado, um trabalho intenso junto à criação de suínos: o trabalho realizado na área exterior à casa é executado principalmente por eles; às mulheres cabe uma participação mais restrita, mesmo porque praticamente todo o trabalho doméstico é por elas realizado.

Como a produção de porcos é comercial, ou seja, são várias porcas e leitões em diferentes idades, esta atividade não se configura exatamente como uma “extensão” da casa, como normalmente acontece quando os porcos são criados “para o gasto”. Neste caso, com grande número de matrizes, o trabalho é realmente mais intenso e dispendioso.

A família camponesa funciona de fato como um trabalhador coletivo: a menina de 11 anos, que fez dois dos croquis, ajuda sua família no trato dos porcos aplicando-lhes remédios, fazendo o parto das porcas que têm dificuldade, alimentando-os etc., e regozija-se do trabalho que faz e do reconhecimento que sua família dá a ele. O casal de avós, com cerca de 80 anos, também trabalha diretamente, embora com menor intensidade. O casal da segunda geração - o filho e a nora - trabalham intensamente, assim como seu filho mais velho, de 19 anos, responsável pelo outro croqui e por grande parte das informações com relação à propriedade como um todo¹⁵.

¹⁵ Ver Fotografia 57.

Observa-se no diálogo que todos os membros da família têm a noção total do trabalho desenvolvido no sítio, desde os idosos às crianças, a partir de uma certa idade. Todos, ao se referirem ao trabalho na terra, utilizam a primeira pessoa do plural; eles próprios enxergam o trabalho como uma atividade coletiva.

Ainda com relação à produção e comercialização do leite, tal como foi apontado pelos camponeses entrevistados em Marília, observamos que a venda desse produto diretamente à indústria aparece ao camponês como uma dupla subordinação, primeiro e evidentemente pela depreciação do preço pago pelo produto e segundo, porque essa venda se torna uma subordinação moral, posto que o camponês tem seu horário de levantar pautado pela indústria – ele perde parte da autonomia de controle do seu tempo. Por isso, no diálogo anterior o avô disse que o neto não “*pula cedo*”, ou seja, não pula cedo da cama para tirar o leite. Complementa dizendo que são da roça e “*meio folgados, mas assim é melhor... ter que entregar na hora certinha! [é ruim]*”, é ruim estar “sujeito” ao horário definido pela indústria, é bom ser “meio folgado”, quer dizer, ter esta autonomia, esta disponibilidade para lidar com o tempo e com o trabalho.

O sistema de piqueteamento permite à família camponesa, além de aumentar sobremaneira a sua produção, também auferir renda diferencial¹⁶ por um período do ano, como será visto. No depoimento a seguir, vê-se a explicação deste projeto, em conversa com neto e avô nas proximidades do pasto:

Rodrigo - ... *Por causa do projeto, você é obrigado a ter o gado, porque senão o capim sobra. Tipo assim: você faz o piqueteamento, que é uma lotação para 20 animais e se você puser dez, sobra o capim e aí ele fica duro e o gado não come mais, tudo tem uma prática para você manejar... o que é o foco da coisa: pegar o máximo de proteína no máximo do tamanho dele... porque a proteína é uma coisa assim: a gente come o feijão, é rico em proteína, você come o arroz, já é energia, mistura os dois para você manter o dia. O animal, o que que ele quer para engordar? Ele quer a proteína para ele crescer, ficar forte... no capim tem [proteína] e tem que ser no máximo vegetativo dele, se você pegar ele no dia, tipo assim, ele tem o ciclo de 28 dias, o mombassa, que é esse capim aqui, pegou, deu 28 dias ele está no máximo do crescimento dele, e no máximo de vamos supor de nutriente que ele vai fornecer para*

¹⁶ OLIVEIRA (1985).

o gado, o gado o que que é, é um ruminante que ele consegue digerir a fibra, nós, o ser humano, não consegue digerir a celulose, já o gado, ele digere e aí você tem que pegar ele no máximo do crescimento e no máximo da proteína, aí o que que acontece? Ele come um dia, deixa no chão, aí vai no outro dia, vai para o outro piquete, são 28 piquetes, cada dia um... aí o melhor de cada piquete... sai de um, vai para o outro, quando saiu do segundo vai para o terceiro, esse do primeiro que ele saiu já está com dois dias de descanso, e vai rodando, chegou no vigésimo oitavo, o primeiro está com 28 dias de descanso, aí começa de novo, é uma rotação. () capim, se você der a comida para ele, o adubo, aduba todo dia, no tempo das águas, se você adubar agora ele não vai corresponder porque o tempo aqui não tem água, ele não vai crescer... é uréia, nitrato de amônia, é um granulado... [e não sai caro?] É um piquete por dia que você aduba, então não sai muito caro... aqui em cima, no gado de leite tem 236 metros quadrados... não sai caro, é um custo barato. [E quando eu vim aqui há três anos atrás, como funcionava?] Aqui era um pasto só, de uma grama que chama batatais, uns falam batatais, outros falam Mato Grosso... e ela é uma grama que ela não cresce mais que um palmo do chão, ela não dá massa para o gado comer, e essa grama, se você puser dois animais por hectare é muito, ela não dá comida, não dá massa. Esse capim, ele pode chegar até quase um metro e meio de altura... com 28 dias ele chega um metro e meio de altura... nessa época não¹⁷ por causa da seca... no verão tem... no verão só capim e agora no inverno, como não tem capim, é fornecido a cana... é da silagem, a silagem, só que a proteína é pouca... [E do que que é bom?] A silagem de milho, de sorgo, só que para gente fica caro fazer, compensa para fazendeiro, faz muito. [O que eles comem agora?] Agora é cana. [Mesmo pouco nutritiva?] É, porque agora na seca o que é o ideal? Você manter o gado, não deixar emagrecer, a cana não tem muita proteína, mas ela mantém o gado num nível bom de carne até, ela não faz emagrecer e no verão vai para o pasto [...] Piqueteamento, o ano inteiro, 28 piquetes, vai depender do tipo de capim, do mombassa no caso é 28, da estrela é um outro tipo de capim, mombassa ele é pânico máximo, é um gênero, a estrela é *sinodon dactirum*, é outro gênero. [Por que vocês escolheram ele?] Por causa da lotação dele, é uma lotação bem grande que ele suporta... essa vaca, ela é cimantal, ela é uma raça lá da Europa, só que ela adaptou bem no Brasil... é de leite, o gado de leite é um gado que ele não tem muita carne, só que ele dá, você nota no ubre, você nota, a característica dele é só para o leite, não é muito para a carne, agora o gado de carne você vê que ele não dá muito leite e ele tem uma bela caixa de musculatura, tudo... [Você cria junto o de leite e o de corte?] Nessa época sim, depois aí você tem que fazer um lote de leite e um lote de carne... [Por quê?] Porque o gado de carne, ele é um gado que estressa muito, se você põe ele em muita lotação, muito junto, ele é um gado que ele emagrece, ele tem muito estresse, sabe? Tem todo um manejo... [O de corte precisa de mais espaço?] É. [E o que é mais rentável para vocês?] No momento está sendo o leite, porque o leite tem um giro muito rápido, todo dia você está vendendo, o gado de corte você vai esperar três anos para você vender o animal, aí você tem o lucro tudo de uma vez... vende para o frigorífico, vem buscar, aí faz um lote, vende para o frigorífico, lá ele pesa e de lá já sai o pagamento... vende de lote, de dez... é porque se você mandar um caminhão vir de lá do Bariri, do frigorífico, para buscar um só, não compensa para ele... só vem se tiver um lotinho, né? [Os

¹⁷ A entrevista foi realizada no mês de setembro de 2004.

animais que nascem aqui, alguns são para a produção de leite outros para corte, como são separados?] *A maioria é vendido, porque o nosso boi é de corte, se a gente segurar, se você misturar o gado de leite com o gado de corte, ele dá um bezerro muito rústico, fica fraco... Para leite precisa caprichar... A gente tem um boi de corte, que a gente põe em cima do gado de leite para dar um bezerro que não serve para leite, só que ele dá um bezerro mais grosso, para corte, para vender... [E como aumenta o plantel para leite?] *Ai a gente compra a vaca, a vaca com o sangue bom já [matriz].**

Sr. Sebastião – *Leiteira, é leiteira.*

Larissa – *Você não tem uma que vai ser leiteira que nasceu aqui?*

Rodrigo – *Se o nosso boi fosse de leite, com certeza todos que nasceriam aqui daria de leite. [Não vale a pena ter um boi de leite?] Valeria se esse projeto que já faz dois anos, o limite dele vai ser por um boi de leite com todas as vacas holandesas, só que a gente tem que ir dando o passo conforme a perna.¹⁸*

Larissa – *É caro?*

Rodrigo – *É caro comprar as vacas já grandes, você fala?*

Larissa – *É.*

Rodrigo – *É caro, só que você tirando o leite dele, ela já paga na primeira cria, não é, vó?*

Sr. Sebastião – *Eu sou enjoado... a vaca para mim, ela tem que chegar e bater nos 10 quilos, por dia.*

Rodrigo – *a 50 centavos dá cinco reais por dia, você vai pagar hoje numa vaca 1200, 1000 reais, a cinco reais por dia, três vezes cinco, dá 150 reais por mês, ela dando oito meses, com um uno mais ou menos ela se paga, só que você não vai comprar uma vaca para você ficar uma cria só, tem que comprar uma vaca boa para ficar bastante cria aqui, para você girar o dinheiro em cima dela, você comprou ela grande já.*

O piqueteamento, como se vê, não está completamente concluído, uma vez que o sistema de irrigação não está disponível em toda a propriedade¹⁹. Por isso, observa-se nos três croquis o pasto discriminado de duas formas - como pasto mesmo e como piquetes:

Cada quadrinho desse é um piquete: olha, tem o número 1, o número 2, aí vem subindo, vem a fileira de baixo, a de cima... todos têm 236 metros quadrados... aqui é uma área de descanso, é um recreio aqui²⁰, no verão, nas águas, aí esse capim chega do tamanho desse pau aqui, aí elas [estarão] cada dia em um piquete, elas passam repassando, agora nesse tempo aqui não tem comida, elas ficam nessa área aqui comendo a cana, né?

¹⁸ Percebe-se no diálogo que o jovem camponês não me diz diretamente que eu não compreendi que eles compram as vacas adultas. Com a minha demora em entender qual era o procedimento com relação ao gado, ele espera que eu vá elaborando as perguntas até que esteja esclarecida.

¹⁹ Ver Fotografias 64, 65, 66 e 67.

²⁰ Essa área de descanso está indicada no Croqui 4, da Larissa, como pasto. Nele tem uma árvore desenhada, sob a sombra da qual os animais descansam. Ver a Fotografia 72.

É possível perceber também, observando os croquis, que os dois irmãos localizam no mesmo lugar o piqueteamento que está próximo à casa. A menina, em um dos croquis, não define os piquetes próximos ao rio e estende o curral e o pasto até a proximidade da casa.

É notável, no diálogo anterior, o conhecimento que o jovem rapaz tem, tanto no sentido formal - do acesso à informação produzida cientificamente, que podemos perceber nas palavras, termos e exemplos usados por ele - quanto no sentido empírico; ele tem de fato, em uma idade em que a sociedade urbana classifica como "pós-adolescência", o domínio total do processo de trabalho realizado no interior da propriedade.

Esse domínio é outorgado a ele por seu pai e por seu avô. Percebe-se que, na conversa em que seu avô está presente todo o tempo, embora ele também seja portador do conhecimento, deixa que seu neto fale livremente, ou seja, outorga-lhe o status de homem adulto capaz de ser porta-voz da família camponesa. Ao mesmo tempo, o rapaz reconhece e respeita a sabedoria e conhecimento do avô, e o invoca pedindo sua confirmação através da expressão "*não é, vô?*" Neste e em outros diálogos em que o rapaz explica o trabalho no sítio, recorre da mesma maneira ao consentimento e confirmação do avô²¹.

Nota-se no depoimento que o piqueteamento possibilita manter o gado, seja de corte, seja de leite, com o mesmo nível de peso, durante o ano todo. Para o gado de corte isso significa que a família camponesa terá o gado gordo mesmo no período de estiagem, que vai de abril/maio a setembro/outubro, ao contrário do que ocorre normalmente (como se pode ver no calendário agrícola de Marília). Ter o gado gordo em uma época em que o gado está magro pode possibilitar auferir uma renda maior, posto que há menor oferta de carne no mercado.

²¹ A necessidade e valorização da coesão da família são atestadas, também, através das letras das músicas apreciadas pela família camponesa. Entre estas há uma que se chama "Couro de Boi", cuja letra recebi por correio junto com uma carta de minha "xará", Larissa, a neta do casal que adquiriu a propriedade e fez dois dos croquis. Ver a letra da música no Anexo III.

Como é um período de entressafra podemos afirmar que os camponeses podem obter uma renda diferencial²², pois oferecem uma mercadoria que é produzida em condições que alteram o comportamento da natureza.

Com relação ao gado de leite, o piqueteamento permite manter o mesmo número de cabeças o ano inteiro, já que o pasto não estará escasso nos meses de inverno²³. Como se viu em depoimentos anteriores, uma das senhoras afirmou que havia pouco gado porque “*com esta seca, o que você queria?*”, ou seja, a estiagem diminui sensivelmente a quantidade de pasto disponível para o gado²⁴.

O piqueteamento, associado à irrigação e a determinadas espécies de capim, permite ter um número de cabeças de gado até 15 vezes maior. Isso significa que esta técnica disponível para os grandes proprietários também é apropriada pelos camponeses, permitindo a estes se reproduzirem com uma renda significativamente maior.

Uma maior renda, nas mãos da família camponesa, pode permitir que ela adquira mais terra ou que um maior número de membros da família permaneça no sítio.

Como já foi abordado com relação ao Bairro Reforma Agrária, em Campinas, os pais camponeses, percebendo o direcionamento da propriedade, as possibilidades de reprodução da família, vão orientando seus filhos para a permanência na terra, ou para a cidade. Muitas vezes apenas um dos filhos fica no sítio:

Sr. Sebastião - ... e estamos aqui até hoje, agora tem uns pares de casais que foram tudo para Jaú, mas eles não deixam de ver os velhos aqui [...] aqui apertou, ficou

²² Ver Oliveira (1985).

²³ Observar a Ilustração 2 (calendário agrícola desta propriedade) em comparação com a Ilustração 1. O Calendário muda em função do piqueteamento.

²⁴ O manejo do pasto, e sua combinação com a agricultura, foram chamados por Leo Waibel (1958) de sistemas agrícolas. Waibel divide estes sistemas no Sul do Brasil em três grupos: sistema de rotação de terras primitiva, sistema de rotação de terras melhorada e rotação de culturas combinada com a criação de gado. Esta classificação estabelecida pelo autor tem um sentido “evolucionista” indo do mais rudimentar (por influência dos hábitos indígenas) até o mais evoluído (por incorporação de técnicas e instrumentos europeus). Há que se considerar, entretanto, que Waibel atribui a pobreza dos colonos europeus no Sul do país às deficiências das políticas públicas implantadas, através das quais os colonos foram instalados em regiões longínquas e com exígua quantidade de terra para uma atividade supostamente extensiva.

meio pequeno para minha família, aí eu falei, peguei, comprei uma casinha em Jaú, lá perto da Rua Iara, peguei, comprei a casinha lá, eu tinha um genro aí no Pouso Alegre pagando aluguel, falei: 'escuta eu comprei uma casinha lá, você está pagando aluguel, você quer entrar nela? Não vou te cobrar nadinha, só que eu vou mandar um casal solteiro, mandar uma moça e um moço, pode ser?' 'Você vai ajudar em alguma coisa?' (o genro perguntou) Falei: 'Ajudo'. Aí pus ele lá, a filha casou, depois de um ano... É, porque aqui ficou pequeno, então eu vou ter que me virar, aí botei um casal com a filha lá, viveram bem, falei: 'Se não for bem, eu desmancho o ninho hein!' Mas foi bem que foi uma beleza...

D. Tereza – *É, ela morou um ano, e ele morou oito com ela... depois casou, ele [o filho solteiro que foi morar com a irmã casada] foi com 20 anos...*

Sr. Sebastião – *Aí eles compraram terreno, eu dei uma mãozinha, o que faltou para acabar a casa, eles entraram dentro e estão lá, tudo trabalhando. E do genro que eu dei a casa para ele, ele morou 15 anos lá até ele fazer a dele.*

[Pergunto por que o Nelson foi quem ficou]

Esposa e esposo (ao mesmo tempo) – *O caçula de homem, não é?*

D. Tereza – *O outro casou primeiro, saiu, ele ficou solteiro, depois casou e ficou com a gente.*

Sr. Sebastião – *Quando ele casou, resolveu ficar aqui, tinha dois terrenos lá em Jaú, está lá, mas ele não arriscou, ele quer aqui. Quer aqui, então vamos tocando.*

Pode-se ver no depoimento que o pai, ao perceber a exigüidade de sua propriedade no sentido de permitir a reprodução camponesa para todos os filhos, encaminhou alguns deles para a cidade. Este encaminhamento é literal: o pai os proveu com casa e, através da filha casada e do genro, garantiu o direcionamento de outros filhos para a cidade.

O rumo de cada membro da família camponesa é decidido no âmbito da própria família, as rotas individuais são também coletivas na medida em que todos os membros participam como co-responsáveis do direcionamento dos demais.

O pai camponês faz o "cálculo" das possibilidades de reprodução na terra em função de seu tamanho, do número de seus membros, do tipo de atividade e do andamento da relação com o mercado. Ele *arruma* a situação e o direcionamento de cada um de seus filhos a partir desse cálculo.

Ao serem questionados sobre o motivo de determinado filho ter sido o que ficou na propriedade, a resposta veio prontamente: "*caçula de homem*", ou seja, em uma tradição que remete a determinados grupos camponeses, por exemplo, os de

italianos, o filho mais jovem é aquele que permanece na terra, com seus pais. Ele herdará a terra e será quem cuidará de seus pais na velhice²⁵.

Como nossa legislação não possibilita a herança apenas para um dos filhos, este direito consuetudinário não é resolvido da maneira como foi outrora, em que os demais filhos eram *deserdados* de modo que a propriedade camponesa se reproduzisse²⁶. Entretanto, os pais encontram mecanismos de reproduzir o direito consuetudinário provendo os demais filhos com outros elementos que lhes permitam sobreviver dignamente e, se possível, confortavelmente, para além da terra camponesa. Assim é que o *estudo*, o acesso à formação escolar, é extremamente valorizado²⁷; neste sentido é que este pai cuidou para comprar casas na cidade que abrigassem e desonerassem seus outros filhos.

Com o aumento sensível do número de cabeças de gado no sítio, e, portanto, também com um significativo aumento da renda, este irmão caçula que permaneceu na terra afirmou que “antes não cabia todo mundo... agora dava até para os meus irmãos estarem aqui”. Ou seja, em função do aumento do trabalho e da renda, embora a propriedade não tenha aumentado em tamanho, esta “equação camponesa da família na terra” pode ser alterada.

Há ainda um aspecto muito importante a ser apontado sobre o depoimento anterior ao último citado, em que dialogo com o neto e seu avô. O rapaz, ao me

²⁵ Trata-se do estatuto do minorato, ver *Colonos do Vinho* de Tavares dos Santos (1978).

²⁶ Ver de Margarida Maria Moura *Os Deserdados da Terra* (1988). Em *Os Herdeiros da Terra* Moura (1978), estudando a herança entre camponeses-sitiantes de Minas Gerais, aponta que: “Para apreender a significação da herança da terra em São João da Cristina foi necessário dar informações mínimas sobre o funcionamento da produção, através da análise da divisão do trabalho no âmbito do ‘sítio’ e da organização do parentesco. A especificidade abordada em ambas as abordagens visou a preparar a compreensão da herança da terra, tanto nas transações verticais como nas horizontais, da mesma forma. A constatação de que ali a herança não se faz exclusivamente através de regras jurídicas contidas no *Código Civil Brasileiro*, que é o conjunto de trâmites legais que prevalece para toda a sociedade brasileira, pode dar lugar à suposição de que, no local, o Código é cumprido somente em parte, ou não é cumprido, ou é cumprido de forma degradada porque os *costumes* simplificam ou ignoram as *leis*. O que este capítulo se propõe a mostrar é como as regras ‘locais’ de herança da terra desenvolvem uma lógica própria, que se baseia no *conhecimento* deste código e cujo fim último é poupar ao máximo a integridade dos patrimônios territoriais. Visa, em última instância a assegurar a manutenção da área como camponesa, agindo como fator de reprodução da propriedade parcelar independente.” (MOURA, 1978, p. 47-8).

²⁷ Ver Tavares dos Santos (1978).

explicar sobre o preço da vaca, pondera que embora ela seja cara, ela “se paga”; ele faz a afirmação fazendo a seguinte conta: “a 50 centavos [o litro de leite] dá cinco reais por dia, você vai pagar hoje numa vaca 1200, 1000 reais, a cinco reais por dia, três vezes cinco, dá 150 reais por mês, ela dando oito meses, com um ano mais ou menos ela se paga, só que você não vai comprar uma vaca para você ficar uma cria só, tem que comprar uma vaca boa para ficar bastante cria aqui, para você girar o dinheiro em cima dela, você comprou ela grande já”. Percebe-se que o camponês não contabiliza o gasto com o pasto, o gasto com o adubo ou a silagem, com vacinas e demais gastos que ele venha a ter com a vaca. Não contabiliza também - o que é fundamental para que se possa compreender sua lógica - o seu trabalho. Para o camponês, é praticamente um fato dado os custos que terá e, mais ainda, ele toma por óbvio o trabalho despendido pela família.

Possivelmente demora mais do que um ano para que a vaca “se pague”. Entretanto, sua contabilidade não comporta elementos que seriam essenciais, tratando-se de um empreendimento capitalista.

Por paradoxal que possa parecer, o camponês nunca inclui a remuneração por seu trabalho quando calcula o preço da mercadoria que vende. Esta forma de contabilizar seus produtos é também reveladora da ordem camponesa em que trabalho e família não são dissociados. Revela também uma economia pautada pela sobrevivência e pela aquisição de outras mercadorias, e não, evidentemente, pelo lucro.

De acordo com Shanin (1983, p. 57):

A determinação de objetivos guiados pelo consumo, os métodos produtivos tradicionais, o emprego de trabalho familiar, o baixo grau de comercialização dos produtos e a falta de controles contábeis, em termos monetários, convertia a unidade doméstica camponesa em uma unidade produtiva completamente diferente da “racional” empresa capitalista.

Penso que é possível repensar a proposição de Shanin, considerando que mesmo com métodos produtivos modernos e com alto grau de comercialização dos produtos, a família camponesa permanece uma unidade produtiva completamente

diferente da racional capitalista, pois, fundamentalmente, não está pautada pelo lucro e é regida por uma ordem moral específica desta classe, alimentada por esta forma econômica familiar. Daí a falta de controle contábil, ou ainda, a não contabilização do trabalho da família quando do cálculo das mercadorias produzidas.

Assim, mesmo com tanta racionalidade para a produção através do sistema de piqueteamento - que envolve inclusive marcar diariamente em uma planilha todos os gastos e os recebimentos, sob orientação e exigência da equipe que coordena o projeto - o camponês opera com uma lógica que é a da ordem moral. Ou seja, mesmo com acesso ao conhecimento científico e formal, e, ainda que anotando minuciosamente, nos padrões da "contabilidade racionalista", todo o fluxo monetário da propriedade²⁸, o camponês é portador da "racionalidade camponesa", opera com esta lógica e age a partir dela.

Os acessos à tecnologia avançada, que permitem um aumento da renda camponesa, não alteram e não desvirtuam sua ordem moral, posto que ela parte de outro referencial, ela parte de sua prática social e não de sua técnica de trabalho ou acesso à tecnologia. Esse aspecto é fundamental para a compreensão da trajetória camponesa.

Pode-se ver, em um dos depoimentos anteriormente citados, que havia no sítio uma área com cerca de 40 pés de tangerina, que foram substituídos pela pocilga. Vê-se nos três croquis a representação e a localização da granja de porcos no interior da propriedade. Esta substituição evidentemente não se deu ao acaso, como nenhuma alteração na ordenação interna da propriedade camponesa se dá.

Ocorre que associada à criação de gado, a criação de suínos também tem permitido a reprodução e permanência de boa parte dessas famílias na terra. Não apenas este sítio no assentamento de Jaú, mas também os demais sítios dos camponeses que lá estão, têm esse tipo de produção.

²⁸ Tive a oportunidade de verificar a "pasta de anotações" em que a família registra cada entrada e cada saída monetária na propriedade, indicando a utilização dos recursos e a data, conforme estabelecido no "Projeto da Embrapa". Anotam também a temperatura e a umidade do ar, mais do que uma vez por dia, diariamente.

Esta criação, voltada para a comercialização, também é feita com acesso à tecnologia através da compra de matrizes e reprodutores que muitas vezes vêm de outros estados e/ou de criadores especializados em melhoramento genético da espécie, o que atualmente significa rápido crescimento associado a pouca quantidade de gordura no animal:

Rodrigo - ... *Esses daqui [porquinhos] são filhos do branco lá de trás, esse cachaço²⁹, ele veio lá do Paraná, é uma granja especializada em porco registrado. [Qual a finalidade?] É o padrão de qualidade do porco, esse porco é quase, já escutou falar do porco light? É um porco que não dá gordura, é só carne [e o preço dele na hora de vender?] é maior... ele é um reprodutor, esse é, você pega uma porca branca e mistura com ele, dá um porco de excelente qualidade, sem gordura.*

Larissa - *Ele é light por causa da raça ou da comida dele?*

Rodrigo - *Dos dois, tem uma dieta feita para ele, que os vendedores de ração que passam para ele, não adianta você alimentar bem ele, se você não alimentar adequadamente os filhos dele... [Ele vive só aqui?] Ele vive preso. [E a água para os filhotes?] Ali é tipo uma piscina, tem o bebedor, aí a água que eles tomam aqui escorre da boca deles e fica na piscina... aonde ele está fuçando, naquela chupeta... é porque se uma granja não tiver uma piscina dessa o porco estressa muito e não engorda. [E esse, o reprodutor, não estressa?] Esse aqui, se você deixar o reprodutor em uma baia úmida, vai dar problema de casco, porque aí o porco vai ficar uns três anos na granja, né, e esses daqui de baixo da piscina (refere-se aos filhotes) com quatro meses e pouco já estão pulando para o abate...*

Larissa - *E o que eles comem?*

Rodrigo - *Milho e soja, é a base da ração deles.*

Larissa - *Você compra a ração?*

Rodrigo - *Não, faz aqui [a ração]: a soja é comprada, o milho é produzido aqui. A soja é comprada em lote fechado, aí distribui pelos produtores, nós compramos em conjunto, para obter um preço melhor.*

Larissa - *Vocês e quem mais?*

Rodrigo - *Nós e uns cinco ou seis que sobraram da reforma agrária, né? Porque, todos eles, a maioria tem porco.*

Larissa - *E vocês compram juntos?*

Rodrigo - *Compramos juntos a soja, e o milho todo mundo produz. Agora a soja precisa ser em conjunto. [As porcas, as matrizes ficam em baias individuais, separadas por uma estrutura de ferro. Pergunto por quê.] Se ela ficar numa baia solta, ela deita no meio do leitão e mata... essa porca fica a vida inteira dela presa na gaiola³⁰, ela só sai para cruzar com o cachaço... come, tem água na boca, comida na boca, aí quando ela não está criando, ela vem para essa baia aqui do lado de baixo aqui [presa também?] presa também, porque você imagina ter um chiqueiro grande para cada uma dessas porcas, você teria que ter uma instalação muito grande, não é? Então você tendo essa aqui em jaula é melhor para o produtor... ela tem os filhotes aqui, aí*

²⁹ Cachaço é o porco não castrado, que serve como reprodutor.

³⁰ Ver as Fotografias 58 e 59.

com 30 dias são desmamados, aí o filhote vai para uma baía à parte e ela continua na gaiola... o animal já é acostumado, já é costume já deles.

Larissa - E antigamente?

Sr. Sebastião: Não, aquele porco de antigamente era o caipira como se fala, aquele pode criar solto, pode dar mato para ele, cana, o que quiser, agora esse é a ração certinha, certinha! Aquele era uma beleza para criar... no campo, a gente morava em fazenda, tinha dois alqueires de bandeirona, o que tinha menos tinha 50, dava aquele punhadinho de milho...

Larissa - E qual é a vantagem de criar assim?

Rodrigo - A vantagem? Antigamente quando você criava solto não tinha isso aqui, é a vantagem, a limpeza, é um animal muito mais limpo do que antigamente, é tudo vacinado, nego fala: 'Ah, não como porco porque dá bicho na cabeça', isso é uma lenda de antigamente, hoje em dia não existe mais.

Sr. Sebastião - Não pode dar banha... [O avô aponta onde está a vantagem].

Rodrigo - Não tem banha, gordura.

Sr. Sebastião - Eu matei porco, tinha isso de toicinho, de banha... [mostra com a mão a espessura da gordura do porco].

Rodrigo - Agora, com banha a carne vale menos, não é? [E o outro tinha banha por quê?] Por causa da alimentação. É a genética, a genética vai melhorando a cada ano, tipo se você ficar uns dois ou três anos sem trocar o cachaço, sem trocar as porcas, você vai ficando para trás no ranking de qualidade do porco, a genética vai avançando muito rápido...

Sr. Sebastião - Nota bem: esse aqui em quatro meses, quatro meses e meio, vai embora para o açougue, o porco de antigamente era um ano e meio... [E o tamanho era maior?] O tamanho desses aqui não pega, capaz! Aqueles eram menores, então hoje nós temos essa vantagem, em quatro meses, quatro meses e pouco já criou, já engordou, já vai embora.

Rodrigo - Antigamente um porco com quatro meses um porco pesava 10 quilos, 11 quilos, hoje com quatro meses você está com um corpo de 80 quilos, 70 quilos... é por causa da ração³¹ ... quando ele [o reprodutor] fica muito grande, ele já não serve mais para cobrir as porcas, então ele é sacrificado... aí vende ele... vende ele vivo, aí vai para o frigorífico, aí do frigorífico faz a distribuição. [Mesmo leitãozinho vende para o frigorífico?] Não, aí o leitão você cria até ficar uma certa idade... o leitão a gente não comercializa o leitão... a gente, porque a gente produz o milho e não é rentável a gente vender um porco novo e ele não comer o milho que a gente produz... vende grande, sempre grande...

Sr. Sebastião - Nossa, hoje o médico tirou a palha³² da turma, é só óleo... [E o Senhor, não come com banha?] Nós comemos. A gente não mudou, não [...] essa aqui vai criar essa semana, quando você vê que ela vai criar, você dá uma desinfecção na baía... aí quando está frio, que nem, já fizemos aqui uma plantação de banana pra segurar o vento³³, aí tem a luz... foi colocada a luz aqui... aí você põe uma luz em cima dela para dar uma esquentada nos animais...

[...]

³¹ Ver as Fotografias 60, 61, 62 e 63.

³² Por "palha" ele está indicando "banha", querendo dizer que tirou o prazer de comer com a banha.

³³ Ver na Fotografia 57 as bananeiras próximas à granja, no local em que converso com o sr. Sebastião (avô) e Rodrigo (seu neto).

Rodrigo – *Se você for dar resto de comida, é um produto que dá muita banha e não tem aceitação no mercado.*

Sr. Sebastião – *Também no preço que está o porco agora, está dando dinheiro!*

Rodrigo – *O porco, ele passou o boi. Hoje está perto de 70 reais a arroba. [Por quê?] É devido à falta no mercado, por causa da crise do ano, de uns meses atrás, que o porco estava muito baixo e a turma estava matando tudo as matrizes e acabando com os plantéis e a soja subiu muito o preço, quando você cria um produto que fica muito caro para você fazer ele, a turma prefere criar só a metade e não gastar tanto assim... agora que o preço está alto, a turma está querendo tudo voltar, sabe? E é o problema que você voltando tudo, talvez daqui a quatro, cinco meses não tenha o preço, vai abaixar o preço, fica essa ida e volta. [Pergunto como compram a soja em conjunto] Junta os vizinhos... Porque toda a quinta-feira a gente se reúne, né? Tem um encontro na Igreja. Nós fazemos um encontro lá na capela, de 15 em 15 dias tem a missa, aí tipo, é uma vez por mês que faz a compra, aí nós reúne lá e fala: 'Seu Mané, quer quanto?' 'Ah, eu quero 20 sacos', 'João, quer quanto?' 'Eu quero 30. Aí faz uma cotação de quanto a gente quer e manda vir em um caminhão fechado de Jaú para cá e ele passa distribuindo... A gente faz um encontro, uma reunião da gente lá, tem uma reza lá tudo, aí bate um papo também, toda quinta-feira... Ah, faz muito tempo, a Igreja tem quanto tempo? Uns 15 anos? 20 anos?... Sempre tem uma missinha, vem o padre de Bocaina...*

Há aspectos essenciais neste diálogo, que permitem a compreensão do sítio camponês e dos elementos presentes no bairro rural.

O primeiro aspecto a ser observado é aquele referente ao acesso à tecnologia e ao conhecimento, inclusive de melhoramento genético, no interior do sítio camponês. O 'porco light' é obtido mediante reprodutores comprados de produtores especializados e são alimentados através de ração "balanceada". Este porco, em oposição ao "caipira", permite ao camponês obter uma renda sensivelmente maior através de sua venda.

Vê-se no discurso camponês a maneira como as campanhas médicas³⁴ pautam o consumo de alimentos pela população urbana e como, a partir destas campanhas, o mercado passa a ditar o tipo de alimento a ser produzido de modo a ser "aceito" pelo consumidor.

Tanto a alimentação urbana é ditada por tais campanhas e o camponês tem consciência desse processo que, em sua fala, ele afirma que "os médicos tiraram a palha da turma", ou seja, a gordura e o alimento preparado com a banha de porco. Ele,

³⁴ A respeito da alteração dos hábitos alimentares em função de campanhas médicas ver Oliveira (1981).

embora produza o porco *light* para vender, come alimentos preparados com a banha e não com óleo vegetal.

A criação de suínos a partir desse “melhoramento” genético e da alimentação através da ração, em oposição à tradicional alimentação com restos das refeições e sobras de outras mercadorias colhidas no sítio, permite que de fato o preço cobrado por este porco seja maior. Quando pergunto aos camponeses qual a vantagem da criação assim, o neto fala a respeito da limpeza e da segurança deste alimento, do ponto de vista dos aspectos sanitários desta criação. Entretanto, seu avô prontamente responde que a vantagem é ter menos gordura, ou seja, a vantagem se dá no âmbito econômico: o preço desse porco é sensivelmente maior do que aquele cobrado pelo suíno tradicional. Assim, não é fortuito o investimento que a família faz na compra de reprodutores específicos, e mais, na troca sucessiva desses reprodutores e das matrizes, a cada dois ou três anos.

Além de um ganho maior com a carne sem gordura, que é mais valorizada no mercado, há uma outra vantagem fundamental nesse tipo de criação: a do tempo de engorda do animal. Como vimos no depoimento, na criação tradicional de suínos um porco com quatro meses atingia em torno de apenas 10 ou 11 quilos, e, com esse tipo de criação, um porco com quatro meses é abatido com um peso por volta de 70 ou 80 quilos. É um aumento extremamente significativo de peso em um período tão curto, ou seja, se comparada à criação tradicional, esta proporciona um aumento de peso sete vezes maior no mesmo período. Isto significa que o acesso a esta tecnologia permite ao camponês obter uma renda muitíssimo maior em um período muito menor.

Entretanto, o camponês tem consciência de que o preço da carne suína é determinado pela oferta e procura. Sabe que, mesmo com um porco considerado de excelente qualidade, seu preço será ditado pela quantidade de carne ofertada no mercado; assim, o preço alto à época da entrevista é “*devido à falta no mercado*”.

Observa-se também nos croquis uma área significativa do sítio destinada à produção do milho que servirá para a alimentação dos porcos - *“tem perto de três alqueires de milho para o porco, tem esse quadrinho de cana para o gado”*.

Quando pergunto ao camponês se ele vende o leitão, ele me responde que só vende o animal grande *“porque a gente produz o milho e não é rentável a gente vender um porco novo e ele não comer o milho que a gente produz”*. Considerando que grande parte da alimentação do porco é o milho (e isto significa destinar e dispor de uma grande área da propriedade para o seu cultivo), para a concepção camponesa é como se esta parte da alimentação saísse praticamente de graça, posto que não contabiliza seu trabalho naquilo que produz. Entretanto, esta decisão revela, ao mesmo tempo, uma otimização de todos os recursos destinados à produção das mercadorias no sítio: quanto mais peso o porco tiver, mais ele terá incorporado o milho produzido com um custo relativamente baixo. Assim, vendê-lo com pouco peso significa desperdiçar o valor que ele potencialmente virá a ter.

O milho é produzido na própria propriedade, mas a soja não; entretanto, ela é comprada em conjunto com outros sítiantes. Esta compra *em conjunto* da soja e a maneira como a compra é feita revelam elementos determinantes do bairro rural.

Como se pode ver, a compra em conjunto entre os vizinhos possibilita que o preço pago pela soja seja menor, caracterizando praticamente a ação de uma cooperativa. A cooperação, aliás, é uma das características das populações camponesas.

A expressão “em conjunto” é utilizada pelo próprio camponês, para explicar a maneira como é feita a compra: *“A soja é comprada em lote fechado, aí distribui pelos produtores, nós compramos em conjunto, para obter um preço melhor”*.

Os vizinhos, distantes entre si - posto que, no bairro rural, vizinhos são todos aqueles que fazem parte do mesmo bairro e não apenas aqueles que moram em sítios contíguos ou próximos - organizam-se para comprar a soja: *“Junta os vizinhos... Porque toda a quinta-feira a gente se reúne, tem um encontro na Igreja”*.

O momento e o local em que se reúnem para discutir a quantidade de soja que irão comprar são reveladores da sociabilidade do bairro rural: o local é a capela, onde a missa é realizada quinzenalmente e onde se reúnem todas as semanas para rezar, para ensaiar o coral, para conversar, trocar informações e também para decidir pela compra em conjunto.

Enfim, como é característico do bairro rural, a igreja é aglutinadora da sociabilidade camponesa³⁵: *“A gente faz um encontro... tem uma reza lá, tudo, aí bate um papo também, toda quinta-feira...”*.³⁶

Por incrível que pareça, esta sociabilidade, a despeito de terem permanecido tão poucas famílias, é reproduzida entre aquelas que ficaram na terra. Tanto assim que, quando pergunto ao camponês quem compra a soja em conjunto, ele me responde que a família dele é *“uns cinco ou seis que sobraram da reforma agrária”*. O uso do termo “reforma agrária” está indicando duplamente aqueles que são remanescentes do processo de reforma agrária e, também, reforma agrária como o nome do local, questão que será abordada a seguir.

O aspecto do bairro rural revelado pela maneira como a soja é comprada é também evidenciado pelo tipo de atividade realizada pelas famílias. Ou seja, tal como foi apontado para o caso do Bairro Reforma Agrária em Campinas, aquilo que é produzido e a maneira como a criação e/ou cultivos são realizados (o que envolve as técnicas utilizadas, o conhecimento da natureza etc.) são absolutamente socializados.

As famílias trocam entre si informações e a alteração nas atividades no interior de cada sítio se dá em conjunto com os demais. A partir do momento em que uma das famílias percebe que determinada atividade está possibilitando auferir uma renda maior, passa esta informação para as demais famílias e assim, através da teia de relações criada pelos camponeses na constituição do bairro rural, em pouco tempo praticamente todos têm a mesma atividade. Desta forma é que meu interlocutor pôde

³⁵ Ver a Fotografia 50.

³⁶ Sobre esta sociabilidade específica do bairro rural ver, entre outros, Queiroz (1967), Müller (1946), Candido (1987), Fernandes (1971) e Bombardi (2004 a e b).

afirmar: “*Compramos juntos a soja, [porque] o milho todo mundo produz, né? Porque, todos eles, a maioria tem porco*”. O fato de “todo mundo” produzir o milho e “todo mundo” comprar a soja é revelador da homogeneidade das atividades e da maneira como são levadas a cabo em sítios de um mesmo bairro rural.

A expressão “*Bairro*” e “*Reforma*” ou “*Reforma Agrária*” é utilizada pelos camponeses sitiantes assentados em Jaú. As duas últimas formas são também utilizadas por aqueles que não permaneceram em suas terras. Elas aparecem em diferentes contextos sempre que se referem ao assentamento:

Aqui tem uma Associação, tem uma associação aqui de micro-bacia, então aqui a gente se reúne, tem uma capela ali, então ali é ponto de encontro, de quinta-feira tem um encontro e ensaio do coral e de sábado a missa, aí se reúne todo o pessoal dos sítios. Vai lá e então: 'vamos comprar soja?' 'Vamos.' 'Quanto você quer?' 'Eu quero 50, 'eu quero 30, 'eu, 40. Aí você joga na firma: 'olha, tem 300 sacos, 200 sacos de soja, o que dá para você fazer?' 'Eu faço x'. Porque se for sozinho, eu quero 50, eu quero 30, então a gente compra em conjunto, facilita. [Como surgiu a associação?] A gente se reuniu, pegou conversar discutir o que seria melhor para o Bairro, o que não seria, e aí tem um engenheiro agrônomo que se interessou, falou: 'Vamos montar uma associação aqui', tal, o Bairro tem gente para isso, aí foi onde que surgiu a idéia, aí a gente foi preparando a documentação, mandamos, legalizou a associação e começamos, já está fazendo uns sete anos... é pessoal do Bairro...³⁷

Vê-se que mesmo com a desagregação, ou mesmo destruição, de grande parte dos sítios em virtude da territorialização do capital através da cultura da cana, os camponeses referem-se ao assentamento como bairro rural. As práticas da sociabilidade tradicional camponesa estão presentes entre aqueles que permaneceram na terra, como foi visto no depoimento anterior e em outros que já citamos.

Percebe-se neste depoimento que a sugestão do agrônomo frutificou a partir dos laços de vizinhança já existentes, ou seja, a associação foi possível pois já existia uma prática social peculiar dos bairros rurais em que os camponeses “vizinhos” encontravam-se com frequência por ocasião das rezas, missas, festas, entre outras atividades de caráter coletivo.

³⁷ Entrevista com sr. Nelson Velasco, em outubro de 2004.

Além desses encontros pré-estabelecidos pelas práticas sociais coletivas³⁸, as famílias também se visitam para conversar, para levar um alimento (troca de dádivas), para saber da saúde dos vizinhos etc.

A expressão reforma agrária, como nome do bairro rural, é largamente utilizada, como será visto nos próximos depoimentos:

*... Ele começava, arroz, milho, que era o principal, que o milho ele gostava muito, o arroz que tinha um brejo ali na Reforma Agrária, que ele colhia muito...*³⁹

A palavra “ali” para se referir à Reforma Agrária é utilizada por um filho de camponês que não ficou na terra, por isso o “ali” e não “aqui”.

No depoimento seguinte converso com um sitiante que fala sobre as famílias que ficaram e as que não ficaram na terra, a partir de uma planta do assentamento:

Eu sei o nosso [número do lote], o 46 já é Fazenda São Bento... antigamente era Bento o proprietário e ele não tinha filho, o meu pai que fala que ele não tinha para quem deixar, ele deu para o sobrinho, uma fazenda de 100 alqueires, é esta fazenda aqui, ele é o Bento... eu já não conheci, aqui é o nosso, aqui é o vizinho... Aqui, aqui é da Reforma mesmo, da Reforma você só vai encontrar nós aqui... aqui a gente está aqui, aqui está o meu cunhado, aqui é aonde vocês estiveram que a menina está sendo operada, ele tem que estar aqui no 53, mais ou menos, por aqui... aqui está o Marcos, o baixinho, mais um, os Contieri, aqui é a estrada, um dois, aqui é Contieri, aqui você pula o Bastos, aqui você tem o Ângelo Marcos...

Observa-se que para falar das famílias que estão em suas terras até hoje, meu interlocutor utiliza a expressão “da Reforma mesmo”, ou seja, são legitimamente da Reforma Agrária aqueles que adquiriram a terra por meio do processo de Reforma Agrária e fazem parte do bairro rural.

A mesma expressão é utilizada no Bairro Reforma Agrária em Campinas. Os sítiantes referem-se às poucas chácaras de lazer lá existentes como “esses já não são da Reforma”. Não são, por não terem tomado parte no processo de assentamento, e, além disto, não são da Reforma, posto que não fazem parte da teia de sociabilidade que tece o bairro rural.

³⁸ Ver, entre outros, Queiroz (1976), Brandão (1995), Tavares dos Santos (1978) e Castro Oliveira (1991).

³⁹ Entrevista com sr. Antonio Rogatto, em setembro de 2004.

O depoimento a seguir foi tomado junto a um casal que vendeu seu sítio e está na cidade; o esposo nasceu na fazenda que foi destinada à implantação da Lei de Revisão Agrária:

Geraldo – *Nascemos lá na Fazenda São João, nascemos e se criamos lá. Eu sou nascido e criado na Reforma Agrária! Entendeu? É tudo lá! [E de quem era a fazenda?] *A fazenda era do, a fazenda teve muitos donos, foi do Atala, foi dos Izar, foi de muito dono...* [E, quando o governo fez a reforma agrária, era de quem?] *Era do Chama, diz que o Chama que entregou aquela fazenda, quando foi entregar para reforma agrária, porque acho que dizem que eles tinham dívida...*⁴⁰*

A experiência de ter a própria terra teve na vida destas famílias um significado que marcou suas trajetórias de uma maneira indelével. A possibilidade da realização da autonomia, em tudo o que isto significa sob o ponto de vista do cotidiano camponês, é tão fortemente valorizada que mesmo passadas duas décadas desde que a família saiu da terra, sua referência e seu sonho continuam sendo o de ter a terra de volta.

Tão fortemente esta vivência é valorizada que meu interlocutor afirma que foi “*nascido e criado na Reforma Agrária*”.

Ora, este senhor, quando da implantação da Lei de Revisão Agrária, tinha por volta de 20 anos. Entretanto, ao dizer onde nasceu, primeiro fala o nome da fazenda, e, depois, diz que foi “*nascido e criado na Reforma Agrária*”. Ele remenda sua fala extrapolando a experiência da reforma agrária para todo o período de sua vida; assim, a fazenda São João deixa de ser assim denominada, transforma-se em Reforma Agrária.

A Fazenda São João deixa de ser fazenda ao ser *entregue* para a reforma agrária. A palavra *entregue*, neste caso, nos revela um sentido positivo e negativo ao mesmo tempo: negativo sob o ponto de vista do fazendeiro que a entregou (dá a idéia de que foi à revelia) e positivo para o camponês que viu as terras entregues *para a reforma agrária*. Aí a palavra ganha o sentido de dádiva. Por isso, portanto, o camponês afirma com veemência a sua origem *na Reforma Agrária*.

⁴⁰ Entrevista com o casal Geraldo e Inez, em outubro de 2004.

Entretanto, a re-territorialização do capital por meio do cultivo da cana deu-se a tal ponto que desestruturou a ordenação do bairro rural. Ao destruir os sítios, com todos os seus elementos, desde as casas até os poços d'água, destruiu também um dos elementos peculiares desta unidade territorial, que é seu caráter, ao mesmo tempo, múltiplo e "articulado": múltiplo no sentido da grande quantidade de pequenas propriedades e "articulado" no sentido dos tipos de cultura e criação que são sempre parecidos, em virtude da *ação em teia* do campesinato.

Esta re-territorialização do capital em meio ao bairro rural pode ser captada pelo olhar e se expressa também na recorrente indignação dos camponeses que permanecem em suas terras, ao descreverem como outrora era essa unidade territorial (bairro). O depoimento a seguir foi colhido em um dos sítios, do lado de fora da casa do camponês, próximo ao pasto, de onde é possível enxergar uma parte da área do assentamento:

... Eu estava comentando com vocês: olha naquela árvore lá era uma casa, cada quadra dessas que você vê, seria um sítio, lá tinha uma casa, nesse meio tinha uma casa, aqui tinha três casas, lá tinha outro, lá tinha outro, agora nesse sentido, ali tinha uma casa no canto, aqui a nossa, ali a outra e lá a outra, é uma fila aqui e outra lá... [E agora?] Agora não existe mais, acabou, não existe mais. E isso aqui é a reforma agrária! Que pena! Isso aqui acabou, acabou mesmo, de todos os sítios, milho, mamona, arroz, feijão, era uma fartura, cada um tinha de monte, hoje olha, você viu o que que virou? Sítio igual esse aqui nosso você não encontra, é muito difícil! Por que que a turma vem tudo aqui fazer dia de campo, palestra? Porque não tem mais...^{41 42}

O camponês tem consciência de que a desagregação física do Bairro Rural é absolutamente contraditória com uma proposta de reforma agrária, por isso afirma com ironia "*isso aqui é a reforma agrária*", dando todos os elementos que compunham de fato a concretude de um bairro rural originado a partir da experiência de reforma agrária.

A impregnação do capital na unidade territorial camponesa (bairro rural) é marcada por uma estruturação que interessa à sua reprodução - do capital. Assim é que

⁴¹ Entrevista com sr. Nelson Velasco, em outubro de 2004, realizada a partir do mapa do assentamento.

⁴² As Fotografias 73 e 74, tiradas no momento do diálogo, ilustram o depoimento de meu interlocutor.

parte dos sítios desaparece e o mar de cana, com outros caminhos, diferentes daqueles existentes antes, passam a existir:

... o mapa, ele acusa as estradas municipais, mas hoje foram feitos muitos carregadores de cana, para sair com a cana, então hoje você se perde, hoje, se você acompanhar com o mapa, você não vai achar é nada, porque você acompanha, vamos supor, algumas estradas do mapa são municipais... é tudo carregador para sair com a cana, não dá em nada, você vai lá, termina em nada, então são carregadores, não fala nem estrada... [quer dizer, não tem o status de estrada]⁴³

Esta alteração na unidade territorial camponesa (bairro rural), através da impregnação da re-territorialização do capital em seus interstícios, ampliando-se ao longo dos anos - o que redundou em uma modificação na estrutura física do bairro rural - fica absolutamente expressa na fala dos camponeses, quando pergunto diretamente como o nomeiam:

Nelson (filho) – *Aqui é Reforma Agrária, conhecido por Reforma Agrária e Bairro Pouso Alegre de Baixo, Município de Jaú.*

Larissa – *Tem uma placa ali perto da igreja que está escrito Revisão Agrária⁴⁴, vocês chamam assim também?*

Nelson (filho) – *Olha, aqui uns falam Reforma Agrária, outros Revisão Agrária, então esse nome, cada um fala do jeito que tem preferência, mas Reforma e Revisão é conhecido do mesmo jeito... porque sei lá, eu acho que quando foi dado aqui, uns falavam Reforma Agrária, outros Revisão, então cada um optou por um, foi mais ou menos isso, não posso falar com certeza, mas eu acho que é isso aí, na época foi falado com dois nomes, um falava de um jeito, vinha outro...*

Sr. Sebastião (pai) – *Precisa ver o que está no papel.*

Nelson (filho) – *Precisa ver um documento que consta a verdade, porque conhecido é conhecido pelos dois nomes, agora o original deve ser Reforma Agrária...*

Valentina (esposa/nora) – *Às vezes a pessoa escreveu Revisão Agrária e é o contrário. [Eu falo sobre o projeto de Campinas, que lá se chama Bairro Reforma Agrária.]*

D. Tereza (mãe) – *Mas é.*

Nelson (filho) – *Eu, na época, sei lá, os engenheiros que vieram aqui, cada um falava um nome e aí um captou um, outro captou outro e ficou dividido, né, agora o original mesmo, sei lá qual que é.*

Larissa – *E quando vocês vão falar para alguém "eu moro..."*

Nelson (filho) – *Aqui, eu não falo Reforma Agrária e nem Revisão Agrária, eu não aprendi a falar isso aí, eu já falo: 'onde você mora?' 'Bairro do Pouso Alegre de Baixo, Município de Jaú', eu não acostumei falar Reforma e nem Revisão, agora os mais antigos que levam mais esse nome, agora eu não aprendi a falar nem um e nem outro... eu moro no sítio Bela Vista, não falo nem uma coisa nem outra.*

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ver Fotografia 51.

Pode-se ver que no diálogo a primeira resposta dada é “Reforma Agrária”. Ao longo da conversa, a família intui que eu quero saber o nome “correto”, pois indico que li em uma placa da própria prefeitura “Revisão Agrária”. Assim, a resposta espontânea aparece em dois momentos: no primeiro, em que prontamente o camponês me diz “Reforma Agrária” e, no segundo, quando prontamente também, ao comentar do Bairro Reforma Agrária em Campinas, uma de minhas interlocutoras diz: “*mas é*”, ou seja, é este o nome.

O camponês (filho) diz ainda que o nome original deve ser Reforma Agrária, e sua esposa complementa a sua fala dizendo que pode ter sido escrito Revisão Agrária e, na verdade, ser o contrário, o que reitera a forma de chamá-lo como Reforma Agrária.

Ao final do diálogo, meu interlocutor, que iniciou dizendo *Reforma Agrária*, e que assim se refere ao bairro nas conversas em que não o interpelei diretamente sobre a maneira como o chamam, nega esta forma de chamá-lo. Diz que assim referem-se a ele os mais antigos, como se ele se recusasse a chamar o bairro de Reforma Agrária; para ele, “*isso aqui acabou*”. Percebe-se que ele é o mesmo entrevistado do depoimento imediatamente anterior. É como se a memória da verdadeira territorialização camponesa o impedisse de “deliberadamente” nomear o bairro usando a expressão Reforma Agrária. Tanto assim que ele reputa aos antigos esta maneira de nomeá-lo, ou seja, aqueles que verdadeiramente viveram a condição da territorialização camponesa na plenitude de suas vidas. Assim, ao contrário do *Bairro Reforma Agrária* de Campinas, os camponeses de Jaú titubeiam na forma de nomeá-lo, o que é extremamente revelador.

De fato, é inegável as alterações que ocorreram em grande parte do bairro rural. Na rodovia vicinal há uma placa que indica o acesso ao bairro, na qual se lê “Reforma Agrária”, que ilustra tal condição: como se nota na Fotografia 75 . A placa demonstra estar há muito tempo no mesmo local e sua não substituição parece revelar que esta

realidade (da reforma agrária) não se reproduziu a ponto de merecer continuar sendo indicada da mesma forma.

Entretanto, a despeito dessa desestruturação, a sociabilidade do bairro rural permanece a mesma, mas em menor escala, com menos vizinhos. Os sítios estão entrecortados pelas grandes áreas de cana. Isso significa que, no caso da implantação da Lei de Revisão Agrária em Jaú, se está diante, ao mesmo tempo, da territorialização camponesa e da re-territorialização do capital.

Há famílias camponesas resistindo ao processo de re-territorialização do capital. Apesar da força com que a cultura da cana se expande, há sítios camponeses envolvidos em sua cultura, sofrendo pressões, ano após ano, para que saiam de suas terras e, no entanto, permanecem reproduzindo suas unidades territoriais.

O bairro rural é reproduzido por essas famílias no cotidiano de suas vidas. No entanto, ele foi parcialmente desestruturado em seus interstícios, o capital encontrou formas de se re-territorializar a partir da saída das famílias de suas terras, primeiro por um processo de subordinação de suas rendas ao próprio capital, e, segundo, pelo próprio processo de re-territorialização do capital que vai empurrando as unidades camponesas para suas bordas.

Assim, a identidade territorial criada a partir da unidade territorial do bairro (este forjado, evidentemente, a partir dos sítios) põe-se ameaçada a partir desta expansão do capital, que desfigura a terra camponesa e dá-lhe uma configuração que é encarada com extrema recusa e indignação.

Essa indignação aparece de diversas maneiras no discurso camponês, desde a referência ao *vegetal cana* como praga, “*não morre nem com a seca*”, passando por uma interpretação de que a agricultura não pode estar pautada em um só produto - sobretudo se ele não é destinado unicamente à alimentação, como se viu na expressão “*acho que ninguém vai viver só de comer açúcar*” - até a consciência do significado

social e ambiental⁴⁵ que tem esta monocultura, expressa na frase “*é a cana que está acabando aqui com o nosso estado*”.

Assim, enquanto o Estado propaga os benefícios do “agronegócio” e se vê as projeções de ampliação da cultura da cana alavancada ainda mais pelo projeto dos carros bi-combustíveis⁴⁶, os camponeses apontam o outro lado desse processo, que é o uso da terra vertendo em renda e lucros para os grandes proprietários e/ou usineiros em detrimento da reprodução camponesa.

Percebe-se também o quanto o processo de territorialização do capital não é uma via de mão única. Já que se tem sítios camponeses onde esta territorialização é extremamente intensa e em que as terras são férteis e valorizadíssimas. Verifica-se os sítios literalmente “cercados” pela cana e os camponeses orgulhando-se de resistirem ano após ano.

Ao mesmo tempo há, entre aqueles que não permaneceram na terra, o desejo de voltar a tê-la e a migração surge como uma possibilidade. A migração é uma das formas da reprodução camponesa em locais em que o processo de territorialização do capital não está presente ou, pelo menos, não com a mesma intensidade. Assim, a “cana” empurra/expulsa aqui e o camponês se reproduz ali. Pode-se ver o exemplo do rapaz que saiu do sítio com dois anos e guarda dinheiro para comprar a terra em um local mais distante, onde seja menos valorizada.

A própria reprodução camponesa em meio à intensa territorialização do capital é reveladora do quão complexo é este processo, mostrando a força do capital, mas

⁴⁵ Há alguns depoimentos em que os camponeses demonstram a quantidade excessiva de agrotóxicos utilizados na monocultura da cana, referindo-se também a um empobrecimento do solo com os anos sucessivos desse cultivo.

⁴⁶ De acordo com matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo (edição de 26/06/2005): “Segundo o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), da safra de 1999/2000 à de 2004/2005, a área de cana cresceu 18,5% ou 450,7 mil hectares” (...) “A União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica) estima que até 2010 o agronegócio canavieiro terá agregado mais 1 milhão de hectares na Região Centro-Sul do Brasil. Na safra 2005/2006 a área a ser colhida crescerá 7,5% e chegará a 4,1 milhão de hectares. O investimento para sustentar a expansão de 25% em 5 anos será de US\$ 1,6 bilhão” (...) “O que ampara esse impulso à produção são as estimativas de demanda. Até 2011, 9 bilhões de litros para abastecer o motor bi-combustível no Brasil e a demanda externa efetiva”.

mostrando também, ao mesmo tempo, a força da reprodução camponesa que resiste há mais de 20 anos em meio ao mar de cana que os cerca e os oprime.

**5. A Resistência Camponesa: Fazenda Jacilândia (Meridiano) e
Fazenda Pirituba (Itapeva)**

5.1. A migração e a busca da terra “sem patrão”: Fazenda Jacilândia.

“Eu tinha cinco anos, ainda era da Companhia, eles falavam Companhia Araraquarense, era fazenda, era arrendatário, aí a gente estava descobrindo a fazenda, tirando a mata. Nós ficamos três anos, depois nós mudamos, ficamos dois anos fora, depois tornamos a voltar e eu estou aqui até hoje... quando eles [os pais] chegaram estava derrubando, nós já viemos atrás tocar roça, no desmatamento”

D. Argeni Araújo

As fazendas Jacilândia (município de Meridiano) e Pirituba (município de Itapeva) são um capítulo à parte na trajetória da Lei de Revisão Agrária¹. Ambas foram destinadas à implantação da Lei, mas este processo, de fato, não ocorreu.

As duas fazendas estavam ocupadas por posseiros na década de 60, quando a Lei de Revisão Agrária foi aprovada. Entretanto, elas foram deixadas de lado pelos sucessores do governo Carvalho Pinto e também posteriormente, durante os 10 primeiros anos do regime militar.

No período da proposição da Lei de Revisão Agrária, a Fazenda Jacilândia - em Meridiano - e seus arredores estavam em uma condição que revela o processo de transformação da frente de expansão em frente pioneira, marcado pela transformação de uma situação de inexistência da propriedade privada da terra para a privatização, em grande parte das vezes através da grilagem de terras.

Procurei indicar no capítulo referente aos conflitos no campo em São Paulo durante a década de 50, como se deu este processo no oeste paulista, particularmente

¹. As fotografias de número 76 a 115, apresentadas na Iconografia, correspondem à Fazenda Jacilândia. As de número 116 a 130, correspondem à Fazenda Pirituba.

em Santa Fé do Sul, município bastante próximo a Meridiano e Valentim Gentil, nos quais se encontra a Fazenda Jacilândia².

A vida dos camponeses que permanecem nessas terras até hoje atesta o que foi o processo da frente pioneira, a partir da ótica do campesinato.

A migração, a derrubada da mata e a consolidação das grandes propriedades foram vivenciadas no cotidiano de suas vidas. Este processo de produção do capital e de instauração da propriedade privada da terra foi levado a cabo a partir do trabalho desses camponeses. Suas contingências pessoais, que são também sociais, ou ainda, as contingências sociais que se transfiguram em pessoais, exprimindo-se na vida de cada um deles, mostram de maneira categórica o significado da frente de expansão e da frente pioneira³.

Eu tinha cinco anos, ainda era da Companhia, eles falavam Companhia Araraquarense, era fazenda, era arrendatário, aí a gente estava descobrindo a fazenda, tirando a mata. Nós ficamos três anos, depois nós mudamos, ficamos dois anos fora, depois tornamos a voltar e eu estou aqui até hoje... Nasci em Poloni, é para o lado de Monte Aprazível, só que o meu pai era da Bahia, aí eu nasci e fui para Bahia... aí depois nós viemos para aqui e está com... em 97 meu pai faleceu e, 99 a minha mãe faleceu, moravam ali naquele sítio [...] quando nós viemos para aqui plantava algodão, arroz, milho, essas coisas, tudo como arrendatário. Aí depois parou o arrendatário e ficou uns anos, a gente não pagava renda para ninguém. [Pergunto: quando pagavam a renda, quem recebia?] Era da Fazenda, né? Era administrador, tinha administrador, fiscal e a Fazenda também tinha roça, tinha pasto, tinha gado... é Companhia da Estrada de Ferro, que eles falavam, do Governo, mas era Cia da Estrada de Ferro... [Pergunto se os pais ajudaram a derrubar a mata] Não, não, quando eles chegaram estava derrubando, nós já viemos atrás tocar roça, no desmatamento. [Pergunto de onde era o Marido dela] De Monte Aprazível [Onde vocês se conheceram?] Aqui... ele mudou aqui, eles mudaram aqui, a família do pai dele mudou aqui... quando ele era solteiro, mudou, eu tinha catorze anos, foi em 55... e aí depois que nós conhecemos, morava vizinho. Ele tinha catorze anos e nessa época eu tinha 10, ele é cinco anos mais velho que eu, fazia um ano que ele veio na frente, da segunda vez que eu mudei, porque eu já tinha morado antes quando era pequena. [Pergunto por que os pais dela resolveram voltar] É que a gente morava no que era dos outros, a renda então vence o contrato, tem que mudar, né? E eles não iam arrendar mais e aqui estava arrendando novamente. Porque nós mudamos daqui porque a fazenda não queria mais arrendatário, aí não ia mais arrendar a terra... [Ia fazer o que?] Sei lá o que era a idéia deles, então só ficou duas famílias aqui, foi todo

² Ver no Mapa 12 a localização da Fazenda Jacilândia.

³ Sobre frente de expansão e frente pioneira, ver Chaia (1981) e Martins (1996b).

*mundo embora, aí depois foi voltando, daí três anos foi voltando, as pessoas que tinham mudado iam voltando de novo... aí eles arrendaram de novo.*⁴

O primeiro aspecto que merece ser destacado a partir do depoimento anterior é o da migração. Observa-se na fala de minha interlocutora quantas vezes sua família se mudou de lugar, incluindo a ida para a Bahia e o retorno para São Paulo, em um período muito curto.

Esta migração se justifica em sua fala pela inacessibilidade direta à terra, ou seja, como o acesso à terra era e é mediado pela propriedade privada e como a condição camponesa de sua família, marcada ora pela condição de renteiro, ora pela condição de posseiro⁵, não permitia o acesso direto, a necessidade de pagar a renda para se reproduzir na terra é que pautava o cotidiano da família. Ela explica esse processo migratório com a frase “*a gente morava no que era dos outros... vence o contrato, tem que mudar*”, ou seja, a vulnerabilidade em que a família encontra-se em anos sucessivos se dá justamente em função da necessidade de pagar a renda da terra para a reprodução da família, sempre por um tempo determinado por seu proprietário. Evidentemente, na situação de fronteira, a precariedade das relações potencializa-se, as famílias migram muitas vezes em anos sucessivos na busca de terra para que possam se reproduzir.

A situação de fronteira fica absolutamente explícita em sua fala, em dois momentos diferentes; no primeiro, quando utiliza a expressão “*a gente estava descobrindo a fazenda, tirando a mata*”; ao fazer uso do verbo “descobrir”, é como se ela negasse a existência desse lugar anteriormente à derrubada da mata. Ela nega a *existência social* antes da derrubada da mata, como se a fazenda existisse virtualmente e passasse a existir na realidade a partir do trabalho de derrubada da mata, a partir de sua *humanização* após ter sido *limpa*, como será discutido adiante.

A segunda expressão utilizada por minha interlocutora, reveladora da situação de fronteira, é a seguinte: “*quando eles chegaram estava derrubando, nós já viemos*

⁴ Entrevista com d. Jandira Pacheco, em julho de 2004.

⁵ A condição de camponês-posseiro para o caso dos camponeses da Fazenda Jacilândia será discutida no decorrer do capítulo.

atrás tocar roça, no desmatamento". Ou seja, primeiro o campesinato desmata, e, na seqüência da formação da fazenda, outro grupo de camponeses (às vezes o mesmo) passa a cultivá-la.

Sua fala simboliza em imagem exatamente o processo da frente de expansão: primeiro a derrubada e, em seguida, a agricultura. Dá a imagem de onda, de expansão: uma primeira ação à frente e em seguida, outra que a consolida. Assim, ao usar o verbo *atrás*, ela torna emblemática a idéia de "frente", ou seja, caracteriza - literalmente - a frente de expansão⁶.

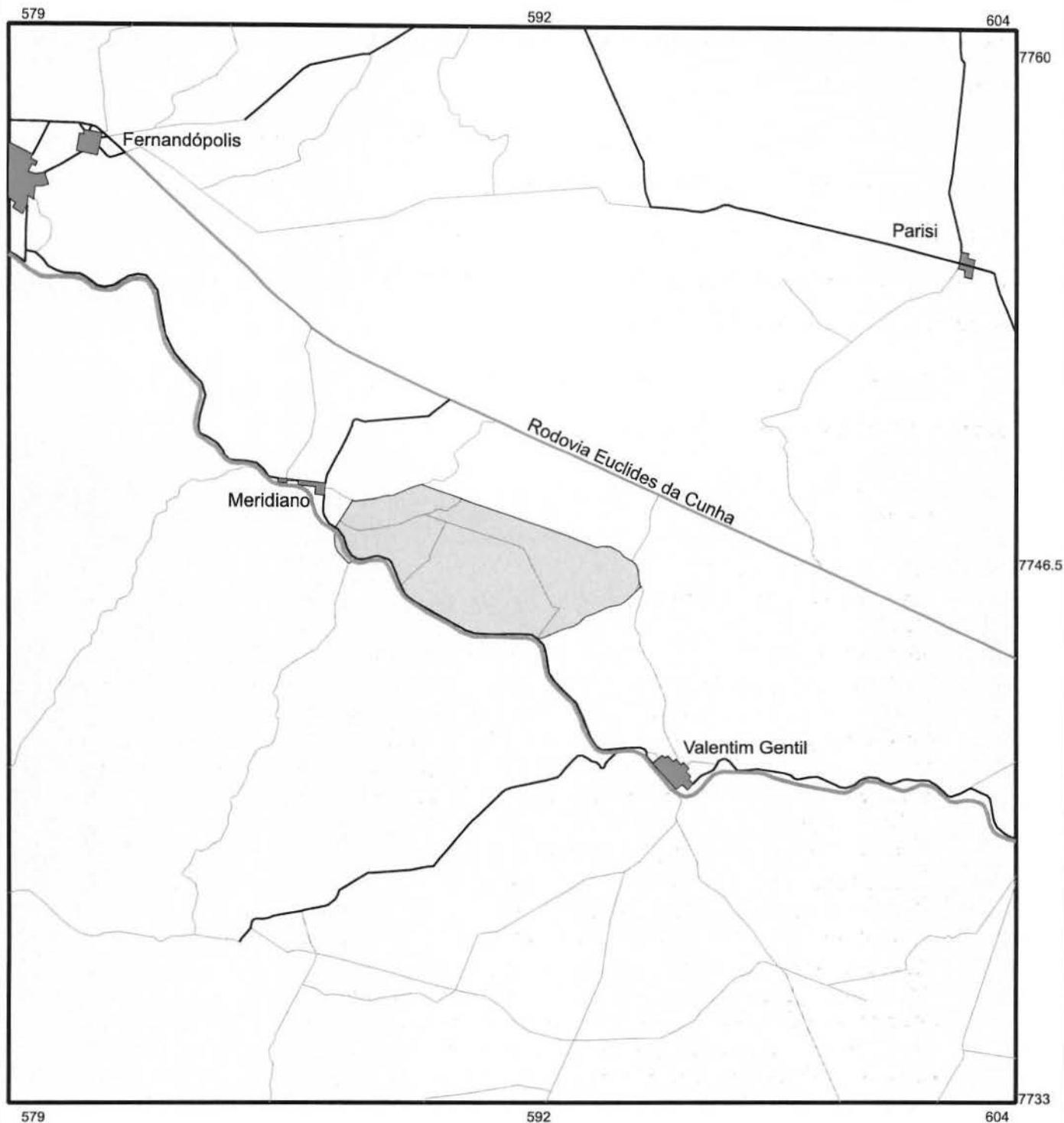
A derrubada da mata e o processo de formação das fazendas no oeste paulista foram a marca da reprodução camponesa dessas famílias migrantes:

A gente entrou na fazenda [em uma fazenda vizinha a Jacilândia], agora é tudo invernada, mas na época era mata fechada, então o meu pai derrubou muita mata, então a nossa mudança foi até a sede e o administrador da fazenda chamava João Adão... ele tomava conta da fazenda do Cavalin, o Américo já era genro dos Cavalin, então a gente chegou na sede de caminhão, com a nossa mudança de Nova Granada até lá... então o meu pai já tinha feito a casa, a casa era feita de pau a pique, você sabe como é que é? Eles faziam de coqueiro entabocava, era de telha, aquelas telhas brancas, depois jogava o barro, não era que nem agora, barro vermelho mesmo, eles amassavam o barro e atolava tudo naqueles madeiramentos... [A Senhora lembra como fazia?] Vichi, a minha vida inteira, né? Daí o meu pai derrubou mato, plantou roça e nós ficamos lá até a idade de... 18 anos, depois de casada eu morei lá um ano, e aí depois que eu vim para cá, para Jacilândia, então não era aqui, era mais embaixo, lá perto da minha cunhada. Ali eu tive filho, a gente foi trabalhando na roça como sempre, só que as roças daqui já eram derrubadas, já era terra limpa, né, não tinha mato mais e quando o meu pai saiu de lá, ele foi para São Paulo, porque os fazendeiros já não quiseram ele mais, porque lá ele arrendava a terra, não era terra dele, era arrendada, aí o fazendeiro falou assim: 'não, agora a gente não vai plantar mais roça, a gente vai formar capim para por gado aí', então o meu pai formou... tudo o que ele tocava ele plantou em capim, aí o fazendeiro acertou com ele, ele foi embora para São Paulo. E foi a pior besteira, viu! Porque o meu pai era a vida dele, de quando ele nasceu até que ele foi para lá que eu já era casada, ele foi para lá coitado, só foi sofrer, não é? Porque um homem criado na roça viver numa cidade grande igual São Paulo, não agüenta... que nem meu filho fala: se a gente já tivesse aqui para trazer ele, acho que ele não tinha morrido tão cedo... na época que ele morreu a gente estava em Americana...'⁷

⁶ MARTINS (1996b).

⁷ Entrevista com d. Argeni, em julho de 2004.

LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA JACILÂNDIA - MERIDIANO



LEGENDA

-  ÁREA URBANIZADA
-  Fazenda Jacilândia
-  RODOVIA
-  TRÁFEGO PERMANENTE
-  TRÁFEGO PERIÓDICO
-  FERROVIA



0 1000 2000 3000
Metros

FONTE:
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
FUNDAÇÃO IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
Departamento de Cartografia
CARTA DO BRASIL - ESC. 1:50 000
FOLHAS:
FERNANDÓPOLIS - SF.22-D-II-4

MAPA 12

DESENHO: OLIVEIRA, W. F. (2005)

Minha interlocutora vivenciou, ainda criança, o processo de derrubada da mata, de constituição da fazenda, materializado no trabalho de seu pai. Pode-se ver em sua fala que chegaram à área que “era mata fechada” de caminhão e não de trem. Ainda não havia ferrovia nos municípios de Meridiano e Fernandópolis quando sua família chegou a estas terras, ou seja, as famílias estavam à frente da construção da linha férrea da Araraquarense⁸. Como discutido no capítulo referente às áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária, a própria fazenda Jacilândia era da referida companhia e os camponeses sabiam disso, como atesta o depoimento anterior a este.

Estar à frente da construção da linha férrea revela, nesse caso, que os camponeses vivenciaram a transmutação da frente de expansão em frente pioneira e, posteriormente, a consolidação do território capitalista, caracterizada pela instauração da propriedade privada da terra⁹.

A fazenda Jacilândia, diferentemente daquela em que sua família foi morar, já não tinha mais mata, “*as roças daqui já eram derrubadas, já era terra limpa, não tinha mato mais*”; observa-se novamente como a limpeza aparece em oposição ao mato. Reiteradamente os camponeses referem-se à mata como local inculto, não humanizado, enfim. Não por acaso uma das expressões utilizadas para definir a derrubada da mata é “limpeza”.

A casa em que moravam é também expressão da situação de fronteira vivenciada naquele momento por essas famílias. Pode-se ver que a casa era feita de pau a pique, minha entrevistada explica a maneira como era construída, dando seus detalhes. A casa precária revela também uma condição social precária, pautada pela migração constante da família.

Finalmente, a própria trajetória de seu pai também exprime, emblematicamente, a constituição das fazendas de gado do noroeste paulista. Ela conta, quase que resignada, a necessidade de seu pai sair da terra tendo em vista que a “terra não era

⁸ Ver Fotografia 76.

⁹ MARTINS, 1975.

dele”: *“os fazendeiros já não quiseram ele mais... aí o fazendeiro falou assim: ‘não, agora a gente não vai plantar mais roça, a gente vai formar capim para por gado’, aí então o meu pai formou... tudo o que ele tocava ele plantou em capim”.*

Tal foi apontado com relação a Santa Fé do Sul - onde os camponeses organizaram-se no Movimento do Arranca Capim - nos municípios de Meridiano, Valentim Gentil e Fernandópolis também os camponeses-rendeiros, após cultivarem a terra por alguns anos, substituíam suas roças deixando-as preparadas com o pasto. A isso se deve também, em grande medida, a intensa migração dessas famílias.

Contratando os camponeses rendeiros por um período para que derrubassem a mata e formassem as fazendas de gado, os grandes proprietários estavam, na verdade, produzindo capital através de relações não capitalistas De acordo com Oliveira (1995b, p. 479-80):

Esse processo de desenvolvimento da agricultura ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas, que utilizam de relações de trabalho familiares para não ter que investir uma parte de seu capital na contratação de mão-de-obra assalariada. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos trabalhadores camponeses-proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro. Assim, transformam a renda da terra em capital. Esse processo nada mais é, pois, do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado, esse capital poderá, numa próxima etapa do processo de produção, ser destinado à contratação de trabalhadores assalariados – “bóias-frias” – por exemplo – e então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura.

Um exemplo desse processo ocorre com os fazendeiros que atuam na pecuária de corte (invernada no oeste do Estado de São Paulo) [...] Muitas vezes esses fazendeiros, ao invés de destinar uma parte de seu capital para realizar a tarefa de refazer o pasto, arrendam a terra a camponeses sem terra ou a pequenos proprietários da região para que façam a reforma do pasto.

Oliveira, no excerto citado, aponta a maneira como a renda da terra se transmuta em capital através do trabalho familiar, ou seja, através de relações não-capitalistas. Este processo ocorre, no tocante à pecuária no oeste paulista, não apenas quando da reforma do pasto, como ocorreu durante todo o processo de formação dessas fazendas.

Foi visto também, no capítulo referente aos conflitos sociais no campo em São Paulo, durante a década de 50, como a apropriação do trabalho familiar na formação dos pastos e a posterior dispensa das famílias camponesas das terras estiveram no âmago dos conflitos de Santa Fé do Sul.

A situação vivenciada por essas famílias camponesas nas fazendas contíguas a Jacilândia também remonta ao grande processo de implantação de frigoríficos no interior do estado de São Paulo, que aumentou significativamente a partir da década de 50. De acordo com Mamigonian (1976) apud Oliveira (1981, p. 29):

[...] em 1951, durante o Governo Getúlio Vargas, foram tomadas várias medidas – empréstimos bancários, isenções de taxas, etc. – apoiando a implantação de novos frigoríficos no interior do Brasil central. Este estímulo foi recebido prontamente pelos invernistas de São Paulo, Mato Grosso, que passaram a montar, na década de 50, vários frigoríficos na sua área de engorda: Andradina (Moura Andrade), Araçatuba (T. Maia), Barretos (Antenor Duarte), Campo Grande (Coelho), etc.

É justamente neste âmbito que a camponesa entrevistada mostra que o fazendeiro, “*com todas as letras*”, disse a seu pai que não o queria mais, posto que ia por “*o pasto no lugar da roça*”. Assim, é significativo que ela diga que tudo o que o pai tocava “*plantou em capim*”. Como seu pai saiu dessas terras migrando para São Paulo, quando ela já era casada, sua saída da terra ocorreu no final dos anos 50 e início dos 60, justamente no período de expansão das *invernadas*. Aliás, no início de seu depoimento, ela utiliza exatamente esta palavra: “*agora é tudo invernada, mas na época era mata fechada*”.

Minha interlocutora, ao retratar sua vida, retrata o que foi o processo de expansão do capital no campo sob a ótica camponesa. Seu pai, camponês-redeiro, sem sua própria terra teve como trajetória a migração para a grande cidade após ter substituído sua roça de longos anos pelo pasto para o gado. É com comiseração que ela enxerga este caminho: “*foi para lá, coitado, só foi sofrer, né? Porque um homem criado na roça viver numa cidade grande igual São Paulo, não aguenta*”.

A migração foi um marco na vida dessas famílias camponesas. Todas aquelas que estão nas terras da Fazenda Jacilândia tiveram um longo processo migratório:

Eu nasci na Bahia, num lugar por nome de São José, nasci dia primeiro de janeiro de 1927... eu vim para São Paulo com 16 anos... não tinha 16 anos inteirado. Não, já tinha porque eu nasci em Janeiro e eu vim dia 2 de fevereiro... eu vim de navio, da minha terra até Juazeiro da Bahia, eu vim de a pé, de Juazeiro da Bahia até Pirapora eu vim de navio, de Pirapora até São Paulo, eu vim de trem, de São Paulo até Andradina, eu vim de trem também, mas já vim de "Amigração", aí já peguei, até Andradina [...] era só eu e dois irmãos... [Pergunto como funcionava a migração] Olha, eu era rapaz novo, não prestei bem atenção, eu sei que nós apeamos do trem e fomos para um alojamento, aí ficamos naquele alojamento três dias, até vir autorização do governo que a migração era por conta do governo para trazer para o interior. [Pergunto se o governo pagava] Decerto pagava porque nós viemos de graça! [risos] [Pergunto o que eles foram fazer em Andradina] Fomos trabalhar na roça, trabalhei, eu derrubei mata, eu rocei, depois eu toquei roça de algodão, roça de arroz, na enxada, naquele tempo não tinha arado, não tinha animal para trabalhar, era feita a cova de enxada e plantava... derrubava mata, com 16 anos eu derrubei dois alqueires de mata porque eu não tinha pai nem mãe, vim para São Paulo sem pai e sem mãe, com dois irmãos de menor para mim criar... nós viemos os três, nós somos em três irmãos... minha mãe morreu em 39, no começo de 39 e no fim do ano de 39, no mesmo ano, meu pai morreu [...] Meu pai está sepultado, já está gravando mesmo, num lugar por nome Capim Grosso, chamava Curaçá, hoje chama Capim Grosso, para baixo de Juazeiro da Bahia, agora minha mãe está sepultada num lugar por nome São José [...] Ali [em Andradina] já arrendei terra, eu achei um patrão muito bom que confiou em mim, porque eu era uma criança, ele confiou em mim, aí me arrendou dois alqueires de terra, eu derrubei o mato e ele me forneceu seis meses até eu colher para pagar ele... o primeiro ano eu trabalhei de porcentagem, eu pagava 20%, aí depois do segundo ano em diante que eu cheguei a pagar a renda, mas a renda me parece que era 300 cruzeiros... aí no segundo ano eu já fiz uma colheitinha mais ou menos, plantei arroz... dois alqueires de arroz... colhi 120 sacos por alqueire... meus irmãos trabalhando junto, aí no segundo ano o mais novo foi para Três Lagoas, uma viúva em Três Lagoas pegou ele para acabar de criar e ensinar uma profissão, em Mato Grosso... agora o outro não, o outro ficou mais eu, aí eu vim, nós separamos os dois, eu vim para Pereira Barreto, porque apareceu um serviço em Pereira Barreto, uma fazenda nova que tinha derrubado, tinha mato que tinha derrubado, eu vim para plantar roça também... roça de arroz também, aí fiquei em Pereira Barreto, toquei um ano, no outro ano eu passei para outra fazenda, uma Fazenda por nome Santa Fé, nessa primeira fazenda é Três Ramos, depois no outro ano eu passei para fazenda Santa Fé, aí eu trabalhei seis meses de cozinheiro, eu cozinhava para 25 peões, eu tinha prática de cozinha, porque esse tempo todo com meus irmãos... aí depois eu resolvi casar... falei: 'agora eu preciso casar porque essa vida está danada!' Aí, quando eu casei, casei dia 26 de outubro de 48, aí casei, o homem queria que eu fosse ficar de cozinheiro lá na fazenda, falei: 'não vou'. 'E eu casei, agora não vou mais trabalhar de cozinheiro, eu vou tocar roça outra vez, que eu tenho a minha família, eu vou cuidar da minha família', aí larguei da cozinha dele lá e fui tocar roça outra vez, e na roça eu estou até hoje. [Pergunto como conheceu a esposa] Ah, a minha esposa, se eu contar para você que jeito que eu conheci ela você vai... quando eu mudei de Andradina para Pereira Barreto, então eu vim solteiro, aí meus irmãos foram para lá, eu vim sozinho com outra família, aí eu cheguei, ela já

morava ali, aí nós passamos a se conhecer ali, aí começamos a namorar, aí viemos namorando mais de ano, aí casamos. Aí conheci ela nessa fazenda Três Ramos, quando eu casei eu já estava naquela fazenda Santa Fé [e tudo arrendado?] tudo arrendamento... era por ano, quer dizer, vencia um ano, vencia todo mês de outubro, você arrendava em outubro, ia até outubro do ano que vem, quando chegava em outubro do ano que vem, se você queria ficar, você tornava a arrendar outra vez, se você não queria, você mudava e ia para outro lugar... [Quando vocês casaram, o que foram plantar?] Mesma coisa: algodão, arroz, feijão, eu já cheguei plantar de tudo quanto foi coisa: arroz, algodão, milho, só não plantei soja, plantei girassol, plantei amendoim, plantei sorgo, mamona. Aqui nesse terreno aqui que a senhora está me vendo aqui, eu estou morando aqui de 1957, em cima dessa terra! Nessa mesma terra! Trabalhando nesse mesmo local! Nesse mesmo pedacinho. [E como vocês vieram pra cá?] Morava numa fazenda lá do finado Pedro Cavalin, lá para lá de Meridiano, aí depois lá venceu o contrato, nós precisamos mudar, aqui era a Fazenda do Estado, aí nós viemos, arrendamos a terra aqui, no primeiro ano nós tocamos de porcentagem, que nem eu estou te falando, pagamos 20%, aí no segundo ano, aí nós já arrendamos a terra... a casa tinha que fazer por minha conta, aí eu arrendei a dinheiro, paguei a renda e fiz a casa que era nesse mesmo pedaço de terra ali no fundo, lá embaixo na beira do córrego, aí passou a arrendar, e foi arrendando, pagando renda e foi tratando até hoje. Aí em 75, para terminar o assunto, em 75 veio o loteamento, era do Estado, o Estado resolveu lotear. [Por que resolveu lotear?] [um pouco de silêncio] porque o povo estava aí, ficou, eu não lembro quantos anos ficou, deve ter ficado uns três anos seguramente ficou sem renda, porque aí o Estado tirou a renda... o administrador ficou aí, mas só que o Estado, era da Secretaria da Fazenda, aí criou, de ninguém cobrar a renda que era para o povo ir embora. Ficou melhor para o povo ficar, porque não pagava a renda! [risos] Não é? Ficou melhor para o povo ficar, então o povo ficou sem pagar renda. Como o povo ficou sem pagar renda nenhuma, como ia fazer? Como fazia? O Estado ia despejar esse monte de gente? Tinha cento e tantas famílias. Então não ia despejar esse povo todo, então resolveu lotear.¹⁰

A fala do camponês revela toda a agrura e drama pessoal deste senhor de quase 80 anos, que migrou ainda muito jovem para São Paulo. Quando falei a ele sobre a possibilidade de gravar a entrevista, ele gostou da idéia dizendo-me que assim as pessoas poderiam saber que ele foi um baiano que veio para São Paulo com 16 anos, sem pai e sem mãe e com dois irmãos mais novos para cuidar, caso contrário, como as pessoas poderiam saber que este baiano existiu?

Vê-se que ele guarda com precisão todas as datas e locais marcantes de sua vida, sabe dizer o dia que saiu da Bahia, o tempo de viagem, o dia em que chegou em São Paulo, o nome das várias fazendas onde morou, o nome (antigo e atual) dos locais

¹⁰ Entrevista com o sr. João Araújo (João Baiano), realizada em julho de 2004.

onde os pais estão sepultados, as colheitas significativas que fez, lembrando-se inclusive do montante colhido etc.

A chegada a São Paulo demandou um longo tempo, exigindo que o camponês utilizasse diferentes formas de transporte, inclusive caminhando um grande trecho a pé.

O processo de migração a partir da capital paulista para o interior é definido por uma expressão que, da forma como foi usada pelo camponês, revela-se também como sinônimo de transporte. Ele diz: “*eu vim de amigração*”, unindo o artigo ao substantivo feminino; cria um outro substantivo que demonstra o “meio” que o fez chegar ao interior, ou seja, com a expressão “amigração” ele se refere à subvenção do Estado para levar os trabalhadores às áreas das grandes fazendas.

O camponês desvela esta subvenção explicando que a migração era por conta do governo, me diz de maneira jocosa: “*decerto [o Estado] pagava porque nós viemos de graça!*”

Ele fala também da permanência por três dias em um alojamento, que certamente é a Hospedaria do Imigrante, no Bairro da Mooca, na capital paulista, de onde partiam os (i)migrantes para o interior do estado e também para outros estados. O Estado subvencionava, controlava e mediava a viagem de milhares de migrantes para as frentes pioneiras, evitando assim que os capitalistas despendessem quaisquer somas, ainda que fossem para contratar trabalhadores. O que o Estado subvencionava, portanto, era o capital¹¹.

A mediação desse processo pelo Estado é expressa na fala do camponês quando ele afirma que “*ai ficamos naquele alojamento três dias, até vir autorização do governo, porque a migração era por conta do governo*”. De fato, se viu no capítulo referente aos conflitos no campo em São Paulo, só no período de 1941 a 1949 o

¹¹ Tal como havia feito ao subvencionar a imigração de colonos na substituição dos escravos nas fazendas de café, de acordo com Martins (1996a, p. 65): “A imigração subvencionada para criação de colônias oficiais teve, porém, uma grande importância. Fundamentalmente instituiu a intervenção do Estado na formação do contingente de força de trabalho, como uma espécie de subvenção pública à formação do capital da grande fazenda”.

Departamento de Imigração e Colonização encaminhou 400 mil trabalhadores para o interior do estado.

Este camponês, a exemplo dos outros entrevistados, trabalhou em todo o processo de formação de fazenda, “derrubando mata”, ou seja, com apenas 16 anos, como conta, “derrubou” dois alqueires de mata, um trabalho extremamente árduo e, sem dúvida, carregado de perigo, posto que é revelado com orgulho pelos homens mesmo em idade adulta; como já foi apontado, é uma das atividades que simboliza a virilidade. Evidentemente não é fortuito ele revelar a tenra idade com que fez uma atividade que demanda tanta força e coragem; ao fazê-lo, afirma-se como homem capaz e responsável.

A seqüência da derrubada da mata é sempre marcada por uma relação em que o proprietário da terra (legítimo ou não) recebe sua renda através do arrendamento ou de outras formas de pagamento, como a porcentagem. O camponês entrevistado revela as duas formas: primeiro pagou porcentagem ao fazendeiro e, posteriormente, tomou a terra em arrendamento. Refere-se ao fazendeiro como um “*patrão muito bom*” porque lhe arrendou terra mesmo tendo ainda apenas 16 anos. O “bom” encontra-se no fato de ter sido possibilitada a sua reprodução, entretanto tal fato desvela a situação de fronteira em que, mesmo a rapazes, as terras eram entregues em parceria ou arrendamento de modo que a mata fosse derrubada e a fazenda formada. Ou seja, tão precário era esse trato social que jovens tornavam-se responsáveis por atividades extremamente perigosas e dispendiosas de força física.

A situação de fronteira fica explícita também na atividade de cozinheiro que ele desenvolveu, cozinhando em sua expressão para “*25 peões*”, ou seja, em um universo masculino, do qual não eram as famílias como um todo que faziam parte.

A vulnerabilidade social em que se encontravam determinou que ele e seus irmãos se separassem: o caçula foi morar em Mato Grosso, tornando-se alfaiate após ter sido adotado, enquanto o outro separou-se deste mais velho em trajetórias de fazendas diferentes.

O arrendamento, entretanto, foi uma constante em sua vida, a migração de uma fazenda para a outra se dava na busca por terra para a sua reprodução: “... *em Pereira Barreto, uma fazenda nova que tinha derrubado... eu vim para plantar roça também*”. É recorrente, portanto, a abertura da fazenda ou a chegada às fazendas novas, “recém-derrubadas”, para “plantar roça”. Esta roça, como atesta sua fala, tinha cultivos destinados à alimentação (que também eram comercializados), além de culturas de caráter estritamente comercial, como é o caso do algodão e do amendoim, arrolados com os demais produtos como o milho, o feijão e o arroz.

É na vivência da situação do arrendamento que o camponês conheceu sua esposa e é com a família dela que ele migrou para arrendar terras próximas à Fazenda Jacilândia. A migração cessa quando a família chega à Fazenda Jacilândia: “*Aqui nesse terreno aqui que a senhora está me vendo aqui, eu estou morando aqui de 1957, em cima dessa terra!*”

O sítio de meu interlocutor corresponde, hoje, justamente à área ocupada pela família há praticamente 50 anos; ele inclusive localiza sua primeira casa em seu sítio, de pau a pique, próxima ao córrego. A legalização de sua terra por meio da Lei de Revisão Agrária demonstra que, mais do que a condição de camponeses-rendeiros, estas famílias tinham a condição de camponeses-posseiros, como ele revela ao afirmar que durante alguns anos a terra ficou sem cobrança de renda: “*uns três anos seguramente ficou sem renda... ninguém cobrava a renda que era para o povo ir embora. Ficou melhor para o povo ficar! Como o povo ficou sem pagar renda nenhuma, como ia fazer? Como fazia? O Estado ia despejar esse monte de gente?*”

A sua fala, novamente jocosa, indica que houve uma pressão, seja por parte do Estado, seja pelos administradores da fazenda, para que as famílias saíssem da área, deixando, para isso, de cobrar a renda. Ou seja, não cobrar a renda era uma forma de deslegitimar o contrato pela cessão de uso da terra. Entretanto, como afirmou o camponês “*ficou melhor para o povo ficar*”, ou seja, a não cobrança de renda deixava

os camponeses na condição de posseiros, ou ainda melhor, posto que a renda não era cobrada.

Contudo, como atesta o primeiro depoimento transcrito neste capítulo, algumas famílias deixaram a terra após a extinção da cobrança da renda que era, nitidamente, uma ação para que as famílias as deixassem. Foram, portanto, constrangidos a deixá-la e, no entanto, a ela retornaram em pouquíssimos anos.

Os camponeses sabiam que as terras eram públicas e depreende-se do discurso das famílias que pairava dúvida sobre a legitimidade dos administradores que a fazenda teve. Os camponeses deixam entender que tinham séria desconfiança se, de fato, o dinheiro da renda era verdadeiramente destinado ao Estado:

... viemos para cá, chegamos aqui como arrendatários, vendeu a propriedade lá [em Monte Aprazível, onde seu pai tinha um sítio de três alqueires] e aqui nós passamos a ser arrendatários, aí eu não me lembro o certo quantos anos pagou renda disso aqui, mas depois não sei porque não veio mais renda, não cobraram mais renda aqui do terreno, aí ficou, também não lembro quantos anos ficou sem renda, aí depois apareceu uns administradores aí e começaram a cobrar renda, mas essa renda eu acho que já era por conta deles mesmos cobrando essa renda, alguns pagavam, outros não, não é?¹²

Está implícito no discurso do camponês também a ação de grileiros na área¹³. Houve, inclusive, um conflito entre um dos “arrendatários”¹⁴ e um dos “administradores” da fazenda Jacilândia, que foi assassinado em uma festa de casamento.

D. Jandira (mãe): Aqui também vinha assim, quando nós mudamos aqui era um administrador, a primeira vez, aí brigas, aí mataram ele, aí depois veio outros, então vinha, tinha uns que ficavam um ano, dois, eram assim até boas pessoas, depois vinha uns já eram mais carrascos, mais Lampião, mais dizer que nem meu filho, já andava assim de armado e tudo, na hora de receber renda tinha tudo isso, não é? Era mais assim, bagunçado, Mais jagunço. E outros não, outros já eram, aí depois veio um tal

¹² Entrevista com sr. Waldemar Pacheco, em julho de 2004.

¹³ Vê se o quão complexa é a relação do campesinato com a terra. Neste caso, a trajetória do camponês é iniciada como camponês-proprietário com pouca terra, passa a ser camponês-rendeiro, posteriormente camponês-posseiro e, finalmente, torna-se camponês proprietário novamente.

¹⁴ Reproduzi a expressão “arrendatário” entre aspas, posto que o camponês utilizou esta palavra para definir sua própria condição. Entretanto, sua condição e a dos demais camponeses naquele momento era a de camponês-rendeiro. Segundo Oliveira (1991a) arrendatário é o capitalista que arrenda a terra, quando o camponês toma terra em arrendamento ele é rendeiro.

de doutor Antônio, esse era boa pessoa, veio Chico Bursa, era administrador também, boa pessoa, era amigo da gente, sabe? Ai veio um tal de Zé Maria que já não era tão legal assim, já era mais dos corruptos, esses queriam renda ... diferente.

Jaime (filho) - Na verdade, o pessoal da época não tinha certeza se eles estavam pagando...

D. Jandira (mãe) - Agora a gente não sabia para onde ia essa renda. Porque se você vai numa fazenda aqui, você está pagando a renda para o fazendeiro, agora nós, não sabia para quem a gente estava pagando aquela renda, então colhia, aí ia o fiscal da fazenda, os empregados da fazenda iam lá e dividiam, não é? Você colhia o milho e fazia os montes lá, eles iam lá e dividiam e levavam a parte deles, da fazenda. No começo era até em carro de boi, carroça, depois tinha um caminhãozinho e levava embora para fazenda, diz que ia pará, não sei para onde, esse doutor Antônio diz que veio de Jacareí [ele morava aqui?] é, tinha a sede. Já foi desmanchada, tinha a sede aqui... a primeira ficava até no sítio que era do meu cunhado, depois ficou lá embaixo [...] tinha 50 alqueires, lá tinha gado, eles tiravam leite, esse leite ia lá para estrada de ferro, não sei para onde que ia eles levavam, não era bem o leite, eles levavam o creme de leite, não tinha geladeira, não tinha nada, punha no latão e levava... isso aí eu lembro, então quando eu mudei aqui a primeira vez, aqui já tinha desmatado, mas ali daquela parte para lá até Meridiano era mata, mata mesmo, então só tinha ranchinho de sapé mas a gente não tinha nem uma máquina para tirar a foto nem nada, não tem nada registrado, só na cabeça de quem ainda está vivo, então era só casa de sapé. Ai quando começou a vir que nem nós para arrendar terra, aí a gente já fazia casa pau a pique mas com telha, já não era a nossa, a gente não chegou a morar em sapé não, mas eu vi muito ranchinho de sapé, vinham os nortistas para tirar a madeira, aí a madeira era, aqui mesmo na estrada de ferro aqui o trem parava e pegava aqui mesmo no meio da estrada... madeira para fazer os dormentes da estrada de ferro, então cortavam madeira boa, aí eles iam derrubando tudo. E o que prestava para eles levar eles levavam, o que não prestava, queimava ou as pessoas pegavam para fazer alguma coisa... esse povo, os mais velhos já morreram tudo e eu nessa época eu era criança... eu vim para aqui com cinco anos, está com 53 anos... [pergunto sobre o administrador que foi assassinado] Esse aí, é de um que devia para ele, e ele estava num casamento, aí o outro não queria pagar a dívida e era assunto da fazenda também, era dívida de renda, aí ele achou mais fácil dar uma facada no homem do que pagar, aí ficou uns par de anos na cadeia e depois soltou e o outro perdeu a vida. Diz que ele estava jantando, nós fomos até convidados para esse casamento, mas nós não fomos, eu era criança nessa época, eu tinha seis anos, já fazia um ano que estava aqui, até que teve a inauguração da escolinha, foi dia de São João, aí teve forró e teve churrasco, a fazenda deu um churrasco da moda antiga assim, fazia, a churrasqueira era um buraco assim... foi muito bonito, depois teve um forró e isso foi em São João, aí depois no mês seguinte teve um casamento e o administrador era padrinho, aí quando foi na hora da janta diz que ele chamou ele pelo nome, ele chamava José Bueno: 'Oh, José Bueno você quer receber? Eu vim para te pagar'. Ai diz que ele virou, a hora que ele virou, ele carcou a faca nele. E matou ele, aí nós fomos no velório dele.... era mixaria, hoje muitos devem aí milhões e nem pagam...

Seu discurso deixa antever claramente a atuação de grileiros e jagunços na área, as expressões que a camponesa utiliza para definir a ação dos grileiros explicitam como eles atuavam, por isso diz que alguns eram “*mais carrascos, mais Lampião*”, ou seja, atuavam com violência.

Esta violência não era apenas verbal ou coercitiva, o que estava em jogo era a vida dos camponeses posseiros intimidados com arma de fogo: “*já andava assim de armado e tudo, na hora de receber renda tinha tudo isso, né? Era mais assim, bagunçado, mais jagunço*”.

Quando a camponesa afirma que na hora de receber a renda “*tinha tudo isso*”, sugere que teria que enfrentar o grileiro armado, ou em suas palavras - aliás, ela o diz com todas as letras - “*o jagunço*”. Por isso era mais “*bagunçado*”, ou seja, sem ordem e sem lei.

As famílias posseiras vivenciaram aquilo de peculiar e característico que há na situação de fronteira, que é exatamente a violência, a tensão entre ordens morais e sociais diametralmente opostas¹⁵.

Tanto a situação da frente de expansão é vivenciada em sua infância, que ela relata o processo de derrubada de mata desta fazenda, da extração da lenha para as dormentes da estrada de ferro¹⁶. Ela vive, em seu cotidiano infantil, a abertura das fazendas, a expansão da linha férrea, a apropriação privada das terras e a atuação violenta de grileiros e jagunços.

A frente pioneira se expandindo por essas terras é atestada em sua fala quando diz que “*daquela parte para lá até Meridiano era mata*”, ou seja, ela está descrevendo a Frente de Expansão se transmutando em Frente Pioneira.

A camponesa retrata as casas de sapé dos “nortistas” que foram lenheiros, assim como boa parte de seus vizinhos. A casa de sapé testemunha a fugacidade da situação

¹⁵ MARTINS (1996b e 1997), CHAIA (1981).

¹⁶ A estrada de ferro sintetiza a simbologia da frente pioneira em São Paulo.

desses camponeses: revela não apenas a condição econômica, como também a condição-camponesa, no sentido do tempo que poderá permanecer em determinada terra. A possibilidade de permanência, ao contrário, é atestada pela “casa de pau a pique”, já “coberta com telhas”. Ela, assim, lamenta não poder ter fotografado estas imagens agora retidas apenas em sua memória e “daqueles que ainda estão vivos”.

Observa-se em sua fala que pagavam renda em produto pelo uso da terra aos ‘fiscais’ e ‘administradores’ da fazenda, ela dá a entender que a cobrança da renda foi aumentando no decorrer dos anos¹⁷.

A tensão entre os posseiros e um dos grileiros culminou com a morte deste último. Não paira dúvida sobre o assassinato do grileiro estar vinculado à questão da terra, não era uma questão pessoal ou de outra ordem, tanto assim que ela afirma: “*era assunto da fazenda também, era dívida de renda*”.

O diálogo que ela reproduz do momento da morte do grileiro dá a entender que o posseiro estava sofrendo pressão para que pagasse a renda: “*Você quer receber? Eu vim para te pagar*”. O assassinato no dia de um casamento e, sendo o morto o padrinho, dá ao episódio um caráter ainda mais emblemático, com uma clara mensagem de que não deveria ser esquecido.

Minha interlocutora está falando de violência no campo, violência sentida no cotidiano de sua infância e em boa parte de sua vida adulta. Esta violência pela posse da terra é a marca daquilo que chamamos de situação de fronteira: é o conflito pela apropriação da terra¹⁸.

A camponesa deixa antever em sua fala o momento emblemático do processo violento que vivenciavam: “*já andava assim de armado e tudo, na hora de receber renda tinha tudo isso, não é?*” Ou seja, o recebimento da renda é o cerne da questão, é ele que está por trás do conflito; é a apropriação da terra que está em jogo. De um lado

¹⁷ Nessa relação, configuram-se como camponeses-parceiros, entretanto, nota-se no depoimento que a dúvida sobre “os responsáveis” pelo recebimento da renda indica que eram camponeses-posseiros e entregavam parte de sua produção aos grileiros da área.

¹⁸ MARTINS (1996b e 1997), CHAIA (1981).

os grileiros apropriando-se da terra através da violência e, portanto, de sua renda, e de outro, os camponeses, em busca de terras para se reproduzirem.

Nesse sentido é que se dá a explicação para o nome do capítulo “A Resistência Camponesa”. Esta resistência começou há mais de 50 anos, na tenacidade dessas famílias posseiras de permanecerem nessas terras, enfrentando a violência privada dos grileiros e, mais tarde, na década de 70, enfrentando a violência do Estado mediando interesses privados.

O que as falas revelam é que a terra pública estava sofrendo um processo de grilagem pelos supostos administradores, que cobravam renda em nome do Estado, angariando para si uma soma pela cessão do uso de uma terra que de fato não lhes pertencia.

A terra pertencente ao Estado, à Cia Estrada de Ferro Araraquarense, foi adquirida por meio de uma desapropriação judicial contra Theodor Ville & Cia., em 1943¹⁹. A partir de então a Estrada de Ferro Araraquarense passou a desmatar a área para extrair a madeira nobre, destinada à fabricação de dormentes, e as demais, para abastecer as locomotivas.

A aquisição dessas terras pelo Estado, a partir de uma ação contra uma companhia privada de terras, revela que o que havia por trás desta área era um processo de valorização das terras por meio das companhias de colonização que, como foi visto no capítulo referente aos conflitos no campo em São Paulo, muitas vezes legalizavam terras sobre as quais havia pendências jurídicas e ainda, um intenso processo de grilagem.

O estabelecimento da propriedade privada, em áreas posteriores à chegada da linha férrea, constituía-se em um mecanismo de grande valorização dessas áreas a partir da possibilidade da renda diferencial que seria extraída após a instalação da ferrovia.

¹⁹ Ver BARBUDO (2002a).

Aliás, como apontou Chaia (1981), os interesses das companhias colonizadoras caminhavam par e passo com a construção das estradas de ferro. Mais do que isto: a própria Companhia Paulista de Estradas de Ferro veio a tornar-se a principal acionista da CAIC (Companhia Geral de Agricultura, Imigração e Colonização do Brasil).

Por isso, portanto, grande parte da Fazenda Jacilândia, largamente utilizada pela Estrada de Ferro Araraquarense, encontrava-se no fim dos anos 50 já desmatada. Ou, para utilizar a expressão dos camponeses, “era terra velha”.

Já era terra velha, você vê: em 57 já era terra velha, porque eu vim em 49 para cá, ela já estava derrubada e já tinha tirado a lenha, porque isso foi um lenheiro, já tinha tirado toda a lenha, então já era terra velha, e já tinha gente tocando roça, em 49. Então foi isso, quer dizer que em 57 ela já era terra tocada, não estou te falando, já tinha plantado bananeira, e nós arrancamos as bananeiras velhas... arrancamos tudo para fazer roça.²⁰

A fala revela que a fazenda já estava “derrubada” pois já havia tido lenheiro, ou seja, a lenha tinha sido tirada da terra. A referência explícita à lenha indica o destino direto da madeira para o uso na Estrada de Ferro.

Há que se chamar atenção para o fato do camponês chamar de “terra velha” uma terra que havia sido desmatada há cerca de uma década. De fato, sua vivência na frente de expansão torna sua referência para avaliar a terra diferente daquela dos grupos camponeses estabelecidos em áreas já constituídas sob o ponto de vista da sociedade capitalista. Em outras palavras: só é possível classificar como terra velha uma terra que foi desmatada há 10 anos, a partir de uma experiência em que reiteradamente o próprio camponês desmatou a área em que posteriormente plantou, usufruindo a fertilidade natural da terra, especialmente em seguida à derrubada da mata.

Os camponeses deixam entender, em suas falas, que vivenciaram a condição de posseiros, mas raramente assumem esta identidade, preferindo ter seu passado na Fazenda Jacilândia relacionado à expressão arrendamento do que à de posseiros. Sem dúvida, isto se dá em função da grande dificuldade que mais tarde algumas famílias

²⁰ Entrevista com o sr. João Baiano.

tiveram de permanecer na área, quando da regularização a partir da Lei de Revisão Agrária, como será discutido.

Há, entretanto, o depoimento de um dos camponeses da Fazenda Jacilândia, em que este assume abertamente a condição de posseiro.

Sua fala é imagética, ao ouvir sua história de vida parece que se está diante de uma obra de literatura. Selecionei um trecho de seu depoimento que, embora grande, é de um lirismo impressionante. Ele retrata, ao falar de sua vivência, a beleza da experiência humana no enfrentamento das condições sociais mais adversas:

Eu vou te contar como foi, a minha vida foi muito, uma vida boa e sob o tipo família não foi, por causa que eu nasci em Marília em 1940 e aí com um ano de idade, os meus pais que são baianos, então foram para Bahia e me levaram já daqui, lá eu morei 11 anos, aí meu pai faleceu, muito novo, com 36 anos de idade, deixou seis filhos, a minha mãe só sabia tomar conta de nós, não tinha emprego naquele tempo, não tinha nada naquele sertão bravo lá e aí eu, meu pai era negociante, ele vendia, vamos supor, hoje usamos o carreto do avião, do navio, naquele tempo era lombo de burro, então meu pai tinha umas 30 mulas e cada uma carregava 120 quilos, 60 de cada banda e ele tocava na estrada, quando era de noite ele parava, descarregava aquelas mercadorias no chão, qualquer tipo de mercadoria ele transportava, ganhava a vida assim, era sal, querosene, café, e até explosivo para abrir estrada de ferro, transportava em lombo de burro, não tinha as estradas que tem hoje, era trilha, ali Feira de Santana, Jequié e depois Contendas, que nós mesmos a origem do meu pai é Caculé e Guajeru, então nós ficamos na divisa de Minas mesmo, ali Licínio de Almeida e com quatro anos eu já viajava com o meu pai, na garupa, só eu e ele e mais um rapaz que trabalhava com ele, aí de noite a gente posava assim no ar livre, punha o couro de vaca assim, punha um caldeirão, fazia, não sei se você já viu nos filmes, um fogo de buxo e cozinhava ali, o arroz de tropeiro: carne seca e arroz, e fazia ali, a janta era arroz com carne seca e de noite cozinhava o feijão com toicinho de porco para comer no outro dia cedo, nosso almoço era sete horas, sete horas da manhã, comia e viajava o dia inteiro, só ia jantar à noite, a gente parava, comia requeijão, comia tijolo, lá tem muito para o norte tem disso... tijolo é feito de cana, é tipo de uma rapadura, só que é mais mole, né? E assim eu criei... água também, levava água, mas as águas não era fácil não, a água era péssima, eu já bebi dessas águas que ajunta assim, ela é muito suja, punha a camisa assim, por na boca e sugar... é um filtro, e aí a gente tinha uma vida boa na minha casa, tinha bastante fartura, mas aí quando o velho morreu, a minha mãe não soube fazer mais, a minha mãe foi dispondo dos bens que ele tinha, nós ficamos numa situação que depois nós éramos em seis irmãos e cada um foi para a casa de um parente... só conseguiu [ficar com a mãe] os dois mais novos, ela foi para a vila e lá ela puxava água na cabeça para por na casa daquelas mulheres e carregava isso na cabeça do rio para casa, ela puxava na faixa de umas 40 latas de água por dia com uma distância de mais de dois mil metros, minha mãe era baiana forte e alegre, muito alegre, fazia tudo isso sempre dando risada, o

sofrimento para ela não existia, para ela não passava na cabeça dela, é um povo sofrido, mas um povo muito alegre, o sofrimento para eles não existe, sempre dando risada e assim ela levava a vida e os outros o tio pegou e padrinho, uns vieram para São Paulo, outros para o Paraná, aí a família apartaram tudo, aí eu com 12 anos, vi minha mãe naquela situação e falei para ela: 'mãe eu vou embora'. Ela olhou em mim e disse: 'meu filho, como você vai embora?' Eu falei: 'ah, mãe, aqui não tem jeito, não tem serviço para fazer, o que o meu pai fazia, acabou tudo', mas eu tinha aquela vontade de seguir o que o meu pai fazia, mas como a situação não deu, ela teve que vender tudo, não sabia ganhar dinheiro, aí, menina, eu vim embora para São Paulo com 12 anos, voltei para aqui para São Paulo onde eu nasci, o meu berço querido, não é? São Paulo, eu amo os dois estados, a Bahia e São Paulo, para mim se for para dividir o coração um pedaço é de um e outro de outro, o norte me deu muito amor e São Paulo me deu coragem e estou por aqui, casei por aqui, criei meus filhos por aqui, mas não esqueço da Bahia não, Bahia para mim é tudo também, é os dois... até agora em julho eu estive lá, depois de 50 anos que eu vim para cá, eu voltei lá, para as raízes, para as origens, e lá eu vi ainda minhas tias, meus primos [...] depois de passados 50 anos os caras ainda me conheceram. E foi que nem eu falei para você... quando eu vim de lá para cá eu vim para Adamantina, já ouviu falar? Na Paulista Nova, eu e uns colegas meus, eu tinha 12 e o mais velho tinha 20... um pedaço nós viemos de caminhão e outro pedaço a gente veio de trem, gastamos uns oito dias de trem lá de Monte Azul, Minas Gerais, até São Paulo, aí nós chegamos em São Paulo, nós pegamos uma migração que tinha antigamente, lá tinha uma casona, aquele povo ia para aquela migração, depois daquela migração aí pegava o destino, uns queriam ir para o Paraná, para São Paulo e aquele tempo a gente vinha, quando chegou na cidade que a gente ia descer lá em Adamantina... [Como vocês escolheram a cidade?] Ah, nós não vamos nem para o Paraná nem para o Mato Grosso, nós vamos para São Paulo, que o baiano gosta de São Paulo mesmo, quando nós chegamos em Adamantina, era fim de linha, de ferro, ali acabava a linha de ferro, era a última estação ali, a gente descia, Paulista Nova, ali, nós paramos, o dinheiro a gente não tinha, sem dinheiro que a gente veio de amigração de São Paulo até ali, ali o governo pagava, mas como naquele tempo era muito bom de serviço, não é? Era disputado, o trabalhador braçal aqui era disputado que nem um ouro. Nós chegamos em Adamantina, o trem parou, a gente via aqueles homens ali, perguntando se queria trabalhar para eles, se queria trabalhar para o outro, não é que nem hoje que eu vejo os meus filhos aqui doido por causa de emprego, aí o homem chegou: 'Ó, baiano, quer vir trabalhar para mim na minha fazenda?' falou para o Manoel que era o mais velho, a gente tinha um chefe que era o Manoel, aí o Manoel falou: 'Vamos, vamos trabalhar sim. Que serviço é do senhor lá?' 'Ah, é plantar café.', plantar café lá na fazenda e roçar mato, e carpir café e plantar café é serviço braçal assim de roça, plantar milho, amendoim, algodão, mas a gente não sabia nada disso, a gente conhecia milho, amendoim, lá na Bahia, mas eu nunca fui disso, o meu negócio era tropa, viajar para estrada. Era o carreteiro de hoje, chamava-se tropa, tropeiro... o tropeiro, tem o tropeiro de boiada que toca boi, são as comitivas, posa nas pousadas, que nem nas músicas sertanejas fala muito [...] agora voltando lá no meu serviço que eu cheguei, que eu cheguei lá da Bahia com 12 anos, esse homem falou para esse Manoel se a gente queria trabalhar com ele e nós fomos. Aí ele falou: 'Em quantos você estão?' Ele falou assim [o amigo mais velho]: 'Cinco'. Eu não esqueço, isso aí

eu não esqueço, o homem olhou e falou assim: 'Não, é só quatro'. Ele me enfeitou! Ai ele [o Manoel, o amigo mais velho] falou assim: 'Esse aqui também'. Ele falou: 'Não, esse aí não, o que que eu vou fazer com esse menino? É muito criança. Não posso levar ele'. Ai o Manoel que era chefe falou: 'Ah, então nós não vai não, né, porque ele está junto com nós, nós prometeu para mãe dele que nós ia cuidar dele, então nós é companheiro, nós não pode não. Nós não vai trabalhar para o senhor não, nós vai arrumar outro que quer ele, então nós vai tudo junto'. Ai o homem olhou, era muito difícil, precisava da mão-de-obra, falou: 'Ah, eu levo ele também.', trouxe eu de contra-peso. Ai eu vim para fazenda, chegou no outro dia, dormimos naquelas camas de vara... ai moça, no outro dia cedo levantamos e fomos plantar café na lavoura, ai o patrão, que era o administrador da fazenda, falou para o fiscal ensinar nós, a gente não sabia plantar, quando foi à tarde, eu muito curioso, o homem perguntou para o fiscal: 'E o baianinho aí, como é que foi?' 'Ih, plantou café igual os outros'. Ai o fiscal perguntou assim: 'Que jeito que marca o dia dele?' Falou: 'Ah, paga do mesmo jeito dos outros'. Era 200 réis... ai trabalhou, trabalhou, recebeu, meus colegas recebiam, também mandavam para as mães deles... esse patrão era muito bom para pagar, ele pagava até toda semana se você quisesse, mas eles davam comida para nós... não, não descontava não, o preço era esse já dando almoço e janta... arroz e feijão e carne e estava bom demais, e café cedo e pão na merenda, tratava muito bem, São Paulo é legal, e aí e eu sempre pensava na minha mãe, falava: 'Meu Deus do céu, a minha mãe lá puxando água e eu ganhando esse dinheirinho' e eu não sabia, eu não conhecia dinheiro... mais de dois meses que eu tinha trabalhado eu não sabia já quanto dava, mas dava uma nota boa, então deu muita sorte que a mulher do homem, chama-se dona Maria, foi com o meu santo, gostou de mim, os outros já eram tudo pessoa grande... eu era molecão, não cansava, ficava por ali, tratava de uns porcos para ela, depois que eu chegava da roça e ajudava a puxar uma água, e naqueles tempos o povo era sistemático, não queria levar um cara que não conhecesse, homem adulto, lá para dentro da casa, e ela sempre me chamava na cozinha, me dava um bolo, me dava uma coisa... ai eu comecei a contar para ela e ela começou a ter muita dó de mim, então eu falei para ela que eu queria mandar aquele dinheiro e o homem falava: 'Você não quer receber não, baianinho?' Falei: 'Não, o meu dinheiro eu quero mandar para minha mãe'. Ai um dia ela falou assim: 'Olha, veja quanto ele tem aí que eu vou conversar com os colegas para ver o endereço onde ele mora que eu vou mandar o dinheiro para mãe dele', falou para o marido, ele fez a conta, ela perguntou como chamava a minha mãe, o lugar que era, ela escreveu essa carta, pôs no correio e registrou e mandou o dinheiro e mandou uma conversa lá para minha mãe que ela cuidava de mim [...] E o homem [o patrão] olhava em mim assim: 'Ó, baianinho, você sabe mexer com cavalo?' Eu falei: 'Ah rapaz, eu acho que eu sei' 'Você não quer fechar essas vacas aí?' Ai eu fechei e eu era meio doidão, não tinha medo não, com 12 anos eu montava em qualquer troço, burro, cavalo, até hoje... aí, moça, o homem daquele dia em diante me tirou eu daquele serviço e falou para mim: 'Dá para você levar minha filha na cidade?' 10 quilômetros só, na vila tinha escola, então eu levava as filhas dele para estudar e trazia 120 pães para os peões comerem na merenda, e aí ele foi me tirando do serviço pesado lá da roça, aí eu fiquei só com aquela charrete, levava as filhas do homem para estudar e levava almoço na roça com aquela charrete, que era muita comida, não dava para levar no braço, aí eu fui, trabalhei com eles uns par de tempo... quiseram me adotar e eu não quis, não. Não, eu

considero vocês como pai e mãe também, mas adotar não, pai só tive um e mãe também, não quero não, e aí nessa vida, aí eu ganhei um dinheirinho e aí eu fui trabalhar com o meu tio em lavoura de café, meeiro, em serviço de roça eu já fiz tudo: eu já plantei café, já derrubei mato, já furei poço, já toquei boiada aqui em São Paulo, já toquei roça por minha conta, já quebrei também. E nunca recebi herança, não. Busquei a minha mãe quando eu tinha 20 anos, ganhei dinheiro e busquei ela, lá no Norte, fiz a minha primeira casa ali naquele pé de manga, ali embaixo. É, comprei um alqueire de terra aqui, mas não era comprado, aqui era um tipo de, um tipo de, uma fazenda do Estado e ficou um tipo posseiro, então o povo que morava aqui não pagava a renda para o Estado, mas aqueles um que tinha bastante terra, você ia trabalhar para eles, eles te cobravam de você, entendeu? Cobrava de você. Então tinha um senhor aqui que tinha um alqueire de terra e ele tomava muita cachaça e ele tinha 10 filhos e eu trabalhava por dia. E eu cheguei aqui, parecia o norte! Ninguém tinha patrão! Eu falei: 'Aqui é ajeitado! Eu vou ficar por aqui.' Aí eu vim trabalhar para uma fazenda que era do Estado que punha pessoa braçal e pagava, mas os outros eram tudo registrado no Estado, mas eu não, eu era braçal, mas eu não era nada registrado, nunca fui registrado na vida, aí eu ajuntei um dinheiro, ajuntei, já estava morando com a minha mãe numa casinha, a primeira casinha que eu morava perto de um tio meu aqui, era de capim, é capim, fincava uns paus e cobria de capim e eu trouxe a minha mãe e um irmão meu, mais novo do que eu, e uma irmã mais nova, e pus lá dentro daquele biombo, elas posavam aqui e cozinhavam aqui e eu posava para fora, no fundo da casa do meu tio, aí foram dois anos nessa luta, já aqui nesta fazenda... [que ano, o senhor se lembra?] Lembro, 62, eu cheguei por aqui em 61. [Como o senhor veio parar aqui?] De lá de onde eu estou falando para você? De Adamantina eu vim para Irapuru, eu fui para Entre Rios, que é Itapura, lá embaixo perto de Andradina, de Andradina eu voltei para Guaraçai, Machado de Melo, Lavínia, Valparaíso, conhece? Araçatuba, aí de Araçatuba... fui trabalhando e depois finalmente em 61 que eu vim aqui para Jacilândia, que é aqui onde eu moro...²¹

O camponês certamente desvenda sua realidade (e a realidade mais ampla) por meio de sua fala. Ao contar sua trajetória, leva quem o lê (ou o escuta) para os lugares onde esteve, para suas angústias, seus dramas, mas também para suas satisfações, seus deleites, desvendando, ao mesmo tempo, os valores que orientaram e que orientam sua conduta.

Há diversos aspectos a serem abordados a partir desta fala. Alguns dos trechos grifados em seu depoimento revelam tais aspectos.

O primeiro a ser discutido é a questão da migração. Ele nasceu em Marília-SP, em 1940, no período em que o café era largamente cultivado na região de Marília, filho de pais baianos, ou seja, antes dele, os pais também tiveram a trajetória de

²¹ Entrevista com o sr. Armindo José dos Santos.

migração atada aos grandes ciclos agrícolas que demandavam uma extensiva mão-de-obra requisitada nas demais regiões do país. Chaia (1981) apontou, como já indiquei, o enorme número de migrantes nordestinos que foram encaminhados para a zona da Frente Pioneira, por meio do Departamento de Imigração e Colonização.

Este camponês, como todos os demais entrevistados na Fazenda Jacilândia, tem a origem, própria ou dos pais, na Bahia. Seus pais inclusive retornaram à Bahia, como os de outros entrevistados e, posteriormente, eles próprios ou a geração seguinte migrou novamente para São Paulo.

É de se notar em seu caso - tal como o de outro camponês entrevistado cujo depoimento já foi abordado - a pouquíssima idade com que migrou para São Paulo. Esta migração, como foi visto, não foi em companhia da família, mas de um grupo de amigos, também muito jovens.

O Estado subvencionava, portanto, a migração de jovens e crianças para um trabalho “adulto”, tanto assim que o fazendeiro o “enjeitou”. O aceite do fazendeiro deu-se mediante a recusa do “chefe” do grupo em deixar um dos membros de fora, afinal tinham prometido à mãe do mais novo que cuidariam dele. A própria ação do camponês mais velho revela a lógica de sua sociabilidade. E o camponês que entrevisto afirma: “*isso eu não esqueço*”.

A ferrovia é a marca do processo migratório no oeste paulista. Tal como na fala do outro camponês entrevistado, na fala do sr. Armindo²² também aparece a expressão “amigração” para definir a maneira como viajaram da capital paulista para o interior.

A referência à “*casona*” em que permaneceram por alguns dias antes da viagem para o interior, “uma migração que tinha antigamente”, diz respeito também à Hospedaria do Imigrante.

Quando pergunto porque escolheram Adamantina, ele explica que é porque era o fim de linha, “*ali acabava a linha de ferro*” e, me pergunta: “*é na Paulista Nova, já*

²² Ver as Fotografias 86, 90 e 91.

ouviu falar?” O “fim da linha” e o nome do ramal refletem de maneira cabal sua trajetória de migração relacionada à frente pioneira, constituída a partir da privatização das terras em conjunto com a construção das linhas férreas.

A fala do camponês mostra que ele atuou tanto na frente pioneira, com as propriedades privadas já estabelecidas, quanto na frente de expansão, em que o processo de privatização das terras estava em andamento. Isto fica claro nos tipos de atividades realizadas por ele: “em serviço de roça eu já fiz tudo: eu já plantei café, já derrubei mato, já furei poço, já toquei boiada aqui em São Paulo, já toquei roça por minha conta...”. Plantar café revela o trabalho na frente pioneira e em áreas já constituídas como território capitalista, já a derrubada do mato e “tocar roça por conta própria” demonstram o trabalho na frente de expansão, portanto no período de transição de uma para outra.

O camponês viveu um processo migratório intenso, em busca de trabalho. A permanência em determinada terra, às vezes, não ultrapassava um ano. O número das cidades que ele cita, em terras nas quais trabalhou, é elevadíssimo, sobretudo se for considerado que foi em um curto período - cerca de oito anos. A continuidade de sua fala revela minuciosamente este processo:

... já chamava, sempre chamou Jacilândia, era fazenda do Estado, depois o Estado, foi quando o Estado foi abandonando e aquele povo foi assim invadindo, tipo sem terra, quando eu vejo assim, eu falo: 'eu também fui sem terra e eu estou com vontade de ser de novo' [risos] e eu falo mesmo que eu fui sem terra porque eu nunca recebi herança, né? E fui um menino de rua também, eu quando eu vejo esses meninos por aí, eu fico pensando: 'meu Deus, eu também fui assim', não discrimino eles não, que a nossa vida é assim... aí desse negócio que eu estou falando para você que eu fiz essas viagens. [O senhor trabalhava em que nessas viagens?] Que nem eu furei para você, eu cortei lenha para estrada de ferro para aquelas maria-fumaça... eu cortei lá perto de Andradina, café eu plantei lá em Adamantina, lá em Irapuru que era Paulista, perto de Dracena e Junqueirópolis, ali eu toquei café, por dia, para os outros, carpia algodão, agora lá em Itapuras, que antigamente lá tinha o Palácio do Dom Pedro, não sei se você já ouviu falar? Teve o palácio do Dom Pedro lá no tempo da Guerra do Paraguai, depois teve um palácio lá que até aqueles cascos daqueles vapor ainda tinha lá quando eu cheguei, o prédio era feito de madeira, mas tinha dois andares, como é que os homens colocaram aquelas puta trave lá em cima? É lá em Irapuru, para baixo de Adamantina chama Itapura, o lugar, perto de Urubupungá, já ouviu falar da usina de Urubupungá? Hoje é usina, mas quando eu cheguei lá não era

usina, era puru uma cachoeira, eu já vi muita coisa bonita, e hoje a turma fala que é feio, mas era muito lindo, era só mato, muito mosquito, muita árvore, muita mata mesmo! Muitos perigos que tinha, mas a gente sempre conviveu, eu não acho isso perigoso, o homem é que não sabe trabalhar, conviver com as coisas, né, não pensa, e vai querer e se dá mal. E aí eu vim para cá, para Guaraçai, que nem eu tava falando de Andradina para cá e chegou em Lavínia e eu toquei café de ameia em Valparaíso, também toquei café de colono na fazenda do Jeremias Lunardelli, foi o maior produtor de café do Brasil, Jeremias Lunardelli, fazenda Guapei, município de Valparaíso, fica na linha Noroeste do Brasil, dali eu vim para uma vilinha aqui para baixo, chama Tabajara. [Como o senhor vinha? Ouvia falar alguma coisa?] Vinha trabalhando, a gente trabalhava um ano, trabalhava uns dias, conforme o serviço, a gente ia mudando, mudava todo ano. [E vinha alguém junto com o senhor?] Umaz vezes vinha, outras vezes eu vinha sozinho, arrumava um patrão e ia trabalhar para ele, mas sempre esse tio meu ficava na retaguarda, sempre ele estava num lugar e eu trabalhava dois, três meses e depois voltava na casa dele, sempre eu tinha esse apoio de voltar lá no tio que é irmão do meu pai, aí em Araçatuba eu puxei boi dois anos, de Mato Grosso, comitiva, ia embarcado naquela linha de ferro da Noroeste do Brasil, até Campo Grande, com os animais dentro do trem e a gente ia junto com os animais, lá o patrão comprava a boiada, que era o boiadeiro e aí a gente vinha tocando por terra para Araçatuba, de Araçatuba para Presidente Prudente, para Paranavaí [...] menina eu não sei como o homem tem um poder tão forte de destruir as coisas assim tão rápido, se, você vê a floresta que era isso aqui, as madeiras de lei que tinha, a boniteza que era, os córregos, os rios que tinha, os peixes que tinha, as coisas que tinha, hoje você não vê nada, hoje me dá tristeza, eu vivi bastante, hoje estou triste porquê... aqui, quando eu cheguei já estava assim, porque tinha um meeiro da estrada de ferro, então eles derrubavam, mas aqui tinha muito mato ainda quando eu cheguei, agora aquela região lá de Itapura e de Andradina, eu vi muito mato, muita anta, muito veado, gaeiro, muita cotia, muito jaó, muito jacu, muito... eu cheguei a ver índio aqui em Mato Grosso, aqui eu nunca consegui ver, aqui a gente só via os lugares que diz que eles moraram, né? Agora lá em Mato Grosso eu cheguei a ir nas aldeias deles, são bons! Gente boa, Xavante... eles falam, mas fala muito enrolado, dá para entender, já estava mais ou menos conversando com os brancos, os brancos adotou eles já, já estragou eles, invadiram o que eles tinham e até hoje invadem e não respeitam nada. Porque eu acho que isso aqui o dono deles era os índios porque eu fico pensando comigo mesmo: como tem gente que tem tanta terra e os outros não têm nada? Se os homens inventaram um negócio de tomar e depois fazer documento e vender para os outros, não foi? Eu fico possesso com isso, agora, rapaz não era de ninguém! O Brasil foi mal distribuído, mal planejado, porque precisava ter muitas matas, o homem não precisa desbravar tudo para viver, não é? Que nem os índios, eles viviam e não desbravavam, apenas que, queria ser índio? Não. Não queria, mas nas origens deles via que eles não desbravavam, então a gente tem alguma coisa a aprender com eles, não tem? [...]

Sua migração mostra exatamente a expansão das frentes pioneiras e de expansão, o trabalho que realizou em cada uma das cidades mostra exatamente esta expansão no oeste paulista: “chegou em Lavínia e eu toquei café de ameia em Valparaíso,

também toquei café de colono na fazenda do Jeremias Lunardelli... eu cortei lenha para estrada de ferro para aquelas maria-fumaça... eu cortei lá perto de Andradina, café eu plantei lá em Adamantina... ”.

Assim, se em Adamantina, Lavínia e Valparaíso o camponês trabalhou nas lavouras de café, já nas proximidades de Andradina, a noroeste do estado, o camponês cortou lenha: participou da derrubada das matas no processo de constituição das fazendas e de construção das linhas férreas.

Sua fala nos revela, assim, a localização da frente de expansão e da frente pioneira naquele momento histórico.

O Mapa 13 , que representa seu processo migratório, construído a partir de seu depoimento, revela o quão intensa é a busca pela própria reprodução e por uma terra de trabalho.

A continuidade de sua fala demonstra que sua migração chegou ao fim quando encontrou as terras “livres” da Fazenda Jacilândia:

Eu já fiz quatro casas aqui nesse lugar, só que eu cheguei aqui com 21 anos... [Como o senhor veio?] Eu ouvi falar que aqui tinha essas terras assim, de posseiro, e eu achei que se eu viesse para cá talvez eu conseguiria algum pedaço, pelo menos um pedaço, cheguei aqui achei, que nem eu estou falando para você, o cara morava aqui que nem eu, eu estou morando aqui você chega e: 'você quer me vender isso aqui?' Só que não tinha documento, então era o tal, você saia e um entrava, e você me pagava aquele pouquinho, só que não tinha escritura, não tinha documento, não tinha nada. Comprava a posse, os direitos, mas não tinha documento nada, aí eu comprei desse homem esse alqueire de terra, que eu era solteiro ainda, quando eu cheguei, trabalhava para o homem lá do Estado que tinha os peões dele mas ele pagava para mim por dia [...] aí eu já estava com a minha mãe, já tinha trazido, só que a minha mãe morava perto do meu tio, porque eu não tinha onde morar, eu morava na casinha de capim lá perto do meu tio e eu estava comprando esse para fazer um rancho para por a minha mãe... aí aqui eu fui trabalhar por dia, aí fiz uma família, fui trabalhar por dia para poder tratar deles [da mãe e dos irmãos], aí eu trabalhava para os outros por dia e ia na vila comprar as coisas, mudança a gente não tinha, as roupinhas que ela trouxe foi dentro de um saco amarrado, uma trouxinha assim, interessante, né? E aí, nós fizemos uns colchões adaptados aí de fardo de algodão, enchemos de palha de milho e dormia ali... lá perto do meu tio, na casinha de capim, aqui mesmo nessa fazenda, lá do lado do córrego, o meu tio já estava aí, meu tio comprou um pedacinho ali, do mesmo jeito que eu comprei, de outra pessoa, o cara foi embora e meu tio comprou e ele falou: 'Faz um biombo aí para você aqui perto de

casa', e aí eu já tinha buscado a minha mãe, já tinha família não podia pender para lá e para cá tocando boiada, então eu casei faz muito tempo! Então eu fiquei ali trabalhando e cuidando da minha mãe, dos meus irmãos. Aí eu comprei desse rapaz... eu fiz uma casinha com as telhinhas que ele tinha ali, arrumei a casinha, porque era de coqueiro assim, barro, mas era já melhor do que a que eu estava, porque a que eu estava era só de capim, aí eu fiz essa casinha, trouxe a minha mãe para aí e fiquei aí trabalhando... aí a minha mãe ficou comigo aí esse tempão tudo, e aí eu plantei roça... plantei amendoim, plantei algodão e plantei milho [...] aí acabou aquela roça e fui colher café para os outros... um alqueire e quarta de roça, é dois hectares, aí eu colhi naquele tempo: 280 arrobas de algodão, 120 sacos de amendoim e 40 sacos de arroz e dois carros de milho que eu plantei pro meio do algodão, eu fiz um colheirão, igual aquela eu acho que não fiz ainda não... parece que estava dando tudo certo... aí eu fiquei esse tempão inteiro aqui, aí o Estado veio aqui e fez um tipo colonização da Fazenda Jacilândia, ele não podia tirar mais o povo que era muita gente, então o governo Franco Montoro, um grande governo brasileiro, para mim foi, e ele veio, mandou uns engenheiros aqui e fez esse arrançamento, loteou, quem tinha 10 ficou com cinco, quem tinha 20 ficou com 10 e eu tinha sete fiquei com seis, e aí eu fui comprando, todo ano que eu fazia colheita eu ia comprando daqueles outros que queriam vender, sem documento, pauleira, né, eu ia comprando dos caras, eu tinha roça aqui em sete lugares, era pingado, o cara queria vender um alqueire lá para o outro lado eu pulava e ia... marcava com os paus [as divisas] isso aqui era tudo cheio de casa aqui para baixo, tinha umas mil casas de gente, parecia uma cidade, aqui foi muito divertido, hoje nisso aqui de noite eu saio nesse terreiro, que eu sou velho aqui, eu vim para cá, na cidade só tinha negociante, não existia gente assim que nem está hoje para trabalhar, trabalhador lá você não ia buscar, você tinha que plantar só o que você colhia, eu trocava dias, mutirão, essas coisas assim, eu trabalhava dois ou três dias para você, depois você vinha trabalhar dois, três dias para mim, porque dinheiro também não tinha, então, e aí quando o Estado veio fez o levantamento e loteou.²³

Essa busca e seu processo de migração só cessaram com sua chegada à fazenda Jacilândia, que, em suas palavras, “quando eu cheguei aqui parecia o norte, ninguém tinha patrão!”. Meu interlocutor dá a entender que a Fazenda Jacilândia parecia-se com as “terras livres” do norte.

Portanto, é só no momento em que ele se torna posseiro que sua migração termina. Ser posseiro permitiu a ele não ter patrão, ou seja, ter total autonomia; por isso ele diz, gracejando, que “achou ajeitado”.

A situação de posse da terra e, ao mesmo tempo, de grilagem dessa área, fica absolutamente explícita em seu discurso: “um tipo de uma fazenda do Estado e ficou

²³ Entrevista com o sr. Armindo, realizada em julho de 2004.

um tipo posseiro, então o povo que morava aqui não pagava a renda para o Estado, mas aqueles uns que tinham bastante terra, você ia trabalhar para eles, eles te cobravam de você, entendeu?”.

Verifica-se que o camponês diz “*um tipo de posseiro*” que não pagava renda para o Estado, entretanto “*aqueles uns*” que tinham bastante terra cobravam renda dos camponeses. Ora, depreende-se de seu discurso que, ao mesmo tempo em que a terra estava ocupada por posseiros, estava também tomada por grileiros que, tendo se apropriado de grandes porções de terra dentro da própria fazenda, cobravam indevidamente a renda por seu uso.

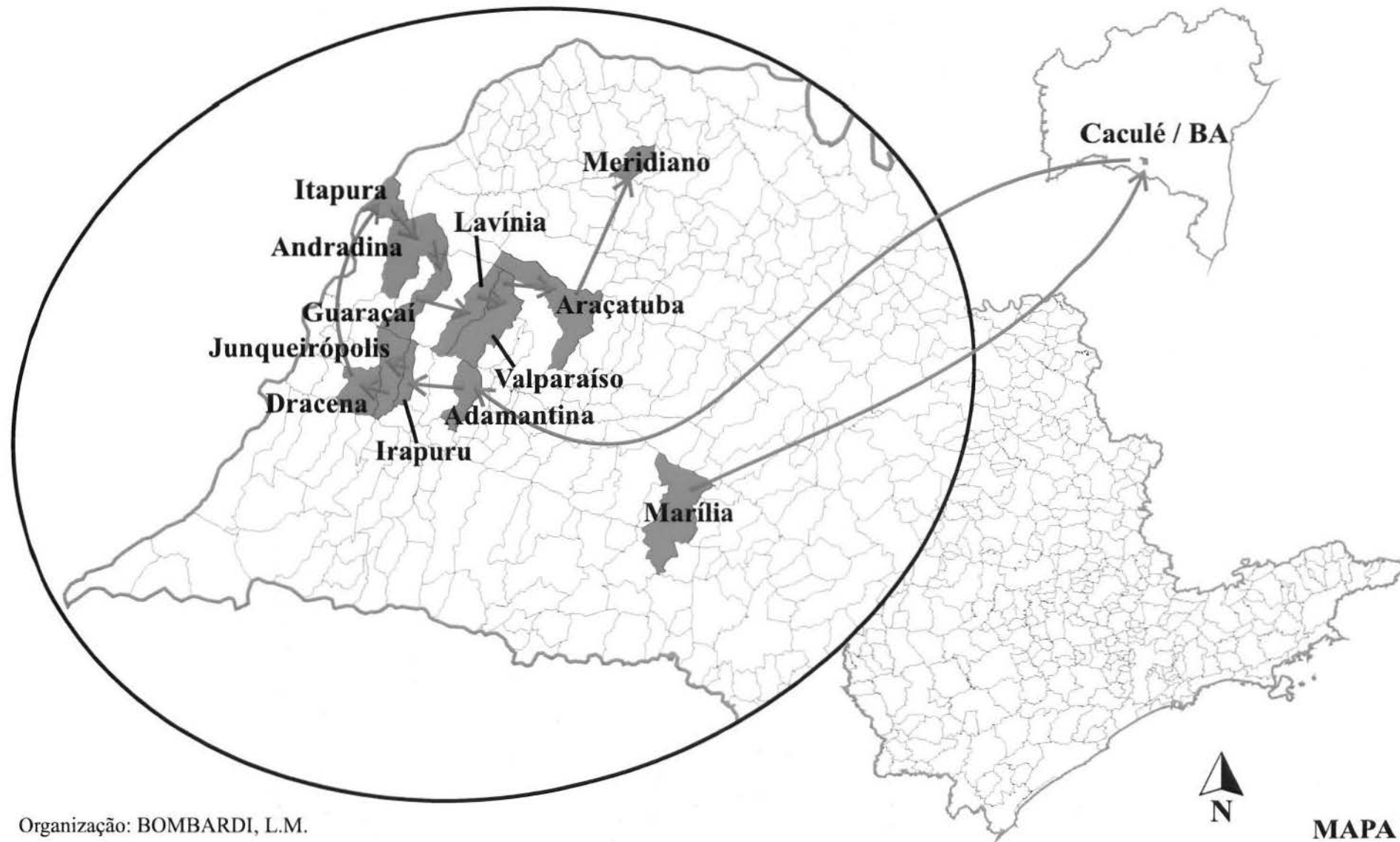
A chegada à Fazenda Jacilândia se deu justamente por ter a possibilidade do acesso à posse da terra: “*Eu ouvi falar que aqui tinha essas terras assim, de posseiro, e eu achei que se eu viesse para cá talvez eu conseguiria algum pedaço*”. Circulava entre os camponeses, portanto, a informação dos locais onde havia terras livres, expressa na sentença “*terras assim de posseiro*”.

Os camponeses da Fazenda Jacilândia foram manifestamente em busca dessa possibilidade, o que fica explícito em seu discurso: “*talvez eu conseguiria algum pedaço*”.

É justamente a partir de sua condição de posseiro, ou na iminência de conquistá-la, que o camponês trouxe parte da família, sua mãe e irmãos menores, da Bahia.

Para definir a existência da posse, o camponês afirma que o “*Estado foi abandonando e aquele povo foi assim invadindo, tipo sem-terra*”. Sabidamente a área era pública e o Estado não a estava assumindo, o que justifica, sob o ponto de vista camponês, a sua ocupação pelas famílias de posseiros.

Trajетória de Migração do Sr. Armindo José dos Santos



Organização: BOMBARDI, L.M.

Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.

Base: IBGE / 2002 - São Paulo - Municípios.

Fonte: Entrevista de Trabalho de Campo, Julho de 2004.

MAPA 13

Sem Escala

Assim, para que se entenda o pressuposto que dirigiu a ação das famílias é que ele diz que o *“povo foi invadindo, tipo sem-terra”*. Para se fazer entender, ele escolhe a expressão “tipo sem-terra”, comparando sua situação anterior à situação atual dos sem-terra: tal como estes, ele também não tinha acesso à terra, a não ser mediante o pagamento da renda pelo seu uso.

Muito embora a infância desse camponês não tenha sido camponesa - aliás, ele deixa claro que quando criança sonhava em poder ser tropeiro como seu pai - a autonomia aparece como possibilidade de reprodução de sua vida quando encontra a terra sem patrão.

A situação de posse fica também caracterizada na maneira como as “roças” eram distribuídas. ou seja, os camponeses não tinham áreas contíguas, como ele mesmo afirmou, *“era tudo pingado”*, eles compravam de outros camponeses o “direito” de ficar com a terra sobre a qual o primeiro já tinha *tomado posse*.

A condição de posseiro deu a esses camponeses uma compreensão bastante ampla da sociedade e da própria condição camponesa. Estes, que hoje são camponeses-proprietários, camponeses-sitiantes, identificam-se prontamente com os sem-terra: *“eu também fui um sem-terra”*.

Esta comparação/identificação brota livremente em seus discursos, redundando em uma compreensão da causa dos sem-terra e de sua atuação política através das ocupações.

A vivência da situação de fronteira, que os fez presenciar cotidianamente o processo de grilagem de terras (por exemplo, de áreas próximas à fazenda Jacilândia que eles inclusive sabem indicar como foram griladas por determinadas famílias) dá-lhes a noção real da concentração fundiária: *“como tem gente que tem tanta terra e os outros não têm nada? Se os homens inventaram um negócio de tomar e depois fazer documento e vender para os outros, não foi? [...] O Brasil foi mal distribuído, mal planejado”*.

Esta concentração fundiária está pautada, evidentemente, na apropriação privada das terras e o camponês tem consciência disso, tanto que esse mecanismo fica explícito na expressão “*inventaram de tomar e depois fazer documento e vender*”. Ou seja, o processo de tornar as terras vendáveis (privadas) passa pela força de quem tem o poder de se apropriar de grande parcela e “produzir” um documento que a torne “real”, que a privatize.

Esta indignação surge quando ele está se referindo aos índios, ou seja, a inconformidade se dá por *saber* que “*não era de ninguém!*”. Sua vivência lhe possibilita um olhar extremamente compreensivo e consciente da condição não apenas dos camponeses sem-terra, como também da dos indígenas: “*os brancos adotou eles já, já estragou eles, invadiram o que eles tinham e até hoje invadem e não respeitam nada...*”.

O camponês tem consciência, portanto, de que a perda dos territórios indígenas se dá em função da invasão dos não-índios, que os “adotaram” e os “estragaram”. A palavra adotar tem o sentido de “tornar igual”, neste caso, “estragar”, ou seja, trazer aos índios valores de destruição e concentração.

Esse olhar compassivo que tem para com os indígenas e os camponeses sem-terra, sem dúvida é também fruto da vivência de sua própria condição de camponês sem-terra, de camponês-posseiro²⁴. Vivência esta que reverbera em sua compreensão da sociedade atual. Sua condição de camponês, sua consciência de classe permite que se afine com os interesses e reivindicações dos demais camponeses e também dos indígenas. Sua condição de classe subalterna – assim como sua trajetória pessoal – permite que ele extrapole esta compreensão para os demais setores subalternos da sociedade, assim é que ele se identifica e afirma: “*fui um menino de rua também*”.

Percebe-se em sua fala que a família é a estrutura da trajetória de vida. Mesmo tendo migrado sozinho, por inúmeras vezes, esta migração não se dava “solta”, ou seja, sem relação com os membros da família. Conforme ele mesmo afirma, “*sempre*

²⁴ Sobre as noções de “legal” e “legítimo” para camponeses-posseiros ver Martins (1993).

esse tio meu ficava na retaguarda", a palavra retaguarda indicando justamente onde estava o seu "porto-seguro", a referência estruturante de sua vida. A própria chegada à Fazenda Jacilândia deu-se por meio de seu tio; são as teias e relações familiares que conduzem também o processo migratório e a chegada, se possível, à terra "sem patrão".

Nos trabalhos de campo, é possível captar que a migração é sempre pautada por esta teia de informação, ela nunca ocorre isoladamente. A mudança se dá em conjunto com os demais membros da família e/ou, a partir destes. O outro camponês, cujo depoimento também foi transcrito anteriormente, migrou para São Paulo com 16 anos, chegou à Fazenda Jacilândia com sua nova família - sogro e cunhados.

A família dá a estrutura para o trabalho constante na terra, tanto assim que ao trazer a mãe e os irmãos, o camponês diz *"me casei cedo"*, ou seja, constituiu uma família cedo, o que determinou que *"tocasse sua própria roça"*. A possibilidade de se reproduzir na terra sem patrão é retratada com regozijo e satisfação por meio das expressões: *"eu fiz um colheitão, igual aquela eu acho que não fiz ainda... parece que estava dando tudo certo"*.

A sociabilidade tradicional camponesa reproduziu-se nestas terras, como vimos, através das práticas de trocas de dia e mutirão, efetivadas pelos camponeses-posseiros.

Portanto, pode-se ver que os camponeses da Fazenda Jacilândia raramente utilizam a expressam "Reforma Agrária", ou mesmo "Revisão Agrária", os termos mais utilizados por eles são "loteamento" e "colonização": *"o Estado veio aqui e fez um tipo colonização da Fazenda Jacilândia"* ou *"o Estado veio, fez o levantamento e loteou"*.

A ação do Estado em lotear estas terras aparece – a princípio - na interpretação dos camponeses, não como uma ação deliberada, de proposta política do Estado de implantação da reforma agrária, mas como a única saída (ainda que à revelia) para lidar com tantas famílias que ocupavam estas terras. Nesse sentido é que afirmam: *"ele não podia tirar mais o povo porque era muita gente"* e também *"como o povo ficou*

sem pagar renda nenhuma, como ia fazer? Como fazia? O Estado ia despejar esse monte de gente? Tinha cento e tantas famílias. Então não ia despejar esse povo todo, então resolveu lotear”.

Entretanto, esta compreensão refere-se mais ao período da década de 70, quando de fato a Lei veio a ser implantada. Se há um período para o qual eles se referem com a expressão “reforma agrária” é justamente o início da década de 60 (que corresponde à proposição da Lei durante o Governo Carvalho Pinto e, posteriormente, à sua suspensão durante a gestão Adhemar de Barros):

... vinha a conversa que ia lotear, vai ter reforma agrária, mas não saía, sabe? Não saía. Aí eles cortaram até a renda, ficou um tempo sem renda e não saía [...]. [Pergunto se ela ouviu falar sobre uma Lei da reforma Agrária] Então, foi a época que começou a falar da loteação, aí parou de cobrar a renda porque era para lotear, mas aí demorou porque a loteação mesmo saiu aqui em 75.²⁵

Pode-se ver nesta fala uma interpretação diferente para a cessação da cobrança de renda, no entendimento dessa camponesa; a atitude de “cortar” a renda era o início de um processo de “loteação” que veio a ser realizado muitos anos mais tarde.

De qualquer forma, para os camponeses, o período no qual não foi cobrada a renda pelo uso da terra tem relação com o processo de regularização da área (seja para que as famílias a deixassem, seja para a implantação da reforma agrária).

Entretanto, embora o processo de loteamento tenha sido, de fato, iniciado após 1975, os camponeses têm consciência de que a reforma agrária foi proposta no início da década de 60. Isto fica claro no depoimento anterior e nos seguintes:

... aquele povo que morava fazia pedido para lotear, porque o povo estava aí, tinha muitas famílias, aí não ia sair... [Pergunto quem fazia o pedido para lotear] Eu não tenho mais o jornal aqui, eu acho que eu perdi [...] quem fez o pedido foi o meu sogro Manoel Barbosa dos Santos, tem a fotografia dele na parede [...] foi pedido dele, foi pedido para o... naquele tempo o governo, se eu não estiver enganado, o Governo era Carvalho Pinto. E o secretário era daqui de Campinas, se eu lembrar o nome dele eu vou te falar. [Pergunto se eu, falando o nome, o ajudaria a se lembrar. Falo o nome de José Bonifácio Coutinho Nogueira] Não era, era outro, era um velhão branco, ele veio aqui, quando fez a loteação ele veio aqui, eu esqueci o nome dele. Eu sei que o Procurador do Estado era de Rio Preto, era Júlio Luchesi, era o procurador do

²⁵ Entrevista com a sra. Jandira, em julho de 2004.

Estado, eu tenho fotografia deles, lá, aí se eu achar, só não tenho daquele de Campinas, mas do Júlio Luchesi eu tenho, o velho eu esqueci, sei que ele era de Campinas, o governador era Carvalho Pinto [Pergunto: E isso foi em que ano?] foi em 75. [Em75?] Que loteou a fazenda foi em 75. [Mas que o governador era o Carvalho Pinto foi antes?] Foi antes, que foi quando fez o pedido, fez o pedido para ele, era Carvalho Pinto, mas que ela foi loteada foi em 75, agora o ano que foi feito o pedido eu não lembro... [Pergunto como o sogro fez para pedir] Ah, o pedido deve ter sido feito por carta, por intermédio de um prefeito de Meridiano, o prefeito daquela época, eu não sei se ele já era prefeito, chamava Donato Marcelo Barbo, ele já morreu, mas achô que naquele tempo ele era o prefeito... ele que fez o pedido, o meu sogro era muito amigo dele, era, aí fizeram o pedido... [E o Governo autorizou?] Deve de ter autorizado, porque fez, não é? O engenheiro que veio para fazer o loteamento era de Itapeva, chamava Aparecido Campolim de Almeida [Pergunto por que demorou tanto tempo para o governo lotear de verdade] Sei lá eu, coisa de Estado sempre é mais demorado...²⁶

Este depoimento demonstra que o camponês sabe que, quando foi proposta a reforma agrária, o Governador era Carvalho Pinto. Vê-se também que ele diz o nome do governador espontaneamente, o que é muito significativo. Entretanto, ao falar do processo de loteamento em si, os dois momentos aparentemente se confundem: quando o camponês fala do Carvalho Pinto, pergunto a ele quando foi, ele responde que foi em 1975. Volto a perguntar, repetindo o ano e então o camponês esclarece que 1975 foi o ano em que teve início o loteamento.

De sua fala depreende-se que a ação do Estado veio a reboque do pedido dos camponeses, liderados por seu sogro. É desse mesmo camponês a fala de que o Estado fez o loteamento, pois não tinha como despejar tanta gente. É possível inferir que ele está falando de dois momentos diferentes, o primeiro, relacionado ao Governo Carvalho Pinto, e o segundo, quando de fato o processo de loteamento foi iniciado, em que evidentemente o número de famílias estabelecidas na terra estava mais consolidado.

Entretanto, não é consensual entre os camponeses a versão de que se mobilizaram para que houvesse a efetivação do “loteamento” ou da “reforma agrária”:

[Por que o Estado resolveu lotear?] Ah, isso foi pela reforma agrária, não é? Isso já vinha há muitos anos eles falando em lotear essa fazenda e teve uns anos aí que eles

²⁶ Entrevista com o sr. João Baiano, em julho de 2004.

até andaram tirando vara assim para fazer as balizas, de vez em quando você via aqueles montes de vara aí, depois acabaram as varas... esqueceram disso, eu sei que andaram mexendo com isso várias vezes, mas eu acho que eles iam ver a documentação da fazenda aqui e acho que não estava muito legal, então eles desistiam... [E quando foi a primeira vez que o senhor escudou falar que ia fazer reforma agrária?] *Foi 60, não é? No certo, a gente não lembra, mas foi por aí, na década de 60...* [E foram as famílias que pediram?] *Não, isso foi pelo governo mesmo...*²⁷

Este depoimento contém uma alusão implícita à Lei de Revisão Agrária. Ao ser perguntado por que o Estado fez o loteamento, ele responde que “foi pela reforma agrária”, ou seja, *pela* proposta de reforma agrária, *através* dela, o que também se confirma com a indicação do período em que foi realizado o loteamento, a década de 60.

Percebe-se que o processo de medição para a implantação da Lei de Revisão Agrária é ilustrado em sua fala por meio da lembrança das “*varas para fazer as balizas*” e a interrupção desse processo é atestada pela ausência das mesmas: “*depois acabaram as varas... esqueceram disso*”.

A presença “das varas” era o testemunho que os camponeses tinham do andamento da efetivação da reforma agrária. Por isso, quando elas “acabaram”, os camponeses tiveram certeza de que “esqueceram disso”, ou seja, de que o Estado abandonou o projeto.

Ainda em 1962, foi designado pela Assessoria de Revisão Agrária o Engenheiro Agrônomo encarregado dos estudos da Fazenda Jacilândia²⁸. A partir de agosto desse ano, o Grupo Executivo de Jacilândia passou a encaminhar à Assessoria de Revisão Agrária os balancetes mensais das despesas efetuadas pelo grupo. Esses trabalhos e encaminhamentos, entretanto, iniciados em 1962, perduraram apenas até setembro de 1963²⁹.

²⁷ Entrevista com o sr. Waldemar Pacheco, em julho de 2004.

²⁸ Informações obtidas a partir de pesquisa no Arquivo da Assessoria de Revisão Agrária, atualmente instalado no Memorial do Imigrante.

²⁹ Idem.

Isto significa que em meados do primeiro ano do Governo Adhemar de Barros os serviços para a implantação da Lei de Revisão Agrária no município de Meridiano foram extintos, como atesta também o depoimento de uma funcionária da Secretaria da Agricultura (lotada na Assessoria de Revisão Agrária) naquele período³⁰.

Assim, a expressão “esqueceram disso” é a interpretação dada pelos camponeses da Fazenda Jacilândia para a interrupção dos serviços públicos de implantação da reforma agrária. Esta interpretação estava baseada no julgamento de que a situação jurídica da fazenda tinha pendências. Ou seja, os camponeses tinham consciência do significado complexo que tinha uma área pública ocupada por posseiros e alvo da ação de grileiros.

A expressão “esquecimento” é recorrente quando o camponês refere-se ao Estado, “*o povo da roça é o mais esquecido*”, diz ele, entre outras frases que ilustram esta interpretação. Os camponeses sabem que o Estado pouco media sua relação com o mercado, como sabem também que a não continuidade de um projeto de reforma agrária, sem dúvida, acontece deliberadamente, em função do projeto político do grupo governante.

Não foi fortuita, portanto, a extinção da implantação da Lei de Revisão Agrária justamente no primeiro ano do governo Adhemar de Barros que - como já foi discutido no capítulo referente à trajetória da Lei de Revisão Agrária - teve sua candidatura respaldada pelos latifundiários e, como bandeira de sua campanha, uma posição veementemente contrária à Lei.

Se para o caso de Jaú a continuação da implantação da Lei deu-se de maneira restrita, não sendo executada da forma como fora feito em Marília e Campinas, para os casos das fazendas Jacilândia, em Meridiano, e Pirituba, em Itapeva, este processo foi apenas esboçado, como atestam as falas dos camponeses entrevistados.

³⁰ Sra. Adélia Benta Donadon do Amaral, entrevista realizada em setembro de 2004.

5.2. Fazenda Jacilândia: grilagem e resistência

“Veio um oficial da justiça, diz eles que era, mas a gente não conhecia, não sabia nem quem era. Uma notificação para mim desocupar, deu um prazo, não lembro mais de quantos dias, mas um prazo curto. Vinte dias, por aí, um mês no máximo, tinha que desocupar a área. Aí foi aonde que eu fui lá com o advogado, ele falou: ‘Não, você não vai sair de jeito nenhum’. Aí ele disse que se eu não desocupasse ia ter despejo, que não sei o quê... [Quem?] O engenheiro, não é? O engenheiro e os cupinchas dele, porque sempre tem uns cupinchas, e aí fiquei quieto, mas só que eles não vieram mexer, mas só que não me deram a escritura, não”

Sr. Waldemar Pacheco

Ambas as áreas (Jacilândia e Pirituba) eram alvo de grilagem de terras no momento de implantação da Lei de Revisão Agrária e, no caso da fazenda Pirituba, havia ainda o agravante de que o próprio governador do estado, sucessor de Carvalho Pinto, Adhemar de Barros, a destinara para a implantação de um projeto piloto de cultivo de trigo, cedendo a área para um agrônomo estrangeiro. Tal processo, como será discutido, deu margem a uma enorme grilagem dessa terra, que até hoje não está totalmente resolvida.

Assim, o governo seguinte à gestão Carvalho Pinto não só deixou de dar continuidade à implantação dos projetos da Revisão Agrária que já estavam em andamento, como possibilitou a ação dos grileiros em terras públicas, há muito tempo ocupadas por posseiros.

Apenas na década seguinte, durante a ditadura, é que o Estado voltou a retomar as atividades nas duas áreas. Como se viu nos depoimentos dos camponeses, esse processo na Fazenda Jacilândia foi reiniciado em 1975 e gerou uma série de conflitos, de diversas ordens. A implantação da Lei restringiu-se à legalização das posses,

mediante compra; entretanto, essa “legalização” excluiu uma parte das famílias de posseiros que lá estavam e deixou outras insatisfeitas com os limites estabelecidos pelos técnicos:

Após várias reuniões com os ocupantes, seriam eles admitidos como lavradores e ali permaneceriam caso se enquadrassem na Lei nº 5994, de 30/12/1960, desde que “ocupassem áreas entre 5 a 10 alqueires, ou seja, 12,10 a 24,20 hectares”. Acertou-se que aqueles que ocupassem áreas abaixo de cinco alqueires, se o desejassem, poderiam ocupar até cinco alqueires, buscando-se dessa forma eliminar o minifúndio incapaz de manter uma família de trabalhadores. (BARBUDO, 2002^a, p.43)

O Estado, através de seus funcionários, arbitrariamente e à revelia de boa parte das famílias de posseiros, prosseguiu o trabalho de demarcação dos lotes, muito embora, nesse processo, uma parte das famílias ficasse alijada.

Transparece, nos documentos da equipe da Assessoria de Revisão Agrária, citados e até reproduzidos pela pesquisadora anteriormente citada, o autoritarismo e o preconceito dos técnicos envolvidos com a implantação da Lei, com relação à parte das 114 famílias de posseiros.

O texto a seguir diz respeito ao mecanismo encontrado pelos técnicos da Assessoria de Revisão Agrária para despejar as famílias que “não se enquadravam na Lei”. O texto, que cita nominalmente as pessoas, com “abusos de adjetivos”, é revelador do olhar tanto dos próprios técnicos, quanto do da pesquisadora ao introduzir o referido documento:

Dos 141 lavradores, 134 deveriam ser contemplados após o levantamento sócio-econômico, pois todo o serviço de topografia, localização e demarcação dos sítios já estava concluído, quando alguns elementos ali residentes, que não se enquadravam na lei (pois não haviam sequer feito a inscrição em obediência ao edital publicado no DO de 25, 26 e 27 de julho de 1975 com prazo de 30 dias de validade), começaram a criar problemas ao restante do loteamento e à sua regularização.

Outrossim, os residentes na área, alegando “direito de posse”, o faziam afirmando que “somente sairão de lá sob ordens judiciais”, o que na prática seria inviável por tratar-se de área pertencente ao Estado; obrigaram então a equipe do ARA a solicitar uma ação de despejo junto à Procuradoria Geral do Estado. O referido ofício relaciona o nome de pessoas, justificando os motivos pelas quais as mesmas não se enquadravam na Lei:

Passamos para governo de Vossa Excelência, a relacionar os elementos que devem ser notificados para despejos da Fazenda Jacylândia, por ocuparem

parte dela indevidamente e não se ajustarem às condições legais que regem a colonização, além de impedir ação oficial.

1º JOEL ANTONIO BUENO – Elemento que não se inscreveu nos termos do edital e ocupa área de mais ou menos 5 alqs. (14,52ha), impedindo que outros trabalhem. Reside na Fazenda Jacylândia.

2º SAMUEL GOMES COELHO – Elemento intransigente, processado pela Polícia Florestal por ter posto fogo na mata existente e feita (sic.) derrubada ilícita na área destinada à Prefeitura Municipal. Ocupa cerca de 4 alqs. cuja área faz parte de 4 lotes impedindo o seu aproveitamento por outros elementos melhores classificados.

3º ANTONIO S. DE FREITAS – Não está inscrito, ocupa área de 1,2ha, que constitui parte de 1 lote já destinado a outro lavrador. Reside na Fazenda.

(...)

12º ANTONIO MODESTO – Não aceitou o lote que lhe foi destinado. Inscreveu-se e foi classificado, porém, não aceita as condições e está criando problemas ao Grupo Executivo que promove o loteamento, porque não deixa outros elementos trabalhar no lote.

(...)

17º MARIA FRANCISCA DE JESUS – MARIA BAIANA – Ocupa área aproximada de 4 alqs, não se inscreveu, estando portanto fora dos direitos de pleitear lote, deverá ser citada.

(...)

Em todos os casos a correspondência deverá ser encaminhada aos cuidados do Grupo Executivo – Jacylândia, Casa da Agricultura, Meridiano. Temos quase certeza que iniciados os processos contra esses elementos, alguns desses problemas se resolverão com facilidade. Há necessidade entretanto de agir contra eles, para o que solicitamos as providências da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, superiormente orientado por Vossa Excelência para dar início aos respectivos processos de despejo. (BARBUDO, 2002a, p. 43-46, grifos nossos)

É, de fato, aviltante e ao mesmo tempo sintomática a forma como os técnicos referem-se às famílias de posseiros, os “elementos” “intransigentes” que ocupam as terras públicas e que, na discordância de uma ação também pública, são obrigados a deixar a terra através de um procedimento que os toma por criminosos.

Como foi possível perceber, as expressões utilizadas pelos técnicos para definir os camponeses – endossada pela pesquisadora citada - os criminaliza. Tanto o faz que, ao final do documento, o técnico afirma que *“iniciados os processos contra esses elementos, alguns desses problemas se resolverão... Há necessidade entretanto de agir contra eles.”* Este “eles”, aos quais o técnico refere-se, são as famílias que deveriam

ser beneficiárias da Lei de Revisão Agrária. Entretanto, estava ocorrendo justamente o oposto. Ao afirmar que seria necessário “agir contra eles” estavam sendo perpetradas ações de despejo. Ao invés das famílias – em sua totalidade – terem direito à terra, estavam sendo expulsas.

Vê-se, pelos exemplos anteriores, que a ação de parte dessas famílias revela que havia discordância e descontentamento quanto ao procedimento dos funcionários do Estado.

Por paradoxal que seja, o Estado, muito embora em governos distintos, ao mesmo tempo em que legalizou posses com a implantação a Lei de Revisão Agrária (uma lei que dizia respeito à reforma agrária), foi agente expropriador de famílias de posseiros.

O que houve na Fazenda Jacilândia foi um processo conflituoso para a regularização de sua área. Tal conflito deu-se entre técnicos e funcionários públicos - representantes do Estado – e as famílias camponesas.

Esta foi a segunda etapa de resistência dessas famílias: uma resistência contra a corrupção praticada por funcionários públicos, em alguns casos representando os interesses de grileiros, como ficará ainda mais claro no caso da Fazenda Pirituba.

Esse conflito e a luta das famílias para a permanência em suas terras fica absolutamente explícito nos depoimentos colhidos em trabalho de campo:

D. Jandira (mãe) – *Tinha a conversa de que ia lotear, vai ter reforma agrária, mas não saía, sabe? Não saía. Ai eles cortaram até a renda, ficou um tempo sem renda e não saía.*

Jacinto (filho mais velho) – *Depois na verdade vieram os espertalhões lá, que vieram do Estado, só que ai eles não fizeram como deveria ser feita, não é?*

D. Jandira (mãe) – *Ele foi protegendo, sabe? Teve as proteções, quem dava mais agrado, tinha melhor coisa, e isso quando a gente descobriu...*

Jacinto (filho mais velho) – *Em outras palavras, quer dizer hoje, era corrupção, não é? Eles eram corrompidos. Geralmente quem gosta destas coisas fareja... Sabe quando o cara é corrupto, então aqueles que deram mais benefícios para ele, ele foi favorecendo ele, aqueles que na verdade tinham um direito sobre a terra muitos foram escolhidos. No caso nosso aqui mesmo chegamos a, meu pai recebeu acho que duas ou três cartas de despejo na época. Devia ter guardado. Não sei se... vocês devem ter*

queimado [fala para a mãe]. *Ele não saiu mesmo meio de pirraça porque ficou, ficou. Mas na verdade o que que era? Era interesse, porque ele [o agrônomo] alegava que não tinha direito àquilo ali, aquelas pessoas mais fracas não conseguiram sair fora ou então dava de graça para outros e outro vinha e ficava no lugar. Foi mais ou menos por aí.* [Pergunto por que o agrônomo achava que o pai dele não tinha direito e quem era esse agrônomo] *Era engenheiro, engenheiro do Estado e, na verdade o nome dele era, deve ser sobrenome...*

D. Jandira (mãe) – (prontamente): *Campolim.*

Jacinto (filho mais velho) – *Era Campolim, não é? O sobrenome dele, o engenheiro que era, como se diz, o chefe.*

Pode-se ver no diálogo que o filho fala em “*espertalhões que vieram do Estado*” referindo-se aos técnicos responsáveis pela demarcação dos lotes. Posteriormente, ele explica o significado da palavra “*espertalhão*” como sinônimo de corrupto: “*hoje seria corrupto*”. Em sua fala *hoje* denota sua condição de acesso à informação, como veremos.

O camponês aponta nitidamente para uma ação, por parte do engenheiro agrônomo, de favorecimento mediante dinheiro ou outras formas de pagamento de interesse pessoal, caracterizando um procedimento de suborno, ou mesmo prevaricação.

Ele põe em desconfiança o critério de “*escolha*” das famílias que puderam permanecer na terra, sugerindo que parte das mais “*fracas*”, ou seja, economicamente mais fracas, que também *tinham direito*, foram sumariamente excluídas do processo. Esta exclusão deu-se pelas vias legais: como se viu, as famílias realmente receberam cartas de despejo.

A própria família do rapaz entrevistado foi uma das ameaçadas de despejo. Nota-se também que ele se arrepende de não terem mais o documento de despejo, sugerindo que o eliminaram colocando fogo, o que é bastante significativo.

Não há dúvida do drama pessoal vivenciado por estas famílias, na iminência da expulsão das terras que ocupavam há mais de 20 anos. Esta situação aflora ainda mais como contraditória na medida em que a expulsão estava sendo levada a cabo por meio da implantação de uma lei de reforma agrária.

A Lei de Revisão Agrária, que foi concebida para assentar famílias de camponeses sem terra - especificamente também as dos posseiros da Fazenda Jacilândia, posto que esta área foi destinada à implantação da Lei ainda no Governo Carvalho Pinto - ao ser efetivada durante a ditadura serviu ao mesmo tempo como um instrumento de expulsão e conflito.

Nota-se no diálogo anterior que quando perguntados sobre o nome do engenheiro agrônomo responsável pelo loteamento na década de 70, a mãe do rapaz diz prontamente: Campolim.

Este agrônomo, que foi também o responsável pela implantação da Lei na Fazenda Pirituba, em Itapeva, era dessa própria cidade - como nos atesta um dos camponeses da Fazenda Jacilândia em depoimento anteriormente citado.

O mesmo expediente utilizado pelo referido agrônomo, funcionário da Assessoria de Revisão Agrária, no loteamento da Fazenda Jacilândia foi usado na Fazenda Pirituba com alguns agravantes, que levaram a um processo de sindicância aberto pela Assembléia Legislativa de São Paulo, redundando em sua exoneração, como se verá.

A permanência na terra das famílias ameaçadas de despejo deu-se mediante a resistência e a organização através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, procurado pelas próprias famílias:

[Falo que li no trabalho de uma professora que afirmou que houve um abaixo-assinado das famílias pedindo para o governo fazer loteamento; pergunto se houve mesmo.] *Olha, parece que teve sim... eu não lembro se eu cheguei assinar essa lista aí, eu não sei se foi no tempo do meu pai, que era ele que ia atrás dessas coisas, eu era solteiro, eu casei em 63, ele foi em 64, aí foi aí que eu assumi o cargo que ele, ele foi para Santa Fé e eu fiquei com a área que ele usava, do jeito que a gente vinha usando eu continuei usando. [Era um terreno todo?] Não, era irregular o terreno. Não era bem certinho não, era meio irregular, tinha uma parte bem lá no alto, tinha um terreno de outro no meio, era bastante irregular... todo mundo respeitava a área do outro, aí quando veio lotear disse que era para ser, para a área ficar do mesmo que estava ocupando, eu já achava que ia ser impossível, não tinha como, não é? Foi mais ou menos aonde tinha a moradia ali, cortaram mais ou menos na área que a pessoa vinha ocupando. Mas só que teve muito trambique nisso aí, viu? Aqueles que tinham um pouquinho mais de força já entraram em contato com o engenheiro, dava leitou,*

cabrito, essas coisas, então aquele saía mais beneficiado. Eu tinha uma área de 10 alqueires, aí depois fiquei só com cinco. Mas fiquei com cinco porque eu bati o pé! Porque eles queriam me tirar! [Por quê?] Foi o seguinte: na época que começou, que ele veio aqui para lotear, esse engenheiro, ele falou que ninguém podia mexer em nada naquela área porque não sabia para quem ia ficar e eu como era, porque a gente que mora na roça tem uma época aí que termina as colheitas, fica bastante tempo para preparar o terreno para começar de novo, e eu gostava de mexer com uma horta, qualquer uma atividade para inteirar a safra que já tinha passado e eu falei: 'e agora, ficar fazendo o que aí', até conversei com uns aí, e eu falei: 'será que tinha problema da gente pegar um serviço fora e trabalhar?' Aí eu arrumei um serviço de motorista, trabalhar numa firma aí em Valentim, mas morando aqui, eu ia todo dia para lá e voltava, a família ficou aqui, meus filhos, o mais velho já estava bem grandinho e eu continuei lá nessa firma, só que eu não tive sorte, eu acho que não tinha um mês eu acidentei... caminhão... foi demorado o tratamento, quebrei o osso do nariz [ele conta os detalhes] quebrei o maxilar... aí eu não pude, a hora que eu ia sair da firma, como é que eu ia dar baixa na carteira, tinha que ficar pelo INPS, então, eu acho até que poderia ter saído sim, eu achava que tinha que continuar com a ligação com a firma para continuar o tratamento, não era um tratamento fácil, tive que fazer plástica... [E quando loteou foi quando o senhor teve o acidente?] Foi mais ou menos na mesma época, isso foi em 75 que eu sofri o acidente, e foi na época que estava saindo a loteação, foi 73, foi por aí, foi aonde que eu fiquei três anos na firma, porque eu estava com esse acidente, e o engenheiro ficou no meu pé, que eu tinha que afastar da firma, que eu tinha que dar baixa na carteira, que não sei que, mas isso era tudo trama dele para poder que eu saísse... por causa do tratamento... ele sabia, eu expliquei para ele tudo, aí depois ele disse que eu não tinha direito, não enquadrava na Lei da loteação, aí bom, até estava de acordo com ele, se é o que ele está falando então, aí ele me dava o direito de eu vender as benfeitorias que a gente tinha para outro que viesse pegar aquele lote que seria o meu, ele me deu esse direito de eu vender, mas ele quem achava o comprador, ele é quem dava o valor das coisas, estava até mais ou menos, mas nesse meio, vendo quem que ia ser o comprador do meu lote e tudo, eu descobri que tinha um companheiro meu, que trabalhava na mesma firma, de motorista, igual eu, nunca morou aqui na Jacilândia e ele estava tendo direito de comprar o lote dele, aí na época eu, tinha o sindicato, sindicato rural, não é? E fui lá e conversei com o advogado e expliquei tudo certinho, ele falou: 'mas eles não te tiram você de lá de jeito nenhum! Você vai ficar lá, o que você puder fazer lá no seu lote, você vai fazendo, o que você puder construir lá você constrói e deixa quando eles forem mexer com você lá, você vem aqui, aí é comigo?'... Isso, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não era sindicato patronal não... era em Votuporanga. Bom, aí, nisso quando eu fui falar com o advogado, já tinha até recebido uma notificação aí para desocupar... recebi! Veio um oficial da justiça, diz eles que era, mas a gente não conhecia, não sabia nem quem era. Uma notificação para mim desocupar, deu um prazo, não lembro mais de quantos dias, mas um prazo curto. Vinte dias, por aí, um mês no máximo, tinha que desocupar a área. Aí foi aonde que eu fui lá com o advogado, ele falou: 'Não, você não vai sair de jeito nenhum'. Aí ele disse que se eu não desocupasse ia ter despejo, que não sei o quê... [Quem?] O engenheiro, não é? O engenheiro e os cupinchas dele, porque sempre tem uns cupinchas, e aí fiquei quieto, mas só que eles não vieram mexer, mas só que não me deram a escritura, não é? Deu

*para os outros para aqueles que vendeu, porque eles tiraram muita gente, morador daqui eles conseguiram tirar, para vender para outro, porque os de fora molhavam a mão dele, davam, sei lá o que é que davam, mas eles não tinham o direito de comprar, então ele ajudava para eles comprarem. Isso teve muita gente que comprou de fora. [Vocês tiveram que se inscrever?] Não, não teve que se inscrever em nada não, e então aí esse cara que eu falei que trabalhou comigo, eu não sei se ele chegou a comprar, mas tinha o direito de comprar, foi aonde que eu falei: 'por que que ele, que nunca morou aqui, tem direito de comprar e eu não tenho e eu que moro aqui há tantos anos, só porque eu fiquei afastado daqui, nem afastado, eu continuei morando, a mulher trabalhando na roça, mais os meninos e tudo'... Aqueles uns que ele trocou, aqueles que eram moradores mais antigos que ele não conseguiu tirar, para aqueles saiu a escritura e a minha não saiu, aí depois passados, não sei se foi seis ou sete anos, aí o prefeito de Meridiano é que conseguiu, aí ele conseguiu para uns quatro ou cinco que tinham ficado sem a escritura conseguiu, aí eu tenho a escritura por isso... era o Irceu Fagundes. [Vocês foram pedir para ele?] Não, ele já sabia do caso como é que era, ele já acompanhava tudo, mas na época da loteação não era ele o prefeito, era outro, até Deus o tenha... então depois que entrou esse Irceu Fagundes, ele já sabia tudo, de vez em quando ele vinha e pedia para a gente fazer uma reunião...*¹

Verifica-se claramente, também nesta fala, a ação corrupta do engenheiro agrônomo, explícita nas expressões “trambique” e “molhavam a mão dele”, o molhar a mão que sabidamente é uma expressão popular que significa colocar dinheiro na mão em troca de favores.

Na fala anterior destaca-se que o camponês, tendo terminado sua safra principal, usualmente fazia outras atividades agrícolas para “inteirar a safra”, ou seja, para aumentar a renda obtida. Entretanto, como o processo de loteamento ia ter início e o agrônomo responsável solicitou que as famílias não cultivassem mais áreas de modo a não obstruir a demarcação, ele foi trabalhar como motorista em uma empresa, acidentando-se pouco tempo depois.

O vínculo com a empresa o alijava, segundo o agrônomo, da possibilidade de regularizar sua terra, “ele disse que eu não tinha direito, não enquadrava na Lei da loteação”; nota-se que a expressão utilizada é “loteação” e não reforma agrária, como eles próprios utilizam quando se referem à década de 60.

Vemos no desenrolar do discurso do camponês que, a princípio, embora contrariado, ele foi concordando com o agrônomo: “ele quem achava o comprador, ele

¹ Entrevista com o sr. Waldemar Pacheco, realizada em julho de 2004.

é quem dava o valor das coisas, estava até mais ou menos". A expressão "estava até mais ou menos" indica que até esse ponto ele estava suportando a situação imposta pelo agrônomo. A gota d'água foi saber que outra pessoa em condição aparentemente igual à sua, de assalariado, teria o direito de adquirir um lote. A diferença entre ele e seu companheiro de trabalho era, entretanto, o fato dele próprio ser "morador" da Jacilândia, em suas palavras, uma pessoa que "já vinha ocupando". A ocupação desta terra há tantos anos, desde o tempo em que ainda era solteiro e, portanto, ainda não tinha "assumido o cargo" de seu pai, outorgava a ele certamente o direito de permanecer na terra².

Fica explícito em sua fala que tinha direito à terra quem nela morava e trabalhava. Sua atitude muda com relação ao procedimento do agrônomo quando percebe que este princípio camponês norteador de direito de acesso à terra, pautado pelo trabalho e pela vida nela incorporados, foi quebrado. Ou seja, aquilo que para o camponês pode justificar a ocupação da terra não era parâmetro para o procedimento utilizado pelo agrônomo³.

É exatamente a partir deste ponto, desta tomada de consciência, que o camponês procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Votuporanga. Ainda assim, quando o procurou, já havia recebido carta de despejo - uma ameaça formal com um prazo exigüíssimo - enfim, um documento intimidador.

Foi a partir do respaldo dado pelo advogado do sindicato que o camponês, e outros camponeses vizinhos também ameaçados de despejo, resistiram nas terras.

Consta do documento anteriormente citado por Barbudo (2002a, p. 45) a seguinte justificativa dada pelo agrônomo para o pedido de despejo do camponês entrevistado:

² Ver em anexo os critérios estabelecidos na Lei de Revisão Agrária.

³ Sobre a interpretação do direito à terra, entre camponeses posseiros, ver Martins (1993). Conforme mostra Castro Oliveira (1991), ao pesquisar os posseiros de Mirassolzinho: "Esse depoimento se assemelha a muitos outros dos posseiros, pois eles reconheciam a mata como terra desocupada, ou como eles mesmos diziam 'terra parada'. Ou seja, a terra não mostrando produtividade não era legitimada como 'terra de dono'". (CASTRO OLIVEIRA, 1991, p. 50).

10º Waldemar J. Pacheco – É motorista profissional, trabalha na Cia de Terraplanagem Semenge. Sempre arrendou o lote em que reside a terceiros. Reside na Fazenda. (Grifos nossos)

A redação do agrônomo dá a entender que o camponês nunca foi camponês, sempre foi motorista e, finalmente, arrendava sua área, subentendendo-se, portanto, que não a cultivava, mas recebia por seu uso. Esta caracterização do camponês certamente o excluiria da possibilidade de permanecer na terra. O trabalho de campo revelou, evidentemente, o mecanismo utilizado pelo agrônomo e confirma as inverdades do documento “oficial”, usado como instrumento de poder.

De fato, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais agregou a força dos camponeses e foi o canal de enfrentamento político da ação praticada contra as famílias:

... eu vim fazer um curso no IADESIL⁴, Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, aí voltei para Votuporanga em 73 ou 74, eu ouvi falar da Jacilândia, 'então alguns associados nossos chegaram no sindicato reclamando que diz que iam tirar eles da terra, qualquer coisa assim, entendeu? O que eu percebi naquela época, é que me parece que a Fazenda Jacilândia era vinculada à Estrada de Ferro Araraquarense, antiga, que eles tiravam madeira e tal, e esse pessoal já estava alojado na Jacilândia, de uma maneira ou de outra eles se distribuíram e a fazenda estava ocupada, aí o governo do Estado, que eu nem me recordo quem era o governador na época, apareceu lá o engenheiro, eu não me recordo o primeiro nome, apenas o sobrenome: era Campolim, era um engenheiro aposentado e que foi lá para fazer a regularização da terra... e ele chegou lá muito arrogante, tal, querendo fazer isso, fazer aquilo, esse não tem água, precisa levar lá e o pessoal ficou apavorado porque ia mexer e o pessoal construiu uma infra-estrutura, precária, mas construiu e ia perder aquela infra-estrutura, muita gente ia pegar terra aonde não tinha infra-estrutura nenhuma, aí nós começamos a brigar, brigar entre aspas, fomos ver o que os nossos associados que estavam do lado de Valentim Gentil, nós fomos verificar um a um como é que estava a situação e falamos que não vamos permitir o recorte da fazenda, poderia regularizar desde que cada um ficasse na deles, aí a alegação era de que uns tinham áreas muito pequenas e outros áreas maiores, a opção do pessoal foi permanecer na sua própria área independente do tamanho, então nós lutamos para que isso acontecesse, foi difícil porque o Campolim ele era [ele ri] ele era meio esquisito, ele veio no sindicato umas duas vezes querendo deixar uma impressão assim de bravo, sei lá, qualquer coisa assim, aí nós não aceitamos isso, ele viu que a situação era mais difícil, aquela época o prefeito de Valentim Gentil, de vez em quando ele passava no sindicato e ele conhecia o movimento que era um movimento

⁴ Entrevista com o sr. Orlando Izaque Birrer, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Votuporanga em 1975. Entrevista realizada na sede da FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo) em São Paulo, em 17/08/04.

sério e era época do governo militar ainda e na área rural, pelo menos na nossa região, o governo militar deu um apoio extraordinário, eu não sei se era o receio da área rural, de movimentos ou qualquer coisa, ou se realmente ele estava de boa fé, o que importava para nós é que éramos atendidos imediatamente, qualquer reclamação que você fizesse hoje, amanhã tinha alguém aqui... e eu reclamei ao INCRA, porque nós achávamos uma prepotência do Campolim, aí ele sentiu que parece que o sindicato parece que tinha uma força maior do que a dele para fazer aquilo, aí ele amansou e tal, veio no sindicato, conversamos e deu um jeito, o pessoal ficou onde estava, na área de Meridiano, eu não sei lhe dizer corretamente, mas foi semelhante à nossa, porque o companheiro nosso de Fernandópolis, Meridiano era base de Fernandópolis, ele agia também da mesma maneira e umas duas ou três famílias lá, talvez até uma meia dúzia foi mais beneficiada, tinham mais posses, receberam melhor as pessoas que foram fazer as demarcações etc. e tal e foram beneficiadas com alguma coisa, mas insignificante também e a Jacilândia se regularizou, pacificamente, não teve problema nenhum, dentro de pouco tempo estava encerrado, não ouvia falar nem em conflito que não chegou a haver e nem prejuízo para ninguém porque o pessoal ficou na área que estava, esse foi o único movimento de terra que eu participei e presenciei na região nossa, já é uma região altamente subdividida em propriedades pequenas... é o que eu posso te dizer sobre a Jacilândia. [Eu conto alguns casos vistos em trabalho de campo.] É que alguns entraram posterior, compraram posse de outro, aí o Estado chegava e dizia, você está aqui irregular, vai entrar com ação de despejo, nós tivemos esse problema na área de Valentim, alguns, mas nem chegamos a contestar judicialmente... nós tínhamos na época um advogado lá que inclusive foi advogado daqui da Federação [FETAESP] que na área agrária era muito bom, era, foi o mais especializado que eu conheci até hoje, ele trabalhou conosco uns 30 anos quase... Odilon Mendonça, ele é de São José do Rio Preto, a família dele praticamente, o pai foi advogado, o avô foi advogado, ele foi, parece que gostavam de briga... e ele tratou de muitos casos, mas nenhum chegou assim a ter até recurso, alguns teve algumas audiências e tal, mas se arrumou, por intermédio do sindicato [...] a gente ia sempre na casa dele [de um dos camponeses] e reunia o pessoal lá e discutíamos os problemas que tinha e íamos arrumando, porque na área de Valentim Gentil a área da fazenda Jacilândia não era tão grande... a advogada de Fernandópolis, Silvia, era entre aspas doida, quando ela se metia numa briga ela era terrível e isso ajudou muito, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Fernandópolis, e ela e o Odilon se entendiam muito bem, o Odilon já era mais calmo, mais pensador, ela era mais de choque, então, é o que eu me lembro da Jacilândia.

Observa-se que embora o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Votuporanga negue formalmente a existência de conflitos na Fazenda Jacilândia, há momentos do seu discurso em que esta postura é contradita, por exemplo, quando afirma: “alguns associados nossos chegaram no sindicato reclamando que diz que iam tirar eles da terra [...] o pessoal ficou apavorado porque ia mexer e o pessoal construiu uma infra-estrutura...”. Ou seja, o sindicalista não nega a ameaça de

despejo, como também não nega a situação de tensão vivenciada pelas famílias a partir da ação do Engenheiro Agrônomo e de seus técnicos auxiliares.

Além disso, confirma a ação de prevaricação dos técnicos, muito embora minimize em demasia o significado dela, tanto do ponto de vista legal como daquele que diz respeito à experiência destas famílias: *“até uma meia dúzia foi mais beneficiada, [...] mas insignificante também e a Jacilândia se regularizou, pacificamente, não teve problema nenhum, dentro de pouco tempo estava encerrado, não ouvia falar nem em conflito que não chegou a haver e nem prejuízo para ninguém”*.

As famílias camponesas encaram, até hoje, esta experiência com extremo amargor. Diferentemente do que aponta o sindicalista, sentiram-se ameaçadas, o processo não foi pacífico e sentem-se lesadas até às gerações atuais:

É como eu falei para você aquele dia, eu acho que o loteamento tinha que vir fazer a planta, fazer o desenho. Se era para lotear tudo igual, tinha que pegar estrada, córrego, tudo, ou sorteava que nem as casinhas ou senão a gente pegava próximo, não protegendo um e outro como foi, então por isso que a gente desconfiava, mas é que nem o meu menino falou, a gente desconfiava, mas a gente não tinha esclarecimento que tem hoje, para a gente correr atrás, aí então o que vinha era lucro.⁵

Há, entretanto, um ponto de convergência entre o discurso do sindicalista e a explicação apontada pelos camponeses como solução para a permanência na terra resistindo à ação de despejo: a atuação do advogado do Sindicato, que deu respaldo às famílias.

O sindicalista também aponta para a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Votuporanga intercedendo pelos camponeses ao procurar o Governo Federal, através do INCRA, para coibir a ação “prepotente” – em suas eufêmicas palavras - do Engenheiro Agrônomo Campolim de Almeida.

De acordo, portanto, com o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Votuporanga, os sindicatos rurais eram atendidos prontamente em função do

⁵ Entrevista com a sra. Jandira Pacheco, realizada em julho de 2004.

medo dos governos militares de que existisse movimentação no campo: “o governo militar deu um apoio extraordinário”. Esta expressão é, no mínimo, anacrônica, já que é lugar comum saber o tipo de ação perpetrada pelos governos militares no campo.

Fato é que, por meio da ação dos camponeses, viabilizada pelo Sindicato, diversas famílias conseguiram resistir em suas terras, e nelas permanecem até hoje. Não receberam, entretanto, a escritura na mesma época em que as demais famílias. No depoimento seguinte, pode-se ver o caso de uma das famílias que foi incluída legalmente no processo de loteamento, pagando a terra por 10 anos e recebendo seu título ao final do pagamento:

O Estado veio, fez o levantamento e loteou, com 10 anos para pagar. [Foram vocês que pediram?] Não, por intermédio deles lá, dos políticos, da Secretaria do Estado, então vieram, loteou, fez essa colonização, e loteou, e com 10 anos para pagar, esse lote meu custou 21 contos, para mim pagar em 10 vezes... aí aquele um que tinha terra lá cedeu, perdeu para aquele outro, aquele outro perdeu para outro e foi ajuntando... aquela terra lá que eu tinha, aquela terra era minha, hoje não é mais, eu peguei de outro para cá, o outro cedeu... agora os outros cortaram de baixo a cima... tudo desorganizado, aí veio e organizou tudo essa loteação, aí eu tenho cinco alqueires [ele mostra como é o lote dele] aí eu acertei [no sentido de que pagou] eles me mandaram a escritura, é registrado em cartório, é meu mesmo, só que eu paguei em cinco anos...⁶

Contudo, as demais famílias - aquelas que resistiram ao despejo, e por isso foram alijadas do procedimento oficial de contrato de compromisso de compra e venda - demoraram ainda um longo tempo até adquirirem a escritura:

Não, eu não paguei [pela terra], não paguei porque eles me recusaram... saiu, saiu a escritura, aí eu paguei lá uma taxa, despesa que eles tiveram, mas aquela parcela que eles vieram pagando em 10 anos [as outras famílias], essa eu não paguei. [Na seqüência, retomando um trecho do depoimento anteriormente citado, meu interlocutor afirmou]:
[...] porque eles tiraram muita gente, morador daqui eles conseguiram tirar, não é? Para vender para outro [...] Aqueles uns que ele trocou, aqueles que eram moradores mais antigos que ele não conseguiu tirar, para aqueles saiu a escritura e a minha não saiu, aí depois passados, não sei se foi seis ou sete anos, aí o prefeito de Meridiano é que conseguiu, à ele conseguiu, né, para uns quatro ou cinco que tinham ficado sem a escritura conseguiu, aí eu tenho a escritura por isso.⁷

⁶ Entrevista com o sr. Armindo José dos Santos, realizada em julho de 2004. Ver no Anexo IV o seu contrato de compromisso de compra e venda.

⁷ Entrevista com o sr. Waldemar Pacheco, realizada em julho de 2004.

Sua fala revela que a permanência na terra, mesmo após a mediação do sindicato, deu-se de maneira “ilegal”, ou seja, unicamente sua resistência é que possibilitou que mais tarde sua situação fosse oficializada e legalizada, já que muito embora o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tenha evitado que as famílias fossem despejadas, não evitou que parte delas não obtivesse o contrato de compra e venda e, por meio dele, a escritura da terra.

A escritura da terra dessas famílias foi obtida quase 10 anos mais tarde do que as demais, por intermédio da ação de um ex-prefeito local, como indica a fala do camponês e como a reitera o próprio ex-prefeito:

Veja bem, eu nasci e me criei em Meridiano, conheço desde quando começou, quando a estrada de Ferro Araraquarense foi descendo, o Estado tinha essa fazenda, o Estado comprou para usar a própria madeira para aquelas máquinas a fogo, Maria Fumaça, tal [...] já havia um pontapé do Donato [primeiro prefeito de Meridiano, em 1959] para que houvesse a reforma agrária na fazenda porque conforme ia tirando o mato, ia explorando o mato, a madeira, o pessoal ia entrando, ia fazendo roça, sua cabaninha, morando ali, isso lá por 1960 e pouco, eu nasci em 48, essa fazenda se eu não me engano é de 1200 alqueires... quando foi lá para 1969, 70 por aí, o seu Quincas [outro prefeito] começou, através do Paulo Maluf, Laudo Natel... tinha a Secretaria de Assuntos Fundiários, até me lembro, e ele mandou um engenheiro para cá chamado Campolim e chegou aqui e pegou um outro engenheiro da prefeitura que estava na Casa da Lavoura e foram fazer o loteamento... foram beneficiadas as pessoas que já estavam em cima do lote, simplesmente vinham fazer a divisão, só ajustavam para que todo mundo ficasse com água... foi feito o levantamento, conseguiram fazer 183 lotes... eu me lembro... em 1976 [quando foi candidato a vice] já tinham algumas escrituras que o pessoal estava pagando, foi feito valor simbólico, fizeram para os caras pagar em 10 anos... aí quando eu entrei prefeito, eu achei que ali, Meridiano, a água nossa para cá é tudo fazenda enorme, latifundiários, e do lado direito, pequenos proprietários, e eu percebi que a vida de Meridiano não eram essas fazendas, era um que tinha cinco alqueires, tinha 10, tinha filhos, vinha fazer compra na cidade e os fazendeiros eram em Rio Preto, São Paulo, então eu dediquei bem essa fazenda e forcei muito o governador, na época o Montoro, para que titularizasse as pessoas, veio o Secretário... a Globo veio aqui e fez uma reportagem... eu mostrei a fita para o governador, ele sentiu que tinha que fazer isso, aí começou a sair as escrituras, como eu fui prefeito duas vezes, uma de seis e uma de quatro, depois eu peguei o Quércia como governador, ele chamou o secretário e pediu que regularizasse a fazenda, aí então deslanchou, só nessa época eu dei mais ou menos uns 50 títulos, e o Quércia veio entregar, ele veio pessoalmente entregar...⁸

⁸ Entrevista com o ex-prefeito de Meridiano, sr. Irceu Fagundes.

A legalização do restante dos lotes por intermédio da ação do prefeito revela, como ele próprio deixa indicar em sua fala, a importância econômica que as pequenas propriedades têm para a cidade.

Na cidade de Meridiano, com cerca de quatro mil habitantes, o contato da população com os prefeitos é pessoal, isto significa que a ação do prefeito tem uma repercussão direta sobre sua imagem. As famílias camponesas referem-se ao prefeito entrevistado com extrema gratidão, tornando-se diretamente seus eleitores. Sem dúvida, como o próprio ex-prefeito deixa antever em sua fala, o apoio das famílias camponesas pode ser decisivo no processo eleitoral.

A intervenção direta do prefeito no processo de legalização das terras camponesas deixa, de alguma maneira, indicar a existência de um procedimento de clientelismo político. Este procedimento fica esboçado em seu discurso quando afirma, e faz questão de fazê-lo, que mobilizou a televisão e o governador do Estado para a causa da regularização da Fazenda Jacilândia.

De fato, ainda em meados da década de 80 a situação das famílias não estava regularizada, nem mesmo a de quase metade daquelas que haviam assinado o contrato de compromisso de compra e venda. De acordo com Barbudo (2002, p. 47-8):

Dos 134 'contemplados como compromissário comprador' somente 60 deles conseguiram pagar as prestações anuais e receberam os títulos definitivos de suas terras no final dos 10 anos (...) Como a situação não foi resolvida, movimentaram-se os políticos locais no sentido de concluir a implantação do processo de colonização e assentamento da Fazenda Jacilândia.

Novo levantamento foi feito em 1985, a pedido da Procuradoria do Estado para que o problema da demarcação e titulação das terras da Fazenda se concluísse.

Um novo mapa foi elaborado por agrimensores da CESP de Bauru, que deu subsídio para a titulação de quase 30 propriedades. Algumas propriedades já tituladas tiveram seus títulos recolhidos e foram retituladas também pela Procuradoria do Estado, para facilitar os acertos e correções de outras áreas.

O Mapa 14 do loteamento da Fazenda Jacilândia, em contraste com os de Marília, Campinas e Jaú, revela a grande irregularidade das propriedades, não apenas díspares entre si com relação ao tamanho, como também ao formato.

Nem todas têm acesso à água, muitas não têm comunicação direta com a estrada e algumas têm formatos nitidamente “recortados”.

De fato, a planta do loteamento é uma “fotografia” dos conflitos gerados por favorecimentos e exclusões praticados pelos prepostos do Estado.

A numeração de boa parte dos lotes não tem uma seqüência espacial e aparecem também números de lotes repetidos.

Não cabe dúvida quanto à complexidade da realização de um planejamento de loteamento em uma área já ocupada por posseiros, que tinha uma determinada configuração territorial já definida:

Era irregular o terreno. Não era bem certinho não, era meio irregular, tinha uma parte bem lá no alto, tinha um terreno de outro no meio, era bastante irregular... todo mundo respeitava a área do outro, aí quando veio lotear disse que era para ser, para a área ficar do mesmo que estava ocupando.⁹

Fica claro em sua fala, como vimos também em outro depoimento, a descontinuidade das áreas ocupadas pelas famílias de camponeses-posseiros. Percebe-se, entretanto, que embora as áreas não fossem contíguas, as famílias sabiam qual área era de qual família e respeitavam-se mutuamente¹⁰.

O respeito entre as famílias de vizinhos camponeses é o alicerce de sua sociabilidade: aí reside um dos eixos da reciprocidade camponesa, marcado pela consciência de que sua interdependência se reproduz por meio da retribuição. As práticas são construídas e reproduzidas “em espelho”, em que os favores e as dádivas são sempre devolvidos.

O processo de planejamento do loteamento, portanto, para que fosse levado a cabo de maneira lícita, seria resolvido com um mínimo de problemas se os sujeitos sociais envolvidos fossem não apenas consultados como também tomassem parte do processo.

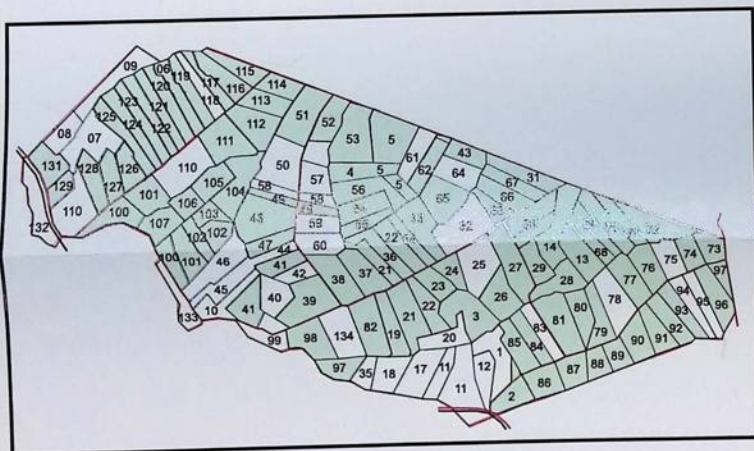
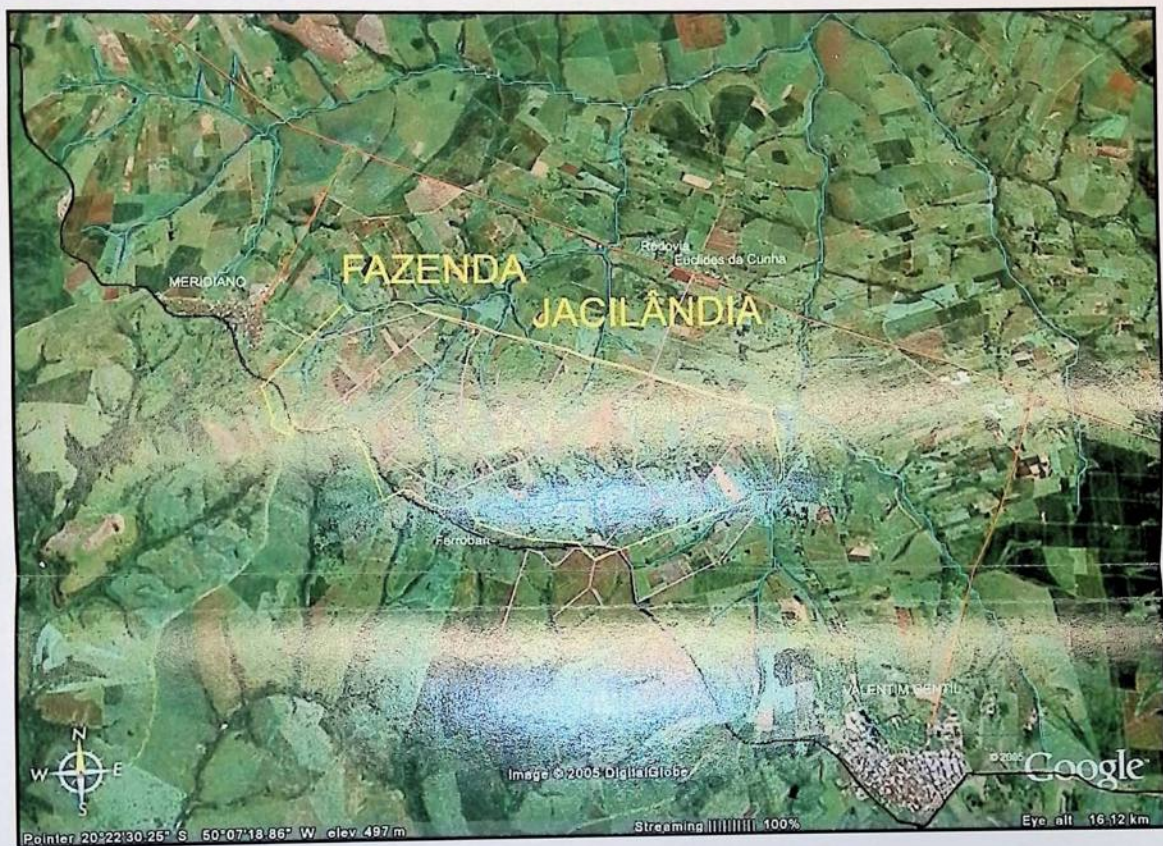
⁹ Entrevista com o sr. Waldemar Pacheco, realizada em julho de 2004.

¹⁰ Sobre as práticas de reciprocidade estabelecida entre camponeses posseiros ver Castro Oliveira (1991).

Imagem Aérea

Fazenda Jacilândia - Meridiano

Uso do Solo



- Principal uso do solo nos lotes assinalados:

Pasto

Os camponeses que cresceram na Fazenda Jacilândia, a conhecem palmilhando-a: descrevem minuciosamente seus detalhes, os córregos, seus cursos, as antigas estradas e caminhos, os diferentes pés de frutas (não apenas deles próprios, como também os de outras famílias) a localização das antigas casas etc. Essas famílias de posseiros reproduziram nestas terras a sociabilidade típica do campesinato, que se vê largamente praticada nos bairros rurais, com práticas como a ajuda mútua, o mutirão etc.

Esse conhecimento e essa teia de relacionamentos seria indispensável em um processo de planejamento minimamente democrático, do qual participassem essas famílias, cujo resultado estaria livre de favorecimentos, exclusões, conflitos com os próprios vizinhos ou com o Estado.

Evidentemente esse tipo de conduta só seria possível com a ausência de corrupção e prevaricação, que foram as marcas do processo de loteamento tanto da Fazenda Jacilândia como da Fazenda Pirituba.

A descrição que os camponeses fazem do período em que eram posseiros nos permite inferir a configuração territorial da área produzida a partir da materialização do trabalho dessas famílias. Os tipos de cultivos - tal como no Bairro Rural - eram semelhantes, sendo a grande parte deles de cultivos comerciais como o amendoim e o algodão.

O loteamento, evidentemente, alterou o formato dessa configuração territorial, tornando contíguas as áreas de cada família, e também excluindo várias delas. Até hoje há famílias na Fazenda Jacilândia que não possuem o título da terra:

... então tinha que ter uma pessoa que conhecesse todo mundo por nome, para andar mais ligeiro para apresentar. então era, quem era para ser era meu sogro, mas meu sogro naquele tempo já estava doente, para morrer, como de fato morreu naquele ano, então aí puseram eu, eu andei um ano inteirinho com uma marreta de cinco quilos nas costas, um saco de piquete e uma balizona grande, para marcar... não tem um piquete dentro desses é... 860 alqueires, não tem um piquete que não fui eu que enfinquei, todos eles foi eu que enfinquei, eu fiz o levantamento dos córregos tudo, primeiro, e depois aí começou a loteação... e teve lote que foi medido oito vezes, o cara não se conformava, tinha que medir outra vez [e por que não se conformava?]

porque é uma coisa que era do Estado, dava uma confusão dos infernos, então nego não se conformava de pouca, ele queria muito, outra que aposentado não pegava [por que?] porque era um benefício do Estado e o Estado não ajuda duas vezes, ajuda uma vez só, então como o cara já era aposentado já recebia do Estado, então ele não podia comprar a terra [e ele tinha que ir embora?] aí ele tinha que vender o direito dele para outro, para ele não sair sem nada ele vendia o direito dele para outro [e não deu confusão isso?] Tisshhhh! [risos] Põe confusão nisso! Isso deu briga, deu polícia, deu tudo quanto foi coisa... que participou daqui que era cento e tantas famílias, cento e quarenta e poucas famílias, se voltar no mundo outra vez ainda volta nego brigando! Já morreu, mas se voltar outra vez... morte não deu, mas ainda tem gente, a senhora acredita, ainda tem gente, que foi em 75, e tem gente até hoje que não tem escritura.. [Mas, por que?] Não pegou, porque disse que o Estado tinha que dar, era dado, está em riba da terra, o dia de amanhã que o Estado dá uma reviravolta pode tomar a terra dele porque ele não tem o documento dele... [Mas está na terra?] Ainda está em riba da terra. [E essas pessoas não se inscreveram?] Se inscreveu, mas se inscreveu e recebeu o terreno, mas só que ele não se conformou em pagar... ele recebeu o terreno e entregou, mas só que pagar não... tem muitos desses que não pagou até hoje, e o cara está em cima [...] naquele tempo ainda tinha gente aí em cima com mais de 30 anos, com mais de 30 anos já tinha gente aí, com mais de 30 anos em cima daquilo ali, quer dizer que não valeu nem usucapião, era isso que o povo levantou a cabeça, foi por causa disso, porque, ué, já tem usucapião, mas o Estado não aceitou, então vendeu e recebeu tudo certinho, acabou... [Pergunto se muita gente não ficou brava com ele.] Uhh... Pruhhh! [risos] Nossa Senhora! Nego não me matou porque, não sei porque, Deus... eles achavam que o culpado tudo era eu. Porque eu era o representante, não é?... 'Caramba! Eu também estou comprando que nem vocês, se eu não tenho fazenda para mim, vocês sabem que eu não tenho, eu estou comprando que nem vocês'... fulano é bom, fulano é bom, não falei mal de ninguém, fulano é bom, é trabalhador, ele precisa da terra, a minha função era essa e medir, carregar aquele mundo daqueles pesos nas costas, 146 lotes! Tudo isso e era medido os quatro lados!... Também media os córregos tudo, são quatro córregos, quatro córregos tem dentro da fazenda, fez o levantamento dos córregos tudo, depois nas divisas, aí para poder fazer por dentro, foi uma mão de obra desgraçada...

Dois aspectos são fundamentais nessa fala. O primeiro, já discutido, diz respeito à existência de famílias sem o título da terra – o que foi confirmado por outros camponeses e pelo próprio ex-prefeito de Meridiano em seu depoimento, como já citei anteriormente.

Esta é uma pendência gravíssima para um projeto de reforma agrária que começou a ser esboçado há 40 anos. Tendo decorrido todo esse tempo, a questão a ser enfrentada no assentamento com relação à posse da terra deveria ser unicamente a da herança e partilha, e não mais a sua legalização.

O segundo aspecto a ser abordado é o da maneira como os prepostos do Estado lançaram mão do trabalho de um dos camponeses na demarcação dos lotes, transformando-o em um “informante” privilegiado.

Tal atitude, cedendo um poder *desigual* a um *anteriormente igual*, rompeu com o ciclo da reciprocidade camponesa entre essa família e diversas outras da Fazenda. Como o próprio camponês deixa claro em sua fala, as contendas foram tremendas, assim como as tensões e ameaças, que ele expressa na frase: “*se voltar no mundo outra vez ainda volta nego brigando!*”.

Vê-se em seu discurso, ao mesmo tempo, a incorporação de uma fala legalista - quando afirma que o lote é um benefício do Estado e o Estado não beneficia duas vezes a mesma pessoa, o que justificaria a exclusão de aposentados (foi o caso da família entrevistada cujo pai teve um acidente com o caminhão) - e também a expressão da lógica moral camponesa pautada pela justiça da permanência na terra daqueles que nela moram e trabalham. Nesse sentido, ele afirmou: “*tem muitos desses que não pagou até hoje, e o cara está em cima [...] com mais de 30 anos em cima daquilo ali, quer dizer que não valeu nem usucapião, era isso que o povo levantou a cabeça*”, ou seja, ele compreende exatamente a ação de se recusarem a sair da terra, posto que nela estavam há mais de 30 anos, fato este que lhes permitiu “levantar a cabeça”.

A expressão “levantar a cabeça” para indicar a ação daqueles que não concordam com a situação imposta e lutam para transformá-la é extremamente significativa. O gesto corporal revela a submissão (cabeça baixa) e, em oposição, a insubmissão (levantar a cabeça), o que dá a entender que o ponto de partida era a cabeça baixa e levantar a cabeça indica a conquista dos direitos, da dignidade.

Com esta fala o camponês reconhece, a partir de sua própria lógica e não de uma lógica externa, aquilo que legitima a luta pela permanência na terra das demais famílias de camponeses-posseiros. Essa legitimação está assentada na concepção de

justiça camponesa, na qual tem direito à terra quem tem nela seu trabalho incorporado¹¹.

Entretanto, o *status* de representante do Estado custou a ele o rompimento de antigas relações, até mesmo de compadrio. Ser o “homem de confiança” do engenheiro agrônomo, que lançou mão de diversas ilicitudes no processo de loteamento, significou, evidentemente, ser a ele diretamente associado.

Sem dúvida, o poder de acesso à informação e demarcação dos lotes que lhe foi outorgado fez com que passasse de alguém antes considerado como um igual para aquele que mediava a corrupção e a expulsão.

Embora seus compadres ainda se refiram a ele como o “compadre fulano”, essa relação ficou dilacerada. Assim, se por um lado ele se orgulha de ser a pessoa que enfincou cada um dos piquetes de demarcação percorrendo toda a extensão da Fazenda (nos quatro lados de cada lote), por outro colhe os frutos dessa posição “privilegiada” que desagregou antigas relações.

O Estado, portanto, através de seus técnicos, ao criar um *status* de poder diferenciado entre camponeses que constroem e reproduzem sua relação pela reciprocidade - relação que os “igualam” pela troca de favor e/ou de dádivas – desagregou parte da teia estabelecida pelos camponeses.

¹¹ Ver Castro Oliveira (1991) e Moura (1988).

5.3. A reprodução camponesa: sítios baianos no Oeste Paulista

“Ele [o filho] mudou ali esse ano, ele ainda está trabalhando na fábrica, mas a idéia dele é produzir no pedacinho dele, que ele comprou agora. É, comprou, que era herança das minhas irmãs, comprou a parte das tias... O mais velho é gerente lá da firma ... A gente nasceu, criou na roça, a gente não foi novo, agora não adianta ir para cidade, não é? Porque os que foram novo estão voltando para descansar na roça. O que é que nós vamos fazer na cidade?”

D. Jandira Pacheco

Os camponeses da Fazenda Jacilândia construíram uma teia de relações ao longo dos anos, criando uma unidade territorial típica da reprodução camponesa estabelecida por sua condição de camponeses-posseiros, marcada pela descontinuidade das lavouras de cada família e, ao mesmo tempo, pelo amplo respeito à roça de cada uma.

Verificou-se que os camponeses migraram para a área através dos laços de família, a partir da informação de parentes próximos e, mais do que isso, muitas vezes a família extensa migrou em conjunto, indo para a mesma área o pai de família com seus filhos e genros e também com seus cunhados e primos¹:

Nós viemos tudo junto. Veio eu, veio meu sogro, veio meus cunhados... Na mesma mudança veio eu, meu sogro, meu cunhado que chama Antônio, veio um cunhado de nome Arvindo, aí passou um ano, no outro ano veio um outro cunhado por nome Miguel e outro cunhado por nome Nazeozé, moramos tudo aqui... arrendamos tudo junto, o pedaço aqui ia daqui na divisa da fazenda lá do lado de lá. Aí nós fizemos a roça tudo junto...²

Assim, há na Fazenda Jacilândia diversos sítios em que as famílias têm relação de parentesco direta entre si: primos, cunhados, sogros, genros etc. No momento da

¹ Os termos estão na forma masculina, pois ao falar do processo migratório a referência é o homem, é ele quem personifica a decisão da família pela migração.

² Entrevista com o sr. João Baiano, em julho de 2004.

legalização das posses cada uma delas já tinha suas áreas constituídas; essas áreas, como foi visto, eram identificadas como de uma determinada família, à qual se referiam pelo nome do pai da família³.

No caso das famílias posseiras - tanto quanto nos demais casos já vistos neste trabalho com relação à autonomia do chefe de família - o homem torna-se pleno a partir do controle de sua própria terra. Esse controle se dá pela outorga do pai na velhice ou pela aquisição/conquista de sua própria parcela.

Essas famílias, ao chegarem nessas terras, reproduziram aquilo que cultivavam como arrendatários durante suas trajetórias. Os cultivos eram aqueles destinados em parte à alimentação e em parte à comercialização, como arroz, feijão e milho, e também aqueles destinados exclusivamente à comercialização, como o amendoim, o algodão e a mamona:

*... Mas era só isso mesmo: arroz, feijão, milho e algodão. Teve muitos anos de algodão, depois veio o amendoim... plantou muito amendoim...*⁴

A expressão “*depois veio o amendoim*” indica que a cultura comercial com a qual substituíram e/ou intercalaram com o algodão, foi o amendoim. Pode-se ver o mesmo procedimento no depoimento seguinte:

[Pergunto o que plantavam] *Era algodão, milho, arroz, amendoim, essas coisas, mamona...* [E a mamona era para quê?] *Não sei, tinha comprador que comprava, de certo era para fazer óleo, tudo o que você plantava você vendia ...*

[...]

*... a roça já era terra velha, não era muto não, era terra velha, tinha sido plantado um bananal e o bananal tinha acabado, nós acabamos de arrancar aquilo tudo e fizemos a roça, depois de feita, porque nós mudamos aqui já era em setembro, então já tinha passado do tempo de fazer roça, mas nós fizemos, aí depois que fez um pedaço de roça, fizemos até ali, para lá dos pés de lixa... aí depois dividimos, cada um, cada sítio, e tocou aquele ano, um alqueire para cada um, aí no outro ano que nós aumentamos, mas no primeiro ano foi um alqueire cada um... o plantio era arroz, algodão, milho... ah, plantava primeiro algodão, porque o algodão planta mais cedo porque ele vem mais cedo, depois a época de plantar arroz naquele tempo era outubro, novembro, mas a gente plantava em setembro... a primeira semana de fevereiro já tinha algodão... [E vendia onde?] *Vendia em Valentim, aí tinha os compradores, aqueles compradores que eles falam, atravessador, quer**

³ Ver Castro Oliveira (1991).

⁴ Entrevista com a sra. Jandira Pacheco, em julho de 2004.

dizer que ele compra, eu vendo para ele, ele compra de mim e ele vende para a usina, em vez de eu vender direto para usina eu vendia para ele e ele vendia para a usina.

Percebe-se no depoimento que a família extensa migra em conjunto, arrenda a primeira porção de terra também conjuntamente e posteriormente cada família nuclear arrenda sua própria terra: *“depois dividimos, cada um cada sítio”*.

Percebe-se também que a comercialização dos produtos não era feita diretamente, havia um “comprador”, um “atravessador” em Valentim Gentil, que comprava a produção, a mesma pessoa que “financiava” os camponeses, emprestando-lhes dinheiro a ser pago com a próxima colheita.

Isto significa que o capitalista, comerciante, enredava o camponês em sua teia de tal forma que sua produção estivesse sempre atrelada a ele próprio. Ou seja, o capitalista se apropriava da renda camponesa através de duas formas diferentes, via capital comercial e também de uma forma similar ao capital financeiro, cobrando juros pelos empréstimos, “financiamento”, nas palavras do próprio camponês.

A característica estritamente comercial de alguns produtos fica absolutamente explícita quando pergunto ao camponês para que plantava a mamona, ao que ele responde que *“não sabia, mas tinha comprador”*. Ou seja, ainda que ele não soubesse qual era o emprego do produto que cultivava (posteriormente ele mostra que sabia), importante era que esse produto tivesse comprador. Vale lembrar que trata-se de famílias na condição ora de camponeses-posseiros, ora de camponeses-rendeiros, que vivenciaram a frente de expansão em seu processo de transformação em frente pioneira. Isso significa que mesmo na constituição e transformação dessas áreas no âmbito da sociedade capitalista, a agricultura praticada pelos camponeses-posseiros – em situação de fronteira⁵ - era aquela destinada à comercialização.

Pode-se observar, portanto, que os produtos estritamente comerciais cultivados pelos camponeses da Fazenda Jacilândia eram basicamente os mesmos daqueles

⁵ Ver Martins (1975).

produzidos pelos camponeses de Marília e Jaú, e, na mesma época (anos 60 até meados de 70): algodão, amendoim e mamona.

Entretanto, a partir de meados da década de 70, houve uma diminuição drástica desses cultivos, manifestada em um dos depoimentos colhidos em Jaú pela expressão “virou a moda”. Esta é exatamente a mesma expressão usada por um camponês da Fazenda Jacilândia para dizer por que não cultivam mais esse tipo de lavoura:

[Por que aqui não tem mais lavoura?] *Ah, porque a lavoura caiu da moda, não é? Porque a lavoura foi fracassando, fracassando, então os negos partiram para o gado. Ficou mais fácil. A lavoura foi que não tem para quem vender e a lavoura hoje é mecanizada. Então tem muita gente hoje que tem trator e já não mexe mais com roça, não vira muito, o custo da lavoura é muito caro e o preço é muito barato, um saco de sessenta quilos de milho por quinze reais, quer dizer que o milho ainda é uma lavoura que ele não depende de muita mão-de-obra, mas pega um algodão, pega uma soja, pega esses outros tipos de lavoura, dá uma mão-de-obra! Pega o amendoim, dá uma mão-de-obra desgraçada! Então para vender um saco de amendoim, colher um saco de amendoim e vender por quinze, 16 contos [reais], está tomando prejuízo, porque ele custa muito mais! Porque a senhora sabe, plantar um alqueire de amendoim em um alqueire de terra no estado de São Paulo são oitenta litros, mas para plantar um alqueire de amendoim vai 300 quilos de semente, então já pensou 300 quilos de semente de amendoim hoje no preço que ele está? Estão vendendo em casca a 25, vai vender ele limpo, então não compensa. E a mão-de-obra que dá para você colher o amendoim? Dá uma mão-de-obra desgraçada, o amendoim para você plantar ele, ele é uma lavoura rápida, com 120 dias ele está no ponto de colher, você arranca aquele trem passa a cortar com animal, vai um cortando na frente e vai uma chuva de quinze, vinte pessoas atrás colhendo ele, ou colocando ele em pé com a raiz para arriba ou colocando ele deitado no chão, depois aquele mesmo bando de gente que passou levantando ele, vai voltar atrás batendo ele, batendo ele... pensa bem a despesa que fica, passou aquelas trinta pessoas para levantar ele, mais trinta pessoas para bater, depois de bater ele ainda vai para um terreirão para abanar tudo, tirar a sujeira dele para depois limpar para vender, dá uma mão-de-obra muito grande.*

Meu interlocutor mostra, em sua fala, que a lavoura que eles tradicionalmente cultivavam passou a ser produzida pela agricultura capitalista, o que fica implícito quando diz que “não tem para quem vender” e que a “lavoura hoje é mecanizada”. Ou seja, a compra habitual desses produtos (mamona, amendoim e algodão) diminuiu, ou terminou, como foi visto também nos casos de Jaú e em Marília, quando os camponeses mencionaram os nomes das indústrias oleaginosas que fecharam.

Ao falar da mecanização o camponês revela “quem” é que está produzindo grãos, ou seja, em que tipo de agricultura tem sido viável o cultivo desses produtos: em grandes extensões de terra mecanizada.

O binômio “viabilidade econômica e mecanização da produção dos grãos” fica implícito em seu discurso quando afirma que dá “*uma mão-de-obra desgraçada*”; esta “mão-de-obra” a que se refere tem o sentido tanto do grande dispêndio de energia (uma cultura trabalhosa) quanto do número de braços necessários para a colheita, “*uma chuva de 15, 20 pessoas colhendo*”. Essa “chuva” de pessoas na colheita é conseguida mediante a troca de dias e mutirão, ou diretamente através da remuneração esporádica (também praticada pelo campesinato). Isso significa que a grande quantidade de mão-de-obra, se remunerada, inviabiliza-se quando em concorrência com a mecanização. Portanto, o parâmetro para avaliar a viabilidade econômica do cultivo está pautado em sua experiência camponesa: em concorrência com a agricultura capitalista – de grãos – é economicamente inviável.

A diminuição drástica dos cultivos do amendoim, da mamona e do algodão, praticados pelos camponeses, evidentemente não se dá fortuitamente. Todos esses produtos eram em grande parte destinados à fabricação de óleo.

Vê-se na Tabela 4, a seguir, a produção de algodão herbáceo, amendoim e soja desde os anos 40 até 1996, em São Paulo.

Com relação ao algodão, percebe-se que a quantidade produzida diminuiu da década de 40 para a de 50, mantendo-se estável entre 50 e 60, aumentando um pouco em 1970 e diminuindo drasticamente em 1975, e não mais atingindo o patamar da década de 40⁶.

⁶ Para os dados da produção de algodão no Brasil tem-se o seguinte: do final da década de 40 até o início da década de 60 houve um aumento gradual na área colhida. No início da década de 60, entre 1960 e 1965, esse número aumentou em cerca de trinta por cento, passando de quase três milhões de hectares de área colhida para quatro milhões de hectares. Esse montante ficou em torno de quatro milhões de hectares e teve o pico em 1973, com cerca de quatro milhões e trezentos mil hectares em área de algodão colhido. A partir de então, a área colhida de algodão no país diminuiu sucessivamente (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, Série Histórica).

Com relação ao amendoim, nota-se uma pequena produção na década de 40, tendo aumentos muitos significativos a cada década até 1970. Em 1970 a quantidade produzida foi 100 vezes maior do que em 1940. Entretanto, a partir de 1970, houve uma diminuição extremamente grande⁷.

Tabela 4. Produção de Algodão, Amendoim e Soja em São Paulo

Quantidade produzida por produtos das lavouras temporárias - série histórica Estado de São Paulo Variável = Quantidade produzida (Tonelada)			
Ano	Produtos das lavouras temporárias		
	Algodão em caroço (herbáceo)	Amendoim em casca	Soja em grão
1940	838.756	4.018	267
1950	445.559	66.132	136
1960	442.046	292.383	1.131
1970	612.709	417.893	92.334
1975	394.736	239.845	629.753
1980	433.388	257.811	958.897
1985	571.022	198.793	952.196
1996	150.967	49.542	850.480

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

O período do final dos anos 50 até o início dos anos 70 foi, para as famílias camponesas - tanto de Marília, quanto de Jaú e também de Meridiano – o período em que arrendavam terras, produzindo sobretudo amendoim, algodão e mamona e mesmo posteriormente, já em suas terras (década de 60 e início de 70) deram continuidade a esses cultivos.

Essas famílias vivenciaram, no cotidiano de suas vidas, o efeito da queda brusca dos preços desses produtos, em grande parte destinados à fabricação de óleo.

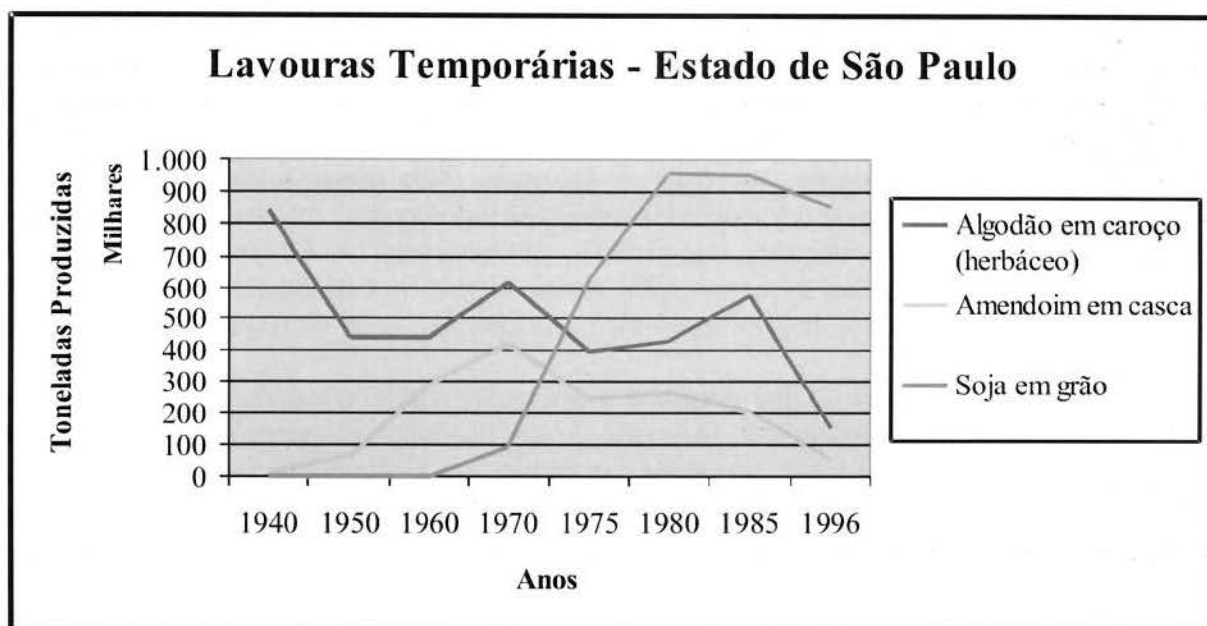
⁷ Com relação à produção do amendoim no país, observa-se um processo muito parecido. A área colhida foi crescendo nos anos 50, aumentando sensivelmente no final dessa década, e de 1960 para 1961 essa área aumentou cerca de 40%, passando de 290 mil hectares para cerca de 430 mil hectares. Durante toda a década de 60 a área colhida de amendoim aumentou muitíssimo, chegando em 1970 com mais do que o dobro da área colhida em 1960. Esse aumento, tanto na área colhida quanto na quantidade produzida, teve seu pico em 1972, com cerca de 706 mil hectares colhidos de amendoim. Entretanto, a partir de 1972 este número diminuiu bruscamente, chegando, em 1975, a metade da área colhida em 1972. Essa diminuição continuou até o final dos anos 80. (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, Série Histórica).

Em contraposição à trajetória decrescente das culturas de amendoim e de algodão no início dos anos 70, está a cultura da soja.

Observando a tabela anterior, percebe-se que a produção da soja no Estado de São Paulo era incipiente na década de 40, diminuiu na década de 50, teve um sensível aumento na década de 60 e, entre 1970 e 1975 teve um “boom”, praticamente só aumentando desde então⁸.

O Gráfico 1 demonstra a evolução da produção destes três cultivos de forma comparada.

Gráfico 1. Evolução das Culturas de Algodão, Amendoim e Soja em São Paulo



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Nota-se no Gráfico 1 que exatamente a época em que começaram a diminuir as áreas cultivadas com algodão e amendoim (produzidas tradicionalmente pelo

⁸ Com relação à produção de soja no Brasil em comparação às culturas do algodão e do amendoim, os números são os seguintes: a área colhida de soja em 1960 era de 171 mil hectares, cerca da metade da área colhida de amendoim no mesmo ano e 10% daquela de algodão. A área colhida de soja foi aumentando durante os anos 60, e no final dessa década, e especialmente no início da década de 70, conheceu um aumento muito expressivo. De 1969 a 1972 a área colhida de soja quase triplicou em relação à área colhida de amendoim em 1972, sendo um pouco menor do que a área colhida de algodão. Entretanto, de 1972 a 1976, a área colhida de soja praticamente triplicou, sendo quase cinquenta por cento maior (em 1976) do que a área colhida em algodão. Desde então, a área colhida de soja praticamente só tem aumentado no Brasil. Atualmente, são cerca de 22 milhões de hectares de soja cultivados no país. (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, Série Histórica).

campesinato) a cultura da soja começou a despontar, conhecendo uma grande “explosão” no início e meados dos anos 70.

Como já foi apontado no capítulo referente ao assentamento da Lei de Revisão Agrária em Jaú, o consumo de gorduras na alimentação dos brasileiros foi, até a década de 70, composto basicamente do uso da gordura animal. Fazia também parte da alimentação – especialmente da população urbana – o consumo de óleos vegetais oriundos do amendoim e do algodão.

A alteração dos hábitos alimentares a partir da disseminação da cultura da soja no país não foi fortuita, de acordo com Oliveira (1995b, p. 468-9):

A lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira. Esse processo se dá no âmago do capitalismo mundial e está relacionado, portanto, com o mecanismo da dívida externa. Através dele os governos dos países endividados criam condições para ampliar a sua produção, sobretudo a industrial. Para pagar a dívida eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos pelos preços internacionais. (...) É por isso que nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas de exportação, quase sempre em detrimento das culturas de produtos alimentícios destinados ao mercado interno, isto é, ao consumo da população brasileira.

Outras vezes o que ocorre é a alteração rápida dos hábitos alimentares da população em decorrência da expansão desses produtos. O exemplo da soja é típico. Boa parte da população brasileira cozinhava seus alimentos em gordura animal (principalmente de suínos) ou em óleos e gorduras de produtos vegetais (algodão, amendoim, coco, etc). Entretanto, de uns tempos para cá o óleo de soja tornou-se o produto básico na preparação da alimentação dos brasileiros. Até campanhas publicitárias e “médicas” foram feitas ressaltando seu valor em relação aos demais produtos do gênero. Essa mudança no costume alimentar da população foi feito visando ampliar o mercado interno do óleo de soja, em decorrência das políticas de ampliação das exportações de farelo de soja, ingrediente básico utilizado na fabricação de ração animal, no Brasil e principalmente no exterior.

Percebe-se, portanto, a ampliação da cultura da soja em função da posição e opção do país na economia capitalista mundializada. Ainda segundo Oliveira (1995b) essa ampliação deu-se, especificamente, a partir dos governos militares que

incentivaram as exportações de soja, criando para isso programas específicos como, por exemplo, o Prodecer⁹, firmado em 1974.

Na tabela anterior pode-se ver o aumento extremamente significativo da área cultivada com soja no início dos anos 70. Esse aumento, fruto do mecanismo adotado pelo Brasil – a princípio pelos governos militares – no capitalismo mundializado, teve repercussões importantes na vida o campesinato. Ele foi chamado por vários autores de modernização da agricultura brasileira¹⁰.

Mais diretamente, os camponeses que eram parceiros em fazendas como as de café, cujo cultivo foi substituído pela soja (como o caso exemplar do Paraná), viram-se sumariamente sem trabalho em um prazo de tempo muito curto.

Entretanto, a expansão da agricultura capitalista da soja não afetou apenas os camponeses que viviam nas terras em que tal cultivo foi implantado. A substituição de diversas formas de gordura (tanto animal quanto vegetal) pelo uso do óleo de soja na alimentação da população, em geral foi determinante na trajetória de muitos camponeses que há anos cultivavam produtos como amendoim e algodão.

Como se viu nos diversos depoimentos ao longo deste trabalho, esses eram os principais cultivos comerciais dos camponeses assentados em Jaú, em Marília e também em Meridiano. Quanto aos de Campinas, embora uma pequena parte deles tenha implantado a cultura do algodão, em poucos anos substituíram-na pelas culturas de frutas.

Essa alteração no padrão de consumo e, portanto, a brutal diminuição da compra desses produtos, teve uma implicação muito aguda na vida dos camponeses, que a retrataram de diferentes maneiras. Como foi visto ao longo do trabalho, os camponeses fazem referência direta a esse período falando sobre o fechamento das “máquinas”, ou seja, das indústrias oleaginosas, e utilizando expressões como “*virou a moda*” e “*a lavoura fracassou*”.

⁹ Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado.

¹⁰ Ver Graziano da Silva (1982).

Pode-se ver exatamente o mesmo processo em Marília, em Jaú e em Meridiano. Nos dois primeiros casos, os camponeses mencionam diretamente o nome das indústrias que fecharam, localizadas nas cidades em que estavam os assentamentos. Em Meridiano, como se viu, o cerealista não era também o industrial: era, nas palavras de meu interlocutor, o “atravessador”.

A expressão “*a lavoura fracassou*”, usada para ilustrar a queda e o término na compra dos produtos camponeses cultivados com finalidade quase que estritamente comercial, é muito significativa. Com ela, o camponês expressa a interpretação que tem da trajetória das famílias na terra após a impossibilidade de continuar os cultivos que vinham empregando há décadas, em vários casos.

Nesse sentido é que é possível observar nos depoimentos as diferentes maneiras de expressar a alteração existente na reprodução camponesa. Entre essas expressões, pode-se ver a menção ao número de times de futebol que existiam “antes” e “depois”, refletindo diretamente a quantidade de pessoas na terra, como foi o caso de Marília. Ainda em Marília, expressões como “*essa fazenda era a coisa mais linda, aqui era tudo roça*”. E, em Meridiano “*aqui parecia uma cidade*”, referindo-se à quantidade de pessoas na terra, nos sítios.

A impossibilidade de dar continuidade às lavouras de amendoim, algodão e mamona foi enfrentada pelas famílias camponesas com a passagem, praticamente exclusiva, para a criação de gado. Este processo aconteceu entre as famílias que permaneceram na terra em Jaú, Marília e Meridiano.

Assim, pôde-se observar, mais detalhadamente no caso de Jaú, a forma como a família camponesa aproveitou atividades já realizadas, como a criação de gado e de suínos, utilizada no consumo alimentar da família, tornando-as uma atividade mais comercial. O mesmo aconteceu exatamente da mesma forma em Meridiano.

Aí com cinco anos eu paguei a derradeira, paguei dois mil e pouco [como o senhor conseguiu pagar rápido?] foi trabalhando, tocando minha roça, eu tinha os quatro filhos que me ajudavam a trabalhar, os quatro estavam dentro de casa, não tinham casado ainda [...] [Por que o senhor resolveu criar gado?] Ah, porque aí foi plantando

pasto, não é? E eu tinha as crianças pequenas, porque o gado já tem já faz tempo, que eu tenho, aí tinha as crianças pequenas, precisava estar comprando leite, eu comecei comprar umas vacas para dar leite para os meninos, aí foi aumentando, eu cheguei a possuir quarenta cabeças, depois eu falei: 'é muito, eu vou parar com isso', dá muito trabalho para tirar leite, aí hoje tem pouco, tem só acho 16 cabeças... [Pergunto quem ajuda.] Um rapaz que mora aqui mais eu, o meu filho, somos só em três pessoas na casa. [E dá conta do serviço?] Dá, dá conta.¹¹

Há dois elementos importantíssimos apontados por meu entrevistado no depoimento anterior. O primeiro deles refere-se à resposta que o camponês dá quando pergunto como conseguiu pagar a terra tão rapidamente; sem titubear, ele responde que foi porque tinha quatro filhos *dentro de casa* que ainda não *tinham casado*, ou seja, a “estrutura conjuntural” de sua família estava no auge de sua força de trabalho; tal como aponta Chayanov (1974), esse é o pico produtivo da família, em que o “número de bocas para comer” e de “braços para trabalhar” está em sua melhor relação, que é justamente quando os filhos já cresceram, estão em idade de trabalho, o casal ainda não estava na velhice e, como atesta o próprio camponês, seus filhos ainda não eram casados, ou seja, não tinham filhos, o que aumentaria o número de bocas (consumidores) sem que uma maior força de trabalho (produtores) estivesse, ao mesmo tempo disponível.

O segundo elemento apontado pelo camponês é a forma como o gado foi introduzido em sua terra, ou seja, a primeira finalidade era o leite, de modo que pudesse alimentar seus filhos. A criação de gado não surge diretamente como uma possibilidade de se vender o leite ou o queijo, ela era um dos elementos que integrava o sítio e complementava, assim, a alimentação da família, desenvolvida paralelamente à lavoura.

A criação, portanto, passou a ter uma expressão maior nesses sítios camponeses, tornando-se uma atividade praticamente voltada à comercialização, depois que os cultivos que vinham desenvolvendo tornaram-se inviáveis. Esse foi o mecanismo encontrado pelas famílias camponesas para a sua reprodução na terra¹².

¹¹ Entrevista com o sr. João Baiano, realizada em julho de 2004.

¹² Ver Fotografias 77, 80 e 81

Entretanto, é preciso salientar que a criação de gado demanda um investimento econômico sensivelmente menor do que as lavouras comerciais implantadas pelas famílias até então, como atestam diversos depoimentos colhidos em campo e relatados ao longo do trabalho.

Além disso, o fato das famílias já desenvolverem essa atividade é uma questão essencial para compreender a sua continuidade:

[Pergunto de quantos anos para cá eles têm gado.] *Pouco [gado] a gente sempre teve, aí depois que parou a roça que aumentou mais um pouco, mas nós sempre tivemos... [mesmo quando arrendava a terra?] É, assim para o gosto a gente sempre tinha uma ou duas vacas, para o gasto só.*¹³

A escolha de cada uma das atividades produtivas na unidade camponesa sempre está pautada pela experiência. Como os camponeses não podem arriscar a sobrevivência da família ‘aventurando-se’ em um tipo de produção sobre a qual não têm informação suficiente quanto à sua viabilidade e rendimentos, é com extremo cuidado que medem a alteração das mercadorias que produzem. Além disso, a experiência é formada por uma série de conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, muitas vezes até ao longo de gerações, que dizem respeito não só às técnicas utilizadas como também a uma interpretação da natureza, a partir da qual moldam, formam seus sítios, fazendo “conversar” esse duplo conhecimento.

A formação da unidade camponesa, portanto, pressupõe um manejo muito específico determinado pelo conhecimento acumulado e pela avaliação que têm os camponeses da viabilidade econômica da atividade a ser desenvolvida.

Assim, a alteração nos cultivos só se processa quando o camponês é detentor direto da experiência ou quando tem um contato muito próximo com experiências similares já desenvolvidas. É por isso que no bairro rural os cultivos vão sendo alterados em “conjunto”; é a partir de uma experiência bem sucedida de um vizinho que os demais vão também transformando suas unidades. Como foi visto no Bairro Reforma Agrária em Campinas, a disseminação do cultivo de frutas foi possível a

¹³ Entrevista com Jaime Pacheco, realizada em julho de 2004.

partir da experiência trazida de camponeses oriundos de unidades que já as produziam, ou seja, de sítios também¹⁴. Foi, como apontado, a partir da experiência social da pequena propriedade que as frutas puderam ser cultivadas, o que revela, sem dúvida, uma correlação entre o tipo de cultivo e a condição do camponês.

Processo similar observa-se com relação ao assentamento de Jaú. As famílias que lograram permanecer na terra o fizeram através da criação de bovinos e suínos que, como mostram os depoimentos dos camponeses, foi também pautada pela intensa troca de informação que até hoje ocorre, atestada pela similaridade das formas de conduzir a unidade camponesa, materializada em um modo específico de produzir o sítio camponês, modo esse “fotografado” pelos croquis elaborados. Os croquis são, portanto, a representação do que é a territorialização camponesa, produzida pelos próprios camponeses. A expressão do camponês entrevistado em Jaú de que “*a moda virou*” ilustra a alteração da organização das unidades camponesas em conjunto, possibilitada pela teia de relações que constituem o bairro rural.

No caso de Jaú, a introdução da criação de gado pelo sistema de piqueteamento no sítio foi também possível mediante diversas viagens e visitas do pai da família às experiências já concretizadas. Como foi discutido, a nova técnica só foi introduzida após o camponês ter a certeza de que ela era viável tanto econômica quanto tecnicamente e, o que é fundamental, não oferecia riscos à reprodução de sua família.

Portanto, é a partir da experiência concreta próxima, em geral de vizinhos, mas também proporcionadas por projetos públicos, como foi possível atestar no exemplo anterior, que o camponês altera a produção em sua unidade territorial.

A criação de gado ocupando praticamente toda a unidade camponesa, em substituição aos cultivos de grãos que realizavam, foi fruto, ao mesmo tempo, da adoção de uma prática já conhecida e da possibilidade de se manterem na terra com menos gastos. Entretanto, a contrapartida da permanência e reprodução na terra com o gado, sobretudo de leite, foi a pouquíssima mão-de-obra que a atividade exige.

¹⁴ Para maiores detalhes ver Bombardi (2004a).

Isso significa que o mecanismo encontrado pelos camponeses para que as atividades em seus sítios fossem reproduzidas redundou em uma drástica redução de necessidade de “braços” para trabalhar.

No caso de Jaú, há o exemplo do pai que encaminhou seus outros filhos para a cidade e manteve apenas o caçula na terra, já que ela não seria suficiente para o trabalho e sustento de todos. Entretanto, a partir do piqueteamento e da granja de suínos, o filho caçula avalia que hoje seria possível que seus irmãos estivessem também no sítio.

O número reduzido de pessoas na terra é retratado nos depoimentos com as alegorias mencionadas anteriormente, a mais emblemática delas sendo, talvez, a que se refere ao número de times de futebol. Há também, no caso de Meridiano, diversas expressões que ilustram o pequeno número de pessoas que ficou na terra em função da extinção das lavouras:

*E já foi bem mais animado aqui, tinha muito jovem, agora a maioria foi tudo para a cidade, então ficou só mais os velhos, mas mesmo assim, mas já foi muito movimentado [...] A maioria vai para a cidade mesmo porque na roça tem pouco serviço agora, o pasto já é “um dois” [quer dizer rápido], não é? Porque quando era roça, para colher tinha bastante, precisava de bastante gente...*¹⁵

Neste depoimento aparece a explícita relação entre o número de pessoas na terra e a atividade desenvolvida pelos camponeses. A expressão “o pasto já é um dois” designa o pouco trabalho que ele demanda e a “evidente” explicação do porque antes era “mais animado”.

A grande presença do gado nesses sítios pode ser verificada no Mapa 14, do uso do solo na Fazenda Jacilândia.

A presença do gado também é atestada pelos latões nas porteiras dos sítios¹⁶: “é, esse latão que a senhora vê nas porteiras aí, é de quem entrega leite”.

¹⁵ Entrevista com a sra. Jandira Pacheco, realizada em Julho de 2004.

¹⁶ Ver Fotografia 78.

Embora parte do leite seja vendida para as indústrias, boa parte das famílias prefere, como se viu em Jaú e em Marília, fabricar o queijo e vendê-lo, já que dessa forma escapam da subordinação de sua renda e não são constrangidos pelo ritmo de trabalho da indústria e por suas outras determinações.

Um dos camponeses entrevistados na Fazenda Jacilândia disse, em seu depoimento, que nunca mais quis vender leite desde que, ao contestar o pagamento feito pela indústria, foi destratado pelo industrial. Ocorreu que a indústria pagou metade de seu leite por um preço estabelecido para leite de qualidade inferior, apesar dele ter entregado o leite de uma só vez e no mesmo recipiente. Ao contestar o pagamento indicando que não seria possível uma avaliação de metade do leite de uma maneira e de outra metade de outra é que foi destratado pelo industrial, que pediu ao camponês que provasse que dizia a verdade, recusando a mão estendida do camponês ao se despedir. Desde então, o camponês jurou para si mesmo que nunca mais venderia leite.

A subordinação à indústria aparece de maneira dupla. Não é só uma subordinação econômica da renda camponesa, mas é também uma subordinação moral, como se viu neste caso e em um dos casos de Marília, em que o camponês deixou de vender leite para não receber mais “bilhete” da indústria – ou seja, para não ser constrangido moralmente.

Assim, produzir o queijo ao invés de vender diretamente o leite é optar por não ser subjugado em sua liberdade, em sua autonomia, e sim ser respeitado, respeitado pelo que produz, ser tratado com dignidade. Nem sua renda está sujeita, assim como ele próprio, moralmente, também não está.

As famílias vendem o queijo para seus “fregueses” habituais da cidade mais próxima (Meridiano ou Valentim Gentil), os queijos são encomendados pelos moradores da cidade e entregues pelos camponeses aos sábados (o mesmo também ocorre em Marília e em Jaú).

No depoimento seguinte, a camponesa descreve (e mostra) o processo de fabricação do queijo:

A gente aquece o leite até 35°... com termômetro, aí depois a gente põe o coalho, espera quarenta minutos, meia hora, aí depois ele faz essa coalhada... Aí agora a gente corta assim e volta assim... [Observar as Fotografias 99, 100 e 106] Agora eu deixo vinte minutos, de vez em quando eu vejo e mexo com a colher de pau em sentido em oito [o desenho feito com a colher ao mexer no recipiente deve fazer o formato do número oito] para não quebrar a coalhada muito. [Por quê?] Porque senão não fica bom o queijo. Aí depois eu passo numa forma, [ela mostra a forma para o meia cura e para o frescal, são formas diferentes, um é prensado e outro não] depois ele acalma bem, aí eu viro ele, aí amanhã está pronto [no momento estão fazendo um queijo por dia, pois há pouco leite...] são seis litros para fazer um queijo, agora o meia cura são 10 litros para fazer um queijo, aí o soro a gente dá para os porcos... aqui é seqüência... [Pergunto com quem ela aprendeu] Eu sabia assim mais ou menos, mas depois eu fiz o curso de, que veio pela Casa de Agricultura, sabe [ela traz a apostila para mostrar]: vai até 65°, não chega a ferver, agora aqui é o queijo minas, aqui o meia cura e o curado, o curado lava, passa sal, até ele ficar bem duro só para ralar, né? Aqui é ricota, queijo prato, aí esses uns eu não fiz porque é mais complicado, requeijão cremoso aquele um que vem no copo, esse faz, iogurte natural, põe com fruta se quiser, doce de leite de tablete, leite condensado, aqui já é para aproveitar o soro, faz pão... está com dois anos [que ela fez o curso] [pergunto se ela não fazia o queijo antes de fazer o curso] Eu fazia assim mais, do jeito que a mãe ensinou [qual a diferença?] Eles ensinam mais, como a gente fala? Que nem a gente fazia no olhômetro, né, não tinha o termômetro via o calor, porque às vezes se aquece muito não fica bom, e se você deixa ele frio também não coalha, aí a coalhada fica mole, não fica firminha daquele jeito e se você aquece muito ela aferventa e ela não presta também a coalhada, então aonde que a gente perde, e perdia, aí agora já com termômetro você coloca e você sabe a temperatura... o certo mesmo, para fazer o queijo, eu não faço porque dá muito trabalho, mas o que o professor ensinou o queijo do leite pasteurizado, aí ele tem mais garantia de não fermentar, não estragar [pergunto onde foi o curso] Justamente no mesmo salão que os meninos estão fazendo, é salão comunitário, né? Já tem a cozinha, aí a Casa da Agricultura traz os cursos, tem sempre curso aqui [...] agora eles estão dando um pouco mais de valor para aqui para nós porque antes a gente não tinha ajuda de nada, a gente tinha que se virar, mas agora não...

Três pontos merecem ser destacados a partir dessa fala. O primeiro deles é a expressão que ela usa para definir a ação de dar o soro que sobra da fabricação dos queijos para os porcos: “*aqui é seqüência*”, a palavra seqüência revela a interligação das atividades realizadas dentro da unidade territorial camponesa. O segundo ponto é a mudança na maneira de produzir queijo; vimos em seu depoimento que a camponesa já sabia fazer o queijo “do jeito que a mãe ensinou”, entretanto, ao me explicar esse

modo, escolhe a palavra e finalmente diz “*no olhometro*” em oposição ao “termômetro” que ela adquiriu após ter feito um curso oferecido pela Casa da Agricultura. O conhecimento obtido no curso permitiu que incorporasse uma técnica que diminui a “perda”, ou seja, diminuiu um prejuízo que é econômico. Certamente a nova técnica foi incorporada após a própria camponesa *experienciar* essa vantagem.

Finalmente, vemos, com relação à Casa da Agricultura, a expressão de como o campesinato interpreta a mediação do Estado. Minha interlocutora diz que “*agora estão dando um pouco mais de valor para nós*”, revelando um entendimento, expresso em outras entrevistas, de que “*o povo da roça é o mais esquecido*”. O camponês tem a consciência de que o Estado pouco media sua relação com o mercado. Assim, a interpretação de que agora o Estado “*está dando mais valor... porque antes a gente não tinha ajuda de nada*” está assentada na confirmação de que os conhecimentos adquiridos nos cursos oferecidos pelo Estado possibilitam que mantenham uma maior renda da terra em suas mãos.

Esses exemplos contrariam enormemente a idéia corrente de que o campesinato é refratário à incorporação de novas técnicas. Ocorre, como foi apontado, que o camponês simplesmente não coloca em risco a sobrevivência da família ousando usar uma técnica diferente daquela que aprendeu com as gerações anteriores (como é o caso do próprio queijo) sem que tenha absoluta certeza de seus resultados.

Como vimos no caso de Jaú, o projeto de piqueteamento sobre o qual o jovem camponês tinha ouvido falar na escola técnica agrícola, mas, em suas palavras, “não acreditava”, foi incorporado quando seu pai conheceu e vivenciou efetivamente esses projetos em andamento¹⁷.

¹⁷ Isto indica um caminho pedagógico, de que as técnicas aprendidas nas escolas agrícolas precisam ser empregadas nas próprias unidades camponesas. Se não houver essa viabilização, certamente a incorporação de novas técnicas pelo caminho da escola estará fadada a não se concretizar. Observação feita pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na argüição da dissertação de mestrado de Heitor Paladim Jr. *Insurreição dos saberes territorialização e espacialização do MST: um estudo de caso da escola agrícola 25 de maio, Fraiburgo/SC - ensino de geografia em questão*, em 02/02/2005.

O mesmo projeto de piqueteamento que vimos no caso de Jaú também está sendo empregado em alguns sítios em Meridiano. Esse projeto tem possibilitado a reprodução de mais membros da família na terra e, em alguns casos, a realização do sonho de retorno à terra de jovens que estavam na cidade.

Vale a pena acompanhar o depoimento e diálogos seguintes com os três croquis do sítio, que serão apresentados e discutidos a seguir:

Agora a gente está só com o pasto. Planta um pedacinho de milho só para o gasto, são uns três alqueires de pasto. Agora aqui para baixo tem esse cerrado, a gente não pode derrubar, não é? Não colhe nada aí. Não pode, porque o IBAMA não deixa... lá no fundo tem [o rio] é fraquinho, mas tem.

Agora que o menino, como o pai ficou doente, então o menino começou a vir, porque ele, depois que casou, trabalhava na fábrica, o caçula. Agora ele saiu da fábrica e ele vai voltar a trabalhar no sítio, porque o pai não tem saúde. Então agora ele tem que vir. Agora ele está pensando em tirar leite, né? [Por quê?] Já era de leite, mas só que era assim: pouco, né? Pouca coisa, agora ele quer formar trato do ano que vem para frente ele quer começar a tirar leite para vender. A idéia dele é essa [onde vende?] Os caminhões vêm aí buscar, passam aí no asfalto. Se for bastante, eles vêm buscar na porta, com menos [leite] a gente tem que levar lá no asfalto, mas é perto... [e o laticínio é de onde?] é de Votuporangu, Sonata. E Meridiano também tem uma associação. Passa o caminhão também da Associação, porque a Sonata vem buscar, você tem que tirar e tem que ter um tanque refrigerador, e eles não buscam todo dia, eles buscam, assim, depende quando tem bastante leite, é um dia sim dia não, ou senão de dois em dois dias, três dias, que eles vêm buscar, então a gente tem que ter o tanque refrigerador... [A senhora tem?] Não, não. É caro. [E o seu filho quer fazer isso?] É, ele quer fazer isso, aí tem que ter mais investimento. Agora em Meridiano tem a Associação e eles compram leite, então eles vêm buscar todo dia, aí a Sonata vai buscar lá [na Associação]. Aí já reúne, não é?... É dos produtores [a Associação]... Aqui em Valentim também tem Associação, mas ainda não compra leite, não.

[Quando o marido da senhora está fora, quem tira o leite?] *Meu menino, ele vem da cidade e tira. Todo dia. Ele vem cedinho, ele está trabalhando aqui, só que hoje ele não está porque está fazendo um curso de... como é? Capacita? Capacitação de Produtores do Sebrae, uma coisa assim, mais ou menos assim.*

O outro dia ele fez um [curso] de como preparar o pasto, essas coisas, agora esse um é mais como, como vou explicar, para saber assim o lucro, o prejuízo, mais ou menos assim [contabilidade?] é isso, isso. Então são oito dias. Duas vezes por semana, quinta e sexta. Então estão os dois [filhos], está aquele que mora ali, que é o mais velho, que é casado e mora ali e tem o caçula... é pela Casa da Agricultura, só que eles estão num clube que tem ali, comunitário... [O filho mais velho da senhora cuida do gado?] Não, por enquanto ele, que ele mudou ali esse ano, ele ainda está trabalhando na fábrica, mas a idéia dele é produzir no pedacinho dele, que ele

comprou agora. É, comprou, que era herança das minhas irmãs, comprou a parte das tias.

[...]

[O filho mais novo mora em Valentim Gentil e trabalha no sítio com a mãe, pergunto se ele vai morar no sítio] *Quem sabe mais para frente, se a gente puder construir uma casa para ele. Agora ele está vindo aqui todo dia, hoje ele não está por causa do curso... ele trabalhava em banho de cromação, zincagem, tem um tio dele que tem uma fábrica... O mais velho é gerente lá da firma, e o outro trabalhava lá também, na mesma... [E o mais velho está lá?] É, está pensando, primeiro tem que montar alguma coisa, futuramente... A gente nasceu, criou na roça, a gente não foi novo, agora não adianta ir para cidade, não é? Porque os que foram novo estão voltando para descansar na roça. O que é que nós vamos fazer na cidade?*¹⁸

Antes de passar à discussão do depoimento em si, é necessário fazer uma abordagem a respeito dos croquis. Eles foram elaborados por Jaime de Souza Pacheco, filho mais novo de minha interlocutora.

Pode-se ver que o jovem camponês representou seu sítio de três maneiras diferentes: na primeira delas, através de cores¹⁹ (Croqui 5), na segunda, por meio de uma representação em esquema de planta (bi-dimensional) (Croqui 6) e na terceira, através de perspectiva (tri-dimensional) e legenda gráfica (Croqui 7).

As informações apresentadas em cada croqui fazem com que eles complementem-se.

No primeiro croqui ele representa, com as cores, a organização interna da unidade camponesa em seus diferentes usos. A cor simboliza o uso do solo. Vemos que ele utiliza quatro tons diferentes de verde para representar a mata, o pasto, a várzea e a nascente (para a mata e para a nascente ele sobrepõe dois tons de verde, através do giz de cera e da caneta hidrocor).

Percebe-se também no Croqui 5 colorido que, assim como em todos os outros croquis elaborados pelos camponeses, o rio está na parte inferior da folha. O camponês orienta sua representação no sentido topográfico: as áreas mais altas na parte superior da folha e as mais baixas na inferior.

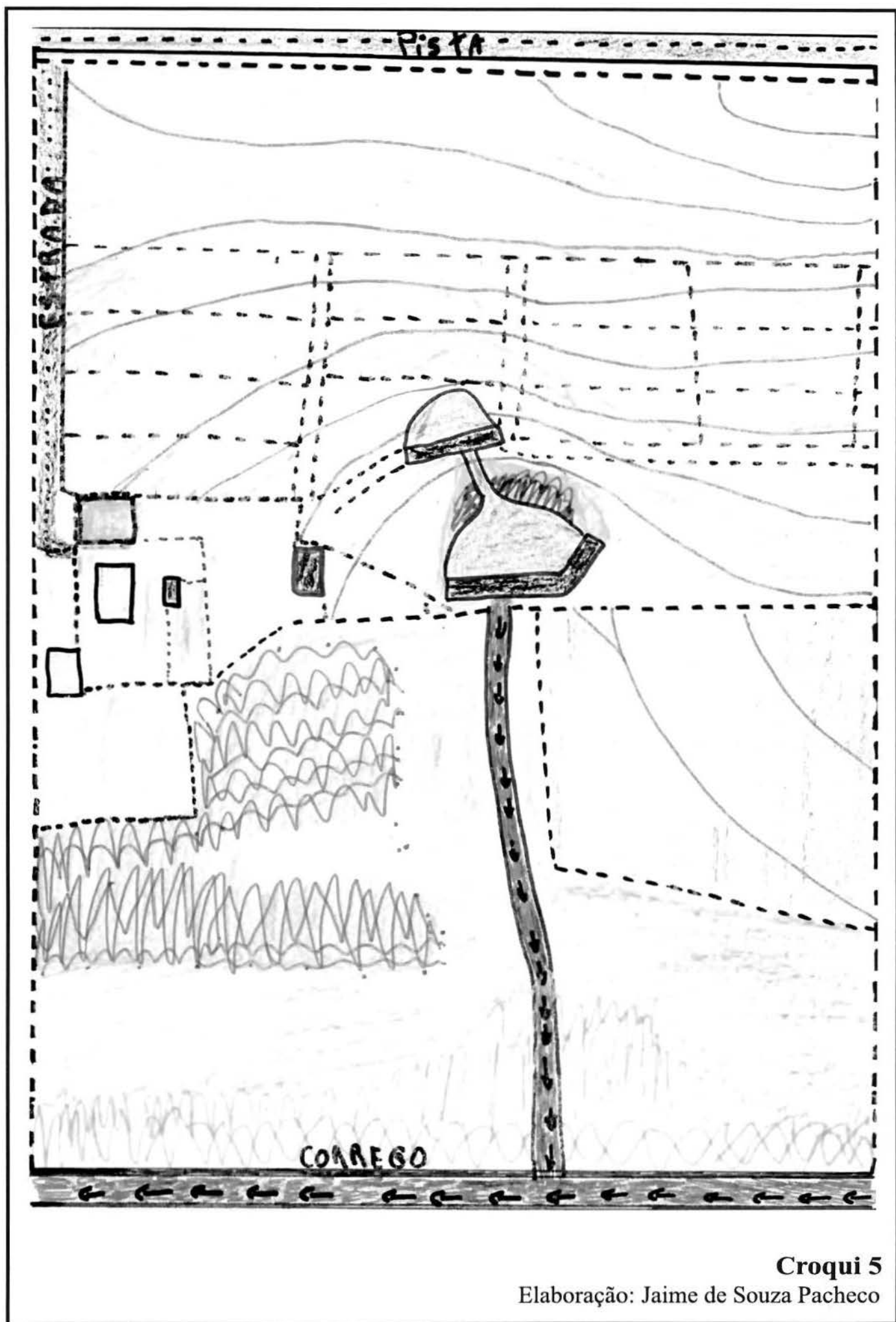
¹⁸ Entrevista com a sra. Jandira Pacheco, realizada em julho de 2004.

¹⁹ Nesse caso, como nos anteriores, ofereci ao camponês folhas A4, lápis de cor, caneta hidrocor (“canetinha”), giz de cera e lápis preto.

O camponês, além de representar a topografia valendo-se da orientação da folha, acrescenta ainda curvas de nível e setas indicando a direção da água! Com as linhas pontilhadas ele define todos os limites: os das divisas do sítio e os limites internos do sítio, separando seus usos, especialmente definindo as áreas dos piquetes. Em preto ele representa as vias, tanto a *pista* quanto a estrada interna da propriedade. Com o marrom ele define a área de roça, que é possível verificar complementando a leitura deste croqui com a dos demais.

Nota-se ainda que para diferenciar o pasto da várzea ele, além de utilizar outro material (com textura diferente), utiliza tracejados também diferentes. O formato com o qual define a várzea, arredondado no encontro do veio d'água com o córrego, é repetido da mesma maneira em seu terceiro croqui. Neste, aliás, em cujo verso há o significado da legenda gráfica que criou, vê-se que, após explicitar que 'V' é 'Várzea', coloca entre parênteses "preservação permanente", incorporando, portanto, o conhecimento que tem da legislação ambiental, e evidentemente as implicações de infringi-la.

Tanto assim que ficou evidenciado no depoimento anterior, a postura da camponesa em definir parte de seu sítio como "*esse cerrado*" (representado como mata nos croquis e, no primeiro deles, com uma área verde escura do lado esquerdo inferior) onde "*não colhe nada aí*" porque "*o Ibama não deixa*". É bastante significativo, portanto, a camponesa dizer que não colhe nada, ou seja, ela não diz que não planta nada, mas que não colhe, o que revela de forma mais evidente a sua maneira de enxergar que o fruto do trabalho camponês é tolhido pela proibição de cultivar "livremente" sua terra.



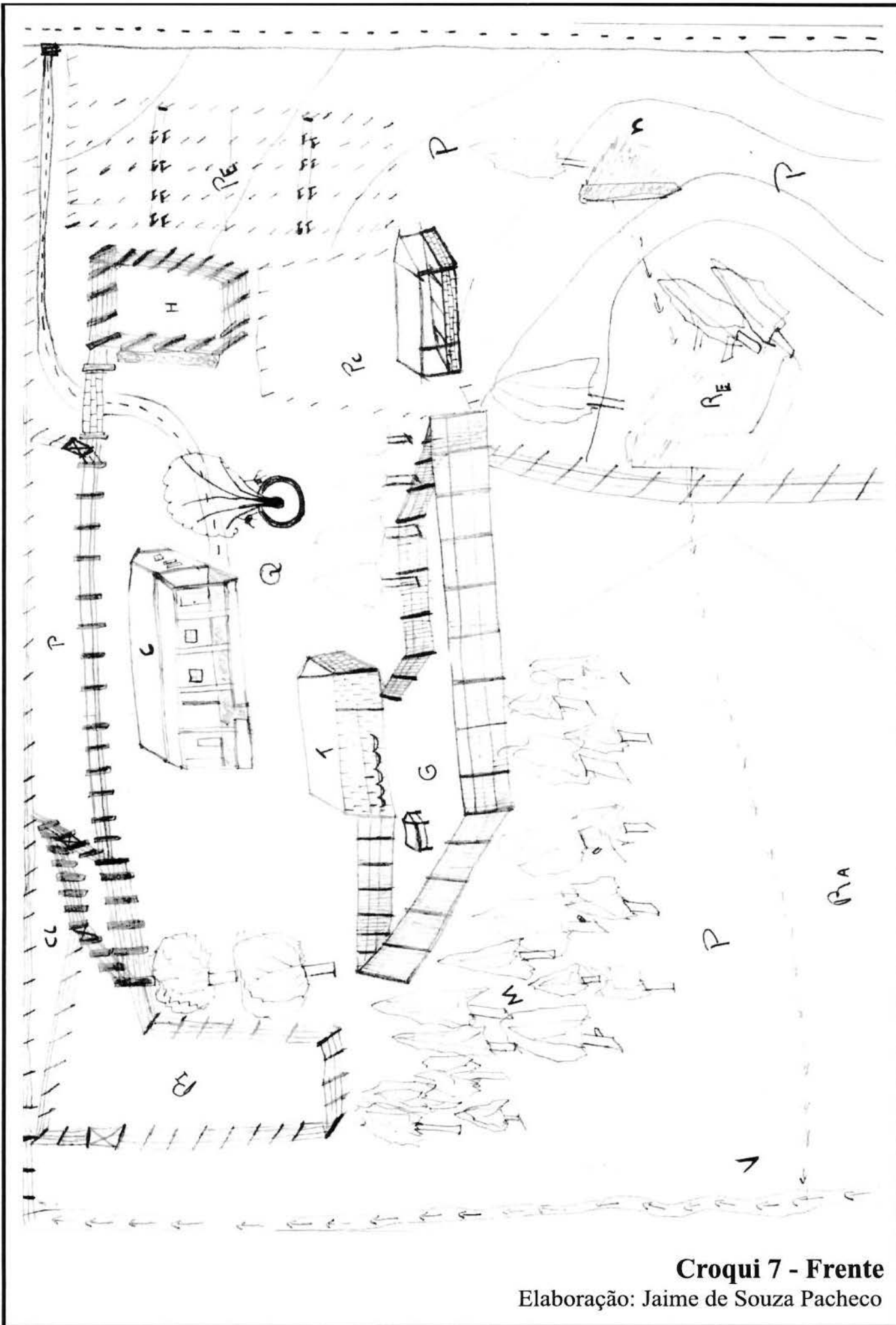
Croqui 5

Elaboração: Jaime de Souza Pacheco

Vicinal de Valentin Gentil



Previdão de onde hoje é parto, é de passar a ser roça
Destino a alimentação do gado



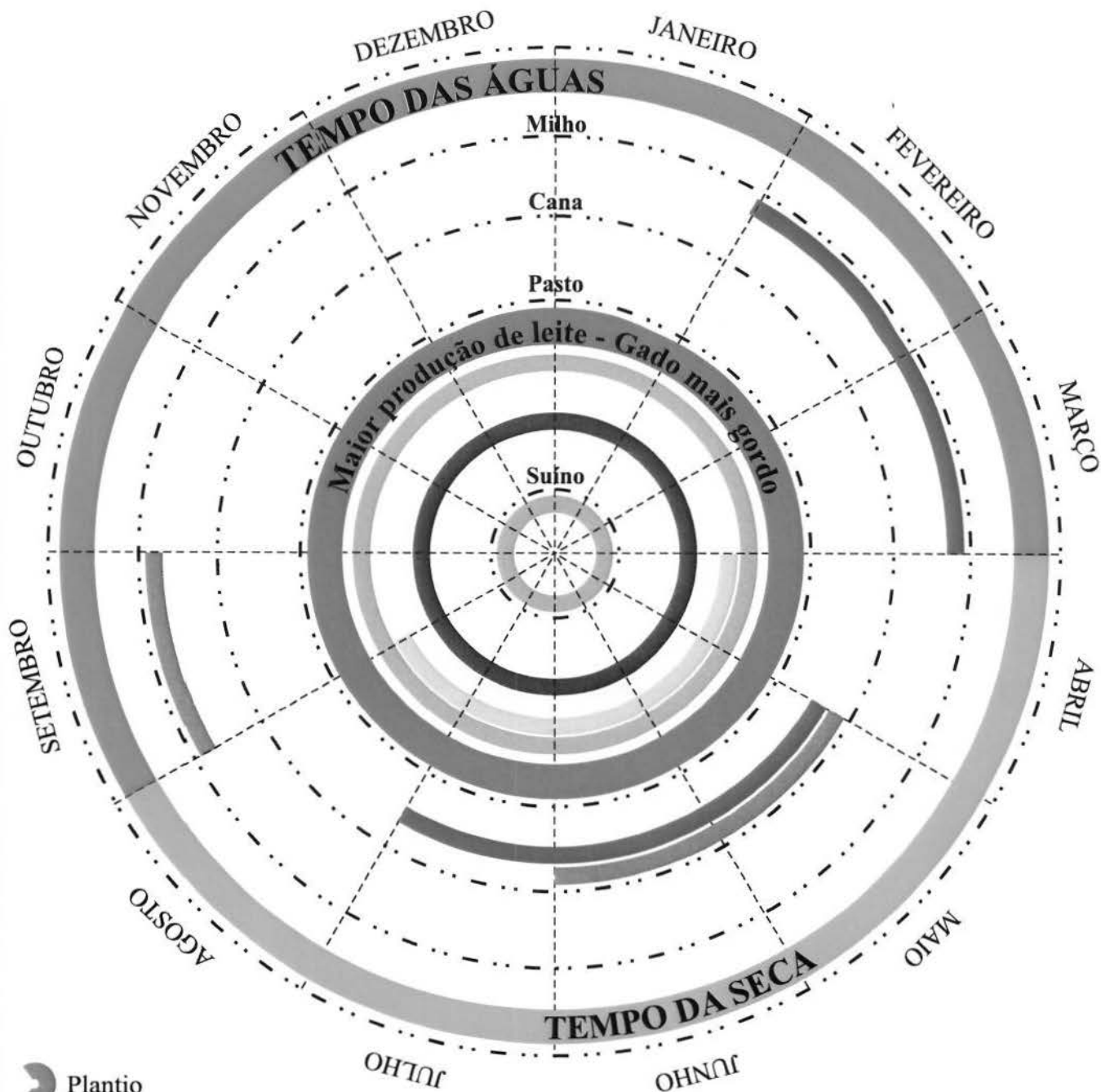
Croqui 7 - Frente








Elaboração: Jaime de Souza Pacheco

- C - Casa
- Cl - Curralama
- P - Pasto
- P_I - Piquetes -
- P_r -
- Pc - Picilga
- PE - Piquetes electrico.
- RA - Roça
- RE - Represa
- Q - Quintal
- V - Varzea (preservação permanente)
- G - galinheiro
- m - mata
- n - nascente
- H - Horta
- T - tulha.

Jaime de Souza Pacheco

Calendário Agrícola - Meridiano



-  Plantio
-  Colheita
-  Trato do pasto
-  Irrigação do pasto
-  Rodízio do gado no pasto (piqueteamento)
-  Recolhimento dos dejetos de galinhas e porcos para uso no pasto
-  Trato dos suínos

Organização: BOMBARDI, L.M.

Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.

Fonte: Entrevista de Trabalho de Campo, 2004.

Ilustração 3

Seus croquis são de um primor impressionante e, além disso, revelam a profunda intimidade com a formação e transformação da unidade camponesa. Vê-se que é como se ele próprio estivesse projetado em seu croqui: ele conhece tão profundamente não apenas cada parte dessa terra como, mais do que isso, conhece seus “porquês” - ele é sujeito ativo na construção dessa unidade territorial. Ele também a construiu no cotidiano de sua vida e projeta seu futuro nessa terra, como atesta seu segundo croqui, que é acompanhado da explicação (ao lado direito da página) de que há uma “*previsão de onde hoje é pasto, é de passar a ser roça. Destina a alimentação do gado*”, ou seja, embora ele represente o presente, ele incorpora seus planos de futuro com essa explicação. Como foi visto no depoimento anterior - e será visto no próximo diálogo, do qual participam sua mãe e irmão mais velho - o projeto de piqueteamento está sendo introduzido no sítio, esta é a dimensão do futuro. Sua mãe afirmou que “*ele quer formar trato*”, ou seja, seu filho está projetando implantar uma qualidade de capim diferenciada, por meio dos piquetes, para o “trato” dos animais.

Novamente a palavra *formar* é utilizada pelo(a) camponês(a) para definir o processo de ordenação e re-ordenação de sua unidade territorial. O Croqui 6 tem incorporado, assim, a dimensão do tempo (e da utopia) no espaço; certamente não é casual a introdução desta informação em seu desenho. Ele também grifa as palavras “pasto” e “roça”. Esta substituirá aquele, a roça é a área com cultivo de milho ou cana que será destinada a suplementar a alimentação do gado.

Os piquetes estão representados nos três croquis, no primeiro através dos pontilhados pretos, formando retângulos, no segundo assinalado diretamente com a palavra “piquetes” sobre linhas contíguas e, no terceiro, com o símbolo “PE”, que significa “piquete elétrico”, na parte superior à esquerda da página, diferenciando-o do “PI” que é um piquete único, contíguo ao curral²⁰.

No terceiro croqui, (Croqui 7) em perspectiva, vê-se a riqueza de detalhes de seu desenho, caprichosamente elaborado, com pormenores inclusive das cercas. Cada

²⁰ Ver as Fotografias 96 e 97.

cerca, que tem uma função diferente, está representada também de forma diferente, com números maiores e menores de traços, mais finos e mais grossos. Ele representa, inclusive, a localização das porteiras no curral, no pasto e na entrada do sítio, próxima à casa. Vê-se que a cerca em torno da pocilga está representada da mesma maneira que o piquete elétrico, justamente porque esta cerca também foi substituída pela cerca elétrica.

Pode-se perceber também a variedade de símbolos com os quais o camponês criou sua legenda para representar cada um dos elementos de sua unidade territorial: C – casa; Cl – curralama; P – pasto; PI – piquetes; Pc – pocilga; PE – piquete elétrico; RA – roça; RE – repreza; Q – quintal; V – várzea; G – galinheiro; M – mata; N – nascente; H – horta e T – tulha.

No terceiro croqui, Croqui 7, embora a orientação topográfica seja a mesma dos demais, a perspectiva está construída no sentido lateral. Este sentido privilegia uma visão “de frente” da casa.

Assim, vê-se no croqui a entrada da casa: sua porta da frente e sua varanda (esta é também uma extensão da cozinha)²¹. O croqui representa fielmente os detalhes da casa com as janelas e o número de colunas na varanda.

Como a entrada da casa está de frente para quem vê o desenho, as entradas da tulha, da pocilga e do galinheiro estão “escondidas”, de “costas” para o leitor²², já que estão de frente para a casa, facilitando, como de praxe, o rápido acesso a partir dela (da casa).

A elaboração dos croquis pelos camponeses revela o amálgama que família e terra formam²³. A família camponesa, através de seu trabalho, territorializa-se: está projetada nessa porção de terra. O croqui é, portanto, a representação da unidade

²¹ Observar as Fotografias 95, 101 e 102.

²² Observar as Fotografias 92, 93, 94 e 98.

²³ O Calendário Agrícola da propriedade - Ilustração 3 – complementa a dimensão espacial com a temporal. Nota-se a similaridade com aquele de Jaú, tendo em vista também a implantação do piqueteamento do pasto.

territorial vista e retratada por aqueles que a concebem e que a reproduzem cotidianamente.

A família como um todo participa ativamente desse processo. Mais do que isso, percebe-se no depoimento anterior que a família camponesa é o eixo estruturador da vida de cada um de seus membros, ela funciona como um todo coeso. Vê-se que inclusive a trajetória dos filhos casados é pensada em função da lógica da família: o filho que mora na cidade e trabalhava também na cidade voltou ao sítio dos pais com a explicação “óbvia” de que *“ele vai voltar a trabalhar no sítio, porque o pai não tem saúde. Então agora ele tem que vir”*, ou seja, o destino do filho (mesmo estando fora da unidade camponesa) é determinado pela necessidade da família. Se a família estava se reproduzindo na terra apenas com os “braços do casal”, a doença do pai impossibilitou essa continuidade. Assim, seus membros decidem pela volta do filho para dar continuidade à reprodução na terra.

Neste caso, como em vários outros verificados no trabalho de campo, o mecanismo de retorno de filhos que estavam na cidade à terra é determinado pela necessidade da família camponesa. Assim, o que aparentemente poderia ser interpretado como proletarização e inserção em um mundo “individualizado”, como é o urbano-industrial, mostra-se muito mais flexível e complexo do que parece à primeira vista.

Se a possibilidade da família permanecer na terra deu-se através da criação de gado, essa ação, como se viu, redundou em uma baixa necessidade de mão-de-obra e também em uma baixa entrada de recursos na unidade camponesa em função da restrita renda da terra que é possível auferir a partir da criação de gado de leite, sobretudo se o leite for vendido para as indústrias.

Entretanto, os jovens camponeses que foram trabalhar na cidade não deixaram de acalentar o sonho de retorno à terra. Ao contrário, eles – através do trabalho na cidade – estão construindo a realização do sonho de duas formas: a primeira,

adquirindo mais terra: "ele ainda está trabalhando na fábrica, mas a idéia dele é produzir no pedacinho dele, né?... Ele comprou agora... a parte das tias".

A segunda forma de concretização da utopia de retorno à terra está sendo a introdução do sistema de piqueteamento. Ou seja, o salário obtido na cidade está sendo empregado para ampliar a possibilidade da reprodução camponesa²⁴:

Jacinto (irmão mais velho) - *Estamos fazendo um curso de capacitação rural, pelo Sebrae pela SAI, é Sistema Agro Integrado... são quatro finais de semana, só que a gente está fazendo de quinta e sexta [feiras]... aí foi dividido, porque na verdade são quatro módulos, já tem feito dois...*

Jaime (irmão mais novo) - *é ... e custeio, agora o próximo é comercialização e depois administração.*

Jacinto - *A gente tinha feito um antes que era bovinocultura leiteira, nós fizemos foi dois dias, três dias seguidos. Aí terminou aquele, aí a gente está mantendo contato com o pessoal do Sebrae, pessoal do SAI, na verdade o pessoal do SAI que está mais em contato, aí ele entra em contato através do Sebrae, então ele está trazendo aí, desenvolvendo, tentando ver se levanta uma associação aí, então esse contato que a gente teve antes com eles, eles estão trazendo esses cursos... [A associação seria do quê?] Seria de pequenos agricultores, porque na verdade tem uma que só existe no papel, que é através da prefeitura, e na verdade não é nada funcional, só na prefeitura, só por lei. Então, a gente está tentando ver se coloca alguma coisa para funcionar... Então a gente optou antes por estar desenvolvendo esses cursos, fazendo alguma coisa, já teve várias palestras sobre cooperativismo, associativismo, para o pessoal se integrar mais, porque se de repente você começa a querer montar [?] a maior parte já se esquivava, né, não sabe o que que significa, então eu estou tentando ver esses cursos primeiro para a pessoa se integrar e ver e também faz através do sindicato rural... vai ter agora em agosto um de inseminação e adestramento. [De quê?] No caso seria domar o cavalo. [Mas isso vocês já sabem?]*

Jaime - *Sabemos, é que tem técnicas novas, não é? Diferente.*

Jacinto - *Vai aprimorando.*

Jaime - *É igual a bovinocultura, o curso que a gente fez, um pouco a gente sabe, a gente entende, sabe, mas hoje tem técnicas muito diferentes do que a gente, do que era usado.*

Jacinto - *Depois também a tecnologia, que hoje já está bem avançada.*

Jaime - *E tem que mudar, senão fica para trás.*

[Eles dão detalhes das horas e dos dias do curso. Pergunto se o curso é pago]

D. Jandira (mãe) - *Neste eles pagam uma parte e outra o Sebrae paga, paga pelo valor do curso, seria uma taxa, esse curso foi para, se fosse para pagar seria 10 mil*

²⁴ Esta ampliação nos planos da família como um todo e de cada um de seus membros, individualmente, é a de viabilizar o retorno efetivo dos filhos à terra: "... primeiro tem que montar alguma coisa, futuramente, né?... A gente nasceu, criou na roça, a gente não foi novo, agora não adianta ir para cidade, né? Porque os que foram novo estão voltando para descansar na roça. O que é que nós vamos fazer na cidade?"

reais, aí você divide, 21 pessoas... nesse eles estão pagando uma taxa de vinte reais... o Sebrae entra com a maior parte... o que sobra, eles rateiam...

[Tem muita procura pelo curso?]

Jacinto - *Infelizmente não, para esse curso mesmo que vai iniciar, por isso que eu estava te falando, a questão da gente fazer esse primeiro para depois tentar montar associação, porque o pessoal mais velho, como já foram sempre muito usados, então o pessoal fica meio arisco e também acha que já está velho, que não vai adiantar mais nada, tem tudo isso, aí, o pessoal mais jovem fica meio desacreditado, então o primeiro dia mesmo lá a gente teve que dos que estavam inscritos, porque se não tivesse os 21 não começava, aí a gente teve que ligar para um, ligar para outro, aí conseguiu começar o curso... mas teve uns que eles tiveram que sair [do curso] porque foram na cavalgada, porque desse daí você pode faltar é 75% [a presença] para receber o certificado... [O que é a cavalgada?] Todo ano tem um pessoal nosso que vai em Salgado, vai a cavalo, tem a festa lá, quando tem a festa aqui o pessoal de lá vem, né? Todo ano você sai aqui [...] aqui como na sexta era feriado, o pessoal foi e aproveitou, eles iam passar a noite na estrada... tem um pessoal que tem parente que tem um sítio, eles dormem lá no outro dia acabam de chegar... eu não fui porque para mim ficava meio puxado, criança pequena também, se eu fosse e não levasse ele [o filho], ainda mais se falasse que foi na cavalgada... na [cavalgada] daqui ele foi, esse ano, com três anos e pouco [a idade do filho] [Ele gostou?] Vich... é eu no cavalo maior e ele tem um poninho, desde os dois anos fica sozinho no poninho, eu puxo pelo cabresto, é mansinho... [o pai leva o filho na cavalgada montado em seu próprio cavalo e puxando o filho montado em seu ponezinho].²⁵*

(...)

Jacinto - [fala sobre a condição do sítio e do projeto em andamento] *Aí depois deu uma parada, ficou só com pasto, ficou meio, que nem leite, nem cria, nem engorda, ficou meio e agora... está começando a ir para o leite, definir, especializar mais em cima do leite... no caso, nós já definimos para o gado de leite, não é? Pelo tamanho da propriedade, hoje o mais viável é mais o leite, a carne não é viável [a Associação é para isto?] A Associação, ela serviria em várias coisas, seria mais basicamente para compra e venda, você comprar digamos insumos, tudo que você vai comprar você pode comprar em conjunto que aí você tem um preço melhor e a venda também, porque se você for vender leite sozinho você vai ter que entregar para um laticínio se você, digamos, aí o pequeno produtor, digamos aí que ele entregue cem litros de leite, ele vai ter um digamos x de valor, se você une entre pelo menos uns 10, você já pega um volume maior, você já pode depositar esse leite em um local, um resfriador, você já adquire um preço melhor... [E esse resfriador seria em conjunto?] Seria em conjunto [Onde?] É, geralmente monta em uma das propriedades, contanto que a Associação tenha a sede que é no mesmo local, geralmente é na associação, às vezes se você montar a associação, mas se você não tiver ainda um prédio, uma coisa mais adequada, você divide os produtores mais ou menos onde vai ser a linha que vai ter ali e coloca mais ou menos no meio onde fica mais próximo para todos, fica mais*

²⁵ A criança, João Pedro, com pouco menos do que quatro anos em uma das entrevistas, cantou no microfone do gravador uma música, improvisando sua letra naquele momento, de modo a depois ouvir sua própria voz. A música inventada por ele era repleta dos elementos do sítio camponês: o cavalo, a cerca, o boi etc. Ele já está sendo introduzido no universo camponês adulto, por exemplo, participando da cavalgada e ganhando um pônei, ou seja, um animal para ele próprio montar. (João Pedro é o menino das Fotografias 101 e 102).

fácil... [E o investimento para isso, é alto?] Nesse caso, resfriador não chega a ser muito alto se você fazer coisa, porque os próprios laticínios eles até emprestam o resfriador, eles alugam, tem alguns que emprestam, outros alugam, você pode alugar não do mesmo laticínio que você vai entregar, mas de outra empresa, porque no caso do laticínio eles também têm interesse porque para ele sair coletando esse leite, digamos que tem cem produtores, tem que entrar em cem propriedades, pega o latão e a qualidade do leite também é outra. Agora vai pegar o leite só num lugar, o leite já está resfriado, está limpo, a qualidade melhor, eles também tem esse interesse, tanto é que eles pagam mais, eles também não iriam pagar mais só por achar bonito. Mas a grande vantagem mesmo são essas duas coisas: é a compra e a venda, porque se você for comprar, qualquer insumo que você vai comprar, se você for sozinho lá comprar 'ah, quanto que está esse adubo?' 'É tanto', o cara vira as costas e não está nem aí com você. Agora se você tiver representando lá cinqüenta produtores, aí tudo muda, né? Você não vai comprar uma tonelada, talvez você vai comprar cinqüenta até cem toneladas, aí no volume que você ganha... no caso a Associação é infinito o que você pode estar fazendo com a Associação, é um plano de saúde, um plano de saúde hoje você vai pagar para uma pessoa... o meu menino eu pago sessenta reais, no caso da minha mãe se vai fazer hoje deve ser mais de duzentos, se você vai fazer por exemplo a partir de quinze pessoas... já entrava no plano, você pagaria o mesmo que eu estou pagando para o João Pedro que tem quatro aninhos... [Pergunto se a idéia dele é parar com o trabalho que faz na fábrica do tio.] Não, por enquanto não, enquanto estiver dando para conciliar as duas coisas eu vou tocando... [O trabalho que você faz não tem que estar de tal hora a tal hora lá?] Não, o que eu faço mais é a parte administrativa, né? Então no caso dele [do irmão], que nem, a gente está fazendo aqui a parte mais daqui, o que poderia fazer, o que dá para fazer, a outra parte mais comercial mesmo, eu daria para mim fazer... Agora, é claro que se a gente fizer aqui, se for viável, eu não pensaria duas vezes [em sair do emprego]), vich!... [...]

Tal como no caso de Jaú, vê-se também em Meridiano o piqueteamento do pasto, permitindo o auferimento de uma maior renda da terra e permitindo, inclusive, que mais membros da família estejam não apenas participando diretamente do processo de trabalho como também usufruindo a mesma renda.

Percebe-se no diálogo como as falas dos irmãos se sobrepõem e se complementam, revelando a própria complementaridade que têm no trabalho. A ação de cada um deles é pensada no sentido “coletivo” da família, decidindo passo a passo qual será a próxima ação deles próprios enquanto membros desta unidade. Assim é que, por exemplo, um dos irmãos – o caçula – já está trabalhando diretamente na terra, deixando o emprego que tinha na cidade. O próximo passo, se obtiverem êxito com o projeto de piqueteamento, será a vinda também do irmão mais velho.

Portanto, verifica-se que os mecanismos encontrados pelos camponeses - nesse caso fazendo cursos e especializando-se - são sempre voltados para o controle da renda da terra, buscando segurá-la o máximo possível em suas mãos.

É nesse sentido que a formação da associação surge como uma possibilidade de duplo controle da renda da terra: primeiro, no momento da compra de insumos, já que ao conseguir comprar por um preço melhor, os camponeses evitam que parte da renda seja apropriada pelo capital industrial. E, segundo, no momento da venda do leite em conjunto, já que dessa forma evita-se que parte da renda seja também apropriada pelo capital comercial/industrial (os próprios camponeses resfriam o leite que, dessa forma, é comprado pelo laticínio por um valor maior). Esse procedimento fica absolutamente claro na fala do camponês quando afirma que: *“A Associação... seria mais basicamente para compra e venda... tudo que você vai comprar, você pode comprar em conjunto que aí você tem um preço melhor e a venda também, porque se você for vender leite sozinho você vai ter que entregar para um laticínio... não iriam pagar mais só por achar bonito”*.

Outra forma de evitar que parte da renda seja apropriada pelo capital comercial é utilizando o esterco dos suínos na adubação do pasto, técnica também empreendida a partir do curso realizado: *“é, o que você ia jogar de adubo químico você já está usando o esterco, se você não precisar comprar o esterco, melhor ainda, o custo é menor”*.

Estas técnicas têm sido, portanto, incorporadas pelos camponeses a partir da percepção que têm da possibilidade de maior controle da renda da terra. Por isso um dos camponeses afirmou a respeito do próprio uso do esterco suíno: *“São essas técnicas novas que a gente precisa mudar, entendeu?”* Ou seja, a mudança se dá pela incorporação de técnicas, que evidentemente não estão restritas ao universo camponês, mas que permitem uma flexibilidade maior na relação com o mercado.

Ao falarem da recusa dos mais velhos em incorporarem as novas técnicas, atribuem ao fato de já *“terem sido muito usados”* e portanto, tornaram-se *ariscos*. Não

cabe dúvida de que a expressão “muito usado” reflete a vivência desse grupo, que experienciou um processo extremamente tenso de resistência para que pudesse permanecer na terra, enfrentando e sofrendo a ação de agentes “públicos”. Por isso, o adjetivo “arisco” é revelador, ele demonstra o “medo” criado a partir da coação e da violência.

A continuidade do diálogo com a família revela outros aspectos que merecem ser discutidos:

[Pergunto qual a área do sítio] *São 12 hectares, 12,1...* [Quantas cabeças ele sustenta?] *No sistema convencional, quer dizer, se falar igual antigamente, seria em torno, a média nacional é em torno de uma, não chega a duas cabeças por hectare, agora no sistema de piquete, que nem a gente está fazendo, já montou os piquetes aqui já... [Vimos a cerca elétrica representada nos croquis e na Fotografia 96] Nesse sistema aí, e mais uma complementação dá para você colocar até 13 cabeças por hectare, isso depende do pasto, por exemplo esse pasto aí, porque aí tem um intervalo, que vai ter que complementar com ração, fazer um canavial tem que por a cana e mais um suplemento para poder ter um período que é da época da seca²⁶, esse capim principalmente aqui a mombassa ele tem um intervalo que não adianta nem você jogar água nele que ele não brota.*

Jaime - *Mombassa é um tipo de colômbio melhorado, tem esse, tem o tanzânia...*

Jacinto - *tem um período que é esse período agora que ele solta um pendão, passou aquilo, dali ele não brota, mas se tiver frio também, que a temperatura para você adubar o pasto, para jogar água e adubar tem que estar acima de quinze graus, se tiver menos que isso não adianta você jogar que ele até brota um pouquinho, mas não compensa, o que você vai irrigar não vale a pena o investimento, então aí dá, na época das águas, aí dá para colocar bem mais que isso daí, tem pessoas aí colocando ish, mas para você manter o manejo certinho, tem que ser em torno de 13, 14 [cabeças por hectare].*

Jaime - *É que você vai melhorando o pasto, a terra, então você vai ter que ir tratando... [Eu pergunto melhorando com o quê.] Com esterco, a maior parte é esterco, porque o adubo químico, ele funciona rápido, mas o resíduo dele não é igual. Ele não deixa resíduo.*

Jacinto - *A planta não absorve...*

Jaime - *E no melhorando com esterco a terra vai, com o passar do tempo a terra vai te dar o retorno.*

Jacinto - *Porque as terras já estão muito degradadas, antigamente o pessoal não fazia curva, não sabia o que que era curva de nível, o sistema também, no começo quando foi desmatado, desmatou, aí começou, a terra era boa, não é? Aquela cultura, igual hoje o pessoal faz no Mato-Grosso, desmatou a mata, é claro, aquilo está uma*

²⁶ Vê-se no segundo croqui que esta área que o camponês designou como “pasto” com previsão de ser “roça” é justamente a área à qual ele se refere em seu depoimento a ser cultivada com cana para suplementar a alimentação do gado.

riqueza danada, só que aí vai lá e colocava fogo, porque não tinha maquinário para mexer. o pessoal ia queimando, então a matéria orgânica ia ficando a nada, ainda depois plantaram braquiária e braquiária é um capim que é da pior coisa que inventaram no mundo, foi o tal da braquiária para acabar com a terra, ela não repõe nada de matéria orgânica para a terra, a matéria orgânica dela simplesmente não tem valor.

D. Jandira (mãe): *O pasto que o gado come só braquiária o esterco deles não presta, vira areia.*

Jacinto – *Se você pegar o esterco e amontoar num lugar, se você pegar, por exemplo, um colônio, ele vai entrar em decomposição, vai formar húmus, fica bonito, do braquiária não, você coloca ele ali, ele vai espalhando, vai ficando cinza e vai sumindo...* [O gado que cresce comendo braquiária é mais fraco?] *Se você deixar só na braquiária, só, com certeza dá menos leite.*

D. Jandira – *A única bondade dele é que ele resiste.*

Jacinto – *É, mas resiste igual o seguinte: eu ponho um prato para você aqui. Qual a comida que você não gosta? Que às vezes eu vou falar jiló e você fala: não eu adoro jiló. [Eu digo pode ser jiló.] Então coloca um jiló e qual outra comida assim gostosa, que você acha, macarrão? Então, qual que vai acabar primeiro? O macarrão. Então é assim que funciona, às vezes tem tempo, ainda tem até hoje tem alguns agricultores que dizem: não a braquiária, a de cume, é a melhor braquiária que tem, realmente entre as braquiárias é a melhorzinha, porque ela resiste, é na seca ela está assim tal, mas o coitado está ali, ele só come porque não tem outra coisa mesmo, porque se tiver, é igual faz aqui, põe: aqui embaixo é mombassa, lá em cima, lá não é nem de cume, é braquiário, é melhor que a de cume... deixa os dois pastos abertos para ver...*

D. Jandira (mãe) – *Eles não vão lá para cima.*

Vê-se no discurso desses camponeses, tal como foi visto no caso de Jaú, a incorporação de conhecimentos técnicos e científicos ao arcabouço tradicional camponês, expressa na maneira como falam do novo sistema de pasto e também, no vocabulário por eles utilizado, falando em massa, quantidade de matéria, proteína, húmus etc.

Esse conhecimento técnico está sendo somado àquele tradicional, incrementando-o. Pode-se inclusive ver que a maneira como avaliam a qualidade do capim consumida pelo gado é pautada pelo conhecimento tradicional da observação das fezes do gado: se mais friável, mais clara e de mais rápida decomposição, isto indica um valor protéico menor. Tanto esse conhecimento é herdado das gerações anteriores que a mãe intercepta a fala dos filhos para explicar os detalhes dessa avaliação.

Ao explicar a escolha do gado pelo capim de maior valor nutritivo, o camponês, de forma figurativa, o “antropomorfiza”, utilizando o exemplo da escolha do alimento pelo ser humano, a partir daquilo que ele mais gosta de comer. Esta “antropomorfização” dos animais e dos vegetais é extremamente corriqueira entre os camponeses, denotando, na maior parte das vezes, uma relação de afeto, além é óbvio, da relação de proximidade com a natureza²⁷. Na seqüência do diálogo há a explicação de como funciona o processo de piqueteamento do pasto:

[Pergunto como o piquete funciona]

Jacinto – *O piquete é o seguinte: o pasto, na verdade, cada capim, ele tem um período que seria o ciclo dele, não é? Se você pegar uma grama tifiton, o ciclo dela é de 18 dias, de 18 a 20 dias, máximo de 20 dias... para ela brotar, digamos, ela está aqui, o gado vai pastorear ela, ela vai brotar para estar no ponto ideal do gado comer ela. São de 18 a 22 dias, no caso do mombassa o ciclo dele já é de 28 dias, 28 a trinta dias, então como que funciona: se você pegar essa área todinha e por um pasto só, o gado vai sair comendo aqui e ali e pisotear, quer dizer, ele estraga mais do que ele aproveita, se você fazendo o sistema de piquete, então você vai colocar no caso do mombassa 28 piquetes, você vai começar com esse, você coloca o gado aqui hoje, aí amanhã você passa para o outro piquete seguinte no dois, no outro dia para o número três, você vai atrás numa época de período de seca, você vai adubando se tiver de irrigar, você vai adubando e irrigando, então ele está descansando, quando você chegar no final, no piquete 28, o primeiro já está com 28 dias livre brotando... [Muda todo dia?] Todo dia o animal está no pasto novo²⁸.*

Jaime – *Depende do manejo, tem propriedade que eles mudam duas vezes num dia, de manhã coloca em um piquete e à tarde em outro, porque aí assim, aí depois ele vem com o gado, para você ter uma idéia, o gado solteiro, que são as vacas secas que não estão produzindo, então elas vêm por trás repassando. O capim melhor é para as vacas que estão produzindo.*

Jacinto – *É uma escada, quanto maior a produção...*

Jaime – *E aí que se você colocar, por exemplo, um dia ou só 12 horas, vai sobrar comida ali, vai sobrar capim, não é? Então você entra com outro gado, as novilhas ou as vacas que não estão produzindo.*

Jacinto – *Às vezes o cara até aluga para outros quando ele não tem gado suficiente para fazer o manejo, ele pega e ele aluga para o outro fazer o repasse atrás.*

Jaime – *Por isso que no final dá aquela quantia que ele falou de 13, 15 por hectare, fazendo desse jeito, é o sistema rotacionado, então por isso é que no final um pasto bem cuidado, vich, agüenta muito e muito!*

Jacinto – *Aí a vida dele vai depender do trato que você vai fazer.*

Jaime – *Pode durar até cem anos, se você tratar.*

²⁷ Ver Castro Oliveira (1991) e Brandão (1995).

²⁸ Vê-se no segundo croqui o número exato de piquetes: o camponês desenhou 28 retângulos representando cada um dos piquetes. Vê-se também que ele representou inclusive o corredor de acesso do gado em meio às quatro carreiras de piquetes.

Jacinto – *Você não precisa de renovar ele, assim no caso de tirar aquele e plantar outro, é só você ir cuidando dele, não esquecer da matéria orgânica no caso que é o esterco... [O de boi?] Pode ser tanto o de boi, pode ser o suíno, é ótimo, no caso do suíno eles fazem o churume, lava o chiqueiro... o churume e usa, é ótimo e também o esterco de galinha, não é? É ótimo... [pergunto como faz quando elas são criadas soltas] nesse caso aqui não se aproveita, aí para aproveitar precisa ser sistema de granja mesmo, fechado, no caso aqui tem que ser comprado. [E dos porcos, aproveita?] Dos porcos dá, basta lavar o chiqueiro e recolher.*

Jaime - *Já está com idéia já de, hoje mesmo eu estava começando a lavar, para começar a aproveitar...*

Jacinto – *É, o que você ia jogar de adubo químico, você já está usando o esterco, e se você não precisar comprar o esterco, melhor ainda, o custo é menor.*

Jaime - *É igual a gente falou no começo: são essas técnicas novas que a gente precisa mudar, entendeu? Aprende nesses cursos essas coisas.*

D. Jandira - *Nós já tivemos mais de cem cabeças de porco, não é Jaime? E jogava tudo...*

Jacinto – *Às vezes o que que está acontecendo, o que é que acontecia? Aí fazia tudo isso aí e não dava lucro, não é? Porque às vezes o lucro estaria no esterco do porco, que era uma coisa que você estava jogando fora, então you tem que aproveitar o máximo para diminuir o custo e aumentar o lucro. [e quem inventou esse sistema desses piquetes?] Isso aí é pesquisa, né, da Embrapa, aí o pessoal vai por si mesmo...*

[...]

Jaime – *É que ela estaria assim, igual você planta um pé de alface, se você deixar passar aquele ciclo ali, ele vai endurecer, então o capim é a mesma coisa, você tem que por o gado, e se você colocar ele antes também, não vai estar bom. Tem que ser mais ou menos na hora que o capim está bom para ser comida, que aí vai ter as proteínas, as coisas vão estar tudo certinho. [Por que o capim é mais vantajoso do que aquela grama que você falou?]*

Jacinto – *A tifton, a vantagem dele é que ele brota mais, ele resiste mais ao período de seca, ele responde melhor no período de seca...*

Jaime – *Dá mais massa também, maior quantidade de matéria.*

Jacinto – *A monbassa, tanzânia, eles dão, como ele é descendente do colonhão, eles dão em soqueira, já a grama não, ela espalha, ela fecha mais, aproveita melhor o espaço. [Pergunto quando começaram com o gado e deixaram a agricultura.]*

Jacinto – *Porque nesse meio aí, no caso foi o meu irmão, porque eu tinha saído, que eu fui pra São Paulo, eles continuaram mexendo com horta, foi em 88 que eu fui pra São Paulo...*

Jaime – *Na verdade nós paramos com a horta em 98, aí depois...*

Jacinto – *Aí depois desse período foi só pasto. [Por quê?] O pasto no caso é porque só ia ficar os meus pais aí... [a mãe diz: ele foi trabalhar na fábrica] a horta, no caso, não estava sendo viável, ele teve que sair também, casou, saiu e só estavam meus dois pais, aí então, para eles não tinha como eles continuar trabalhando. Pasto só leite é mais fácil... [Digo que em muitos sítios têm gado.]*

Jaime – É a pequena propriedade, hoje a coisa mais viável está sendo o leite. O gado, a agricultura, não é assim que não dá, mas é bem mais gasto, né? Tem que ter uma boa produção^{29 30}.

Foi possível observar que há um manejo desse pasto formado pelo capim mais apropriado, de modo que o melhor valor nutritivo seja consumido pelas vacas que estão fornecendo leite. A palavra que o camponês encontra para definir essa otimização dos recursos no próprio sítio é “escada”: “*O capim melhor é para as vacas que estão produzindo... é uma escada, quanto maior a produção...*”. A escada dá a idéia de hierarquia, e é exatamente esse o procedimento, há uma hierarquização dos animais em função do estágio em que se encontram. Assim, a vaca que está fornecendo leite deve ser melhor alimentada, de modo que a produção seja maior.

Pode-se verificar ainda nesse diálogo outra expressão de como o tipo de atividade desenvolvida no sítio é reflexo do número de braços disponíveis e vice-versa. A família empreendeu a cultura de horta enquanto o filho mais novo era solteiro e morava e trabalhava com seus pais; na medida em que o rapaz casou e foi trabalhar na cidade, o quadro de mão-de-obra disponível foi completamente alterado e o casal cessou a atividade, dedicando-se exclusivamente à criação de gado, que demanda muitíssimo menos mão-de-obra.

A incorporação das novas técnicas ao arcabouço de conhecimento do camponês tem permitido – tal como no caso de Jaú - que a família camponesa passe a reproduzir-se com maior renda e que maior número de membros estejam presentes na terra.

É assim que os filhos camponeses estão construindo o sonho de retorno ao trabalho na terra. O filho mais velho, que tem um cargo de gerente na empresa em que trabalha, está utilizando diretamente os recursos de seu trabalho/salário na implantação do piqueteamento no sítio. Esta realização do sonho acalentado fica explícita quando

²⁹ Esta fala, comparando a agricultura à pecuária, reflete a concepção construída pelas gerações anteriores que vivenciaram a queda na produção de sua lavoura tradicional, avaliando a impossibilidade da agricultura camponesa competir com a capitalista nos cultivos aos quais se dedicaram por décadas.

³⁰ Entrevista com a Família Pacheco, realizada em julho de 2004.

afirma: "... Agora, é claro que se a gente fizer aqui, se for viável eu não pensaria duas vezes [em sair do emprego], vich!" A interjeição "vich" expressa de maneira inequívoca a vontade do jovem em trabalhar na própria terra que, aliás, foi ampliada, posto que comprou a parte da herança de suas tias no sítio vizinho ao de seus pais.

A trajetória de proletarização – mesmo que em uma condição socialmente valorizada e diferenciada, já que ele ocupa um cargo alto na hierarquia do trabalho – é vista com recusa pelo campesinato.

Neste caso, o que se tem é um processo exatamente contrário daquele que a maior parte da literatura tem previsto para o campesinato: o camponês que se proletarizou utiliza os recursos de seu trabalho assalariado para se "recampenizar".

Evidentemente, esta ação não é isolada; mesmo com trajetória urbana, o desenho da vida dos filhos é traçado no âmbito da família. A família pauta o direcionamento de cada um de seus membros, decidem em conjunto a maneira como devem proceder.

Fica também explícito que todas as estratégias utilizadas pela família se dão em torno da reprodução da unidade camponesa, mesmo quando ficaram apenas os pais na terra. As decisões são tomadas em torno da manutenção desse núcleo, que é a unidade territorial – sítio. A sua preservação/reprodução está no centro do direcionamento de seus membros, seja com a saída de parte deles, seja com os seus retornos.

De todo modo, assiste-se no caso da Fazenda Jacilândia - apesar de todos os conflitos pelos quais as famílias passaram, mesmo entre elas – a constituição da teia de relações que está sempre presente nos bairros rurais. As rezas, as novenas e as festas de santos, são, nesse sentido, emblemáticas:

Ah, sou devoto de São João, é Nossa Senhora Aparecida, é esses santos assim... Ali tem São João, São Pedro e Santo Antonio, um de cada lado [no mastro]. [Pergunto se no dia de São João eles fazem festa.] Dia de São João reza um terço. Esse ano eu não rezei, mas nos outros anos todos eu rezava, foi ficando difícil para caramba, vai rezar tem que fazer qualquer coisa, e as coisas estão muito difícil. Esse ano eu não rezei e essa bandeira aí ainda é do ano passado, num é desse ano, ela já fez um ano que ela está aí... eu rezava dia 23 de junho, você pode rezar dia 13 que é dia de Santo

Antonio, pode rezar dia 23 que é dia de São João, nós rezamos dia 23 e pode rezar dia 29 que é dia de São Pedro. [Pergunto se toda vez ele oferece comida.] Ah, tem que dar qualquer coisa, o povo vem rezar, fica aí a noite inteira aí, em riba de uma fogueira feita aí, o nego fica aí pisando nela, então tem que ter alguma coisa, [Pergunto se outros também trazem alimento.] Só o dono da casa que faz, ele é o dono do barulho, não é?! [Pergunto quem vem na reza.] Nossa Senhora! Vem gente de tudo que é lugar! Eu sou conhecido velho aqui, vem gente de Votuporanga, vem gente de Fernandópolis, vem gente de Santa Isabel do Marinho, vem gente de Valentim, vem de todo lado [E os vizinhos?] Vem! Os vizinho vem, tudo!... Eles já sabem que todo ano eu rezo, então não precisa avisar, porque eu rezei esse ano, o ano que vem não precisa avisar, já sabe que o ano que vem eu vou rezar, que nem eu não rezei esse ano, então eu tenho que avisar todo mundo que eu não ia rezar porque se eu já estou rezando não precisa convidar, já sabe: 'lá no João Baiano tem um terço, nós vamos para lá'.³¹

É de se notar que quando perguntado sobre quem vai à reza, o camponês prontamente responde que vêm pessoas de diversos lugares, dos bairros rurais, até das cidades vizinhas. Seus vizinhos - de seu bairro rural - já estão pressupostos em sua resposta, isto significa que esta é a primeira teia de relação sobre a qual estas atividades estão atadas.

Percebe-se que o primeiro santo de sua devoção é São João, em homenagem a quem seu nome foi dado, tanto assim que tem por apelido "João Baiano", mesclando sua terra de origem ao seu nome.

A bandeira com os santos está presente em praticamente todos os sítios (observar a Fotografia 103). Esta prática marca a vida social camponesa e é referência para os calendários dos acontecimentos. Os camponeses lembram-se, como foi visto, de alguns eventos em função da proximidade com as festas juninas.

Há um elemento muito importante que caracteriza o bairro rural da Fazenda Jacilândia, a origem baiana de seus camponeses. Esta origem está territorializada em seus sítios naquilo de específico que produzem e, em consequência, nas estruturas nele presentes.

³¹ Entrevista com o sr. João Baiano, realizada em Julho de 2004.

Refiro-me especialmente ao cultivo de mandioca empregado na grande maioria dos sítios. Sua farinha é apreciadíssima, assim como todos os seus derivados (polvilhos) empregados na elaboração de diferentes biscoitos doces e salgados.

A prensa de fazer a farinha, assim como o forno para torrá-la, são comuns nos sítios. Se um dos parentes não tem a prensa, leva a mandioca no sítio do outro para fazer a farinha³².

O amálgama do bairro rural, expresso nas rezas, festas, troca de informações, saberes e dádivas, entre outros elementos, é também revelado de maneira direta na fala dos camponeses.

No depoimento seguinte o camponês fala sobre a missa no Bairro. Como o bairro está em dois municípios diferentes (Meridiano e Valentim Gentil), eles pertencem a dioceses diferentes, um à de São José do Rio Preto e outro, à de Jales. Assim, a parte do bairro que está em Meridiano tem Igreja³³, mas a de Valentim Gentil não tem. Nesse caso, a missa é rezada cada mês na casa de um camponês, mas como ficará claro, tanto os camponeses de Valentim Gentil freqüentam a missa de Meridiano, quanto os de Meridiano freqüentam as missas realizadas nos sítios, evidenciando que a unidade territorial do Bairro Rural extrapola sua fronteira político-administrativa, ainda que também seccionada pela Igreja:

É, aqui reza uma missa em cada casa, porque aqui não tem a Igreja, lá como tem a Igreja, já não reza nas casas, já reza na Igreja e todo mundo vai na Igreja. [Mesmo os de Valentim Gentil?] Vai lá também! O dia da missa vai lá também... o Padre vem de Fernandópolis... aqui, por exemplo, tem missa em Valentim... mistura tudo... [todos do bairro, embora sejam de municípios diferentes] [Pergunto se nas casas as famílias de Meridiano vêm também.] Vêm! Por exemplo, quarta-feira rezou aqui em casa, já avisa... reza no terreiro, ou no alpendre, outra hora reza dentro de casa... agora o voto é... quem é de Valentim, vota em Valentim... todo mundo é Jacilândia, porque aqui é Bairro de Jacilândia, pertence a Valentim, e de lá é Jacilândia, mas pertence a Meridiano, o município é Meridiano.

O camponês deixa explícito que a divisão do bairro é “política” quando explica que votam em municípios separados, ou seja, são separados “politicamente” no

³² Ver as Fotografias 84, 85, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, e 115.

³³ Ver Fotografia 79.

momento da eleição. Entretanto, ao explicar o Bairro, afirma “*todo mundo é Jacilândia*”, mostrando claramente que embora de municípios diferentes, o bairro é o mesmo.

Tal é a teia de relações formada no bairro rural que a despeito da organização da Igreja, tão fundamental na sociabilidade camponesa, dividir, por assim dizer, o bairro, os camponeses a freqüentam duplamente.

Esta unidade territorial - bairro rural – é tão tecida pelo convívio, pelo relacionamento e pela sociabilidade camponesa que lhes dá o sentimento de pertencimento, criando, portanto, uma *identidade territorial*, expressa na fala “todo mundo é Jacilândia”.

5.4. Fazenda Pirituba: grilagem e violência

“Aí ele veio e começou a loteação ... mas só que ele vinha salteando assim... salteando, salteando e ia deixando as campanhas, e as terras melhores... Mas, logo ele começou a tirar lote dos pequenos: ‘É, fulano não tem condição de comprar porque é pobre, ele não pode pagar a prestação’. Ele fez isso com um irmão meu. Porque aí ia lotear a fazenda Pirituba para o pobre e não para rico! Aqui não era para rico [o camponês fala para o agrônomo]: ‘Se for para rico deixa a fazenda aí, não tem o direito dos boiadeiros que estão aí na fazenda? Deixa eles aí porque eles são ricos, para que o senhor está tirando lotinho para nós que somos pobres dentro de grotas e para os grandão abertos as campanhas assim?’”

Sr. Antonio Belo

A discussão da trajetória da Fazenda Pirituba traz, sem dúvida, a possibilidade de interpretar a Lei de Revisão Agrária e sua repercussão em vários aspectos na atualidade, entre eles seu significado político e territorial.

A Fazenda Pirituba, assim como a Fazenda Jacilândia, foi palco de grilagem de terra, de corrupção de funcionários públicos no processo de implantação da Lei de Revisão Agrária e de conflitos entre camponeses e grileiros.

Entretanto, sua trajetória é ainda mais singular se considerarmos a ação direta dos movimentos sociais que reivindicaram e lutaram por parcelas de terra em sua enorme área¹.

Como já foi apontado, (no capítulo referente às áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária) a área da Fazenda Pirituba era de precisamente 17.420

¹ Observar no Mapa 15 a localização da Fazenda Pirituba.

hectares². Essa área tem uma longa e conflituosa história, que remonta ao primeiro governo de Adhemar de Barros³, em São Paulo, ainda no final da década de 40 e início da década de 50:

Essa fazenda passou ao patrimônio do Estado em 1949, quando uma empresa chamada Companhia Angatuba não conseguiu saldar dívidas hipotecárias. O Governador Adhemar de Barros projetou, então, instalar ali um pólo destinado à ampliação da lavoura do trigo. (VEIGA, 1990, p. 38)

O fato de a fazenda pertencer anteriormente a uma empresa é, em si, revelador. Tal como nos casos de Jauú e Campinas, a propriedade da terra nas mãos de empresas revela – como foi apontado - o caráter rentista do capitalismo em nosso país. A esse respeito, de acordo com Eliane Paulino:

Em direção diametralmente oposta temos o Brasil, um país cujas forças políticas historicamente emanaram do latifúndio, onde a insuficiência dos embates travados com a burguesia gerou um capitalismo do tipo rentista, estando a terra no centro do sistema. Este modelo de desenvolvimento é *sui g neris*, pois não há, como nos países centrais, uma oposi o entre terra e capital e sim uma aliança entre ambos, visto que os capitalistas conseguiram construir um modelo de acumula o fora do circuito produtivo, tornando-se também proprietários fundiários. Neste modelo, a propriedade fundiária tem por princípio básico a especula o, sendo a utiliza o produtiva condicionada às conveniências particulares ou conjunturas favoráveis   extra o da renda. (PAULINO, 1998, p. 344-5)

O tipo de inser o do Brasil na consolida o do modo capitalista de produ o, e, portanto, a constitui o e forma o desta parte do território capitalista (o Brasil), determinou – e tem determinado - o caráter da apropria o da terra no país.

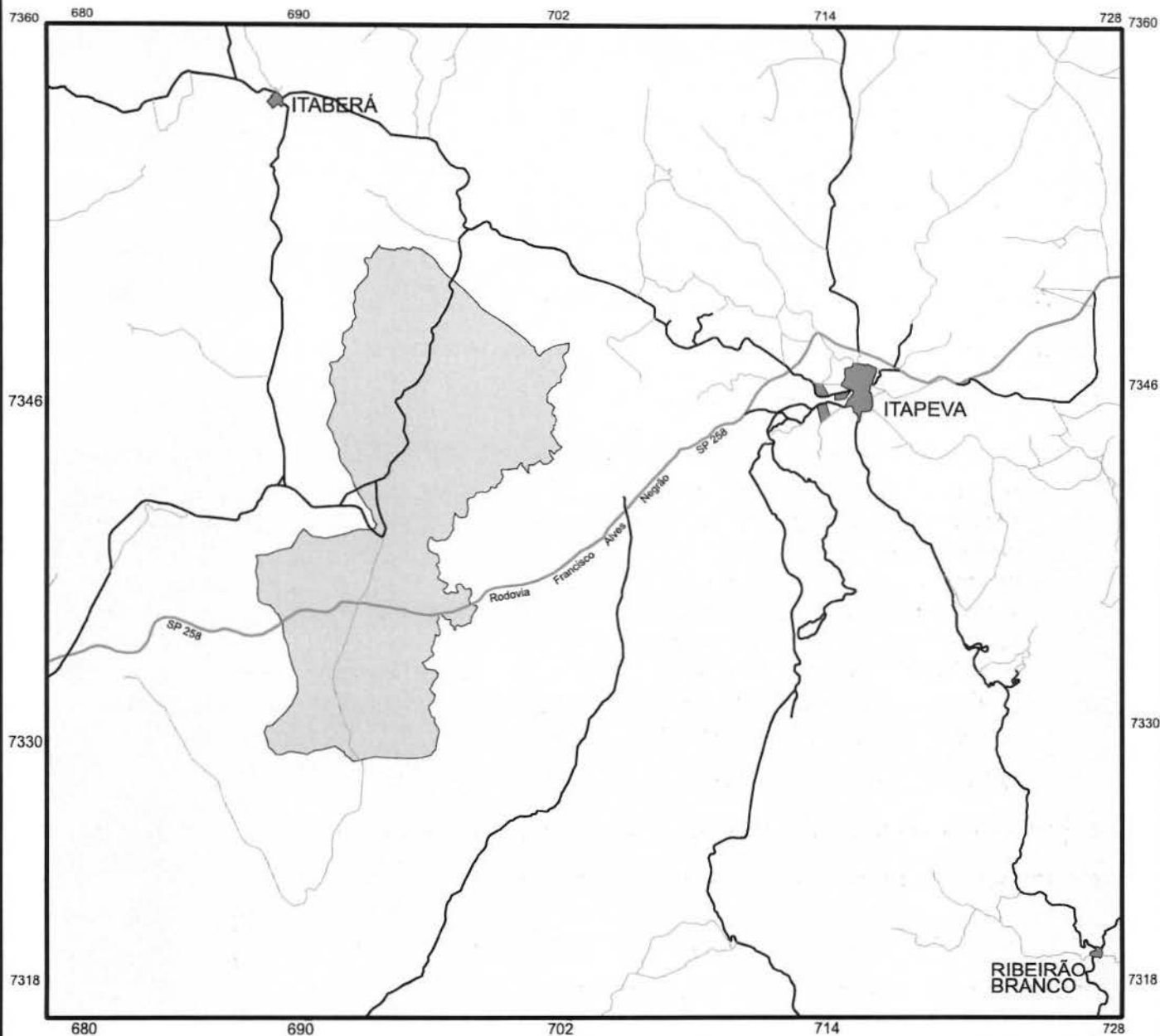
A consolida o desta parte do território capitalista mundial, pautada principalmente pela monocultura dos produtos agrícolas de exporta o, determinou o “aprisionamento” das terras, sobretudo com o marco da Lei de Terras de 1850, tornando-as mercadoria e garantindo, portanto, a continuidade dos braços para o trabalho nas grandes propriedades⁴.

² SÃO PAULO (ESTADO), ITESP, s/d. Mimeo.

³ A primeira gestão de Adhemar de Barros como Governador do Estado de São Paulo deu-se no período de 1947 a 1951.

⁴ Ver Martins (1996a).

LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA PIRITUBA ITAPEVA



LEGENDA

-  ÁREA URBANIZADA
- FAZENDA PIRITUBA
-  TRÁFEGO PERMANENTE
-  TRÁFEGO PERIÓDICO
-  FERROVIA



0 2000 4000 6000
Metros

FORNE:
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
FUNDAÇÃO IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
Departamento de Cartografia
CARTA DO BRASIL - ESC. 1:50 000
FOLHAS:
ITABERA - SF-22-D-IV-4
ITAPEVA - SF-22-Z-D-V-3
ENG. MAIA - SG-22-X-B-I-2
RIBEIRAO BRANCO - SG-22-X-B-II-1

MAPA 15

Ainda que a propriedade capitalista da terra apareça como uma “irracionalidade” no modo capitalista de produção, esse empecilho é maior ou menor, como aponta Paulino, de acordo com os embates travados no interior dos diferentes países.

Na trajetória brasileira, considerando o marco político latifundista, não só a terra é tornada mercadoria, como também está associada ao capital. Terra e capital nem sempre se excluem; ao contrário, aqui, muitas vezes estão nas mesmas mãos.

Assim é que as mencionadas companhias eram grandes proprietárias de terra já nas décadas de 50 e 60. Esse caráter rentista da propriedade da terra fica evidente, por exemplo, nos casos como o da Fazenda Pirituba, em que, muito embora a área da propriedade fosse vastíssima, era extremamente subaproveitada.

Havia na fazenda famílias de camponeses-rendeiros, em grande parte originárias das imediações, que tomavam em arrendamento parte das terras da fazenda. Embora esse fato não apareça nos diferentes documentos e trabalhos consultados, ele fica claro nas informações colhidas em trabalho de campo, como discutirei adiante.

A proposta de introduzir o cultivo de trigo especificamente nessa região surgiu para diminuir a dependência do Brasil em relação aos países europeus exportadores de trigo, envolvidos que estavam na II Guerra Mundial⁵. De acordo com Veiga (1990, p. 38):

O governador Adhemar de Barros projetou, então, instalar ali um pólo destinado à ampliação da lavoura do trigo. Para isso entregou a fazenda a um agrônomo italiano chamado Lino Vicenzi. Este deveria trazer famílias da Itália que receberiam todo o apoio do Estado no âmbito de uma grande campanha pelo abastecimento interno de trigo.

Entretanto, o Governador Adhemar de Barros permitiu que o agrônomo italiano responsável pela implantação do projeto, Lino Vicenzi, gerisse de forma pessoal e absolutamente autônoma toda a área da Fazenda Pirituba⁶.

⁵ SÃO PAULO (ESTADO), ITESP, s/d. Mimeo.

⁶ Ver, entre outros, os seguintes trabalhos: ABRA (1985), Veiga (1990), São Paulo (Estado) (s/d), São Paulo (Estado) (2000).

Por ocasião do início da implantação do projeto de trigo na fazenda, através da construção das casas que seriam ocupadas pelos agricultores italianos, passou a haver um conflito entre o engenheiro agrônomo e as famílias de camponeses-rendeiros que lá moravam.

Encontravam-se frente a frente duas ordens diametralmente opostas: a do preposto do Estado, utilizando e gerindo privadamente uma área pública, ou seja, encarando o acesso à terra como um “negócio”, e os camponeses rendeiros, que há anos viviam e trabalhavam nessas terras, encarando-as como um “direito”⁷:

Larissa – *Quando o senhor era criança tinha muita família que já morava aqui?*

Sr. Antonio Belo⁸ – *Não, era pouco. Aqui, eu lembro que eram 160 e poucos moradores.*

Larissa – *Antes do italiano?*

Sr. Antonio Belo – *Ah é, no tempo dos italianos, do Joãozinho Pereira [o proprietário anterior à aquisição da fazenda pelo Estado, antes, portanto, da vinda do agrônomo Lino Vicenzi] Ai nós ficamos conservando ainda, mas depois foi entrando mais gente, porque a fazenda... tinha a fazenda do Luís aí, ele fechou o arrendamento, que era dos Pereira, então todo mundo plantava nas baixadas. Tinha um tio meu, bastante gente que plantava, o Ita [refere-se ao filho do italiano Lino Vicenzi] veio aí, trouxeram maquinário, ele fechou o arrendamento da fazenda, não ia entrar na fazenda... aí o povo: “Fazer o quê?” Não devia nunca para ele. Ai ele diz: “Não, eu estou feliz com a turma, o sr. Carlos, o sr. Furlan”... Ele dava direito para a turma: “Eu vou dar serviço para turma fazer casa de material, a turma ajuda a trabalhar de pedreiro”. Ai começaram as casas da fazenda, os pedreiros, para trazer italiano, eles não queriam mais brasileiro, eles queriam italiano.*

Sr. Francisco Feitosa – *Era para trazer os italianos?*

Sr. Antonio Belo – *Só que cada frente de casa tinha uma casa vizinha da outra, falei: “Ópa, aquelas casas!” Só vi lá embaixo que tinha uma casa de venda igual, mas todas as casas que tinha, tinha uma de frente, lá onde está a Área 3 mesmo, tinha outra, olhava de longe, tinha outra. Então ele foi trazendo italiano [não os agricultores, mas pessoas da família], não ia dar para ninguém [a terra em arrendamento] aí, foi daí que comecei a trabalhar de servente de pedreiro... Ah, eu trabalhava... eu tinha uns 20 anos, trabalhava dos nove anos, aí veio caminhão, veio trator, veio destocadeira, veio carregadeira, veio, veio maquinário completo, o Lino mandou. Era caminhão, trator, arado, aqui não faltava mato.*

(...) Trabalhava lá, todo mundo aprendia a trabalhar, ele não incomodava que a gente, chegou a apodrecer aquelas coisas na fazenda! Ai a turma ficou cheia daquilo... fazendão dessa largado! Era fazenda! Ninguém sabe direito, mas parece que pagaram para um morenã ir lá nas trilhas pinchar fogo no campo, aí o dono da

⁷ Sobre a noção de *posse* como *direito* ver Paoliello (1992).

⁸ Entrevista com o sr. Antonio Lourenço Gil, com a participação do Engenheiro Agrônomo Francisco Feitosa - Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba.

cooperativa, foi Nossa Senhora, que situação perdida que está! E um povo aí que eu vou falar para você!

Sr. Francisco Feitosa – *Queimaram tudo?*

Sr. Antonio Belo – *Ah, num teve. É pouca distância, Chico!*

Sr. Francisco Feitosa – *Como é que acudiram o fogo daí, ou a turma apagou, como é que é?*

Sr. Antonio Belo – *Ah, o fogo queimou tudo! Aquele dia que ele veio pegou, comeu a palmeira lá, depois comeu para o outro lado aqui no canto, armou aqui, varou o arroz e não tinha casa mais quase na beira, sabe como é? Aquela casa ali em cima onde está o Pedroso, está toda queimada, os caibros de madeira. Só tinha em volta da casa assim. Ele não aceitava, começaram a queimar. Em volta da casa, ali morreu porco, galinha...*

Larissa – *O italiano pôs fogo?*

Sr. Antonio Belo – *Não, o homem que veio, parece que pagaram para um homem pôr fogo.*

Larissa – *O italiano que pagou?*

Sr. Antonio Belo – *Não, parece que não foi o italiano, não.*

Larissa – *Quem foi?*

Sr. Antonio – *Veio gente de fora, eles não sabem ainda na conta quem que é, mas nêgo queria plantar e não podia plantar, aí...*

Sr. Francisco Feitosa – *Ah, os que queriam plantar ele não deixava?*

Larissa – *Quando ele colocou vocês para trabalhar de pedreiro ele não deixou mais vocês fazerem roça?*

Sr. Antonio Belo – *Não, daí depois que queimou a fazenda, daí a turma plantava por conta, aí a turma largaram de trabalhar de vez de pedreiro e voltaram a plantar, por conta. Daí que ele gritou para a turma, ia pedir ordem para ele: 'A casa do senhor queimou' estava assim largado... tudo sapecado, aí ele mandou chamar a turma na sede da fazenda, a turma todo mundo da fazenda, ele falou: "Olha eu concordo com vocês plantarem, agora que queimou mesmo, se vocês fizerem 15 cargueiros-carreteiros [refere-se à quantidade de produto a ser entregue pela renda da terra], o posto aqui na fazenda eu arrendo, senão eu embargo tudo!"*

[...]

Sr. Antonio Belo – *Os italianos iam plantar, já nos núcleos lá embaixo, iam plantar tal e coisa, ou um que ia plantar não sei o quê, outro que ia plantar não sei o quê, era salteado, então esquentava de vez para o povo, foi aí que deu com os burros n'água que queimou, o italiano não deu, aí ele mudou de idéia, aí pagava foro para ele, levava lá na fazenda.*

Sr. Francisco Feitosa – *Ele ficou mais ou menos quanto tempo aí, sr. Antonio, o italiano ficou quantos anos mais ou menos? Depois ele foi embora para Itararé, não é?*

Sr. Antonio Belo – *Ele foi, mas depois pincharam ele fora, não é? Depois que pincharam fora é que ele foi embora para Itararé. Foi despejado da fazenda aí.*

Sr. Francisco Feitosa – *Foi despejado?*

Sr. Antonio Belo – *Foi, foi. Os grandões lá fizeram uma reunião em Engenheiro Maia, mas por dentro deles, já estavam sabendo de tudo. Os maquinários, que tiraram os maquinários, aonde é que levaram aquele maquinário? Alguma coisa tinha que apresentar. E aí a turma, como vendeu as máquinas velhas, aí vieram abrir um*

processo, não era deles, mas até a indenização que eles iam receber eles tiraram o valor do maquinário, caminhão, esteira... deram mixaria para ele e mandaram ele embora. Ele foi embora, mas o filho dele não...

Há nessa fala aspectos fundamentais para a compreensão da ocupação da Fazenda Pirituba e do processo de grilagem que ocorreu nessas terras.

Como se pode depreender do discurso de meu interlocutor, já havia famílias de camponeses rendeiros antes da Fazenda Pirituba ser destinada à implantação de área para produção de trigo por meio do engenheiro agrônomo Lino Vicenzi, isto é, ainda no período em que as terras pertenciam ao grupo anterior: *“Ele fechou o arrendamento, que era dos Pereira, então todo mundo plantava nas baixadas”*. O camponês faz alusão direta às famílias que viviam na fazenda e cultivavam suas várzeas antes do período em que o arrendamento foi “fechado” pelo agrônomo.

O próprio evento do incêndio – como ficará claro - é a prova de que as famílias já moravam e trabalhavam nessas terras, valorando-as, portanto, como um direito.

Com a concessão do Governador Adhemar de Barros para que o engenheiro desse início ao projeto, este proibiu a continuidade do arrendamento da área e condicionou a permanência dos camponeses na terra à aceitação do trabalho de pedreiros e carpinteiros para a construção das casas dos colonos italianos que viriam habitá-las.

Nota-se no depoimento que o camponês refere-se diretamente ao tipo de casa que foi construída, deixando claro que ele só havia visto uma casa assim em uma venda, ou seja, a “casa de material”; o tamanho das casas, com pé direito alto, vários cômodos e cobertura de telhado contrastava com a casa camponesa à qual estavam habituados⁹.

Fica igualmente claro que esse tipo de casa não era para os camponeses brasileiros, não era para a continuidade desses camponeses, assim como também não

⁹ Ver as Fotografias 121 e 122.

era para o “nível do camponês brasileiro”, já que: *“eles não queriam mais brasileiro, eles queriam italiano”*.

Os camponeses, além de serem coagidos ao trabalho de pedreiro, foram proibidos de continuar cultivando a terra, o que gerou profunda indignação e mobilização para reverter essa situação: *“Aí a turma ficou cheia daquilo... fazendão dessa largado! Ninguém sabe direito, mas parece que pagaram para um morenãu ir lá nas trilhas pinchar fogo no campo lá”*.

Fica explícito em seu discurso que a indignação parte da incoerência, aos olhos camponeses, da enormidade daquela área mantida sem cultivo algum – largada, ele diz - e essa palavra não é fortuita. A incoerência é tanto maior se considerado que essa terra havia sido cultivada pelas próprias famílias que lá estavam.

Nota-se no diálogo com o camponês que, ao falar sobre o incêndio na fazenda, tanto eu quanto o agrônomo demoramos a entender que parece que foram os próprios camponeses os responsáveis pelo incêndio.

Sem entender exatamente o que havia ocorrido, insisti na pergunta sobre a autoria do incêndio. O camponês não teve outra saída senão dizer que não havia sido o italiano o autor, deixando implícito quem tinha sido: *“Veio gente de fora, eles não sabem ainda na conta quem que é, mas nêgo queria plantar e não podia plantar, aí...”*.

O incêndio da fazenda foi a solução encontrada pelos camponeses de pressionar o agrônomo, de modo que pudessem voltar a cultivar a terra; isto fica explícito na afirmação transcrita no parágrafo anterior de que *“nêgo queria plantar e não podia”*. Após o incêndio, o agrônomo permitiu que cultivassem novamente as terras da fazenda, condicionando o cultivo à arrecadação de renda.

Os camponeses, tendo novamente a possibilidade de cultivar a terra, cessaram com o trabalho de pedreiro que vinham fazendo; isso é extremamente significativo, ou seja, é provável que a ação política através da mobilização conjunta que culminou com

o incêndio foi pensada exatamente para isso, para a extinção da coação e para a volta ao trabalho na terra.

Esse foi o primeiro ato de resistência camponesa nessas terras, seguido por muitos outros ao longo das décadas.

A resistência camponesa, que dá nome a este capítulo, é a marca da ação política dos camponeses organizados. Esta resistência está territorializada na Fazenda Pirituba.

Retornando à questão do agrônomo, Lino Vicenzi geriu essa área como se fosse sua propriedade, condicionando o cultivo à extração da renda da terra. Assim, passou a receber, ilicitamente, a renda da terra de uma área que era sabidamente pública. Além disso, apropriou-se das diversas máquinas e equipamentos que foram importados da Europa para a implantação do trigo.

O último parágrafo do depoimento do camponês, citado anteriormente, revela que o agrônomo italiano e sua família tiveram que responder pela apropriação dos equipamentos: *“aonde é que levaram aquele maquinário? Alguma coisa tinha que apresentar... até a indenização que eles iam receber eles tiraram o valor do maquinário, caminhão, esteira... deram mixaria para ele e mandaram ele embora”*.

Essa indenização à qual o camponês refere-se é justamente a que foi paga pelo Governo Carvalho Pinto para que o agrônomo, outrora preposto do Estado, deixasse a área¹⁰.

A palavra escolhida pelo camponês para definir a ação do Estado de indenizar o agrônomo e obrigá-lo a deixar a área foi “pinchar”: *“Ele foi, mas depois pincharam ele fora, né? Depois que pincharam fora é que ele foi embora para Itararé. Foi despejado da fazenda.”*

¹⁰ Como já foi apontado, ao indenizar o agrônomo, o Estado realizou nas mãos dele a renda da terra, apesar de ele sequer a possuir. Entretanto, como será discutido, o agrônomo e seus herdeiros recusaram-se a deixar a área, mesmo após a indenização.

A palavra pinchar é forte e significativa, seu significado remete a “lançar ou jogar alguma coisa”, ou seja, traz à tona a imagem não apenas de deslocar, mas de deslocar para longe, de descartar. Os camponeses costumam também utilizar esse verbo quando se referem a jogar algo no lixo. É notável, portanto, que o camponês utilize exatamente essa palavra para designar a ação de despejo levada a cabo pelo Estado contra o agrônomo italiano. Há, de certa forma, um regozijo em sua fala.

As famílias acreditavam que a renda recolhida pelo agrônomo fosse repassada para o Estado, e o Estado, evidentemente, não tinha conhecimento desse fato. Ocorre que Lino Vicenzi, além de arrendar uma parte da área para os pequenos camponeses-rendeiros que já trabalhavam nessas terras, arrendou e cedeu grandes extensões da Fazenda Pirituba para parentes e amigos - grandes criadores de gado, os chamados “boiadeiros”:

Em 1962, já no governo Carvalho Pinto, o Estado resolveu, finalmente, acabar com a mamata. Requereu a devolução da posse da fazenda para destiná-la aos planos de colonização baseados na recentíssima Lei de Revisão Agrária. Vê-se, no entanto, obrigado a pagar pesada indenização ao italiano, e logo percebe que os tais grandes arrendatários de pastos não tinham a intenção de perder o privilégio. Entre os que resistiram estavam, por coincidência, três filhos de Vicenzi que, a despeito da gorda indenização recebida pelo pai, permaneceram ocupando as terras. (VEIGA, 1990, p. 39)

A ação do agrônomo desencadeou, portanto, o que veio a ser mais tarde um grande processo de tentativa de grilagem dessas terras, marcado por extrema violência e usurpação da terra camponesa, como ficará claro no decorrer do capítulo.

A atitude do Governo Carvalho Pinto foi, de fato, oposta e avessa à de seu predecessor Adhemar de Barros, uma vez que este último permitiu e possibilitou o uso privado das terras públicas, investindo enorme soma de recursos públicos para a implantação do suposto projeto, importando maquinários agrícolas modernos e viabilizando a construção de dezenas de casas para a moradia dos futuros agricultores italianos, que de fato, nunca chegaram.

Adhemar de Barros foi, portanto, o agente mediador do início da grilagem dessas terras. Em outros termos, o Estado, particularmente em sua gestão, agiu como

instrumento do uso privado das próprias terras públicas, abrindo caminho para sua apropriação ilegal e processo de grilagem.

Vale lembrar, como já foi discutido, o papel de Adhemar de Barros junto aos latifundiários viabilizando a terra improdutiva e seu caráter rentista, em pelo menos dois momentos diferentes: um primeiro, que remonta ainda à ocupação do Pontal do Paranapanema, quando seu irmão esteve diretamente ligado à grilagem daquelas terras e um segundo momento, deixando explícito seu posicionamento ao lado do latifúndio (improdutivo) durante sua campanha eleitoral à sucessão de Carvalho Pinto.

Portanto, como o Governo Carvalho Pinto acionou as formas legais de despejo do agrônomo italiano, teve início um longo conflito entre o Estado e os grandes ocupantes dessa área (outrora arrendatários e/ou beneficiários de Lino Vicenzi) que se recusaram a sair.

Dois anos após a ação de despejo, os grandes ocupantes da área, os boiadeiros, ainda não a haviam deixado. A Secretaria da Agricultura então, com o auxílio da Polícia Florestal, conseguiu expulsá-los. Entretanto:

Não demorou para que conseguissem voltar apoiados em mandados judiciais de manutenção de posse contra o Estado obtidos graças à exibição em juízo de estranhíssimos recibos de arrendamento emitidos irregularmente por um funcionário da Secretaria. (VEIGA, 1990, p. 39)

Ainda no Governo Carvalho Pinto, em 1962, a ARA (Assessoria de Revisão Agrária) deu início aos estudos da Fazenda Pirituba, como fez com as demais áreas, constatando a existência de 190 famílias de parceiros¹¹:

A grande parte desses “parceiros”, são pequenos produtores rurais, ocupando as áreas mais acidentadas da Fazenda, enquanto 5 (cinco) grandes fazendeiros da região, conhecidos como “boiadeiros”, ocupavam as maiores e melhores terras e também as áreas de campo, com a criação extensiva de bovinos. [SÃO PAULO, (ESTADO), s.d.]

Essa informação indica que o italiano Lino Vicenzi, ao conceder as terras em arrendamento, o fazia diferenciando os pequenos rendeiros dos grandes arrendatários.

¹¹ Nos documentos do Arquivo da Assessoria de Revisão Agrária há o pedido da direção do Órgão para que fosse feito o levantamento dos arrendatários da fazenda.

possibilitando a estes o acesso às melhores terras, situação que se manterá quando da regularização das terras.

Nesse mesmo ano, 1962, foi elaborado pela ARA o Plano de Aproveitamento da Fazenda Pirituba, de acordo com o qual as famílias de camponeses-rendeiros teriam sua situação regularizada¹².

Os documentos do Arquivo da Assessoria de Revisão Agrária revelam que a atuação deste órgão junto à Fazenda Pirituba deu-se de maneira intensa até o final de 1963, primeiro ano da gestão Adhemar de Barros, após a sucessão de Carvalho Pinto. Depois desse período houve um grande arrefecimento da ação do órgão, como já foi apontado nos capítulos anteriores.

Ainda assim, em 1964 foram abertas inscrições para a ocupação da fazenda, havendo 1 675 candidatos inscritos. Aos boiadeiros a oportunidade também foi aberta, desde que respeitassem o limite máximo de 100 hectares e desde que o trabalho nessas terras fosse em regime familiar (COSTA, 2001).

Os boiadeiros não aceitaram a proposta do Estado, alegando, possuírem um antigo arrendamento com o preposto do Estado. Os boiadeiros-grileiros tiveram ganho de causa e foi concedida a manutenção da posse.

A regularização das famílias de camponeses-rendeiros não foi, portanto, efetivada.

Em 1967 uma empresa chamada “Agroplan – Planejamento Agrícola Ltda.” foi contratada pelo Estado para elaborar um novo projeto de colonização. Para tanto, foi designado um Grupo Executivo para a administração da Fazenda Pirituba, cujo chefe era funcionário da Secretaria da Agricultura, engenheiro agrônomo Benedito Aparecido Campolim de Almeida¹³. Esse foi exatamente o mesmo agrônomo responsável pela implantação da Lei de Revisão Agrária na Fazenda Jacilândia, autor

¹² Ver São Paulo (Estado) (s.d., op.cit).

¹³ SÃO PAULO (ESTADO), s.d., op.cit.

das inúmeras irregularidades e atos de corrupção e prevaricação que discuti no capítulo anterior.

Para o caso da Fazenda Pirituba, sua ação não foi diferente. Pelo contrário, nesse caso, o processo de grilagem perpetrado por ele teve ainda uma característica mais violenta e de maior impacto sobre os camponeses, posto que viabilizou a continuidade na terra dos boiadeiros-grileiros e de outros grupos introduzidos por ele mesmo, beneficiados com as maiores e melhores parcelas de terra da fazenda, em detrimento dos camponeses.

Isto significou, evidentemente, que ao invés do processo de regularização dessas terras, iniciado no Governo Carvalho Pinto, concretizar-se, houve sim, novamente, a oficialização do processo de grilagem.

No depoimento a seguir o camponês entrevistado descreve como foi esse processo:

Sr. Antonio Belo - ... e só que ele [refere-se ao engenheiro agrônomo Campolim de Almeida] prometeu que se ele ganhasse a política, na época, ele ia tentar lotear a Fazenda Pirituba, ele não garantiu: 'Eu vou lotear a fazenda, vou fazer', não, ele falou assim: 'Eu vou tentar ver se loteia a fazenda'. Aí ele ganhou... Era para deputado. Aí ele veio e começou a loteação, aí começou lá embaixo, na matinha, veio, tomou a medida do José Olimpio, até que chegou aqui na área nossa aqui, daí ele falou assim: 'Eu vou tirar tudo os moradores mais velhos da Fazenda Pirituba, que tem mais família, aí vocês vão dar uma entrada nesse documento, se aprovar em Brasília, vocês têm o documento, vocês têm um pagamento a mais do que os outros, então vocês vão ficar com a terra. Aí, você vai continuar pagando, eu dei um documento para vocês, são cinco anos para pagar, agora se não der nada lá [em Brasília], aquele dinheiro vocês perderam'.

Larissa - Perdia o dinheiro?

Sr. Antonio Belo - Perdia. Aí ele foi e fez, tirou, catou, recolheu assim, igual o meu cunhado que morava aqui, o Dito Prestes, o Pedro Martins, lá para o outro lado. José Chico Ribeiro, foi catando, e levou para Brasília, aí quando deu 15 dias foi aprovado, daí já veio o documento para nós, para a gente assinar já...

Depreende-se do discurso do camponês que o engenheiro agrônomo, chefe executivo da Assessoria de Revisão Agrária para a implantação da Lei na Fazenda Pirituba, levou os camponeses a acreditarem que o processo de assentamento dependia dele próprio, como se ele fosse o mediador político e indispensável para a "aprovação"

do loteamento, que sabidamente já estava “aprovado”; tanto assim, que ele estava designado para sua implantação. Além disso, tem início o processo de prevaricação levado a cabo por ele, cobrando dos camponeses ocupantes da fazenda uma “taxa” para garantir a permanência na área após a suposta aprovação do loteamento.

O funcionário público, portanto, valendo-se de sua condição privilegiada de poder, posto que era o detentor da informação e do controle do processo de loteamento, subordinou os camponeses não apenas para que tivessem acesso à terra, mas, pior que isto, para que permanecessem na terra em que muitos deles haviam nascido.

Ao falar do engenheiro agrônomo, o camponês inicia seu discurso amenizando e praticamente negando o procedimento ilícito e a coação praticada pelo funcionário da Secretaria da Agricultura; entretanto, no decorrer de sua fala, percebe-se que seu posicionamento real aflora. Isto fica claro no trecho a seguir, em que o camponês relata a prática do agrônomo:

Aí a turma soltou ele, era boa pessoa, coitado, não vou falar mal dele, não posso falar mal dele porque para mim nunca fez nada de errado, mas é que ele protegia muito os grandes, ele protegia mais os maiores, porque ele foi pulando assim, medindo: medindo lotinho aqui, é o direito, eu morava lá no Amarelo [o Bairro Rural chamado Amarelo] então eu plantava ali no Zé Bezerro, tem o Tonhão gordo ali, eu plantava ali, ou eu vinha lá, ou eu vinha plantar aqui... Só que eu estava plantando aqui, o outro estava em riba de mim lá, aí veio aquele plantando lá, era um mundo de vizinho a partição! Daí ele organizou. Pegou, começou a loteação, mas só que ele vinha salteando assim... eu comprei lá onde era o lote meu, o Chico Carias, meu cunhado, morava aqui, tinha um pedacinho lá, onde o meu pai morava lá, aí ele entrou na terra que o meu pai morava, mas tinha no meio lá... mas é que ele foi salteando, salteando, salteando e ia deixando as campanhas, e as terras melhores... ele deixou aquele ali para, ele já tinha sociedade com a turma de Capivari, aquela turma que veio de fora, então acabou tudo! Vinham lá, 45 alqueires, então o povo não ligava assim mesmo, assim mesmo não incomodava com a conversa dele, dele estar dando lote. Mas, logo ele começou a tirar lote dos pequenos: ‘É, fulano não tem condição de comprar porque é pobre, ele não pode pagar a prestação’. Ele fez isso com um irmão meu. Porque aí ia lotear a fazenda Pirituba para o pobre e não para rico! Aqui não era para rico [o camponês fala para o agrônomo]: ‘Se for para rico deixa a fazenda aí, não tem o direito dos boiadeiros que estão aí na fazenda? Deixa eles aí porque eles são ricos, para que o senhor está tirando lotinho para nós que somos pobres dentro de grotta e para os grandão aberta as campanhas assim? Não, eu sou contra o senhor, nesse ponto o senhor vai me desculpar’ Aí ele ‘Ah, mas o senhor compreende’. Aí

*larguei mão, aí pegou ele foi picando lote para tudo... E se não tivesse 18 anos não pegava lote, tinha que ter 18 anos completos e eu tinha o Eder já estava com 17 anos [o filho de meu interlocutor], não pôde pegar lote e eu tinha terra minha que eu comprei lá e tinha 11 alqueires que eu plantava... o Eder tinha 17 anos, daí ele falou que não podia pegar... 'Mas como que não pega? Estão tudo lá pegando lote, os fazendeiros.' [O agrônomo respondeu:] 'Não, quem falou isso?'*¹⁴

Há alguns aspectos que merecem ser abordados nesta fala. O primeiro deles, já mencionado, diz respeito ao discurso do camponês ao introduzir o assunto do agrônomo, afirmando que ele não era má pessoa e que pessoalmente não havia feito nada contra ele; entretanto, em seguida, o camponês aponta onde estava o problema: *“é que ele protegia muito os grandes”*.

O que, à primeira vista, faz parecer que o camponês é condescendente com a atitude do agrônomo, revela-se um mecanismo de se auto-projetar como uma testemunha confiável para relatar o caso: o camponês introduz sua fala sobre o agrônomo mostrando que é “isento” para julgá-lo, pois não foi diretamente prejudicado por ele. Entretanto, como se vê no decorrer de seu discurso, ele também foi diretamente afetado por mais de um procedimento ilícito praticado pelo funcionário da ARA.

Assim, após constituir-se como uma figura isenta para falar do agrônomo, o camponês aponta o centro da questão, que é justamente o favorecimento dos “grandes” em detrimento dos “pequenos”: a base da grilagem praticada pelo agrônomo nessas terras.

O camponês, não fortuitamente, usa as palavras “pequenos” e “grandes” como sinônimos de “pobres” e “ricos”. Mostra a oposição de tamanho revelando a oposição da condição social diferente; e, por meio desta, a condição política também diferente pois, no caso vivido por eles, a mediação política era sobretudo uma mediação econômica. Os “grandes” garantiam seu acesso à terra - que era político e subordinado à ação privada do agrônomo - através de seu poder econômico.

¹⁴ Entrevista realizada com o sr. Antonio Belo em outubro de 2004.

Ao relatar o processo de loteamento, o camponês mostra que o agrônomo ia “salteando”, ou seja, não o fazia de forma contínua, mas deixava por último as melhores terras, as “campanhas”, de forma que estas fossem destinadas àqueles a quem ele “vendeu” tais terras. A palavra utilizada pelo camponês que revela esse procedimento é *sociedade*: “*ele já tinha sociedade com a turma de Capivari*”. Isto significa que o agrônomo tinha uma relação – de interesse comum - com o grupo de pessoas de fora da área, que ele proveu com boas terras, através de um procedimento que será abordado na seqüência da fala do camponês.

É importante perceber no depoimento que esta não foi a gota d’água para que se indignassem com a ação corrupta do agrônomo: “*então o povo não ligava assim mesmo... dele estar dando lote*”. Contudo, o problema aflora quando “*logo ele começou a tirar lote dos pequenos*”. Ou seja, a indignação dos camponeses surgiu quando sua permanência na terra ficou ameaçada. A justificativa do agrônomo para a exclusão de parte dos camponeses era de que “eram pobres”, não teriam condições financeiras de comprar o lote. Este foi o estopim para que reagissem ao agrônomo - tirar da terra aqueles que nela viviam: “*Porque aí ia lotear a fazenda Pirituba para o pobre e não para rico! Aqui não era para rico: ‘se for para rico deixa a fazenda aí, não tem o direito dos boiadeiros que estão aí na fazenda?... para que o senhor está tirando lotinho para nós que somos pobres dentro de grotas e para os grandão aberta as campanhas*”.

A lógica camponesa fica absolutamente expressa quando ele questiona o agrônomo sobre qual o sentido de haver loteamento da Fazenda Pirituba: se seriam favorecidos os grandes proprietários e, insiste ele, se a lógica era favorecer os “grandes”, então não seria necessário mexer na terra, posto que grande parte dela já estava ocupada pelos boiadeiros.

A partir daí o camponês extravasa e manifesta a interpretação que tinham do procedimento do agrônomo, ou seja, se até então estavam tolerando a “salteação” com que o engenheiro Campolim de Almeida procedia no loteamento, passaram a expressar

ao agrônomo também a injustiça que vem na própria determinação dos que iam ocupar as terras, ficando as “campanhas” para os “grandes” e as “grotas” para os “pequenos”.

O uso das palavras *campanha* e *grotas*, em oposição, elucida a condição diferenciada dessas terras e revela não apenas a maior declividade dos terrenos que ficaram destinados aos camponeses, como também sua inferior fertilidade.

Ficará claro, no decorrer de seu discurso, que na lógica camponesa tem *direito* a permanecer na terra aquele que nela trabalha; este é exatamente o eixo da mobilização camponesa, tanto no caso vivenciado, quando o agrônomo italiano os proibiu de continuarem plantando, quanto na vivência da grilagem dessas terras pelo agrônomo Campolim de Almeida.

Percebe-se, no início da fala precedente, que meu interlocutor revela uma certa ordenação territorial das terras da Fazenda Pirituba, anterior ao processo de loteamento. Essa ordenação demonstra que os camponeses estavam ocupando essa área de uma maneira muito similar à condição de posseiros, já que as áreas de roça não eram contíguas: “*Só que eu estava plantando aqui, o outro estava em riba de mim lá, aí veio aquele plantando lá, era um mundo de vizinho a partição!*”

Muito embora os camponeses tenham arrendado essas terras do engenheiro agrônomo Lino Vicenzi, o fato de estarem na Fazenda antes de sua chegada e o modo como cultivavam a terra revelam uma diferença entre a ordenação territorial que ocorre no caso da posse ou ocupação e aquela que é mais comum na situação de arrendamento, quando o proprietário define as parcelas que serão arrendadas.

A descrição que o camponês faz das terras de roça demonstra haver uma organização típica dos camponeses ocupantes (assim como os da Fazenda Jacilândia) em que cada família vai sucessivamente ocupando mais uma parcela de terra, nem sempre contígua à primeira.

É de se notar também que os camponeses formaram, ao longo dos anos, na Fazenda Pirituba, alguns bairros rurais. Isso fica explícito quando o sr. Antonio Belo mostra os locais nos quais tinha a sua roça: “*Eu morava lá no Amarelo [o Bairro Rural chamado Amarelo] então eu plantava ali no Zé Bezerro, tem o Tonhão gordo ali, eu plantava ali, ou eu vinha lá, ou eu vinha plantar aqui...*”. Esta questão será retomada posteriormente.

No trecho a seguir meu interlocutor demonstra como o engenheiro agrônomo da ARA burlava o processo de inscrição, inserindo na “vaga” de camponeses os grupos que se tornaram “grandes proprietários” na Fazenda:

Sr. Antonio Belo - *Primeiro fazia inscrição, aí pegava a inscrição, aí exigia os documentos, tinha que estar com os documentos todos para na hora que assinar o contrato, a pessoa tinha que estar com documento tudo certinho.*

[...]

Sr. Francisco Feitosa – *É, daí ele tinha que pegar as inscrições e ficava em cima da pessoa até a pessoa desistir porque saía no diário oficial a relação dos inscritos.*

Sr. Antonio Belo – *A pessoa fazia inscrição.*

Sr. Francisco Feitosa – *Era aberto, era público, então as pessoas se inscreviam, então tinha direito a pegar um lote e passar para outro. Ele não podia passar para outro sem ter [o nome de uma pessoa] naquela classificação.*

Sr. Antonio Belo – *Daí a pessoa fazia inscrição... era aberto aquela inscrição, daí depois que veio o documento, daí que ele fazia a troca, da inscrição, só que faz a inscrição e vai lá com ele, com o Santão [nome pelo qual o agrônomo era conhecido e chamado pelos camponeses], daí ele ia ver onde é que punha a pessoa...*

Sr. Francisco Feitosa – *O lote que ele ia cortar...*

Sr. Antonio Belo – *Se ele tinha direito, pegava 10 alqueires, 15 alqueires, então é conforme ele, ele é que fazia, escolhia, mas ele punha umas pessoas escolhidas aí, punha na estrada, nas terras bonitas aí, pequeno é só grotal!... ‘Eu vou vender para os maiores’, ele fazia grana, colocou os Batagins.*

Sr. Francisco Feitosa – *Os Batagins que é de Capivari também... eles vieram de lá, né? Eles não eram daqui. Não era morador aqui não... Os holandeses vieram do Paraná, né?*

Sr. Antonio Belo – *Vieram do Paraná, os holandeses... Mas, lá ele cobrava, mudou a inscrição, do Zé Caetano, o Zé Caetano você conhece?*

Sr. Francisco Feitosa- *Conheço.*

Sr. Antonio Belo – *Então, do Zé Caetano, vendeu a inscrição.*

Sr. Francisco Feitosa – *Vendeu a inscrição para os holandeses também. É, o Zé Caetano tinha inscrição só que vendeu para os holandeses lá, do mesmo jeito que fez com o [refere-se ao irmão de meu interlocutor].*

Sr. Antonio Belo – *Ele pegava e vendia para outro.*

Sr. Francisco Feitosa – *Aí foi formando tudo esse, essa confusão toda, né? Até hoje está meio enrolado, né?*

Sr. Antonio Belo – *Eu fui o primeiro que pegou, de primeiro fui eu. Peguei na lavoura, na Casa da Lavoura... Era para ficar tudo nosso, aí exigiram, nós pegamos os documentos todos, para ver se aprovava a loteação. Aí exigiu um churrasquinho e chopp para a turma beber. Aí eu falei: 'Eu da minha parte aperta para mim', porque tinha bastante crente no meio... aí tinha que pagar, aí paguei: 'Só que eu não vou lá, pode comer e beber'.*

Nota-se que Francisco Feitosa introduz na conversa a informação de que o engenheiro agrônomo Campolim de Almeida fazia a inscrição no nome dos camponeses e depois os pressionava para que desistissem; após a desistência é que ele incluía o nome de terceiros como interessados.

O sr. Antonio confirma o procedimento, ao afirmar que depois de feita a inscrição é que o agrônomo “fazia a troca”, escolhendo quem ia ficar e onde ia ficar: *“faz a inscrição e vai lá com ele, com o Santão, daí ele ia ver onde é que punha a pessoa...”*.

De acordo com Costa (2001, p. 41): “O resultado das ações de implantação da colonização só contemplou 27 famílias de parceiros das 160 que então habitavam a fazenda”.

Através desse procedimento foram introduzidos, na Fazenda Pirituba os dois outros grupos ocupantes de grandes extensões de terra: o dos Batagins e o dos Holandeses, excetuando aí o grupo dos “boiadeiros”, cuja história remonta ao período do engenheiro Lino Vicenzi. Vale dizer que a expressão “boiadeiros”, como é possível verificar, aparece exatamente desta forma no discurso do camponês.

Os dois outros grupos foram inseridos - e o camponês o diz de maneira explícita - através da corrupção implantada pelo agrônomo, que literalmente vendia “o direito”, público, de acesso à terra: *“ele pegava e vendia para outro... ele fazia grana, colocou os Batagins”*. Vê-se no Mapa 16 “Fazenda Pirituba – Resistência Camponesa e Territorialização da Luta pela Terra” a área dos Batagins, dos Boiadeiros e dos Holandeses.

No mesmo sentido, reiterando a fala do camponês, Andrade aponta que:

Neste processo, muitas irregularidades foram cometidas, originando uma situação complexa de posse das terras, onde se vê grande concentração de áreas nas mãos de um pequeno número de famílias, particularmente dos “holandeses”, dos “Batagins” e dos “boiadeiros” (um grupo de pecuaristas), ao lado de 160 pequenos lotistas distribuídos nas piores áreas, as mais acidentadas da propriedade. (ANDRADE, 1993, p. 121)

Além disso, ainda houve, nesse processo fraudulento, uma coação para que os camponeses financiassem uma festa “comemorativa”, da qual meu interlocutor, embora tenha contribuído financeiramente, recusou-se a participar.

A pressão feita pelo agrônomo para impedir a permanência de parte das famílias camponesas na terra foi vivida “na pele” pelo camponês entrevistado, cujo irmão estava sendo praticamente impedido de realizar a inscrição.

No trecho a seguir, continuando seu depoimento, o camponês relata o processo de sindicância ao qual o agrônomo Campolim de Almeida foi submetido e o procedimento do agrônomo para coibir a permanência de seu irmão:

Sr. Antonio Belo - *Aí passou, aí acabou... tinha uma reunião lá, mas a gente não sabia o que que era o fundamento, aí eu chego, lá estava o advogado... aí veio ver o que que tem aqui na Fazenda Pirituba, falei que 'é isso, é isso, é isso, aquilo e eu sou dos mais velhos', daí ele chamou eu à banda: [O advogado pergunta ao camponês]: 'O Dr. Santo, [referindo-se à Benedito Campolim; este era o apelido pelo qual era conhecido entre os camponeses] por que que a turma não quer ele? Por que estão aqui contra ele?' Aí eu falei: 'Uê, questão de terra! Ele está dando terra, bastante para a turma! E os pequenos está tirando fora!'. Eu tenho um irmão que ele tirou, ele tinha inscrição, eu dei em cima dele [do agrônomo] e fiz inscrição num irmão meu 'vai dar lote para ele, vai ô, vai!' E caí em cima dele, passava oito dias eu ia lá em Itapeva: Vai dar um lote para ele, ele precisa, tem família! Nasceu e criou dentro da Fazenda Pirituba! Aí: 'Tem inscrição?' 'Tem'. Então eu quero aí o meu irmão. Aí eu falei para ele [para o irmão]: 'Vamos para Itapeva?' Tinha reunião lá, 'vai para Itapeva, você vai tirar todos os documentos, mas tira tudo! A hora que o Dr. Santo pedir para você, você pá, está lá. Ele vai exigir você porque ele não quer dar o lote dele', tem que pedir documento, dava, pedia outro, ele dava. Aí ele [o agrônomo] falou assim: 'Sem condição, não.' [sem dinheiro, não poderia participar do processo de inscrição]. Aí eu falei, eu dava risada, 'Tem sim!' Eu arrendo para ele, eu arrendo o lote dele. Eu pago o lote dele! Por que que o senhor vai tirar dele e dar para quem não precisa? Ele está morando na fazenda! Está plantando na minha terra, para que que ele vai sair fora e o senhor vai dar lote para outro e tirar ele? Aí amarrou já o lote dele.*

[...]

Sr Belo – [...] *Aí deu na reunião, aí nós fomos no cinema lá, mas nas escuras, e era para [processar] o Dr. Santo. Aí nós acabamos de assinar, o secretário amarrou ele.*

Pegou sei lá, levou lá, quando foi de tarde, a notícia do Santão em Itapeva, foi rápido! Fazia a reunião lá no cinema, já prenderam ele lá, entendeu? Tinha um rapaz que morava ali. Falei: 'Olha rapaz! Um dia desses o Santão estava conversando na lavoura'. Ai prendeu, a polícia prendeu ele [no mesmo dia?] Ah, é. Foi 10 horas a reunião lá, quando foi três horas da tarde... [ele estava preso].

Percebe-se no depoimento do camponês que, quando chamado a depor na sindicância e questionado pelo “advogado” sobre o que havia de errado com o agrônomo Campolim, por que as famílias estavam contra ele, a resposta dada foi carregada de uma obviedade, marcada em sua fala pela interjeição “ué”. Disse ele: *“Ué, questão de terra! Ele está dando terra, bastante para a turma! E os pequenos está tirando for”*.

O problema era, evidentemente, “questão de terra”; a terra estava no centro do conflito. A situação que o camponês vivenciou com o agrônomo tornou-se o eixo do conflito, na medida em que este passou a tirar da terra os “pequenos” para colocar os “grandes”; afluente, no olhar camponês, a incoerência e a injustiça que significava a saída de pessoas que nasceram e trabalharam naquelas terras.

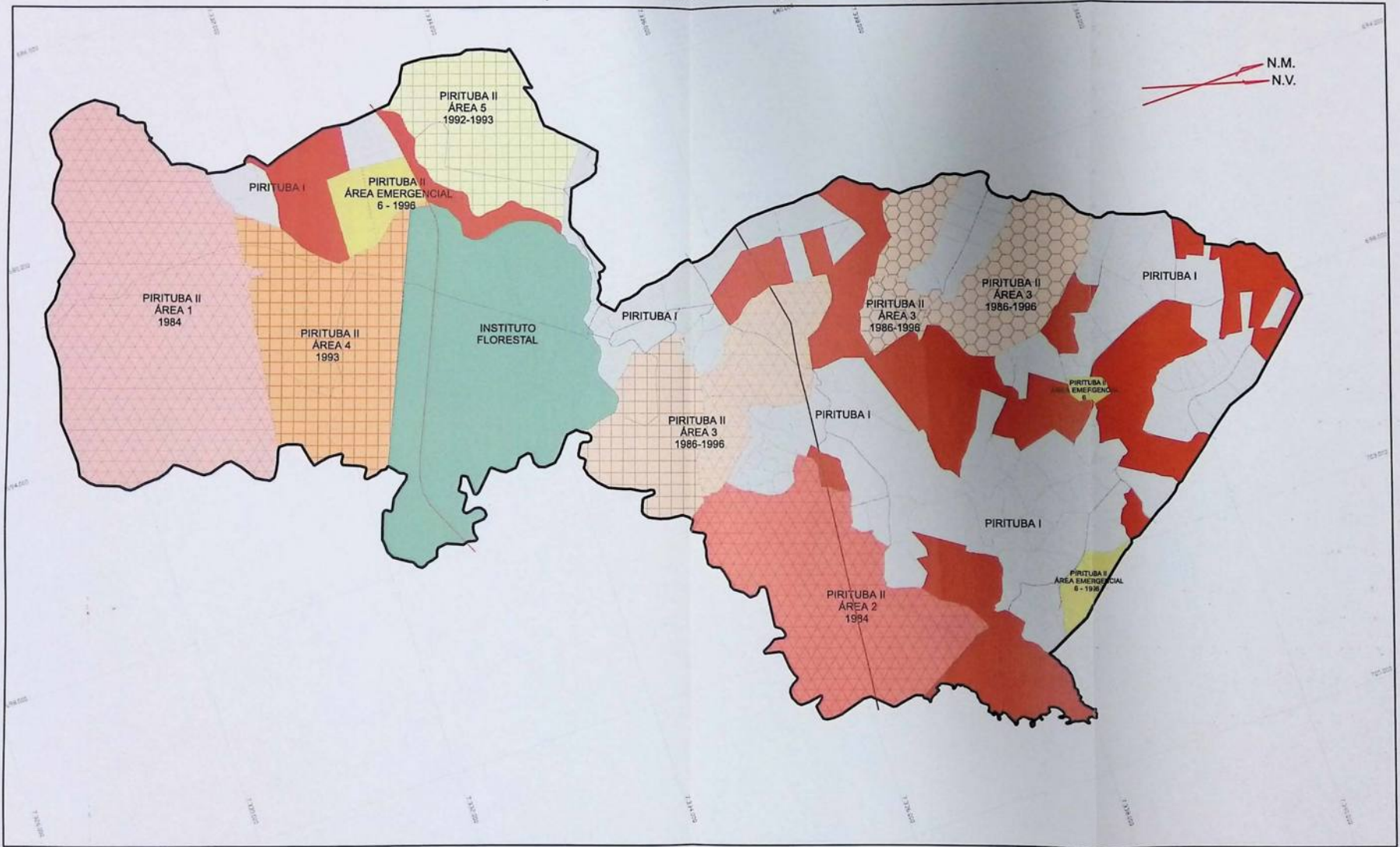
O argumento usado pelo camponês para explicar a necessidade de seu irmão permanecer na terra se dá exatamente por este caminho, permeado por sua ordem moral: *“Vai dar um lote para ele, ele precisa, tem família! Nasceu e criou dentro da Fazenda Pirituba!”*

O seu primeiro argumento está assentado na “evidência” de que seu irmão tem família, e, portanto, precisa da terra. Ou seja, qualquer outro argumento que lhe fosse apresentado, de cunho jurídico ou outro qualquer, não poderia ser mais forte do que o camponês precisar da terra para se reproduzir e à sua família.






Seu segundo argumento, associado ao primeiro, também está na “evidente justiça” de que quem nasceu e cresceu nessa terra é quem tem direito a ela.

FAZENDA PIRITUBA.



Resistência Camponesa e Territorialização da Luta pela Terra.



LEGENDA

-  Reserva Florestal
-  Pista asfaltada
-  Estrada de terra
-  Alta tensão
-  Limite da Fazenda Pirituba




PIRITUBA I

-  Sítios camponeses regularizados
-  Lotes com pendências judiciais

PIRITUBA II - Assentamentos

-  Área 1
-  Área 2
-  Área 3
-  Área 4
-  Área 5
-  Área Emergencial 6

GRILOS

-  BOIADEIROS - década de 50
-  HOLANDESES - década de 70
-  BATAGINS - década de 70

FONTE:

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO
DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
DIMENSIONAL ENGENHARIA
ESC. 1:20 000

0 500 1000 1500 2000

Metros

MAPA 16

ELAB. E ORG.: BOMBARDI, L. M.
DESENHO: OLIVEIRA, W. F. (2005)

Esta é uma concepção de terra associada à vida: terra e vida, na concepção camponesa, são instâncias indissociáveis, são concebidas juntas. Assim, a noção de direito à terra que apresentam está assentada em duas pontas: na primeira, da vida objetiva, do momento presente, em que a necessidade da reprodução da família faz-se cotidianamente e deve ser resolvida através do acesso à terra; na segunda, a da história pessoal do camponês de ligação com a terra que vem ocupando - se tem seu trabalho incorporado, é sua. Da mesma maneira com que respeitam a roça dos demais camponeses e sabem exatamente onde começa e termina a roça de cada um, também orientados por uma concepção de que o fruto do trabalho - mais do que exatamente a determinada porção de terra - é daquele que o germinou, pensam e concebem a terra nessa associação¹⁵.

Eis aí o eixo da indignação: a ação do agrônomo quebrou a ordem de valores camponeses, ficou destituída de sentido, ou destituída do sentido primordial que a terra deve ter para os camponeses - o da vida.

Ao excluir, portanto, os pequenos, “que precisavam”, para inserir os grandes, “que não precisavam”, o agrônomo inverteu a ordem camponesa, dissociando terra, trabalho e vida.

Foi esta a base da discussão com o agrônomo; o camponês dispôs-se a arrendar o lote do irmão, ou seja, a pagar a renda da terra do irmão para que ele pudesse permanecer na Fazenda Pirituba. Sua proposta revela que entendeu perfeitamente a lógica do agrônomo: se o acesso à terra estava mediado por sua renda, estava disposto a pagar pelo irmão.

Sua fala revela, entretanto, a surpresa que teve com a prisão do engenheiro agrônomo: “*Aí nós acabamos de assinar, o secretário amarrou ele*”.

¹⁵ Ver, entre outros, Woortmann e Woortmann (1997), Castro Oliveira (1991), Margarida Moura (1978), Martins (1993).

Por ocasião da gravação da entrevista, quando perguntei se poderia gravar a conversa, ainda com o gravador desligado, o camponês disse o seguinte: “*da última vez que eu gravei, foi gravado de manhã e à tarde tinha um homem preso na cidade*”.

O episódio da prisão do engenheiro agrônomo, e o conhecimento público de seu processo fraudulento de instauração do loteamento a partir da Lei de Revisão Agrária (na década de 70), tornou-se emblemático e, sem dúvida, um marco no sentido da vivência da justiça por estes camponeses e pelos outros do entorno, como ficará claro no decorrer deste item.

A prisão do agrônomo deu-se em função da criação, em abril de 1978, de uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa para averiguar a ação da Assessoria de Revisão Agrária na Fazenda Pirituba, particularmente, a prevaricação praticada por seus funcionários, em especial Benedito Campolim de Almeida, que era o chefe executivo do grupo. A abertura desta Comissão partiu da mobilização dos camponeses, que procuraram um dos deputados da Assembléia Legislativa para intervir em sua causa:

... Pela lei eles não teriam habilitação¹⁶ [o grupo inserido no processo de loteamento pelo agrônomo - os Batagins e os Holandeses] e ele [o engenheiro agrônomo Campolim de Almeida] começou a colocar essas pessoas e aí inclusive começou a expulsar na marra, com violência aqueles posseiros que estavam na área tudo! Aí o que aconteceu? Esse pessoal que ficou marginalizado, ficou fora desse processo de colonização já na implantação do projeto do Carvalho Pinto, eles foram na Assembléia Legislativa e fizeram a denúncia do que estava acontecendo [e quem os assessorou para fazerem esta denúncia?] Eles foram e pegaram um deputado, acho que era Vicente Mota, um deputado que tinha na época e foram atrás, aí de Itapetininga, foram lá, eu sei que daí virou uma CPI na Assembléia Legislativa, na Assembléia ... o processo de sindicância também, na Secretaria da Agricultura, e lá conta toda a história, das denúncias, então tem todo um histórico lá dos fatos...

Nota-se que os camponeses que ficaram à margem do processo de colonização não se resignaram; ao contrário, mobilizaram-se (com o apoio daqueles que ficaram) para reverter sua situação, o que denota - pela segunda vez na Fazenda Pirituba - o processo de resistência camponesa.

¹⁶ Entrevista realizada em outubro de 2004 com o Engenheiro Agrônomo Francisco Feitosa, Presidente do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba.

De fato, após a denúncia e a abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) e da Sindicância, o Estado passou a rever o processo de loteamento que já estava concretizado na Fazenda Pirituba:

Em abril de 1978, foi formada uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa para apurar tais irregularidades e o Estado inicia uma série de vistorias e medidas administrativas e judiciais visando a regularização das áreas da Fazenda Pirituba: titulação dos regulares e reintegração de posse das áreas dos ocupantes irregulares. (ANDRADE, 1993, p. 121)

Entre a inscrição dos primeiros compromissários para a aquisição de lotes na fazenda Pirituba e a abertura da CEI transcorreram cinco anos. Ou seja, quando a CEI foi aberta, o projeto de loteamento já estava concretizado, tendo os Batagins e os Holandeses sua situação “oficializada”, já que o grupo responsável pela implantação do loteamento foi designado no final da década de 60 e, a partir daí até 1973, os lotes foram demarcados e as inscrições foram abertas¹⁷, sendo firmados os contratos de compromisso de compra e venda entre os compromissários e o Estado.

Após 1973, Campolim de Almeida tornou-se o chefe do grupo executivo da Assessoria de Revisão Agrária na Fazenda Jacilândia, em Meridiano. Isso significa que após todas as irregularidades praticadas na Fazenda Pirituba ele tornou-se o responsável pela implantação da Lei na outra área (entre 1973 e 1976¹⁸), que, como foi apontado, também foi alvo de diversos procedimentos ilícitos, além da violência praticada pelo agrônomo no processo de loteamento.

Foi, portanto, no seu retorno à Itapeva (cidade da qual era procedente) que ele foi investigado pela Comissão Especial de Inquérito e pela Sindicância em 1978 e 1980.

¹⁷ De acordo com o Relatório do Grupo de Regularização da Fazenda Pirituba (op.cit): “Em outubro de 1973 é publicado edital no Diário Oficial do Estado (DOE), dando as condições de inscrição para os candidatos a obtenção de um dos 181 lotes na Fazenda Pirituba, com áreas variando de 30 a 100 hectares”.

¹⁸ As inscrições para aquisição de lotes na Fazenda Jacilândia em Meridiano foram, como foi apontado no item anterior, em 1975.

5.5. Fazenda Pirituba: luta pela terra e territorialização camponesa

... eu morava lá no Amarelo [Bairro Água Amarela], então eu plantava ali no Zé Bezerra, tem o Tonhão gordo ali, eu plantava ali, ou eu vinha de lá, ou eu vinha plantar aqui ... Ah, eu colhia, eu plantava milho, eu plantava bastante milho para engordar o porco, pagava a prestação, quando eu terminava de pagar o banco, pagava a prestação, daí eu estava sossegado, aí o dinheiro era meu, daí eu vendia o resto, vendia feijão, plantava feijão da seca, pagava e ainda sobrava um pouquinho de dinheiro.

Sr. Antonio Belo

Após a abertura da Comissão Especial de Inquérito, para averiguar as irregularidades praticadas no processo de assentamento na Fazenda Pirituba, a Secretaria da Agricultura extinguiu a Assessoria de Revisão Agrária (ARA) e criou, em seu lugar, a ATRA, Assessoria Técnica de Revisão Agrária. Também após a instauração da Comissão de Sindicância pelo Secretário de Agricultura as seguintes diretrizes foram tomadas pela Secretaria:

- Abertura de processo administrativo contra funcionários públicos envolvidos na questão.
- Rescisão dos contratos de compromisso de compra e venda dos “holandeses e dos Batagins”.
- Formação de novo grupo de trabalho para averiguar se os demais lotistas estavam obedecendo às cláusulas contratuais estabelecidas no contrato;
- Agilizar a ação de despejo contra os “boiadeiros”. [SÃO PAULO (ESTADO), s/d]

A partir dessas diretrizes, a Secretaria da Agricultura passou a rever os contratos firmados pelo Estado, instaurando um processo de regularização da Fazenda Pirituba. O engenheiro agrônomo presidente do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba, Francisco Feitosa, narra os fatos:

... E depois dessa sindicância, resultou o quê? Que deveria ser extinto o projeto de colonização, deveriam ser anulados os contratos que foram feitos, que deveria ser reiniciado tudo devido à fraude, né? E aí teve um parecer da Procuradoria do Estado

dizendo o seguinte, isso já vindo para a década de 80, esses contratos são todos da década de 70, na década de 80, então naquela transição, no governo Montoro, final do Governo Maluf para o Montoro, a discussão democrática, a Revisão Agrária volta à questão da reforma agrária, porque a Revisão Agrária foi uma forma de tentar dizer que não era reforma agrária mas era Revisão Agrária, uma forma menos [ele ri] menos radical, vamos supor assim, de colocar o que que era reforma agrária, então ficou revisão agrária, projeto de colonização, com uma concepção de colonização, que vende a área tudo, aí foi criado uma Comissão já na transição do Governo Montoro, criado o Instituto de Assuntos Fundiários, a Coordenadoria de Sócio-Economia para trabalhar essas questões, e aí foi criado um grupo para regularização da Fazenda Pirituba e aí com esse parecer dizia o seguinte, a Procuradoria: que aquelas pessoas que fizeram o contrato, fizeram tudo certinho, tal, não deveriam ser punidas em virtude de uma ação fraudulenta do Estado, dos seus servidores, aí não deveriam ser penalizados por causa disso e aqueles que não se enquadrassem deveria haver a rescisão contratual e a retomada do imóvel para o Estado novamente, e aqueles que cumpriram tudo certinho deveriam ser titulados e a entrega de contrato de compromisso de compra e venda e ser feita escritura definitiva deles.

Nota-se que a primeira ação do Estado depois de instaurado o processo de sindicância foi no sentido de anular os contratos firmados, ainda em 1978. Entretanto, a criação de um grupo de trabalho para a regularização da área só foi feita com o debate sobre a reforma agrária trazido à tona no (e pelo) Governo Montoro. Ou seja, a postura do Estado com relação à Fazenda Pirituba e no limite, à Lei de Revisão Agrária, sofreu uma significativa alteração na mudança da gestão do Governo Maluf para o Governo Montoro¹.

Muito embora a Comissão Especial de Inquérito e a Sindicância tenham sido realizadas ainda no Governo Maluf, a interpretação dada à questão agrária e ao acesso à terra por camponeses sem terra era restrita – não se estendia à questão agrária. Em outros termos, a interpretação da fraude praticada pelo funcionário público bem como suas conseqüências, que redundaram na expulsão dos camponeses e na concentração da terra dentro da área da Fazenda Pirituba, deram-se no âmbito estritamente burocrático-jurídico.

¹ Paulo Maluf foi governador do Estado de São Paulo no período de março de 1979 a março de 1983 (nos últimos meses de mandato foi substituído por seu vice José Maria Marin) e André Franco Montoro foi governador no período de março de 1983 a março de 1987.

Esta interpretação torna-se evidente ao se analisar a forma como o Governo Maluf lidou com a ocupação de parte da área da Fazenda Pirituba, por camponeses sem terra organizados:

Os processos judiciais, tendo em vista a arrecadação pelo Estado da área restante, estavam em andamento, e a sua agilização vinha sendo solicitada por um grupo de trabalhadores da região, que agregava os excluídos do processo de seleção mencionado.

Em maio de 1981, 40 famílias desse grupo ocuparam uma parte da área ociosa da fazenda, erigiram benfeitorias e prepararam o solo para o plantio. Quatro meses depois, na Gestão Maluf, e em decorrência de mandado judicial, foram despejadas por força policial. (MÉDICI, 1989, p. 97-8, grifos nossos)

Há dois pontos a serem considerados a partir da citação precedente: o primeiro, mencionado anteriormente, refere-se à forma como o Governo Maluf lidou com a ocupação da área - violentamente, negando a clara ligação entre a ocupação da área por camponeses sem terra e a sua ilegal manutenção nas mãos dos “boiadeiros”; o segundo refere-se, justamente, ao primeiro grupo organizado a ocupar a Fazenda Pirituba, formado em parte por camponeses que haviam sido aliçados do processo de loteamento, e isto é uma questão fundamental. É fundamental pois revela que, organizados, tentaram novamente reverter a sua situação de expulsão daquelas terras.

Isto significa que a resistência camponesa na Fazenda Pirituba teve início ainda durante a década de 50, quando o Estado cedeu as terras para que o agrônomo Lino Vicenzi implantasse o projeto de trigo; o agrônomo proibiu a continuidade das roças das famílias, ocasião em que estas se organizaram e atearam fogo à parte da fazenda, pressionando o agrônomo a permitir que permanecessem cultivando a área.

A resistência na terra perdura na década de 70, quando teve início o processo de loteamento e o agrônomo Campolim de Almeida expulsou famílias camponesas de modo a ceder a terra a que tinham direito aos grupos dos Holandeses e dos Batagins. Durante esse período, o conflito com o agrônomo foi constante e parte das famílias conseguiu evitar a expulsão.

Entretanto, aquelas que foram expulsas - não resignadas - conseguiram levar o caso à Assembléia Legislativa, o que levou à abertura da Comissão Especial de Inquérito e da Sindicância.

Sabedores, portanto, de que a regularização da área estava em andamento – e, mais do que isto, que esse processo de regularização era fruto da luta política que haviam travado - é que os camponeses, excluídos da própria terra no processo de loteamento, organizaram-se para ocupar a área.

Isso significa, portanto, que o início do processo de ocupação da Fazenda Pirituba por camponeses organizados não se deu de forma “casual”, como aparece em grande parte dos trabalhos a respeito do assunto:

Como não poderia deixar de ser, havia um movimento de agricultores sem terra nos arredores. Eram principalmente pequenos arrendatários que se dedicavam à cultura do feijão. Decidiram-se organizar para conquistar aquelas terras inativas que sabiam estar ilegalmente nas mãos dos “boiadeiros”. Tentaram diversas vezes ocupá-las, mas eram sempre rechaçados por jagunços. Tinham pois grande esperança de que o novo governo peemedebista resolvesse o problema e permitisse que cultivassem aqueles cerrados. (VEIGA, 1990, p. 39-40)

Ao contrário, o “movimento de agricultores sem terra” não estava nos arredores, não surgiu “de fora”, ele surgiu no interior da Fazenda Pirituba, surgiu do longo processo de resistência desses camponeses.

De fato, os camponeses sabiam da ilegalidade da situação dos boiadeiros, como sabiam que a fazenda havia sido destinada à reforma agrária, e sabiam também que eles haviam sido não só injustamente, como ilegalmente, excluídos do processo de loteamento. A prova concreta dessa expulsão ilegal estava na abertura da CEI e na prisão do agrônomo a partir da Sindicância.

A ocupação da área foi, portanto, uma continuidade da ação política que esses camponeses já vinham praticando, e não o início dela.

Como se viu, quatro meses após a ocupação de abril de 1981, as 40 famílias foram despejadas; em 1983, no início do Governo Montoro, essas famílias ocuparam

novamente a área, e sete dias depois foram novamente despejadas². De acordo com José Eli da Veiga, diretor da ATRA no início do Governo Montoro:

Eu mal havia assumido a ex-ATRA quando 43 famílias tentaram mais uma vez ocupar uma dessas glebas da Pirituba, conhecida por Postinho. Decidi, então, adotar diversas providências, após consultar os prefeitos de Itaberá e Itapeva. A mais importante seria convencer a Procuradoria do Estado a solicitar ao Poder Judiciário o imediato seqüestro da área. Para tanto o procurador Juvenal Boller procuraria orientar o seu colega encarregado da questão. Enquanto isso, os prefeitos tentariam convencer o juiz local a não despejar de imediato os trabalhadores. Ao mesmo tempo, iniciamos uma tremenda pressão para que uma tal Comissão Processante Permanente, presidida por um encardido burocrata de carreira, ultimasse seu relatório sobre o caso. Pensamos, também, em solicitar a intervenção do INCRA, embora soubéssemos que nada se podia esperar do pessoal que estava lá.

Nada deteve, entretanto, o despejo das famílias. E foi necessário um ano de reuniões, telegramas, viagens, etc. para que conseguíssemos algum resultado. (VEIGA, 1990, p. 40)

Foi, portanto, no Governo Montoro - como havia indicado, em seu depoimento, o agrônomo coordenador do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba, Francisco Feitosa³ - que se fez o resgate da Lei de Revisão Agrária.

O Governo Montoro transformou a ex-ATRA em IAF (Instituto de Assuntos Fundiários)⁴, ou seja, a Assessoria de Revisão Agrária, que foi transformada em ATRA, foi o berço do IAF, hoje ITESP (Instituto de Terras de São Paulo).

Isso significa que os movimentos sociais no campo que começaram a tomar corpo no início dos anos 80 trouxeram à tona a questão agrária e, mais especificamente, os camponeses organizados da Fazenda Pirituba colocaram em evidência a própria Revisão Agrária.

José Gomes da Silva que, como foi visto no capítulo referente à Lei de Revisão Agrária, teve participação na elaboração e na execução da referida Lei, foi o Secretário

² Ver MEDICI, 1989.

³ Ver Fotografia 116.

⁴ Segundo Veiga (1990, p. 36): "Minha primeira missão na Secretaria de Agricultura foi a de transformar a antiga ATRA, Assessoria Técnica de Revisão Agrária, que durante a ditadura se transformara em lata de lixo, no que veio a ser o Instituto de Assuntos Fundiários".

de Agricultura do Governo Montoro (1982 a 1985) e foi o responsável direto pela implantação do Instituto de Assuntos Fundiários⁵.

O IAF/ITESP é, portanto, fruto direto da Lei de Revisão Agrária, o que revela o significado político que a Revisão Agrária teve, e tem, uma vez que este é até hoje o órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrárias no estado de São Paulo. Na transformação da ex-ATRA para IAF, o órgão foi deslocado da Secretaria de Agricultura e passou a estar vinculado à Secretaria da Justiça⁶.

Nota-se, portanto, que no Governo Montoro a ocupação de terras na Fazenda Pirituba passou novamente a ser interpretada e conduzida como *questão agrária*. Entretanto, como apontou José Eli da Veiga (1990), o processo de negociação e regularização da área a partir da ocupação camponesa tardou a ocorrer. De acordo com Médici (1989, p. 98):

Em novembro de 1983 é formada a “Comissão Intermunicipal de Regularização da Fazenda Pirituba”, composta por representantes: dos trabalhadores rurais da região, agora ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; das Prefeituras, Câmaras Municipais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itaberá e Itararé; e dos chamados “lotistas”, que haviam obtido o acesso à terra em 1973.

Esta comissão conseguiu reunir cerca de 500 pessoas da região, inclusive do Estado do Paraná, e se constituiu num “suporte” para o crescimento da organização dos “Sem Terra”. Sua atuação principal constituiu em visitas e apresentação de reivindicações aos órgãos do governo estadual, principalmente à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), subordinada à Secretaria da Justiça. Em decorrência do não atendimento das reivindicações (assentamento de trabalhadores numa área de cerca de 4000 ha.) a Comissão decidiu por sua própria extinção alguns meses depois de formada.

Diante dessas pressões, o governo estadual tentou agilizar mais ainda os processos judiciais, para reaver aquelas terras. Não conseguiu e, na madrugada de 13 de maio de 1984, cerca de 400 famílias ocuparam novamente parte da fazenda.

É de se notar que a primeira ocupação da área foi em 1981, com 40 famílias. Três anos depois a área foi ocupada novamente, com um número de famílias 10 vezes maior que o anterior. Essas famílias passaram a vivenciar um forte clima de tensão

⁵ Ver www.itesp.sp.gov.br. Ver também Ribeiro (2002).

⁶ Não por acaso, hoje, o nome do Instituto de Terras de São Paulo é “José Gomes da Silva”. De acordo com Fernandes (1999, p. 56): “Com as eleições de 1982 que resultaram numa mudança política do governo estadual, criou-se um novo cenário para a questão agrária do Estado de São Paulo. José Gomes da Silva assumiu a Secretaria da Agricultura e implantou um projeto de regularização fundiária”.

social na área, pois os grandes ocupantes (grileiros), após não conseguirem providenciar o despejo, lançaram mão de jagunços para intimidar as famílias.

A partir do conflito, o Estado - através da Secretaria da Justiça e do Instituto de Assuntos Fundiários - conseguiu judicialmente o seqüestro da área (MEDICI, 1989). De acordo com Veiga (1990, p. 40):

Nem sei se os trabalhadores pensavam em comemorar a Abolição da Escravatura, mas o fato é que escolheram a madrugada de 13 de maio de 1984 para uma nova ocupação, desta vez bem melhor organizada. Mais de duzentas famílias acamparam em uma das áreas griladas. Apesar de surpreendidos com a iniciativa, pudemos agir com rapidez. A procuradoria Geral do Estado entrou com medida cautelar contra Tupã Borges e seis herdeiros do velho Vicenzi, requerendo liminarmente o seqüestro de três mil hectares. Em magnífica decisão o juiz de direito Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior deferiu o seqüestro depositando a área em nossas mãos.

Este foi o início do processo de assentamento da chamada Pirituba II, como ficaram conhecidas as porções da Fazenda Pirituba que foram sendo destinadas ao assentamento das famílias sem terra. A cada nova área conquistada para o assentamento foram correspondendo algarismos arábicos: Área 1, Área 2 e assim por diante. Os algarismos romanos distinguem, portanto, aqueles que são conhecidos como "lotistas", os primeiros beneficiários da Lei de Revisão Agrária - que são da "Pirituba I" - dos assentados nas áreas que haviam sido griladas - "Pirituba II".

A ocupação da área e o assentamento das primeiras famílias tiveram início justamente na porção da fazenda que correspondia à dos chamados boiadeiros, herdeiros e beneficiários de Lino Vicenzi, que continuaram na terra por mais de 20 anos após Lino ter sido indenizado pelo Governo Carvalho Pinto.

Esta porção da fazenda não foi tocada no momento da implantação do loteamento pelo engenheiro agrônomo Campolim de Almeida. Foi, portanto, a primeira a ser reivindicada pelos camponeses organizados.

Posteriormente, as outras áreas griladas da fazenda, as dos chamados Holandeses e Batagins (que não ocupavam anteriormente a área e, portanto, adquiriram a terra no processo de loteamento) passaram também a ser reivindicadas, sucedendo-se assim as diferentes áreas de assentamento na Fazenda Pirituba:

[...] foi criado um grupo para regularização da Fazenda Pirituba [no Governo Montoro] e aí com esse parecer dizia o seguinte, a Procuradoria: que aquelas pessoas que fizeram o contrato, fizeram tudo certinho, tal, não deveriam ser punidas em virtude de uma ação fraudulenta do Estado, dos seus servidores, não deveriam ser penalizados por causa disso e aqueles que não se enquadrassem deveria haver a rescisão contratual e a retomada do imóvel para o Estado novamente. Aqueles que cumpriram tudo certinho deveriam ser titulados e a entrega de contrato de compromisso de compra e venda e ser feita escritura definitiva deles. Então aí foram feitas algumas titulações depois desse trabalho, e aí ficou aqueles chamados irregulares, que aí vêm se arrastando até hoje que a gente está tentando regularizar a situação dos lotes que foram colonizados [...] na década de 80 começa a questão da luta dos sem terra, ainda não era o MST, não é? Núcleos isolados, mais o movimento sindical, o pessoal da Igreja que faziam, fizeram acampamento, fizeram a ocupação na década 80, em 84 e aí já na área dos boiadeiros... eram os fazendeiros que tinham gado e tinham grandes áreas, essas áreas o processo estava correndo, judicialmente do Estado para despejar eles, a ação estava na justiça, o pessoal [os camponeses organizados] ocupa essas áreas, ocupam, entram e saem três vezes e na terceira vez aí é feita uma discussão já na mudança de governo também do Montoro, então foi criado um grupo de trabalho, uma comissão de negociação de pessoal, e foi feito um seqüestro judicial, foi feita uma proposta inovadora, nunca tinha se feito isso no meio jurídico, mas existe a figura, que fala o seguinte: como a área estava em disputa judicial, se o Estado tinha razão ou não tinha, tinha um litígio, risco de vida, de confronto, então o Estado deveria fazer uma intervenção. E essa intervenção seria o seguinte: chamado 'seqüestro judicial' entrava na justiça e pedia que daquela área fossem despejados os boiadeiros e ficasse na mão do Estado, porque o Estado é idôneo, tal, tal, tinha condição de fazer, e nesse seqüestro foi proposto um plano de administração na área e nesse plano previa o assentamento dessas famílias que estavam ocupando a área, aí começa todo o processo da nova fase dos assentamentos aqui, um plano de valorização das terras públicas, da Lei 4957, isso, começa pelo Montoro nessas áreas dos boiadeiros, que aí com esse seqüestro são despejados os boiadeiros e aí na seqüência se começa a desenvolver o plano de assentamento [...]

Uma parte foi titulada, uma parte desses agrupamentos que eram os Holandeses e os Batagins, que formaram agrupamentos, estes foram rescindidos juridicamente no Estado, devido à ocupação da terra, a luta, porque foram feitos vários lotes mas eles formaram uma, um agrupamento, uma fazenda dentro da fazenda, que eram vários lotes familiares e ficou numa única unidade, só que estavam usando o nome de várias pessoas para fazer isso... eles usaram uma forma de burlar a legislação e na prática sendo uma outra coisa, isso que foi apurado na própria sindicância, na CPI, tudo, inclusive isso resultou na rescisão judicial desses contratos [...] e essas áreas viraram a continuação dos assentamentos, porque como voltou para o Patrimônio Público... começou nos boiadeiros que não tinha sido colonizado, que não tinha feito contrato de compromisso e depois continuou nessas áreas de arrecadação que tem o pessoal que continua na pressão para a arrecadação desses lotes aí...⁷

⁷ Entrevista realizada em outubro de 2004 com o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa, presidente do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba.

O seqüestro da área, conquistado na gestão Montoro - e reflexo da atuação do recém criado Instituto de Assuntos Fundiários - foi buscado e efetivado a partir da ocupação das terras da Fazenda Pirituba pelos camponeses organizados.

Esse seqüestro foi, portanto, o primeiro passo jurídico na direção do assentamento das famílias sem terra após a ocupação da área. Ele significou colocar em questão o sentido da terra e a recuperação do significado da Lei de Revisão Agrária.

Percebe-se claramente que a ação do Estado - evidentemente que em uma gestão na qual a questão agrária era entendida como "*uma questão*" - só foi efetivada a partir e a reboque do movimento camponês organizado.

O Instituto de Assuntos Fundiários criou, em 1983, após a ocupação da área por famílias sem terra e depois de elas terem sido expulsas, uma Comissão Intermunicipal de Regularização da Fazenda Pirituba:

[...] Em novembro de 83 é formada a "Comissão Intermunicipal de Regularização da Fazenda Pirituba", formada por representantes dos Sem Terra, das prefeituras, Câmaras e sindicatos de trabalhadores rurais de Itaberá, Itapeva e Itararé, e dos "lotistas" assentados em Pirituba em 73. O objetivo da comissão é o de conseguir recuperar os 4 mil hectares da Fazenda Pirituba e o assentamento, ali, de trabalhadores rurais sem terra da região.

As reuniões da comissão conseguiam reunir mais de 500 pessoas, muitas vindas até do Paraná. Essas reuniões renderam mais frutos no tocante à organização dos sem-terra do que à efetiva atuação do Estado. Após meses de visitas e reivindicações aos órgãos do governo, principalmente à Secretaria da Justiça (junto à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário de S.P. - PPI), a comissão decide pela sua própria extinção, cansada das gestões infrutíferas.

E, na madrugada de 13 de maio de 1984, mil e duzentas pessoas (250 famílias) juntaram suas "traíás", subiram em caminhões e desceram nas terras da Pirituba. Desceram desta vez para ficar. Os grileiros não conseguiram nem pedir na justiça o despejo, pois não conseguiram citar tantos ocupantes. A Secretaria da Justiça, com o auxílio do Instituto de Assuntos Fundiários, entrou com o pedido de "seqüestro" da área. O juiz de Itapeva transferiu, então, a guarda da gleba para a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento. Foi uma grande vitória jurídica, coisa inédita. (ABRA, 1985, p. 62-3)

A extinção da Comissão deu-se também em função da participação de membros, vereadores, que defendiam os interesses dos grileiros (FERNANDES, 1996). Entretanto, ela se tornou um importante espaço de socialização política.

É importante destacar que na primeira ocupação da área, em 1981, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda não estava constituído nacionalmente; o primeiro grupo que ocupou a Fazenda, em 1981, era um daqueles que mais tarde veio a constituir o MST:

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações dos trabalhadores sem terra que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. (FERNANDES, 1999, p. 38)

O grupo formado na Pirituba, a partir dos camponeses organizados, foi um dos primeiros, a dar origem e integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em São Paulo.

A consolidação do grupo – tendo como marco a grande ocupação de 1984 – deu-se tanto por meio da experiência política vivenciada na participação na Comissão Intermunicipal de Regularização da Fazenda Pirituba, como pela assessoria dada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pelos demais trabalhadores organizados, conforme atestou o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa no depoimento anteriormente citado e, conforme Fernandes:

Além da experiência da participação na Comissão, os trabalhadores também tiveram o apoio da CPT e de outros trabalhadores sem-terra que articulavam a luta pela terra no estado. Nas reuniões eles relatavam e discutiam as várias experiências de

ocupações de outros movimentos de trabalhadores sem-terra que aconteciam em São Paulo e também em outros estados. (FERNANDES, 1996, p. 116)

A conquista da área dos chamados “boiadeiros” foi, portanto, fruto da luta pela terra dos camponeses organizados que, pressionando o Estado, acabaram por conseguir o seqüestro da área e garantir o acesso à terra:

O juiz de Itapeva transferiu então a guarda da gleba para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Com esse ato, foi recuperada pelo Estado mais uma parte das terras da Fazenda Pirituba, que em seguida foi entregue aos trabalhadores para utilização mediante plano de exploração em caráter provisório. (MEDICI, 1989, p. 99)

Tem início aí as “Áreas 1 e 2 da Pirituba II”, o primeiro assentamento realizado na Fazenda Pirituba, fruto do movimento camponês organizado. Entretanto, nem todas as famílias que participaram da ocupação da terra puderam ser assentadas:

... as 250 famílias começaram a planejar a produção e concluíram, pelas informações técnicas, que a extensão e a qualidade das terras só permitiriam a permanência de 180 famílias. Formou-se então uma comissão eleita para selecionar os que deveriam ficar, sob critérios definidos em votação, por unanimidade: trabalhadores rurais sem terra, sem renda regular, e casados. (ABRA, 1985, p. 63)

A cada uma das famílias coube um lote de aproximadamente 15 hectares destinado ao cultivo, e outro de cerca de dois hectares destinado à moradia e ao “quintal”, que ficava ao encargo da própria família (MEDICI, 1989).

A área dos lotes de “produção” era gerida em conjunto pelos trabalhadores sob a orientação do agrônomo que os acompanhara durante todo o percurso:

Em princípio, cada assentado ficou responsável pelo equivalente a um lote, dentro dos grupos que foram formados entre eles, e esta responsabilidade passou a significar a execução, em conjunto com seus familiares, dos tratos culturais e demais tarefas não mecanizadas numa determinada área física. Em relação à utilização das máquinas, foram formadas comissões de tratoristas e manutenção; com a necessidade de controle do “barracão” (depósito, almoxarifado, armazém) e com a necessidade de que o presidente da associação viesse a se dedicar à administração, mais duas pessoas passaram a desempenhar tarefas específicas e especializadas. Com isto, os grupos que possuíam membros desempenhando estas tarefas especializadas e para todos, ficaram responsáveis por realizar, em mutirão, as tarefas de caráter individual nos lotes de responsabilidade destes membros. (MEDICI, 1989, p. 100-1)

Após o primeiro ano agrícola, a área conquistada pelas famílias foi subdividida em duas partes, de tal modo que a grande distância física de toda a parcela fosse

superada, não inviabilizando a organização das famílias. A partir de então é que receberam as denominações Área 1 e Área 2, da Pirituba II⁸ (MEDICI, 1989).

A partir desta conquista, outras se seguiram. Os camponeses passaram a se organizar para reivindicar as outras áreas da fazenda que estavam nas mãos de grileiros: as dos Holandeses e dos Batagins, que como foi visto: *“formaram agrupamentos... foram feitos vários lotes mas eles formaram uma... fazenda dentro da fazenda, que eram vários lotes familiares e ficou numa única unidade, só que estavam usando o nome de várias pessoas para fazer isso”*⁹.

A listagem com os nomes dos primeiros compromissários de compra e venda dos lotes - no loteamento conduzido pelo engenheiro agrônomo Campolim de Almeida - que foram arrecadados judicialmente para fins de projeto de assentamento revela, de maneira inequívoca, a existência desses agrupamentos (Batagins e “Holandeses”), como é possível notar nos “sobrenomes” na Tabela 7, a seguir.

No Mapa 16 é possível observar as áreas – os agrupamentos - a que correspondiam os lotes dos Batagins e dos Holandeses.

Em fevereiro de 1986 um grupo de 300 famílias ocupou novamente a Fazenda Pirituba, com o objetivo de resgatar as terras e serem assentadas nas áreas correspondentes aos agrupamentos dos grileiros (Holandeses e Batagins):

Foi fazendo as áreas conforme a gente foi arrecadando novamente para o Estado... uma parte foi titulada¹⁰ e uma parte desses agrupamentos que eram dos Holandeses e dos Batagins, foi rescindida juridicamente no Estado, devido à ocupação da terra, a luta [...] era o agrupamento dos Holandeses e dos Batagins... eles usaram uma forma de burlar a legislação e na prática sendo uma outra coisa, isso que foi apurado na própria sindicância, na CPI, tudo, inclusive isso resultou na rescisão judicial desses contratos, foi por esse motivo [...] e essas áreas viraram a continuação dos

⁸ De acordo com Ribeiro (2002, p. 78): “Dividiram-se as terras arrecadadas em duas áreas (área 1 com 2.511 ha e área 2 com 1.341 ha), nas quais foram assentadas 180 famílias”.

⁹ Depoimento do engenheiro agrônomo Francisco Feitosa, Presidente do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba.

¹⁰ A parte titulada foi a dos “lotistas”, ou seja, dos camponeses que viviam na Fazenda Pirituba e adquiriram o seu lote de terra através da Lei de Revisão Agrária no processo de loteamento da década de 70, coordenado por Campolim de Almeida. Através da criação do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba, as famílias que haviam feito o contrato de compromisso de compra e venda com o Estado, nos moldes da Lei de Revisão Agrária, e que continuavam na terra obedecendo os itens do contrato, tiveram seus lotes titulados.

assentamentos, porque voltou para o Patrimônio Público [...] começou nos boiadeiros que não tinha sido colonizado, que não tinha feito contrato de compromisso e depois continuou nessas áreas de arrecadação que tem o pessoal que continua na pressão para a arrecadação desses lotes aí que são destinados para Pirituba II, que são os assentamentos¹¹.

Tabela 5. Lotes Arrecadados Judicialmente para Fins de Projeto de Assentamento

Nº do Lote	Nome do Réu
09	João Pacheco
10	Luiz Benedetti Filho
71	Osório Batagin
72	Joel Batagin
73	Romeu Batagin
74	Augusto Batagin
75	Osmar Batagin
76	Fernando Batagin
77	Eryvelto Derly Batagin
78	Jair Batagin
89	Bento Lélío Zambon
93	Pedro de Melo Costa
101	Oswaldo Bellato
106	Jorge Marcelino de Oliveira
143	Norio Shiomi
145	Eurico de Souza
146	Lucas Rabbers
147	José Rodrigues dos Santos
149	Roelaf Rabbers
151	Sebastião Cândido Prestes de Oliveira
152	Lucas Salomans
153	Ubel Salomans
154	Hendrik Salomans
155	Dowe Hendrik Groenwold
156	Jan Albertus Rabbers
157	Francisco Menino dos Santos
158	Sinus Harmannus Loman
159	Hendrik Angel Loman
171	José Claudio Freire
172	Belarmino Lourenço Gil
174	Foppe Dijkstra
175	Teunis Groenwold Filho
177	Henderikus Jan Borg
178	Kornellis Albert Borg
179	Harm Rabbers
180	Arthur Los

Fonte: SÃO PAULO (ESTADO). Instituto de Terras de São Paulo. s.d. mimeo.

¹¹ Entrevista realizada com o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa, presidente do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba.

Como foi visto, desde a vivência do processo de expulsão para introdução desses grupos grileiros, os camponeses sabiam da ilegitimidade da permanência deles nas terras da Pirituba. Este era, portanto, o eixo de legitimidade para a ocupação dessas terras e para a reivindicação das mesmas pelos camponeses.

Neste sentido, é possível observar no Mapa 16, tanto a resistência camponesa nestas terras, dos camponeses que permaneceram durante todo o processo de grilagem (lotes em vermelho), quanto a territorialização da luta pela terra, representada no mapa nas diferentes cores de cada um dos assentamentos. Nota-se que as cores se sobrepõem às hachuras, indicando a territorialização da luta pela terra sobre as áreas que outrora foram griladas.

O grupo de famílias que ocupou a Fazenda em 1986 foi formado, também, por parte daquelas que não puderam ser assentadas no primeiro momento, nas parcelas correspondentes às áreas 1 e 2.

Isto significa que a continuação dos sucessivos grupos que se formaram para ocupar a fazenda deu-se por meio de um fio condutor que é a relação de parentesco e/ou de vizinhança dos novos membros de cada grupo com o primeiro, que remonta ao processo de expulsão destes camponeses quando do loteamento levado a cabo por Campolim, ou, mais do que isto, remonta à resistência na terra desde a década de 50, quando Lino Vicenzi tentou coibir a continuidade dos cultivos dos camponeses-rendeiros.

A partir desta ocupação de 1986 é que teve início a formação da Área 3¹² na Fazenda Pirituba:

Cerca de 300 famílias ocuparam a área, até aquela data dos Batagin e dos Bergamini. Reivindicavam a realização de um assentamento. Após vários despejos judiciais, o grupo diminuiu, mas não se deu por vencido e permaneceu acampado nas imediações da Fazenda. Finalmente, em dezembro de 1986, quando a sentença foi favorável ao Estado, as 106 famílias restantes foram assentadas, ainda de forma emergencial, numa área de 870 ha, dando origem à área 3 do P.A. Pirituba. (RIBEIRO, 2002, p. 78)

¹² Ver Fotografia 123.

Muito embora o processo de ocupação tenha sido iniciado em fevereiro de 1986, e no mesmo ano, em dezembro, as famílias tivessem conquistado a permanência na terra de forma “emergencial”, apenas em 1996 é que “saiu a área definitiva, ou seja, se completou o módulo de 17 hectares para cada família” (COSTA, 2001, p. 54).

A não divisão da área emergencial entre as famílias foi uma opção para que o grupo não se dissolvesse e continuasse a luta pela terra, de acordo com um dos camponeses assentados, entrevistado por Costa (2001, p. 54-5):

Nós criamos o emergencial, um pequeno pedaço de terra para cada família, então nesse período houve uma mudança na organização, os grupos continuaram a luta pela terra, e ao mesmo tempo produziam no pedaço de terra que tinha, isso exigiu muito mais das famílias se organizarem. (...) Foi tudo coletivo na primeira área, não tinha como dividir a terra porque aí enfraquecia a luta para conquistar mais área. (...) Era meio acampamento, meio assentamento, interessante esse período da história. E nós como era o terceiro grupo que estava ocupando aqui a gente ficava muito na cópia, copiando como a (área) 1 fez, como que a (área) 2 fez para organizar a produção.

Cerca de dois anos e meio após o Grupo da Área 3 ter sido assentado em caráter emergencial, um novo grupo organizou-se, reivindicando outra porção da área grilada da Fazenda Pirituba. Como nos casos anteriores, este grupo também foi formado por parentes de camponeses assentados, reiterando a explicação aqui proposta de que os laços de parentesco são também o fio condutor na luta pela terra, além da legitimidade construída a partir da lógica camponesa de “quem tem direito à terra”, especialmente na vivência da Fazenda Pirituba.

A história de Pirituba II – Área 4 teve início em 1989, quando um grupo de 150 pessoas, constituído por filhos e parentes de trabalhadores já assentados, começou a se reunir e discutir sobre a necessidade da conquista de mais terras.

Articulados com a Assessoria do Movimento dos Sem-Terra, os trabalhadores fizeram a primeira ocupação em outubro desse ano, na área dos holandeses (lote 156), onde permaneceram somente por 12 dias, sendo obrigados a sair através da liminar de despejo obtida pelos holandeses. O grupo foi acampar próximo da margem da estrada que vai para a área I, no carreador do Pinus, aí ficando apenas 4 dias, devido a novas ameaças de despejo, desta vez por parte do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente, detentor da área. Os trabalhadores decidem então ficar acampados na beira do asfalto, na Rodovia Francisco Alves Negrão, km 311/312, onde permaneceram até março de 1990. (ANDRADE, 1993, p. 122)

Com a pressão camponesa, através das ocupações, passou a haver uma agilização por parte do Estado para que a nulidade dos contratos feitos com os “Holandeses” fosse ajuizada.

Os camponeses ocuparam um outro lote (também grilado), de número 153, mas permaneceram na área apenas por 25 dias quando foram expulsos por meio de uma liminar obtida pelos Holandeses:

Os trabalhadores, não tendo mais para onde irem, e decididos a resistir na sua luta pela terra, encontraram uma solução paliativa de acampar, provisoriamente, no lote de um assentado da área I, Sr. Geraldo Paula Rosa, com a sua devida permissão.

Após um período de três meses, o grupo resolveu dar um novo impulso na sua luta, desta vez recorrendo a uma outra tática: ocupar simultaneamente duas áreas diferentes, os lotes 160 e 157. Estes lotes, de posse dos holandeses, se encontravam em tramitação judicial no Fórum de Itapeva. (ANDRADE, 1993, p. 122)

Entretanto, de um dos lotes, o de nº 160, foram expulsos rapidamente, três dias depois de o terem ocupado. Foram todos para o lote 157 e houve um conflito com os jagunços dos Holandeses, que procuravam intimidar os camponeses na tentativa de que saíssem da área.

Em uma das ocupações, as famílias plantaram cerca de 12 alqueires de feijão, tornando as terras produtivas e, no entanto, esse feijão foi vendido pelos “proprietários” da terra, posto que os camponeses foram expulsos antes que pudessem colhê-lo (RIBEIRO, 2002, p. 79).

Em uma das situações de conflito com os grileiros:

Os trabalhadores conseguiram capturar um dos holandeses, mantendo-o como refém por algumas horas no acampamento e chamando a atenção das autoridades públicas e da população como um todo. Esta ação teve como resultado a suspensão da liminar de despejo do lote 160 por 15 dias. Nesse período, a Comissão de Negociação dos Trabalhadores sem-terra, em audiência com o Governador Fleury, obteve um comprometimento de solicitação do seqüestro da área correspondente ao lote 160. (ANDRADE, 1993, p. 122)

Entretanto, o pedido de seqüestro demorou praticamente três meses para chegar em Itapeva e o grupo foi despejado novamente do lote 160, transferindo-se então para o lote 157, do qual também acabaram sendo despejados e voltaram a acampar na Rodovia Francisco Alves Negrão.

Apenas em fevereiro de 1991 saiu a decisão judicial favorável ao Estado e foi concedido o pedido de seqüestro de dois lotes que, juntos, somavam cerca de 100 hectares:

Nessa data, o DAF repassou estas terras para os trabalhadores acampados, autorizando a exploração agropecuária, mas não permitindo fixarem residência, de acordo com as decisões do juiz. Assim, em caráter emergencial as 45 famílias receberam uma área equivalente a 2,52 ha por família, para atividade agrícola e voltaram a se estabelecer no lote do Sr. Geraldo, do Assentamento Pirituba II – Área 1, onde construíram seus barracos em caráter provisório. (ANDRADE, 1993, p. 123)

A situação desses camponeses só veio a ficar mais consolidada a partir de agosto de 1993, quando então receberam mais 88 hectares de terra (somados aos 200 anteriores) e outras parcelas de terra que foram sendo liberadas até que fosse integralizada a área total do assentamento, da chamada “Área 4” (RIBEIRO, 2002, p. 79).

Antes, ainda, que a área 4 estivesse consolidada, começou a ser formado um outro grupo, em 1992, que reivindicava seu assentamento na Fazenda Pirituba. Nesse grupo, como em todos os anteriores, a relação de parentesco foi o eixo condutor da organização e da luta pela terra:

... em 28 de abril de 1992, inicia-se um movimento, em que um grupo – constituído por filhos e parentes de trabalhadores assentados das áreas 1, 2, 3 e famílias que não foram assentadas na área 4 – começou a discutir sobre a necessidade da conquista de mais terras. Realizaram ocupações e foram despejados por duas vezes. Permaneceram acampados por três meses em uma rodovia vicinal, mas com a experiência acumulada de luta essas famílias conseguiram resolver sua situação em menos tempo e sem mortes. Fizeram uma terceira e definitiva ocupação e em um mês estava concretizado, em 520 ha, o assentamento emergencial área 5, hoje definitivo. (RIBEIRO, 2002, p. 79-80)

Após o grupo da Área 5, um novo grupo formou-se ainda na Fazenda Pirituba, o da chamada Área 6, que até agora permanece em caráter emergencial:

*... porque as famílias estão usando um pedaço de terra e não tem um lote completo para cada família, precisa arrecadar mais área, então, enquanto se arrecada mais área eles ficam em situação emergencial...*¹³

¹³ Entrevista com o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa, Presidente do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba, realizada em outubro de 2004.

Esse grupo foi formado a partir de julho de 1996, quando uma nova área da Fazenda “foi liberada e destinada às famílias que fizeram parte da luta” (RIBEIRO, 2002, p. 80).

De acordo com (FERNANDES, 1996, p. 156-7):

... Nesses quinze anos (1981-1996), os seis grupos conquistaram 6500 ha da Fazenda Pirituba, finalizando o processo de territorialização da conquista da terra. O remanescente da área da Pirituba é constituído por reservas, mananciais e terras de pequenos proprietários.

Há que se considerar, no entanto, que o processo de territorialização da conquista da terra começa bem antes da década de 80. Esse processo de territorialização teve início com a Lei de Revisão Agrária, foi ela o respaldo para a luta camponesa de permanência na Fazenda e, mais tarde, de retorno.

Não só o processo de territorialização é anterior à década de 80, como também a luta pela terra, como procurei mostrar.

Em um primeiro momento Fernandes (1996, p. 116), em citação anteriormente apresentada, mostra a constituição do grupo a partir da experiência na Comissão Intermunicipal de Regularização da Fazenda Pirituba e do apoio da CPT.

Entretanto, posteriormente, ao abordar a Formação e a Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, e, especificamente a Fazenda Pirituba, Fernandes afirma que:

Essas terras haviam sido repassadas, em 1950, ao governo estadual como pagamento de dívidas hipotecárias. Nessa época o governo arrendou as terras à grandes arrendatários, que por meio de processos judiciais pretendiam se apropriar da Pirituba. Em 1981, os sem-terra fizeram a primeira ocupação. Foram despejados pela polícia militar e pelos jagunços dos grandes arrendatários. Com as eleições de 1982 que resultou na mudança política do governo estadual, criou-se um novo cenário para a questão agrária do estado de São Paulo. José Gomes da Silva assumiu a Secretaria da Agricultura e implantou um projeto de regularização fundiária. (FERNANDES, 1999, p. 56, grifo nosso)

Ocorre que, como o próprio autor mostrou em trabalho anterior (Fernandes, 1996), o Movimento não estava constituído no estado de São Paulo ainda em 1981, ou seja, os “sem-terra” com esta identidade, ainda não existiam enquanto grupo.

Além disso, o grupo surge do interior da fazenda, e não da “região”, ou seja, a partir de *fora*, e isto é fundamental na compreensão deste processo de luta pela terra.

De qualquer forma, mesmo antes da Lei de Revisão Agrária, os camponeses organizados conseguiram permanecer na terra, resistindo às tentativas de expulsão desde a época de Lino Vicenzi, ou seja, desde a década de 50. Isso significa, como foi apontado anteriormente, que a própria destinação da Fazenda à implantação da Lei de Revisão Agrária não era fortuita, era sim fruto da ação camponesa que já se manifestava (em uma área pública) antes da proposição da Lei.

O gérmen do processo de territorialização é, portanto, antiqüíssimo, e sua primeira manifestação foi a resistência camponesa dentro da própria área, resistência esta que se transmutou em luta pela terra e que, portanto, perdura na área há meio século e tem sido transmitida pelas gerações.

A transmissão da luta pela terra através das gerações é de fundamental importância para a compreensão da ação organizada do campesinato. Esta luta tem, sem dúvida, suas raízes na história do campesinato brasileiro, em sua longa trajetória de luta pela terra.

Há, na Fazenda Pirituba, uma ligação bastante estreita entre os sitiantes (chamados de lotistas, ou seja, aqueles que foram beneficiados com o lote pela Lei de Revisão Agrária) e os assentados.

A relação estabelecida entre os assentados e os “lotistas”, os primeiros camponeses-sitiantes da Fazenda Pirituba, não é estanque, nem estranha, e tampouco separada. Ao contrário, eles estão ligados pelos laços de parentesco e pelos antigos laços de vizinhança. Há, portanto, na fala dos camponeses mais antigos da fazenda, uma intimidade e familiaridade ao se referirem às áreas 1, ou 2 ou 3 etc.

O próprio senhor Antonio Belo, o camponês interlocutor deste capítulo, tem um filho (e a família que este constituiu) que vive com ele em sua propriedade e um outro filho e alguns sobrinhos assentados na área 2.

Assim, a luta e a indignação para com os grileiros, sejam eles os boiadeiros, os Holandeses ou os Batagins, não foi, e não é, uma luta que teve início no âmbito do Movimento na década de 80, mesmo porque o movimento dos camponeses organizados nasce da luta de resistência daqueles que foram expulsos.

Assim, a luta é também daqueles que permaneceram na terra, que tiveram seus filhos e sobrinhos diretamente envolvidos com o Movimento (antes e após a configuração do MST como um movimento de âmbito nacional), de tal sorte que pudessem reverter o quadro vivenciado por seus pais, tios e avós.

Desta forma, a indignação do camponês-proprietário - que se tornou proprietário através da Lei de Revisão Agrária no assentamento realizado na década de 70 - transmutou-se.

O camponês entrevistado vivenciou a não continuidade de seu irmão na terra por ter sido preterido no processo levado a cabo por Campolim de Almeida, e ainda, pelo mesmo motivo, viu a impossibilidade de seu filho, que resvalava a idade adulta, de poder almejar também ser assentado nas terras onde nasceu.

Esta indignação transforma-se em satisfação a partir da reversão deste quadro, quando seus filhos e sobrinhos conseguem sua parcela através da luta pela terra, por meio da participação no processo de gestão do Movimento Social, a partir de sua própria organização.

Assim é que há uma relação muitíssimo estreita entre as famílias dos sitiantes-“lotistas” e boa parte daquelas que foram assentadas.

A sociabilidade típica camponesa na Fazenda Pirituba é ainda anterior à cessão destas terras a Lino Vicenzi. A enormidade da área possibilitou a formação de mais do que um bairro rural dentro da própria fazenda¹⁴, antes ainda do “assentamento” das famílias através da Lei de Revisão Agrária na década de 70.

¹⁴ Os limites entre os bairros rurais são dados em função da distância dos sítios, ou das moradas, em relação ao núcleo onde se desenvolvem as práticas sociais coletivas. Este está em uma posição relativamente central em relação às “bordas” do bairro, de tal sorte que o acesso a ele esteja em uma distância acessível aos diversos

A maneira como o camponês se refere ao passado, ilustrando sua fala com as referências aos bairros, é elucidativa:

... eu morava lá no Amarelo [Bairro Água Amarela], então eu plantava ali no Zé Bezerra, tem o Tonhão gordo ali, eu plantava ali, ou eu vinha de lá, ou eu vinha plantar aqui.

O camponês faz referência ao bairro rural em que morava antes do loteamento da década de 70, ou seja, a constituição dos bairros rurais dentro da Fazenda Pirituba foi anterior ao processo de implantação da Lei de Revisão Agrária.

Como se vê, a casa do camponês, após ter sido realizado o loteamento, “foi deslocada” de bairro dentro da Fazenda; já a sua roça estava em locais diferentes¹⁵, um dos quais corresponde à área onde mora hoje.

A referência a outros bairros dentro da Fazenda Pirituba aparece na fala do camponês quando se refere, por exemplo, ao local onde conheceu sua esposa: “*conheci ela aqui no Bairro dos Aquino*”. Aquino é o sobrenome de uma das famílias camponesas da Fazenda Pirituba, que dá nome ao bairro rural que congrega boa parte de seu núcleo familiar.

Essa sociabilidade, que se territorializa, tem seus marcos e locais privilegiados de vivência comum, como por exemplo, a Igreja e o campo de futebol¹⁶, como é possível verificar nas fotografias 125 e 126.

Os bairros rurais, dentro da Fazenda Pirituba, são conhecidos e reconhecidos pela população do entorno, como fica expresso na fala do engenheiro agrônomo Francisco Feitosa:

... aqui é o núcleo do Bairro Água Amarela, é um bairrinho, ali é Água Azul, aqui é Água Amarela... [Por que este nome?] Por causa das minas de água, algum minério que dá água meio amarelada. Aqui para baixo já é Água da Pólvora... ali é o campo de futebol, um nucleozinho, então um dos lotistas pegou e cedeu para botar a

sítios. O núcleo é, portanto, estabelecido na prática social e não anterior a ela. A este respeito ver Candido (1987), Müller (1946), Queiroz (1967) e Castro Oliveira (1991).

¹⁵ Como foi visto, os camponeses-rendeiros da Fazenda Pirituba tinham uma prática de cultivo que se assemelha à de camponeses posseiros, cujas roças, em geral, não são contíguas.

¹⁶ A este respeito ver Bombardi (2004a e b).

Igrejinha, botar uma venda, botar o campo de futebol... aí o pessoal faz torneio de final de semana junto, o pessoal vem na venda, junta o pessoal, faz celebração...

Uma boa parte das famílias camponesas que já estava na Fazenda Pirituba e que não foi excluída no processo de loteamento dirigido por Campolim de Almeida permanece em sua terra.

A média de tamanho das áreas dos lotes implantados na Fazenda¹⁷ é de 40 alqueires, ou seja, cerca de 96 hectares.

Ao longo desses 40 anos os camponeses têm se dedicado, quase exclusivamente, ao cultivo de cereais, em especial o feijão, como cultura principal para comercialização:

Ah, eu colhia, eu plantava milho, eu plantava bastante milho para engordar o porco, pagava a prestação, quando eu terminava de pagar o banco, pagava a prestação, daí eu estava sossegado, aí o dinheiro era meu, daí eu vendia o resto, vendia feijão, plantava feijão da seca, pagava e ainda sobrava um pouquinho de dinheiro. Mas não era assim sobrar um punhadão, mas já valia! Já valia. Aquela época você comprava uma vaca boa, de leite, por 10 merréis. Então tinha valor!¹⁸

O camponês, nesse trecho do depoimento, está se referindo ao período em que pagou as prestações do sítio. É de se notar que ele usa a expressão “estava sossegado” para definir o momento posterior ao pagamento do empréstimo obtido junto ao banco, nos sucessivos anos. Sua fala revela o sentimento de “prisão” que o atava ao banco, já que só estava “sossegado” após estar livre deste, após ter se livrado desse “compromisso”, dessa subordinação. Tão forte é o significado dessa subordinação, que o dinheiro do banco era prioritário, mesmo com relação ao pagamento da prestação do lote. Diz ele: “daí o dinheiro era meu”; ou seja, era como se o dinheiro não pertencesse a ele enquanto o banco não fosse pago, o dinheiro pertencia ao banco.

Com relação aos cultivos, nota-se que a cultura comercial prioritária era o feijão, cultivado duas vezes no ano: “plantava o feijão da seca”; está implícito em sua fala que o principal era o feijão das águas. A cultura do milho, como se vê, aparece na fala do camponês atrelada à criação de porcos, à engorda do porco.

¹⁷ Refiro-me à “Pirituba I”, ou seja, ao loteamento implantado na década de 70.

¹⁸ Entrevista com o sr. Antonio Belo, realizada em outubro de 2004.

Tal como se viu nos casos de Marília, Jaú e Meridiano, em Itapeva também as culturas comerciais eram os grãos, especialmente o feijão, o milho e o arroz. Todos eles eram em parte consumidos dentro da própria unidade: o arroz e o feijão como a “comida” em oposição à “mistura”, que era parcialmente obtida através da carne de porco “engordada” com o milho¹⁹.

Além desses cultivos, por um período os camponeses de Itapeva também cultivaram algodão, assim como os camponeses dos demais assentamentos.

Com o passar dos anos os sitiantes introduziram também os cultivos da soja e do trigo, tão usuais nessa região, o que corrobora a visão de que a escolha dos cultivos é fruto da troca de informações que extrapola o bairro rural, embora só seja acessada através de sua teia de relações.

Diferentemente dos casos abordados anteriormente (Marília, Jaú e Meridiano), uma parte significativa das famílias permaneceu em seus lotes. Tal permanência está associada a dois principais fatores. O primeiro é o tamanho dos lotes, com cerca de 100 hectares, o que os diferencia muito dos lotes dos assentamentos de Jaú, Marília e Meridiano, sendo os de Itapeva, em média, até 10 vezes maiores do que os demais. Desta forma, mesmo dedicando-se à cultura de cereais, o resultado possível, tendo em vista a área maior, é bastante alterado. Ou seja, a produção obtida é significativamente maior do que aquela em que o tamanho do lote é bastante exíguo.

O segundo fator que deve ser considerado é a inserção das culturas do trigo e da soja, que intercaladas com as demais deram um incremento importante à renda camponesa.

Assim, além da inserção de culturas diferentes, que possibilitavam auferir uma renda da terra superior (se comparada ao feijão e ao arroz, por exemplo), estas culturas

¹⁹ A carne de porco, como já foi apontado, tinha (e em parte tem), nos sítios camponeses, outras destinações, com o uso da banha tanto para cozinhar quanto para a fabricação de sabão.

não eliminavam as já habituais, ou seja, os camponeses, além de colherem mais do que uma safra anual de grãos, o faziam (e o fazem) com culturas diferentes²⁰.

Os cultivos desenvolvidos pelos “lotistas” (Pirituba I), em grande medida, não se diferenciam daqueles produzidos pelos “assentados” (Pirituba II), o que revela a teia de relações existente entre os diferentes bairros rurais da Pirituba I e os assentamentos da Pirituba II.

Esta teia de relações é, como foi visto, fruto da própria (con)vivência na Fazenda, o que nos remete à questão do processo como se deu a luta pela terra nesta área.

Assim, as áreas conquistadas da Fazenda Pirituba são “crias” da luta camponesa, que tem início dentro dela. Configura-se, ao mesmo tempo, uma conquista e uma reconquista das áreas griladas. Esta reconquista tem um significado muito particular para esses camponeses, em alguns casos, um significado emblemático.

Um exemplo – também emblemático - desta conquista está na localização da Escola Técnica de Agricultura Familiar Pedro Pomar, justamente no local em que outrora foi a sede da “fazenda” dos Batagins, como se vê na Fotografia 124.

Assim, o local sede (e símbolo) dos grandes grileiros da Fazenda Pirituba é hoje apropriado pelos camponeses, usado para a formação de seus jovens, concebido como um local onde se dará a possibilidade da reprodução dessas famílias.

Esta escola é viabilizada através de um convênio entre o ITESP e o Centro Paula Souza. De acordo com o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa:

... criamos um curso que não existe ainda no Brasil que é o curso de Técnico em Agricultura Familiar... é a primeira escola onde o pessoal tem aula teórica aqui no Centro Paula Souza e a gente faz as aulas práticas no próprio sítio, a idéia é fazer com que eles sejam empreendedores, criando alternativa que é uma das preocupações nossas com a nova geração, com os jovens. Ai o ITESP reformou o prédio e adaptou para fazer a escola... e nós estamos com a primeira turma. É um curso modular, de três módulos: um módulo aqui de produção animal, um módulo de produção vegetal e um módulo de agroindústria, a nossa idéia é que esse jovem durante três anos

²⁰ Ver o cultivo do trigo e do feijão nas Fotografias 118, 119 e 120.

desenvolva um projeto econômico para explorar no próprio lote do assentamento... E se for agroindústria, ele vai sair formado como técnico responsável, então ele vai gerenciar uma agroindústria, produto artesanal tal, então ele vai ter como responsável um plano de origem, dentro da higiene, e aí como vereador a gente criou o Serviço de Inspeção Municipal no município e aprovamos um projeto de Lei regulamentando as agroindústrias familiares, para ter condição de estar saindo tudo legalizado com o rótulo... e os meninos, como eles vão ser técnicos, eles vão poder fazer projeto econômico... e tem que ter o ensino médio concluído ou pelo menos estar concluindo o ensino médio... Ficou [a escola] com o nome do Pedro Pomar, foi um dos militantes do Partido Comunista, assassinado na ditadura militar em São Paulo, só que ele tinha uma atuação na cultura comunista aqui na região e a gente foi descobrindo a história, aí a gente resolveu colocar o nome dele para homenagear ele... a gente re-aproveitou essa área para escola, que é uma alternativa para agricultura familiar, aqui está envolvendo todo mundo, os jovens, filhos dos assentados, ... estão montando uma associação da escola, uma ONG pra buscar recursos para ajudar a estruturar a escola... [Quem faz parte desse grupo?] Somos nós do ITESP na parte técnica, e mais os pais e os jovens.

Percebe-se, desta forma, que na Fazenda Pirituba a resistência camponesa não apenas perdura, como também se reproduz e se multiplica.

Essa resistência, que já tem meio século, frutificou nas gerações seguintes e incorporou também diversos grupos camponeses que viram na resistência dos primeiros a possibilidade da luta para terem acesso à terra.

Este é o exemplo cabal do processo complexo de como o campesinato se reproduz, um processo que não é linear e que só pode ser captado adentrando sua lógica.

Não é por acaso, portanto, que a “Festa dos 20 anos do MST” foi realizada na Fazenda Pirituba²¹; ela foi um dos locais em que o Movimento foi gestado em São Paulo²².

²¹ Ver as Fotografias 128, 129 e 130.

²² A realização da Festa na Fazenda Pirituba, ao mesmo tempo em que revela a importância da área enquanto um dos berços de nascimento do MST, põe em questão o símbolo do assentamento de “Sumaré” para o próprio Movimento já que, segundo Fernandes (1996, p. 136-7): “Das lutas analisadas no capítulo anterior, embora todas tenham contribuído para a formação do MST, as lutas da região de Araçatuba (Andradina) e especialmente as lutas da região de Campinas (Sumaré) foram as mais importantes no processo de formação do MST no Estado de São Paulo. Desde 1985/86, a referência do MST no estado eram as lutas desenvolvidas a partir da região de Campinas. Desde a luta do grupo I, que originou o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, esses trabalhadores participaram da organização do MST no plano nacional. Vários membros do grupo I estiveram presentes no I Encontro Nacional do MST (janeiro de 1984). Com a luta do grupo II, os trabalhadores participaram da

A luta pela terra na Fazenda Pirituba nos leva a afirmar, portanto, que a reivindicação do direito à terra através da Lei de Revisão Agrária foi um dos berços da constituição e consolidação das condições para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que indica que a importância da Lei sem dúvida extrapola a década de 60 e, mais do que isto, sua territorialização não está restrita ao âmbito dos assentamentos concretizados diretamente através da implantação da Lei de Revisão Agrária.

Este é o elo histórico que os camponeses construíram e que se pode identificar agora.

articulação estadual do Movimento e do Primeiro Congresso Nacional do MST (janeiro de 1985). Essas experiências fortaleceram o processo de formação do MST no Estado.”

PARTE III

LUTA DE CLASSE E REFORMA AGRÁRIA

6. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária

"Quando nós mudamos aqui era um administrador, a primeira vez ... depois vinha uns já eram mais carrascos, mais Lampião ... já andava assim de armado e tudo, na hora de receber renda tinha tudo isso, não é? Era mais assim, bagunçado. Mais jagunço."

D. Jandira – Faz. Jacilândia - Meridiano

"Aí a turma ficou cheia daquilo... fazendão dessa largado! Ninguém sabe direito, mas parece que pagaram para um morenã ir lá nas trilhas pinchar fogo no campo lá!"

Sr. Antonio Belo – Faz. Pirituba - Itapeva

"E essa reforma que o Governo quer fazer agora? Não é assim que ele quer fazer? Lotear as terras para o pessoal que não tem terra? Mas se o governo conseguisse fazer isso, ia acabar a fome do mundo!... Porque todo mundo ia plantar e ia colher!... Tem muita gente que está para a cidade porque não tem terra para trabalhar."

D. Cida – Faz. do Estado (Faz. Sta Helena) - Marília

"Nós estamos presos no meio da área dele. Só nós aqui presos. Ele é vizinho aqui, vizinho na cabeceira, vizinho de lado aqui. Todos os anos ele quer comprar. E todos os anos ele mexe comigo e eu vou levando, falei: Mas eu estou criando o neto, as netas."

"Tudo aqui. Graças a Deus!"

Sr. Sebastião e D. Tereza – Bairro Revisão Agrária - Jaú

"... Se não tivesse aberto a Reforma aqui, isso aqui agora era tudo pasto, porque aqui tudo era fazenda de café ..."

D. Yolanda – Bairro Reforma Agrária – Campinas

"E eu cheguei aqui, parecia o Norte! Ninguém tinha patrão! Eu falei: 'Aqui é ajeitado! Eu vou ficar por aqui'."

"O Estado foi abandonando e aquele povo foi assim invadindo, tipo sem-terra, quando eu vejo assim, eu falo: 'Eu também fui sem-terra'. E eu falo mesmo que eu fui sem-terra porque eu nunca recebi herança, não é? E fui um menino de rua também, eu quando eu vejo esses meninos por aí, eu fico pensando: 'Meu Deus, eu também fui assim'. Não discrimino eles não, que a nossa vida é assim..."

Sr. Armindo – Faz. Jacilândia - Meridiano

Tecer o capítulo final deste trabalho envolve explicitar o elo de discussão que o singulariza, traduzido nas epígrafes escolhidas para abrir este capítulo. Selecionei falas de camponeses de cada uma das áreas de assentamento da Lei de Revisão agrária. Essas falas fazem essa tradução de uma maneira muito particular, revelam este processo a partir de dentro, a partir dos sujeitos sociais que constroem esta sociedade, responsáveis pela reprodução camponesa cotidiana, pela vivacidade com que sua ordem moral diferenciada atravessa os séculos, pela constante luta pela terra, que atravessa gerações, e por pautarem a reforma agrária como um imperativo da justiça social há tantas décadas.

Este elo está assentado, portanto, na concepção de que os conflitos no campo sempre estiveram presentes no país e que são fruto da luta de classes sociais antagônicas do modo capitalista de produção. Há, portanto, uma particularidade nesses conflitos, pois são conflitos entre o campesinato e as duas classes sociais hegemônicas - a burguesia e os proprietários de terra¹.

A inserção do campesinato como classe social, longamente discutida neste trabalho, é interpretada por José de Souza Martins como portadora de uma condição semelhante à do proletariado, no sentido de classe que antagoniza com a burguesia, mas a partir de uma relação bastante diversa, considerando assim, que há

... duas classes sociais básicas produzidas pelas contradições do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e a dos camponeses, a dos que sofrem a exploração do capital e a dos que estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital; cada qual com seu tempo histórico, a sua luta e a sua visão de mundo. (MARTINS, 1990, p. 102)

Esse antagonismo do campesinato em relação à burguesia se dá de forma dupla,

¹ Na esfera dos próprios escritos de Marx, como já foi discutido neste trabalho, os proprietários de terra são concebidos como uma classe social desse modo de produção. Nesse sentido, segundo o Prof. Ariovaldo de Oliveira em artigo sobre o marxismo e a questão agrária: "Embora Marx tenha escrito que 'Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo capitalista de produção', parece que poucos estudiosos da questão agrária têm se debruçado sobre o papel da propriedade da terra nas sociedades capitalistas no século XX. Aliás, parece mesmo que poucos, pouquíssimos intelectuais, têm se preocupado com a questão camponesa nas sociedades capitalistas deste final de século XX" (OLIVEIRA, 1996c, p. 159).

já que, além de lutar contra a expropriação, luta também contra a subordinação de sua renda.

É no âmbito desta contradição entre as classes sociais que é possível compreender o massivo e constante número de conflitos no campo.

As duas primeiras falas escolhidas para abrir este capítulo final dizem respeito exatamente a esta questão. Elas relatam, sob o ponto de vista camponês, a vivência da própria situação de conflito. Elas são, portanto, um instrumento para o entendimento do processo conflitivo que envolve a luta de classes.

No primeiro caso, ao dizer: “*já andava assim de armado... na hora de receber renda tinha tudo isso*”, a camponesa retrata o eixo explicativo do conflito, que estava assentado na busca da reprodução camponesa esbarrando na apropriação privada da terra. Era um conflito ao mesmo tempo contra a grande propriedade – que já se esboçava na região de fronteira através da grilagem daquelas terras (município de Meridiano na década de 50) – personificada na figura do grileiro, e contra o capital, que ao se expandir no campo materializado na busca de terras para a formação de invernadas, demandava o trabalho camponês; em um período reproduzindo-o e, no seguinte, quando não se fazia necessário, o expulsava, como foi possível perceber nos diferentes depoimentos colhidos na Fazenda Jacilândia.

O enfrentamento do jagunço foi, portanto, o mecanismo encontrado para a permanência na terra, mesmo porque as áreas do entorno já estavam “cercadas”, não eram, como apontou meu interlocutor da última fala apresentada nas epígrafes “terra sem patrão”. A escolha e a busca da terra “sem-patrão” passou, além do longo processo de migração, pelo enfrentamento da grilagem e pela truculência da instauração da propriedade privada da terra na transmutação da frente de expansão em frente pioneira.

A ação camponesa está sempre pautada na busca de sua reprodução, uma reprodução do tempo, do espaço e do trabalho livres. A mobilização camponesa caminha, nesse sentido, ancorada em uma concepção de que a “justiça” legitima a sua

ação, ou seja, aquilo que é lícito (na ordem camponesa) é definido primordialmente pelo direito à vida através da terra. A justificativa da ação camponesa aparece, portanto, em seu próprio discurso, como a possibilidade de superação da “ordem injusta” que lhe é imposta: *“Aí a turma ficou cheia daquilo... fazendão dessa largado! Ninguém sabe direito, mas parece que pagaram para um morenãu ir lá nas trilhas pinchar fogo no campo lá!”*. Nota-se que é a fazenda “largada”, e não qualquer fazenda, mas um fazendão, que lhes *outorgou* o *direito* de agir em busca de sua própria reprodução.

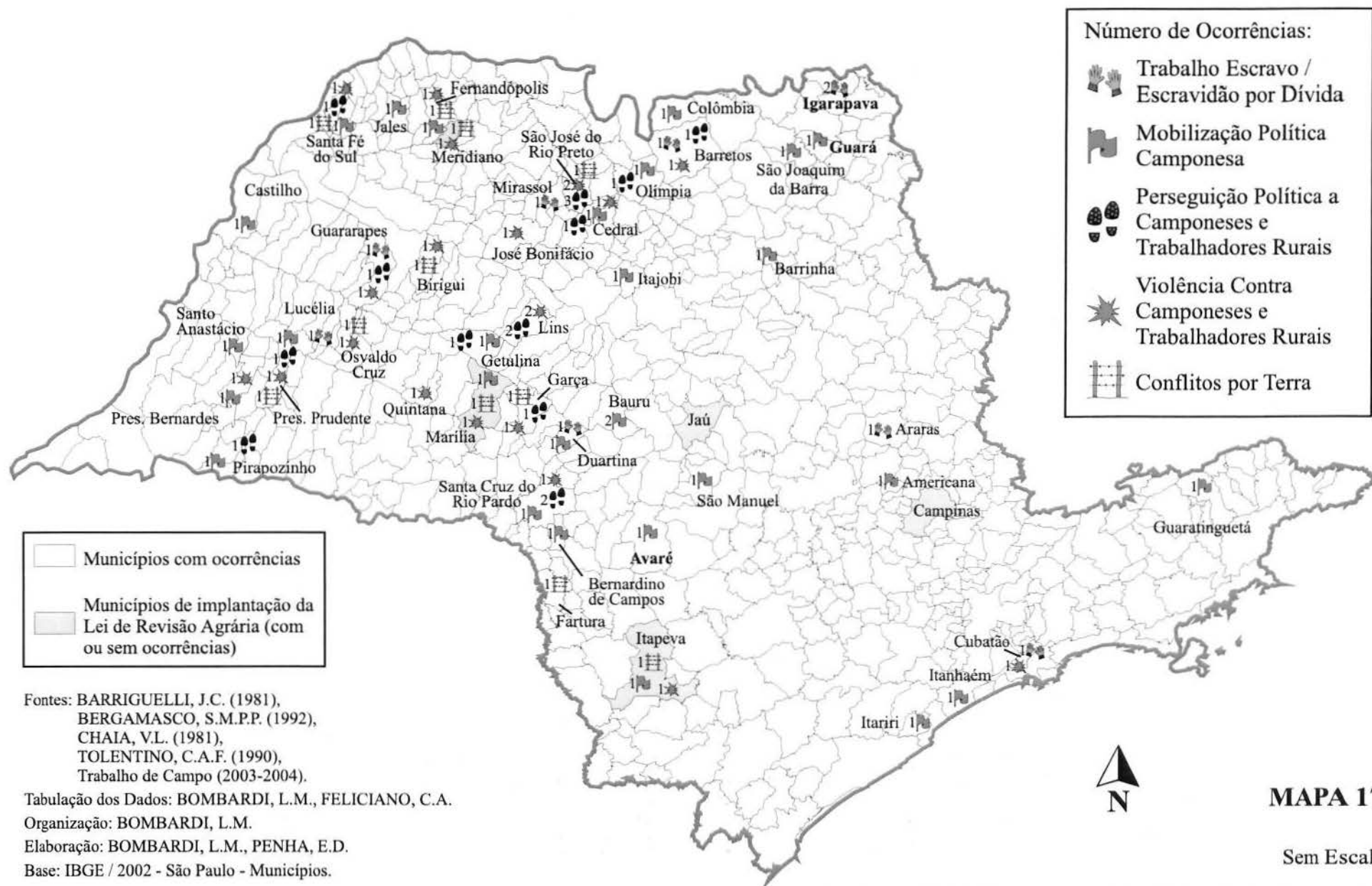
Desta forma, as falas dos camponeses – dos sujeitos em luta – revelam o conflito a partir de dentro de sua lógica, da lógica desta classe social em luta por sua reprodução.

Neste sentido, a partir da fala anteriormente citada, é possível desvendar a concepção de justiça e de sociedade que tem orientado a ação camponesa: concepção esta que se reproduz contraditoriamente no modo capitalista de produção. É contrária à concepção dominante, em que a mercadoria tem a primazia nas relações e em que as próprias relações são coisificadas, posto que mediadas pela mercadoria. Assim, ainda que em sentido avesso ao da lógica do capital – em que a própria terra é mercadoria – essa ordem moral se reproduz, alimentada por sua “fórm(ul)a econômica”, e também a alimenta.

Essa luta de classe manifesta-se, materializa-se e por fim, territorializa-se, como será discutido.

Com relação ao Estado de São Paulo, particularmente no período de 1945-1964, é possível captar a luta de classes – manifesta nos conflitos no campo – através de sua representação no Mapa 17 “Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1945-1964)”, já discutido no Capítulo 1, e apresentado a seguir.

Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1945 - 1964)



Evidentemente, esses conflitos – como conflitos de classe – não foram superados naquele momento histórico, retratado no Mapa 17. O Estatuto da Terra foi planejado não exatamente para realizar um pacto de classe, mas para escamotear e procurar fazer sucumbir a luta de classes que era premente.

O próprio golpe militar de 1964 foi também resultado direto da mobilização política no campo. Ele foi articulado para que não houvesse um pacto social, para controlar a luta de classes, para - no que tange à reforma agrária - tirar a possibilidade de decisão dos sujeitos sociais que a reivindicavam, ou, em outros termos, tirar das mãos do campesinato a decisão de classe dos rumos da reforma agrária. Segundo Martins (1985, p. 31-32):

O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés da reforma agrária ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. Tratava-se de conduzir a implantação da reforma sem causar maior lesão ao direito de propriedade, particularmente de modo a evitar que ela instaurasse o confisco do latifúndio.

Implantar a reforma agrária sem “tocar no direito de propriedade” era, da parte dos governos militares, a forma de coibir o conflito, de manter o controle da “necessária reforma agrária” a partir das duas classes sociais hegemônicas e, portanto, manter o monopólio de classe dos grandes proprietários sobre a terra. Para levar a cabo esse intento, com uma realidade marcada pelos conflitos e pela mobilização política camponesa², a violência foi o expediente utilizado. Nesse sentido, o assassinato de um dos líderes das Ligas Camponesas tornou-se emblemático, de acordo com o Prof^o Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001b, p. 26):

Dentre a onda de violência, o assassinato de João Pedro Teixeira, líder e camponês da Liga do Sapé – Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé – foi um dos que ganhou projeção nacional, pois essa liga era uma das maiores do Nordeste, com mais de sete mil sócios. [...] O movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e “desaparecimento” das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, e sua desarticulação foi inevitável. Deu-se, aí, o início de um grande número de assassinatos no campo brasileiro...

² Ver MAPA 17.

Entretanto, apesar de ter havido a desarticulação de um movimento como o das Ligas Camponesas, arrefecido pela extrema violência perpetrada durante a ditadura, os conflitos no campo prosseguiram.

Esses conflitos tiveram lugar ao longo de todo o período da ditadura militar, tornando explícita a contradição da sociedade, que não pôde ser escamoteada através da proposição do Estatuto da Terra e da tentativa de deslocamento dos “focos de conflito” para as regiões mais longínquas da Amazônia³.

Neste sentido, está “geografada” no Mapa 18 – “Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1964-1981)” – a luta de classes expressa nos conflitos que grassaram o campo no estado de São Paulo durante a ditadura.

Do período que vai de 1964 a 1981 foram registrados 127 conflitos. Entretanto, esse número é ainda maior, posto que nem todos os acontecimentos eram divulgados pela imprensa durante os governos militares, como afirmaram as autoras do artigo que é base para o desenvolvimento do mapa ora apresentado⁴.

Este mapa foi elaborado a partir do artigo “Os conflitos sociais no campo em São Paulo” de Élide Rugais Bastos, Vera Lúcia Chaia e Vera Lúcia Botta Ferrante, publicado na revista *Reforma Agrária*, de setembro/outubro de 1983⁵.

Para sistematizar e mapear os conflitos, apresentados pelas autoras, parti da classificação elaborada pela Comissão Pastoral da Terra em que os “conflitos” aparecem divididos nas categorias de conflitos por terra, violência, manifestações e

³ Ver Oliveira (2001b) e Martins (1985).

⁴ Segundo Bastos, Ferrante e Chaia (1983, p. 26): “Levantamos notícias sobre tais movimentos veiculados pela grande imprensa, através dos arquivos do jornal “O Estado de São Paulo”, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) do jornal “A Folha de São Paulo”, do jornal “Realidade Rural”, órgão da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), parte do arquivo da FETAESP, e os registros da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). Isso coloca o problema dos limites dos nossos resultados, que ocorrem porque a imprensa não chega a registrar todos os conflitos, resultando da existência de uma censura que se estende até meados dos anos 70.”

⁵ Segundo Élide Rugai Bastos, em comunicação oral em 12/10/2005, os dados de conflitos no campo estavam sendo coletados por um grupo de pesquisadores de todo o Brasil, de modo a servir de base para a elaboração do I PNRA e de tal forma que as áreas de conflito se tornassem prioritárias. Entretanto, como a própria história mostrou, também o I PNRA não foi levado a cabo. A esse respeito, ver Oliveira (2001b).

trabalho escravo⁶.

À categoria “trabalho escravo”, adicionei a expressão “escravidão por dívida”, por entender que são as formas pelas quais o mecanismo da “peonagem” é conhecido⁷:

A peonagem ou “trabalho escravo” começa com a contratação pelo empresário administrador de um empreiteiro (o “gato”), que vai arrematar trabalhadores em regiões quase sempre distantes e pobres (com falta de oferta de empregos). O processo é tipicamente de aliciamento, pois aos trabalhadores são oferecidas condições de trabalho e salários compensadores, além da alimentação e hospedagem. Nada é assinado, tudo é apalavrado. O trabalhador peão, a partir daí, não sabe que o preço da passagem para viajar e da comida que comer vão ser descontados de seu ordenado. Tudo que precisa é vendido por preços abusivos pelo “gato” ou pelos fazendeiros, na própria fazenda.

Dessa forma, o trabalhador peão está permanentemente endividado na fazenda. O salário é uma ficção anunciada pelo “gato” administrador ou fazendeiro, que nunca vira realidade nas mãos, quer dizer, nos bolsos dos peões. (OLIVEIRA, 2001b, p. 66)

Com relação à violência, como é possível notar no Mapa 18, ela não está diretamente representada. No referido artigo⁸, ela apafeceu de modo explícito apenas associada às formas de aliciamento e trabalho escravo na Região do Litoral Paulista. Como essa informação apareceria no mapa em sobreposição ao número de conflitos identificados e catalogados pelas autoras, optei por não representá-la.

Entretanto, é possível inferir - embora não se possa quantificar e qualificar - que a violência esteve presente em boa parte dos conflitos por terra assinalados, já que eles envolveram a *resistência* ou o *enfrentamento* pela permanência na terra, seja a do

⁶ Com relação ao trabalho escravo, a CPT o tem contabilizado separadamente das demais formas de violência, criando tabelas que sistematizam essa situação de forma individualizada. Os conflitos por terra são entendidos pela CPT como “resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra”; mantive esta interpretação na classificação das informações do referido artigo. Com relação às chamadas “Manifestações” (São consideradas *manifestações*, pela CPT, as “ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas” – CPT, 2004), optei por nomeá-las como “mobilização política”, posto que essa expressão traz um caráter mais ativo do que a anterior e, ao que me parece, mais amplo para descrever esse tipo de prática, englobando desde as manifestações propriamente ditas (marchas, atos etc.) até a formação de grupos, sindicatos etc. Ainda com relação à escolha do termo “mobilização política”, considero que muito embora as formas de “conflitos por terra” que envolvem a resistência sejam também mobilizações de âmbito político, o termo parece mais adequado às formas de manifestação que ganham corpo também fora da propriedade (e/ou parcela de terra) em que o(s) grupo(s) se encontra(m). Ou seja, diz respeito à espacialização do conflito e/ou da luta.

⁷ Ver também Martins (1997).

⁸ BASTOS; FERRANTE; CHAIA, (1983, p. 26).

posseiro, a do rendeiro ou a do pequeno proprietário⁹.

O Mapa 18 é, portanto, extremamente revelador. Percebe-se o enorme número de municípios em que houve conflitos no campo durante a ditadura. Revela também duas regiões que concentram a maior parte dos conflitos, perceptíveis em uma primeira análise. A primeira é a do Vale do Ribeira/Litoral Paulista, contabilizando 54 conflitos que respondem por 42% dos conflitos nesse período¹⁰. A segunda é a do Oeste Paulista, particularmente o Pontal do Paranapanema; na região de Presidente Prudente foram contabilizadas 24 ocorrências, correspondendo a 19% dos conflitos no período. Isso significa que juntas, as duas regiões somam mais de 60% dos conflitos no campo em São Paulo de 1964 a 1981.

Das 54 ocorrências do Litoral Paulista/Vale do Ribeira, 34 foram de conflitos por terra, ou seja, 62% delas foi em torno da questão da permanência na terra, principalmente dos posseiros lutando contra grileiros e contra o próprio Estado com os planos de implantação de reservas florestais¹¹.

Com relação ao Oeste Paulista, à região de Presidente Prudente, das 24 ocorrências no período, 15 delas foram de conflitos por terra. Isso significa que elas também correspondem a 62% dos conflitos. Esses conflitos por terra, a exemplo dos do litoral, envolveram posseiros lutando, neste caso, pela legalização de suas posses.

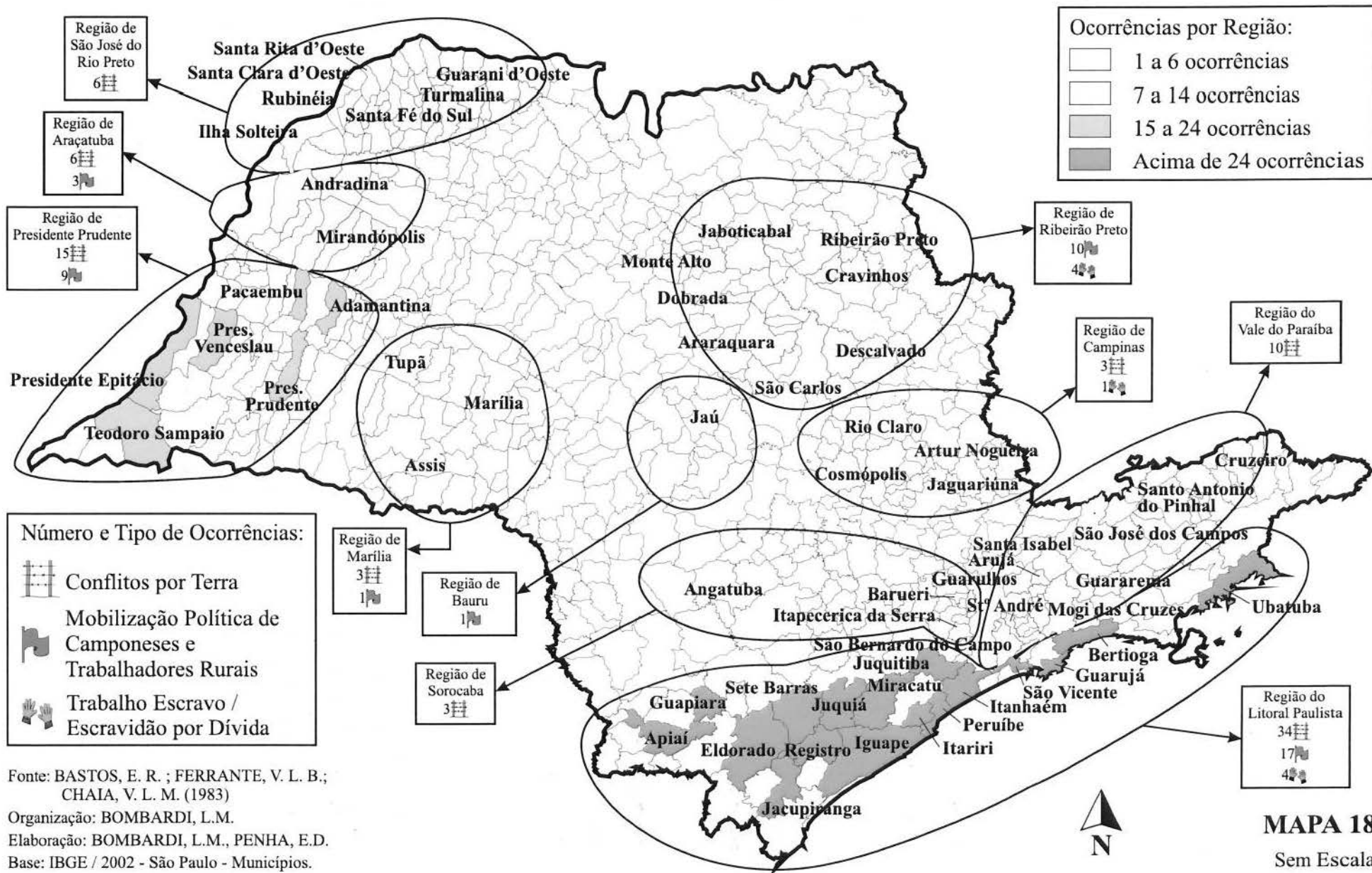
⁹ A exemplo da violência vivenciada pelos camponeses de Itapeva e Meridiano, discutida neste trabalho e que não está retratada no mapa. Optei por restringir as informações do mapa às informações levantadas pelas referidas autoras, que fizeram a ressalva de que sabidamente o número de ocorrências no campo no período era maior do que aquele noticiado.

As autoras do referido artigo, fonte do Mapa 18, ao contabilizarem as ocorrências, o fizeram através das antigas DIRA's (Divisões Regionais Agrícolas do estado de São Paulo), que naquele período eram em número de 10, a saber: Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Bauru, Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba, Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Litoral Paulista. Mantive, parcialmente, o esquema das DIRA's, a fim de ter uma visão dos conflitos distribuídos nas diferentes regiões do estado.

¹⁰ Vale lembrar que esta foi a região em que Lamarca tentou implantar um foco de guerrilha no início da década de 70.

¹¹ Esses conflitos - particularmente dos caiçaras para permanecerem em suas áreas, tendo que lutar contra grileiros e contra o próprio Estado, que sobrepõe unidades de conservação às terras de populações tradicionais - perduram até a atualidade. Para maiores detalhes ver, entre outros, Sesti (2000) e Silva (2004).

Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1964 - 1981)



Fonte: BASTOS, E. R. ; FERRANTE, V. L. B.; CHAIA, V. L. M. (1983)
 Organização: BOMBARDI, L.M.
 Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.
 Base: IBGE / 2002 - São Paulo - Municípios.

MAPA 18
 Sem Escala

No primeiro caso, a instauração da propriedade privada, motivada também pela especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, a “instalação dos parques”, passaram a limitar, coibir e impedir a reprodução camponesa. No segundo caso, também a instauração da propriedade privada sobre terras devolutas já ocupadas por posseiros fez com que estes se deparassem com a dificuldade da permanência e da continuidade na terra. Em ambos os casos a grilagem de terras através de títulos fraudulentos foi o expediente utilizado para a tentativa de expulsão dos camponeses. No Pontal do Paranapanema, esta grilagem tornou-se famosa, posto que foi efetivada sobre terras sabidamente públicas, em que, ao contrário do que está ocorrendo, os supostos fazendeiros deveriam ressarcir o Estado pelo uso indevido dessa terra ao longo de décadas¹².

Em parte desses casos, os conflitos por terra envolveram camponeses-posseiros vivenciando um confronto típico da situação de *fronteira*, no momento de instauração da propriedade privada.

Houve, na região do Vale do Ribeira/Litoral Paulista, pelo menos quatro ocorrências relacionadas ao trabalho escravo/escravidão por dívida, nos municípios de Juquiá, Jacupiranga e Itanhaém – no processo de apropriação privada das terras.

De acordo com José de Souza Martins (1997, p. 193):

Os casos de peonagem ou escravidão por dívida, no Brasil, ocorrem com muito mais frequência na frente de expansão do que nas outras regiões. É evidente que são relações produzidas no processo de reprodução ampliada do capital, que recorre a mecanismos de acumulação primitiva em certos momentos dessa reprodução ampliada, isto é, recorre seja ao confisco de bens, como a terra, seja ao confisco de tempo de trabalho mediante a ampliação da margem de trabalho não pago.

Tem sido característico da frente de expansão, no Brasil, a ausência da propriedade formal da terra, esta última constituída de simultâneos direitos de posse e domínio. A população camponesa é geralmente posseira ou ocupante de terra, sem título de propriedade.

Estes mecanismos de acumulação primitiva dentro do próprio processo de produção do capital, que ocorre nas frentes de expansão, adquirem diferentes

¹² Ver Oliveira (2001b).

características, como é o caso da escravidão por dívida, mas também como foi o caso da utilização de camponeses-rendeiros no “desbravamento” das matas e sementeira do capim para a formação de boa parte das fazendas de gado do oeste paulista, como foi discutido sobre o próprio movimento do Arranca Capim.

O movimento do Arranca Capim, aliás, não cessou no final da década de 50 e início de 60. Como foi apontado, ele foi retomado no final da década de 60. Dentre os seis conflitos por terra que estão mapeados na região de São José do Rio Preto, dois são em Santa Fé do Sul, justamente dos arrendatários em luta para prorrogar sua permanência na terra.

Um terceiro conflito ocorreu em um município vizinho à Santa Fé do Sul, em Rubinéia, cidade em que o assessor do Secretário de Agricultura de São Paulo no Governo Carvalho Pinto, Paulo Vanzolini, encontrou o local de reunião do Partido Comunista, como foi discutido no capítulo referente aos Conflitos no Campo em São Paulo e a Aprovação da Lei de Revisão Agrária.

O conflito mapeado em Rubinéia é referente à atuação do líder messiânico Galdino “que vai se rebelar conjuntamente a outros lavradores, contra a construção da Usina de Ilha Solteira” (BASTOS; FERRANTE; CHAIA, 1983, p. 30). De acordo com José de Souza Martins:

O “profeta” Aparecido surge na Alta Araraquarense, às margens do rio Paraná, um lugar de grandes tensões sociais, desde os anos 50, produzidas pela violenta exploração de arrendatários pobres praticada pelos grandes fazendeiros da área. Os arrendatários chegavam de várias regiões do país para plantar cereais, algodão, amendoim, sob a condição de pagar uma renda em espécie e de semear capim no meio das plantações. Formadas as pastagens, começam as expulsões de lavradores, até mesmo antes da colheita de suas lavouras. Começa também a sua luta pelo cumprimento dos acordos verbais feito com fazendeiros inescrupulosos. Houve fazendas em que os próprios lavradores procederam ao arrancamento do capim que era motivo de sua desgraça, para forçar o cumprimento dos entendimentos verbais. [...] Embora não fosse arrendatário, Galdino estava entre os lavradores que reivindicavam justiça para os arrendatários de Rubinéia. Já nessa altura ele entendia, como tantos outros brasileiros de muitas regiões do país, que a terra não podia ser utilizada para que o homem explorasse o homem, para que o rico subjugasse o pobre. À medida que a repressão se tornou violenta contra os trabalhadores e à medida que a sua luta não produzia resultado, diante da obstinação e da intransigência dos que podiam resolver o

problema. Galdino foi passando por um processo de transformação representado por sua conversão à prática religiosa, à meditação, ao jejum.

Galdino viveu um processo no Brasil, em situações semelhantes. Ele se transformou em benzedor e profeta – reconverteu para um código religioso as propostas aprendidas na dura realidade do seu povo. Nessa situação é que foi preso, alguns anos depois, na fase mais aguda da repressão policial e militar.

A luta e a resistência política camponesa, em determinadas situações, transmuta-se em uma luta de ordem religiosa, amparada na noção de justiça divina, em que, como aponta Martins, não cabe a “exploração do homem pelo homem”. Essa luta, como em outros momentos no Brasil, transformou-se em um movimento messiânico.

De acordo com Castro Oliveira (1998, p. 74):

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes na medida em que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do “novo” que desestrutura as relações existentes. São comportamentos incorporados aos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõe linguagem, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes no sentido da reinvenção), elaborando uma visão utópica na qual se protege o presente e prevê o futuro.

É esta ordem (nova ordem) estabelecida, uma ordem centrada no econômico e na terra como negócio, que entra em confronto direto com a ordem camponesa em que a terra é o eixo da reprodução da vida. Esse choque, que é um choque de lógicas de classes sociais antagônicas, que “vira de cabeça para baixo” a lógica camponesa, está no centro das práticas “contestantes”, como apontou Bernadete Castro Oliveira.

A autora, ao estudar sitiantes no Mato Grosso, se deparou com camponeses paulistas migrantes da Alta Araraquarense, que impossibilitados de permanecerem nas terras de arrendamento e recusando-se a trabalharem como bóias-frias, migraram em grupos familiares, seguindo as profecias de Aparecido Galdino, o “Aparecidão”, como ficou conhecido:

Na profecia de Aparecido havia um novo lugar e um novo tempo; a travessia do rio representava essa conquista. A estrada se colocava na frente dessa população que estava sendo expropriada de seus meios de vida. Pois é na estrada que o mundo se desencanta e, na mesma estrada que se pode fazer sua reconstrução. (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 105)

Foi na busca dessa terra prometida, expressa na profecia de Galdino, que o grupo seguiu de Rubinéia e arredores em direção ao Mato Grosso.

Rubinéia, a cidade de Galdino, fica às margens do Rio Paraná e estava na iminência de ser inundada pelas águas da barragem de Ilha Solteira. Alguns prédios públicos já haviam sido demolidos, enquanto “Aparecido” e seus seguidores continuaram resistindo até que foram rendidos pela polícia, acusados de colocar em risco a ordem pública (CASTRO OLIVEIRA, 1998). A partir daí foi aberto um processo pela promotoria pública contra Galdino, que acabou redundando em sua prisão e posterior condenação como “doente mental”, ficando ele internado em um manicômio judiciário por muitos anos¹³.

Entretanto, como aponta a autora:

... o maior ataque feito contra Aparecido foi à sua condição de “ser psicológico”, íntegro, independente e livre. O laudo psiquiátrico o despojou por completo enquanto personagem e pessoa, retraduzindo a natureza humana de Aparecido, na figura do internado. Ele foi colocado numa condição de liminaridade, de ter sido e não ser mais, porque lhe foi atribuída uma não-consciência, através da qual a sua identidade foi trocada pelo diagnóstico, onde o doente-mental é uma não-pessoa.

Aparecido foi o protagonista em torno do qual se enredou a trama social de uma tragédia que não era só dele, mas de muitos camponeses que têm experimentado (e experimentam), a luta contra a intolerância; que se manifesta não só pela condenação judicial de seus atos e pensamentos, mas também, pela negação moral/intelectual de sua existência na sociedade. (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 104)

Esta tragédia, à qual se refere a autora, é a tragédia vivenciada cotidianamente pelo campesinato que é expropriado, ou que sofre um processo de expropriação. Em busca de sua reprodução e recusando-se a se inserir de outra forma na sociedade, ou seja, recusando-se a se “descampenisar”, é que se organiza e resiste.

Essa resistência que aparece de forma absolutamente explícita no Mapa 18 é, eminentemente, uma resistência de classe.

Como é possível notar no Mapa 18 – “Geografia dos Conflitos Sociais no

¹³ Para maiores detalhes ver o apêndice de título “O boiadeiro Galdino – do tribunal militar ao manicômio judiciário” da obra *A militarização da questão agrária no Brasil* de José de Souza Martins (1985) e a tese de doutorado de Bernadete Castro Oliveira *Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa*.

Campo no Estado de São Paulo (1964-1981)”, boa parte das ocorrências no campo nesse período são conflitos pela terra. Ou seja, são conflitos exatamente desta ordem: são lutas pela reprodução camponesa.

Na região de Sorocaba, entre três ocorrências, as três referem-se a conflitos por terra; na de Campinas, de três ocorrências, duas são de conflitos por terra; na de São José do Rio Preto, das seis ocorrências, todas são de conflitos por terra; na do Vale do Paraíba, de 10 ocorrências, todas são, também, de conflitos por terra; nas de Presidente Prudente e do Litoral Paulista/Vale do Ribeira, como já foi apontado, 62% das ocorrências também foram conflitos por terra.

A exceção desta característica está nas regiões de Bauru e Ribeirão Preto. Na região de Bauru, a única ocorrência - no município de Jaú - estava relacionada a trabalhadores assalariados reivindicando melhores salários. Em Ribeirão Preto, de 14 ocorrências, quatro estavam relacionadas a trabalho escravo/escravidão por dívida e 10 à mobilização política. Destas 10, três eram de bóias-frias reivindicando melhores condições de trabalho, uma referia-se a greve na usina, três relacionavam-se com movimentos reivindicatórios a partir de sindicatos e três referiam-se a ações de camponeses-sitiantes reivindicando “melhoria na política agrária governamental”¹⁴.

Essas duas regiões correspondem exatamente às porções do estado em que o processo de territorialização do capital passou a ser mais agudo, em função da massiva cultura da cana-de-açúcar, como foi discutido no Capítulo 4, referente ao assentamento da Lei de Revisão Agrária em Jaú. Os dados das ocorrências nesta região, são a fotografia dessa territorialização do capital no campo, marcada por relações de trabalho assalariadas que redundam em uma mobilização do tipo trabalhista, ou seja, são operários do campo reivindicando melhores condições de trabalho. Ainda assim, ou seja, apesar do “moderno processo” de territorialização do capital, as relações de trabalho são de condições de extrema exploração¹⁵, chegando mesmo à denúncia de semi-escravidão de trabalhadores. Entretanto, em meio a essa massiva territorialização

¹⁴ BASTOS; FERRANTE; CHAIA, (1983, p. 29).

¹⁵ Ver Silva (1999).

do capital, como se viu, houve três ocorrências envolvendo camponeses-sitiantes lutando por uma melhor política agrária, ou seja, buscando formas de garantir a permanência em suas terras.

Do total de 127 ocorrências no campo no estado de São Paulo nesse período, 78 foram de conflitos por terra, ou seja, os conflitos por terra correspondem a 62% do total e parte da mobilização política esteve diretamente ligada à ação de camponeses, como será abordado.

Esses dados indicam o campesinato mobilizado no campo, lutando por sua continuidade na terra. Isso significa que se estava diante não de qualquer luta, mas nas diversas formas de “conflitos por terra” que envolveram camponeses-possesores, camponeses-rendeiros e camponeses-sitiantes. Estava-se diante da ação de uma classe social em busca de sua reprodução.

Desta forma, ficou demonstrado no Mapa 18, que a luta de classes não foi, evidentemente, superada e, sequer, contida através dos mecanismos de repressão utilizados na ditadura.

Isso remete à discussão do campesinato enquanto classe, da ação política entendida como ação de classe social em sua organização pela oposição de interesses com relação às outras classes sociais.

De acordo com Theodor Shanin, em seu artigo: “A definição do camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista”:

Os camponeses entraram na discussão marxista como a pré-história analítica do capitalismo, como sua forragem passiva dentro da ‘acumulação primitiva’, mas, em particular como classes históricas ‘para si’ com, por assim dizer, baixo ‘caráter de classe’, explicável, por sua vez, dentro dos termos da especificidade camponesa. A utilização e as ênfases diferem no tempo e no contexto. Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais nos *Grundrisse*, ao passado mais imediato na Inglaterra em *O Capital*, de Marx, mas são centrais à análise de história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em ‘países de maioria camponesa’. ‘Classe para si’ representa aqui não apenas uma definição mais extensiva do que ‘classe em si’, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas ‘portadora’ de características de uma ‘matriz’ geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros.

Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, coalizão de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens. Uma geração depois, os camponeses, historicamente reais, gradualmente tomaram o lugar de seus congêneres conceituais, analíticos e abstratos 'em si', à medida que os escritos e os feitos de Lênin se tornavam maduros, politicamente mais profundos, mais fortes na confrontação decisiva e mais perto da vitória. [...] Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admite-se, cada vez mais, a autonomia relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo 'dentro de um país capitalista' – citando Lênin pós-1906.

Entretanto, isto não é um *happy end*, apesar de resolvidas todas as dúvidas e reconhecidos os camponeses como o que realmente são, isto é, 'uma classe'. Os camponeses 'são' uma classe, uma economia, uma *part-society* e, além disso, outras 'coisas' que ainda não conceituamos... (SHANIN, 1980, p. 70-71, grifos nossos)

O campesinato, como aponta o autor, além de se contrapor às demais classes sociais (notadamente a burguesia e os grandes proprietários) através de interesses que são contraditórios, dão a esta luta de classes uma configuração específica inclusive no que tange à sua organização e mobilização.

Shanin, neste como em outros trabalhos (1979 e s/d) mostra como a tradição da interpretação marxista tardou a chegar à compreensão do campesinato enquanto uma classe social do modo capitalista de produção – acrescento que não só tardou como tarda - com a peculiaridade, aliás, de ser também uma classe que atravessou outros modos de produção. Mostra que a realidade – e ele se refere à realidade da ação camponesa – é que passou a se “impôs à teoria”, na medida em que, a rigor, não se poderia *não enxergar* a ação camponesa.

O “baixo caráter de classe” atribuído ao campesinato, como discute Shanin, tem sido questionado por alguns autores, entre eles: Eric Wolf¹⁶, o próprio Shanin, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins, que têm sistematicamente

¹⁶ Eric Wolf, em seu livro *Guerras Camponesas no Século XX*, embora não discuta diretamente a questão do campesinato como classe social, demonstra que as diferentes revoluções durante o século XX (na China, em Cuba, na Argélia, no Vietnã, na Rússia e no México) foram revoluções camponesas. O que reitera o caráter de classe e contraria, portanto, o “baixo caráter de classe” que lhe é (ao campesinato) atribuído.

mostrado a mobilização camponesa e a importância de seu papel nesta sociedade, bem como as implicações de sua negação. Essa negação está, sem dúvida, relacionada à interpretação teórica que é feita com relação ao campesinato.

A esse respeito, José de Souza Martins, em “Os camponeses e a política no Brasil”, afirmou:

A situação do campesinato torna-se particularmente difícil neste momento porque as suas lutas avançaram muito adiante dos partidos políticos, clandestinos ou legais, premido pela rapidez e pela voracidade do avanço do capital e dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura e sobre a terra. Os partidos políticos, de oposição, eventualmente com uma ou outra exceção entre os clandestinos, não têm conseguido nem incorporar as lutas camponesas nas suas próprias lutas político-partidárias nem incorporar as perspectivas camponesas de classe nos seus programas. Curiosamente, o que se viu foi apenas vaga repetição de formulações da esquerda anteriores a 1964, de certo modo obsoletas, e uma grande perplexidade diante das lutas camponesas atuais – seja as lutas dos camponeses posseiros de vastas regiões do país, seja as lutas dos camponeses proprietários, principalmente do sul, que se envolveram, nos últimos anos, em vários desentendimentos com o governo federal, sobretudo por problemas de preços agrícolas e desapropriação de terras destinadas à construção de usinas hidrelétricas. Predomina hoje nos partidos de oposição, recentemente autorizados a funcionar, uma concepção proletária da situação social e política, estando neles ausente a possibilidade e a necessidade de uma presença camponesa – para o que tais partidos teriam que se reformular amplamente, admitindo como necessária a convivência democrática, dentro dos partidos, de duas classes sociais básicas produzidas pela contradição do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e a dos camponeses... (MARTINS, 1990, p.102)

Como discute Martins, referindo-se exatamente ao período dos governos militares e início da abertura política no Brasil (o período coberto pelo Mapa 18 – “Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo 1964-1981”), os partidos têm uma “concepção proletária da situação social” no campo, concepção pautada em uma interpretação, que é teórica, do desenvolvimento da sociedade articulado pela contradição de duas únicas classes sociais, ou ainda, do desenvolvimento da sociedade capitalista pressupondo a extinção dos “restos sociais feudais”, como seria o caso do campesinato¹⁷.

Ocorre que a realidade indica um outro caminho, como no caso clássico abordado por Shanin no excerto anteriormente citado. Boa parte dos conflitos no

¹⁷ Ver Oliveira (1991a).

campo foram/são conflitos por/pela terra. São conflitos para a permanência na terra, pela reprodução camponesa.

No período abordado no Mapa 18, houve ainda ocorrências em duas regiões que devem ser destacadas. Uma delas é a região de Marília, com quatro ocorrências, das quais três foram de conflitos por terra. Um desses conflitos se deu justamente na Fazenda Santa Helena. De acordo com Bastos, Ferrante e Chaia (1983, p. 30-31) essa ocorrência foi um:

movimento dos lavradores que permaneceram nos lotes do Plano Piloto de Revisão Agrária implantado em 62 na Fazenda Santa Helena no município de Marília, que acaba se transformando numa luta pela posse da terra, uma vez que o plano foi desativado e os trabalhadores são expulsos do projeto. Lutam então pela legalização das terras, recusando-se a sair da área.

Na verdade, o Plano não foi exatamente desativado mas sim, como discutido em capítulos anteriores, “abandonado” na gestão imediatamente seguinte à de Carvalho Pinto. Esse abandono foi um abandono político, ancorado em uma coalizão de forças em que a reforma agrária não estava colocada, em que as classes sociais dominantes recrudesceram a violência e se negaram a discutir, mesmo que no âmbito da “modernidade”, a forma como a propriedade da terra era apropriada. Esta postura foi, evidentemente, o lastro de apoio da candidatura de Adhemar de Barros, como também do próprio Golpe Militar de 64. Como foi apontado, o preço a ser pago pelos lotes foi majorado após a gestão Carvalho Pinto e o governo do estado de São Paulo recusou-se a rever o pedido dos camponeses.

O que ocorreu na Fazenda Santa Helena foi, portanto, uma recusa dos camponeses em sair da própria terra, uma recusa de sair de um lugar que, explícita e sabidamente, era de reforma agrária, um local em que havia a territorialização camponesa, em que lhes havia sido destinada a possibilidade de reprodução naquelas terras. Os camponeses mobilizaram-se pelo sentido da terra, pelo sentido da reforma agrária e não aceitavam, evidentemente, uma ação de “ordem jurídica” que subvertia a ordem moral a partir da qual agiam.

O mesmo ocorreu nos casos de Meridiano e de Itapeva, em que os camponeses

resistiram à expulsão da terra, também ancorados na concepção da terra como forma de reprodução da própria vida e, nesses casos, especificamente, ancorados também na consciência de que essas terras haviam sido destinadas à reforma agrária, ou seja, eram destinadas a eles próprios.

Ainda com relação ao Mapa 18, também é importante discutir as ocorrências da região de Araçatuba, posto que são o fio condutor para a abordagem que leva à compreensão dos movimentos sociais na atualidade e, como será apontado, o entendimento da organização política desta classe social, que extrapolou o âmbito da “classe em si” para alcançar o de “classe para si”.

Na região de Araçatuba houve, no período 1964 a 1981, nove ocorrências; destas, três foram movimentos por melhorias salariais, e dentre as três, duas envolviam não apenas a questão salarial: *“o próprio movimento dos assalariados rurais é um movimento que não diz respeito apenas a questões salariais; é uma luta pelo acesso à terra”*¹⁸.

As seis ocorrências restantes foram de conflitos por terra. Dentre eles, houve o movimento dos posseiros da Fazenda Primavera em Andradina:

Também é significativo o movimento dos posseiros da fazenda Primavera em Andradina, movimento que envolve 300 famílias e cerca de 1200 agricultores. A solução oficial da desapropriação e distribuição de títulos de posse, sob coordenação do INCRA, que tem a função de executar a intervenção governamental, cria 300 unidades familiares distribuídas entre os posseiros ali residentes há 30 anos. Podemos perceber que as medidas de iniciativa do Estado para a solução desses problemas quase sempre canalizam-se em termos de projeto de colonização¹⁹.

O movimento dos posseiros na Fazenda Primavera é, junto com os da Fazenda Pirituba e os de Sumaré, o gérmen do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em São Paulo.

A Fazenda Primavera ficava localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. O movimento dos posseiros, que teve início na fazenda, foi um

¹⁸ BASTOS; FERRANTE; CHAIA, (1983, p. 30-32).

¹⁹ BASTOS; FERRANTE; CHAIA, (1983, p. 30-32).

movimento de luta pela terra, pela continuidade na terra daqueles que lá já viviam e trabalhavam há décadas. Na luta pela permanência, os posseiros depararam-se com a violência explícita e direta dos grileiros que se autodenominavam “fazendeiros”. Selma Ribeiro Araújo Micheletto, em sua dissertação de mestrado *Forjar da terra o milagre do pão: assentamento Timboré Andradina/SP* traz o depoimento de um posseiro, posteriormente assentado, que revela esse processo:

Aqui, a metade era gado, a outra parte a gente plantava roça; um plantava num canto, outro plantava noutra parte, mas no meio tinha pasto. Ai eles começaram a pressionar a gente: ai de 65 pra frente até 70 ponhava o gado, fazia que a cerca tinha quebrado, mas não era a cerca que tinha quebrado não: a altas horas da noite os empregados iam lá e cortava o arame, quando amanhecia o dia, tava lá o estrago.

Então aqui começou a ter um clima muito pesado a ponto de não ter como sobreviver. Pessoas querendo ir embora, aquele sufoco, muitos foram embora. Quanto foi em 1975, já começou praticamente uma meia revolução: o próprio pessoal daqui contra o filho do Abdalla. Começou a surgir desconfiança, porque ele estava comprando o direito do pessoal. Por exemplo, eu tinha 20 alqueires para trabalhar, eu tocava uma área de 20 alqueires. Ele chegava e dizia que queria comprar. Mas como é que você vai comprar uma coisa que é sua? É só você me pedir, ai começou criar aquele clima. A gente começou a perceber que ele não tinha escritura da terra, não tinha nada, só tinha uma posse. Ai começou um clima de briga, de guerra mesmo. Os supostos lotes que eram arrendatários, contra o filho de Abdalla, a ponto de quando chegou por volta de 1979, a coisa ficou mais acirrada e a gente fez uma visita a Brasília pra tirar a prova dos nove, para saber se realmente qual era a existência mesmo do documento. E, em Brasília a gente descobriu que realmente a fazenda não tinha escritura.

Ai eles começaram a trazer mais gado aqui pra dentro. Ai o bicho pegou mesmo. Trouxeram jagunços do Mato Grosso, Goiás, jagunço mesmo, pessoal que vive da matança... Tinha 16 jagunços. Chegamos a contar o pessoal, não era escondido, todo mundo sabia, delegado sabia, era gente que tinha matado 10, 15 pessoas, gente contratada para matar, se precisasse matar alguém, podia matar. Não chegou a matar, mas teve tiroteio, várias coisas aconteceram.

A gente era unido, talvez mais ainda, porque nós tinha um objetivo que era de conquistar a terra. A terra não era mais do Abdalla. Então por que nós não brigamos por ela? (Depoimento de Valdeci Rodrigues de Oliveira. In: Micheletto, 2003: 84)

Como se vê, a violência é a grande marca da grilagem e da apropriação da terra no país. Assim como os camponeses da Fazenda Jacilândia em Meridiano, que tiveram que lidar com um “suposto” arrendamento, em um tipo de relação que ficou explícito na frase trazida na epígrafe “*mais lampião, mais carrasco... de armado*”, os camponeses-posseiros de Andradina vivenciaram uma situação muito parecida, até

mesmo no que diz respeito à sua condição, ou seja, acreditavam que pagavam renda da terra, que eram “rendeiros”, quando sequer o recebimento dessa renda era lícito.

A partir da organização dos posseiros, através da ida de alguns representantes a Brasília, a família Abdalla, que grilava a área, passou a recrudescer a violência: “... o fazendeiro contratou jagunços para controlar a entrada e a saída de posseiros que começavam a se sublevar, deixando de pagar a renda. Outra forma de pressão era soltar o gado nas lavouras desses posseiros” (FERNANDES, 1996, p. 90).

Com a organização dos camponeses, que também foram ao Fórum da Comarca de Andradina para solicitar intervenção judicial sobre a questão do gado que destruiu suas lavouras, passou a haver uma aproximação destes com a Comissão de Justiça e Paz (formada em grande parte por integrantes da Igreja) e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FETAESP), (FERNANDES, 1996).

A Igreja, a partir daí, passou a ter um papel fundamental na continuidade da organização dos camponeses posseiros. Em 1985:

... os integrantes da Comissão de Justiça e Paz de Andradina organizaram a CPT local, que possibilitou a elaboração de um espaço de reflexão acerca da luta e da resistência dos posseiros da Primavera: Esta foi uma experiência que construiu as características da nova fase da luta. (FERNANDES, 1996, p. 90)

De acordo com o depoimento colhido por Bernardo Mançano Fernandes com Renê Parren, ex-padre e assessor da CPT:

... Nós, assim, organizamos uma equipe de pessoas ligadas à Pastoral, aqui de Andradina, e começamos a fazer um trabalho de visita de esclarecimentos sobre os direitos à terra e organização. Precisava de todo um trabalho de base para superar o medo, vencer o medo, mas eles mesmos já tinham ido atrás da questão deles por conta própria. (FERNANDES, 1996, p. 91)

Nota-se que o trabalho de organização iniciado pela Igreja é posterior à mobilização dos camponeses. Ou seja, o campesinato organizado é que coagula em torno de si os grupos de apoio que muitas vezes farão a mediação de seus interesses e ou contribuirão com a continuação de seu processo organizativo.

É, portanto, o campesinato como classe – organizando-se em torno de seus

interesses sempre relacionados à reprodução na terra – que busca a aproximação com os grupos mediadores, seja(m) ele(s) o(s) partido(s), os sindicatos ou a Igreja.

Diversos exemplos, nesse sentido, foram vistos neste trabalho. Desde as Ligas Camponesas que passaram a ter o apoio do Partido Comunista, mas tiveram início a partir da mobilização camponesa nos velhos engenhos; passando pelos movimentos no Paraná que posteriormente tiveram a assessoria também do Partido Comunista; os do Arranca Capim, em São Paulo, da mesma forma, também apoiados por quadros do Partido; até os que foram abordados especificamente no âmbito deste trabalho, como, por exemplo, os da Fazenda Jacilândia, que buscaram o sindicato ou, ainda, os da Fazenda Pirituba, que passaram a ser assessorados pela Igreja, após anos de luta pela permanência na terra.

Nota-se que os camponeses buscaram a mediação política para sua luta. O Partido Comunista, até as vésperas do Golpe Militar, foi o grande aglutinador e canal das lutas camponesas, nos diversos casos discutidos ao longo deste trabalho, não apenas em São Paulo, como por todo o Brasil.

A partir do Golpe, a Igreja é que passou a ter esse papel. Aliás, a alteração do posicionamento da Igreja durante a ditadura militar redundou em uma ação muito significativa no que tange à organização do campesinato. Segundo Micheletto (2003), no que diz respeito à luta pela terra na região de Andradina:

Durante o pontificado de D. Walter Binni, bispo da diocese de Lins, conhecido bispo da ala progressista da Igreja Católica, houve um aumento da tensão na relação entre Estado e Igreja conseqüente da adoção de uma política mais contundente na defesa dos trabalhadores. Mesmo após a morte do bispo, ocorrida em meio a um trágico acidente na Rodovia Marechal Rondon, essa perspectiva permaneceu durante o pontificado de seu sucessor D. Irineu Danelon, com a manutenção do apoio da Igreja, embora mais discreto, ao movimento de luta pela terra. A ação social da igreja da região vai se dar na direção do fortalecimento dos movimentos sociais. (MICHELETTO, 2003, p. 81)

A Igreja, na vivência do resultado da opção política e de classe levada a cabo através do golpe militar, passou por uma grande transformação:

... a experiência pastoral nas adversidades da Amazônia foi fundamental para o avanço da Igreja Católica no seu compromisso com índios, camponeses, trabalhadores rurais,

os pobres do campo.

(...)

A orientação conservadora do pensamento e da ação da Igreja defrontou-se, portanto, com uma forma atrasada de capital e capitalismo e, igualmente, com a forma atrasada do Estado que gerencia os interesses desse capitalismo. Estado que é ideologicamente corporativo e economicamente modernizador. O que aconteceu com a Igreja foi que, na contradição desse processo, não encontrou na sociedade brasileira a mesma base social que, na origem, dava sentido ao pensamento conservador. Viu-se, portanto, lançada em um jogo de conflitos em que os que anelam pela preservação da integridade da pessoa contra as forças sociais, econômicas e políticas que querem fragmentá-la, aliená-la e marginalizá-la, são os pobres e não as elites. (MARTINS, 1994, p. 126-127)

De alguma forma, através da experiência da violência cotidiana contra camponeses e indígenas, a Igreja se deu conta de que no Brasil houve um acordo de classes entre os capitalistas e os grandes proprietários e esse acordo foi “coroadado” com a política dos Governos Militares, especialmente aquelas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia. Em outros termos, o Estado contribuiu para a solidificação do caráter rentista do capitalismo no Brasil. A Igreja percebeu, na prática, que o “moderno”, expresso pelo capital, não era contraditório com o suposto “arcaico”, presente na força e poder dos grandes proprietários, pelo contrário, “moderno” e “arcaico” estavam unidos.

É verdade também que a Igreja passou por uma transformação em um nível que extrapolava a questão brasileira mas, ao mesmo tempo, teve reflexos diretos na ação e na interpretação de sua própria prática no Brasil. No pontificado do Papa João XXIII mudanças essenciais e significativas abriram caminho para a atuação progressista no âmbito da Igreja:

O Concílio Vaticano II (1962-1965) e a *Gaudium et Spes*, do Papa João XXIII, estimularam a Igreja a um novo relacionamento social, baseado no olhar que se constituía com o apoio dos elementos da ciência, da cultura e das experiências concretas dos homens nas suas relações sociais. Esperança e alegria como possibilidade de relação humana são diretrizes que a Igreja impõe em seu trabalho pastoral. (IOKOI, 1996, p. 29)

A partir do Concílio Vaticano II, dois encontros dos bispos latino-americanos foram fundamentais na definição e consolidação da ação progressista da Igreja, em especial na estruturação da Teologia da Libertação. De acordo com Zilda Iokoi (1996,

p. 16-17):

... Medellín, 1968... cuja expressão maior se deu nas articulações que realizaram nos vários planos das lutas sociais, denunciando pobreza, miséria, falta de fé, proliferação das crenças e a declinante vocação sacerdotal na década de 1960. Neste encontro, a Igreja progressista impôs sua análise, como elemento central nas tarefas da Igreja, depois do Concílio Vaticano II, e das suas conclusões iniciou-se um fértil período de produção teórica, que envolveu o Cristianismo e culminou na estruturação da Teologia da Libertação e Teologia da Terra. Esse movimento cresceu e produziu novas práticas sociais, articulando religiosos e laicos e foi também questionado pelo setor conservador, que procurou anular as decisões de Medellín. Para isso, depois de inúmeras tentativas, em 1979, o Episcopado Latino-Americano reuniu-se em Puebla. Entretanto, mesmo tendo sido a reunião solicitada pelos religiosos contrários à Teologia da Libertação, as conclusões do encontro terminaram reafirmando Medellín...

Em agosto de 1975, Leonardo Boff abriu a introdução de *Teologia do Cativo e da Libertação*, apontando-a como um instrumento de liberdade e de justiça em meio aos “regimes fortes”, ou seja, em meio à ditadura:

A década de 60 viu a concepção e a gravidez da práxis e da idéia de libertação. Chegou à sua culminância nos Documentos de Medellín, em 1968. A partir desta data se fizeram sentir reações profundas por parte dos mantenedores da situação vigente. A década de 70 está sendo marcada na América Latina, nascedouro da teologia da libertação, pelo predomínio da ideologia da segurança nacional, com conseqüências que atingiram significativamente quadros da Igreja. Não são poucos os que proclamam o aborto daquilo que foi concebido na década anterior. Um certo sentimento de desesperança invadiu muitos grupos comprometidos. A instituição da Igreja participou do desconcerto geral provocado pela ascensão de regimes fortes. Nem sempre se pode dizer que soube alimentar a esperança de quantos confiavam nela. Há os que constatarem, ao nível dos altos escalões eclesiais, um sofrido vazio profético, tanto mais sofrido quanto mais urgente. Muitos profetas foram dizimados à vista de seus pastores. Sem embargo, não se perverteu a perspectiva de libertação. Ganhou terreno nas bases; impôs-se já à reflexão da Igreja universal, refletindo-se no Sinodo dos Bispos, em 1974, como uma maneira diferente de se fazer teologia, de se considerar o conteúdo da revelação e da tradição e de se orientar a práxis pastoral. Agora ganhou seu verdadeiro contexto: o cativo. Numa situação geral de catividade há que se pensar e trabalhar de forma libertadora. Há pouco lugar para a euforia dos anos 60, quando se podia sonhar com uma arrancada espetacular de libertação popular.

A teologia da libertação em regime de catividade tem outras tarefas do que em tempo de gozo das liberdades conquistadas. Há que semear, preparar o terreno, manter firme a esperança, consolar as vítimas, minorar as dores e lutar a favor dos direitos humanos violados. Neste campo a hierarquia da Igreja atuou de uma maneira carismática e muito evangélica. Foi e continua sendo em muitos países do continente latino-americano a única voz forte dos sem voz fracos. Soube suportar as difamações públicas com o espírito das bem-aventuranças. (BOFF, 1980, p. 9-10, grifo nosso)

A Igreja aparece, portanto, no auge da ditadura, como a instituição que poderia e deveria não apenas amparar aqueles que se encontravam “cativos”, ou seja, como alvo direto da repressão, como também deveria estimular uma prática libertadora. A Instituição, tendo em vista sua secular importância (evidentemente em função do poder a que sempre esteve atrelada), deveria funcionar como a “voz forte” dos “sem voz fracos”.

Esta libertação, apontada por Boff, deveria e era levada a cabo pela prática da Igreja junto aos oprimidos, através das Comunidades Eclesiais de Base:

Encarnou-se [a libertação] em um nível bem popular, no meio da gente secularmente pisada ou oprimida pelos mais fortes. Esta libertação se faz com inspiração nitidamente evangélica; nasce da meditação, da colocação em comum e da prática das palavras do Evangelho, dos exemplos de Cristo e dos primeiros cristãos. São as comunidades eclesiais de base, grupos de bairro, movimentos de operários e de jovens. Ensaia-se uma libertação muito humilde, porém efetiva, porque se mudam as atitudes, a práxis da vida, as relações de sociabilidade e o projeto de fundo da sociedade e também da Igreja institucional. (BOFF, 1980, p. 10)

Foi nesse âmbito e sentido que a Comissão Pastoral da Terra foi gestada e passou a atuar junto ao campesinato de todo o país, através dos “exemplos de Cristo” e da “prática das palavras do Evangelho”.

A ação política do campesinato no Brasil, a partir da segunda metade da década de 70, passou, portanto, por uma forte estruturação e mediação da Igreja.

O discurso cristão, mais ainda, o “exemplo” de Cristo, resgatou nos camponeses aquilo que Thompson (1998) chamou de *noção legitimadora* da ação social.

Para o campesinato, a concepção da terra está pautada em uma interpretação de que é “terra sem sentido” aquela em que a pessoa do camponês não pode viver em sua plenitude, ou seja, exercendo autonomia sobre o tempo, o espaço e o processo de trabalho.

A terra como dádiva de Deus está, portanto, no cerne do veio religioso que sustenta a ação política dos movimentos sociais no campo, mesmo quando mediados por outros grupos que não a Igreja.

Assim, se por um lado sempre existiu uma compreensão camponesa de que a terra é dádiva de Deus, houve, na mesma direção, a partir da década de 70, a ação da Igreja Católica, guiada através da Teologia da Libertação, a partir de uma interpretação do evangelho que se aproximava da concepção camponesa.

Essa transformação na interpretação e ação direta da Igreja teve um papel fundamental na mediação da ação camponesa e, sobretudo, na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra.

De acordo com Iokoi (1996), em seu trabalho *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964 – 1986*:

Tratava-se da construção de uma nova forma de olhar o diferente, extremamente distante da produzida pelas Cruzadas ou pela Inquisição. Isso, entretanto, não significava que as novas necessidades e desafios se fizessem de forma pacífica e homogênea no interior da Igreja.

Essa forma de olhar, ou seja, um novo tomar partido, produziu uma excessiva tensão interna que ainda está em curso. Trata-se de uma concepção que não separa a “Palavra de Deus” de sua relação com o homem concreto e analisa o desenvolvimento humano nos seus múltiplos aspectos – econômico, político, cultural, religioso. A busca da pluralidade desfoca o olhar exclusivo para um único setor da sociedade, o das classes dominantes, e amplia o foco para outros setores, encontrando as classes subalternas em condições sub-humanas de vida. (IOKOI, 1996, p. 23, grifo nosso)

Esse “novo tomar partido”, essa concepção do evangelho atrelado à realidade, foi, como discutido, a base da criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 e das Comunidades Eclesiais de Base, que se tornaram um lugar social de luta por justiça.

Nas CEB's começaram a ser feitos trabalhos a partir do Livro Êxodo, comparando a história dos trabalhadores rurais, com a dos hebreus – em busca da terra prometida (FERNANDES, 1996).

Recentemente, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, 2001) publicou uma nova tradução da bíblia em que seus tradutores tecem comentários a respeito de cada livro. No livro de Êxodo, na nota dos tradutores, lê-se a seguinte interpretação:

Deus é quem age. Ele está com o povo e com os profetas enviados ao faraó. Ele elege o povo não por ser poderoso, mas porque é oprimido. Deus opta pelos pobres e

os oprimidos.

O povo é resgatado por Deus para ser seu povo e dele receber a Instrução, o caminho da vida. Não deve obedecer aos deuses (= os poderes, as estruturas) do Egito ou de outros povos.

A leitura deste livro convida o leitor a responder uma pergunta básica: "O Senhor está ou não está no meio de nós?" (17,7;cf. 33,15-19). Com um olho nos acontecimentos de sua vida e o outro, nas páginas do Êxodo, o leitor será capaz de se encontrar, pessoalmente e em comunidade, com o Deus libertador.²⁰

Percebe-se assim que nesse trabalho de mística, os camponeses (e posteriormente, nos anos seguintes, também os trabalhadores rurais ou ex-trabalhadores rurais) foram criando uma identidade de povo de Deus. Eles construíram uma representação de povo de Deus.

Essa construção tem um sentido político muito forte. Deus está do lado dos pobres e oprimidos e cabe a estes a luta pela terra prometida. Nesse âmbito é que é construída a identidade dos "sem terra" em um sentido positivo, ao contrário do que seria de se supor, da construção de uma identidade que se faz pela "carência". Segundo Tarelho (1988, p. 116), em sua dissertação de mestrado sobre os sem-terra de Sumaré:

A consciência dos direitos, adquirida com a descoberta da comum situação de carência e de exclusão social, levou os trabalhadores a se perceberem como iguais e a se afirmarem como grupo. Esse processo foi mediatizado pelo reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas, o que contribui para a auto-afirmação de cada um dos participantes pois, afinal, "o fundamento para a afirmação da própria identidade não é a auto-identificação *tout court*, mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida."

Entretanto, a auto-afirmação de cada um dos participantes e do grupo como um todo não depende apenas do mútuo reconhecimento que ocorre internamente no jogo interativo. O reconhecimento social, a nível externo, também é decisivo nesse processo de auto-afirmação política, pois ninguém consegue afirmar a própria identidade independentemente das identificações que os demais fazem dele, isto é, ninguém almeja uma identidade desprovida de valor. E é na relação com outros agentes sociais que os trabalhadores encontram esse reconhecimento de que necessitam para se afirmar como sujeitos com identidades próprias.

A identidade se constrói a partir do discurso legitimador, fundado na leitura da bíblia de que: "*Deus é quem age. Ele está com o povo e com os profetas enviados ao faraó. Ele elege o povo não por ser poderoso, mas porque é oprimido. Deus opta pelos*

²⁰ Ver *Bíblia Sagrada*. Tradução da CNBB, Edição Comemorativa dos 50 Anos da Conferência Episcopal. Editada em conjunto por: Editora Ave Maria, Editora Vozes, Editora Salesiana, Paulus, Editora Santuário, Paulinas e Edições Loyola. Impressão: Paulus, São Paulo, 2001.

pobres e os oprimidos".

O respaldo religioso é que possibilita a ação da luta (tornada) legítima, pela terra de trabalho.

As primeiras faixas do Movimento Sem-Terra de Sumaré-SP, revelam exatamente isso: "*Terra de Deus, terra de irmãos*"²¹. As faixas levadas nas caminhadas mostram ao outro, ao de fora, aquilo que legitima a luta pela reforma agrária. Aquilo que possibilita a todos, mas também a cada um, individualmente, estar deliberada e seguramente em luta pela terra.

Nesse sentido, a luta é por aquilo que é justo, o que é legítimo; ainda que enfrentem um discurso de que a ação do movimento não é legal. Estão assim imbuídos de legitimidade: de se ver como filhos de Deus.

Tem-se, portanto, a partir daí, o pano de fundo para a interpretação dos conflitos no campo e da luta pela terra a partir do final dos anos 70 e início dos 80, até a atualidade.

Esta luta de classes respaldada pela *noção legitimadora* da terra como dádiva de Deus, e ancorada também nas noções de posse como direito e de busca de autonomia e liberdade, é que explica os movimentos sociais no campo²², movimentos estes que "reinauguram" na história da humanidade um processo de recampanização²³.

O Mapa 19 "Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo 1980-2004", apresentado a seguir mostra, de maneira inequívoca, a organização do campesinato como classe. Além disso, mostra, a partir da leitura dos demais mapas já apresentados, a continuidade da luta dos camponeses, mesmo no violento período da ditadura.

²¹ Este foi o lema da Campanha da Fraternidade de 1986.

²² BOMBARDI (2003b).

²³ Provavelmente, um dos casos mais emblemáticos dessa recampanização seja o assentamento formado a partir de moradores de rua. Para maiores detalhes ver a tese de doutorado de Marcelo Gomes Justo, "*Exculhidos*": *ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST*.

Isso significa que o movimento social não exatamente “ressurge”²⁴ com e após o período da abertura política do país, da alteração do posicionamento da Igreja, do restabelecimento dos sindicatos etc. O movimento camponês não renasce, mas sim continua, se transforma e se consolida como ação política de uma classe social cônica de si e organizada em luta pela realização de seus interesses.

Se, até os anos 60, um dos principais canais de mediação da luta camponesa foi o Partido Comunista, esse quadro se transforma a partir dos anos 70. A Igreja²⁵ se torna o canal principal e fertiliza a mobilização camponesa a tal ponto que os movimentos sociais – especialmente o MST, mas não apenas²⁶ – são constituídos e ganham autonomia, mesmo com relação à própria Igreja.

O movimento de luta pela terra no enfrentamento da violência passou, portanto, a extrapolar o âmbito dos camponeses-posseiros, camponeses-rendeiros e camponeses-parceiros, para aglutinar também os camponeses que se proletarizaram ou filhos e netos de camponeses. De acordo com o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a que a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica de expropriação. (OLIVEIRA, 2001b, p. 14)

Essa negação da expropriação da classe camponesa fica expressa tanto nos conflitos que grassam o campo, quanto no número de ocupações de terra, que tem aumentado nas últimas décadas.

²⁴ Como oportunamente discutiu a Profª. Dra. Regina Sader na arguição da tese de Marcelo Justo, anteriormente mencionada, em 04/08/2005.

²⁵ A Igreja Católica não foi a única a se tornar este canal, de acordo com José de Souza Martins: “No caso dos sem-terra, há também o claro apoio não só da Igreja Católica, mas também da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, ambas, aliás, trabalhando conjuntamente na Comissão Pastoral da Terra” (MARTINS, 1985, p. 101).

²⁶ Inúmeros são os movimentos sociais que passaram a atuar no campo além do MST a partir da década de 90. Para maiores detalhes ver Feliciano (2003) e Mitidiero Jr. (2002). Alguns destes movimentos não estão relacionados à Igreja, aparecendo outro tipo de mediação, como por exemplo, a dos sindicatos. Outras vezes a própria Igreja, através da CPT é que organiza diretamente o movimento de luta pela terra como acontece, por exemplo, na Paraíba.

Essa luta, que é duplamente uma luta de classe contra os interesses dos capitalistas ou dos grandes proprietários – e, às vezes, das duas figuras unidas em uma única – está representada nos mapas que serão apresentados a seguir²⁷.

O mapa ora apresentado, Mapa 19 – “Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1980-2004)”, fecha, em conjunto com os outros dois (mapas 17 e 18), um período de 60 anos de conflitos no campo em São Paulo.

A leitura em conjunto dos três mapas (17, 18 e 19) revela, a princípio, no período de 1945 a 1964, uma grande concentração dos conflitos na porção oeste do estado de São Paulo. Observando o Mapa 17²⁸, é possível traçar visualmente uma

²⁷ As séries publicadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) anualmente, desde 1985, foram a base de dados para a elaboração deste(s) mapa(s), no que diz respeito aos dados de conflitos por terra, violência contra camponeses e trabalhadores rurais e trabalho escravo/escravidão por dívida.

Não contabilizei os dados de morte em acidentes na estrada com bóias-frias, que a CPT cataloga separadamente, pois, muito embora eles reflitam a exploração a que estão sujeitos esses trabalhadores rurais, não fazem parte da violência deliberada contra a mobilização camponesa e/ou contra a posse/propriedade camponesa da terra.

A partir de 2002, a CPT passou a classificar separadamente os dados de conflitos por terra e por água. Como ambos envolvem a luta pela permanência na terra, mantive a informação unificada.

Com relação às “manifestações”, a CPT passou a catalogá-las a partir de 1998. Elas estão indicadas sob o símbolo de “mobilização política camponesa”, como já foi discutido. Isto indica, portanto, que o número de manifestações, na realidade, foi ainda maior do que aquele que está representado no mapa, já que os dados dizem respeito a apenas uma parte do período.

Com relação à perseguição política a camponeses e trabalhadores rurais, que aparece de forma explícita no Mapa 17 “Conflitos Sociais no Campo em São Paulo (1945-1964)”, não foi possível mapeá-las nos dois últimos períodos, posto que não apareceram discriminadas, e não houve possibilidade de inferi-las a partir das informações documentadas nas últimas fontes (a CPT, de alguns anos para cá, tem retratado o número de prisões; contudo, não há detalhes dos casos, para que pudessem ser contabilizados dessa forma). De todo modo, certo é que a perseguição política prossegue na atualidade, reconhecidamente como um processo de criminalização da luta pela terra.

Para a contabilização das ocupações de terra foram utilizados a dissertação de mestrado de Bernardo Mançano Fernandes (1996) - para o período de 1980 a 1990 - e, a partir de 1990, os dados catalogados pelo DATALUTA/CPT (2005). Com relação à violência, fiz a interpretação dos dados considerando quaisquer das formas apresentadas nas diversas categorias em que a violência é contabilizada pela CPT, conforme está esclarecido na sua metodologia (CPT < 2004): “a) Tipos de violência: *Assassinato, Tentativa de assassinato, Ameaças de morte.* b) *Violência contra a pessoa: Mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões.* b’) *Detalhamento da violência contra a pessoa: seqüestros, ameaça de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações*”. Este foi o mesmo procedimento demonstrado para o caso do MAPA (1945-64).

Como a CPT passou a sistematizar esses dados a partir de 1985, os dados referentes a 1980-1985 estão restritos aos de ocupação de terra, o que indica, novamente, que o número de conflitos, na realidade, foi ainda maior do que aquele que está mapeado.

²⁸ Os dados para a elaboração deste mapa (17) estão ancorados no trabalho do Professor Barriguelli (1981), até 1956. A partir daí até 1964 utilizei informações colhidas em campo e também as das seguintes fontes: Bergamasco (1992), Chaia (1981), Tolentino (1990) e Borges (2004). Sistematizei essas informações a partir dos mesmos critérios apontados para o MAPA 18, ou seja, a partir das indicações dadas pela CPT para sua catalogação. A única diferença, neste caso, do MAPA 17, é que nele aparecem discriminadas as perseguições políticas contra camponeses e trabalhadores rurais.

“linha” transversal no estado, a partir do município de São Manuel, na direção NE-SO, à esquerda da qual os conflitos ficam localizados. A concentração dos conflitos se dá, sobretudo, no Noroeste do estado, na região de São José do Rio Preto, justamente nas áreas em que estavam sendo formadas as fazendas de gado e a propriedade privada estava se consolidando, como já foi discutido²⁹.

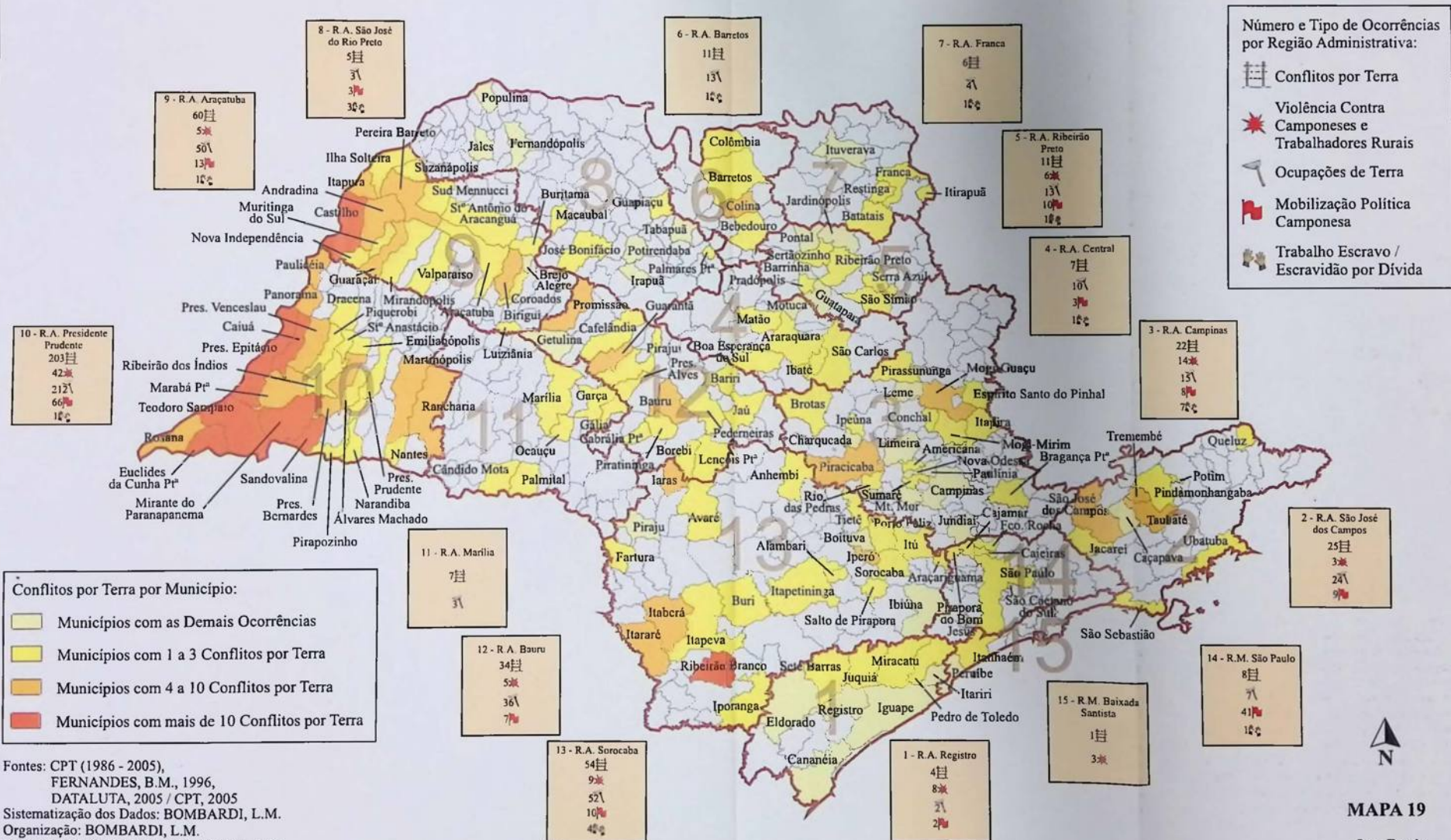
Nas duas décadas seguintes, esse quadro foi alterado. Se no primeiro período (1945-1964) havia alguns conflitos no litoral, no período de 1964-1981 a maior parte dos conflitos se deu justamente no litoral do estado, em função da especulação imobiliária, da criação dos parques e unidades de conservação e da apropriação privada de terras devolutas e quilombolas no Vale do Ribeira. É de se notar também que há uma certa “migração” dos conflitos ainda mais para o oeste, sendo o Pontal do Paranapanema a região que toma o segundo lugar em número de conflitos nesse período.

É também nesse período que tem início o movimento camponês orientado pela igreja, que se consolida na década de 80, espacializando-se ao longo dessas últimas duas décadas.

²⁹ Além dos conflitos todos apontados no mapa, vale dizer que Leonilde Servolo de Medeiros realizou sua tese de doutorado *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo* sobre o período de 1949 a 1964, catalogando as greves no campo em São Paulo a partir das notícias dos jornais comunistas: *Voz Operária*, *Novos Rumos*, *Imprensa Popular*, *Hoje*, *Notícias de Hoje* e *Terra Livre*. Parte das greves, como a própria autora demonstrou, não eram apenas de trabalhadores rurais assalariados, mas de camponeses. Entretanto, as informações trazidas nos jornais comunistas não possibilitavam identificar se as greves eram de camponeses ou de trabalhadores rurais. De acordo com a própria autora: “Desses traços é possível, pois, tirar elementos para reforçar os aspectos apontados no capítulo anterior, no sentido de precisar a que categoria social o PCB se referia quando mencionava “assalariados rurais”. Na verdade, tratava-se de um emaranhado de situações distintas, onde não estava descartado um forte vínculo com a terra (daí a referência às demandas pelo fim do Cambão, ao transporte da produção própria, etc), mas onde também havia trabalhadores totalmente expropriados, como é o caso de “volantes” e “camaradas”.” (MEDEIROS, 1995, p. 126)

Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1980 - 2004)

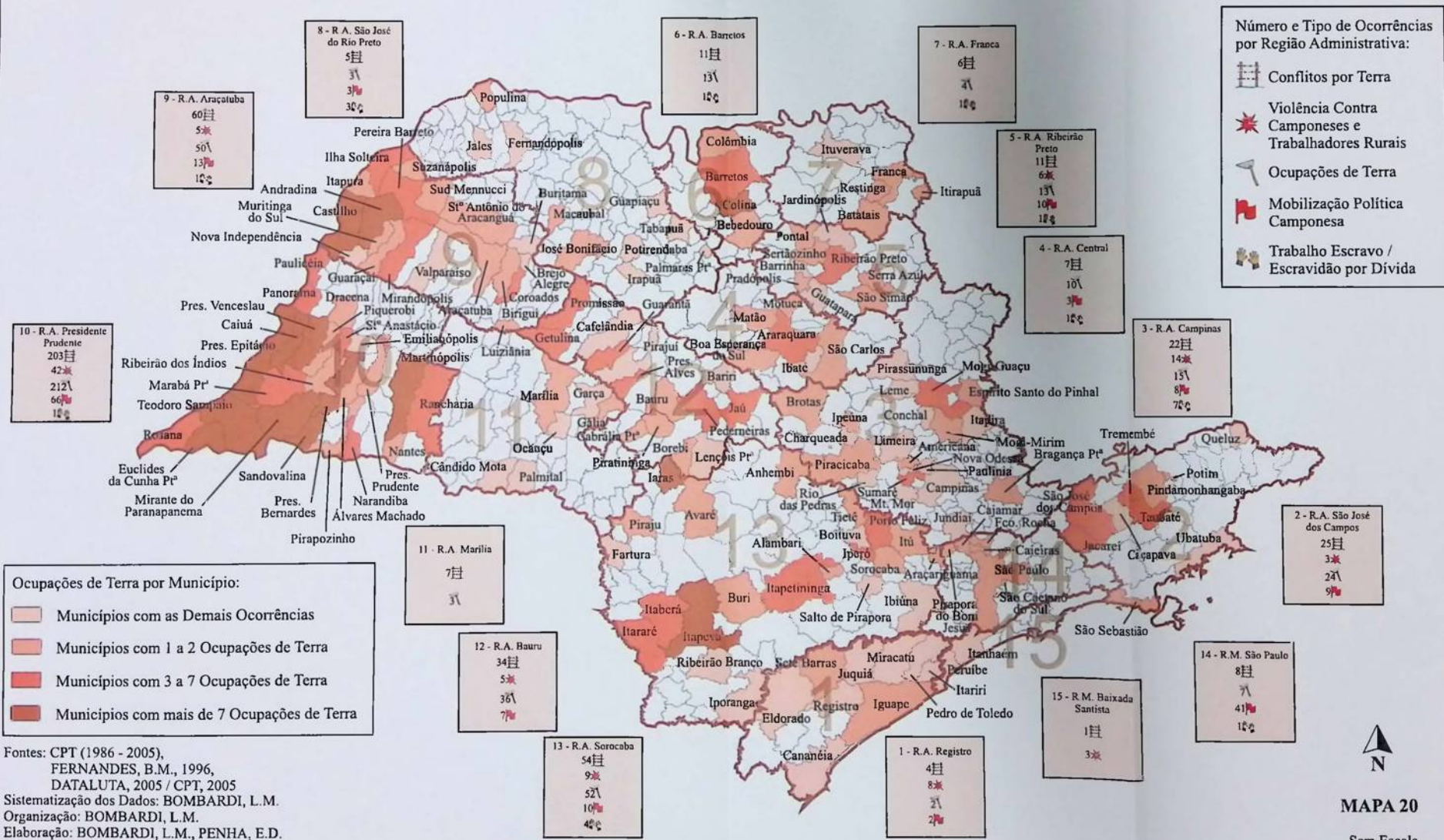
Distribuição dos Conflitos por Terra por Município



MAPA 19

Sem Escala

Geografia das Ocupações de Terra e dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1980 - 2004)



É preciso, com relação a estes mapas, advertir que eles não podem ser interpretados em comparação, mas em continuidade, posto que as fontes foram diferentes e o acesso à informação também foi se transformando ao longo dos anos. A catalogação sistemática dos conflitos, de uma maneira uniforme, tem sido levada a cabo a partir de 1985, pela Comissão Pastoral da Terra. No período da ditadura, como mostraram as autoras que produziram os dados utilizados como base para o Mapa 18, boa parte das informações eram, evidentemente, censuradas. No período anterior à ditadura, as dificuldades de acesso à informação eram, sem dúvida, também maiores, tendo em vista a pouca fluidez das notícias e informações. Isto significa que o número real de conflitos por terra, violência contra camponeses e trabalhadores rurais e mobilização política camponesa foi – especialmente durante as décadas cobertas pelos Mapas 17 e 18, respectivamente sobre os períodos (1945-1964) e (1964-1981) – significativamente maior.

Assim, muito embora se possa afirmar que houve um grande aumento dos conflitos no campo nas últimas décadas, não é possível mensurar exatamente este aumento em comparação com as décadas anteriores.

Estes mapas revelam, em conjunto, a *persistência* da ação política camponesa e a contradição de classes geradora dos conflitos no campo.

O Mapa 19 “Geografia dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo 1980-2004” é, nesse sentido, uma “fotografia” dessa luta de classes canalizada na ação política camponesa de luta pela terra, nas últimas décadas.

É possível notar no Mapa 19 a enormidade de ocorrências no campo de São Paulo e, especificamente, a grande quantidade de conflitos por terra em municípios de *todas* as regiões administrativas do estado. Nesse período, foram contabilizados no estado de São Paulo 459 conflitos por terra. Destes, 203 na Região Administrativa de Presidente Prudente; 60 na Região Administrativa de Araçatuba; 54 na Região Administrativa de Sorocaba; 34 na de Bauru; e 25 na de São José dos Campos, para citar aquelas em que o número de conflitos por terra foi maior.

Com relação ao trabalho escravo, é possível perceber que este mecanismo continua existindo no campo, em São Paulo. Foi mapeado nos dois períodos anteriores (mapas 17 e 18) e continua aparecendo nas últimas décadas no “estado economicamente mais desenvolvido”, nas seguintes regiões administrativas: São Paulo, Campinas, Central, Ribeirão Preto, Franca, Barretos, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Sorocaba. Isto significa que houve trabalho escravo em nove das 15 regiões administrativas do estado. Estes dados revelam que a “modernidade” do agronegócio está pautada em não “tão modernas” relações de trabalho; ao contrário, o capital lança formas, mecanismos, de acumulação primitiva, mesmo em seu processo de reprodução ampliada³⁰. Para utilizar uma expressão cunhada pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, esse processo se traduz em duas palavras: “Modernidade e Barbárie”³¹.

No tocante à violência contra camponeses e trabalhadores rurais, assinalada nos mapas com o símbolo de uma “explosão”, nota-se que ela está registrada em nove das 15 regiões administrativas do estado. Vale dizer que esta violência não diz respeito apenas às diferentes formas de intimidação ou ameaças; elas traduzem a truculência das classes sociais dominantes, que não raro lançam mão do assassinato como forma de conter e coibir a ação organizada camponesa³².

Nota-se, no Mapa 19, a grande concentração dos conflitos novamente no oeste do estado, particularmente no Pontal do Paranapanema, tendo os municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente, contabilizado quase metade do total de conflitos por terra no estado: 203 dos 459 conflitos.

O Pontal do Paranapanema, como já foi discutido, corresponde a um enorme “grilo”. Segundo o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

³⁰ Ver Martins, 1997.

³¹ OLIVEIRA, 2003b.

³² Esta tese está sendo escrita às vésperas do Referendo sobre o desarmamento no país. Vale dizer que na página da rede internet da UDR (União Democrática Ruralista), organização de classe dos latifundiários, há uma indicação explícita ao “voto não”, ou seja, a favor da comercialização das armas de fogo, deliberadamente apontando a concepção do direito à propriedade acima do direito à vida.

Com uma área de 900.000 ha, esta região, segundo o ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo - possui um total de 444.000 ha de terras devolutas (públicas portanto) derivadas do “grilo mãe” da fazenda Pirapozinho/Santo Anastácio (mais de 560.000 ha) datado do ano de 1886. Somente em 1958, depois da apuração da falsidade dos títulos, o governo do Estado ganhou a ação de devolução das terras.

Passados 37 anos, vários decretos de desapropriações foram assinados pelos governos estaduais atingindo uma área de 46.169 ha, que redundaram em treze assentamentos com 3350 famílias (...)

Os fazendeiros-grileiros que se dizem “proprietários” das terras griladas do Pontal, evidentemente ingressaram na justiça para contestar as ações do Estado e mais do que isto, quanto irremediavelmente perdiam, moviam ações para pedirem indenizações pelas benfeitorias. Na verdade, tudo parece uma grande farsa, pois se a justiça reconhece que essas terras não pertencem a estes fazendeiros, eles se tornaram grileiros, ou seja, utilizaram as terras sem sequer possuir uma autorização de seu proprietário (o Estado) logo, devem deixar estas terras que não lhes pertencem. E mais, é o Estado que deveria mover ações judiciais pedindo o ressarcimento pelo uso indevido de seu patrimônio, ou seja, estes fazendeiros-grileiros deveriam *pagar* no mínimo, *renda pelo uso da terra*, que legalmente pertence ao Estado. Mas não é o que acontece no Pontal. (OLIVEIRA, 2001b, p. 115-116)

O Estado, portanto, atuando de forma a atender os interesses tanto da burguesia quanto dos grandes proprietários, em diversas fases dos últimos governos (Montoro, Fleury, Covas e Alckmin), tem premiado os grileiros que se autodenominam “fazendeiros”, regularizando parte dessas terras em nome destes supostos fazendeiros, em troca da “devolução” de porções dessas terras - que não eram deles - ao Estado e, ainda, indenizando as benfeitorias³³.

A escandalosa grilagem dessas terras e sua grande improdutividade é que têm legitimado a ação camponesa. Não só grande parte dos conflitos por terra está no Pontal do Paranapanema, como também as ocupações de terra, como é possível perceber no MAPA 20 “Geografia das Ocupações de Terra e dos Conflitos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1980-2004)”.

É de se notar que a maior parte das ocupações se dá tanto na Região Administrativa de Presidente Prudente (com o maior número de ocupações e o maior número de conflitos por terra), quanto na de Araçatuba (com o segundo maior número

³³ Ver Oliveira, 2001b.

de conflitos por terra e o terceiro maior número de ocupações³⁴). Segundo Feliciano (2003, p. 223):

A concentração das ocupações nestas regiões... está vinculada principalmente à grilagem de terras (Pontal do Paranapanema) e ao alto índice de improdutividade (principalmente na região centro/noroeste). Na região oeste de São Paulo, mais precisamente no Pontal do Paranapanema, as grilagens de terra até hoje são questionadas pelos camponeses sem terra.

O Pontal do Paranapanema que possui através de seus limites físicos, o rio Paranapanema (fronteira com o estado do Paraná), o rio Paraná (fronteira com o Mato Grosso do Sul) e o rio do Peixe (que o separa da região da Alta Paulista), passou por um intenso processo de grilagem de terras desde o início do século XX. [...] O Movimento Camponês viu nessa irregularidade, a possibilidade de luta para sua recriação. Por isso sua atuação é forte nessa região,

A escolha das ocupações de terra, como forma de atuação política adotada pelos camponeses organizados, só é possível porque eles estão amparados pela noção da terra como “dádiva de Deus”. Nesse sentido, a ação da Igreja, como já foi apontado, tem tido um papel preponderante:

Tal inspiração foi encontrada fundamentalmente na história do povo hebreu. Refletindo sobre essa questão, num trabalho realizado para a obtenção do grau de Bacharel em Teologia, Estevo – um dos principais agentes da Igreja junto ao movimento – diz o seguinte: “A leitura do êxodo feita junto pelos trabalhadores sem terra foi fator determinante no despertar da consciência da opressão. Através dela o grupo se auto-identificou como um povo com as mesmas carências, mesma luta, um povo errante que caminhava”. Ou seja, os textos bíblicos consagrados ao Êxodo, interpretados a partir de uma visão político-religiosa, ajudaram os trabalhadores a tomar consciência da comum situação de opressão e a se identificarem como grupo. (TARELHO, 1988, p. 132)

Uma das lideranças do Movimento Sem-Terra de Sumaré, João Calixto, afirma – ao receber diversos grupos de alunos de diferentes universidades que visitam o assentamento – que “Jesus foi o primeiro homem da reforma agrária”³⁵. É através dessa concepção e da identidade construída como povo migrante, assim como o povo hebreu e, re-interpretando a própria história – ao se darem conta de que vivenciam

³⁴ Com duas ocupações a menos do que a Região Administrativa de Sorocaba, região em que se encontra o Município de Itapeva, que, sozinho, contabilizou 10 ocupações. Itapeva é justamente o município em que está localizada a Fazenda Pirituba. A Fazenda, na verdade, tem também uma parte de sua área no município de Itaberá, que contabilizou quatro ocupações no período.

³⁵ Depoimento dado aos alunos da disciplina Geografia Agrária, da PUC-Campinas, em trabalho de campo realizado em 26/09/2004.

uma história que é coletiva (TARELHO, 1988) – que a busca pela terra prometida, terra de liberdade e de autonomia é concretizada através das ocupações.

Essas ocupações, que no início da década de 80 foram pontuais, tornaram-se articuladas na medida em que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), articulou-se no estado e ao mesmo tempo nacionalmente. A Igreja teve também um papel significativo nessa articulação, ou seja, na própria consolidação do MST:

A conquista das terras na fazenda Primavera abriu caminho para novas lutas na região Alta Noroeste. Nas primeiras reuniões das CEBs, um dos temas de discussão era a Campanha Nacional pela Reforma Agrária [...]

A partir das reuniões para reflexão a respeito do tema da reforma agrária, o Movimento se espacializou pela região Noroeste e outras regiões do estado. De forma que, em fevereiro de 1983, o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e a CPT realizaram em Andradina, no salão da Paróquia Nossa Senhora das Graças, um encontro que reuniu mais de mil e duzentos trabalhadores rurais de trinta e quatro municípios. [...]

Neste momento da luta, a CPT articulou a aproximação dos movimentos sociais em processo de formação e os movimentos que executavam suas primeiras experiências, como por exemplo: o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem-terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc. Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul. Uma das reuniões da Coordenação foi realizada em Araçatuba. Essa articulação promovida com o apoio da CPT contribuiu na fundação do MST em nível nacional e para formação do MST no estado. Assim, sob a coordenação da CPT, foi realizado no primeiro dia de maio, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina, o primeiro encontro com o objetivo de se organizar um movimento em âmbito estadual. (Fernandes, 1996, p 97-98)

Com a formação do MST em nível estadual e também em nível nacional, as ocupações de terra tomaram corpo e passaram a estar presentes em número cada vez maior, nas diversas partes do estado de São Paulo. Nesse sentido, conforme o Mapa 20, das 14 regiões administrativas do estado, as ocupações de terra estão presentes em 13 delas³⁶.

³⁶ Atualmente, particularmente a partir do final da década de 90, o MST não é o único Movimento de luta pela terra, especialmente no Pontal do Paranapanema. Segundo Feliciano (2003, p. 223): “Hoje (2002) atuam nessa região 07 movimentos de camponeses sem-terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Central do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Brasil (MTRSTB), Movimento Terra e Pão (MTP), Movimento Terra Brasil (MTB) e Movimentos Independentes”.

Dentre os municípios do Pontal do Paranapanema há alguns com um número elevado de ocupações, tais como o de Mirante do Paranapanema, com 42 ocupações, o de Presidente Epitácio, com 23 ocupações, o de Teodoro Sampaio, com 22 ocupações, o de Sandovalina, com 19 ocupações e Euclides da Cunha Paulista, também com 19 ocupações.

Esta massiva ocupação de terras conduzida pelo campesinato, que “salta aos olhos” ao observar o Mapa 20, coalhado por municípios em que esteve presente essa forma de luta, revela a grande articulação da organização política camponesa, que passou a socializar os caminhos encontrados na luta pelo acesso à terra³⁷.

O mecanismo das ocupações é que tem levado o Estado - na mediação do interesse de classes e, mais do que isto, como representante dos interesses da burguesia e dos grandes proprietários - a “ceder” e proceder na realização de assentamentos. Segundo Feliciano (2003, p. 227):

... o número de Projetos de Assentamentos Rurais só aumentou em decorrência do crescimento do movimento camponês sem-terra no estado. Do governo de Luis Antonio Fleury Filho (1991-1994), para o primeiro mandato de Mário Covas (1995 a 1998) o número de ocupações saltou de 21 para 99 ocupações...

Feliciano (2003) mostra que do Governo Fleury para o Governo Covas, em que houve esse salto no número de ocupações, o número de famílias assentadas também subiu, passando de 551 para 4315, respectivamente.

No Mapa 21 “Geografia dos Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo (1980-2004)” está representada a direta associação entre a realização dos assentamentos e a ocupação de terras. Ou seja, os assentamentos estão vinculados à ação do movimento camponês organizado. É nítida a proximidade dos municípios com ocupações daqueles municípios em que foram efetivados os assentamentos; mais do que isto, é possível observar também que em boa parte dos municípios houve a sobreposição da informação da existência de ocupação de terra e de assentamentos. As únicas exceções no estado estão nas regiões central e nordeste, respectivamente em

³⁷ Ver Fernandes, 1996.

torno do triângulo Bauru – Brotas - Anhembi e Ribeirão Preto – Batatais - Serra Azul, justamente as regiões em que o capital está territorializado no campo através da cultura da cana, onde muito embora tenha havido ocupações de terra, não há registros de assentamentos³⁸. Ainda assim, há municípios às bordas dos mencionados em que já há a presença de assentamentos.

Nesse sentido, nota-se, particularmente no Pontal do Paranapanema, como esta sobreposição entre ocupações e acampamentos se dá.

Pelas cores³⁹ é possível perceber que esta é a região do estado de São Paulo que congrega o maior número de assentamentos (Região Administrativa de Presidente Prudente). Nota-se que em dois municípios, marcados com o laranja mais forte do mapa, o número de assentamentos foi entre 19 e 29 (29 em Mirante do Paranapanema e 19 em Teodoro Sampaio). Percebe-se também, observando o número que aparece ao lado do “símbolo da enxada”, que representa as ocupações, que em Mirante do Paranapanema estas totalizaram 42 e em Teodoro Sampaio, 22.

A região do Pontal do Paranapanema, marcada pelo processo de grilagem de terras foi, em conjunto com a de Sumaré, Itapeva e Andradina, um dos berços da formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

Nesta região o movimento camponês encontra-se extremamente consolidado, tendo inclusive uma gama de sete diferentes movimentos atuando na região, de acordo com Feliciano (2003).

Não é por acaso, portanto, que o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia seja do Pontal do Paranapanema. Ou seja, a ação política de classe do campesinato organizado, pressionando os grandes proprietários de terra, tem como contrapartida a classe social com a qual antagonizam organizando-se violentamente para defender a propriedade privada (que no caso do Pontal sequer é

³⁸ Estes dados foram contabilizados até 2004. Há, em Ribeirão Preto, um assentamento recente de um grupo que esteve acampado até fevereiro de 2005 em Itu, originado do acampamento Terra Sem Males.

³⁹ Optei pela utilização de cores, ao invés de círculos concêntricos, por exemplo, pois com um grande número de ocorrências em municípios próximos, os símbolos iriam se sobrepor aos municípios, impossibilitando a visualização dos mesmos.

legal).

Deste modo é que se compreende porque a violência contra camponeses e trabalhadores rurais, retratada no Mapa 19 (sob o símbolo da explosão), teve sua maior expressão no Pontal do Paranapanema. A Região Administrativa de Presidente Prudente foi palco, no período de 1980 a 2004, de pelo menos 42 casos de violência direta contra camponeses e trabalhadores rurais.

Esta violência é a marca da luta de classes, ela é o expediente utilizado pelas classes sociais hegemônicas procurando sufocar a ação política camponesa. Assim, a região do Estado de São Paulo em que o movimento camponês está mais consolidado é também aquela em que o processo de violência é brutal.

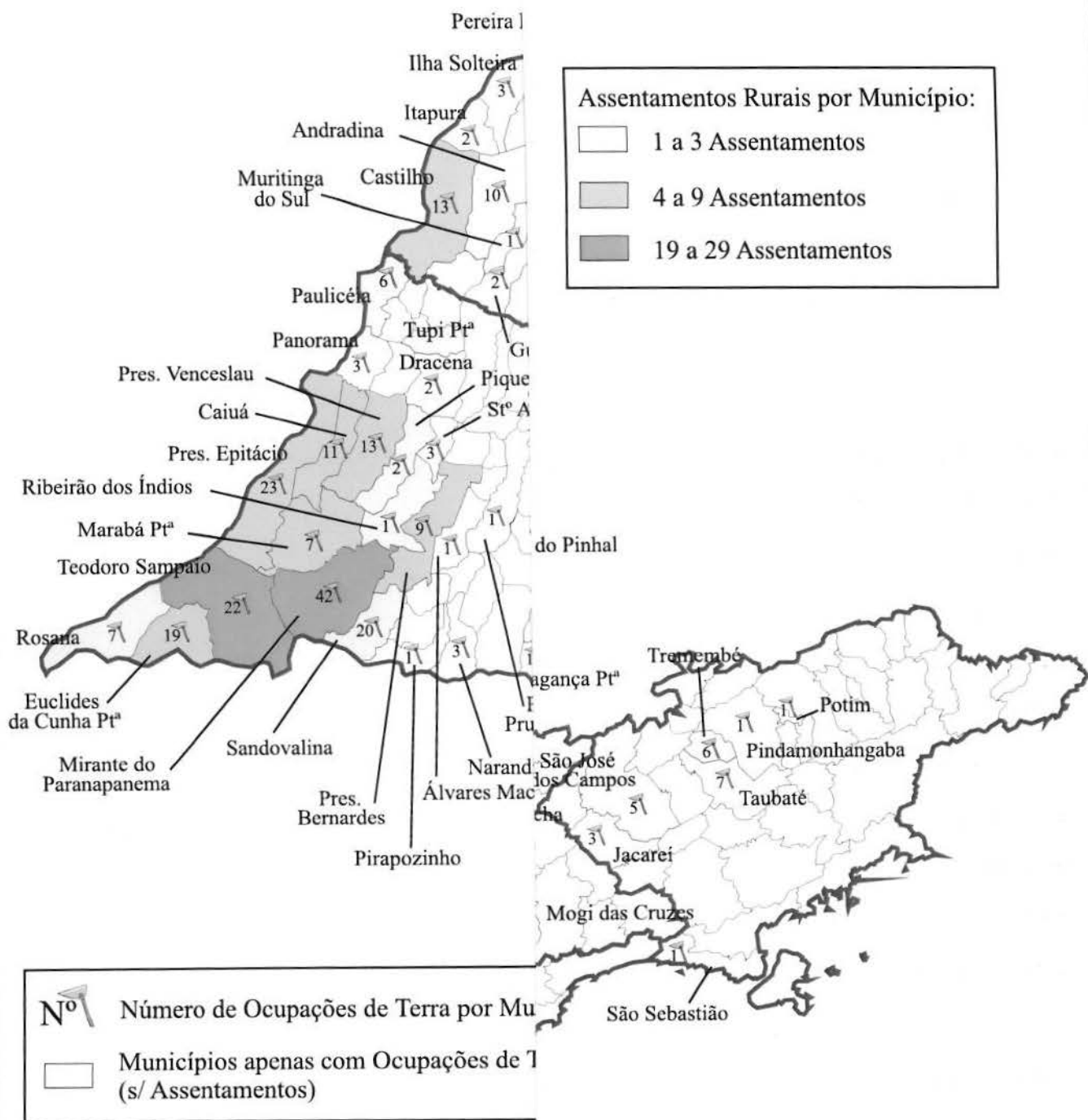
Percebe-se no Mapa 21 (Geografia dos Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo) que a região do Pontal do Paranapanema, e as dos municípios de Itapeva, de Andradina e de Sumaré, são aquelas em que há municípios em que o número de assentamentos é de 4 a 9, correspondendo também a um maior número de ocupações.

Estas são justamente as regiões em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu no Estado de São Paulo e que, portanto, têm o movimento camponês organizado e consolidado.

Desta forma, a concentração dos assentamentos nestas áreas e, particularmente, no Pontal do Paranapanema, tem um sentido que é político, ou seja, ela é resultado da organização política camponesa. Esta organização que tem como forma principal de atuação política as ocupações de terra, grafadas no Mapa 21 com o símbolo da enxada, é que estão por trás da realização dos assentamentos.

Isto significa que a reforma agrária está - como sempre esteve - a reboque da ação do campesinato. Como foi possível perceber no capítulo referente à Lei de Revisão Agrária, foi a mobilização camponesa que colocou na ordem do dia a questão agrária. Esta ação ficou explícita no Mapa 17, e foi ela, portanto, que obrigou as classes dominantes a reverem o seu monopólio de classe sobre a terra.

Geografia do (1980 - 2004)



Fontes: FERNANDES, B.M., 1996, DATALUTA, 2005 / CPT, 2005.
 Sistematização dos Dados: BOMBARDI, L.M.
 Organização: BOMBARDI, L.M.
 Elaboração: BOMBARDI, L.M., PENHA, E.D.
 Base: IBGE / 2002 - São Paulo - Municípios.



MAPA 21

Sem Escala

Desta forma, é o conflito, como expressão da luta de classes que tem gerado no país as políticas de reforma agrária. Ou seja, nunca foi o Estado que implantou a reforma agrária como um mecanismo de desenvolvimento econômico e social. Ao contrário disto, o campo conflitado é que obrigou o Estado a implantar a reforma agrária.

A reforma agrária é, enfim, a apropriação de frações do território pelo campesinato, fruto da luta e do enfrentamento de classe levado a cabo por ele.

É assim que a luta pela terra está enraizada em todo o país e tem se territorializado ao longo das décadas. Estes mapas demonstram a força da organização camponesa e, ao mesmo tempo, a crueza e violência levada a cabo pelas classes dominantes.

Estes mapas contrariam, portanto, a concepção do campesinato como resquício de um passado feudal e de sua pouca capacidade de organização. A visão de que o campesinato não se organiza, a não ser em nível local e de forma efêmera, é a que expressa o historiador Eric Hobsbawm:

Teniendo presente esto, consideremos si puede haber algo así como un movimiento campesino nacional o una revuelta o levantamiento nacionales. Yo lo dudo mucho. La acción local y regional, que constituye la norma, sólo se convierte en acción más amplia por mediación de fuerzas externas – naturales, económicas, políticas o ideológicas – y sólo cuando un número muy grande de comunidades o pueblos son conducidos simultáneamente en la misma dirección. Pero aun cuando tiene lugar una acción así, amplia y general, raramente coincide con el ámbito del estado (como se ha visto por lo anterior), ni siquiera en estados bastante pequeños, y se trata menos de un único movimiento general que de un conglomerado de movimientos locales y regionales cuya unidad es momentánea y frágil. Quizás es que los hombres de la colta y los de la montaña son demasiado diferentes entre si como para estar de acuerdo demasiado tiempo.

Los mayores movimientos campesinos parecen ser todos regionales, o coaliciones de movimientos regionales. O bien, si los movimientos campesinos se desarrollan por todo un territorio estatal, y no son patrocinados u organizados por sus autoridades, es poco probable que sean simultáneos o que tengan las mismas características o presenten las mismas exigencias políticas. En el peor caso esta formación de grandes movimientos campesinos a partir de un mosaico de otros pequeños puede dar lugar únicamente a una serie de enclaves dispersos que no afectan al resto del país. (HOBSBAWM, 1976, p. 18-19)

As informações trazidas nos mapas desdizem completamente esse tipo de visão. Mostram, ao contrário, a força da organização camponesa, sua resistência pela permanência na terra ou sua luta pelo acesso a ela.

No sentido oposto daquele apontado por Hobsbawm, vê-se o movimento camponês não apenas existindo no plano organizacional, como territorializando-se através dos assentamentos no estado de São Paulo inteiro e, mais do que isso, e ao mesmo tempo, extrapolando o âmbito “regional” ou dos estados e ganhando um caráter nacional⁴⁰.

Os mapas representam, portanto, a organização do campesinato que, em busca por sua reprodução, tem desenvolvido sua consciência de classe, e tem, notadamente nas últimas décadas, articulado-se politicamente a tal ponto que – contrariando expectativas como as expressas por Hobsbawm – não apenas existe como “classe em si”, mas como “classe para si”.

Esses conflitos no campo que grassam no estado de São Paulo há décadas – mapeados neste trabalho a partir da década de 40, ou seja, há 60 anos – revelam além da luta de classes, a resistência de classe do campesinato. Esta resistência é pela permanência na terra, pela volta à terra quando perdida, por uma forma específica de viver, por um modo específico de relacionamento social.

Esta forma específica é traduzida nas falas dos camponeses que vivenciaram o processo de reforma agrária, relatadas nas epígrafes deste capítulo. Diz respeito a uma concepção de justiça que é atrelada à terra e à vida: *“E essa reforma que o Governo quer fazer agora? Não é assim que ele quer fazer? Lotear as terras para o pessoal que não tem terra? Mas se o governo conseguisse fazer isso, ia acabar a fome do mundo!... Porque todo mundo ia plantar e ia colher!... Tem muita gente que está para a cidade porque não tem terra para trabalhar.”* Esta é a forma com que a camponesa entrevistada traduz sua própria experiência e vê nessa experiência a possibilidade de

⁴⁰ Ou mesmo internacional se considerarmos a Via Campesina, que congrega movimentos de países da África, Ásia, América e Europa. Ver <http://viacampesina.org>.

superação da condição dos camponeses que hoje vivem a condição que ela própria vivia há 45 anos, antes de ser assentada no projeto de Revisão Agrária.

Esta especificidade do campesinato, absolutamente buscada e valorizada por ele, é que alimenta sua resistência. A resistência, aliás, é, sabidamente, o modo como o camponês se reproduz, e ele tem consciência disto: *“Nós estamos presos no meio da área dele. Só nós aqui presos. Ele é vizinho aqui, vizinho na cabeceira, vizinho de lado aqui. Todos os anos ele quer comprar. E todos os anos ele mexe comigo e eu vou levando, falei: Mas eu estou criando o neto, as netas.”* O camponês assentado em Jaú, envolto na territorialização do capital, sabe que sua continuidade é fruto de sua resistência. Ao falar que está criando o neto e as netas em sua terra, está se referindo diretamente à reprodução camponesa, à resistência como forma de reprodução camponesa.

A consciência do camponês de que ele se antepõe a interesses que são de classe fica explícita na fala de uma senhora assentada no Bairro Reforma Agrária em Campinas: *“... Se não tivesse aberto a Reforma aqui, isso aqui agora era tudo pasto, porque aqui tudo era fazenda de café...”*.

A reforma agrária aparece, portanto, em oposição à propriedade da terra como reserva de valor. Aparece como a possibilidade de superação da injustiça, já que ao invés das famílias ocupando a terra, haveria o pasto.

Ao longo deste trabalho, desde seus capítulos iniciais, foi possível compreender o conflito de classe como o motor dos conflitos e movimentos sociais no campo.

O conflito entre as classes sociais que se antagonizam não são totalmente superados com a realização da reforma agrária. Esse conflito de interesses, especificamente no que tange à subordinação da renda camponesa ao capital, perdura. Perdura também a sanha pela apropriação da terra camponesa quando nas beiras da territorialização do capital monopolista, como ficou explícito na fala anteriormente citada do camponês de Jaú, refletindo sua resistência à “adulação” do fazendeiro, que todos os anos tenta comprar a terra camponesa.

Com relação à subordinação da renda camponesa ao capital, o camponês é absolutamente consciente desse processo, como foi discutido. Ou seja, ele sabe que sua inserção na sociedade é subordinada e reconhece a “condição” de classe que vivencia. Isto fica claro em um dos depoimentos relatados neste trabalho, de um camponês assentado no Bairro Reforma Agrária em Campinas: *“O pessoal não percebeu, eu tenho isso na minha cabeça, nós não somos pessoas assim, livres, nós somos escravos ainda, eu acho que é escravidão, porque são eles que sobem o dólar, que sobem o adubo, que sobem o veneno, o que é que nós somos? Nós somos escravos, eles só estão iludindo a gente, eu acho que nós somos escravos ainda, na roça, é, entendeu? Porque, o que é que é a roça? Se eu não plantar, eu não colho”*. A palavra “escravo”, escolhida pelo camponês, traduz a concepção de sua situação: ele está sujeito aos preços impostos pelo capital (no caso industrial) e está de mãos atadas para lidar com essa situação. Fica clara sua consciência de classe, do tipo de inserção dessa classe na sociedade capitalista.

Evidentemente o camponês procura formas de escapar dessa subordinação, como foi possível observar através de vários exemplos dos camponeses do próprio Bairro Reforma Agrária, em Campinas. Aliás, as formas de lidar com a subordinação que esses camponeses desenvolveram têm sido responsáveis pela territorialização camponesa há várias décadas.

De qualquer modo, os interesses divergentes de classes sociais antagônicas são vivenciados cotidianamente pelos camponeses assentados. Um dos exemplos emblemáticos dessa subordinação está no depoimento de um ex-assentado do Projeto de Revisão Agrária em Marília, que conta como a indústria compradora do amendoim cultivado pelos camponeses subordinava a renda da família. Após a subordinação – perpetrada pelo capitalista – o camponês se *insubordinou* e sua ação foi traduzida pelo dono da indústria como “loucura”. Assim é que em resposta à seguinte fala do camponês: *“Eu devo dinheiro para você, não devo amendoim, o amendoim é meu, eu vendo para quem eu quero! Se você não vai pagar esse tanto, então o outro lá paga, eu vendo para ele!”*, o capitalista respondeu: *“Não manda aquele doido vir trazer*

amendoim aqui mais não, aquilo lá é doido, é igual ao pai dele". A insubordinação, como discutido, é interpretada como "loucura", ou seja, o camponês é consciente de sua condição "subordinada" mas é também consciente de que o produto de seu trabalho lhe pertence. Ao quebrar o ciclo da subordinação, foi chamado de doido, mas não de desonesto ou ladrão, evidentemente porque seu procedimento, embora pouco usual, não era ilegal.

O Estado - sem dúvida nenhuma, no caso específico da Fazenda do Estado (Santa Helena) em Marília – quando foi mudada a conduta do governo (na passagem da gestão Carvalho Pinto para Adhemar de Barros), não mediou minimamente os interesses de classe presentes. Ao contrário, funcionou como mais um canal de extorsão da renda camponesa, majorando os preços pagos pelos lotes e, especificamente, apoiando e praticamente determinando os cultivos destinados diretamente à indústria. Em outros termos, o Estado, burguês, possibilitou e estimulou que a ordem do "*laissez faire*" se instaurasse em meio a um projeto de reforma agrária nascente. Naquele momento, portanto, o conflito de classes recrudescceu e o Estado voltou atrás em uma política que minimamente discutia o sentido da propriedade privada da terra e, portanto, a coalizão de forças das classes sociais.

Como foi visto ao longo do trabalho, camponeses das diversas áreas de assentamento da Lei de Revisão Agrária encontraram formas de escapar à subordinação de grande parte de sua renda e reproduzem-se em suas terras há mais de 40 anos.

Essa continuidade na terra tem sido buscada de diversas maneiras. Nos casos em que os camponeses foram expulsos ou sofreram diretamente ameaça de expulsão (como em Meridiano e Itapeva) foram vistos os vários exemplos de resistência para a continuidade na terra. Em outros casos, como por exemplo no de Jaú, a criação de suínos e gado garantiu a permanência na terra. No caso das famílias que não lograram continuar, a migração surge como uma das possibilidades de reprodução camponesa. Há também os casos em que o trabalho assalariado serviu como mecanismo de

acumulação para a compra de mais terra e a garantia da reprodução camponesa.

Evidentemente, houve diferenças na trajetória de cada uma das áreas. A possibilidade de interpretação dessas diferenças se dá justamente através da compreensão do campesinato como classe social e, ao mesmo tempo, através da compreensão de que essa classe social é guiada por uma ordem moral que se antepõe à ordem do capital. É necessário, nesse sentido, e no que tange às políticas públicas de reforma agrária, o entendimento da complexidade do modo como o campesinato produz e se reproduz.

Esta complexa inserção no modo capitalista de produção contraria a interpretação da viabilidade da reforma agrária em áreas longínquas e longe das grandes vias de circulação⁴¹.

A pesquisa desenvolvida aponta em uma direção oposta a essa. O assentamento na Fazenda Capivari, que é hoje o Bairro Reforma Agrária, está localizado na região economicamente mais desenvolvida do país, próximo a grandes vias de circulação e duas grandes metrópoles e é justamente onde a maioria dos camponeses assentados (como atesta o Mapa 6) tem se reproduzido com um nível muito positivo, inclusive com acesso a bens de consumo considerados “exclusivos do mundo urbano”.

A distância relativa do mercado e, vinculada a esta, a subordinação às indústrias processadoras das mercadorias produzidas pelos camponeses, tiveram um peso significativo em suas trajetórias.

A distância é relativa, pois ela “muda” em função da melhoria das vias de circulação, que diminui o tempo de transporte, o que acarreta uma maior ou menor possibilidade de extração da renda da terra, neste caso trata-se da Renda da Terra Diferencial I⁴².

O desenvolvimento desta tese procurou mostrar que a estrutura familiar, os mecanismos de renda da terra e a forma de relação com o mercado é que possibilitam

⁴¹ Ver Santos (1995).

⁴² A este respeito, ver Oliveira (1985).

o entendimento de trajetórias positivas de reforma agrária. Como foi discutido anteriormente, autores como Shanin (1983) e Chayanov (1974) contribuem em muito com essa interpretação. O primeiro, por fornecer uma visão da “flexibilidade” da mobilidade camponesa em meio à sociedade de mercado e o segundo, por demonstrar o quanto a estrutura familiar é fundamental no caminho das unidades camponesas. Esses fatores foram largamente discutidos nos capítulos específicos de cada assentamento.

Vale dizer que os camponeses assentados em suas terras continuam lutando contra a subordinação de sua renda, procurando mecanismos de diminuir, suprimir, ou alterar essa subordinação.

Essa certa maleabilidade na relação com o mercado - e a produção camponesa baseada na reprodução simples - é que explicam, sob o ponto de vista econômico, a sua resistência. Como foi apontado, esse aspecto econômico da produção camponesa deve ser compreendido a partir de sua prática cotidiana, orientada por sua ordem moral.

A resistência e persistência camponesas territorializam-se quando os camponeses são assentados. Essa territorialização se dá de tal forma que frações do território se transformam em unidades territoriais camponesas, forjadas pela teia de parentesco, compadrio e vizinhança que resultam na unidade e na “identidade territorial” expressas no modo como os camponeses se referem a eles próprios e a seus vizinhos. Essa unidade territorial é fruto da transformação dos assentamentos em bairros rurais.

A própria constituição dos bairros rurais que é feita a partir da troca de informações entre as famílias camponesas é também expressão dos mecanismos encontrados por eles para se relacionarem da melhor forma possível com o mercado, ou seja, buscando uma menor apropriação de sua renda pelo capital. Também o bairro rural, como fruto da apropriação camponesa do território, antagoniza com o território capitalista, é visivelmente antagônica a ele, é possível captar com o olhar essa

contradição.

A busca camponesa pela terra de liberdade e de autonomia e, portanto, seu conflito com os grandes proprietários e os capitalistas, que tem atravessado décadas, como ficou mapeado neste trabalho, é um conflito que atravessa também os séculos.

O geógrafo anarquista Piotr Kropotkin, em seus escritos de 1880-1882⁴³, sob o título a “questão agrária”, revela não só a presença deste conflito de classes na Europa, como também o campesinato organizado, seja para a conquista da terra, seja para a diminuição da subordinação de sua renda:

Quem não lê as notícias da Irlanda, sempre as mesmas? A metade deste país está em revolta contra seus senhores. Os camponeses não pagam mais o arrendamento aos proprietários do solo; aqueles mesmo que desejariam fazê-lo, não ousam mais, com medo de ter de se explicar com a Liga Agrária – poderosa organização secreta, que estende suas ramificações aos vilarejos e pune aqueles que desobedecem sua palavra de ordem: “recusar o pagamento do arrendamento”. Os proprietários não ousam exigir o pagamento do aluguel. Se eles quisessem receber este dinheiro, que lhes devem neste momento, deveriam dispor de cem mil policiais e provocariam uma revolta (...) Se nos transportarmos à outra extremidade do continente, à Espanha, encontraremos uma situação análoga. De um lado, como na Andaluzia e na província de Valência, onde a propriedade fundiária concentrou-se em poucas mãos, legiões de camponeses famintos, ligados entre si, fazem guerrilha sem trégua nem mercê, aos senhores. Favorecidos por uma noite escura, os rebanhos do proprietário são exterminados, as plantações de árvores queimadas em centenas de hectares ao mesmo tempo; as granjas queimam e aqueles que denunciam às autoridades os autores destes atos, assim como o alcaide, que ousa processá-los cai sob as facas da liga. (KROPOTKIN, 2005, p. 118-119)

Essa ação organizada do campesinato, em outro tempo e em outro continente, é extremamente similar à atual, no sentido da contestação da propriedade privada da terra. A atuação dos grupos “no escuro da noite” torna possível um paralelo com o Movimento Zapatista em Chiapas⁴⁴, cujos indígenas circulam à noite, sem que possam ser identificados. Isto também reporta aos próprios camponeses da Fazenda Pirituba, que só conseguiram voltar a plantar em suas terras após a fazenda ter sido incendiada.

⁴³ Os artigos redigidos por Kropotkin entre os anos 1880 e 1882, foram feitos em um período em que este esteve hospedado na casa de seu amigo e também geógrafo anarquista Elisée Reclus, na Suíça. Os artigos foram publicados no jornal anarquista *Le Revolte*. Foi Reclus quem organizou esses artigos e os editou sob o título *Paroles d'un Révolté*, prefaciando o livro, no período em que Kropotkin esteve preso na França. Ver a Apresentação de Martin Zemliak em Kropotkin (2005).

⁴⁴ Ver Arellano (2002).

Kropotkin mostra que a questão da terra extrapola o âmbito do trabalho. Aliás, o autor demonstra a existência de um movimento de luta pelo acesso à terra na Inglaterra. Mostra também a existência de uma *liga* de trabalhadores rurais assalariados que lutava por melhores salários, transformando-se em uma *liga* que passou a lutar pelo acesso à terra:

O que há de surpreendente em que o grito de “Nacionalização do solo!” torne-se, hoje, o grito de agrupamento de todos os descontentes? A grande Liga da Terra e do Trabalho pedia, desde 1869, que todas as terras dos grandes senhores fossem confiscadas por toda a nação, e esta idéia ganha terreno a cada dia. A Liga dos Trabalhadores dos Campos, fortalecida com 150.000 membros, que há dez anos só tinha um único objetivo, o de aumentar, pela greve, os salários, pede, agora, ela também, o desapossamento dos senhores. (KROPOTKIN, 2005, p. 124)

Elisée Reclus, grande amigo e interlocutor de Kropotkin, ao analisar a propriedade da terra na Europa, apontou a grande propriedade como um empecilho e como um problema social a ser superado:

Seja por efeito da herança feudal, como na Grã-Bretanha, na Alemanha do Norte, na Lombardia, seja em virtude de conquista, como na Irlanda, seja por grandes aquisições, como na Austrália, a divisão da terra em latifúndio tornou-se regra em certas regiões, onde os verdadeiros trabalhadores são quase sempre excluídos de qualquer parcela de posse no terreno produtivo. Cita-se principalmente o exemplo clássico do norte da Escócia, onde o território está, por assim dizer, inteiramente nas mãos de alguns privilegiados, muitos dos quais não conseguiriam atravessar sua propriedade a galope em um dia; em contrapartida, a maior parte sequer se preocupou em explorá-la, bastando-lhes receber a renda.

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultivo, se trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos onde são aplicadas as mais recentes técnicas, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou de animais ou ainda praticaram processos de produção desconhecidos até então, é preciso não se esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. (RECLUS, 1985, p. 84-5)

Seja como for, pode-se indagar se a grande propriedade, enaltecida como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, pela soma de suas influências, menos eficaz do ponto de vista dos melhoramentos materiais que a pequena propriedade, por mais dividida que seja. Se quisesse, na economia geral da França, medir com minúcia, de um lado, todos os excedentes de lucro devidos à gerência de um só em vastas

propriedades, e de outro, todos os desperdícios causados às comunas pelos parques reservados a raros privilegiados, pelos territórios de caça, pelos matagais que substituem as pequenas propriedades, talvez a balança pendesse bem para o lado do prejuízo e a grande propriedade continuasse para os povos modernos o que ela foi para os antigos, o flagelo da morte. Por outro lado, na pequena propriedade a iniciativa conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonegados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para eles sem que tenham realizado experiências duráveis. (RECLUS, 1985, p. 90-1)

Nota-se que o autor abordou a maneira como era feita a apropriação da terra e propôs que esta devesse ter um caráter social. Ele abordou também os efeitos nefastos da grande propriedade sobre o meio ambiente e, ainda mais, mostrou que as pequenas propriedades eram mais produtivas do que as maiores. Enfim, pôs em discussão a terra como reserva de valor e como mercadoria.

A questão agrária é, tal como apontavam os geógrafos anarquistas, uma questão latente. Kropotkin mostra a existência de movimentos messiânicos também na Europa:

... O que haverá de surpreendente, se nestas províncias a revolta se instalar surpreendentemente! Ora é um fanático pregando o comunismo religioso, que arrasta atrás de si milhares de camponeses, e estes sectários só são dispersados sob as balas dos soldados; ora é um vilarejo que vem em massa apoderar-se das terras incultas de algum senhor e as lavram por sua conta... (KROPOTKIN, 2005, p. 120)

Kropotkin e Reclus puderam, no âmbito da geografia, captar a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. A abordagem dialética de ambos permitiu com que percebessem a contradição e o conflito como marcas da sociedade. A partir deste entendimento é que enxergaram a latência dos conflitos e a contraditoriedade do capitalismo, em um período em que a Geografia era fundamentalmente colonialista, marcada pelo expansionismo europeu e justificadora desta expansão através do “discurso científico geográfico”⁴⁵. Exatamente por isto foram perseguidos, exilados e praticamente aliados da história do pensamento geográfico.

Os geógrafos anarquistas puderam em seu tempo, através de uma concepção

⁴⁵ Ver: Gonçalves (1978) e Santos (1990).

dialética, captar a importância e o significado da questão agrária.

É possível, portanto, perceber a atualidade dessa questão que atravessa os séculos. Essa questão é atual pois trata do conflito de classes presente na sociedade capitalista, seja na Europa do século XIX, seja na América Latina do século XXI.

Essa atualidade, expressa nos mapas inseridos neste capítulo, remete à atualidade da própria Lei de Revisão Agrária. Ela é atual porque trata de uma questão não resolvida. Ou seja, se a Lei de Revisão Agrária surgiu como forma de discutir o modo como a terra estava sendo apropriada e de ceder às pressões do campesinato organizado - ainda que pelo temor de classe - isso significou abrir brechas para a conquista camponesa. Nesse sentido, o refreamento da Lei e, em seguida, a sua extinção, ficam absolutamente refletidos nos mapas que retratam os conflitos no campo a partir da década de 60. Não cabe dúvida de que *os mapas* seriam outros caso o projeto da Lei de Revisão Agrária tivesse tido continuidade.

A questão agrária, os conflitos de classe postos em nossa sociedade não foram, portanto, resolvidos. Em outros termos, ou esses conflitos serão minimamente superados no âmbito do próprio capitalismo como um imperativo mínimo de justiça social, ou por uma outra forma de sociedade, talvez como a vislumbrada por Kropotkin (2005, p. 122 e 125):

Veremos que a situação atual torna-se insustentável e não pode durar muito tempo; veremos que não está longe o dia em que a sociedade deverá transformar-se, até em seus alicerces, e dar lugar a uma nova ordem de coisas: uma ordem de coisas em que, o regime da propriedade e da cultura, tendo sofrido uma profunda modificação, o cultivador do solo não será mais, como hoje, o pária da sociedade e virá a ocupar seu lugar no banquete da vida e do desenvolvimento intelectual...

Uma coisa é certa: a Inglaterra caminha para a abolição da propriedade privada do solo, e a oposição encontrada por esta idéia, por parte dos detentores da terra, impedirá que esta transformação se opere de maneira pacífica: para fazer prevalecer sua vontade, o povo inglês deverá recorrer à força.

Passados 130 anos das palavras de Kropotkin, vivencia-se ainda o conflito de classe latente no modo de produção capitalista. Esse conflito de classe é o que estava presente quando da proposição da Lei de Revisão Agrária, e é o que marca o campo brasileiro na atualidade. É esse conflito que está espalhado no campo em São Paulo,

marcado pelas inúmeras formas de violência contra os camponeses e os trabalhadores rurais.

O conflito é a manifestação da luta de classes. Nestes últimos anos são conflitos perpetrados por uma classe social que tem consciência de seus interesses, e que age politicamente em busca de sua realização.

A reforma agrária, que a Lei de Revisão Agrária objetivava efetivar, ainda que assentada em um processo controlado pelas classes sociais dominantes e como forma de diminuir o conflito de classes existente, levou sem dúvida a um ganho social que se materializou, que se territorializou.

A viabilidade da reforma agrária – na própria sociedade capitalista – seja ela sob o aspecto social, político ou econômico, ficou demonstrada ao longo deste trabalho nos capítulos em que discuti as trajetórias dos assentamentos da Lei de Revisão Agrária. Isto significa que embora a utopia de uma outra forma de sociedade não seja concretizada unicamente através da reforma agrária, ela representa um avanço na distribuição da propriedade e da renda entre as classes sociais deste modo de produção.

Nesse sentido, é evidente que as trajetórias positivas das famílias devem-se única e exclusivamente à tenacidade dos camponeses assentados, o que significa que se os projetos da revisão agrária tivessem sido também acompanhados por uma política agrícola que lhes desse suporte, especialmente no que tange à comercialização⁴⁶ - ou seja que lhes mediasse minimamente seus interesses de classe – teriam sido potencializados seus aspectos positivos, tanto os já conquistados como aqueles que têm sido construídos cotidianamente por esse campesinato.

Os modos encontrados para a reprodução na terra por parte desses camponeses têm sido inúmeros, desde formas de comercialização direta, até o piqueteamento dos pastos, passando pela escolha de cultivos que demandam menor uso de insumos industriais, pelas podas e colheitas intercaladas de seus produtos, entre outros

⁴⁶ A possibilidade da comercialização direta de seus produtos, como discutido, foi apontada pelos camponeses como um dos principais mecanismos de controle de sua renda.

apresentados. Nesse sentido, como apontou Marques (2000, p. 25): “Se por um lado o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza”.

Essa busca pela reprodução na própria terra é a marca da trajetória camponesa. É a marca da história do campesinato brasileiro que migra em busca de sua reprodução, que ocupa a terra ancorado sempre por uma noção legitimadora de justiça, seja aquela da religiosidade, seja a da justiça consuetudinária, seja a aprendida com os partidos políticos e seja, finalmente, a aprendida na vivência e construção dos movimentos sociais organizados.

Essa noção legitimadora de justiça, que rege a busca camponesa por sua reprodução, foi emblematicamente traduzida por um dos camponeses da Fazenda Jacilândia, que expressa a generosidade de sua visão de mundo olhando os sem-terra, os “despossuídos”, ou seja, aqueles que não sendo mais iguais a ele, ainda assim continuam sendo:

“... aquele povo foi assim invadindo, tipo sem-terra. Quando eu vejo assim, eu falo: ‘Eu também fui sem-terra’. E eu falo mesmo que eu fui sem-terra porque eu nunca recebi herança, não é? E fui um menino de rua também, eu quando eu vejo esses meninos por aí, eu fico pensando: ‘Meu Deus, eu também fui assim’. Não discrimino eles não, que a nossa vida é assim...”⁴⁷

Essa fala foi escolhida para finalizar este capítulo e este trabalho, pois ela indica a dignidade alcançada pela vivência da reforma agrária e, ao mesmo tempo, a visão de mundo que lhes orienta a migração e a luta pela terra, pela vida autônoma, livre e farta.

O camponês traduz, em sua sabedoria, a condição humana, aquilo que iguala a todos. Ao mesmo tempo, compreende e ensina que aquilo que nos iguala é subvertido pelo que nos torna desiguais: a propriedade.

Entretanto, sua vivência e sua visão de mundo, sua ordem moral, permitem que transcenda a “desigualdade” que desfruta, para se perceber como igual àqueles que

⁴⁷ Depoimento do sr. Armindo José dos Santos.

carecem.

Esta percepção é que está subjacente à luta pela terra. Ela alimenta o sonho da reforma agrária, acalentado pelos camponeses.

Estou defendendo a tese de que a reforma agrária é, portanto, esta apropriação de frações do território que o campesinato – consciente de sua unidade e de seus interesses - conquista através da luta e do enfrentamento de classe.

A reforma agrária surge – como relataram os camponeses nos depoimentos trazidos ao longo deste trabalho – como uma possibilidade de superação das distorções e chagas desta sociedade, marcada pela fome e pela miséria, perpetradas pelos interesses das classes sociais hegemônicas.

Ao conquistarem estas frações de território, os camponeses buscam a construção de uma vida assentada na liberdade, na fartura e na justiça. Assim, nesta vivência, conseguem enxergar na condição do outro, a sua própria condição: “*eu também fui sem-terra*”.

BIBLIOGRAFIA

- ABRA. "Pirituba, exemplo vitorioso e sem mistérios". *Reforma Agrária*, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 15, n. 2, p. 61-68, mai./jul. 1985.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucítec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.
- ALAVI, H. *Las clases campesinas y las lealtades primordiales*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1967.
- _____. *Geografia Econômica*. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1981.
- _____. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ed. Ática, 1986. (Princípios).
- _____. *1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra Revolução*. São Paulo: Ed. Contexto, 1989. (Repensando a História).
- _____. PREFÁCIO. In _____ (Org.); Fernandes, F. (Coord.) *Élisée Reclus*. São Paulo: Ed. Ática, 1985. (Geografia).
- ANDRADE, M.R.O. *O Destino Incerto da Educação entre os Assentados Rurais no Estado de São Paulo*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- ARELLANO, A. B. y. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Ed. Alfarrábio, 2002.
- ASSOCIAÇÃO RURAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Revisão Agrária: manifestação da Associação Rural de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1960. 12p. (Mimeogr.).
- AZEVEDO, F. A. F. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- BALDUÍNO, Dom. T. Apresentação. In: *Conflitos no Campo Brasil 2001*. Comissão Pastoral da Terra / Edições Loyola, Goiânia, 2002.
- BARBUDO, R. R. *Colonização Estatal no Noroeste Paulista: Fazenda Jacylândia no Município de Meridiano – SP*. Presidente Prudente – SP, 2002a. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

_____. “Fazenda Jacylândia no noroeste paulista – um novo rural?”. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, Paraíba, 2002b.

BARRIGUELLI, J. C. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1981.

BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

BASTOS, E. R. ; FERRANTE, V. L. B.; CHAIA, V. L. M. “Os conflitos sociais no campo no Estado de São Paulo”. *Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Campinas)*, v. 13, n.5, p.26-34, set-out /1983.

BERGAMASCO, S. M. P. P. “Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais”. *Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Campinas)*, v. 22, n.3, p.36-45, set-dez /1992.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B.; D’AQUINO, T. “Assentamentos rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente”. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1990. p. 253-80.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. “Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)”. In: Leite, S. e Medeiros, L. S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Rio Grande do Sul, Editora da Universidade, 1999.

BERGER, P. L., LUCKMANN, T. *A Construção social da realidade*. 13ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

BICUDO, H. “Coragem de um nacionalismo equilibrado”. In: MARCUCCI, R. *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. São Paulo: OESP Gráfica, s.d., p.147-9.

BOFF, L. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, Anna Blume, 2004a.

_____. “O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia”. In: *Revista Agrária*, nº 1, Jan-Jul, São Paulo, 2004b. p. 55-95.

_____. “O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar”. In: *Geosp.* nº 14, São Paulo, 2003a. p. 107-117.

- _____. "Movimentos sociais no campo e a ordem moral camponesa". In: *Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Simpósio Internacional*. São Paulo, 2003b, 11p.
- _____. "Geografia agrária e responsabilidade social da ciência". In: *Terra Livre*. nº 21, São Paulo, 2004. p. 41-53.
- BOM MEIHY, J. C. S. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BORGES, M. C. *De Pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Assis-SP, 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOVÉ, J., DUFOR, F. *O mundo não é uma mercadoria. Entrevista com Gilles Luneau*. São Paulo, Editora UNESP, 2001.
- BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- _____. *A Partilha da Vida*. São Paulo: Cabral/GEIC Editora, 1995.
- _____. *O Afeto da Terra*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRAY, S. C. "O Pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40". In: *Revista de Geografia da UNESP*, Volume 2, São Paulo, 1983, p. 83-90.
- CALABI, D., INDOVINA, F. "Sobre o uso capitalista do território". In: *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, Veneza, anno IV, n.2, 1973. Tradução: Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. 17p. (Mimeogr.).
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CAMPOS, M. D. "'Fazer o tempo' e o 'fazer do tempo': ritmos em concorrência entre o ser humano e a natureza." *Ciência & Ambiente*, v.8, p.7-33, jan/jun, 1994, Santa Maria/Ijuí.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.

- CARDOZO, S. R. *Relatório de Desenvolvimento do Sub-projeto: O contexto histórico/político do Estado de São Paulo no período do Governo Carvalho Pinto – Análise do Projeto de Revisão Agrária*. Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Rio Claro - SP, 1991.
- CARONE, E. *O P.C.B.:1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982. v1
- _____. *O P.C.B.:1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982. v2
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.
- CASTRO OLIVEIRA, B.A.C. “Camponês”. In: *Orientação*. São Paulo: IGEOG/USP. n.8, p.102-4. 1990.
- _____. *Os Posseiros da Mirassolzinho*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CHAIA, V.L.M. *Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- COSTA, R. H. da. *“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- COSTA, C.M.O. *Um olhar sobre o processo organizativo em assentamentos rurais: o caso da Fazenda Pirituba*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). “Metodologia”. In: *Conflitos no Campo 2003*. Comissão Pastoral da Terra/ Edições Loyola, Goiânia, 2004, p.216-220.

- D'AQUINO, T. *A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão*. In: ENCONTRO DA ANPOCS, XX, 1996. Caxambu. 35p. (Mimeogr.).
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1988.
- _____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775 – 1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- DUMONT, L. *Homo Hierarchicus*, São Paulo, Edusp, 1992.
- ENCICLOPÉDIA Britânica do Brasil. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 7ª edição. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1982.
- D'INCAO, M. C., ROY, G. *Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DOM MAYER, A. C. et al. *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1960.
- ETGES, V. E. *Sujeição e Resistência - Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FELICIANO, C. A. *A geografia dos assentamentos rurais no Brasil: o MST e MAST no Pontal do Paranapanema*. São Paulo, 1999, (Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Geografia).
- _____. *O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, B. M. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

_____. "Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 75, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1998, p. 83-129.

_____. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST – 1979 - 1999*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, L. L. *O Bairro Rural dos Pires*. São Paulo: IG - Teses e Monografias, 1971.

GONÇALVES, C. V. P. "A geografia está em crise. Viva a geografia!". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº55, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1978, p. 5-29.

_____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Editora Contexto, 1996, 5ª Edição.

_____. *Da Geografia às Geo-grafias*. Texto apresentado na II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacioanal. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001. mimeo. 41p.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GRAZIANO da SILVA, J. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HOBBSAWM, E. J. *Los campesinos y la política*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

_____. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUBERMANN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: LTC, 21ª edição, 1986.

IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

- IOKOI, Z.M.G. *Lutas Sociais na América Latina. Argentina, Brasil, Chile*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. (Revisão 35).
- _____. "Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do MST". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/Fapesp/CNPQ. n.22, p.49-70. Março-agosto, 1991.
- _____. *Igreja e Camponeses – Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- JESUS, I. L. de. *As Marias canavieiras e a participação sindical. Sertãozinho (Estado de São Paulo) ontem e hoje*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- JONES, A. S. *A Questão Agrária como pretexto da conspiração de 1964*. São Paulo, s.d. 15p. (Mimeogr.).
- JUSTO, M. G. "Exculhidos": *ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KAYSER, B. "O geógrafo e a pesquisa de campo". *Seleção de Textos*. n.11. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, agosto de 1985, p. 25-43.
- KRENAK, A. "Etnografia: Identidades Reflexivas". In: *Antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observados*. São Paulo: FFLCH – USP, 1994, p.12-20.
- KROPOTKIN, P. "Teoria e Método". In: *Seleção de Textos*, AGB, nº13, São Paulo, 1986.
- _____. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Ícone Editora/Editora Imaginário, 2005.
- LA BLACHE, P. V de. "Os gêneros de vida na geografia humana. Primeiro Artigo". *Annales de Géographie*, n.111, ano XX, maio, 1911. Tradução: Regina Sader e Simone Ferreira.
- _____. "Os gêneros de vida na geografia humana. Segundo Artigo". *Annales de Géographie*, n.112, ano XX, julho, 1911. Tradução: Regina Sader e Simone Ferreira.

LACOSTE, Y. Le passé des territoires. *Herodote (Paris)*, n. 74, 3º trimestre. p.3-5. 1984.

_____. Entretien avec Georges Duby. *Herodote (Paris)*, n.75, 4º trimestre, p.7-13. 1984.

_____. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos." In: *Seleção de Textos*. n.11. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, agosto de 1985.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *A Agricultura Familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LANG, A.B.S.G. *Carvalho Pinto: Trajetória e Projeto Político*. São Paulo, 1991. 161p. (Mimeogr.).

LEFEBVRE, G. *1789: Revolución Francesa*. Barcelona: Editorial Laia, 1974.

_____. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal /lógica dialética*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LÊNIN, V. I. "A desintegração do campesinato" In: _____. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987.

LUXEMBURG, R. *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACHADO, L. O. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)*. Marrakech, 1994. 33p. (Trabalho originalmente apresentado no Symposium International Théo du milieu et aménagement).

MARCUCCI, R. *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. São Paulo: OESP Gráfica, s.d.

MARIANO, N. F. *Fogão de Lenha – Chapéu de Palha: Jauenses herdeiros da rusticidade no processo de modernização*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. "O Bairro Revisão Agrária – Jaú-SP". In: *Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária. I Simpósio Internacional*. São Paulo –SP, 2003.

MARQUES, M. I. M. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *De sem-terra a "posseiro", a luta pela terra e construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1975.

_____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e Poder: o problema da terra na crise política)*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

_____. *Expropriação e Violência*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *O Poder do Atraso*. São Paulo : HUCITEC, 1994.

_____. *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996a.

- _____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, volume 8, nº 1, 25-70, São Paulo, maio, 1996b.
- _____. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARX, K. *O Capital*. Livro III, cap. XXIV – A Assim Chamada Acumulação Primitiva. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. *O Capital*. Livro III, Vol. V. Seção VI – Metamorfose do sobrelucro em renda fundiária. 3ª Edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MATTOS, D. L. de, *Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiá*. São Paulo, 1951. (Tese apresentada ao concurso para o provimento da cátedra de Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- MENDONÇA, R. M. *A urdiçura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Presidente Prudente.
- MEDEIROS, L. S. de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- MEDICI, A. *Trabalhadores e Intelectuais nos Movimentos Reivindicatórios e no Acesso à Terra no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MENDES SOBRINHO, O. T. – *Experiência Paulista de Reforma Agrária*. Curso de Extensão Universitária sobre Reforma Agrária. Piracicaba. 1964. mimeo.

- MENEZES, P. R. A. de. A questão do herói-sujeito em “Cabra Marcado Para Morrer”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, volume 6, nºs 1-2, 107-125, São Paulo, junho 1995.
- MICHELETTO, S.R.A. *Forjar da Terra o Milagre do Pão – Assentamento Timboré-Andradina/SP*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MITIDIERO JR, M. A. O movimento de libertação dos sem terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MIZUSAKI, M. Y. *Monopolização do Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.
- MOURA, M. M. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Princípios).
- _____. *Os Deserdados da Terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MST. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem terra de Sumaré II*. São Paulo: MST/SP, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/SP . 1986.
- MÜLLER, N. L. *Tipos de sítiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1946. Tese (Doutorado em Geografia Humana) apresentada à Cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MURAMATSU, Luiz Noboru. “Movimentos sociais no campo: o caso de Santa Fé do Sul”. In: *Cadernos do CERU*, nº 12, 1ª série, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, setembro de 1979, p. 135-141.
- MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1988.
- NAXARA, M.R.C. *Estrangeiro em Sua Própria Terra: representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

- NOGUEIRA, J.B.C. "Jogando fora o atraso, a agricultura moderniza-se". In: MARCUCCI, R., *Carvalho Pinto em Ritmo de Hoje*. São Paulo: OESP Gráfica. s.d., p.160-8.
- OLIVEIRA, A. U. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 1978.
- _____. "Agricultura e Indústria no Brasil". In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.58, AGB, São Paulo, 1981.
- _____. "Renda da terra". In: *Orientação*, n.5, p.94-95. IGEOG/USP, São Paulo, 1984.
- _____. "Renda da terra diferencial I e II". In: *Orientação*, n.6, p.93-104. IGEOG/USP, São Paulo, 1985.
- _____. "Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra". In: *Orientação*, n.7, p.77-85. IGEOG/USP, São Paulo, 1986a.
- _____. "A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista". In: *Terra Livre*, nº 1, ano I, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1986b.
- _____. "O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº66, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1988a.
- _____. "Espaço e Tempo, compreensão materialista dialética". In: Milton Santos (Org.), *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1988b. p.66-110.
- _____. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1990. (Princípios).
- _____. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991a.
- _____. *Integrar para (não) entregar: políticas públicas na Amazônia*. São Paulo: Papirus, 1991b.
- _____. "Ensino de Geografia: horizontes no final do século". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº72, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1994, p. 3-27.

- _____. "A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX". In: ROSS, J.L.S. (Org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995a.
- _____. "Agricultura Brasileira: Transformações Recentes". In: ROSS, J.L.S. (Org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp.1995b.
- _____. *Geografia Econômica*. Texto para circulação interna entre os alunos da disciplina Geografia Econômica II. São Paulo, 1996a. (Mimeogr.).
- _____. "Prefácio". In: FERNANDES, B.M. *MST Formação e Territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996b. p.9.
- _____. "O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema". In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Humanitas, 1996c.
- _____. *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-Docência) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- _____. "A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro". In: CARLOS, A. F. A. (Org.), *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo, Contexto, 1999.
- _____. "A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária". In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 15, nº43, 2001a.
- _____. *A Geografia das Lutas no Campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os "sem-terra" e o neoliberalismo*. São Paulo, Contexto, 2001b.
- _____. "O Século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie". In: *Conflitos no Campo Brasil 2001*. Comissão Pastoral da Terra/ Edições Loyola, Goiânia, 2002.
- _____. "Mitos e verdades sobre o campo". In: *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, ano 1, nº 23, 7 a 13 de agosto. 2003a.
- _____. "Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil". In: *Terra Livre*, São Paulo, Ano 19, v.2, nº 21. p.113-156. Jul-Dez. 2003b.

_____. “São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro”. In: OLIVEIRA, A.U. de; CARLOS, A. F. (Orgs). *Geografias de São Paulo*. São Paulo: Contexto, 2004.

PAOLIELLO, R. M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em _____. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP.

PAULINO, E. T. “Concentração e ociosidade de terras: rentismo à brasileira”. In: *XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária*, vol. 1, Comunicações, Presidente Prudente, 1998, p. 344-345.

_____. *Terra e Vida: A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná*. Presidente Prudente, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

POLANYI, Karl *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

POKER, J. G. A. B. *A Revisão Agrária implantada pelo Governo Carvalho Pinto no Estado de São Paulo na década de 60, no entender dos jornais “O Correio de Marília” e “Jornal do Comércio”, no período de 1960 a 1964*. Relatório final de pesquisa e coleta de dados nos jornais locais de 60 a 64. UNESP, Marília, 1988.

PRADO JR., C. *A Questão Agrária no Brasil*. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____. “Dialética do Conhecimento”. In: *Tomo I – Preliminares da História da Dialética*, 2ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1955.

QUEIROZ, M. I. P. “Bairros Rurais Paulistas”. In: *Separata da Revista do Museu Paulista*. Nova série. XVII. São Paulo, 1967.

_____. “Tentativa de planejamento ao nível da pequena propriedade comercializada: a colonização dirigida da Fazenda Santa Helena, Município de Marília, Estado de São Paulo”. In: *Cadernos do CERU*, nº 1, Série 1. 1968. p. 37-44.

_____. *de O Campesinato brasileiro*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RAMOS, A. V. *A luta pela terra e a luta pela reforma agrária: o Projeto de Assentamento Pirituba II Área III*. São Paulo, 1996. (Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Geografia).
- RAPCHAN, E. S. *De identidades e Pessoas: Um Estudo de Caso Sobre os Sem Terra de Sumaré*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RECLUS, É. "A natureza da geografia". In: ANDRADE, M. C. de (Org.); Fernandes, F. (Coord.) *Élisée Reclus*. São Paulo: Ed. Ática, 1985. (Geografia)
- _____. "A Origem da família, do Estado e da propriedade". In: ANDRADE, M. C. de (Org.); Fernandes, F. (Coord.) *Élisée Reclus*. São Paulo: Ed. Ática, 1985. (Geografia).
- RIBEIRO, S. L. S. *Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ROCHA, L. M. da. "O Trabalho entre os sitiante do núcleo de colonização dirigida 'Fazenda Santa Helena', Marília – São Paulo". In: *Cadernos do CERU*, nº 3, Série 1, São Paulo, 1970. p. 69-97.
- ROSSINI, R. E. "As geografias da modernidade – geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto – SP". In: *Revista do Departamento de Geografia*, Universidade de São Paulo, nº12, São Paulo, 1998, p. 7-26.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SADER, M.R. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. "A luta dos trabalhadores rurais sem terra". *AGB Informa* (São Paulo). n. 59, 4º trimestre/1995.

SADER, M.R., PACHECO, R. *Modernidade, Tradição e Ruptura - Algumas Reflexões Sobre Aspectos da Paisagem Rural Brasileira*. São Paulo. s.d., 9p. (Mimeogr.).

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec. 1990.

_____. "Globalização e Reforma Agrária". *AGB Informa* (São Paulo). n. 59, 4º trimestre /1995.

SÃO PAULO (ESTADO). *Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto 1959-1963*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1959.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. *Revisão Agrária: Projeto de Lei nº 154/60*, São Paulo, 1960a.

SÃO PAULO (ESTADO). *Lei n.5944, 30 de dezembro de 1960. Revisão Agrária de São Paulo. Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p.168-79, 1960b.

SÃO PAULO (ESTADO). *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa em 14 de março de 1960 - 1º Ano de Governo - Carvalho Pinto*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1960c.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. Assessoria da Revisão Agrária - *Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena*. Impresso nas oficinas da Diretoria de Publicidade Agrícola, do Departamento de Imigração e Colonização e do Instituto Agrônômico de Campinas, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1961.

SÃO PAULO (ESTADO). *Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa em 14 de março de 1962 - 3º Ano de Governo - Carvalho Pinto*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1962.

_____. *Relatório de Análise e Divulgação da Fazenda Capivari*. Consultora Mayo S.C., São Paulo, 1970.

SÃO PAULO (ESTADO). Instituto de Terras de São Paulo. *Mediação no campo: estratégias de ação em situações de conflito fundiário - 2ª ed. - São Paulo*. Itesp: Páginas & Letras, 2000 (Cadernos do Itesp nº 6).

SÃO PAULO (ESTADO). Instituto de Terras de São Paulo. *Relatório do Grupo de Trabalho de Regularização da Fazenda Pirituba*. s.d. mimeo.

SASAOKA, R. T. *Análise econômica da cultura da goiaba de mesa na região de Valinhos - SP*. Campinas. 1998. (Monografia apresentada à Faculdade de

Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas).

SESTI, A. P. *As festas na praia e no sertão de Ubatuba - SP : resistências e adaptações culturais diante de uma realidade em constante transformação*. São Paulo, 2000. (Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Geografia).

SHANIN, T. "El campesinado como factor político". In: _____. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. "A Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. n. 26, 1980. p.43-80.

_____. *La clase incomoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. *Chayanov e a questão do campesinato*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. (Mimeogr.). Transcrição: Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues.

SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SILVA, S. R. da. *Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara : transformações de uma população tradicional camponesa*. São Paulo, 2004. Dissertação Tese (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SIMONETTI, M. C. L. *A Longa caminhada: A (re)construção do território camponês em Promissão*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

STÉDILE, J.P. - "A Questão Agrária e o Socialismo". In: _____. (Coord.) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 1994.

TAPIA, J. R. B. – *Capitalismo e Questão Agrária. Um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil: 1946-1964*. Campinas, 1986. Dissertação

(Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP.

TARELHO, L. C. - *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TAVARES dos SANTOS, J. V. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

_____. "Camponeses e trajetórias migratórias: Do Sul para a Amazônia Ocidental". In: *Anuário Antropológico*, n.91, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.73.

TEDESCO, J. C. - *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Editora Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 1999.

THOMAZ, JR. - *A Territorialização do Monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

THOMPSON, E. P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. *A formação da Classe Operária na Inglaterra*. Tomo I, parte 5 - Plantando a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. *A Voz Do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLENTINO, C. A. F. *Revisão Agrária Paulista: a proposta de modernização do campo do Governo Carvalho Pinto - 1960*. Itaguaí, 1990, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

_____. *A Fazenda Santa Helena: vida e morte da primeira experiência de assentamento da Revisão Agrária Paulista*. Pesquisa apresentada ao CPEA (Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias), como parte do Projeto de Investigação dos Projetos de Reforma Agrária no Estado de São Paulo - FINEP/UNESP. Marília, 1992. Mimeo.

- TSUKAMOTO, R. Y. "Assentamentos rurais e agricultura familiar: breves considerações". In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*, João Pessoa, 2002.
- VALVERDE, O. "Metodologia da Geografia Agrária". In: *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro : INEP/MEC .1964. p. 11-37.
- _____. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- VEIGA, J.E. *A Reforma que Virou Suco*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.
- VICENTINI, S. *Videira: Formação e Consolidação de um Bairro Rural*. São Paulo. 1993. (Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Geografia).
- WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- WELCH, C. *The Seed Was Planted: The São Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press., 1999.
- _____. "Capitão Jofre, Fim da Vida do Fidel Castro Sertanejo". In: *Jornal Sem Terra*, 18/07/2002.
- WILKINSON, J. "A exploração familiar e o trabalho assalariado. Limites do debate clássico". In _____. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Ed. Hucitec, Bahia: CEPA, 1986.
- WOLF, E. R. *Guerras Camponesas no Século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984. (Temas).
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, Brasília: Edunb, 1995.
- WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília: Editora UNB, 1997.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral, in: *Anuário Antropológico/87*, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.
- ZIBORDI, M. S. *Sistema de administração rural de um grupo de pequenas unidades produtivas: uma aplicação à fruticultura*. Campinas, 1998. Dissertação

(Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola.
Unicamp.

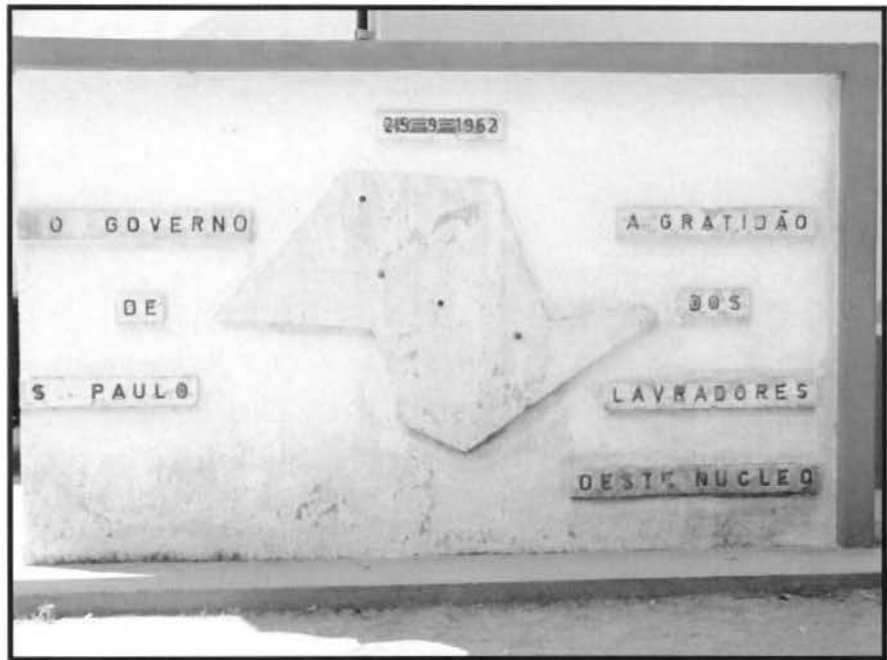
ICONOGRAFIA

A. Bairro Reforma Agrária – Campinas



1. **Casa entregue com o lote.**
Observar a qualidade da casa e comparar com o Plano de Loteamento da Fazenda Santa Helena.

2. **As quatro áreas destinadas à implantação da Lei de Revisão Agrária,** marcadas em metal no mapa de São Paulo: Campinas, Jaú, Marília e Meridiano. Monumento no Bairro Reforma Agrária.



3. **Família Chiquetano,** dois anos antes de ser assentada.

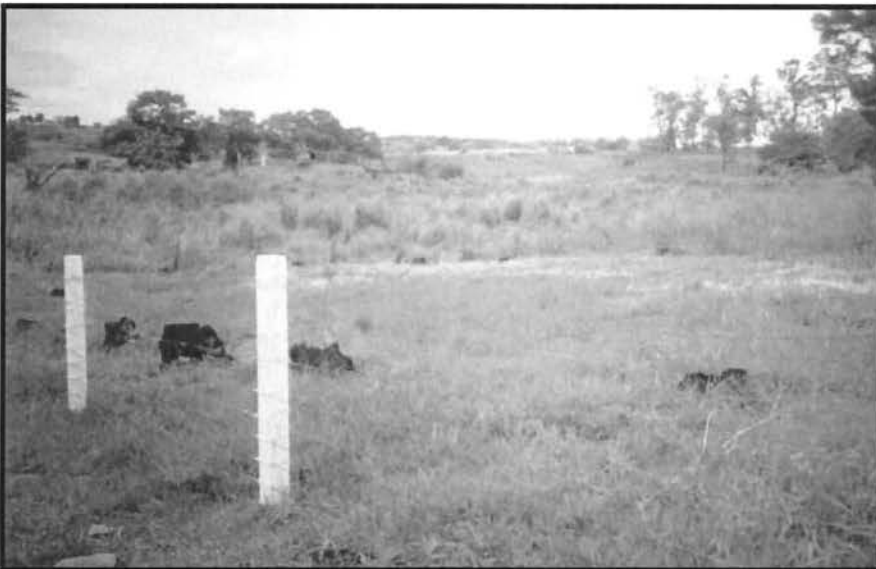


4. Família Bregion em meio ao cultivo da uva, logo nos primeiros anos de assentamento.

5. Sede da antiga Fazenda Capivari.



6. Porção da Fazenda Capivari que não foi desapropriada.



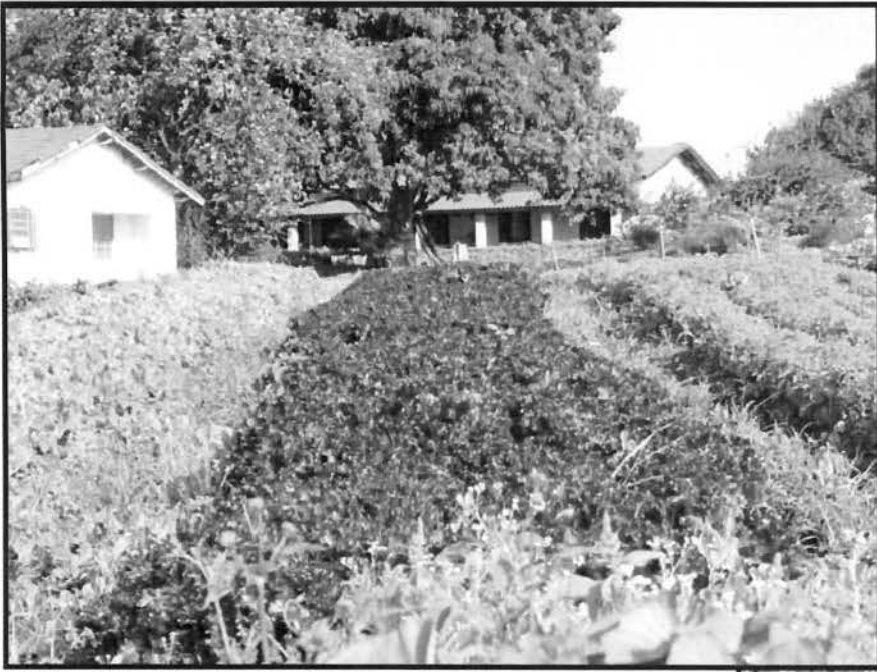


7. **Aspecto geral do Bairro Reforma Agrária.** Observar a territorialização camponesa em comparação com a fotografia anterior.

8. **Festa Organizada pelos sitiantes do Bairro Reforma Agrária,** realizada no Clube em novembro de 2004.



9. **Boi no Rolete:** grupo responsável pela cozinha. Novembro de 2004.



10. No primeiro plano o cultivo de hortaliças em sítio do Bairro Reforma Agrária. Em segundo plano as casas da família extensa.

11. Sr. Pedro ensina como torra o café.



12. D. Elvira seca o café em frente à sua casa.



13. Ônibus de linha: Reforma Agrária.

14. Poda da uva, família trabalhando em conjunto.



15. Sr. Luis mostra as folhas das goiabeiras queimadas por geada em julho de 2000.



16. Cultivo de goiaba em diferentes fases.

17. D. Maria e seu esposo colhendo uva em dezembro de 1999.



18. Aplicação de fertilizante na cultura da uva.

B. Fazenda Santa Helena (Faz. do Estado) – Marília



19. Placa na Rodovia BR-153 indicando o acesso para a "Fazenda do Estado".

20. Placa de entrada do sítio: "Fazenda do Estado".

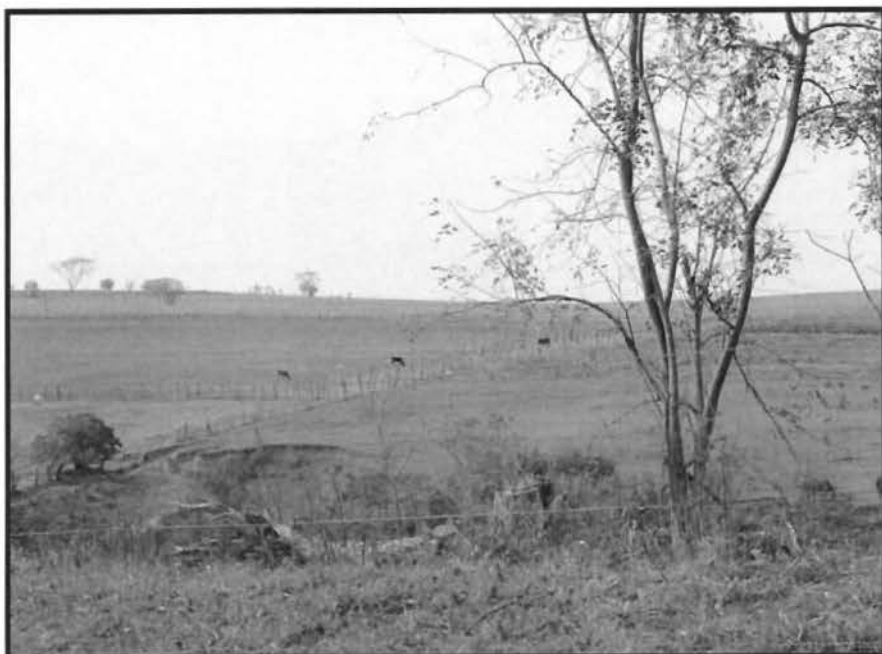


21. Núcleo da Fazenda Santa Helena: escola, posto de saúde e clube social.



22. O pasto é a marca principal do uso do solo na Fazenda Santa Helena.

23. Casa entregue com o lote na Fazenda Santa Helena. Observar a semelhança com a do Bairro Reforma Agrária.



24. Sítio na Fazenda Santa Helena, predominância do pasto.

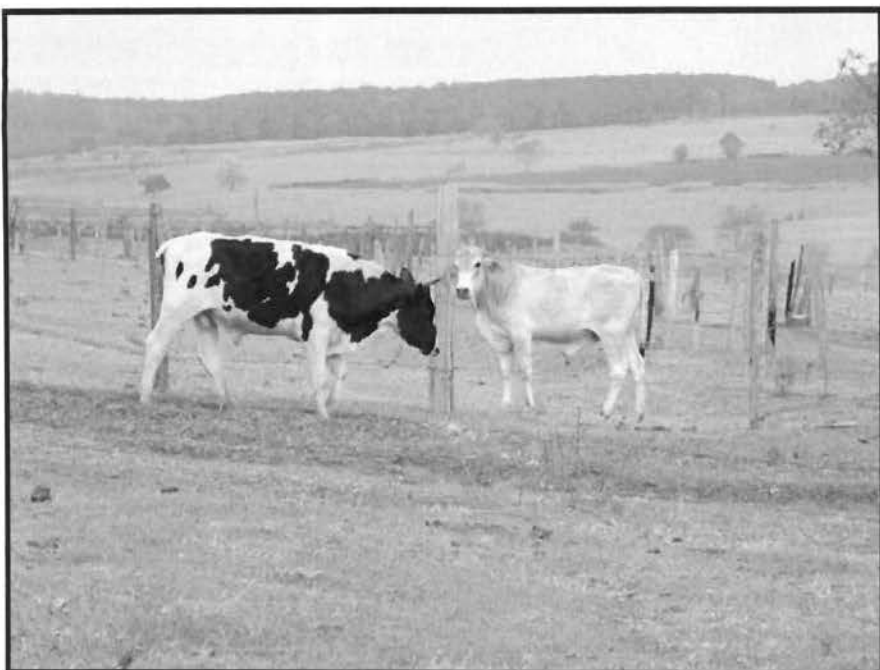


26. Do lado esquerdo da casa: mastro em torno do qual é realizada a festa junina.

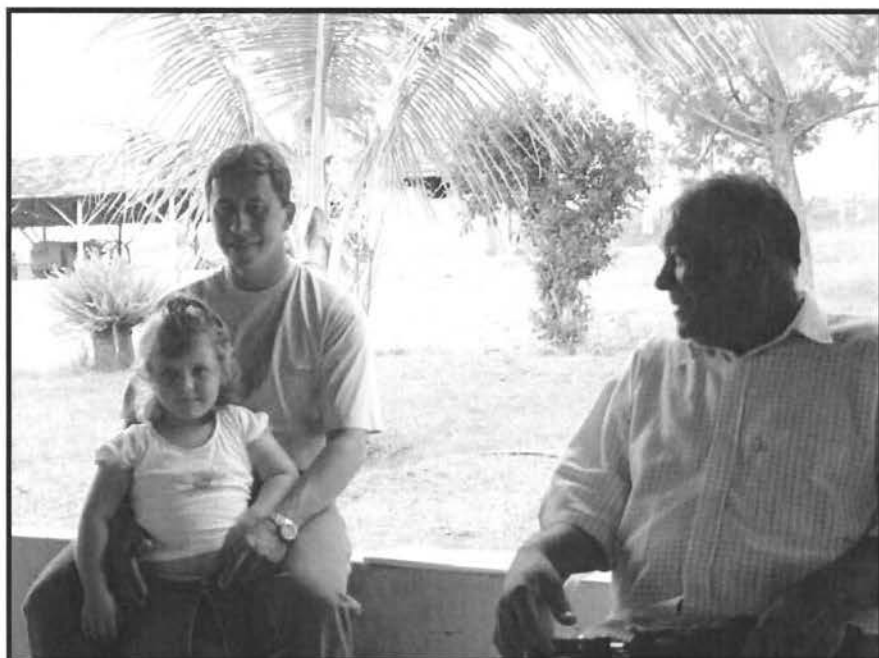
27. D. Cida e Sr. José Quinto na varanda de casa.



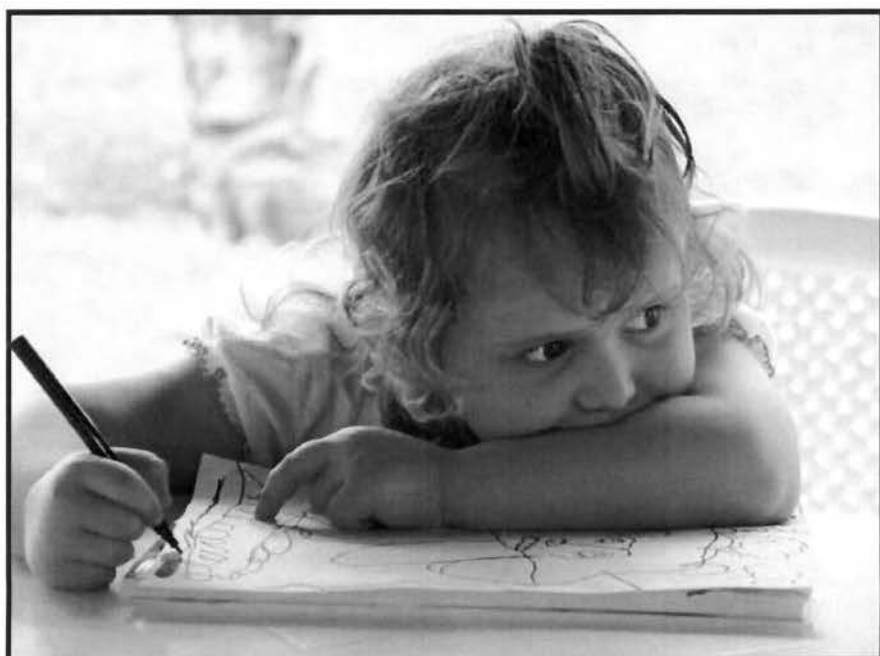
28. Cultivo da mandioca (simultaneamente ao início do próximo plantio) (observar o croqui).



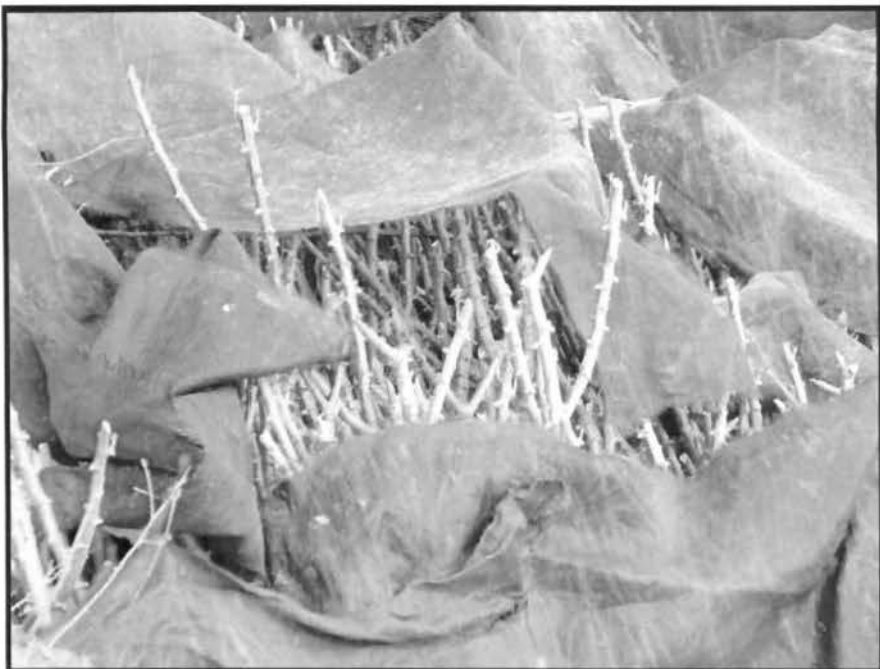
29. Gado no pasto “seco” de setembro (observar o croqui).



30. As três gerações: neta, pai e avô.



31. Beatriz também desenha o “croqui”.

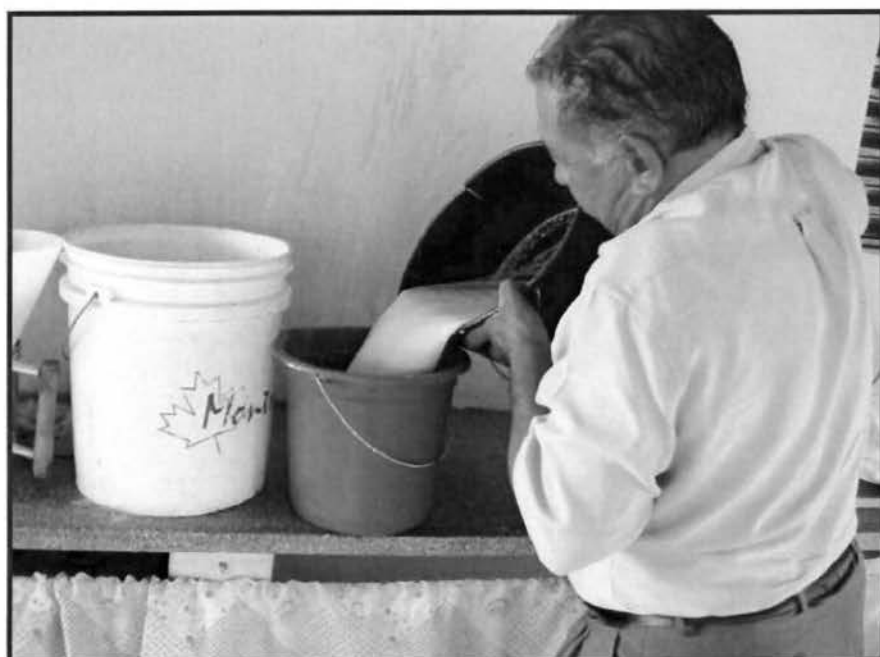


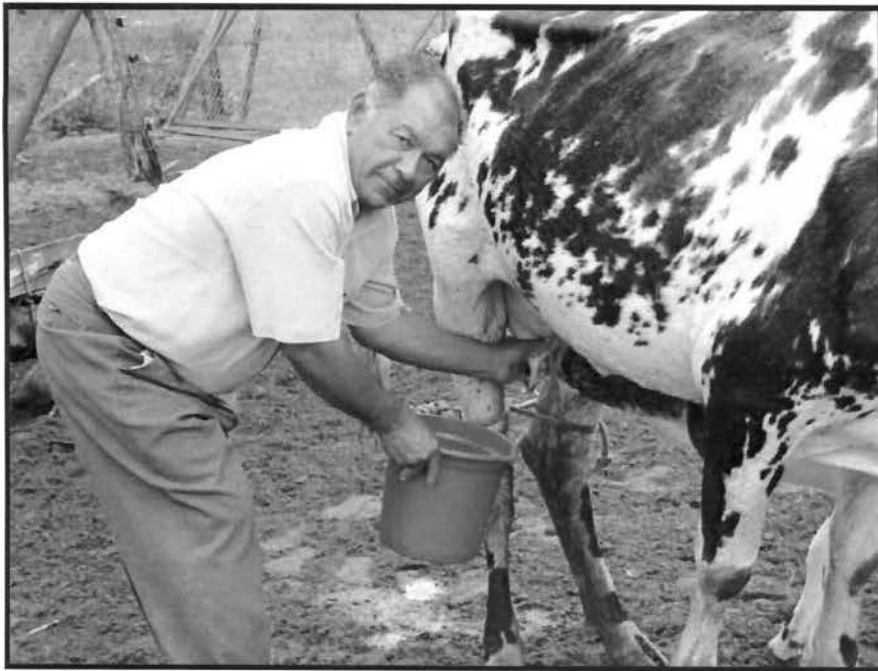
32. Caules da mandioca seccionados, guardados para serem plantados na primeira chuva.

33. Separação e corte dos caules de mandioca a serem plantados neste dia. (observar o croqui)



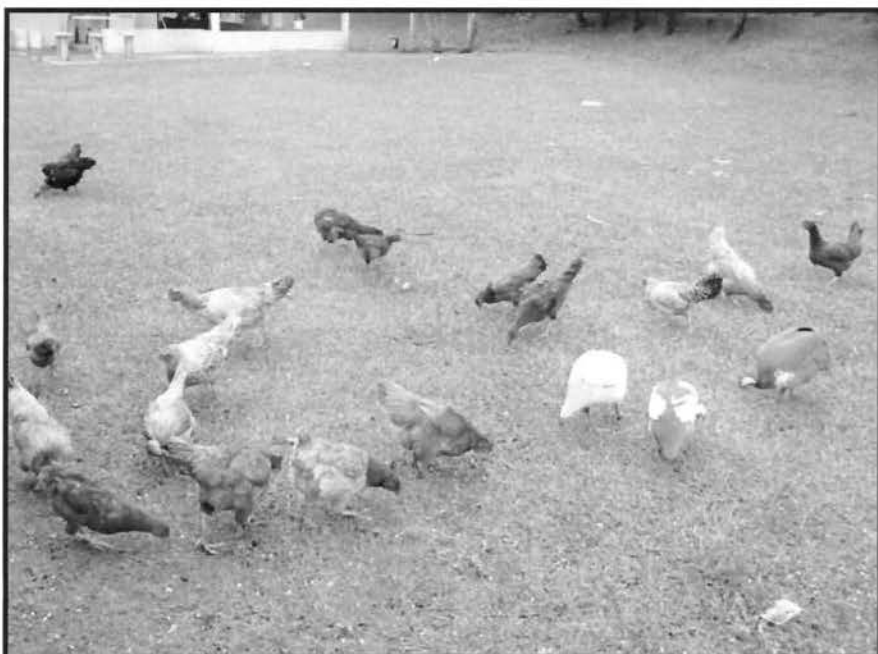
34. Separando o leite para o preparo do queijo.





35. Sr. José mostrando como se ordenha a vaca. (observar o croqui)

36. Bezerro mamando após a vaca ter sido ordenhada.



37. Galinhas criadas soltas no sítio.



38. O pomar (observar o croqui).

39. Galinha protegida em caixa, chocando seus ovos.



C. Bairro Reforma Agrária – Jaú



40. Ônibus “rurais” nos arredores de Jaú, transportando “bóias-frias”.

41. Treminhão no horizonte, carregado de cana, próximo à Jaú.



42. Estrada em meio à cana.

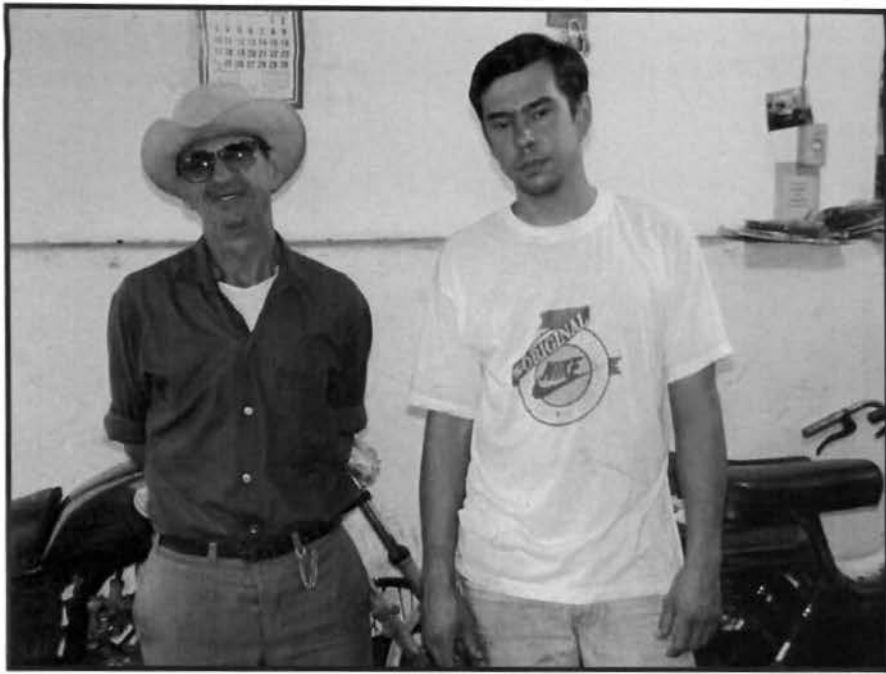


43. Sítio envolto em mar de cana.

44. A capela para as almas, de duas pessoas mortas em tragédia, permanece em meio à cana.



45. “Mar” de terra roxa, exposta após a colheita da cana.



46. Manoel e Luciano Aranda, pai e filho na cidade com a perspectiva da volta à terra.

47. Antiga casa da fazenda de café, posteriormente a residência de uma das famílias assentadas.

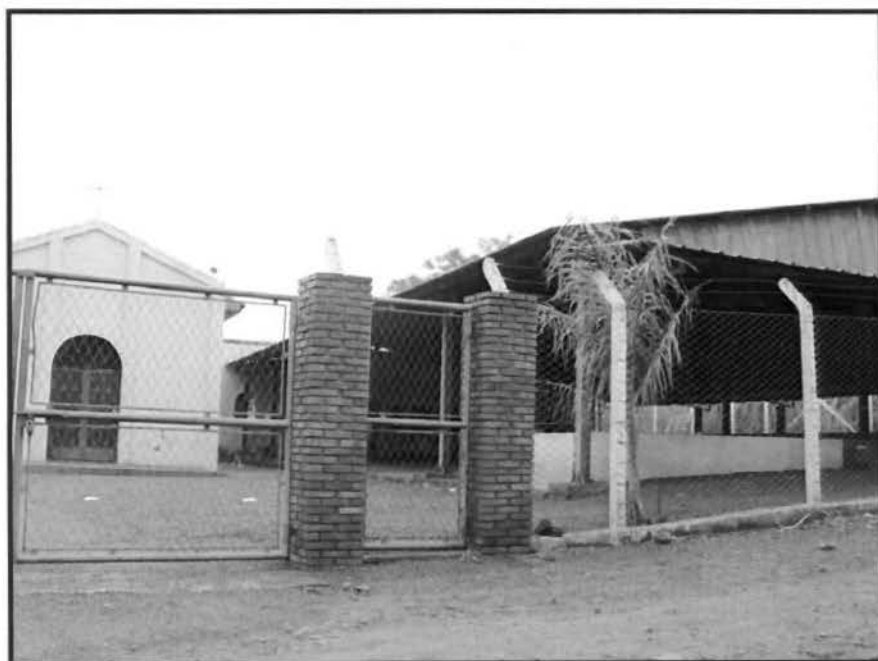


48. Restos da “colônia” da fazenda em um dos lotes.



49. Placa indicando a entrada do sítio camponês, em meio à cana.

50. Igreja e galpão contíguo em terreno doado por uma das famílias. Local de reunião dos sitiantes.



51. Placa oficial com o nome “Bairro Revisão Agrária”.



52. Três gerações reunidas na sala da avó D. Tereza, ao centro.

53. O casal D. Tereza e Sr. Sebastião no quadro pendurado na sala.



54. O casal: D. Tereza e Sr Sebastião em frente à casa.



55. Sr. Sebastião mostra o prêmio com orgulho.

56. Detalhe do prêmio.



57. A primeira e a terceira geração na terra: respeito, reciprocidade e territorialização camponesa.

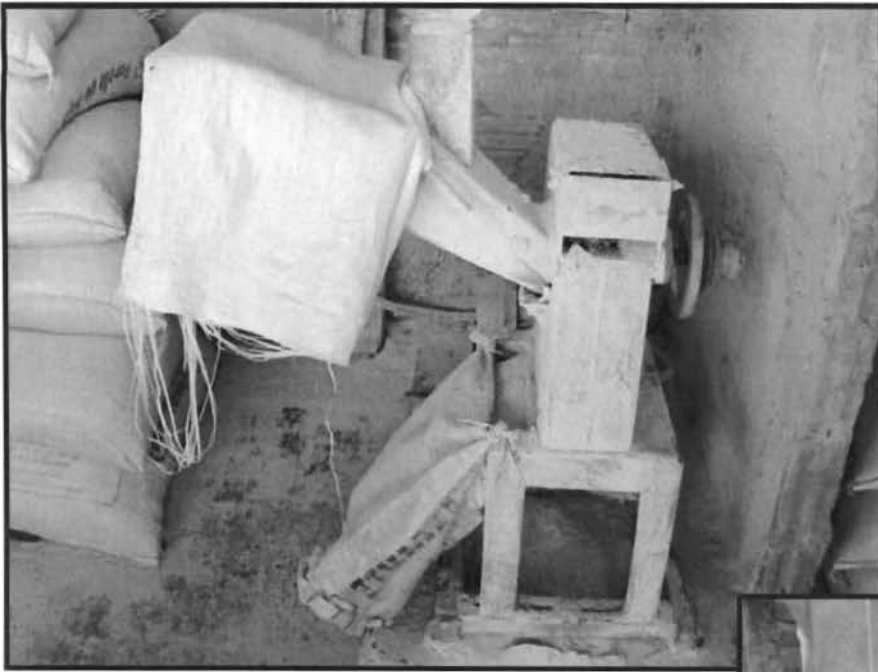


58. Leitoa amamentando os filhotes.

59. Seqüência de leitoas na granja.



60. Paiol repleto do milho colhido na propriedade destinado à fabricação de ração para os suínos (observar os croquis).



61. Para empacotar a ração.

62. Máquina para moer os grãos no fabrico da ração.

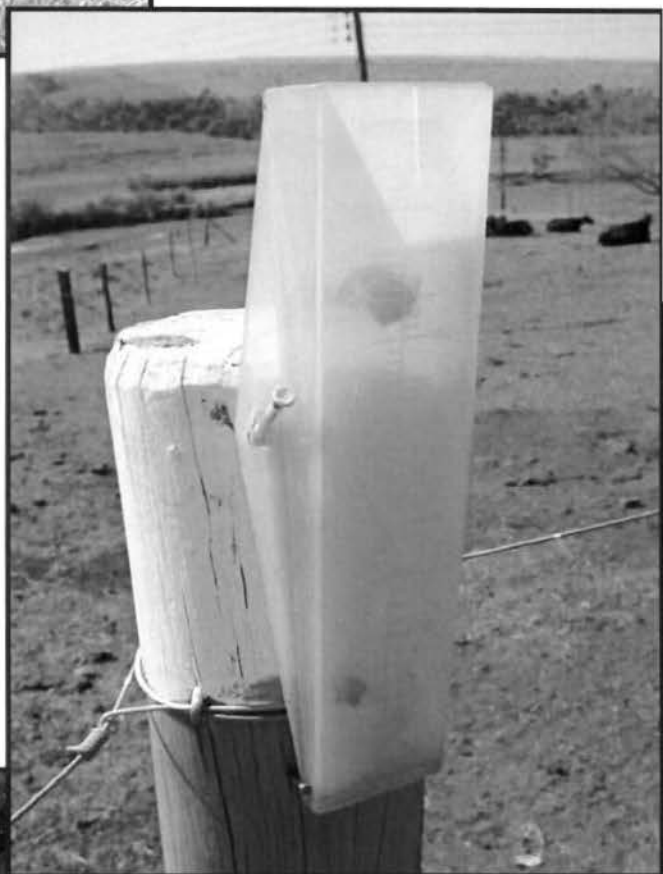


63. Rodrigo mostra a ração pronta.



64. Numeração dos piquetes que estão sendo implantados no pasto.
(Observar os croquis).

65. Pluviômetro junto ao pasto.

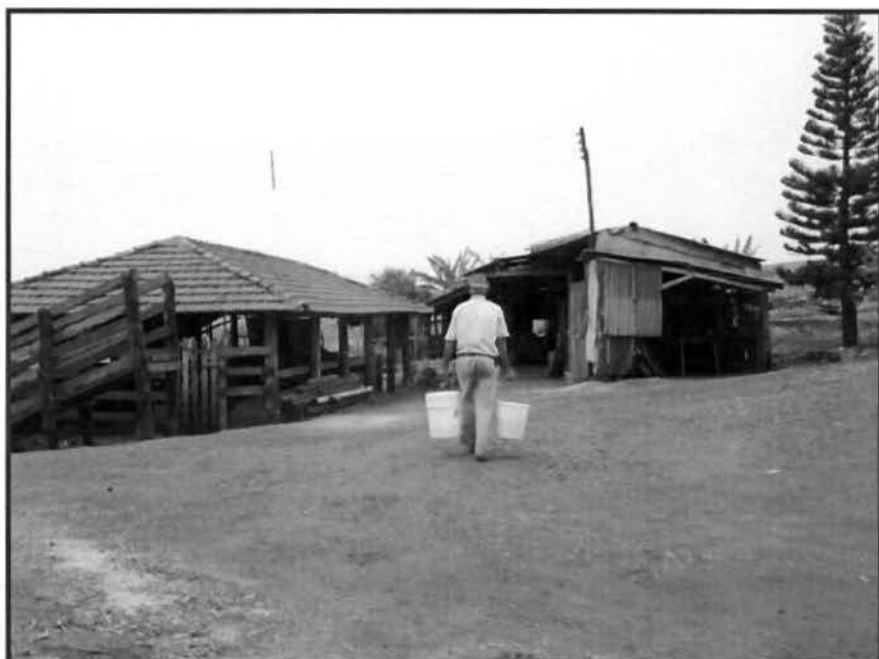


66. Cerca elétrica no novo sistema de piquetes
(Observar os croquis).



67. Pasto piqueteado.
(Observar os croquis).

68. Sr. Sebastião levando o soro que sobrou da fabricação do queijo para a alimentação dos porcos. Verificar a proximidade da granja e do curral. (Observar os croquis).

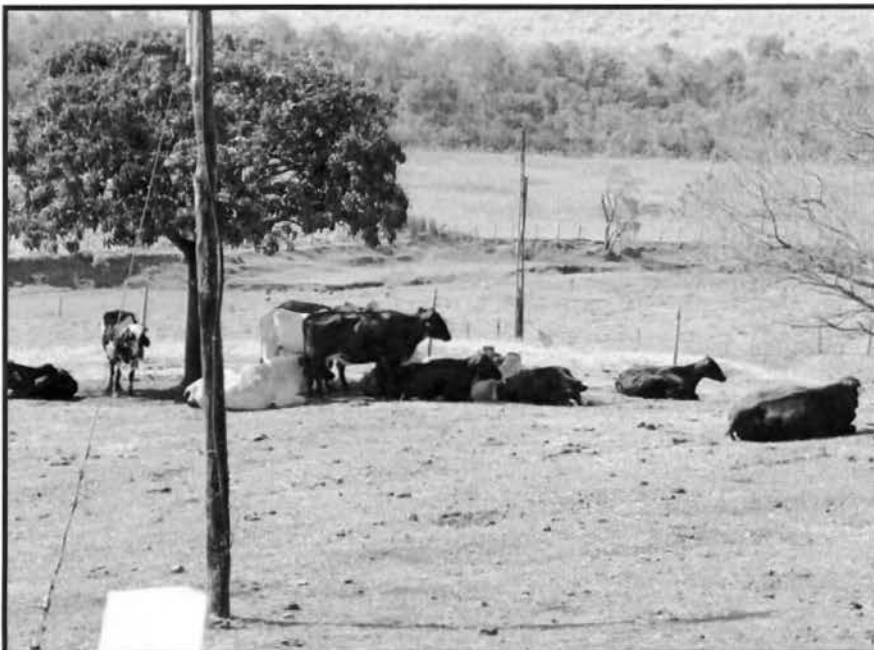


69. Casa. Atrás da casa: pomar e horta. (Observar os croquis).



70. Curral (observar os croquis).

71. Larissa, 11 anos, ajudada por seu pai Nelson, aplicando medicamento no leitãozinho.



72. Gado descansando à sombra da árvore.



73. Porção do sítio representado nos croquis, sítio vizinho e ao fundo a cultura da cana.

74. Continuidade da fotografia anterior, compondo o plano à direita.



75. Placa indicando “Reforma Agrária”.

D. Fazenda Jacilândia – Meridiano



76. Estrada de Ferro Araraquarense:
origem das terras da fazenda Jacilândia.

77. Uso do solo: predominância
do pasto.





78. Recipientes com o leite que é vendido para as indústrias.

79. Igreja da Fazenda Jacilândia.



80. Sítio: em primeiro plano o pasto, em segundo a casa e em terceiro o pomar.



81. Gado pastando no fim de tarde.

82. Leitões criados soltos, em meio às espigas de milho.



83. D. Argeni mostra o urucum colhido que é utilizado para colorir os alimentos.



84. Ramas de mandioca: algumas já cortadas para serem plantadas.

85. Polvilho produzido a partir da mandioca cultivada no sítio.



86. Sr. Armindo José dos Santos, sentado na varanda de sua casa.



87. Gado alimentado no cocho.

**88. Milho produzido no sítio,
em grande parte destinado
ao gado.**



**89. Silagem oferecida ao gado
no tempo das secas.**



90. Sr. Armindo mostra a vagem cultivada.

91. Cultivo da vagem em estaca.

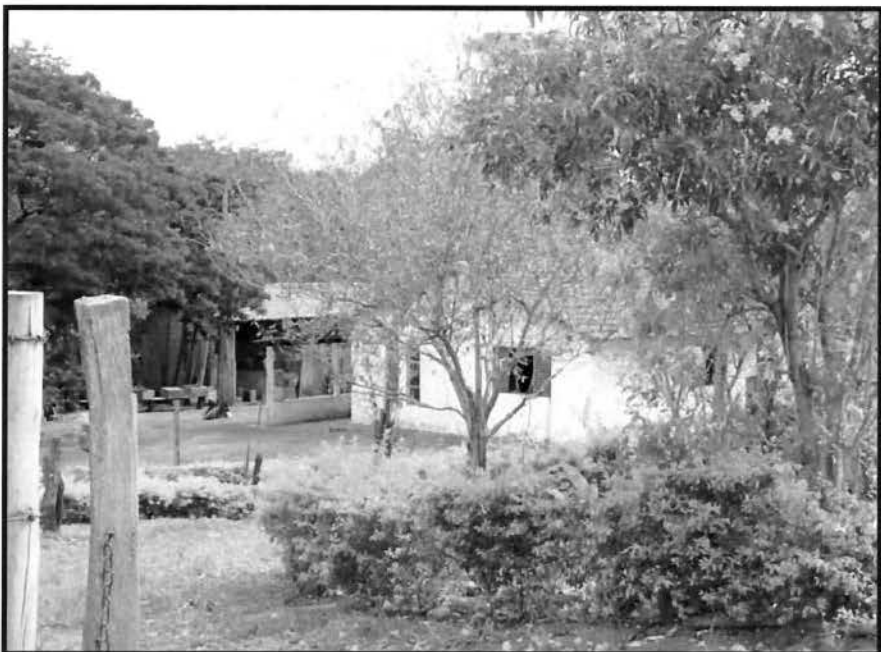
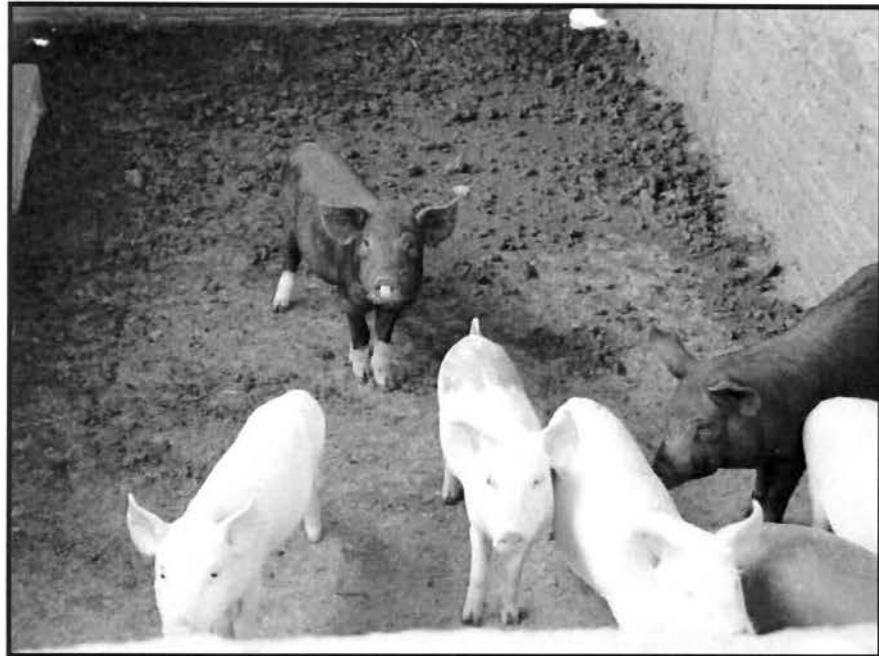


92. Galinheiro próximo à casa (observar os croquis).



93. Pocilga próxima ao galinheiro (observar os croquis).

94. Leitões na pocilga (observar os croquis).



95. Casa vista a partir da porteira de entrada do sítio (observar os croquis).



96. Gado no piquete elétrico
(observar os croquis).

97. Eletrificador da cerca.

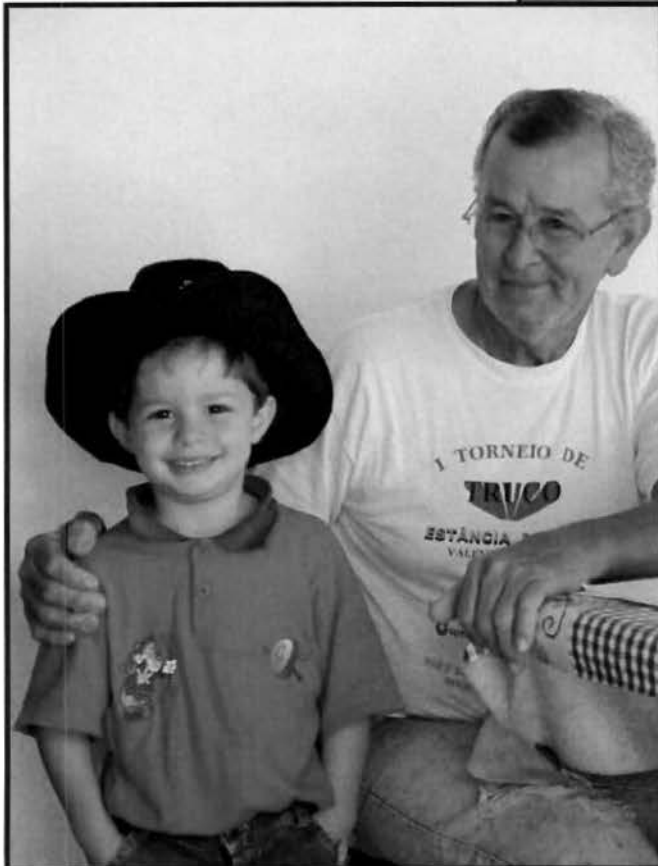
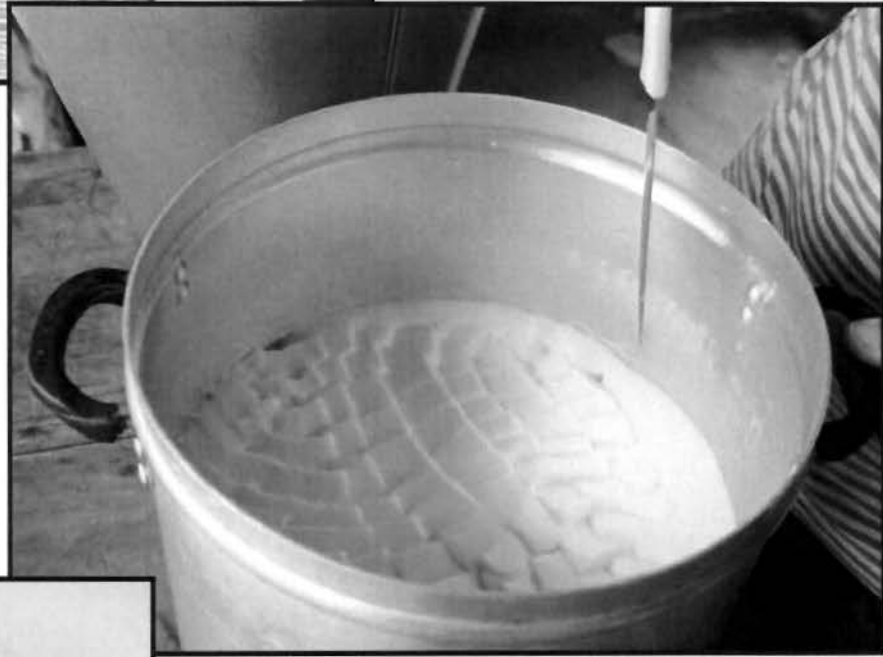


98. Tulha vista de frente
(observar os croquis).



99. Processo de fabricação do queijo: D. Jandira mexe o leite já coalhado.

100. Processo de fabricação do queijo, ele é “cortado”.



101. João Pedro e Sr. Waldemar: neto e avô.

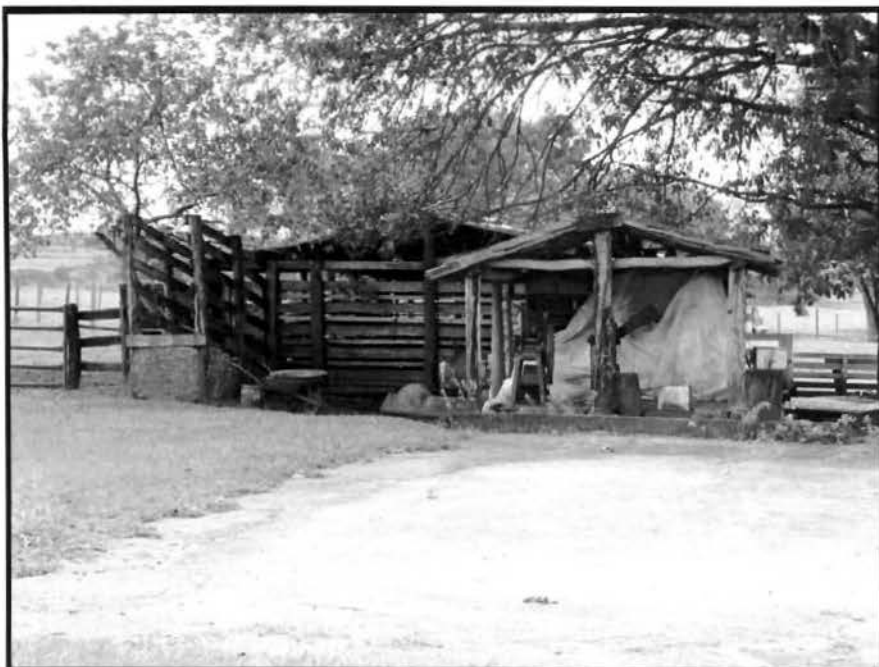


102. A família na varanda em frente à casa (observar os croquis).

103. No sentido horário a partir do alto: São Pedro, São João Batista e Santo Antonio, nas bandeiras na entrada do sítio do Sr. João Alexandre.

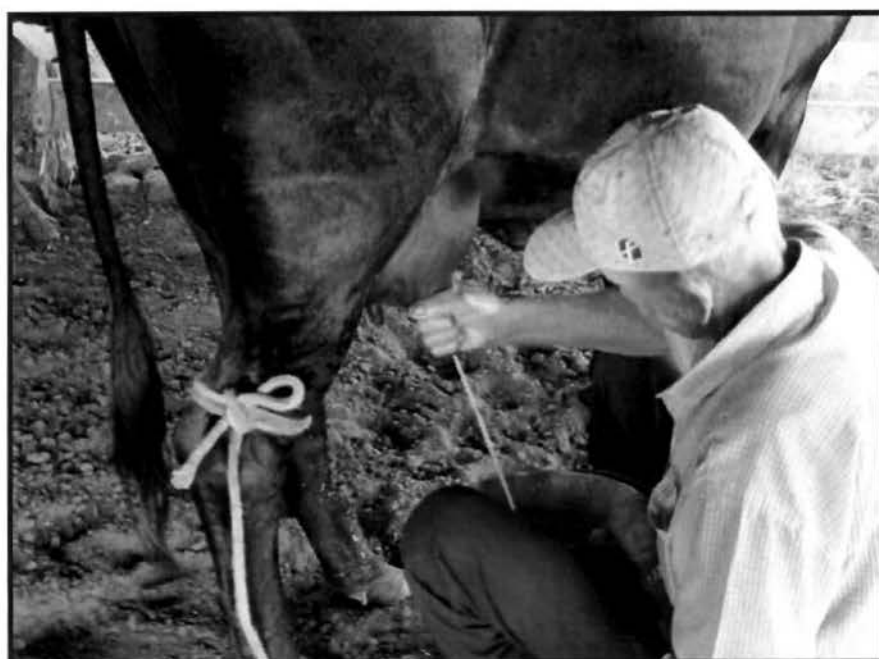


104. No primeiro plano silagem para o gado. Ao fundo: máquina beneficiadora de café.



105. Saída do curral, local de embarque do gado para o caminhão.

106. Fabricação do queijo fresco: o soro escorre pelos orifícios da forma.

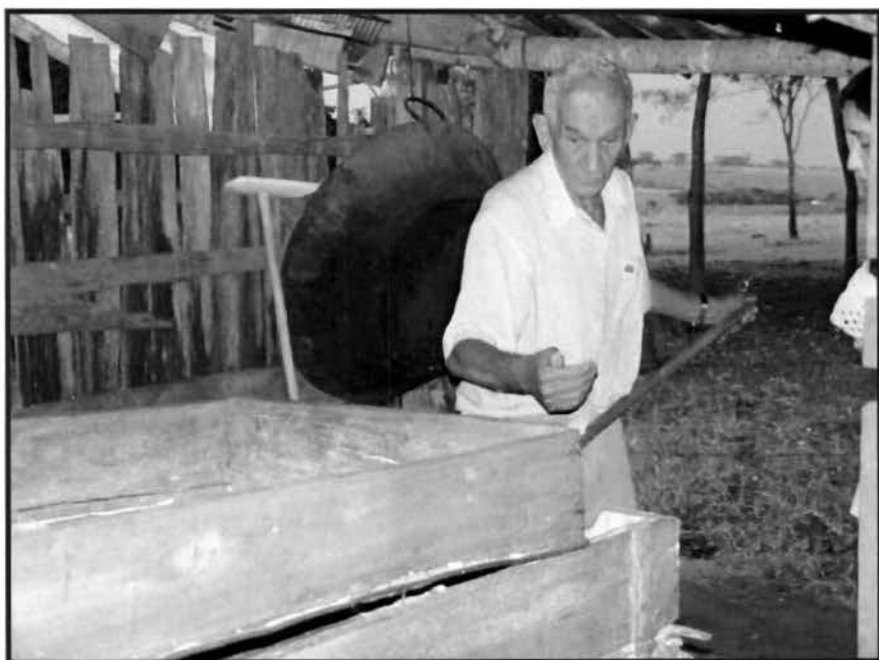


107. Ordenhando a vaca pela manhã.

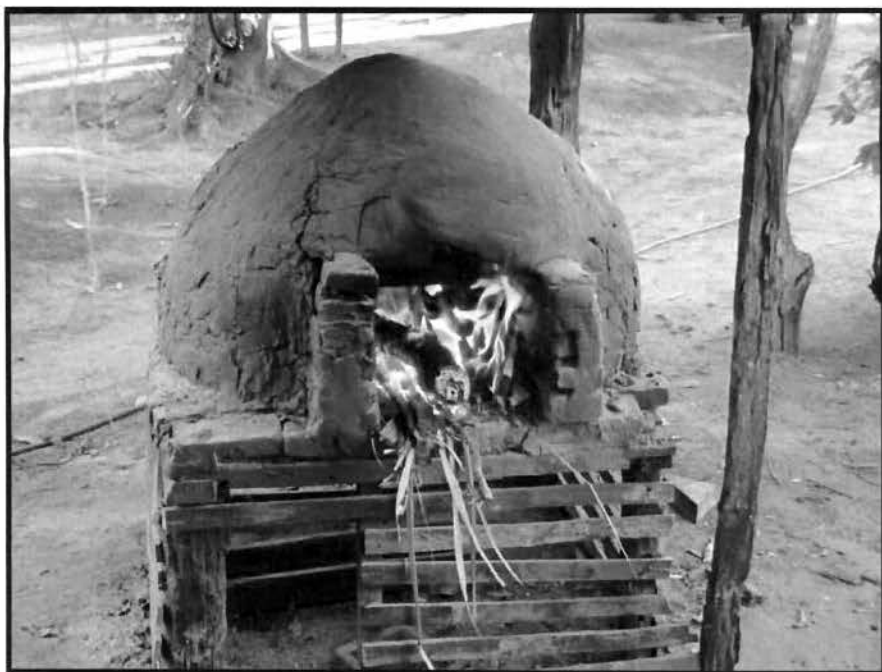


108. Sítios baianos no oeste Paulista: máquina de ralar mandioca.

109. Sr. João Baiano mostra como se torra a mandioca.



110. Biscoitos doces feitos com polvilho, antes de serem assados.

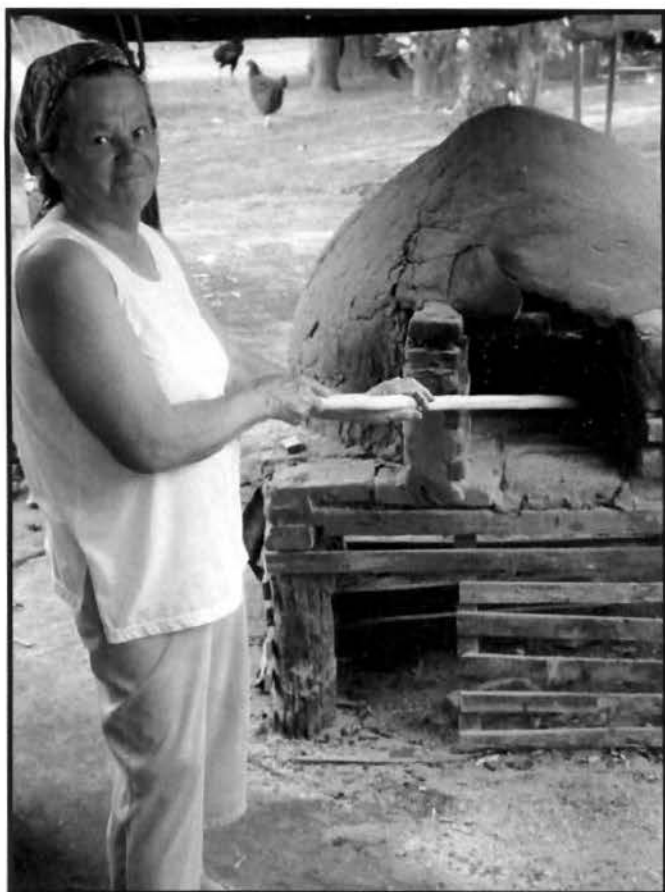


111. Forno de barro em que são assados os biscoitos e pães.

112. Chimango: pão salgado de polvilho feito com leite azedo.

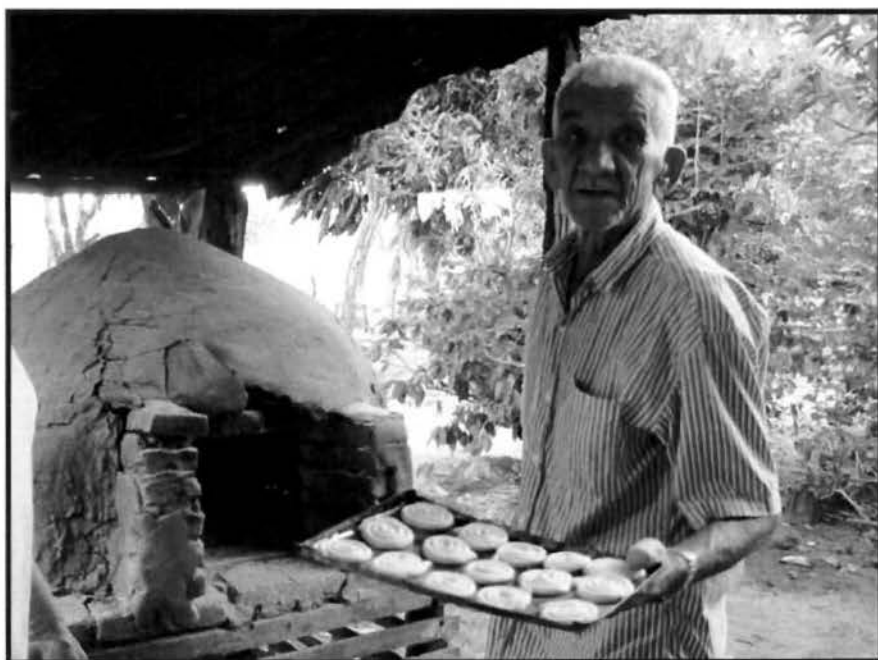


113. Chiringa: biscoito de polvilho salgado.



114. D. Argeni assando os biscoitos.

115. Sr. João Baiano colocando os biscoitos para assar.



E. Fazenda Pirituba – Itapeva



116. Engº Agº Francisco Feitosa em frente ao escritório do ITESP na Fazenda Pirituba.

117. Visão de parte da área da Fazenda Pirituba: marcada por grandes lotes.





118. Cultivo de trigo.

119. Sítio: feijão no primeiro plano.



120. Feijão germinando.



121. Casa de sitiante que foi construída para a “vinda dos italianos”, praticamente sem alteração.

122. Sítio de um dos lotistas: no primeiro plano o cultivo de trigo, no segundo plano a casa construída para os “italianos”, já reformada.



123. Territorialização da luta pela terra: placa do MST indicando a conquista da área 3.

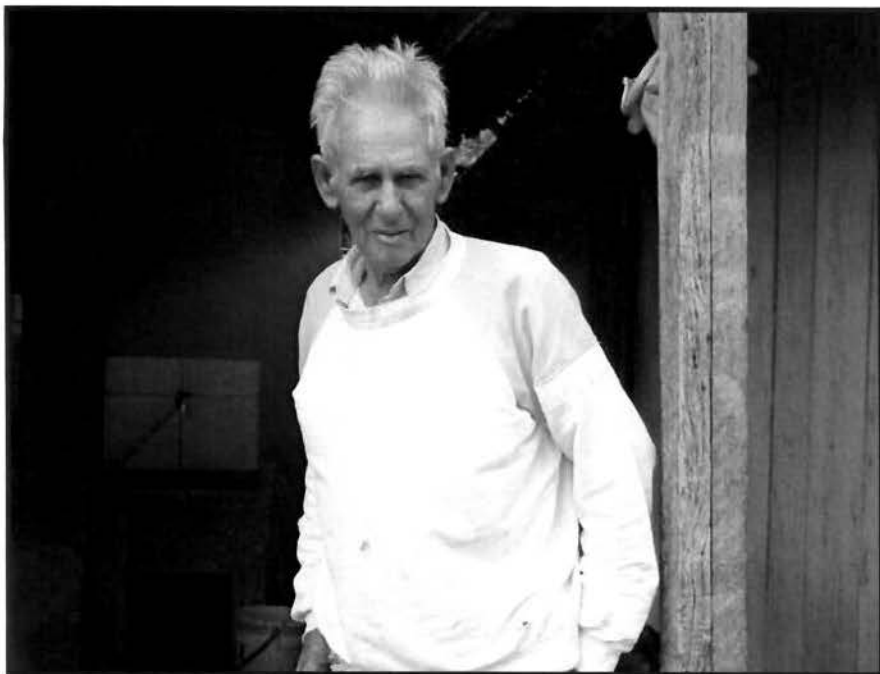


124. Escola Técnica de Agricultura Familiar em local que já foi “sede” da área grilada pelos Batagins.

125. Igreja e campo de futebol em um dos bairros rurais da Fazenda Pirituba.



126. Igreja do bairro rural Cafezal Velho.



127. Sr. Antonio Belo, criado nas terras da Fazenda Pirituba.

128. Festa dos 20 anos do MST ao ar livre na Fazenda Pirituba. (Fonte: www.midiaindependente.org)



129. Festa dos 20 anos do MST sob a tenda. (Fonte: www.midiaindependente.org)



**130. Festa dos 20 anos do MST
bolo comemorativo.** (Fonte:
www.midiaindependente.org)

ANEXOS

I — promover, mediante loteamento, o aproveitamento de terras do Estado que se prestem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas ou incluídas em planos de utilização para reflorestamento, proteção da fauna e da flora ou em atividades de pesquisa ou fomento;

II — desapropriar, para fins de loteamento ou reagrupamento, terras inaproveitadas, de preferência localizadas em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, e que preencham os requisitos do inciso anterior;

III — adquirir, mediante compra ou doação, terras cuja situação e características justifiquem o seu aproveitamento para os fins desta lei.

§ 1º Nos casos do inciso II deste artigo, a desapropriação será precedida de notificação judicial, concedendo-se aos proprietários o prazo de um ano para que deem ao imóvel utilização sócio-econômica, segundo o disposto no artigo 1º.

§ 2º Na hipótese do inciso II deste artigo, se as terras não forem colocadas à venda no prazo de 5 (cinco) anos a contar da desapropriação, o Estado oferecerá ao ex-proprietário o imóvel desapropriado, pelo preço por que o foi nos termos do artigo 1.150 do Código Civil.

Art. 3º A Secretaria da Agricultura estabelecerá os planos de loteamento e colonização e efetuará a venda das terras.

Parágrafo único. A área dos lotes, suas benfeitorias e as obras de interesse comunal serão estabelecidas em cada projeto, de acordo com as características dos solos e a destinação das propriedades.

Art. 4º A Secretaria da Agricultura poderá conceder, por concorrência pública, os serviços de planejamento e execução de loteamentos, excluindo a venda de lotes, a empresas particulares e, de preferência, a cooperativas idôneas.

Art. 5º A venda dos lotes poderá ser feita a vista ou a prazo, este não superior a 15 (quinze) anos.

Art. 6º A fixação do preço de venda dos lotes deverá atender ao valor da desapropriação acrescido de todas as despesas com as benfeitorias e melhoramentos realizados pelo Estado.

Art. 7º Nas vendas a prazo o pagamento do preço será feito em prestações anuais, de igual valor, pela forma seguinte:

I — a primeira prestação no ato de receber o adquirente o título provisório, sem o qual não poderá tomar posse do lote;

II — a segunda prestação no fim do segundo ano agrícola, estabelecendo-se para os fins deste dispositivo, que o ano agrícola se encerra no dia 31 de outubro;

III — as demais prestações, até a última, no dia 31 de outubro dos anos subsequentes.

§ 1º Do contrato de compromisso constarão:

a) um plano de exploração do lote, proposto pelo adquirente com assistência da Secretaria da Agricultura e por ela aprovado;

b) anuência para o adquirente apenhar safras, semoventes ou máquinas, em contratos de financiamento.

§ 2º As prestações serão acrescidas de juros, calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano sobre o saldo devedor.

§ 3º As prestações em atraso ficam sujeitas à multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor.

§ 4º Vencidas e não pagas 2 (duas) prestações anuais consecutivas, considerar-se-á rescindido o contrato 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor, nos termos do artigo 14 do Decreto-lei n.º 58 (*), de 10 de dezembro de 1937, perdendo, nesse caso o adquirente, as importâncias pagas e as benfeitorias feitas, consideradas estas desde logo incorporadas ao imóvel.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, as benfeitorias necessárias e úteis serão indenizadas, podendo ainda ser levantadas as voluptuárias, desde que não haja prejuízo para o imóvel.

LEI N. 5.994 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1960

Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências.

Art. 1º O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição da pequena propriedade rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único. Para os fins desta lei considera-se pequena propriedade rural aquela que, possuindo área mínima necessária para possibilitar a sua exploração econômica, não exceda os limites máximos fixados nos planos de loteamento para as diversas regiões do Estado, considerados ainda a sua localização, objetivo econômico e social e as condições econômicas do proprietário.

Art. 2º Para a efetivação do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a:

Art. 8. Os contratos de venda ou promessa de venda outorgados pelo Estado e seu registro, ficam isentos do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", de selos, custas e emolumentos devidos ao Estado.

Art. 9. Os contratos de venda ou de promessa de venda de lotes outorgados pelo Estado ficam subordinados às seguintes condições resolutiveas:

I — residir o adquirente com sua família no lote pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos e explorá-lo diretamente, podendo, para suprir as deficiências do trabalho familiar, contratar assalariados;

II — iniciar a exploração do lote no prazo de 1 (um) ano da lavratura do contrato;

III — apresentar, a partir do fim do segundo ano de posse o lote racionalmente explorado de acordo com o plano mencionado na alínea "a" do § 1.º do artigo 7.º.

Parágrafo único. Será de 1 (um) ano, contado da data do contrato, o prazo para o adquirente instalar-se no imóvel e nele fixar residência.

Art. 10. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas no artigo anterior, restituir-se-á ao adquirente o que houver pago, previamente deduzida, a título de aluguel pela posse do imóvel, a importância fixada em regulamento.

Parágrafo único. No cálculo do "quantum" a ser restituído, não se computarão os juros e multas pagos pelo adquirente.

Art. 11. Os lotes somente poderão ser vendidos a pessoas que:

I — não possuam imóvel rural no seu próprio nome, no do cônjuge ou filho menor, valendo, até prova em contrário, a declaração do adquirente;

II — não exerçam cargo ou função públicos a qualquer título, bem como seus cônjuges.

Art. 12. Terão preferências para aquisição dos lotes vendidos pelo Estado sucessivamente:

I — os que se vejam dedicando há mais de 5 (cinco) anos a atividade agrícola ou de criação, na qualidade de arrendatários, parceiros ou assalariados;

II — os arrendatários parceiros, produtores ou trabalhadores agrícolas em geral, associados a cooperativas agropecuárias;

III — os agrônomos e veterinários;

IV — os técnicos rurais diplomados em qualquer grau;

V — os que, a qualquer título tenham prática de trabalhos agrícolas ou de criação;

VI — os que provarem haver participado, no exterior, da última conflagração mundial.

Parágrafo único. Em cada classe terão preferência, sucessivamente, os brasileiros natos ou naturalizados, os moradores há mais de 5 (cinco) anos no município onde se dá o loteamento e os chefes de família mais numerosos.

Art. 13. Os adquirentes de lotes somente poderão aliená-los, arrendá-los ou por qualquer forma ceder o seu uso, mediante autorização da autoridade competente.

Art. 14. Os adquirentes de lotes e os possuidores de propriedades rurais de área não superior a 100 (cem) hectares terão preferência:

I — na obtenção de crédito em estabelecimentos oficiais do Estado, para custeio de suas atividades agrícolas;

II — na execução de serviços de conservação do solo, açudagem e irrigação, pela Secretaria da Agricultura.

Art. 15. Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, o orçamento do Estado consignará, anualmente, dotação não inferior à receita arrecadada correspondente ao imposto territorial rural a suas majorações e à renda proveniente da venda de lotes, incluídos juros, multas e aluguéis, receita essa apurada de acordo com o último balanço encerrado.

Parágrafo único. A dotação será considerada automaticamente empenhada, ficando as despesas realizadas sujeitas a prestação de contas na forma da legislação vigente.

Art. 16. A dotação a que se refere o artigo anterior será utilizada:

I — até o limite de 80% (oitenta por cento) na efetivação das medidas previstas nos artigos 2.º e 3.º desta lei;

II — até o limite de 30% (trinta por cento) em atividades florestais em todo o território do Estado.

Art. 17. A Secretaria da Fazenda depositará, mensalmente, no Banco do Estado de São Paulo S/A, em contas especiais, sob a forma de adiantamento, importâncias equivalentes ao duodécimo das dotações atribuídas por decreto, para os fins previstos nos itens I e II do artigo anterior, sendo essas contas movimentadas, respectivamente, pelos Diretores do Departamento de Imigração e Colonização, do Serviço Florestal e do Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, todas da Secretaria da Agricultura do Estado.

Art. 18. O imposto territorial rural passa a ser cobrado de acordo com as taxas seguintes, já incluídos os adicionais de 10% (dez por cento) e 3,75% (tres e setenta e cinco centésimos por cento) criados respectivamente, pelos artigos 1.º da Lei n.º 2.412 (*), de 15 de dezembro de 1953, e 3.º da Lei n.º 3.329 (*), de 30 de dezembro de 1955:

Os primeiros	100 hectares	2%
Os seguintes	400 hectares	3%
Os seguintes	500 hectares	4%
Os seguintes	4.000 hectares	5%
Parcelas acima de 5.000 hectares		6%

§ 1º Para efeito de cálculo do imposto serão desprezadas as frações de hectare.

§ 2º Consideram-se, para os fins deste artigo, como um só imóvel, todas as superfícies territoriais contíguas lançadas em nome do mesmo contribuinte.

§ 3º Vetado.

Art. 19. Mediante requerimento do interessado, devidamente justificado, pagarão as taxas de 1,5% (um e meio por cento) e 2% (dois por cento) as propriedades de, respectivamente, até 500 hectares e de mais de 500 hectares, que satisfizerem, rigorosamente, todas as condições que se seguem, nos termos que forem fixados em regulamento:

- ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de área racionalmente cultivada;
- adotar práticas de conservação do solo;
- ter (...vetado...) culturas plantadas com defesa contra a erosão;
- possuir moradias adequadas para os trabalhadores;
- não ser objeto de exploração agropecuária, sob forma de arrendamento.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, equiparam-se as áreas cultivadas as pastagens, matas naturais e artificiais e as ocupadas com benfeitorias que atenderem às condições estabelecidas em regulamento.

Art. 20. O imposto será devido em dobro:

I — quando o imóvel de mais de 1 (um) hectare não tiver pelo menos 70% (setenta por cento) de sua área aproveitados de acordo com as características da região;

II — quando o imóvel for objeto de exploração agropecuária, sob a forma de arrendamento, em extensão superior a 50% (cinquenta por cento) de sua área total.

§ 1º As majorações de que trata este artigo somente incidirão a partir de um ano da vigência desta lei.

§ 2º Para as propriedades adquiridas após a vigência, o prazo de um ano para a observância do disposto no item I contar-se-á da data da aquisição.

Art. 21. Fica isenta de imposto sobre transmissão de propriedade "causa-mortis" a parte do imóvel rural coberta por florestas naturais ou artificiais, sempre que ficar provado, pela forma que for estabelecida em regulamento:

I — que o mato florestal abrange, no mínimo, área de 2,5 (dois e meio) hectares;

II — que a floresta natural se acha intocada ou em regime de melhoramento técnico;

III — que a floresta artificial tenha no mínimo dois anos de idade, por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 22. Ficam excluídas da isenção a que se refere o artigo anterior as coberturas vegetais constituídas por cerrados e capoeiras.

Art. 23. Além das isenções previstas nas leis vigentes, ficam ainda isentas do imposto territorial rural:

I — As áreas cobertas por florestas naturais, primitivas ou secundárias, ou por florestas artificiais, quaisquer delas com mais de 3 (três) metros de altura, desde que compreendam mais de 10% (dez por cento) da extensão total da propriedade;

II — As áreas cobertas por florestas declaradas protetoras nos termos da legislação federal.

Art. 24. Fica elevado para 50 (cinquenta) hectares o limite previsto no art. 2.º da Lei 5.440 (*), de 23 de outubro de 1959, para efeito de isenção do imposto territorial rural.

Art. 25. Para efeito dos dispositivos desta lei que se referem à utilização das terras, os contribuintes do imposto territorial rural ficam obrigados a prestar novas declarações, pelo modo e no prazo que forem estabelecidos em regulamento.

Art. 26. Para fins de lançamento, a avaliação das propriedades não poderá ser elevada de mais de 30% (trinta por cento) em cada exercício e não ser nos casos previstos no parágrafo 1.º deste artigo.

§ 1.º Serão permitidas reavaliações com majoração superior a 30% (trinta por cento) de um para outro exercício, quando visem corrigir desigualdade dentro de uma mesma área geo-econômica, não podendo, contudo, essa reavaliação correccional ser superior a 30% (trinta por cento) do valor vigente, por exercício, até atingir o fim visado por este dispositivo.

§ 2.º As reavaliações de propriedades rurais a que alude o parágrafo anterior, que não forem objeto de apreciação pelo Conselho dentro de 120 (cento e vinte) dias, considerar-se-ão automaticamente aprovadas.

Art. 27. Fica criado o Conselho de Revisão Agrária do Estado, com as seguintes finalidades:

I — opinar sobre projetos de leis ou decretos relativos à matéria de que trata esta lei;

II — autorizar as reavaliações a que alude o § 2.º, do artigo 26;

III — propor ao Executivo, quando solicitado, critérios para avaliação de propriedades agrícolas, tendo em vista sua localização, qualidade das terras e possibilidades de produção, respeitadas as finalidades desta lei;

IV — propor ao Executivo quaisquer medidas que achar convenientes à boa execução desta lei.

Art. 28. O Conselho de Revisão Agrária do Estado será presidido pelo Secretário da Agricultura e composto pelos seguintes membros:

- 1 — representante da Sociedade Rural Brasileira;
- 1 — representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo;
- 1 — representante da Sociedade Paulista de Agronomia;
- 1 — representante da Sociedade Paulista de Veterinária;
- 1 — representante da Associação Paulista dos Criadores de Bovinos;
- 1 — representante da Associação Paulista de Cafeicultores;
- 1 — representante da Associação Paulista de Municípios;
- 1 — representante da Ordem dos Economistas;
- 1 — representante da União das Cooperativas do Estado de São Paulo;
- 1 — representante do Conselho Florestal do Estado;
- 2 — representantes da Universidade de São Paulo, sendo um deles do setor de Sociologia;
- 1 — representante da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social;
- 2 — representantes da Secretaria da Fazenda e
- 2 — representantes da Secretaria da Agricultura.

§ 1.º Os conselheiros serão nomeados pelo Governador do Estado dentre listas triplices apresentadas pelas respectivas entidades.

§ 2.º O Conselho reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, ordinariamente pelo menos uma vez cada dois meses e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros.

§ 3.º O mandato dos conselheiros será de 6 (seis) anos, exceto no primeiro provimento.

§ 4.º O Conselho será renovado pelo terço, de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 5.º No primeiro provimento, serão designados pelo Governador do Estado os terços de Conselheiros com mandatos de respectivamente, 2 (dois), 4 (quatro) e 6 (seis) anos.

§ 6.º Os membros do Conselho de Revisão Agrária do Estado que faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas, serão automaticamente demitidos, devendo o Governador nomear substitutos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 29. As inexactidões constantes das declarações que tenham por fim reduzir o imposto, sujeitam o contribuinte à multa de até 5 (cinco) vezes o tributo devido, sem prejuízo de outras.

Art. 30. Ficam revogadas as Leis ns. 2.085 (*), de 27 de dezembro de 1952 e 2.828 (*), de 20 de janeiro de 1954.

Art. 31. Para atender ao disposto na presente lei, ficam introduzidas as seguintes alterações no orçamento para o exercício de 1961:

Na receita geral

a) Suprima-se a previsão de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) consignada no inciso n.º 2 da mesma rubrica e código geral.

b) Majora-se a previsão constante da rubrica n.º 1 código geral — 0.11.1 — Imposto Territorial, inciso n.º 1 — Imposto Territorial rural de Cr\$ 424.000.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros).

Na despesa geral

c) Deduza-se a importância de Cr\$ 126.240.330,00 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e trinta cruzeiros) da verba n. 252 — 8.51.4 — (despesa variável), atribuída ao Serviço Florestal.

d) Deduza-se a importância de Cr\$ 200.759.870,00 (duzentos milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta cruzeiros) da verba n. 264 — 8.53.1 — (despesa variável), atribuída à Ampliação de Serviços Públicos.

e) Inclua-se a dotação de Cr\$ 631.000.000,00 (seiscentos e trinta e um milhões de cruzeiros) na verba n. 263 — 8.55.4 — (despesa variável), atribuída a Serviços Diversos.

Art. 32. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Fundo de Expansão Agropecuária, criado pela Lei n. 5.444 (*), de 17 de novembro de 1959 (Plano de Ação) nesse regulamento incluindo normas que facilitem e garantam aos agricultores a aquisição e o uso de bens de produção que aumentem a produtividade de suas terras.

Art. 33. O Poder Executivo expedirá dentro de 120 (cento e vinte) dias, regulamento da presente lei.

Art. 34. Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1961.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

(*) V. LEX, Leg. Fed. 1937, pág. 345; Leg. Est. 1951, pág. 341; 1955, pág. 340; 1959, pág. 321; 1960, pág. 283; 1964, pág. 29; 1969, pág. 311.

Parágrafo único. Considera-se pequena propriedade rural aquela que, possuindo área mínima necessária para possibilitar a sua exploração econômica, não exceda os limites máximos fixados nos planos de loteamento para as diversas regiões do Estado, considerados ainda a sua localização, objetivo econômico e social e as condições econômicas do proprietário.

Art. 2º Para a efetivação do disposto no artigo anterior, o Poder Executivo adotará, dentre outras, as seguintes medidas:

I — aproveitamento de terras do Estado, que se prestem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas ou incluídas em planos de utilização para reflorestamento, proteção da fauna e da flora ou em atividades de pesquisa ou fomento, mediante o seu loteamento.

II — desapropriação, para fins de loteamento ou reagrupamento, de terras inaproveitadas, de preferência localizadas em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, e que preencham os requisitos do inciso anterior;

III — aquisição, mediante compra ou doação, de terras cuja situação e características justifiquem o seu aproveitamento para as finalidades da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, e deste regulamento.

§ 1º Consideram-se terras inaproveitadas, para efeitos do inciso II deste artigo, as glebas inexploradas ou as que não tenham pelo menos 70% de sua área aproveitadas de acordo com as características da região.

§ 2º As desapropriações serão planejadas com prioridade para regiões em que estejam sendo feitos projetos e investimentos consideráveis pelos poderes públicos.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, a desapropriação será precedida de notificação judicial, concedendo-se aos proprietários o prazo de um ano para que dêem ao imóvel utilização sócio-econômica, observado o limite mínimo de aproveitamento previsto no parágrafo primeiro.

§ 4º Em caso de desapropriação, se as terras não forem colocadas à venda no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data em que a mesma se efetivar, o Estado oferecerá ao ex-proprietário o imóvel desapropriado, pelo preço por que o foi, nos termos do artigo 1.150 do Código Civil.

CAPÍTULO II

Dos Loteamentos

Art. 3º A Secretaria da Agricultura estabelecerá os planos de loteamento, reagrupamento e colonização e efetivará a venda das terras.

§ 1º Os planos a que se refere este artigo levarão em conta especialmente no que se refere à área dos lotes, suas benfeitorias, o sistema de circulação e acesso e as obras de interesse comunal, inclusive a instalação de núcleos residenciais, as características do solo, a economia regional e a destinação das propriedades.

§ 2º Os projetos serão acompanhados de memorial, contendo descrição dos lotes, informação sobre a qualidade das terras, relação das obras a serem realizadas pelo Estado e programa de exploração racional do loteamento, compreendendo a indicação das culturas mais apropriadas.

Art. 4º Os serviços de planejamento e execução do loteamento, excetuada a venda de lotes, poderão ser concedidos, mediante concorrência pública, a empresas particulares, tendo preferência, em igualdade de condições, as cooperativas idôneas.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, os editais serão publicados com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data fixada para o encerramento da concorrência.

Art. 5º A venda dos lotes poderá ser feita à vista ou a prazo, este não superior a 15 (quinze) anos.

Art. 6º A fixação do preço de venda dos lotes deverá atender ao valor da terra, acrescido da importância das despesas com benfeitorias e melhoramentos realizados nos lotes, pelo Estado, excluídas as relativas as obras públicas normalmente executadas pelo Estado.

DECRETO N. 38.328 — DE 14 DE ABRIL DE 1961

Dá regulamento à Lei n. 5.994 (*), de 30 de dezembro de 1960, que estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências

CAPÍTULO I

Da Revisão Agrária

Art. 1º O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição de pequena propriedade rural, nos termos da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, e na forma estabelecida por este regulamento.

§ Parágrafo único. O valor da terra, quando haja sido objeto de desapropriação ou compra pelo Estado, para imediato loteamento, corresponderá ao preço pago por este.

Art. 7º. Nas vendas a prazo o pagamento do preço será feito em prestações anuais, de igual valor, pela forma seguinte:

I — a primeira prestação no ato de receber o adquirente o título provisório, sem o qual não poderá tomar posse do lote;

II — a segunda prestação no fim do segundo ano agrícola, estabelecendo-se, para os fins deste dispositivo, que o ano agrícola se encerra no dia 31 de outubro;

III — as demais prestações até a última, no dia 31 de outubro dos anos subsequentes.

§ 1º. Do contrato de compromisso constarão:

a) um plano de exploração do lote, proposto pelo adquirente com assistência da Secretaria da Agricultura e por ela aprovado;

b) anuência para o adquirente apenhar safras, semoventes ou máquinas, em contratos de financiamento.

§ 2º. As prestações serão acrescidas de juros, calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano sobre o saldo devedor.

§ 3º. As prestações em atraso ficam sujeitas à multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor.

§ 4º. Vencidas e não pagas 2 (duas) prestações anuais consecutivas, considerar-se-á rescindido o contrato 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor, nos termos do artigo 14 do Decreto-lei n. 58 (*), de 10 de dezembro de 1937, perdendo nesse caso o adquirente as importâncias pagas e as benfeitorias voluptuárias que não puderem ser levantadas sem prejuízo para o imóvel.

§ 5º. Na hipótese do parágrafo anterior, as benfeitorias necessárias e úteis serão indenizadas, podendo ainda ser levantadas as voluptuárias, desde que não haja prejuízo para o imóvel.

Art. 8º. O plano de exploração do lote referido na alínea "a" do parágrafo 1.º do artigo 7.º, poderá ser modificado por proposta do adquirente, aprovada pela Assessoria de Revisão Agrária.

Art. 9º. Os contratos de venda ou de promessa de venda de lotes, outorgados pelo Estado, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I — residir o adquirente com sua família no lote pelo prazo mínimo de 5 anos ininterruptos e explorá-lo diretamente, podendo, para suprir as deficiências do trabalho familiar, contratar assalariados;

II — iniciar a exploração do lote no prazo de 1 (um) ano da data da lavratura do contrato;

III — apresentar, a partir do fim do segundo ano de posse, o lote racionalmente explorado de acordo com o plano mencionado na alínea "a" do parágrafo 1.º do artigo 7.º.

§ 1º. Será de um ano, contado da data do contrato, o prazo para o adquirente instalar-se no imóvel e nele fixar residência.

§ 2º. Quando os loteamentos forem dotados de núcleos residenciais, considerar-se-ão cumpridas, no tocante à moradia, as exigências previstas no inciso I e no parágrafo 1.º deste artigo desde que neles residam os adquirentes dos lotes.

§ 3º. A partir do fim do primeiro ano de posse, o Grupo Executivo local, ou o Departamento de Imigração e Colonização, na hipótese do artigo 3.º, procederão periodicamente à vistoria dos lotes, para fins de verificação das condições de exploração racional a que alude o inciso III deste artigo.

Art. 10. Resolvido o contrato pelo inadimplemento de qualquer das condições previstas no artigo anterior, restituir-se-á ao adquirente e que houver pago, previamente deduzida, a título de aluguel, importância equivalente a 10% das prestações anuais, para cada ano de posse do imóvel.

Parágrafo único. No cálculo do "quantum" a ser restituído, não se computarão os juros e multas pagos pelo adquirente.

Art. 11. No caso de não cumprimento, pelos adquirentes de lotes, de qualquer das obrigações previstas nos artigos 7.º e 9.º, em virtude da ocorrência de calamidade pública, o Secretário da Agricultura, ouvida a Assessoria de Revisão Agrária, assinará prazo razoável aos interessados para a satisfação daquelas obrigações.

Art. 12. Os lotes somente poderão ser vendidos a pessoas que:

I — não possuam imóvel rural no seu próprio nome, no do cônjuge ou filho menor, valendo, até prova em contrário, a declaração do adquirente;

II — não exerçam cargo ou função públicos a qualquer título, bem como seus cônjuges.

Art. 13. Terão preferência para aquisição dos lotes vendidos pelo Estado, sucessivamente:

I — os que se venham dedicando há mais de 5 anos à atividade agrícola ou de criação, na qualidade de arrendatário, parceiros ou assalariados;

II — os arrendatários, parceiros, produtores ou trabalhadores agrícolas em geral, associados a cooperativas agropecuárias;

III — os agrônomos e veterinários;

IV — os técnicos rurais diplomados em qualquer grau;

V — os que, a qualquer título tenham prática de trabalhos agrícolas ou de criação;

VI — os nacionais que provarem haver participado, no exterior, da última conflagração mundial.

§ 1º. Em cada classe terão preferência, sucessivamente, os brasileiros natos ou naturalizados; os moradores há mais de cinco anos no município em que se der o loteamento; os chefes de família mais numerosa.

§ 2º. Não poderão ser vendidos lotes a imigrantes estrangeiros que não tenham, pelo menos, um ano de permanência no País.

Art. 14. Os candidatos à aquisição de lotes declararão, no ato de sua inscrição, as classes a que pertencem, dentre as mencionadas no artigo anterior, apresentando ainda, as provas cabíveis em cada caso, a critério do Departamento de Imigração e Colonização.

Parágrafo único. A classificação dos candidatos será procedida pelo Departamento de Imigração e Colonização, ouvida a Assessoria de Revisão Agrária, e submetida à aprovação do Secretário da Agricultura.

Art. 15. Os adquirentes de lotes somente poderão aliená-los, arrendá-los ou, por qualquer forma, ceder o seu uso, mediante autorização do Departamento de Imigração e Colonização.

CAPÍTULO III

Da Classificação das Terras

Art. 16. Para os efeitos deste regulamento, será adotada a seguinte classificação de terras:

I — Terras próprias para culturas;

II — Terras próprias para culturas com a adoção de práticas agronômicas intensivas (adubação, irrigação, corretivos, práticas de conservação do solo, etc.);

III — Terras impróprias para culturas, mas próprias para pastagens e cobertura florestal;

IV — Terras impróprias para qualquer exploração econômica específica.

Parágrafo único. Serão classificadas nos incisos I e II somente terras cuja conformação topográfica permita a mecanização.

CAPITULO IV
Do Imposto Territorial Rural

SECÇÃO I
Das Taxas do Imposto

Art. 17. O imposto territorial rural será cobrado de acordo com as taxas seguintes, já incluídos os adicionais de 10% (dez por cento) e 3,75% (três e setenta e cinco centésimos por cento), criados, respectivamente, pelos artigos 1.º da Lei n. 2.412 (*), de 15 de dezembro de 1953, e 3.º da Lei n. 3.329 (*), de 30 de dezembro de 1955:

os primeiros	100 hectares	2%
os seguintes	400 hectares	3%
os seguintes	500 hectares	4%
os seguintes	4.000 hectares	5%
parcelas acima de	5.000 hectares	6%

§ 1º Para efeito de cálculo do imposto, serão desprezadas as frações de hectares.

§ 2º Consideram-se, para fins deste artigo, como um só imóvel, todas as superfícies territoriais contíguas lançadas em nome do mesmo contribuinte.

§ 3º O imposto será calculado sobre o valor da terra, sem as benfeitorias.

SECÇÃO II
Das Reduções

Art. 18. Ficam sujeitas às taxas de 1,5% (um e meio por cento) e 2% (dois por cento), as propriedades de, respectivamente, até 500 hectares e mais de 500 hectares, que satisfizerem, rigorosamente, todas as condições que se seguem:

- a) ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de área racionalmente cultivada;
- b) adotar prática de conservação do solo;
- c) ter culturas plantadas com defesa contra erosão;
- d) possuir moradias adequadas para os trabalhadores;
- e) não ser objeto de exploração agropecuária sob forma de arrendamento.

§ 1º Consideram-se racionalmente cultivadas:

- a) terras da classe I: quando ocupadas por culturas anuais ou permanentes com produtividade acima da média da região;
- b) terras da classe II: quando ocupadas por culturas anuais ou permanentes, com a adoção de práticas agronômicas intensivas convenientes ao caso (adubação, irrigação, corretivos, etc.);
- c) terras da classe III: quando ocupadas por pastagens ou matas, observadas as condições do artigo 19;
- d) terras da classe IV: quando possuírem cobertura vegetal sem finalidade econômica específica ou servirem para reservatório de água.

§ 2º Consideram-se como práticas de conservação do solo:

- a) nas terras da classe I: nas culturas anuais, no mínimo rotação de culturas e plantio em nível e nas permanentes qualquer prática que as defenda contra a erosão;
- b) nas terras da classe II: no mínimo culturas em faixas ou cordões em contorno para as culturas, ou ainda formação de pastagens ou matas (cobertura florestal) que atendam aos requisitos do artigo 19;
- c) nas terras da classe III: a formação de pastagens não erodadas ou cobertura florestal;
- d) nas terras da classe IV: a cobertura vegetal sem finalidade de exploração econômica específica, ou o uso como reservatório de água.

§ 3º Consideram-se adequadas para o trabalhador as moradias que satisfizerem as seguintes condições mínimas:

I — Até 31 de dezembro de 1965:

- a) serem construídas em terreno seco;
- b) terem no mínimo dois cômodos e cozinha e todas as dependências com abertura para o exterior recebendo ar e luz;
- c) serem construídas de alvenaria ou outro material que permita completo rebocamento das paredes, de maneira a evitar qualquer solução de continuidade, não sendo admitidas as construções de barro;
- d) terem o piso pelo menos atijolado;
- e) serem cobertas com material incombustível, imputrescível e mau condutor de calor;
- f) serem dotadas de escoamento para águas servidas, evitando seu empoçamento junto às habitações;
- g) serem abastecidas de água por meio de poço ou de fonte, devidamente protegidos, sendo a água disponível a no máximo, 100 metros da habitação;
- h) serem dotadas de privada higiênica, fossa seca, rede de esgotos ou fossa asséptica. No caso de fossa seca ou privada higiênica, deverão elas ser construídas em nível inferior ao dos poços de abastecimento de água e a uma distância mínima de 10 metros das residências.

II — A partir de 1.º de janeiro de 1966:

- a) preencherem todas as condições do inciso anterior;
- b) terem o pé direito mínimo de 2,50 metros;
- c) os compartimentos terem área mínima de 10 metros quadrados e as cozinhas 6 metros quadrados;
- d) as aberturas para ar e luz de cada compartimento terem superfície iluminante igual a, pelo menos, um oitavo da área do compartimento;
- e) os poços de abastecimento da água serem revestidos interiormente até uma profundidade mínima de 3 metros;
- f) nas colônias ou vilas, guardarem as casas entre si o espaço livre mínimo de 10 metros, podendo ser geminadas, desde que respeitado, para cada grupo de duas casas, o referido espaço;
- g) serem dotadas de eletricidade, se houver na propriedade rede elétrica a menos de 1 quilômetro da habitação.

Art. 19. Equiparam-se a áreas racionalmente cultivadas, para os efeitos do artigo 18º:

I — As pastagens que observarem as seguintes condições:

- a) serem formadas de gramíneas isoladas ou em consociação com leguminosas, tendo um mínimo de vegetação suficiente para evitar a formação de sulcos de erosão;
- b) serem mantidas roçadas e limpas, de maneira que a infestação de plantas daninhas e invasoras não ultrapasse a um quinto da área;
- c) possuírem cercas, valas ou fechos que permitam o confinamento dos animais;
- d) disporem de água em condições de ser utilizada como bebedouro pelos animais;

II — As matas naturais, assim considerado todo o maciço arbóreo de formação espontânea que apresentar porte médio superior a 3 metros de altura;

III — As matas artificiais, como tal considerado todo o maciço arbóreo originário do plantio de essências florestais em agrupamentos puros ou mistos;

IV — As áreas ocupadas com benfeitorias.

Parágrafo único. As pastagens formadas em terras da classe I só serão equiparadas às áreas racionalmente cultivadas quando utilizadas intensivamente, com produtividade acima da média da região, na produção de leite ou outra atividade pecuária.

Art. 20. As reduções de que trata o art. 18 serão concedidas mediante requerimento dos interessados, dirigido, na Capital, ao Departamento da Receita, e, no

Interior, aos Postos de Fiscalização, instruído com declaração do interessado, em formulário de modelo oficial, fornecido pela Secretaria da Fazenda, devidamente preenchido em duas vias.

§ 1º O requerimento será entregue até o dia 31 de janeiro de cada ano. No corrente exercício o prazo será até o dia 15 de maio.

§ 2º As segundas vias do formulário serão enviadas, dentro de 3 dias do seu recebimento, aos Engenheiros Agrônomos regionais, para verificação do enquadramento das propriedades nas condições previstas no art. 18, devendo ser devolvidas às autoridades fiscais que as remeteram, até o dia 30 de março de cada ano. No corrente exercício, o prazo será até o dia 30 de junho.

§ 3º Os lançamentos para os casos previstos no art. 18 serão feitos com base nos pareceres dos Engenheiros Agrônomos regionais, devendo as reclamações dos contribuintes, relativas a esses lançamentos atender ao disposto nos arts. 20 e seguintes, do Livro III, do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022 (*), de 31 de janeiro de 1953).

SECÇÃO III

Do Pagamento do Imposto em Dóbro

Art. 21. O imposto será devido em dóbro:

I — quando o imóvel, de mais de 1 (um) hectare, não tiver pelo menos 70% (setenta por cento) de sua área aproveitados de acordo com as características da região;

II — quando o imóvel for objeto de exploração agropecuária, sob a forma de arrendamento, em extensão superior a 50% (cinquenta por cento) de sua área total.

§ 1º As majorações de que trata este artigo somente incidirão a partir de 1.º de janeiro de 1962.

§ 2º Em relação às propriedades adquiridas após 1.º de janeiro de 1961, será de um ano, contado da data da aquisição, o prazo para o seu enquadramento nas condições do item I deste artigo.

§ 3º Para os efeitos do item I deste artigo a Secretaria da Agricultura estabelecerá, em ato a ser baixado dentro de 120 (cento e vinte) dias da publicação deste decreto, a divisão do Estado em regiões, fixando as principais atividades agropecuárias de cada zona e os padrões mínimos a que deverão obedecer as propriedades.

CAPITULO V

Das Isenções

Art. 22. Fica isenta do imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis", a parte do imóvel rural coberta por florestas naturais ou artificiais, sempre que ficar provado:

I — que o maciço florestal abranja, no mínimo, área de 2,5 (dois e meio) hectares;

II — que a floresta natural se ache intocada ou em regime de melhoramento técnico;

III — que a floresta artificial tenha, no mínimo, dois anos de idade, por ocasião da abertura da sucessão.

§ 1º Ficam excluídas da isenção a que se refere este artigo as coberturas vegetais constituídas por cerrados e capoeiras.

§ 2º Entende-se por cerrado a vegetação espontânea, não xerofítica, aberta, com árvores pequenas e separadas.

§ 3º Entende-se por capoeira a vegetação florestal secundária em fase de regeneração espontânea.

Art. 23. Além das isenções previstas na legislação vigente, ficam ainda isentas do imposto territorial rural:

I — As áreas cobertas por florestas naturais primitivas ou secundárias, ou por florestas artificiais, quaisquer delas com mais de 3 (três) metros de altura, desde que compreendam mais de 10% (dez por cento) da extensão total da propriedade;

II — As áreas cobertas por florestas declaradas protetoras por decreto do Governo Federal.

Art. 24. As isenções a que se refere o art. 22 serão concedidas mediante a apresentação, pelos interessados, de atestados fornecido pelo Engenheiro Agrônomo regional, comprobatório do preenchimento das condições necessárias à obtenção dos favores fiscais.

Art. 25. Fica elevado para 50 (cinquenta) hectares o limite previsto no art. 2.º da Lei n. 5.440 (*), de 23 de outubro de 1959, regulamentada pelo Decreto n. 36.545 (*), de 5 de maio de 1960, para efeito de isenção do imposto territorial rural.

CAPITULO VI

Das Reavaliações

Art. 26. Para fins de lançamento do imposto territorial rural, o valor atribuído às propriedades não poderá ser elevado de mais de 30% (trinta por cento) em cada exercício, a não ser nos casos previstos no art. 27.

Art. 27. Além das reavaliações de caráter geral, previstas no artigo anterior, serão permitidas outras, a juízo do Conselho de Revisão Agrária, visando a correção de desigualdades dentro de uma mesma área geo-econômica.

§ 1º As reavaliações correccionais não poderão exceder 30% (trinta por cento) do valor vigente, por exercício, até ser atingido o fim visado por este dispositivo.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, considera-se valor vigente do imóvel o do último lançamento, sobre o qual poderá ser previamente aplicado o índice de 30% (trinta por cento), permitido nas reavaliações em geral.

§ 3º O Departamento da Receita, na Capital, e as Delegacias Regionais da Fazenda, no interior, encaminharão à apreciação do Conselho de Revisão Agrária, até 31 de agosto de cada ano, os pedidos de reavaliações correccionais, devidamente justificados.

§ 4º As reavaliações correccionais que não forem objeto de apreciação pelo Conselho de Revisão Agrária dentro de 120 (cento e vinte) dias do recebimento do pedido, considerar-se-ão automaticamente aprovadas.

§ 5º No ano de 1961 não serão reavaliadas as propriedades, prevalecendo os valores unitários que serviram de base ao lançamento do imposto territorial de 1960.

CAPITULO VII

Dos Órgãos da Revisão Agrária

SECÇÃO I

Da Assessoria de Revisão Agrária

Art. 28. Fica criada, junto ao Gabinete do Senhor Secretário da Agricultura, a Assessoria de Revisão Agrária, destinada a coordenar todos os trabalhos referentes à execução da Lei n. 5.994, de 31 de dezembro de 1960, e deste regulamento.

§ 1º A Assessoria de Revisão Agrária constará de tantos membros quantos forem julgados necessários ao seu bom funcionamento.

§ 2º A Assessoria de Revisão Agrária constará com um Secretário Executivo, que obrigatoriamente pertencerá ao quadro da Secretaria da Agricultura.

§ 3º A Assessoria de Revisão Agrária funcionará na sede do Departamento de Imigração e Colonização e em íntimo contato com ele.

Art. 29. Compete à Assessoria de Revisão Agrária, que terá regimento próprio:

I — Preparar os planos de bteamento, reagrupamento e colonização, nos termos do art. 3.º.

II — Autorizar, mediante plano de aplicação previamente aprovado, as despesas por conta dos recursos previstos nos arts. 15 a 17 da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, devendo os cheques necessários à movimentação desses recursos ser assinados pelo Secretário Executivo, ou servidor especificamente designado pelo Secretário da Agricultura, conjuntamente com um dos diretores mencionados no art. 36 deste regulamento;

III — Aprovar as contas referentes às despesas previstas no inciso anterior;

IV — Propor a admissão de pessoal para efetivação dos fins da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, observadas as formalidades legais e regulamentares;

V — Assessorar o Secretário da Agricultura na elaboração do ato a que se refere o § 3.º do art. 21, propondo, sempre que julgar cabíveis, as modificações necessárias;

VI — Dar assistência aos proprietários rurais junto ao Fundo de Expansão Agro-Pecuária, tendo em vista as finalidades da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, e do presente regulamento;

VII — Orientar a execução dos projetos de loteamento, reagrupamento e colonização;

VIII — Indicar e supervisionar os trabalhos dos Grupos Executivos locais;

IX — Redigir os editais de concorrências de que trata o parágrafo único do artigo 4.º;

X — Opinar, quando solicitada, sobre a classificação dos candidatos à aquisição de lotes;

XI — Baixar normas para o enquadramento das propriedades rurais, tendo em vista as disposições fiscais previstas na Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960 e deste regulamento;

XII — Fiscalizar a execução dos projetos de loteamento confiados a empresas particulares, ou dar-lhes assistência quando da iniciativa destas;

XIII — Aprovar as propostas dos adquirentes de lotes relativos à modificação dos planos de exploração constantes dos contratos de compromisso;

XIV — Supervisionar os trabalhos de fiscalização relacionados com a aplicação dos arts. 18 a 21;

XV — Designar os Engenheiros Agrônomos que desempenhem funções previstas neste regulamento.

Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo, a Assessoria de Revisão Agrária contará com pessoal da Secretaria da Agricultura, ou especificamente admitido.

SECÇÃO II

Dos Grupos Executivos Locais

Art. 30. Para execução de cada projeto de loteamento, reagrupamento ou colonização, a ser realizado diretamente pelo Estado, o Secretário da Agricultura designará um Grupo Executivo local, subordinado à Assessoria de Revisão Agrária.

§ 1º Cada Grupo será formado, no mínimo, por dois técnicos de nível universitário, sendo um necessariamente engenheiro agrônomo.

§ 2º Os membros do Grupo residirão, obrigatoriamente, no município em que se desenvolver o projeto, até a transferência dos serviços de loteamento para a administração do Departamento de Imigração e Colonização.

Art. 31. Uma vez completada a instalação dos loteamentos, o Secretário da Agricultura determinará a transferência da responsabilidade pelo seu desenvolvimento ao Departamento de Imigração e Colonização.

SECÇÃO III

Do Conselho de Revisão Agrária do Estado

Art. 32. O Conselho de Revisão Agrária, criado pela Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, será presidido pelo Secretário da Agricultura e composto pelos seguintes membros:

- 1 representante da Sociedade Rural Brasileira;
- 1 representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo;
- 1 representante da Sociedade Paulista de Agronomia;
- 1 representante da Sociedade Paulista de Veterinária;
- 1 representante da Associação Paulista dos Criadores de Bovinos;
- 1 representante da Associação Paulista de Cafecultores;
- 1 representante da Associação Paulista dos Municípios;
- 1 representante da Ordem dos Economistas;
- 1 representante da União das Cooperativas do Estado de São Paulo;

1 representante do Conselho Florestal do Estado;

2 representantes da Universidade de São Paulo, sendo um deles do Setor de Sociologia;

1 representante da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social;

2 representantes da Secretaria da Fazenda; e,

2 representantes da Secretaria da Agricultura, sendo um deles o Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária.

§ 1º Os Conselheiros serão nomeados pelo Governador do Estado dentre listas triplices apresentadas pelas respectivas entidades.

§ 2º O Conselho reunirá-se com a presença da maioria de seus membros, ordinariamente pelo menos uma vez cada dois meses e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros.

§ 3º O mandato dos Conselheiros será de 6 (seis) anos, exceto no primeiro provimento.

§ 4º O Conselho será renovado pelo terço, de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 5º No primeiro provimento, serão designados pelo Governador do Estado os terços de Conselheiros com mandatos de, respectivamente, 2 (dois), 4 (quatro) e 6 (seis) anos.

§ 6º Os membros do Conselho de Revisão Agrária que faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas serão automaticamente demitidos, devendo o Governador nomear substituto dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 33. Compete ao Conselho de Revisão Agrária:

I — opinar sobre projetos de leis ou decretos relativos à matéria de que trata a Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, e o presente decreto;

II — autorizar as reavaliações correccionais, a que alude o § 1.º do art. 26 deste decreto;

III — propor ao Executivo, quando solicitado, critérios para avaliação de propriedades agrícolas, tendo em vista sua localização, qualidade das terras e possibilidades de produção;

IV — propor ao Executivo quaisquer medidas que achar convenientes à boa execução da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, e deste regulamento;

V — elaborar o seu regimento interno.

Parágrafo único. O pessoal e meios para a instalação e funcionamento do Conselho de Revisão Agrária serão fornecidos pela Secretaria da Agricultura.

CAPÍTULO VIII

Das dotações orçamentárias

Art. 34. Para atender às despesas decorrentes da execução da Lei n. 5.994, de 30 de dezembro de 1960, e do presente regulamento, o orçamento do Estado consignará, anualmente, dotação não inferior à receita arrecadada, correspondente ao imposto territorial rural e suas majorações e à renda proveniente da venda de lotes incluídos juros, multas e aluguéis, receita essa apurada de acordo com o último balanço encerrado.

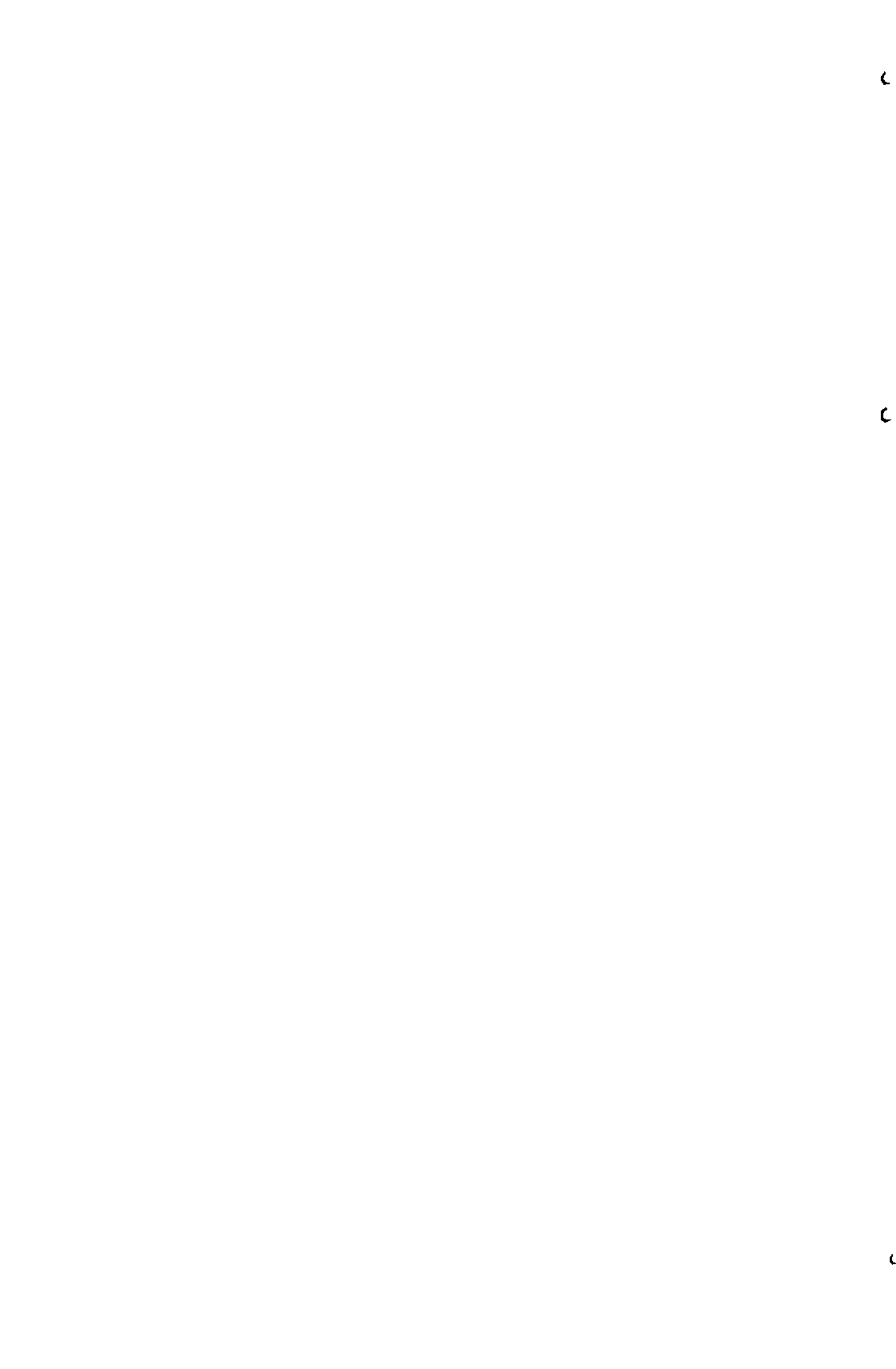
Parágrafo único. A dotação será considerada automaticamente empenhada, ficando as despesas realizadas sujeitas à prestação de contas na forma da legislação vigente.

Art. 35. A dotação a que se refere o artigo anterior será utilizada:

I — 80% (oitenta por cento) na efetivação das medidas previstas nos arts. 2.º e 3.º deste decreto;

II — 20% (vinte por cento) em atividades florestais em todo o território do Estado.

Art. 36. A Secretaria da Fazenda depositará mensalmente, no Banco do Estado de São Paulo S.A., sob a forma de adiantamento, em contas especiais, importâncias equivalentes ao duodécimo das dotações fixadas no artigo anterior, sendo



contas movimentadas, respectivamente, pelos Diretores do Departamento de Imigração e Colonização, do Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, e do Serviço Florestal, da Secretaria da Agricultura.

CAPÍTULO IX

Dos Lançamentos

Art. 37. Para efeito dos dispositivos deste Decreto que se referem à utilização das terras, os contribuintes do imposto territorial rural ficam obrigados a apresentar novas declarações, até o dia 31 de outubro de 1961, segundo modelo oficial, que será fornecido pela Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. Ocorrendo modificações nos dados constantes das declarações, os contribuintes deverão renová-las dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar dos atos ou fatos determinantes daquelas modificações.

Art. 38. Nos casos previstos no art. 20, as declarações serão remetidas, dentro de 3 (três) dias do seu recebimento, à Secretaria da Agricultura, que procederá ao enquadramento das propriedades para os fins previstos na Lei n. 5.994, de 10 de dezembro de 1960, e no presente decreto, fornecendo à Secretaria da Fazenda os elementos necessários ao lançamento do imposto territorial rural.

CAPÍTULO X

Da preferência para o financiamento agrícola e para os serviços da Secretaria da Agricultura

Art. 39. Os adquirentes de lotes e os possuidores de propriedades rurais de área não superior a 100 hectares terão preferência:

- I - na obtenção de crédito nos estabelecimentos oficiais do Estado para custeio de suas atividades agrícolas;
- II - na execução de serviços de conservação do solo, adubagem e irrigação, pela Secretaria da Agricultura.

CAPÍTULO XI

Disposições Gerais

Art. 40. As isenções e reduções previstas neste decreto serão cassadas desde que se verifique não corresponder à realidade as declarações dos interessados, ou os documentos exibidos, e ainda quando as propriedades deixarem de observar as condições que motivaram a concessão do favor fiscal.

Art. 41. Os atestados a que se refere o presente regulamento serão sempre fornecidos gratuitamente aos interessados.

Art. 42. As inexactidões constantes das declarações que tenham por fito reduzir o imposto, sujeitam o contribuinte à multa de até 5 (cinco) vezes o tributo devido sem prejuízo deste.

Art. 43. Os contratos de venda e promessa de venda de lotes, outorgados pelo Estado e seu registro, ficam isentos do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", de selos, custas e emolumentos devidos ao Estado.

Art. 44. Nos trabalhos de instalação dos loteamentos, serão admitidos, como beneficiários, de preferência, os interessados na aquisição de lotes que preenchem os requisitos do art. 13.

Art. 45. No corrente exercício, a arrecadação do imposto territorial rural far-se-á pela forma prevista nos arts. 33 e seguintes do Livro III, do Código de Impostos e Taxas (decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953), nos meses de outubro e dezembro.

Art. 46. Ficam prorrogados, no corrente exercício, os prazos estabelecidos no art. 18 e no § 1.º do art. 27, do Livro III, do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953), na seguinte conformidade:

- a) até 31 de agosto para publicação no "Diário Oficial", ou afixação de editais na repartição arrecadadora ou Postos de Fiscalização da situação do imóvel, dos lançamentos dos impostos territorial rural;

b) até 15 de novembro, ressalvada a hipótese prevista no § 3.º do art. 20, para reclamações contra os lançamentos, quando visarem modificações da importância lançada.

(*) V. LEX, Leg. Est., 1960, pág. 410; Leg. Fed., 1937, pág. 345; Leg. Est. 1953, pág. 241; 185, pág. 300; 1953, Separata; 1959, pág. 321; 1960, pág. 150.

DECRETO N. 38.294 — DE 11 DE ABRIL DE 1961

Altera as Tabelas Explicativas do Orçamento vigente do Departamento de Águas e Esgotos.

DECRETO N. 38.295 — DE 11 DE ABRIL DE 1961

Dispõe sobre extinção de cargos vagos.

DECRETO N. 38.296 — DE 11 DE ABRIL DE 1961

Dispõe sobre extinção de cargo vago.

DECRETO N. 38.297 — DE 11 DE ABRIL DE 1961

Dispõe sobre lotação de cargos de Escrivão de Polícia.

DECRETO N. 38.298 — DE 11 DE ABRIL DE 1961

Dispõe sobre relocação de cargo.

DECRETO N. 38.299 — DE 12 DE ABRIL DE 1961

Dá nova redação ao art. 1.º, do Decreto n. 37.429 (*), de 26 de outubro de 1960

Art. 1.º Passa o art. 1.º, do Decreto n. 37.429, de 26 de outubro de 1960, a ter a seguinte redação: "O regime de tempo integral, a que se refere a Lei n. 4.477 (*), de 24 de dezembro de 1957, passa a aplicar-se ao cargo de Engenheiro-Agrônomo, referência "59", do QSA-PP-III, lotado no Serviço de Sericultura, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, de que é ocupante o senhor Nivaldo Alves Bonilha".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

(*) V. LEX, Leg. Est., 1960, pág. 344; 1957, pág. 614.

g. M. ...

N.º _____

GUIA DE RECOLHIMENTO

Exercício de 19 _____

89-1 Venda de lotes nos termos do	Cr\$	
Art. 6º da Lei 5.994/60 e Decreto	Cr\$	
nº 38.328/61 (prestação de Lotes)	N Cr\$	252,76
	N Cr\$	25,28
SOMA	N Cr\$	278,04

O Sr. MANOEL FELIPE S SANTANA

1.ª VIA Para o contribuinte
2.ª VIA De arrecadação
3.ª VIA De fiscalização
4.ª VIA De repartição arrecadadora
5.ª VIA De repartição que expedir a guia

**DEPARTAMENTO DA RECEITA
DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DO INTERIOR**

ESTA GUIA, QUE NÃO DEVE CONTER EMENDAS E NEM RASURAS, É VÁLIDA PELA QUANTIA IMPRESSA PELA MÁQUINA AUTENTICADORA. CONTERO A CHANCELADA E RUBRICA DO CAIXA OU QUANDO AUTENT. TIGADA COM A CHANCELADA E RUBRICA DO CAIXA, OU QUANDO CONTER, COLADO O RECIBO EXPEDIDO PELA REPARTIÇÃO ARRECADADORA.

recolhe à repartição arrecadadora de MARILIA
N Cr\$ 278,04 (duzentos, setenta e oito cruzeiros novos e quatro centavos.- por extenso)
correspondente a o pagamento da prestação de 1.965, acrescida da multa de 10% estipulada em contrato do lote nº 113 (cento e treze) adquirido do Governo do Estado por intermédio da Assessoria de Revisão Agrária, na Fazenda Santa Helena, neste Município, conforme escritura de compromisso de compra e venda lavrada no Cartório desta cidade, nas notas do 2º Ofício.-*

Marilia em 31 de agosto de 19 67

[Handwritten Signature]
Assinatura do responsável

Recibo N.º _____ da Série N.º _____, em _____ de _____ de 19 _____
Diretor ou Chefe _____

ESPAÇO RESERVADO PARA COLAR O RECIBO

SF 6 0 1 8 3 1

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
278,047

Anexo III

Louro de Boi

Conheço um velho ditado que é do tempo do saqui um pai trata 10 fillos 10 fillos não trata um pai, sentindo o peso da idade não poder mais trabalhar um velho ficou estradeiro com o filho foi morar, o rapas era casado a mulher deu de imprecisar vore manda o velho embora se não quiser que eu vá, o rapas era cão duro com o velho foi falar.

Para o senhor se muda meu pai eu vim te pedir hoje aqui da minha casa o senhor tem que sair leva este couro de boi que acabei de curtir que vai servir de coberta a onde o senhor dormir.

O peche velho calado pegou o couro e saiu seu neto de 8 anos aquela sena assistiu correu atrás do avô seu palito sacudiu, me tacle da quele couro chorando ele pediu.

O velinho compeido para não ver o neto chorando partiu o couro

no meio e para o neto foi dando
o menino chegou em casa seu
pai foi lhe perguntando Para que
você quer este curso que seu avô
já levava.

Disse o menino ao pai um
dia eu vou me casar e senha
vai ficar velha e comigo vai me
rar pode ser que aconteça de nós
não se lembrarem esta metade do
curso vou dar para o senha
lerar.

De: Larissa

Para: Larissa & Eduardo

Com
muito
carinho



LOTEAMENTO - FAZENDA JACYLÂNDIA

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA - SESSORIA DE REVISÃO AGRÁRIA - ESTADO DE SÃO PAULO

SA.
 PROCESSO N.º:- Armindo J. Santos- 14125/75
 LOTE N.º:- 79
 COMPROMISSÁRIO:- Armindo José dos Santos
 ÁREA DO LOTE:- 14,40 ha
 VALOR TOTAL DO LOTE:- Cr\$ 21.600,00
 ENTRADA (10% DE CR\$ 21.600,00) = CR\$ 2.160,00

VALOR DA TERRA NUA . p. Cr\$. 1.469,44.....CR\$ 21.159,94
 DESPESAS C/ LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E
 LOTEAMENTO .. p. Cr\$. 30,56 p. ha.....CR\$ 440,06
 FORTIASCR\$ _____
 VAL DO LOTECR\$ 21.600,00

N.º DE PRESTAÇÕES	A N C	H I S T Ó R I C O		JUROS	TOTAL A PAGAR	SALDO DEVEDOR
- - - -	1976	ENTRADA	10	-----	2.160,00	19.440,00
1	1977	1.ª Prestação + Juros	10	1.166,40	3.110,40 ✓	17.496,00
2	1978	2.ª Prestação + Juros	,00	1.049,76	2.993,76 ✓	15.552,00
3	1979	3.ª Prestação + Juros	144,00	933,12	2.877,12	13.608,00
4	1980	4.ª Prestação + Juros	944,00	816,48	2.760,48 ✓	11.664,00
5	1981	5.ª Prestação + Juros	944,00	699,84	2.643,34 ✓	9.720,00
6	1982	6.ª Prestação + Juros	944,00	583,20	2.527,20	7.776,00
7	1983	7.ª Prestação + Juros	944,00	466,56	2.410,56	5.832,00
8	1984	8.ª Prestação + Juros	944,00	349,92	2.293,92	3.888,00
9	1985	9.ª Prestação + Juros	944,00	233,28	2.177,28	1.944,00
10	1986	10.ª Prestação + Juros	944,00	116,64	2.060,64	- - - -
TOTAL:-			21.600,00	6.415,20	28.015,20	

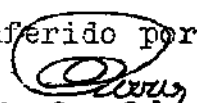
ARA., em 30 de Janeiro de 1976.

Elaborado por:



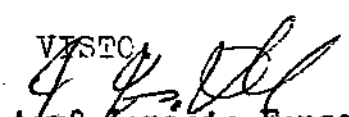
Agro B. A. Campolin de Almeida
 chefe do G.E.N.C. Jacylândia

Conferido por:



Flavio Oswaldo Filho
 Enc. Setor Contabilidade

VISTO



Engº Agnacio Fonseca Filho
 Secretario Executivo

